ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E REALIZADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL e HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA

Dir. de Geografia

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

31 DE JANEIRO DE 1959

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXII VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

PREFÁCIO

No período de nossa história em que o café determinou um dos pontos fundamentais de nossa economia, e, mesmo antes, no período onde as bateias, no Estado de Minas Gerais, chamavam a atenção de todo o país e para lá se dirigiam os aventureiros ávidos de riqueza, já o Estado do Rio, servindo de rota às tropas que demandavam a zona aurífera, foi fixando populações ao longo do percurso, e foi criando, por aí, uma aristocracia rural.

A bacia do Paraíba oferecia, para isso, uma extraordinária facilidade. Mas, para ser atingido o vale do Paraíba por aquêles que partiam do Rio de Janeiro, era preciso vencer a Serra do Mar, o grande empecilho, agravado por investidas dos índios bravios que até nas cartas do 2.º quartel do século XIX ainda marcam como perigos eventuais aos que seguiam essas rotas. Com o desenvolvimento dos campos de Piratininga, também era pelo vale do Paraíba que se ligavam os dois centros de civilização colonial. Essa rota foi servindo para o estabelecimento de grandes fazendas cafeeiras, que deram ao Estado um papel de relêvo na economia do Império. A nobreza rural do Brasil aí se estabeleceu. Pode-se mesmo dizer que o grande período do Estado do Rio de Janeiro foi exatamente êsse que decorreu no Primeiro e no Segundo Império. Por outro lado, as baixadas da costa permitiram também alguns surtos econômicos até Campos. É verdade que o impaludismo, grassando impiedosamente em tôda a baixada fluminense, deixou como que abandonada ou, pelo menos, com pequena aplicação, esta zona que, erradicada do protozoário de Laveram, é hoje expressivamente importante na gleba fluminense. Com a abolição da escravatura, a decadência do Estado do Rio foi profunda e o Estado antes florescente se apresentou num quadro doloroso de pauperismo. De uns vinte anos a esta parte, entretanto, reage a economia fluminense e o Estado passou a adquirir uma nova pujança, classificando-se entre os Estados fortes da Federação. Essa reação teve alguns fatôres de importante significação a lhes justificar o surto progressista. Em primeiro lugar as obras da baixada fluminense, com o seu saneamento; a seguir, as estradas que lhe revitalizaram a circulação de riquezas e a industrialização crescente do Estado. Hoje a zona palustre como que está eliminada. A erradicação do impaludismo da baixada fluminense é quase completa. Por outro lado, a zona do Paraíba passou a ter novo surto, em razão da industrialização que se foi aí assentando. Para esta industrialização concorre, nos últimos tempos, a ligação da rêde de energia elétrica de São Paulo à rêde da Ca-

pital da República, oferecendo uma extensão de eletrificação rural muito importante para o fenômeno da recuperação econômica do Estado do Rio. Por outro lado, a localização em Volta Redonda da grande siderurgia a carvão mineral, em terras fluminenses, deu um extraordinário impulso a êsse Estado. Vale, e é de justiça que se mencione, que a criação da siderurgia nacional resultou de um grande embate ideológico, numa profunda batalha que se travou na opinião nacional, e que serviu a todo o Brasil como marco de sua nova fase de desenvolvimento. Contudo ela foi localizada arbitràriamente no vale do Paraíba, em terras fluminenses.

O Estado de Minas Gerais não perdoa, até hoje, ter sido deslocada do lugar natural de sua criação a nossa siderurgia a carvão mineral. Minas Gerais já definira a possibilidade de uma siderurgia a carvão vegetal em larga escala, com a construção da notável usina siderúrgica de Monlevade, no ramal de Santa Bárbara. Minas Gerais via fugir de sua economia aquilo que o esfôrço de seus filhos, com tanto sacrifício, abrira como pioneiros da indústria de base do Brasil. E a Cia. Siderúrgica Nacional criou-se em condições antieconômicas. Econômicamente a usina deveria ter sido instalada junto do ferro ou próximo do carvão, ou ainda na proximidade dum pôrto de mar, e, quando muito, junto aos centros de maior consumo. Ficou, entretanto, a usina numa posição onde o custo de transporte fatalmente encarece a sua produção. O sucesso inicial da Emprêsa se fêz à custa dos deficits da Estrada de Ferro Central do Brasil, que lhe atendeu ao nascimento. Foi também à custa das defesas alfandegárias, que tanto gravam o similar estrangeiro, que a indústria se firmou e floresceu, apesar das condições econômicas não lhe serem tècnicamente favoráveis. Mas tôdas essas medidas de proteção não desagradaram suas concorrentes que, ao contrário, as recebiam com profundo agrado. Refiro-me, entre elas, e apenas para definir o quadro mais expressivo, à Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que, por causa de Volta Redonda, teve tão avultados lucros que chegou a dar de presente aos seus acionistas duas ações para cada uma — medida que tomou para diminuir a taxa aparente de seus dividendos aumentando o capital nominal. Êste sucesso da Belgo-Mineira adveio de uma lei de economia política que diz que "o preço final de uma utilidade nos mercados é fixado pela de custo de produção mais alto". Encarecendo a sua produção em razão do custo de transporte, Volta Redonda apresenta o produto mais caro e, em conseqüência, aumenta o lucro unitário das outras organizações que, até o tempo de instalação de Volta Redonda, sofriam vivamente a concorrência dos produtos estrangeiros, que chegavam aos mercados consumidores de Rio e São Paulo a preços mais baixos. Mas de qualquer maneira, por mais anti-racional que tivesse sido a localização de Volta Redonda, e por maiores sacrifícios que tenha representado esta obra, inclusive na necessidade de defendê-la com as barreiras alfandegárias para o resguardo de sua sobrevivência, Volta Redonda exprimiu na vida brasileira um ponto alto, fixando mesmo uma nova era na vida industrial do Brasil. O seu sucesso acarretou o sucesso também do Estado do Rio de Janeiro que daquela data em diante passou a se integrar no ritmo ascendente do progresso do Brasil.

Por outro lado, o Estado do Rio rasgou estradas que passaram também a exprimir um papel de relêvo para a ocupação humana de seu território. O crescimento de sua Capital, ao mesmo tempo que o crescimento do próprio Distrito Federal, fêz com que se estendessem as zonas urbanas a ponto de quase se ligarem as duas cidades em tôrno da maravilhosa baía de Guanabara. E as terras, aí, ontem quase desprezadas, hoje passaram a ter uma grande valorização. Tôda a baixada fluminense está sendo aproveitada no extravasamento indus-

trial do Distrito Federal. O Município de Caxias recebe, nestes últimos anos, um formidável impulso com as localizações industriais que ali se estabelecem. Também o próprio Município de Magé, que guardava apenas a tradição quase lendária de sua farinha de Suruí e o comércio clandestino de escravos, que se fazia pelo fundo da Baía, desde São Francisco e da Ponta de Guaianã, até Piedade, pelos antigos portos de Taputera e do Suruí Assu e Mirim, hoje pràticamente inutilizados, recebe enorme impulso oferecendo-se à localização industrial. A refinaria de Petróleo Duque de Caxias, que se constrói no limite dêsse município, as instalações que se projetam de outras grandes emprêsas, inclusive a que no momento se estuda, para localizar em Suruí um estaleiro, são, sem dúvida, resultantes dêsse espraiamento das duas cidades. Pelo lado de Niterói, também se espraia quase que ligando a cidade numa extensão notável até Guaxindiba. A Fábrica de Cimento Mauá, aí instalada, solicita uma grande aplicação humana, que tem tido um papel tão importante no florescimento dessa zona marginal da Baía de Guanabara. A Fábrica de Cimento Mauá teve, assim, êste papel de atração de outras atividades, provocando a localização humana em redor de si, estendendo, desta forma, até Guaxindiba o subúrbio da Capital fluminense.

É de notar-se no Estado do Rio que se melhoraram as estradas de penetração partindo de Niterói antes que se melhorassem as que demandavam a Capital da República. Assim, o asfalto caminhou, no Estado do Rio, de Niterói para o Distrito Federal e não do Distrito Federal para Niterói. A Estrada "Contôrno da Guanabara", que tão alta importância vai ter no desenvolvimento da baixada fluminense foi, só agora, no Govêrno do Sr. Juscelino Kubitschek, asfaltada. Esta estrada terá, além do alto valor de ligação entre as duas Capitais — como que abraçando a baía de Guanabara — um papel enorme na penetração do Estado do Rio, pela linha de Friburgo, pela de Teresópolis e por aquela que vai demandar a Campos. A estrada de rodagem de Teresópolis, por si só seria justificável e importante, mas ela é ainda pelo seu prolongamento de Teresópolis a Sapucaia que vai encurtar, de cêrca de setenta quilômetros, a ligação com o nordeste brasileiro. É que a estrada de rodagem de Teresópolis vai se articular com a Rio-Bahia nas proximidades de Sapucaia, reduzindo a quilometragem e oferecendo melhores condições técnicas. Daí o seu papel altamente importante no futuro dos transportes rodoviários.

O Estado do Rio está realizando a construção da grande usina de Macacú no sentido de poder oferecer o suprimento energético necessário a êsse entusiasmo que empolga a terra fluminense. Há um estudo, mandado executar pelo atual Govêrno, de transcendental significação para o Estado do Rio, Distrito Federal e São Paulo. — Trata-se do aproveitamento energético do Paraíba no Salto e no Funil, obra cujo primeiro estudo objetivo foi mandado executar pela Estrada de Ferro Central do Brasil, contratando êsse serviço com a firma Servix. Êsse aproveitamento era necessário para a eletrificação total do ramal de São Paulo. Os estudos contratados, entretanto, embora ultimados em seu planejamento geral, não puderam ter andamento maior, em face de algumas discussões que em tôrno do assunto se processaram. A Central do Brasil, querendo essa energia para as suas necessidades, não pensou nem se orientou no sentido do aproveitamento total do disponível energético, resultando daí críticas que lhe fizeram. O Conselho de Águas e Energia, entretanto, preferindo o ótimo ao bom, se inclinou pelo aproveitamento total e dificultou à Estrada de Ferro a realização de sua usina própria.

Propõe o Conselho, então, que se articulem, além de outros, os interêsses de São Paulo, do Estado do Rio e da Central e, até mesmo, da Companhia Light and Power, para que

em conjunto realizem a obra, num tipo de sociedade de economia mista, onde os podêres públicos entrarão com as quotas correspondentes aos seus respectivos interêsses. As emprêsas particulares também concerreriam de acôrdo com os benefícios que pudessem obter desta realização. Teòricamente, sem dúvida, a razão está com o Conselho Nacional de Águas e Energia. Esta é a fórmula mais racional e mais perfeita. Contudo, vale sublinhar que nós já teríamos um aproveitamento dêsse desnível do Paraíba se não tivessem interferido essas razões apresentadas pelo Conselho. Teríamos uma usina no Funil, capaz de prestar serviços, e dos mais notáveis, como seja, a eletrificação total do ramal de São Paulo. A construção dessa obra, por etapas, como havia sido prevista, poderia atender aos demais interêsses aqui salientados, em fases sucessivas do aproveitamento dos desníveis do rio Paraíba. É verdade que não se atingiria o total que se prevê agora para ser executado por essa sociedade de Economia Mista. Não cabe aqui uma crítica, mas apenas uma análise e por isso repetimos que teòricamente a razão cabe completa ao Conselho de Águas e Energia. Contudo, a demora neste aproveitamento está atrasando o surto econômico que esta usina ofereceria e cujo papel será de extraordinário relêvo na distribuição energética do Brasil.

Notem, e é muito expressivo, que essa obra, represando a montante o rio Paraíba, regulariza a jusante a sua descarga e, em conseqüência, oferece às instalações da Ilha dos Pombos e de Ribeirão das Lajes uma regularidade capaz de, na estiagem, eliminar as deficiências de energia elétrica que a emprêsa canadensa tem sofrido para sua distribuição. Isto mostra que a usina do Funil, ou do Paredão, ou se quisermos dizer ainda, do rio Paraíba, trará, além dos seus 210 mil kW, um acréscimo de vinte a trinta por cento da produtividade mínima das instalações existentes a jusante. O Estado do Rio, por conseguinte, encontra nesta usina um ponto de apoio muitíssimo importante. É verdade que as solicitações do parque industrial de São Paulo são tão intensas que o disponível da usina encaminhará fatalmente para atender às novas indústrias paulistas. Mas é de notar que, de qualquer maneira, uma parte será consumida em terras fluminenses. E ainda há a considerar que trinta por cento se acresce na produção mínima das usinas a jusante, do rio Paraíba, que hoje servem à Capital da República e às terras fluminenses.

Outro sonho do Estado do Rio, e que tem um papel eminente no futuro industrial do País, é a fábrica de álcalis que há tanto tempo vem empolgando os governos do Estado, e cujo papel na economia nacional é profundamente expressivo. Ela hoje faz, mesmo, parte das metas do Presidente Juscelino Kubitschek.

Não é demais que se diga que se pode definir a vida econômica do Brasil num ciclo anterior a êste Govêrno e num ciclo posterior a êste Govêrno. O ciclo anterior teve, sem dúvida, alguns expressivos movimentos visando a uma evolução econômica do Brasil, em bases objetivas. É de se salientar nesse sentido o Plano SALTE do Govêrno do Presidente Dutra. O que se destaca especialmente agora é que o planejamento é mais definido, pôsto que se realiza à base de metas com a fixação numérica de programas. O atual programa de metas é programa numérico, e extraordinàriamente objetivo.

O Estado do Rio de Janeiro está diante de possibilidades industriais marcantes. Entretanto, no campo agrícola há aspectos menos empolgantes a considerar. O Estado é ainda predominantemente agrícola. E é, apesar do decréscimo acentuado que vem tendo na sua produção de maior importância para alimentação humana. Entre os dois censos, de 40 e 50, essa decresceu de 35%. Foi o maior decréscimo percentual entre as unidades da Federação. Acresce que a população cresceu de 24%. E a produção "per capita", pois, reduziu-se à me-

tade nesse período. O Estado do Rio teve o seu momento áureo, no período do café, como já dissemos. Hoje ainda mantém, como grande expressão de sua riqueza, os canaviais de Campos, com a esplêndia indústria de açúcar que lá se desenvolve. O Estado do Rio, contudo, ocupa o 4.º lugar na produção de cana-de-açúcar entre as unidades da Federação. Em valor de produção coloca-se já em 1957 em 5.º lugar, cedendo sua posição para o Estado de Alagoas.

Nas culturas temporárias o Estado do Rio aumentou, em valor, sua produção 10 vêzes no período de 1938 a 1957 enquanto que, no Brasil, êsse acréscimo foi de 22 vêzes. Na produção de café coloca-se em 7.º lugar entre os Estados da Federação produzindo 4,7% da produção volumétrica nacional. A produção volumétrica de cana-de-açúcar, em 1957, foi de pouco mais de 10% da produção nacional, 30% da realizada por São Paulo, 55% da de Pernambuco e 80% da Mineira. Na produção de laranja coloca-se o Estado em 2.º lugar muito próximo de São Paulo. O Estado do Rio atinge aí um volume em 1957 de 19% do total produzido pelo Brasil e 92% do que produzia São Paulo.

A agricultura no Estado do Rio, em grande parte, foi substituída pela criação de gado e principalmente de gado leiteiro, que diminuiu a expansão do desenvolvimento, mas que manteve as terras fluminenses com relativo funcionamento econômico. Por outro lado, a zona da costa e os portos fluminenses ao sul do Distrito Federal recebiam a produção do vale do Paraíba e comerciavam essa riqueza na época em que prosperou êsse vale. Decaiu o valor dêsses portos fluminenses quando a Estrada de Ferro Central do Brasil passou a mobilizá-la, levando-a diretamente às duas capitais: São Paulo e Rio de Janeiro. E por mais que se tenha tentado reerguer o prestígio econômico de Angra dos Reis, levando-se eletrificadas as linhas da Rêde Mineira de Viação, Angra dos Reis apenas destaca as suas ruínas a nos dizer o passado e a história de um ciclo de nossa riqueza.

Mas o Estado do Rio procura agora reabilitar a sua agricultura. Os Municípios de Petrópolis, de Teresópolis, as zonas de Paraíba, de Barra do Piraí, etc., inclusive a agricultura que se realiza nas proximidades da zona industrial de Barra Mansa e de Volta Redonda, são surtos, sem dúvida, muito expressivos. Por outro lado, ao longo da Via Presidente Dutra e nas imediações de Rezende, também aparecem movimentos nesse sentido, mas por tôda parte sacrificados pela febre de loteamentos. Na Baixada, então, o fluxo negativo na exploração agrícola é até mais acentuado. É que o espraiamento do Distrito Federal por alguns municípios do Estado do Rio, como Nova Iguaçu e Caxias, transformou muito a fisionomia dêsses municípios, onde os loteamentos e as novas facilidades de transporte foram impressionantemente retalhando a gleba. Assim, os loteamentos no Estado do Rio, em verdade, deram um grande incremento e uma valorização expressiva às terras próximas às duas Capitais — Niterói e Rio de Janeiro — mas fizeram-lhe um grande mal, porque, pela valorização extraordinária dessas terras, tiraram-lhe a possibilidade de realizarem o círculo verde dessas duas grandes metrópoles. O preço das terras subiu assustadoramente e, em conseqüência, não pôde mais servir de suporte a uma agricultura por mais evoluída que ela pudesse se apresentar. Assim, todos os laranjais de Nova Iguaçu, ontem esperança e riqueza das terras fluminenses, vêem-se como que dizimados.

É verdade que algumas crises concorreram para êsse desfalecimento da produção cítrica. Entre êles os mercados internacionais que perdemos em parte, e certas pragas que infestaram os laranjais fluminenses. Contudo pode-se afirmar que o desaparecimento das grandes plantações na Baixada Fluminense não adveio primordialmente disso, mas da valorização extraordinária das terras e do seu retalhamento como habitações suburba-

nas, atendendo ao crescimento do Rio e de Niterói. O Estado do Rio hoje já não sonha, é verdade, em uma recuperação total no campo agrícola, ou pastoril, mas sonha em se industrializar. E se nós ainda podemos exaltar o cultivo intensivo da cana-de-açúcar de Campos, podemos dizer que êle resulta das necessidades crescentes da sua grande indústria açucareira. Mas desde que falamos em Campos, é bom lembrar que, até o período de nossa emancipação política, Campos pertencia ao Estado do Espírito Santo. O Sul do Espírito Santo se apresenta com características semelhantes ao Norte do Estado do Rio. A zona de Campos pertenceu realmente à Capitania do Espírito Santo.

O Estado do Espírito Santo tem a lhe limitar pelo poente a serra da Chibata até o rio Doce e ao Norte do rio Doce, a serra dos Aimorés.

Êste acidente geográfico, entretanto, tem dado motivo à grande controvérsia, precisamente na demarcação dos limites com o Estado de Minas Gerais.

Em realidade, é como se fôsse um prolongamento da serra do Mar, varada por um boqueirão, por onde se escoam as águas do rio Doce.

O trabalho de erosão do rio Doce e de seus afluentes, de certo modo, justifica as dúvidas criadas na fixação dêstes limites, não cabendo aqui, evidentemente, neste prefácio, um estudo aprofundado do problema, mas apenas parece necessário, mencionar-se uma interrupção na linha de cumiada, no sentido de justificar a longa questão existente com os dois Estados da Federação, onde as conceituações divergentes de geógrafos tem servido de base à exaltação dos interêsses de cada Estado.

Deixando de parte essa questão, o que realmente se destaca é a passagem do rio Doce pelo boqueirão estreito que se abre na serra, ao entrar no Espírito Santo, e que é a linha de penetração mais suave existente para o "interland" mineiro.

O rio Doce é, sem dúvida, um rio extraordinário: seu vale, muito rico, cheio de essências preciosas, hoje um tanto ou quanto devastadas tem, contudo, esperanças de desenvolvimento futuro, tendo, assim um aspecto econômico da mais alta expressão.

Abandonando-se a apreciação dêsse rio na parte em que êle corre em terras mineiras, vale notar que o seu vale, a jusante do boqueirão, ou seja, o seu vale em terras "capichabas" é, desde logo, marcado pela Capital do vale, digamos assim, Colatina.

Na verdade, de Colatina para baixo o rio Doce é navegável. Essa navegação é precária, sem dúvida, exatamente por nunca ter tido o menor tratamento, como acontece, em geral, com todos os rios do Brasil.

Mas Colatina foi um centro de desenvolvimento do Estado, verdadeira cidade pioneira.

O rio Doce, por outro lado, separa o Estado em 2 regiões: a região ao Norte do rio Doce e a região ao Sul do rio Doce.

O próprio vale dêste rio apresenta uma diferenciação notável entre a parte septentrional e a meridional. Na 1.º, são terras muito boas que ficaram, entretanto, abandonadas, pràticamente, em virtude de serem muito molhadas e insalubres.

Hoje, com a campanha de irradicação do impaludismo, essas terras se valorizaram grandemente, em virtude de sua fertilidade e da possibilidade de serem tratadas mecânicamente.

Ao Sul do rio Doce, no próprio vale, são menos molhadas as terras, funcionado quase como um dreno a lagoa do Aguiar, a lagoa do Meio e o Rio Riacho. E são também mais altas, o que permitiu sua exploração e fomentou o seu florescimento.

O trecho, pois, entre Colatina e Linhares, na margem direita do rio, desenvolveu, com algum sucesso, a agricultura.

O Norte do Estado tem a sua economia principalmente amparada no plantio do cacau, mas a base da economia do Espírito Santo é o café. O café é cultivado nas terras circunvizinhas de Colatina, porém, a grande lavoura cafeeira se encontra na zona Sul do Estado, desde Muqui a Cachoeiro do Itapemirim, Alegre e etc..

O café do Espírito Santo nunca foi de boa qualidade, sendo mesmo, nos períodos em que se exigia a quota de sacrifício, adquirido pelos lavradores de São Paulo e de Minas Gerais para o oferecerem à queima. Hoje a campanha dos cafés finos tem tido grande ressonância no Estado do Espírito Santo, e é mesmo já famoso o café Capitania.

Porém a riqueza maior do Estado nas perspectivas do futuro são as areias monasíticas de Guarapari.

Em verdade, desde o século passado essas areias pesavam na economia do Estado, entretanto, com o advento da era atômica elas assumiram uma transcidental importância.

Dada a posição geográfica do Estado, como escoamento mais razoável da exploração do maciço férreo de Itabira, o Espírito Santo ficou em foco no problema da siderurgia nacional. Hoje as exportações do ferro de Itabira se realizam pelo pôrto de Vitória.

Com a construção da estrada de ferro do vale do rio Doce, inicialmente uma das mais discutidas no Brasil, primeiramente pelas condições técnicas que não eram de molde a permitir uma exportação em massa do precioso minério; mas que com as reformas realizadas, no seu traçado e na sua infra estrutura, hoje ela permite um escoamento de alguns milhões de toneladas por ano.

O próprio limite desta exportação tem sido mais a capacidade comercial da exportação do que pròpriamente as possibilidades do escoamento.

Para que esta exportação possa ser realizada em condições econômicas, construiu-se o pôrto de embarque de Vitória, onde o sistema de silos facilita o transbôrdo de minério para os navios.

Mas tôda indústria extrativa fixa um grau baixo no nível econômico do país.

Êste reconhecimento tem feito com que se lute pela instauração da manipulação do minério, criando-se uma usina siderúrgica, capaz de absorver o minério extraído.

Só agora, entretanto, é que se inicia a construção de uma usina siderúrgica em Vitória, aproveitando o minério que vêm de Itabira e recebendo nas docas da sua própria usina o carvão de Santa Catarina. Essa usina siderúrgica será, sem dúvida, aquela que em melhores condições econômicas irá realizar a nossa produção siderúrgica.

Por outro lado, inicia-se a construção de uma usina em Santos, a ser alimentada também com o minério de Itabira.

Em verdade tem encarecido muito tôda a siderurgia brasileira à base do carvão mineral as dificuldades da própria navegação de cabotagem resultantes, em 1.º lugar, da deficiência dos portos de Henrique Lage e de Laguna, que não têm condições econômicas de exportação.

Além disso a nossa legislação de portos, é muito negativa para o desenvolvimento do transporte de cabotagem. Para se ter uma pálida idéia do que significa êste ônus, basta dizer que desapareceu, pràticamente, tôda a navegação da baía de Guanabara e a própria navegação em alguns dos nossos rios; e vem definhando a maioria dos pequenos portos de nossa costa.

A decadência da navegação fluvial em grande parte resulta dos ônus impostos pela nossa legislação. Sòmente a navegação em grandes volumes consegue sobreviver, embora gravando a economia nacional.

De qualquer forma, entretanto, a situação lógica em que se deveria colocar a usina siderúrgica seria no pôrto de Regência, na foz do rio Doce, com o aproveitamento da navegação, dêste rio para o transporte econômico do minério.

Acontece, entretanto, que o rio Doce, cujo curso é magnífico, a ponto de por êle ter sido levado todo o material pesado para a construção da usina Monlevade; é um rio, sem nenhum trabalho de regularização do seu curso e sem uma obra sequer de defesa de suas margens. Êsse rio mantém, entretanto, um canal de navegação em tôda sua extensão, de 2 metros de profundidade de sua águas, nas estiagens, salvo as interrupções dos pequenos acidentes, como a escadinha dos Aimorés, Lageado, Cachoeira Escura e etc..

Êsse rio desemboca no Atlântico, num pseudo delta, que, na realidade, é uma foz assoreada por bancos de areia que, numa longa extensão, forma como se fôsse uma restinga, tornando virtualmente impraticável o aproveitamento do pôrto para navios mesmo de médio calado.

Vários estudos foram realizados procurando-se barrar a saída das águas do rio Doce, desviando-as para a lagoa de Monsarás, onde existia uma barra que, com a concentração das águas poderia manter-se aberta, em condições razoáveis, além de se estabelecer uma bela bacia de evolução.

Acontece que hoje a própria barra da lagoa de Monsarás está totalmente associada.

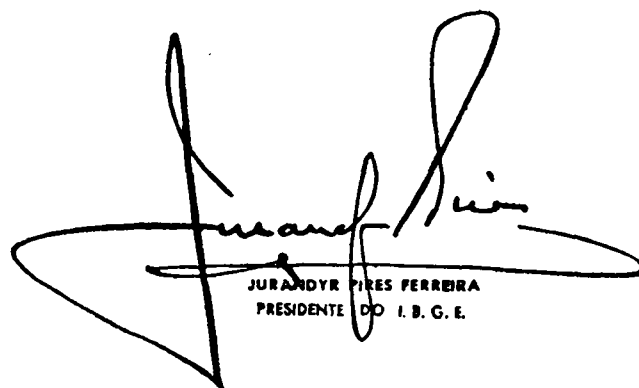
Pensou-se, também, com a mesma barragem, desviar as águas do rio Doce, aproveitando a série de lagoas que existem paralelamente à costa, para desembocar na foz do rio Riacho.

Note-se que estas providências seriam sempre ajudadas pela facilidade de represamento das águas regularizadas pela notável lagoa de Juparanã, capaz de manter, com poucas oscilações o nível d'água do rio, na proximidade de sua embocadura.

Entretanto êsses problemas valem apenas em teoria, porque a realidade prática é que já se instituiu o encainhamento natural dos produtos siderúrgicos pela Cia. do Vale do Rio Doce para Vitória.

Além do minério que se escoa pela Cia. do Vale do Rio Doce, o próprio Estado do Espírito Santo possui ocorrências de manganês mais ou menos expressivas, cuja exploração, entretanto, não tem tido grande êxito em face do seu teor metálico. O Estado, por conseguinte vive, ainda, principalmente, uma economia agrícola, ou melhor, cultivando café, cacau e um pouco de açúcar, na zona de Muqui.

Na produção agrícola de maior importância a alimentação humana (como seja o milho, arroz, feijão, mandioca e batata), o Estado do Espírito Santo apresenta um crescimento de produção inferior ao crescimento de sua população. No período entre 1940 e 1950,

sendo mesmo o 5.º estado do Brasil nesta situação de decréscimo de produtividade "per capita".

É verdade que alguns Estados, como o de Mato Grosso, reagiram profundamente de 1950 a esta parte, de forma a dar o 4.º lugar ao Estado do Espírito Santo. Para um crescimento, entre os dois censos, de 64% nessa produção agrícola, obtida pelo Brasil, o Estado do Espírito Santo teve um acréscimo de 12% apenas contra 22% de crescimento de sua população.

O Estado do Rio, entretanto, apresenta valores mais negativos neste sentido. Pelos censos de 1940-1950 êle chegou, como dissemos atrás, pràticamente, a metade na sua produção "per capita" nessa agricultura de maior importância para a alimentação humana.

Mas o crescimento da produção agrícola total no Espírito Santo cresceu de 1938 a 1957 de 22 vêzes, ou seja um pouco menos de 10% do que cresceu em média o Brasil. Êsse crescimento agrícola do Estado deve-se principalmente ao café e daí sofrer êle vivamente com as oscilações do mercado internacional. Êle é o 4.º Estado na produção de café e o segundo na de cacau. A produção volumétrica de café é de 22% da produção paulista e pouco mais de 9% da produção nacional. Quanto ao cacau é 3,7% da produção baiana e 3,5% da produção nacional. O cacau no Espírito Santo apresenta em 1957 um grande incremento ampliando de 70% o volume produzido na média dos anos anteriores.

Quanto ao café cresceu em 1957 sôbre 1956 de 30% mais sôbre a média de 53 a 56 foi apenas de 25% o crescimento. É de notar-se que o crescimento da produção volumétrica de café em todo o Brasil em 1957 foi também de 25% sôbre a média dos anos de 53 a 56.

Os dois Estados que apresentamos neste volume, embora diferenciados profundamente em suas condições econômicas, tem, entretanto, de comum perspectivas animadoras. Enquanto o Estado do Rio focaliza, no futuro, o surto industrial de seu progresso, o Estado do Espírito Santo abre, para a era atômica, o potencial impressionante das suas areias monazíticas. Ambos se integram no ritmo ascendente do progresso do Brasil que marcha seguro para a posição que, fatalmente, lhe está reservada na primeira linha das grandes nações do mundo moderno.

JURANDYR PIRES FERREIRA
PRESIDENTE DO I. B. G. E.

INTRODUÇÃO

POR

ATTILIO VIVACQUA
Senador Federal pelo Estado do Espírito Santo
Antigo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil

A história do Espírito Santo é luminosamente assinalada pela fundação das primeiras escolas da América, que foram os *colégios* da Companhia de Jesus.

Os padres Leonardo Nunes e Diogo Jácome, pioneiros da catequese e do ensino, com os veneráveis e evangelizadores Nóbrega e Navarro, acompanharam Tomé de Souza, fixaram-se em 1549 na atormentada Capitania de Vasco Fernandes Coutinho, seguidos por outros inicianos. Em 1550 chegava a nova leva de discípulos de Loiola, dentre êles Afonso Braz, o fundador do colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo em Vitória. Braz Lourenço, continuador da obra de Afonso Braz e promotor da aliança entre os temiminós e os portuguêses, aportava em 1553 às plagas espirito-santenses com outros missionários, dentre êles, o sábio Luiz da Grã.

O estudo das línguas indígenas, com as suas inúmeras dificuldades precedia à ação missional e cultural. A escolarização pressupunha, por sua vez, as tentivas, experimentação e adoção de processos didáticos especiais compatíveis com a mentalidade do goitacás, do tupiniquim, do aimoré.

Anchieta, que bem poderia ser cognominado o pedagogo do Novo Mundo, e que conhecera a Capitania em 1553, a ela retornou em 1565 para prosseguir no magistério das selvas, por longo tempo exercido em São Paulo de Piratininga. Iriritiba a que êle chamava *sua terra* e *aldeia mui virtuosa* transformou-se no fanal irradiante de fé, de amor, de evangelização e de cultura, do Novo Continente. Em Anchieta, se confundiram o apóstolo e o educador. No longínquo passado colonial, a selvática Capitania do Espírito Santo tornou-se, através dos Colégios da Companhia de Jesus, a matriz de autêntica e avançada pedagogia, baseada no conhecimento sócio-psicológico do aluno, o índio indómito e hostil, exalçado da barbárie e do cativeiro à condição do valor humano e cristão, em ascensão para a liberdade e a civilização, pedagogia, instrumentaliza-se por uma didática rica em técnicas e processos.

Quando em 1760 se deu cumprimento, no Espírito Santo, à severa legislação do Marquês de Pombal, sôbre a expulsão dos jesuítas, foram fechados o Colégio de Vitória e suas residências de Muribeca, Araçatiba, Itapoca, Iriritiba e Reis Magos — que deixaram na história o inapagável traço de luzeiros da fé e da educação.

A expulsão dos jesuítas afastou da Capitania os seus educadores. A carta régia de 10 de setembro de 1772 que instituía o *subsídio literário* para manutenção das escolas de primeiras letras, foi, como disse Mário Freire, o primeiro passo dado pela Metrópole a bem da instrução (Capitania do Espírito Santo, pág. 123). Anos depois, estabelecia-se o ensino obrigatório determinando-se que, "sob pena de prisão todos os pais levassem os filhos à casa do respectivo escrivão, pois êste, além da doutrina cristã, era obrigado a ensinar-lhes a ler e escrever" (ob. cit. 123). Proclamada a independência, ensaiava-se em 1824, na Província do Espírito Santo, o *ensino mútuo*, preconizado na *fala do trono* de 3 de maio de 1823. Era o método da escola de Lencaster, criada para remediar a falta de professôres, e em que cada grupo de alunos (decúria) era dirigido pelo colega mais adiantado (decurião). A aplicação do método não correspondeu à confiança nêle depositada. "Não sei por que fa-

talidade esta planta exótica, de que se tem colhido máximas vantagens no outro hemisfério, tenha deixado de prosperar em um solo como o nosso, tão fecundo em elementos que informam a vida científica" — dizia, em 1841, o Presidente da Província, José Joaquim Machado de Oliveira, na sua mensagem dirigida à Assembléia Legislativa Provincial. (José Teixeira de Oliveira, História do Estado do Espírito Santo, pág. 304).

As províncias, em virtude do Ato Adicional de 1834, que lhes reservou o encargo de legislar e prover sôbre o ensino de primeiras letras e o de humanidades, não puderam, por deficiências de recursos financeiros tirar proveito, da descentralização.

Proclamada a República, e notadamente, nos seus primórdios, firmou-se a orientação constitucional e política, no sentido de que, o ensino em todos os graus, primário, secundário, técnico ou superior, competia aos Estados e aos Municípios, cabendo exclusivamente à competência federal o ensino superior e o ensino secundário do Distrito Federal.

Na Constituinte, o consagrado constitucionalista João Barbalho sustentou a competência dos municípios para prover o ensino primário. Assim ficaram entregues aos Estados os problemas de instrução e da educação sem base de planos nacionais. Todavia, foi no Distrito Federal e nos Estados que surgiram as reações contra os processos da escola clássica tradicional.

Uma das primeiras reformas do ensino realizada, na República, foi de iniciativa do conspícuo Presidente Jerônymo Monteiro, empreendida no quatriênio de 1908 a 1912, sob a orientação técnica do ilustre educador paulista Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim. Destacava-se como uma das mais adiantadas remodelações de métodos didáticos.

O decênio de 1920 a 1930 é marcado, entre nós, pelo reflexo das idéias de renovação pedagógica que nesse período floresciam especialmente na Suíça, França, Itália, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos. Essas idéias medraram e frutificaram nas reformas de ensino elaboradas por Sampaio Doria, em São Paulo, por Anísio Teixeira, na Bahia, por Lourenço Filho, no Ceará, por Carneiro Leão no Distrito Federal, seguidas pela reforma do Dr. Francisco Campos, em Minas Gerais (1926-1927), a do Sr. Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1927 a 1928), e a do Espírito Santo (1928 a 1929), no govêrno do saudoso Governador Aristeu Aguiar, quando ocupamos a Secretaria de Educação dêsse Estado.

O objetivo colimado e que se buscou atingir, através de estudos, pesquisas e experimentação, foi o da introdução da Escola Ativa, e que seu principal fundador, Adolfo Ferriére, disse ser a que pela primeira vez na história faz justiça à criança.

O Curso Superior de Cultura Pedagógica, então criado, organizado e dirigido pelo benemérito professor Deodato de Moraes, foi o alicerce fundamental dêsse empreendimento. O que se objetivou e se preparou foi a implantação da *Escola Ativa Brasileira,* planejada em tipos transitório e integral dentro dos princípios e métodos pedagógicos científicos, adaptados às condições, exigências e peculiaridades do nosso meio.

Essa reforma, em que tanto se revelaram a capacidade, a dedicação e o idealismo do professorado capixaba, foi considerada padrão no Congresso de Secretários de Educação reunido na Capital Federal, em setembro de 1930. Ao lado da honrosa opinião de outras eminentes autoridades estrangeiras, mereceu ela o consagrador julgamento do insigne Adolfo Ferriére. Observando, em sua visita ao nosso país, em 1930, a organização e as atividades da Escola Ativa Brasileira do Espírito Santo, considerou-a *"une école nec plus ultra";* e afirmou que "com surprêsa, encontrara no Brasil uma das formas mais completas de educação nova" (Ad. Ferriére, L'Amérique Latine Adopte L'École Active, Éditions Delachaux & Niestlé S. A.).

O problema da reconstrução educacional, dentro das bases da Escola Nova, teve, em seguida, a sua fiel e brilhante formulação num documento imperecível, que foi o Manifesto dos Educadores lançado em 1932, redigido por Fernando de Azevedo, ao qual os educadores espirito-santenses deram a sua adesão..

O Espírito Santo não se descurou da expansão e aperfeiçoamento do seu aparelho de educação popular e jamais deixou de ser sensível às inspirações e princípios da renovação educacional. O Espírito Santo possui, uma preciosa tradição de idéias pedagógicas, que remontam ao início de sua colonização. Animam o seu magistério e suas demais elites intelectuais viva preocupação renovadora. Não lhe faltam valores, nem tampouco ambiente de opinião pública, para a revisão, que, na era atômica, cada dia mais se impõe, do pensamento e das diretrizes da pedagogia.

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2 — 24 937

AFONSO CLÁUDIO — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

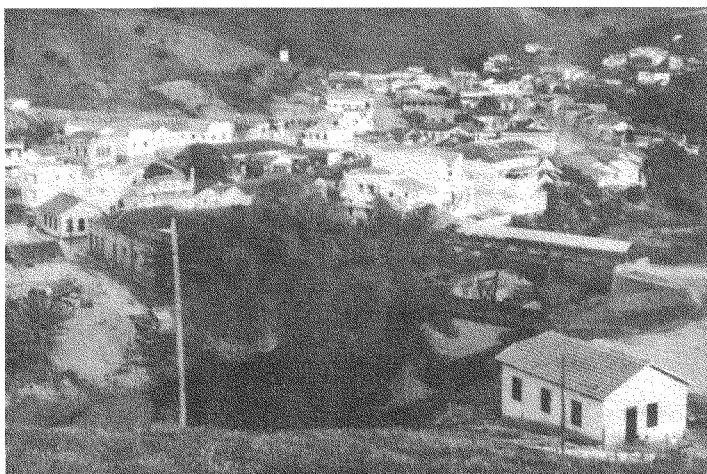
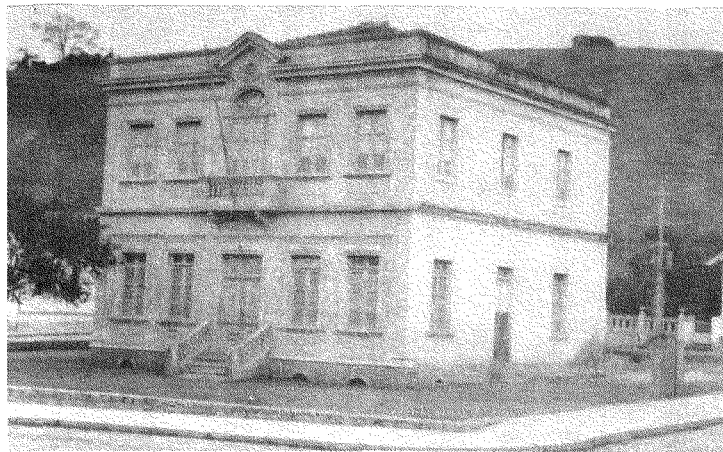
HISTÓRICO — O atual território de Afonso Cláudio pertenceu primitivamente ao município de Cachoeiro de Itapemirim, tendo sido, mais tarde, desmembrado e anexado ao de Serra, passando, depois, a integrar o de Cachoeiro de Santa Leopoldina, permanecendo, nessa condição, até 20 de novembro de 1890, data de sua emancipação.

O primeiro desbravador do território, segundo tradição, foi o engenheiro Frederico Wilmer que teria descoberto ouro, no lugar denominado "Lagoa Sêca", na Fazenda Santo Antônio do Alto Guandu, no atual distrito de Pontões, e que pertencia a Antônio de Souza Barros, conhecido por Barros Prêto. Sabe-se que Frederico Wilmer contraíra febre amarela e, em conseqüência, faleceu em Vitória, no ano de 1851.

Algum tempo depois, um aventureiro de nome ignorado, vindo provàvelmente de Minas Gerais, chegou a construir um rancho, no local, hoje Praça Adherbal Galvão, na sede municipal. Prosseguindo sua penetração, foi ter à casa de Antônio de Souza Barros, a quem conseguiu entusiasmar, com a descrição das terras férteis que percorrera. Seja em razão destas narrativas, ou porque já tivesse isso em mente, o fato é que, em 1876, Souza Barros foi até às cabeceiras do rio Guandu, no atual distrito de Pontões, onde fixou residência.

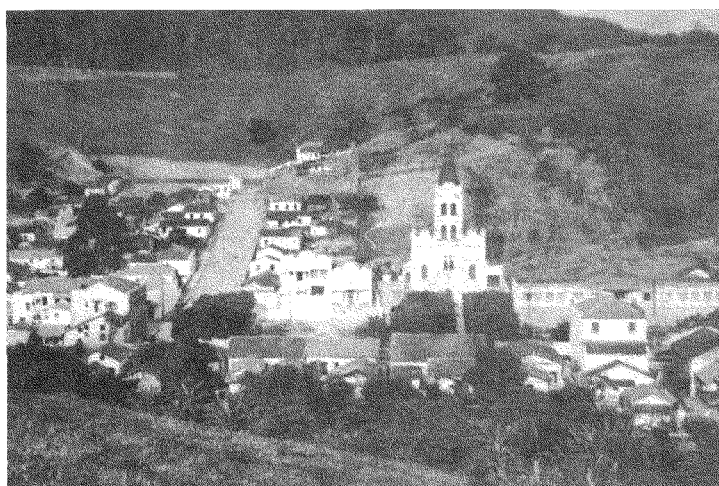
Provàvelmente, neste mesmo ano, Jorge Guilherme Gomes, Inácio Gonçalves Lamas, José Manoel Ribeiro e outros, vindos de Minas Gerais, se estabeleceram às margens do ribeirão Lagoa, no atual distrito de Serra Pelada, fazendo pequenas abertas nas matas.

Em 1881, essas famílias mudaram-se para o lugar, mais tarde denominado "Arrependido" que distava cêrca de 5 quilômetros da atual cidade. Iniciaram, aí, a construção de uma capela e de um cemitério, auxiliados por Sabino Coimbra de Oliveira que, nessa época, já havia fixado residência, no lugar hoje chamado "Grama".

Em 1885, notando que as águas do córrego já eram escassas, resolveram abandonar o local, que juntamente com o córrego passou a denominar-se "Arrependido". Procurando lugar mais apropriado para o início de uma povoação, vieram ter à margem direita do rio Guandu, no ponto onde fica, hoje, a parte norte da cidade, de propriedade então de

Vista parcial do centro da cidade

Prefeitura Municipal

Eugênio Pereira da Silva, que recebera de José Gabry o direito de posse. Conta-se que a venda do terreno de José Gabry para Eugênio Pereira da Silva foi condicionada à doação de parte dêle à Igreja, para ereção do povoado. De fato, nesse mesmo ano, (1885), Eugênio Silva, Sabino Coimbra de Oliveira, Inácio Gonçalves Lamas, Jorge Guilherme Gomes e outros lançaram os fundamentos da povoação idealizada, a que deram o nome de São Sebastião do Alto Guandu de Cima. A Escritura de Doação, no entanto, foi passada por Joaquim Ferreira Galvão, genro de Eugênio Silva. A localização do povoado, em relação ao rio Guandu, era a 30 quilômetros da nascente e 96 da foz.

Em 1886, diversas famílias, entre as quais a de Joaquim Ferreira Galvão e a do coronel Ramiro de Barros Conceição, vieram estabelecer-se, no novo arraial. Ainda em 1886, a convite, o povoado recebeu a visita pastoral do Bispo do Estado do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, que permaneceu, de 6 a 15 de setembro. Não havendo ainda igreja, construiu-se um rancho, coberto de fôlhas, que serviu de templo provisório.

A povoação progrediu ràpidamente. Os primeiros caminhos de tropa que viriam incrementar seu desenvolvimento, ligando-a às localidades vizinhas, foram construídos por Inácio Lamas, com o auxílio de indígenas.

Vista parcial da cidade, vendo-se ao fundo a igreja, com um rosário de alvenaria.

Em 1888, pela Lei provincial n.º 24, de 17 de setembro, a povoação tornou-se sede de distrito.

Já em 1890, em virtude do Decreto estadual n.º 53, de 20 de novembro, foi a povoação de São Sebastião do Alto Guandu de Cima elevada à categoria de vila e criado o mu-

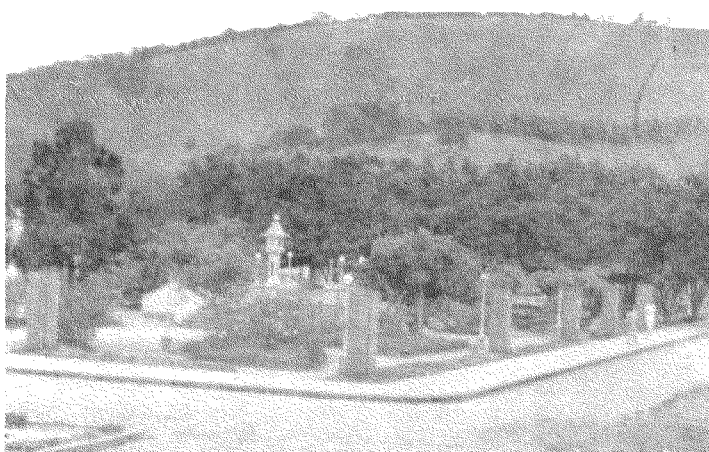
Trecho da Rua Marechal Deodoro, vendo-se à esquerda os prédios do Trianon Clube e do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo

nicípio, com a denominação de Afonso Cláudio, em homenagem ao Doutor Afonso Cláudio de Freitas Rosa, primeiro Presidente do Estado, na República. A instalação do município foi realizada no dia 20 de janeiro de 1891, presidida pelo Senhor Alberto Sebastião Wolkart, Presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Por Decreto estadual n.º 33, de 21 de setembro de 1891, a sede municipal foi transferida para a povoação de Figueira de Santa Joana, situada à margem direita do rio Santa Joana. Entretanto, no ano seguinte, pelo Decreto de 18 de janeiro de 1892, foi, novamente, a sede fixada em Afonso Cláudio.

A comarca de Afonso Cláudio foi criada em 1892, com a categoria de 1.ª entrância. Foi seu primeiro Juiz de Direito, o Dr. Francisco de Paula Mendes Wanderley. Atualmente, é comarca de 2.ª entrância, abrangendo, a exemplo de quando foi criada, sòmente o território do município.

A Agência Postal de Afonso Cláudio, sabe-se ter sido instalada, antes do ano de 1886, graças à intervenção do Barão de Bananal, que possuía, no lugar hoje denominado São Luís de Miranda, vasta extensão de terras. O primeiro agente postal foi o Sr. Sabino Coimbra de Oliveira, então primeiro negociante estabelecido na povoação.

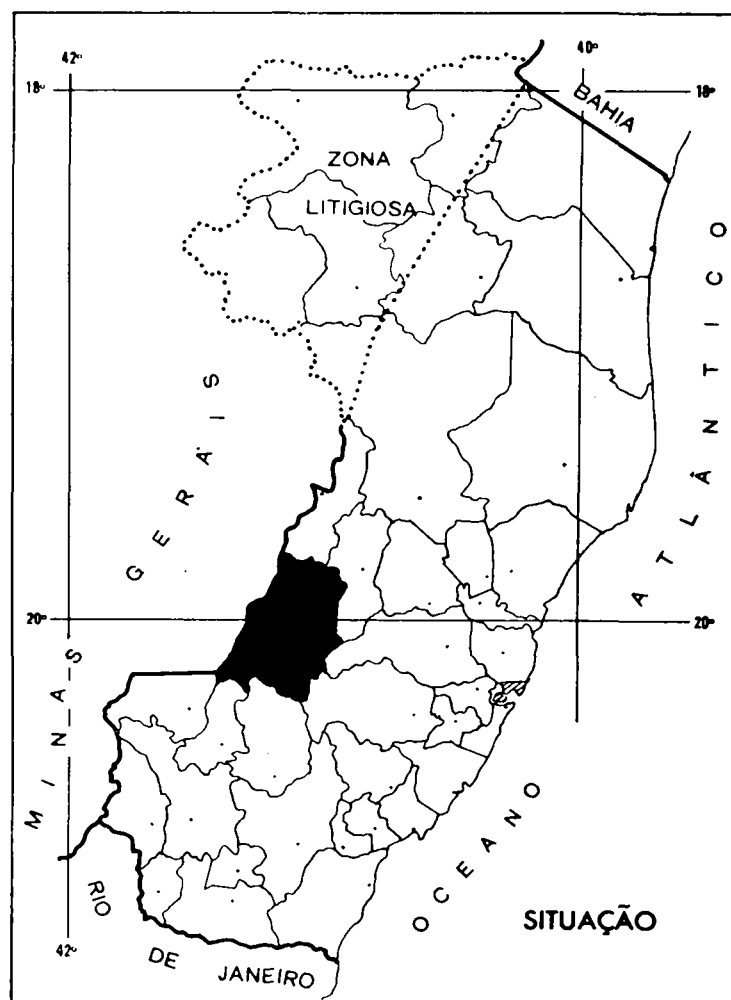
A primeira escola primária do município foi instalada em 16 de março de 1896, sendo seu primeiro regente, o professor Manoel José Nunes.

Jardim Público situado na Praça Haderbal Galvão

O primeiro Vigário da paróquia de São Sebastião do Alto Guandu (Afonso Cláudio), criada por D. João Batista Nery, primeiro Bispo do Espírito Santo, foi o padre Carlos José Ernesto Leduc.

Pela Lei n.º 488, de 22 de novembro de 1907, a Vila de Afonso Cláudio foi elevada à categoria de cidade.

Em virtude da Lei estadual n.º 978, de 28 de novembro de 1914, que criou o município de Boa Família (hoje Itaguaçu), perdeu o município de Afonso Cláudio os distritos de Figueira de Santa Joana e Boa Família.

Segundo o quadro da divisão territorial vigente em 31 de dezembro de 1956, o município de Afonso Cláudio é composto de 9 distritos: Afonso Cláudio, Brejetuba, Ibicaba, Joatuba, Laranja da Terra, Piracema, Pontões, Serra Pelada e Sobreiro.

LOCALIZAÇÃO — Afonso Cláudio está situado na Zona Fisiográfica "serrana do centro" e limita com os municípios espírito-santenses de Baixo Guandu, Castelo, Domingos Martins, Itaguaçu, Iúna, Muniz Freire e Santa Leopoldina e, o mineiro, de Mutum. Dista da Capital Estadual em linha reta: 90 km, e o seu rumo em relação à mesma é O.N.O. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul 20° 04' 36" e longitude W.Gr. 40° 07' 31".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 300 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima salubre e geralmente sêco. Temperatura em °C: média das máximas, 34;

das mínimas, 12 e média compensada, 23. A precipitação pluviométrica em 1956 atingiu 576,10 mm.

ÁREA — 2 090 km².

Avenida Presidente Vargas, uma das principais artérias da cidade

RIQUEZAS NATURAIS — As madeiras de lei, fibra de guaxima e plantas oleaginosas representam as riquezas vegetais. Nos 2 964 estabelecimentos agrícolas recenseados em 1950, 32 384 hectares constituíam-se de matas, correspondendo a 24,03% da área total.

Cristal de rocha, pedras preciosas, mica, ouro, cobre e urânio figuram como as principais riquezas minerais, embora inexploradas.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 constatou a existência de 38 517 habitantes, sendo 19 575 homens e 18 942 mulheres. Está colocado em 7.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado. Os 91,42% da população localizam-se no quadro rural. A densidade demográfica corresponde a 18,43 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Há no município 9 núcleos urbanos: a cidade de Afonso Cláudio com 1 583 habitantes e 8 vilas com os seguintes efetivos populacionais: Laranja da Terra, com 498 habitantes, Serra Pelada, com 438, Sobreiro, com 303, Pontões, com 178, Piracema, com 155, Brejetuba, com 92, Joatuba, com 40 e Ibicaba, com 17 habitantes. A população da cidade corresponde a 4,11% da população total do município.

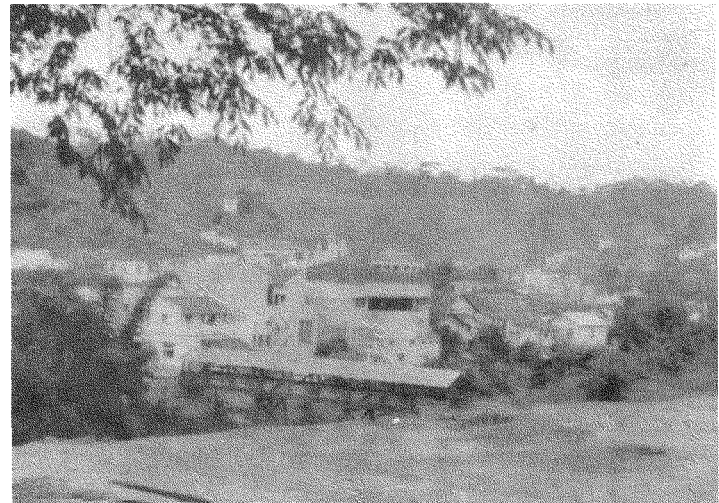
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Como na maioria dos municípios espírito-santenses, Afonso Cláudio tem a sua economia baseada na produção agropecuária. A principal lavoura praticada é a do café, seguindo-se-lhe, em importância, o milho, a banana, o feijão e a cana-de-açúcar. Em 1956, foram produzidas 56 385 sacas de café beneficiado correspondentes aos 11 277 hectares de terras plantadas com cafeeiros.

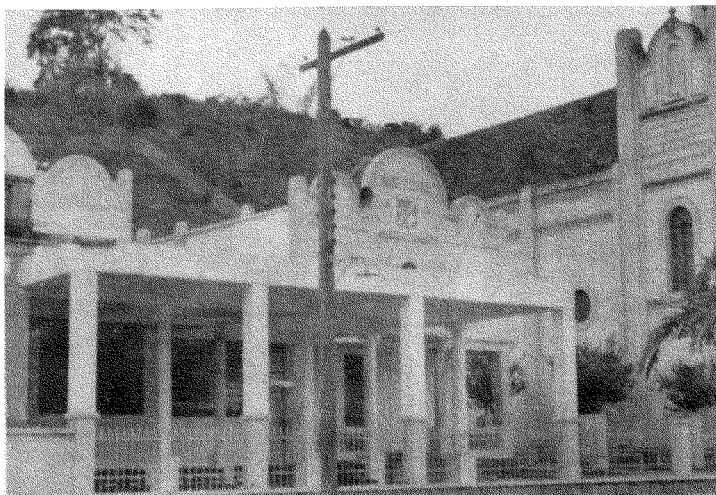
Vista parcial da cidade

Vista parcial da cidade, vendo-se em primeiro plano o Ginásio Afonso Claúdio.

A produção agrícola do município e respectivos valores foram os seguintes:

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM 1956	
	Números Absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Café	76 684	74,63
Milho	9 849	9,59
Banana	5 482	5,33
Feijão	2 300	2,24
Cana-de-açúcar	1 989	1,94
Demais produtos	6 442	6,27
TOTAL	102 746	100,00

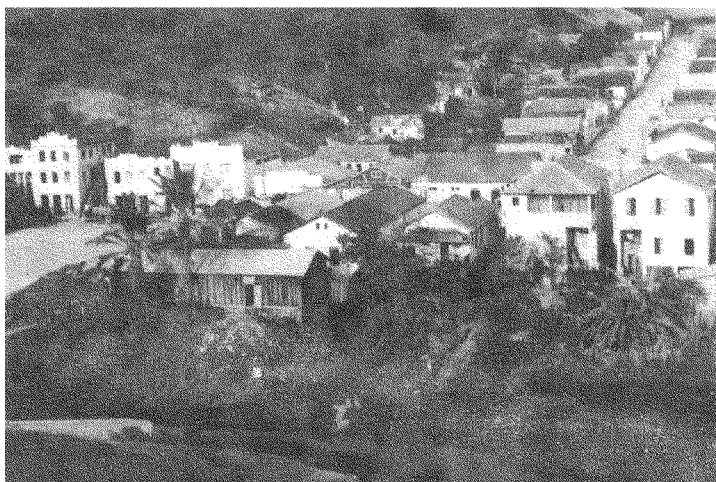
A pecuária representa considerável parcela na economia municipal. Ainda no referido ano existiam 33 530 cabeças de gado maior, destacando-se o bovino, com 21 400 reses, no valor de 43 milhões de cruzeiros. Dentre os rebanhos de gado menor, com 89 700 cabeças, predominava o gado suíno (87 000) no valor estimado de 104 milhões de cruzeiros. Há exportação de gado, em pequena escala.

Vista parcial da cidade, lado sul

A atividade industrial é representada, principalmente, por pequenas fábricas de beneficiamento de café e de cereais.

Prédio do Instituto Nossa Senhora de Lourdes — Jardim de Infância

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 4 estabelecimentos atacadistas e 99 varejistas, mantendo o comércio local suas transações, principalmente, com as praças de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Castelo.

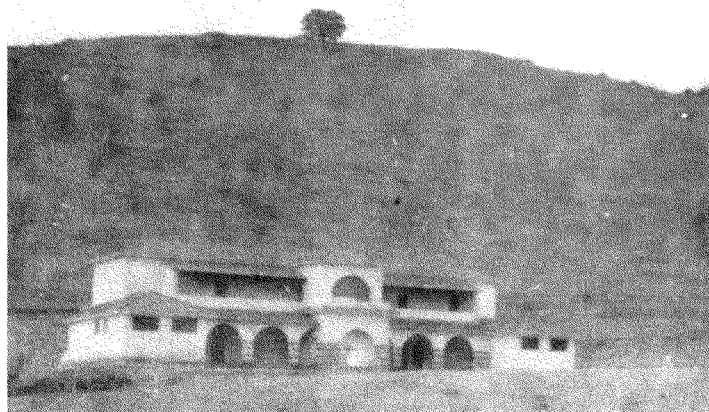
Está instalada na cidade 1 agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S.A.

MEIOS DE TRANSPORTE — Afonso Cláudio liga-se por rodovia com os municípios vizinhos de Baixo Guandu (99 km), Castelo (93 km), Domingos Martins (198 km), Itaguaçu (55 km), Iúna (104 km), Muniz Freire (89 km), Santa Leopoldina (121 km) e Mutum, MG (75 km). O transporte com a Capital Estadual se faz por rodovia (168 km).

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 6 logradouros inteiramente pavimentados e 2 parcialmente, a paralelepípedos; é servida de luz elétrica, com 338 ligações domiciliares; possui serviço de abastecimento de água. A extensão das linhas distribuidoras é de 2 130 metros, servindo a 16 logradouros, com 219 derivações.

Vista parcial da cidade

São 18 logradouros públicos dotados de rêde de esgotos em todo o seu prolongamento. Conta a cidade 2 hotéis e 3 pensões; 1 agência postal-telegráfica mantida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 pôsto telefônico pertencente ao Estado. Funcionam, ainda, 1 clube recreativo, 1 cinema, com 350 lugares, e 2 agremiações desportivas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população é servida por 2 médicos, 6 dentistas e 4 farmacêuticos. Há na cidade 1 Pôsto de Higiene, 1 Dispensário do Serviço de Profilaxia da Lepra, e 1 Hospital Geral, mantido pela Conferência de São Vicente de Paulo. Funcionam 4 farmácias.

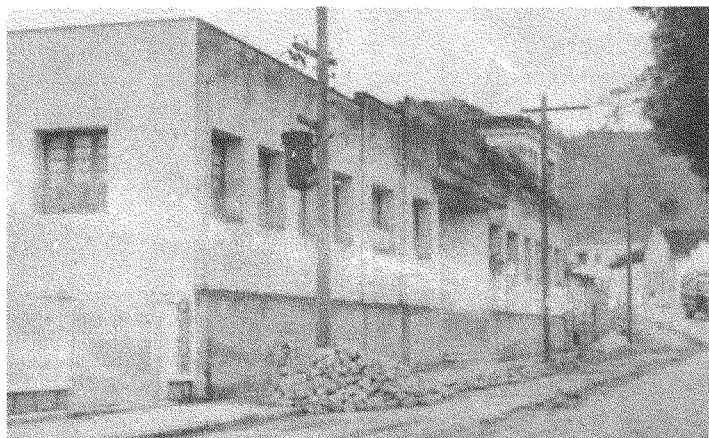
Na vila de Laranja da Terra está instalado 1 Pôsto de Combate a Esquistossomose, do Ministério da Saúde.

Grupo Escolar José Cupertino

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, das 31 513 pessoas de 5 anos e mais encontradas no município, 11 361 sabiam ler e escrecer, correspondendo a 36,05%. Na mesma época, das 10 892 pessoas em idade escolar (de 7 a 14 anos) eram alfabetizadas 2 608.

Ensino — Em 1956, funcionavam, em todo o município, 1 unidade de ensino pré-primário, mantida por particular, e 86 de ensino primário fundamental comum, sendo 65 estaduais, 17 municipais e 4 particulares. Localiza-se na cidade o Ginásio Estadual "Afonso Cláudio".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula quinzenalmente "O Afonso Cláudio", com a tiragem de 200 exemplares. Há, na cidade, uma tipografia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 077	6 474	1 421	560	1 530
1951	1 226	4 497	1 480	673	1 405
1952	1 600	4 802	2 202	1 168	2 093
1953	1 803	6 645	2 716	1 374	2 444
1954	3 249	6 732	2 811	1 623	2 672
1955	2 822	11 723	2 641	1 700	2 593
1956	3 242	11 888	3 852	1 903	3 501

Pôsto de Saúde do Estado

Prédio da Assistência Social São Vicente de Paulo

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O pico dos "Três Pontões", distante cêrca de 6 km da cidade, é formado por três saliências graníticas, ponteagudas, com a altura de 500 metros; o pico da "Lajinha", entre os distritos da sede municipal e Serra Pelada, com 800 metros de altura; e, no distrito de Joatuba, o pico dos "Cinco Pontões", que, conforme indica o nome, é constituído por cinco pontas gigantescas, de aproximadamente 500 metros de altura.

MANIFESTAÇÕES POPULARES — As festas que se realizam na cidade são tôdas de caráter religioso, sendo digna de menção a de 20 de janeiro, consagrada a São Sebastião, padroeiro do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O cidadão nascido no município adota o gentílico de "afonso-claudense".

Há 2 campos de futebol, regularmente instalados.

Funciona no município 1 Associação Rural.

A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores.

É Prefeito Municipal o Dr. João Eutrópio.

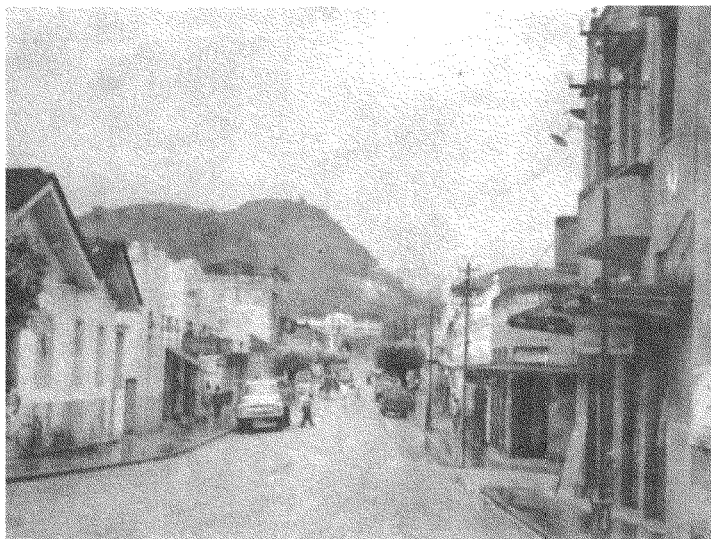
(Elaboração de Celso Teixeira de Siqueira — Agente de Estatística).

ALEGRE — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

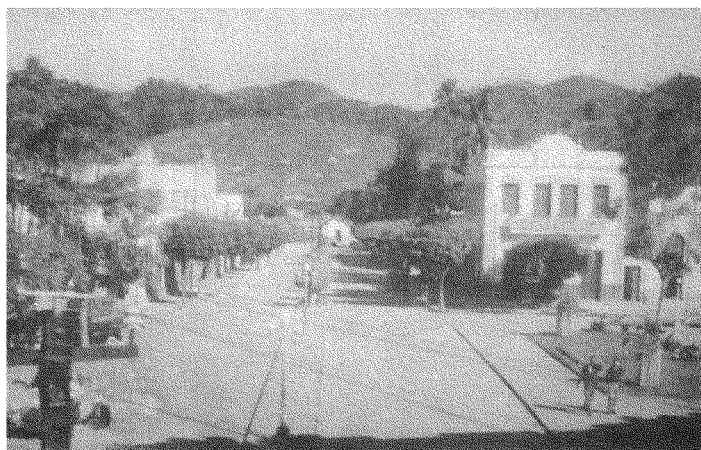
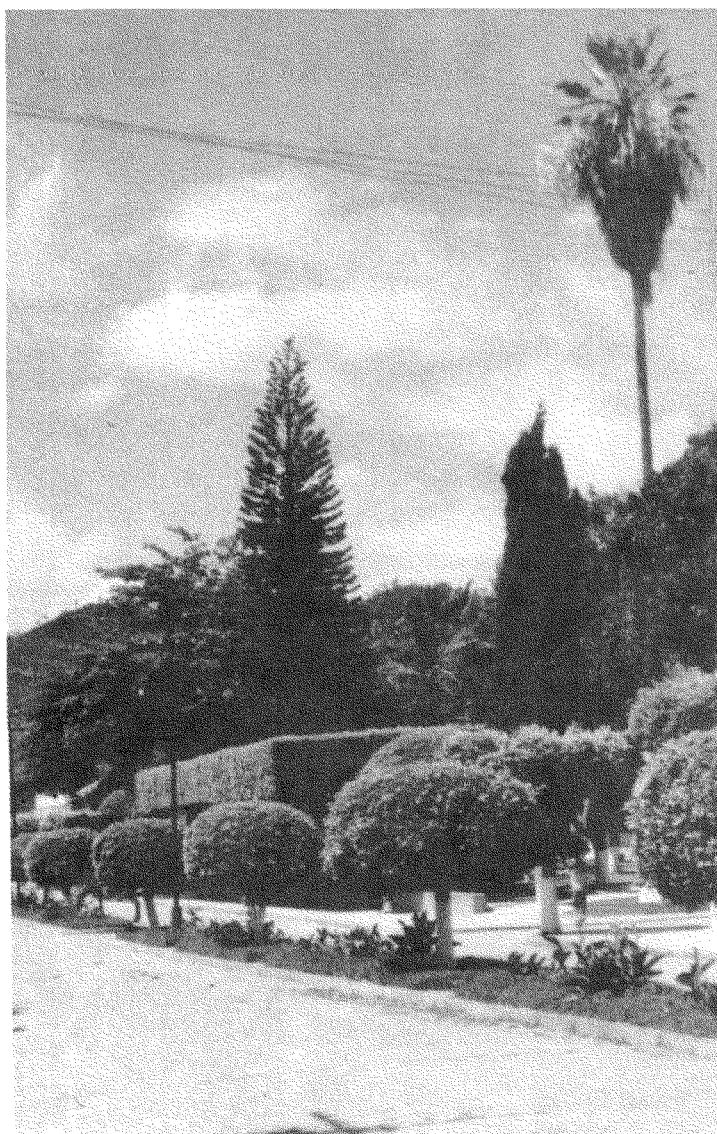
HISTÓRICO — No início de nossa civilização, as bandeiras constituíram um passo vitorioso para o desbravamento do solo. Por onde trilhavam, com o seu espírito aventureiro e sedento de conquistas, plantavam a semente de futuras cidades.

Assim, surgiu a povoação de Alegre, no alvorecer do século XIX, em 1820, da penetração de uma pequena bandeira de 72 pessoas, constituída, na maioria, de escravos e índios mansos, chefiados pelo capitão-mor Manoel Esteves de Lima, de nacionalidade portuguêsa, conforme consta de registro histórico daquela época.

Transportando-se da então Província de Minas Gerais, em busca de terras férteis, o chefe da expedição trazia o propósito de abrir lavouras e estabelecer comércio regular, na região. O povoamento da sede do município deve-se a João Teixeira da Conceição, natural de Mariana, que, com o regresso da expedição, ali permaneceu, realizando pequenas explorações pelos arredores. Em homenagem ao seu fundador, um dos bairros e um rio do município receberam o nome de Conceição.

Rua Doutor Wanderley

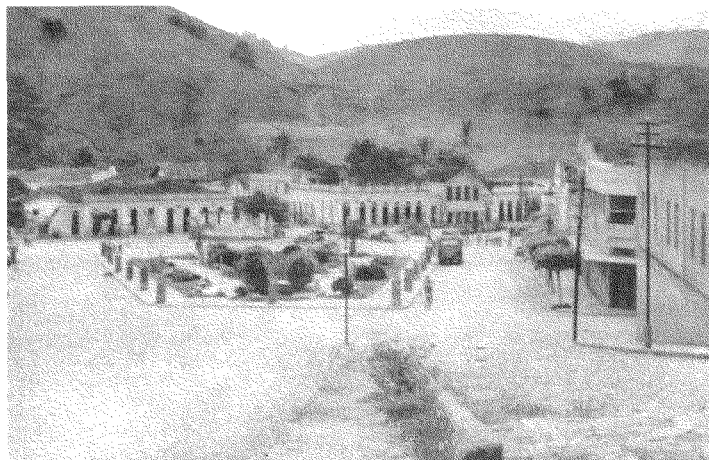
Três famílias, vindas do Estado de Minas Gerais contribuíram para o desenvolvimento do município de Alegre: — os Monteiro da Gama, os Ferreira de Paiva e os Paula Campos. O chefe dos Paula Campos — Francisco de Paula Campos — chegou ali em setembro de 1893, fundando a Fazenda da Boa Esperança, no distrito de Café. Francisco de Paula Campos veio de Minas acompanhado de 12 filhos, sendo 3 casados, inclusive o cap. Eliezer Franklin dos Santos.

O primeiro Vigário da capela de Alegre foi o padre Francisco Alves de Carvalho, natural de Portugal, e exerceu o cargo, de março a junho de 1850.

Num resumo histórico do atual município de Alegre, podem-se destacar as datas de 1857, quando foi criada, pela Resolução n.º 10, de 26 de janeiro, a primeira Subdelegacia Policial. Compeendia ela tôdas as fazendas situadas às margens do rio Itapemirim, do ribeirão Alegre, do rio dos Veados e as do rio Calçado, pelo lado do poente, até à foz no rio Itabapoana. Era, então, presidente da Província do Espírito Santo José Maurício Fernandes Pereira de Barros.

Trecho da Avenida Jerônimo Monteiro

Trecho da Praça Getúlio Vargas

O primeiro Distrito de Paz foi criado em 13 de julho do mesmo ano, pelo Decreto n.º 4, quando Presidente Olímpio Carneiro Viriato Catão.

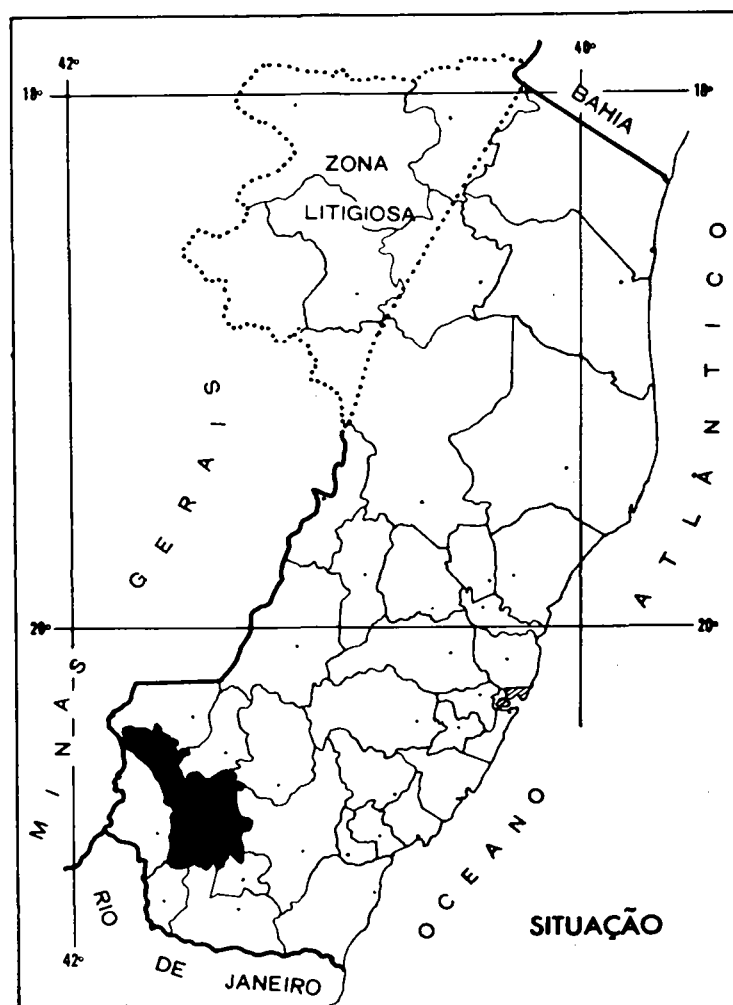
Em 23 de julho de 1858, foi sancionado o Decreto Legislativo Provincial criando uma freguesia do Distrito de Alegre, no município de Cachoeiro de Itapemirim, batizada com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Alegre, ato confirmado, pela Lei n.º 7, de 4 de novembro de 1896. Foi modificada, posteriormente, a denominação, para Nossa Senhora da Penha do Alegre.

A Lei n.º 18, de 3 de abril de 1884, assinada pelo Vice-Presidente da Província, Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, sancionou a Resolução que elevou à categoria de vila a freguesia de Nossa Senhora da Penha de Alegre.

Praça 6 de Janeiro

Finalmente, em 6 de janeiro de 1891, com território desanexado do de Cachoeiro de Itapemirim, foi instalado o município de Alegre, em cumprimento ao Decreto n.º 53, de 11 de novembro de 1890, que confirmou a Lei provincial n.º 18, de 3 de abril de 1884. Passou Alegre à categoria de cidade em 1921.

O município de Alegre compreende, atualmente, nove (9) distritos: Alegre (sede), Anutiba, Araraí, Café, Celina, Ibitirama, Rive, Santa Angélica e Vala do Souza.

LOCALIZAÇÃO — O município de Alegre está situado na Zona Fisiográfica denominada "Serrana do Sul" e limita, ao norte, com Iúna e Muniz Freire; a leste, com Castelo, Cachoeiro de Itapemirim e Muqui; ao sul, com Muqui, Mimoso do Sul e São José do Calçado; a oeste, com São José do Calçado, Guaçuí e Iúna.

A sede dista de Vitória 134 quilômetros, em linha reta, apresentando as seguintes coordenadas geográficas: ..... 20° 46' 34" de latitude Sul e 41° 31' 54" de longitude W. Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

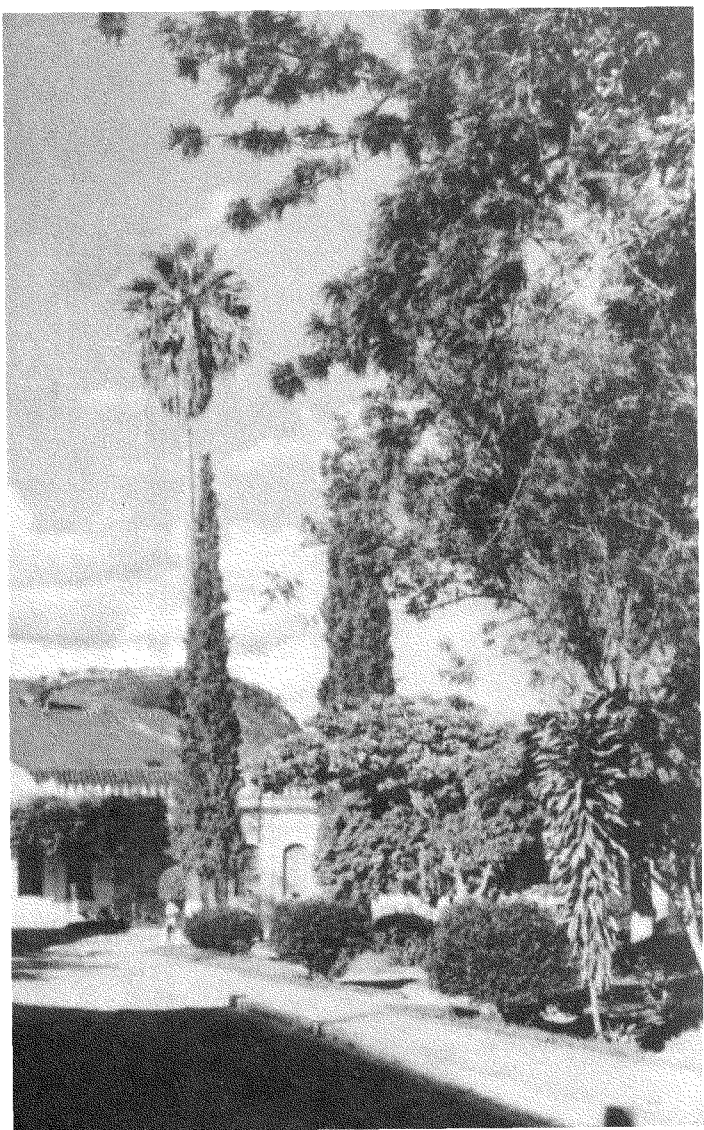
ALTITUDE — A cidade situa-se a 244 metros de altitude.

CLIMA — O território municipal em boa parte localizado nos contrafortes do Caparaó, apresenta dois tipos climáticos. O da sede, quente, com acentuada pluviosidade no verão, e o da região lindeira com Guaçuí e o Estado de Minas, que se classifica como mesotérmico.

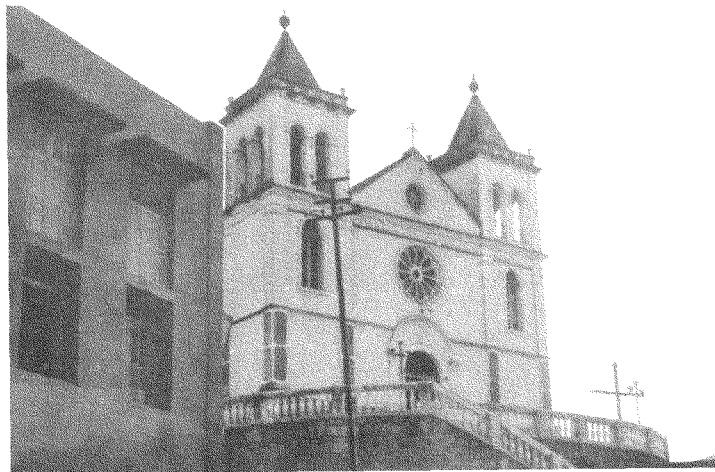
Outro aspecto da Avenida Jerônimo Monteiro

ÁREA — 1 521 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O Pico da Bandeira (2 884 metros de altitude), na Serra do Caparaó, ponto culminante do sistema geográfico brasileiro, é o principal acidente geográfico do município.

O conjunto hidrográfico alegrense, em face do relêvo acidentado que caracteriza o território, apresenta numerosas quedas de água, citando-se, como exemplo, a da Fumaça (4 500 H.P.), a Boa Vista (2 000 H.P.), a do Ramiro (1 333 H.P.), a Água Limpa (1 200 H.P.) e a Boa Sorte (1 066 H.P.).

Outro aspecto da Praça Getúlio Vargas

RIQUEZAS NATURAIS — Apesar da freqüência com que são encontradas a argila para cerâmica, a areia e a pedra para construção, a água "Conceição" constitui a principal riqueza mineral do município de Alegre.

A área revestida de matas — 19 057 hectares — encontrada em 1950, representava apenas 17,5% do total correspondentes aos 2 472 estabelecimentos agropecuários recenseados naquela data. O valor percentual correspondente para todo o Estado era superior — 33,62%.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Penha

POPULAÇÃO — Alegre é um município preponderantemente rural. Dos 58 968 habitantes ali recenseados em 1950 (29 840 homens e 29 128 mulheres), 49 269 localizavam-se no quadro rural, ou seja, 83,55%. A densidade demográfica era de 38,8 pessoas por km².

Rua Francisco Teixeira, vendo-se ao fundo o prédio do Esporte Clube Rio Branco

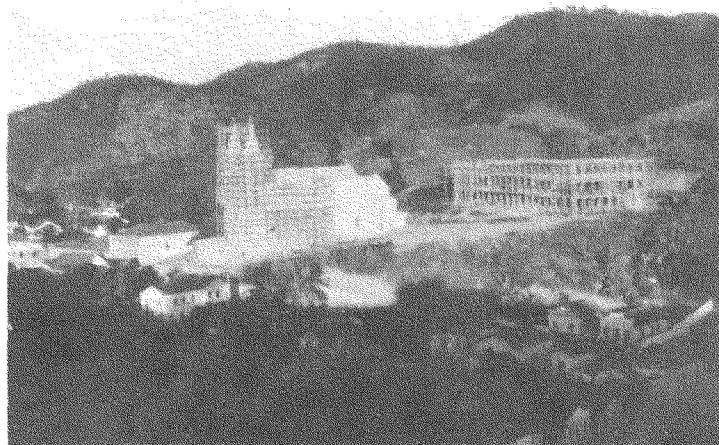
AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, o município contava 9 núcleos urbanos, onde se incluía a cidade:

	População
Cidade de Alegre	5 159
Vilas:	
Vala do Souza	1 591
Celina	909
Anutiba	725
Rive	331
Araraí	303
Santa Angélica	254
Ibitirama	221
Café	206

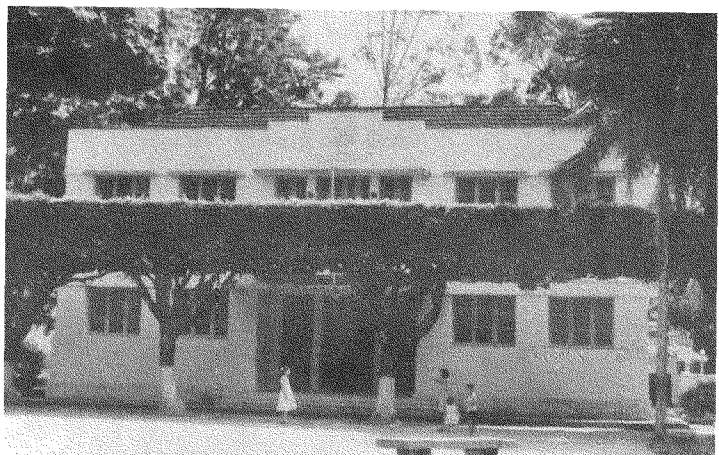
Vista parcial da cidade, lado norte

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Alegre tem sua economia fundamentada na agricultura, ocupando o 3.° pôsto entre os principais centros produtores capixabas.

Considerando-se o valor da produção agrícola de 1956, essa era a classificação:

	(Cr$ 1 000)
1. Colatina	688 930
2. Mimoso do Sul	344 735
3. *Alegre*	207 611

Vista parcial da cidade, destacando-se a Igreja-Matriz de N. S.ª da Penha e o Colégio do Instituto e Orfanato São José, em construção

Por ocasião do Censo de 1950, 84,36% da população de 10 anos e mais econômicamente ativa declararam exercer atividade principal no ramo "agricultura", "pecuária" e "silvicultura".

Do valor total da produção agrícola — 207,6 milhões de cruzeiros —, o café (6 305 toneladas), englobava 62,76%, consolidando-se, assim, como produto básico do município. A distância, seguiam-se-lhe o milho (6 383 t), a mandioca (14 960 t), o arroz (2 095 t), o feijão (685 t), a batata-doce (2 630 t) e o algodão (418 t), com as quotas respectivas de 12,3%, 8,01%, 4,2%, 2,48%, 1,96% e 1,72% do valor total. Os demais produtos totalizavam apenas 6,57%.

Prefeitura Municipal

Vista parcial da Vila de Celina

No rebanho pecuário existente em 1956, avaliado em 133 milhões de cruzeiros, avultavam os efetivos suíno (59 600 cabeças), bovino (25 300), muar (7 100) e eqüino (6 500), com a contribuição percentual sôbre o valor citado, de 38,06%, 35,15%, 17,06% e 8,79%.

No setor industrial, Alegre apresenta-se, ainda, em fase incipiente. Considerando-se as unidades de 5 ou mais operários, o valor da produção industrial, em 1956, foi de 26,9 milhões de cruzeiros. Dêsse total, 57,59% correspondiam ao ramo "produtos alimentares" e 18,94% à indústria da madeira.

O aproveitamento econômico da água mineral "Conceição" constitui uma das atividades mais promissoras para o município de Alegre. O aumento contínuo de sua aceitação em todo o Estado do Espírito Santo é notório.

Praça Bernardino Monteiro

A maquinaria instalada na Fazenda Bom Ver, onde se localiza a fonte hidromineral, possui capacidade para o preparo, desde a esterilização até a rotulagem, de 900 garrafas horárias.

A produção mensal de energia elétrica é de .... 132 371 kWh.

Vale ressaltar que segundo o plano regional de pesquisas, o valor da produção industrial alegrense foi, em 1955, de 152,3 milhões de cruzeiros. O grosso, entretanto, dos es-

Ladeira que dá acesso a Igreja-Matriz de N. S.ª da Penha, vista noturna

tabelecimentos investigados por êsse plano que engloba, indistintamente, tôdas as unidades, sem levar em conta a média operária, constitui atividade suplementar da agricultura, ou seja, o beneficiamento de café e cereais.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se, na cidade, 14 estabelecimentos atacadistas e 97 varejistas. Em 1949, Alegre classificava-se em 4.º lugar entre as principais praças comerciais do Espírito Santo, precedida, sòmente, por Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, como se depreende abaixo:

		Valor das Vendas (Cr$ 1 000)
1.	Vitória	1 080 455
2.	Colatina	253 172
3.	Cachoeiro de Itapemirim . . .	234 758
4.	*Alegre*	137 126

O intercâmbio comercial é feito, principalmente, com as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Campos, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória.

O movimento bancário do município processa-se através das Agências do Banco do Brasil S. A., do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.

A Caixa Econômica do Espírito Santo mantém, na cidade, uma de suas Agências.

Casa de Caridade São José

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina que, tem instaladas dentro de suas fronteiras as estações de Alegre, Celina, Rive e Vala do Souza e as paradas de Volta da Ferradura, Caixa d'Água e Cristal.

Através de extensa rêde rodoviária, Alegre liga-se às seguintes cidades: Cachoeiro de Itapemirim (72 km), Castelo (84 km), Guaçuí (26 km), Iúna (77 km), Mimoso do Sul (68 km), Muniz Freire (44 km), Muqui (46 km), São José do Calçado (46 km), Vitória (208 km) e Rio de Janeiro — DF (486 km). Por ferrovia: Cachoeiro de Itapemirim (61 km), Castelo (66 km), Guaçuí (38 km), Mimoso do Sul (116 km), Muqui (101 km), Vitória (220 km) e Rio de Janeiro (541 km).

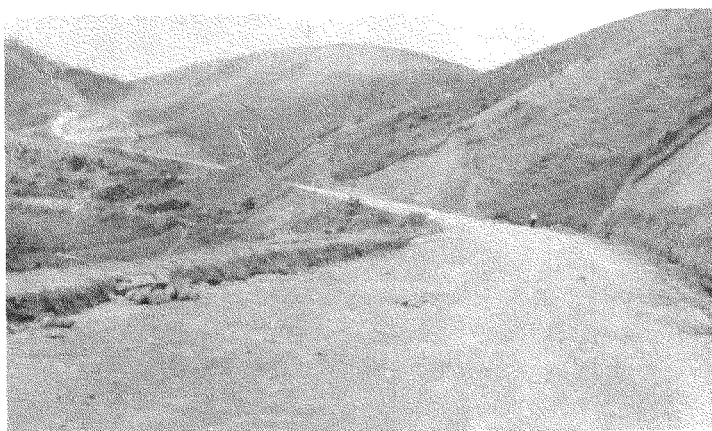
Nas vizinhanças da cidade, um campo de pouso pode ser utilizado por aparelhos de pequeno porte.

Grupo Escolar Professor Lelis

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 1 175 residências iluminadas a eletricidade, 891 servidas de água canalizada, 41 aparelhos telefônicos, 14 logradouros pavimentados a paralelepípedos, 12 arborizados, 5 simultâneamente ajardinados e arborizados, 4 hotéis, 5 pensões e uma agência postal-telegráfica.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém nas 8 vilas municipais uma agência postal, e a Estrada de Ferro Leopoldina, na cidade de Alegre e nas vilas de Rive, Celina e Vala do Souza, possui aparêlho Telegráfico.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — Em atividade no município, relacionam-se o Hospital de Alegre (55 leitos), o Instituto e Orfanato São José (55 leitos), a Conferência de Nossa Senhora da Penha, da Sociedade São Vicente de Paulo (6 leitos), o Círculo Operário de Alegre, o

Vista parcial da cidade, vendo-se ao fundo o Ginásio e Escola Normal Aristeu de Aguiar

Trecho da Rodovia Alegre — Guaçuí

Pôsto de Higiene do Estado, o Serviço de Profilaxia da Lepra e o Ambulatório Municipal.

Na cidade, contam-se 8 médicos, 7 dentistas, 7 farmacêuticos e 7 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das 48 466 pessoas de 5 anos e mais recenseadas no município, em 1950, 16 427 declararam-se alfabetizadas. A taxa de alfabetização era, então, de 33,89%.

Ensino — O ensino primário em 1955, foi ministrado por 155 professôres através das 116 unidades escolares existentes. A matrícula geral nesses estabelecimentos foi de 6 326 alunos, a freqüência média, de 4 368, a aprovação em geral, de 2 435 e a conclusão do curso, de 335 alunos.

Mantinham o curso secundário o Colégio Estadual e Escola Normal "Aristeu Aguiar" (cursos ginasial, científico e de formação de professôres), Escola Técnica de Comércio, os Ginásios "Sabino Pessoa" e Celinense S. A. Contavam-se, ainda, 1 curso de admissão e 1 escola de datilografia.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circulam no município os periódicos "O Alegrense" (sede) e "A Voz da Lavoura" (vila de Vala do Souza). Registram-se, ainda, 2 associações lítero-desportivas, 3 sócio-desportivas, 3 desportivas, 1 excursionista, 1 recreativa, 1 musical, 2 bibliotecas totalizando 2 250 volumes e 1 cinema com capacidade para 500 pessoas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 563	12 973	2 012	925	2 435
1951	2 617	19 522	2 234	1 155	2 411
1952	3 641	21 527	3 124	1 513	2 583
1953	4 270	23 411	4 342	1 729	4 319
1954	4 639	24 735	4 244	1 854	3 367
1955	5 726	27 130	4 104	1 976	6 772
1956	3 605	28 334	4 438	2 086	3 241

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na vila de Café ergue-se um obelisco em homenagem ao Dr. Godofredo da Costa Menezes, Prefeito do município quando da inauguração da rodovia Alegre—Café, em 1937.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS POPULARES — As duas festas tradicionais de Alegre são de cunho religioso. A principal, de Nossa Senhora da Penha, padroeira do município, verifica-se, anualmente, a 15 de agôsto, para não coincidir com a que se realiza no município de Espírito Santo, de âmbito estadual. A de São Sebastião ocorre a 20 de janeiro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município contam-se 7 cooperativas e 1 associação rural. Por ocasião do pleito de 1955, Alegre dispunha de 15 623 eleitores. O legislativo municipal compõe-se de 11 vereadores. É Prefeito Municipal o Sr. Ari Fiorezi de Oliveira. O cidadão nascido em Alegre recebe o patronímico "alegrense".

(Elaborado pelo A.E. Darílio Monteiro de Abreu com a colaboração do funcionário da A.M.E. Rachid Abdalla).

ALFREDO CHAVES — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo pesquisas realizadas pela Agência de Estatística, a primeira leva de imigrantes europeus, destinada à colonização do atual município de Alfredo Chaves, aqui chegou por volta de 1877. Aportando, de início, em Benevente (atual município de Anchieta), e subindo o rio de igual nome, êsses imigrantes fundaram o povoado de Alto Benevente, que mais tarde recebeu a denominação de Alfredo Chaves, em homenagem ao Ministro Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves, a quem se deve a vinda dêsses primeiros colonizadores, tiroleses em sua totalidade.

Elementos colhidos junto a antigos habitantes do município e registros da imprensa capixaba informam que a segunda leva imigratória, constituída exclusivamente de italianos, tenha se verificado em 1878.

Novo grupo de imigrantes, em 1895, veio completar o ciclo imigratório observado no município. Era também constituído, exclusivamente, de italianos, em maior quantidade que das vêzes anteriores.

No ano de 1877, efetuou-se a compra dos terrenos onde viria localizar-se a cidade de Alfredo Chaves. A escritura de compra e venda, entre outras coisas, diz o seguinte: "Saibam quantos êste público instrumento de escritura virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e sete, aos oito dias do mês de fevereiro do dito ano, nesta vila de Benevente, Província do Espírito Santo, em meu cartório, onde eu tabelião me achava, alí, perante mim e as duas testemunhas no final desta assignadas, de uma parte, José Togneri e sua mulher D. Ri-

Vista parcial da cidade

ta Augusta Togneri, e de outra parte o Dr. Joaquim Adolpho Pinto Pacca, Diretor da Imperial Colonia de Rio Novo, moradores os dois primeiros neste termo e êste na dita Colonia, termo de Itapemirim, uns e outros conhecidos de mim tabelião, do que dou fé; e por eles José Togneri e sua mulher foi dito que de hoje para sempre vendem à Fazenda Nacional um pedaço de terras em pasto, na Fazenda de "Quatinga" dividindo-se pelo lado de cima com terras d'elles vendedores".

Em 1891, com território desmembrado do então município de Benevente, o Decreto estadual de 24 de janeiro criou o distrito e o município de Alfredo Chaves.

A Lei estadual n.º 1 417, de 21 de maio de 1924, elevou a sede municipal à categoria de cidade.

Compõe-se o município de quatro distritos, a saber: Alfredo Chaves (sede municipal), Crubixá, Matilde e Sagrada Família, êste transferido do município de Guarapari.

Em 1895, o recenseamento das colônias do município acusava uma população de 5 843 habitantes.

A 20 de setembro de 1924, criou-se a comarca de Alfredo Chaves, que nos quadros da Divisão Territorial datados de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como, no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 9 222, de 31-3-1938, apresenta-se formada, ùnicamente pelo têrmo-sede, ao qual se jurisdicionam dois municípios: o de Alfredo Chaves e o de Iconha.

De conformidade com o Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11-11-1938, o têrmo de Alfredo Chaves perdeu o município de Iconha, transferido para o têrmo-sede da comarca de Anchieta e adquiriu dêste o município de Guarapari.

Assim, na divisão territorial do Estado, vigente no qüinqüênio 1939-1943, fixada pelo citado Decreto-lei número 9 941, a comarca de Alfredo Chaves permanece com apenas o têrmo dêsse nome, ao qual se subordinam os municípios de Alfredo Chaves e Guarapari.

Em obediência ao Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31-12-1943, tais alterações ficaram sem efeito.

Na divisão judiciário-administrativa do Estado, estatuída pelo referido Decreto-lei n.º 15 177, para vigorar em 1944-1948, a comarca de Alfredo Chaves apresenta-se constituída sòmente pelo têrmo-sede, o qual é formado pelos municípios de Alfredo Chaves e Iconha.

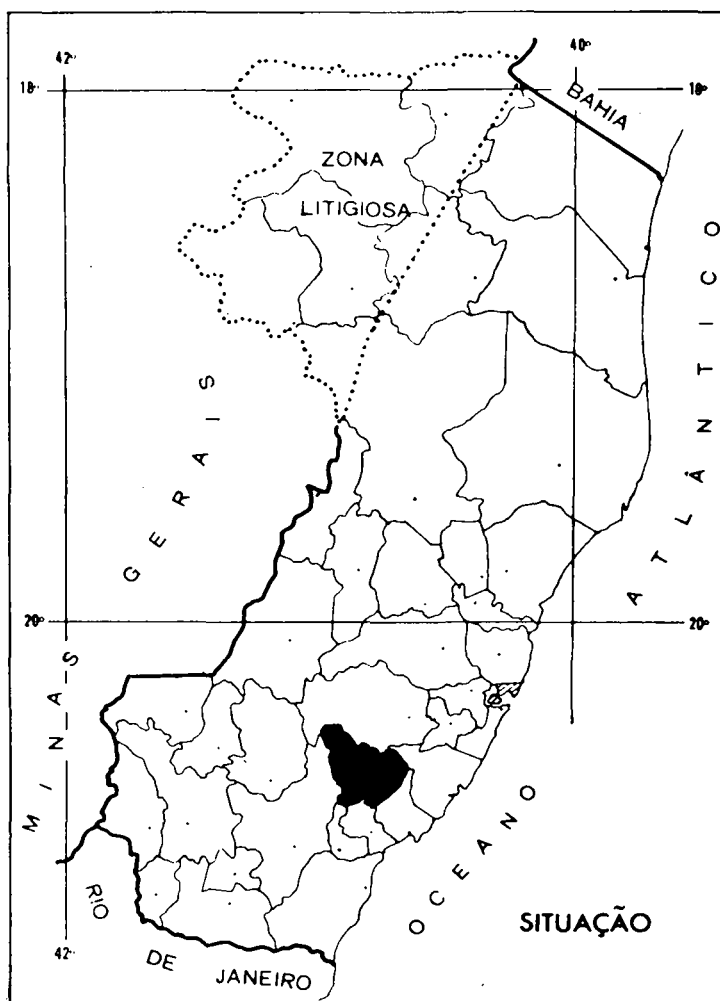
Na atual legislatura, instalada em 1955, foi eleito Prefeito o Sr. Erineu Norberto Salvador. A Câmara Municipal está constituída de 9 vereadores, a saber: Fiorino Puppin

Prefeitura Municipal

(Presidente), Constantino De Nadai, Samuel Rossato, Arthur Orlandi, Agustinho José Bonella, João Fregonassi Neto, Sigefrido Colodete, Henrique Meilli Júnior e João de Nadai.

Como se nota um vereador é de origem suíça e os demais — prefeito e edis — são de origem italiana.

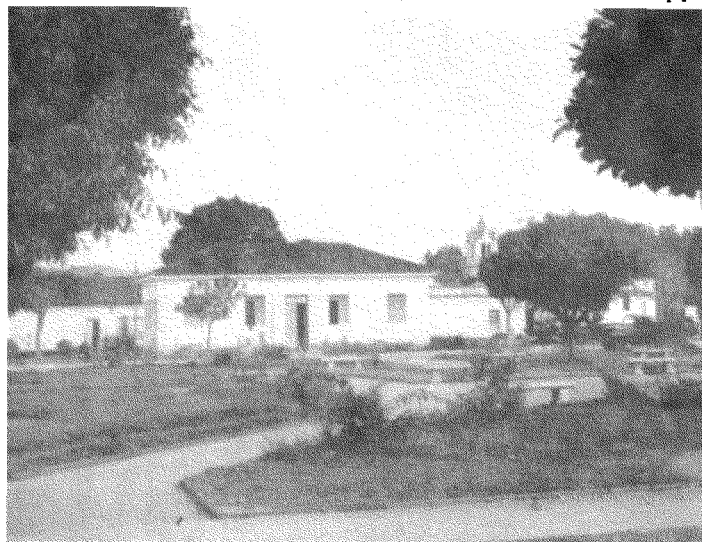
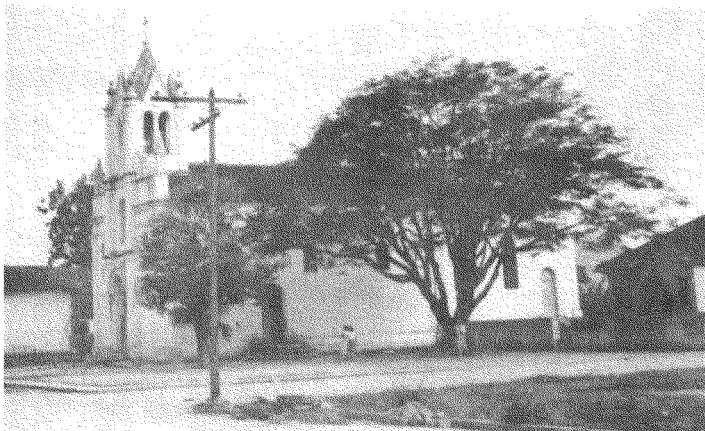
LOCALIZAÇÃO — A cidade de Alfredo Chaves está situada à margem direita do rio Benevente e dista em linha reta da Capital do Estado 60 km. Possui as seguintes coordenadas geográficas, latitude Sul 20° 38' 40" e longitude W.Gr. 40° 41' 50".

O município está integrado na Zona Fisiográfica "Serrana do Sul" e limita com os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Novo do Sul, Iconha, Anchieta, Guarapari e Domingos Martins.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 18 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município é quente com regular distribuição pluviométrica. No distrito de Matilde o clima é temperado. Chuvas fortes verificam-se nos meses de outubro a dezembro.

ÁREA — 644 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Um dos mais importantes acidentes geográficos é o rio Benevente, que forma a cachoeira de Bela Vista, situada no distrito da sede, com a potência conhecida de 4 300 H.P., e a cachoeira de Engenheiro Rive, no distrito de Matilde, com potência estimada em 2 000 H.P.

Igreja-Matriz de Nossa Senhora da Conceição

Destacam-se, ainda, na topografia municipal, os picos do Tamanco, com 1 050 m, Boa Vista, com 940 m e do Salto D'Água, com 510 metros de altitude.

RIQUEZAS NATURAIS — Areia e pedra, para construção, e argila para o fabrico de telhas e tijolos constituem as riquezas extrativas minerais; jacarandá, ipê, canela, cedro, peroba, jequitibá, braúna e outras madeiras de lei representam as riquezas vegetais. Os 44 341 hectares de matas encontrados, em 1950, correspondiam a 42,98% do total da área dos 768 estabelecimentos agrícolas recenseados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, havia no município 10 064 habitantes (5 176 homens e 4 888 mulheres). Os 87,12% da população localizavam-se na zona rural. Densidade demográfica: 15,63 habitantes por km^2.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Havia 4 núcleos urbanos no município: a cidade de Alfredo Chaves com 922 habitantes e as vilas de Matilde, Sagrada Família e Crubixá com 202, 98 e 74 habitantes, respectivamente. Na cidade encontravam-se 9,16% da população do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a base econômica de Alfredo Chaves.

O principal produto agrícola é o café com a produção, em 1956, no valor de 29 milhões de cruzeiros, correspondendo a 55,02% do valor total dos produtos agrícolas.

A produção de mandioca, feijão, milho, banana, cana-de-açúcar e arroz atingiu naquele ano o montante de 19 milhões de cruzeiros.

Grupo Escolar Camila Mota, nome da primeira professôra do município

Os principais rebanhos eram constituídos dos gados bovino, eqüino e muar, avaliados em 37 milhões de cruzeiros.

A indústria municipal restringia-se ao beneficiamento de café e arroz e ao pequeno fabrico de aguardente, farinha de mandioca e fubá de milho.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade existem 21 estabelecimentos comerciais, sendo 4 atacadistas e 17 varejistas.

O comércio local transaciona, principalmente, com as praças de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

A Agência da Caixa Econômica Federal registrava, em 1956, 41 cadernetas em circulação e depósitos no valor de Cr$ 165 250,00.

Há, também, 2 correspondentes bancários.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município, através do distrito de Matilde, é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina. Há duas estações e dois pontos de parada.

A cidade é ligada por emprêsa de ônibus à Capital do Estado e à cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Vincula-se por estrada de rodagem aos municípios de Anchieta (36 km), Cachoeiro de Itapemirim (90 km), Domingos Martins (45 km), Guarapari (48 km), Iconha (36 km) e Rio Novo do Sul (56 km). Dista, por rodovia, 85 km da Capital do Estado e 499, da Capital Federal.

Cooperativa de Laticínios — Pôsto de Resfriamento de leite

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui luz elétrica com 174 ligações domiciliares e é abastecida de água potável, com 113 derivações. Possui serviço de esgôto com 119 prédios esgotados; 1 Agência Postal-telegráfica, 1 Pôsto Telefônico da Companhia Telefônica do Espírito Santo, 1 hotel, 1 cinema e 1 sociedade desportiva.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada através de 1 médico, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Existe um Pôsto de Higiene do Estado e um de Combate às Endemias Rurais, do Ministério da Saúde. Há 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 apontou um total de 8 397 pessoas de 5 anos e mais, das quais 3 933 sabiam ler e escrever, o que corresponde a 46,84%.

No Estado, a percentagem de alfabetização, nesse mesmo grupo de idade, era de 40,96%.

Ensino — O município possui 35 unidades do ensino primário fundamental comum e 1 do ensino complementar.

Rua Getúlio Vargas, vendo-se ao fundo o Serviço de Abastecimento de Água

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	379	2 335	450	175	256
1951	361	1 352	537	203	351
1952	223	1 561	798	213	577
1953	319	1 223	959	247	940
1954	391	1 677	1 079	247	1 184
1955	493	2 723	839	239	688
1956	664	3 466	1 194	247	739

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São tradicionais no município os festejos de São Benedito, que, além, da parte religiosa, no dia 26 de dezembro, constante de missa e procissão, apresentam características nìtidamente folclóricas, manifestadas em cantos, danças, e "enfincada" de um mastro com a bandeira do Santo festejado. Tem início, geralmente, em outubro, quando um grupo de pessoas de condição humilde se reúne, nas noites de sábado, para os ensaios de danças rudimentares, que serão executadas no transcorrer da festa. O "congo", assim constituído e devidamente ensaiado, aguarda o dia consagrado a Santa Catarina, 25 de novembro, ocasião em que se efetua a puxada do mastro, peça de madeira oferecida por um dos devotos, residente próximo à cidade. Para aí, então, se dirigem todos, "congo" e grande número de pessoas, em busca do "oferecimento". Depois de algumas danças, é o mastro transportado ao centro da cidade. Fazem-se pintura e enfeites, para em seguida, a 26 de dezembro, ser conduzido a uma das propriedades vizinhas. Retornando a 27, empreendem uma passeata pelas ruas da cidade, depois do que é o mastro enfincado. Finalizando os festejos, reúnem-se os devotos, mais uma vez, no dia de São Sebastião, quando é o mastro retirado da frente da igreja. Como fim da festa, a madeira é vendida e o produto da venda entregue aos festeiros para o pagamento das despesas.

OUTROS ASPECTOS MUNICIPAIS — A cidade é iluminada a luz elétrica desde o ano de 1922. Data da mesma época o serviço de abastecimento de água potável, o qual, com a remodelação processada em 1951, é hoje um dos primeiros do Estado.

Encontra-se instalado, nas proximidades da cidade, um Pôsto Agropecuário, mantido pelo Ministério da Agricultura, para produção de mudas, sementes e orientação técnica aos lavradores.

O município conta com uma cooperativa de compra e venda.

Em 1954, havia 2 757 eleitores inscritos. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores.

(Elaboração de Ernani Casotti Bonacossa, Agente de Estatística).

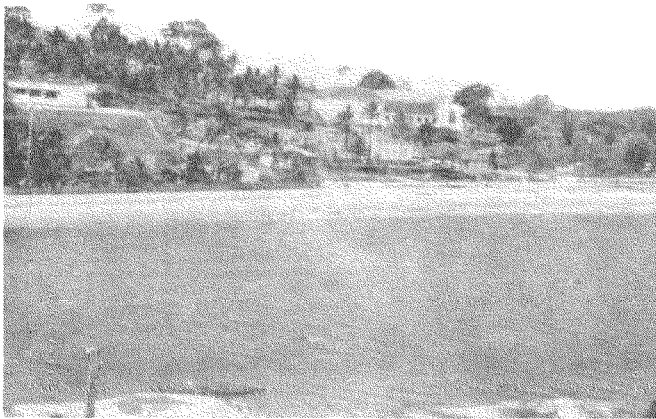
ANCHIETA — ES

Mapa Municipal na pág. 139 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — A primitiva aldeia, hoje, sede do município de Anchieta, deve sua fundação à obra evangelizadora, desenvolvida pelo Padre José de Anchieta, na capitania do Espírito Santo. Êsse missionário chegou à baía de Todos os Santos a 13 de julho de 1553, em companhia do 2.° Governador-Geral do Brasil, D. Duarte da Costa, e dos padres Brás Lourenço, Ambrósio Pires, João Gonçalves, Antônio Blasques e Gregório Serrão, componentes da terceira missão, chefiada pelo Padre Luís da Grã.

Estêve José de Anchieta, diversas vêzes, no Espírito Santo. Em 1569, em visita às aldeias, fundou a de Iriritiba ou Reritigba, marco do desbravamento do território do Município que, hoje, tem o seu nome. Em 1579, já Provincial da Companhia de Jesus, aí fêz construir um templo dedicado a Nossa Senhora da Assunção, padroeira do município. A 15 de agôsto de 1579, dia de Nossa Senhora da Assunção, houve missa, à qual assistiram os índios, que, segundo as crônicas, imitavam todos os movimentos dos companheiros de Anchieta. Juntaram-se-lhe outros missionários. Os índios eram em número cada vez maior e se apresentavam, alguns por curiosidade, outros tangidos por necessidades várias.

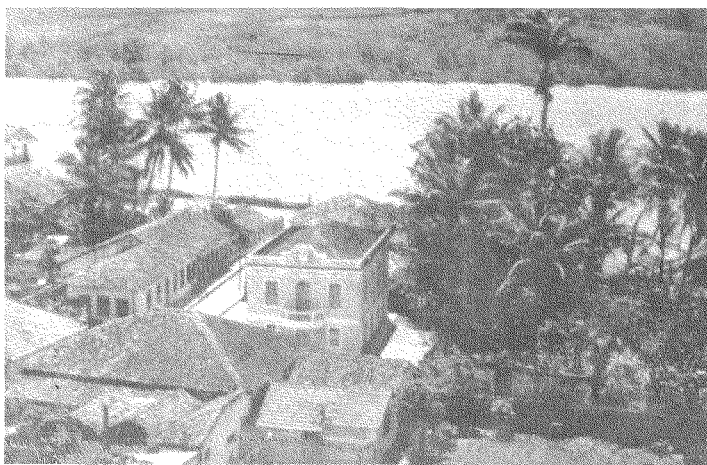
A aldeia de Iriritiba, em vista do seu adiantamento, recebeu foros de vila, sob a denominação de Benevente, pelo Alvará de 1.° de janeiro de 1759, pôsto em execução pelo ouvidor da Capitania, Francisco Sales Ribeiro, em 14 de fevereiro de 1761, tornando-se sede do município e distrito de igual nome. A vila de Benevente foi elevada à categoria de cidade, em face do disposto na Lei provincial número 6, de 12 de agôsto de 1887, passando a denominar-se Anchieta. Foi instalada em 2 de dezembro do mesmo

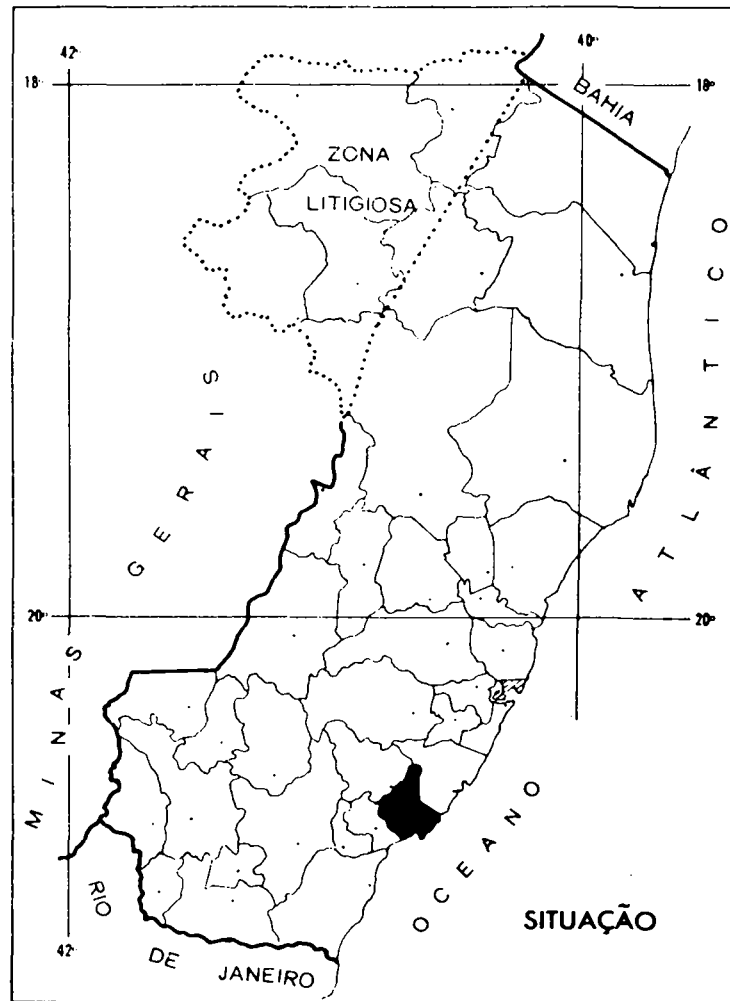
Praça Pedro II, vendo-se ao fundo o Pré-Seminário Padre Anchieta, dirigido pelos jesuítas

Vista parcial da cidade, vendo-se em primeiro plano, a praia e o Anchieta Hotel, ao fundo, o Ginásio e Escola Normal Maria Mattos, dirigido pelas Irmãs Carmelitas da Divina Providência

ano. Outras fontes atribuem à Lei estadual n.º 1 307, de 30 de dezembro de 1921, a mudança definitiva do nome do município, para Anchieta.

Está subdividido em três distritos: o da sede e os de Iriritiba e Jabaquara.

Nunca é demais louvar-se a obra missionária do Padre José de Anchieta. Sua vida, tôda consagrada à pregação do Bem, atesta o quanto de generosidade e de amor ao próximo estava possuído o seu coração. Seu zêlo apostólico se estendeu a vários pontos do país. Contudo, talvez tenha sido o Espírito Santo o maior beneficiário do trabalho desenvolvido pelo Apóstolo, quer no trato amável com as gentes simples, quer no interêsse em tôrno dos problemas educacionais e materiais da Capitania. Escreveu diversos autos e muitas poesias, representados os primeiros e recitadas as segundas, pelos estudantes do Colégio de São Tiago. Foi o iniciador do teatro, no Espírito Santo. Faleceu a 9 de junho de 1597, aos 64 anos, em Reritigba, cercado da admiração de todos, como demonstram as palavras de Dona Brites e Dona Cândida, filhas do capitão Miguel de Azeredo, adjunto de Dona Luísa Grimaldi, viúva do Donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho: "Bem aventurada seria a terra em que tal santo morresse".

Transportado para a vila de Vitória, em longa e fúnebre procissão da qual participaram mais de trezentas pessoas, foi seu corpo depositado na capela de São Tiago, onde se realizaram as exéquias. No sermão das cerimônias fúnebres, em Vitória, o Administrador Eclesiástico, Bartolomeu Simões Pereira, proclamou Anchieta — o Apóstolo do Brasil. Posteriormente seus restos mortais foram trasladados para a Bahia, a fim de serem conservados, em sepultura, no Colégio da Companhia de Jesus.

Vista parcial da cidade, vendo-se o prédio da Prefeitura Municipal

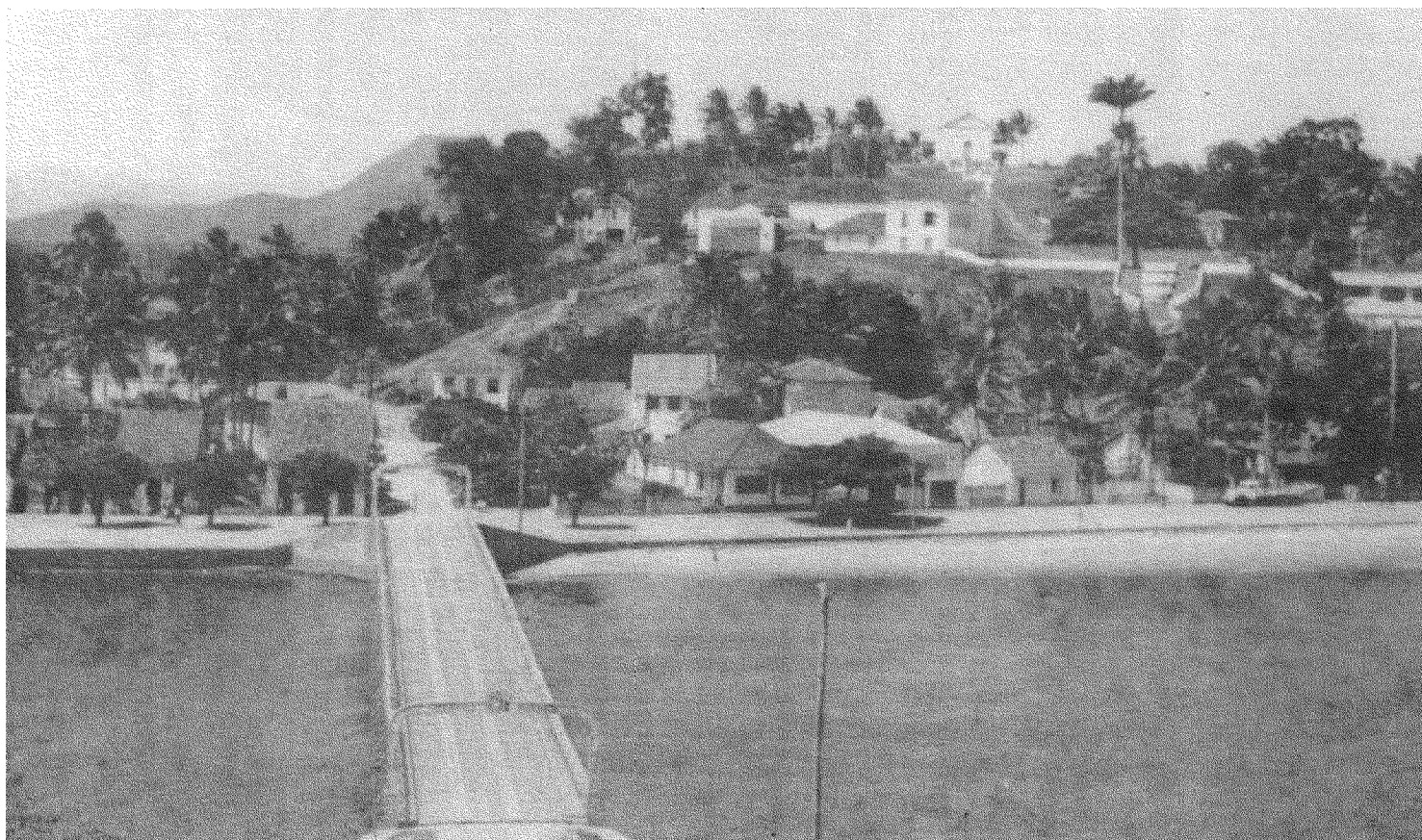
LOCALIZAÇÃO — Anchieta está situado na Zona Fisiográfica de Itapemirim, limitando-se com os municípios de Guarapari, Alfredo Chaves, Iconha e com o Oceano Atlântico. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 20° 48' 14" de latitude Sul e 40° 39' 10" de longitude W.Gr. Rumo em relação à capital do Estado — S.S.O. Dista, da capital, em linha reta, 65 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 6 metros de altitude.

CLIMA — Quente saudável.

ÁREA — É de 451 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio Benevente, em cuja foz se localiza a cidade, e a lagoa Mãe-bá ou Maimbá, situada nos limites com o município de Guarapari, são os principais acidentes geográficos.

RIQUEZAS NATURAIS — Areia monazítica e argila para fabricação de tijolos e telhas constituem as principais riquezas minerais. No reino vegetal encontram-se madeiras de lei, em pequena escala. As matas constituíam 10,58% dos 30 777 hectares ocupados pelos 668 estabelecimentos agrícolas pesquisados, em 1950.

Vista parcial da cidade, vendo-se em primeiro plano a ponte Cônego Barros, sôbre o rio Benevente, ao fundo a Igreja de N. S.ª da Assunção e a residência dos jesuítas, construídas pelo Padre Anchieta.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o último Censo, era de 9 539 habitantes — 4 804 homens e 4 735 mulheres. Dêsse número, 86,55% localizavam-se na zona rural. Densidade demográfica: 21,15 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São 3 as aglomerações urbanas: cidade de Anchieta, com 1 179 habitantes, e vilas de Jabaquara e Iriritiba com, respectivamente, 89 e 76 habitantes. Na cidade concentravam-se 12,35% da população do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Anchieta tem na agricultura a base de sua economia. Cultiva-se, principalmente, o café, cuja produção, em 1956, atingiu 22 500 sacas de 60 quilogramas, no valor de 18 milhões de cruzeiros, correspondente a 48,53% do valor total da produção agrícola, estimada, naquele ano em 37 milhões de cruzeiros. Seguem-se a mandioca (15 700 t), a banana (450 000 cachos), a cana-de-açúcar (16 250 t), o milho (577 t), o feijão (168 t) e o arroz (600 t). De regular significação é a atividade pecuária. Em 1956, os principais rebanhos, com seus respectivos valores, estavam assim constituídos:

Ginásio e Escola Normal Maria Mattos, fundado em 1932 pelo anchietense D. Helvécio Gomes de Oliveira, Bispo de Mariana — MG

ESPÉCIE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Bovino	13 000	19 500
Suíno	10 000	12 000
Eqüino	3 600	6 120
Muar	1 800	5 400

Trecho da Rua Costa Pereira

No mesmo ano, foi registrada a produção de 764 mil quilogramas de peixe, no valor estimado de 8,5 milhões de cruzeiros. A indústria, pouco desenvolvida, é representada por 3 serrarias, além de pequenas máquinas de beneficiamento de café e de cereais.

COMÉRCIO — Existem no município 34 estabelecimentos comerciais varejistas, os quais têm na praça de Vitória o seu principal fornecedor.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido ùnicamente por estrada de rodagem, que o liga à capital do Estado — 84 km, e às sedes municipais limítrofes, de Alfredo Chaves — 36 km, Guarapari — 29 km e Iconha — 25 quilômetros.

Igreja de N. S.ª da Assunção, construção iniciada pelo Padre Anchieta

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de luz elétrica, com 160 ligações domiciliares e 190 focos na iluminação pública. O abastecimento de água atende a 90 domicílios. Dispõe de uma Agência Postal-telegráfica, 1 hotel e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Na cidade, a assistência médico-sanitária é exercida através de 1 Pôsto

Vista parcial do povoado de Iriri

de Saúde, mantido pelo Govêrno Estadual. Existe, ainda, 1 Pôsto de Combate às Endemias Rurais, além de 1 Ambulatório da Policlínica dos Pescadores. Um médico e 2 dentistas atendem à população local. Há 1 Pôsto farmacêutico em funcionamento. No interior, existem uma farmácia e 1 Pôsto farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 7 812, segundo o último Censo, 40,48% sabiam ler e escrever.

Ensino — O ensino, em 1956, foi ministrado através de 36 unidades do ensino primário fundamental comum, duas do ensino complementar e duas do supletivo. O município conta, ainda, com 2 estabelecimentos de ensino médio: a Escola Normal e Ginásio Maria Matos, mantido pelas religiosas Carmelitas, e o Ginásio Anchieta, dirigido pelos Jesuítas.

Ponte Cônego Barros, sôbre o rio Benevente, em sua barra

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas na cidade: uma pública municipal, com 1 050 volumes, e uma semipública, com 5 400 volumes, pertencente à Escola Normal e Ginásio Maria Matos.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	155	176	587	110	468
1951	209	191	525	121	642
1952	209	314	900	109	1 039
1952	235	425	1 032	134	894
1954	215	498	1 125	149	1 174
1955	242	1 073	796	189	714
1956	242	1 754	798	189	799

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — Conservada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional salienta-se a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, anexa à qual se encontra a cela em que viveu o padre José de Anchieta.

FESTAS POPULARES — As manifestações populares mais significativas, tôdas religiosas, verificam-se quando das tradicionais procissões de Nossa Senhora da Assunção (15 de agôsto), Nossa Senhora da Penha (8 de setembro), Menino Deus (26 de dezembro) e São Benedito (27 de dezembro).

A festa de São Benedito caracteriza-se pelo congo — reunião de pessoas que se propõem a erigir um mastro com a bandeira do santo festejado, o que realizam, entre cânticos e danças.

Imagem de N. S.ª da Conceição, esculpida pelos indígenas, existente na sala em que morreu o Padre Anchieta.

Outro aspecto do povoado de Iriri, com sua aprazível praia

VULTOS ILUSTRES — Dom Helvécio e Dom Emanuel Gomes de Oliveira (irmãos), Arcebispos, homens de cultura invulgar e intensa atividade apostólica.

Dom Helvécio — Arcebispo de Mariana.

Dom Emanuel — Arcebispo de Goiás.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As praias de Iriri e Ubu constituem os principais pontos de atração turística do município, a primeira com acentuada freqüência no verão.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O serviço de balsas, utilizado pelos veículos a fim de transporem o rio Benevente, foi substituído, em 16 de novembro de 1952, com a inauguração da Ponte Cônego Barros. O filho do município é conhecido por anchietense. Em 1954, havia 2 641 eleitores inscritos. A atual legislatura foi instalada em 1955. O Prefeito é o Senhor José Silvino de Mello. A Câmara Municipal é constituída de nove vereadores.

(Elaboração de Jocarly Miranda da Costa, Agente de Estatística).

ARACRUZ — ES

Mapa Municipal na pág. 113 do 6.º Vol.

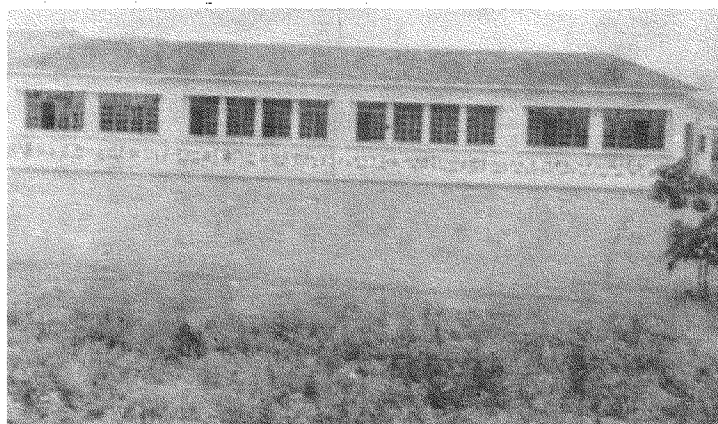
HISTÓRICO — O atual município de Aracruz teve, nos Jesuítas, os primeiros desbravadores do seu território. Em 1556, o Padre Brás Lourenço, com auxílio do Padre Diogo Jácome, fundou um núcleo de catequese que teve o nome de Aldeia Nova. O cacique Maracaiaguaçu e sua tribo aí foram aldeados. Outros desceram do sertão. Mais tarde, com a fundação da Aldeia dos Reis Magos, hoje Nova Almeida, aquêle povoado, entrando em declínio, passou a denominar-se Aldeia Velha. Os índios de Maracaiaguaçu foram também para a Aldeia dos Reis Magos. A Aldeia Velha ficou, durante vários anos, quase inteiramente abandonada, até que, em 1837, foi instituída em distrito, por fôrça da Lei provincial n.º 5, de 16 de dezembro. A Resolução provincial n.º 2, de 3 de abril de 1848, criou o município de Santa Cruz, atualmente Aracruz, com território desmembrado do de Nova Almeida, ocorrendo-lhe a instalação a 16 de janeiro de 1849. Foi seu primeiro vigário o padre Antônio dos Santos Ribeiro, que exerceu o cargo, no período de 1849 a 1856.

Assumindo posição de certa importância entre as comunas que integravam a província do Espírito Santo, o mu-

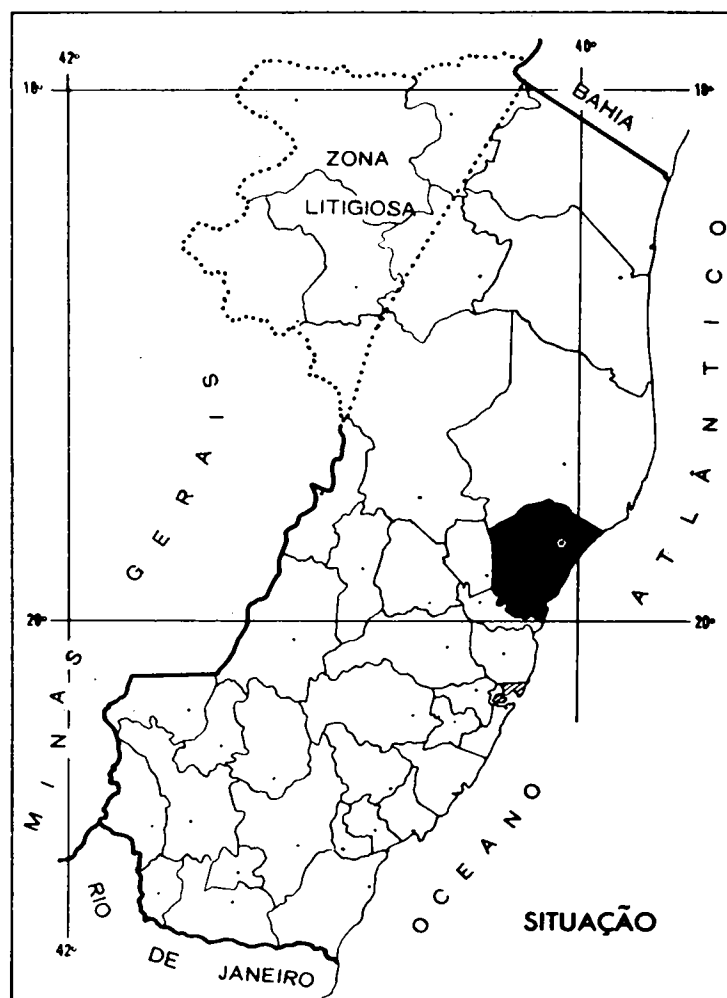
Desfile escolar de 7 de setembro, na Praça São João Batista

nicípio recebeu, a 3 de fevereiro de 1860, a honrosa visita de Dom Pedro II. O Imperador, naquela oportunidade, fêz oferta de vários tipos de medidas em bronze que, hoje, constituem patrimônio histórico do município.

Por efeito do Decreto n.º 25, de 9 de dezembro de 1884, é confirmada a criação do distrito-sede. A sede municipal recebeu foros de cidade, em face do disposto no Decreto estadual n.º 19, de 18 de março de 1891. Nesse mesmo ano, dá-se o desmembramento do núcleo Conde D'Eu, que passou a constituir o atual município de Ibiraçu. Consoante a "Divisão Administrativa, em 1911", e os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, Santa Cruz forma-se apenas de um distrito, o da sede, assim permanecendo até 1931, quando passam a integrá-lo os distritos que formavam o extinto município de Riacho. Nos quadros de divisão territorial, datados de 31-XII-1936 e .... 31-XII-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual número 9 222, de 31 de março de 1938, continua o município com 3 distritos: Santa Cruz, Riacho e Ribeirão, o mesmo acontecendo na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em face do disposto no Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município e o distrito de Santa Cruz tiveram o seu nome alterado para Aracruz, passando o distrito de Ribeirão a denominar-se Guaraná.

Baseada em motivos de ordem administrativa, a Resolução n.º 1, de 7 de outubro de 1948, da Câmara Municipal, transfere a sede do município para a localidade de Sauaçu, com instalação a 6 de agôsto de 1950. Por fôrça da Lei estadual n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, que fixou a divisão judiciário-administrativa do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, a sede municipal é elevada a distrito, com o nome de Aracruz, passando, ainda, à condição de cidade. A antiga sede municipal voltou a chamar-se Santa Cruz.

Grupo Escolar Professor Misael Pinto Neto

No quadro judiciário-administrativo vigente, Aracruz é comarca, têrmo e município. Possui os seguintes distritos: Aracruz (sede), Guaraná, Riacho e Santa Cruz.

LOCALIZAÇÃO — O município de Aracruz, parte integrante da Zona Fisiográfica de Vitória, tem por limites o Oceano Atlântico e os municípios de Fundão, Ibiraçu e Linhares. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 19° 49' 08" de latitude Sul e 40° 16' 43" de longitude W.Gr. Dista 56 km da capital do Estado, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Cêrca de 75 metros, na sede municipal.

CLIMA — O clima do município apresenta-se quente mas salubre, com chuvas freqüentes nos meses de setembro a dezembro. O inverno é, por vêzes, também chuvoso. Não se verificam, entretanto, sêcas ou tempestades prolongadas.

ÁREA — É de 1 331 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A baía de Santa Cruz, na foz do rio Piraquê-Açu, constitui o principal acidente geográfico. Êsse rio forma a cachoeira de Santa Maria, cujo potencial hidráulico deverá, dentro em breve, ser aproveitado para a produção de energia elétrica.

Vista geral da cidade

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais que se conhecem são as seguintes: vegetais — madeiras, utilizadas em construções ou, simplesmente, como combustível (lenha e carvão); animais — peixes, de água doce e salgada, com pequena exploração; minerais — barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos. As matas constituíam 35,61% dos 46 949 hectares ocupados pelos 1 374 estabelecimentos agrícolas pesquisados em 1950.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o último Censo, era de 16 642 habitantes, constituída de 8 647 homens e 7 964 mulheres. Na zona rural localizavam-se 94,04% da população. Densidade demográfica: 12,50 habitantes por quilômetro quadrado.

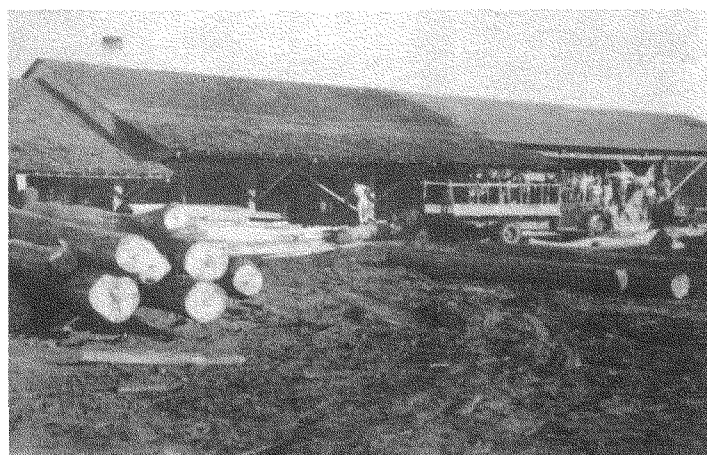
Aglomerações urbanas — São quatro as aglomerações urbanas: cidade de Aracruz, com cêrca de 1 500 habitantes, segundo estimativa da Agência Municipal de Estatística, para janeiro de 1957; e as vilas de Guaraná, Riacho e Santa Cruz, a primeira com 300 e as demais com 400 habitantes cada uma, cálculos efetuados, em 1954, tendo em vista o número de moradias. Em 1950, as três aglomerações urbanas existentes — cidade de Aracruz e vilas de Guaraná e Riacho — possuíam 404, 263 e 424 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Aracruz tem na agricultura sua principal fonte econômica, estimando-se em 85 milhões de cruzeiros o valor da produção agrícola de 1956, na qual figura o café em primeiro plano, com a produção de 1 725 toneladas, no valor de 36,8 milhões de cruzeiros, ou seja — 43,31% daquele total. Seguiam-se no valor total, estimado de 46 milhões de cruzeiros, a mandioca, com a produção de 93 000 toneladas; a cana-de-açúcar, 58 000 toneladas; a banana, 308 000 cachos; o milho, 810 toneladas; a batata-doce, 1 960 toneladas e o côco-da-baía, 243 milheiros. Em 1956, foram extraídos 10 000 metros cúbicos da madeira em toros, 100 000 m^3 de lenha e produzidos 30 000 metros cúbicos de carvão vegetal, no valor aproximado de 16 milhões de cruzeiros. A produção do pescado (89 t) foi avaliada em pouco mais de 1 milhão de cruzeiros. É significativa a contribuição da pecuária à economia municipal. Estimava-se em 78,4 milhões de cruzeiros o valor dos rebanhos existentes, com a predominância de suínos (25 000 cabeças) e bovinos (15 400). Na indústria, ainda incipiente, o município apresenta-se com 5 fábricas de móveis, 14 máquinas de beneficiamento de café e uma fábrica de tamancos. Em 1956, a produção de 11 serrarias foi estimada em 5,8 milhões de cruzeiros. Nesse mesmo ano, a produção de farinha de mandioca (743 t), fubá de milho (81 t) e aguardente (103 mil litros) alcançou o valor de 3,8 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO — Na cidade há 17 estabelecimentos comerciais — 1 atacadista e 16 varejistas. Calcula-se em 100 o número de estabelecimentos em funcionamento no município.

O comércio local mantém transações principalmente com a praça de Vitória.

MEIOS DE TRANSPORTE — Aracruz é servida por meio de rodovias que a ligam às sedes municipais limítrofes de Fundão — 39 km, Ibiraçu — 22 km e Linhares — 58 km. Dista da Capital do Estado por via rodoviária, 84 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — Aracruz, sede do distrito do mesmo nome, passou à categoria de cidade por efeito da Lei estadual n° 779, de 29 de dezembro de 1953. Está assentada no local anteriormente denominado Sauaçu (ma-

Serraria São João de Modenesi e Filhos

caco-gigante). Possui 11 logradouros públicos; é servida de luz elétrica, com 121 ligações domiciliares, e de água canalizada, em todos os logradouros, com 124 derivações. A cidade dispõe de uma Agência Postal-telegráfica. Na vila de Santa Cruz funciona uma Agência Postal-telegráfica-telefônica e uma Postal-telefônica em cada uma das vilas de Guaraná e Riacho. Há, na cidade, 1 cinema e uma associação desportiva organizada.

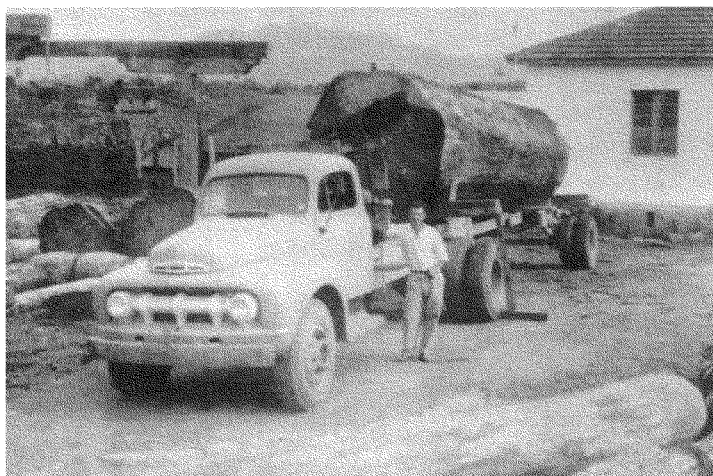
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é exercida por 1 médico, 2 dentistas e 4 farmacêuticos. O Pôsto Estadual de Saúde serve à população com assistência médica em geral. Existem 4 farmácias no município.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o último Censo, 37,27% das 5 125 pessoas de 5 anos e mais sabiam ler e escrever. Aquêle total era constituído de 3 143 homens e 1 982 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram, em todo o município, 58 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 2 631 alunos. Existe, na cidade, um estabelecimento de ensino médio — o Ginásio Sauaçu — com a matrícula geral de 30 alunos, e corpo docente constituído de 6 professôres. Anexo a êsse estabelecimento funciona um curso de admissão.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	124	455	663	168	610
1951	311	424	645	292	687
1952	221	1 236	1 011	308	1 022
1953	339	1 641	1 000	280	878
1954	381	2 232	1 020	349	793
1955	410	4 120	1 319	471	1 493
1956	684	5 915	2 855	1 083	2 238

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — A secular igreja católica da vila de Santa Cruz e a Fazenda Guaraná, hoje Fazenda das Palmas, centro distribuidor, no século passado, de colonos estrangeiros, constituem pontos de referência na história da colonização do território aracruzense. A fazenda está localizada no distrito-sede.

Um dos três toros de um jequitibá adquirido pela Serraria São João, medindo 22,80 metros de comprimento, com 33,10 m³ de largura

Serviço de extração de carvão vegetal da Cia. Ferro e Aço de Vitória

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — As manifestações populares mais significativas realizam-se na cidade, a 24 de junho — Dia do Município —, em que também se presta homenagem a São João, padroeiro da comuna. De tradição local, existem as "congadas" (bandas de congo) e o "reisado".

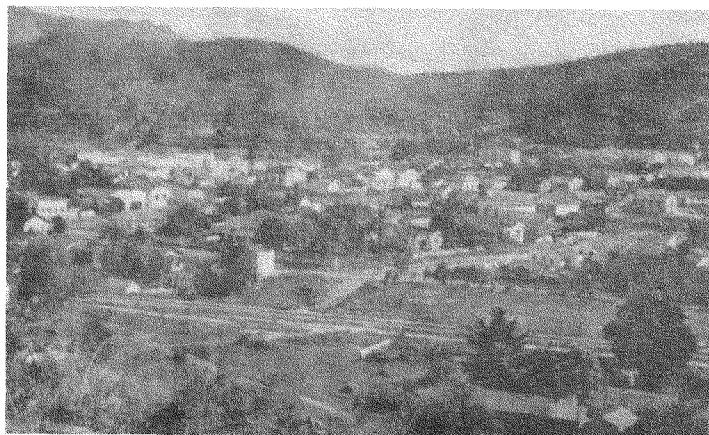
VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres do município, destaca-se monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha — Arcipreste de Vitória — orador sacro, poeta, historiador, ex-deputado estadual.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nascido no município recebe o nome de aracruzense. A palavra Aracruz pode ser assim decomposta: ara (altar, local de sacrifício), cruz (instrumento de suplício, símbolo da fé). No povoado de Barra do Riacho existe uma Agência Postal-telefônica. Havia 3 867 eleitores inscritos em 1955. A Câmara Municipal é composta de nove vereadores. O atual Prefeito é o Senhor Pedro de Araújo Leal.

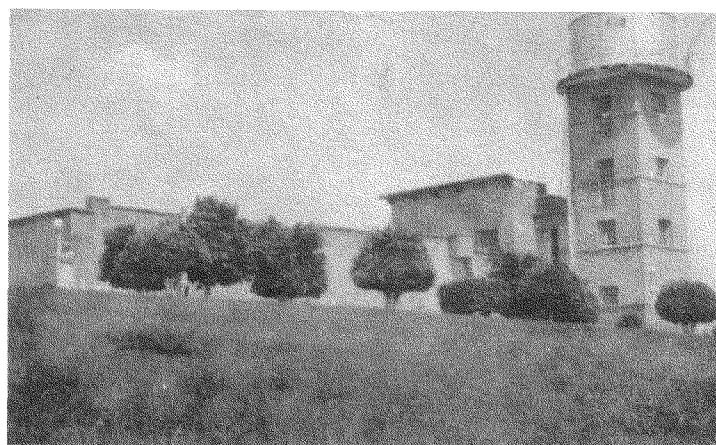
(Elaboração de João Paulo de Barcelos — Agente de Estatística).

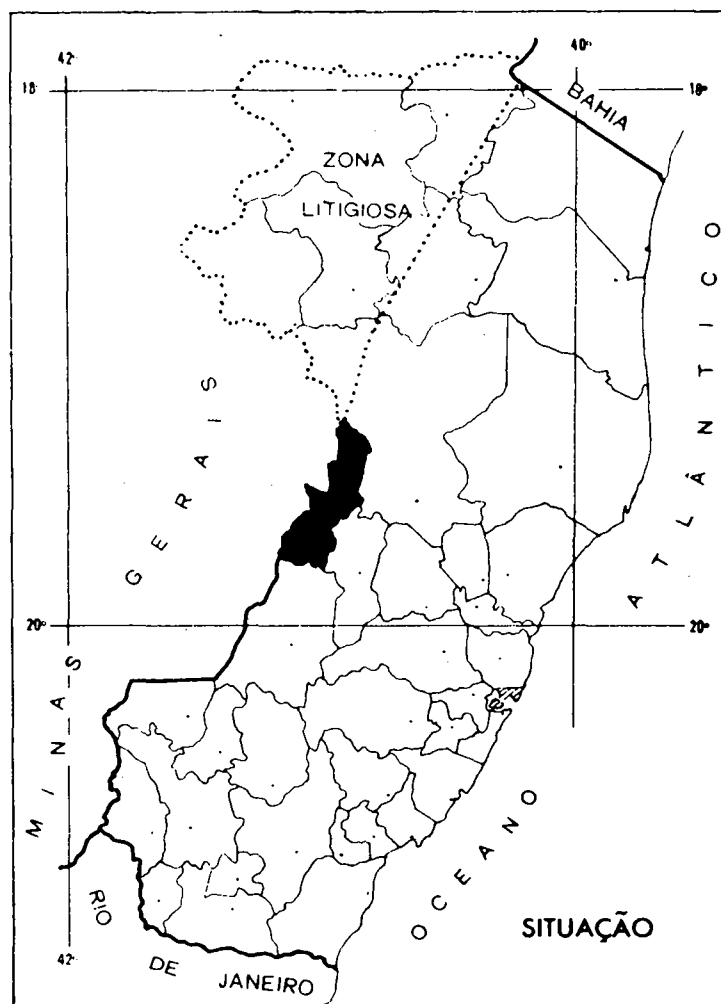
BAIXO GUANDU — ES

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Por volta de 1875, verificou-se a primeira penetração nas terras que, hoje, constituem o município de Baixo Guandu. O major José Vieira de Carvalho Milagres, veterano da Guerra do Paraguai, partindo de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, via Minas Gerais, alcançou as margens do rio Manhuaçu e desceu, por êste, até sua confluência com o rio Doce. Prosseguiu por êste até a confluência com o rio Guandu, onde se fixou, estabelecendo o núcleo primitivo da atual cidade de Baixo Guandu. Provido de escravos, o major Milagres mandou construir algumas casas, abrin-

Vista parcial da cidade

do, também, o primeiro estabelecimento comercial, que confiou ao caixeiro Henrique de Paula Mascarenhas. Êste fundou, mais tarde, o Pôrto Mascarenhas, atual vila, sede do distrito de Mascarenhas. São, igualmente, daquela época, José Antônio Teixeira e José Viana de Brito, êste fundador da localidade de Pôrto Viana, hoje Pôrto Final. Assim, foram surgindo as localidades, com os nomes ainda hoje conservados de Baixo Guandu, Pôrto do Souza, Pôrto Final, Pôrto Esperança e Mascarenhas, pontos de grande movimento comercial, que atendiam às partes este e nordeste do Estado de Minas Gerais, dada a navegabilidade do rio Doce, até Pôrto Final. Todo êsse território constituía, em 1890, o distrito de Baixo Guandu, do município de Linhares. Mais tarde, mudou-se o nome do distrito para Mascarenhas, com sede na localidade de igual nome. Em setembro de 1905, o Govêrno Federal criou o Núcleo Colonial de Afonso Pena, hoje Ibituba, às margens do rio Guandu, a 28 km de Baixo Guandu, para onde afluíram estrangeiros de procedência alemã, italiana, espanhola, polonesa, francesa e portuguêsa.

Em 22 de novembro de 1906, a sede do município de Linhares foi transferida para Colatina. Finalmente, o Decreto n.º 6 152, de 10 de abril de 1935, criou o município de Baixo Guandu, constituído dos distritos de Baixo Guandu, Ibituba e Mascarenhas, desmembrados do município de Colatina. E, a 8 de junho daquele ano, era instalado o município. Pertenceu o município à comarca de Colatina, até 31 de dezembro de 1943, quando, pelo Decreto-lei número 15 177, foi criada a comarca de Baixo Guandu, instalada solenemente a 10 de março do ano seguinte. Em 1890, foi nomeado o primeiro Juiz de Paz de Baixo Guandu, Francisco Ferreira da Silva Júnior e também o primeiro Oficial do Registro Civil, Francisco Militão da Silveira. Antônio Camilo de Lelis foi o primeiro professor primário do município.

Reservatório de água clorada e fluorada

LOCALIZAÇÃO — O município de Baixo Guandu situa-se na Zona Fisiográfica Serrana do Centro e limita-se com o Estado de Minas Gerais e os municípios de Colatina, Itaguaçu e Afonso Cláudio. Dista, em linha reta, da capital, 114 quilômetros. A sede tem as seguintes coordenadas geográficas: 19° 30' 56" de latitude Sul e 41° 01' 06" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal atinge 72,66 metros.

CLIMA — Quente, no distrito-sede e nas regiões planas do município, e temperado na montanhosa. Temperatura máxima 34°C e mínima 18 graus centígrados.

ÁREA — É de 845 quilômetros quadrados.

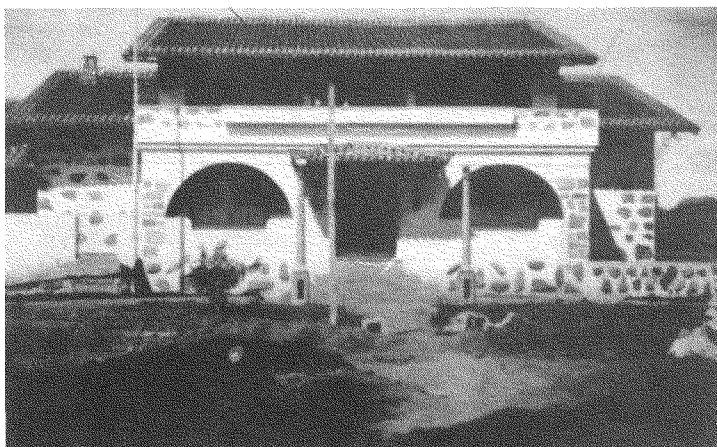
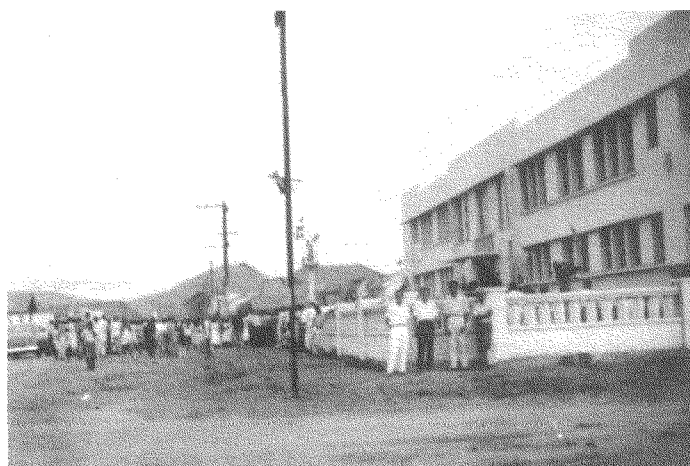
RIQUEZAS NATURAIS — Encontram-se no município águas-marinhas, turmalinas, malacachetas e cristal de rocha. A riqueza vegetal é representada por variados tipos de madeira apropriada às construções. Os 19 255 hectares de matas existentes, em 1950, constituíam 27,96% da área total dos 1 194 estabelecimentos agrícolas recenseados.

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, era de 22 518 habitantes, dos quais 11 368 do sexo masculino e 11 150 do feminino. Encontram-se na zona rural 82,17% da popu-

Uma das quedas da Cachoeira das Escadinhas

lação. Densidade demográfica correspondente a 26,65 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Há no município quatro aglomerações urbanas: cidade de Baixo Guandu, com 3 123 habitantes, e as vilas de Mascarenhas, com 520, Ibituba, com 371 e Alto Mutum Prêto, com a população estimada de 350 habitantes em 1950, uma vez que, àquela época, essa localidade ainda não havia sido erigida em vila.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O café constitui a principal atividade agrícola de Baixo Guandu, concorrendo com 78,68% do valor total da produção agrícola do município, estimado em 82 milhões de cruzeiros, em 1956. Segue-se o milho (6 milhões de cruzeiros), a cana-de-açúcar (2,4 milhões) e o feijão (2,4 milhões). A pecuária, fonte de riqueza local, desenvolve-se aceleradamente. Em 1956, estimava-se em 130 milhões de cruzeiros o valor dos rebanhos existentes, formados, principalmente, de bovinos, suínos e muares. Nesse mesmo ano foram importadas de Minas Gerais 12 mil cabeças de gado bovino e exportadas 14 mil, principalmente para Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Na atividade industrial, ainda incipiente, citam-se 3 fábricas de aguardente, uma de laticínios, uma de ladrilhos, 3 cerâmicas e duas serrarias. O consumo médio mensal de energia elétrica do município é de 65 116 kWh; a cidade de Baixo Guandu consome 45 117 quilowatts-hora.

Canaã Social Clube

Hospital Jones Santos Neves, no dia de sua inauguração

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 4 estabelecimentos atacadistas e 91 varejistas; no interior funcionam 93 estabelecimentos varejistas. O município mantém relações comerciais com as praças de Vitória, Rio, Belo Horizonte, Governador Valadares, Campos, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. Há na sede municipal uma Agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e um correspondente do Banco do Brasil.

Ponte de cimento armado Jones Santos Neves, sôbre o rio Dôce que liga a cidade de Baixo Guandu ao povoado mineiro de mesmo nome

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Vitória—Minas (Cia. Vale do Rio Doce S.A.), que o põe em contacto com as sedes dos municípios vizinhos de Aimorés (Estado de Minas Gerais), 6 quilômetros, e Colatina, 47 quilômetros. Pela ferrovia, dista 173 quilômetros da capital do Estado. Liga-se por via rodoviária aos municípios de Vitória, 194 quilômetros; Colatina, 76 quilômetros; Itaguaçu, 61 quilômetros; Afonso Cláudio (via Ibituba), 99 quilômetros e (via Itaguaçu), 130 quilômetros.

Baixo Guandu possui um campo de pouso.

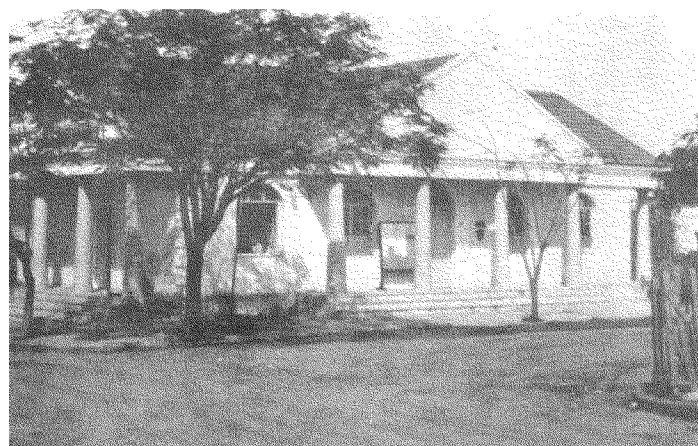
Vista do bairro da Sapucaia

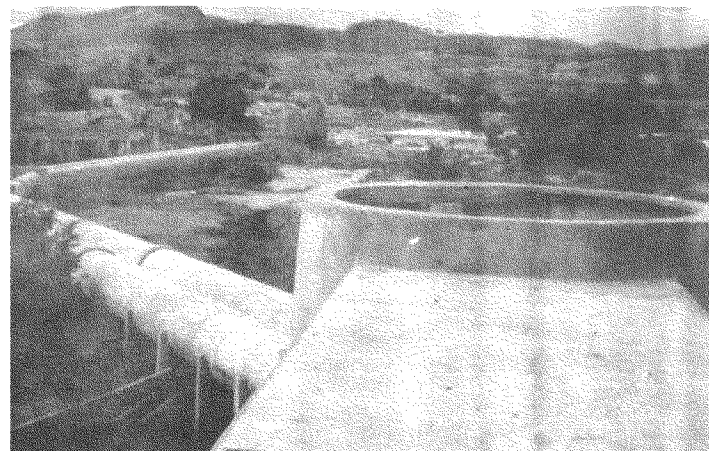
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Baixo Guandu tem uma avenida parcialmente calçada a paralelepípedos. É provida de luz elétrica, com 630 ligações; servida de água fluorada, que se distribui numa extensão de 7 200 metros, abastecendo 709 prédios; o serviço de esgôto, com uma rêde

Estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas

de 2 620 metros, abrange 10 logradouros e serve a 125 prédios. Existe uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos e um seletivo de uso interno da Vale do Rio Doce S. A.

Ginásio Jerônimo Monteiro (particular)

Há na cidade 3 hotéis e 4 pensões. Ressaltam-se, ainda, um clube social, o Canaan Social Clube, e 2 cinemas, o Ideal e o Alba, êste último talvez o melhor das cidades do interior do Espírito Santo, com 800 poltronas.

Edifício do Forum

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é exercida através de um Hospital, uma Casa de Saúde e um Pôsto do Serviço Especial de Saúde Pública. Contam-se 3 médicos, 4 farmacêuticos e 2 dentistas. Farmácias existentes. 5.

Emprêsa Hidrelétrica Lutzon S/A.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, das 18 487 pessoas de 5 anos e mais de idade, 6 145 eram alfa-

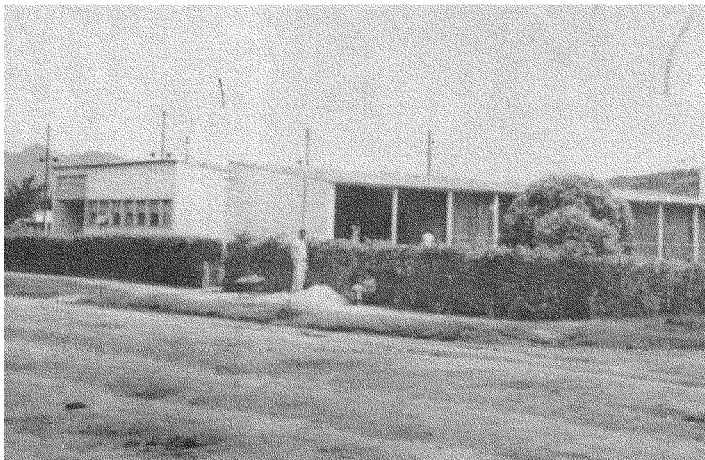
betizadas, o que corresponde a 33,24% daquele total. Das pessoas presentes, de 7 a 14 anos (em idade escolar), 20,40% sabiam ler e escrever.

Cine Alba

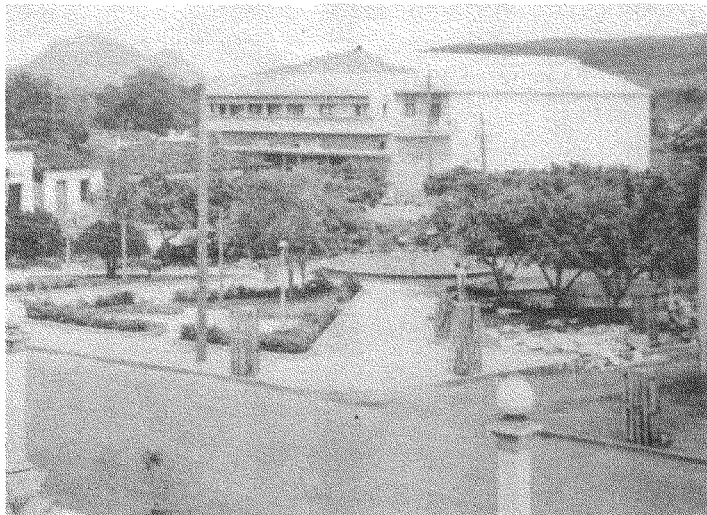
Ensino — Existem dois estabelecimentos de ensino ginasial, dois de ensino normal, um Curso Técnico de Contabilidade e 66 unidades do ensino fundamental comum

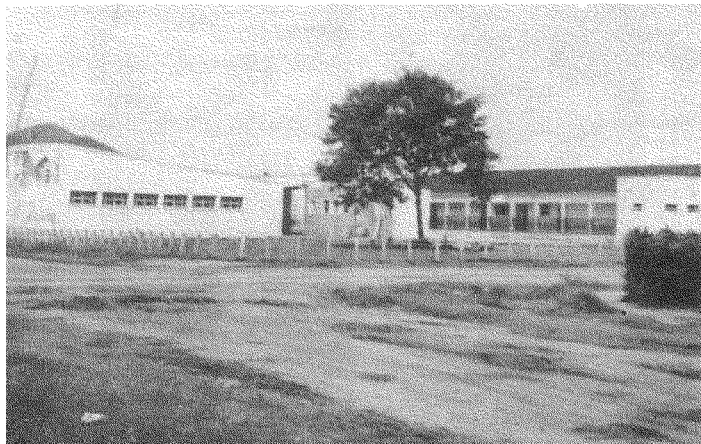
Ginásio Brasil (particular).

Finanças Públicas

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 276	—	1 410	467	1 622
1951	1 433	—	1 818	212	1 730
1952	1 501	2 559	1 525	574	1 484
1953	1 592	3 681	1 958	815	1 625
1954	2 260	4 444	2 671	966	1 870
1955	2 184	9 308	2 777	1 110	2 595
1956	3 025	10 844	2 595	1 134	2 526

Pôsto de Saúde do S.E.S.P.

Avenida Carlos de Medeiros, vendo-se ao fundo a Igreja Matriz de São Pedro

FESTEJOS — É tradicional a festa religiosa que se realiza em 29 de junho, em homenagem a São Pedro, padroeiro da cidade.

Praça Getúlio Vargas

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A Prefeitura mantém uma Biblioteca Pública. Citam-se ainda as bibliotecas semipúblicas do Ginásio Brasil e do Grupo Escolar Professor Nunes. Há na cidade uma tipografia. Entre a

Grupo Escolar Professor Nunes

cidade de Aimorés (MG) e a de Baixo Guandu, encontram-se, formada pelo rio Doce, a cachoeira das Escadinhas, com cêrca de cinco quilômetros de extensão. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores. O atual Prefeito é o Senhor Alvaro Nunes Ferreira.

(Elaboração de Francisco Tápias — Agente de Estatística).

BARRA DE SÃO FRANCISCO — ES

Mapa Municipal no 7.° Vol.

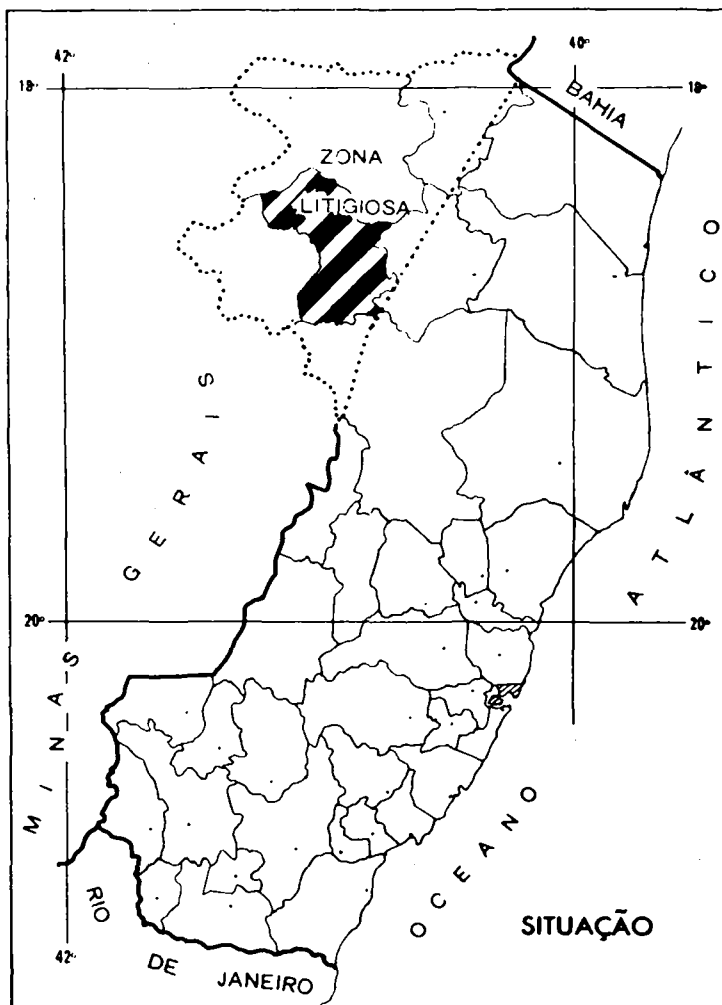
HISTÓRICO — O território do atual município de Barra de São Francisco constituiu o ponto de contacto das duas principais correntes colonizadoras da região pioneira ao norte do Rio Doce, uma originária do Estado de Minas Gerais e outra conseqüente da expansão natural do município de Colatina que ainda hoje lhe serve como entreposto.

As primeiras clareiras abertas na floresta densa que caracterizava o revestimento de suas terras e a formação das primeiras lavouras de café, datam de 1929, um ano após a construção da ponte sôbre o rio Doce, empreendimento intimamente ligado ao desenvolvimento da zona cafeeira ao norte do Espírito Santo. Entre os precursores do desbravamento da região, destacam-se Cleto Ceciliano de Paula Sobrinho, Francisco Fernandes de Jesus, Joaquim Lino dos Santos, Manoel Gonçalves Ferreira e João de Freitas, sendo que os três primeiros ainda residem no município.

Com o afluxo contínuo de lavradores em busca das terras devolutas e férteis, nasceu, na confluência dos rios Itaúnas e São Francisco, o aglomerado com o nome primitivo de Patrimônio de São Sebastião, mais tarde elevado a sede de distrito (Lei n.° 9 222, de 31 de março de 1938) com a denominação de Barra de São Francisco. Era São Mateus a sede do município. Cinco anos depois, ou seja em 1943 (Lei n.° 15 177, de 31 de dezembro), já gozando de certa estabilidade econômica, desligou-se definitivamente de São Mateus e passou a constituir o município de Barra de São Francisco .A sua instalação ocorreu, todavia, em 1.° de março de 1944. Em 27 de dezembro de 1947, foi elevado à categoria de comarca e teve como primeiro Juiz o Dr. Taurion da Rocha Pimentel. Localizado que está na zona em litígio com o confinante estado montanhês, o município, vez por outra, é abalado por crises fundadas em questões fronteiriças. A comuna é formada pelos seguintes distritos: Barra de São Francisco, Paulista, Poranga, Gabriel Emílio, Água Doce e Santo Agostinho.

O topônimo Barra de São Francisco originou-se do fato de estar o sítio da cidade localizado na confluência dos rios São Francisco e Itaúnas.

Vista geral da cidade

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Norte do Espírito Santo e limita-se ao norte com Ecoporanga, a leste com Nova Venécia, ao sul com Colatina e a oeste com Mantenópolis. A sede municipal dista, em linha reta, da Capital do Estado, cêrca de 200 quilômetros e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 18° 44' 53" de latitude Sul e 40° 53' 04" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal atinge 250 metros.

CLIMA — Quente, com inverno sêco. Temperatura máxima ocorrida, 38°C e mínima, 12°C. A distribuição pluviométrica é regular.

ÁREA — A área municipal, segundo cálculos do Serviço Geográfico do Estado, é de 1 913 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui em suas reservas florestais madeiras de lei, como peroba, jacarandá e cerejeira.

POPULAÇÃO — O município é um dos componentes da região da Serra dos Aimorés, em litígio com o Estado de Minas Gerais. Por êsse motivo, a sua população foi incluída nos 160 072 habitantes ali encontrados no Censo de 1950. *Aglomerações urbanas* — A cidade de Barra de São Francisco e as vilas de Água Doce, Gabriel Emílio, Paulista, Poranga e Santo Agostinho constituem as aglomerações urbanas da comuna.

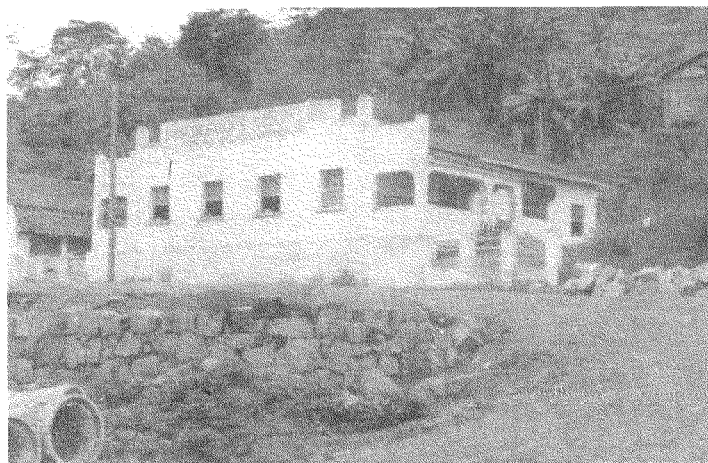
Prefeitura Municipal

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A estrutura econômica do município está fundamentada na agricultura cuja produção, em 1956, representou cêrca de 79 milhões de cruzeiros. O café, com a produção de 2 079 toneladas, constituía a

Avenida Jones Santos Neves, principal artéria da cidade

cultura de base da comuna, proporcionando-lhe 40,15% das rendas oriundas da atividade agrícola. Secundavam-no, à distância, a mandioca (15 400 t), o milho (5 610 t), o arroz (2 370 t) e o feijão (1 170 t), com os valores percentuais respectivos de 17,90%, 17,67%, 13,43% e 8,45%. Em segundo plano, a pecuária, com um efetivo estimado em 46,5 milhões de cruzeiros resumia-se, pràticamente nos rebanhos bovino (9 000 cabeças), suíno (12 000 cabeças), muar

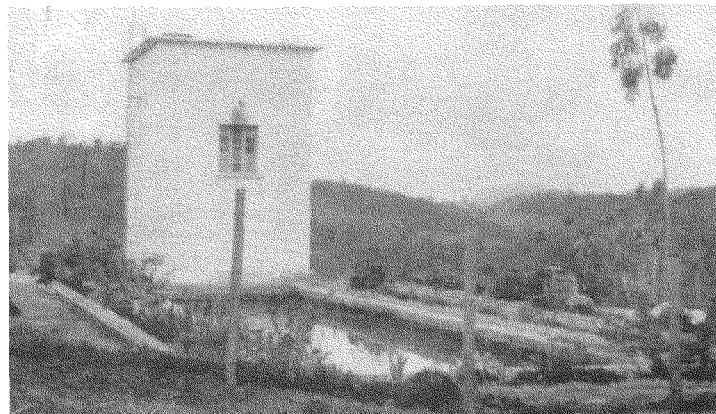
Ginásio Independência (particular)

(3 600 cabeças) e eqüino (2 200 cabeças), com as percentagens respectivas de 40,65%, 25,81%, 23,23% e 9,46%, que totalizavam 99,15% do valor total. O beneficiamento de produtos agrícolas e a produção de derivados do leite sintetizam as atividades industriais do município.

Casa de Saúde e Maternidade Dr. Albuquerque

COMÉRCIO — Contam-se na cidade 32 estabelecimentos varejistas e no interior, 150.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido exclusivamente por estradas de rodagem. Dista de Vitória 295 quilômetros; de Colatina 148 quilômetros; de Mantenópolis 56 quilômetros; de Ecoporanga 72 quilômetros e de Nova Venécia 102 quilômetros. Na cidade funcionam uma Agência Postal-telegráfica e um Serviço Radiotelegráfico, êste subordinado à Secretaria do Govêrno do Estado.

ASPECTOS URBANOS — A população da cidade é estimada em 4 125 habitantes (825 residências com a média de 5 moradores). Possui, ainda, 356 prédios dotados de iluminação elétrica (consumo médio mensal de 9 256 kWh), 156 com ligações de água tratada. Há 5 pensões e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em atividade na cidade contam-se o Pôsto de Higiene do Departamento Estadual de Saúde, duas Casas de Saúde (totalizando 18 leitos), 4 médicos, 4 dentistas, 3 farmacêuticos e 5 farmácias.

Serviço de tratamento e abastecimento de água

Ensino — Matriculados na suas 41 unidades do ensino fundamental comum encontravam-se 1 230 alunos, em 1956. No Ginásio Independência São Francisco contavam-se 275 alunos e 7 professôres.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	2 800	—	...	...
1951	—	3 600	...	—	—
1952	—	4 200	808	287	775
1953	—	8 500	1 500	603	1 238
1954	—	8 000	1 508	825	1 563
1955	...	7 500	1 796	1 968	1 458
1956	1 046	12 000	2 400	366	2 233

(*) A Coletoria Federal foi instalada em março de 1956.

FESTEJO — A festa de maior expressão é a relativa ao Dia do Município, realizada a 12 de outubro de cada ano.

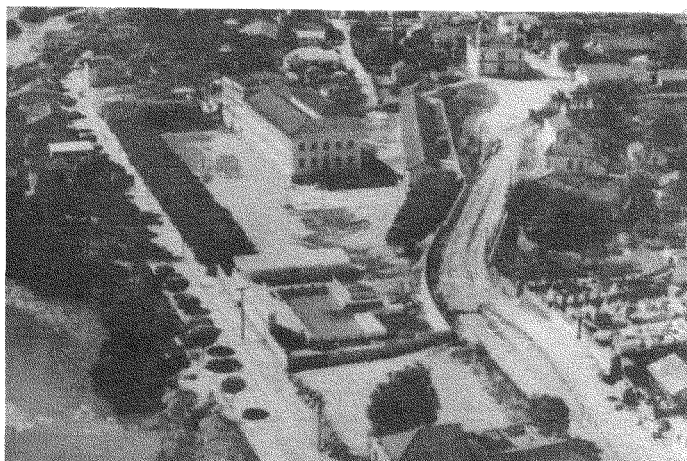
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município possui 7 573 eleitores e 9 vereadores à Câmara Municipal. O atual Prefeito é o Dr. José Merçon Vieira. Os habitantes locais do município são chamados franciscanos.

(Elaboração de Elpídio Ribeiro Pimenta, Agente de Estatística).

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira tentativa de povoamento das terras que, atualmente, compreendem o município de Cachoeiro de Itapemirim ter-se-ia verificado no início do século XVIII, quando chegaram forasteiros de Campos, Muribeca, Guarapari e Vitória, atraídos pelo ouro existente nas Minas de Castelo, então dominadas pelos índios Puris. À procura dos veios auríferos, os pioneiros subiam o rio Itabapoana e, depois, abriam picadas na floresta. Êste primeiro ciclo colonizador, entretanto, foi interrompido, quando o Govêrno português proibiu a exploração das minas, sendo as áreas retomadas pelos gentios. Foi, porém, o explorador português, Manuel José Esteves de Lima quem primeiro plantou o pavilhão lusitano nesta região, que se povoou, e constitui, agora, a progressista cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Em princípios do século XIX, portanto, teve início, efetivamente, a primeira penetração organizada em Cachoeiro (1820-1825). Nesse tempo, foi concedida ao tenente Luís José Moreira "meia légua de terras em quadra", principiando no lado norte do rio Piabanha (na barra) até às divi-

Vista parcial aérea da cidade

Rua Capitão Deslandes

sas das terras do capitão Francisco Gomes Coelho da Costa. Essas terras constituíram a Fazenda Colheres.

Segundo Taunay e Antônio Marins, em 1820, uma expedição organizada pelo capitão-mor Manoel José Esteves, fazendeiro na capitania de Minas Gerais, atingiu, seguindo o curso do rio Itapemirim, as terras do município. Após haver acampado no lugar denominado "Duas Barras", situado poucos quilômetros a montante da atual cidade de Cachoeiro, rumou para Itapemirim, onde foi recebido por Joaquim Marcelino da Silva Lima, mais tarde barão de Itapemirim, proprietário de grandes áreas naquela região.

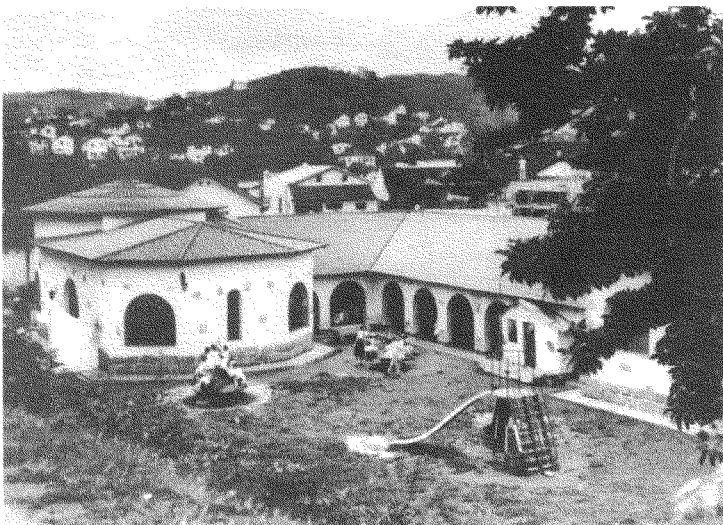
Entre 1820 e 1825, por iniciativa de Esteves de Lima, são criados dois quartéis de pedestres, ou postos de policiamento, reunindo, cada unidade, 10 homens municiados. Um quartel, no lado norte, no atual bairro Aquidabã; outro, em Duas Barras; todos sob ordens do referido desbravador. De 1830 a 1845, os quartéis, com seus efetivos aumentados, oferecendo aos colonizadores segurança contra as possíveis incursões indígenas, inspiraram a vinda de comerciantes, que aí levantavam seus ranchos de pau-a-pique, barro e fôlhas de pindoba. Datam de 1846 as primeiras casas construídas no antigo arraial das Cachoeiras do Itapemirim, hoje, cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Rua Bernardo Horta

A freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim foi criada pela Lei provincial n.º 11, de 16 de julho de 1856. A instalação do município deu-se a 25 de março

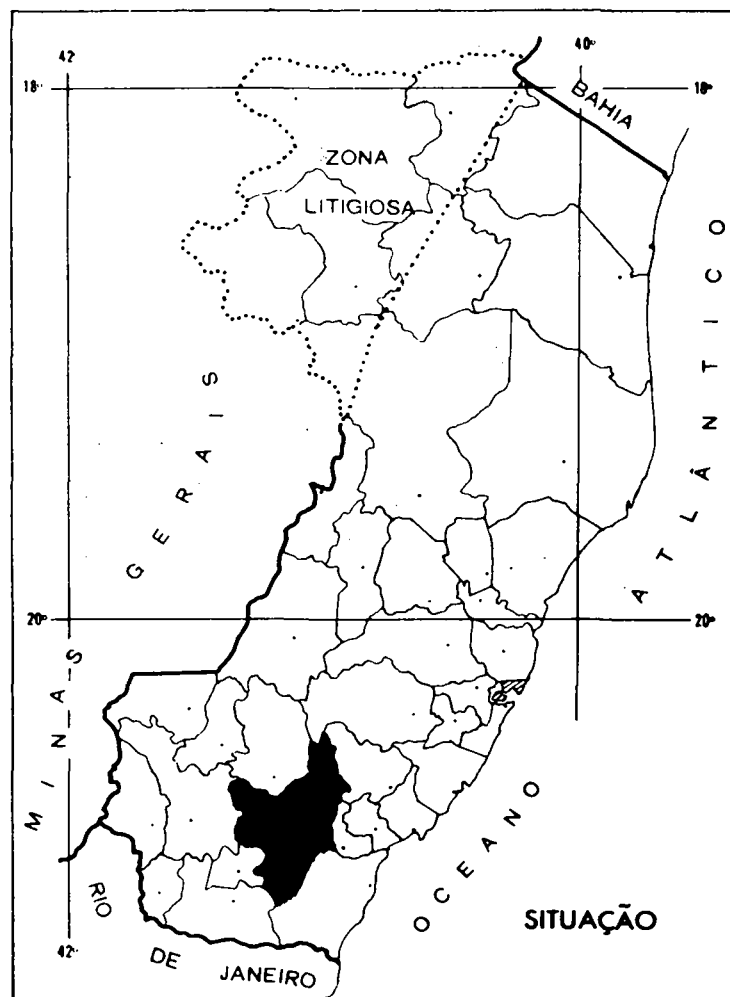
Jardim de Infância de Cachoeiro de Itapemirim

de 1867. Suas divisas foram estabelecidas pela Lei n.º 52, de 4 de dezembro de 1872. A comarca de São Pedro de Cachoeiro foi criada pela Lei provincial n.º 9, de 16 de novembro de 1876. O Ato n.º 13, de 18 de novembro de 1878, suprimiu-a, convertendo-a em têrmo judiciário pertencente à comarca de Itapemirim. Por proposta do coronel Joaquim Marcelino da Silva Lima, filho do barão de Itapemirim, a comarca de Cachoeiro foi definitivamente restabelecida, em 13 de maio de 1844. Cachoeiro de Itapemirim foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto número 4, de 26 de dezembro de 1889. Compõe-se o município de 9 distritos, assim denominados: Cachoeiro de Itapemirim, Burarama, Conduru, Presidente Vargas (ex-Itaoca), Jaciguá, Marapé, Pacotuba, Vargem Alta e Vargem Grande do Soturno.

O topônimo Cachoeiro de Itapemirim, embora permaneça desde 1867, ano em que se instalou o município, ainda hoje tem sido objeto de controvérsia, não pròpriamente pelo uso da preposição *de*, mas pelo vocábulo Cachoeiro. Acredita o professor Domingos Ubaldo, em seu trabalho "Município de Cachoeiro de Itapemirim, ter o têrmo *Cachoeiro* surgido da simplificação popular de *Encachoeirado*. Já o professor Rocha Bermudes, em recente artigo divulgado na edição especial de "O Arauto", órgão da imprensa local, diz ser mais provável a conjunção do sufixo *eiro* ao vocábulo *cachão*, designativo de "água que se precipita em catadupas, dando a aparência de fervura".

Vista do prédio onde funciona o jardim de infância

Em suma, a palavra *Cachoeiro* já consta de alguns dicionários brasileiros com a nota de *regionalismo capixaba*.

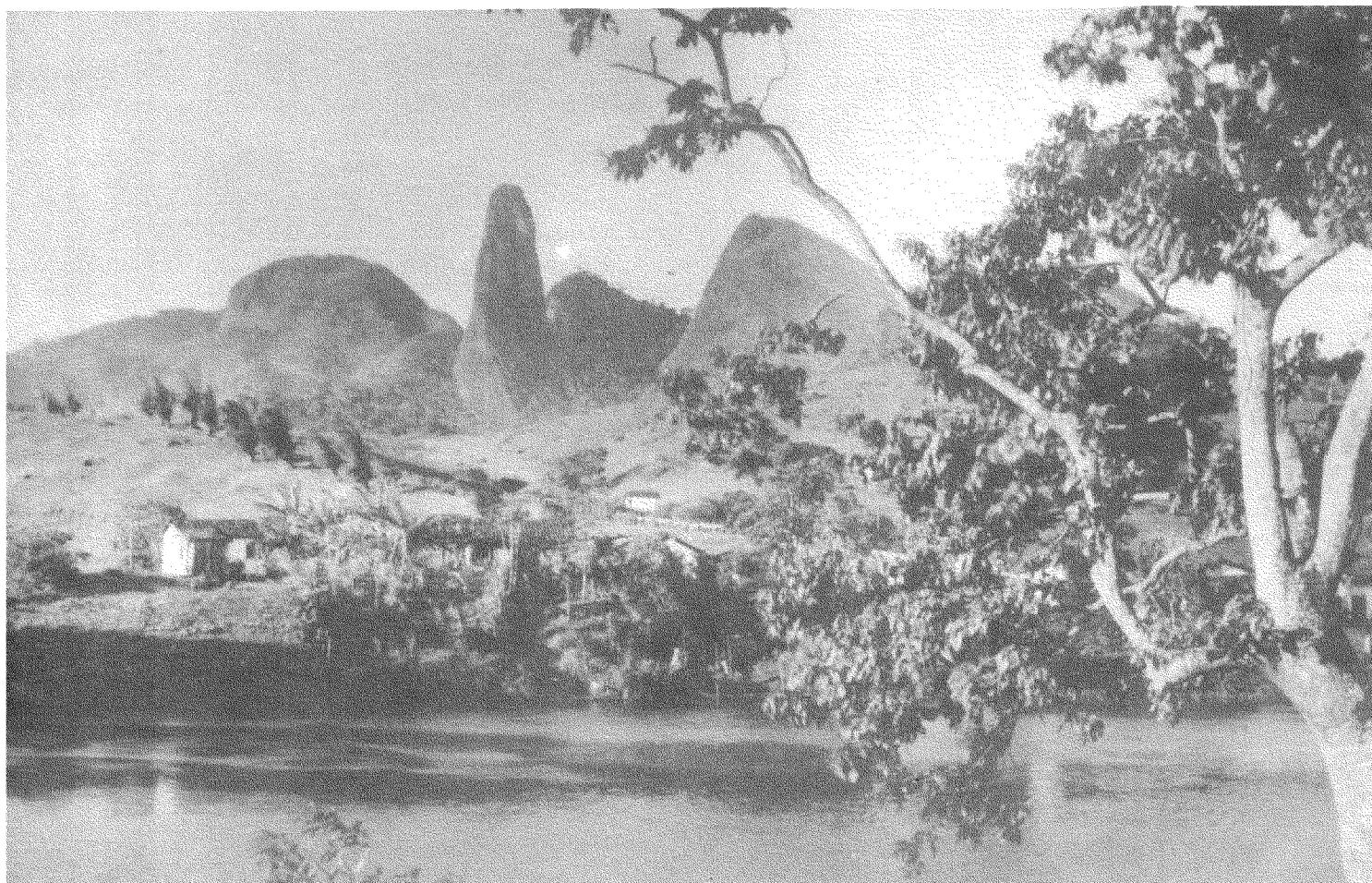
Foi a primeira cidade espírito-santense iluminada à luz elétrica, inaugurada, em outubro de 1902.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado ao sul do Espírito Santo, constituindo parte da Zona Fisiográfica Serrana do Sul. A sede apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 20° 51' 12" de latitude Sul e 41° 06' 22" de longitude Oeste de Greenwich, distando, em linha reta, de Vitória, 103 km, e da capital Federal, 300 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE E CLIMA — A cidade apresenta sensíveis variações em sua altitude. No pôsto meteorológico local, registram-se 40,495 metros; na estação ferroviária da Leopoldina, 29 metros e, finalmente, na Praça Jerônimo Monteiro, seu ponto mais central, o altímetro assinala 22 m.

O clima é quente e sêco. A temperatura em graus centígrados, teve as seguintes medidas: média das máximas ocorridas 27,4 e das mínimas 15. A precipitação pluviométrica é de 889 milímetros.

LIMITES — Cachoeiro de Itapemirim limita-se ao norte com os municípios de Castelo e Domingos Martins, a nordeste com o de Alfredo Chaves, a leste com o de Rio Novo do Sul, a sudeste com o de Itapemirim, ao sul com os de Muqui e Mimoso do Sul, a oeste com o de Alegre.

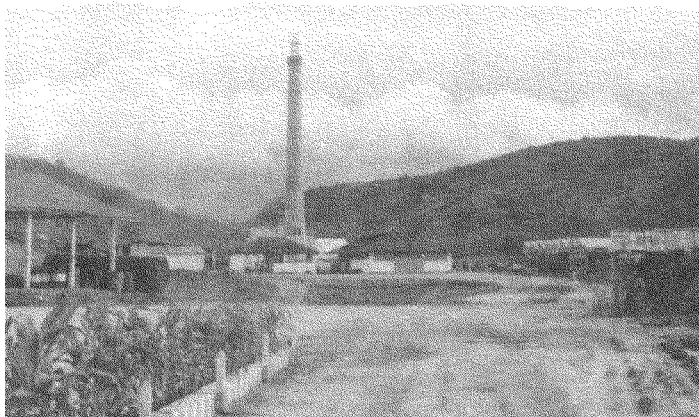
ÁREA — A área municipal é de 1 532 quilômetros quadrados.

Vista do Pico de Itabira, com 600 metros de altitude, ponto de referência da cidade

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os terrenos, cuja formação remonta ao período arqueano (era azóica ou primitiva), constituem parte do conjunto denominado "Complexo Cristalino Brasileiro e suas serras compõem-se de rochas de origem plutônica. A maior parte do território apresenta relêvo bastante movimentado. Nas terras que marginam os rios Itapemirim, Castelo e Muqui do Norte, notam-se, entretanto, algumas baixadas e vales com pequenas ondulações. A altitude das montanhas varia entre 600 e 1 000 metros, destacando-se entre elas as que formam as serras da Prata, da Floresta, da Estrêla do Norte, do Bananal, da Maravilha, de Santa Fé, da Tijuca, da Concórdia e da Araponga. Os acidentes que simbolizam o município são o pico do Itabira, com 600 metros de altitude e que tem a forma de um dedo apontado para o céu, e a pedra do "Frade e a Freira" (370 m), êste nas divisas com os municípios de Rio Novo do Sul e Itapemirim. Os rios componentes de sua

Praça Jerônimo Monteiro

rêde hidrográfica, na maioria tributários do Itapemirim, são o Castelo, o Muqui do Norte, o Fruteiras, o Sumidouro, o Concórdia, o Novo e o Boa Esperança. Das quedas dágua existentes, as de potência conhecida são as denominadas Cachoeira Alta (4 200 H.P.) e Cachoeira da Concórdia (5 000 H.P.), formadas pelos rios Fruteiras e Concór-

Vista parcial da cidade

dia. A primeira, com potencial aproveitado de apenas 3 600 H.P., fornece energia elétrica à cidade e a outras localidades do município. Entre as demais, cujo potencial hidráulico ainda se desconhece, alinham-se as do Peixe, do Sumidouro, do Taquaraçu, da Boa Esperança e do Funil, formadas, respectivamente, pelos rios Muqui do Norte, Sumidouro, Boa Esperança e Novo. Entre as ilhas fluviais do município, a da Luz é a que mais se destaca. Ocupando uma área de 314 mil metros quadrados do perímetro urba-

Vista da fábrica de Cimento "Portland Barbará".

no, constitui, essa ilha, um dos recantos da cidade que melhores condições apresentam sob o ponto de vista turístico. Em segundo plano e, sem as características da primeira, cita-se, ainda, a ilha Grande, no distrito de Pacotuba, com uma área de 3 000 000 de metros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — No município, encontram-se, com abundância, jazidas de calcário, de mármore, de areias quartzosas e de águas minerais, quase tôdas exploradas econômicamente. De igual vulto, nota-se, também, a extração de argila, areia e pedras, riquezas de largo emprêgo nas construções civis. A exploração secular de madeiras de lei sem a necessária assistência ao reflorestamento transformou as matas do território municipal em pequenas manchas esparsas sôbre as cristas das elevações, reduzindo-lhe a um mínimo as reservas de peroba, cedro e canela. Observa-se a extração de madeiras para dormentes e lenha. Dada a escala um tanto moderada em que se verificam a pesca e a caça, os rios do município apresentam regular variedade de peixes, principalmente robalo, piau, jundiá, acará e tainha, assinalando-se, na oportunidade, a existência de criação de carpas e tucunaré em algumas propriedades rurais. As matas, grandemente rarefeitas (30 155 hectares), cobriam 23,57% da área correspondente aos 2 167 estabelecimentos agrícolas recenseados em 1950.

Centro de Saúde Estadual

POPULAÇÃO — Com os seus 81 082 habitantes (40 809 homens e 40 273 mulheres — dados do Recenseamento Geral de 1950), Cachoeiro de Itapemirim mantinha-se em 2.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Espírito Santo, logo abaixo de Colatina. A cidade, com um efetivo de 24 021 almas, ocupava, também, o segundo pôsto, precedida que era por Vitória. A população de côr branca absorvia, então, 61,48% do total municipal. Os grupos que se declararam de côr parda ou preta englobavam, respectivamente, 24,98% e 13,46%. As 45 132 pessoas de 15 anos e mais, existentes naquela data, distribuíam-se, segundo o estado conjugal, nas seguintes classes: casados 54,63%; solteiros 38,57%; viúvos 6,6%; desquitados e sem declaração de estado civil: 0,20%. A população do município localizava-se, preferentemente, na zona rural — 66%. Na cidade, a percentagem correspondente era de 30% e nas vilas, 4%. Em todo o Estado, 77% da população localizavam-se no quadro rural.

Praça Dr. Tinôco.

Núcleos populacionais — Por ocasião do último Censo, das oito vilas existentes no território municipal, nenhuma acusava população que atingisse a casa dos 1 000 habitantes. Além destas, contam-se, ainda, disseminados pelo interior do município, nada menos de 14 povoados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A industrialização de suas reservas materiais, proporcionando um benéfico equilíbrio entre os meios de produção do município, deu nova forma estrutural à sua economia. Embora o Censo de 1950 encontrasse 15 649 pessoas — 62% da população economicamente ativas naquela data — condensadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", o que evidenciava a sua base econômica, o valor da produção agrícola, em 1956, já estava ultrapassado pelo da produção industrial (estabelecimentos de 5 ou mais operários). Do valor total da produção, ou seja, de 312,7 milhões de cruzeiros, a indústria contribuiu com 62,84% e a agricultura com os restantes 37,16%. O café concorre com quase metade do valor global da produção agrícola, ou mais precisamente, com 47,5%. As percentagens correspondentes para as demais culturas

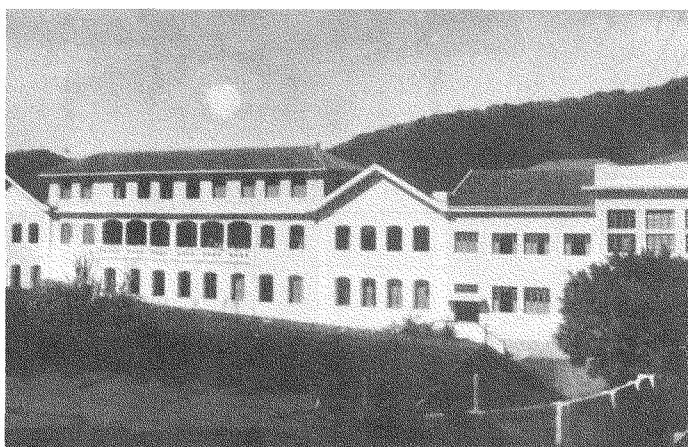
Vista parcial da cidade.

Vista parcial, vendo-se ao fundo a Igreja-Matriz de São Pedro

representativas podem ser observadas no quadro abaixo, elaborado pela Inspetoria Regional de Estatística:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO (1956)	
	Números Absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Café beneficiado	55 200	47,50
Mandioca (brava e mansa)	16 360	14,08
Cana-de-açúcar	12 000	10,32
Arroz (com casca)	8 892	7,65
Milho em grão	7 782	6,70
Outros produtos	15 979	13,75
TOTAL	116 213	100,00

Vista parcial da cidade, vendo-se o pico Itabira e o morro o Frade e a Freira.

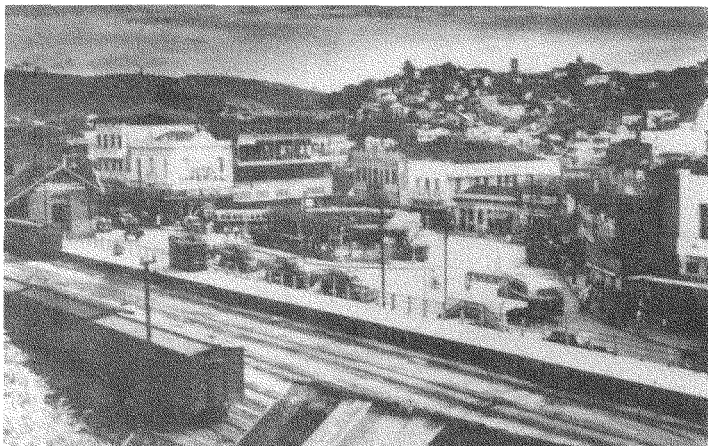
No setor das atividades industriais, nota-se sensível predominância da classe dos produtos alimentares. Nada menos de 14 estabelecimentos dedicam-se a êsse ramo de indústria que representa 34,21% do valor total da produção. Em segundo plano, considerando-se o valor da produção, aparecem as indústrias têxteis com três unidades, destacando-se, aí, a Fábrica de Tecidos Itapemirim, vindo, a seguir, as de minerais não metálicos, com 14 unidades e onde se inclui a Fábrica de Cimentos Portland Barbará. Na série específica abaixo, calculou-se a contribuição percentual das principais classes de indústria:

Colégio Estadual e Escola Normal Muniz Freire

CLASSES DE INDÚSTRIA	N.º de estabelecimentos	Operários ocupados (31-12-56)	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956	
			(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Indústrias alimentares	14	156	67 235	34,21
Indústrias têxteis	[illegible]	323	36 555	18,60
Indústrias dos minerais não metálicos	14	258	31 734	16,15
Indústria da madeira	6	147	26 315	13,39
Indústria da construção civil	6	62	9 983	5,08
Indústria do mobiliário	5	84	7 384	3,76
Outras indústrias	10	127	17 314	8,81
TOTAL	58	1 157	196 521	100,00

Cachoeiro de Itapemirim — Bairro do Aquidaban

O efetivo pecuário do município, estimado para 31-12-1956, apresenta um valor calculado em 287,9 milhões de cruzeiros (8,1% do valor total para o Estado), o que lhe garante o primeiro pôsto entre os municípios pecuários espírito-santenses. Daquele valor, 94,28% estão distribuídos entre os principais rebanhos, na seguinte ordem: bovino 53,5%; suíno 20,32%; muar 13,37% e eqüino 7,09%.

COMÉRCIO E BANCOS — A cidade, chave do sistema ferroviário e rodoviário do sul do Estado e importante centro consumidor e distribuidor do Espírito Santo, possui 52 estabelecimentos atacadistas, 426 varejistas, 5 Agências Bancárias, uma da Caixa Econômica Federal e a matriz do Banco de Cachoeiro de Itapemirim. Além do comércio em larga escala que estabelece com as praças de Vitória e Rio de Janeiro, mantém movimentado intercâmbio com as localidades adjacentes.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município é servido por duas estradas de ferro (Leopoldina e Itapemirim) e vasta rêde rodoviária, ligando-se a todos os municípios limítrofes, à capital do Estado (159 km por ferrovia e 139 por via rodoviária) e à capital Federal (435 km por via rodoviária e 482 km por ferrovia). Modernos ônibus e uma linha de navegação aérea (N.A.B.) o atendem na movimentação dos passageiros para as cidades anteriormente citadas. O número de veículos registrados na Coletoria

Vista parcial da cidade

Estadual é de 296 automóveis e 523 caminhões. A cidade é servida pela Cia. Telefônica do Espírito Santo, contando com 141 aparelhos instalados.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — A assistência médico-hospitalar é prestada à população local por 26 médicos, através de vários estabelecimentos: Santa Casa de Misericórdia (150 leitos), Sanatório Samuel Libânio (37 leitos), Asilo Deus, Cristo e Caridade, Serviço Social da Indústria (SESI), Pôsto de Puericultura João Carlos Vital, Centro Estadual de Saúde, Dispensário de Profilaxia da Lepra, Fundação de Assistência Social e Núcleo da Legião da Boa Vontade. Contam-se, ainda, no município, 34 dentistas, 17 farmacêuticos e 2 veterinários.

ALFABETIZAÇÃO — Revelam os dados censitários que, em 1950, dentre as 67 125 pessoas de 5 anos e mais, 47% eram alfabetizadas. A percentagem correspondente para o Estado do Espírito Santo era de 41%.

Ensino — O município é dotado de 7 grupos escolares, um Jardim de Infância Modêlo, duas unidades do ensino pré-primário, 210 do ensino fundamental comum, 38 do supletivo e 7 do complementar. Em 1955, a matrícula geral nesses estabelecimentos era de 12 499 alunos. Contam-se, ainda, na cidade, 12 estabelecimentos de ensino secundário, sendo 6 do ginasial, 1 do colegial, 2 do comercial e 3 do ensino pedagógico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade, circulam 4 periódicos (1 hebdomadário, 1 quinzenário, 1 bissemanário e 1 trissemanário), 3 boletins e uma revista. Dos 5

Vista da Pedra da Ema, em Burarama.

cinemas existentes na sede, o "Broadway", dotado de 1 200 poltronas estofadas, apresenta-se como um dos melhores do Estado. A Fábrica de Cimento Barbará e o Caçadores Carnavalescos Clube, mantêm cinemas destinados, respectivamente, aos seus empregados e associados. Ressalta-se, ainda, a existência de uma radioemissora com auditório para 200 espectadores, 3 bibliotecas públicas, 21 associações desportivas e 7 tipografias.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	8 100	20 680	3 862	2 628	3 846
1951	11 210	30 576	4 877	3 166	4 644
1952	13 014	30 035	5 585	3 809	5 240
1953	14 112	35 074	7 786	4 680	7 054
1954	17 337	37 903	8 074	5 510	9 614
1955	23 907	45 126	11 586	6 625	10 719
1956	37 474	52 992	14 268	8 717	14 219

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Jerônimo Monteiro, encontram-se um busto de Jerônimo de Souza Monteiro (filho ilustre do município e ex-governador do Estado) e um obelisco dedicado ao Expedicionário Cachoeirense.

Vista do edifício da Usina de Laticínios

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A principal festa do município é a que se realiza a 29 de junho de cada ano, dia de São Pedro, padroeiro da cidade. No decurso da mesma, são prestadas as mais significativas homenagens ao "cachoeirense ausente", escolhido, anualmente, pela Comissão Permanente dos festejos do Dia de Cachoeiro. Já é tradicional, nesse dia, a apresentação de números do folclore regional como o "caxambu", na ilha da Luz, algo semelhante ao "jongo", e o "boi-pintadinho", que se caracteriza por cidadãos "montados em cavalos" tendo à frente um boi (feito de ripas e tecidos coloridos) cuja movimentação em piruêtas e ziguezagues é feita por pessoa oculta em seu bôjo.

Registram-se, também, as procissões de São Cristóvão, em 31 de outubro, com o desfile de grande número de veículos; de Cristo-Rei, do Corpo de Deus e da Semana Santa.

As festas relativas aos dias de São João, da Independência do Brasil (7 de setembro), do Trabalho (1.º de maio), das Mães e do Natal constituem, também, uma tradição local.

VULTOS ILUSTRES — Entre os vultos da história municipal, destacaram-se os irmãos Monteiro — Jerônimo, Bernardino e Fernando. Os dois primeiros, ex-presidentes do Estado e ex-senadores da República, e o último, o primeiro bispo capixaba.

Jerônimo Monteiro, quando na presidência do Estado, realizou obras que o imortalizaram. Citam-se, entre outras, a iluminação das cidades de Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim e a instalação das fábricas de cimento e de tecidos, dotando, ainda, de algumas serrarias, a zona sul do Estado, na época, abundante em madeiras de lei. No presente, enumeram-se o senador Carlos Monteiro Lindenberg (ex-Deputado Federal e ex-Governador do Estado), o médico-sanitarista Bolivar Maroli de Abreu, a professôra Zilma Coelho Pinto, da Campanha de Alfabetização de Adultos, e Rubem Braga, cronista militante na capital da República.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os pontos do município que apresentam algum atrativo turístico são: o pico do Itabira, já escalado por elementos de clubes excursionistas do Rio e de São Paulo, a pedra do "Frade e a Freira", em cuja escalada perdeu a vida um grande desportista cachoeirense, a pedra da "Ema", no distrito de Burarama, e a ilha da Luz, recanto dos mais pitorescos da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Das indústrias, as mais importantes são as seguintes: Fábrica de Cimento Portland Barbará, Fábrica de Tecidos Itapemirim, Fábrica de Pios Maurílio Coelho, Cerâmicas São Braz, Elvira, São Bento e São Francisco; Serrarias Industrial e São José; Estação de Sericultura de Vargem Alta, Indústria de Madeiras Amorim Ltda., Fábricas de Móveis São Geraldo e Cegonha, Fábricas de Aguardente Môça, Cristal da Serra e Estrêla, Usinas de Açúcar São Miguel e Amapá, Fábrica de Calçados Garambone e as Fábricas de Ladrilhos Barbará e Grafanassi. Situado a 10 quilômetros da cidade, encontra-se o aeroporto de Cachoeiro, dotado de hangar, estação para passageiros, pista de pouso com 1 200 m X 150 m e bar. Contam-se, ainda, um patronato, um asilo, duas bandas de música, uma tropa escoteira, o Tiro de Guerra 220, uma sociedade de amparo aos menores, uma sociedade de auxílio aos necessitados, uma Agência Postal-telegráfica, 5 Cooperativas, 9 Organizações do Fomento Agropecuário, 13 Cartórios, 3 paróquias, um aeroclube, uma associação rural, uma usina de laticínios e 19 emprêsas de ônibus. O cidadão nascido em Cachoeiro de Itapemirim recebe o patronímico de cachoeirense. O Poder Legislativo Municipal é representado por 11 vereadores. Em 1956 havia 21 985 eleitores inscritos. O atual Prefeito é o Senhor Antônio Ferreira Penedo Sobrinho.

(Elaborado pelo A.E. Walter Monte Mór, com a colaboração do funcionário da A.M.E. José Eduardo Grandi Ribeiro).

CARIACICA — ES

Mapa Municipal na pág. 127 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Domínio natural dos silvícolas que povoavam as terras da Capitania, Cariacica recebeu os primeiros marcos da civilização, pela influência dos jesuítas que, aí, estabeleceram engenhos e fazendas, como, por exemplo, em Itapoca, Roças Velhas, Caçaroca, Mariricá e Ibiapaba.

A Fazenda de Itapoca instituiu-se, com igreja e residência própria, em fins de 1749, e teve como superior o Padre Domingos Silva.

Caçaroca tornou-se lendária, pelo seu canal e suas ruínas, em tôrno das quais giravam notícias de tesouros enterrados pelos jesuítas.

Maricá possuía, igualmente, construções jesuíticas e, anexo, um cemitério.

Roças Velhas, perto da atual cidade de Cariacica, evoca a existência de uma grande fazenda.

Em virtude do plano de penetração traçado pelo Governador Francisco Alberto Rubim, continuado pelos seus sucessores, fundaram-se, outrossim, Quartéis, para a defesa do trânsito, já intenso, e transporte de produtos agrícolas, até Pôrto de Cariacica, Itaquari e Pôrto Velho. Cariacica tornara-se um centro de abastecimento de Vitória. As fazendas do Quartel e do Destacamento recordavam os pontos fixos dos representantes da Tropa de Linha, no atual município.

Igreja-Matriz de São João Batista

Vista parcial da cidade, destacando-se à esquerda o edifício da Prefeitura Municipal.

Durante muitos anos, após a retirada dos jesuítas, sentiram os povoadores a falta de assistência espiritual, visitados apenas por missionários, de tempos em tempos. Sòmente, porém, a 16 de dezembro de 1837, a Lei n.º 5, assinada pelo Presidente da Província, José Tomás Nabuco de Araújo, elevou o território a freguesia, criando, em conseqüência o distrito de São João Batista de Cariacica, do têrmo da Capital. Sua matriz devia ser construída, segundo a autorização dada na Lei n.º 6, de 1839. Entretanto, apenas, em 1845, o povo conseguiu essa construção, graças aos esforços do missionário capuchinho Frei Ubaldo de Civitela. Escolheu-se, para isso, o planalto "Água Fria", mais acessível aos habitantes das fazendas situadas quase tôdas, a oeste do Pôrto de Cariacica, na época, o ponto de contato, entre o litoral e o interior. O lugar recebeu, desde então, o nome de Morro da Igreja.

Cariacica era pròpriamente o nome de um rio que desce do Muxoara, uma serra adjacente. O Muxoara, formação granítica de grande altitude, é também conhecido por Monchuar e Muchoar (veio de diamantes) ou Muchuarà (pedra irmão), designações que, traindo origem indígena, podem, igualmente, ser interpretadas como corrutela da palavra original.

Segundo tradição, porém, o atual nome pelo qual é a gigantesca pedra conhecida, origina-se da palavra "Mouchoir" (lenço), que os franceses, aportando à baía de Vitória, teriam proferido ante a visão da enorme penha encimada por espêssa neblina, em tudo semelhante a um grande lenço.

O topônimo Cariacica provém de Carijacica, palavra de origem tupi, que quer dizer — chegada do branco.

Os primeiros imigrantes, que a História registrou, foram trazidos para o território de Cariacica, em 1830 e 1831. Participavam dos 400 recebidos, na Província, em conseqüência do contrato feito, a 12 de novembro de 1829, pelo Govêrno, com Mr. Henrici. Eram de origem pomerana e destinavam-se à limpa da estrada que, partindo de Itacibá, devia comunicar-se com Minas Gerais. Correntes mais fortes para o povoamento registraram-se, depois de 1865, pela formação das colônias alemãs, vindas de Santa Leopoldina e Santa Isabel, instalando-se, em Biriricas, Pau Amarelo, etc. Eram grupos de famílias destemerosas que objetivavam a agricultura. Dentre essas tradicionais famílias alemãs, destacam-se os Belshop, Van de Kamp, Gegenheir, Tnomes e Gonoring, cujos descendentes ainda permanecem distribuídos por aquelas regiões.

Foi pródiga, no segundo Império, a concessão de sesmarias com o intuito de incentivar, ainda mais, a lavoura, já bem desenvolvida. Assim, foram atraídas não só famílias de imigrantes estrangeiros, como também, o elemento negro, com o seu trabalho escravo.

Em 1859, José Rodrigues Paiva obteve vasta extensão de terras na localidade de Pau Amarelo. Mais tarde — 1865 — transferiram-se grandes lotes a Inácio Pinto da Rocha, Antero da Silva Coutinho e Maria José Laura de Mendonça. Igual benefício foi conferido ao Sr. José Rodrigues de Atalaia, em 1866, no ano seguinte, ao Sr. Camilo Pinto Rangel, e, finalmente, em 1874, ao Sr. José Francisco Monteiro.

Grupo Escolar Eulália Moreira.

Estavam, pois, assentados os fundamentos do que, posteriormente, seria o município de Cariacica.

Já em 1880, a região apresentava condições econômicas para a vida autônoma, o que foi conseguido através do Decreto-lei estadual n.º 57, de 25 de novembro de 1890, assinado pelo Governador do Estado, Sr. Constante Sodré, constituindo-se o município com território desmembrado do de Vitória. Por êsse ato, Cariacica foi elevada à categoria de vila, verificando-se a sua instalação a 30 de dezembro do mesmo ano.

Na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938, o município é constituído de dois distritos: Cariacica (sede) e Itaquari, situação essa mantida pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, e até à presente data.

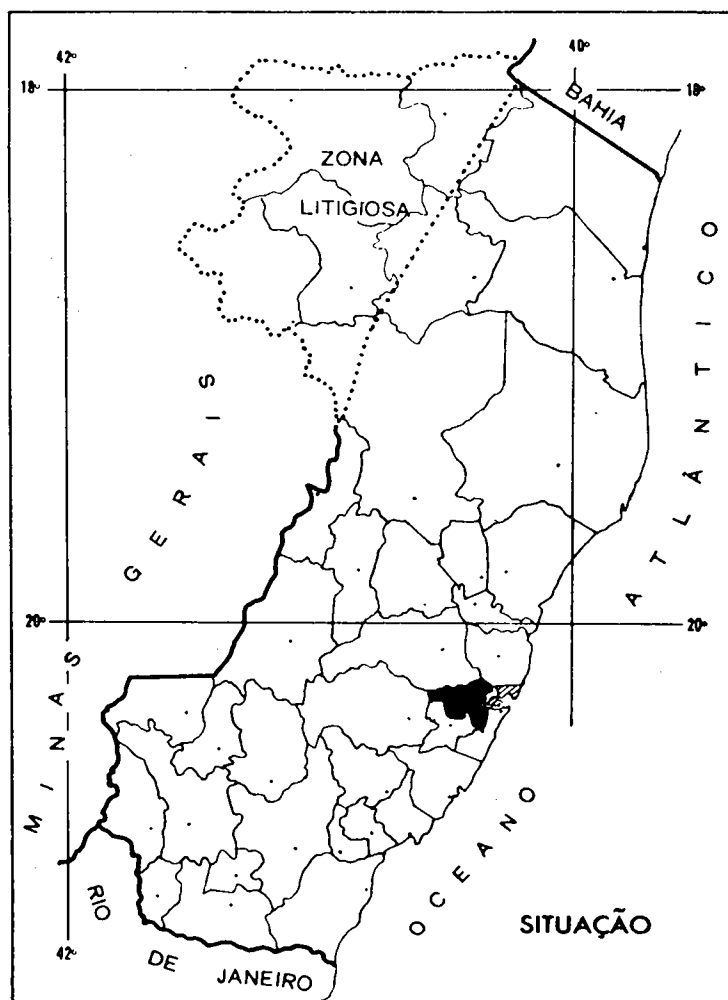
Hospital Colônia "Adauto Botelho", para psicopatas

O município de Cariacica, desde sua criação, pertence ao têrmo e comarca de Vitória.

A última legislatura instalou-se em 1955.

O Sr. Jocarly Gomes Salles é o Prefeito Municipal.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica de "Vitória", Cariacica limita com os municípios de Santa Leopoldina, Serra, Espírito Santo, Viana, Domingos Martins e Vitória.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 20° 15' 47" de latitude Sul e 40° 24' 36" de longitude W.Gr. Dista 14 km da Capital do Estado, em linha reta. Rumo, em relação à Capital: O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 36 metros, na sede municipal.

CLIMA — Tropical úmido. Chuvas mais freqüentes ocorrem nos meses de novembro a fevereiro.

ÁREA — 264 km².

RIQUEZAS NATURAIS — Dos recursos naturais encontrados nos município, citam-se peixes e camarões, de água doce e salgada, e conchas de mariscos, para fabricação de cal, como riquezas animais. Lenha, para consumo doméstico, e barro (argila), para fabricação de telhas e tijolos, constitutem as riquezas de origem vegetal e mineral, respectivamente.

Dos 11 815 hectares ocupados pelos 324 estabelecimentos agrícolas pesquisados em 1950, 19,06% eram constituídos de matas.

Educandário Alzira Bley

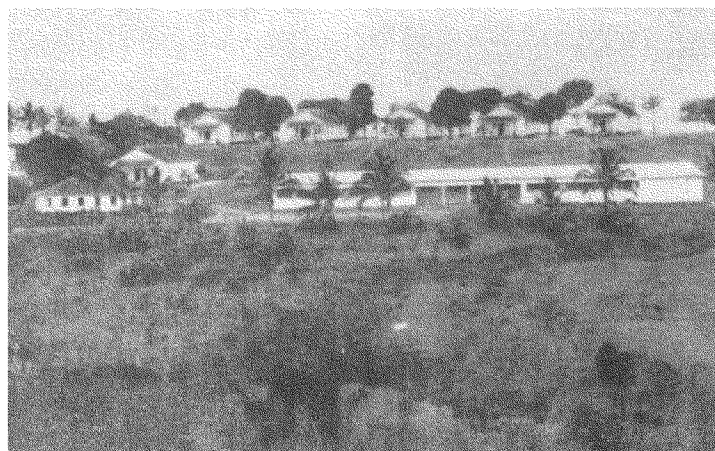
POPULAÇÃO — A população do município, segundo o último Censo, era de 21 741 habitantes — 10 855 homens e 10 882 mulheres — dos quais 61,77% localizavam-se na zona rural. Densidade demográfica: 82,35 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas: cidade de Cariacica e vila de Itaquari, com, respectivamente, 1 765 e 6 547 habitantes. Na cidade, concentravam-se 8,12% da população municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Cariacica tem na indústria a principal fonte de sua economia. Dados relativos ao ano de 1956 indicam que os estabelecimentos industriais, com 5 e mais empregados, apresentaram volume de produção estimado em 78,9 milhões de cruzeiros. Sobressaíram dois ramos — o siderúrgico (ferro gusa) e o alimentício (lingüiça, mortadela, presunto e outros) que, reunidos, totalizaram 62 milhões de cruzeiros, ou seja, 78,91% do valor total da produção no referido ano.

Citam-se, também, as serrarias, com produção calculada em 9,6 milhões de cruzeiros.

O município é produtor de aguardente — 558 506 litros, no valor de 4,2 milhões de cruzeiros; produz, igualmente: tijolos, manilhas, fogos de artifício, vinagre e bebidas diversas.

No valor da produção industrial, incluem-se 208 milhares de cruzeiros, correspondentes a 208 500 vacinas elaboradas em estabelecimento especializado, o Instituto Biológico do Espírito Santo.

Conjunto de residências pertencentes ao Hospital Colônia de Itanhenga, para leprosos.

Hospital Colônia de Itanhenga, para leprosos.

O valor da produção dos estabelecimentos com menos de 5 empregados — padarias, principalmente — atingiu 5,4 milhões de cruzeiros.

A produção de farinha de mandioca — 648 toneladas — atingiu o montante de 3,3 milhões de cruzeiros.

A agricultura apresenta regular índice de desenvolvimento, estimando-se em 48 milhões de cruzeiros o valor da produção agrícola em 1956; a banana situava-se em primeiro plano, com 1 800 000 cachos produzidos, no valor de 27 milhões de cruzeiros — 56,11% do valor total da produção agrícola.

À banana, seguiam-se o café (600 toneladas), a mandioca (brava e mansa — 3 000 t), a cana-de-açúcar (9 000 t) e a laranja (44 000 centos) no valor respectivo de 11,2,3,5, 2,7 e 1,5 milhões de cruzeiros.

A pecuária não se tem desenvolvido de molde a suprir as necessidades locais, recorrendo o município à importação de bovinos e suínos. Os rebanhos existentes, no valor estimado de 15,6 milhões de cruzeiros, eram constituídos principalmente de bovinos (5 000 cabeças) e suínos (1 000 cabeças).

O consumo médio mensal de luz e fôrça é de 309 796 kWh.

COMÉRCIO — Na cidade existem 19 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista. Na vila de Itaquari, são 30 os estabelecimentos varejistas e 3 os atacadistas.

O comércio local mantém transações principalmente com a praça de Vitória, onde, também, se processam as operações bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Cariacica é servido pela Estrada de Ferro Vitória—Minas, através das estações de Flechal e Vasco Coutinho.

O transporte mais utilizado, porém, é o rodoviário, que o liga às sedes municipais limítrofes de Domingos Martins (55 km), Espírito Santo (24 km), Santa Leopoldina (33 km), Serra (41 km) e Viana (27 km). Liga-se, também por transporte rodoviário, à Capital do Estado (14 km) e à Capital Federal (552 km).

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 24 logradouros, dos quais 1 arborizado e com pavimentação parcial, a paralelepípedo. É servida de luz elétrica, com 260 ligações domiciliares. O serviço de água canalizada atende a 19 logradouros, com 240 derivações. Há um Pôsto Telefônico (Cia. Telefônica do Espírito Santo), uma Agência Postal-telegráfica, uma pensão e quatro agremiações desportivas.

A vila de Itaquari é servida de luz elétrica e água canalizada, possuindo, ainda, serviço telefônico domiciliar e uma Agência Postal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é exercida, em todo o município, por 1 médico, 2 dentistas e 5 farmacêuticos. Funcionam 5 farmácias, 1 Pôsto de Higiene e Saúde, 2 Postos Médicos, 1 Pôsto da Legião Brasileira de Assistência, 2 Unidades Auxiliares de Saúde e 1 Obra Social.

O município conta ainda com dois grandes estabelecimentos especializados: O Hospital-Colônia de Itanhenga (350 leitos), para hansenianos, e o Hospital-Colônia "Adauto Botelho" (500 leitos), para internamento de psicopatas.

Anexo ao Hospital-Colônia de Itanhenga funciona o Educandário "Alzira Bley", destinado ao recolhimento e asilo dos filhos dos hansenianos.

Acha-se em construção um estabelecimento destinado ao abrigo de menores desamparados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o último Censo, das 18 300 pessoas de 5 anos e mais, encontradas no município, 9 587, ou seja, 52,39% sabiam ler e escrever. Das 5 503 pessoas em idade escolar — 5 a 14 anos — 2 123 eram alfabetizadas.

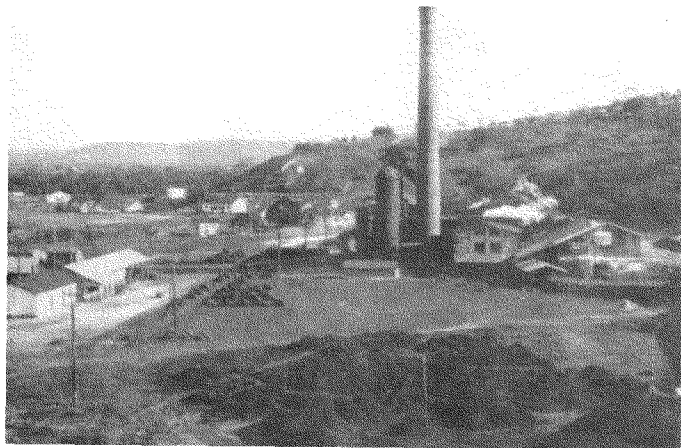
Ensino — O ensino, em 1956, foi ministrado por 36 unidades escolares do ensino primário comum, com a matrícula geral de 4 789 alunos e freqüência média de 3 648. Dessas unidades de ensino, 26 eram estaduais, 5 municipais e 5 particulares.

Havia 124 professôras: 85 normalistas e 39 não normalistas. Lecionaram, como auxiliares, 9 professôras, das quais 6 normalistas.

Em Jardim América, no distrito de Itaquari, funcionam uma Escola do SENAI e um Curso Noturno Comercial Básico.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	892	2 338	707	320	853
1951	1 200	2 870	1 062	354	857
1952	1 602	3 810	972	565	970
1953	1 612	4 344	1 600	1 213	1 507
1954	1 816	5 468	2 037	1 350	2 221
1955	3 175	9 402	2 159	1 400	2 282
1956	3 776	8 730	3 270	2 122	3 270

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O ponto culminante do sistema orográfico municipal dista cêrca de 4 quilômetros da cidade. Trata-se de uma montanha rochosa (724 metros), com espêssa vegetação apenas pelo lado sul. Nas épocas chuvosas ou nos dias que precedem às chuvas, não se lhe vê o cimo, recoberto que fica por densa neblina, característica essa que lhe originou o nome — Mouchoir — atribuído aos franceses, no início da colonização do mu-

Companhia Ferro e Aço, localizada em Jardim América.

nicípio. Essa montanha serviu de motivo para a confecção do sêlo municipal. É conhecida, atualmente, por vários nomes — Mochuar, Monchuar, Mochuara ou Muxoara.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — As manifestações populares mais significativas ocorrem a 24 de junho, dia de São João, padroeiro da cidade, e a 30 de dezembro, quando se comemora o "Dia do Município".

VULTOS ILUSTRES — Francisco Schwab Filho — descendente de tradicional família cariaciquense, estêve, por diversas vêzes, à frente do govêrno municipal. Vice-Governador do Estado do Espírito Santo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Em Itaciba, no distrito de Itaquari, o Govêrno Estadual administra um parque, òtimamente instalado, no qual se efetuam exposições agropecuárias.

Em Jardim América, no mesmo distrito, existem uma Agência Postal-telegráfica e um cinema com 370 lugares.

O município contava 7 848 eleitores inscritos, em dezembro de 1956.

Chama-se cariaciquense o nascido no município.

A Câmara Municipal é constituída de 9 vereadores.

(Elaboração de Jarbas Smith — Agente de Estatística).

CASTELO — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Atribui-se aos padres jesuítas o início do desbravamento do território que forma o atual município de Castelo. Em princípios do século XVII, aí fundaram a famosa Aldeia dos Montes, ou das Minas. Posteriormente, aventureiros atraídos pelo ouro dirigiram-se para a região, que era dominada pelos índios puris. Perseguidos, porém, pelos silvícolas, desceram para o sítio Tapumirim, ou Itapemirim, levando as imagens, o sino e os paramentos.

Assim, como era de esperar, não houve harmonia entre os legítimos donos daquelas terras e os novos elementos reunidos para a extração do ouro. Mesmo entre êstes havia muita discórdia, o que determinou, em 1751, fôsse nomeado Domingos Correia da Silveira, para exercer as funções de Capitão de todo o distrito das minas de Santana do Castelo, com o fim de manter a ordem, no agrupamento humano, formado pelos que trabalhavam na extração do ouro, nas localidades de Arraial Velho, Caxixe, Salgado, Ribeirão do Meio e Canudal.

As naturais desavenças surgidas entre indivíduos dominados pela cobiça, como também os freqüentes ataques dos indígenas, não foram, entretanto, de molde a impedir que aquêle aglomerado humano progredisse, tanto assim que, em 1754, é elevada à categoria de matriz uma capela construída pelos mineiros no Arraial Velho das Minas de Santana do Castelo, local onde existe hoje a Fazenda da Povoação.

No ano de 1771, fala-se em "sanhudo combate" e "carnificina" impostos pelos indígenas aos usurpadores de seus domínios. A luta se verificou, à entrada da gruta denominada "do Limoeiro", e foi favorável aos silvícolas, que obrigaram os desbravadores a refugiar-se no baixo Itapemirim, deixando para trás aquêles aldeamentos segundo já registramos.

Marcando a passagem dêsses desbravadores, pelo território, encontramos ainda hoje um canal aberto na rocha viva, para desviar o rio Caxixe, na Fazenda do Centro, além de outros canais construídos na Fazenda da Povoação. Da mesma forma, foram executadas obras, na Fazenda da Crimea, em Ribeirão do Meio e em Caxixe.

Durante muito tempo ficou a região abandonada. Em 1845, fundou-se um aldeamento de índios, denominado Imperial Afonsino.

Em 1848, Joaquim Vieira da Cunha Machado e o major Antônio Vieira Machado da Cunha, partindo do baixo Itapemirim, iniciaram a exploração agrícola, às margens dos rios Castelo e Caxixe. Antônio Vieira Machado da Cunha fundou a Fazenda do Centro, assim denominada porque estava no sítio (centro), onde se reuniam os primeiros exploradores do ouro.

A Lei provincial n.º 9, de 15 de novembro de 1871, elevou o aldeamento à categoria de freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Imperial Afonsino.

Após a tentativa de colonização feita por Frei Manoel Simão de São José, vários imigrantes italianos, localizados no município de Alfredo Chaves, dirigiram-se às terras castelenses onde intensificaram e desenvolveram a agricultura.

O nome de Castelo deriva da existência de uma montanha granítica com essa conformação, situada a meio caminho dos que demandavam de Benevente, atual cidade de Anchieta, às minas, roteiro primitivo para a região.

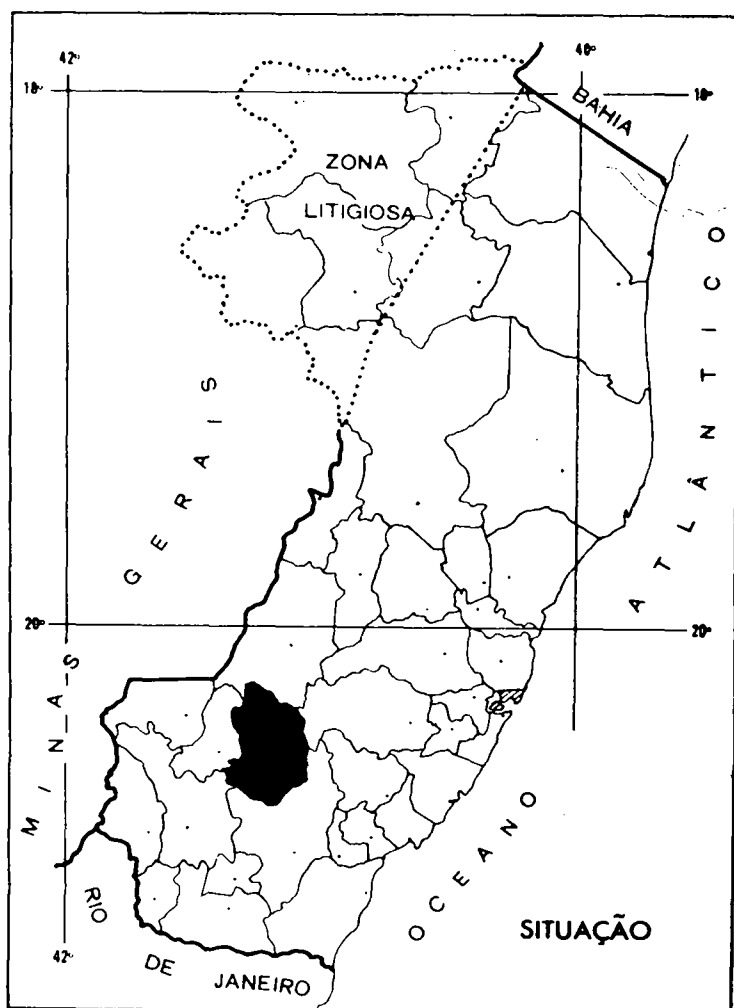
Castelo obteve sua emancipação, a 28 de maio de 1891, e foi elevado à categoria de sede de distrito, a 31 de julho do mesmo ano.

Prefeitura Municipal.

O Decreto n.º 43, de 22 de janeiro de 1898, estabelecendo a criação do município de Conceição do Castelo, não chegou a ser efetivado.

Em 1928, o povo de Castelo e Conceição do Castelo, distrito de Cachoeiro de Itapemirim, dirigiu-se, em mensagem subscrita por 227 pessoas, ao Presidente do Estado, solicitando a criação do município de Castelo, o que foi efetivado, pela Lei n.º 1 687, de 25 de dezembro daquele ano.

Constitui-se o município dos distritos de Castelo, Conceição do Castelo e Aracuí.

LOCALIZAÇÃO — Castelo integra a Zona Fisiográfica "Serrana do Sul" e limita com os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre, Afonso Cláudio, Domingos Martins e Muniz Freire. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 20º 36' 05" da latitude Sul e 41º 12' 14" de longitude O.Gr. Dista da Capital do Estado 96 km, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A cidade Castelo situa-se a 107 m de altitude.

CLIMA — Temperado no distrito de Conceição do Castelo e quente nos demais.

ÁREA — 1 049 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O relêvo do solo castelense é muito acidentado. Destaca-se o pico do Forno Grande, com 2 083 metros. São importantes também as serras do Boi, com 1 600 metros, Engano, com 1 300 metros, Bananeira, com 1 200 metros, Pati, com 1 100 metros e São Luís, com 1 000 metros. Castelo é o principal rio do município, recebendo a contribuição de pequenos cursos de água. Dêsses tributários, destacam-se os rios Caxixe, Estrêla do Norte, Monforte, Estreito, Viçosa e Ribeirão do Meio.

Praça Ruy Barbosa.

RIQUEZAS NATURAIS — Vestígios de minérios de alumínio, níquel, urânio e ferro têm sido constatados no município; o ouro aluvionar, embora intensamente explorado no passado, quando das primeiras penetrações e de 1935 a 1942, com resultados surpreendentes, ainda é encontrado nas areias do rio Castelo.

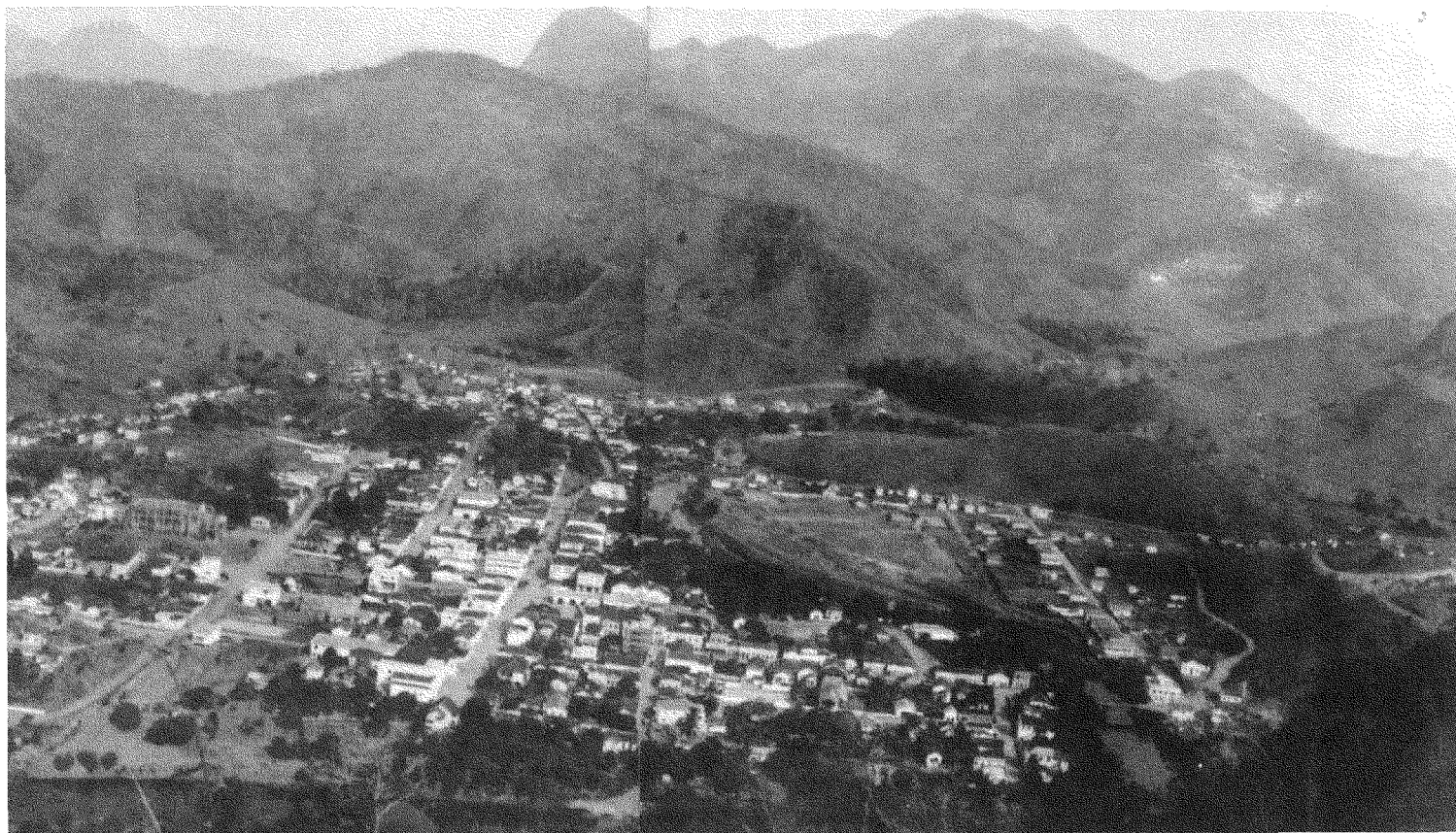
Como riquezas vegetais, citam-se pequenas reservas de madeiras diversas.

Os 23 328 hectares de matas encontradas em 1950, correspondiam a 24,86% da área total dos 1 574 estabelecimentos agrícolas recenseados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, compunha-se o município de 34 409 habitantes, sendo 17 390 homens e 17 019 mulheres. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 18 213, 6 883 eram solteiros, 10 313 casados, 934 viúvos e 7 desquitados. Existiam 331 estrangeiros e 163 brasileiros naturalizados. Os 86,72% da população localizavam-se no quadro rural: 15 222 homens e 14 216 mulheres.

Densidade demográfica: 32,80 habitantes por km².

AGLOMERADOS URBANOS — A cidade de Castelo contava em 1950, com 3 623 habitantes, sendo 1 074 homens e 1 919 mulheres; a vila de Aracuí com 458 habitantes, representados por 222 homens e 236 mulheres e a vila de Con-

Edifício do Regina Hotel.

Vista geral da cidade.

ceição do Castelo com 491 habitantes, sendo 243 homens e 248 mulheres. Venda Nova é um povoado que muito se desenvolveu nos últimos anos. A população da cidade correspondia a 10,53% da população total do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O café representa a maior fonte de riqueza agrícola do município, com a produção, média normal, de 300 000 arrôbas (75 000 sacas de 60 kg). O feijão contribui com parcela significativa, sendo o município o maior produtor do Estado. Destacam-se ainda o milho, o arroz, a cana-de-açúcar, a laranja e a banana.

Embora reduzida em quase 50% a colheita do café em 1956, êsse produto e o feijão, naquele ano, representaram 80% do valor da produção agrícola castelense, estimado em 160 milhões de cruzeiros.

A população pecuária, não muito desenvolvida, é, no entanto, suficiente para o abastecimento do município.

A atividade industrial restringe-se quase que inteiramente ao beneficiamento do café e da madeira. Assinala-se, também, um estabelecimento produtor de balas e doces e outro de ladrilhos de cimento.

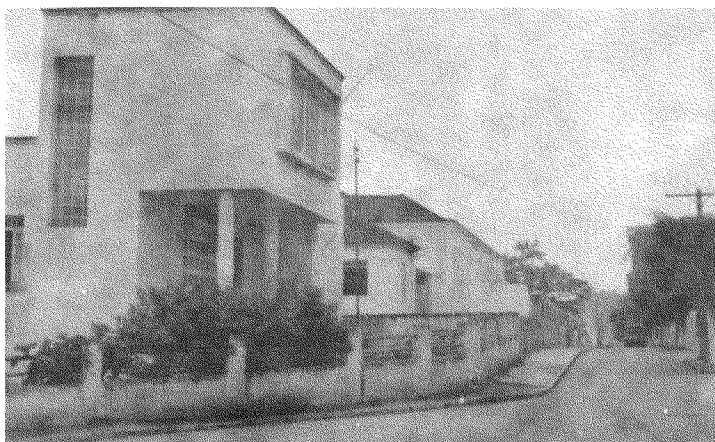
COMÉRCIO E BANCOS — A cidade possui 119 estabelecimentos comerciais, sendo 12 atacadistas e 107 varejistas. Três das principais firmas apresentaram volume de vendas superior a Cr$ 160 000 000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros) no ano de 1956. Outros 15 estabelecimentos comerciais espalham-se pelo município. Rio de Janeiro, Vitória, São Paulo, Campos e Cachoeiro de Itapemirim, são os principais centros comerciais que mantêm transações com Castelo.

Funcionam na cidade 1 Agência do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, 1 do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e 1 da Caixa Econômica Federal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Castelo liga-se à Capital Federal, pela Estrada de Ferro Leopoldina (519 km) e por rodovia (469 km); à Capital do Estado, pela estrada de Ferro Leopoldina (196 km) e por rodovia (178 km). Com os municípios limítrofes: Cachoeiro de Itapemirim, ferrovia (37 km) e rodovia (40 km); Alegre, ferrovia (67 km) e rodovia (84 km); Domingos Martins, mista (154 km); e rodovia (92 km); Afonso Cláudio, rodovia (100 km) e Muniz Freire, rodovia (55 km). Às sedes distritais: Aracuí, ferrovia (5 km) e rodovia (4 km); Conceição do Castelo, rodovia (40 km). Liga-se ao povoado Venda Nova por rodovia (38 km).

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade, uma Postal-telefônica na vila de Conceição do Castelo e uma Postal em Aracuí

Possuindo 46 aparelhos telefônicos instalados, a cidade é servida pela Cia. Telefônica do Espírito Santo que tem tráfego mútuo com a Companhia Telefônica Brasileira.

Trecho da Avenida Getúlio Vargas.

Agência dos Correios e Telégrafos e o Pôsto de Saúde, seguindo-se, o Grupo Escolar Nestor Gomes.

ASPECTOS URBANOS — A cidade dispõe de 19 logradouros públicos, sendo 6 inteiramente pavimentados. É servida por luz elétrica, com 780 ligações domiciliares, água canalizada, em todos os logradouros, com 965 ligações ou derivações, e rêde de esgotos. Os edifícios mais importantes da cidade são: o do Hotel Regina, no qual está instalado o o Banco de Crédito Real de Minas Gerais; o da Santa Casa, o dos Correios e Telégrafos, o do Grupo Escolar Nestor Gomes e o Colégio Estadual João Bley. Constrói-se, atualmente, a igreja-matriz, de linhas imponentes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um Pôsto de Saúde, do Departamento Estadual de Saúde e dois hospitais: a Santa Casa, com Maternidade anexa, e o Hospital do Centro Espírita "Luz e Trabalho", prestam assistência à população local.

Total de leitos: 62.

Há 5 médicos, 3 dentistas e 4 farmacêuticos, em atividade.

Funcionam 7 farmácias, na cidade.

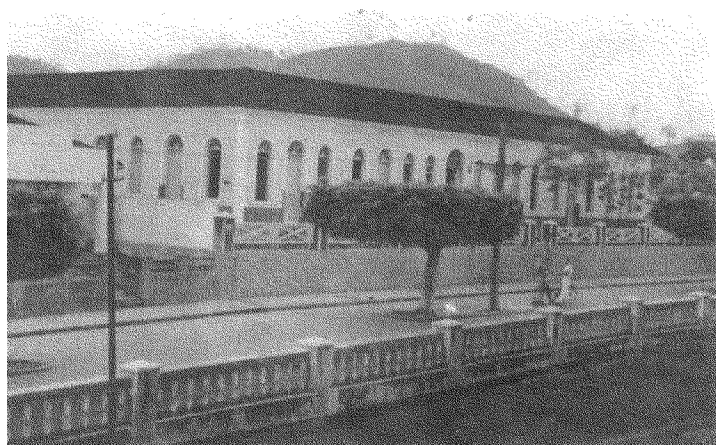
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência é prestada pelo serviço de Assistência aos Desvalidos, do Centro Espírita "Luz e Trabalho", e pela organização das "Luízas de Marilac".

Há uma Cooperativa dos Funcionários Públicos (de consumo), e uma Cooperativa Agrícola de Produção.

Avenida General Araripe.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, constatou-se a existência de 27 804 pessoas, com 5 anos e mais, sendo que 11 006, ou seja, 39,58%, sabiam ler e escrever. Na sede municipal a percentagem de alfabetizados elevava-se a 71,10% para as pessoas de 5 anos e mais.

Das pessoas em idade escolar (5 a 14 anos) presentes no município, 25,21% sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município um estabelecimento de ensino secundário com os cursos ginasial e de formação de professôres, 124 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, 6 do ensino supletivo, 2 do ensino primário complementar, 1 do pré-primário e 1 escola de datilografia.

Grupo Escolar Nestor Gomes.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade conta com 5 associações desportivas, 1 cinema com 350 lugares e o Centro Cívico "Coelho Neto" — associação dos alunos do Colégio João Bley.

FINANÇAS PÚBLICAS

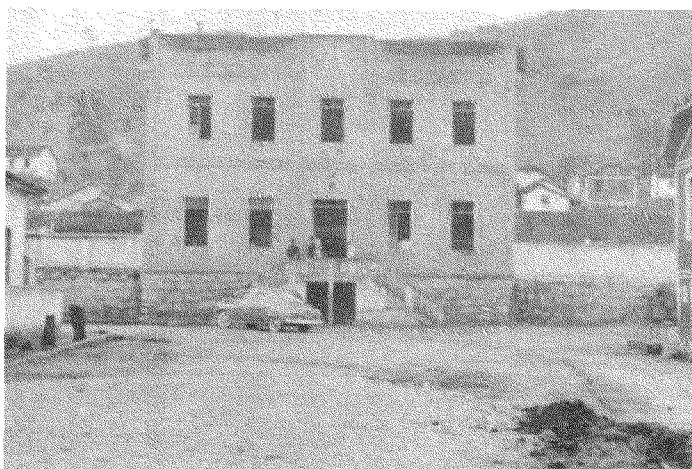
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 221	9 739	1 359	668	1 478
1951	1 314	12 886	1 351	805	1 495
1952	1 559	14 313	2 222	950	2 223
1953	1 574	15 088	3 439	1 093	2 520
1954	2 376	14 023	2 954	1 215	3 387
1955	3 069	20 844	2 948	1 500	2 646
1956	3 278	28 577	3 639	1 230	3 406

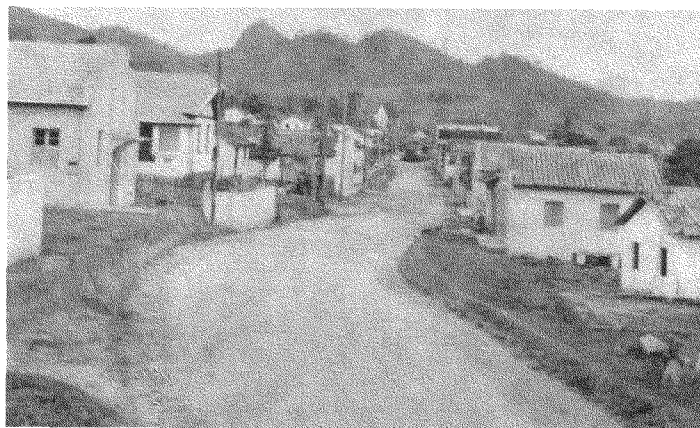
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas de maior relêvo são as do mês de maio, da semana santa e a tradicional festa de Nossa Senhora da Penha, que se comemora a 15 de agôsto, precedida de uma novena festiva.

Trecho da Avenida General Araripe.

Santa Casa de Misericórdia e anexo, a Maternidade N. S.ª das Graças

A data magna do município é 1.º de junho, dia de Castelo.

VULTOS ILUSTRES — Destacam-se entre os castelenses ilustres o General Tristão de Alencar Araripe, que exerceu várias comissões de importância e ocupou a Presidência do Supremo Tribunal Militar; e o coronel João de Almeida Freitas, ex-expedicionário, destacado para várias comissões relevantes, inclusive a de adido militar na França.

Ginásio e Escola Normal João Bley, situado na Praça Mário Lima.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Gruta do Limoeiro, próxima à rodovia Castelo—Venda Nova, de muita beleza; despertam curiosidade o amplo pórtico de entrada e estreitas passagens para salões em cujas paredes os visitantes deixam seus nomes gravados; o Pico do Forno Grande, de fácil ascenção e onde se reúne, todo ano, grande número de pessoas para a missa celebrada a 2 083 metros de altitude, no dia consagrado a São Roque; a cachoeira da Fazenda da

Vista parcial da vila de Aracuí.

Prata, denominada Véu de Noiva, caindo a prumo de uma altura de 200 metros, são atrações turísticas do município, ainda inexploradas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É sede de comarca com três distritos judiciários, Castelo, Conceição do Castelo e Aracuí.

Vista do bairro de Caxixe.

O progresso da cidade de Castelo é patente pelos novos e modernos prédios que se vêm construindo nos dois últimos anos. Há um estádio para futebol e constrói-se outro com instalações para todos os esportes.

A instrução militar é ministrada pelo Tiro de Guerra 107.

A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores.

Prefeito atual: Sr. Antônio Bento.

(Elaboração de Mário Morcef Campos — Agente de Estatística).

COLATINA — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Durante longo tempo o rio Doce, constituindo o limite natural entre a zona povoada e a região desconhecida ao norte do Espírito Santo, apresentou-se como a única via de acesso às terras que hoje formam o município de Colatina. Das tentativas de colonização através de seu curso e que se prolongaram até a última década do século dezenove, Linhares foi o único núcleo populacional que se formou.

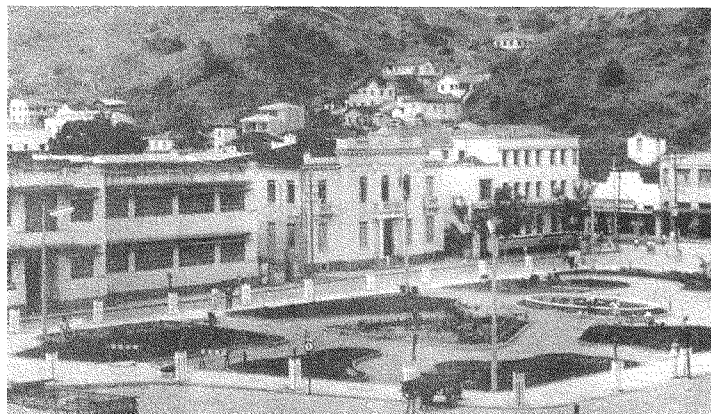
Como pôsto vanguardeiro rio-docense, Linhares experimentou em seus primórdios regular surto de prosperidade, não chegando, contudo, a se consolidar como entreposto comercial, fato que aliado à precariedade da navegação fluvial, muito dificultou o desenvolvimento de núcleos pioneiros rio acima.

Mesmo assim, em 1857, Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, com 48 colonos (portuguêses, franceses e alemães), iniciou, na margem esquerda do rio Doce, entre os rios Pancas e São João, a colônia de Fransilvânia. A morte de Avelino dos Santos França Leite, vítima de uma das incursões dos botocudos, levou-a, todavia, à decadência e, posteriormente, a completo aniquilamento.

As notícias que circularam, então, acêrca da ferocidade daquela tribo indígena, redundaram em desestímulo à

afluência do elemento alienígena, e o conseqüente desvio para outras colônias, de sucessivas levas de imigrantes europeus, retardou, sobremaneira, o devassamento da região. A colônia do Limão, por êsse fato, só em 1888, conseguiu receber os primeiros imigrantes italianos. Desta vez, entretanto, o local foi assolado pela malária e os poucos sobreviventes emigraram para o sul, malogrando-se, então, mais essa tentativa.

O povoamento do território colatinense, só se efetivou realmente a partir do último decênio do século dezenove. Com a expansão da colônia de Santa Leopoldina, o movimento colonizador tomou a direção do norte. O núcleo Antônio Prado, iniciado na região serrana do Canaã, constituído, em sua maioria, de imigrantes italianos que se dedicavam à cafeicultura, estendeu-se pelo vale de Santa Maria do Rio Doce. A Inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província, dirigida na época pelo engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Pacca, cuidava da demarcação e distribuição dos lotes devolutos, com área padrão de 30 hectares.

A primeira povoação formada dentro dos atuais limites municipais foi Mutum (Boapaba) e, mais tarde, Barracão de Baunilha, às margens do rio Baunilha. A barra do Santa Maria no Rio Doce, constituía o ponto terminal da zona pioneira, pois a barreira florestal que se lhe deparava à margem esquerda do Doce e a ameaça constante do gentio, impediam a expansão para o norte, advindo, daí, a construção de alguns casebres onde se ergue, hoje, o bairro de Colatina Velha, primitivamente denominado Arraial da Barra do Santa Maria.

Praça Municipal.

Quando a 9 de dezembro de 1899, o local foi elevado a sede de distrito, o engenheiro Gabriel Emílio da Costa deu-lhe o nome de Colatina, em homenagem à Dona Colatina, espôsa do Governador Muniz Freire. Linhares era, então, a sede do município.

Dos pioneiros da época, a história relembra os nomes do Dr. José Hermann Belo que muito estimulou o povoamento do vale do Santa Maria, e dos desbravadores Cel.

Vista geral do centro da cidade

Vista parcial da cidade.

Artur Coutinho de Alvarenga, Antônio Engrácio da Silva e Antônio de Souza Brito.

Com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em 1906, Colatina assumiu destacada posição econômica, arrebatando a Linhares as funções de centro comercial de importância. O transporte fluvial, responsável pelo escoamento dos produtos de grande parte de Minas Gerais, anteriormente feito barra afora, com escala em Linhares, passou a concentrar-se em Colatina.

Hospital e Maternidade Dr. Sílvio Avidos.

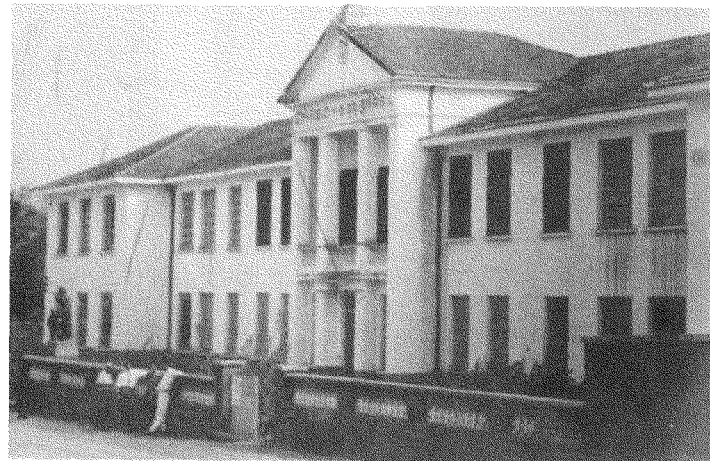
A posição geográfica de Linhares, sede de um município que se estendia desde Regência Augusta, no litoral, até as Escadinhas, nos limites com Minas Gerais, não mais correspondia às exigências da comuna. Por isso mesmo, a 20 de agôsto de 1907, a sede da comarca transferia-se para Colatina e a 22 de novembro, a Lei n.º 488, tomava idêntica providência com relação à sede do município. Colatina ficou, então, elevada à categoria de Vila, não se alterando, contudo, o nome do município.

Vista parcial da cidade, destacando-se a ponte Florentino Avidos, sôbre o rio Doce.

A 26 de maio de 1916, o coronel Alexandre Calmon e o Dr. Pinheiro Júnior, candidatos, respectivamente, a Vice e a Presidente do Estado, após o pleito em que foram derrotados por Bernardino Monteiro, chefiaram um movimento revolucionário em que se proclamava Colatina a nova Capital do Estado. Instalado o govêrno em Colatina, Pinheiro Júnior transmitiu o cargo ao Vice-Presidente, coronel "Xandoca" e regressou ao Estado do Rio de Janeiro, onde clinicava. Só a 29 de junho do mesmo ano, foi dominada a rebelião, e o episódio, devido a Alexandre Calmon, denominou-se "Revolta do Xandoca".

Bairro Vila Nova, ao fundo o Estádio Municipal.

A Lei estadual n.º 1 307, de 30 de dezembro de 1921, elevou a vila à categoria de cidade, passando, assim, o município, a denominar-se Colatina. O topônimo Linhares ficou, então, circunscrito apenas àquele distrito.

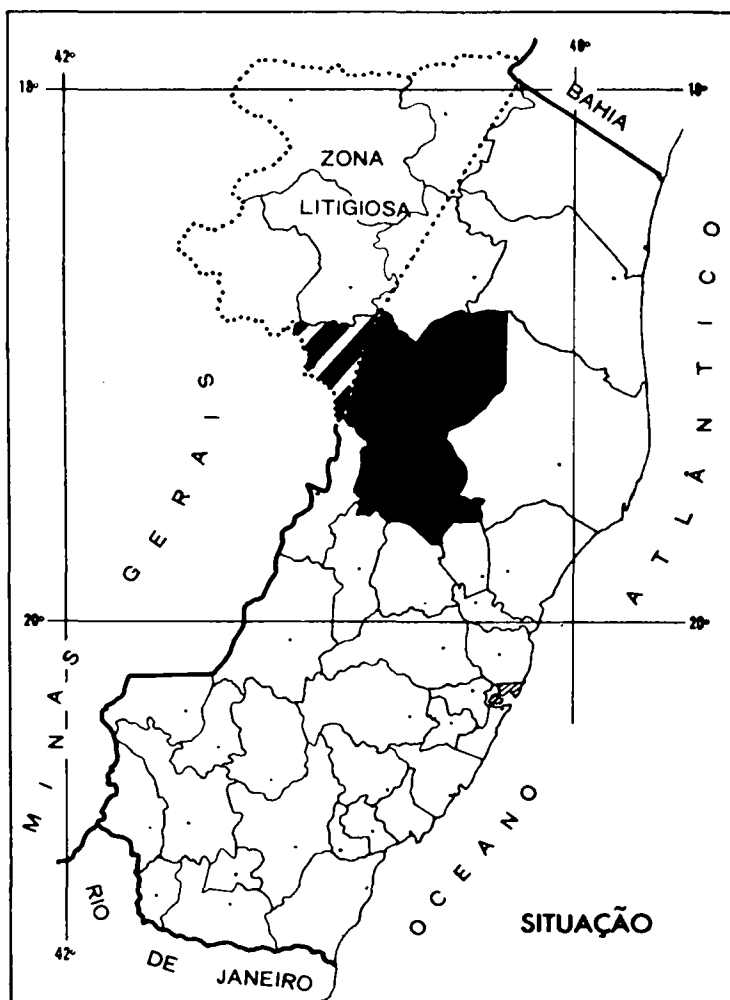
Com a lei de 26 de dezembro de 1928, o município foi elevado à categoria de comarca de 2.ª entrância.

Ginásio Nossa Senhora do Brasil.

A ponte sôbre o rio Doce, inaugurada por essa época (1928), convertendo Colatina em cidade-chave de todo o sistema rodoviário da região, acelerou o povoamento da zona interiorana. A Companhia Territorial, já em 1932, totalizava a expressiva venda de 147 491 hectares de terras, ao norte do rio Doce.

Em 1935 (Lei n.º 6 152, de 10 de abril), Colatina perdeu os distritos de Mascarenhas e Baixo Guandu e pelo disposto no Decreto-lei n.º 15 177, os de Linhares e Regência.

O município é formado por 12 distritos, a saber: Colatina, Águia Branca, Alto Rio Novo, Baunilha, Boapaba, Ita-

pina, Lajinha, Marilândia, Novo Brasil, Pancas, São Domingos e São Gabriel.

LOCALIZAÇÃO — Colatina está localizada na Zona Fisiográfica "Serrana do Centro" e limita ao norte com Mantenópolis, Barra de São Francisco, Nova Venécia e São Mateus; a leste com Linhares; ao sul com Itaguaçu, Santa Teresa e Ibiraçu e a oeste com Baixo Guandu e Estado de Minas Gerais. A cidade dista de Vitória, em linha reta, 92 km e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 19° 31' 57" de latitude Sul e 40° 38' 09" de longitude O.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal situa-se a 40 metros de altitude.

CLIMA — O município apresenta clima quente com chuvas de verão. A temperatura registrada na cidade, apresentou as seguintes variações: média das maximas — 31°C; das mínimas — 19°C; compensada — 25°C. A precipitação pluviométrica, média, do período 1948-1953, foi de 1 130 mm.

ÁREA — O município de Colatina, com seus 4 685 quilômetros quadrados, é o de maior superfície terrestre no Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Banhado pelos rios Doce, São José, Pancas, Santa Joana, Santa Maria e Pau Gigante, o município possui regulares quedas de água: Onça, Oito, Santa Joana e São João Grande, com potencial estimado em 1 200, 400, 300 e 250 H.P., respectivamente.

Ginásio Divino Rei, dirigido pelas Irmãs de Jesus na SS. Eucaristia

Registram-se, ainda, como acidentes geográficos, os pontões dos Cinco Irmãos, no distrito de Águia Branca e a pedra do Camelo, no distrito de Pancas.

RIQUEZAS NATURAIS — As matas (144 014 hectares) que cobriam 49,61% da área correspondente aos 5 047 estabelecimentos agrícolas recenseados em 1950, apresentam variadas espécies de madeira de lei, citando-se a peroba, o jacarandá, o jequitibá, o ipê e a cerejeira.

Do conjunto que caracteriza a fauna municipal, ressaltam-se a anta, a capivara, o tatu e a paca, além de avultada variedade de pássaros e peixes.

Grupo Escolar Aristides Freire.

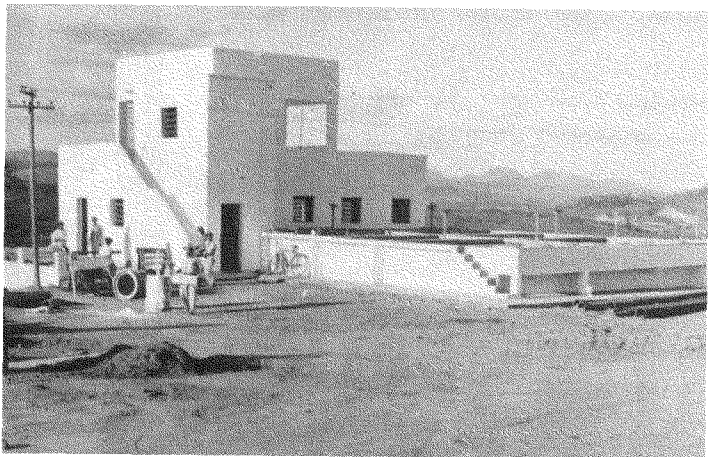
Dentre os minerais, evidenciam-se a pedra, a areia e a argila, riquezas de largo emprêgo nas numerosas construções civis em andamento na cidade. O cristal de rocha e água-marinha constituem, esporàdicamente, ramo da indús-

Igreja-Matriz do Sagrado Coração de Jesus (em construção).

Avenida Presidente Vargas, principal artéria da cidade.

tria extrativa, havendo, em Nova Iorque, exposta, grande água-marinha encontrada no município.

POPULAÇÃO — Colatina, exclusive os habitantes da faixa territorial que constitui, para efeito censitário, parte da zona litigiosa da Serra dos Aimorés, contava, em 1950, com 100 437 habitantes (51 895 homens e 48 542 mulheres), ocupando, então, o primeiro pôsto na relação dos municípios mais populosos do Estado.

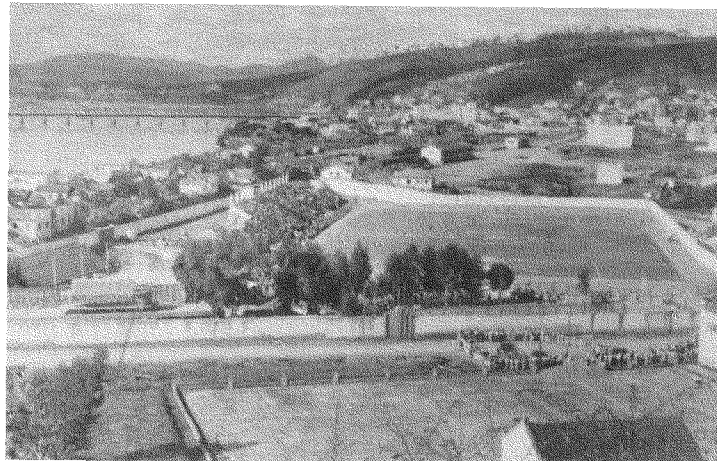
O quadro rural mantinha destacada supremacia, englobando cêrca de 91,2% da população municipal.

Estação de Tratamento e Distribuição de Água, construída em 1948 pelo S.E.S.P.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A cidade de Colatina (6 451 habitantes) e as vilas de Itapina (959), de Pancas (837), de Baunilha (370) de Boapaba (208), e de Alto Rio Novo, esta com a população incluída na região em litígio da Serra dos Aimorés, constituíam, em 1950, as aglomerações urbanas do município.

Escola Normal Rural.

O perímetro urbano da sede foi, posteriormente (Lei municipal n.º 221, de 21 de dezembro de 1951), aumentado, com a inclusão dos bairros de Fransilvânia, Lenira e Maria Ismênia. A cidade, em 1953 (1-IX), quando o SESP em colaboração com a Agência de Estatística local, realizou o Inquérito Demo-Sociográfico, apresentou-se com 15 350 habitantes (7 581 homens e 7 769 mulheres). Tomando-se por base a população de 9 311 habitantes, retificada para 1950, em face do prolongamento de sua área, verifica-se que no triênio, 1951-1953, a cidade apresentou uma das mais expressivas taxas de incremento demográfico.

Ginásio N. S.ª do Brasil, visto pelos fundos.

Atualmente, contam-se, ainda, as prósperas vilas de Águia Branca, Lajinha, Marilândia, Novo Brasil, São Domingos e São Gabriel, surgidas após o Censo de 1950, em virtude da expansão demográfica do interior colatinense, o mesmo acontecendo em relação aos povoados, em número de 20.

Vista do terreiro de secagem do café, da usina do I.B.C., em segundo plano o estádio municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Colatina é o mais importante centro agrícola espírito-santense e um dos maiores produtores de café no Brasil. A sua economia está fortemente assentada, portanto, na cafeicultura.

Das 32 137 pessoas de 10 anos e mais econômicamente ativas no município por ocasião do Censo de 1950, 25 292 declararam exercer a principal atividade no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", o que corresponde a 78,7% sôbre aquêle total.

No confronto entre a agricultura e a indústria, relativo ao ano de 1956, considerando-se o valor da produção, aque-

la contribuiu com 69,91% ao passo que esta concorria com apenas 30,09%.

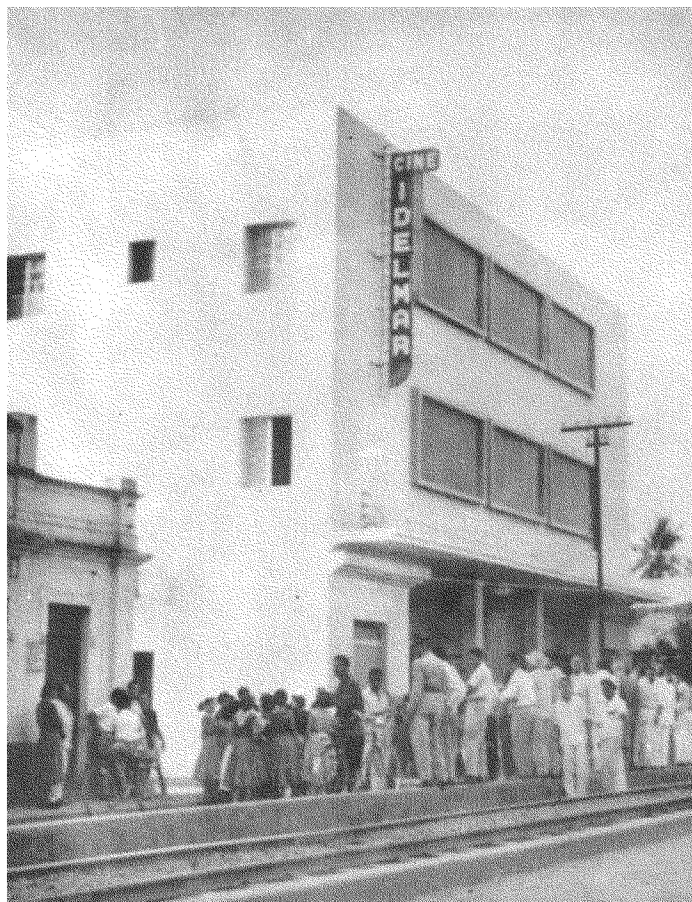
	(Cr$ 1000)
Agricultura	688 930
Indústria (estab. de 5 ou mais empregados)	296 553

No quadro comparativo sôbre a produção agrícola, o café distanciava-se na liderança, proporcionando ¾ do valor total, ou mais exatamente, 75,23%. A contribuição percentual correspondente aos demais produtos de relativa importância, como o milho, o feijão e o arroz, pode ser observada adiante:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	Quantidade	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956	
		(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Café beneficiado (t)	25 914	518 283	75,23
Milho em grão (t)	22 793	70 658	10,26
Feijão (t)	4 754	43 107	6,26
Arroz com casca (t)	4 087	19 414	2,82
Banana (cacho)	1 600 000	12 800	1,86
Mandioca, brava e mansa (t)	10 080	6 132	0,89
Cacau (t)	188	3 130	0,45
Outros		15 406	2,23
TOTAL		688 930	100,00

Dos 296 milhões de cruzeiros provenientes da produção industrial, verifica-se, pela tabela abaixo, que 85,14% correspondiam aos dois principais ramos industriais — produtos alimentares, 50,83% e indústria de madeira, 34,31% — que mantinham nos 28 estabelecimentos existentes, a média mensal de 382 operários, ou seja, 60,25% do pessoal empregado nas indústrias colatinenses.

INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	N.º de estabelecimentos (31-12-1956)	Operários ocupados (média mensal)	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956	
			(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Alimentares	15	107	150 729	50,83
Madeira	13	275	101 748	34,31
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	2	37	9 597	3,24
Mobiliário	3	43	6 692	2,25
Minerais não metálicos	7	73	6 132	2,07
Editoriais e gráficas	3	22	5 424	1,83
Demais ramos	6	77	16 231	5.47
TOTAL	49	634	296 553	100,00

Vista do prédio da Imprensa Oficial.

Cine Idelmar

Vale ressaltar que segundo o plano regional de pesquisas, o valor da produção industrial colatinense foi, em 1955, de 606,8 milhões de cruzeiros. O grosso, entretanto, dos estabelecimentos investigados por êsse plano que engloba tôdas as unidades industriais, sem levar em conta o número de operários, constitui atividade suplementar da agricultura, ou seja, o beneficiamento de café e cereais.

A pecuária, embora não represente a principal fonte de renda à comunidade colatinense, reúne o segundo rebanho em importância, no Estado, precedido, sòmente, pelo de Cachoeiro de Itapemirim.

Estimado em 254 milhões de cruzeiros (1956), o efetivo pecuário municipal resumia-se, pràticamente, nos rebanhos suíno (155 000 cabeças) e bovino (56 000 cabeças), que representavam, respectivamente, 52,53 e 35,31% daquele valor. Os demais eram relativamente reduzidos.

O consumo médio mensal de energia elétrica, em 1956, foi de 172 771 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se na cidade 524 estabelecimentos varejistas e 22 atacadistas. Em todo o município o número de estabelecimentos comerciais é de 1 572.

O Banco de Crédito Rural de Colatina e as Agências do Banco do Brasil, do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, do Banco de Crédito Real de Minas Grais, do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, do Banco Mineiro da Produção e da Caixa Econômica Federal, constituem os estabelecimentos de crédito do município.

O intercâmbio comercial colatinense é feito preferentemente com as praças do Rio de Janeiro, DF, Vitória, São Paulo e Belo Horizonte. A cidade é centro de convergência dos municípios circunvizinhos. Diàriamente, movimentam

Cine Danúbio.

suas artérias, mais de 60 ônibus e numerosos caminhões e camionetas provenientes dos distritos e dos municípios de Mantena, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Nova Venécia, Linhares, Ibiraçu, Santa Teresa, Itaguaçu e Afonso Cláudio. O atravancamento do tráfego com as cargas e descargas dos caminhões, o barulho dos motores e buzinas, as aglomerações em tôrno dos camelôs e a falta de espaço nos estabelecimentos de hospedagem ou nos restaurantes, são "flashes" característicos de Colatina nos dias úteis.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Vitória a Minas e por vasta rêde rodoviária (cêrca de 836 km) que o liga às cidades adjacentes de Baixo Guandu (76 km), Barra de São Francisco (136), Ibiraçu (78), Itaguaçu (62), Linhares (130), Mantena (181), Mantenópolis (176), Nova Venécia (142), Santa Teresa (60) e São Mateus (210 km). Dista de Vitória, por estradas de rodagem: via Santa Teresa 137 km, via Ibiraçu, 128 km. Por ferrovia: 128 km. Nas proximidades da cidade, um campo de pouso do Aeroclube de Colatina é utilizado por aparelhos de pequeno porte.

ASPECTOS URBANOS — Na cidade, contam-se 2 285 residências dotadas de iluminação elétrica, 2 806 abastecidas de água tratada, 312 aparelhos telefônicos (CTES), 23 logradouros pavimentados a paralelepípedo, 6 hotéis e 32 pensões.

O Departamento de Correios e Telégrafos mantém serviço postal-telegráfico na cidade e em 5 das vilas existentes. As 6 restantes são dotadas sòmente de serviço postal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — O Hospital-Maternidade "Sílvio Avidos", com 46 leitos e as Casas de Saúde Santa Luzia, São Gabriel, São Sebastião, São Silvano, Nossa Senhora Aparecida, Santa Maria e Santa Branca que totalizam 121 leitos, afora duas em vias de conclusão, representam os estabelecimentos hospitalares do município. A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Higiene do SESP, pelo Dispensário de Profilaxia da Lepra, pelo Dispensário de Tuberculose e pelo Ambulatório Médico do IAPETC.

Na cidade, servem à população: 22 médicos, 12 dentistas, 11 farmacêuticos e 14 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, das 81 203 pessoas de 5 anos e mais, 31 915 (39,3%) sabiam ler e escrever. Na cidade, entretanto, a percentagem de alfabetizados que era de 68,18%, em 1950, elevou-se a 73,22% em 1953, quando o SESP, em colaboração com a Agência de Estatística local, realizou o Inquérito Sócio-Demográfico. Das 11 834 pessoas de 7 anos e mais, 8 665 declararam-se alfabetizadas.

Ensino — O ensino no município, desenvolveu-se, extraordinàriamente, nos últimos anos. Das 354 unidades do ensino fundamental comum que funcionavam no início do ano letivo de 1957, 200 eram mantidas pela municipalidade, 145 pelo Estado e 9 por particulares.

Dos 16 329 alunos matriculados, 2 358 freqüentavam os 9 estabelecimentos existentes na cidade e os restantes 13 971 estavam distribuídos pelas 345 unidades escolares disseminadas pelo interior colatinense.

O ensino secundário é ministrado pelo Colégio Estadual e Escola Normal "Conde de Linhares", pelo Ginásio Nossa Senhora do Brasil, pelo Ginásio Divino Rei e pela Escola Técnica de Comércio de Colatina, tendo a matrícula nesses estabelecimentos (ano de 1957) somado 1 185 alunos.

Destacam-se, ainda, no setor educacional, o Centro Regional de Educação de Base (CREB) que prepara professôres para o meio rural e realiza, periòdicamente, cursos intensivos do nível superior destinado às missões rurais; a Escola de Iniciação Agrícola, no distrito de Itapina, o Pré-Seminário de Marilândia e uma Escola de Datilografia.

Trecho da Rua Cassiano Castelo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em Colatina, circulam os periódicos "Fôlha do Norte", "O Colatinense", "Correio Democrático" e "Fôlha do Ponto". Contam-se uma radioemissora com auditório para 156 pessoas, o Cine Idelmar com 1 000 poltronas estofadas, os cines Alhambra e Floresta que totalizam 950 lugares, 2 livrarias, 2 bibliotecas públicas e 5 tipografias.

FINANÇAS PÚBLICAS

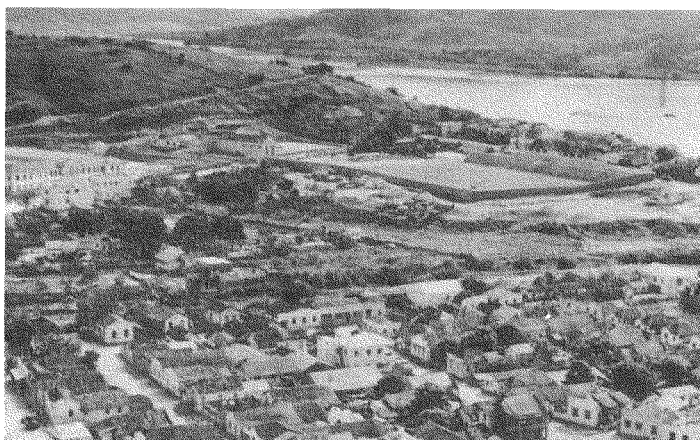
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	4 729	28 776	4 092	3 344	4 474
1951.......	6 382	32 177	5 902	4 926	5 384
1952.......	9 359	23 121	8 000	7 670	7 686
1953.......	10 586	31 913	13 173	10 606	11 875
1954.......	13 607	41 373	11 586	10 705	11 114
1955.......	17 655	108 750	16 742	13 669	15 074
1956.......	19 589	111 248	22 227	18 097	21 202

MONUMENTOS HISTÓRICOS — O busto do ex-presidente Getúlio Vargas, localizado na Praça Municipal, é o único monumento existente na cidade.

FOLCLORE E EFEMÉRIDES — A festa popular do município é a que se realiza, atualmente, a 22 de agôsto de cada ano, Dia de Colatina. Homenageia-se, então, o "colatinense ausente" do ano, escolhido, prèviamente, por uma comissão de festas e promovem-se: desfile escolar, queima de fogos de artifício, churrascos e bailes.

A "Festa do Café" que se realiza desde 1952, no segundo semestre de cada ano, tornou-se uma tradição colatinense. No seu decurso, executam-se números e bailados com características inerentes à cafeicultura e promove-se a eleição da "Rainha do Café".

VULTOS ILUSTRES — Dos filhos do município que mais se destacam no cenário nacional, citam-se João Calmon, diretor dos Diários Associados e o professor Lúcio de Castro Soares, geógrafo e autor de vários estudos sôbre a geografia regional brasileira.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontram-se na cidade 9 associações desportivas, 3 recreativas, a Lira Musical Colatinense, a Banda Marcial "Conde de Linhares" (86 figuras), 3 quadras de basquete ou volibol, o Estádio Municipal (possuindo campo de futebol, quadra de basquete ou volibol, de tênis, pista para atletismo e piscina em construção), a piscina do Ginásio Nossa Senhora do

Vista do bairro Vila Nova, vendo-se ao fundo, o Ginásio N. S.ª do Brasil, a usina de beneficiamento do I.B.C., e o Estádio Municipal.

Vista da Avenida Getúlio Vargas e Praça Municipal.

Brasil e 2 associações de caridade. Em todo o município 4 cooperativas de consumo e 1 de crédito servem à população. Contam-se, ainda, 1 serviço de fomento agrícola; 1 escritório da ACARES, 1 estação de experimentações agrícolas e 1 pôsto de inseminação artificial.

O legislativo municipal compõe-se de 11 vereadores e o número de eleitores, por ocasião do pleito de 1955, era de 24 594.

Para o período 1955-1958, elegeu-se Prefeito municipal o Dr. Raul Giuberti, filho de um dos pioneiros do povoamento de Colatina, Sr. Ângelo Giuberti.

Colatina, juntamente com 4 outras comunas brasileiras, classificou-se como município de maior progresso em 1956. O concurso foi promovido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Ponto IV e revista "O Cruzeiro".

A XII Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada no período de 2 a 13 de julho de 1957, teve como sede a cidade de Colatina.

O cidadão que nasce em Colatina, recebe o patronímico de "colatinense".

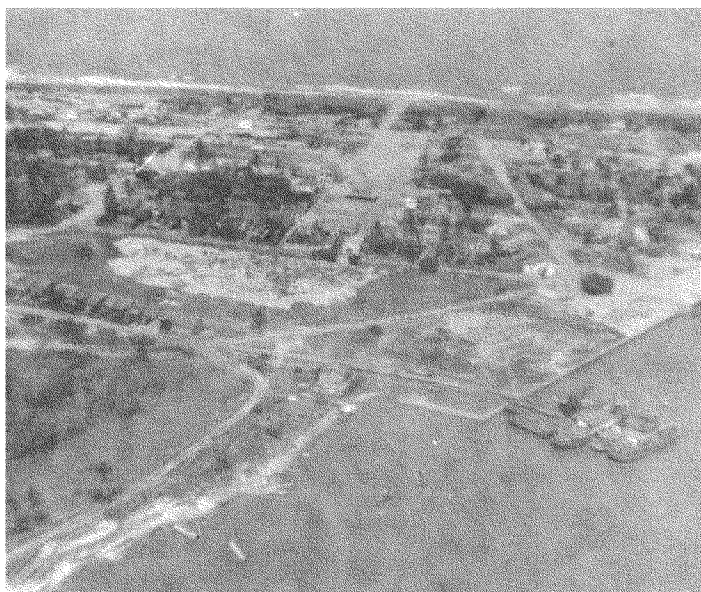
(Elaboração de Lívio Renoldi — Agente de Estatística).

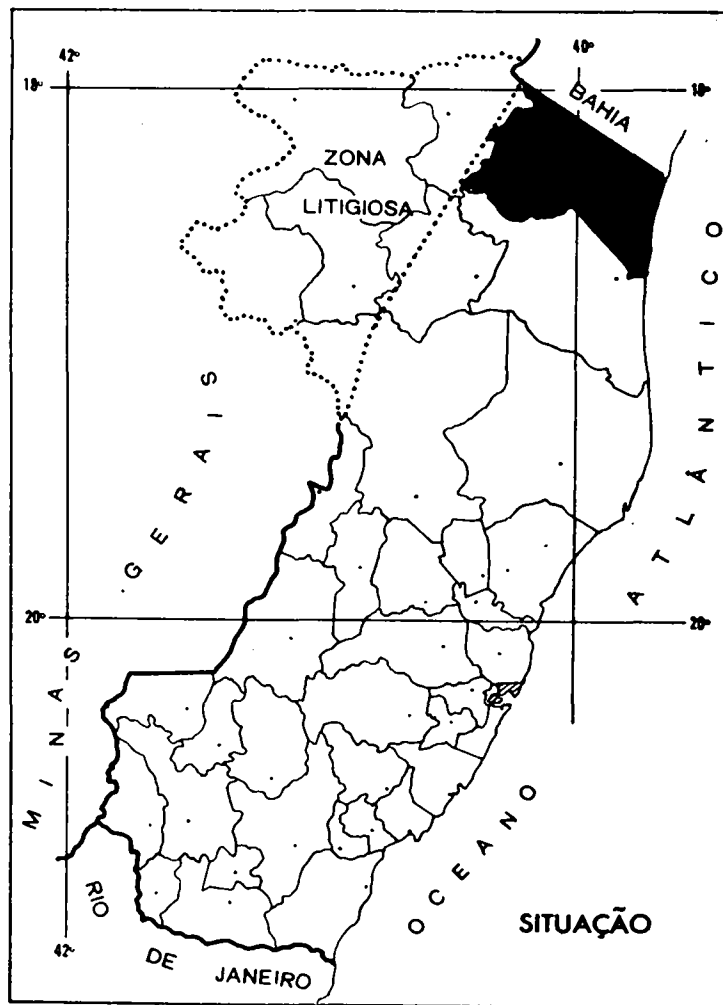
CONCEIÇÃO DA BARRA — ES

Mapa Municipal na pág. 103 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras explorações no território que compõe o atual município de Conceição da Barra resultaram de uma penetração organizada, em 1554, a fim de afastar os silvícolas das circunvizinhanças de Vila Velha, local em que se estabelecera Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo. Assim, ao norte da foz do rio então denominado Cricaré, surgiu a povoação cujo desenvolvimento inicial muito deve ao tráfego intenso de navios que, da província da Bahia, demandavam o seu pôrto marítimo. Com o mudança do nome do rio Cricaré para São Mateus, introduzida, em 1596, durante a visita que o padre José de Anchieta efetuou aos povoados nascentes, o núcleo populacional de Barra, como era conhecido, passou a denominar-se Barra de São Mateus. Desenvolvendo-se paulatinamente, Barra de São Mateus foi instituída em paróquia, por Ato datado de 11 de agôsto de 1831, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem existia na capela surgida com os primeiros vestígios da colonização. Por fôrça da Resolução do Conselho do Govêrno, de 2 de abril de 1833, a povoação foi elevada à categoria

Prefeitura Municipal.

de vila, constituindo-se o município com território desmembrado do de São Mateus. A vila de Barra de São Mateus recebeu foros de cidade, em razão do Decreto n.º 28, de 19 de setembro de 1891. Foi instalada a 6 de outubro do mesmo ano, com a denominação de Conceição da Barra, em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Paróquia. Data de 10 de junho de 1892, a criação da comarca, mais tarde suprimida, em face do disposto na Lei estadual n.º 438, de 25 de setembro de 1900. Restabeleceu-a a Lei estadual n.º 463, de 30 de janeiro de 1951, com reinstalação a 26 de maio do mesmo ano. A Lei n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, estendeu a jurisdição da comarca de Conceição da Barra ao território do município de Mucurici, criado por essa mesma Lei. Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de Conceição da Barra compõe-se de dois distritos: Conceição da Barra (sede) e Itaúnas. No quadro de divisão administrativa referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", figura composto de mais um distrito, o de Barreado, o mesmo acontecendo na divisão administrativa de 1936. Já em 1937, volta a ser constituído de apenas dois distritos: Conceição da Barra (sede) e Itaúnas, assim permanecendo no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 9 222, de 31 de março de 1938. Em razão da Lei estadual n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, o município de Conceição da Barra cedeu parte de seu território para a formação do município de Mucurici, cuja instalação se verificou a 15 de janeiro do ano seguinte. Atualmente, o município de Conceição da Barra é constituído dos distritos da sede, de Itaúnas e de Taquaras.

Vista aérea da cidade.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica Norte do Espírito Santo, Conceição da Barra limita-se ao norte com o Estado da Bahia; ao sul, com o município de São Mateus; a leste, com o Oceano Atlântico, e a oeste, com o município de Mucurici. A sede dista 200 km da capital do Estado, em linha reta. Suas coordenadas geográficas são: 18° 35' 32" de latitude Sul e 39° 44' 03" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de apenas 6,90 metros.

CLIMA — Quente, com pesadas chuvas nos meses de novembro e dezembro. Temperatura, em graus centígrados: média das máximas — 28; das mínimas — 18.

ÁREA — Corresponde a 3 000 quilômetros quadrados.

ACIDENTE GEOGRÁFICO — A rêde hidrográfica formada pelo rio São Mateus e o rio Itaúnas com seus afluentes constitui o único acidente geográfico digno de menção.

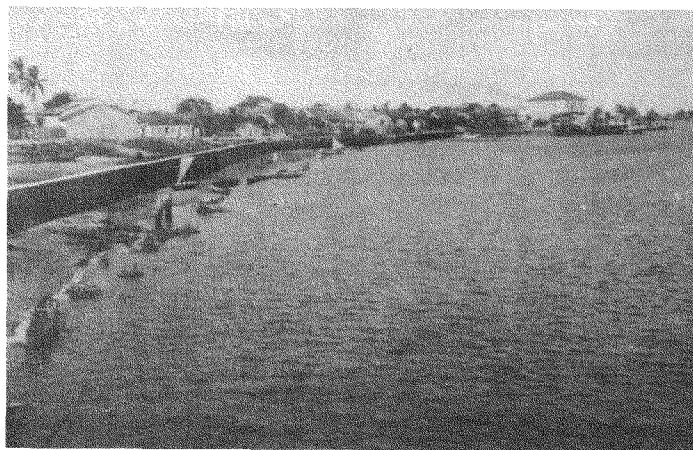
RIQUEZAS NATURAIS — Das riquezas naturais existentes, citam-se madeiras de lei, largamente exploradas; peixes de água doce e salgada, com pesca organizada, e barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos. Pelo Censo de 1950, havia 936 estabelecimentos agrícolas ocupando uma área de 123 859 hectares. Dêsse total, 75,11% eram constituídos de matas.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 constatou a existência de 10 286 habitantes em todo o município, sendo que 5 311 eram homens e 4 975 mulheres. No quadro

rural localizavam-se 82,98% da população. Densidade demográfica: 3,43 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Por ocasião do Censo de 1950, eram duas as aglomerações urbanas: a cidade, com 1 627 habitantes (15,82% da população do município), e a vila de Itaúnas, com 134. A primeira, atualmente, é estimada em 2 400 habitantes, tendo em vista o número de moradias. A vila de Taquaras, de criação recente, conta menos de 200 habitantes.

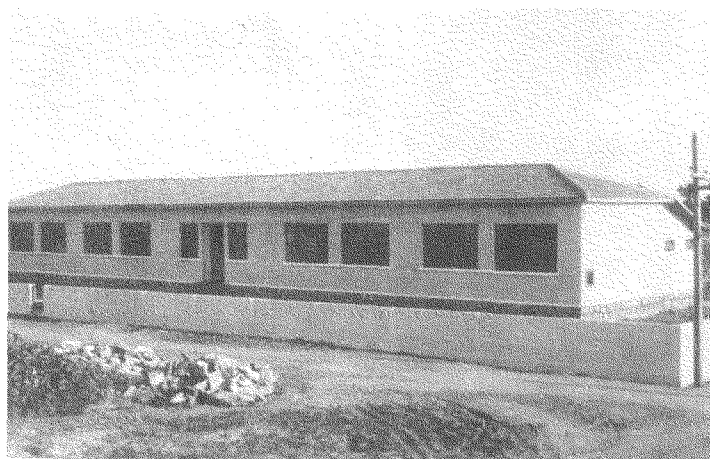
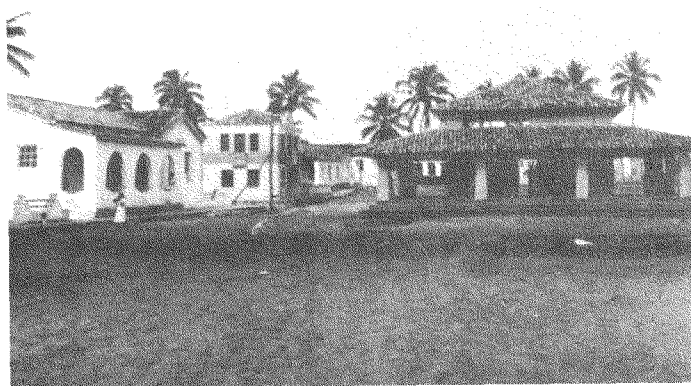
Farol de Conceição da Barra.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Uma das principais fontes de economia do município — a indústria extrativa — totalizou, em 1956, 42 milhões de cruzeiros, distribuídos entre os seguintes produtos: argila, madeira em toros, lenha, fibra de tucum e casca de mangue. Na produção agrícola de 1956, valendo 33,5 milhões de cruzeiros, apareciam bem situadas as culturas de mandioca (brava e mansa, 46,51% sôbre o total), banana, feijão, arroz, cana-de-açúcar, milho e côco-da-baía. A pesca contribuiu, no mesmo ano, com cêrca de 1 milhão e quatrocentos mil cruzeiros. Na atividade industrial, sobressaem a serragem de madeiras e a fabricação de tacos. Em segundo plano, aparece a indústria agrícola de fabricação de farinha de mandioca e aguardente. Outro setor bastante desenvolvido é a pecuária, cujos rebanhos, constituídos principalmente de suínos, bovinos, eqüinos e caprinos, valiam 82 milhões de cruzeiros em 1956.

Cais de proteção da cidade, no rio São Mateus.

COMÉRCIO — Existem 176 estabelecimentos comerciais varejistas no município, sendo 35 na cidade. São Mateus e Vitória constituem as principais praças fornecedoras do comércio local. A exportação se verifica por intermédio de proprietários de caminhões que adquirem cereais para vendê-los no sul do Estado, Estado de Minas Gerais e Distrito Federal. O pôrto de Conceição da Barra é servido por barcos a motor, de pequeno calado, destinados ao transporte de madeiras em toros e serradas, havendo um movimento médio mensal de 12 embarcações. A madeira em toros é também exportada em caminhões, principalmente para Vitória e Distrito Federal.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado, por transporte rodoviário, às sedes municipais limítrofes de Mucurici, via Montanha, 153 km, via Nanuque (MG), 205 km; Mucuri (BA), 122 km e São Mateus, 24 km. Dista da capital do Estado 311 km. Por via marítima, Conceição da Barra dista 113 milhas da capital do Estado e 378 milhas da capital Federal.

ASPECTOS URBANOS — Pelo Censo de 1950, era de 1 627 habitantes a população da cidade, que possui 14 ruas, duas avenidas, 4 praças e duas travessas. É servida de luz elétrica, fornecida pela Prefeitura, com 227 ligações domiciliares. Acha-se em construção o serviço de água canalizada. Na área urbana encontra-se belíssima praia de 6 km de extensão. Conceição da Barra é preferida para veraneio pela população dos municípios vizinhos.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade. Em funcionamento, o Cine Barrense, com capacidade para 200 pessoas.

Grupo Escolar Professor Joaquim Fonseca.

Vista do açougue municipal; à esquerda, o Pôsto de Saúde Estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população possui os seguintes serviços de assistência médica, todos localizados na cidade: Pôsto de Puericultura e Saúde, Maternidade Nossa Senhora da Conceição e Pavilhão Hospitalar Hermínia Donato. Na cidade funciona uma farmácia. Postos farmacêuticos, em número de quatro, estão localizados no interior do município. O pessoal especializado é composto de 1 médico, 1 farmacêutico e 8 auxiliares de saúde.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 acusou a existência de 8 502 pessoas, de 5 anos e mais, sendo 4 420 homens e 4 082 mulheres. Dêsse total, 16,56% sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, existiam no município 29 escolas de ensino primário fundamental comum, com 1 100 alunos matriculados, e 3 escolas de ensino supletivo, com 60 matrículas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	380	903	719	188	901
1951	513	2 262	527	180	508
1952	755	2 911	693	265	597
1953	856	4 758	1 097	349	1 075
1954	900	4 727	1 206	362	1 384
1955	1 049	3 960	1 148	433	887
1956	2 016	5 102	1 875	655	1 929

FESTAS POPULARES — As manifestações populares, tôdas religiosas, verificam-se em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade, e de São Sebastião, padroeiro da vila de Itaúnas, a primeira realizada 8 de dezembro, e a segunda, a 20 e 21 de janeiro. A festa de São Sebastião dá ensejo a uma exibição denominada "alardo", que constitui reminiscência das lutas entre mouros e cristãos. É um festejo tradicional, que atrai inúmeros visitantes, dentre os quais estudiosos do folclore.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade conta com três sociedades recreativas e culturais, a saber: Banda Musical Oliveira Filho, com 20 sócios-alunos, Barrense Futebol Clube, com 100 sócios, e Sul-América Futebol Clube, com teatro de amadores e 230 associados. Também devidamente organizados, existem o Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria e Móveis de Madeira, com 35 associados; um Grupo do Sindicato dos Estivadores de Vitória, com 36 associados; um Grupo do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador no Espírito Santo, com 6 associados, e a Colônia de Pesca Z-1 — Comandante Ferreira da Silva — com 200 associados. Desenvolvendo-se a lavoura cafeeira, foram plantados, durante os anos de 1953-1957, cêrca de três milhões de pés de café, nas faixas de terra roxa recentemente descobertas. Os habitantes do município são conhecidos por barrenses. A Câmara Municipal é composta de nove vereadores e o atual Prefeito é o Senhor Bento Daher.

(Elaboração de Déo Pitanga de Oliveira — Agente de Estatística).

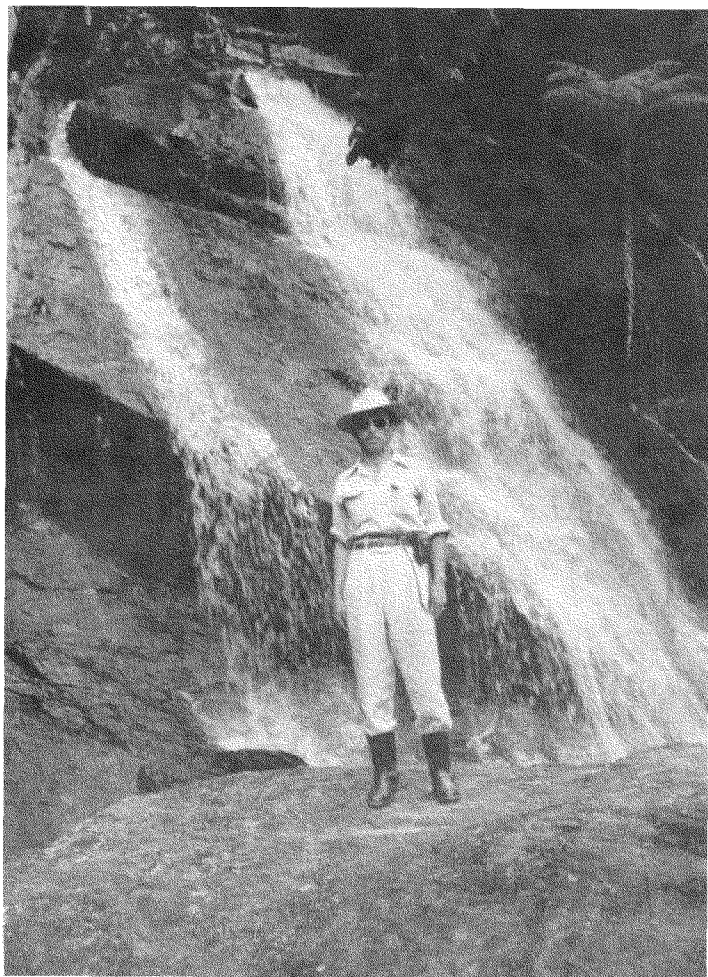
DOMINGOS MARTINS — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

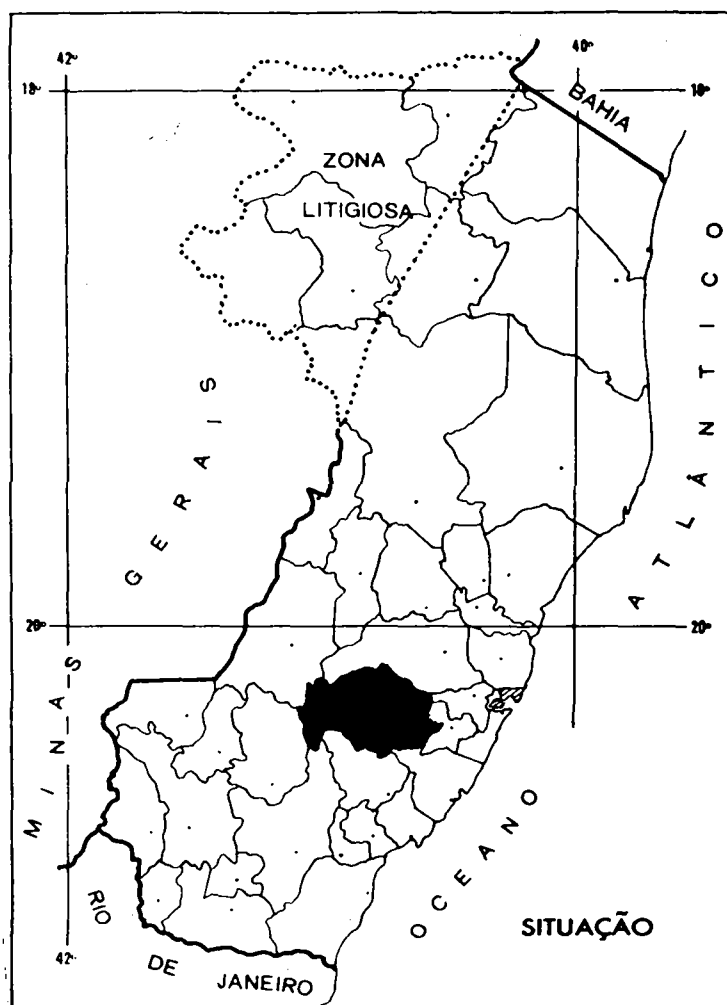
HISTÓRICO — A Colônia de Santa Isabel, fundada em 1847, foi a primeira a existir em território do Espírito Santo. Suas terras compreendiam a região situada entre os rios Jucu e Braço do Sul, no local denominado Cuité, onde se instalaram 47 famílias de imigrantes originários da Prússia Renana, num total de 163 pessoas. Não obstante os reduzidos recursos disponíveis, mesmo para a época, a Colônia progrediu ràpidamente, já que se estabelecera em zona de bom clima, apropriada, sobremaneira, ao plantio de cereais e café. Foi impossível a vinda de novos alemães, perante a resolução do govêrno prussiano de sòmente permitir a localização de seus súditos nos territórios situados no sul do país, dado o malôgro da colonização tentada, na região do Mucuri, na Bahia, causado pelas febres dizimadoras, que ali grassavam. Promoveu-se, então, a vinda de colonos italianos, os quais se adaptaram fàcilmente à nova região cujo clima se assemelhava, em muito, ao de sua terra natal. Êsses italianos concentraram-se em sítios hoje pertencentes aos distritos de Araguaia e Aracê. Em 19 de junho de 1886, a Colônia Isabel conseguiu emancipar-se do Govêrno da Província, ao qual estivera diretamente subordinada. Em face do disposto no Decreto estadual n.º 41, de 2 de outubro de 1891, foi criado o município de Santa Isabel, com sede na povoação do mesmo nome, sendo suprimido, em 18 de janeiro do ano seguinte. Restaurou-o, porém, com território desmembrado do município de Viana, o Decreto

Prefeitura Municipal.

Delegacia de Polícia.

estadual n.º 29, de 20 de outubro de 1893, ocorrendo-lhe a reinstalação a 19 de dezembro dêsse ano. Em 1911, o município era constituído dos distritos de Santa Isabel, Araguaia e Sapucaia. A Lei municipal de 16 de outubro de 1917, aprovada pela Lei estadual n.º 1 126, de 3 de dezembro dêsse ano, criou o distrito de Campinho, para cuja sede se transferiu a do município de Santa Isabel. Em 27 de dezembro de 1918, foi criada a comarca de Campinho, abrangendo apenas um têrmo judiciário, o da sede. Em 1920, o município de Campinho compunha-se dos seguintes distritos: Campinho, Sapucaia, Santa Isabel e Araguaia. Pela Lei estadual n.º 1 307, de 30 de dezembro de 1921, o município passou a chamar-se Domingos Martins, em homenagem a Domingos José Martins, membro da revolução pernambucana, fuzilado na Bahia, em 12 de junho de 1817.

Cachoeira Cascatinha.

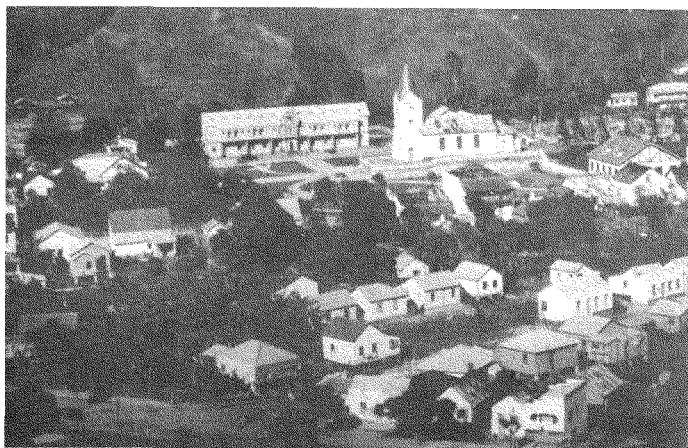
Em 1933, o município figura integrado de mais um distrito, o de Pedreiras. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade em 11 de novembro de 1938. O atual quadro administrativo e judiciário é: comarca e município de Domingos Martins; distritos: Domingos Martins (sede), Aracê, Araguaia, Isabel e Paraju. A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Paulo Antônio Lorenzoni.

LOCALIZAÇÃO — Domingos Martins, localizado na Zona Fisiográfica Serrana do Centro, limita-se com os municípios de Afonso Cláudio, Alfredo Chaves, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Guarapari, Santa Leopoldina e Viana. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 20º 21' 49" de latitude Sul e 40º 39' 35" de longitude Oeste Greenwich. Dista 37 km da capital do Estado, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal é de 542 metros.

CLIMA — O clima do município é temperado. Temperaturas médias, em graus centígrados: máxima — 30; mínima — 8. Em 1956 a precipitação pluviométrica foi de 1 584,8 milímetros.

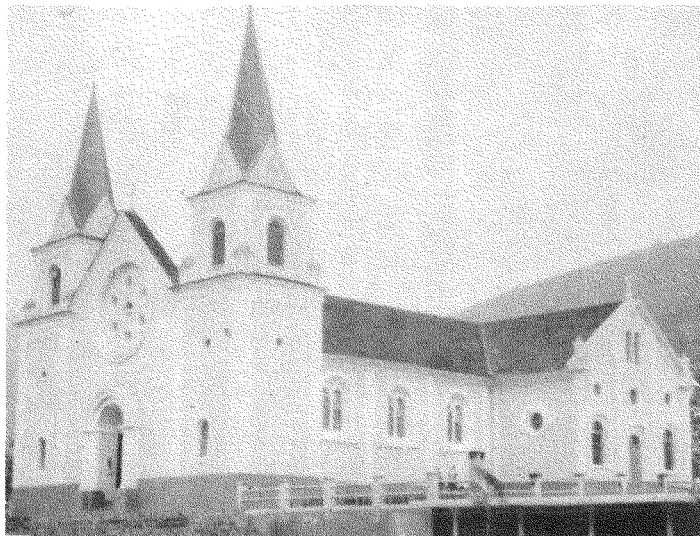
ÁREA — Corresponde a 1 318 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Dentre os aspectos geográficos mais interessantes do município, destacam-se os dois braços do rio Jacu (Braço Sul e Braço Norte) que, com seus afluentes, formam 14 cascatas, uma das quais é aproveitada para fornecimento de energia elétrica a capital e a parte do interior do Estado. As cordilheiras do Galo,

Vista parcial da cidade.

da Pedra Branca, do Campinho e da Pedra Azul, esta com 6 km de extensão, são outros pontos destacados da topografia local.

RIQUEZAS NATURAIS — Bauxita, ouro e cristal de rocha são as principais riquezas minerais do município. No reino vegetal encontram-se madeiras de lei, tais como: pau-brasil, peroba, jequitibá, cedro, baraúna, ipê, canela e as plantas medicinais: ipecacuanha, camomila, quina e bicuíba. O Censo de 1950 acusou a existência de 2 057 estabelecimentos agrícolas, ocupando uma área de 103 306 hectares; 21,43% dessa área eram constituídos de matas.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 16 854 habitantes (8 444 homens e 8 410 mulheres); 92,83% localizavam-se na zona rural. Densidade demográfica: 12,78 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Há no município 5 núcleos urbanos: A cidade de Domingos Martins, com 559 habitantes, em 1950, e as vilas de Isabel, Araguaia, Paraju e Aracê com 227, 100, 88 e 36 habitantes, respectivamente.

Matriz de Santa Isabel.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O cultivo da mandioca (mansa e brava) constitui a principal atividade agrícola de Domingos Martins. Apresentando, em 1956, a produção no valor de 47 milhões de cruzeiros, concorreu com 44,60% do valor total da produção agrícola do município, estimado em 106 milhões de cruzeiros. Seguem-se o café (19 milhões de cruzeiros), o feijão (10 milhões de cruzeiros), a banana (9 milhões) e a laranja (5 milhões de cruzeiros). O valor da população pecuária era estimado, em 1956, em

Vista geral da cidade.

Hotel Imperador.

121 milhões de cruzeiros. Dentre os rebanhos existentes sobressaíam-se os de suínos (64 mil cabeças), bovinos (13,5 mil) e eqüinos (6,3 mil). No distrito da sede municipal encontram-se 15 granjas, produzindo, em média, 12 mil ovos diários. Existe no lugar denominado Alto-Jucu, no distrito de Aracê a "Estação Vitifruticultura Mendes da Fonseca", de propriedade da União, com 1 750 000 m², para experimentação e cultura de frutas européias e plantas de clima temperado. Duas fábricas de bebidas refrigerantes além das unidades de beneficiamento de café e cereais constituem a atividade industrial do município. Em 1956, foram produzidos 34 221 676 kWh de energia elétrica através da usina hidrelétrica de Jucu (Cia. Central Brasileira de Fôrça Elétrica).

COMÉRCIO — Na cidade funcionam 2 estabelecimentos atacadistas e 9 varejistas. Há cêrca de 90 estabelecimentos comerciais na comuna. As granjas locais abastecem de aves e ovos o mercado de Vitória. A capital é, também, o maior importador dos produtos agrícolas de Domingos Martins. O comércio local mantém, ainda, transação com as praças de Cachoeiro de Itapemirim e Distrito Federal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina. A cidade de Domingos Martins está ligada, por transporte rodoviário, às sedes municipais limítrofes: Afonso Cláudio — 198 km; Alfredo Chaves — 45 km; Cachoeiro de Itapemirim — 139 km; Guarapari — 84 km; Castelo — 97 km; Cariacica — 55 km; Santa Leopoldina — 88 km e Viana — 28 km. Dista da capital do Estado, por via rodoviária — 47 quilômetros.

Na cidade, nas vilas de Araguaia e Isabel e nos povoados de Marechal Floriano e Domingos Martins funcionam

Pôsto de Saúde do Estado.

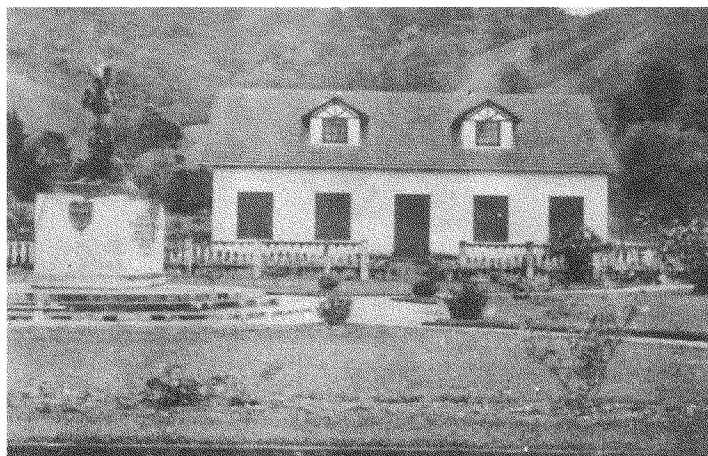
agências-postais do Departamento dos Correios e Telégrafos. As estações ferroviárias da vila de Araguaia e dos povoados de Domingos Martins e Marechal Floriano dispõem de serviços telegráfico e telefônico, sendo que êste é privativo da Estrada de Ferro Leopoldina.

Avenida Presidente Vargas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Domingos Martins possui apenas 559 habitantes. Os logradouros públicos são em número de 11. É servida de luz elétrica, com 135 ligações domiciliares. A água canalizada atende a 10 logradouros, com 179 derivações.

Edifícios importantes: Hotel Imperador e Obra Social de Formação Agrícola Darcy Vargas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população é prestada por 2 médicos, 6 dentistas e 3 farmacêuticos. Na cidade funcionam uma Casa de Saúde, particular, com 9 leitos, e um Pôsto Estadual de Saúde, além de 9 farmácias, estas em todo o território municipal.

COOPERATIVISMO — Contam-se duas cooperativas de produção: a Cooperativa Agrária de Domingos Martins e a Cooperativa das Granjas Reunidas de Campinho.

Clube recreativo Domingos Martins.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, das 14 168 pessoas de 5 anos e mais de idade, 7 072 sabiam ler e escrever, ou seja, 49,92% daquele grupo de idades. A média de alfabetizados no Estado era de 40,96%.

Ensino — O município conta com 55 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, inclusive um Grupo Escolar localizado na cidade. Ainda na cidade existe um Ginásio mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, com 56 alunos e 6 professôres.

Obra Social de Formação Agrícola Darcy Vargas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	223	1 495	827	199	782
1951	320	1 158	799	235	835
1952	442	1 662	1 113	430	1 106
1953	622	1 933	1 141	483	1 162
1954	638	2 023	969	459	1 487
1955	833	3 273	1 081	425	895
1956	830	5 012	1 362	627	1 089

FESTAS POPULARES — A festa de São João, levada a efeito pela Comunidade Evangélica Luterana, a 24 de junho, e a peregrinação às igrejas de Santa Isabel e Nossa Senhora da Imaculada Conceição, nos dias 8 de julho e 8 de dezembro, respectivamente, constituem as principais manifestações populares verificadas no município.

Igreja Luterana de Domingos Martins

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No Jardim público da cidade existe um pequeno monumento em homenagem ao Colono Imigrante.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Martinense é o patronímico dado aos nascidos no lugar. Na cidade há 2 cinemas: o Cine Campinho, com 120 lugares e o Cine-teatro São Geraldo, com capacidade para 200 espectadores. Há 1 clube recreativo e 1 desportivo. Recentemente foi instalada uma tipografia. Dada a salubridade do clima e composição da água, a cidade de Domingos Martins é recomendada para veraneio e repouso dos convalescentes. A comarca de Domingos Martins abrange um único têrmo: o da sede. A Câmara Municipal é composta de nove vereadores; havia 5 385 eleitores inscritos nas últimas eleições.

(Elaboração de José Carlos Pitanga Pinto — Agente de Estatística).

ECOPORANGA — ES

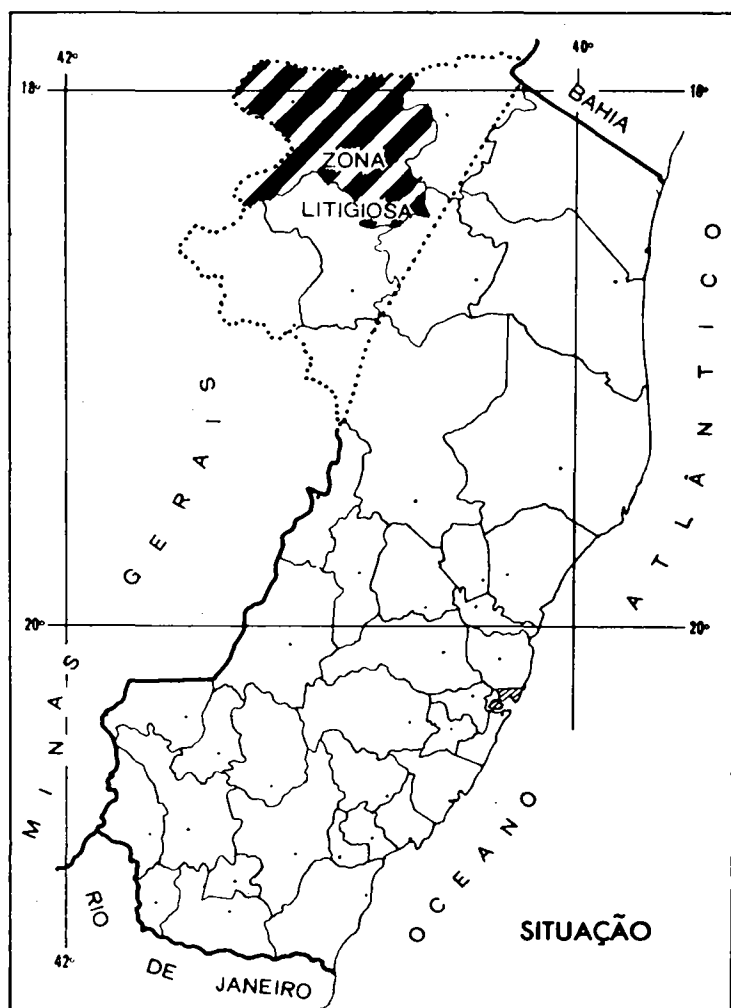
Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Ecoporanga, um dos recentes municípios espírito-santenses instalados, contou, em seu povoamento, com a influência de três correntes colonizadoras: capixaba, mineira e baiana. Com vasta área revestida de densas matas, o município teve o seu desbravamento acelerado pela febre do café iniciada por volta de 1945, e constitui, presentemente, a zona pioneira do norte do Espírito Santo.

O sítio em que hoje se ergue a cidade foi doado, em 1937, por Jacinto Antônio Dias, um dos precursores do desenvolvimento da região. A doação compreendia 28 hectares de terras. O núcleo populacional desde o início teve as denominações de: Patrimônio do Quinze, Nova Betânia, Rubinópolis e, finalmente, Ecoporanga. Dada a sua localização, na região da Serra dos Aimorés, em litígio com o Estado de Minas Gerais, o município, criado desde 1948, com sede em Joeirana (Lei estadual n.° 167, de 24 de dezembro), não pôde ser instalado, porque, ali, naquele local, os mineiros já haviam fundado uma cidade com a denominação de Ataléia. A Lei n.° 776, de 30 de dezembro de 1953, que desmembrou os distritos de Ecoporanga e Joaçuba de Barra de São Francisco, anexando-os ao município de Joeirana constituiu, portanto, mais um passo na batalha de sua instalação. Em 1955, a Lei estadual n.° 897, de 17 de janeiro, autorizou a instalação do município de Joeirana, provisòriamente, na vila de Ecoporanga, o que teve lugar a 9 de abril daquele ano. Foi nomeado para o cargo de Prefeito interino, o Senhor Tolentino Xavier Ribeiro. No pleito de outubro de 1955, a comuna elegeu o seu primeiro Prefeito, Senhor João Corsino de Freitas que, aliado ao deputado Floriano Lopes Rubim, realizara intensiva campanha pela aprovação das disposições contidas na Lei que tomou o n.° 897, anteriormente citada. A Lei estadual de 16 de outubro de 1956, sancionada pelo Governador do Estado, deu caráter efetivo ao topônimo Ecoporanga formado, ao que parece, da junção dos vocábulos *eco* — lugar em que se produz o *eco* ou a reflexão de um som, e *poranga* — variação mais comum: *nhambu*. Lugar em que se produz o eco do nhambu.

Vista da cidade.

O município é sede de comarca de 1.ª entrância e compõe-se dos seguintes distritos: Ecoporanga, Cotaxé, Joaçuba e Novo Horizonte.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Norte do Espírito Santo, fazendo parte da região da Serra dos Aimorés, em litígio com o Estado de Minas Gerais. A sede dista de Vitória cêrca de 250 quilômetros, em linha reta, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 18° 22' 04" de latitude Sul e 40° 50' 06" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade situa-se a 330 metros acima do nível do mar.

CLIMA — Quente com chuvas de verão e inverno sêco. Máxima ocorrida, 37°C e mínima, 15 graus centígrados.

Prefeitura Municipal.

Trecho da Praça Presidente Vargas.

ÁREA — Segundo cálculos do Serviço Geográfico do Estado, a área do município é de 3 635 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Um têrço do município apresenta relêvo movimentado. Dentre as suas elevações, destacam-se a pedra da Viúva, o morro do Jaboti e o morro do Bombeiro.

Prédio onde funciona o Forum.

RIQUEZAS NATURAIS — O município encerra expressiva reserva florestal onde se encontram com abundância exemplares como peroba e jacarandá.

Rua Milton Mota, principal da cidade.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 englobou sua população nos 160 072 habitantes da região da Serra dos Aimorés em

Capela N. S.ª do Monte Serrat.

litígio com o Estado de Minas Gerais, impossibilitando, assim, qualquer estimativa a respeito.

Aglomerados urbanos — Além da cidade, com população estimada em 2 155 habitantes (431 residências e média de 5 pessoas — ano de 1956), contam-se 3 vilas e 6 povoados.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem a sua economia assentada na agricultura. Do valor da produção agrícola de 1956, estimada em 59 milhões de cruzeiros, os quatro primeiros produtos contribuíam com 83,93%, assim distribuídos: feijão 30,13% (3 000 t); mandioca, brava e mansa, 24,95% (18 400 t); café 18,69% (720 t) e milho 10,16% (4 500 t). No valor total estimado para a população pecuária existente em 1956, de 28,6 milhões de cruzeiros, os rebanhos bovino (6 000 cabeças), suíno (10 000 cabeças) e muar (2 000 cabeças) apresentaram as quotas respectivas de 42,03%, 35,02% e 17,51%. As indústrias municipais resumem-se em pequenas usinas para o beneficiamento de produtos agrícolas.

COMÉRCIO — Contam-se na cidade 25 estabelecimentos varejistas; em todo o município, 120. Ecoporanga mantém transações comerciais principalmente com as praças de Vitória e Colatina.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade liga-se diretamente à Barra de São Francisco, através de estrada. Em suas proximidades um campo de pouso (60 x 600 m) pode ser utilizado por aviões tipo teco-teco.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Contam-se na cidade 2 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico, além de 3 farmácias e uma Casa de Saúde.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 34 unidades de ensino fundamental comum, com a matrícula de 1 154 alunos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Legislativo Municipal é representado por nove vereadores. O número de eleitores em 1955 era de 2 058.

(Elaboração de Francisco Onete Braga — Agente de Estatística).

ESPÍRITO SANTO — ES

Mapa Municipal na pág. 131 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história do município remonta ao segundo quartel do século XVI, quando Vasco Fernandes Coutinho, recebendo a Carta régia de 1.º de janeiro de 1534, no seu solar em Alemquer, tornava-se donatário de uma das capitanias da costa brasileira. Reunindo uns 60 homens, entre fidalgos e criados del Rei, alinhando-se entre aquêles D. Jorge de Menezes e D. Simão de Castelo Branco, e, equipando uma caravela de 4 mastros, deixou o fidalgo lusitano a sua Pátria, partindo rumo ao Ocidente para se apossar das 50 léguas de terras, na costa do Brasil, demarcadas para o seu domínio.

No dia 23 de maio de 1535, domingo do Espírito Santo, a nau Glória, orientada pela serra do Mestre Álvaro, atravessou a barra ancorando numa pequena enseada, situada à esquerda, nas fraldas do morro da Penha, ao norte do morro de João Moreno. Os colonizadores julgaram ser a baía um grande rio. Deram a terra o nome de Espírito Santo em vista de celebrar-se, naquela data, pela Igreja Católica, a festa do Divino Espírito Santo.

O desembarque não se fêz com facilidade, pois os aborígines, em defesa de sua terra, lutaram com ardor, armados de arcos e flexas, atirando suas setas dirigidas às embarcações. Houve necessidade de fazerem-se troar as duas peças de artilharia da caravela, para que os Goitacás debandassem, permitindo a posse da terra por Vasco Fernandes Coutinho.

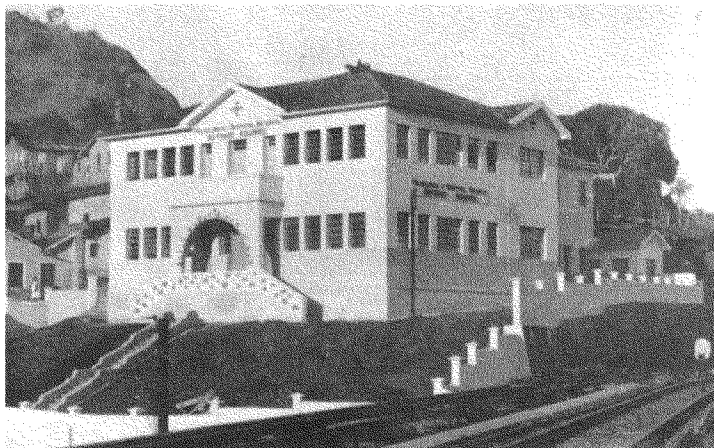
Iniciava-se então a colonização do solo espírito-santense, com as suas primeiras cabanas e culturas agrícolas e tendo, pouco depois, a uni-las o vínculo religioso representado por uma igrejinha, dedicada a São João, em homenagem ao monarca reinante. O primeiro núcleo de colonização recebera o nome de Vila de Nossa Senhora da Vitória, devoção do donatário.

Reconhecendo o perigo representado pelos silvícolas, assim como a possibilidade de incursão de piratas, que infestavam as águas do Atlântico, naquela época, Vasco Fernandes Coutinho lançou-se à construção de um forte em local estratégico situado mais ou menos onde hoje se ergue o Quartel de Piratininga.

Vasco Fernandes Coutinho, homem de espírito liberal e magnânimo, começou logo a distribuir terras com aquêles que o auxiliaram na emprêsa de colonizar o Espírito Santo. A D. Jorge de Menezes entregou a primeira ilha junto à barra (ilha do Boi); a atual ilha dos Frades foi doada

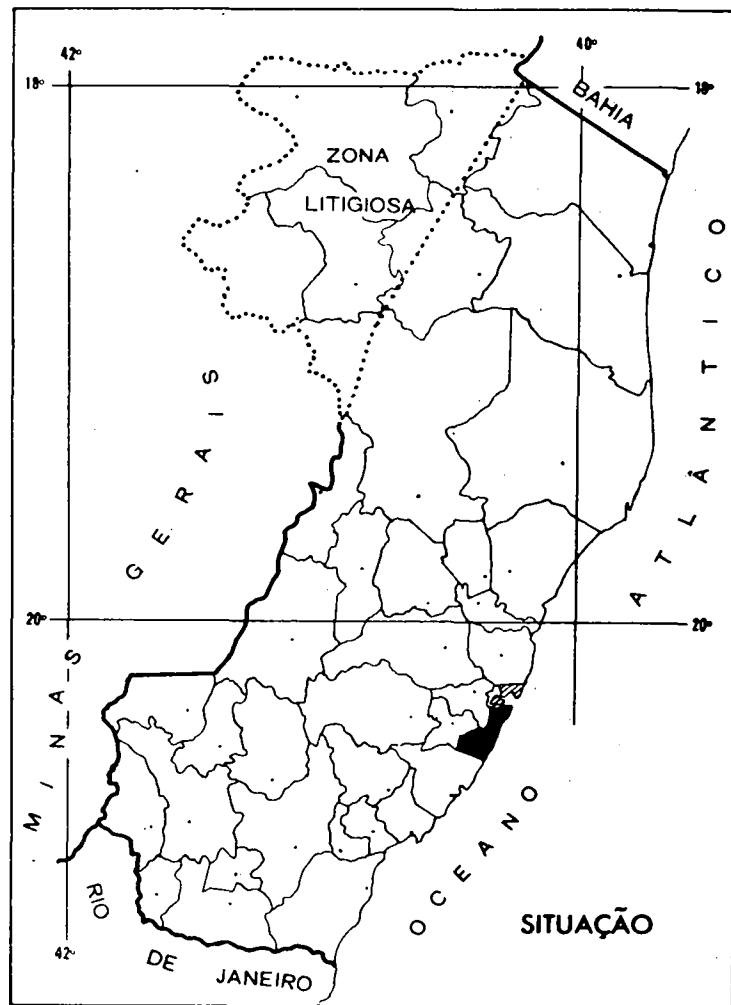
Vista parcial da cidade.

Estação Pedro Nolasco, da E.F.V.M.

a Valentim Nunes e, a 15 de julho de 1537, doou a Duarte de Lemos a então ilha de Santo Antônio, que se instalara na sua parte alta, fazendo construir, na fazenda, ao lado da residência, uma igrejinha para o culto de Santa Luzia. Por essa época, os colonizadores sentiam-se mais desafogados do gentio. A falta, porém, de colonos para dar desenvolvimento aos trabalhos iniciados obrigou a Vasco Fernandes Coutinho ir à Metrópole. Com a partida do donatário, por volta de 1550, a capitania ficou em completo desmando. Tôdas as leis, tôdas as regras, todos os princípios passaram a ser desrespeitados pelos colonos e pelo substituto de Vasco Fernandes Coutinho (Dom Jorge de Menezes). Em pouco, acendeu-se uma guerra encarniçada em que se envolveram portuguêses, escravos, índios e mestiços. Em busca de refúgio, passaram-se quase todos os colonos para a ilha de Duarte de Lemos (hoje Vitória). Aí fundaram a povoação a que denominaram de Vila Nova do Espírito Santo, em antítese à primeira vila, conhecida como Vila Velha. Regressando o donatário da Metrópole, transferiu a sede da capitania para a Vila Nova, promovendo, no entanto, o reerguimento da primitiva vila (Vila Velha). Em 1595, inaugurou-se a Santa Casa de Misericórdia, ou Casa da Caridade onde foi sepultado o donatário Vasco Fernandes Coutinho. Elevou-se o território dessa vila à categoria de cidade em 1896 e à de município em 1897. A área do território municipal tem passado por várias modificações. Em 1931, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 102, de 27 de abril, foi o município incorporado ao da capital. Com o Decreto-lei estadual n.º 9 222, de 31 de março de 1938, foi desanexado, e, novamente, pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, incorporado ao da capital. Tal situação perdurou até a promulgação da Constituição

Policlínica e Hospital Antônio Aguirre.

Estadual, a 27 de julho de 1947, que estabeleceu, no artigo décimo das Disposições Transitórias, o restabelecimento do município de Espírito Santo.

Conta com três distritos: o da sede, Argolas e Jucu.

LOCALIZAÇÃO — O município de Espírito Santo, integrado na Zona Fisiográfica de Vitória, tem por limites o Oceano Atlântico e os municípios de Cariacica, Viana, Guarapari e Vitória. A sede municipal dista 9 km da capital do Estado, em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 20° 19' 48" de latitude Sul e 40° 17' 40" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal atinge 4 metros.

CLIMA — Quente, com pequena variação anual de temperatura, que apresentou as seguintes médias em graus centígrados: das máximas — 28; das mínimas — 21; compensada — 24,2. Precipitação pluviométrica: 878 milímetros.

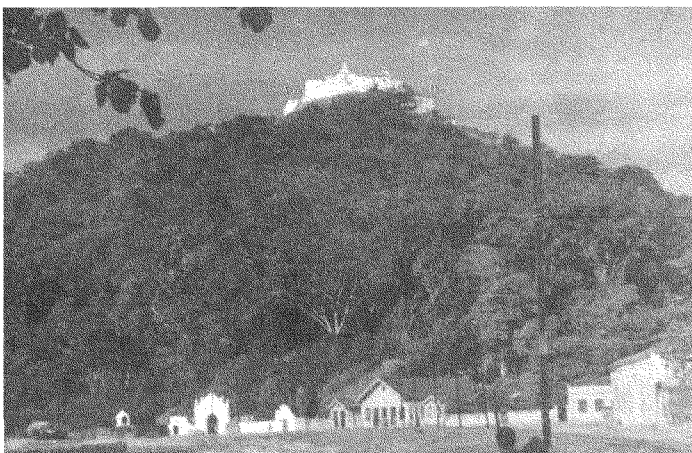
ÁREA — É de 217 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — O município não é pródigo em riquezas naturais, destacando-se, entretanto, a privilegiada situação geográfica, fronteira à capital do Estado, com vasta área, adaptável à horticultura e floricultura. Os 2 469 hectares de matas encontrados em 1950 constituíam 33,47% da área total dos 150 estabelecimentos agropecuários pesquisados.

POPULAÇÃO — Segundo o último Censo, a população do município era, em 1950, de 23 127 habitantes (11 543 homens e 11 584 mulheres). Na zona rural localizavam-se

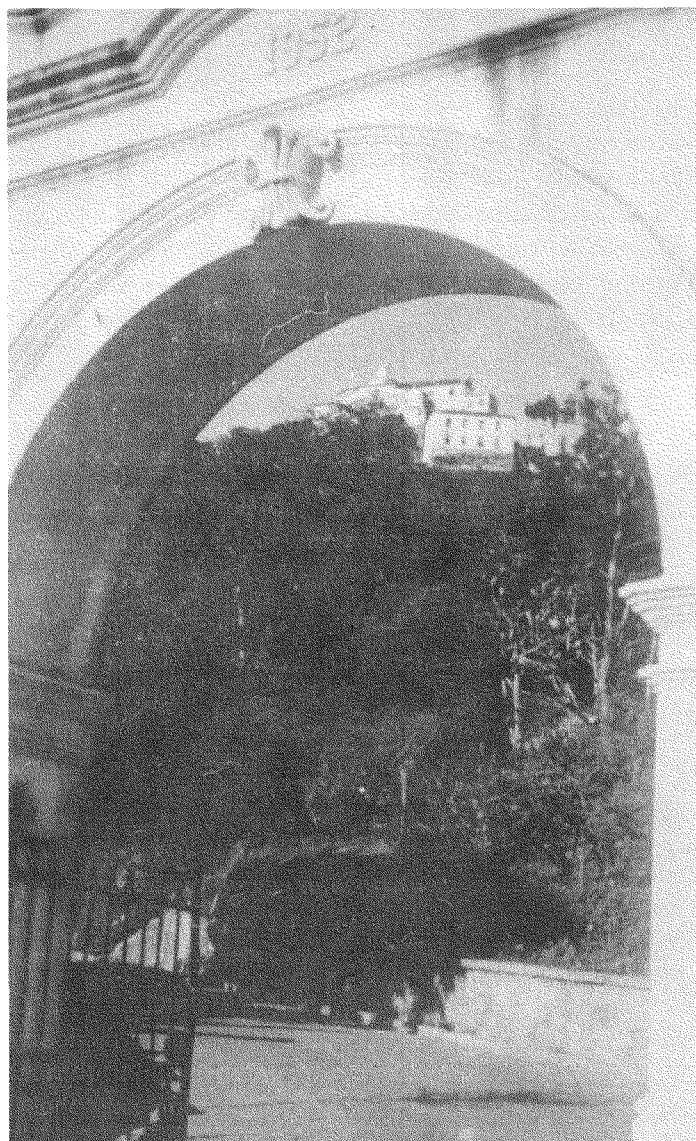
Igreja N. S.ª do Rosário.

9,91% da população. Densidade demográfica: 106,58 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São três as aglomerações urbanas: cidade de Espírito Santo, com 9 701 habitantes, e vilas de Argolas e Jucu, com 10 857 e 276 habitantes, respectivamente. Os núcleos urbanos de Argolas e Espírito Santo constituem, na realidade, bairros da cidade de Vitória e congregam grande parte da mão-de-obra que labora nas atividades econômicas da capital. Argolas, em face de sua localização, ao sul da baía de Vitória, onde se situam o cais de minério e as duas estações ferroviárias — a da Leopoldina e a da Vitória—Minas, já em 1950 ultrapassava a própria sede administrativa do município, no que tange ao efetivo demográfico.

Vista do Convento N. S.ª da Penha

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem na indústria a principal fonte de sua economia. Em 1956, os estabelecimentos industriais, com 5 e mais empregados, produziram o total de 165,9 milhões de cruzeiros, assim distribuídos:

ESPÉCIE	Valor da produção (Cr$ 1 000)	% sôbre o valor total
Produtos alimentícios	113 447	68,36
Artefatos de cimento	6 617	3,99
Madeira serrada	5 571	3,36
Móveis	4 659	2,81
Pregos	2 958	1,78
Outras	32 692	19,70
TOTAL	165 944	100,00

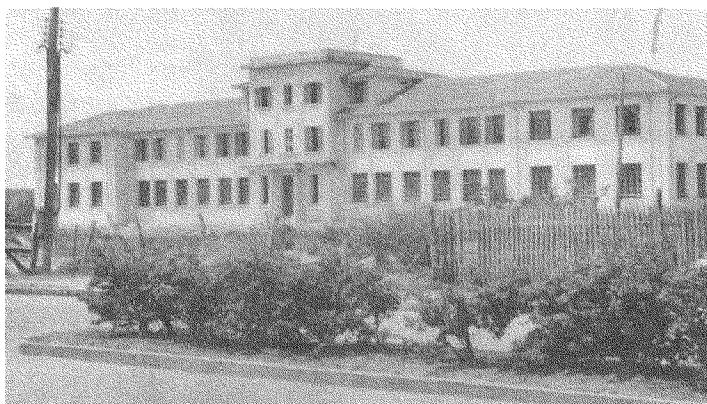
Espírito Santo e os municípios de Cariacica, Viana e Serra são os principais abastecedores dos mercados e feiras da capital do Estado. A sua área rural onde ainda não se verifica a febre dos loteamentos ou das construções civis constitui, por assim dizer, parte do "cinturão-verde" que circunda a zona de influência de Vitória. Na agricultura nota-se, por conseguinte, bom desenvolvimento no cultivo de produtos destinados às feiras, como legumes ou hortaliças, banana, côco-da-baía, abacate e laranja. Na sua produção agrícola,

Portão de acesso ao Santuário N. S.ª da Penha.

estimada em 3 milhões de cruzeiros para 1956, a banana (33 000 cachos), o côco-da-baía (800 centos) e o café (1 500 arrôbas) participaram com as quotas respectivas de 24,61%, 21,69% e 12,71% daquele valor total. A contribuição da pecuária à economia do município é significativa. Os rebanhos existentes, no valor de cêrca de 18,4 milhões de cruzeiros, constituíam-se principalmente de bovinos e suínos, com 5 000 e 2 500 cabeças, respectivamente. Ainda no mesmo ano, foram produzidas 52 toneladas de pescado, no valor estimado de 750 milhares de cruzeiros.

Vista aérea do Santuário de N. S.ª da Penha

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal funcionam 6 estabelecimentos comerciais atacadistas e 32 varejistas. O comércio local mantém transações com as praças de Vitória e Distrito Federal, principalmente. Existe uma Agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais instalada na cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Espírito Santo é servido pelas Estradas de Ferro Vitória—Minas e Leopoldina, com estações no distrito de Argolas. Liga-se, pelos seguintes meios de transporte, às sedes municipais limítrofes: Cariacica — rodoviário: 24 km; Guarapari — rodoviário: 45 km (via Amarelos) e 68 km (via Jardim América-Araçatiba); Viana — rodoviário: 29 km; misto (bonde-ferrovia): 28 km, como também à capital do Estado — rodoviário: 10 km; misto (bonde-lancha): 7 km, e à capital Federal — rodoviário: 554 km; ferroviário: 641 quilômetros. No bairro da Glória acha-se localizado um campo de pouso do Aeroclube do Espírito Santo, com as dimensões de 250 x 25 metros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Espírito Santo, como que um prolongamento de Vitória, é tìpicamente residencial. Possui 32 logradouros públicos, dos quais 2 inteiramente pavimentados e 2 com pavimentação parcial a para-

Ginásio N. S.ª da Penha.

Vista parcial da cidade.

lelepípedos (24 600 m²). É servida de luz elétrica, com 2 115 ligações domiciliares. O serviço de água canalizada atende a todos os logradouros, com 3 500 derivações. Conta com 199 telefones automáticos, uma Agência Postal-telegráfica, uma pensão, 2 cinemas, 5 agremiações desportivas e uma associação recreativa.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população municipal é assistida por 5 médicos, 9 dentistas e 8 farmacêuticos. Funcionam na cidade um Pôsto da Legião Brasileira de Assistência e 4 farmácias. Em outros pontos do município, estão instalados: Pôsto de Saúde Estadual, Policlínica Antônio Aguirre (43 leitos), Pôsto Médico e de Puericultura da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Vale do Rio Doce S. A., Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais e 3 farmácias.

Igreja de N. S.ª da Glória.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — Prestam assistência social à população a Legião Brasileira de Assistência, a Policlínica Antônio Aguirre, o Dispensário São Judas Tadeu, a Socie-

Vista parcial da praia da Costa.

dade São Vicente de Paulo, o Preventório Gustavo Capanema (para os filhos de tuberculosos) e o Lar Batista Albertina Meades.

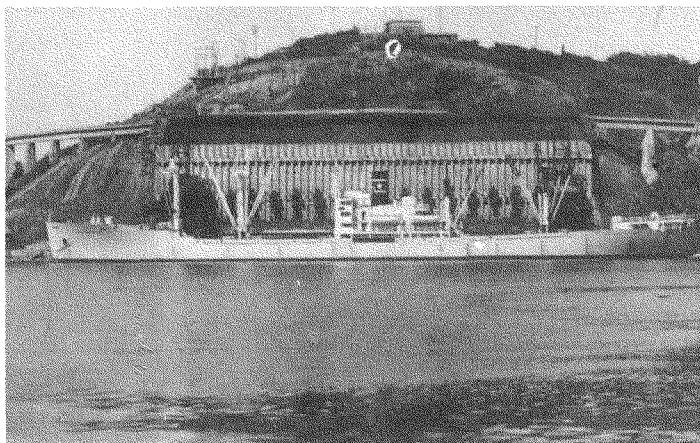
ALFABETIZAÇÃO — Segundo o último Censo, das 12 908 pessoas com mais de 5 anos — 6 911 homens e 5 997 mulheres —, 65,97% sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, havia em funcionamento 34 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 4 800 alunos. Existem, na cidade, o Ginásio Nossa Senhora da Penha, dirigido por Irmãos Maristas, o Instituto Nossa Senhora das Graças, sob a direção de religiosas, e 3 estabelecimentos de ensino prático.

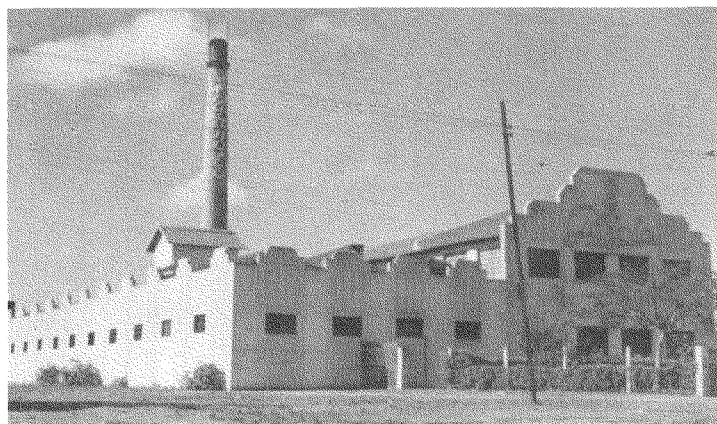
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade conta com o Centro Cultural Humberto de Campos, entidade fundada em 1948 e de utilidade pública, segundo lei municipal. Funciona, no bairro da Glória, um curso de formação de pilotos civis, do Aero-Clube do Espírito Santo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 061	1 802	2 375	942	2 323
1951	2 754	2 433	2 369	1 153	2 289
1952	3 863	3 273	2 887	1 541	2 870
1953	4 873	5 974	4 097	2 192	3 938
1954	7 222	9 563	4 774	2 706	4 599
1955	8 005	11 211	5 921	3 698	5 417
1956	12 800	12 891	7 721	4 994	7 385

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — O Santuário da Penha, iniciado com a Ermida das Palmeiras, por frei Pedro Palácio, data de 1574. Está situado a 190 metros, à entrada da baía de Vitória.

Moderno cais de minério, localizado no morro do Ataláia.

PARTICULARIDADE GEOGRÁFICA — Cita-se a lagoa de Jabaeté, no distrito de Jucu, na qual existem três ilhas flutuantes, que se locomovem ao sabor dos ventos.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — A manifestação popular mais significativa verifica-se por ocasião da festa de Nossa Senhora da Penha, realizada oito dias após o Domingo de Páscoa. É festa que atrai peregrinos de todos os recantos do Estado, em romaria ao secular Santuário da Virgem. O 23 de maio, dia em que se iniciou a colonização do município, é também festivamente comemorado.

Fábrica de balas e bombons.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O Santuário da Penha é, sem dúvida, o principal ponto de atração turística para os que visitam o Estado do Espírito Santo, em qualquer fase do ano. O Santuário, a 190 metros de altitude, é alcançado através de excelente via inteiramente pavimentada, ou pela antiga ladeira, de pedras irregulares, tal como a fizeram os construtores do templo. Descortina-se, do alto, magnífico panorama. A Praia da Costa, a dois passos da cidade, servida por excelente pista asfaltada, constitui outro ponto atraente. Cita-se também, a Praia de Ponta da Fruta, no distrito de Jucu.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O nascido no município recebe o nome de vila-velhense, patronímico originário do antigo nome da comuna: Vila Velha. No distrito de Argolas, funciona a Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Vitória a Minas Ltda., com 2 770 associados. Um moderno estádio, o do Santo Antônio F. C., encontra-se em fase de conclusão. Será inaugurada, em breve, a Escola de Aprendizes Marinheiros, que o Ministério da Marinha constrói em Inhoá, praia localizada no perímetro urbano. O núcleo residencial Alda Santos Neves, dos mais populosos, constitui iniciativa do Instituto de Bem-Estar Social (I.B.E.S.). A estação elevatória de Cobi trata e distribui a água que é consumida pela capital e por parte do município. No local Pedra d'Água está situado o Instituto de Readaptação Social (Penitenciária do Estado). O município possui ainda os seguintes cinemas: Capixaba, American e Aribiri, com, respectivamente, 1 400, 348 e 60 localidades. Em 1950, havia 11 000 eleitores inscritos.

A Câmara Municipal é constituída de nove vereadores. O atual Prefeito é o Senhor Antônio Gil Vellozo.

(Elaboração de José Moraes — Agente de Estatística).

FUNDÃO — ES

Mapa Municipal na pág. 115 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Fundão tem sua história, de certo modo ligada à antiga e lendária Nova Almeida, primitivamente Aldeia dos Reis Magos, fundada em 1556 pelo jesuíta padre Afonso Braz, auxiliado pelo índio Maracaiá-guaçu, ou Grande Gato cuja tribo (temiminós), ali se instalou.

Compreendendo vasta extensão territorial, onde se incluía a da atual comuna fundãoense, Nova Almeida elevou-se a sede de paróquia em 1757 e às categorias de vila e de comarca, respectivamente, em 1757 e 1760, tendo recebido a visita do Imperador Dom Pedro II, em 1860.

A interiorização, contudo, do elemento humano, em busca de melhores terras ou à cata de metais preciosos, formando novas zonas pioneiras e, conseqüentemente, novos núcleos populacionais, foi-lhe, através dos anos, aniquilando as funções de liderança, até reduzi-la a simples distrito do município da Serra.

A construção da ferrovia Vitória—Minas (E.F.R.V.M.) constituiu, porém, o passo decisivo ao declínio de Nova Almeida. A passagem de seus trilhos, pela antiga Fazenda do Taquaruçu, terreno pertencente ao pioneiro Cândido Vieira, às margens do rio Fundão, possibilitou a formação, ali, de aglomerado humano que, mais tarde, em 1903, foi elevado a sede de distrito, com o nome de Fundão.

Em 1921, a sede do município transferia-se de Nova Almeida, para êste novo distrito, e em 1933, o município passava a denominar-se Fundão, com sede, na localidade do mesmo nome (Lei estadual de 5 de julho).

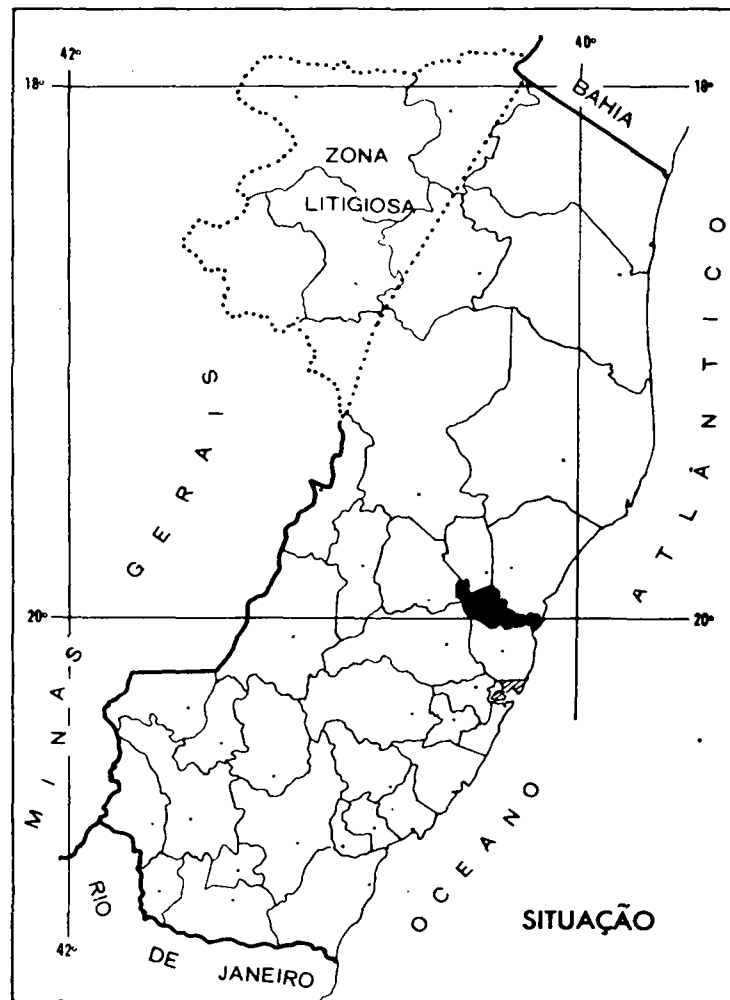
A sua ascensão à categoria de cidade só ocorreu, no entanto, em 1938, em decorrência do artigo 3.º do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março.

O município faz parte da comarca de Ibiraçu e conta com os seguintes distritos: Fundão, Irundi e Timbuí.

O topônimo Fundão resultou do fato de alguns trabalhadores na construção da estrada de ferro Vitória—Minas haverem perdido a vida, nas águas profundas do rio que banha a cidade.

Vista parcial da cidade.

LOCALIZAÇÃO — O município de Fundão, situado na Zona Fisiográfica de "Vitória", limita com os municípios de Ibiraçu, Aracruz, Santa Teresa, Santa Leopoldina, Serra e com o Oceano Atlântico.

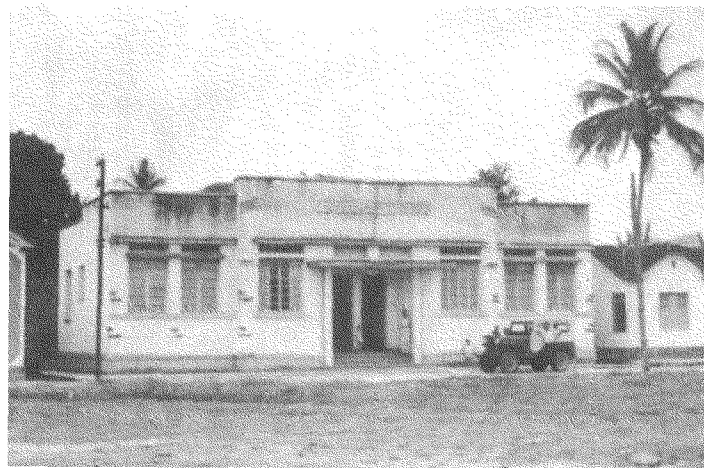
A cidade apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 19° 56' 17" de latitude Sul e 40° 24' 14" de longitude W.Gr. Rumo em relação à Capital do Estado: N.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 41 metros, na sede municipal.

CLIMA — O clima é sêco e agradável no inverno, e quente, com chuvas, no verão.

A temperatura apresenta as seguintes variações: média das máximas, 34°C; média das mínimas, 14°C e média das médias, 24°C. Precipitação pluviométrica em 1956: 979 mm.

ÁREA — 301 km².

RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza mineral merece menção o cristal de rocha, explorado com abundância há

Prefeitura Municipal.

Pôsto de Saúde Estadual.

alguns anos atrás. Encontra-se também excelente argila para fabricação de telhas e tijolos.

No Censo de 1950, verificou-se a existência de 1 898 hectares de matas nos 637 estabelecimentos agrícolas recenseados e correspondendo a 11,14% da área total dêsses estabelecimentos.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população de Fundão era constituída de 8 096 habitantes, sendo 4 009 homens e 4 087 mulheres. Os 75,90% da população encontravam-se na zona rural.

Densidade demográfica: 26,90 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A cidade de Fundão (1 020 habitantes) e as vilas de Timbuí (708 habitantes) e Irundi (323 habitantès) são os principais núcleos populacionais do município.

A população da cidade (zona urbana e suburbana) compreendia 12,60% do total populacional observado no município.

Grupo Escolar Ernesto Nascimento.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município assenta-se na agricultura.

Na atividade agrícola predomina o cultivo do café. Com o valor da produção estimado, para 1956, em 24 milhões de cruzeiros, representou 76,06% do valor total da produção agrícola do município. Com produção significativa citam-se, ainda, a mandioca, a laranja e a banana.

Sem maior expressão para a economia municipal, a população pecuária é calculada em 7 500 bovinos, 6 600 suínos, 1 300 muares e 1 100 eqüinos.

A atividade industrial, de pouca monta, restringe-se quase que exclusivamente a máquinas de beneficiamento do café.

Consumo médio mensal de energia elétrica por particulares: 2 609 kWh.

Usina Hidrelétrica de Fôrça e Luz.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Vitória—Minas. Liga-se aos municípios de Ibiraçu, por ferrovia, 15 km; rodovia, 16 km; Vitória, por ferrovia, 51 km; rodovia, 69 km; Colatina, por ferrovia, 76 km; rodovia, 94 km; Serra, por rodovia, 42 km; Aracruz, por rodovia, 39 km.

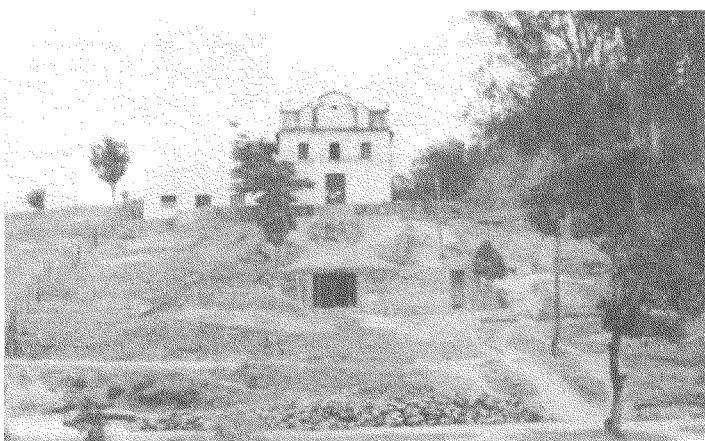
Represa da Usina Hidrelétrica no rio Timbuí.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Fundão e a vila de Timbuí são providas de iluminação pública e de moderno serviço de abastecimento de água. Na sede foram efetuadas 174 ligações elétricas e 101 domicílios são servidos de abastecimento de água.

Estação da Estrada de Ferro Vitória—Minas.

Grupo Escolar Virgílio Ramalhete.

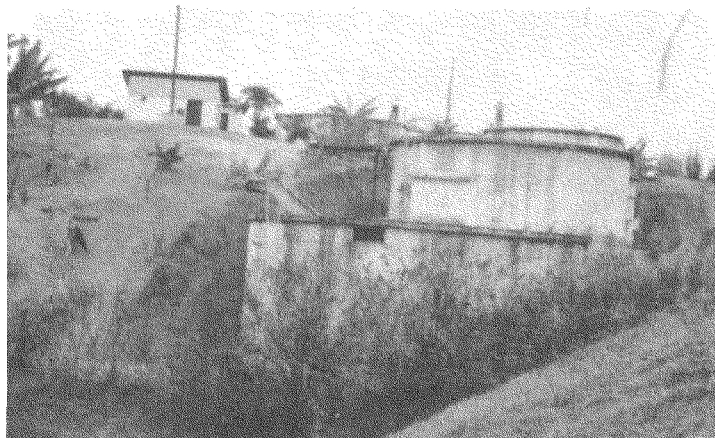
Em regime de acôrdo com o Telégrafo Nacional, a Cia. Vale do Rio Doce mantém um serviço telegráfico instalado na cidade.

A cidade de Fundão possui, ainda, 1 Agência Postal, 1 Biblioteca Municipal, 1 cinema e 3 pensões.

Igreja-Matriz de São José.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 2 médicos, três dentistas e um farmacêutico (não diplomado). Existe um Pôsto Médico.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes, em 1950 (6 757), de 5 anos e mais, 44,78% sabiam ler e escrever.

A percentagem registrada no Estado para as pessoas de igual grupo de idades foi de 40,96%.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 27 unidades de ensino primário fundamental comum e um curso complementar.

Serviço de abastecimento de água do S.E.S.P.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	486	2 083	474	154	488
1951	492	1 295	563	203	475
1952	307	1 090	645	185	761
1953	273	1 243	944	217	890
1954	409	1 895	897	204	853
1955	298	4 237	1 041	247	834
1956	400	5 430	1 350	448	1 350

Moro Goiapabo-açu, ponto de referência do município.

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — O moderno serviço de abastecimento de água da cidade, instalado pelo SESP, foi inaugurado em 11 de setembro de 1949, pelo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que visitou a cidade em companhia do Sr. Clemente Mariani, Ministro da Educação, do Governador Carlos Lindenberg e de numerosa comitiva.

A data é de alta significação histórica para a cidade, pois foi o primeiro Presidente da República a pisá-la, e, por êsse motivo, foi aprovado, por unanimidade, um projeto do então vereador Alcino da Costa Carvalho, considerando aquela data feriado municipal.

FESTAS POPULARES — Duas festas tradicionais: uma de São José, padroeiro do município, realizada a 19 de março, e outra de São Benedito, realizada nos dias 30 e 31 de dezembro e 1.º de janeiro, no distrito de Timbuí. Há quermesses, retretas, procissões.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A bela praia de Nova Almeida, que faz parte do município, constitui motivo de atração turística e veraneio. É também recomendada pelos médicos para repouso e tratamento de casos de polinevrite, artrite reumática e bronquite.

Há outro ponto pitoresco que poderá vir a ser motivo de atração turística. Chama-se Goiapabo-açu, um pico de granito, com 400 metros de altitude.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos na comuna têm o patronímico de fundãoenses.

Pertence Fundão à comarca do vizinho município de Ibiraçu e tem 3 500 eleitores.

Duas bandas de música, uma em Timbuí e outra na sede, são complemento recreativo à vida fundãoense.

A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores.

Prefeito atual: Sr. Jasson Rodrigues Sarmento.

(Elaboração de Gilson Espíndula Carvalho — Agente de Estatística).

GUAÇUÍ — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O lugar denominado Aldeamento, hoje sede do distrito de São Pedro de Rates, foi, até princípios do século XIX, domínio de tribos indígenas.

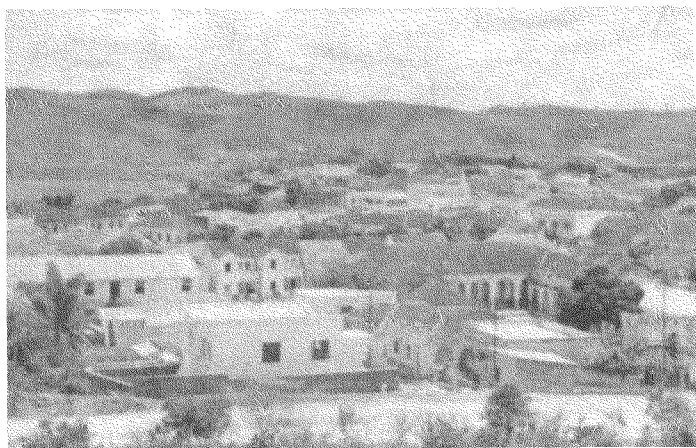
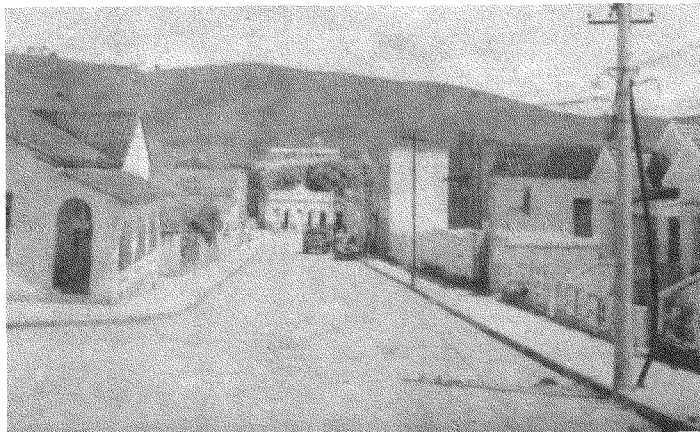
Em 1820, desceu de Minas Gerais e penetrou nas terras capixabas, a bandeira chefiada pelo capitão Manuel José Esteves de Lima. Compunha-se de 72 pessoas, dentre as quais Justino Maria das Dores, um dos fundadores do antigo município do Veado, hoje Guaçuí. Recebeu terras do chefe quando êsse regressou a Minas.

A 29 de setembro de 1838, Justino José Maria entrou na posse dessas terras, o que determinou tomarem os silvícolas rumo ignorado.

Em número de dez (10), seus companheiros, igualmente bandeirantes, estabeleceram-se nas circunvizinhanças, organizaram fazendas e cultivaram terras, promovendo o desenvolvimento agrícola e econômico da região. Eram: — Manuel Domingos Viana, João Damasceno Barbosa, Joaquim Gomes de Azevedo, os irmãos paulistas Manuel Francisco e Luiz Francisco de Carvalho, Domingos José Gonçalves de Ataíde, os paulistas Antônio Ouriques de Aguiar e José de Aguiar Valim (irmãos), Silvestre Joaquim da Rosa e o guarda-mor Francisco Joaquim Lobato, português.

As terras doadas por Justino José Maria, para o núcleo destinado às famílias que afluíam ao lugar, correspondem ao atual bairro da Palha.

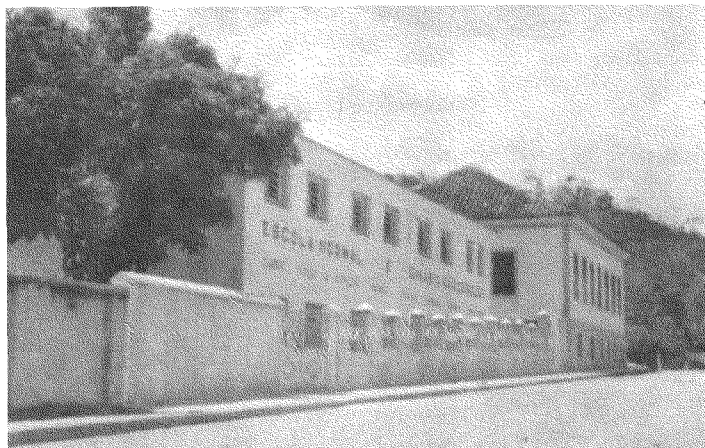
Joaquim Silvestre da Rosa fêz, igualmente, doação de terras, para o povoado, no lugar onde se inaugurou o marco do Centenário de Guaçuí, em 1938.

Entre os desbravadores, houve disputa pela posse da região. Tornou-se lendária a que se travou entre José Luciano de Souza, mineiro, descendente de Lobato, que pretendia a jurisdição de Minas, até a Serra dos Pilões, e Luís Francisco, que defendia a jurisdição do Espírito Santo. Fizeram êsses dois homens um juramento solene: o que fôsse vencido abandonaria a terra; José Luciano voltaria para Minas, ou Luís Francisco de Carvalho, para São Paulo. José Luciano, com o consentimento das autoridades de Carangola (MG), e munido de numerosa escolta, invadiu a fazenda de Luís Francisco de Carvalho, subjugou-o e o conduziu prêso para Ouro Prêto. Daí a dois meses, entretanto, Luís Francisco de Carvalho regressava vitorioso.

Vista parcial da cidade.

Rua Senador Atílio Vivacqua.

José Luciano cumpriu a palavra empenhada; mudou-se para Minas Gerais, não mais retornando à região em que entrara, anos antes, como um dos mais intrépidos pioneiros.

Luís Francisco de Carvalho e o Comendador José de Aguiar Valim construíram, em 1860, uma capela em louvor a São Miguel, templo que, posteriormente, se elevou a matriz. Todos os anos, em 29 de setembro, são levados a efeito festejos solenes, em honra ao Santo. Ùltimamente, a data passou a ser comemorada como o "Dia do Município".

Durante muitos anos, a paróquia de São Miguel do Veado estêve sob a jurisdição do Bispo de Mariana, até que, em 1895, sendo criada a Diocese do Espírito Santo, passou a pertencer ao novo bispado.

A primeira formação administrativa de Guaçuí teve início, com a Resolução n.º 122, de 25 de novembro de 1861, que criara a Subdelegacia de Polícia do Veado, na paróquia de Alegre, município de Itapemirim, com limites pelo rio Itabapoana, a partir da barra do ribeiro do Castelo, e pelo rio Prêto, até a serra do Caparaó, tirando-se daí uma linha, que segue, em direção à bocaina dos Pilões, compreendendo tôdas as águas vertentes do rio Veado, até encontrar a nascente do referido ribeiro Castelo. de sorte

Escola Normal e Ginásio São Geraldo.

que incluía as duas povoações de Veado e São Pedro de Rates. Pela Lei n.º 9, de 13 de julho de 1866, foi criada a freguesia de Veado, com a invocação de São Miguel, e estabelecidos os mesmos limites marcados para o distrito policial (Resolução n.º 122, de 25-11-1861). Pela Lei número 1, de 7 de outubro de 1872, foi criado o Distrito de Paz, no lugar denominado Veado, do têrmo da Vila de Cachoeiro de Itapemirim, tendo por limites os mesmos do Distrito Policial.

Vista parcial da cidade.

O primeiro nome do município foi São Bom Jesus do Livramento. Em 1866, em virtude da Lei provincial número 9, passou a denominar-se São Miguel do Veado, em homenagem ao Santo do dia em que se dera a entrada dos pioneiros (29 de setembro), acrescentando ao nome a expressão "do Veado", tirada do rio, que banha a região.

Com êsse nome, o povoado foi elevado à categoria de vila, pela Lei estadual n.º 1 688, de 25 de dezembro de 1928. E, em 10 de janeiro de 1929, foi instalado o município, que, com território desmembrado do de Alegre, ficou integrado pelos distritos de Veado (sede), São Tiago e Rio Prêto.

Adquiriu foros de cidade, por fôrça da Lei estadual n.º 1 722, de 30 de dezembro de 1929.

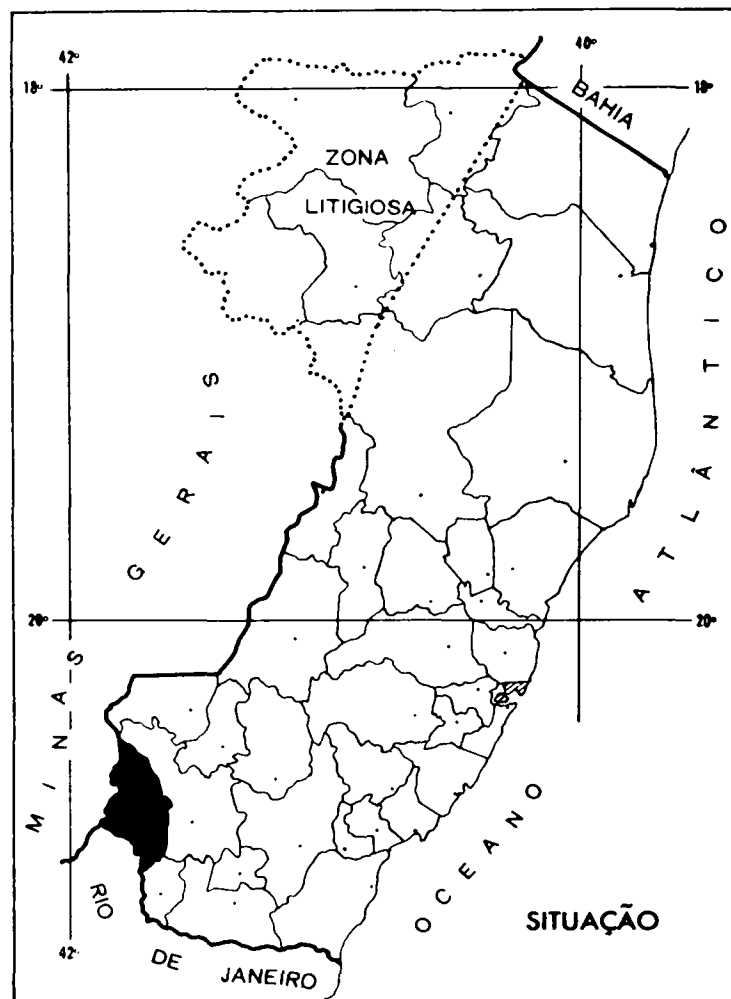
Em homenagem a um dos bravos do forte de Copacabana, o município passou a denominar-se Siqueira Campos, por Lei estadual de janeiro de 1930.

Pela Lei n.º 1 573, de 8 de agôsto de 1931, foi criada a comarca, com um único têrmo, o próprio município. A instalação se deu a 3 de outubro do mesmo ano.

Prefeitura Municipal.

No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual número 9 941, de 11 de novembro de 1938, para o qüinqüênio 1939-1943, o município de Siqueira Campos era composto dos distritos de Siqueira Campos, Rio Prêto, São Lourenço e São Pedro de Rates. Pelo Decreto-lei estadual número 15 177, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão territorial para o qüinqüênio 1944-1948, o município passou a denominar-se Guaçuí, composto dos distritos de Guaçuí, Divisa (ex-Rio Prêto), Imbuí (ex-São Lourenço) e São Pedro de Rates.

A Lei n.º 750, de 28 de novembro de 1953 criou ainda o distrito de São Tiago.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica "Serrana do Sul", uma das cinco zonas em que se divide o Estado. Situa-se no sudoeste do Estado do Espírito Santo. Limita ao norte com o município de Alegre, ao sul com o município de São José do Calçado e o Estado do Rio de Janeiro; a leste com o município de Alegre e a oeste com o Estado de Minas Gerais. Dista 152 quilômetros (em linha reta) da Capital do Estado. Coordenadas geográficas da cidade: 20° 46' 38" de latitude Sul e 41° 40' 44" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — O clima é salubre; as estiagens dão-se sempre de abril a agôsto. As chuvas são sempre regulares, não causando erosões nem inundações prejudiciais. Há geadas sòmente nas proximidades da Serra do Caparaó.

Temperatura máxima ocorrida 36°C; mínima absoluta 6°C.

Avenida Espírito Santo.

Monumento ao Cristo Redentor.

ÁREA — A área do município é de 787 km².

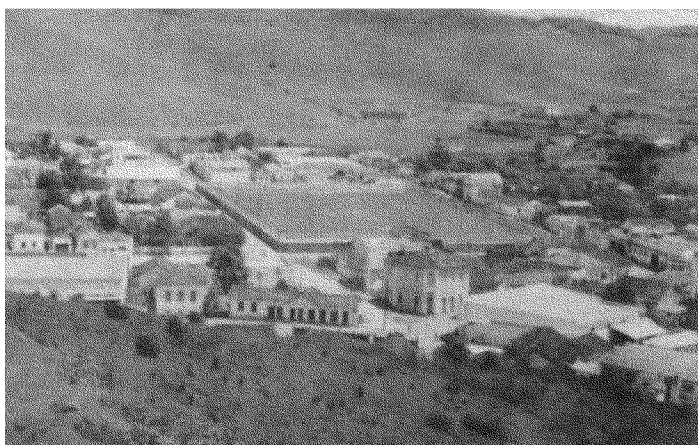
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Localizado em sua grande parte nos contrafortes da Serra do Caparaó, apresenta relêvo acidentado, sendo o principal acidente o pico Pedra Menina, com 1 200 metros de altitude.

O município conta com dois rios, o Prêto e o Veado, além de inúmeros córregos e ribeiros.

Quedas de água existem muitas: Cachoeira da Fumaça, localizada na fazenda dos Três Estados, formada pelo rio Prêto, com um potencial aproximado de 2 000 H.P.; a Cachoeira de Rio Prêto, formada pelo mesmo rio, com a potência aproximada de 800 H.P.; a Cachoeira de São Tiago, localizada no morro São Felipe, formada pelo ribeiro do mesmo nome, com potência aproximada de 480 H.P.; afora mais cinco pequenas quedas de água, com potencial inferior a 350 H.P., cada uma.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riqueza natural de maior evidência, destaca-se o manganês. Há ouro, ferro, mica e cristal de rocha, por explorar.

Os 984 estabelecimentos agrícolas, recenseados em 1950, continham 13 371 hectares de matas, correspondendo a 18,18% da área total dêsses estabelecimentos.

Nas matas, predominam jequitibá, canela, cedro, cabiúna, óleo-vermelho e peroba-rosa.

Vista da parte norte da cidade, destacando-se o Estádio Francisco Lacerda de Aguiar.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era constituída de 24 952 habitantes (12 637 homens e 12 315 mulheres). Os 79,24% da população localizavam-se na zona rural.

Densidade demográfica: 31,71 habitantes por km².

Aglomerações urbanas — Existiam no município, na mesma época, 4 aglomerações urbanas — a cidade e 3 vilas — com os seguintes efetivos de população (quadros urbano e suburbano):

Guaçuí	4 304
Divisa	614
Imbuí	196
São Pedro de Rates	66

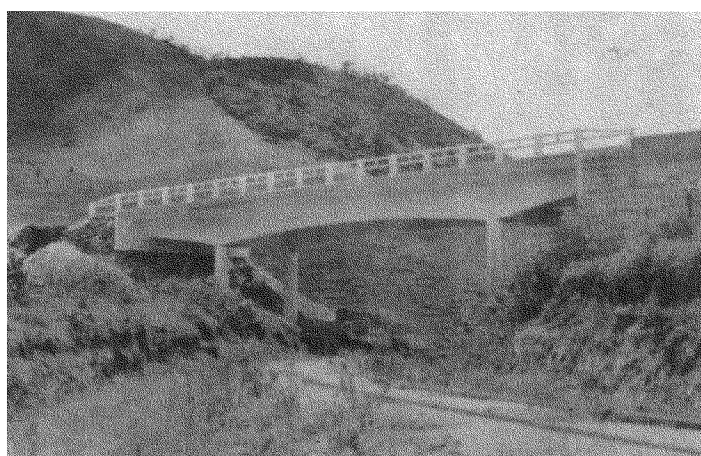
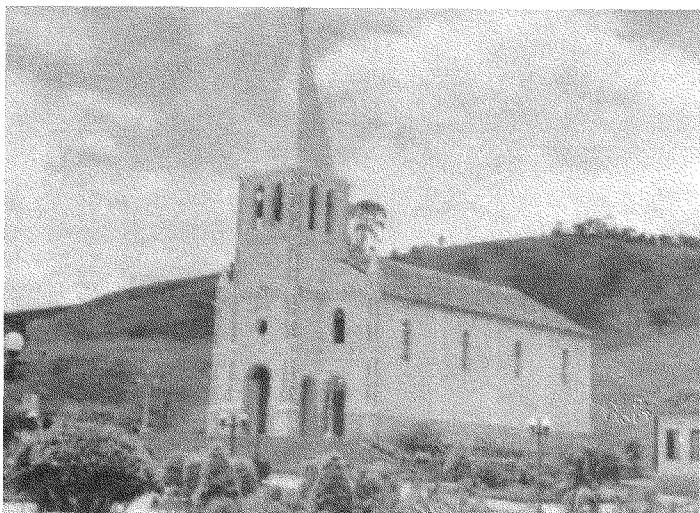
A população da cidade de Guaçuí representava 17,25% da população total do município.

Trecho da Rua Virgílio Machado

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura cafeeira constitui a maior fonte econômica local, fornecendo, também, matéria essencial para as indústrias de transformação de produtos alimentares (beneficiamento de café).

O café contribuiu, em 1956, com 85,26% do valor total da produção agrícola, estimado em 144 milhões de cruzeiros.

Os principais produtos agrícolas foram os seguintes:

PRODUTOS AGRÍCOLAS	VALOR DA PRODUÇÃO	
	Números absolutos (Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Café	121 600	84,26
Milho	12 663	8,77
Feijão	3 712	2,57
Laranja	1 672	1,16
Arroz com casca	1 633	1,13
Banana	1 445	1,00
Outros	1 603	1,11
TOTAL	144 328	100,00

Viaduto Governador Lacerda de Aguiar

Igreja-Matriz de São Miguel.

Com a produção de 4 800 toneladas de café, em 1956, Guaçuí situa-se em 4.º lugar entre os municípios cafeeiros do Estado, sòmente ultrapassado por Colatina (25 914 t), Mimoso do Sul (10 195 t) e Alegre (6 305 t).

Pratica-se, também, a pecuária.

O efetivo de gado atingia, em 1956, o valor de 63 milhões de cruzeiros. Predominava o gado bovino, com 23 000 cabeças, seguido do suíno, com 10 200 cabeças. Contavam-se, ainda, 2 000 cabeças de eqüinos, 1 200 de muares e 800 de caprinos.

Os principais ramos industriais são: laticínios, panificação, móveis, tijolos de barro e bebidas. Dentre essas indústrias sobressaem 2 fábricas de laticínios e 1 de móveis, cada uma com a produção superior a 1,5 milhões de cruzeiros, em 1955.

A produção de manganês começa a desenvolver-se.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina e liga-se às sedes distritais, aos municípios vizinhos e às capitais estadual e federal pelos seguintes meios de transporte:

Divisa — 1) Rodoviário: 38 km; 2) Ferroviário: 32 quilômetros — *Imbuí* — Rodoviário: 24 km — *São Tiago* — Rodoviário: 7 km — *São Pedro de Rates* — Rodoviário — 20 km.

Alegre — 1) Rodoviário: 26 km; 2) Ferroviário: 38 quilômetros — *São José do Calçado* — Rodoviário: 37 quilômetros — *Bom Jesus do Itabapoana* (RJ) — Rodoviário: 56 km — *Espera Feliz* (MG) — 1) Rodoviário: 50 km; 2) Ferroviário: 47 km.

VITÓRIA

1) Rodoviário: 234 km; 2) Ferroviário: 258 km.

CAPITAL FEDERAL

1) Rodoviário: 475 km; 2) Ferroviário: 574 km; 3) Aéreo: 280 km.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 251 estabelecimentos comerciais dos quais 21 atacadistas; dêsses estabelecimentos estão localizados na sede municipal 19 atacadistas e 105 varejistas. No ano de 1955, as vendas mercantis atingiram a importância de 654 milhões de cruzeiros. As principais praças com que comercia o município são o Distrito Federal, Vitória (ES) e Campos (RJ).

Guaçuí tem expressivo movimento bancário tanto no Estado como na Zona Serrana do Sul. São quatro as Agências bancárias existentes.

Vejam-se os elementos correspondentes apenas aos saldos de maior expressão, comparados a outros municípios da mesma zona (dados fornecidos pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira):

CONTAS	SALDOS EM 29-11-1956 (Cr$ 1 000)		
	Município de Cachoeiro de Itapemirim	Município de Guaçuí	Município de Alegre
Empréstimos em C C	86 019	50 621	42 321
Títulos descontados	137 685	22 253	22 702
Depósitos a vista	70 674	72 549	43 998
Depósitos a prazo	20 276	9 357	2 398

O município ocupou o 4.º lugar quanto ao movimento comercial e bancário em todo o Estado.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guaçuí compunha-se, em 1956, de 33 logradouros públicos, dos quais 15 calçados a paralelepípedos, numa área total de 25 575 m²; 6 dêstes logradouros são arborizados e dois arborizados e ajardinados (simultâneamente). Todos os logradouros são servidos por iluminação pública e domiciliária, bem assim de água canalizada e esgotos sanitários. O número de ligações elétricas se elevava a 1 253 e o de ligações de água e esgotos sanitários atingia 1 100 domicílios.

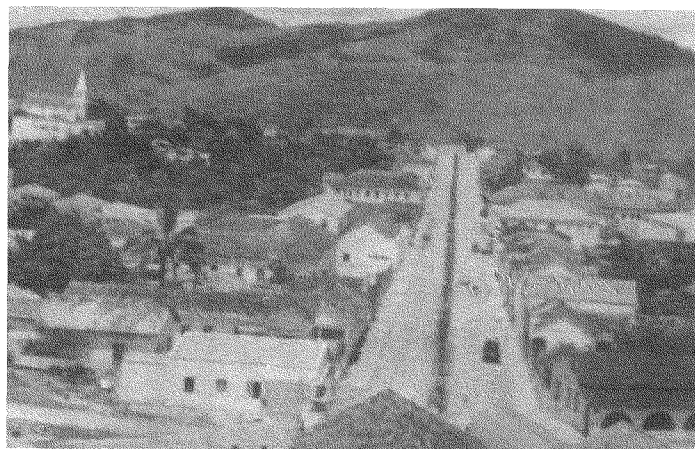
Os edifícios mais importantes são: a Igreja-Matriz, o Hotel Minas Gerais e a Santa Casa de Misericórdia.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade e uma Agência Postal no distrito de Divisa.

Instalados na cidade há 180 aparelhos telefônicos da Cia. Telefônica do Espírito Santo. Há ainda o serviço telegráfico da Estrada de Ferro Leopoldina.

A cidade possui 3 hotéis, 4 pensões, 1 cinema e 3 clubes futebolísticos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A Santa Casa de Misericórdia e a Clínica Médico-Cirúrgica são os estabelecimentos hospitalares locais. A primeira dispõe de 32 leitos e 2 salas de operação e a segunda de 5 leitos e 1 sala de operação. Ambas possuem aparelhos de raios X.

Há ainda na cidade: Um Pôsto de Puericultura; Serviço de Profilaxia da Lepra; Serviço de Doenças Venéreas e Serviço de Assistência Médica. Na vila de Divisa, há

Vista parcial da cidade, destacando-se a Avenida Espírito Santo

também um Subposto de Saúde. Estão no exercício da profissão 5 médicos, 10 dentistas e 8 farmacêuticos.

Existem na cidade 7 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Casa da Criança — uma dependência da LBA tem por finalidade recolher os menores desamparados, fornecendo-lhes alimentação e vestuário. No próprio estabelecimento funciona uma escola primária, mantida pelo Govêrno Estadual.

Há também a Cooperativa de Consumo de Guaçuí Limitada, com cêrca de 100 associados, que tem por finalidade a venda de gêneros de primeira necessidade aos seus associados.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados censitários de 1950 revelaram a presença de 20 623 pessoas de 5 anos e mais, das quais 7 664, ou seja, 37,16% eram alfabetizadas. A percentagem elevava-se para 41,92% de alfabetizados entre as pessoas de 10 anos e mais de idade encontradas no município.

Ensino — Ao encerrar-se o ano letivo de 1956, funcionavam no município 78 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, 5 do supletivo e 1 do complementar.

Dois estabelecimentos secundários ministravam os cursos ginasial, normal e técnico de contabilidade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município uma publicação semanal, quatro bibliotecas (duas públicas e duas particulares), dois grêmios lítero-desportivos, dois clubes recreativos, três tipografias e uma livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 508	10 825	1 123	682	1 090
1951	2 739	17 698	1 594	904	1 350
1952	2 597	20 712	2 838	1 005	2 169
1953	2 905	26 394	3 134	1 143	2 733
1954	4 299	35 414	4 068	1 385	3 899
1955	7 826	35 567	3 543	1 651	4 071
1956	5 354	35 304	6 079	2 368	6 436

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há um imponente marco de granito, erigido na cidade, à Praça da Matriz e inaugurado em 29 de setembro de 1938, perpetuando a memória dos desbravadores da região.

Localizada no cimo do morro que circunda a cidade encontra-se uma estátua de Cristo Redentor, construída em cimento armado, medindo 18 metros de altura e semelhante à do Corcovado, no Rio de Janeiro.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — São religiosas as principais manifestações populares, destacando-se a de São Miguel Arcanjo (padroeiro da Paróquia), que se realiza na cidade, com a duração de três dias, de 27 a 29 de setembro. O 29 de setembro passou, também, a ser comemorado como o "Dia do Município".

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A estátua de Cristo Redentor, pelo comprimento (18 metros), perfeição da obra e localização (na cidade), poderá constituir atração turística, mormente em vista da amenidade do clima e dos bons hotéis de que goza a cidade.

Citam-se, também: a serra do Caparaó — nos distritos de Divisa e Imbuí, pela grandiosidade de seu cenário; o planalto do Limo Verde — nas fraldas daquela serra — pela qualidade das águas potáveis, e a Cachoeira da Fumaça, formada pelo rio Prêto e a 25 km da cidade — pelo aspecto majestoso de sua formação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos munícipes dá-se o gentílico "guaçuiense".

É sede de comarca e têrmo, com cinco distritos judiciários: Guaçuí, Divisa, Imbuí, São Pedro de Rates e São Tiago.

Nos últimos anos o município, especialmente a cidade, apresentou acentuado indício de progresso, em face do bom comércio e agricultura que possui, além do bom clima que sempre tem contribuído para o seu desenvolvimento. Apresentando a cidade 4 304 habitantes em 1950, estimou-se, para 31-12-56, a população de 6 300 habitantes, tendo em vista a construção de 402 prédios no período de 1951-1956. Também, segundo elementos colhidos pela Agência de Estatística, em colaboração com os Fiscais da Prefeitura, a população da zona rural experimentou, no mesmo período, o aumento aproximado de 6%.

Vereadores em exercício: 9.

Eleitores inscritos em 1955: 8 511.

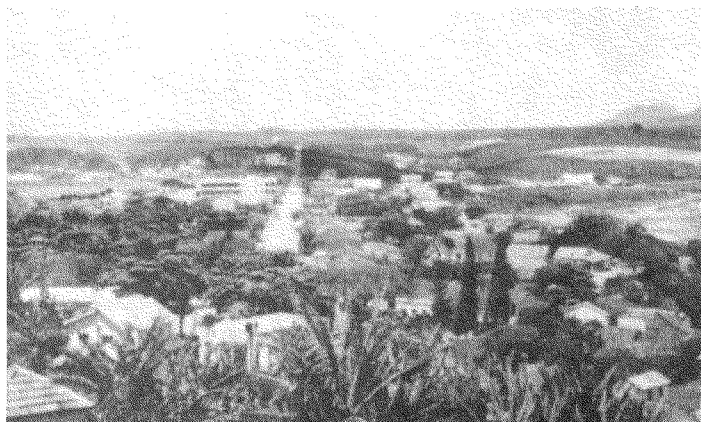
Prefeito atual: Sr. Djalma de Sá Oliveira.

(Elaboração de José Machado de Carvalho — Agente de Estatística).

GUARAPARI — ES

Mapa Municipal na pág. 135 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Ao primeiro século da colonização da capitania, 1569, quando o Padre José de Anchieta percorria as terras espírito-santenses, como visitador dos Jesuítas, remonta a fundação da aldeia que, mais tarde, seria o núcleo do município, agora focalizado. Seu primeiro nome foi Vila dos Jesuítas, depois, Aldeia de Nossa Senhora, Aldeia de Santa Maria de Guaraparim, Guaraparim, Goaraparim, finalmente, Guarapari, vocábulo de origem indígena, derivado de guará — ave de penas pretas, e pari — laço ou armadilha. Segundo Pizarro, o nome Guarapari vem de uma ilhota e estendeu-se ao Continente. Situa-se em local onde estava assentada uma taba de Goitacás. Atribui-se a Anchieta o seu início. Em 1585, como Provincial, fundou ali uma capela, dedicada a Santa Ana, e construiu, posteriormente, uma residência, destinada aos seus coirmãos da Companhia de Jesus. Outrossim, escreveu um auto, "Na Aldeia de Guaraparim" e outras poesias, relacionadas com o lugar, quando fixou-se definitivamente no Espírito Santo.

Os índios, que se afeiçoaram aos Jesuítas, passaram a residir junto à igreja e o aldeamento foi crescendo paulatinamente, inclusive com a vinda de alguns portuguêses. Em 1677, o donatário Francisco Gil de Araújo fêz construir uma igreja, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. E, em 1679, pela Provisão de 1.º de janeiro, criou a freguesia, ten-

Vista parcial da cidade.

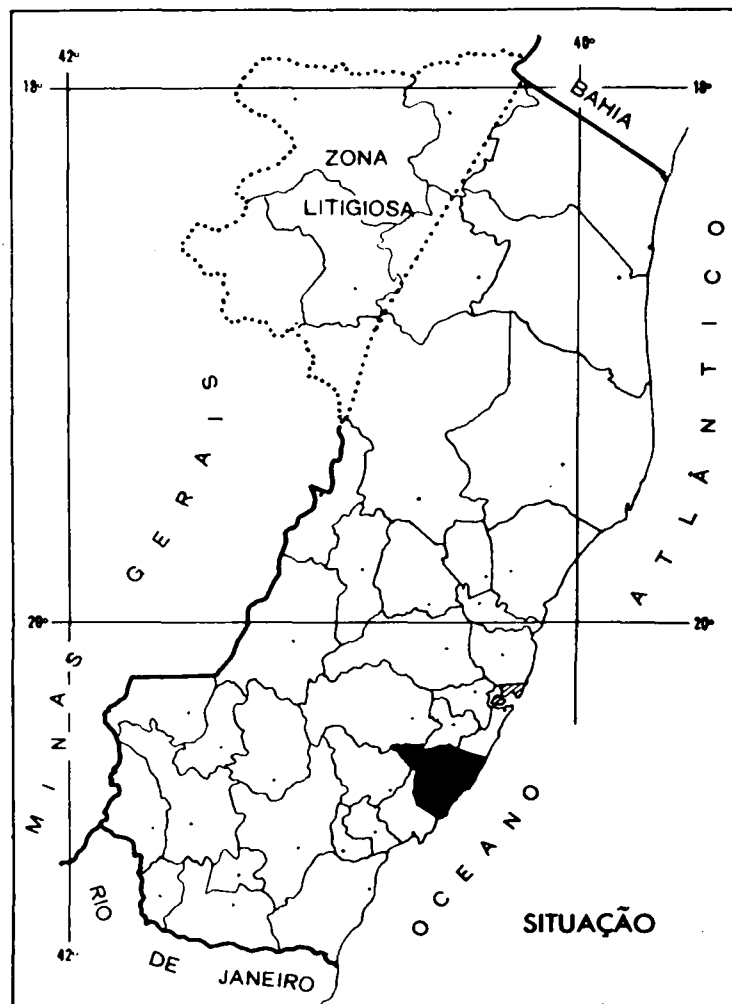
do como padroeira a Virgem Santíssima, sob o mesmo título, — Nossa Senhora da Conceição —, pois que "ali fizera muitos milagres, em tempos primitivos, como testemunhavam as paredes da mesma igreja".

Após a retirada dos Jesuítas, a colonização leiga estendeu-se àquela região, obrigando os índios a embrenharem-se nas selvas, para livrar-se dos civilizados, que os perseguiam.

A aldeia foi elevada à vila em 1.º de janeiro de 1679 e instalada em março do mesmo ano. O coronel Manoel da Silva Mafra, Juiz de Direito e Presidente da Província, sancionou a Lei n.º 26, de 24 de dezembro de 1878, da Assembléia Legislativa Provincial, delimitando o município. Recebeu foros de cidade em 19 de setembro de 1891. Três anos antes fôra inaugurado o serviço telegráfico local. Na divisão administrativa referente a 1911, o município compunha-se de 3 distritos: Guarapari, Sagrada Família e Todos os Santos. Na divisão administrativa de 1933, o município ainda se compunha dos mesmos distritos. No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938, o município não sofreu alteração administrativa. Pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro administrativo para 1944-1948, o distrito de Sagrada Família foi desmembrado, passando a pertencer ao município de Alfredo Chaves. No quadro fixado pela Lei n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, o município aparece composto dos distritos de Guarapari, Todos os Santos e Rio Calçado, mantendo a mesma divisão no quadro administrativo do país, vigente em 1.º de julho de 1955. Por diversas vêzes foi considerado sede de comarca. Pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a têrmo único de Anchieta e, finalmente, teve a sua comarca restaurada em 29 de fevereiro de 1948. A atual legislatura instalou-se, em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Senhor Arnaldo Epaminondas de Almeida.

Aspecto parcial da cidade.

LOCALIZAÇÃO — Guarapari situa-se na Zona Fisiográfica de Vitória e limita-se com os municípios de Domingos Martins, Viana, Espírito Santo, Anchieta, Alfredo Chaves e com o Oceano Atlântico. Coordenadas geográficas: ...... 20º 40' 16" de latitude Sul e 40º 28' 05" de longitude Oeste de Greenwich. Distância, em linha reta, da capital do Estado: 48 quilômetros.

Assim é descrita Guarapari em velho manuscrito existente na Cúria de Vitória: "A Vila de Guarapary está situada a 20º 43' 56" de latitude e 2º 37' 3" de longitude do Rio de Janeiro. Acha-se 9 1/2 léguas ao sul da Capital da Província em linha reta, a 11 léguas pelos caminhos ordinários, a 11 1/2 léguas ao norte da Vila de Itapemirim em linha reta, 12 pelo caminho ordinário. Está situada em uma planície e tem ao norte o Rio Guarapary, a leste o morro da Igreja, ao sul a praia de Itapera, e a oeste as areias de Meaípe. É pitoresca, bem ventilada e sadia".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 6 metros de altitude.

CLIMA — Ameno. A cidade é recomendada como estância climática, estação de repouso e cura.

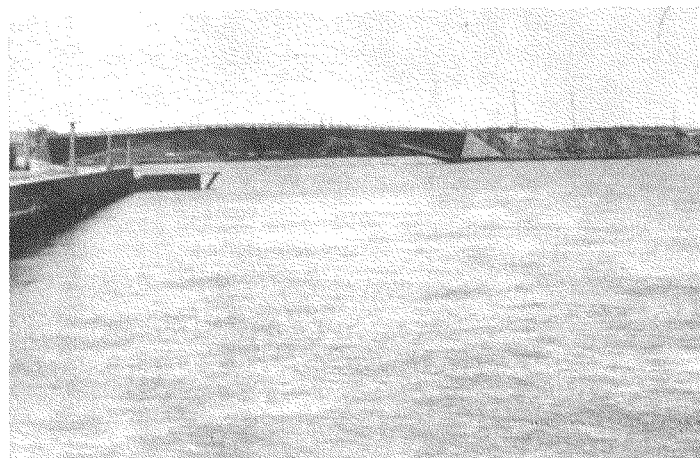
ÁREA — É de 595 quilômetros quadrados.

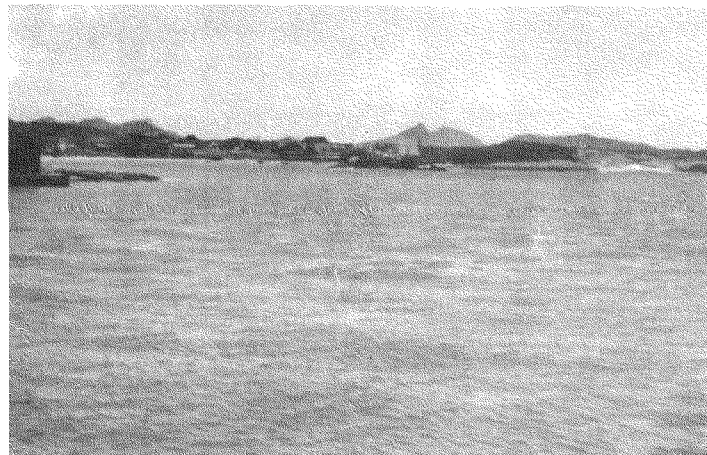
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O morro da Igreja — pelo panorama que dali se descortina —, o rio Guarapari, a

Poço construído pelos jesuítas em meados do século XVI.

ilha de Escalvada — em frente à cidade —, a lagoa de Mãe-bá, nos limites com o município de Anchieta, e a cachoeira Iracema, localizada na Fazenda Bourgnignon são os principais acidentes geográficos locais.

RIQUEZAS NATURAIS — A riqueza mineral é constituída principalmente de monazita, zircônio, ilmenita e tório. No reino vegetal encontram-se, ainda, madeiras de lei. Os 7 113 hectares de matas encontrados em 1950 representavam 17,60% da área total dos 774 estabelecimentos agrícolas recenseados.

POPULAÇÃO — A população de Guarapari, segundo o Recenseamento de 1950, era de 12 350 habitantes, sendo 6 266 homens e 6 084 mulheres. Na zona rural localizavam-se 10 038 pessoas, correspondendo a 81,28% da população do município. Densidade demográfica: 20,76 habitantes por quilômetro quadrado.

Ponte Jones Santos Neves ligando o bairro Muquiçaba à cidade.

Aglomerações urbanas — À época do Censo eram duas as aglomerações urbanas — a cidade de Guarapari, com 2 272 habitantes e a vila de Todos os Santos, com 40.

Vista parcial do bairro Muquiçaba.

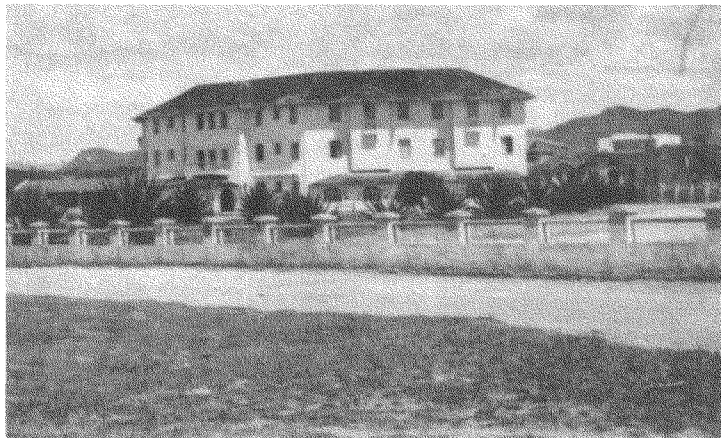
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os principais produtos agrícolas do município são a mandioca (brava e mansa) e o café. Aquela, apresentando, em 1956, a produção no valor de, aproximadamente, 17 milhões de cruzeiros, contribuiu com 35,92% sôbre o valor total da produção agrícola do município. Seguem-se o café, a banana, o feijão e o milho. A produção da mandioca e do café, estimada em 34 milhões de cruzeiros, correspondeu a 70% do valor total da produção que atingiu, naquele ano, 48 milhões de cruzeiros. A população pecuária avaliada em 72 milhões de cruzeiros era representada principalmente pelos rebanhos suíno (16,3 mil cabeças), bovino (12,4 mil), muar (3,9 mil) e eqüino (3,3 mil cabeças). Em 1954, Guarapari ocupou pôsto de relêvo na produção estadual de pescado, quando a quantidade foi de 487 toneladas, com o valor de 6 007 milhares de cruzeiros (24% sôbre o total do Estado). A atividade industrial é exercida principalmente na extração de minérios; Guarapari é produtor de monazita e zircônio, ocupando, como tal, posição de realce no Estado. Em 1953, o município foi um dos três produtores brasileiros de zircônio, com a quantidade de 525 toneladas no valor de 105 milhares de cruzeiros. Êsse valor representa 100% sôbre o total estadual e 5% relativamente ao do País. Encontram-se, ainda, no município, pequenas indústrias de beneficiamento do café e de cereais.

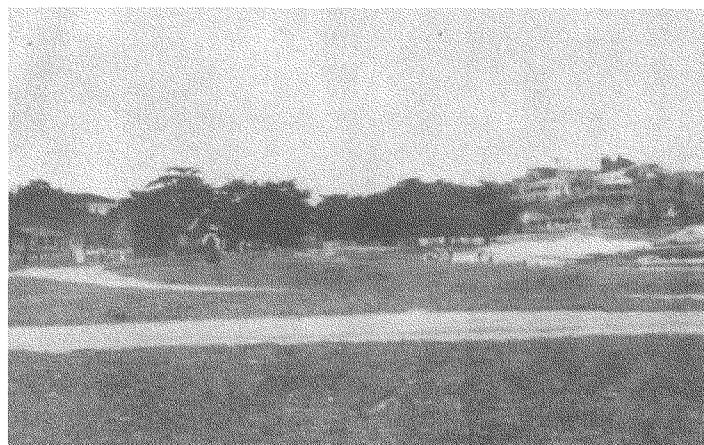
Praia de Guarapari, célebre pelas suas areias radioativas.

Igreja N. S.ª da Conceição.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade há 49 estabelecimentos varejistas. Em todo o município contam-se 67 estabelecimentos comerciais. Há um correspondente bancário.

Trecho da Rua Getúlio Vargas.

MEIOS DE TRANSPORTE — Guarapari liga-se às seguintes localidades: Alfredo Chaves — rodoviário: 47 km; Anchieta — rodoviário: 29 km; Domingos Martins — rodoviário: 80 km; Espírito Santo — rodoviário: 68 km; Viana — rodoviário: 52 km; Misto a) rodoviário: 56 km, até Vitória; b) ferroviário (Estrada de Ferro Leopoldina); 21 km. Capital Estadual — rodoviário: 54 km. Capital Federal — Misto — a) rodoviário, até Niterói: 518 km; b) marítimo: 6 km; ou, a) rodoviário até Cachoeiro de Itapemirim: 104 km; b) ferroviário: 482 km; ou via Vitória,

Rádio Hotel.

já descrita. Daí ao Distrito Federal — a) aéreo: 418 km; b) marítimo: 491 km. Dispõe ainda de transporte aéreo regular para Vitória, Distrito Federal e Belo Horizonte.

Vista parcial de um trecho da cidade.

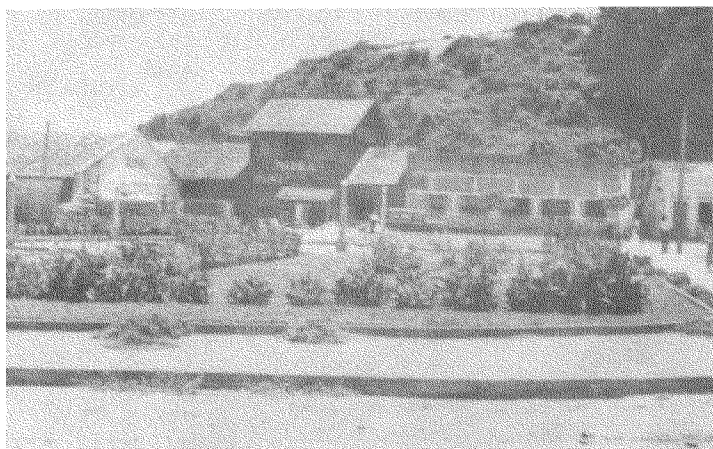
ASPECTOS URBANOS — A cidade de Guarapari conta com 32 logradouros públicos. É servida de luz elétrica com 412 ligações domiciliares, e água canalizada, com 443 derivações. Os edifícios mais importantes são: Prefeitura Municipal, Grupo Escolar, Forum e Igreja Matriz.

Há na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 Pôsto (centro) Telefônico da Companhia Telefônica do Espírito Santo. Contam-se 6 hotéis e 3 pensões. Há 1 cinema — o Ipiranga — com capacidade para 300 espectadores.

Sede do Seribeira Clube.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. Dispõe de 1 Pôsto de Saúde mantido pelo Estado e de uma Policlínica dos Pescadores, mantida pela Divisão de Caça e Pesca (Ministério da Agricultura). Há em funcionamento duas farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, havia 8 384 pessoas de 10 anos e mais, sendo que 3 669 sabiam ler e escrever, o que correspondia a 43,76% das pessoas daquele grupo de idades. Já dentre as pessoas de 5 anos e mais (10 176) eram alfabetizadas 3 876, ou seja, 38,09%.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 48 unidades do ensino primário fundamental comum. Existe na cidade 1 estabelecimento de ensino pré-primário e 1 Ginásio, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Jardim Público e Usina Mibra.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	294	819	600	128	656
1951	348	958	679	163	679
1952	469	967	939	193	337
1953	706	1 374	1 520	240	464
1954	445	1 132	1 907	312	2 861
1955	579	2 683	846	426	2 246
1956	897	2 885	2 264	734	1 771

FESTAS POPULARES — São tradicionais, no município, as festas religiosas consagradas a Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro; a Maria Auxiliadora, em 24 de maio, e a São Pedro, realizada no bairro de Muquiçaba, em 29 de junho. Êsses festejos são comumente acompanhados de quermesses, retretas e bailes.

VULTOS ILUSTRES — Arcebispo Dom João Cavati, distinto prelado guarapariense, vulto que se destacou na Arquidiocese de Caratinga (Minas Gerais). Outro guarapariense ilustre que se destaca no cenário nacional é o Desembargador Lourival de Almeida, Deputado Federal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Guarapari é cognominada "cidade saúde" devido à radioatividade das chamadas areias pretas existentes em suas praias e que muito concorrem para a afluência de turistas e doentes que procuram os benefícios que as mesmas proporcionam. Durante o verão, principalmente, aumenta o número de visitantes, ocasionando grande movimentação na vida urbana. As praias de Areia Preta, das Castanheiras e do Morro são, dentre outras, as mais procuradas. A menos de uma hora do centro urbano, o turista já encontra locais aprazíveis para passeios: Meaípe, Cachoeira Iracema, o Farol da Escalvada e a Lagoa Mãe-bá.

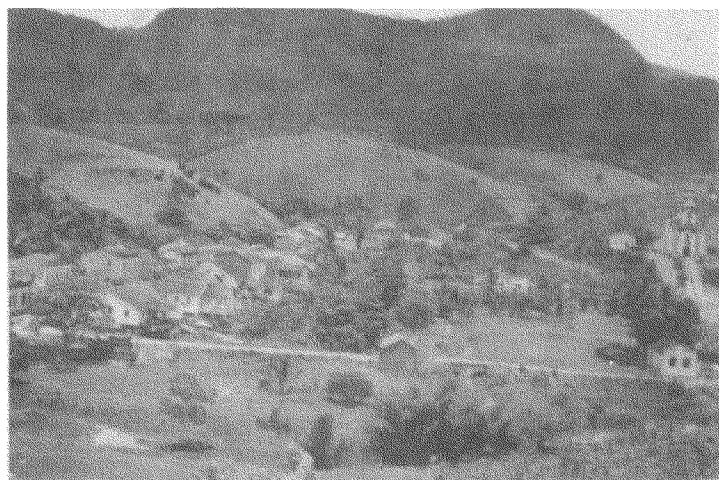
Vista de um bairro da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o nome de guaraparienses. É sede de comarca com três distritos judiciários. Os eleitores inscritos no último pleito elevam-se a 4 018. A Câmara de Vereadores é composta de nove membros.

(Elaboração de Wilson de Almeida Laranja — Agente de Estatística).

IBIRAÇU — ES

Mapa Municipal na pág. 111 do 6.º Vol.

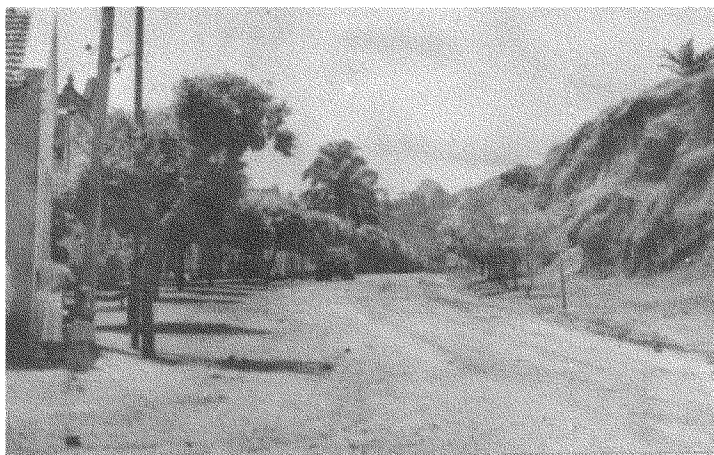
HISTÓRICO — Com a chegada, em 1877, de um grupo de imigrantes italianos, foi o veterano da Guerra do Paraguai, engenheiro Aristides Armínio Guaraná, incumbido de fixá-los, em suas terras de Córrego Fundo, onde explorava o cultivo da cana-de-açúcar. De Córrego Fundo, muitos dos imigrantes internaram-se, pela mata densa, até alcançar o local em que se fixaram e que, mais tarde, seria a cidade de Ibiraçu. Com a chegada do agrimensor que mediria as terras e as doaria aos imigrantes, êsse local foi denominado Núcleo Colonial Santa Cruz, posteriormente, Conde D'Eu e, com a Proclamação da República, Núcleo Colonial Bocaiúva. Dado o rápido desenvolvimento da região, a 11 de setembro de 1891, foi criado o município de Guaraná, com o desmembramento do de Santa Cruz, e elevado à vila o Núcleo Colonial de Bocaiúva, com a denominação de Vila de Guaraná, em homenagem ao eng.º Aristides Armínio Guaraná (Lei estadual n.º 23). A instalação da vila e do município efetuou-se a 10 de outubro daquele ano, quando foram empossados, no govêrno, os seguintes cidadãos: Presidente — Eduardo Gabrielle; Intendentes — Antônio das Neves Marins e Amadio Pietro; Secretário — Anibal Baroni.

Vista parcial da cidade.

Pelo Decreto estadual de 1.º de março de 1892, a vila e o município de Guaraná tiveram o nome mudado para Pau Gigante. Consta que a denominação de Pau Gigante origina-se da existência outrora de gigantesca árvore que dominava a região. A vila de Pau Gigante foi elevada à categoria de cidade, pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de no-

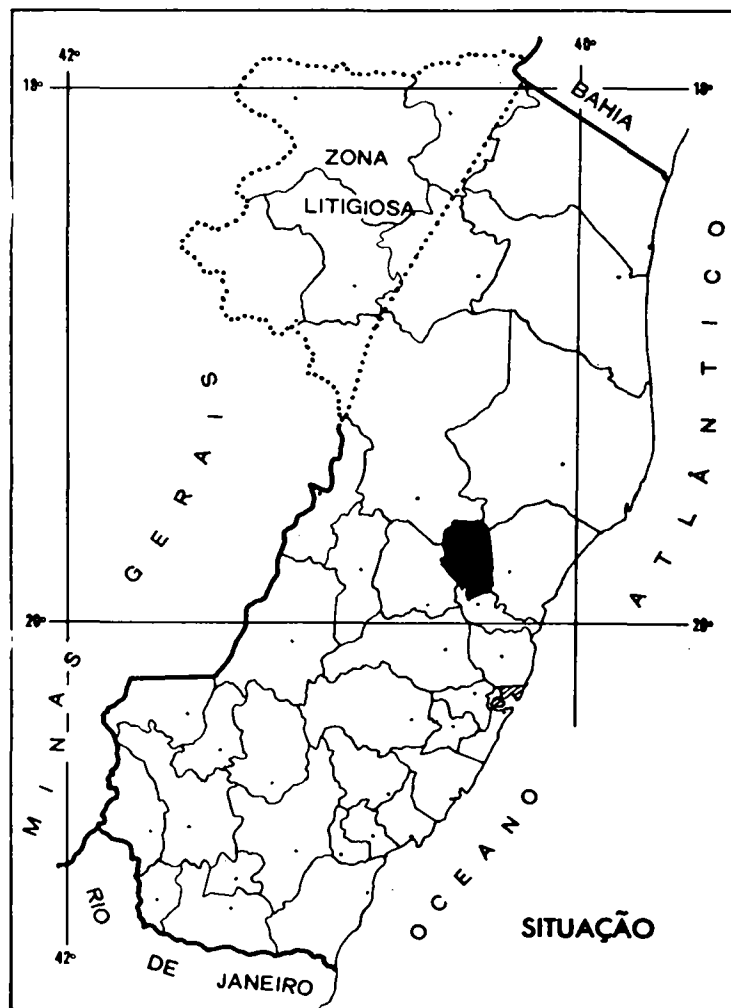
Prefeitura Municipal.

vembro de 1938. A 31 de dezembro de 1943, a comarca, o têrmo, o município e o distrito de Pau Gigante passaram a denominar-se Ibiraçu, que significa "pau gigante". O município compõe-se atualmente dos seguintes distritos: Ibiraçu (sede), Acióli, João Neiva e Pendanga.

O município estava subordinado à comarca de Santa Cruz, atual Aracruz, quando, pela Lei estadual n.º 659, de 7 de novembro de 1910, foi criada a comarca de Santa Júlia, com sede em Pau Gigante, e instalada, no dia 15 do mesmo mês e ano. A comarca de Santa Júlia abrangia também os municípios de Santa Cruz, Riacho e Nova Almeida (atual Fundão). Atualmente, e na forma do Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938, a comarca de Ibiraçu é formada de um só têrmo, o da sede, que é constituído dos municípios de Ibiraçu e Fundão.

Em 1892, foi nomeado o 1.º Oficial do Registro Civil, Epifânio Gasparini. O primeiro Juiz de Paz do município foi o Senhor Rebuzzi Giuseppe e a primeira professôra foi a Senhora Maria Adelaide Jardim.

Trecho da Avenida Getúlio Vargas.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica de Vitória, Ibiraçu limita-se com os municípios de Aracruz, Fundão, Colatina, Linhares e Santa Teresa.

As coordenadas da sede municipal são 19° 49' 19" de latitude Sul e 41° 33' 31" de longitude Oeste Greenwich. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 54 km, no rumo nor-nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 75 metros de altitude.

CLIMA — O município apresenta clima variável, sem atingir, contudo, a rigores de calor e frio. Chuvas abundantes ocorrem, com freqüência, em alguns períodos do verão e do inverno. Temperatura: média das máximas — 30°C, média das mínimas — 19°C, média compensada — 24 graus centígrados.

ÁREA — Corresponde a 687 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são o pico da serra do Óleo, com cêrca de 800 metros, localizado em Barra do Triunfo, no distrito de Acióli, e a Cachoeira do Inferno, formada pelo rio Piraquê-Açu e com potencial estimado em 800 cavalos-vapor.

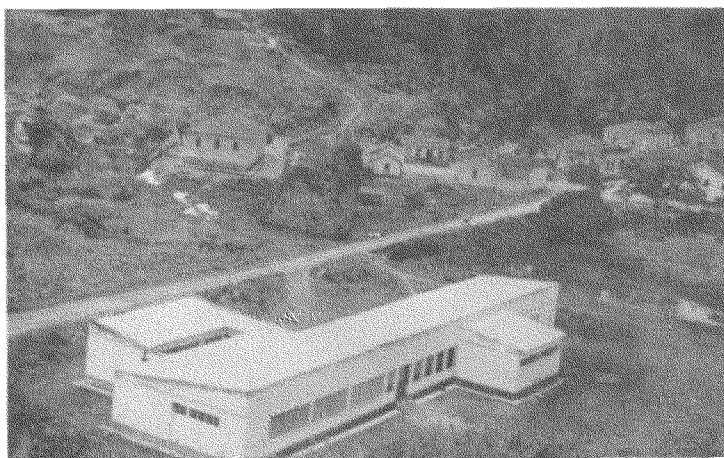
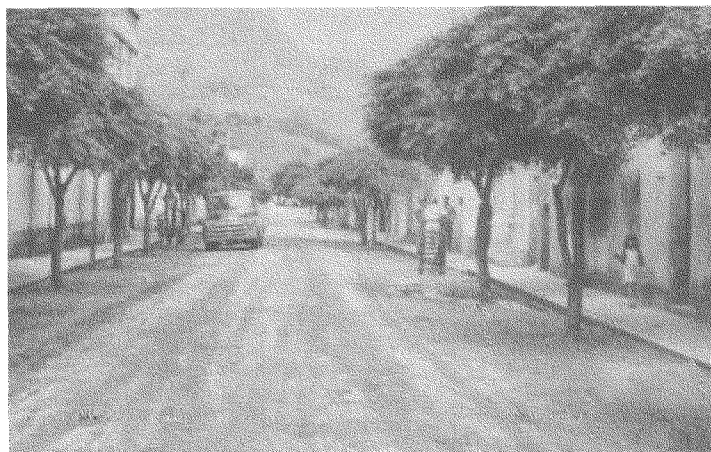
RIQUEZAS NATURAIS — Verifica-se, no território do município, a existência de grafita e cristal de rocha, principais riquezas minerais. Apenas o segundo vem sendo explorado regularmente. A riqueza de origem animal é representada pela produção de cêra e mel de abelhas. Madeira em toros, paina e lenha para consumo doméstico constituem os produ-

tos de origem vegetal. O Censo de 1950 constatou a existência de 7 939 hectares de matas nos 884 estabelecimentos agrícolas recenseados, correspondendo a 21,70% da área total dêsses estabelecimentos.

Igreja-Matriz de São Marcos.

POPULAÇÃO — A população de Ibiraçu, segundo o Censo de 1950, era de 14 160 habitantes (7 247 homens e 6 913 mulheres). Na zona rural localizavam-se 78,75% dos munícipes. Densidade demográfica: 20,61 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A cidade, com 583 habitantes — 4,12% sôbre o total da população — e as vilas de João Neiva, Aciόli e Pendanga, com 1 781, 514 e 131 habitantes, respectivamente, são as aglomerações urbanas do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de economia ibiraçuense é a agricultura. O café aparece bem situado na produção agrícola local a êle seguindo-se a banana, a laranja, o milho e a mandioca. O valor da produção

Vista parcial da cidade.

Trecho da Rua Conde D'Eu.

cafeeira, em 1956 (66 milhões de cruzeiros), correspondeu a 74,77% do valor total da produção agrícola do município. A pecuária contribui, de certo modo, para reforçar a economia municipal. Os rebanhos existentes, em 1956, com o valor estimado em 111 milhões de cruzeiros, compunham-se, principalmente, de bovinos, suínos e muares. A indústria, pouco desenvolvida, apresentou, no mesmo ano, produção equivalente a 43 milhões de cruzeiros, distribuídos pelos seguintes artigos: aguardente, farinha de mandioca, fubá de milho, queijo e manteiga. Nesse total estão incluídos valores correspondentes a beneficiamento e torrefação de café.

O consumo médio mensal de energia elétrica, como fôrça motriz, é de 3 848 quilowatts-hora.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal conta com 7 estabelecimentos varejistas. Cêrca de 120 estabelecimentos comerciais estão localizados no interior do município. O comércio local mantém transações, principalmente, com à capital do Estado e o Distrito Federal. Existem três correspondentes bancários na cidade.

Ginásio Estadual.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ibiraçu liga-se às sedes municipais limítrofes de Colatina (ferrovia — 60 km, rodovia — 78 km); Fundão (ferrovia 15 km, rodovia — 16 km); Aracruz (rodovia — 22 km); Linhares (rodovia — 84 km) e Santa Teresa (rodovia — 156 km). Dista da Capital do Estado, por ferrovia, 67 km e por estrada de rodagem, 85 km via Serra, e 80 km via Nova Almeida. Próximo à cidade, na estação ferroviária de Aricanga, funciona uma estação telegráfica da Estrada de Ferro Vitória—Minas (Cia. Vale do Rio Doce S. A.), de uso extensivo à população local.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ibiraçu possui 583 habitantes, população inferior à da vila de João Neiva (1 781 habitantes). Dos 8 logradouros públicos, um é parcialmente pavimentado. E' servida de luz elétrica, com 127 ligações domiciliares, e água canalizada, com 77 derivações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população da cidade é servida por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. No município funcionam 6 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, em número de 11 693 (Censo de 1950), 6 263, ou seja, 53,56% sabiam ler e escrever. No Estado, a percentagem de alfabetizados naquele grupo de idades era de 40,96%. Na sede municipal, das 471 pessoas de 5 anos e mais, 351 (74,52%) sabiam ler e escrever.

Ensino — A instrução foi ministrada, em 1956, por 45 unidades de ensino primário fundamental comum e uma de ensino complementar. Na vila de João Neiva funciona um estabelecimento de ensino industrial.

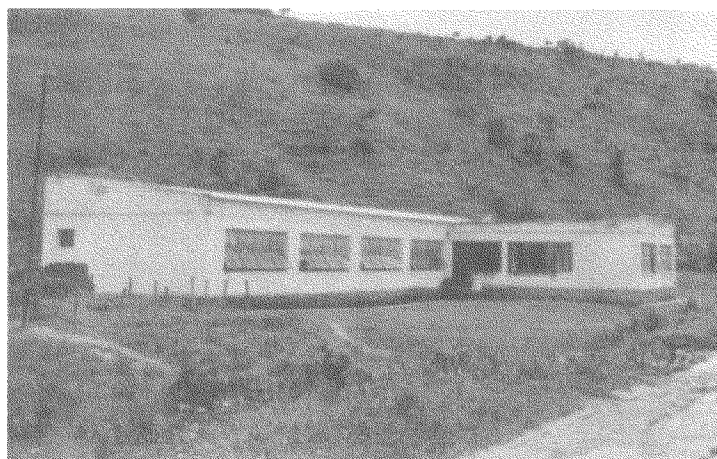
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui 3 cinemas: Rian, na sede, com 120 lugares; Pedro Nolasco, em João Neiva, com 250 lugares, e Acióli, na vila de igual nome, com 130 lugares. Existem 6 associações desportivas. A cidade contará, em breve, com um ginásio, construído pelo Govêrno do Estado.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	466	2 398	...	...	...
1951	745	2 212	...	...	...
1952	577	1 629	1 059	598	1 018
1953	852	2 048	1 265	537	1 360
1954	1 314	2 279	1 202	497	1 121
1955	1 131	5 203	1 326	647	1 475
1956	1 223	7 883	1 906	901	1 946

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na cidade, em frente à igreja Matriz, existe um obelisco, inaugurado em 15 de outubro de 1927, em homenagem ao colono italiano, marcando o cinqüentenário da chegada dêsse que contribuiu para o desenvolvimento da região.

FESTAS POPULARES — As manifestações populares no município, tôdas de caráter religioso, representam, até certo ponto, a formação católica do povo ibiraçuense. São as seguintes: festa de São Marcos, padroeiro da comuna — realizada a 25 de abril; festa de Nossa Senhora do Caravágio — que ocorre na Fazenda Ceccato, a 26 de maio (a imagem da santa, porém, sòmente de cem em cem anos é levada em procissão através da cidade); festa de Nossa Senhora da Saúde — realizada a 21 de novembro, na igrejinha situada no alto do morro Aricanga; e, finalmente, a festa de São Benedito, a 26 de dezembro, com missa solene, pela manhã, e procissão, à tarde, seguida de congada.

Seminário N. S.ª da Saúde, dos Padres Combonianos.

Grupo Escolar Francisco Santos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O morro do Aricanga, de onde se descortina excelente panorama, e as cachoeiras do Inferno e das Andorinhas são as principais atrações turísticas, se bem que inexploradas.

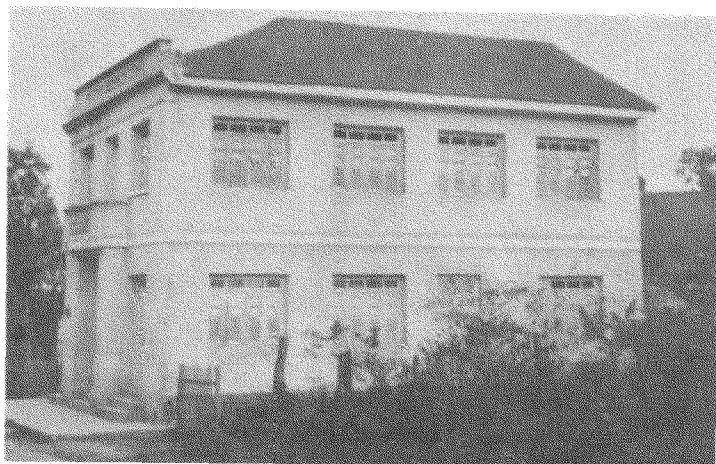
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico do cidadão nascido no município é ibiraçuense. A atual legislatura foi instalada em 1955. É Prefeito o Senhor Hilário Favarato. A Câmara Municipal está constituída de nove vereadores. O número de eleitores, em 1955, era de 4 333.

(Elaboração de Narceu de Paiva Filho — Agente de Estatística).

ICONHA — ES

Mapa Municipal na pág. 141 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — São controvertidas as opiniões sôbre a origem do topônimo Iconha. Para uns, deriva-se da palavra *inconho*, ou seja, um morro ligado a outro, existente à margem do principal rio do município. Atribuem-lhe outros origem indígena, cuja tradução quer dizer *água a arder*, pelo fato de haver, na região do Orobó, grande quantidade de turfa.

A primeira penetração no território de Iconha, pelo homem civilizado, teve início, no litoral, na povoação de Piúma e se verificou daí para o centro, ao longo dos rios, num movimento centrípeto que se acentuou à medida que se foram desbravando as terras férteis da hinterlândia. A povoação de Piúma atravessou, então, períodos de grande fastígio, constituindo o núcleo principal de tôda a atividade da região. Sede do município e cabeça de comarca por muito tempo, ela gozou, largos anos, dos benefícios de sua situação privilegiada, apresentando melhoramentos considerados, na época, como a expressão máxima do confôrto e do progresso, para localidade do interior. Eram os prédios de

Prefeitura Municipal.

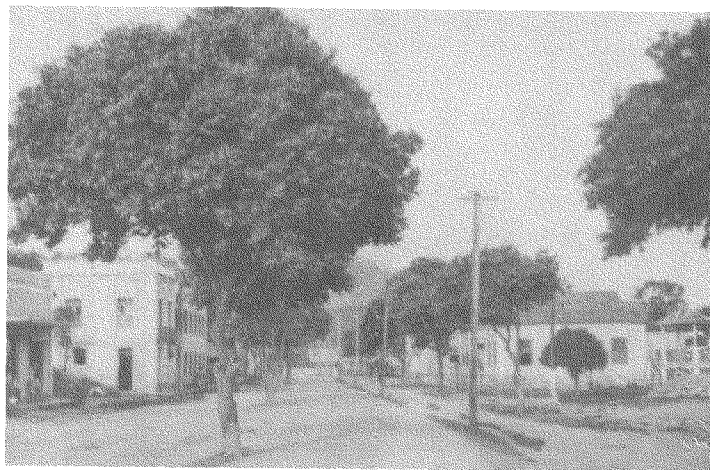
acabamento caprichado; a iluminação pública a gás acetileno (talvez a primeira do Estado); a igreja de porte majestoso; o Chafariz de água canalizada, tudo servindo às necessidades de uma sociedade de costumes mais ou menos apurados, onde os elementos oficiais — a Magistratura, o Legislativo Municipal, o Professorado, as autoridades policiais etc. — figuravam como ornamentos de relêvo. O comércio do município, centralizado no pôrto marítimo, era intenso e próspero. Os penetradores do sertão congregavam-se no ponto extremo navegável do rio Iconha, pouco abaixo do salto do Coqueiro, centro de dispersão e convergência dos desbravadores das florestas. O agrupamento, nesse ponto do rio, deu origem à formação, provàvelmente em meados do século XIX, do povoado de Iconha. O desenvolvimento da zona central ganhou vulto, de ano para ano, graças ao plantio intensificado do café, que passou a ser a riqueza principal do município. À proporção que se alargava a área de ação dos colonizadores no interior, crescia também a importância do povoado de Iconha. A ascendência econômica da zona central sôbre a litorânea, no correr dos tempos, fêz da povoação de Iconha o principal centro de comércio local, caminhando, assim, para ela, grande parte da atividade comercial que, até então, convergia para Piúma. A importância econômica repercutiu na prosperidade e na significação política de ambas as localidades, motivando a transferência da sede municipal de Piúma para Iconha e a elevação desta à categoria de vila, em 18 de novembro de 1904.

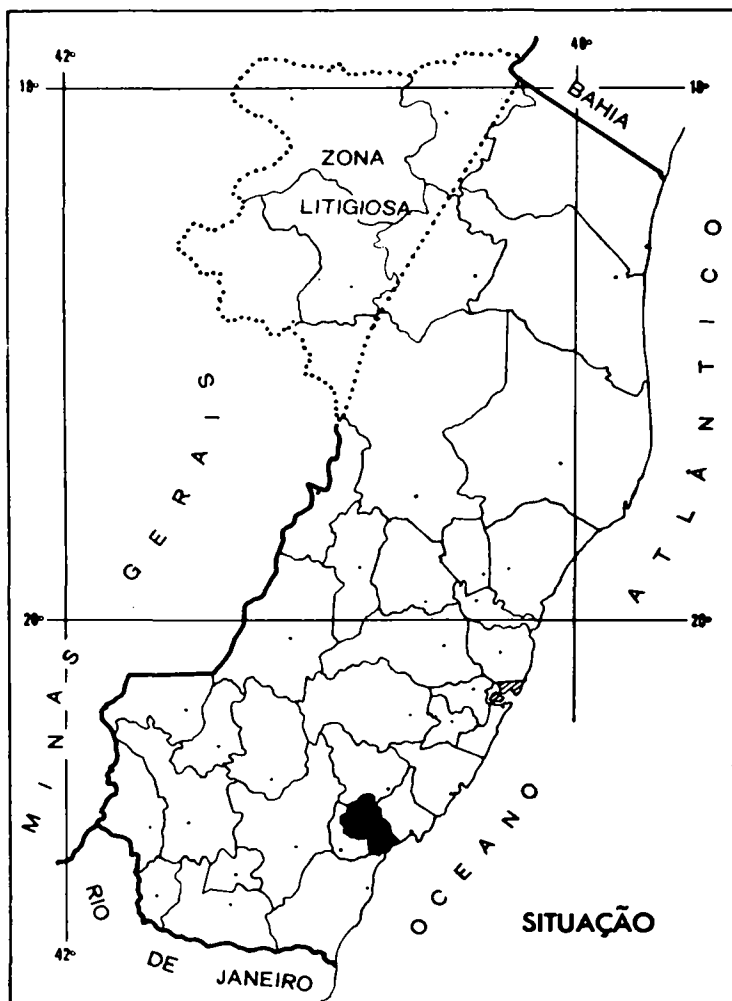
São considerados fundadores do povoado de Iconha os Senhores coronel Antônio José Duarte e José Gonçalves da Costa Beiriz, tendo êste último feito doação de uma parte de terra do lote n.º 5, para constituir o patrimônio municipal. As duas primeiras construções erguidas no município datam de 1873 (uma olaria) e 1876. Outras se foram seguindo, de 1879 em diante; a primeira escola pública foi criada em 1883; a Agência do Correio surgiu em 1892, da mesma forma que a primeira usina a vapor, para beneficiamento de café; a Biblioteca Iconhense, inaugurada em 13 de junho de 1902, conta atualmente o número aproximado de 2 000 volumes de obras diversas; o serviço de luz elétrica foi inaugurado em 1915, e o serviço de abastecimento dágua, em 1933. Iconha é sede de paróquia, a partir de 25 de abril de 1954.

A primeira concessão de terra no município foi feita à firma inglêsa "Rodacanak & Cia." (com sede em Londres), para exploração de madeira. Era proprietária de uma serraria em Piúma e de outra em Monte Belo.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA — Criada pela Lei provincial n.º 14, de 4 de maio de 1883, para fazer parte, como distrito do então município de Benevente (hoje Anchieta), a atual vila de Piúma tomou inicialmente o nome de Nossa Senhora da Conceição de Piúma. Conseqüente ao grande incremento que tomou dentro de pouco tempo, em 19 de janeiro de 1891, foi instalado o município de Piúma, com território desmembrado do de Benevente. Em face da Lei estadual n.º 81, de 18 de novembro de 1904, foi criado no município de Piúma o novo distrito de Iconha, que teve sua povoação elevada à vila, erigida em sede do município. Êste, porém, manteve-se sob a antiga designação, até 3 de julho de 1924, data em que passou a chamar-se Iconha, pela Lei estadual n.º 1 428. Iconha é cidade, desde 11 de novembro de 1938, pelo Decreto n.º 9 941. De acôrdo com a divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, o município permanece integrado por dois distritos: o de Iconha e o de Piúma. A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Doutor Danilo Monteiro de Castro, e constituída a Câmara Municipal com nove vereadores.

Ponte Santos Neves sôbre o rio Iconha.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Até 31-12-1943, o município fazia parte de têrmo e comarca de Anchieta, de acôrdo com o quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11-11-1938, e estabelecido para o período de 1939-1943. No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31-12-1943, sôbre a divisão territorial para o período de 1944-1948, o município de Iconha passou a fazer parte do têrmo e comarca de Alfredo Chaves.

Avenida Coronel Antônio Duarte.

LOCALIZAÇÃO — O município de Iconha situa-se na Zona Fisiográfica Itapemirim. Limita-se a leste com o Oceano Atlântico; ao norte com os municípios de Anchieta e Alfredo Chaves; ao sul e a oeste com os municípios de Itapemirim e Rio Novo do Sul. A cidade dista 71 km em linha reta da capital do Estado e situa-se a 20° 48' 03" de latitude Sul e 40° 47' 33" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 10 metros de altitude.

CLIMA — O município apresenta clima variável, semi-úmido. Chuvas fortes são freqüentes nos meses de novembro a março.

Temperatura, em graus centígrados: média das máximas 27; das mínimas 19; média compensada 23. A altura total da precipitação pluviométrica no ano é de 1 209 milímetros.

ÁREA — A área do município corresponde a 278 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: baía do Piúma, ilha do Gambá, rio Iconha, serras de Venezuela, Tapuio e Tocaia.

O território de Iconha pode ser dividido em duas zonas distintas — uma litorânea e outra central. A zona litorânea é formada de ligeiras planícies, com alguns acidentes de cotas pouco elevadas. A zona central, considerada a mais rica do município, apresenta forma bastante irregular, com montanhas e profundos vales.

Rua Muniz Freire.

Registram-se no rio Iconha as cachoeiras Salto Grande e Confiança, esta última aproveitada para o fornecimento de energia elétrica à sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Embora em quantidade reduzida, encontram-se no município madeiras de lei, como: cedro, jequitibá, jacarandá, canela e baraúna. Os 2 713 hectares de matas, encontrados em 1950, representavam 10,71% da área total dos 596 estabelecimentos agrícolas pesquisados. No distrito de Piúma existem depósitos de areias monazíticas.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Censo de 1950, compunha-se de 9 782 habitantes, sendo 4 922 homens e 4 860 mulheres. Na zona rural localizavam-se 83,33% da população. Densidade demográfica: 35,19 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Duas são as aglomerações urbanas — a cidade de Iconha, com 585 habitantes e a vila de Piúma, com 1 046. Na cidade encontravam-se 5,98% da população do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui o principal ramo de atividade econômica da população local. O café é a principal cultura, seguindo-se, em importância, a mandioca, o arroz, o feijão, a banana e a batata-doce. O valor dêsses produtos, no ano de 1956, foi estimado em 26 milhões de cruzeiros. A produção do café (17,3 milhões de cruzeiros) representou 63,85% do valor total dos produtos agrícolas do município. Vitória e Cachoeiro de Itapemi-

Praça Jerônimo Monteiro.

Grupo Escolar Coronel Antônio Duarte.

rim, no Espírito Santo, e Distrito Federal são os principais centros importadores dos produtos agrícolas iconhenses, mormente o café. A população pecuária, composta, principalmente, de bovinos e suínos, era estimada em 23 milhões de cruzeiros. O gado é exportado em pequena escala para Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado, e Campos, no Estado do Rio de Janeiro. A pesca representa a principal atividade da população da vila de Piúma. Em 1956, a produção de pescado atingiu 94 toneladas, no valor estimado de 796 mil cruzeiros. Há maior incidência de manjuba, peroá, baiacu, cação e calunga. A apuração do Registro Industrial de 1955 acusa um total de 66 estabelecimentos com 145 pessoas ocupadas. O valor da produção industrial, no mesmo ano, aproximou-se de 15 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 3 estabelecimentos atacadistas, 11 varejistas e uma casa bancária. No município há 50 estabelecimentos comerciais.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por uma emprêsa de ônibus. Liga-se por estrada de rodagem aos municípios vizinhos de Anchieta (25 km), Guarapari (55 km), Rio Novo do Sul (20 km) e de Cachoeiro de Itapemirim (53 km). Dista 95 km da capital do Estado e 455 km da capital Federal.

ASPECTOS URBANOS — Iconha é uma cidade plana, pequena, mas bem traçada. Possui água canalizada e luz elétrica. O serviço de abastecimento dágua serve a 94 domicílios. Contam-se 147 ligações elétricas. A vida de Piúma é também provida de eletricidade. Funcionam na cidade uma Agência Postal e 1 Pôsto Telefônico da Companhia Telefônica do Espírito Santo, e na sede distrital uma Agência Postal-telefônica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 2 médicos e 4 dentistas. Há 3 farmácias em todo o município e 1 Pôsto de Saúde, na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — No Censo de 1950 verificou-se que dentre as 8 028 pessoas de 5 anos e mais, presentes no município, 3 050 sabiam ler e escrever, ou seja, 37,99%.

Ensino — A comuna conta com 25 unidades escolares do ensino primário fundamental comum. Na cidade funciona um Grupo Escolar.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	485	2 693	531	108	374
1951	606	3 004	405	124	257
1952	394	3 187	532	138	498
1953	479	1 617	762	143	710
1954	1 093	1 875	834	160	768
1955	1 092	4 402	877	159	780
1956	975	5 008	1 172	260	1 243

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — Os iconhenses festejam anualmente, a 13 de junho, o dia de Santo Antônio, padroeiro do município.

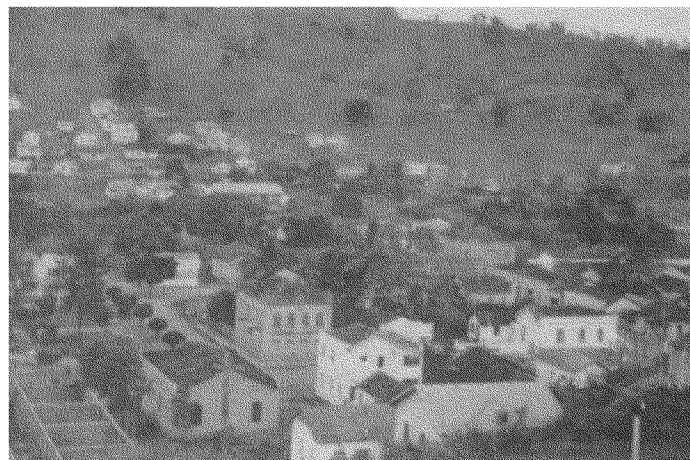
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Mantida pela firma Duarte Beiriz e Cia., encontra-se instalada na cidade a Biblioteca Iconhense, com cêrca de 2 000 obras. Há 1 hotel e, na vila de Piúma, 1 cinema. A Câmara municipal compõe-se de 9 vereadores.

(Elaboração de João Gonçalves da Silva — Agente de Estatística).

ITAGUAÇU — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Os primeiros a se estabelecerem no território que hoje compõe o município de Itaguaçu, foram os Senhores Francisco da Silva Coutinho, Antônio Gonçalves Ferreira, major José Vieira de Carvalho e José Teodoro de Andrade. Entretanto, vestígios encontrados por êsses desbravadores, quando estenderam suas posses em direção ao local onde surgiria a cidade, fazem supor que a região, anteriormente, havia sido explorada. Nos terrenos cedidos por José Teodoro de Andrade, localizados às margens do rio Santa Joana, foram por êle próprio, construídas uma igreja e uma casa, logo seguidas de outras construções, daí se originando a povoação de Santa Joana que, mais tarde, passou a denominar-se Boa Família, por existirem, na igreja local recém-fundada, imagens representando a Sagrada Família.

José Vieira de Carvalho, originário do Estado do Rio de Janeiro veio estabelecer-se às margens de um dos afluentes do córrego Sobreiro, formando uma fazenda a que deu o nome de Portela. Essa propriedade desenvolveu-se ràpidamente, graças ao trabalho escravo e à operosidade

Vista parcial da cidade.

dos colonos italianos, trazidos do núcleo de Santa Teresa. O desbravamento da região muito deve aos imigrantes italianos. Dêles se originou a povoação de Figueira de Santa Joana, localizada às margens do rio Santa Joana, no lugar onde existia uma figueira silvestre. Aquêle e êste povoado progrediram ràpidamente, tanto em população quanto na economia.

Jardim Público.

A 15 de março de 1890, a povoação de Figueira de Santa Joana (atual Itarana) foi elevada à categoria de distrito. Boa Família (hoje Itaguaçu, sede municipal) passou à condição de distrito em 16 de março de 1891.

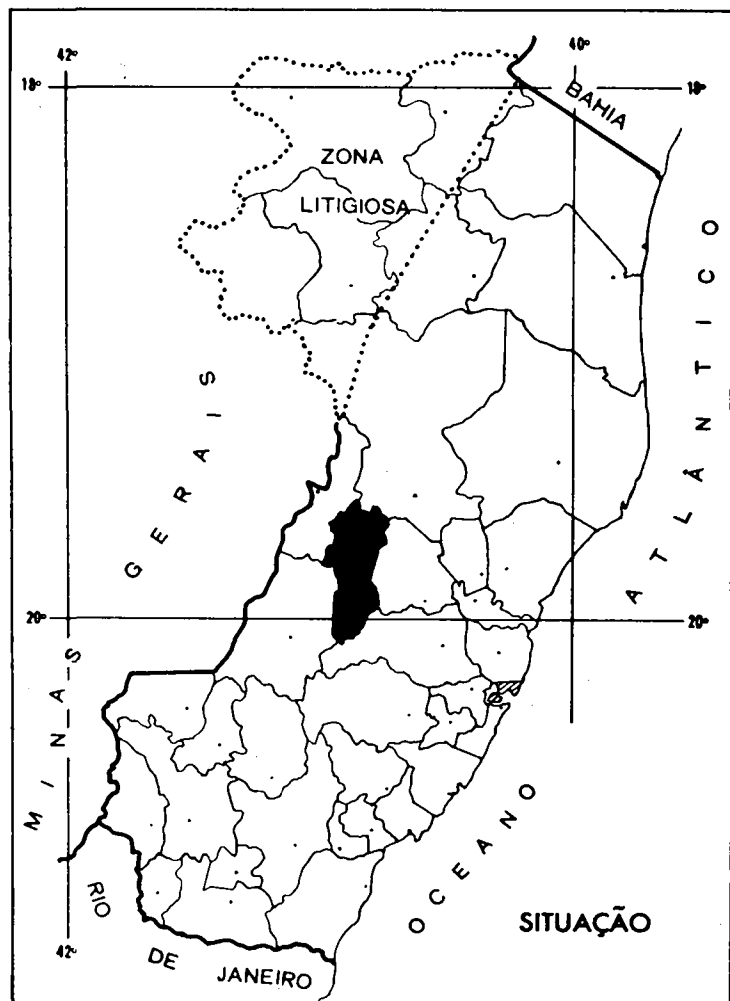
A povoação denominada Patrimônio dos Cearenses, mais tarde São Francisco, deve sua origem aos trabalhadores cearenses utilizados na construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas e que, em virtude da parcial paralização das obras dessa ferrovia, tomaram o curso do rio Santa Joana, fixando-se nas proximidades de uma grande pedra, que deu origem ao nome atual da localidade: Itaimbé. Em 1913, êsse patrimônio, em vista de seu desenvolvimento, foi elevado à categoria de distrito, já com o nome de São Francisco. A Lei estadual n.º 978, de 28 de novembro de 1914, cria o município, com território desmembrado do de Afonso Cláudio. Sua instalação, porém, ocorreu em 15 de fevereiro de 1915. Nomeados pelo Presidente do Estado, coronel Marcondes de Souza, os Senhores Ernesto Martins Vieira e Francisco Barbosa de Souza constituíram a Interventoria que passou a reger os destinos do novo município. Nas eleições municipais realizadas em 28 de fevereiro de 1915, foram eleitos: Prefeito — Antônio Martinho Barbosa, e vereadores — Augusto Celestino Barbosa, José Colnago, Sebastião Martins, Joaquim Olímpio da Fonseca Cruz e José Lucas Raposo. Em 8 de janeiro de 1917, com a criação do distrito de Santana do Paraju, mais tarde Santana do Queira Deus, o município de Boa Família ficou constituído dos distritos de Boa Família (sede) e dos de Figueira de Santa Joana, São Francisco e Santana do Paraju. Por fôrça da Lei estadual n.º 1 307, de 30 de dezembro de 1921, o município recebeu a denominação de Itaguaçu. A comarca foi criada por Lei estadual n.º 5 628, de 16 de março de 1923, e instalada a 20 de setembro do mesmo ano, sendo primeiro Juiz de Direito o Dr. Cassiano Cardoso Castelo. O quadro jurídico do município, após essa Lei, ficou assim constituído: Comarca e têrmo — Itaguaçu; distritos: Itaguaçu (sede), Figueira de Santa Joana, São Francisco e Santana de Queira Deus. A sede municipal foi elevada à categoria de cidade em 11 de novembro de 1938, pelo Decreto-lei estadual número 9 941. Pelo Decreto-lei n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, os distritos de Figueira de Santa Joana, São Francisco e Santana de Queira Deus passaram a denominar-se Itarana, Itaimbé e Itaçu, respectivamente.

Vista aérea da Praça Getúlio Vargas.

Prefeitura Municipal.

Rua Coronel Marcondes de Souza.

LOCALIZAÇÃO — Itaguaçu está situado na Zona Fisiográfica Serrana do Centro e limita-se com os municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Colatina, Santa Teresa e Santa Leopoldina. A cidade está localizada às margens do rio Santa Joana e apresenta as seguintes coordenadas geo-

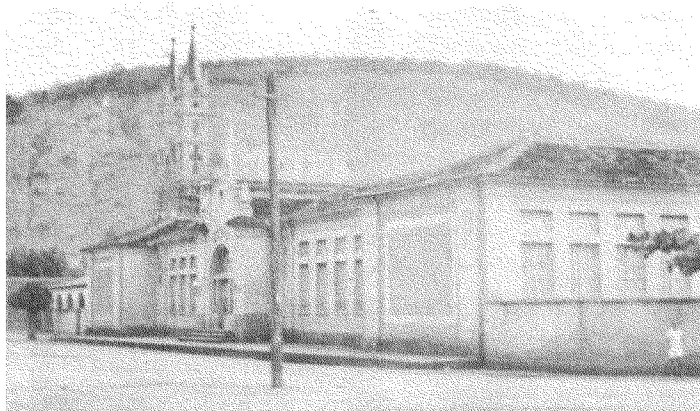
gráficas: 19° 48' 04" de latitude Sul e 40° 51' 32" de longitude Oeste Greenwich. Dista 82 km de Vitória, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

CLIMA — Quente, com chuvas de verão. A temperatura anual oscila entre 8°C (mínima) e 38°C (máxima).

ÁREA — É de 915 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Cristal de rocha, águas-marinhas, pedra e areia para construção representam as riquezas minerais; madeiras de lei, plantas oleaginosas e fibra de guaxima, as riquezas vegetais. Das matas, 18 913 hectares revestiam 26% da área correspondente aos 1 337 estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, o município contava com 18 258 habitantes (9 935 homens e 8 863

Rua Marechal Floriano

Grupo Escolar Thiers Vellozo, onde funciona o Colégio Estadual e Escola Normal.

mulheres). O quadro rural absorvia, então, 91,02% da população. A densidade demográfica naquela época era de 19,25 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A cidade de Itaguaçu (838 habitantes) e as vilas de Itarana (353), Itaimbé (81) e Itaçu (36 habitantes) eram os núcleos urbanos existentes na comuna, em 1950. A cidade condensava 4,58% da população municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura constitui a base econômica de Itaguaçu. O ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" mantinha 85,88% da população de 10 anos e mais econômicamente ativa, recenseada em 1950. O valor da produção agrícola em 1956 somou 104 milhões de cruzeiros, tendo o café concorrido com 51,14%. Secundavam-no o milho (5 526 t), o feijão (765 t), o arroz (523 t) e a mandioca (5 630 t) que apresentaram as quotas respectivas de 19,41, 7,25 2,75 e 2,05%, sôbre o valor total. As demais culturas totalizavam 7,4%. A pecuária, que constitui regular fonte de renda para Itaguaçu, compunha-se, em 1956, de um rebanho avaliado em 136 milhões de cruzeiros. Neste, o gado bovino com 30 700 cabeças e o gado suíno com

Desfile promovido pelo Esporte Clube Itaguaçu.

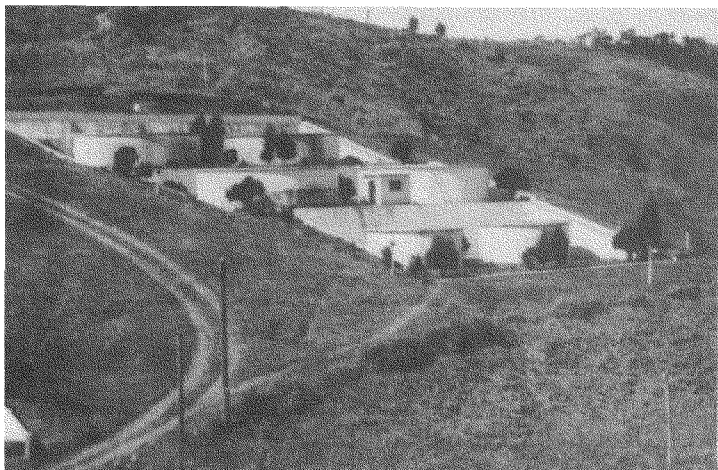
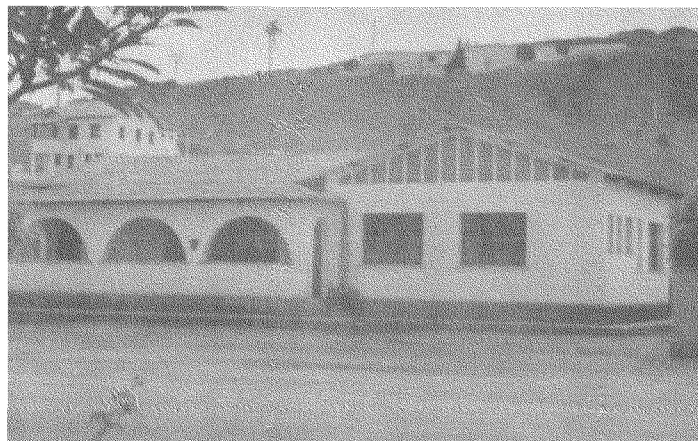
59 900 representavam 78% do valor global. Em 1956, a contribuição da indústria à economia comunitária consistiu nos 29,6 milhões de cruzeiros proporcionados pelos 8 estabelecimentos que empregavam 5 ou mais operários. Os ramos "produtos alimentares" (84,1%) e "indústria de madeira" (13,11%) que em conjunto somavam 97,21% daquele valor, caracterizavam o parque industrial itaguaçuense.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se, no município, 13 estabelecimentos atacadistas e 86 varejistas. O comércio local mantém transações, principalmente com as praças de Vitória e Rio de Janeiro.

Inauguração da Lira "Zeferino Toniato".

O movimento bancário do município é feito através da Agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., instalado na cidade.

Cine Esperança.

TRANSPORTES — Itaguaçu é servida exclusivamente por estradas de rodagem que a põem em contacto com os seguintes municípios: Afonso Cláudio (69 km), Baixo Guandu (61 km), Colatina (62 km), Santa Teresa (57 km), Santa Leopoldina (86 km) e Vitória (133 km). Na cidade, 1 campo de pouso com as dimensões de 350 X 50 metros pode ser utilizado por aparelhos de pequeno porte.

Serviço de abastecimento de águas.

Pôsto de Saúde Estadual.

ASPECTOS URBANOS — Dentre os melhoramentos urbanos existentes na sede, enumeram-se 329 domicílios dotados de iluminação elétrica, 285 abastecidos com água tratada, 2 lavadouros com 20 tanques, 3 chafarizes públicos, 1 logradouro arborizado e ajardinado e 1 pavimentado a paralelepípedos. As vilas de Itarana e de Itaimbé dispõem, também, de serviços de abastecimento dágua. No plano sócio-cultural, a cidade apresenta: 3 associações desportivas, 1 clube recreativo e 1 cinema.

Estádio do Nacional Futebol Clube.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada à comunidade itaguaçuense por 5 médicos em atividade, através das casas de saúde Santa Bárbara e Nossa Senhora Auxiliadora, de 1 Pôsto de Higiene do Estado e de 1 do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Contam-se, ainda, 3 dentistas e 4 farmacêuticos; há 8 farmácias em funcionamento.

Vista parcial de uma rua.

Igreja N. S.ª Auxiliadora.

ALFABETIZAÇÃO — Das 15 209 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 6 788 .... (44,63%).

Ensino — No setor educacional, contam-se no município 1 Jardim de Infância, 57 unidades do ensino fundamental comum e 4 do ensino supletivo. O ensino secundário é ministrado por 16 professôres, aos 300 alunos matriculados nos 2 estabelecimentos do município: Colégio Estadual e Escola Normal Itaguaçu e Ginásio Itarana, êste mantido pela Sociedade Amigos de Itarana.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	399	4 605	1 102	368	1 216
1951.......	499	3 258	974	407	982
1952.......	841	3 310	1 159	843	1 132
1953.......	1 201	4 537	1 872	534	1 811
1954.......	2 205	4 990	2 078	1 133	2 095
1955.......	1 746	10 839	2 414	1 354	2 166
1956.......	2 139	11 000	3 540	1 579	2 872

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dispõe o município de 3 bibliotecas semi-públicas com, aproximadamente, 1 000 volumes, cada uma; de duas tipografias; de 1 quinzenário ("O Sentinela") e de uma banda musical.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As festas relativas à Nossa Senhora Medianeira de Tôdas as Graças, padroeira da Paróquia de Itaguaçu, e à Nossa Senhora Auxiliadora, padroeira da paróquia de Itarana, constituem tradição municipal.

Casa de Saúde e Maternidade Santa Bárbara (particular).

VULTOS ILUSTRES — O Doutor Izidoro Zanotti, literato de projeção e autor de vários trabalhos sôbre a Organização das Nações Unidas (ONU), onde, atualmente, colabora, é filho de Itaguaçu.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Há, no município, alguns acidentes geográficos que, pelo aspecto pitoresco, atraem a atenção do visitante. Dentre êstes, sobressaem-se a Pedra Paulista, com 600 metros de altitude, a de Itaguaçu, origem do atual nome do município, e o pico do Caparaó, com 850 metros de altitude.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O patronímico dos residentes no município é itaguaçuense. O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém, no município, uma Agência Postal e duas Agências Postais-telegráficas. Na cidade, localiza-se um estádio para a prática de esportes. No pleito de 1954, o número de eleitores em Itaguaçu era de 4 857. O atual Legislativo é composto de 9 vereadores. É Prefeito do município o Sr. Humberto Biasutti.

(Elaboração de Hésio Carneiro — Agente de Estatística).

ITAPEMIRIM — ES

Mapa Municipal na pág. 145 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo os estudiosos dos topônimos capixabas, o nome do município é composto de: *ita* — pedra; *pé* — caminho; *mirim* — pequeno = caminho de pedra pequena.

Sôbre os primeiros povoadores da costa do Itapemirim, Antônio Marins, em seu livro "Minha Terra e meu Município", afirma: "já lá estavam elles ao expirar do XVI século (1690-1700)".

As terras férteis de Itapemirim, entrecortadas por vários rios e lagoas, ofereciam frutos nativos em abundância, caça fácil, além de pesca volumosa, em seu vasto litoral. Os seus primitivos habitantes foram os índios Goitacazes. Os primeiros estranhos a se deslocarem para o município foram os habitantes de Guarapari e os padres da Companhia de Jesus, êstes últimos estabelecendo-se na Fazenda da Muribeca, onde erigiram a famosa igreja dedicada a Nossa Senhora das Neves, ainda existente, restaurada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em 1700, Domingos Freitas Bueno Caxanga, Pedro Silveira e outros, vindos da Bahia, atraídos pela propaganda que das terras itapemirinenses faziam os herdeiros ou sucessores do coronel Francisco Gil Araújo, nelas se radicaram. Caxanga tomou posse de sua gleba e montou engenho de açúcar. Falecendo, os seus bens passaram aos herdeiros e dêstes ao sargento-mor Inácio Pedro Cacunda, que fêz transferência, em 1754, a Balthazar Caetano Carneiro e Pedro Bueno, os quais, efetivamente, iniciaram o desbravamento da região, e deram maior desenvolvimento ao engenho adquirido de Cacunda. Instalaram novo engenho no lugar denominado Belo, depois Fazendinha. Cacunda levantara uma igreja a Nossa Senhora do Patrocínio e que serviu de Matriz, desde 1769 até 1825. Houve outra capela, dedicada a Nossa Senhora do Amparo, padroeira do município; serviu de Matriz, de 1825 a 1855. Nesse

Grupo Escolar Narciso de Araújo.

ano, foi benta a nova Matriz, levantada pelo missionário capuchinho Frei Paulo Antônio Casanovas, de 1847 a 1855. Aí foram colocadas as imagens, o batistério, as alfaias, o sino e outros objetos trazidos da igreja de Nossa Senhora da Conceição do Castelo, quando os desbravadores dessa região desceram, fugindo dos índios. Frei Casanovas foi considerado o apóstolo do Itapemirim.

Em março de 1769, foi criada a freguesia; e em 1711, por Carta régia, o distrito. Entre 1789 e 1800, Balthazar Carneiro transferiu a sua propriedade ao capitão José Tavares de Brum residente ao lado norte do Rio Itapemirim e que obteve, em 1814, a Carta de Sesmaria do Govêrno Português. Pelo Alvará de 27 de junho de 1815, foi criado o município de Itapemirim e instalado a 9 de agôsto do ano seguinte. Em 1802, o sargento-mor José Marcellino da Silva Lima, chegado a Benevente e, enviuvando, casou-se com a filha do capitão José Tavares de Brum, passando a residir na Fazenda Muqui, situada na confluência do Muqui com o rio Itapemirim. Em dezembro de 1846, José Marcellino foi agraciado com o título de barão do Itapemirim e por muitos anos consecutivos exerceu o cargo de vice-Presidente da Província. Por essa época, também residiram no solo itapemirinense os "Moços da

Vista da praia de Marataízes.

Areia", como eram chamados os Gomes Bittencourt, de Campos, os quais, embora inimigos do barão, como êste, muito fizeram pelo município. Viviam os Gomes Bittencourt dominando o lado norte do Itapemirim e o barão, todo o lado sul. Aquêles pararam pouco além das terras do hoje Aquidabã (em Cachoeiro de Itapemirim), e êste pelas terras do Bananal, hoje Pacotuba. Em 1845, a Vila continha mais ou menos 80 casas cobertas de palha, em volta de uma praça em cujo centro se erguia uma fôrca. Em 7 de setembro de 1860, o imperador D. Pedro II honrou Itapemirim e Rio Novo do Sul com a sua visita. Nessa oportunidade, os "Areias", inimigos figadais do barão de Itapemirim, conseguiram, por manobra política, isolar o imperador, hospedando-o em sua fazenda. O barão, que

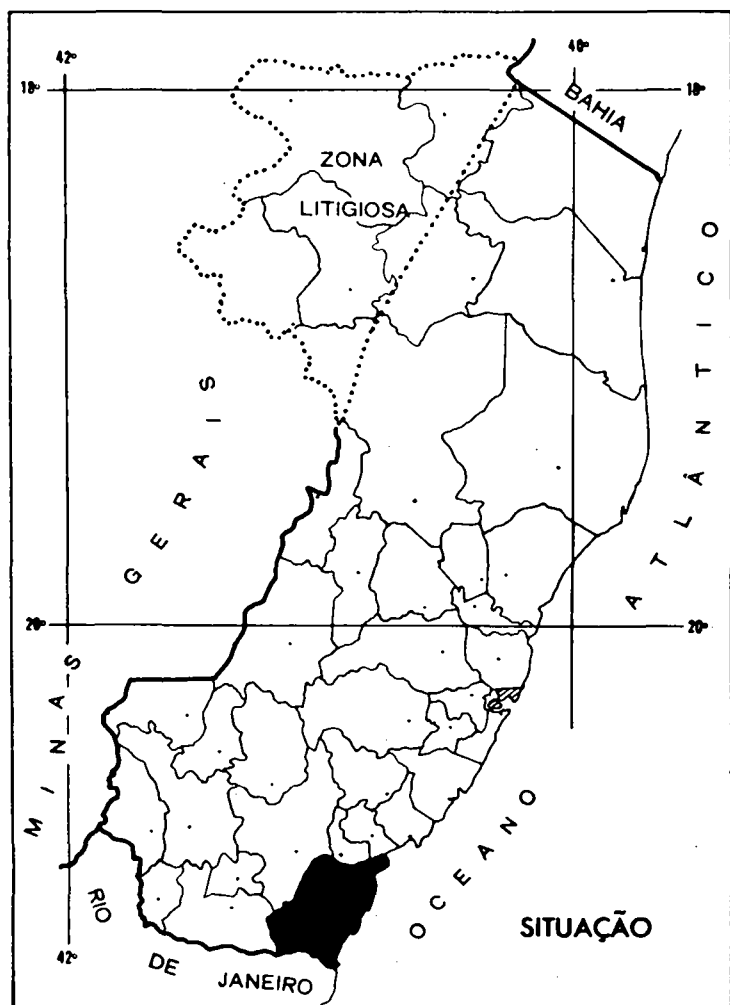
Rua Anphilóquio Moreno.

contava, como certo, ser o anfitrião do ilustre soberano, vendo-se preterido, pois havia mandado decorar luxuosamente sua Fazenda, para o régio hóspede, ferido em seu orgulho, falecia, poucos meses depois. Em sua Fazenda existiam duas belas telas, uma retratando o imperador e outra a imperatriz, trabalhos do pintor Carvalheiro de Almeida e que até hoje são conservadas como relíquias no Salão Nobre da Prefeitura Municipal.

A Lei Provincial n.º 5, de 23 de março de 1835, criou as comarcas de Itapemirim, Vitória e São Mateus. Assim cobriam o sul, centro e o norte da Província. A de Itapemirim foi extinta em 1844 e restaurada em 1852. Depois foi suprimida, restabeleceu-se em 1895, ocorrendo a reinstalação em 20 de abril de 1896. A terceira supressão efetivou-se em 23 de agôsto de 1931, pelo Decreto n.º 1 573, do dia anterior, sendo, logo após, restabelecida. Na divisão administrativa de 1911, o município tem os distritos de Itapemirim e Barra do Itapemirim. Em 1933, passou a ter os distritos de Itapemirim, Barra do Itabapoana e Frade, êste desmembrado do distrito da sede. No qüinqüênio 1944-1948 manteve-se a mesma divisão, mas o distrito de Frade passou a denominar-se Itapecoá. Pela Lei n.º 265, de 22 de outubro de 1949 manteve-se, ainda, a mesma di-

Prefeitura Municipal.

visão, mas o distrito de Barra de Itabapoana passou a ser designado Batalha, sendo, portanto, Itapemirim, Batalha e Itapecoá o quadro territorial e administrativo atual. A comarca foi criada a 23 de março de 1835, suprimida por duas vêzes e, finalmente, estabelecida em 1931 até a presente data. Compõe-se de um só têrmo — o de Itapemirim.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itapemirim está situado no sul do Espírito Santo, limitando-se com os municípios de Iconha, Rio Novo do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul, Estado do Rio de Janeiro e Oceano Atlântico. Dista 95 km da capital Estadual, em linha reta. Coordenadas gegráficas da sede municipal: 21° 00' 32" de latitude Sul e 40° 29' 58" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A sede municipal está a 16 metros de altitude.

CLIMA — Variável, com temperatura entre 18 e 30 graus centígrados.

ÁREA — É de 1 250 quilômetros quadrados.

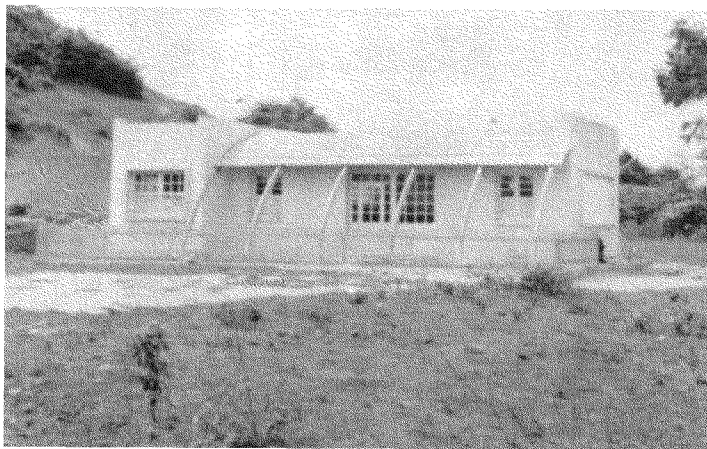
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios Itapemirim, Itabapoana, Novo e Muqui do Norte são os principais acidentes geográficos. Existem, ainda, as ilhas Itaputera e dos Franceses, a primeira localizada na foz do rio Itapemirim. A Pedra do Frade (cêrca de 370 metros), nos limites com Cachoeiro de Itapemirim, é o ponto mais elevado do município.

RIQUEZAS NATURAIS — Incidências de areias monazíticas; argila, empregada na fabricação de telhas e tijolos; areia para construção e madeiras em geral constituem as riquezas naturais da comuna. Os 27 302 hectares de matas existentes em 1950 correspondiam a 26,35% do total da área dos 1 163 estabelecimentos agrícolas recenseados.

POPULAÇÃO — Segundo o último Censo, a população do município compunha-se de 28 741 habitantes (14 653 homens e 14 088 mulheres). Dentre as pessoas de 15 anos e mais, 6 242 eram solteiras, 8 025 casadas, 3 desquitadas e 1 062 viúvas. Localizavam-se na zona rural 90,36% da população total de Itapemirim. Densidade demográfica: 22,99 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — Citam-se 3 aglomerações urbanas no município: a cidade de Itapemirim, com 2 565 habitantes e as vilas de Batalha e Itapecoá, com 170 e 37 habitantes, respectivamente. A população da cidade representa 8,92% do total de habitantes do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A cana-de-açúcar constitui a principal fonte de riqueza agrícola. Com a produção, em 1956, no valor aproximado de 32,8 milhões de cruzeiros, contribuiu com 62,15% do valor total da produção agrícola do município. Seguem-se o café (5,2 milhões de cruzeiros), o arroz (3,8), a mandioca brava (3,6), a mandioca mansa (1,9) e a batata-doce (1,4 milhões de cruzeiros). Os seis produtos citados representavam 92,36% do valor da produção agrícola local. A produção do pescado, em 1956, foi estimada em 131 toneladas, no valor de 1,2 milhões de cruzeiros. As espécies mais representativas são: robalo, pescada, sarda, garoupa, cação,

Igreja-Matriz de N. S.ª do Amparo.

Serviço de tratamento e abastecimento de água.

peroá e pargo. Na pecuária, Itapemirim situa-se em 3.º lugar dentre os municípios do Estado, produtores de gado bovino (48 600 cabeças). Produz, anualmente, cêrca de 4,5 milhões de litros de leite. Na atividade industrial merece destaque a produção de açúcar que atingiu, em 1956, 6 491 toneladas, no valor aproximado de 54 milhões de cruzeiros. Nesse ano, foram produzidos 615 mil litros de álcool e 61 mil, de aguardente, nos valores respectivos de 3,7 e 0,4 milhões de cruzeiros. O leite beneficiado (1,6 milhões de litros) rendeu 6,4 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO E BANCOS — Funcionam no município 4 estabelecimentos atacadistas e 213 varejistas. O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Rio de Janeiro. Existe um correspondente bancário na cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Itapemirim está ligado às sedes municipais limítrofes e às capitais Estadual e Federal pelos seguintes meios de transporte: Cachoeiro de Itapemirim: 1) rodoviário, 56 km; 2) ferroviário, 51 km; 3) aéreo, 30 km. Iconha: rodoviário, 41 km. Mimoso do Sul: rodoviário, 94 km. Rio Novo do Sul: rodoviário, 59 km. São João da Barra, RJ: rodoviário, 85 km. Capital do Estado: rodoviário, 155 km. Capital Federal: rodoviário, 476 quilômetros.

No município funcionam 4 Agências Postais-telegráficas mantidas pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, e 4 Postos Telefônicos da Cia. Telefônica do Espírito Santo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 26 logradouros públicos, dos quais 20 servidos por luz elétrica e água

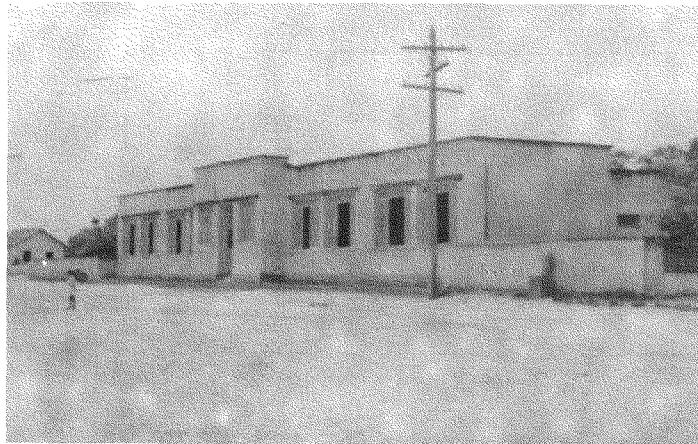
Avenida Governador Francisco Lacerda de Aguiar.

canalizada. Apenas um logradouro é pavimentado a paralelepípedos. Edifícios mais importantes: igrejas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora dos Navegantes, Prefeitura Municipal e Grupos Escolares Narciso de Araújo e José Marcelino.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Govêrno do Estado presta assistência médico-sanitária através de 1 Pôsto de Higiene e 1 de Saúde. A Policlínica dos Pescadores, mantida pelo Ministério da Agricultura, proporciona assistência médica e odontológica aos membros da Colônia Z-8. A população é servida por 1 médico, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. Funcionam cinco farmácias em todo o município.

COOPERATIVISMO — A Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana Sul Espírito Santo congrega os trabalhadores das plantações de cana-de-açúcar.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo último Censo (1950), as pessoas de 5 anos e mais totalizavam 23 280, sendo que 5 186 (22,28%) sabiam ler e escrever. Dêsse total, 3 002 eram homens e 2 184 mulheres.

Ensino — Em 1956, estiveram em funcionamento 59 escolas, 43 estaduais e 13 municipais, ministrando ensino fundamental comum, com 2 011 alunos de ambos os sexos.

Grupo Escolar José Marcelino

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	323	1 735	755	228	837
1951	1 524	1 977	641	293	326
1952	882	3 077	635	231	498
1953	1 088	3 578	1 055	223	1 362
1954	933	3 863	1 118	225	1 533
1955	1 466	5 505	1 520	225	1 261
1956	2 767	5 781	1 450	357	1 450

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — As igrejas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Neves constituem os monumentos históricos do município. A primeira está localizada na cidade. A segunda, construída pelos Jesuítas, situa-se nos campos da Muribeca, no distrito de Batalha.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As manifestações populares mais importantes têm cunho religioso. São as seguintes: procissão de Nossa Senhora do Amparo, reali-

Usina Paineiras S. A. produtora de açúcar e álcool.

zada no dia 8 de setembro; procissão de Nossa Senhora das Neves, levada a efeito no dia 5 de agôsto — a mais concorrida, atraindo fiéis dos municípios vizinhos, principalmente de São João da Barra e Campos, no Estado do Rio, e, finalmente, a procissão marítima em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, da qual participam, em fila, as pequenas embarcações da localidade, a primeira delas conduzindo a imagem da Virgem e a bandeira do Divino Espírito Santo. É realizada em um domingo do mês de março.

VULTOS ILUSTRES — Domingos Martins — Tomou parte ativa na revolução pernambucana de 1817, em prol da Independência. Foi eleito representante do comércio na Junta Governativa Revolucionária. Conduzido prêso para a cidade do Salvador, aí foi arcabuzado, a 12 de julho de 1817.

Nasciso de Araújo — Príncipe dos poetas capixabas, também é filho de Itapemirim.

Laticínios Safra.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — Marataízes, com sua praia maravilhosa de areias radioativas, e residências modernas e confortáveis, constitui a maior atração turística do município.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os munícipes recebem o patronímico de itapemirinenses. No município funcionam 4 cinemas — Ideal, Bromana, São José e Atlântico, e ainda 2 clubes desportivos. Há 1 campo de pouso para aviões do tipo teco-teco. A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores. O atual Prefeito é o Senhor Waldir Alves.

(Elaboração de Elihú de Carvalho Gouvêa — Agente de Estatística).

IÚNA — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do território que constitui o atual município de Iúna originou-se, nos primórdios da segunda metade do século passado, em conseqüência da expansão dos núcleos circunvizinhos de Alegre, Guaçuí e Manhumirim, êste último do Estado de Minas Gerais. Dentre os pioneiros da região, destaca-se José Joaquim Ferreira Vale, fazendeiro ali estabelecido em meados do século dezenove e que doou, em 1855, terreno para a construção de uma capela — a primitiva capela da Pureza da Povoação do Rio Pardo, edificada, em 1858, por Antônio de Souza Barros e outros. Êsse pequeno templo arruinou-se. Em 1879, iniciou-se a construção da igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens, pelo missionário Camilo Bareil e o vigário José Maria Dias.

Nossa Senhora Mãe dos Homens é a padroeira do município.

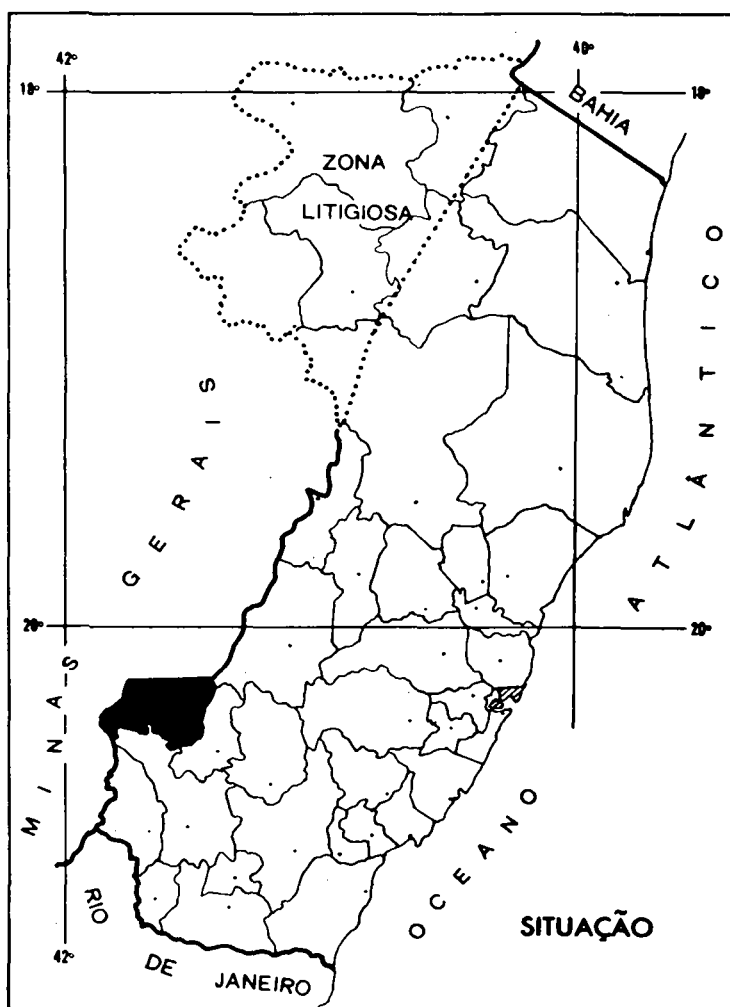
Localizado, em sua maior parte, nos chapadões do sistema Caparaó, suas terras, além de produzirem um dos melhores tipos de café do Espírito Santo, apresentam, ainda, condições climáticas favoráveis a algumas culturas típicas do sul do país. Êstes os motivos que, certamente, estimularam a afluência do elemento alienígena e o conseqüente desenvolvimento de uma povoação, às margens do Rio Pardo, elevada à paróquia em 14 de julho de 1859, e sede de distrito (Lei provincial n.º 10), com a denominação de São Pedro de Alcântara. A carência, entretanto, de vias de penetração ou de escoamento para seus produtos, e, principalmente, a sua localização, a grande distância de Cachoeiro de Itapemirim, por longo tempo, o único entreposto de todo o sul do Espírito Santo, constituíram os fatôres negativos à continuidade do seu progresso. Por isso mesmo, sua emancipação político-administrativa só ocorreu a 24 de outubro de 1890, quando, por Decreto estadual, foi criado o município, com território desmembrado do de Cachoeiro de Itapemirim, verificando-se, a 3 de março do ano seguinte, a sua instalação oficial. Por Decreto estadual de 11 de novembro de 1938, foi a vila de Rio Pardo elevada à categoria de cidade. De acôrdo com a última divisão territorial, o município é formado de quatro distritos, a saber: Iúna, Ibatiba, Irupi e Pequiá. Criada a comarca, em 12 de novembro de 1890, foi posteriormente, suprimida, passando o município a pertencer à de Espírito Santo do Rio Pardo, hoje município de Muniz Freire, como têrmo

Vista parcial da cidade.

judiciário. Restabelecida mais tarde, conserva-se, até à presente data, como comarca de 1.ª entrância.

O Correio foi instalado a 2 de abril de 1881, e o telégrafo, a 18 de novembro de 1938. Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município de Rio Pardo passou a denominar-se Iúna. O topônimo Rio Pardo ou Iúna fundamenta-se na côr das águas do pequeno rio que banha a cidade. Mesmo nas épocas do estio as suas águas mantêm a tonalidade escura, fenômeno que se explica pela coloração das terras que compõem grande parte de seu leito.

A Câmara Municipal compõe-se, atualmente, de nove edis, sendo o atual Prefeito o Senhor José Prottes.

LOCALIZAÇÃO — O município de Iúna situa-se na Zona Fisiográfica Serrana do Sul, confrontando-se com os municípios de Laginha e Manhumirim, do Estado de Minas Gerais, e Muniz Freire, Alegre e Afonso Cláudio, do Espírito Santo. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 20° 20' 42" de latitude Sul e 41° 32' 04" de longitude Oeste Greenwich. Distância em linha reta da capital do Estado: 129 km. Rumo em relação à Capital: oés-sudoeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 608 metros de altitude.

CLIMA — Apresenta clima de montanha, frio e sêco. O período das chuvas abundantes é de outubro a dezembro.

ÁREA — É de 937 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Avultam as jazidas de manganês, em fase inicial de exploração, merecendo destaque, também, a extração de madeira. A argila que compõe grande parte do solo presta-se, com ótimo rendimento, ao fabrico de telhas e tijolos. Pelo Censo de 1950, verificou-se a existência de 9 429 hectares de matas que correspondiam a 15,68 da área total dos 1 108 estabelecimentos agrícolas recenseados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950 a população de Iúna compunha-se de 24 366 pessoas, sendo 12 399 homens e 11 967 mulheres. Localizavam-se na zona rural 91,23% dos habitantes. Densidade demográfica: 26 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A população urbana estava distribuída pela sede municipal (1 117 pessoas) e vilas de Ibatiba (305), Irupi (452) e Pequiá (262). A cidade de Iúna contava com 4,58% do efetivo populacional do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está alicerçada na agricultura. O café lidera êsse setor, seguido do milho, feijão, cana-de-açúcar e banana. Em 1956, o valor total da produção agrícola foi estimado em 67 milhões de cruzeiros. Naquele ano a produção do café correspondeu a 60% dêsse valor. A extração de manganês — atividade florescente — promete, em futuro bem próximo, contribuir com alta parcela para a economia local. A argila é explorada, em pequena escala, para a fabricação de telhas e tijolos, enquanto que a madeira é utilizada na construção civil e na indústria de móveis. O setor pecuá-

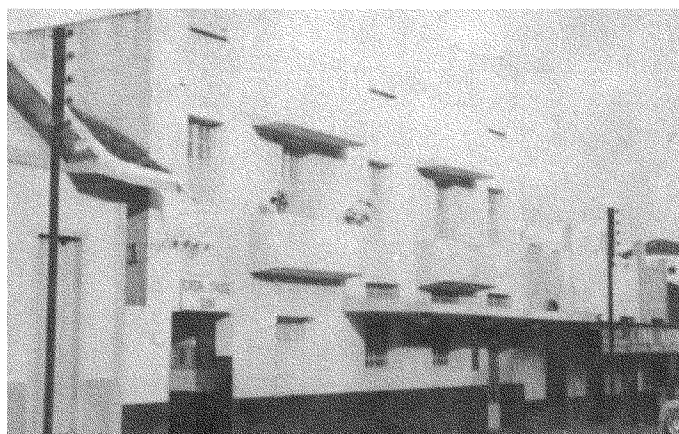
Trecho da Rua Presidente Vargas.

Igreja-Matriz de N. S.ª Mãe dos Homens.

rio abrange a criação de bovinos, suínos, muares e caprinos, exportando-se, em volume considerável, aves e ovos.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, 2 estabelecimentos atacadistas, 15 varejistas e uma agência bancária. Em todo o município contam-se cêrca de 60 estabelecimentos comerciais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A comuna está ligada por estrada de rodagem às suas vilas e povoados e aos municípios vizinhos. São as seguintes as principais rodovias e suas extensões em quilômetros: Iúna —Alegre (77), Iúna—Laginha (60), Iúna—Manhumirim (81), Iúna—Afonso Cláudio, via Ibatiba (78), Iúna—Muniz Freire, via Terra Corrida (27). Na cidade funciona uma Agência Postal-telegráfica e nas vilas de Irupi e de Pequiá, agências postais. Existe, também, na cidade, uma estação radiotelegráfica, de propriedade da Aero-Sita, Serviço Interestadual de Transportes Aéreos S. A.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem esquerda no rio Pardo. Possui 12 logradouros, dos quais 2 parcialmente pavimentados. Na totalidade são dotados de iluminação elétrica pública e domiciliária, e 7 dêles são abastecidos de água encanada. Até fins de 1956, foram feitas 290 ligações elétricas e 180 penas dágua. No tôpo de um morro que se ergue próximo à cidade, acha-se o campo de pouso municipal, com 20 × 1 400 metros de pista. Possui a cidade 2 hotéis e duas pensões.

Casa de Saúde e Maternidade de Iúna.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade conta com 3 médicos e 4 dentistas. Há um Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno Estadual, e uma casa de Saúde e Maternidade.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, das 19 824 pessoas presentes no município, de 5 anos e mais de idade, 22% eram alfabetizados.

Ensino — Em 1956, existiam, em todo o município, 60 unidades de ensino primário fundamental comum, das quais 8 mantidas pelo Govêrno municipal. Havia duas unidades de ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	365	2 061	1 060	270	1 325
1951	451	3 708	778	368	860
1952	430	3 297	1 180	466	412
1953	537	2 927	1 809	452	590
1954	666	3 184	1 451	388	928
1955	761	3 649	1 805	408	4 958
1956	730	6 870	1 890	648	1 890

(Elaboração de Arnulpho de Araújo — Agente de Estatística).

LINHARES — ES

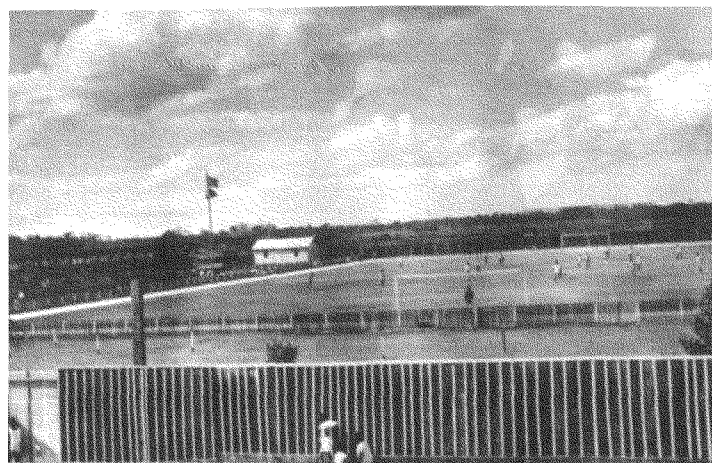
Mapa Municipal na pág. 109 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira expedição ao rio Doce foi organizada por Sebastião Fernandes Tourinho que, em 1572, explorando alguns afluentes de seu curso superior, regressou com notícias sôbre a existência de esmeraldas e metais preciosos naquela região. Posteriormente, os bandeirantes Dias Arzão, Antônio Dias Adôrno, Marcos de Azeredo Coutinho e Martins Cão, em épocas distintas, utilizaram a rota natural do rio Doce para a memorável jornada de expansão e reconhecimento do solo brasileiro. A origem, entretanto, da atual cidade de Linhares é mais recente e remonta à última década do século dezoito, quando o Governador da capitania, Antônio Pires da Silva Pontes, promovendo o levantamento da bacia do rio Doce, desde a sua foz até a cachoeira das Escadinhas, instalou, ao longo dêsse percurso, vários quartéis de pedestres ou postos militares a fim de evitar surprêsas dos gentios, conter o desvio do ouro que descia das Minas Gerais com destino a Portugal e assegurar as exigências do fisco. Daí surgiu a aldeia de Coutins, sede de um dêsses destacamentos mi-

Vista parcial da cidade.

Ponte Getúlio Vargas, sôbre o rio Doce.

litares. Vitimada nos albores de sua existência por ataques dos Botocudos, índios que habitavam a região, formou-se, mais tarde, sôbre os seus escombros, uma nova povoação a quem o Governador Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, quando de sua visita ao rio Doce, em 1809, deu o nome de Linhares, como homenagem a D. Rodrigo de Souza Coutinho, então agraciado com o título nobiliárquico de conde de Linhares. Nesse ano, ali chegava o fazendeiro João Felippe Calmon Du Pin e Almeida, um dos poucos a atender ao convite do Governador Tovar que por essa época achava-se vivamente empenhado no desenvolvimento da região. Natural da Bahia e afazendado primitivamente em Benevente, João Felippe Calmon foi um dos precursores da prosperidade de Linhares, formando na sesmaria que lhe fôra doada o primeiro estabelecimento racional da agricultura a que denomiou Fazenda Bom Jardim e onde chegou a experimentar a cultura do trigo e do linho.

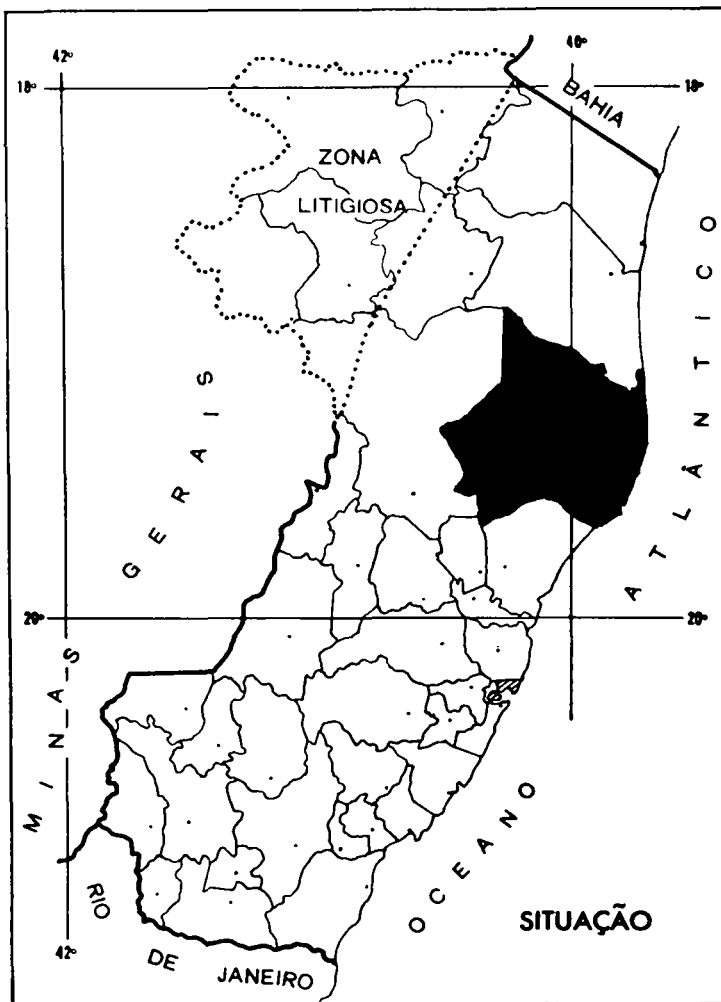
As divisas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares foram estabelecidas a 23 de março de 1832 e sua elevação à categoria de vila, sede e município verificou-se a 2 de abril de 1833. A 22 de agôsto dêsse mesmo ano, depois de empossado perante a Câmara Municipal de Reis Magos, realizou o Legislativo de Linhares a sua sessão inaugural, efetivando-se, assim, a emancipação político-administrativa do município. Em 1860, o município recebeu a visita do imperador D. Pedro II. Na excursão que Sua Magestade fêz à Lagoa Juparanã, desembarcou na ilha que em sua homenagem passou a denominar-se ilha do Imperador. A Lei estadual n.º 153, de 27 de novembro de 1895, criou a comarca de Linhares. Por motivos de ordem econômica, todavia, a Lei n.º 384, de 25 de setembro de 1900, suprimiu-a, passando o município a constituir têrmo judiciário da comarca de Santa Cruz. Dado o esfôrço e a persistência dos linharenses foi-lhes restituída a comarca, pela Lei n.º 1, de 26 de outubro de 1906. A instalação se deu a 23 de fevereiro do ano seguinte. A Côrte de Justiça do Estado, atendendo, no entanto, às razões apresentadas pelo Dr. Francisco de Paula Wanderley, Juiz de Direito em exercício, resolveu autorizá-lo a fixar residência em Colatina, distrito de Linhares que já contava com a Estrada de Ferro Vitória a Minas e oferecia, por isso mesmo, melhores condições sócio-econômicas. Com isto, a 20 de agôsto de 1907, transferia-se para Colatina a sede da comarca de Linhares.

Praça de Esportes Guilherme A. Carvalho.

Vista de uma lavoura de cacau.

Três meses mais tarde, o coronel Alexandre Calmon, liderando um movimento favorável a Colatina, pois que ali residia, conseguiu, auxiliado pelo Dr. Xenócrates Calmon, a aprovação da Lei n.º 488, de 22 de novembro, que transferia para Colatina, também, a sede do município. Despojada das sedes de comarca e de município e com a estagnação do transporte fluvial então preterido pelo ferroviário, Linhares atravessou longo período de declínio e só conseguiu recuperar-se, econômicamente, a partir de 1918, quando a cacauicultura foi introduzida nas terras do baixo curso do rio Doce, por Filogônio Peixoto e Antônio de Negreiros Pêgo.

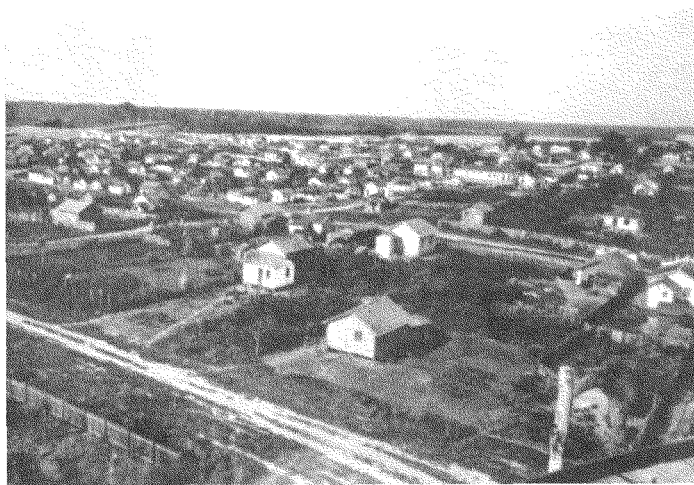
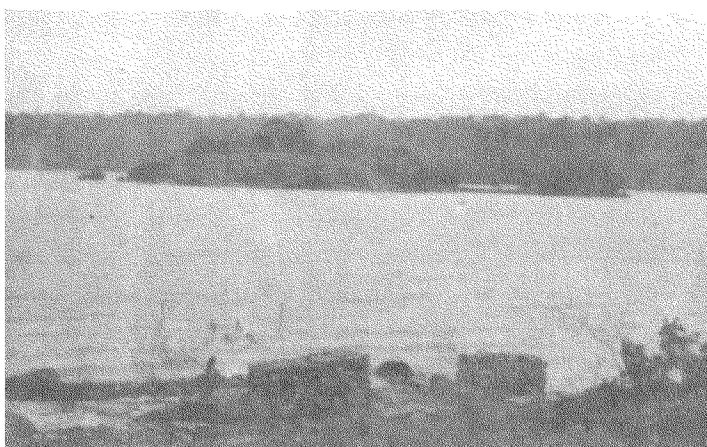
Em 1921 (Lei estadual n.º 1 307, de 30 de dezembro), tendo Colatina recebido foros de cidade, a comarca e o município de Linhares passaram àquela denominação, ficando o topônimo Linhares circunscrito apenas ao distrito. Em 1945, restabeleceu-se o município de Linhares, com território desmembrado do de Colatina. A mesma lei que o restabeleceu, desligou-o da jurisdição de Colatina e anexou-o à comarca de Aracruz. A Lei estadual de 28 de dezembro de 1948 restaurou, definitivamente, a comarca de Linhares. O município, pela última divisão territorial, formava-se dos distritos de Linhares, Desengano, Regência, Rio Bananal e São Rafael.

Vista aérea da cidade.

LOCALIZAÇÃO — Linhares situa-se na Zona Fisiográfica de Vitória, limitando-se com os municípios de São Mateus, Colatina, Ibiraçu e Aracruz. A cidade, em linha reta, dista de Vitória cêrca de 104 quilômetros e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 19º 24' 20" de latitude Sul e 40º 04' 05" de longitude Oeste de Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está situada a 28 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O clima do município é quente com inverno sêco e chuvas no verão. A temperatura registrada em 1956 apresentou as seguintes variações, em graus centígrados: média das máximas 31,68 e média das mínimas 17,6. A precipitação pluviométrica, média do período 1953-1956, foi de 1 111 milímetros.

ÁREA — Com 4 049 quilômetros quadrados, Linhares ocupa, no Espírito Santo, o segundo lugar entre os municípios de maior extensão territorial.

Vista parcial da cidade.

Ilha do Imperador, na lagoa Juparanã.

RIQUEZAS NATURAIS — Localizam-se no município duas importantes reservas florestais, a Sooretama e a de Linhares, mantidas, respectivamente, pela União e pelo Estado. Os 120 957 hectares em matas existentes nos 2 284 estabelecimentos recenseados em 1950 correspondiam a 69,61% da área total daquelas propriedades. A piscosidade de seus rios e lagoas — entre estas a Juparanã — e a caça que se verifica com mais freqüência nos limites com o município de São Mateus constituem riquezas animais.

POPULAÇÃO — A população do município, em consonância com os dados censitários de 1950, era de 29 381 habitantes (15 567 homens e 13 814 mulheres), localizados, em sua maioria, na zona rural, cêrca de 88,57%. A percentagem correspondente para a cidade era de apenas 10%.

Aglomerações urbanas — A cidade de Linhares com 2 939 habitantes e a vila de Regência com 199, formavam os núcleos urbanos do município por ocasião do Censo de 1950. Posteriormente, em face da expansão demográfica da região, surgiram as vilas de rio Bananal, Desengano e São Rafael que, segundo estimativas atualizadas, contam com 950, 600 e 580 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica da comuna reside na agricultura. Das 9 448 pessoas de 10 anos e mais, econômicamente ativas, recenseadas em 1950, dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" 86,08%. Em 1956, o valor da produção agrícola foi de 78,5 milhões de cruzeiros. O cacau constituía, então, o produto dominante, cabendo-lhe 63,72% (3 000 t) daquele valor. O café, cultura que nos últimos anos vem tendo largo incremento nas zonas interioranas do oeste e noroeste, contribuiu com 30,9% (1 654 t) do valor da produção agrícola. As demais culturas, como a mandioca, o feijão e a batata-doce, não chegavam a se destacar no confronto geral. Dos 45 milhões de cruzeiros correspondentes ao rebanho pecuário estimado para 1956, os efetivos bovino com 13 000 cabeças, eqüino com 5 000, suíno com 5 100 e muar com 1 600 cabeças contribuíam, respectivamente, com .... 54,84%, 27,75%, 9,06% e 7,1%. A produção industrial do município é de pequeno vulto. Dos 83 estabelecimentos pesquisados em 1956, apenas 9 unidades industriais, onde se incluem 5 serrarias mecânicas, empregavam 5 ou mais operários. As restantes ocupavam-se quase que exclusivamente com o beneficiamento de café e cereais. Consumo médio mensal de energia elétrica: 8 100 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade contam-se 80 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas. Em todo o município somam 270 os estabelecimentos varejistas. Duas Agências, a da Caixa Econômica Federal e a do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo, representam os estabelecimentos de crédito da comuna. Linhares mantém transações comerciais direta e principalmente com a praça de Vitória.

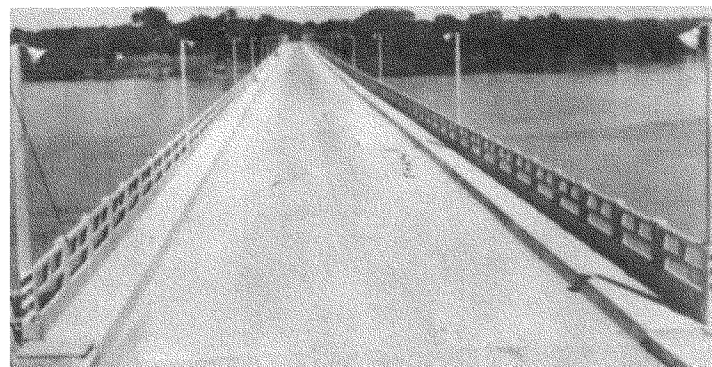
MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por estradas de rodagem que o ligam às cidades de Vitória (142 km), Colatina (130 km), São Mateus (122 km), Aracruz (58 km) e Ibiraçu (84 km). O transporte fluvial, feito em geral por canoas motorizadas, representa papel relevante no abastecimento das populações ribeirinhas do rio Doce e das lagoas da região. Próximo da sede, um campo de pouso é comumente utilizado por aparelhos tipo teco-teco.

ASPECTOS URBANOS — Na cidade contam-se 264 residências com iluminação elétrica. A população local está sendo dotada de água tratada tècnicamente. Para isso o Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.) concluiu, recentemente, moderna estação de tratamento dágua. O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém um serviço Postal-telegráfico na cidade e serviços postais nas vilas de Rio Bananal e Regência. Há, na cidade, 5 hotéis, 9 pensões e 1 cinema, com capacidade para 400 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servem à população local 2 médicos, 2 dentistas, 3 farmacêuticos, havendo 3 farmácias em funcionamento.

ASSISTÊNCIA TÉCNICO-SOCIAL — Mantido por um convênio tríplice (Govêrno dos E.U.A., da União e do Estado), funciona na sede municipal o Escritório Técnico de Agricultura que presta valiosa assistência técnico-social aos cacauicultores.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados censitários de 1950 revelam que das 23 777 pessoas de 5 anos e mais, existentes no município, apenas 6 499 (27,33%) sabiam ler e escrever. Na cidade, entretanto, a percentagem dos alfabetizados era bem superior, ou seja, 59,48%.

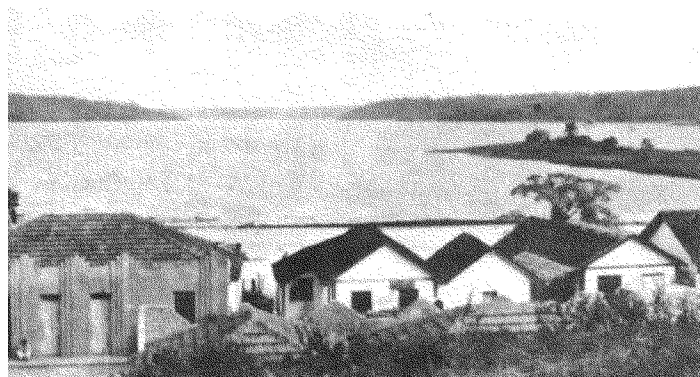
Ensino — Em 1956, funcionaram em todo o município 80 unidades do ensino primário fundamental comum. Funcionam, ainda, o Ginásio Afrânio Peixoto e a Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima, mantidos, respectivamente, pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e pelas Obras Pavonianas, estando o primeiro localizado na sede municipal e o segundo, na vila de Rio Bananal.

Lagoa Juparanã.

Finanças Públicas

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1951	—	...	1 001	413	979
1952	—	2 473	1 104	511	1 315
1953	—	3 817	1 327	515	1 189
1954	—	4 596	1 431	595	1 333
1955	—	5 365	3 485	1 186	3 408
1956	2 180 (1)	10 830	3 878	1 949	3 373
1957	—	—	4 495 (*)	2 340 (*)	4 495 (*)

(1) — A Coletoria Federal foi instalada em 1956.
(*) — Dados do Orçamento.

MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na ilha do Imperador, ao centro da lagoa Juparanã, há uma coluna de cimento na qual estão gravadas as datas das visitas do imperador Dom Pedro II (1860) e do Presidente Getúlio Vargas (1954). Na Praça Regis Bitencourt ergue-se, também, um mastro em cujo pedestal está afixada uma placa de bronze comemorativa da inauguração da Ponte Getúlio Vargas, sôbre o rio Doce, ponte que mede 636 metros de comprimento, construída no Govêrno de Jones dos Santos Neves.

MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A festa tradicional do município é a que se realiza a 8 de dezembro de cada ano, dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

Outro aspecto da lagoa Juparanã.

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — Pela sua bravura e destemor, a história registra o nome de Bernardo José dos Santos (Caboclo Bernardo), simples pescador que, na madrugada de 7 de setembro de 1887, conduzindo a nado um grande cabo que se prendia à praia, possibilitou o salvamento da tripulação do navio-escola "Imperial Marinheiro" que naufragara nos baixios de Regência na barra do rio Doce. Por êste ato, recebeu da princesa Isabel, em 6 de outubro daquele ano, uma medalha de primeira classe.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — A lagoa Juparanã, se convenientemente aproveitada, poderá tornar-se grande centro de atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O cidadão nascido em Linhares é denominado linharense. O Legislativo municipal compõe-se de 9 vereadores. Por ocasião do último pleito (4-8-1955), havia no município 4 513 eleitores. O atual Prefeito é o Senhor Emi de Macedo Gomes. A cidade possui 1 campo de futebol cercado de madeira, 5 associações desportivas e duas culturais.

(Elaboração de Antônio Balliana — Agente de Estatística).

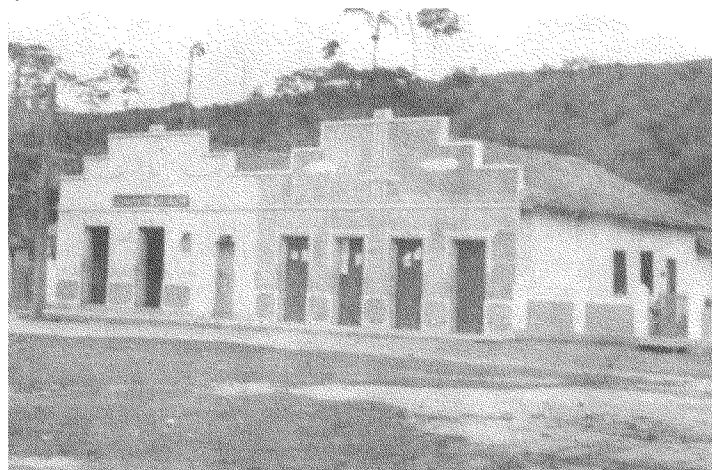
MANTENÓPOLIS — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

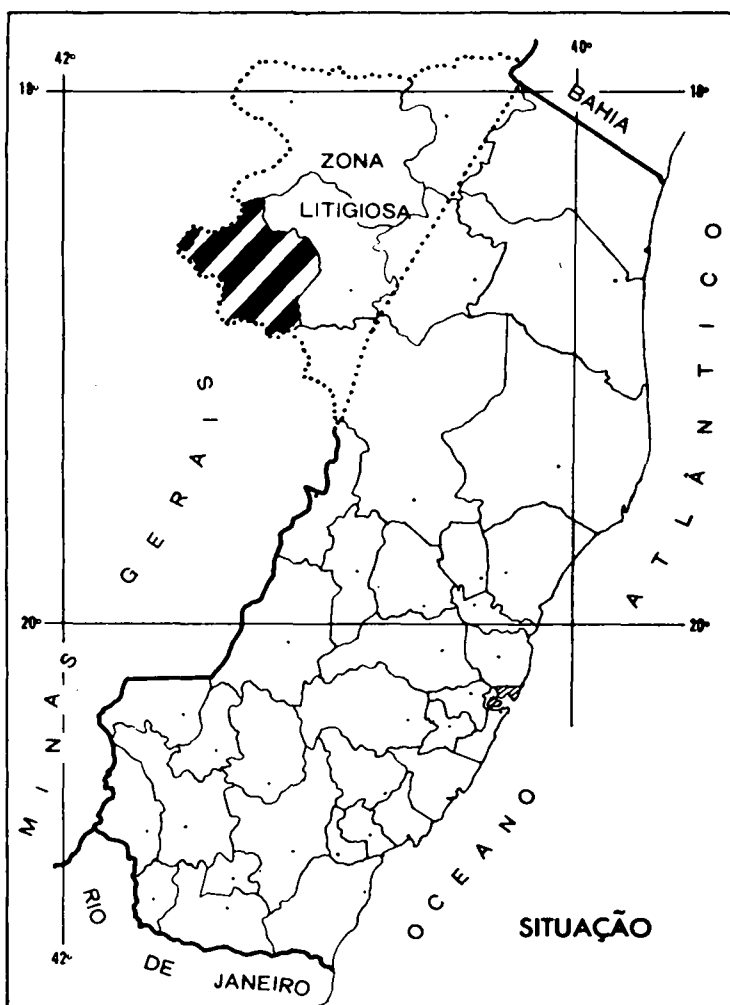
HISTÓRICO — Em 1928, Alexandrino José Ribeiro fixava residência na região que, mais tarde, constituiria o município de Mantenópolis. Graças ao seu dinamismo e de outros cidadãos de igual têmpera, que a êle se juntaram, a mataria espêssa de então foi cedendo lugar a fazendas e terrenos apropriados à lavoura. Surgiram povoados que paulatinamente se desenvolviam com a afluência de novos elementos, à cata de terras férteis e próprias ao cultivo do café. Dado o progresso da região, o então deputado estadual, Floriano Lopes Rubim, submeteu à Assembléia Legislativa anteprojeto de lei dispondo sôbre a criação do município de Mantenópolis. Aceita aquela proposição, surge, finalmente, a Lei n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, criando o município de Mantenópolis, com território desmembrado do de Barra de São Francisco. Sua instalação, entretanto, verificou-se em 1954.

Avenida Presidente Vargas.

Ainda por iniciativa do mesmo deputado, a Lei número 926, de 8 de julho de 1955, cria a comarca de Mantenópolis, a qual se instalou em 25 de agôsto de 1955. Na divisão territorial vigente, Mantenópolis apresenta os eguintes distritos: Mantenópolis (sede), São Geraldo, Ametista e Limeira.

Compõe-se a Câmara Municipal de 9 membros. O primeiro e atual Prefeito é o Senhor Vicente Amaro da Silva.

Prefeitura Municipal.

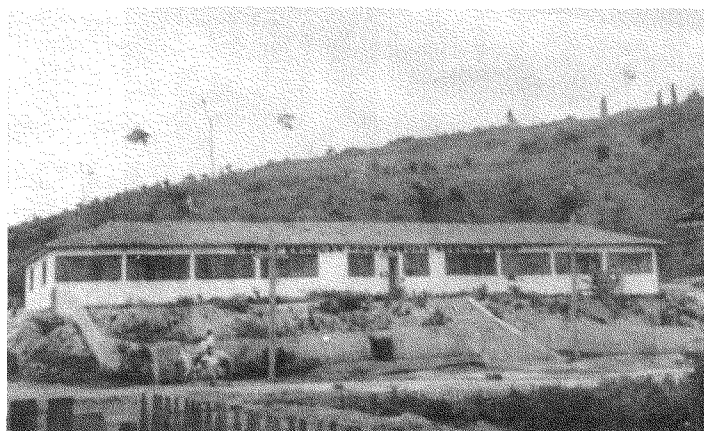
LOCALIZAÇÃO — O município de Mantenópolis localizado na Zona Fisiográfica Norte, limita-se com os municípios de Ecoporanga, Barra de São Francisco, Colatina e

Estado de Minas Gerais. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 18° 52' 48" de latitude Sul e 41° 06' 25" de longitude Oeste Greenwich. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 193 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está situada a 400 metros de altitude, aproximadamente.

CLIMA — O clima, em todo o município, é saudável. Chuvas abundantes ocorrem nos meses de novembro a fevereiro. Temperaturas observadas: média das máximas — 30°C; das mínimas — 15°C e compensada — 22 graus centígrados.

ÁREA — Mantenópolis está situado na região da Serra dos Aimorés, objeto de litígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Segundo o Serviço Geográfico do

Pôsto de Saúde Estadual.

Grupo Escolar Professôra Adelina Lírio.

Estado o município tem a área de 746 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais existentes na comuna são as seguintes: no reino vegetal — madeiras, cuja exploração, entretanto, se faz ainda em pequena escala; e, no reino mineral — areia para construção e barro (argila) empregado na fabricação de telhas e tijolos.

POPULAÇÃO — O Censo demográfico de 1950 abrangeu tôda a região da Serra dos Aimorés, sem discriminar os municípios aí situados. Por falta de base segura para estimativa, deixa-se de indicar a população do município.

Aglomerações urbanas — A cidade de Mantenópolis e as vilas de São Geraldo, Ametista e Limeira constituem as aglomerações urbanas locais.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade agrícola da região é o cultivo do café. Com a produção, em 1956, de 2 400 toneladas, no valor de 40 milhões de cruzeiros, o café contribuiu com 56,92% do valor total da produção agrícola de Mantenópolis. Ocupam também posição relevante as culturas do milho, arroz e feijão que, somadas ao café atingem o montante de 66 milhões de cruzeiros, correspondendo a 93,43% do valor da produção agrícola em 1956. Os rebanhos — constituídos principalmente de bovinos, suínos muares — são avaliados em 31 milhões de cruzeiros. Contavam-se aproximadamente 7 500 bovinos, 6 000 suínos, 1 800 muares e 1 600 eqüinos. A indústria está restrita ao beneficiamento de café. Aguardente, telhas e tijolos são produzidos, em pequena escala.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio na cidade de Mantenópolis é efetuado através de 10 estabelecimentos varejistas, que mantêm transações com as praças de Vitória e Colatina. O Banco de Crédito Agrícola de Colatina possui uma agência na cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado, por transporte rodoviário, às sedes municipais limítrofes de Barra de São Francisco (via Patrimônio da Onça) — 56 km; Colatina — 191 km e Ecoporanga — 120 km. À capital Estadual, por meio de rodovia, 318 quilômetros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade posui seis logradouros públicos, todos servidos de luz elétrica fornecida pela Prefeitura. O serviço de comunicações é efetuado através de uma estação radiotelegráfica do Estado e de uma agência postal.

Cadeia Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Um médico, 1 dentista e 1 farmacêutico prestam assistência à população local. Funciona na cidade a Casa de Saúde Menino Jesus, com 10 leitos. Um Pôsto de Saúde, do Govêrno Estadual, encontra-se em fase de conclusão. Em todo o município, funcionam 8 farmácias.

Ensino — A instrução foi ministrada, em 1956, por 36 escolas do ensino primário fundamental comum. Na cidade existe um grupo escolar òtimamente instalado.

FINANÇAS PÚBLICAS

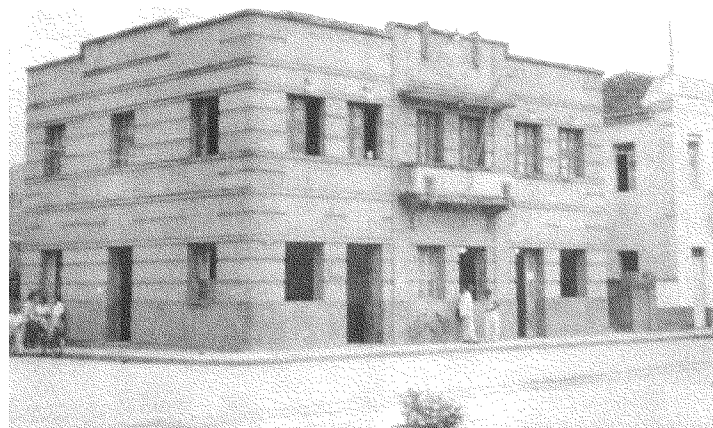
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)			DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Estadual	Municipal		
		Total	Tributária	
1955	5 216	915	408	1 360
1956	9 122	1 772	707	1 582

A arrecadação federal, até o presente momento, vem sendo efetuada pelo município de Barra de São Francisco.

(Elaboração de Elpídio Ribeiro Pimentel — Agente de Estatística).

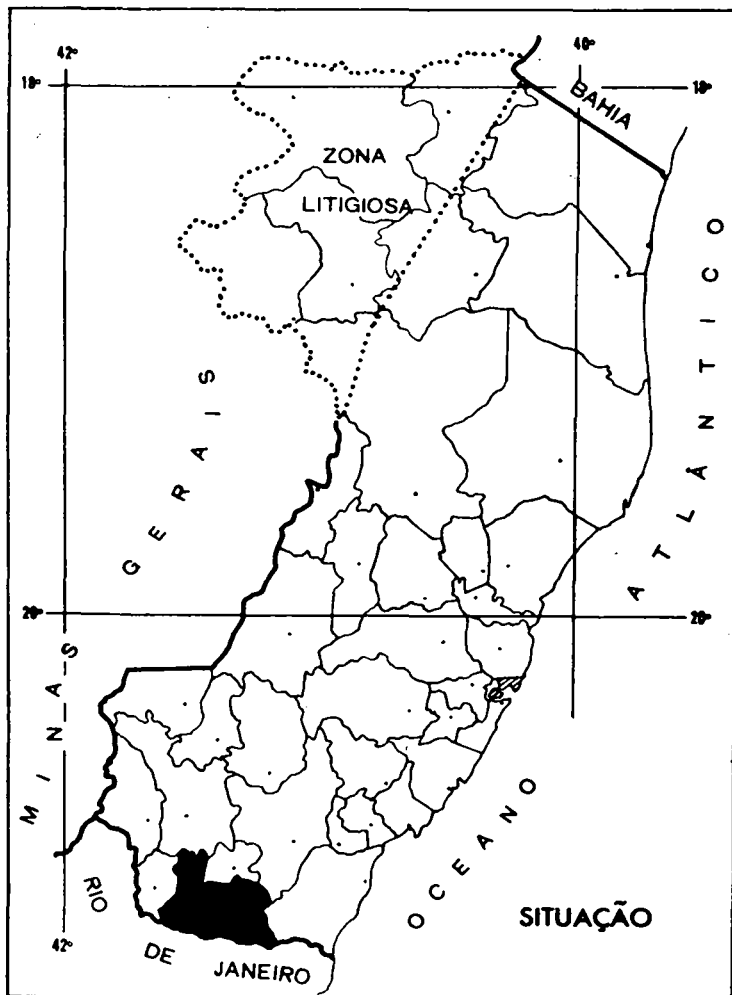
MIMOSO DO SUL — ES

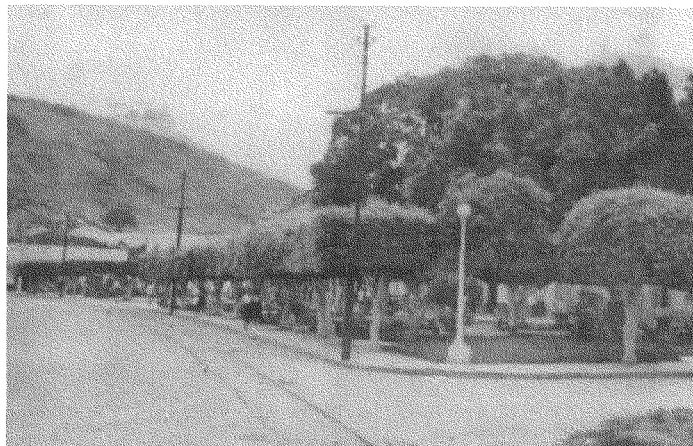
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O desbravamento do território do atual município de Mimoso do Sul data de 1776, quando foi arrematada, por Antônio Pereira da Silva, em hasta pública, uma sesmaria que havia pertencido aos Jesuítas. Dos povoadores, procedentes de Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, originou-se o primeiro núcleo de povoamento, fixado, de início, em Limeira, localidade pertencente à freguesia de Itapemirim, situada à margem esquerda do rio Itabapoana, quase na confluência do ribeiro São Pedro. Sua formação está ligada à navegabilidade do rio até o ponto em que as cachoeiras interceptavam a subida dos que, vindos do litoral, primeiro se aventuraram por essas terras. Limeira constituiu um importante pôrto fluvial. A formação de novos núcleos populacionais encontrou forte obstáculo na malária que grassava, àquela época. A fertilidade do solo, porém, influiu, sobremaneira, no povoamento da região, com a afluência de desbravadores que se dedicaram, principalmente, ao cultivo do café. Em 1852, por iniciativa de Manoel Joaquim Pereira, surgia a povoação de São Pedro. No local em que estava assentada a fazenda Mimoso, foi fundado, em 1858 pelo capitão Ferreira da Silva, o povoado de Mimoso, atual sede do município. A Lei provincial n.º 4, de 26 de novembro de 1863, criou o distrito de São Pedro de Itabapoana. Tendo em vista a distância que os separava da sede administrativa — Cachoeiro de Itapemirim — a que estavam subordinados, agravada pela falta de meios de comunicação, iniciou-se, em 1885, campanha patrocinada pelos elementos locais de maior destaque para a criação do município, cujas condições para a vida política autônoma e administrativa, julgavam indiscutíveis. O povoado de São Pedro de Itabapoana foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial n.º 1, de 29 de julho de 1887. Em face do disposto nessa última Lei, criou-se o município, com território desmembrado do de Cachoeiro de Itapemirim. Por ato do então Presidente Dr. Constante Gomes Sodré, de 5 de novembro de 1890, indicou-se o dia 20 do mesmo ano para a instalação do município recém-criado. O Decreto n.º 103, de 5 de junho de 1891, do então Governador Antônio Gomes Aguirre, eleva a sede municipal à categoria de cidade, sob o nome de Monjardim, em homenagem ao barão de Monjardim, recém-eleito e que tomaria posse no dia seguinte, no cargo de Presidente do Espírito Santo. Em cumprimento ao Decreto de 1.º de março de 1892, o município voltou a chamar-se São Pedro de Itabapoana, passando a integrá-lo o distrito de Mimoso, criado em 7 de dezembro de 1892. O Decreto n.º 64, de 1.º de agôsto de 1896, desmembra parte de seu território para a formação do município de Ponte de Itabapoana. O município de São Pedro de Itabapoana compunha-se do distrito-sede e dos de Barra Alegre, Mimoso, Boa Vista, Conceição do Muqui e Torres ("Divisão Administrativa, em 1911"). A mesma situação figura nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, notando-se a denominação de São José das Torres para o último distrito. Em 1929, o município de Ponte de Itabapoana é suprimido, voltando, com a mesma denominação à condição de distrito. Com os acontecimentos de 1930, um grupo revolucionário chefiado pelo Dr. Gonçalves Ferreira destituiu o Prefeito e fêz dissolver a Câmara Municipal. Por deliberação da Junta Governativa, da qual era Presidente o próprio chefe revolucionário, e Secretário o Senhor José Olímpio de Abreu em ato confirmado pelo Decreto n.º 113, de 26 de novembro de 1930, do Interventor do Estado, major João Púnaro Bley, o município teve sua sede transferida para a povoação de Mimoso, que foi elevada à categoria de cidade,

Prefeitura Municipal.

com a denominação de João Pessoa, extensiva à comuna. A 3 de dezembro do mesmo ano, tomou posse o Prefeito nomeado, Senhor José Vieira, cessando, assim, as funções da Junta Governativa. Foram seus Prefeitos, de 1930 à época atual: Luiz de Lima Freitas, Jasson Martins (por duas vêzes), Aníbal Ataíde, David Fidalgo, José Fernandes Tâmara, Carlos Figueiredo Côrtes, Joaquim Perciano de Oliveira, Rubens Rangel e, finalmente, João Maximiliano Guarçoni, eleito em 1954.

Em face do disposto no Decreto-lei estadual número 15 177, de 31 de dezembro de 1943, que estatuiu a divisão territorial do Estado em vigor no qüinqüênio 1944-1948, o município de João Pessoa passou a denominar-se Mimoso do Sul. Compõe-se de 9 distritos: Mimoso do Sul (sede), Apiacá, Conceição do Muqui, Dona América, Iuru, Ponte de Itabapoana, Santo Antônio do Muqui, São José das Tôrres e São Pedro de Itabapoana.

LOCALIZAÇÃO — Mimoso do Sul situa-se na Zona Fisiográfica Serrana do Sul. Limita-se ao norte com os municípios de Alegre, Muqui e Cachoeiro de Itapemirim; a oeste com São José do Calçado; ao sul com o Estado do Rio de Janeiro, de onde se separa pelo rio Itabapoana e a leste pelo município de Itapemirim. A cidade dista 135 km, em linha reta, da capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 21° 01' 30" de latitude Sul e 41° 22' 00" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Embora circundada de montanhas, a altitude da cidade é de apenas 67 metros.

Praça Coronel Paiva Gonçalves.

CLIMA — O município apresenta clima temperado e salubre em sua região montanhosa, e quente, úmido e insalubre na região baixa. As chuvas que em anos anteriores eram abundantes têm diminuído últimamente. Ocorrem com maior intensidade nos meses de novembro a dezembro; causam erosões consideráveis e por vêzes inundações prejudiciais à economia local. Já se verificaram tempestades de granizo. Temperatura em graus centígrados: máxima 36; mínima 15.

ÁREA — A área do município é de 1 068 quilômetros quadrados.

Colégio Estadual e Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Vários rios banham a região, sobressaindo-se o Muqui do Sul e o Itabapoana, êste servindo de limite entre Mimoso do Sul e o Estado do Rio de Janeiro. Três lagoas devem ser mencionadas: a dos Cágados, a da Conga e a Mata-Fome. O Itabapoana é navegável desde Limeira até sua foz, em Barra do Itabapoana, na extensão aproximada de 120 km. A navegação é irregular e são empregadas embarcações de pequeno calado. O município conta com 17 quedas dágua, que vêm sendo aproveitadas, para produção de energia elétrica, acionamento de máquinas de beneficiar café e movimentação de moinhos de fubá.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas extrativas de origem vegetal exploradas no município são: madeira, lenha, plantas medicinais e orquídeas. Em pequena escala exploram-se fibras nativas e frutos oleaginosos. Os 21 539 hectares de matas existentes no município correspondiam a 20,61% do total da área dos 1 120 estabelecimentos agrícolas recenseados em 1950.

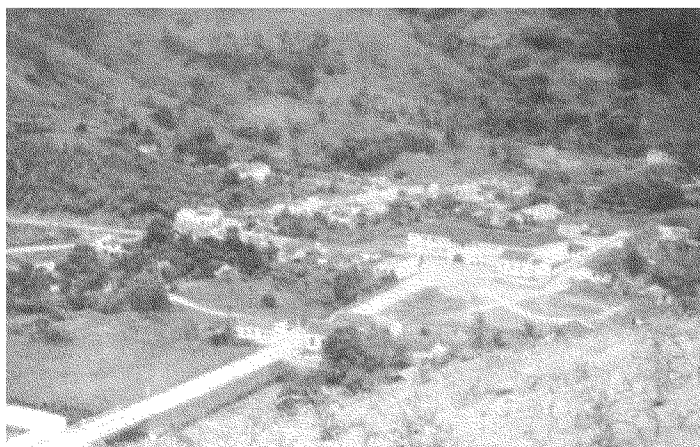
Rua Presidente Vargas

Entre as riquezas de origem animal, citam-se veado, paca, cutia, tatu, porco-do-mato, macaco, capivara e aves em geral. Encontra-se nos rios, ribeiros e lagoas do município grande variedade de peixes, tais como: robalo, piabanha, piau, traíra, acará e piaba. Em algumas partes dos rios Itabapoana e Prêto, encontram-se jacarés. As riquezas minerais identificadas no município são: bauxita, calcita, pedra-ferro e cristal de rocha.

POPULAÇÃO — A população de Mimoso do Sul, segundo o Censo de 1950, era de 42 873 habitantes (21 840 homens e 21 033 mulheres). Na zona rural encontravam-se 83,68% da população mimosense. Situa-se em 5.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado, como demonstra o quadro seguinte:

Colatina	100 437
Cachoeiro de Itapemirim	81 082
Alegre	58 968
Vitória	50 922
Mimoso do Sul	42 873

A cidade, todavia, ocupa o 7.º lugar, em população, sòmente superada por Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo, Colatina, Alegre e Guaçuí.

Aglomerações urbanas — São 4 as principais aglomerações urbanas no município: a cidade de Mimoso do Sul, com 3 632 habitantes; a vila de Apiacá, com 1 598; a vila de Ponte de Itabapoana, com 875 e a vila de São Pedro de Itabapoana, com 378 habitantes. A população de cada uma das cinco demais vilas não atinge 200 habitantes. A cidade de Mimoso do Sul contribui com 8,47% do efetivo populacional do município.

Vista parcial da cidade.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O café é o produto básico da economia local, seguido da mandioca. Eis um quadro contendo estimativa da produção no ano de 1956.

PRODUTOS	PRODUÇÃO	
	Quantidade (t)	Valor (Cr$ 1 000)
Café	10 196	224 293
Mandioca	17 080	30 744
Feijão	1 712	17 460
Milho	4 662	16 239
Cana-de-açucar	56 250	14 063
Arroz	1 620	7 290

Igreja — Matriz de São José.

POPULAÇÃO PECUÁRIA

Gado maior	Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)	Gado menor	Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)
Bovinos	45 000	94 500	Caprinos	9 400	1 598
Suínos	65 000	71 500	Ovinos	1 500	210
Eqüinos	8 000	12 000	Asininos	30	126
Muares	5 500	16 500	—	—	—

O município possui, dentre outros, 32 estabelecimentos industriais de beneficiamento de café, 12 de arroz, 10 panificadoras, 9 olarias, 1 curtume, 4 serrarias, 4 usinas elétricas, 5 fábricas de queijo, uma de manteiga, 3 de creme de leite, uma de doce de leite, duas de goiabada, 3 de banha de porco e duas de refrigerantes e bebidas alcoólicas.

COMÉRCIO E BANCOS — Na cidade há 12 estabelecimentos comerciais atacadistas e 22 varejistas. Em todo o município contam-se 3 agências bancárias e mais de 300 estabelecimentos comerciais. O comércio mantém transações com Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Vitória, no Espírito Santo. E ainda com o Distrito Federal e os Estados do Rio de Janeiro (principalmente Campos), São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O município exporta café em grão para o Estado do Rio de Janeiro, Distrito Federal e para a capital do Estado. O gado vacum é enviado, em sua maioria, para Campos, Estado do Rio de Janeiro.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — O município conta com 443 km de estradas de rodagem. O tráfego ferroviário no território mimosense é de 38 km. Funcionam 5 Agências Postais e 5 Postais-telegráficas nas principais loca-

Prédio do Municipal Lítero Clube.

lidades do município. A Companhia Telefônica do Espírito Santo mantém postos telefônicos públicos na sede municipal e na sede distrital de Ponte de Itabapoana. A cidade está provida de 54 aparelhos telefônicos. Quatro emprêsas de ônibus mantêm linhas regulares para o interior do município e para Cachoeiro de Itapemirim.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada ao norte do município, às margens do Rio Muqui do Sul, na altura de sua confluência com o ribeiro Belmonte, tendo por centro a estação da Estrada de Ferro Leopoldina, no quilômetro 424. Não obstante ser ainda pequena, dispõe de certos requisitos que lhe dão o aspecto de cidade moderna. Possui 32 logradouros públicos, sendo 5 inteiramente pavimentados a paralelepípedos e 4 com pavimentação parcial. É bem servida de energia elétrica, com 680 ligações domiciliares; de água canalizada, que atende a 30 logradouros e também de rêde de esgotos, em 24 logradouros. Com a ajuda do Govêrno Federal, tiveram início as obras de retificação do rio Muqui do Sul e a execução do plano urbanístico elaborado pela Prefeitura Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — Há no município, 1 hospital, duas Casas de Saúde e 2 Postos de higiene. Seis médicos, 6 dentistas e 3 farmacêuticos prestam serviços à população.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Congregação Vicentina Nossa Senhora das Graças presta assistência às pessoas reconhecidamente pobres da cidade. A Prefeitura Municipal fornece medicamentos aos necessitados, mediante apresentação de receita médica. A Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos e Bancários de Mimoso do Sul possui 98 associados.

Vista parcial da cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Censo de 1950, das pessoas de 5 anos e mais localizadas na zona rural (29 463), 26,35% sabiam ler e escrever. Eram alfabetizadas, no entanto, 61,86% das pessoas de igual grupo de idades, presentes nos quadros urbanos.

Ensino e educação — Em 1956, funcionaram 124 unidades de ensino primário fundamental comum, 1 colégio estadual, uma escola normal, uma escola técnica de contabilidade, 1 patronato, 2 cursos de admissão e 1 de ensino supletivo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Mimoso do Sul possui uma radiodifusora de 250 Watts, operando em ondas médias, na faixa de 1 350 quilociclos. Circula semanalmente o órgão "A Voz do Sul", com tiragem de 1 500 exemplares. Possui ainda o município 7 pequenas bibliotecas semipúblicas.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 086	7 248	1 443	797	4 666
1951	1 862	12 107	2 502	1 408	5 610
1952	2 942	17 072	2 719	1 591	7 905
1953	2 199	16 099	3 569	1 677	8 757
1954	3 638	16 677	8 571	1 657	15 615
1955	3 270	19 066	4 342	2 384	15 221
1956	2 840	16 645	4 877	2 303	4 028

Cadeia Pública e o Hospital Apóstolo Pedro.

FESTAS POPULARES — São religiosas as principais manifestações populares, como seja, as festas de São José (padroeiro da cidade), que se realiza com a duração de 2 dias, começando sempre no segundo sábado do mês de julho; a de São Sebastião, que se realiza, também na cidade, com duração de 2 dias, começando no dia 19 e terminando no dia 20 de janeiro; a de Santana, na vila de Apiacá, com início no dia 25, terminando no dia 26 de julho; a de São Sebastião, na vila de Ponte de Itabapoana, com início no dia 19 e término a 20 de janeiro. Os festejos consistem em missa solene, procissão, jogos esportivos, fogos de artifício e bailes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É sede de comarca e têrmo, com 9 distritos judiciários: Mimoso do Sul, Apiacá, Conceição do Muqui, Dona América, Iuru, Ponte de Itabapoana, Santo Antônio do Muqui, São José das Tôrres e São Pedro de Itabapoana. Em 1954 foram registrados 11 370 eleitores estando em exercício 11 vereadores.

(Elaboração de Otávio Fernandes — Agente de Estatística).

MUCURICI — ES

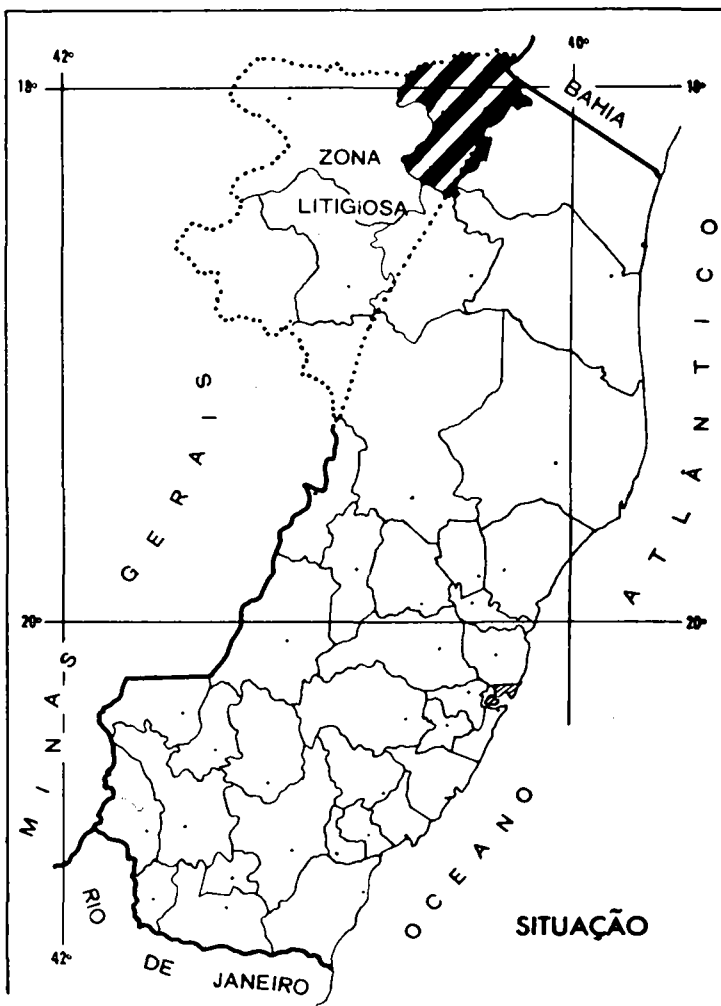
Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Do pouco que se conhece sôbre as primeiras penetrações no território do atual município de Mucurici, sabe-se que o Senhor Manoel Pereira Sena, de naturalidade baiana, foi um pioneiro, ao instalar-se na região, onde fundou a fazenda Itaúnas. Outros povoadores para ali se dirigiram, atraídos pelas terras devolutas e férteis, das quais se apropriavam, adaptando-as ao plantio de cereais e à formação de pastos destinados à criação de bovinos. Formou-se, assim, um povoado, logo conhecido como Comercinho, talvez porque o seu comércio, àquela época, se restringisse quase que exclusivamente às peles de animais silvestres, abundantes na região. Comercinho ganhou rápido desenvolvimento populacional. Não foram poucas as pessoas que, descendo da Bahia, vieram engrossar o aglomerado humano existente, dando origem, ainda, à formação de outro povoado, atual sede do distrito de Montanha. Até 1950, Comercinho viveu pràticamente isolado. Faltavam-lhe meios de comunicação, afinal conseguidos quando mais intensa se fêz a extração de madeiras de lei, abundante riqueza natural. O incremento dessa atividade econômica promoveu, em conseqüência, a abertura de estradas carroçáveis, com que muito se beneficiou aquela região, cujo desenvolvimento já era notório. O município, com o nome de Mucurici e território desmembrado do de Conceição da Barra, foi criado pela Lei estadual n.° 779, de 29 de dezembro de 1953, e instalado a 15 de janeiro do ano seguinte. O distrito de Montanha foi criado pela mesma Lei. Em terrenos doados pelo Senhor Manoel Pereira Sena encontra-se edificada a sede municipal. A Lei estadual n.° 933, de 23 de agôsto de 1955, criou a comarca de Mucurici, anteriormente sob a jurisdição da de Conceição da Barra.

Vista geral da cidade

O município de Mucurici compõe-se de dois distritos: Mucurici (sede) e Montanha.

Em 1955, foi instalada a atual legislatura. É Prefeito o Senhor Jaime Oliveira Santos. A Câmara Municipal compõe-se de nove membros.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mucurici está localizado na Zona Fisiográfica Norte do Estado do Espírito Santo, confrontando-se com os municípios de Ecoporanga, Conceição da Barra, São Mateus, Nova Venécia e Estados de Minas Gerais e Bahia. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 18° 05' 39" de latitude Sul e 40° 31' 39" de longitude W.Gr. Dista 246 km da capital do Estado, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de cêrca de 90 metros, na sede municipal.

CLIMA — Quente sêco. Chuvas, com maior freqüência, ocorrem nos meses de outubro a dezembro. Temperaturas em graus centígrados: máxima — 35; mínima — 15; mais observada 30.

ÁREA — Corresponde a 1 678 km², segundo o Serviço Geográfico do Estado. O município está assentado na região objeto de litígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

Igreja-Matriz, ao lado a Prefeitura Municipal.

Rua Pereira Sena.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Mucurici é rico em madeiras de lei — peroba, cedro, vinhático, jequitibá, jacarandá e outras —, sua principal riqueza, largamente explorada; areia para construção e argila (barro) para fabricação de tijolos são igualmente encontradas em abundância.

POPULAÇÃO — O Censo Demográfico de 1950 abrangeu tôda a região lindeira, sem especificar os municípios nela contidos. Por êsse motivo, deixa-se de indicar a população de Mucurici.

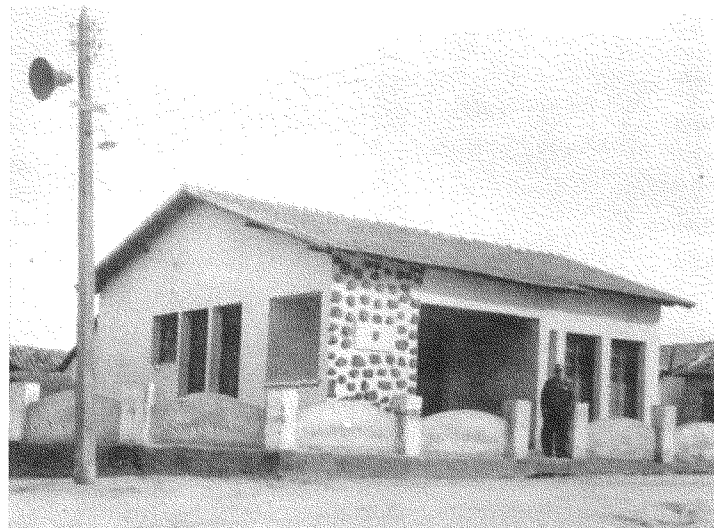
Aglomerações urbanas — A cidade de Mucurici e a vila de Montanha constituem os únicos centros urbanos do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município está condicionada, principalmente, à extração de madeiras de lei. Estima-se que, em 1956, essa atividade extrativa atingiu 30 000 m³, no valor de 24 milhões de cruzeiros.

Usina de fôrça, ao lado o Grupo Escolar Estadual.

A pecuária, entretanto, ganha rápido desenvolvimento. Os rebanhos existentes, onde predominam o suíno e o bovino, com, respectivamente, 35 000 e 20 000 cabeças, tinham o valor estimado em 122 milhões de cruzeiros, verificando-se pequena exportação de gado para os municípios vizinhos. Na atividade agrícola, destaca-se a cultura de mandioca (brava e mansa), cuja produção, em 1956, atingiu 19 900 toneladas, no valor de 10,2 milhões de cruzeiros, correspondendo a 63,46% do valor total da produção agrícola, estimado em 16,1 milhões de cruzeiros. As culturas do milho (960 toneladas) e da banana (48 mil cachos) contribuíram com, respectivamente, 13,64% e 5,97% daquele total. A indústria, incipiente, restringe-se ao fabrico de farinha de mandioca, aguardente e tijolos.

COMÉRCIO — O comércio local, varejista em sua totalidade, mantém transações, principalmente, com as praças de Nanuque (MG) e São Mateus, onde, também, são efetuadas as operações bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido, ùnicamente, por transporte rodoviário, que o liga às sedes dos seguintes municípios: Conceição da Barra — 144 km; Ecoporanga — 424 km; São Mateus — 160 km; Nova Venécia — 228 km (via São Mateus); Nanuque (MG) — 58 km e Mucuri (BA) — 154 km. Está ligado, também por transporte rodoviário, à capital do Estado — 424 quilômetros.

Pôsto Médico Estadual.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de luz elétrica, fornecida pela Prefeitura Municipal. Possui 1 cinema e uma pensão. As comunicações são efetuadas através de uma estação radiotelegráfica, do govêrno estadual.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada por 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Funcionam duas farmácias, uma na cidade e outra na vila de Montanha. Um Pôsto de Saúde, na cidade, está em fase de conclusão. Na vila de Montanha, existe um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Ensino — O ensino, em 1956, foi ministrado por 5 unidades escolares, sendo duas na cidade e 3 no interior do município.

Mercado Municipal.

Rua da Bahia.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954.......	—	851	640	—	641
1955.......	—	1 618	863	—	562
1956.......	—	2 510	1 361	542	1 143

A arrecadação federal vem sendo efetuada pela Coletoria Federal de Conceição da Barra.

FESTAS POPULARES — Dentre as festas que se realizam no município, tôdas religiosas, destaca-se a de São Sebastião, que é realizada no dia 20 de janeiro.

(Elaboração de Dilson Tagarro — Agente de Estatística).

MUNIZ FREIRE — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território que hoje constitui o município de Muniz Freire foram efetuadas pelos desbravadores capitão Machado Santiago Louzada, um dos veteranos da guerra dos "Farrapos" e cidadão Domingos Apolinário. Quanto ao primeiro, sabe-se que, procedente de Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro aqui chegou, no ano de 1846. Relativamente ao segundo, não se conhecem maiores referências, senão de que foi possuidor dos terrenos circunvizinhos à atual Serra do Apolinário. Posteriormente, seduzidos, talvez, pelas notícias sôbre a fertilidade das terras, outros desbravadores audazes, cujos nomes não registra a história, estiveram pela região mas, por motivos também ignorados, não permaneceram por muito tempo, transferindo a novos bandeirantes, os direitos adquiridos sôbre as terras.

No primeiro lugar habitado pelos referidos pioneiros, está hoje situada a Fazenda "São Simão", local de mais fácil acesso aos que, procedentes do município de Alegre, demandavam aquela região.

Domingos Apolinário doou ao município uma área de terras para a fundação de um povoado, que seria a sede municipal, de agora. Simultâneamente, era doada à Paróquia do Divino Espírito Santo uma grande área circunvizinha para que, entregue aos missionários, fôsse incrementado o progresso local.

O conhecimento da fertilidade das terras, próprias ao plantio de café e cereais, e ainda as condições climatéricas favoráveis, fêz crescer intensamente, o movimento imigratório.

Vista parcial da cidade.

Dado o progresso da região, o Govêrno do Estado, pelos Decretos números 53 e 57, de 30 de novembro de 1890, criou o município de Espírito Santo do Rio Pardo. A instalação verificou-se a 1.º de março do ano seguinte. Desmembrado do município de Cachoeiro de Itapemirim, ficou, todavia, a êste subordinado, administrativamente, até 30-11-1896 quando, pela Lei n.º 213, teve a sede elevada à categoria de cidade e alterado o seu topônimo para Muniz Freire, em homenagem à grande figura do republicano Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire, Governador do Estado e, por várias vêzes, Presidente da Assembléia Legislativa e Senador da República. Era casado com a Senhora Colatina, dama que, pelos relevantes serviços prestados à comunidade espírito-santense, teve seu nome indicado para designar outra importante comuna no Estado.

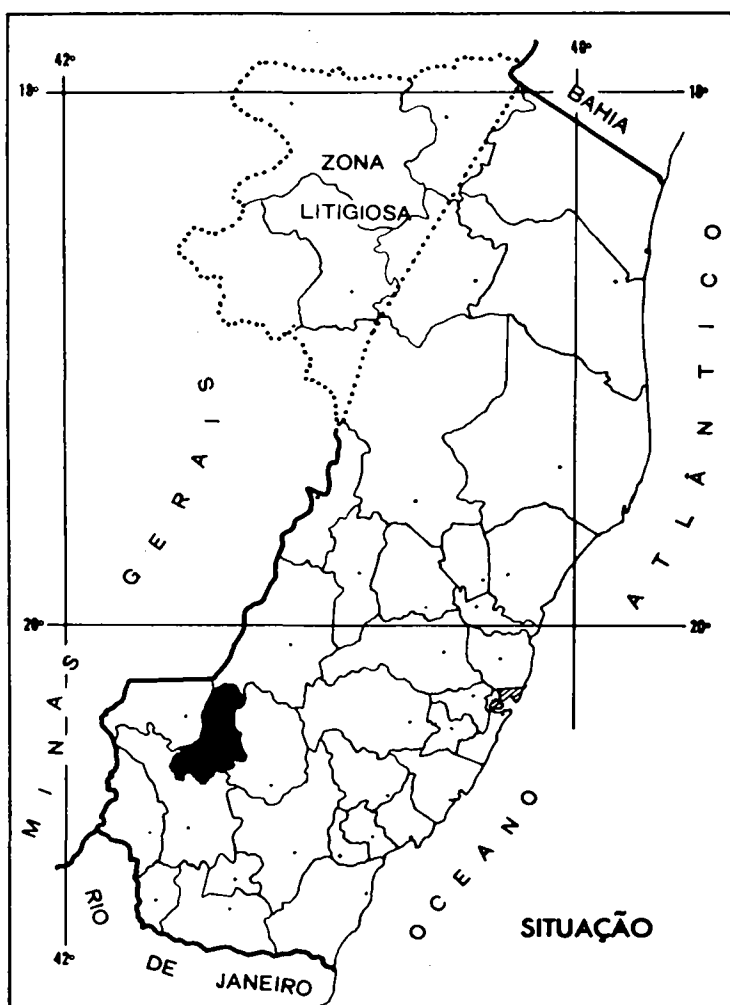
Pela divisão territorial-administrativa elaborada em 1911, o município compunha-se de 2 distritos: Muniz Freire e Itaipava, êste abrangendo o território do atual município de Iúna. Já em 1920, apareciam os distritos de Conceição do Norte e São Sebastião da Laje, conforme resultados censitários referentes àquele ano. A Divisão Administrativa de 1933 considerou o município de Muniz Freire como formado de 4 distritos, a saber: Muniz Freire, Itaipava, Conceição do Norte e Vieira Machado (ex-São Sebastião do Norte).

Prefeitura Municipal.

Segundo a divisão territorial para o período de 1944-1948, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a compor-se dos seguintes distritos: Muniz Freire (sede), Itaici (ex-Itaipava), Vieira Machado e Piaçu (ex-Conceição do Norte).

A Comarca, criada pelo Decreto estadual n.º 54, de 12-11-1890, abrangia, também, o território do atual município de Iúna, e foi instalada em 14 de março de 1891, tendo como primeiro Juiz o Doutor Nelson Feidith.

Pelo Decreto-lei n.º 9, de 31-3-1938, o município de Muniz Freire ficou constituído de um único têrmo judiciário, da comarca do mesmo nome.

LOCALIZAÇÃO — Muniz Freire situa-se na Zona Fisiográfica Serrana do Sul, limitando com os municípios de Afonso Cláudio, Alegre, Castelo e Iúna. A cidade dista 117 m, em linha reta, da Capital do Estado. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: ...... 20º 27' 56" de latitude Sul e 41º 24' 42" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 530 metros, na sede municipal.

CLIMA — Temperado, sêco. Temperatura máxima registrada, 30ºC; mínima, 10ºC. Precipitação pluviométrica, em 1956, 1 006 mm.

ÁREA — 646 km².

RIQUEZAS NATURAIS — Peroba, cedro, baraúna, jequitibá e outras madeiras de lei representam as riquezas vegetais. Em 1950, havia 16 108 hectares de matas em

Rua Dr. Antônio Atayde.

960 estabelecimentos agrícolas recenseados, correspondendo a 26,25% da área total dêsses estabelecimentos.

Manganês, monazita, cristal de rocha e pedras coradas constituem as principais riquezas minerais do município.

POPULAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, verificou-se a presença de 19 087 habitantes, dos quais 9 705 homens e 9 382 mulheres. Os 92,07% da população encontravam-se na zona rural.

Densidade demográfica: 29,55 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A população urbana do município estava distribuída entre a cidade de Muniz Freire, 963 habitantes, e as vilas de Piaçu, 275, Itaici, 170 e Vieira Machado, 107 habitantes. A população da cidade representava 5,05% do total populacional do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Dentre os produtos agrícolas do município sobressai o café, com a produção em 1956, de 183 000 arrôbas, no valor de 55,9 milhões de cruzeiros, correspondendo a 45,56% do valor total de 22 diferentes produtos agrícolas ali cultivados.

Ao café, seguem-se o feijão (3 054 t), o milho (5 388 toneladas) e a banana (380 000 cachos), no valor aproximado de 30, 22 e 6 milhões de cruzeiros, respectivamente.

Em 1956, estimava-se a população pecuária em 42 000 suínos, 22 000 bovinos, 9 200 caprinos, 7 300 muares e 5 400 eqüinos.

A criação de gado está adstrita à região limítrofe ao município de Alegre.

Vista parcial da cidade, lado norte.

Em terras da Fazenda Santa Cruz, distrito de Itaici, foi descoberta, recentemente, a existência de manganês com teor de 48%.

Iniciada a exploração, já em setembro de 1957 a imprensa da Capital noticiava a exportação de 3 mil toneladas do manganês muniz-freirense.

A produção de energia elétrica, em 1955, foi de .... 45 000 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Na sede municipal existem 2 estabelecimentos atacadistas, 21 varejistas e uma Agência do Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A. O comércio local mantém transações com as praças de Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, no Espírito Santo, e com o Distrito Federal e São Paulo.

MEIOS DE TRANSPORTE — Muniz Freire é servido, ùnicamente, por estrada de rodagem, ligando-se com os seguintes municípios: Afonso Cláudio, 89 km; Alegre, 54 quilômetros; Castelo, 52 km; e Iúna, 50 km. Dista, por rodovia, 231 km da Capital Estadual e 524 km da Capital Federal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é provida de luz elétrica, fornecida pela Usina Hidrelétrica de Fortaleza; conta com 241 ligações domiciliares e é abastecida de água potável, com 244 derivações.

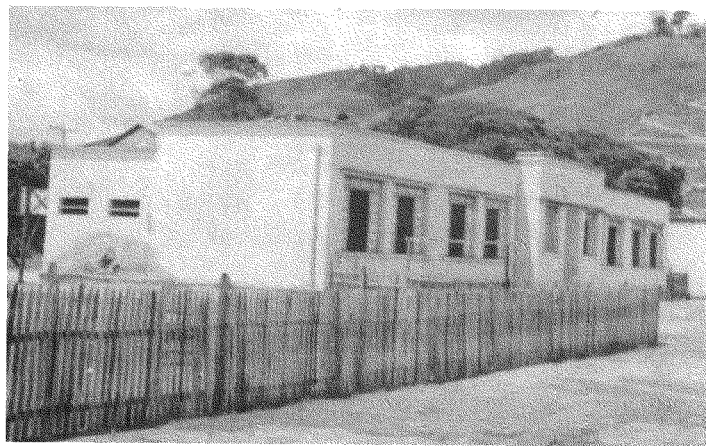
Funcionam na cidade, 1 Agência Postal-telegráfica, 1 cine-teatro, 3 agremiações desportivas, 2 hotéis e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população dispõe de 1 Pôsto de Higiene mantido pelo Govêrno do Estado e do Dispensário Médico-Social "Jesus Maria José", mantido pela Paróquia do Divino Espírito Santo. A população municipal é servida por 2 médicos, 9 dentistas e 2 farmacêuticos. Há 4 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, das .. 15 472 pessoas de 5 anos e mais encontradas no município, sabiam ler e escrever 4 519, ou seja, 29,21%.

Ensino — Funcionavam em 1956 34 unidades escolares de ensino primário fundamental comum e 2 de ensino supletivo.

Recentemente foi inaugurado o Ginásio "Desembargador Celso Calmom" mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Praça Jerônimo Monteiro.

Grupo Escolar Professor Bráulio Franco.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Mantém a Prefeitura uma Biblioteca Pública Municipal que já conta 5 036 volumes.

A cidade orgulha-se de sua Banda de Música, fundada pelo primeiro Prefeito do município, Sr. Felix Machado.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	360	3 082	479	210	707
1951	414	3 088	709	282	452
1952	482	3 129	625	278	316
1953	563	2 562	759	290	662
1954	515	2 600	900	326	782
1955	690	2 514	1 115	379	1 032
1956	626	5 324	1 700	447	1 752

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Destaca-se o ponto culminante da "Cordilheira do Valentim", limítrofe com o município de Iúna. Tem a forma de um colo humano e provàvelmente por êsse motivo é denominado "Seio de Abraão". Na mesma cordilheira encontra-se localizada a cachoeira do Rio Pardo, formada pelo rio do mesmo nome, no distrito de Itaici, com altura aproximada de 200 metros e potência estimada em 6 000 H.P.

FESTAS POPULARES — Têm características religiosas as principais festas no município, sendo digna de menção a relativa a São Sebastião, realizada no dia 20 de janeiro.

VULTOS ILUSTRES — Atílio Vivacqua, grande cultura jurídica, Secretário da Educação, deputado estadual e Senador em diversos períodos legislativos. Foi Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os lavradores do município, auxiliados pela Prefeitura, constroem a sede própria da Associação Rural.

Total de eleitores inscritos em 1954: 4 219.

A Câmara Municipal compõe-se de 9 vereadores.

A pessoa nascida no município é conhecida como "muniz-freirense".

Prefeito: Sr. Francisco Rocha Júnior.

(Elaboração do Agente Itinerante Carmélio Holzmeister).

MUQUI — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo os documentos e a tradição oral, o desbravamento do solo muquiense remonta aos meados do Século XIX, registrando-se a penetração dos respectivos bandeirantes, pela bacia do Sumidouro.

Consta que, um pouco antes de 1850, já penetrara o maciço florestal dessa região um caboclo de nome João Corumbá que adquiriu terras posteriormente alienadas em favor de José Pinheiro de Souza Werneck o qual é considerado pioneiro do desbravamento do solo muquiense.

Werneck, membro de ilustre família fluminense, descendente do Barão de Ipiabas, registrou, em Vitória, as terras adquiridas, pagando a sisa de Rs. 2:800$000 (dois contos e oitocentos mil réis).

No sopé da serra dos Pirineus, onde o vale do Sumidouro se alarga em grande anfiteatro, às margens do riacho Sumidouro, e defrontando o imenso muro granítico que lhe barrava a vista, ergueu a sede de sua fazenda, a que deu o nome de Santa Teresa, em homenagem à sua espôsa. Mas, a homenagem deveria estender-se também àquela terra generosa; daí por que a propriedade passou a denominar-se Santa Teresa do Sumidouro que, com o correr dos tempos, centralizou a vida social e rural do município.

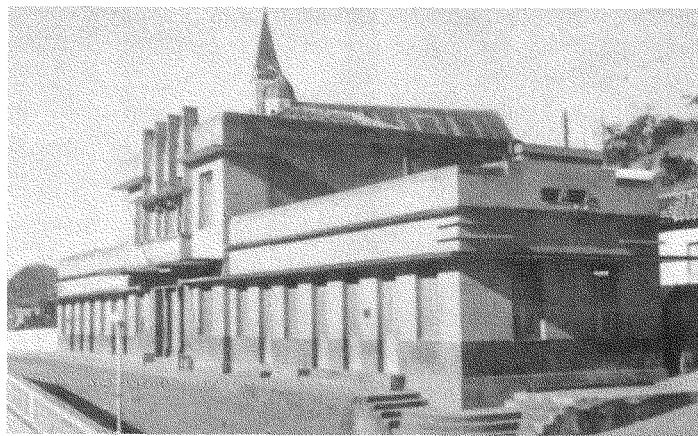
Ainda hoje existe a imagem de Santa Teresa, padroeira da fazenda, primor de arte e beleza, manto pintado a ouro, conservado então, carinhosamente, por José Pinheiro de Souza Werneck, no nicho de sua Casa Grande.

Werneck contribuiu para a vinda, em 1852, dos irmãos Antônio e Manoel Cândido dos Santos, aos quais cedeu terras com que se formariam as fazendas "Providência" e "Alpes".

A êsses, muitos outros se seguiram, adquirindo terras, montando fazendas, promovendo, enfim, o desenvolvimento progressivo da região que hoje compõe o município de Muqui.

A bacia do Sumidouro — riacho que recebeu êsse nome porque desaparece em certa altura de seu curso, aflorando, alguns quilômetros mais abaixo — constituiu, sem dúvida, a via principal da colonização.

No que diz respeito ao elemento indígena, apenas se tem notícia de um núcleo de 60 índios puris.

Eram de estatura mediana, fortes, de família pouco numerosa e manejavam o arco com maestria. Tinham predileção pela cachaça e eram controlados, naquele tempo, por um indivíduo que atendia pelo nome de "Candinho dos Puris", espécie de orientador da tribo, o "Mestre-língua".

Vista parcial da cidade.

Prefeitura Municipal.

São essas as únicas referências obtidas, a respeito dos índios no município. Entre 1856 e 1858, deslocaram-se para outra região.

Larga e fecunda contribuição ao desbravamento das terras, prestou o elemento negro.

Segundo as crônicas, muitas fazendas chegaram a possuir de 80 a 100 escravos, como, por exemplo, as de Santa Rita, Floresta, Entre-Morros, Bom Destino, Sumidouro, Verdade, Desengano, Saudade, Primavera e Providência.

Delas, recolheu o "Museu da Escravidão", recém-inaugurado no município, pela feliz iniciativa do Deputado Doutor Dirceu Cardoso, material abundante, que testemunha o trabalho da população negra, no esfôrço do desenvolvimento do município. Examinando-se os instrumentos de suplício recolhidos, chega-se à conclusão de que os senhores de escravos, ali, não eram desumanos, pois nenhum dêsses instrumentos se prestava à forma de crueldade com que eram tratados os escravos em outras regiões.

Grupo Escolar Marcondes de Souza.

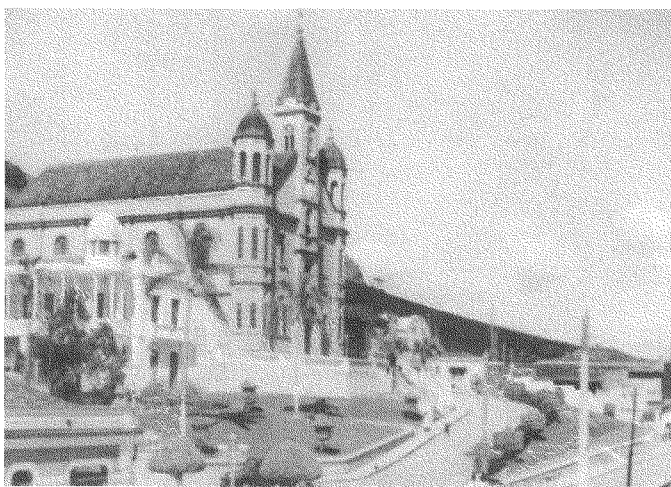
O NOME — Narram os historiadores que foi Francisco Gonçalves da Costa que deu a primeira denominação, aliás jocosa, aos moradores da povoação. Vendo-os pobres, sem recursos, habitando choupanas e tendo o costume de saírem de suas casas, quando o sol já ia alto, apelidou-os de "lagartos". Daí o nome de "Arraial dos Lagartos", conservado até 1902, ano da inauguração da estação da Estrada de Ferro Leopoldina, quando passou a denominar-se Muqui. Tempo houve, entretanto, em que se chamou São João

Maternidade do Professor Martagão Gesteira.

do Muqui, forma de homenagear o padroeiro do município, em cujo dia se realizam as tradicionais festas, que atraem centenas de visitantes e de muquienses ausentes de seu torrão natal.

EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA — Na "Divisão Administrativa, em 1911", figura no município de Cachoeiro de Itapemirim o distrito de São João do Muqui.

A Lei estadual n.º 826, de 22 de outubro de 1912, criou o município de São João do Muqui, com território desmembrado do de Cachoeiro de Itapemirim. Essa mesma lei confirmou a criação do distrito-sede do novo município, cuja instalação se verificou a 1.º de novembro de 1912.

O município de São João do Muqui, cuja sede recebeu a categoria de cidade por fôrça da Lei estadual número 1 385, de 5 de julho de 1923, aparece nos quadros de apuração do Recenseamento Geral realizado em .... 1.º-IX-1920, e no da divisão administrativa, referente ao ano de 1933, publicado no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio", com 2 distritos: São João do Muqui e São Gabriel do Muqui, observando-se o mesmo nos quadros de divisão territorial datados de .... 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Vista parcial da Praça da Matriz.

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 9 222, de 31 de março de 1938, o referido município compreende 2 distritos: São João do Muqui e São Gabriel. Segundo outra fonte, nesse quadro, o último distrito denomina-se ainda São João do Muqui.

De acôrdo com a divisão territorial do Estado, estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 1 de novembro de 1938, para vigorar em 1939-1943, o município de São João do Muqui divide-se em 2 distritos: o da sede e o de São Gabriel.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o distrito e o município de São João do Muquì passaram a denominar-se Muqui, simplesmente. Na divisão judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixada pelo supramencionado Decreto-lei n.º 15 177, Muqui apresenta-se constituído pelo distrito-sede e pelo de Camará (ex-São Gabriel).

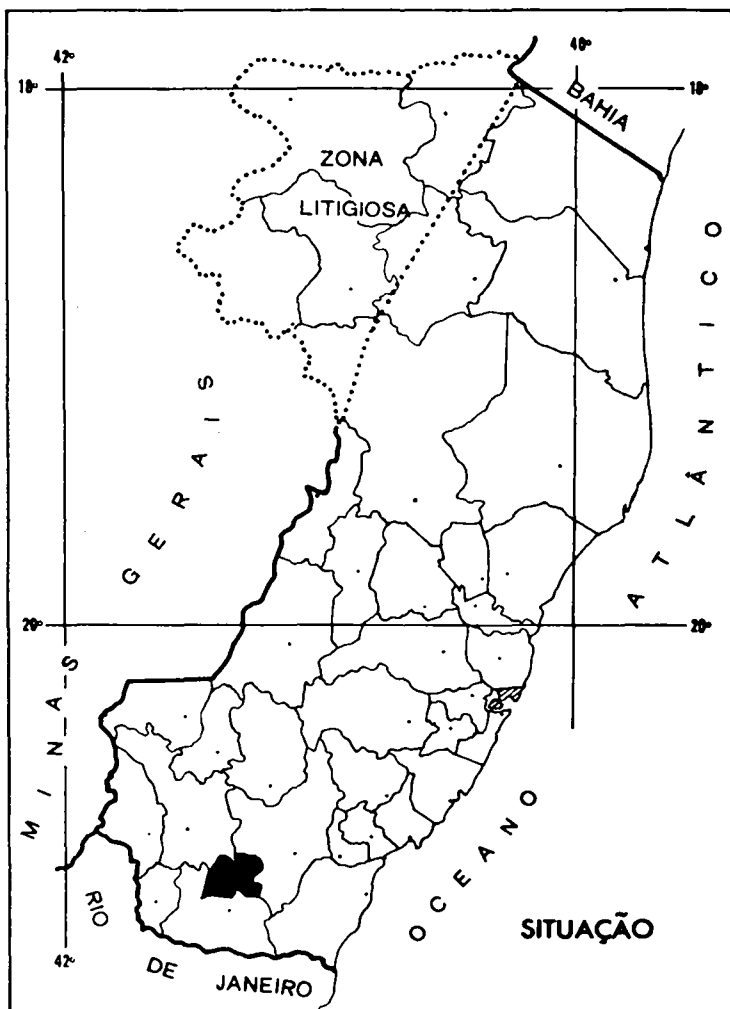
Monumento a Santo Agostinho.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — Nos quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XI-1937, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 9 222, de 31 de março de 1938, bem como na divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, em vigor no qüinqüênio 1939-1943, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938, o município de São João do Muqui jurisdiciona-se ao têrmo e à comarca de Cachoeiro de Itapemirim.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, que fixou a divisão territorial a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município, cujo nome passou a ser simplesmente Muqui, foi transferido para o têrmo e comarca de Mimoso do Sul (ex-João Pessoa).

Finalmente, por Decreto-lei de 24 de junho de 1954, foi criada a comarca de Muqui. A instalação, porém, sòmente se efetuou a 24 de agôsto do ano seguinte.

LOCALIZAÇÃO — Muqui é um dos 10 municípios que constituem a Zona Fisiográfica denominada "Serrana do Sul". Limita ao norte com Cachoeiro de Itapemirim e Alegre, a leste com Cachoeiro de Itapemirim, ao sul e a oeste com Mimoso do Sul.

A cidade dista 128 quilômetros da Capital do Estado, em linha reta, e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 20° 58' 16" de latitude sul e 41° 20' 28" de longitude oeste de Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade encontra-se a 240 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O município apresenta clima quente nos dias de verão e agradável nas demais estações. A temperatura, em 1956, oscilou entre 12°C (mínima) e 37°C (máxima).

ÁREA — 347 quilômetros quadrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Feldspato, berilo e águas-marinhas caracterizam os recursos minerais do município.

Os 4 911 hectares de matas correspondiam a apenas 14,26% da área total dos 338 estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população de Muqui era de 16 386 habitantes (8 310 homens e 8 076 mulheres).

Densidade demográfica: 47 habitantes por km^2.

A zona rural, com 12 981 pessoas, englobava 79,22% da população municipal.

Vista parcial da cidade.

Aglomerações urbanas — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, apenas duas aglomerações urbanas foram encontradas no município: a cidade de Muqui com 3 347 habitantes e a vila de Camará com 58.

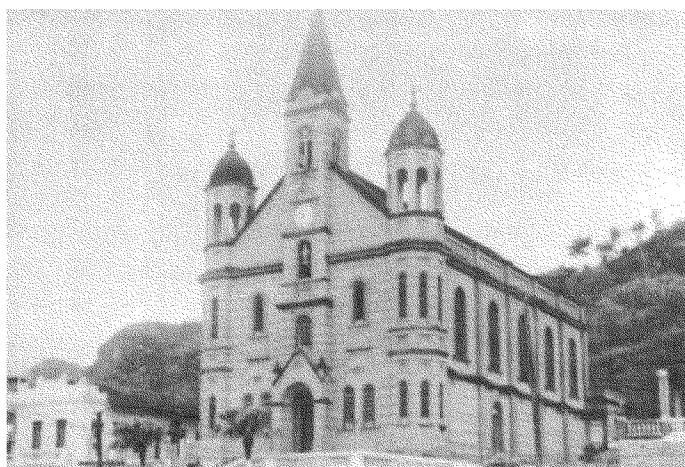
A população da cidade correspondia, então, a 20,43% do total municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia muquiense está fortemente assentada na cafeicultura. Em 1956, a safra cafeeira (1 836 t) contribuiu com a expressiva quota de 82,39% para o valor total da produção agrícola, estimado em 49,8 milhões de cruzeiros. O milho (1 536 t) o feijão (101 t) a cana-de-açúcar (4 380 t) e o arroz (108 toneladas), com as quotas respectivas de 12,35%, 2,03%, 1,85% e 0,9% representavam, pràtioamente, as demais culturas existentes no município.

No rebanho pecuário avaliado em 59,5 milhões de cruzeiros, sobressaíam os efetivos: bovino (7 400 cabeças), eqüino (1 200 cabeças) e suíno (6 000 cabeças), com a contribuição percentual sôbre o valor citado, de 37,29%, 33,61% e 20,16%, respectivamente.

No plano industrial, Muqui apresenta-se em fase incipiente. A grande maioria das indústrias constituem atividade suplementar da agricultura — beneficiamento de café e cereais.

Registram-se 3 fábricas de aguardente de cana .... (65 390 litros produzidos em 1956, no valor de 614 milhares de cruzeiros), 1 de manteiga, 2 de móveis, 2 serrarias mecânicas (1 113 milhares de cruzeiros em 1956) e a Cia. Industrial de Mineração que iniciou em 1957 a produção de saponáceos, louças e bijuterias.

Pôsto de Saúde Estadual.

Igreja-Matriz de São João do Muqui.

COMÉRCIO E BANCOS — O município conta com cêrca de 200 estabelecimentos comerciais e mantém transações principalmente com as praças de Cachoeiro de Itapemirim, Vitória e Rio de Janeiro, DF.

O movimento bancário muquiense é feito através dos seguintes estabelecimentos de crédito: Banco Ribeiro Junqueira S. A., Banco de Crédito Agrícola do Estado do Espírito Santo e Banco de Muqui.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina e por rêde rodoviária. Liga-se aos seguintes municípios: Alegre (46 km por rodovia e 101 km por ferrovia); Mimoso do Sul (20 km e 15 km); Cachoeiro de Itapemirim (36 quilômetros por rodovia e 40 km por ferrovia); Vitória (178 km e 199 km); Capital Federal (429 km por rodovia e 440 km por ferrovia).

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 30 logradouros públicos dos quais 5 ajardinados e arborizados e 3 arborizados. Dispõe de 559 prédios abastecidos de água encanada, de 431 servidos pelo serviço de esgotos e é iluminada a eletricidade. A área pavimentada a paralelepípedo é de 31 837 m^2.

Contam-se, ainda, dois hotéis, uma pensão e 1 cinema, êste com 479 lugares.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — Em atividade no município, registram-se 1 hospital infantil, 1 Maternidade "Prof. Martagão Gesteira", 1 Pôsto de Puericultura, 1 Pôsto de Profilaxia da Lepra, o Dispensário médico-social "Ana Fraga" e 1 subposto médico (distrito de Camará).

A assistência médica é prestada por 4 médicos e 5 dentistas.

Hospital Infantil.

Contam-se, ainda, 5 farmácias e 2 postos farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 13 581 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, 5 550 declararam-se alfabetizadas. A taxa de alfabetização municipal era, portanto, de 40,87%.

Ensino — O ensino municipal é difundido através de 55 unidades escolares. Destas, localizam-se na cidade o grupo escolar "Marcondes de Souza" (434 alunos matriculados) e 1 jardim de infância (101 alunos).

O ensino secundário — ginasial, científico e de formação de professôres — é ministrado pelo tradicional Colégio Santo Agostinho de Muqui que possui pavilhões para internato e instalações completas para os principais esportes. O Colégio Santo Agostinho abriga grande número de alunos procedentes de vários municípios coestaduanos e de outras unidades do país.

Contam-se, ainda, a Escola de Música "Manoel Vicente de Castro" e uma escola de datilografia.

Conjunto de edifícios do Colégio Santo Agostinho.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Localizam-se na cidade: a Biblioteca Municipal "Ciro Duarte"; a Biblioteca Paroquial; a do Grêmio Euclides da Cunha; a Biblioteca Batista "Alice Reno"; 1 associação lítero-desportiva; 1 recreativa; 2 desportivas. Uma lira musical e o hebdomadário "O Município".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 074	4 601	1 162	334	1 624
1951	1 144	6 636	1 049	393	1 388
1952	1 419	8 429	1 623	501	1 730
1953	1 616	5 828	1 939	536	1 747
1954	2 210	5 816	1 682	582	1 683
1955	1 617	9 254	1 478	608	1 474
1956	2 161	13 833	2 112	716	2 112

MONUMENTOS — Em Muqui, são vistos três monumentos: o primeiro, erigido a João Vieira da Fraga, símbolo do trabalho e honradez para o povo muquiense; o segundo, a Santo Agostinho, e o terceiro, ao Padre Pedro Domingos.

FESTEJOS POPULARES — Além da festa relativa ao "Dia do Município" que ocorre, anualmente, a 24 de junho,

constitui tradição no município a "Folia de Reis", a 6 de janeiro, quando se realiza um torneio regional com a participação de grupos folclóricos provenientes dos municípios adjacentes de Mimoso do Sul, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Campos — RJ.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontram-se no município: a Sociedade São Vicente de Paulo, a Conferência de Nossa Senhora das Graças, a Legião Brasileira de Assistência e o Serviço de Assistência ao Trabalhador Rural.

O Legislativo municipal é composto de 9 vereadores.

As pessoas nascidas em Muqui recebem o gentílico "muquiense".

Atual Prefeito: Sr. José Bettero.

(Elaboração de Paulo Henriques de Mendonça — Agente de Estatística).

NOVA VENÉCIA — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Nova Venécia chamou-se, inicialmente, Serra dos Aimorés, em virtude de a região ter sido habitada pelos índios dessa tribo.

A primeira penetração naquele território foi efetuada em 1870 pelo major Antônio Rodrigues da Cunha — Barão de Aimorés — quando, em Cachoeira do Cravo, no município de São Mateus, foi tentado a explorar uma serra que dali se avistava.

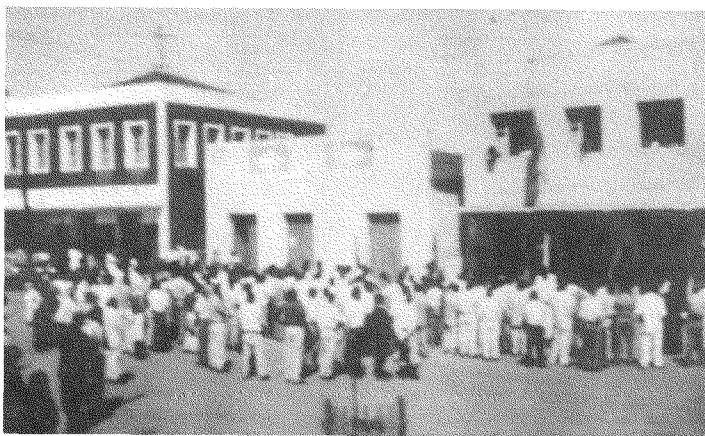
Seguindo o Major, seu irmão, o coronel Mateus Gomes da Cunha, e seu cunhado, major José Gomes Sodré, instalaram-se na região, abrindo fazendas cujas ruínas ainda existem.

Tangidos pela sêca de 1880, vários grupos de cearenses vieram reunir-se a êsses primeiros colonizadores.

Em 1890, chegaram os primeiros imigrantes italianos ao vale do rio São Mateus. A assistência dada pelo Barão de Aimorés facilitou a aclimatação do elemento alienígena que se fixou na região circunvizinha, promovendo o seu povoamento.

Três anos após, Serra dos Aimorés já passava a constituir distrito do município de São Mateus.

Algum tempo depois, transferida a sede do distrito para o núcleo à margem direita do rio São Mateus ou Cricaré, teve mudada a sua denominação para Nova Venécia,

Vista parcial da cidade.

Prédio do Forum, no dia de sua inauguração.

em reconhecimento ao trabalho colonizador dos imigrantes italianos, muitos dos quais originários de Veneza.

Em 1922, no govêrno do Sr. Nestor Gomes, foi reiniciado o serviço de construção da estrada de ferro São Mateus, antiga estrada de ferro Serra dos Aimorés, iniciada pelo engenheiro mateense Dr. Antônio dos Santos Neves.

Essa ferrovia, ligando a cidade de São Mateus ao distrito de Nova Venécia, só foi concluída em 1928, quando no Govêrno o Sr. Florentino Avidos.

Nova Venécia progredia a olhos vistos, daí a campanha surgida, em 1953, em prol de sua emancipação político-administrativa.

Constituídos em comissão, os Srs. Renato de Araújo Maia, Antenor Nardotto, Arnaldo Gomes de Oliveira, Dacílio Duarte Santos, Antônio Daher, Tito dos Santos Neves, Guilherme Pereira Lima, Jacinto Rodrigues Mota e Miguel Salvador dirigiram-se ao então Governador do Estado, Sr. Jones dos Santos Neves, ressaltando-lhe a necessidade de criação do município.

A Lei municipal n.º 329, de 8 de agôsto de 1953, da Câmara de São Mateus, ratificada pela Lei estadual número 767, de 11 de dezembro do mesmo ano, cria, finalmente, o município de Nova Venécia, cuja instalação se efetuou a 26 de janeiro de 1954.

Trecho da Avenida Vitória.

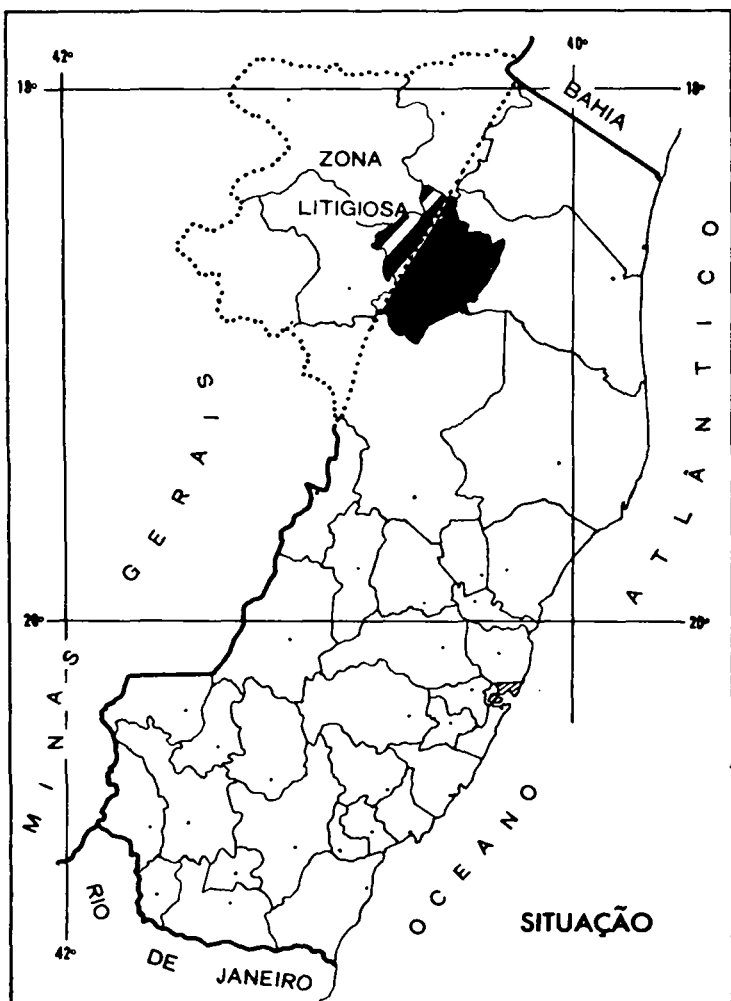
O primeiro prefeito (nomeado) foi o Sr. Antônio Daher.

O município está constituído dos distritos de Nova Venécia (sede), Guararema, Córrego Grande e Rio Prêto.

A comarca de Nova Venécia, criada a 18 de fevereiro de 1956, é formada por um único têrmo: o de idêntico topônimo.

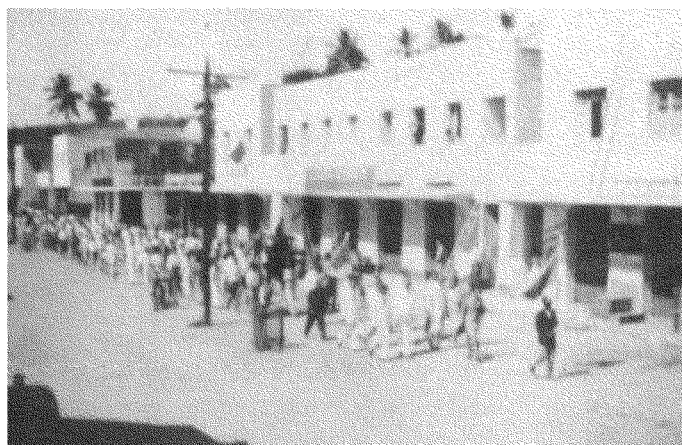
LOCALIZAÇÃO — Nova Venécia está localizada na Região Fisiográfica "norte", do Espírito Santo.

Limita com os municípios de Mucurici, São Mateus, Colatina, Barra de São Francisco e Ecoporanga.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 18° 42' 12" de latitude Sul e 40° 24' 02" de longitude W.Gr. Dista, em linha reta, da Capital do Estado 176 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 50 metros, na sede municipal.

CLIMA — Embora situado em zona considerada quente, o clima do município é, em geral, ameno, dada a região montanhosa em que se assenta e a regular precipitação pluviométrica.

ÁREA — 1 948 km².

Festividade do dia 1.° de Maio.

Rua João Pessoa.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é um dos que abastecem as numerosas indústrias madeireiras da região, apresentando regular reserva em madeiras de lei, como peroba, cerejeira, bicuíba e jequitibá.

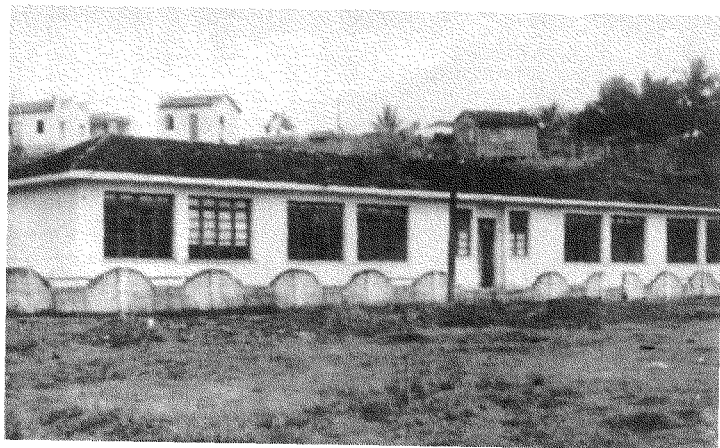
POPULAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, Nova Venécia integrava, como distrito, o município de São Mateus. Naquela época, sua população era de 22 284 habitantes, dos quais, 3,57% (796) estavam localizados na vila e 96,43% na zona rural.

NÚCLEOS POPULACIONAIS — Os quatro núcleos populacionais existentes no município e suas respectivas populações (cálculo baseado no lançamento predial da municipalidade — 1957) são os seguintes:

	população
Nova Venécia (cidade)	2 560
Guararema (vila)	520
Cedrolândia (povoado)	500
Córrego Grande (vila)	301

Trecho da Avenida Vitória.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município conta com a maior parte de sua população econômicamente ativa, na agricultura e na pecuária. O valor da produção agrícola de 1956 foi estimado em 54 milhões de cruzeiros e o da população pecuária em 77 milhões.

No cotejo entre os diversos produtos da agricultura, o café mantém acentuada predominância sôbre os demais, congregando 55,37% (1 920 t) do valor total. Seguem-se em ordem de importância, o milho (2 184 t), o arroz (1 128 t), a cana-de-açúcar (15 000 t) e a banana (500 000 cachos), com as percentagens respectivas de 10,08%, 8,68%, 8,31% e 7,38%.

Grupo Escolar Claudina Barbosa.

As indústrias do município são, na quase totalidade, decorrentes das atividades agrícolas ou pecuárias (beneficiamento de produtos agrícolas ou produção de gêneros derivados de leite) apresentando, por isso, funções suplementares.

Das mais importantes, enumeram-se: 2 serrarias mecânicas, 4 cerâmicas e 3 fábricas de aguardente.

COMÉRCIO — Existe, na cidade, 65 estabelecimentos comerciais, dos quais, 5 simultâneamente atacadistas e varejistas. No interior, 123 estabelecimentos varejistas.

O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Vitória, Colatina e Campos.

MEIOS DE TRANSPORTE — Nova Venécia é servido, ùnicamente, por estradas de rodagens e comunica-se com os municípios de São Mateus (68 km), Barra de São Francisco (102 km, via Guararema), Colatina (142 km) e Vitória (290 km, via Colatina).

ASPECTOS URBANOS — A cidade é servida de luz elétrica com 258 ligações domiciliares (consumo médio mensal de 4 526 kWh); possui 2 hotéis, 5 pensões, 1 cinema com 160 lugares e 6 associações desportivas. O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na cidade, 1 Agência Postal na vila de Guararema e outra no povoado de Cedrolândia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servem à população local: 2 médicos, 1 dentista, 2 farmacêuticos, 1 Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, o Hospital "Nova Venécia", com 10 leitos, mantido por organização particular, e 2 farmácias.

Mercado Municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Das 656 pessoas de 5 anos e mais, pesquisadas pelo Censo de 1950, na então vila de Nova Venécia, 415 (63,26%) eram alfabetizadas.

Desconhece-se a percentagem correspondente para o interior, mas, se considerarmos a de São Mateus, a que Nova Venécia pertencia em 1950, a quota de alfabetização na zona rural decresce a 27,46%.

Ensino — Em todo o município, contam-se 37 unidades do ensino fundamental comum mantidas pelo Estado e 40 pela municipalidade. Na cidade, 1 Jardim da Infância, 1 Escola Adventista, 1 Paroquial e o Ginásio Veneciano ministram, respectivamente, o ensino pré-primário, primário e ginasial.

Jardim da Infância.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1954	..	2 873	1 761	1 709	1 679
1955	..	3 729	1 850	1 820	1 513
1956	..	8 165	2 991	2 959	2 725

(*) — A arrecadação federal é efetuada através do município de São Mateus.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — As principais manifestações populares, tôdas religiosas, são as festas de São Marcos (Padroeiro do município), nos dias 22 a 25 de abril de cada ano, e a de Nosso Senhor do Bonfim, no período de 31 de agôsto a 7 de setembro.

Travessa Itapemirim.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar adotam o gentílico "veneciano".

É sede de comarca de 1.ª entrância, com 4 distritos judiciários.

Possui uma sociedade cooperativa de laticínios, com 16 associados.

A atual legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, com 9 vereadores, sendo o seu Prefeito o Sr. Zenor Pedroza Rocha.

(Elaboração de Waldir Gasparini — Agente de Estatística).

RIO NOVO DO SUL — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O marco inicial da antiga Imperial Colônia do Rio Novo deve-se à pertinácia do major Caetano Dias da Silva, proprietário da Fazenda do Limão, situada no município de Itapemirim.

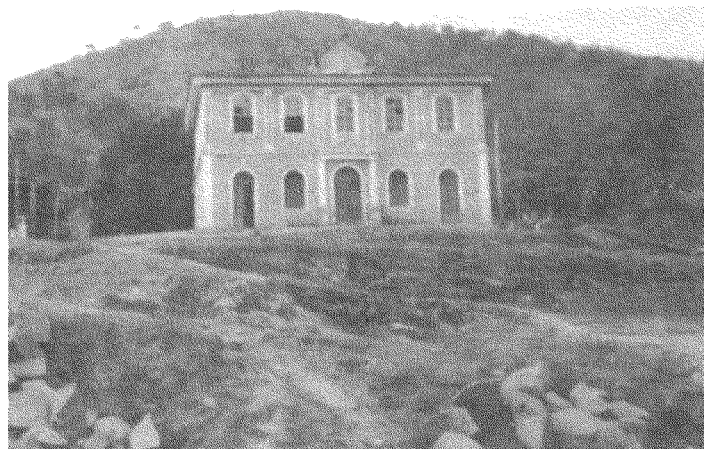
Contando com o integral apoio do Conde de Condeixa, seu particular amigo, fundara, no Rio de Janeiro, em 1854, a Associação Colonial do Rio Novo, ou do "Major Caetano", conforme se dizia, e através da qual obteve do Govêrno concessão para explorar as terras devolutas que formavam tôda aquela região, excetuadas apenas as terras pertencentes ao Sales, posse hoje denominada São Domingos. Os Estatutos foram aprovados pelo Decreto n.º 1 566, de 24 de fevereiro de 1855, de S.M. o Imperador. No mesmo ano a colônia iniciou-se, no lugar chamado Santo Antônio, no Itapemirim, posteriormente Santo Antônio do Rio Novo.

Vista parcial da cidade.

Em 1871, o engenheiro Carlos Kraus tomava posse no cargo de Diretor da Colônia, sendo substituído, depois, pelo engenheiro João Adolpho Pinto Paca. A partir de 1873, exerceu o cargo de médico da Colônia o Dr. Manuel Leite de Novaes Melo, posteriormente deputado provincial e federal.

A área do patrimônio da referida associação compreendia o chamado "primeiro território", subdividia-se nas seções de Pau d'Alho, Deserto, Capim Angola, Santa Rita, São Caetano, Santa Cruz, São Vicente, Mundo Novo e Rio Novo, posteriormente vendidas, a longo prazo e em pequenos lotes, aos imigrantes de várias nacionalidades que o major Caetano trouxera da Europa. Em 1875, para aí chegaram os tiroleses.

Em 1860, recebeu a Colônia a visita do Imperador D. Pedro II, pelo que foi agraciada com o título de IMPERIAL, e enriquecida de um artístico sino fundido em bronze, presente pessoal de Sua Majestade à Capela do lugar.

Não obstante o esfôrço e a tenacidade da Associação "Major Caetano", e, muito embora o Govêrno, com o firme propósito de intensificar a colonização da Província, prestasse auxílios financeiros, facilitasse o transporte de gêneros e melhorasse as suas condições de salubridade, a colônia foi levada à beira do aniquilamento.

Prefeitura Municipal.

Para superar a crise de ordem econômica que se antepunha ao seu desenvolvimento, o Govêrno Provincial resolveu comprá-la da referida Associação, mediante a importância de R.^{s} 192:004$043, anexando-lhe, posteriormente, mais quatro territórios. A transação data de 7 de outubro de 1861. Resolveu o Govêrno que os territórios fôssem subdivididos em lotes. O primeiro território constituía a sede da Colônia; foi demarcado, em 1862, pelo engenheiro Lassance da Cunha.

Em 6 de março de 1880, Rio Novo passou a constituir um dos distritos de Paz do município de Itapemirim. A Lei número 5, de 14 de abril de 1883, o elevou a freguesia de Santo Antônio de Rio Novo, e, finalmente, em 23 de novembro de 1893, com a Lei n.º 30, tornou-se sede de município, com território desmembrado da comuna de Itapemirim.

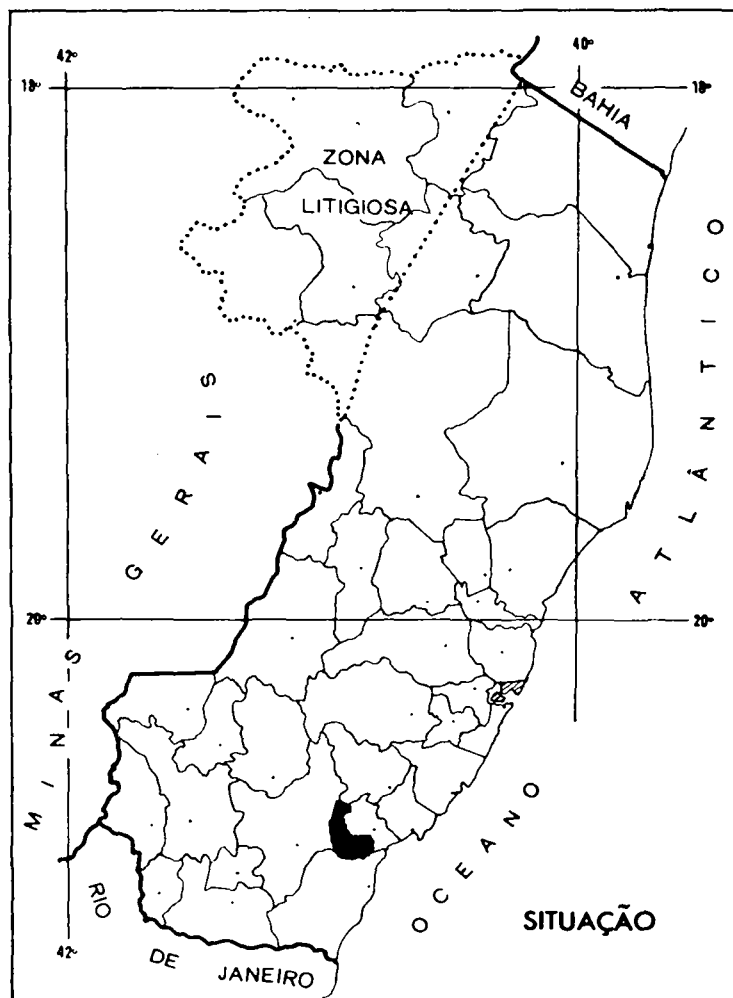
A instalação oficial, entretanto, só ocorreu a 6 de janeiro do ano seguinte.

Rio Novo, topônimo que teve sua origem no pequeno rio que lhe serve de limite ao sul e sudoeste, é cidade, desde 11 de novembro de 1938 (Lei n.º 9 941).

Por Lei estadual n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, passou a denominar-se Rio Novo do Sul.

LOCALIZAÇÃO — Rio Novo do Sul está integrado na Zona Fisiográfica denominada "Itapemirim", tendo como confrontantes os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Iconha e Alfredo Chaves.

A sede municipal dista, em linha reta, 89 km da Capital do Estado e possui as seguintes coordenadas geográficas: 20° 53' 07" de latitude Sul e 40° 55' 57" de longitude W.Gr.

Rumo em relação à Capital do Estado: O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 60 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima quente, com chuvas de verão, registrando-se as seguintes temperaturas: média das máximas 34; das mínimas 20; compensada 27.

ÁREA — 192 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta relêvo movimentado, havendo regiões, como a do distrito de Princesa, onde as montanhas oscilam em tôrno dos 600 metros de altitude.

Das quedas de água existentes, destacam-se as cachoeiras da Concórdia, Itapoama, Primeira e a do Linger, com o potencial hidráulico estimado em 550, 300 e 100 H.P., respectivamente.

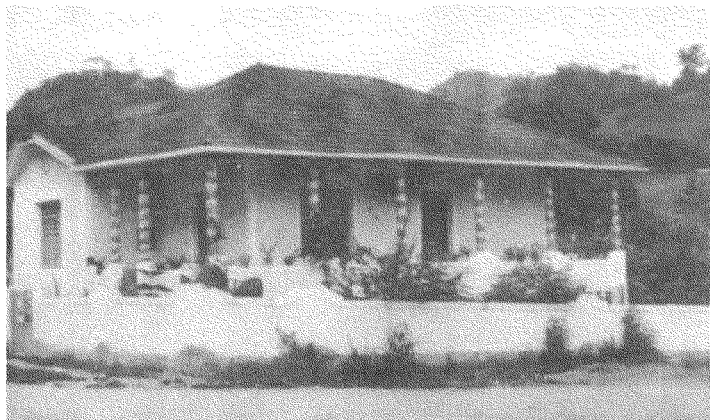
Igreja — Matriz de Santo Antônio.

RIQUEZAS NATURAIS — Água magnesiana sulfatada, bauxita e turfa, são as principais riquezas minerais, muito embora deixem de constituir objeto de explorações regulares. Da área correspondente aos 438 estabelecimentos agropecuários investigados em 1950, apenas 15,94% (3 127 hectares), era constituída de matas. A percentagem correspondente para o Espírito Santo (33,62%) ultrapassava-lhe o dôbro. Por essa razão, é moderada a atividade extrativista que se atém preferentemente, no preparo da lenha para uso doméstico.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 encontrou, no município, 7 394 habitantes (3 806 homens e 3 588 mulheres). O quadro rural englobava 82,58% da população municipal. A densidade demográfica era de 38,51 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Por ocasião do Censo de 1950, a cidade de Rio Novo do Sul, com 1 213 habitantes, e a vila de Princesa, com 76 habitantes, constituíam as aglomerações urbanas da comuna. A população da cidade representava 16,40% sôbre a de todo o município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia de Rio Novo do Sul fundamenta-se na agricultura e na pecuária. Das 2 522 pessoas de 10 anos e mais econômicamente ativas recenseadas no município, 84,62% condensavam-se no ramo "agricultura", "pecuária" e "silvicultura".

Em 1956, o valor do rebanho pecuário foi estimado em 23,5 milhões de cruzeiros e o da produção agrícola elevou-se a 17,3 milhões. Neste último, o café, cultura de base da comuna, participava com 61,65% do valor total, secun-

Vista de uma residência particular

dado a distância pela banana, pela mandioca, pela laranja e pela cana-de-açúcar que apresentaram as quotas respectivas de 9,34%, 6,23%, 5,87% e 5,72%. Na pecuária, liderados pelo efetivo bovino com 56,41% do valor total, sobressaíam os rebanhos: suíno com 17,51%; muar com 12,93%; eqüino com 7,67%. Os demais totalizavam 5,48%.

As indústrias do município, típicas do meio rural (beneficiamento de café e cereais, produção de artigos derivados do leite, etc.), são tôdas de pequeno porte.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 5 estabelecimentos atacadistas e 20 varejistas. Localizado na área de influência de Cachoeiro de Itapemirim, Rio Novo do Sul mantém o grosso de seu intercâmbio comercial com aquela praça, que lhe serve, ainda, como centro para as operações bancárias.

MEIOS DE TRANSPORTE — Rio Novo do Sul está ligado por rodovia, aos seguintes municípios vizinhos: Itapemirim (62 km), Cachoeiro de Itapemirim (30 km), Iconha (20 km), Alfredo Chaves (56 km) e às capitais Estadual (123 km) e Federal (417 km).

Trecho da Rua Major Caetano.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui iluminação elétrica e conta 205 ligações domiciliares. É de 102 o número de domicílios servidos por abastecimento de água. A área pavimentada da cidade é de apenas 550 m^2. Existem na cidade, 1 Pôsto da Cia. Telefônica do Espírito Santo, 1 Agência Postal-telegráfica do D.C.T., 1 cinema, 2 pensões e 1 sociedade desportiva.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em atividade na sede municipal encontram-se 1 médico, 4 dentistas e 3 farmacêuticos. Funcionam 1 Pôsto de Higiene do Estado e 3 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Das 6 088 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, 38,52% sabiam ler e escrever. Dentre as 1 628, pessoas de 7 a 14 anos (idade escolar), 533 declararam-se alfabetizadas, correspondendo a 32,74%.

Ensino — O município possui 19 unidades do ensino primário fundamental comum, das quais, 17 mantidas pelo Estado e 2 pela municipalidade.

Pôsto de Higiene Sanitário do Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem, na cidade, duas bibliotecas, sendo uma pública com aproximadamente 750 volumes e a outra estudantil, com 650 volumes. É mantida pela sociedade local uma banda musical.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	138	442	597	118	278
1951	176	736	427	119	344
1952	302	589	532	133	1 260
1953	342	658	819	140	590
1954	432	761	730	157	559
1955	473	1 407	1 117	214	1 327
1956	578	1 830	2 112	358	997

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Na matriz de Santo Antônio, na cidade, existe um sino de bronze artìsticamente trabalhado, que foi doado por Sua Majestade o Imperador D. Pedro II, quando em visita ao município, ocorrida em 1860.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — É tradicional no município a festa de Santo Antônio, padroeiro da cidade que se realiza entre os dias 12 e 13 de junho de cada ano.

Trecho da Rua Francisco Alves de Athayde

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Gruta "Maria Drumond", localizada na praça do mesmo nome, com a área interna de 550 m² e altura de 40 metros, constitui o principal atrativo aos que visitam a cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No pleito de 1954, Rio Novo do Sul contava 2 263 eleitores. A atual legislatura, composta de 9 vereadores, foi instalada em 1955.

O patronímico do nascido em Rio Novo do Sul é "rio-novense do sul" ou "sul-rio-novense".

Prefeito atual: Sr. Áureo de Oliveira Viana.

(Elaboração de João Gonçalves da Silva — Agente de Estatís-tatística).

SANTA LEOPOLDINA — ES

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — A concessão, em 1800, de uma sesmaria, ao sargento-mor miliciano, José Cláudio de Souza, deu ensejo ao desbravamento do território que integra o atual município de Santa Leopoldina.

As terras compreendidas naquela sesmaria, com três léguas quadradas, estendiam-se a partir do ponto onde começa a navegação do rio Santa Maria, tendo José Cláudio, para nelas se estabelecer, recorrido a favores do Governador da Capitania, no que foi atendido.

Em 1814, sua fazenda já servia de pouso à expedição que realizou o traçado da estrada que ligaria Vitória a Minas Gerais.

Ao pioneirismo de José Cláudio, porém, antepunham-se dois fatôres adversos: os selvagens, localizados nas circunvizinhanças da fundação, e a falta de braços para o cultivo da terra.

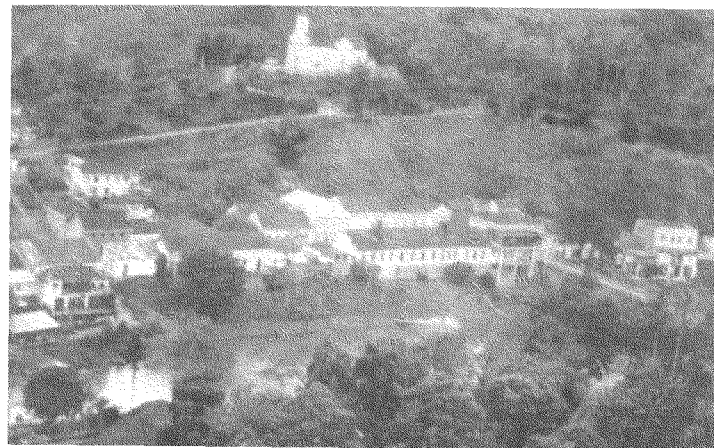
Recorreu, então, a Aldeia Velha (hoje Aracruz), de onde foram trazidos alguns índios já pacificados. A êsse contingente reuniram-se numerosos portuguêses, principais auxiliares no desbravamento da região. Tal esfôrço, contudo, era ainda insuficiente.

Para contornar a situação, promoveu-se a vinda de colonos estrangeiros, a quem foram concedidos prazos de terra.

Em 1856, chegavam os primeiros colonos — 160 suíços — que se estabeleceram a oito quilômetros ao norte da atual cidade.

Nesse mesmo ano, o Govêrno Imperial, por aviso, autorizou a demarcação de terrenos à margem do rio Santa Maria, primeiro passo para a formação da Colônia de Santa Leopoldina.

Novos imigrantes — alemães e luxemburgueses —, em número de 222, chegaram no ano seguinte fixando-se em sítios do atual distrito de Jetibá.

Posteriormente, vieram outros colonos, de nacionalidades diversas.

Vista parcial da cidade.

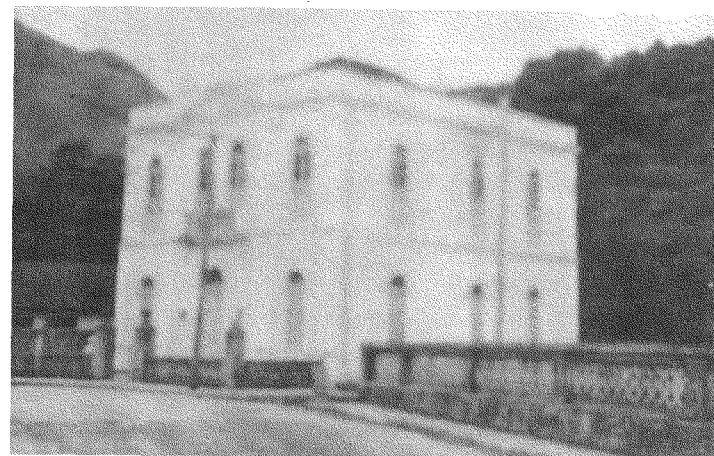
Em fevereiro de 1860, a povoação recebeu a visita do Imperador D. Pedro II, servindo-lhe de intérprete, naquela oportunidade, o Sr. Luiz Holzmeister.

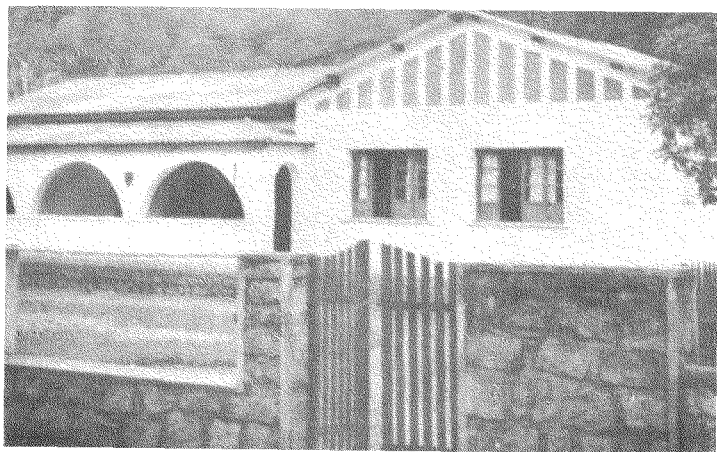
Por essa época, já era grande o desenvolvimento verificado na colônia, quer em comércio, quer em número de habitantes.

A sede colonial foi oficialmente instalada em março de 1867. Sua emancipação, porém, data de 1882.

Com a chegada sucessiva de novos imigrantes, o núcleo populacional alcançou tal desenvolvimento que, por aviso datado de 21 de abril de 1874, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mandou que se lhe desapropriasse a área, com vistas à futura fundação da vila de Cachoeiro de Santa Leopoldina.

Êsses terrenos pertenciam às fazendas do coronel José Cláudio de Freitas, que cedeu gratuitamente sua parte, enquanto a dos herdeiros do coronel Bento Freitas era desapropriada pela importância de quatorze contos de réis, conforme escritura lavrada pelo Tabelião Fernando José Araújo, em 1.° de outubro de 1875.

O município, com a denominação de Cachoeiro de Santa Leopoldina e território desmembrado do município

Prefeitura Municipal.

Cachoeira Véu de Noiva.

Pôsto de Saúde Estadual.

de Vitória, foi criado pela Lei provincial n.º 21, de 4 de abril de 1884, tendo sua sede elevada à categoria de vila.

A nova comuna, entretanto, só foi instalada a 17 de abril de 1887.

Já com a designação de Pôrto de Cachoeiro, a sede municipal recebe foros de cidade, em cumprimento ao Decreto estadual n.º 19, de 12 de abril de 1890.

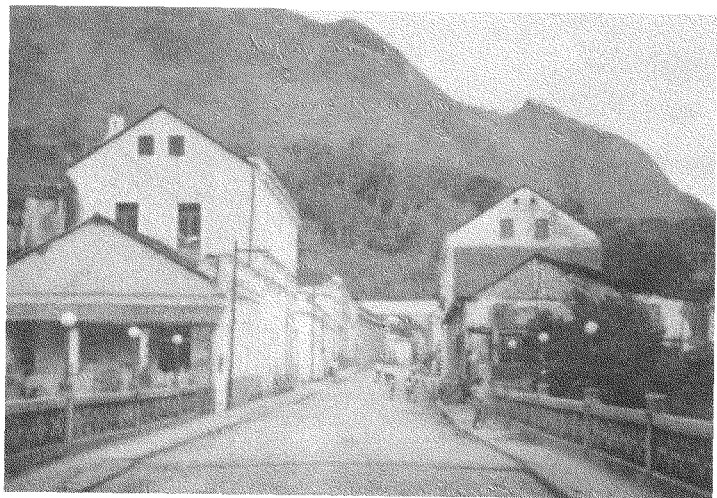
A provisão de 4 de março de 1898, de D. João Batista Nery, Bispo Diocesano do Espírito Santo, criou a Paróquia de Cachoeiro de Santa Leopoldina. O primeiro Vigário foi o padre Leopoldo Pfad, da Congregação do Verbo Divino.

A Comarca foi criada a 13 de maio de 1884, verificando-se sua instalação a 24 de dezembro de 1889.

Segundo a "Divisão Administrativa", em 1911, o município chama-se Pôrto do Cachoeiro de Santa Leopoldina e subdivide-se em 5 distritos: Pôrto do Cachoeiro, Mangaraí, Jequitibá, Timbuí e Chapéu.

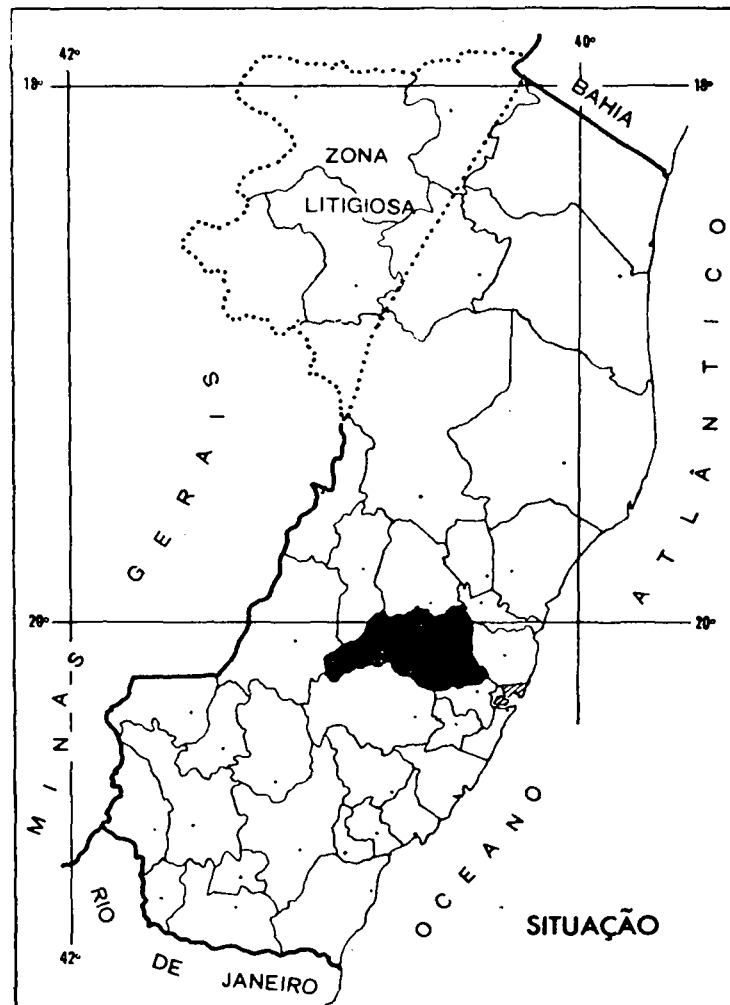
Em cumprimento ao Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município de Cachoeiro de Santa Leopoldina teve o seu topônimo simplificado para Santa Leopoldina, subdividindo-se em 4 distritos: Santa Leopoldina (ex-Cachoeiro de Santa Leopoldina), Djalma Coutinho, Jetibá (ex-Jequitibá) e Mangaraí.

Pela divisão territorial, estatuída pelo Decreto-lei estadual n.º 779, de 29 de dezembro de 1953, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, o município de Santa Leopoldina é constituído de 5 distritos: Santa Leopoldina (sede), Djalma Coutinho, Garrafão, Jetibá e Mangaraí.

A atual legislatura foi instalada em 1955. O Prefeito Municipal é o Sr. José João Robers.

Avenida Presidente Getúlio Vargas.

LOCALIZAÇÃO — Santa Leopoldina está situado na Zona Fisiográfica "Serrana do Centro", confrontando-se com os municípios de Afonso Cláudio, Itaguaçu, Santa Teresa, Fundão, Serra, Cariacica e Domingos Martins.

Dista, em linha reta, da Capital do Estado — 33 km. Rumo em relação à Capital: N.O.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 20° 06' de latitude Sul e 40° 31' 22" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 100 metros, na sede municipal.

CLIMA — Quente, na zona leste, e temperado, nas demais. Temperaturas: máxima, 35°C; mínima, 18°C. Precipitação pluviométrica em 1956: 1 217,8 mm.

ÁREA — 1 439 km².

RIQUEZAS NATURAIS — Cristal de rocha, ouro, águas-marinhas, pedras coradas, malacachetas, pedra e areia para construção representam as riquezas minerais; madeiras de lei, plantas oleaginosas e fibra de guaxima são as riquezas vegetais.

Os 20 679 hectares em 1950 encontrados, representavam 21,22% da área total dos 2 051 estabelecimentos agrícolas pesquisados.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São 5 as aglomerações urbanas no município: a cidade de Santa Leopoldina, com 974 habitantes, e as vilas de Djalma Coutinho, com 90, Mangaraí, com 32, Garrafão, com 31, e Jetibá com 21 habitantes.

Avenida Jerônimo Monteiro.

O total dos habitantes da cidade correspondia a 5,04% da população do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Santa Leopoldina tem na agricultura sua principal fonte econômica. Dentre as culturas agrícolas praticadas, destaca-se a do café, cuja produção, em 1956, atingiu 1 740 t, no valor estimado de 44 milhões de cruzeiros, equivalendo a 44,64%, do valor total da produção agrícola, no mesmo ano.

Ao café, seguem-se a mandioca (19 100 t) e o milho (3 072 t), no valor de 12 e 10 milhões de cruzeiros, respectivamente.

A atividade pecuária é significativa, desenvolvendo-se principalmente nas zonas sul e leste do município. Verifica-se exportação de leite para o mercado de Vitória.

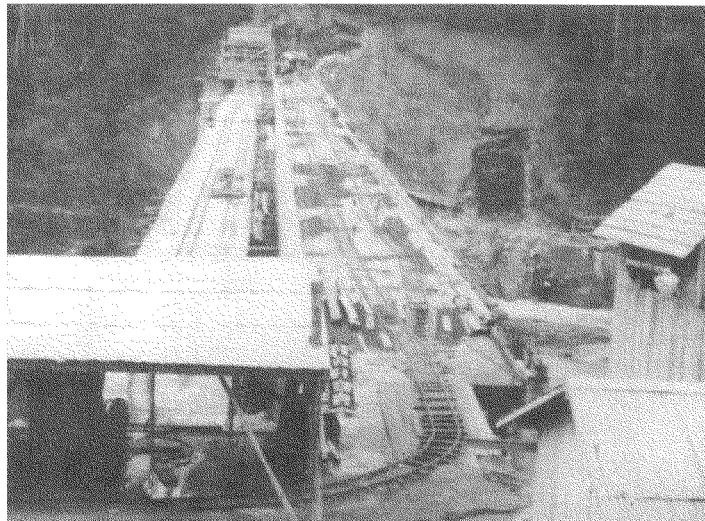
Em 1956, os principais rebanhos, com seus respectivos valores, estavam assim constituídos:

ESPÉCIE	Quantidade	Valor (Cr$ 1 000)
Bovinos	20 300	45 000
Suínos	26 300	37 000
Muares	4 700	17 000
Eqüinos	4 200	7 000

Vista da montante da barragem do rio Bonito.

COMÉRCIO — Existem na sede municipal 1 estabelecimento atacadista e 14 varejistas. O comércio local mantém transações principalmente com a praça de Vitória.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Santa Leopoldina, servindo ùnicamente por estradas de rodagem, está ligado às sedes municipais limítrofes de Afonso Cláudio — 121 km; Itaguaçu — 86 km; Santa Teresa — 29 km; Fundão — 116 km; Serra — 74 km; Cariacica — 34 km e Domingos Martins — 88 km.

Dista das Capitais Estadual e Federal, também por rodovia, 47 e 591 km, respectivamente.

Parte superior da montante da barragem do rio Bonito

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta 7 logradouros inteiramente pavimentados a paralelepípedos (9 550 m²) e 3 calçados com pedras irregulares (2 950 m²). É servida de luz elétrica, com 212 ligações domiciliares. A água canalizada, distribuída numa extensão de 3 000 metros, atende a 158 domicílios. O serviço de esgôto abrange 18 logradouros, servindo a 132 prédios.

O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma agência Postal-telegráfica. Existe um Pôsto Telefônico da Cia. Telefônica do Espírito Santo.

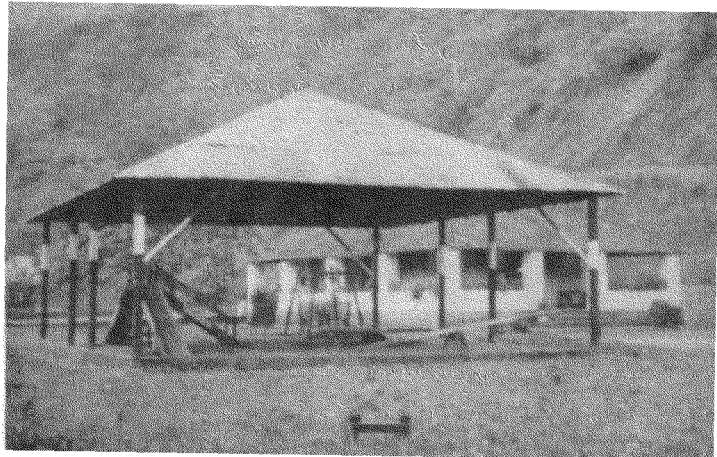
Funcionam um hotel, uma pensão, um cinema e uma sociedade desportiva.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Govêrno do Estado presta assistência médica à população, através de um Pôsto de Higiene. Também a L.B.A. mantém um Pôsto de Puericultura.

Desempenham atividades profissionais um médico e seis dentistas. Funcionam duas farmácias.

Grupo Escolar Professor Loureiro.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais — 14 987, segundo o último Censo — 8 318, ou seja, 55,48%, sabiam ler e escrever.

A percentagem de alfabetizados no Estado era de 40,96%.

Casa da Criança.

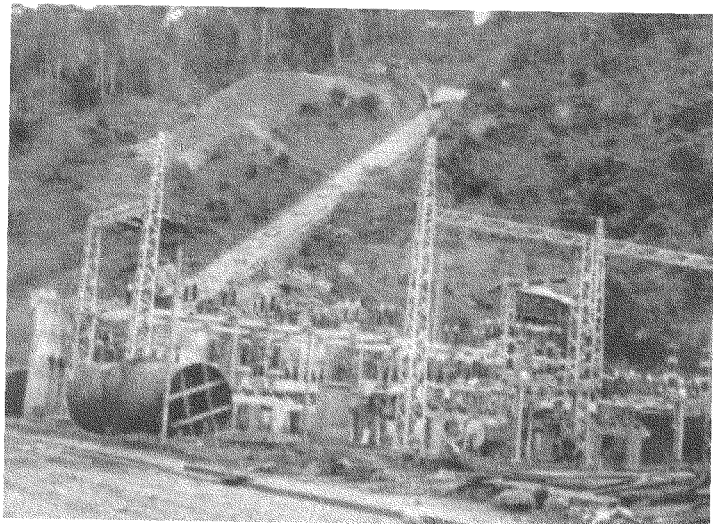
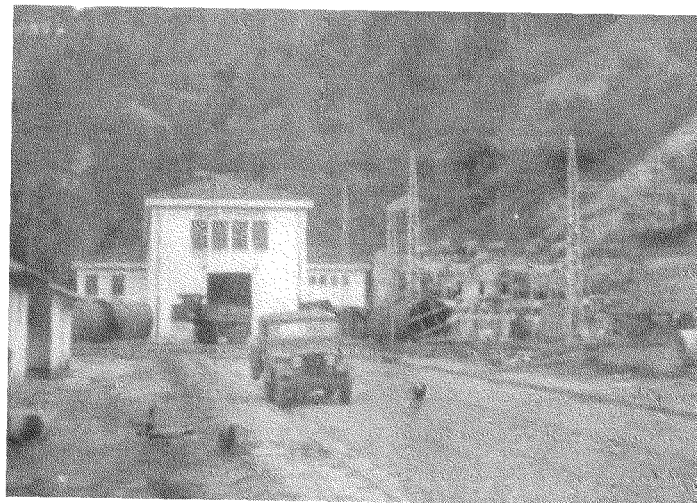
Ensino — Há em todo o território municipal 1 unidade do ensino pré-primário, 58 do primário fundamental comum, 7 do supletivo e 1 do complementar, mantidas pelos governos estadual e municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	354	1 866	653	323	743
1951	355	1 474	1 030	435	1 030
1952	451	1 481	1 154	391	1 154
1953	559	1 829	1 377	553	1 377
1954	1 011	2 348	1 237	636	1 237
1955	935	4 175	1 507	674	1 507
1956	611	3 442	1 400	595	1 400

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — O município de Santa Leopoldina serviu de inspiração e cenário para o romance "Canaan", do escritor maranhense José Pereira de Graça Aranha.

Dominando a cidade, existe um monumento comemorativo à chegada dos primeiros imigrantes.

Os serviços postal e telegráfico foram inaugurados em 1878 e 1896, respectivamente.

Transformadores da Usina Rio Bonito.

Vista parcial da casa das máquinas — barragem do Rio Bonito.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — Cita-se o rio Santa Maria da Vitória, por formar as maiores cachoeiras existentes no Estado do Espírito Santo, destacando-se as seguintes: Suíça, com 70 800 H.P., em estudos para aproveitamento, e Rio Bonito, com a potência de 24 000 H.P., em vias de ser aproveitada através da usina que o Govêrno Estadual ali está construindo.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — As manifestações populares mais significativas realizam-se na cidade, por ocasião da festa em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora, no mês de maio. Também o 17 de abril, Dia do Município, é festivamente comemorado.

VULTOS ILUSTRES — Destacam-se os seguintes: Afonso Cláudio de Freitas Rosa — jurisconsulto, professor de Direito, historiador, publicista e primeiro Presidente Republicano do Estado; Álvaro Henrique Moreira de Souza — escritor, conferencista e sociólogo, autor de várias obras sob o pseudônimo de Saul Navarro; e Clemens Holzmeister — arquiteto de renome internacional.

Vista parcial da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município recebem o nome de leopoldinense ou cachoeirano.

Existem uma associação rural e uma cooperativa de produção.

Havia 4 321 eleitores inscritos em 1954. A Câmara Municipal é constituída de nove vereadores.

(Elaboração de Carmélio Holzemeister — Agente Itinerante).

SANTA TERESA — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O devassamento do território compreendido nos limites da atual comunidade teresense, foi encetado em 1874, por 8 imigrantes italianos estabelecidos, primitivamente, no núcleo colonial Conde D'Eu, hoje sede do município de Ibiraçu.

Lançado o marco pioneiro, a fertilidade do solo e as condições climáticas de região serrana, formando um conjunto mesológico de certo modo semelhante ao dos países mediterrâneos da Europa, constituíram fator preponderante para que a Inspetoria Especial de Terras e Colonização da Província, com vistas à próxima leva de imigrantes que um dos irmãos Tabachi fôra providenciar na Europa, como representantes do Govêrno provincial, ali criasse o núcleo Antônio Prado e promovesse a imediata demarcação dos lotes coloniais.

A 9 de maio de 1875, pelo vapor francês "Rivadavia", Tabachi chegava ao Rio de Janeiro, acompanhado de 60 famílias tirolesas provenientes da região lindeira austro-italiana, dali partindo, via Vitória e Pôrto de Cachoeiro, com destino ao núcleo recentemente criado.

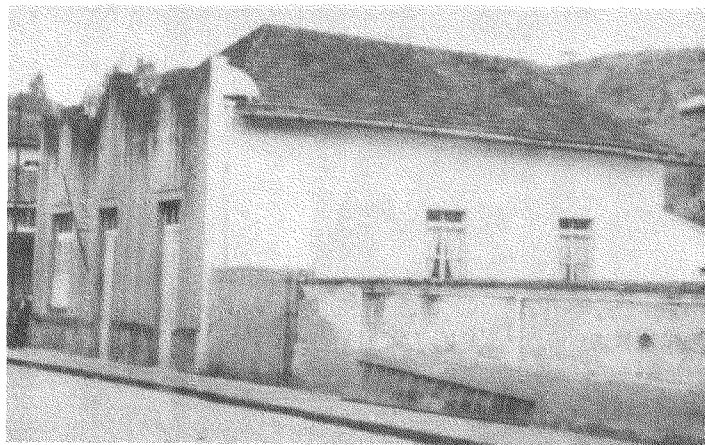
Era diretor-geral de colonização o Sr. Santana Lopes e vice-diretor o austríaco Franz Von Lipp.

A 26 de junho de 1875, fazia-se, mediante sorteio, a distribuição dos lotes aos respectivos colonos e iniciava-se, desta sorte, a utilização das terras do Canaã.

A povoação que se formava com o surgimento de numerosas barracas às margens do rio Timbuí, houve quem lembrasse o nome de São Virgílio, com o qual discordou o Sr. Von Lipp. O impasse, todavia, foi sanado quando, meses após, a 15 de outubro, uma devota colocou na reentrância de frondosa árvore, à cuja sombra os colonos habitualmente se reuniam à hora do "angelus", uma imagem de Santa Teresa, trazida de sua pátria.

A partir de então, a sede improvisada do núcleo Senador Prado passou a denominar-se Santa Teresa do Timbuí.

Há quem afirme, entretanto, que êsse topônimo se originou do nome da antiga estrada de Santa Teresa que, partindo de Vitória demandava as Minas Gerais e já, em 1854, fôra citada em Relatório do Presidente Sebastião Machado Nunes.

Vista parcial da cidade.

Prefeitura Municipal.

Em 1876, o núcleo recebia novos grupos de imigrantes italianos e em 1877, localizavam-se no vale do rio Vinte e Cinco de Julho, colonos procedentes da Alemanha e da Suíça. A leva de imigrantes poloneses, também chegada ao Brasil em 1877, foi localizada ao longo do rio Cinco de Novembro.

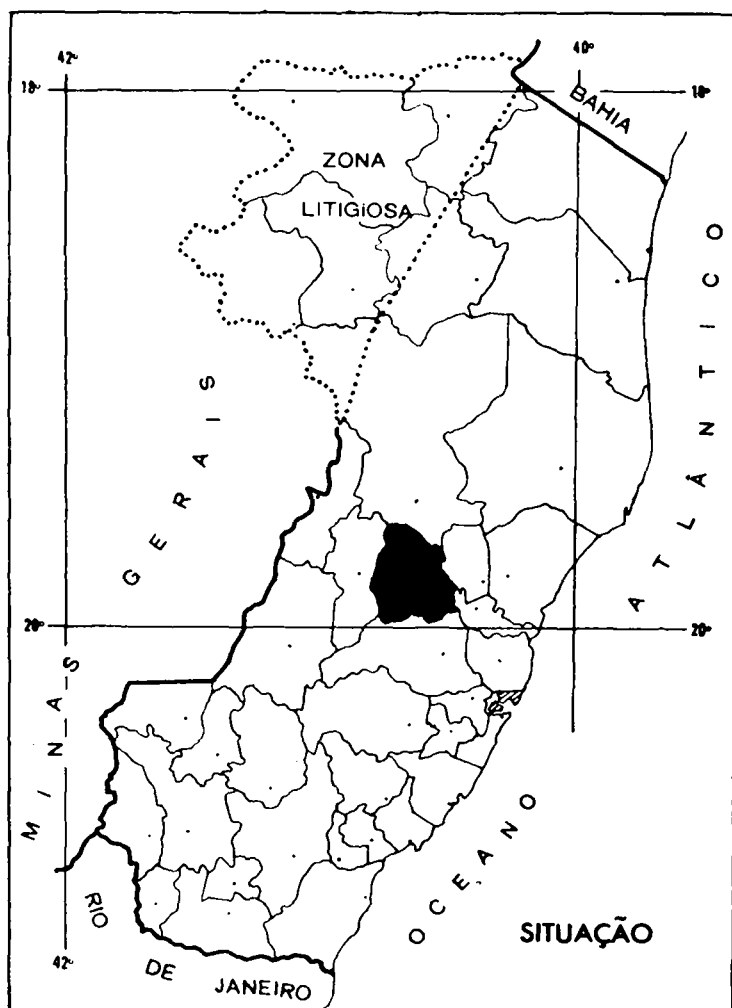
Com a influência européia então dominante, a região de um modo geral, desenvolvia-se à base de regular policultura, onde predominavam o café, o milho e a mandioca. Na região serrana, a viticultura, e a sericicultura — esta em caráter experimental — apresentavam resultados satisfatórios.

A experiência, contudo, foi, através dos anos, modificando os hábitos alienígenas, e a cafeicultura, proporcionando resultados mais estáveis e compensadores, passou a constituir a atividade característica regional.

Trecho da Rua Coronel Avancini.

Em 1888 (Lei provincial n.º 24, de 17 de setembro), Santa Teresa do Timbuí, era elevada a sede de distrito, e pelo Decreto estadual n.º 54, de 25 de novembro de 1890, elevava-se à categoria de vila, emancipando-se, dessa forma, da comuna de Santa Leopoldina. A instalação oficial do município de Santa Teresa ocorreu, no entanto, a 22 de março do ano seguinte.

A comarca de Santa Teresa foi criada em 18 de novembro de 1895 (Decreto n.º 124). Suprimida em 1900 com várias outras, por motivos de ordem econômica, só foi restaurada a 7 de setembro de 1923, como comarca de primeira entrância.

LOCALIZAÇÃO — Santa Teresa é um dos componentes da Zona Fisiográfica "Serrana do Centro" e confronta-se com os municípios de Itaguaçu, Colatina, Ibiraçu, Fundão e Santa Leopoldina. A cidade dista de Vitória 52 quilômetros em linha reta, apresentando as seguintes coordenadas geográficas: 19° 56' 03" de latitude Sul e 40° 36' 03" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade encontra-se a 675 metros de altitude.

CLIMA — A sede municipal, situada na região serrana do Canaã, apresenta clima temperado, ligeiramente semelhante ao do sul do país. A temperatura oscila entre 3°C (mínima) e 30°C (máxima). Em 1956 a precipitação pluviométrica foi de 1 044 mm.

Vista parcial da cidade.

Colégio Santa Catarina.

ÁREA — 1 005 km².

RIQUEZAS NATURAIS — Ouro, cristal de rocha e águas-marinhas, caracterizam os recursos minerais do município. Os 17 675 hectares em matas, embora correspondam apenas a 22,58% da área total dos 1 655 estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950, apresentam regular variedade de madeiras de lei, como cedro, baraúna e canela.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população de Santa Teresa era de 21 926 habitantes (11 333 homens e 10 593 mulheres) e a densidade demográfica, de 21,82 pessoas por quilômetro quadrado. O quadro rural englobava 92,82% da população municipal.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, o município contava com as 4 seguintes aglomerações urbanas:

	População
Cidade de Santa Teresa	912
Vilas de:	
São João de Petrópolis	419
Vinte e Cinco de Julho	136
Alto Santa Maria	108

Escola Agrotécnica de Santa Teresa.

A população da cidade correspondia, então, a 4,2% do total do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Município essencialmente rural, Santa Teresa, em 1950, mantinha o grosso

Aspecto da Escola Agrotécnica de Santa Teresa.

(86%) de sua população de 10 anos e mais, econômicamente ativa, no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Embora seja sintomática a predisposição ao desenvolvimento regular da policultura, o café ainda constitui o produto basilar da economia teresense, participando com 41,82% (1 611 t) do valor total da produção agrícola, cuja estimativa para 1956 foi de 89,9 milhões de cruzeiros.

O milho (7 760 t), a mandioca (11 910 t), a banana (250 000 cachos) e o feijão (347 t), com as quotas respectivas de 28,79; 8,22; 5,56 e 3,86% daquele valor global, ocupavam postos de destaque no confronto geral.

No rebanho pecuário existente em 1956, avaliado em 64,3 milhões de cruzeiros, avultavam os efetivos bovino (10 800 cabeças), muar (7 600 cabeças) e suíno (10 000 cabeças), com a contribuição percentual sôbre o valor citado, de 35,26, 34,86 e 22,23%. Os demais totalizavam apenas 7,65%.

Das indústrias municipais, a grande maioria constitui atividade suplementar da agricultura, dedicando-se quase que exclusivamente ao beneficiamento de café e cereais. Santa Teresa é, no entanto, regular produtor de aguardente de cana (157 306 litros no valor de 1 815 mil cruzeiros, em 1956). A média mensal de energia elétrica fornecida é de 5 224 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se, na cidade, 3 estabelecimentos atacadistas e 12 varejistas. O intercâmbio comercial é feito, preferentemente, com as praças de Vitória e Colatina.

As operações bancárias são praticadas através do Banco do Brasil S. A., que mantém uma Agência na cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE — Santa Teresa é servido por regular rêde rodoviária que o põe em contacto com as seguintes cidades: Colatina (61 km), Fundão (145 km), Ibiraçu (156 km), Itaguaçu (57 km), Santa Leopoldina (29 km) e Vitória (76 km). Por rodovia dista da Capital Federal 620 km.

Vale do Canaã.

Vista do aviário da Escola Agrotécnica.

ASPECTOS URBANOS — Entre os melhoramentos existentes, enumeram-se: 259 residências dotadas de iluminação elétrica; 13 logradouros abastecidos de água tratada com 268 derivações domiciliares; regular serviço de esgôto; 5 logradouros inteiramente pavimentados a paralelepípedo e 5 parcialmente calçados.

Um serviço Postal-telegráfico do D.C.T. e um Pôsto Telefônico da CTES são os meios de comunicação da cidade. Constituem os estabelecimentos de hospedagem, 2 hotéis e 3 pensões. O setor sócio-cultural é representado por 1 clube recreativo, 1 cinema e 2 associações desportivas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — A Casa de Saúde "Santa Teresa" é o único estabelecimento hospitalar existente.

Servem a população municipal: 4 médicos, 6 dentistas, 6 farmacêuticos e 6 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — Dos 18,092 habitantes de 5 anos e mais recenseados em 1950, 44,94% declararam-se alfabetizados. A percentagem para o Estado correspondia a 40,96%.

Ensino — No plano educacional, Santa Teresa conta com 76 unidades do ensino fundamental comum, 1 do supletivo e 3 do complementar.

O ensino secundário é ministrado através do Seminário Seráfico São Francisco de Assis, da Ordem dos Capuchinhos; do Ginásio Teresense e da Escola Agrotécnica de Santa Teresa, esta mantendo curso de iniciação à agricultura.

Avenida Gasparini.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Em todo o município funcionam: a Biblioteca João Punaro Bley (6 000 volumes), da Escola Agrotécnica de Santa Teresa, a do Centro Cívico "Graça Aranha" (1 200 volumes) e 2 outras de menor vulto; o Museu de Biologia "Professor Mello Leitão"; 2 tipografias e 2 periódicos (1 quinzenal e 1 mensário).

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	591	2 030	1 431	457	1 532
1951	769	2 056	1 058	537	1 160
1952	1 045	3 309	1 224	556	1 361
1953	1 647	4 320	1 637	637	1 615
1954	1 980	4 083	1 818	774	1 727
1955	1 445	9 903	1 535	745	1 206
1956	1 421	8 420	2 466	1 341	62

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — O Vale do Canaã, imortalizado pela obra de Graça Aranha, situado nas proximidades da cidade, destaca-se como particularidade geográfica do município.

VULTOS ILUSTRES — O Dr. Augusto Ruschi, engenheiro-agrônomo, naturalista e profundo conhecedor de Biologia, já tendo representado o Brasil em 5 congressos científicos internacionais, é filho de Santa Teresa.

Rua Jerônimo Vervloet.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — As principais festas do município realizam-se a 26 de junho e a 15 de outubro de cada ano. A primeira refere-se ao "Dia do Município" e a segunda, de caráter religioso, é consagrada a Santa Teresa, padroeira da comuna.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O cidadão nascido em Santa Teresa é denominado "teresense". Contam-se em Santa Teresa, 1 associação rural e 1 cooperativa de consumo. No pleito de 1955 o número de eleitores inscritos era de 4 750.

A Câmara Municipal compõe-se de nove vereadores.

É Prefeito do Município o Sr. Frederico Giuberti.

(Elaboração de José Maria de Castro Lessa — Agente de Estatística).

SÃO JOSÉ DO CALÇADO — ES

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Graças à coragem de dois sertanejos, Marciano Lúcio e o caboclo Valério, e à liberalidade do coronel José Dutra Nicácio, de Minas Gerais, senhor de grandes extensões de terras, e também dos Srs. José Francisco Furtado de Melo e José Lima da Silveira, formou-se, nos limites com o Rio de Janeiro, o arruado que, mais tarde, se transformaria no município de São José do Calçado.

O topônimo — reza a tradição — resultou de a população local ter adquirido, na Côrte, pequena imagem de São José, na qual vieram, justapostas, duas sandálias. E São José foi tomado como padroeiro, porque seus fundadores tinham êsse nome: — José Dutra Nicácio, José Rodrigues Chaves, José Lima da Silveira e José Francisco Furtado de Melo. Outros colaboraram, na fundação (quase todos Josés) e auxiliaram a construção da primeira capela.

Na área doada pelo coronel José Dutra, foi lançada, a 7 de novembro de 1855, o marco da povoação. Nos primórdios de sua formação e, depois, no curso de sua evolução política como povoado, distrito de Paz, vila, município, cidade e comarca, São José do Calçado pertenceu a vários municípios, até firmar independência.

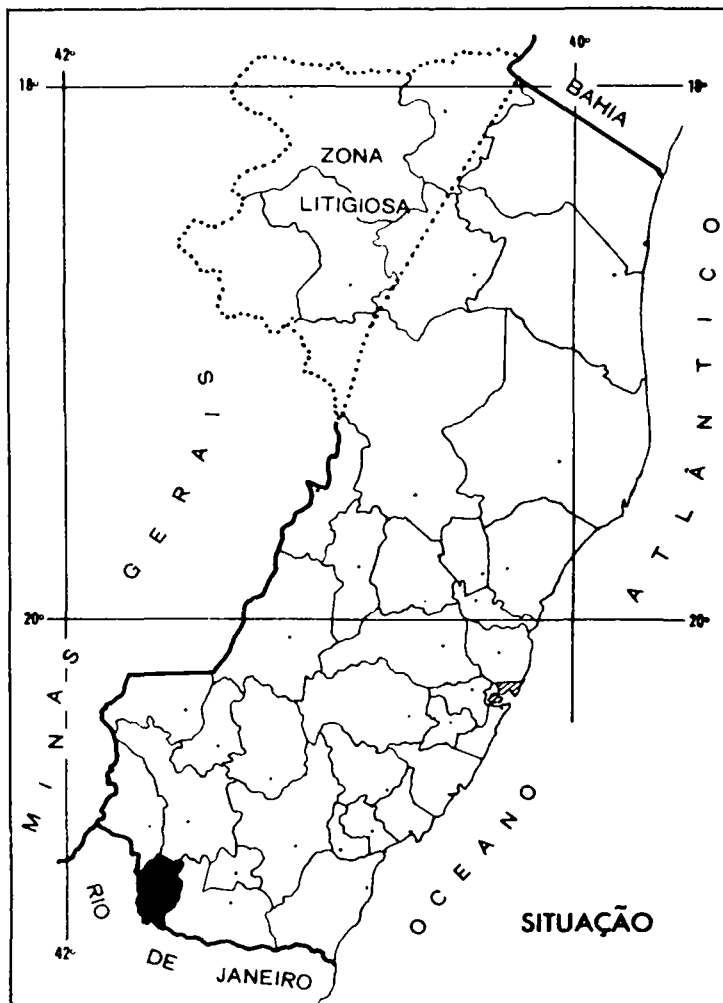
Vista parcial da parte baixa da cidade.

Sua elevação a freguesia e sede de distrito data de 16 de novembro de 1871 (Lei n.º 11) e à categoria de vila, de 11 de novembro de 1890, quando foi desligado o território do de Cachoeiro de Itapemirim, e, pelo Decreto n.º 53, criado o município, instalado a 15 de março de 1891. Pela Lei número 8, de 30 de junho de 1892, foi criada a comarca de São José do Calçado, mais tarde, suprimida e anexada à de São Pedro de Itabapoana. No govêrno de Marcondes Alves de Souza foi restabelecida, sendo mudado o nome para Marcondópolis (14 de dezembro de 1915). Voltou, depois, à antiga denominação, em 5 de julho de 1923, quando foi elevada à categoria de cidade, pela Lei n.º 1 384.

O município é hoje sede de comarca de 1.ª entrância.

De acôrdo com o quadro territorial vigente em 1.º de julho de 1955, o município é composto de 4 distritos: São José do Calçado, Airituba, Alto Calçado e Bom Jesus do Norte.

LOCALIZAÇÃO — São José do Calçado está situado na Zona Fisiográfica "Serrana do Sul". Limita com os municípios de Mimoso do Sul, Alegre, Guaçuí e com o Estado do Rio.

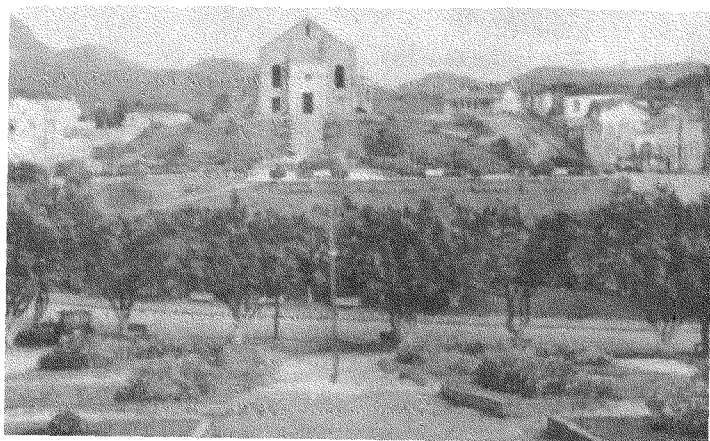
Coordenadas geográficas: 21º 01' 38" de latitude Sul e 41º 37' de longitude W.Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 159 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 300 metros na sede municipal.

CLIMA — O clima do município varia entre quente — meses de dezembro a março, com ocorrência de chuvas fortes e trovoadas; frio — nos meses de maio a julho; e temperado — nos demais.

ÁREA — 387 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município está assentado em região extremamente acidentada. Montanhas, vales, rios e cachoeiras formam o conjunto topográfico de São José do Calçado. Seus pontos mais elevados estão nas serras da Moribeca, Pontão, Batatal, Jaspe e Volta Fria.

Prefeitura Municipal.

Jardim Público.

É cortado pelos rios Itabapoana, Calçado e Jardim. Numerosas são as cachoeiras existentes. Salienta-se a cachoeira de Mangarative cujo potencial de 2 000 H.P. é aproveitado para o fornecimento de energia elétrica à sede municipal, à cidade fluminense de Bom Jesus do Itabapoana e vilas vizinhas de um e outro Estado.

Ainda não aproveitadas, citam-se as cachoeiras do Inferno, com 5 000 H.P. e 14 metros de altura; da Fumaça, com 2 000 H.P.; e da Ponte da Pedra e Bonita, cada uma com o potencial calculado de 1 000 H.P.

RIQUEZAS NATURAIS — Em 1950, as matas ocupavam 11,29% da área total dos 602 estabelecimentos agrícolas recenseados no município. Encontram-se cedro, vinhático, cabiúna, jequitibá, canela, peroba, ipê, etc. A flora medicinal é rica e variada.

Barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos, pedra e areia para construção são os principais produtos de origem mineral.

POPULAÇÃO — A população do município, pelo Censo de 1950, compunha-se de 16 002 habitantes, dos quais 8 128 homens e 7 874 mulheres.

Na zona rural localizavam-se 73,28% da população calçadense.

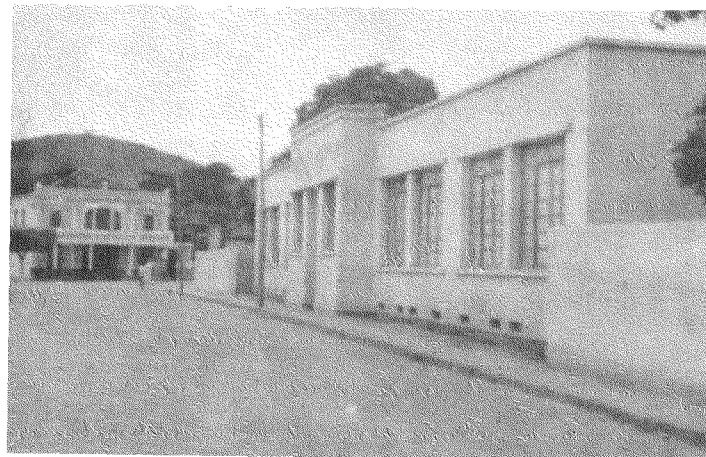
Densidade demográfica: 41,35 habitantes por km^2.

Rua Getúlio Vargas.

Aglomerações urbanas — Em 1950, na cidade de São José do Calçado encontravam-se 1 845 pessoas, população inferior à da vila de Bom Jesus do Norte (2 079 habitantes). Nas vilas de Alto Calçado e Airituba foi registrada a presença de 223 e 129 pessoas, respectivamente.

A população da cidade representa 11,53% da população total do município.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura, ou melhor, a lavoura cafeeira constitui o principal ramo de atividade econômica da população do município.

Entretanto, pratica-se também a pecuária, embora em pequena escala.

Grupo Escolar Horácio Plínio.

Existiam no município, em 31-12-1956, cêrca de 13 000 cabeças de gado bovino, no valor de 36 milhões de cruzeiros, e 12 000 suínos no valor aproximado de 7 milhões de cruzeiros.

O valor total da produção agrícola em 1956 foi de cêrca de 69 milhões de cruzeiros, dos quais 91,39% provenientes do café.

A quantidade de café, correspondente ao valor de 63 milhões de cruzeiros, foi de 180 000 arrôbas. Nesse mesmo ano, existiam no município cêrca de 9 milhões de pés de café frutificando e a área ocupada com plantações já produzindo era de 6 750 hectares.

O município produz, ainda, laranja, banana, cana-de-açúcar, feijão, arroz e milho.

No setor industrial o beneficiamento do café é a atividade mais desenvolvida, existindo, contudo, estabelecimentos de fabricação de manteiga, de aguardente e de artefatos de barro. Em construção, há uma usina de açúcar.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem, atualmente, na sede, 5 estabelecimentos atacadistas, 52 varejistas, 20 de prestação de serviço e 2 agências bancárias.

Há, em todo o município aproximadamente 120 estabelecimentos varejistas.

Vista de uma rua da cidade.

Os produtos agrícolas são consumidos no próprio município, com exceção do café, cuja exportação se faz diretamente para o Rio de Janeiro.

O comércio local é abastecido nas praças de Cachoeiro de Itapemirim, Campos, Distrito Federal e São Paulo.

Ponte sôbre o rio Itabapoana.

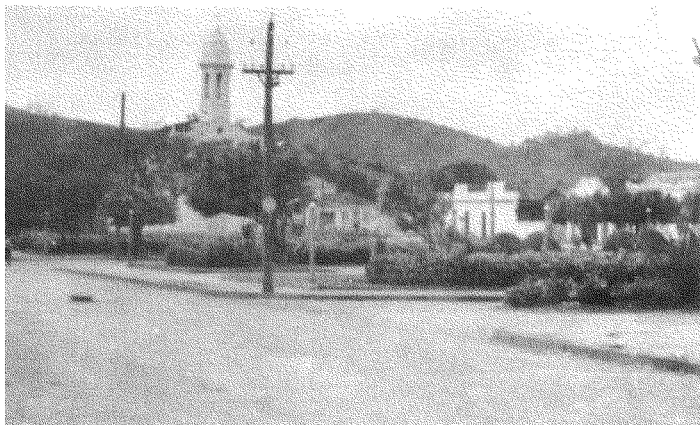
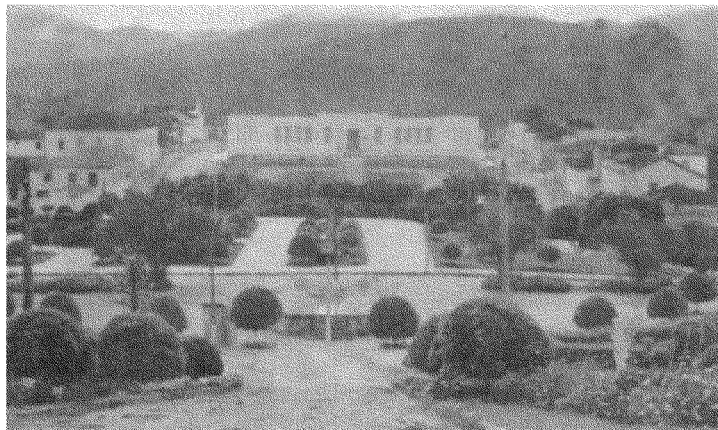
MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por três emprêsas de ônibus que cobrem o percurso entre a cidade de São José do Calçado e os distritos de Airituba, Alto Calçado e Bom Jesus do Norte.

Acha-se diretamente ligado, por rodovia, às sedes municipais limítrofes: Alegre (46 km), Mimoso do Sul (66 quilômetros), Guaçuí (45 km) e Bom Jesus de Itabapoana — RJ (14 km).

Dista da Capital do Estado 236 km, por rodovia, e 257 km, por transporte misto (rodovia-ferrovia); da Capital da República 433 km, por rodovia, e 434 km, por transporte misto (rodovia-ferrovia).

Achavam-se registrados na Prefeitura Municipal 20 automóveis e 18 caminhões.

ASPECTOS URBANOS — São José do Çalçado é topogràficamente acidentada. Suas ruas, tanto da parte baixa como da cidade alta, são quase tôdas calçadas com paralelepípedos. Dos 520 prédios existentes, 420 são providos de iluminação elétrica. O Serviço de Abastecimento de Água atende a 402 domicílios. A cidade possui 1 Agência Postal-telegráfica, 1 hotel, 1 pensão, 1 cinema e 2 clubes desportivos.

A sede municipal e o distrito de Alto Calçado são servidos, internamente, pelas emprêsas Telefônicas "Calçadense" e "São Benedito" que mantêm instalados 35 e 12 aparelhos, respectivamente.

Praça Astholfo Lôbo.

Praça Pedro Vieira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência é prestada à população por um Pôsto de Higiene e um Hospital moderno — o São José, com 35 leitos. Existem 4 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos em atividade. Três farmácias fazem o comércio de medicamentos no município.

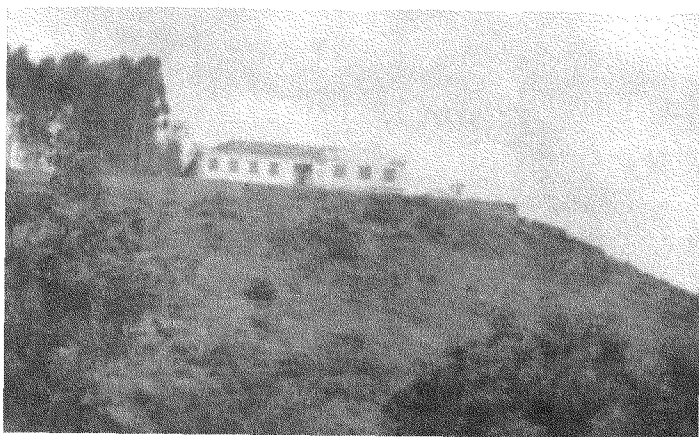
ALFABETIZAÇÃO — Quando do Censo de 1950, dentre as pessoas de 5 anos e mais (13 388) sabiam ler e escrever 5 976 pessoas, correspondendo a 44,64% da população nesse grupo de idades. A percentagem correspondente para o Estado do Espírito Santo era de 40,96%.

Ensino — Em 1956, funcionaram 42 escolas de ensino fundamental comum, 5 de curso supletivo e 2 de curso secundário — o Ginásio coronel Antônio Honório, mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, e o Colégio de Calçado, no distrito da sede, com os cursos: Ginasial, Formação de Professôres e Científico. Êste último, modelar estabelecimento de ensino, atrai grande número de estudantes de outros municípios.

Ginásio de Calçado (particular).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede 1 tipografia. Circula semanalmente o jornal "A Ordem".

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	839	4 961	898	402	1 033
1951	1 071	8 809	916	477	689
1952	916	8 344	1 205	473	1 053
1953	1 323	9 167	1 660	699	1 636
1954	1 630	11 924	1 822	625	1 881
1955	2 000	15 952	1 906	666	2 032
1956	2 088	11 191	2 350	882	2 350

Hospital São José (particular).

FESTAS POPULARES — A festa principal realiza-se no dia 31 de maio, tradição mantida pelos calçadenses, em homenagem a São José e à Virgem Maria, e dela participa grande número de devotos. Barraquinhas, parque de diversões, exibição de bumba-meu-boi e jongos em desafio completam os festejos.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres de São José do Calçado citam-se o Dr. Abner Mourão, eminente político, e militante atual da imprensa paulista e o Dr. Cícero de Morais, engenheiro e geógrafo que ocupa atualmente alto pôsto no serviço público estadual.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na principal praça da cidade de São José do Calçado foi erigido um busto em homenagem ao coronel Pedro Vieira pelo muito que fêz em prol do desenvolvimento do município.

A Câmara Municipal compõem-se de 9 vereadores.

Prefeito atual: Sr. Aristides Teixeira de Rezende.

(Elaboração de Sebastião Isaac Ferreira — Agente de Estatística).

SÃO MATEUS — ES

Mapa Municipal na pág. 107 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Das incursões organizadas a fim de repelir os ataques freqüentes movidos pelos selvagens aos primeiros colonizadores da Capitania do Espírito Santo, situados em Vila Velha, originou-se, à margem direita do rio Cricaré, um núcleo populacional por onde começaria o desbravamento do território que, atualmente, compõe o município de São Mateus.

Consta, aliás, que na região daquele rio estava localizado o grosso do gentio que hostilizava o donatário da Capitania — Vasco Fernandes Coutinho.

Assim, em 1558, na estreita faixa de terra situada entre o rio Mariricu e o mar, encontraram-se, em feroz batalha, Fernão de Sá, filho do Governador-Geral do Brasil, e os índios Aimorés, o que resultou na morte do nobre português e massacre de suas tropas.

Em conseqüência, organizou-se uma fôrça punitiva para dar combate aos selvagens, que, dêsse modo, foram obrigados a procurar refúgio nas serras situadas nas cabeceiras do rio Cricaré.

Em 1596, o padre José de Anchieta visitou a região. Vinha pacificar os ânimos.

Sabe-se que Anchieta chegou à povoação do Cricaré no dia consagrado a São Mateus, nome pelo qual, daí em diante, ficou o rio conhecido. Uma igreja, cujas ruínas ainda existe, atestam a passagem do missionário por terras de São Mateus. A criação da freguesia é dessa época.

Vista da margem esquerda do rio São Mateus.

Em 1721, João de Velasco Molina, delegado da Coroa junto à Capitania do Espírito Santo, é substituído por Antônio de Oliveira Madail, o qual, facilitando meios de transporte, incrementou a colonização e povoamento do rio São Mateus.

A carta régia de 23 de março de 1751 criou o distrito, com sede na pequena povoação.

Para a instalação da vila, fato ocorrido em 1764, estêve presente o ouvidor da Capitania de Pôrto Seguro, Tomé Couceiro. A criação do município data de 27 de setembro dêsse ano. Daí em diante, São Mateus entrou em fase de grande desenvolvimento, não só pela produtividade das terras, mas, principalmente, pelo afluxo de navios que, demandando o seu pôrto fluvial, promoviam o comércio intenso da região.

Pela Resolução n.º 1, de 3 de abril de 1848, a vila de São Mateus recebe foros de cidade.

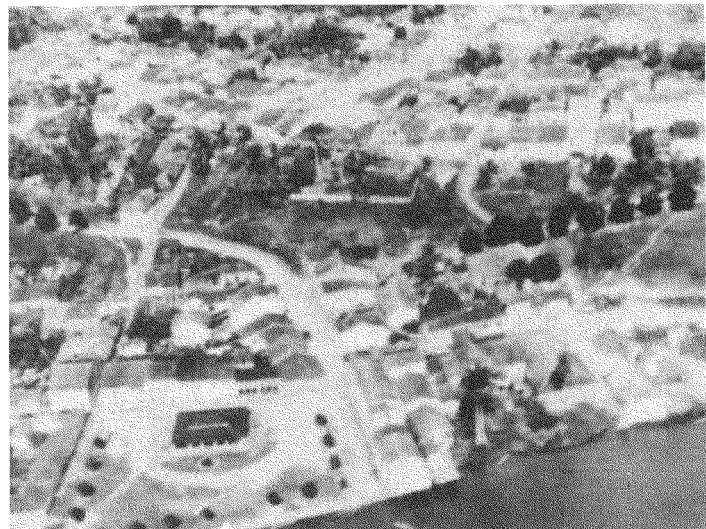
O município, em 1876, já se ligava telegràficamente à sede da Província.

Deve-se aos irmãos Antônio e Mateus Gomes da Cunha a introdução da lavoura cafeeira em território mateense.

Com efeito, em 1876, êsses pioneiros fixaram-se em locais mais afastados da costa, nos sítios que, atualmente, estão integrados nos municípios de Barra de São Francisco e Ecoporanga.

Vista parcial da cidade.

Só em 1888 começaram a chegar os primeiros imigrantes italianos.

Em 1923, a crise esboçada nos transportes marítimos originou a construção de uma estrada de ferro que, passando por Nova Venécia, ligaria São Mateus ao município de Colatina. Essa ferrovia, entretanto, não chegou a ser concluída.

Vista aérea da cidade.

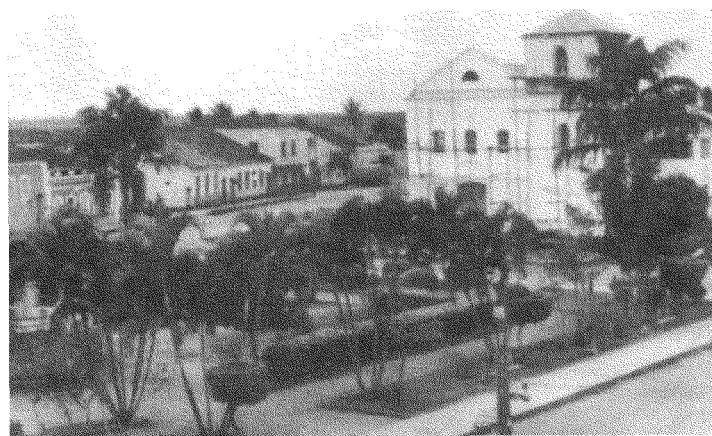
O município continuou pràticamente sem transportes, até que, em 1936, coroando campanha de seus habitantes, teve início a construção da rodovia ligando a comuna à Capital do Estado.

Na "Divisão Administrativa, em 1911", o município de São Mateus compõe-se de dois distritos: São Mateus (sede) e Serra dos Aimorés (atual sede: Nova Venécia).

Nos quadros de divisão territorial datados de 31-12-36 e 31-12-1937, e no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 9 222, de 31 de março de 1938, são três os distritos que o compõem: São Mateus (sede), Barra de São Francisco e Nova Venécia.

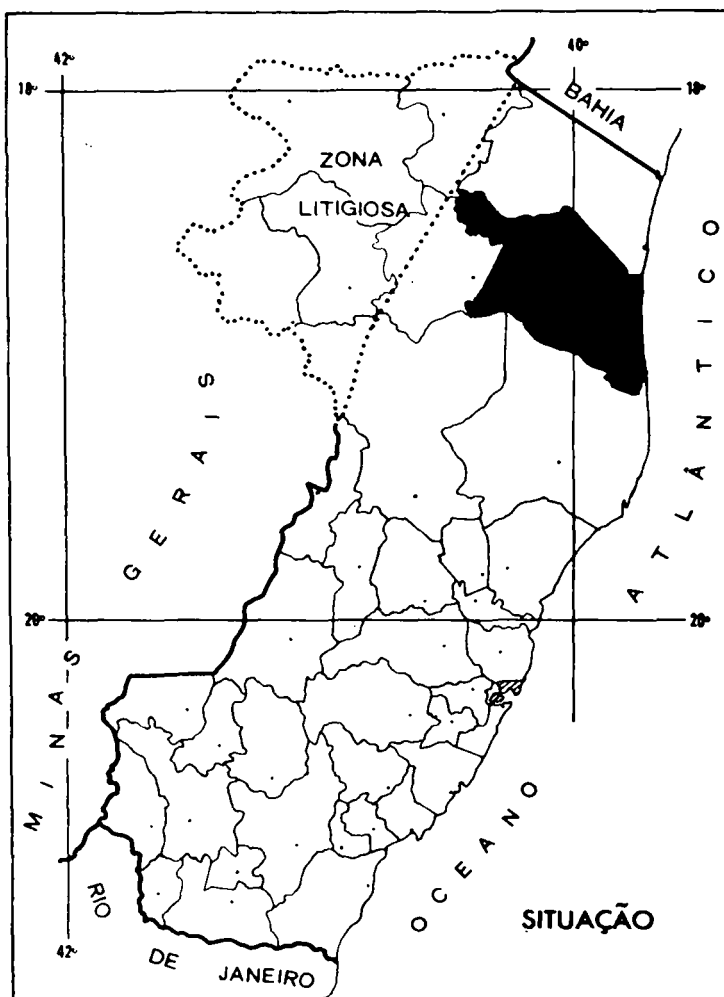
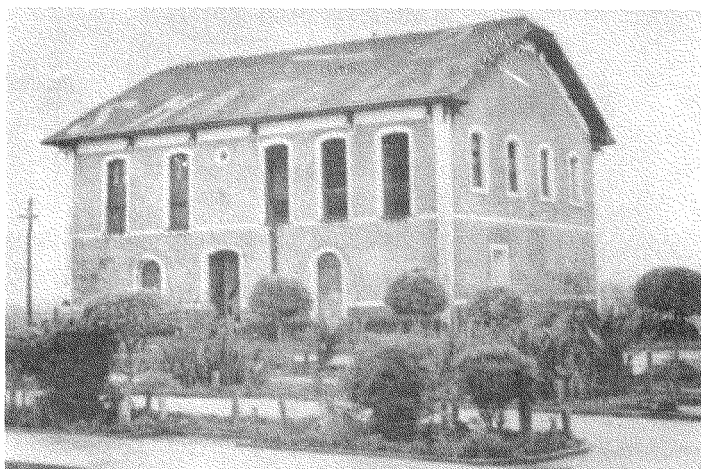
Pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município de São Mateus perdeu o distrito de Barra de São Francisco, que passou a constituir o novo município dêsse nome, o mesmo acontecendo em relação ao distrito de Nova Venécia, de acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 779, de 29 de dezembro de 1953.

Pôrto fluvial de São Mateus, no rio do mesmo nome.

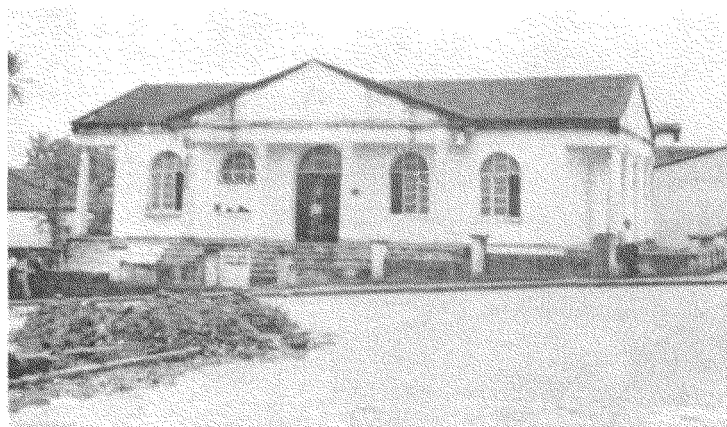
Na divisão territorial estabelecida por essa última lei, para vigorar no qüinqüênio 1954-1958, o município de São Mateus é composto dos seguintes distritos: São Mateus (sede), Barra Nova, Boa Esperança, Nestor Gomes e Nova Verona.

Praça de São Benedito.

A comarca foi criada pela Lei estadual n.º 5, de 23 de março de 1833 ou 1835. É constituída por um têrmo judiciário único, o da sede, formado pelos municípios de São Mateus e Nova Venécia.

A atual legislatura foi instalada em 1955. O Prefeito é o Sr. Roberto Arnizaut Silvares.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Mateus está localizado na Zona Fisiográfica "Norte" do Espírito Santo e limita ao norte com Conceição da Barra e Mucurici, a oeste com Nova Venécia, ao sul com Colatina e Linhares e a leste com o Oceano Atlântico. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 18º 42' 56" de latitude Sul e 39º 51' 56" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Prefeitura Municipal.

ALTITUDE — 30 metros (na sede municipal).

CLIMA — A sede apresenta clima quente, amenizado, no entanto, pelos ventos marítimos ou mais exatamente, pelo "Nordeste". A temperatura, em 1956, apresentou as seguintes variações: média das máximas — 25°C; das mínimas — 15°C e compensada — 20°C. A precipitação pluviométrica foi de apenas 424 mm.

Edifício do Forum.

ÁREA — Segundo cálculos do Serviço Geográfico do Estado, a área do município é de 3 443 km².

RIQUEZAS NATURAIS — O município é possuidor de grandes reservas florestais onde avultam a peroba, o jacarandá e o jequitibá. As matas cobriam 51,4% (122 798 hectares) da área registrada nos 4 143 estabelecimentos agropecuários recenseados em 1950. Entre as variedades que compõem a sua fauna e que constituem caça preferida, destacam-se a paca, a capivara, o jacaré, o macuco, o jacu e o nhambu.

Ruínas da Igreja que seria construída pelos jesuítas.

POPULAÇÃO — A população do município, deduzidas as 22 284 pessoas recenseadas no antigo distrito de Nova Venécia emancipado em 1953, era de 17 566 habitantes (9 017 homens e 8 549 mulheres). Dêstes, o quadro rural englobava 82,79%, ou seja, 14 543 almas.

Densidade demográfica: 5,1 habitantes por km².

Maternidade da Legião Brasileira de Assistência.

Aglomerações urbanas — A cidade de São Mateus com 3 023 habitantes e a vila de Nova Venécia (atualmente sede do município do mesmo nome) com 793, representavam os núcleos urbanos da comuna, em 1950. Posteriormente, em 1953, com a expansão demográfica da região, surgiram as vilas de Boa Esperança, Nestor Gomes, Barra Nova e Nova Verona que, segundo estimativas atuais, contam, respectivamente, 1 200, 1 000, 500 e 300 habitantes.

A percentagem da população localizada na cidade, era de 17,21% do total.

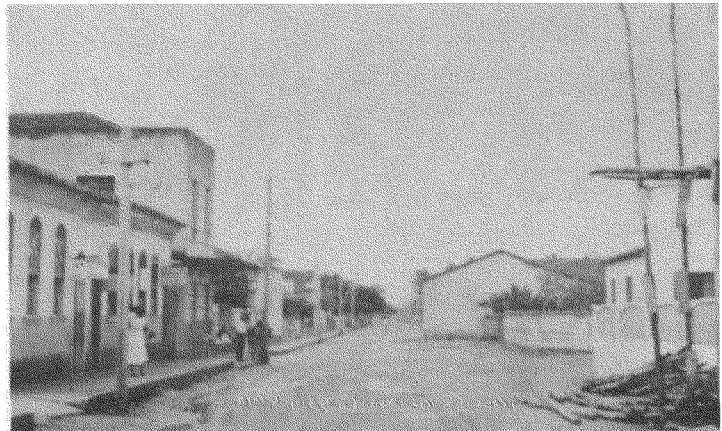
Jardim Público.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades econômicas de São Mateus estão fortemente subordinadas à agricultura e à pecuária.

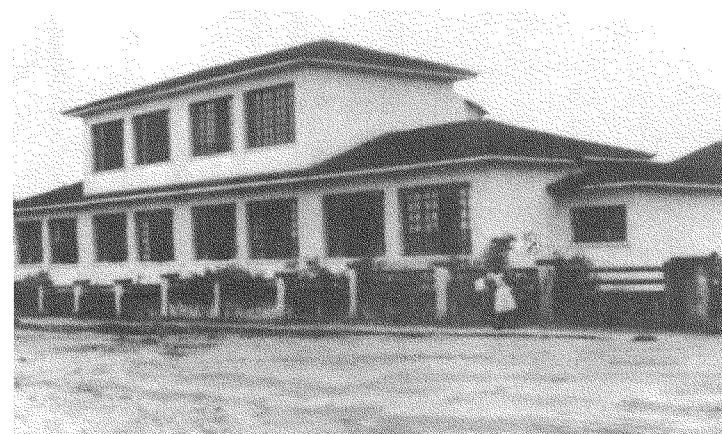
Embora desenvolva regularmente a policultura, o grosso das safras mateenses reside nas culturas do café e da mandioca que em 1956 somaram 51,44% das rendas pro-

venientes da agricultura. Abaixo, registram-se os seis principais produtos agrícolas do município:

PRODUTOS	Quantidade produzida	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956	
		(Cr$ 1 000)	% sôbre o total
Café beneficiado (t)	675	13 500	30,23
Mandioca, brava e mansa (t)	29 600	9 472	21,21
Banana (cacho)	480 000	5 760	12,90
Cacau (t)	200	3 330	7,45
Cana-de-açucar (t)	12 800	3 200	7,16
Feijão (t)	286	2 142	4,80
Outros	—	7 258	16,25
TOTAL	—	44 662	100,00

Na pecuária que apresentou, em 1956, um rebanho estimado em 99 milhões de cruzeiros, destacavam-se os gados bovino, com 29 000 cabeças, suíno com 32 000, eqüino com 7 000 e muar com 4 500, que apresentaram, sôbre o valor total, as quotas respectivas de 58,6, 16,17, 12,73 e 11,37%.

Rua Coronel Constantino Cunha.

A pesca representa regular fonte de renda para a comunidade mateense, tendo a produção de 1956 atingido a 10 toneladas com o valor aproximado de Cr$ 250 000,00.

Das indústrias em atividade no município em 1956, apenas três empregavam 5 ou mais operários (2 serrarias mecânicas e 1 cerâmica). A produção dêsses estabelecimentos, que mantinham 306 empregados em 31-12-1956, foi da ordem de 32,3 milhões de cruzeiros .

Grupo Escolar Constantino Pereira.

Entre as unidades de pequena produção industrial, 58 dedicavam-se ao fabrico de farinha de mandioca, 9 à produção de derivados do leite, 5 à de fubá de milho e 4 à produção de aguardente de cana.

Pôsto de Saúde Estadual.

A cidade consome, mensalmente, a média de .... 8 500 kWh.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se, na cidade, 63 estabelecimentos comerciais (57 varejistas e 6 atacadistas) e em todo o município, 250. O comércio local mantém transações com as praças de Vitória, Nova Venécia, Nanuque (MG) e Teófilo Otoni (MG).

As agências do Banco do Brasil S. A., do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo e da Agência Postal Econômica, bem como 1 correspondente do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais representam os estabelecimentos de crédito da cidade.

Avenida Jones Santos Neves.

MEIOS DE TRANSPORTE — São Mateus liga-se, por rodovia, aos municípios de Vitória (287 km), Conceição da Barra (24 km), Nova Venécia (68 km), Mucurici (160 quilômetros), Colatina (177 km) e Linhares (122 km). Por via marítima comunica-se com Vitória (226 km) e por via fluvial, com Conceição da Barra (45 km).

Nas proximidades da cidade, um campo de pouso com pista de 1 200 metros de comprimento é utilizado por aparelhos da Navegação Aérea Brasileira.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conta com 53 logradouros públicos, dos quais 7 pavimentados, com 264 ligações elétricas domiciliárias e com 437 residências abastecidas de água potável. É servida por uma Agência Postal--telegráfica do D.C.T. e mantém em atividade 3 hotéis, 9 pensões e 1 cinema, êste com capacidade para 330 espectadores. O campeonato entre os clubes de futebol é disputado no campo mantido pela Municipalidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Centro de Saúde do Estado serve a população municipal através de um ambulatório de clínica geral e pediátrica e um razoável serviço de saneamento. Um hospital da LBA está em vias de conclusão.

Em atividade na cidade contam-se 2 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos e 2 farmácias. Quatro postos farmacêuticos atendem à população rural.

ALFABETIZAÇÃO — Das 2 561 pessoas de 5 anos e mais recenseadas na cidade, em 1950, 1 500 declararam-se alfabetizadas, o que, percentualmente, corresponde a 58,57%. Em todo o município a percentagem correspondente aos alfabetizados era de apenas 27,42%.

Ensino — O ensino é representado por 45 unidades escolares primárias, entre as quais o Grupo Escolar "Amâncio Pereira", 3 de ensino supletivo, um pré-primário (Jardim da Infância "Cremolina Rios"), uma escola de datilografia e o Ginásio e Escola Normal "São Mateus", êste com 160 alunos matriculados.

Ponte sôbre o rio São Mateus.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Contam-se, na cidade, 2 associações culturais, 7 desportivas e recreativas, além de 3 bibliotecas públicas e 1 livraria.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	...	1 435	492	1 689
1951	...	...	1 663	806	1 595
1952	953	3 263	2 125	913	2 228
1953	1 665	5 197	2 746	1 086	2 565
1954	2 402	4 839	2 079	636	2 314
1955	2 851	4 561	1 925	851	1 563
1956	3 671	7 821	2 568	1 074	2 300

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — A principal festa do município é a que se realiza a 21 de setembro de cada ano, data consagrada a São Mateus, padroeiro da cidade.

VULTOS ILUSTRES — Entre os vultos ilustres do passado, a história registra os nomes dos Drs. Graciano Santos Neves, médico, professor, literato e botânico de valor, e Antônio Gomes Aguirre, médico, propagandista da Abolição, Presidente do Estado e Deputado Federal. No presente, sobressaem o Dr. Jones dos Santos Neves, Governador do Estado por duas vêzes e ex-Senador da República, e os Drs. Guilherme e Jaime dos Santos Neves, o primeiro, causídico, lente da Faculdade de Filosofia do Espírito Santo, folclorista e jornalista, e o segundo, médico de renome no Estado.

Igreja de São Mateus.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Possui o município um pôsto do fomento agropecuário e um de zootecnia. Nove vereadores compõem o legislativo municipal.

O cidadão nascido em São Mateus, recebe o nome de "mateense".

(Elaboração de William Manhães — Agente de Estatística).

SERRA — ES

Mapa Municipal na pág. 117 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Em meados do Século XVI, quando o Padre Bráz Lourenço, chegado à Capitania, em outubro de 1553, desenvolvia com os seus companheiros o apostolado de confraternização dos índios com os portuguêses, iniciou-se o desbravamento do atual município de Serra, no Espírito Santo.

Em 1556, penetrando na região ao norte da vila de Vitória, o referido jesuíta fundou a aldeia de Conceição, nas vizinhanças do monte denominado Mestre Alvaro. Ali, erigiu uma igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

A aldeia foi elevada a frèguesia, pela Carta Régia, de 24 de março de 1752, em virtude, porém de, sòmente em 1769, concluir-se a igreja, retardou-se, para êsse ano, a execução da referida Carta. Foi então desmembrada a freguesia de Conceição (como se dizia) da de Nossa Senhora da Vitória.

Vista parcial da cidade.

Prefeitura Municipal.

No ano de 1822, foi elevada à categoria de vila.

A Lei provincial n.º 6, de 6 de novembro de 1875, concedeu-lhe foros de cidade.

A povoação de Queimado, pela Resolução n.º 92, de 27 de julho de 1846, elevada à categoria de Distrito, foi palco de uma insurreição, em 19 de março de 1849.

Tendo o italiano padre Gregório José Maria Benes, interêsse em construir, no menor espaço de tempo possível, uma igreja dedicada a São José, prometera conseguir liberdade para os escravos, caso êstes o auxiliassem na tarefa que tomara a cargo. Realizada que foi a obra, no dia designado para as festas, foi a liberdade negada. Daí surgiu a luta, que durou três dias e os escravos tiveram contra si uma Companhia da Polícia, sob o comando do capitão Manoel Vieira da Vitória. Muitos escravos foram mortos na refrega. Os remanescentes sofreram rigorosos castigos, cabendo a uns, a fôrca e a outros, o açoite.

Hoje, num campo entre matagais, encontra-se a igreja, construída nos intervalos do trabalho escravo e na ânsia da liberdade prometida.

Avenida Getúlio Vargas.

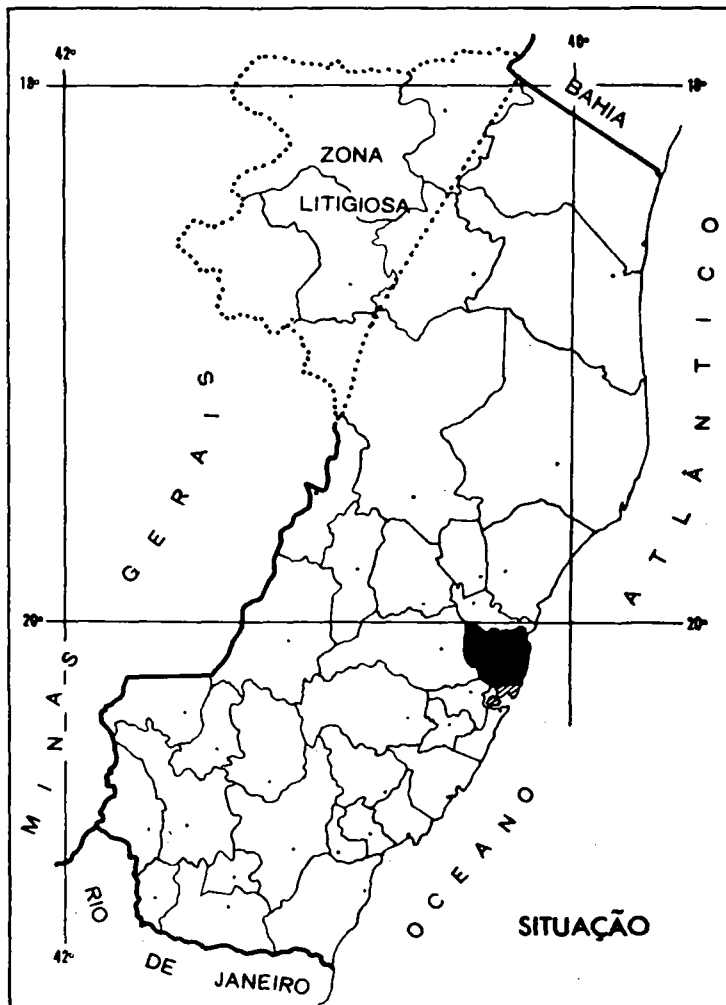
O distrito de Nova Almeida já foi município e sede de comarca, do ano de 1760 até 1921, quando por divergências políticas perdeu sua autonomia e foi sua sede transferida pela Câmara Municipal local, para Fundão. Pela Lei estadual n.º 5, de julho de 1933 passou a pertencer ao município de Fundão.

Em 11 de novembro de 1938, passou como distrito para o município de Serra.

O município, segundo o quadro administrativo vigente a 31 de dezembro de 1956, é composto de 5 distritos: Serra, Nova Almeida, Carapina, Calogi e Queimado.

A atual legislatura foi instalada em 1955, tendo sido eleito Prefeito o Sr. Doutor Edson Juracy Borges Miguel.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona Fisiográfica de "Vitória", o município de Serra tem por limites o Oceano Atlântico e os municípios de Vitória, Cariacica, Santa Leopoldina e Fundão.

A cidade possui as seguintes coordenadas geográficas: 20º 06' 13" de latitude Sul e 40º 19' 07" de longitude W.Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta — 12 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

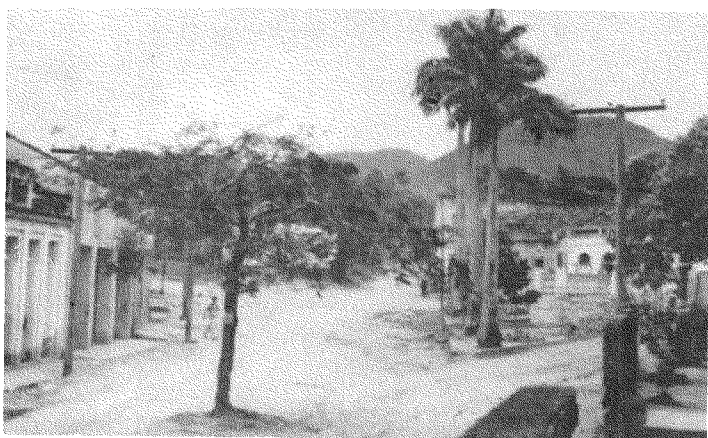
ALTITUDE — 76 metros, na sede municipal.

CLIMA — O município apresenta clima temperado e sêco. Chuvas abundantes são freqüentes nos meses de setembro a dezembro.

ÁREA — 559 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O monte "Mestre Álvaro", ou "Mestre Alvo", antigo ponto de orientação dos navegantes que demandavam o pôrto de Vitória, constitui o principal acidente geográfico do município.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais encontradas no Município, são: animais — peixes, de água doce e salgada; minerais — barro (argila) para fabricação de telhas e tijolos. Encontram-se areias monazíticas na praia de Carapebus. Há indícios, também, de monazita em Nova Almeida.

As matas abrangiam 21,93% dos 31 070 hectares ocupados pelos 1 013 estabelecimentos agrícolas pesquisados em 1950.

Vista parcial da cidade.

POPULAÇÃO — Segundo o último Censo, o município de Serra possuía 9 245 habitantes — 4 535 homens e 4 710 mulheres. Na zona rural estavam localizados 71,16% da população. Densidade demográfica: 16,53 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — São 5 as aglomerações urbanas: cidade de Serra, com 1 380 habitantes (623 homens e 757 mulheres) e vilas de Nova Almeida, Carapina, Calogi e Queimado com, respectivamente, 732, 364, 96 e 94 habitantes.

A população da cidade representava 14,93% da população do município.

Edifício da Câmara Municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade agrícola, principal fonte econômica do município, apresentou, em 1956, volume de produção estimado em 26,7 milhões de cruzeiros.

Foram colhidos, nesse ano, 1 167 000 cachos de banana, no valor de 14 milhões de cruzeiros, ou seja, 52,05% do valor total da produção agrícola.

Citam-se, ainda, as culturas de mandioca (brava e mansa) — 3 280 t; café — 157 t; arroz — 213 t; abacaxi — 360 milheiros e feijão — 129 t, no valor total de 10 milhões de cruzeiros.

A pesca, segundo estimativa da Agência Municipal de Estatística, alcançou a produção de 697 toneladas, no valor de 8,5 milhões de cruzeiros.

É significativa a contribuição da pecuária à economia municipal. Em 1956, estima-se em 31,4 milhões de cruzeiros o valor dos rebanhos bovinos, suínos, muares e eqüinos.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição.

A indústria, pouco desenvolvida, restringe-se a pequenos estabelecimentos fabris. Produziram-se, em 1956, 1 500 toneladas de farinha de mandioca, 235 000 litros de aguardente e 1 130 milheiros de tijolos e lajotas, no valor estimado de 7 milhões de cruzeiros.

COMÉRCIO — O comércio é exclusivamente varejista — 47 estabelecimentos na cidade — talvez por estar o Município localizado muito próximo da Capital do Estado, para onde se escoam, na quase totalidade, os artigos da produção serrana. Exportam-se, mensalmente, para Vitória, cêrca de 94 mil litros de leite.

Avenida Getúlio Vargas.

Pintura em madeira capixaba atribuída ao Padre Belchior (século XVI). Altar-Mor da Igreja dos Reis Magos

MEIOS DE TRANSPORTE — A ferrovia Vitória—Minas mantém estações nos distritos de Queimado e Calogi.

Pequenos lavradores utilizam os rios Santa Maria, Jacaraípe e Reis Magos para o escoamento de seus produtos agrícolas.

É o transporte rodoviário, entretanto, o mais usado nas comunicações entre o município e as sedes municipais limítrofes de Cariacica — 41 km, Fundão — 42 km, Santa Leopoldina — 74 km e Vitória — 27 km.

Igreja dos Reis Magos, construída em 1850.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 3 341 habitantes. Dispõe de água canalizada desde 1896 e de iluminação elétrica.

Os edifícios mais importantes são o Grupo Escolar Professor Loyola e a Igreja-Matriz.

Funciona na cidade 1 Agência Postal-telegráfica.

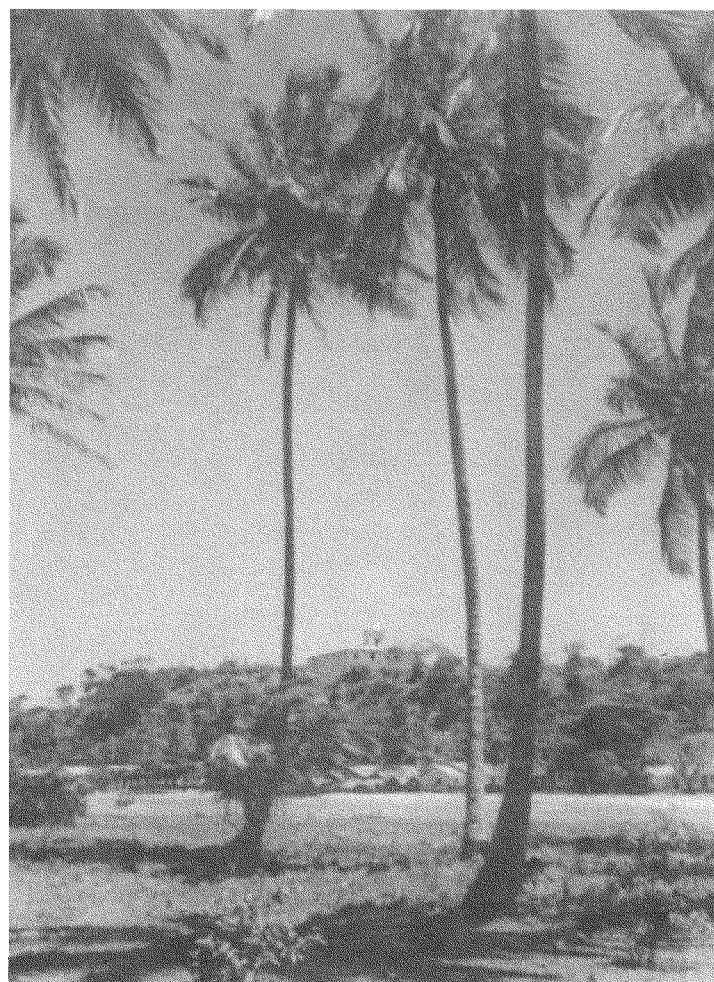
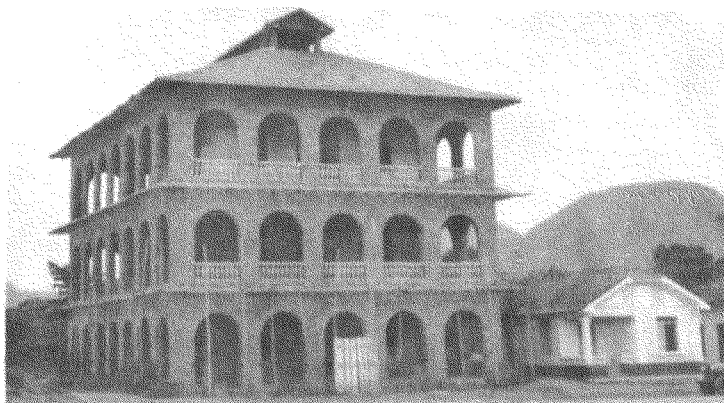
Duas associações organizadas dedicam-se às atividades desportivas.

Mercado Municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é proporcionada à população através de 1 farmacêutico e 1 médico, sendo que êste comparece ao Pôsto de Saúde uma vez por semana.

Existe 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Legião Brasileira de Assistência e a Associação Religiosa São Vicente de Paulo propiciam amparo social aos necessitados.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 acusou a existência de 7 716 pessoas com 5 anos e mais, sendo que 3 968 — 51,43% — sabiam ler e escrever. Na sede municipal, eram alfabetizadas 68,66% das 1 155 pessoas presentes de 5 anos e mais.

Histórico Convento dos Reis Magos.

Edifício São Vivente de Paulo, futuro hospital.

Ensino — Em 1956, funcionaram em todo o município, 23 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 1 158 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — As bandas de música "Estrêla do Norte" e "Recreio dos Artistas" voltarão, breve, à atividade, com instrumental novo adquirido por particulares com apoio da Prefeitura Municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	196	548	727	398	638
1951	311	600	487	456	485
1952	442	884	1 245	555	1 031
1953	412	1 049	861	846	588
1954	400	1 156	2 082	1 654	2 801
1955	229	1 748	1 836	567	1 517
1956	399	1 740	1 333	1 072	1 003

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — Citam-se o convento dos Reis Magos, obra dos jesuítas em Nova Almeida; e a centenária igreja de Queimado, pelos lances dramáticos que envolveram sua construção.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — Os festejos de São Benedito, integrados nas comemorações programadas para o 26 de dezembro, data também consagrada como "Dia do Serrano", constituem a manifestação popular mais significativa do município.

Igualmente concorridas são as tradicionais festas dos Reis Magos (6 de janeiro) e de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade (8 de dezembro).

VULTOS ILUSTRES — Como ilustres filhos da Serra destacaram-se o Desembargador Cassiano Cardoso Castelo, de sólida cultura jurídica, e Monsenhor Luís Cláudio de Freitas Rosa, sacerdote de acrisolada virtude, professor e deputado federal.

Destacam-se, ainda, os irmãos Drs. Kosciusko e Aristobulo Barbosa Leão, intelectuais e educadores eméritos e o Desembargador Xenocrates Calmon, atualmente no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os habitantes do lugar recebem o patronímico de "serranos".

A vila de Nova Almeida constitui ponto de atração para turistas e veranistas, pela beleza das praias adjacentes. Dispõe de 1 hotel e 3 pensões.

A Câmara Municipal é constituída de nove vereadores.

(Elaboração de Ermando Luiz de Souza — Agente de Estatística).

VIANA — ES

Mapa Municipal na pág. 133 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O marco inicial do povoamento do território que hoje constitui o Município de Viana, remonta aos primórdios do século passado, quando Governador da Capitania Francisco Alberto Rubim.

Incumbido de povoar a região vizinha de Vitória, denominada sertão de Santo Agostinho, o Intendente Geral de Polícia, Paulo Fernandes Viana, a 15 de fevereiro de 1813, estabelecia algumas famílias de açorianos nas vizinhanças do rio Jucu e seus afluentes, Formate e Santo Agostinho.

Em 1818 os colonizadores viram confirmadas as doações das sesmarias já demarcadas e autorizadas pela Carta Régia de 17 de janeiro de 1814. Cada sesmaria continha 112 braças de frente e 500 de fundo.

Na distribuição das sesmarias foram também contemplados o Cirurgião e o Capelão. Nas terras dêste último formou-se o núcleo populacional que recebeu o nome de Viana em homenagem ao Intendente Paulo Fernandes Viana, organizador do povoamento da região.

A fim de garantir a população das constantes surtidas dos silvícolas, mandou o Govêrno construir quatro fortificações em pontos estratègicamente escolhidos.

A 22 de março de 1817, com a presença do Governador Rubim e do Intendente Paulo Fernandes Viana, além de outras autoridades, foi solenemente inaugurada a igreja de Nossa Senhora da Conceição cuja construção, por ordem do Governador, tivera início a 15 de dezembro de 1815.

Por Provisão de 1.º de dezembro de 1817, Viana foi elevada à categoria de curato e nomeado o seu primeiro Capelão, Frei Francisco Nascimento Teixeira.

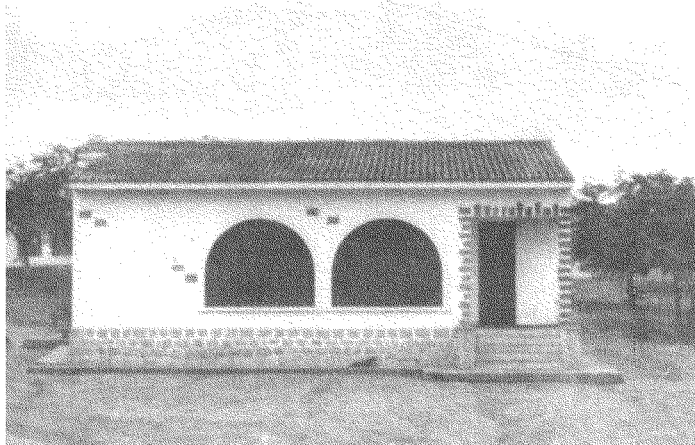
Paróquia em 1820, Viana foi elevada à categoria de freguesia pela Lei Provincial n.º 13 de 30 de dezembro de 1837.

A 6 de janeiro de 1860, Viana recebia a visita de Dom Pedro II que se fazia acompanhar de ilustre comitiva composta, dentre outros, do Visconde de Sapucaí, do Presidente Pedro Leão Velozo e do Deputado Antônio Pereira Pinto.

Na oportunidade, Sua Majestade mandou distribuir quinhentos mil réis com os pobres e deixou em poder do Vigário

Vista parcial da cidade, vendo-se a Matriz de N. S.ª da Conceição

da freguesia a importância de trezentos mil réis para auxílio de compras de alguns paramentos de que necessitasse a igreja.

Pela Lei n.º 10, de 23 de julho de 1862, foi criado o município de Viana, com território desmembrado do de Vitória. A instalação verificou-se a 8 de dezembro do mesmo ano.

Prefeitura Municipal.

A comarca foi instalada a 15 de julho de 1890 e suprimida a 16 de novembro de 1917, passando a fazer parte da comarca de Vitória, situação essa que permanece até a presente data. Teve como primeiro Juiz de Direito o Dr. Barcímio Paes Barreto.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se Jabaeté e compunha-se de 3 distritos, a saber: Jabaeté (ex-Viana), Araçatiba e Jucu. Na divisão territorial para o período 1949-1953 perde, para o município de Espírito Santo o distrito de Jucu e, pela Lei n.º 779, de 29-12-53 tem a denominação restabelecida para Viana. É composto, atualmente, dos distritos de Viana (sede) e Araçatiba.

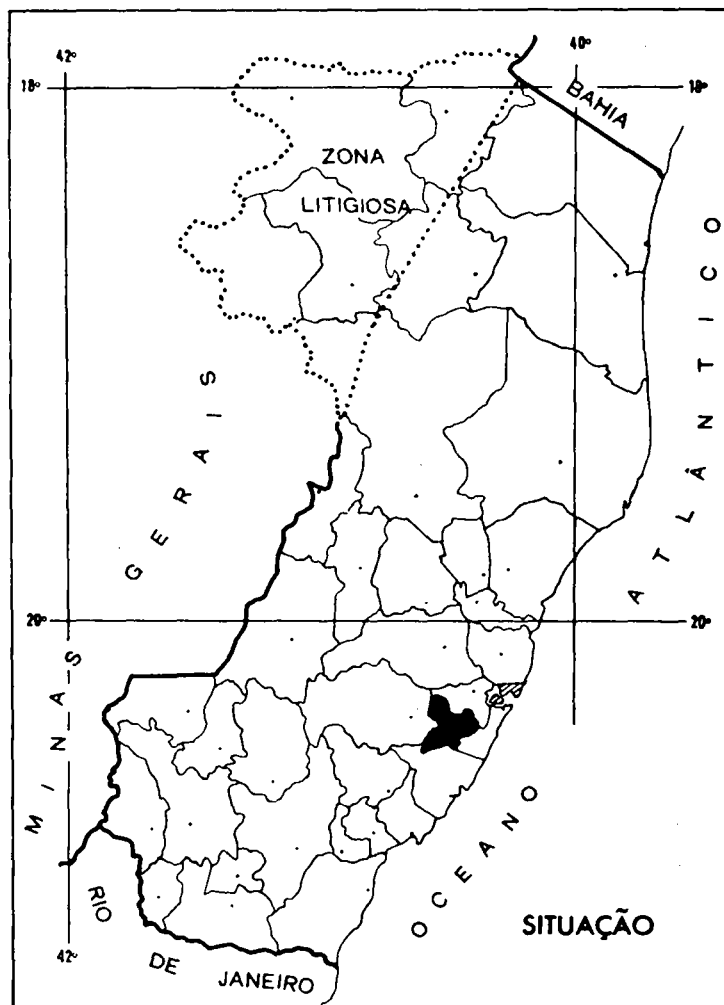
Foi o seu primeiro Prefeito Municipal o Sr. Benedito Elesbão de Siqueira Varejão.

A atual legislatura foi instalada em 1955.

É Prefeito Municipal o Sr. Emanuel Lopes Balestrero.

Vista da secular Igreja de N. S.ª da Ajuda.

LOCALIZAÇÃO — O município de Viana, parte integrante da Zona Fisiográfica de Vitória, limita com os municípios de Cariacica, Guarapari, Espírito Santo e Domingos Martins.

A sede municipal dista 17 km da Capital do Estado, em linha reta. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 20° 23' 20" de latitude Sul e 40° 29' 40" de longitude W.Gr. Rumo em relação à Capital do Estado: O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 15 metros, na sede municipal.

CLIMA — O clima do município apresenta-se quente e úmido na região plana, tornando-se ameno na parte serrana.

ÁREA — 288 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é formado por vastas planícies e numerosas serras, destacando-se, dentre estas, as de São Paulo, Biriricas, Altamira, Morro Grande e Itaúnas. Dos cursos de água, merece citação o rio Jucu. A cachoeira da Fumaça, a mais importante da região, possui potência avaliada em 1 500 H.P.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais conhecidas são as seguintes: minerais — turfa, pedra e areia para construção, e argila (barro) para fabricação de telhas e tijolos; vegetais — madeiras de lei, como jacarandá, sapucaia, canela, jequitibá, baraúna, vinhático e outras.

As matas constituíam 29,42% dos 20 988 hectares ocupados pelos 345 estabelecimentos agrícolas pesquisados em 1950.

POPULAÇÃO — Segundo o último Censo, a população do município era composta de 5 896 habitantes — 2 915 homens e 2 981 mulheres. Na zona rural localizavam-se 89,82% da população. Densidade demográfica: 20,47 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São duas as aglomerações urbanas: a cidade de Viana, com 463 habitantes, e a

Viaduto na rodovia Vitória a Belo Horizonte.

vila de Araçatiba, com 137 habitantes. Na cidade concentravam-se 7,86% da população municipal.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Principal fonte econômica do município, a atividade agrícola apresentou, em 1956, produção no valor de 17,9 milhões de cruzeiros.

A cultura de banana situou-se em primeiro plano — 680 000 cachos, no valor de 5,8 milhões de cruzeiros — equivalendo a 32,26% do valor total da produção agrícola.

Citam-se, ainda, com a produção total no valor de 9,5 milhões de cruzeiros, a mandioca (brava e mansa) — 9 910 t; o café — 199 t; — o milho — 348 t e o feijão — 114 toneladas.

Três olarias, ocupando 44 pessoas, representam a atividade industrial mais desenvolvida no município. Foram produzidos, em 1956, 434 milheiros de lajotas e 1 640 milheiros de tijolos, no valor de 1,2 milhões de cruzeiros. Outros estabelecimentos menores dedicam-se à transformação de produtos agrícolas — mandioca, principalmente.

A contribuição da pecuária é significativa, estimando-se em 17,3 milhões de cruzeiros o valor dos rebanhos, em que predominavam suínos e bovinos, com 4 000 e 3 500 cabeças, respectivamente.

COMÉRCIO — O comércio com 7 estabelecimentos na cidade — é exclusivamente varejista e mantém transações mais freqüentes com a praça de Vitória, que constitui, também, o principal centro importador dos produtos do município.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município tem grande parte do seu território cortado pela Estrada de Ferro Leopoldina, que o serve através da estação localizada na cidade. Essa ferrovia e várias estradas de rodagem ligam o município às sedes municipais limítrofes, como também às Capitais Estadual e Federal, do seguinte modo: Cariacica — rodovia, 27 km; misto, 35 km; Domingos Martins — rodovia, 28 km; misto — 36 km; Espírito Santo — rodovia, 29 km; misto, 28 km; Guarapari — rodovia, 56 km; Capital Estadual — rodovia, 19 km; ferrovia, 21 km; Capital Federal — rodovia, 544 km; ferrovia, 620 km.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 9 logradouros, sendo 2 inteiramente pavimentados a paralelepípedos e 1 com pavimentação parcial. É servida de água canalizada, que abrange todos os logradouros, e de luz elétrica, com 64 ligações domiciliares. Uma Agência Telegráfica da estação ferroviária da Leopoldina estende seu uso à população local. Existem 1 Agência Postal, 2 sociedades desportivas e 1 pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é exercida por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. O Govêrno Estadual mantém na cidade 1 Pôsto de Higiene. Funciona 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo último Censo verificou-se a existência de 5 009 pessoas, de 5 anos e mais, das quais 44,98% sabiam ler e escrever. Das 1 583 pessoas em idade escolar — 7 a 14 anos — 525 sabiam ler e escrever.

Ensino — Funcionaram, em 1956, um grupo escolar, na sede municipal, e mais 23 unidades do ensino fundamental comum, distribuídas pelo interior.

FINANÇAS PÚBLICAS

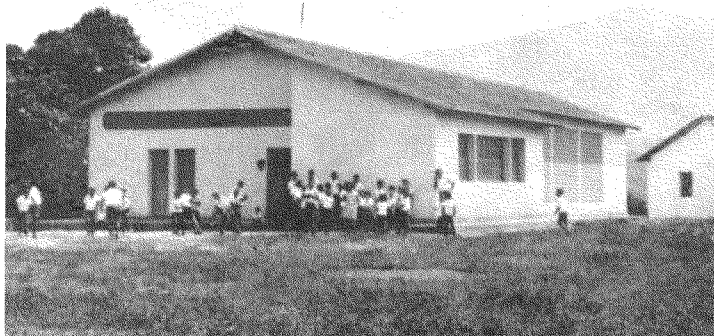
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	234	421	241	63	364
1951	249	290	263	86	332
1952	315	388	315	86	479
1953	590	460	601	89	479
1954	470	551	470	69	487
1955	497	1 000	497	97	385
1956	223	1 242	976	109	839

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS E ARTÍSTICAS — A igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a Capela de Nossa Senhora de Belém e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, intimamente ligadas à colonização do território vianense, constituem preciosidades do município. A primeira e a segunda foram recentemente tombadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Encontra-se na Prefeitura Municipal um jogo completo de medidas, ofertado a Viana por Sua Majestade, o Imperador, quando da adoção do novo Sistema de Pesos e Medidas.

LUIZA AURÉLIA DA CONCEIÇÃO — Conta Heribaldo Balestrero, em seu substancial estudo sôbre Viana que, em 1813, por ocasião da chegada dos açorianos destinados a Viana, o Governador Rubim desejando conhecê-los, mandou chamá-los a Palácio. Entre os ilhéus, cinco mocinhas, lindas e esbeltas. Eram irmãs e dentre elas D. Luíza Aurélia da Conceição, com apenas 18 anos de idade.

Um dos seus pajens, Antônio de Freitas Lira, admirando a beleza daquelas cachopas, aproximou-se de D. Luíza e alisou-lhe suavemente os cabelos.

Pôsto de Saúde Governador Santos Neves.

Grupo Escolar Padre Antunes Siqueira.

O Governador não gostou da ousadia e dias depois Antônio de Freitas Lira se casava com D. Luíza.

D. Luíza Aurélia da Conceição hospedou o Governador Rubim, em 1815, quando do lançamento da pedra fundamental da Matriz; salvou heròicamente, em 1848 a imagem de Nossa Senhora da Conceição e parte do arquivo paroquial, das chamas que devoraram a matriz; hospedou o Imperador Pedro II, em 1860; hospedou o Governador Costa Pereira, em 1862, por ocasião da instalação da Câmara; e cedeu sua casa para instalação e funcionamento da Câmara Municipal.

A espôsa do antigo pajem Antônio de Freitas Lira, viu a derrubada da mata no local em que hoje está edificada Viana; acompanhou a edificação da matriz (1816); viu a criação da paróquia (1820), da freguesia (1837), do município (1862) e a instalação da comarca (julho de 1890).

Faleceu em Viana a 17 de agôsto de 1890, com 95 anos de idade.

EFEMÉRIDES E FESTEJOS — As manifestações populares mais significativas verificam-se com os festejos de 23 de julho, dia consagrado ao município. Também concorridas são as festas de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da comuna, a 8 de dezembro; Divino Espírito Santo, realizada dez dias após a Ascenção do Senhor e São Benedito, com início a 24 de dezembro.

VULTOS ILUSTRES — Dentre as figuras ilustres de Viana, destacam-se: o coronel João Manoel Nunes Ferreira, deputado provincial em várias legislaturas e Governador do Município de 1881 a 1890; o Dr. Ourival Brígido Vieira Pimentel, magistrado; e Alvionar Silva, consagrado como o maior poeta capixaba.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Incentivando as atividades agrícolas no município, o Ministério da Agricultura mantém, na Fazenda Jucuruaba, um campo de demonstração destinado à produção de sementes selecionadas de cerais, e a Secretaria da Agricultura do Estado mantém uma estação experimental para a produção de mudas de frutas cítricas.

Na sede distrital de Araçatiba funciona uma Agência Postal.

O nascido no município tem o patronímico de "vianense".

A Câmara Municipal é composta de 9 vereadores.

(Elaboração de Hênio da Victória — Funcionário da Inspetoria Regional).

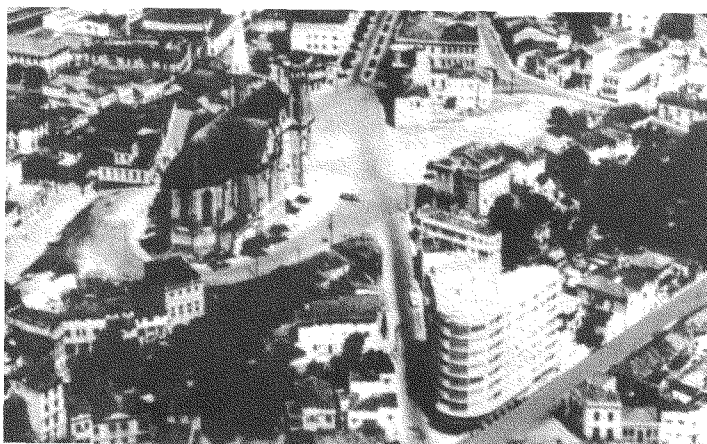
VITÓRIA — ES

Mapa Municipal na pág. 129 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O início da história de nossa Capital data do segundo quartel do século dezesseis, quando a Carta régia de 1.º de janeiro de 1534, surpreendendo Vasco Fernandes Coutinho, no seu solar em Alenquer, tornava-o donatário de uma das capitanias na costa brasileira, por considerar o monarca "quanto serviço de Deus e meu proveito, e bem de meus reinos e senhorios, e dos naturais e subditos deles; e ser a minha costa e terra do Brasil mais povoada, do que té agora foi, assim para se nela haver a de celebrar o culto e ofícios divinos e se exalçar a nossa santa fé católica com trazer a provocar a ela os naturais da dita terra, infiéis, e idólatras; como por o muito proveito que se seguirá a meus reinos e senhorios, e aos naturais e subditos deles de se a dita terra povoar e aproveitar, houve por bem de a mandar repartir e ordenar em capitanias de certas em certas léguas, para delas prover aquelas pessoas, que me bem parecer; pelo qual e guardando eu os muitos serviços que Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo a el-rei meu senhor e padre, que santa glória haja, e a mim tem feito assim nestes reinos como em Africa, e nas partes da India onde serviu em muitas coisas, que se nas ditas partes fizeram, nas quais deu sempre de si mui boa conta; e por folgar de lhe fazer mercê de meu próprio moto, certa ciência, poder real e absoluto, sem mo ele pedir, nem outrem por ele".

O título régio expedido de Évora fôra registrado a 25 de setembro e reforçado pela Carta régia de 6 e geral de confirmação de 7 de outubro, tudo do ano de 1534.

Reunindo uns sessenta homens, entre fidalgos e criados del Dei, alinhando-se entre aquêles D. Jorge de Meneses e D. Simão do Castelo Branco, "que por mandato de Sua Alteza iam cumprir suas penitências a estas partes e equipada a caravela de quatro mastros com tudo que se fazia necessário à emprêsa que ia empreender, deixou o fidalgo lusitano a sua Pátria. Navegava rumo ao Ocidente, para se apossar de sua donataria "de cincoenta léguas de terra na dita costa do Brasil, as quais se começarão na parte onde acabaram as cincoenta léguas de que tenha feito mercê a Pedro de Campos Tourinho, correrão para as bandas do sul tanto quanto couber nas ditas cincoenta léguas, entrando nesta Capitania quaisquer ilhas que houver até dez léguas ao mar na fronteira e demarcação destas cincoenta léguas de que assim faço mercê ao dito Vasco Fernandes, as quais cincoenta léguas se estenderão e serão de largo ao

Vista parcial do centro da capital.

Vista aérea parcial da cidade.

longo da costa, e entrarão na mesma largura pelo sertão, e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista, da qual terra pela sobredita demarcação lhe assim faço doação e mercê de jure e herdade para todo sempre, como dito é".

Figuravam, portanto, como divisas da capitania, no litoral, o rio Mucuri, ao norte, e o rio Itabapoana, ao sul.

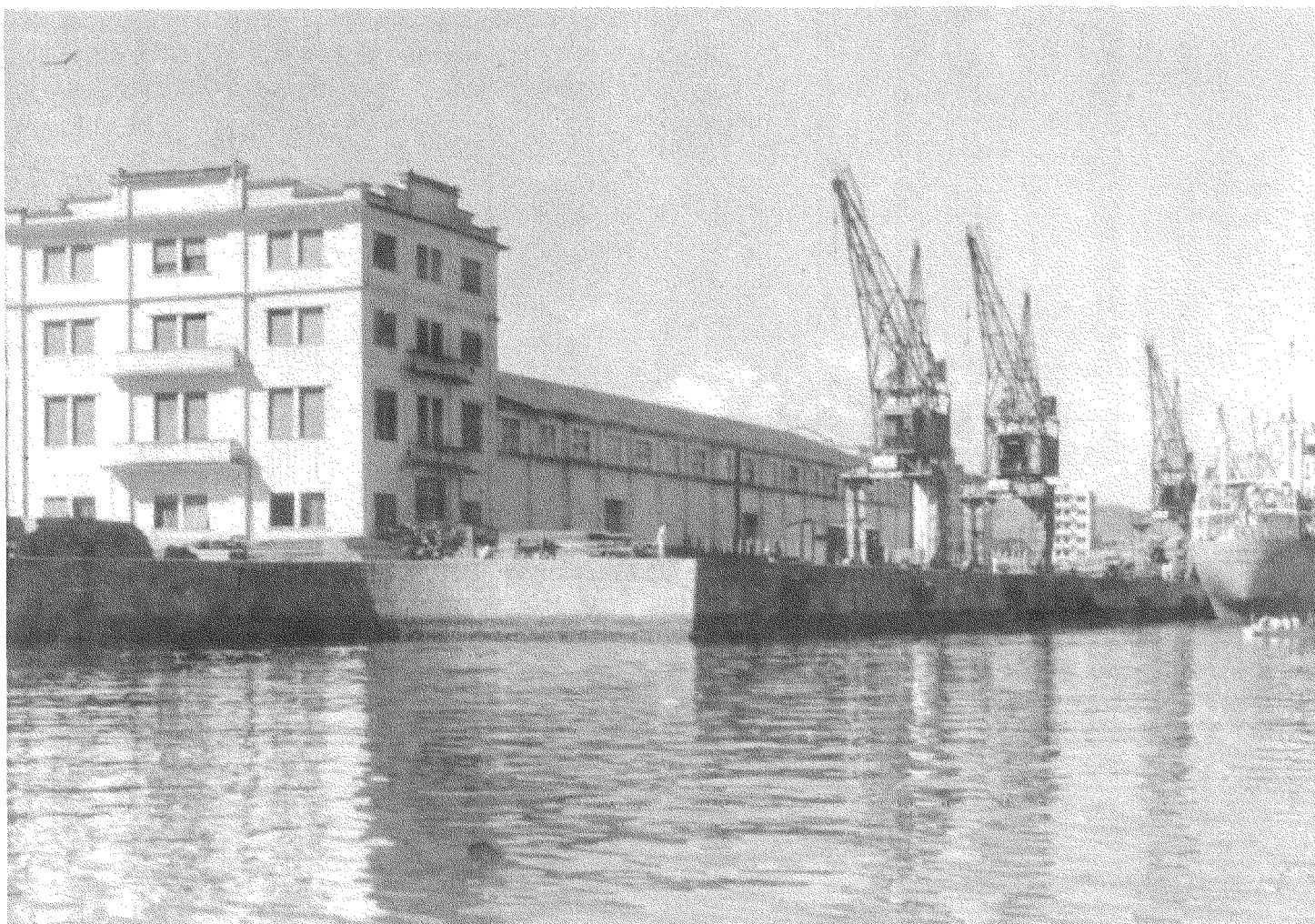
No dia 23 de maio de 1535, domingo, a nau "Glória", orientando-se pela serra do Mestre Álvaro, que se erguia no horizonte, recortando-se contra o céu, atravessou a barra de nossa baía, ancorando numa pequena enseada situada à esquerda, nas fraldas do morro da Penha, ao norte do morro de João Moreno. Julgaram ser a baía um grande rio. Os colonizadores deram à terra o nome de Espírito Santo, em vista da celebração, naquela data, da festa do Divino Espírito Santo, pela igreja Católica. O desembarque não se fêz com facilidade, pois os aborígines, em defesa de sua terra, lutaram com ardor, armados de arcos e flechas, atirando suas setas em direção às embarcações. Houve necessidade de fazerem-se troar as duas peças de artilharia que guarneciam a caravela, para que os Goitacazes debandassem, permitindo a posse da terra por Vasco Fernandes Coutinho.

Iniciava-se então o povoamento do solo espírito-santense, com as suas primeiras cabanas e culturas agrícolas e tendo pouco depois a uni-las o vínculo religioso representado "por uma bizarra igrejinha, que recebia por patrono São João, em memória do monarca reinante".

Recebera aquêle primeiro núcleo de colonização o nome de Vila de Nossa Senhora da Vitória, devoção particular do donatário. Reconhecendo o perigo representado pelos silvícolas, assim como a possibilidade de incursão de piratas, que infestavam as águas do Atlântico, naquela época, Vasco Fernandes Coutinho lançou-se à construção de um forte em local estratégico, situado, mais ou menos, onde se ergue hoje o Quartel de Piratininga.

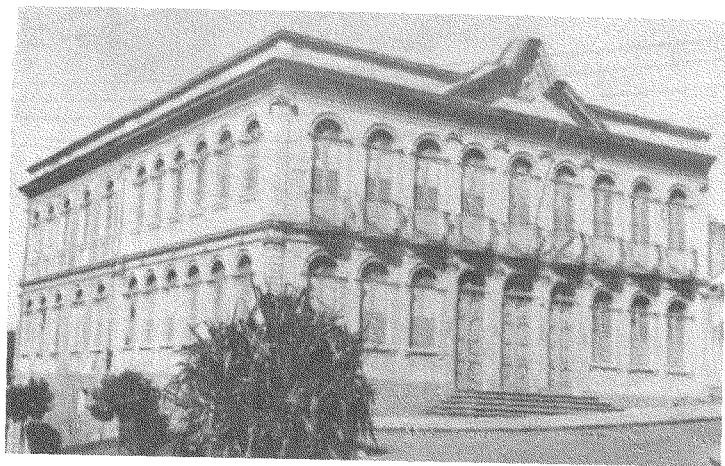
Animado pelas autorizações contidas na Carta régia de D. João III, que lhe asseguravam direito sôbre tôdas as conquistas levadas a efeito sertão adentro, cuidou logo Vasco Fernandes Coutinho de mandar fazer levantamento nas circunvizinhanças e mesmo no interior.

Arregimentados os colonizadores mais destemidos, êstes, seguindo o caminho líquido que julgavam ser um rio, subiram pela barra, sob a ação hostil dos Goitacazes, descobrindo uma grande ilha que chamaram ilha de Santo Antônio, por ser o dia 13 de junho de 1535. O desembarque se efetuou próximo a uma ilhota que depois se chamou Caleiras ou Caieiras, como é conhecida, até hoje. Êsse local se

Prefeitura Municipal.

Cais Comercial.

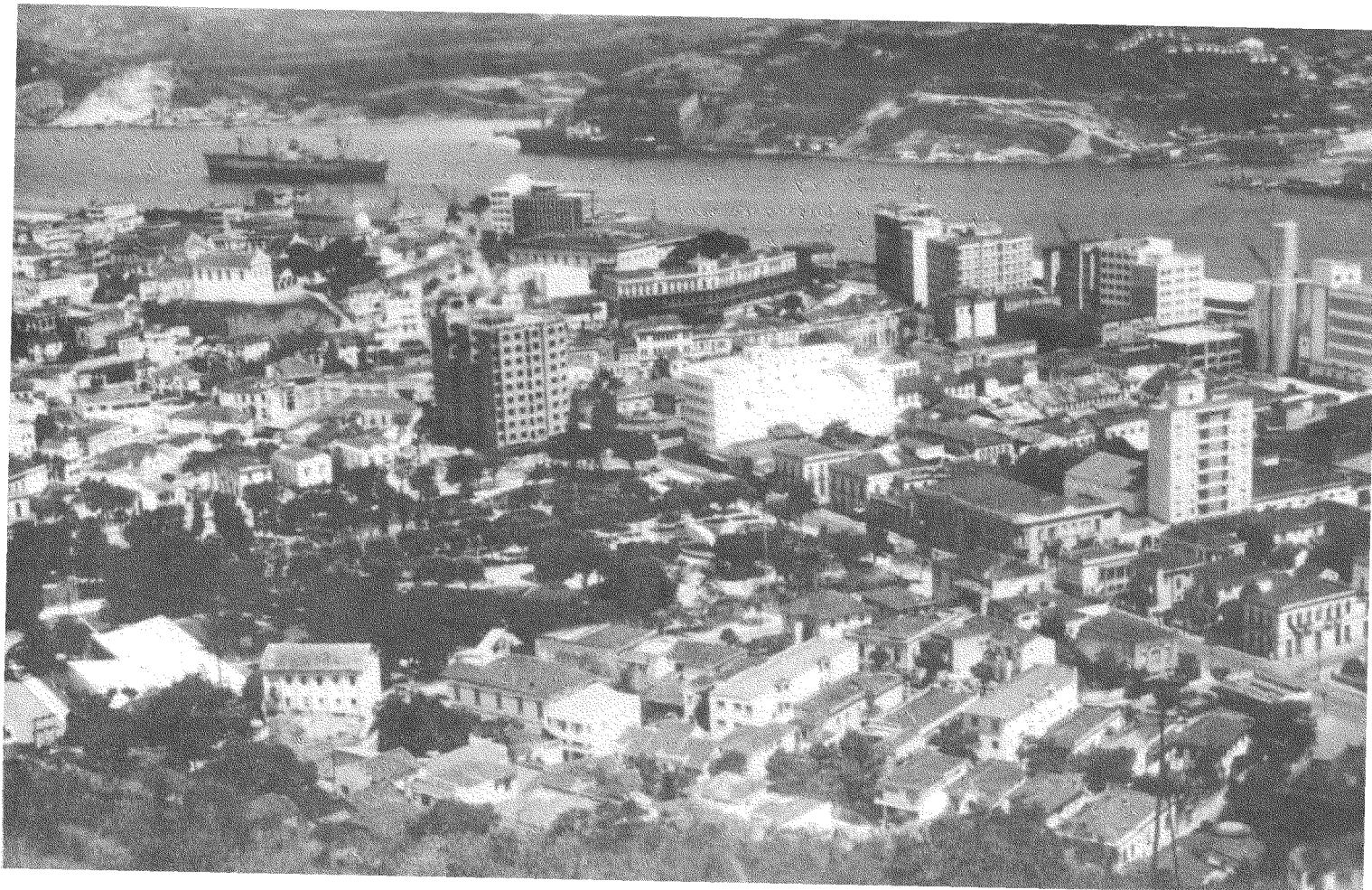
situa na faixa insular onde se ergue em nossos dias o bairro de Santo Antônio, parcializando-se assim a denominação com que se batizou tôda a ilha, no histórico dia de Santo Antônio do remoto 1535.

Homem de espírito liberal e magnânimo, Vasco Fernandes Coutinho entrou logo a distribuir terras com aquêles que o auxiliaram na emprêsa de colonizar o Espírito Santo. A D. Jorge de Menezes entregou a primeira ilha junto à barra (hoje ilha do Boi); a atual ilha dos Frades foi doada a Valentim Nunes e, a 15 de julho de 1537, doou Coutinho a Duarte de Lemos a então ilha de Santo Antônio. Chamaram-na, por isso, ilha de Duarte de Lemos. Um braço de mar, que forma o seu ancoradouro, "segue o oeste por mais de légua e meia, e dirigindo-se para o norte e leste, torna a engolfar-se no mesmo mar". O documento que transferia àquele fidalgo a posse da ilha de Santo Antônio ou ilha Grande (a maior da baía) fôra um Alvará datado de 15 de julho de 1537, ratificado por uma escritura perante o notário da Côrte, aos 22 de agôsto de 1540, em Lisboa, na casa em que então pousava o donatário, na Rua Barão de Alvito e confirmada em 8 de janeiro de 1549. D. João III, ao ratificar a doação naquela última data, justificava a mercê pelo fato de que Duarte de Lemos "trouxe seus criados e outras pessoas que por seu respeito vieram com elle e o ajudou sempre a suster e fazer guerra contra os infieis e gentes da terra o que sem sua ajuda não podera fazer, e por desejar que elle em alguma maneira seja agalardoado de seu serviço, perigos e riscos de sua pessoa em que se muitas vezes com elle Vasco Fernandes Coutinho vio e ao gasto que tem feito de sua fazenda, lhe fizera o alvará da dita doação da dita ilha ou Leziria de Santo Antônio, e feito o dito alvará por sua própria pessoa lhe fôra a pegar a dita ilha e lhe dera della corporalmente posse autual, civil e natural, e como senhor e governador da terra o incorporou na posse de toda a dita ilha em pessoa delle Vasco Fernandes Coutinho elle Duarte de Lemos déra logo as pessoas moradoras da terra grandes partes de sesmarias das terras da dita ilha para aproveitarem e povoarem e fazendo fazenda para si como em sua cousa própria forra e izenta disimo a Deus, e tendo esta posse e deixando ordem em sua fazenda por seus moradores e creados se viéra a estes Reinos para delles dar maneira para todo o que cumprisse para sua povoação, e porque elle Duarte de Lemos lhe pede que lhe faça sua es-

Vista aérea da capital, destacando-se o cais do pôrto.

Edifício do Forum.

criptura e carta de doação conforme ao dito alvará e doação, o dito Vasco Fernandes Coutinho disse que elle approva e ratifica o alvará da dita doação e posse que lhe por elle tem data assim e pela maneira que nelle entre elles está assentado pelo dito alvará e por esta escriptura era declarado e lhe concede, por já entre elles estar assentado ao dito tempo, que possa fazer e mandar fazer um engenho de assucar para sua fazenda no Rio das Roças Velhas defronte da dita ilha e não pague mais fôro delle nem outro tributo, nem pensão que um bom pão de assucar cada anno que pese quatro arrateis, e com estas graças, doações e liberdades lhe concede a dita ilha ou Leziria de juro e herdade para todo o sempre, para elle Duarte Lemos e todos os seus herdeiros e successores, assim e pela maneira que lho elle pode conceder e sua doação lhe dá poder e o elle tem concedido e outorgado pela doação do dito seu alvará e ora o declara e outorga por esta escriptura ao dito Duarte de Lemos promettendo o dito Vasco Fernandes Coutinho ao dito Duarte de Lemos e assim a mim notário como pessoa pública estipulante e acceitante esta escriptura e doação em nome da senhora D. Izabel Fernandes, sua mulher, de nunca em tempo algum por si nem por seus successores lhes ir nem a seus herdeiros e successores contra ella em parte nem em todo, mas promette de sempre a haver por firme e valioso do tempo que lhe assim tem dada e concedida para todo sempre. E em testemunho de verdade assim lhe mandou fazer esta escriptura e doação para della tirar quantas forem neccessárias e querendo a elle confirmar pede a El Rei Nosso Senhor que lhe confirme; e declarou o dito Vasco Fernandes Coutinho que por quanto a dita ilha está limitada por têrmo da povoação do Espírito Santo que elle Duarte de Lemos nem seus successores não farão na dita ilha vila e a redizima que no alvará lhe tem concedido estava ao dito tempo entre elles assentado que não fosse senão a redízima da sua própria fazenda".

Quando ratificou "a doação, exigiu Coutinho, por ela, um bom pão de assucar, cada ano, com pêso de quatro arráteis. Esses afamados pães tinham alto valor; figuravam até entre legados de uma rainha de França. Pesavam, geralmente, pouco mais de dois quilos; e, ao preço da época, devia semelhante censo corresponder a cêrca de vinte mil réis".

"Como Ilha assim doada limitava-se pelo Têrmo da primeira povoação, dispôs o donatário que nem Duarte de Lemos, nem os sucessores fariam vila na dita Ilha. Recomendação desnecessária porque, em face da Carta Régia, só aos capitães e governador, assim como aos respectivos sucessores, outorgara o Rei poderes para fundar ou constituir vilas".

Vista parcial da cidade.

Palácio Anchieta.

Duarte de Lemos se instalara na parte alta da ilha, fazendo construir em sua fazenda, ao lado da residência, uma igrejinha para o culto de Santa Luzia.

Por essa época os colonizadores sentiam-se mais desafogados do gentio. A falta, porém, de colonos, para dar desenvolvimento aos trabalhos iniciados, obrigou Coutinho a ir à Metrópole "a aviar-se para a conquista do sertão a procura de minas de ouro e prata, de que tinha novas".

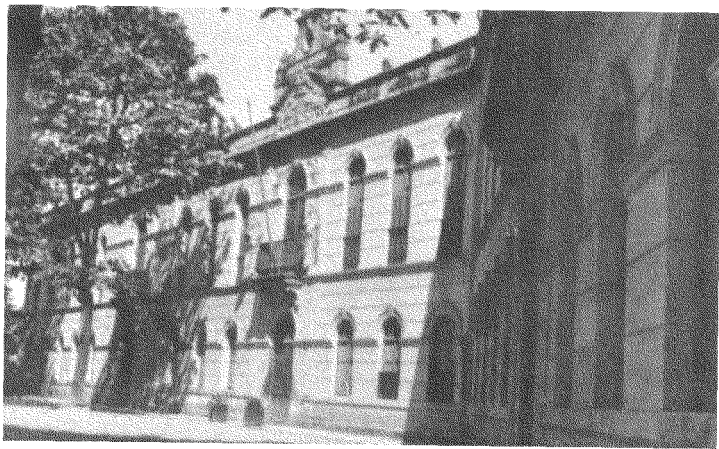
A partida do donatário por volta de 1550 deixou a capitania em completo desmando. Tôdas as leis, tôdas as regras, todos os princípios passaram a ser desrespeitados pelos colonos e pelo substituto de Vasco Fernandes Coutinho (D. Jorge de Menezes). Em pouco acendeu-se uma guerra encarniçada em que se envolveram portuguêses, escravos, índios e mestiços. Em busca de refúgio passaram-se quase todos os colonos para a ilha de Duarte de Lemos. Mas ali mesmo os silvícolas, que haviam recebido reforços de outras tribos, atacaram os lusitanos que, após prolongados combates, venceram-nos.

Desenvolvia-se o núcleo populacional, que era então chamado Vila Nova, em antítese à primeira Vila que se ficou chamando Vila Velha.

Em fins de março ou princípios de abril, de 1551, em meio a grandes festas, aqui desembarcaram o padre Afonso Braz e seu companheiro, irmão Simão Gonçalves. Isso concorreu para que se fizesse uma paz relativa entre colonizadores e indígenas. O concurso do Jesuíta sobretudo reanimou os colonos, sendo pela primeira vez entoada naquela terra, varrida de ódios e discórdias, o hino "Glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade". Rezavam-se missas, então, na capela do Rosário, em Vila Velha, na igrejinha de Santa Luzia, na fazenda de Duarte de Lemos e na Matriz da Vila Nova.

O estado de ânimos, porém, era tal que, em breve, se reabria a luta. E novas investidas fizeram os aborígines contra a Vila Nova do Espírito Santo.

> Verificou-se "no dia 8 de setembro de 1551, uma grande vitória dos ilhéus sôbre indígenas e, por essa razão, foi, novamente, mudado o nome do lugarejo para o de Vitória, que ainda hoje conserva. O seu nome, simbolizando um triunfo verdadeiramente decisivo da civilização sôbre a selvageria, definiu a estabilidade de Vasco Fernandes Coutinho que, a despeito de tôdas as infelicidades com que se houve, pôde, assim, estabelecer, de forma definitiva, o seu govêrno na ilha da Vitória, livre já das invasões indígenas".

Faculdade de Direito.

Escola Normal Pedro II.

O missionário Afonso Braz, em carta escrita em 1551, assim se manifestou: "É esta terra onde ao presente estou a melhor e mais fertil de todo o Brasil". Empenhara-se imediatamente na catequese dos índios e iniciara-se na Vila da Vitória a construção de uma igreja, tendo ao lado uma residência, que mais tarde fôra transformada em colégio, ou seminário, como se denominavam, na época, os educandários de padres. Essas edificações, cujo término se acelerou com a chegada, em 1553, do padre Braz Lourenço, em substituição ao padre Afonso Braz, traduziram-se no marco de fundação da Vila da Vitória ou Nossa Senhora da Vitória. Nessa época, consta que o vigário de Vitória percebia dezoito mil réis (equivalente a dezoito cruzeiros), por ano.

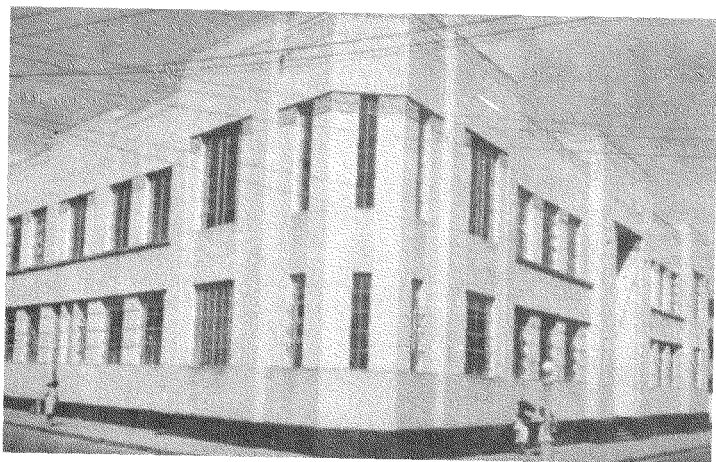
O clero, aqui radicado, subordinava-se, então em meados do século XVI, ao Bispado do Brasil, com sede na Bahia. Após a divisão daquele Bispado, com a criação do Arcebispado da Bahia, o Espírito Santo fêz parte dêste último, até 19 de julho de 1576, data em que foi criada a Prelazia do Rio de Janeiro, a qual abrangia o atual território do Estado. Afastada a ameaça dos índios, não puderam, entretanto, os habitantes de Vitória viver num clima de tranqüilidade, sujeitos como estavam às invasões estrangeiras. Mas os capixabas, animados pelos jesuítas, que empunhavam o estandarte de São Tiago — padroeiro da igreja por êles construída —, mostraram-se sempre guerreiros valorosos, ardentes defensores do solo capixaba, infringindo derrotas clamorosas a todos aquêles que tentaram a conquista de terras espírito-santenses. Assim aconteceu em 1561, em 1592, em 1625 e em 1640, quando franceses, inglêses e holandeses procuraram atacar a Vila da Vitória. Da primeira investida dos holandeses é rememorado o episódio épico de Maria Ortiz, nascida nesta capitania, que, da janela de sua residência — na ladeira hoje substituída pela escadaria que traz o seu nome —, derramou sôbre a cabeça do Almirante Pieter Pieterzoon Heyn, chefe da expedição, um tacho de água fervendo, fazendo-o retroceder e, incentivando assim os ilhéus na expulsão dos invasores. Quinze anos depois, a 28 de outubro de 1640, chegaram à barra o "famoso almirante hollandez Koin e o Cons. Newland, com uma esquadra de onze velas; e subindo com uma polaca, um patacho, e nove barcaças e lanchas, guarnecidas de seiscentos até oitocentos homens, saltou em terra do Pôrto de Roças Velhas, conhecido hoje por Pôrto dos Padres; atacou a vila por differentes pontos: mas o capitão-mor havia disposto as suas forças para repellir tão ousados invasores, as quaes consistiam em trinta armas de fogo, duas peças de artilharia, duas companhias de índios com arcos e flechas, e o resto do povo que se apresentou com chuços e piques. Mais de trezentos hollandezes forão mortos, muitas armas apprehendidas, tendo apenas os portugueses a lamentar a morte de três homens; e declarada a victoria em favor destes, se recolheo o resto dos hollandezes ás suas embarcações".

Êsse grandioso triunfo e a falta de mantimentos que então se verificara foi descrito pelo padre Francisco Gonçalves Rios, pároco da vila de Vitória — em apontamentos recolhidos por José Marcelino Pereira de Vasconcelos: "Este tão grande milagre como outros muitos que na tal guerra houve, como de não haver mantimentos na terra, perante a dita polaca e um patacho do inimigo trouxe Deus duas caravellas, uma de Santos com muitas farinhas, carnes e peixe, e arribou dos Abrolhos que ia para a Bahia, e veio logo a outro dia outra com vinhos e fasendas da Bahia, cousa milagrosa para o sustento deste povo. Pelo que os senhores officiais da Camara, e o Sr. capitão-mor tem mui particularmente obrigação cada ano de dar muitas graças a Deus, fazendo uma festa com solenne procissão a S. Simão e Judas, em cujo dia foi a victoria, e não por isso em esquecimento como o tem feito da Transfiguração do Senhor, em cujo dia houve antigamente nesta villa outra victoria contra o rebelde hollandez, e eu, ou o vigario que for, então fará o que deve, como fiz na dita guerra".

Vitória, que, na segunda metade do século dezesseis, já possuía um forte, cuja construção fôra aconselhada por Anchieta, teve a sua defesa reforçada quando do início do govêrno de Castelo Melhor. Cuidou-se então da fortificação de uma laje próxima ao canal de acesso ao pôrto, estando a entrada marítima da vila guardada pela "cadeia da barra". Ainda no século XVII construiu-se o forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo, na praia onde hoje se ergue o Hotel Sagres, e reconstruiu-se o de São João, nos terrenos atualmente ocupados pelo Clube de Regatas Saldanha da Gama. Nesse tempo um correio fazia a ligação terrestre entre a capital da capitania e a Bahia. Contava a Vila com o Hospital da Caridade de Nossa Senhora da Misericórdia, fundado em Vila Velha, em 1595, e transferido para a ilha, em 1605. Encontravam-se já em Vitória os carmelitanos, que aqui construíram convento em 1683. A igreja datava de 1650. Continuando o programa de fortificações, ao iniciar-se o século XVIII, o capitão-mor Francisco Ribeiro resolve reforçar a verba destinada à construção do forte de São Francisco Xavier. Manda, então, a 3 de dezembro de 1701, "lançar um Bando a fim de que qualquer mulher parda ou preta que trouxesse a maneira da saia aberta, mais de dois dedos

Teatro Glória.

Palácio Domingos Martins.

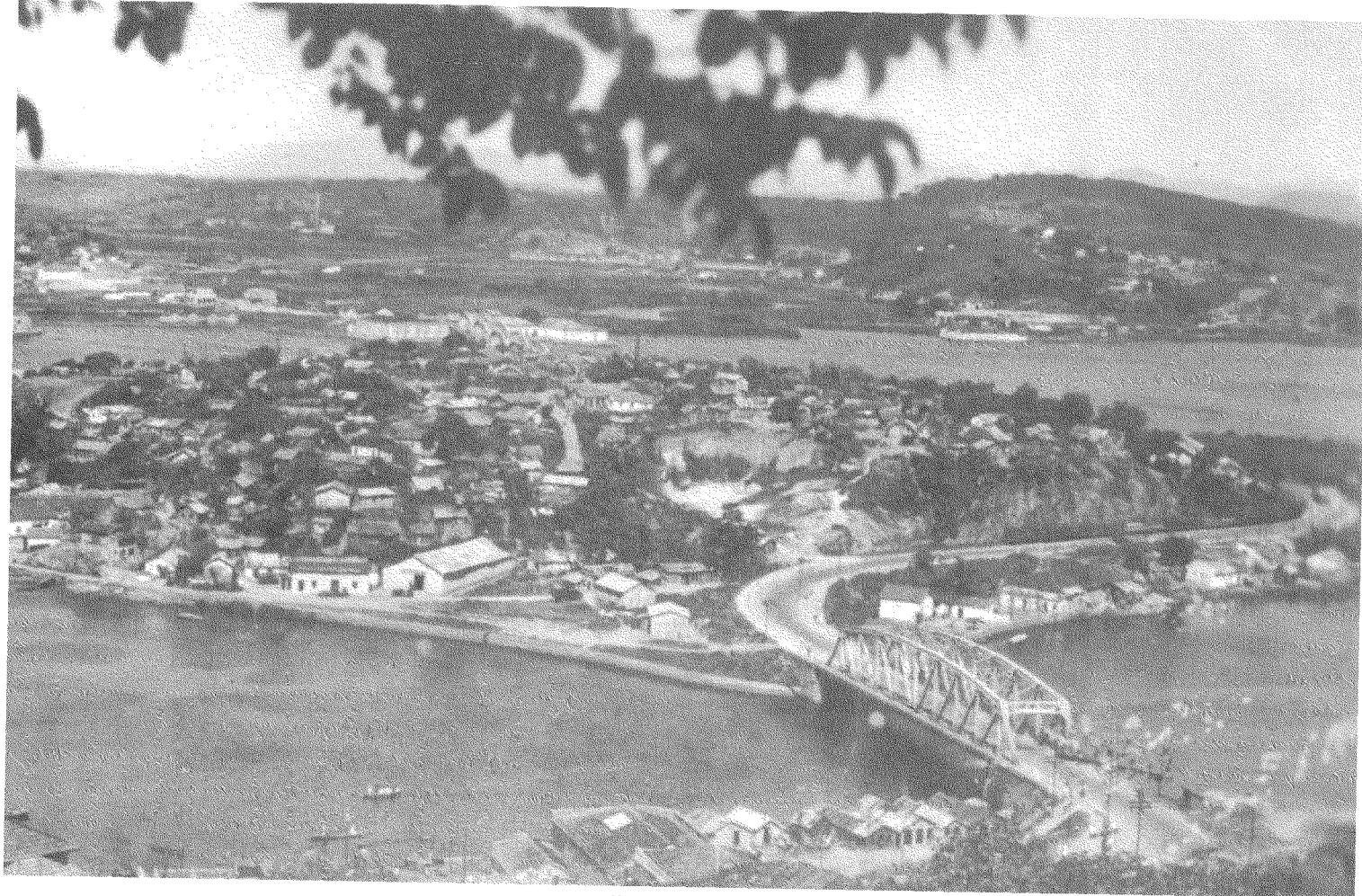
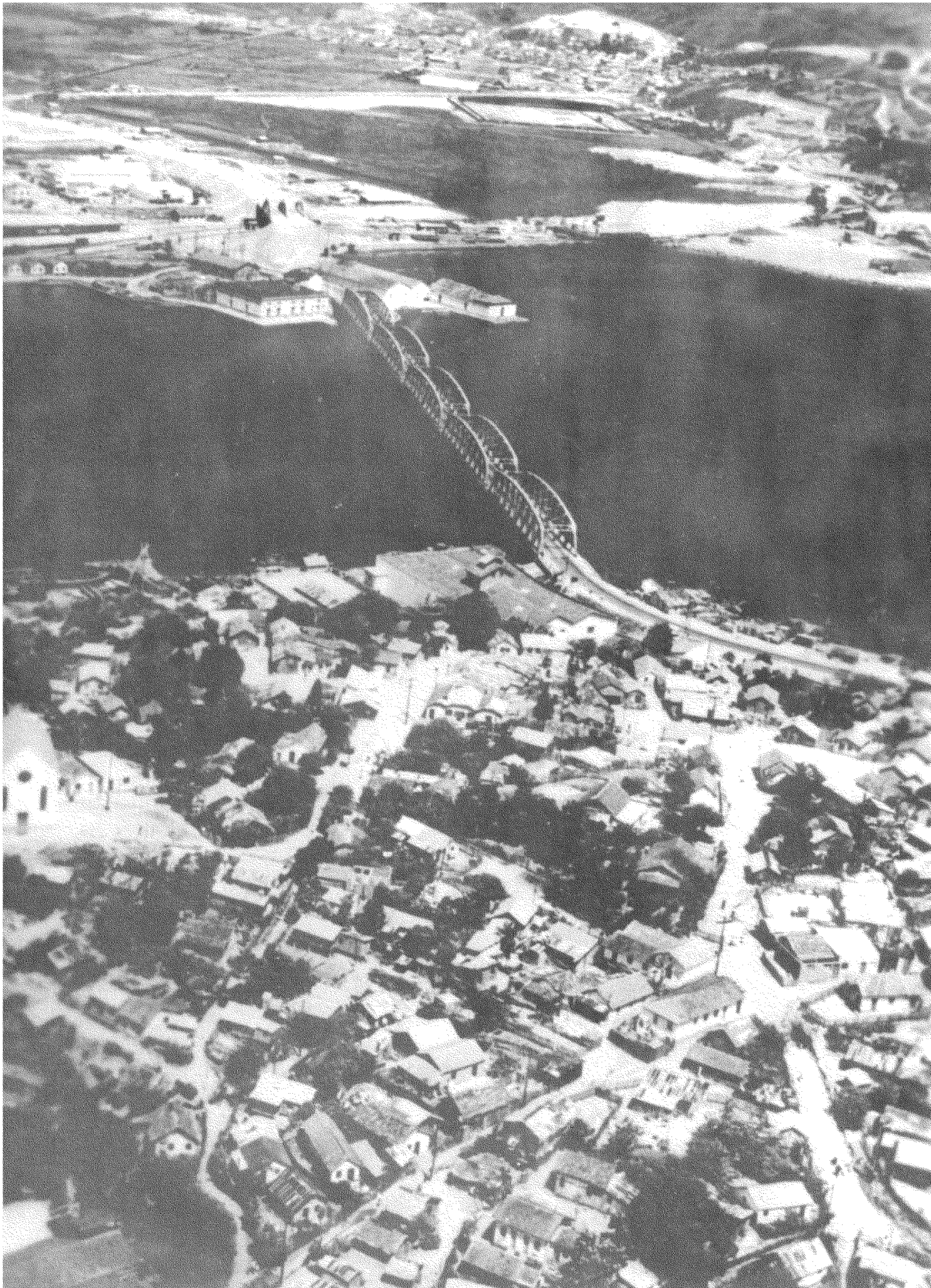
11 — 24 937

Centro de Saúde do Estado.

abaixo do refrego (textual) e também descomposta, pagaria quatro mil réis para as obras da fortaleza, além da pena de seis dias de cadeia; e sendo parda, porém captiva, pela primeira vez duas duzias de açoites, pela segunda quatro duzias e pagando o senhor dois mil réis para as ditas obras, e recalcitrando ainda, sendo fôrra seria degredada por seis meses para fora da villa. Assim qualquer pessoa que com direito que julgasse ter, fôsse ás canoas no meio do mar comprar peixe ou atravessa-lo, seria punida com dois mil reis para as obras e vinte dias de cadeia, e sendo soldado trinta dias de tronco; e todas as canoas do alto, de rede ou tresmalhos, que venhão á pedra vender peixe debaixo da mesma pena e o peixe perdido que se achar será para os frades de S. Francisco; e mais ninguem que fosse, puchasse pela espada ou a trouxesse nua de noite, nem os pardos captivos andassem na villa com espingardas e armas, que serião castigados".

Sôbre o portal da fortaleza de São Francisco Xavier foi colocado um dístico, onde se lia "Dom Rodrigo da Costa, Reynando o muito Alto e poderoso Rey de Portugal Dom Pedro 2.º Nossa Sor. mandou fazer esta fortaleza Dom Rodrigo da Costa Governador e Capp. Gal. deste estado do Brasil, no ano de 1702".

Corria o segundo século da colonização. A Vila desenvolvia-se, com a multiplicação das casas e caminhos, e intensificação do comércio; os religiosos continuavam a desfrutar de posição privilegiada, tendo mesmo conseguido com a Câmara de Vitória a doação de terrenos onde construíram um cais, no local hoje conhecido como Cais de São Francisco. Vitória, que, no tocante ao fôro judicial, estava com tôda a capitania do Espírito Santo sujeita ao Ouvidor do Rio de Janèiro, desde a Provisão do Conselho Ultramarino, datada de 19 de abril de 1722, passou a fazer parte da comarca do Espírito Santo, criada em 1741, pelo ouvidor Pascoal Ferreira de Véras (ou Deveras). Sua jurisdição abrangia também todo o território compreendido nas vilas de Campos de Goitacazes e São João da Praia ou da Barra.

Data dêsse período a instituição da primeira aula pública em Vitória.

Habitavam, então, a Vila da Vitória cêrca de 5 000 almas, que se distribuíam por mais de 1 300 "fogos", ou residências. Novos fortes — Nossa Senhora da Vitória ou São Tiago (na antiga Praça do Mercado), Santo Inácio ou São Maurício (Rua do Comércio, esquina da Rua General Osório), São Diogo (junto à escadaria do mesmo nome) — ampliavam a sua rêde defensora; e a Vila assim se apresentou ao ouvidor Mateus Nunes, que a descrevia em 1746: "Aqui não há cadeia, nem casa da Câmara, por terem caído de

Ilha do Príncipe.

Vista aérea da Ilha do Príncipe.

Clube de Regatas Saldanha da Gama.

todo, e não cuidarem os meus antecessores na sua reedificação em tempo mais suave; si bem que a falta de meios seria então a causa, pois a Câmara não tem rendimento algum, e por êsse motivo não tem alcaide, por não haver dinheiro para se lhe pagar o seu ordenado, como não se paga o escrivão da mesma Câmara".

A 23 de janeiro de 1755 foi concedida licença ou Provisão Episcopal para a construção, no local onde hoje se nota a confluência da Rua Graciano Neves com a Praça Costa Pereira, da igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, possuindo já a Vila "matriz espaçosa e bem construída" que "na série das igrejas coladas" teve "um logar antes de 1748".

Da segunda metade do século XVIII é também a edificação da igreja de Nossa Senhora do Rosário, levantada por sua Irmandade, composta de homens pretos, com licença ou Provisão Episcopal de 14 de setembro de 1765. Mas, antes dêsses acontecimentos, ainda no século XVI, ocorreu em Vitória um fato que enlutou todos os seus habitantes. Foi o sepultamento em 11 de junho de 1597 do evangelizador das selvas do Brasil, o venerando padre Anchieta, que falecera dois dias antes na Aldeia de Reritiba, hoje cidade de Anchieta e cujo corpo fôra carregado para esta capital em cortejo solene, onde se contavam cêrca de trezentos indígenas por êle catequizados, e enterrado na capela de São Tiago. Findava-se, assim, a vida daquele cuja obra benemérita constitui brilhantíssima página da história pátria. Os despojos do fundador de São Paulo e de Reritiba foram posteriormente transladados para a igreja do Colégio da Bahia e colocados junto ao altar-mor de São Tiago. Encontra-se, hoje, no Palácio Governamental do Espírito Santo, em Vitória, uma tíbia daquele jesuíta, conservada em urna de prata, encerrada em monumental túmulo, cuja lápide traz a seguinte inscrição: VENERAB. P. JOSEPHVS DE ANCHIETA — SOC. I. BRASILIAE APOST ET NOVI ORB. NOVVS — TRAVMATVRG OBIIT RERIBA DIE IX IUN ANN MDXCVII.

Vitória crescia à medida que os aterros iam conquistando novas áreas ao mar.

No dia 1.º de agôsto de 1769 foi a vila abalada por um terremoto. "Nessa ocasião, o povo mandou vir uma imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e constitui uma Irmandade na capela da Misericórdia, devoção, pouco depois, introduzida também na Vila de Campos e no Caraça". A tradicional imagem, artìsticamente trabalhada em madeira, encontra-se hoje, no Museu de Arte Religiosa, nesta capital.

Ponte Florentino Avidos.

Teatro Carlos Gomes.

No alvorecer do século XIX, Vitória era descrita como uma vila pobre, sem divertimentos, onde as mulheres fiavam algodão durante o dia para ganhar alguns vinténs.

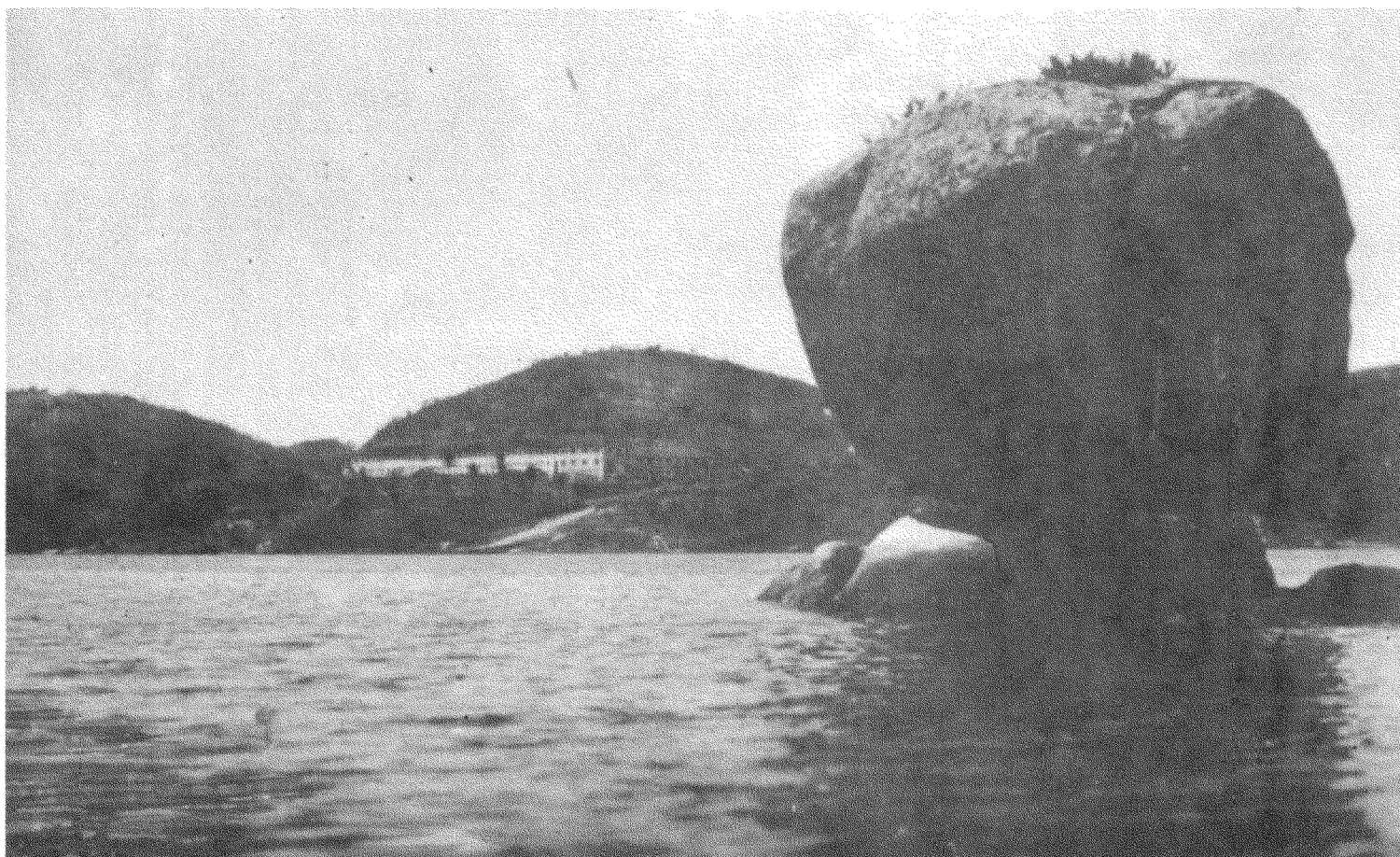
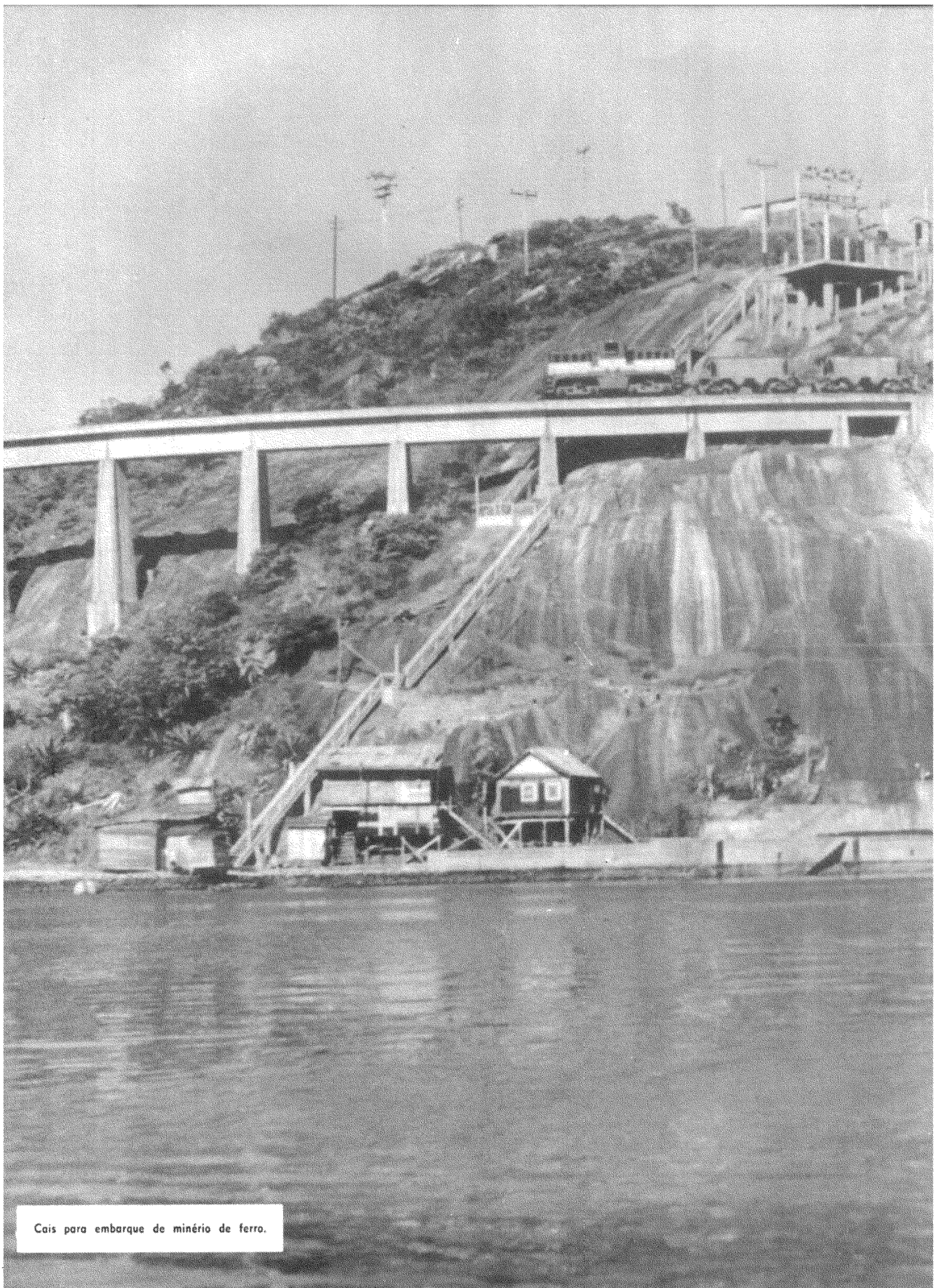
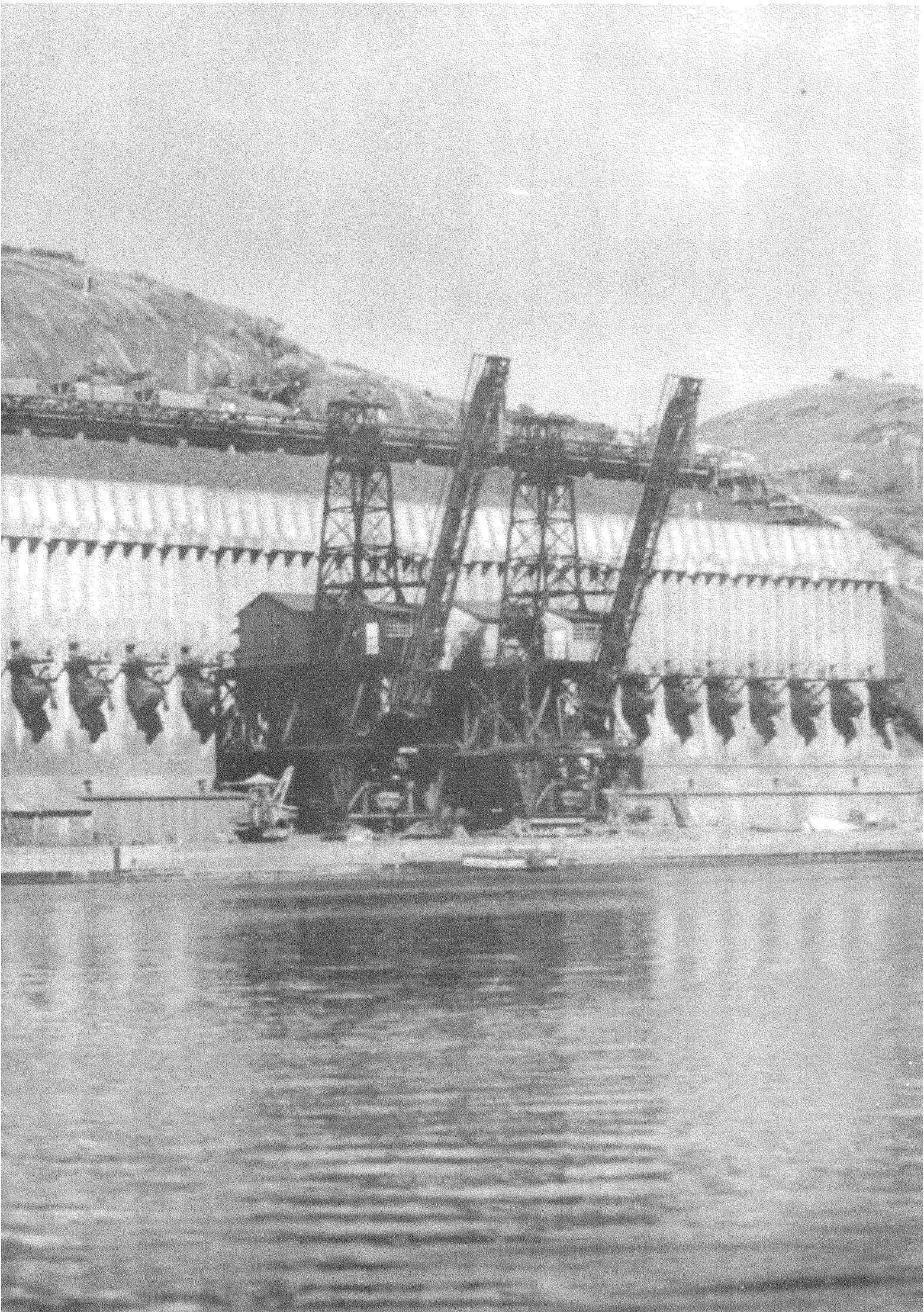
A população de Vitória, que era de cêrca de cinco mil pessoas, contava, dentre os seus meios de defesa, com a Fôrça Militar. Além da tropa de linha encontravam-se também, na época, os "pedestres", que embora não usassem fardamento, recebiam anualmente quatro mil réis para sua aquisição. Êsses soldados ocupavam o pavimento térreo do Convento do Carmo e percebiam oitenta réis por dia, sem alimentação. Foi nesse ambiente que ressoou, em 1822, o grito de "Independência ou Morte" proferido por D. Pedro I, às margens do Ipiranga. A 12 de outubro de 1823, por um juramento prestado pela Câmara Municipal de Vitória, o Espírito Santo aderia à Independência do Brasil. Pouco depois, por Decreto de 24 de fevereiro de 1923, a Vila da Vitória foi elevada à categoria de cidade. Tal ato legislativo foi assim redigido: "Dom Pedro pela Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Faço saber aos que esta Minha Carta virem: que Tenho Eu elevado este Paiz à alta dignidade de Imperio, como exigia a sua vasta extensão, e riqueza; e tendo Me dado as Provincias, de que elle se compõe grandes, e repetidas provas de amor, e fidelidade á Minha Augusta Pessoa; e de firme adhesão á Causa Sagrada da Liberdade, e Independencia deste Imperio, cada Huma segunda os meios que lhe ministrarão sua população e riqueza; Houve por bem por Meu Imperial Decreto de vinte quatro do mez proximo passado em memoria e agradecimento de tantos, e tão relevantes serviços, que mutuamente se tem prestado concorrendo todas para o fim geral do augmento, e prosperidade desta grandiosa Nação, Elevar a cathegoria de Cidade todas as Villas que foram Capitaes de Provincias: e sendo a Villa de Victoria a Capital da Provincia do Espírito Santo: Hei por bem em conformidade do dito Meu Imperial Decreto, que fique erecta em Cidade, e que por tal seja havida e reconhecida com a denominação de ... CIDADE DA VICTORIA ... e haja todos os Foros, e Prerogativas das outras Cidades deste Imperio, concorrendo em ellas em todos os actos Publicos, e gozando os Cidadãos, e Moradores della de todas as distinções, franquezas, privilegios, e liberdades, de que gozarão os Cidadãos, e Moradores das outras Cidades sem differenção alguma: por que assim he Minha Merce. Pelo que Mando á Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens, Presidente do Thesouro Público, Conselho da Fazenda Nacional, Regedor da Casa da Suplicação, Junta do Govêrno

Escola Técnica Estadual.

Igreja do Rosário.

Trecho da Praça Costa Pereira.

Provisorio da Provincia do Espírito Santo, e a todas as mais dos das outras Provincias; Tribunaes, Ministros de Justiça e quaisquer outras pessoas, a quem o conhecimento desta Minha Carta haja de pertencer, a cumprão e guardem, e fação cumprir e guardar como nella se contem sem dúvida, ou embargo algum. E ao Monsenhor Miranda, Desembargador do Paço e Chanceller Mor do Império do Brasil, Ordeno que a faça publicar na Chancellaria, e que della envie copias a todos os Tribunaes e Ministros, a quem se costumão enviar semelhantes Cartas, registrando-se em todas as Estações do estillo, e remetendo-se o Original à Camara da dita nova Cidade para seu Título. Dada no Rio de Janeiro aos 18 de Março de 1823, 2.º da Independência do Império. IMPERADOR com Rubrica e Guarda. Carta por que V.M.I. Há por bem Erigir em Cidade a Villa da Victoria, Capital da Provincia do Espírito Santo com a denominação de CIDADE DA VICTORIA ... e com todos os Foros, Liberdades, e Prerogativas, de que gozão as outras Cidades deste Imperio, concorrendo com ellas em todos os actos Publicos na forma acima declarada. Para Vossa Magestade Imperial ver. Por Decreto de S.M.E. de 24 de Fevereiro de 1823, e Despacho da Mesa do Desembargo do Paço de 17 de Março do mesmo anno. Monsenhor Miranda Bernardo José da Cunha Gusmão e Vasconcelos. José Caetano Andrade Pinto a fez escrever. José Francisco Medela Pimentel a fez Monsenhor Miranda gratis. Foi publicada nesta Chancellaria Mor do Imperio do Brasil, aos 18 de Setembro de 1823. Francisco Xavier Rapozo de Albuquerque. Registrada na Chancellaria Mor do Império do Brasil no Liv. 1.º das Leis a Fl. 22-v. Rio de Janeiro 18 de setembro de 1823. Claudio José da Cruz. Registrada a fl. 36 v. do Liv. 1.º que serve de Registro de Decretos, Cartas e Alvarás, nesta Secretaria da Mesa do Desembargo do Paço do Império do Brasil. Rio de Janeiro 11 de Setembro de 1823; 2.º da Independência, e do Império Manoel Correa Fernandes".

Funcionava já uma Alfândega provisória criada por imposição do crescente movimento de importação e exportação de mercadorias. A 24 de fevereiro de 1824, ocupava o antigo Colégio de Jesuítas, transformado em Palácio do Govêrno provincial, o primeiro Presidente da Província do Espírito Santo — Inácio Acioli de Vasconcelos. Dois meses depois, a 19 de abril, é jurada, na igreja Matriz

Baía de Vitória, vendo-se a lendária "Pedra dos Ovos".

Cais para embarque de minério de ferro.

Vista do edifício Presidente Vargas.

de Vitória, a Constituição do Império perante a Câmara Municipal, corporações Civis, Eclesiásticas, Militares e grande regozijo público. Em 1858, estavam instalados naquele edifício a Secretaria da Presidência, o Liceu, a Tesouraria da Fazenda, a Administração do Correio, o Armazém Bélico, a Biblioteca Pública, uma escola de primeiras letras e o Quartel de Pedestres. A comarca de Vitória, que, desde 1819, se classificava, na parte eclesiástica, como Arciprestado, fôra, como todo o terriório estadual, distinguida, em 15 de novembro de 1895, com a criação do Bispado do Espírito Santo, de acôrdo com a Bula do Papa Leão XIII, vazada nos seguintes têrmos: "Nova autem huic Diocese Sanctitas suas totum territorium attribint status civilis et jusdem nominis, urdem servatis limitibus geographicis et politicis, quilens actu circum scriblim et quibus et jus extensio, chilometre quadrata, quin quagres mille fere patere coputatur. Et jus fines ad plagam Borealem Statum Bhaia attingunt a quo per flumen Mucury disterminantur et ortum in Oceanum Atlanticum desinunt ad Meridiem ad Statum Fluminensis Januaris pervennint, a quo per fluminen Itabapoana diumunt ad Occasum a Statu Minas Geraes et a flumine Prete, quod illabitur clauduntur".

O primeiro Bispo da Diocese foi empossado em 23 de maio de 1897. Chamava-se D. João Batista Correa Nery, que foi sucedido por D. Fernando de Souza Monteiro, que entrou no exercício do cargo a 9 de março de 1912. De 19 de maio de 1918 a 15 de outubro de 1933 ocupou o Palácio Episcopal D. Benedito Paulo Alves de Souza; de 15 de outubro de 1933 a 1.º de dezembro de 1951 D. Luiz Scortegagna, que foi sucedido por D. José Joaquim Gonçalves. O atual Bispo do Espírito Santo é D. João Batista da Mota e Albuquerque que se investiu das funções em 17 de agôsto do corrente ano (1957). A Diocese é sufragânia do Ascebispado do Rio de Janeiro.

Praia de Camburi.

Parque Moscoso.

O início da era republicana, em Vitória, foi assinalado com o primeiro passo visando à remodelação da cidade: Demoliram-se, então, no período governamental de 1892-96 uma igreja e algumas casas no antigo Largo da Conceição; e levantou-se, nesses terrenos, o Teatro Melpômene. Cuidou-se também da construção de um reservatório para água no morro de Santa Clara, da ereção do Quartel de Polícia, além de outras obras de menor vulto.

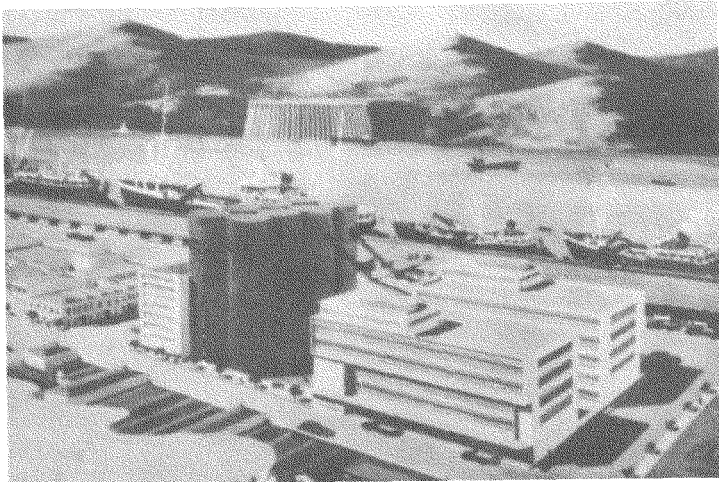
"A folga financeira dessa época durou pouco, e seguiu-se-lhe a crise de que todos temos dolorosa lembrança, acarretando não só a interrupção forçada das obras em andamento e projetadas como também a anulação dos elevados e patrióticos intuitos do Govêrno de então."

Escoara-se, dessa forma, o décimo nono século.

Nos primeiros anos do século vinte, Vitória, "cidade mal construida, de ruas estreitas, sem alinhamento, com edifícios de feição e architectura colonial, espalhados desordenadamente, segundo os acidentes do terreno, estava desprovida de um regular serviço de limpeza e de higiene públicas, de água e de exgotos. A iluminação era deficientíssima, mesmo esta só em noites em que não havia luar, o hospital estava quasi em ruinas, o cemitério público era de área insuficiente. Era enfim uma cidade absolutamente despida das mais rudimentares e das mais essenciais condições de hygiene e de conforto".

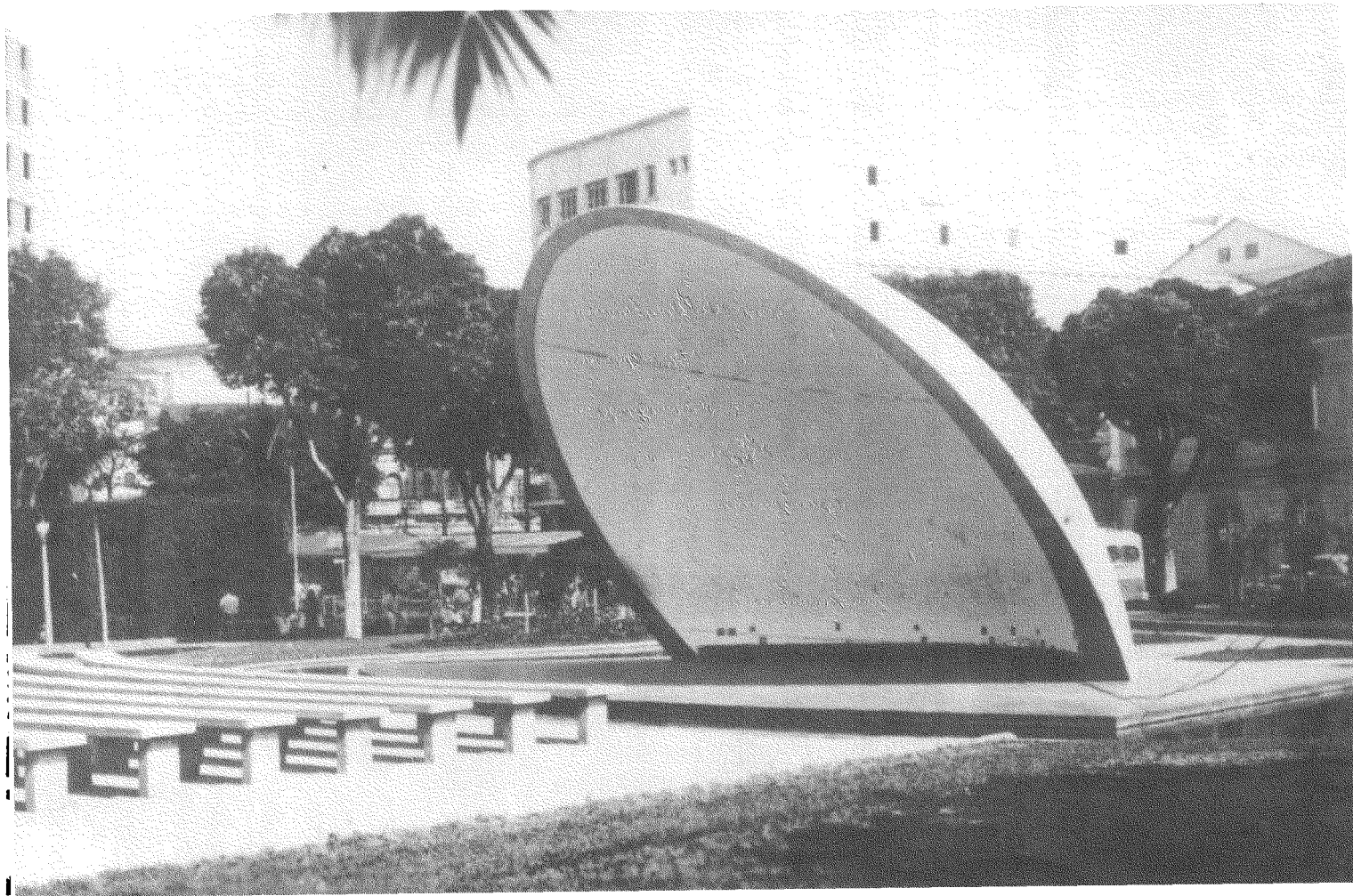
Nem mesmo no Palácio do Govêrno havia água canalizada, de vez que os mananciais mal atendiam às necessidades da população, em época de chuva, sendo que na estiagem se impunha ao Govêrno a abertura de poços para reforçar os pequenos reservatórios, que nada mais eram que dois chafarizes, construídos quase nos extremos da cidade e que abasteciam outros dois, um na cidade alta e outro no Campinho (hoje Parque Moscoso).

Foi quando assumiu o govêrno do Estado o Dr. Jerônimo de Sousa Monteiro. Dotado de grande clarividência, espírito construtivo e patriotismo, pôde o Presidente do Estado, tendo como Prefeito da capital o Sr. Octavio Indio do Brasil Peixoto, no quadriênio 1908-1912, introduzir em nossa capital múltiplos melhoramentos, tirando-a assim da condição de inferioridade em confronto com os "centros populosos que têm a função de constituir o foco de civilização de um povo". Encarando com firmeza as questões que constituíam problemas de difícil solução, o Govêrno equacionou-os e inaugurou, a 25 de setembro de 1909, o serviço de abastecimento de água, público e domiciliar, jorrando o precioso líquido do reservatório do morro de Santa Clara. Na mesma

Colégio Salesiano N. S.ª da Vitória.

Maqueta do moinho de trigo Vitória.

data, a usina hidrelétrica de Jucu fornecia eletricidade a tôdas as ruas, praças e edifícios públicos da cidade, bem como aos domicílios. Dois anos depois, a 21 de fevereiro de 1911, foi entregue ao público o serviço de esgotos. Mas não fizeram ponto final aí as realizações levadas a efeito na cidade de Vitória, por êsse grande administrador. Transformou êle completamente a fisionomia da capital, que ia renascendo e se embelezando com a abertura e alargamento de várias ruas e praças além da reforma e construção de numerosos edifícios públicos, objetivando sempre atender às exigências arquitetônicas de um centro populacional adiantado. Dentre as obras executadas em seu govêrno, sobressai, pelo vulto, a reforma do palácio governamental, que perdeu a vetusta feição conventual para transformar-se no majestoso edifício que é hoje denominado Palácio Anchieta. Data, também, dessa época a construção da imponente escadaria, de tão bela perspectiva, que ligava o desaparecido Cais do Imperador ao Palácio. Construíra-se, também, nessa época, o Cemitério Público, localizado em Santo Antônio, desaparecendo assim as pequenas necrópoles, que, pertencentes a Irmandades, se localizavam muito no centro, em áreas deficientes. Além dessas obras, contam-se várias construções de prédios escolares, e de outras edificações destinadas à instalação de serviços públicos, assim como construções de domicílios. Vitória que já era servida por bonde a tração animal que ligava o centro da Cidade ao Forte de São João, correndo também pela Rua 1.º de Março, teve, em 1909, sua rêde de transporte ampliada, com o avanço das linhas até a Praia do Suá. Depois de haver prolongado os trilhos até o arrabalde de Santo Antônio, resolveu o Govêrno de Jerônimo Monteiro eletrificar tôdas as linhas, no sentido de bem servir ao público. Igualmente colocaram-se bondes elétricos para fazer a ligação entre Paul e a vizinha cidade de Espírito Santo (Vila Velha).

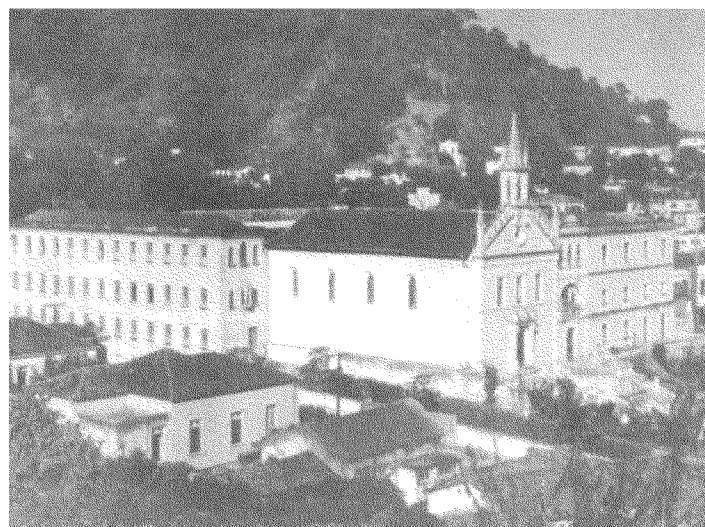
Nos primeiros quinze anos do século XX, a capital espírito-santense modificara-se extraordinàriamente. Perdera aquela feição de vila; para se apresentar aos olhos dos visitantes uma cidade progressista, cujo rápido desenvolvimento se deve sobretudo a acentuado aumento demográfico, decorrente da população adventícia, que vinha instalar-se aqui.

A centralização, porém, das construções e reformas, na área compreendida entre o centro e o extremo sudoeste da cidade, no período de 1908 a 1912, e o fato de quase todo

Concha acústica, localizada no Parque Moscoso.

Vista do aeroporto Salgado Filho

o restante ser constituído de velharias impunham uma providência do Estado, em favor da remodelação de nossa capital. Mas as longas crises que advieram após a administração de 1908 a 1912 não permitiram a construção de obras necessárias para o desenvolvimento de Vitória e nem, ao menos, a regular conservação dos grandes serviços de abastecimento de água, esgotos, eletricidade e viação urbana. Assim, por volta de 1925, a Capital espírito-santense apresentava ruas "apertadas, ladeadas de velhos prédios, ameaçando desabamento, calçadas em geral com alvenaria de pedras seccas, roliças, sem drenagem, com serviço de água e esgotos defeituosos em grande parte, com freqüentes interrupções, quase todos precisando de completa reforma". Excetuando-se algumas ruas do bairro do Parque Moscoso, em tôda a cidade havia falta de calçamento e drenagem de águas pluviais. E a ausência da pavimentação determinava a existência de apenas 4 ou 6 automóveis.

"Por outro lado, era de ziguezague o serviço de bondes, por falta de espaço para fazer curva."

Visando não sòmente à ampliação da cidade, com a criação de vários bairros e realização de obras de salubridade, mas também à consecução de trabalhos de embelezamento e confôrto, que viessem dar-lhe um aspecto compatível com sua beleza natural, cumpriu o Govêrno, no período de 1924-1928, um plano geral de melhoramento de Vitória. Imediatamente rasgaram-se estradas a fim de facilitar a expansão da cidade, tornando-se assim mais acessíveis a Praia Comprida, Suá, Bomba, Maruípe, ilha de Santa Maria e Santo Antônio. Criou-se também o bairro de Jucutuquara. E, em meio às desapropriações, escavações, aterros, demolições, reconstruções, drenagens, iluminação, construção de passeios, pavimentações, etc. foram surgindo ruas, ladeiras, avenidas, escadarias, praças, mercados, escolas, bibliotecas, viadutos, teatros, casas residenciais, numa demonstração de progresso, de crescimento. Nesse mesmo período de govêrno, foram construídas as pontes que ligam a ilha de Vitória ao continente, bem assim grande parte do Pôrto de Vitória. As administrações que se sucederam não descuraram das obras de ampliação do Pôrto, apesar das dificuldades financeiras que atravessaram. Realização de capital importância, não só para o Estado como para todo o País, foi a construção do cais de minério, destinado a silagem e embarque rápido e seguro do minério de ferro, procedente de Itabira, Minas Gerais, erguido na baía de Vitória, no período

Vista do tradicional Colégio N. S.ª Auxiliadora.

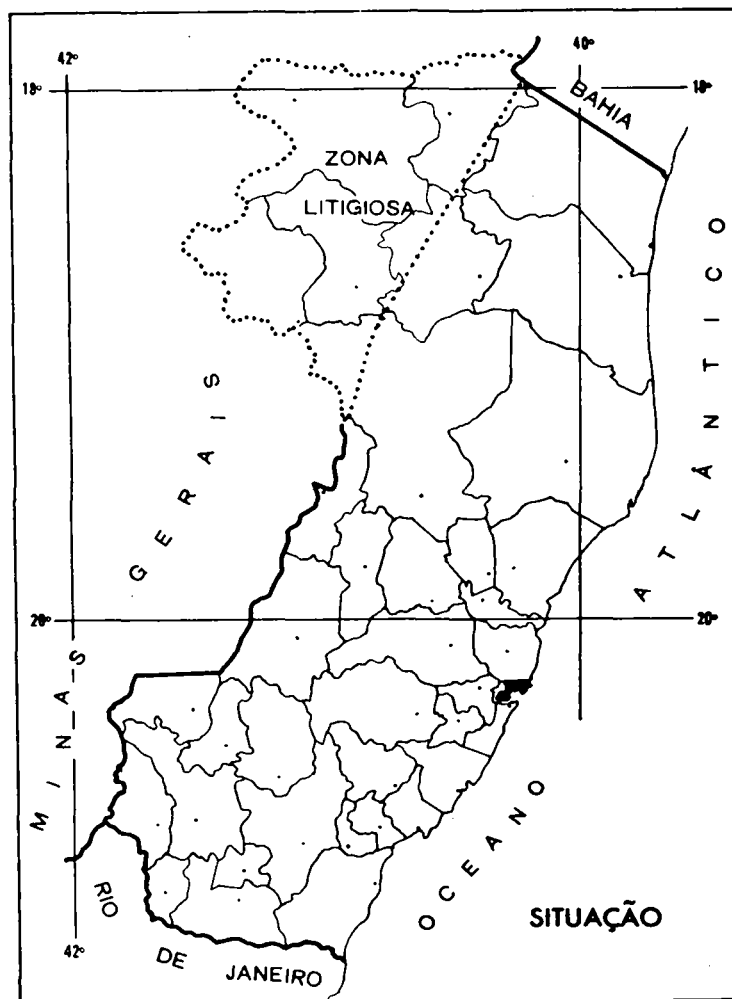
Igreja de Santa Luzia.

ditatorial, em território do atual município do Espírito Santo, defronte ao cais comercial da capital.

No atual período republicano, foram Governadores eleitos os Senhores: Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindemberg (30 de março de 1947 a 31 de janeiro de 1951); Jones dos Santos Neves (1951-1955); e atualmente o Chefe do Executivo Estadual é o Senhor Francisco Lacerda de Aguiar. A cidade de Vitória vem sendo governada por Prefeito de livre nomeação do Governador do Estado. Atualmente exerce o cargo Dr. Mário Gurgel. Em face de recente Lei sancionada pelo Govêrno, a Prefeitura da capital, a partir de 31 de janeiro de 1959, será ocupada por Prefeito eleito.

FORMAÇÃO JUDICIÁRIA — A comarca de Vitória, a primeira a ser criada no Espírito Santo, o que se deu a 3 ou 4 de outubro de 1741, compreende, de conformidade com os quadros de divisão territorial datados de 31-12-1936 e .... 31-12-1937, como também o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 9 222, de 31 de março de 1938, ùnicamente o têrmo-sede, a que, no entanto, se jurisdicionavam cinco municípios: Vitória, Espírito Santo, Cariacica, Serra e Viana. Tal situação foi mantida pela divisão territorial do Estado, fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 9 941, de 11 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Em razão do Decreto-lei estadual n.º 15 177, de 31 de dezembro de 1943, que estatuiu a divisão territorial do Estado, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, a comarca de Vitória permanece com apenas o têrmo-sede, constituído então de quatro municípios: Vitória, Cariacica, Jabaeté (ex-Viana) e Serra, em virtude de o município de Espírito Santo ter sido extinto. Com a restauração dêsse município, levada a efeito pelo Art. 10 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, promulgada a 27 de julho de 1947, o têrmo único da comarca de Vitória passou a abranger novamente cinco municípios: Vitória, Cariacica, Espírito Santo, Jabaeté (atual Viana) e Serra. Atualmente a comarca de Vitória abrange quatro municípios: Vitória, Cariacica, Viana e Serra, em virtude da criação da comarca de Espírito Santo, pela Lei n.º 932, de 18-8-1955 e instalação a 24 de fevereiro de 1956. O município de Vitória é constituído dos distritos de Vitória e Goiabeiras.

Colégio Americano (batista).

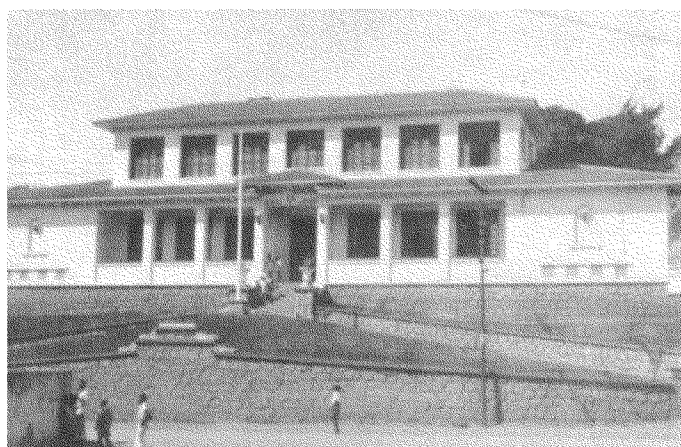
LOCALIZAÇÃO — Vitória caracteriza e denomina a Zona Fisiográfica em que se localiza. Limita-se: ao norte com Serra; ao sul com Espírito Santo; a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Cariacica. A cidade dista da capital Federal 420 km, em linha reta e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 20º 18' 52" de latitude Sul e .... 40º 19' 05" de longitude Oeste Greenwich.

Posição do Município em relação ao Estado.

ALTITUDE — A sede está situada a 3 metros acima do nível do mar.

CLIMA — O município apresenta clima tropical úmido e as chuvas tornam-se abundantes no verão e outono. As oscilações na temperatura, calculada em graus centígrados, foram as seguintes em 1956: média das máximas 27,3; das mínimas 20,4; média compensada 24,1. A precipitação pluviométrica registrada em 1955 foi de 1 092 milímetros.

ÁREA — com 70 km² de extensão, Vitória é o menor município do Estado quanto à superfície territorial.

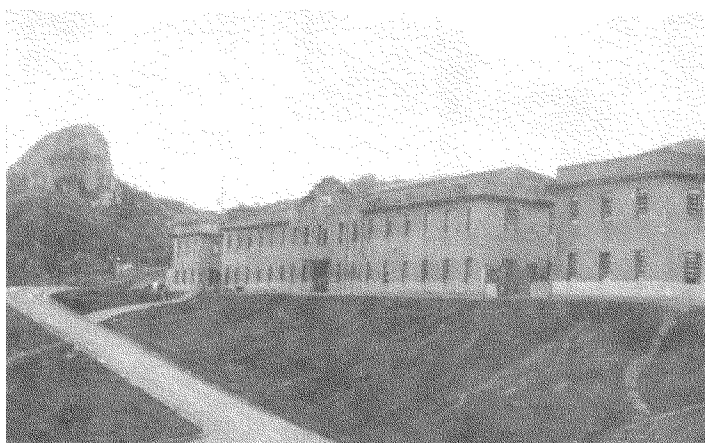
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Quanto ao relêvo, o território municipal divide-se em duas zonas distintas, a da ilha, que apresenta aspecto bastante acidentado, compondo-se, em essência, de rochas de origem plutônica, e a continental que se caracteriza pelas baixadas típicas do litoral centro e norte capixaba. Como principais acidentes citam-se o pico Frei Leopardi e as elevações graníticas de morro Grande, Gurigica, Cometa, Itopenambi, Guajuru e Barro Vermelho. Das ilhas, excluindo-se a de Vitória onde se localiza a cidade, as mais importantes são a do Príncipe, a da Fumaça, a do Frade, a do Boi, a das Cabras, a das Pombas, a da Cal e a da Pólvora.

RIQUEZAS NATURAIS — A argila, a areia e a pedra, imprescindíveis nas construções civis da cidade, constituem as reservas minerais do município. No reino animal, a pesca — peixe e camarão — é base econômica de boa parte da população que nela concentra a sua principal atividade.

Obra Social São José

POPULAÇÃO — Vitória, com 50 922 habitantes (23 876 homens e 27 046 mulheres), ocupava, de acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, o 4.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Espírito Santo:

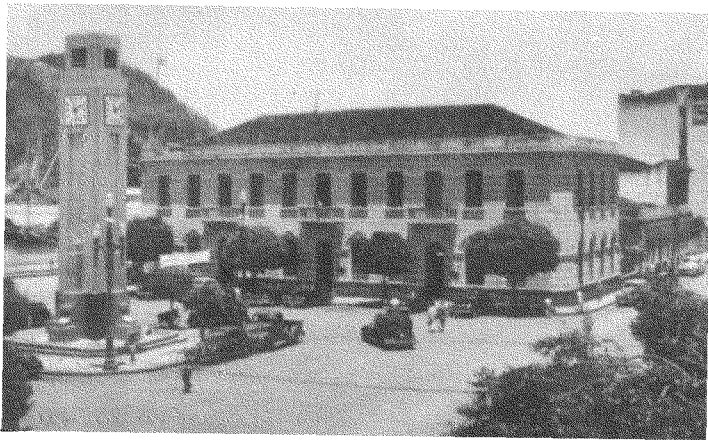
1.	Colatina	100 437
2.	Cachoeiro de Itapemirim	81 082
3.	Alegre	58 968
4.	VITÓRIA	50 922

A população de côr branca congregava, então, 53,96% do total municipal. Os grupos que se declararam de côr parda e preta absorviam, respectivamente, 35,26% e .... 10,54%. As 32 706 pessoas de 15 anos e mais, existentes naquela data, distribuíam-se, segundo o estado conjugal, nas seguintes classes: casados 47,13%; solteiros 44,05%; viúvos 8,44%; desquitados e sem declaração do estado civil, 0,38%. A religião predominante era a católica romana, com 46 635 adeptos — 91,56% do total. O município, essencialmente urbano, mantinha dentro dêsse perímetro 50 415 almas, o que equivale a 99% de tôda a sua população. No quadro rural concentrava-se apenas 1%.

Aglomerações urbanas — Por ocasião do VI Recenseamento Geral da República, a cidade de Vitória, com 49 735 habitantes, e a vila de Goiabeiras, com 680, constituíam as aglomerações urbanas municipais. Vale ressaltar, todavia,

Quartel da Polícia Militar do Estado.

que, aparentemente, a cidade se estende pelas localidades de Argolas (10 857 habitantes), Itaquari (6 547) e Espírito Santo (9 701), que se acomodam, perfeitamente, na categoria de bairros de Vitória, pois, além de paisagem física que fornece nítida impressão de continuidade, a grande maioria da população ali residente depende, diretamente, das atividades econômicas da capital. A marcha das construções civis na área metropolitana tem evoluído nos últimos anos e as feições urbanísticas da cidade, com o pontilhar dos arranha-céus no seu centro comercial, renovam-se, anualmente. A área de piso das construções licenciadas no sexênio 1951-1956, que totaliza 314 515 m², foi superior (excluídos os territórios) à de 8 capitais estaduais — João Pessoa, Natal, Florianópolis, Manaus, Maceió, São Luís, Teresina e Cuiabá. Através da série cronológica que se segue, são expostos os dados anuais sôbre as construções licenciadas pela municipalidade, no período citado. Para melhor aquilatar ou mensurar o incremento havido nesse setor, deve-se ter em conta que, em 1948, foram licenciados 152 projetos de construção com área de piso calculada em apenas 13 152 metros quadrados.

ANOS	CONSTRUÇÕES CIVIS LICENCIADAS NO PERÍODO 1951-1956	
	Número	Área de piso (m2)
1951	240	34 395
1952	298	34 269
1953	295	68 932
1954	272	48 317
1955	223	25 457
1956	308	103 145
TOTAL	1 636	314 515

Praça Costa Pereira.

Praça Oito de Setembro.

Quanto à área média de piso, por unidade licenciada, medida que de certo modo evidencia o porte das construções, chegando mesmo a proporcionar um índice de crescimento vertical dos núcleos urbanos, Vitória, no sexênio 1951-1956, galgava, pràticamente, o 3.° pôsto, juntamente com Manaus, como se infere dos dados abaixo:

	Área média (m^2)
1. Rio de Janeiro (DF)	293,38
2. Goiânia	201,88
3. Manaus	192,38
4. VITÓRIA	192,25

As cidades de São Paulo e Niterói, com a área média de piso de 187,54 e 185,37 m², ocupavam, respectivamente, o 5.° e o 6.° lugar.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Segundo os elementos censitários relativos a 1950, grande parte da população (28%) de 10 anos e mais, econômicamente ativa no município, declarou exercer atividade no ramo "prestações de serviço". Como Capital e principal cidade do Espírito Santo, Vitória não só possui elevada população flutuante

Edifício Presidente Vargas

como ponderável é o afluxo do elemento procedente do interior, via de regra, em busca das oportunidades e das melhores condições de vida que os centros mais desenvolvidos podem proporcionar. A par dessas considerações e das próprias atividades inerentes ao "modus vivendi" das metrópoles, explica-se a existência dos numerosos estabelecimentos de prestação de serviços como hotéis, pensões, bares, restaurantes, alfaiatarias, barbearias, etc. Como população econômicamente ativa, por motivos evidentes, não se consideraram os ramos "atividades domésticas não remuneradas", "atividades escolares discentes" e "condições inativas" que totalizam 21 852 pessoas de 10 anos e mais.

Feita essa ressalva, apresentam-se através da série categórica abaixo os efetivos referentes aos demais ramos e as percentagens que lhes correspondem:

RAMO DA ATIVIDADE PRINCIPAL	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS	
	Dados absolutos	% sôbre o total
Prestação de serviços	4 704	28,09
Comércio de mercadorias	2 393	14,29
Transportes, comunicações e armazenagem	2 349	14,03
Indústrias de transformação	2 145	12,81
Atividades sociais	1 695	10,12
Administração pública, legislativa e justiça	1 333	7,96
Defesa nacional e segurança pública	757	4,52
Agricultura, pecuária e silvicultura	452	2,70
Indústrias extrativas	424	2,53
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	318	1,90
TOTAL	16 745	100,00

Sanatório Getúlio Vargas.

Vitória, no entanto, é uma cidade que se caracteriza pelo intenso movimento portuário. Através de seus cais, da margem sul e da margem norte da baía, escoam-se grande parte de madeira extraída no norte do Espírito Santo, a quase totalidade das safras cafeeiras capixabas e todo o minério de ferro que desce de Minas Gerais transportado pela Estrada de Ferro Vitória a Minas. Em 1955, o pôrto de Vitória movimentou 38,28% da tonelagem total das exportações brasileiras, o que lhe garantiu, sob êsse ponto de vista, a primeira colocação entre os demais portos nacionais. Em números absolutos, foram as seguintes as exportações através dos três principais portos do país.

	Tonelagem
VITÓRIA	2 367 986
Santos — SP	1 041 247
Rio de Janeiro — DF	754 641

O giro comercial de Vitória, no confronto estabelecido entre os municípios das capitais, garante-lhe uma classificação expressiva, ou seja, o 8.º lugar. Em 1955, o movimento de vendas mercantis, calculado em 5 748 milhões de cruzeiros, foi superior ao de 13 capitais estaduais e ao das 4 capitais dos territórios federais. Em Vitória, concentra-se, pràticamente, todo o comércio atacadista espírito-santense, contando-se dentro do perímetro municipal nada menos de 200 estabelecimentos dessa natureza. O seu comércio varejista, o mais desenvolvido do Estado, é representado por 2 300 unidades. O parque industrial vitoriense vem experimentando, nos últimos anos, regular surto de prosperidade e as perspectivas para um futuro próximo, com a energia que lhe porporcionará a hidrelétrica de Rio Bonito, são das mais animadoras. As condições anteriormente citadas sôbre o seu pôrto, onde se entrecruzam o minério que desce de Itabira e o carvão oriundo das minas de Santa Catarina e Paraná que se destina às siderúrgicas mineiras do vale rio-docense, tornam Vitória o centro indicado para a localização de indústrias de base. Assinalando-se, de passagem, a existência de florescente atividade industrial nos arredores da capital que, por fôrça de circunstâncias político-administrativas, não se inclui nos quadros demonstrativos referentes a esta, pois localiza-se nos vizinhos municípios de Espírito Santo e Cariacica, a produção industrial de 1956, correspondente ao município de Vitória chegou a ultrapassar a casa dos 330 milhões de cruzeiros. A tabela abaixo, discrimina, por classes de atividade, a produção aludida, referente às 78 unidades de 5 ou mais operários investigadas pelo Registro Industrial:

CLASSES DE ATIVIDADE	Pessoal existente em 31-12-56 (total)	VALOR DA PRODUÇÃO EM 1956	
		Cr$ 1 000	% sôbre o total
Indústrias alimentares	217	108 398	32,76
Indústrias têxteis	278	91 641	27,69
Indústrias de madeira	221	38 346	11,58
Indústrias editoriais e gráficas	285	19 860	6,00
Construção civil	155	17 038	5,15
Vestuário, calçado e artefato de tecido	89	13 701	4,14
Transformação de minerais não metálicos	91	9 672	2,92
Demais classes	399	32 280	9,76
TOTAL	1 735	330 936	100,00

No ramo "indústrias alimentares, que participou com 32,76% do valor global da produção, salienta-se a acentuada contribuição do moinho de trigo da firma Buaiz S. A., Indústria e Comércio. Além dêste, contam-se, ainda, 13 unidades produtoras de pães e biscoitos, uma destinada à produção de gêlo e à frigorificação do leite, duas produtoras de massas alimentícias, uma de doces, uma de fubá de milho e duas torrefações de café. Os ramos "indústrias têxteis" e "da madeira" constituíram ponderável parcela no cotejo geral, representando, respectivamente, 27,69% e 11,58% do valor total. Neste último, a madeira beneficiada nas 8 serrarias mecânicas do município contribuiu com 34,4 milhões de cruzeiros, ou seja, 89,7% do aludido ramo. O consumo médio mensal de energia elétrica no município, é de 2 215 milhares de kWh.

Vista da estrada do Contôrno.

Trecho da Avenida Jerônimo Monteiro.

A pesca é organizada e desenvolvida em bases econômicas razoáveis. A Colônia de Pescadores Maria Ortiz Z-5 estimou a produção de pescados (1956) em 371 toneladas com o valor aproximado de 6 milhões de cruzeiros. O número de pescadores registrados na referida colônia ultrapassa a casa dos 1 200. Vê-se, pois, que essa atividade se entrosa, perfeitamente, na estrutura econômica da capital. As atividades agrícolas do município são bastante reduzidas e se distinguem pelo cultivo de frutas e legumes com vistas ao abastecimento dos mercados e feiras do perímetro urbano.

Na safra de 1956, estimada em 2 529 milhares de cruzeiros, predominavam a banana (70 mil cachos), a manga (440 mil frutos), o abacate (90 mil frutos) e a laranja (225 mil frutos), cujas quotas sôbre o valor total atingiram, respectivamente, 59,31%, 12,18%, 5,34% e 4,89%.

MOVIMENTO BANCÁRIO — Vitória apresenta destacada supremacia sôbre as demais comunas coestaduanas, no que tange às operações bancárias. Através de seus 13 estabelecimentos de crédito (11 sucursais e duas matrizes), são movimentados, aproximadamente, 50% do valor total dos depósitos e empréstimos que se registram no Espírito Santo. A título de ilustração, elaborou-se a tabela abaixo, onde figuram dados relativos ao ano de 1956:

PRAÇAS	SALDO EM 31-XII-56 (Cr$ 1 000)			
	Total de depósitos	Empréstimos	% sôbre o total	
			Depósitos	Empréstimos
Vitória	750 688	761 861	52,72	48,58
Municípios do interior	673 125	806 387	47,28	51,42
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	1 423 813	1 568 248	100,00	100,00

Os 13 estabelecimentos de crédito são: Banco do Brasil S. A.; Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo; Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais (duas agências); Banco Comércio e Indústria de São Paulo; Banco de Vitória (Soc. Coop. de Resp. Ltda.); Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais; Banco da Lavoura de Minas Gerais (duas agências); Banco Mineiro da Produção; Banco Nacional de Minas Gerais e Caixa Econômica Federal do Espírito Santo.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES — Vitória conta com quatro excelentes meios de transporte: aeroviário, rodoviário, ferroviário e marítimo. Dispõe de moderno e bem aparelhado cais de minério (primeiro da América do Sul) situado ao sul da baía (município de Espírito Santo), e do cais comercial que se localiza ao norte, no perímetro urbano da cidade. Êste último foi, recentemente, ampliado, com os serviços de drenagem e terraplenagem ocorridos no período 1952-1954. A sua faixa acostável que, anteriormente, media 850 metros, elevou-se, então, para 1 040 metros.

Por via rodoviária, Vitória liga-se às seguintes cidades: Cariacica (14 km); Espírito Santo (10 km); Serra (27 quilômetros); Capital da República (544 km). Por via aérea: Salvador — BA (847 km); Belo Horizonte — MG (467 km); Rio de Janeiro — DF (520 km). Por ferrovia: Belo Horizonte (726 km) e Rio de Janeiro — DF (641 quilômetros). O município é servido por: 44 emprêsas de transporte rodoviário (31 de passageiros e 13 de cargas); 3 de transporte marítimo (Cia. Nacional de Navegação Costeira, Lóide Brasileiro e Dias, Irmão & Cia.); e 6 de transporte aéreo — Consórcio Real-Nacional-Aerovias, Lóide Aéreo Nacional, Navegação Aérea Brasileira, Panair do Brasil, Emprêsa Viação Aérea Rio Grandense e Serviços Aéreos Cruzeiros do Sul. A Cia. Central Brasileira de Fôrça Elétrica mantém no município um serviço de transportes ferro-carris que se estende até a vizinha cidade de Espírito Santo. O Aeroporto Salgado Filho, localizado no distrito de Goiabeiras, apresentou, em 1953, o seguinte movimento que destaca a sua importância entre os demais do país:

Números de pousos	7 363
Passageiros transportados — emb. e desemb.	57 013
Cargas — embarques e desembarques (kg)	795 473

No perímetro municipal, contam-se: 4 agências do Departamento dos Correios e Telégrafos (uma postal-telegráfica e 3 postais); a Estação de Rádio Vitória; uma agência da "Western Telegraph Company"; 8 serviços de comunicação de uso privativo; 3 302 aparelhos telefônicos instalados, da Cia. Telefônica do Espírito Santo.

Trecho da Praça Presidente Roosevelt.

ASPECTOS URBANOS — Vitória, com 49 735 habitantes, coloca-se em 1.º lugar na relação das cidades mais populosas do Espírito Santo e em 33.º entre as do Brasil. Possui 330 logradouros públicos (70% pavimentados inteiramente), é servida de iluminação elétrica (8 722 ligações domiciliares) e dotada de estação para tratamento de água, cuja rêde abastece 7 860 domicílios. Conta com duas avenidas iluminadas pelo processo de luz "fluorescente", a Jerônimo Monteiro, principal artéria da cidade, e a Cesar Hilal, nas proximidades da Praia do Suá. Relacionam-se, ainda, 43 estabelecimentos de hospedagem (13 hotéis e 30 pensões), 6 cinemas, 2 cine-teatros, 19 associações desportivas, 7 literárias, 7 sócio-desportivas e 10 outras de variada natureza. As exibições cinematográficas constituem o passatempo predileto da população local e os números atestam o fato. Em 1955, a freqüência nos cinemas da capital elevou-se a 1 700 milhares de pessoas, o que corresponde a 45,16% sôbre o total de comparecimentos aos estabelecimentos cinematográficos do Estado, no referido período.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR — Eleva-se a 29 o número de estabelecimentos que prestam serviços médicos de natureza hospitalar, assistencial ou preventiva. Dêstes, 13 são oficiais e 16 particulares. Dos 773 leitos existentes nas unidades hospitalares, 230 destinam-se à clínica médica, 232 são próprios para tuberculosos, 167 para cirurgia, traumatologia ou ortopedia e 154 para outras finalidades. No plano hospitalar, destacam-se a Santa Casa de Misericórdia, a Associação Beneficente Pró-Matre, a Casa de Saúde Dr. Dório Silva, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, o Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, a Casa de Saúde São Sebastião, o Sanatório Getúlio Vargas e a Maternidade São José. Em atividade no município, enumeram-se 80 médicos, 68 dentistas e 26 farmacêuticos. Há em funcionamento 26 farmácias e 3 casas de material cirúrgico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é desenvolvida por 7 estabelecimentos destinados a asilos e recolhimentos (728 leitos), por 17 associações de caridade, 7 associações de beneficência mutuária (6 950 associados) e por uma instituição de previdência e assistência dos servidores públicos estaduais. O cooperativismo é exercido através das cooperativas: Leiteira de Vitória; dos Criadores de Gado; Agrária de Vitória; dos Servidores Públicos e Bancários de Vitória; Mista dos Avicultores Industriais do Espírito Santo e pelo Banco de Vitória (Soc. Coop. de Resp. Limitada).

ALFABETIZAÇÃO — A taxa de alfabetização no município de Vitória é bem expressiva em relação à das demais comunas espírito-santenses. Das 44 215 pessoas de 5 anos e mais ali recenseadas em 1950, declararam-se alfabetizadas 71,23%. No perímetro urbano da sede, a percentagem é ligeiramente superior — 71,75%.

Ensino — Sob o ponto de vista educacional, Vitória vem recebendo, nos últimos anos, substancial incremento, não só no âmbito do ensino primário, como no dos níveis médio e superior. Em 1955, contavam-se 63 unidades do ensino primário geral e 31 do médio. O ensino superior era ministrado através das faculdades de Direito, de Odontologia, de Filosofia, de Engenharia e da Escola Normal de Educação Física. Os elementos concernentes à matrícula geral em cada ramo educacional podem ser observados na tabela abaixo:

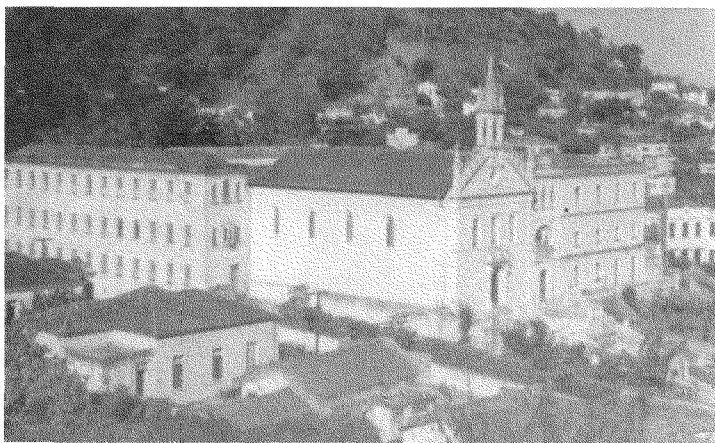
CATEGORIAS DO ENSINO	Unidades	Matrícula-geral em 1955
TOTAL GERAL	99	17 564
Primário Geral	*63*	*9 889*
Infantil	5	285
Fundamental comum	36	8 544
Supletivo	7	401
Complementar	15	659
Médio	*31*	*7 034*
Ginasial	8	3 960
Colegial	4	790
Normal	5	468
Comercial	8	1 575
Industrial	6	241
Superior	*5*	*641*
Direito	1	379
Odontologia	1	106
Filosofia	1	79
Engenharia civil	1	63
Educação Física	1	14

Cogita-se, atualmente, da instalação de mais duas faculdades, uma de Medicina e outra de Economia. Na cidade, anotam-se, ainda, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, o Seminário Menor Nossa Senhora da Penha e a Escola de Belas Artes.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A imprensa periódica vitoriense é representada pelos jornais "A Gazeta", "A Tribuna", "Diário Oficial", "O Diário"; pelos hebdomadários "Fôlha Capixaba" e "7 Dias", e pelos bimensários "Correio Trabalhista" e revista "Vida Capixaba". A imprensa falada compõe-se das radioemissoras Espírito Santo (PRI-9), Capixaba (ZYO-22) e Vitória (ZYO-21), a primeira transmitindo em onda média e as duas últimas, em ondas curtas e médias. Contam-se 16 tipografias, 6 livrarias em atividade, 3 bibliotecas importantes (uma estadual — 21 375 volumes, uma Estudantil — 15 100, uma municipal — 9 153) e 17 outras que totalizam 48 603 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA MUNICIPAL REALIZADA (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	19 719	108 034	15 065	12 656	16 606
1951	27 727	141 356	18 691	15 428	18 142
1952	35 031	165 165	20 459	18 462	20 540
1953	46 384	302 272	26 113	23 018	23 714
1954	66 699	523 881	42 851	39 906	42 003
1955	112 036	324 984	50 987	47 203	54 345
1956	239 301	287 736	66 540	51 758	79 249

MONUMENTOS HISTÓRICOS E ARTÍSTICOS — Em Vitória, são inúmeros os monumentos históricos e artísticos existentes. Entre outros, destacam-se: na Avenida Capixaba, o obelisco em homenagem a Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo e precursor de sua colonização; na Praça Municipal, defrontando-se com o edifício da Prefeitura, a Estátua do Trabalho; na Praça Costa Pereira, os bustos dos ex-presidentes do Estado, Florentino Avidos, José de Melo Carvalho Moniz Freire e Jerônimo de Souza Monteiro; na Praça João Clímaco, o monumento ao Expedicionário Capixaba e a estátua de Domingos José Martins; na Esplanada Capixaba,

Colégio N. S.ª Auxiliadora.

a estátua do ex-presidente Getúlio Vargas; e no pátio do Palácio do Govêrno, o túmulo do Padre José de Anchieta.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos populares ou folclóricos, com o tempo, estão desaparecendo. Sòmente as festas de cunho religioso observam, ainda, a antiga tradição, como as de São Pedro, na Praia do Suá (de 27 a 29 de junho); as de São Sebastião, em Jucutuquara (de 19 a 20 de janeiro); as de Santo Antônio, no morro de São Francisco (de 12 a 13 de junho) e as de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da cidade, no dia 8 de setembro. Esta última constitui a principal festa do Estado. Antigamente, com a existência dos partidos Peroá e Caramaru, as procissões de São Benedito terminavam, geralmente, em tumulto, pois o empenho de cada bloco, no sentido de se apresentar em melhores condições quanto ao traje e à habilidade de seus dançarinos que precediam o andor, proporcionava ensejo a desordens. Por êsse motivo, o Bispo Diocesano de então, Dom Fernando, resolveu extinguir aquela parte festiva e hoje a procissão transcorre normalmente.

VULTOS ILUSTRES — Dos filhos ilustres do município, destacaram-se no cenário nacional: Ministro Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio que exerceu o cargo de presidente do Supremo Tribunal, no tempo da monarquia; Almirante Antônio Cláudio Soido, herói no combate naval de Toneleros; Dr. Amâncio Pereira, professor, jornalista, teatrólogo, historiador e geógrafo; Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire, ex-presidente do Estado, membro da Comissão de Código Civil e partidário do voto secreto, elaborando, em 1910, trabalhos nesse sentido que foram aproveitados por uma república platina. No presente, evidencia-se, entre outros, o nome de Eurico Aguiar Salles, causídico, ex-deputado estadual, ex-deputado federal, ex-superintendente da Sumoc e, atualmente, Ministro da Justiça e Nègócios Interiores (o primeiro Ministro Capixaba da República).

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O município, não só pela paisagem física de seu território, como pelos aspectos geográficos adjacentes, oferece atrativos sob o ponto de vista turístico. O delineamento da baía de Vitória, entremeada de ilhas, a beleza panorâmica da Estrada do Contôrno e a amenidade das praias do Canto, Comprida e Camburi, proporcionam ao visitante as mais agradáveis impressões. A par dessa prodigalidade da natureza, Vitória, cognominada "Cidade Presépio", reúne valioso patrimônio artístico e histórico, como o Parque Moscoso, onde se destaca a "Concha Acústica", o quadrissecular Palácio Anchieta — sede do govêrno capixaba —, com suas majestosas escadarias, a Catedral Diocesana, na cidade alta, o túmulo do Padre José de Anchieta, o cinqüentenário Clube de Regatas Saldanha da Gama, os museus Capixaba e de Arte Religiosa, o Estádio Governador Bley e a Ponte Florentino Avidos, construída em 1928, que liga a ilha de Vitória ao continente. A arquitetura contemporânea da capital tem nos edifícios Getúlio Vargas (onde se localiza o moderníssimo Hotel Canaã), Presidente, Santa Mônica, Murad, Álvares Cabral, Estoril, Centro do Comércio de Café, Anchieta e Moscoso substancial amostra de sua evolução.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — "Capixaba", topônimo de origem tupi (caa — mato, pi — pele, cha — eu, *hab* — torcer: "arranco a pele do mato", "capino ou limpo o terreno"), era, inicialmente, um patronímico circunscrito apenas ao cidadão nascido no município de Vitória. Hoje, entretanto, é comum a sua generalização a todo o cidadão nascido no Estado. Segundo o "Pequeno Dicionário da Língua Portuguêsa", o vocábulo "capixaba" significa: "pequeno estabelecimento agrícola."

A cidade conta com inúmeras agremiações sócio-desportivas, destacando-se o Clube Vitória, o Clube de Regatas Saldanha da Gama, o Praia Tênis Clube, o Clube de Natação e Regatas Álvares Cabral e o Iate Clube do Espírito Santo. Dos grêmios literários, citam-se os seguintes: Academias — Espírito-santense de Letras, Capixaba dos Novos e Feminina Espírito-santense de Letras; Associações — Espírito santense de Imprensa e de Juristas do Espírito Santo; Institutos — Brasil-Estados Unidos de Vitória, e Histórico e Geográfico do Espírito Santo; Arcádia Espírito-santense e Comissão Espírito-santense de Folclore.

A comuna conta com 8 estabelecimentos cinematográficos: Cine Teatro Glória, Cine Teatro Carlos Gomes, Cine São Luiz, Vitória, Jandaia, Trianon, Santa Cecília e das Obras Pavonianas .

Apesar de se praticar o volibol, o basquetebol, o tênis, a natação, o iatismo e o gôlfe, o futebol "association" representa o esporte predileto da população local. O Rio Branco A. C., o Santo Antônio F. C., o S. C. Americano, o Caxias S. C. e a A. A. Vale do Rio Doce são as principais agremiações futebolísticas de Vitória.

(Histórico de José do Patrocínio Machado de Oliveira, extraído da Sinopse Estatística do Município de Vitória — C.N.E. Elaboração de Rubens Benezath e Lívio Renoldi, funcionários da I.R.).

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANGRA DOS REIS — RJ

Mapa Municipal na pág. 199 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A penetração do território do município de Angra dos Reis data de poucos anos após a descoberta do Brasil. A pequena enseada, fronteira à atual cidade, que recebeu o nome de Angra dos Reis, foi descoberta em 1502, aos 6 dias do mês de janeiro. Alguns historiadores fixaram êsse evento em 1532, a 6 de janeiro também, dando como descobridor Martim Afonso de Souza, donatário das capitanias de São Tomé e São Vicente, mas hoje essa hipótese está fora de cogitações, aceitando-se a data de 1502. Dando-se a descoberta no dia consagrado aos Santos Reis Magos, originou-se daí o nome de Angra dos Reis, em intenção à data.

Após a notícia do descobrimento, para lá se dirigiram, em 1556, os primeiros colonos, que, segundo reza a tradição, foram os filhos do brigadeiro Antônio de Oliveira, e, em 1559, o Doutor Vicente da Fonseca e sua família. Já em 1560 florescia a povoação nascente, que foi reconhecida como distrito em 1593 e, em 1608, elevada à categoria de vila, com a denominação de Ilha Grande, ou melhor Vila dos Reis Magos da Ilha Grande.

Tudo fazia crer estivesse sua primeira sede assentada em bases sólidas e definitivas, entretanto um trágico acontecimento, o assassinato do pároco local, teve tal repercussão na índole cristã dos colonos, que motivou, desde 1617, a mudança do núcleo da primitiva povoação para o lugar em que se ergue atualmente a cidade de Angra dos Reis. A 2 de outubro de 1624 foi fundada a nova Vila dos Santos Reis Magos da Ilha Grande, nesse local, pelo capitão-mor João de Moura Fogaça, abandonando-se, então, definitivamente, o lugar onde fôra instalada a antiga vila, que hoje é conhecido com o nome de Vila Velha. Em 1580, segundo relata Capistrano de Abreu, era o recôncavo da Ilha Grande muito procurado por gente da Capitania de São Vicente que "já se comunicava com a cidade de São Sebastião, pela baixada de Santa Cruz, onde os jesuítas começavam uma fazenda famosa".

Continuava crescente o seu progresso, pois, referindo-se ao ano de 1626, diz monsenhor Pizarro que "nas Ilhas de São Sebastião e Grande, e na costa fronteira, progredia a civilização, e aumentavam os solarengos provindos de São Vicente e do Rio de Janeiro, que para aí se estendiam de um e outro lado. A Vila de Angra dos Reis já era tão importante que em 1626 se deu nela princípio à construção de uma nova igreja de pedra para a freguesia". O município já tinha real expressão econômica em meados do século XVIII, pois em Pizarro lê-se que "em 15 engenhos existentes no ano de 1749 se trabalhavam a cana para fabricar açúcar e 91 engenhocas reduziam a mesma planta às águas ardentes tão boas e perfeitas como as de Parati, que, comumente, se reputam por mais superiores".

Em 27 de junho de 1808, foi criado o cargo de Juiz de Fora, sendo a comarca da Vila instalada em 27 de janeiro de 1829.

A Vila da Ilha Grande foi elevada à categoria de cidade em 28 de março de 1835, juntamente com Campos e Niterói.

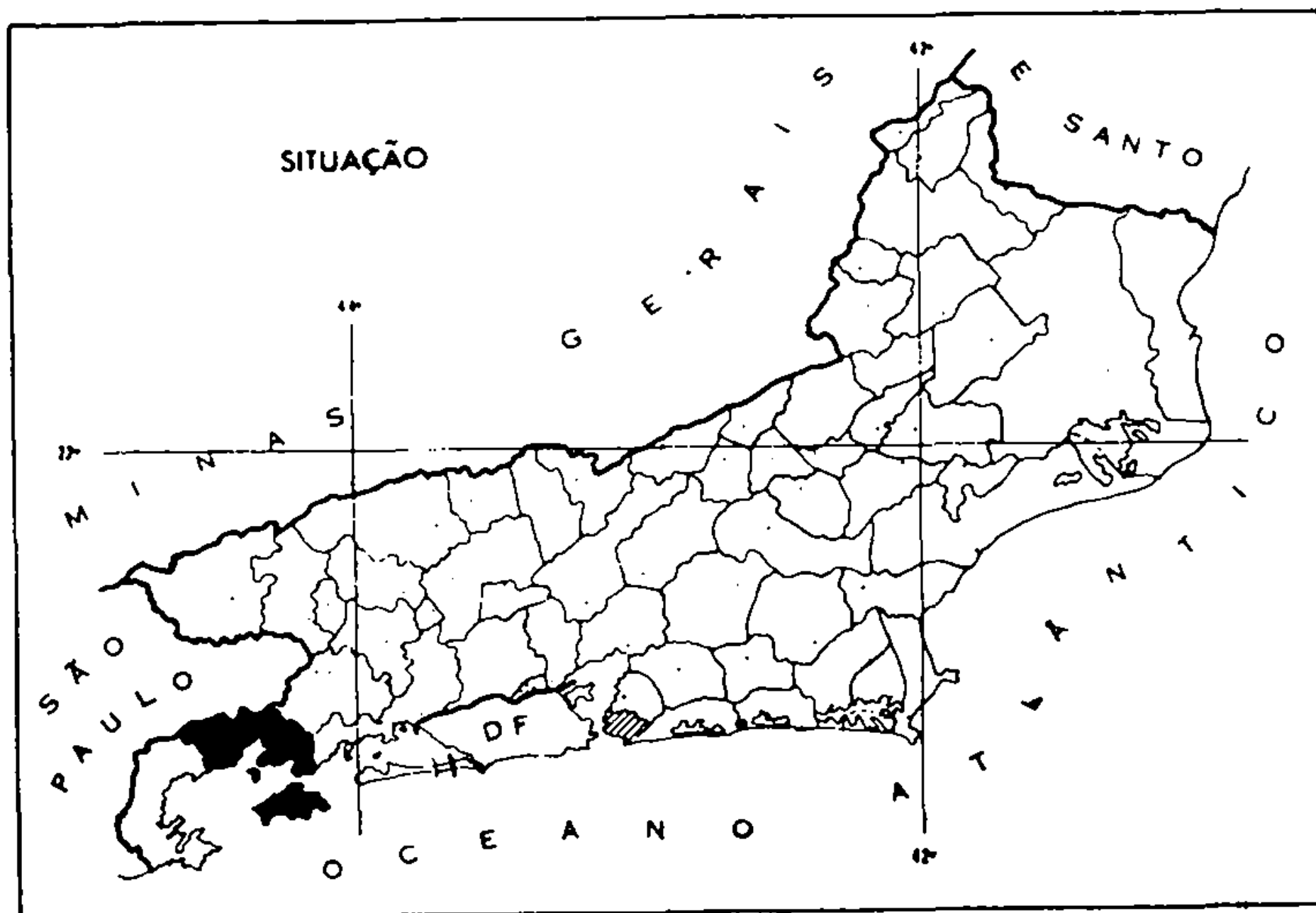
Vista parcial da cidade.

Angra dos Reis, pelo seu comércio e pela sua produção agrícola e industrial, foi uma das mais importantes cidades da Província do Rio de Janeiro. Conforme Alberto Lamego, "em 1864, Angra é o segundo pôrto do Brasil meridional". A sua decadência se iniciou com a inauguração do ramal férreo de São Paulo e culminou em 1888 com a Lei da abolição da escravatura. O desvio das mercadorias que anteriormente eram destinadas a seu pôrto, e a falta de braços para a lavoura estagnaram o movimento comercial e atingiram mortalmente o seu poder produtivo.

Em 1906, uma grande esperança alentou Angra dos Reis. Sendo presidente da República o Doutor Rodrigues Alves e Ministro da Marinha o Almirante Júlio César de Noronha, cogitou-se da fundação do Arsenal de Marinha em Jacuecanga. Uma divisão, composta do encouraçado "Aquidabã" e dos cruzadores "Barroso" e "Tiradentes", trazia em seu bôjo, além do próprio titular da Pasta da Marinha, o vice-almirante Rodrigo da Rocha e os contra-almirantes João Cândido Brasil e Calheiros da Graça. Uma horrorosa catástrofe, ocorrida a 21 de janeiro daquele ano, que pôs a pique o "Aquidabã", enlutou a família brasileira, e, devido à propaganda tenaz da imprensa do Rio de Janeiro contra a baía apelidada de "Sinistra", foram esquecidos os projetos da fundação do arsenal, em cujo sonho se embalaram tantas gerações de angrenses. Entretanto no govêrno do marechal Hermes da Fonseca, a Marinha voltou novamente as suas vistas para Angra dos Reis. E aos esforços dos almirantes marquês de Leão e Belfort Vieira — cada um a seu turno ocupou a Pasta da Marinha — foi inaugurada, em 1914, na enseada da Tapera, a Escola Naval, cujo primeiro diretor foi o contra-almirante João Carlos Mourão dos Santos. Mudando-se o estabelecimento para o Rio de Janeiro, foi no local instalada a Escola de Grumetes, substituída por seu turno pela Escola Almirante Batista das Neves, extinta por sua vez em 1950. Em 1951 foi inaugurado ali o Colégio Naval.

Essa situação de marasmo perdurou até 1926, quando se iniciou a construção do pôrto, concluído em 1930, melhoramento êsse que, conjugado com a inauguração, em 1.º de dezembro de 1928, de um ramal férreo da Rêde Mineira de Viação, ligando Angra dos Reis aos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás, abriu novos horizontes ao desenvolvimento social, industrial, comercial e agrícola do município, que já agora se encontra refeito do baque sofrido. A êsses melhoramentos, outros, como a ligação à rêde rodoviária do Estado e a instalação dos servi-

ços telefônicos, vieram acrescer as possibilidades de progresso da região.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem por coordenadas geográficas 23° 00' 33" de latitude Sul e 44° 18' 57" de longitude W.Gr. Está situado o município no sul do Estado, na Zona Fisiográfica do Litoral da Ilha Grande. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 123 km, na direção oeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está situada à beira-mar. Sendo o município montanhoso, sua altitude varia de 0 a 1 200 m (serra da Sinfrônia).

CLIMA — Bastante variável, tendendo para frio e úmido, dada a predominância dos ventos do sul. A temperatura, em graus centígrados, apresenta as seguintes médias: das máximas — 25,4°; das mínimas — 18,2°; compensada — 22,7°. A precipitação pluviométrica anual atingiu 2 527,5 milímetros (dados de 1956).

ÁREA — Corresponde a 802 m², inclusive a ilha Grande, com 105 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população total do município é de 20.929 habitantes, sendo 11 164 homens e 9 765 mulheres. A densidade demográfica é de 26 habitantes por quilômetro quadrado, representando a população rural 66% do total, assim dividida, segundo os distritos:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Angra dos Reis	6 970	3 552	3 418	1 993	2 089	682	513	877	816
Abraão	3 389	2 072	1 317	174	189	160	153	1 738	975
Cunhambebe	4 135	2 193	1 942	55	62	30	42	2 108	1 838
Jacuecanga	2 373	1 259	1 114	88	83	52	71	1 119	960
Mambucaba	691	362	329	86	78	—	—	276	251
Praia de Araçatiba	3 371	1 726	1 645	77	70	168	137	1 481	1 438

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A vida econômica do município prende-se principalmente a três fatôres: o movimento do pôrto, indústria extrativa da pesca, com a conseqüente industrialização do pescado, e a cultura de bananas, principal produto agrícola de exportação local. Na pesca contribui com 25,75% da produção total do Estado.

Há em seu território 27 estabelecimentos de industrialização do pescado.

O valor de seus produtos poderá ser melhor apreciado nos quadros a seguir:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	2 930 000	52 840
Cana	Tonelada	6 000	2 900
Mandioca	»	1 250	1 487

Produção extrativa — 1956 (**)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Animal			
Produção do Pescado	Tonelada	3 930	36 156
Vegetal			
Lenha	m3	520	39

Produção Industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Peixe industrializado	Tonelada	3 411	48 773
Farinha de peixe	Quilograma	243	1 216
Carvão vegetal	Tonelada	4 493	5 109

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.
(**) FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

Em 1956 estiveram em seu pôrto 165 navios nacionais e 48 estrangeiros. Para o exterior foram exportadas 104 190 sacas de café e 3 282 toneladas de manganês. A importação do exterior, principais produtos, arrolou 14 100 toneladas de trigo, destinado ao Moinho de Barra Mansa, 10 340 toneladas de carvão, 4 873 toneladas de enxôfre e 2 506 toneladas de salitre, destinadas às usinas siderometalúrgicas do Vale do Paraíba e Minas Gerais. Oriundas de portos brasileiros, foram desembarcadas 13 135 toneladas de madeira, 21 100 toneladas de carvão, 10 510 toneladas de sal e 400 toneladas de adubos destinadas ao interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à rêde rodoviária nacional pela rodovia RJ-16, com 73 quilômetros, que, partindo da sede municipal, atinge o quilô-

Sede do Govêrno Municipal.

Vista da cidade.

metro 110 da antiga Estrada Rio—São Paulo, passando por Lídice e Rio Claro. A Rêde Mineira de Viação (linha Angra dos Reis—Goiandira) põe o Município em ligação ferroviária com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Existem no território do município três estações ferroviárias — Angra dos Reis (km 0), Cabo Severino (km 12), e Jussaral (km 18). Para os municípios limítrofes da orla marítima — Mangaratiba e Parati —, existe um serviço regular de lanchas, a cargo do Govêrno do Estado. Êsse mesmo serviço (Serviço de Navegação Sul-fluminense) liga a sede municipal aos distritos de Abraão, situado na Ilha Grande, Jacuecanga e Mambucaba. A rêde rodoviária municipal é constituída pela Estrada Angra dos Reis—Jacuecanga, com 13 quilômetros, e a Estrada do Contôrno que, partindo da cidade pela estrada de rodagem estadual, volta ao ponto de partida, depois de contornar parte da baía da Ribeira e enseadas do Bonfim e Praia Grande, numa extensão de 18 quilômetros. É uma estrada de efeitos turísticos. Ainda como parte da rêde rodoviária municipal, existe a Estrada Abraão—Parnaioca, na ilha Grande, passando por Dois Rios, com 9,3 quilômetros de extensão. O pôrto é freqüentado por navios de diversas nacionalidades. Está em início de construção um campo de pouso, situado em Japuíba, no distrito de Cunhambebe, ao lado da Rodovia RJ-16, distante 5 quilômetros do distrito-sede. O principal meio de comunicação entre a sede e as várias localidades do município é o transporte marítimo, feito por um grande número de lanchas e canoas, a remo ou motor.

COMÉRCIO E BANCOS — O município mantém transações comerciais, em maior escala, com as praças do Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira é o principal mercado consumidor de sua produção agrícola e a São Paulo destinam-se mais de 80% do pescado que industrializa. O comércio local é composto de 11 estabelecimentos atacadistas e 145 varejistas. Há na sede municipal duas agências bancárias — Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro e Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, cujos saldos das principais contas de ativo e passivo eram, em 28 de fevereiro de 1957, os seguintes, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 7 588; Empréstimos em c/c — 35; Títulos descontados — 18 445; Depósitos à vista e a curto prazo — 40 597; Depósitos a prazo — 5 910. O giro comercial, em 1956, atingiu 195 milhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Dispõe o município de boa reserva florestal, encontrando-se em suas matas madeiras de lei, tais como jacarandá, araribá, cedro, canela-preta, pequiá-marfim, maçaranduba e outras espécies. A fauna é representada por tipos apreciáveis, encontrando-se onças, caititus, macacos, veados e outros. É variada a qualidade de pássaros. A abundância de peixes faz com que as águas de suas baías sejam escolhidas para a realização dos Campeonatos Brasileiros de Pesca Submarina. O subsolo é tido como rico, presumindo-se a existência de jazidas de jaspe, linhita, ortósio, cobre, grês, turmalina-preta misturada ao feldspato e mármore-branco, segundo relatório do Doutor Justin Norbert, após estudos feitos na zona de Mambucaba. Também o Dr. Wachelle, engenheiro, procedendo a estudos topográficos, na Fazenda Itapicu, dá notícias de indícios da existência de carvão-de-pedra, e o engenheiro José Miani afirmou a existência de hulha nessas paragens. Há areias monazíticas em Monsuaba e Abraão.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada entre o mar e morros que a circundam em tôda sua extensão. Apresenta ainda algumas características do período colonial, muito embora nos últimos anos venha tendo acentuada modificação em seu conjunto arquitetônico, com o alargamento de ruas e construções moderníssimas. Está quase totalmente calçada a paralelepípedos (80%) e conta com mais os seguintes melhoramentos: água encanada — 715 ligações; luz elétrica — 965 ligações; aparelhos telefônicos — 140.

Existem na sede municipal 5 hotéis e pensões, com um total de 150 quartos e 30 apartamentos.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém uma Agência Postal-telegráfica na sede municipal, com serviço de entrega domiciliar, agências postais-telefônicas em Mambucaba e Monsuaba (Jacuecanga), agências postais em Abraão, Dois Rios e Matariz. Há serviço radiotelegráfico do Ministério da Marinha e Polícia do Estado, na cidade, e do Ministério da Justiça na Colônia Agrícola do Distrito Federal, em Dois Rios, na ilha Grande.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada especialmente pela Santa Casa de Misericórdia, hospital recentemente reformado e dotado de instalações modernas, dispondo de 150 leitos. O Asilo da Velhice foi há pouco inaugurado e dispõe de 40 leitos. Há ambulatórios dos diversos Institutos de Previdência. Angra dos Reis é sede

Trecho da Rua do Comércio.

de Distrito Sanitário, havendo no município 3 Postos e Subpostos de Higiene. Possui duas farmácias, uma drogaria e 7 médicos. Os serviços de saúde do Colégio Naval suprem, em casos de urgência, necessidades do aparelhamento médico local.

ALFABETIZAÇÃO — Da população de 5 anos e mais, 50% sabem ler e escrever. Pelo Recenseamento de 1950, não alfabetizadas 7 793 pessoas, compreendidas naquelas idades, em todo o município, sendo que no distrito-sede êsse número atinge 2 879 pessoas, correspondendo a 63,6% da população nas idades indicadas.

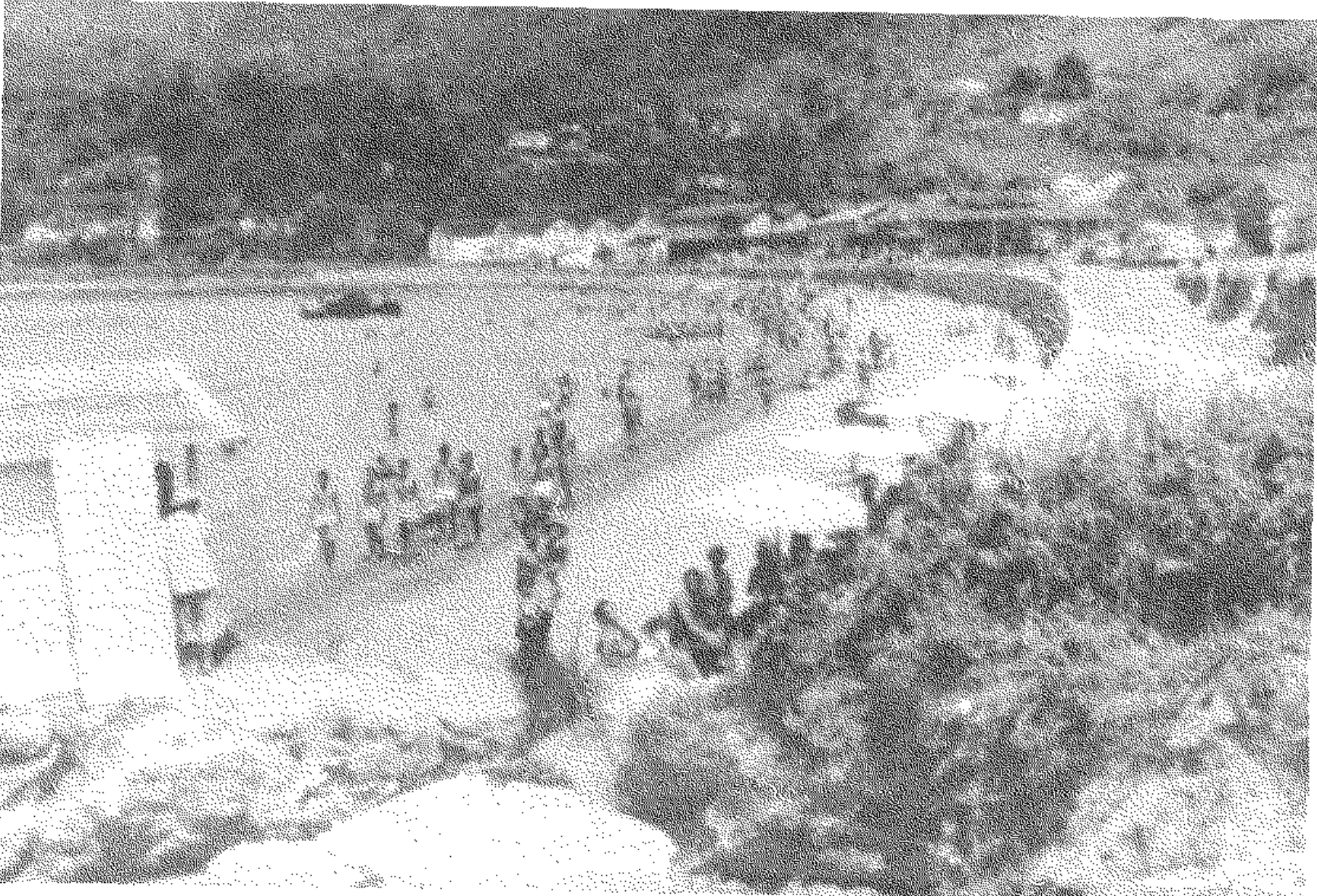
Ensino — No ensino secundário existem na sede municipal o Ginásio Angrense, funcionando anexo ao mesmo a Escola Normal Everardo Backeuser e uma escola técnica de comércio. O Colégio Naval ministra o ensino de nível colegial para aquêles que se destinam à Escola Naval, e está situado também no distrito-sede. O ensino primário distribui-se por 38 unidades escolares (grupos, escolas agrupadas e escolas isoladas), espalhadas por todos os recantos do município.

Possui Angra dos Reis a Biblioteca Municipal Guilherme Brigs, pública, mantida pela Prefeitura Municipal, além de outras de entidades educacionais.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá-nos visão rápida da arrecadação pública no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 391	2 147	1 311	717	1 478
1951	1 807	3 053	1 779	1 036	1 817
1952	2 276	5 800	2 259	1 179	2 113
1953	1 977	5 276	2 278	1 171	2 365
1954	2 723	4 917	2 439	1 039	1 936
1955	3 090	6 397	3 221	1 765	3 785
1956	4 266	8 706	4 454	2 382	(1) 4 560

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Angra dos Reis é farta em particularidades artísticas e históricas, notadamente no que toca a seus templos, quase todos remontando ao período colonial e tombados como monumentos históricos pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Entre êles estão as ruínas do Convento de São Bernardino de Sena (1758), a Capela da Ordem Terceira da Penitência (1750), o Convento do Carmo, com sua Igreja

Praia do Anil.

Praça Feliciano Sodré.

e a Capela da Ordem Terceira (1593), a Igreja Matriz (1626-1750 — início e fim da construção), Igreja de Santa Luzia (1632), a Igreja da Lapa (1752) e outras. A imagem da padroeira do Município — Nossa Senhora da Conceição — aportou em terras angrenses em 1632, em um veleiro que se destinava à vila de Itanhaém, e diz a lenda que aí permaneceu por circunstâncias miraculosas, ou seja, o fato de ter êsse veleiro, ao deixar o pôrto, ser acossado, por três vêzes, por violentas tempestades que o obrigavam a arribar. Isso motivou um movimento da população, que via nesse fato uma imposição divina, no sentido de que a imagem permanecesse em sua terra. O capitão do barco acedeu em deixá-la mediante a indenização de oitenta mil réis, tendo a Câmara, em reunião de 8 de janeiro de 1633, deliberado a aquisição e, a partir de 20 de março dêsse ano, foi dada Provisão, tornando Nossa Senhora da Conceição padroeira de Angra dos Reis, passando a vila a chamar-se Nossa Senhora da Conceição da Ilha Grande, segundo relata Honório Lima em seu livro "Apontamentos Históricos e Geográficos do Município de Angra dos Reis".

Em suas praças existem os seguintes monumentos: ao Padre Júlio Maria, obelisco indicativo do local de seu nascimento e busto de bronze em pedestal de granito; a Lopes Trovão, homenagem do Estado do Rio de Janeiro ao grande tribuno, para assinalar o início das obras da construção do pôrto; ao Presidente Feliciano Sodré, busto de bronze em pedestal de granito, oferecimento da cidade para homenagear o construtor de seu pôrto; no Colégio Naval o monumento em homenagem ao almirante Batista das Neves. Fora da cidade o obelisco aos náufragos do Aquidabã, localizado na Ponta do Pasto, em Jucuecanga e, na Vila Velha, o marco comemorativo da fundação da cidade, inaugurado em 1932.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Muitos de seus filhos destacaram-se no cenário nacional, entre êles encontram-se: No clero — D. Luiz Antônio dos Santos, marquês de Monte Pascoal, 1.º Bispo do Ceará e depois Arcebispo da Bahia; padre Júlio Maria, notável orador sacro. Na política — Lopes Trovão (José da Silva Lopes Trovão), propagandista da República. Nas letras — Raul Pompéia. Nas ciências e artes — Dr. Joaquim Carlos Travassos, autor do "Dicionário dos Peixes", e Dr. Estevam

José Pereira, autor de projeto de estrada de ferro entre Belo Horizonte e Belém do Pará. No seio das classes armadas — almirante João Cândido Brasil, general Silvestre Travassos e o brigadeiro Nóbrega, 1.º Ministro da Guerra no Brasil independente.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município se compõe dos distritos de Angra dos Reis, Cunhambebe, Jacuecanga, Mambucaba, Abraão e Praia de Araçatiba.

ARARUAMA — RJ

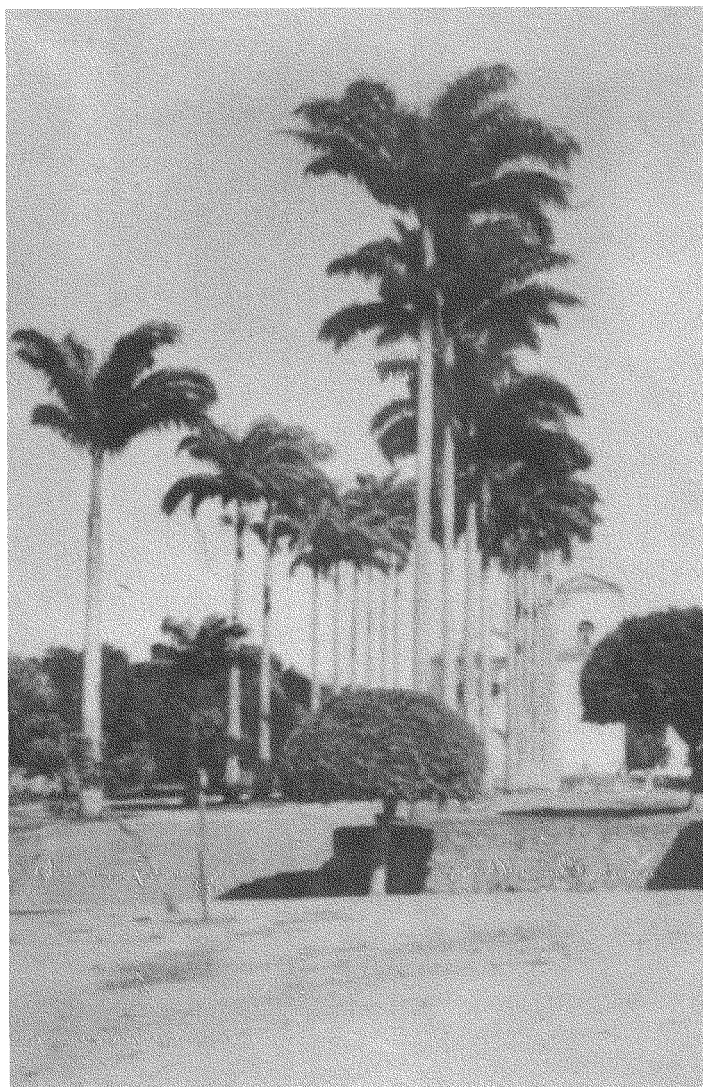
Mapa Municipal na pág. 187 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras notícias, muito vagas, sôbre a exploração de seu território datam de 1575; todavia, são mais dignas de crédito as que apontam a data de 1615 como do início de seu devassamento. Em um dos capítulos de seu livro "História do Estado do Rio de Janeiro", Clodomiro de Vasconcelos escreve: "Mais acentuados são os resultados conseqüentes da fundação da povoação, hoje cidade de Cabo Frio, em 1615, e da Aldeia de São Pedro em 1629; fêz-se possível, depois disso, o conhecimento do sertão até o vale onde corre o rio São João e das margens das lagoas de Araruama e Saquarema".

Pelas Cartas de Sesmarias, o primeiro proprietário de terras, compreendidas no perímetro do atual município de Araruama, foi Manoel Riscado, a quem se concedeu, em 1626, uma sesmaria de quatro léguas. Cortines Laxe, em seu livro intitulado "Municipalidades do Brasil", menciona que, em 1638, Martim Corrêa Vasqueanes comprou aos herdeiros de Manoel Riscado as terras situadas no local denominado "Parati", onde foi erigida uma capela em honra a N. S.ª do Cabo, sendo êsse lugar, ainda hoje, conhecido pelo nome de Campo da Igreja. Em 1718, estando quase em ruínas a referida capela, o Bispo D. Francisco, de São Jerônimo, por Provisão de 18 de agôsto dêsse mesmo ano, autorizou a José de Moura Côrte Real demoli-la e reconstruí-la, o que foi feito. Em 1799, por Edital de 10 de janeiro, foi criada, com natureza colativa, a freguesia de São Sebastião de Araruama. Cortines Laxe, em seu livro já citado, escreve: "Ao tempo porém, da criação da freguesia, já não funcionava aquela capela como curada; tendo-se arruinado a que fôra construída por Côrte Real, estava o padre Antônio Gonçalves Marinho construindo uma outra. E por que não havia outro templo com proporções de nêle se celebrarem os atos paroquiais, mandou o referido edital que servisse de Matriz a capela do Hospício de São Sebastião, levantada pelos Capuchos de Nossa Senhora dos Anjos de Cabo Frio, em terras do padre Joaquim Ribeiro do Amaral, nas margens da lagoa Araruama, a um quarto de légua de onde é hoje a Vila".

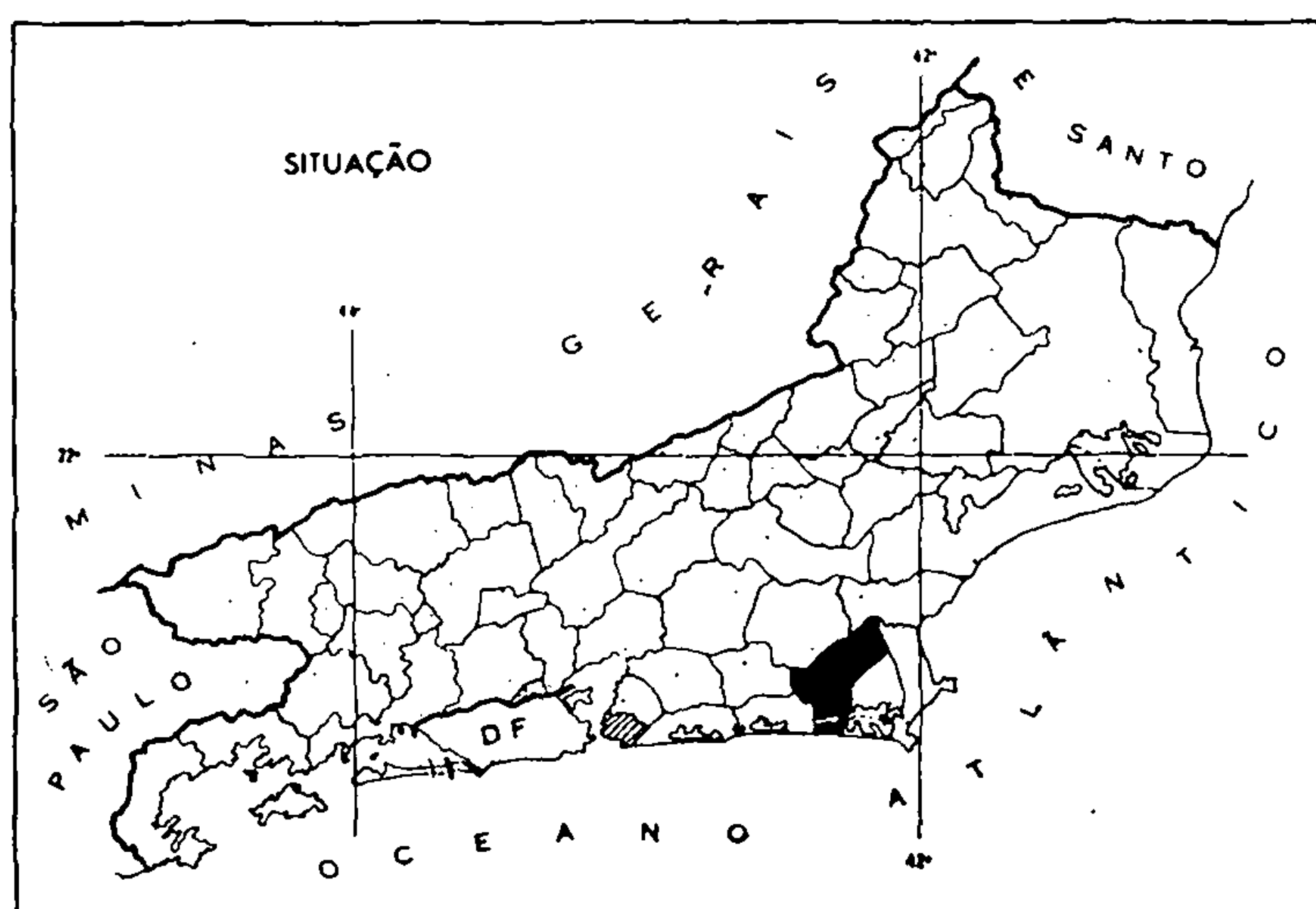
Plácido Marchon, estudioso da história de Araruama, assim fala das ruínas dessa capela: "As ruínas inda há poucos anos chamavam a atenção de quem passasse pela Praia do Hospício ou atravessasse a lagoa de Araruama em frente àquela praia. Denotavam ter existido ali uma igreja de pequenas proporções e um modesto convento. Junto àquelas ruínas encontrava-se uma velha peça de artilharia. Era de grandes dimensões, de ferro, e na parte da culatra tinha esculpido as armas portuguêsas".

O distrito de Araruama foi criado por Alvará de 10 de janeiro de 1799. Sendo impróprio o lugar de Hospício para sede da freguesia, quiseram transferi-la em 1811 para o lugar denominado Morro Grande, hoje sede de um distrito. A isso se opuseram os moradores praianos que achavam ser a margem da lagoa o local melhor indicado. Para que tal transferência não se operasse, Bento José Leite de Faria doou 40 braças de terras junto ao rio Mataruna, a fim de ser ali edificada a nova Matriz. Devido a desavença havida entre o doador do terreno e o vigário João Manoel da Costa e Castro, a construção ficou só nos alicerces. Anos depois, foi tentada a continuação das obras, tendo sido então doadas mais cinco braças de terras pelo Dr. Joaquim Antunes de Figueiredo e o comendador Antônio Rodrigues do Couto. Em 1857, por deliberação do Govêrno Provincial, foi nomeada uma comissão para promover as obras da matriz, da qual fazia parte o barão de Monte Belo. Dissolvida essa comissão em 1859, foi a obra posta em arrematação, tendo sido maior licitante Francisco Antunes da Silva, que terminou a construção. Só em 20 de outubro de 1867 foi a sede da freguesia transferida para essa igreja que é a atual e que foi benta, na véspera da trasladação, pelo vigário José Ferreira dos Santos.

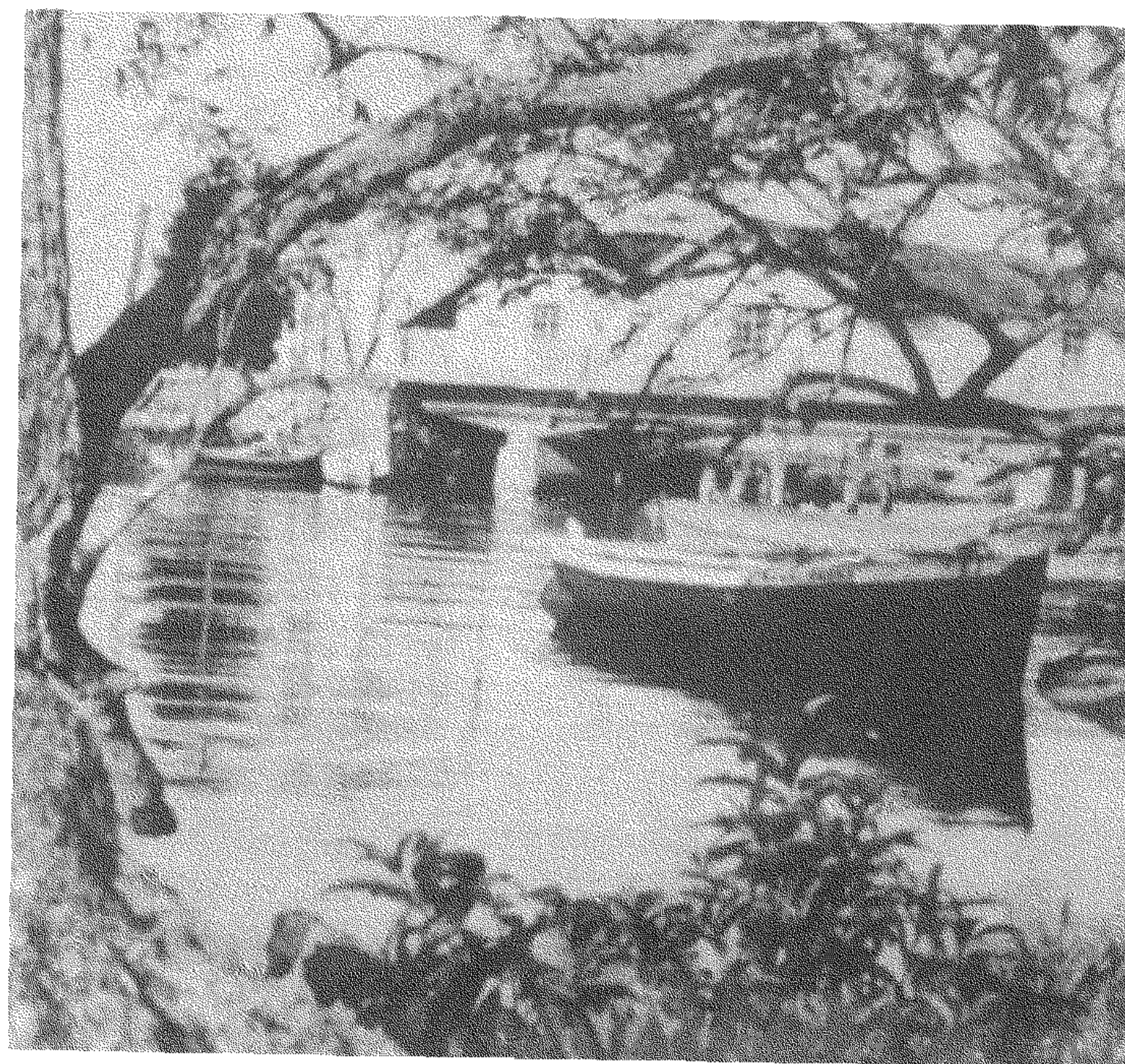
Até 1852 a freguesia de Araruama fêz parte do município de Cabo Frio. Pela Lei provincial n.º 628, de 17 de outubro dêsse ano, passou a fazer parte do município de

Igreja-Matriz

Saquarema. Em virtude da Lei n.º 1 128, de 6 de fevereiro de 1859, passou a ser sede do município de Saquarema, tendo sido extinta a vila dêsse nome e criada a de São Sebastião de Araruama. Dizia a Lei: "A sede da vila do município de Saquarema fica transferida para o lugar de Mataruna, na freguesia de São Sebastião de Araruama". Restaurada a vila de Saquarema pela Lei n.º 1 180, de 24 de junho de 1860, ficou subsistindo a de Araruama, cujo território foi aumentado com a freguesia de São Vicente de Paula, desanexada da de Cabo Frio. No ano de 1890, como o progresso da localidade exigisse lhe fôsse dada uma situação política condigna, em 22 de janeiro a sede do município de Araruama foi elevada à categoria de cidade.

Araruama estêve à margem da vida fluminense até que uma rodovia passou por lá, deixando de ser a estrada de ferro, com as suas limitações, a única via de acesso "à pérola da região dos lagos fluminenses". Hoje é um ponto de atração turística dos mais procurados. O afluxo de visitantes trouxe, como conseqüência natural, a necessidade da instalação de hotéis, estabelecimento de linhas de transportes regulares e de outras utilidades de interêsse público. O Govêrno Estadual construiu um magnífico hotel, pondo em prática um plano de urbanização que está transformando Araruama em uma cidade moderna.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem por coordenadas geográficas 22º 52' 23" de latitude Sul e 42º 20' 20" de longitude W.Gr. Está situado o município na Zona Fisiográfica da Baixada de Araruama, baixada essa formada nos fins da época terciária ou princípios da quaternária em conseqüência do movimento eustático negativo do Oceano Atlântico. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 80,2 km, na direção oeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude máxima do município não vai além de 80 m. A cidade está a 1,50 m acima do nível do mar.

CLIMA — O município apresenta clima ameno no distrito da sede, bem como em parte dos demais distritos, sendo quente e úmido nas divisas com Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Cabo Frio, a nordeste. Há uma zona insalubre, que abrange, de noroeste a nordeste, as partes pantanosas, nas adjacências dos rios São João e Bacaxá e da lagoa de Juturnaíba. Em todo o município, principalmente na zona litorânea, predominam os ventos Alísios. Sopram geralmente o Nordeste e o Sudoeste, aquêle com mais freqüência e impetuosidade, mormente nos meses de agôsto a outubro.

Ponte sôbre o rio Matasuma.

ÁREA — Corresponde a 615 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população total do município elevava-se a 26 242 habitantes, sendo 12 737 homens e 13 505 mulheres. Localizam-se na zona rural 50% da população, sendo a densidade demográfica de 48 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo os distritos, divide-se a população conforme quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Araruama	10 745	5 221	5 524	805	835	424	434	3 992	4 255
Morro Grande	7 520	3 623	3 897	8	10	9	10	3 606	3 877
São Vicente de Paula	7 977	3 893	4 084	74	85	43	39	3 776	3 960

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do Município, para 1955, em 29 313 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a indústria de extração do sal marinho, cuja produção atingiu, em 1956, o valor aproximado de Cr$ 20 460 000,00. Araruama sempre produziu sal, mesmo quando não existiam as salinas organizadas. Em 1889 ou 1890, o Dr. Joaquim José Vieira iniciou a construção da primeira salina, a qual batizou com o nome de "Marrecas". Em 1900 foi iniciada a construção da segunda e, a seguir, das outras. Em 1906 a animação não era grande, devido ao preço não muito convidativo — 500 réis por saco de 72 kg, elevando-se a produção, nessa época, em cêrca de 50 000 sacos. Apesar disso, a indústria, então incipiente, tendia a prosperar. Atualmente 44 salinas estão em funcionamento, cobrindo uma área de 1,25 km². A indústria da pesca é também explorada com real proveito. O peixe

que mais aflui às suas costas é a enchova. Na lagoa é bastante desenvolvida a pesca do camarão. O nível da produção geral do município pode ser melhor apreciado nos quadros que se seguem:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	11 200	8 960
Milho	»	1 560	7 560
Feijão	»	534	7 128
Algodão	»	277	2 220
Amendoim	»	106	763

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	10 000	450
Mineral			
Sal marinho	Tonelada	25 500	19 125
Escória de salina	»	5 000	7 500

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cal de mariscos	Tonelada	9 230	6 307
Carvão Vegetal	»	4 298	4 298

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil (linha de Maricá) e pela Rodovia RJ-Maricá, pavimentada, que liga Niterói a Campos. Linhas de ônibus ligam a cidade aos municípios vizinhos de Rio Bonito, Saquarema, Silva Jardim, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Estão localizadas no município duas estações ferroviárias — Pontes dos Leites e Araruama, distando respectivamente 112,4 e 116,8 km de Neves, no município de São Gonçalo, ponto inicial da referida linha, e a parada ferroviária Quilômetro 127, distante 126,4 km do mesmo ponto. O número de veículos registrados na Prefeitura local era de 136, sendo 53 automóveis e 83 caminhões, em 1955.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 92 estabelecimentos de comércio varejista e uma agência do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro. Afora o sal e algum peixe, os demais produtos do município destinam-se ao consumo local. As maiores transações comerciais são feitas geralmente com a praça de Niterói.

Embarque do Sal.

ASPECTOS URBANOS — Cidade pequena mas moderna, sendo seus prédios de construção e estilo graciosos. Conta com água potável de ótima qualidade, captada na serra do Palmital. A canalização abrange 11 logradouros em sua totalidade, sendo de 332 o número de prédios abastecidos. Há 135 ligações telefônicas. Entre os hotéis, em número de 5, encontra-se o Parque Hotel de Araruama, construído e montado com todos os requisitos modernos de hospedagem.

COMUNICAÇÕES — Há na sede municipal uma Agência Postal-telegráfica, a Estação Radiotelegráfica da Polícia do Estado, além dos serviços telefônicos. Do Departamento dos Correios e Telégrafos, existem ainda as agências postais de Morro Grande e Ponte dos Leites e a postal telefônica de São Vicente de Paula. Das emprêsas de ônibus que servem ao município, duas são aí sediadas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não dispõe de hospital o município de Araruama; contam-se porém 4 médicos e 3 farmácias. É dotada a cidade dos seguintes serviços assistenciais de saúde pública: Pôsto de Endemias Rurais, Pôsto de Higiene de Araruama e Pôsto de Higiene de São Vicente de Paulo. O Instituto Educacional Almirante Protógenes Guimarães mantém um asilo destinado a menores desamparados.

ALFABETIZAÇÃO — Contou o Censo de 1950 um total de 6 687 pessoas de 5 anos e mais sabendo ler e escrever, das quais 3 712 homens e 2 975 mulheres, representando 30,7% da população dessas idades em todo o município. No distrito-sede há 665 homens e 609 mulheres alfabetizados. Nas duas sedes distritais o número de pessoas alfabetizadas é de 156, e na zona rural, 5 257, representando 27,0% da população dessa zona nas idades indicadas.

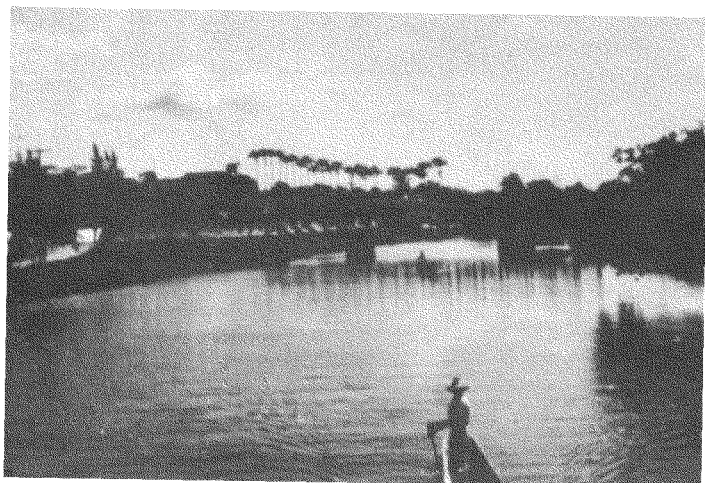
Ensino — O ensino primário no município de Araruama é ministrado por 65 escolas. Há, na sede municipal, 1 ginásio e uma escola técnica de comércio.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação pública no município pode ser apreciada no quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 050	1 758	1 268	827	1 020
1951	874	2 902	1 382	941	1 109
1952	939	2 743	1 415	1 140	1 188
1953	874	3 206	1 982	1 451	1 787
1954	1 722	3 877	1 448	1 386	1 040
1955	2 243	6 088	1 419	1 234	1 204
1956	3 160	7 300	3 500	1 049	(1) 3 500

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Sua antiga matriz, que era em estilo colonial, considerada monumento histórico e, como tal, tombada pelo SPHAN, foi destruída por um incêndio em 1948. Encontra-se atualmente em reconstrução, mas em estilo moderno. — Araruama é uma pala-

vra indígena que, segundo Teodoro Sampaio, se traduz por "comedouro ou bebedouro de araras (arara-uama)". Os araruamenses, que não desmentem as tradições de povo romanesco que se atribuem ao brasileiro, aproveitando-se de um trocadilho e forjando uma historieta de amor indígena, emprestaram um significado mais sentimental ao nome da sua terra. Contam êles que um valente Goitacás foi tomado de violenta paixão pela bela Arara, filha do cacique da tribo. Julgando-a, porém, indiferente ao seu amor, dispunha-se a abandonar a taba, quando uma índia que lhe previra a intenção lhe segreda aos ouvidos:

Pôr do Sol na lagoa.

"É mau o jovem guerreiro que quer abandonar a sua tribo, quando a formosa Arara o ama". Com esta revelação, voltou o índio contente para a sua eleita e desde então aquêle lugar foi chamado Ararauama.

Há no Município um monumento comemorativo da Fundação da Casa Popular, constituído de um obelisco de alvenaria, homenagem ao patrono do conjunto residencial "Vila Oscar Clarck", inaugurado em 1948.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município um cinema e cinco associações culturais e desportivas.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município compõe-se dos distritos de Araruama, Morro Grande e São Vicente de Paula.

BARRA DO PIRAÍ — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização do território do município de Barra do Piraí, cuja área está avaliada em cêrca de 607 km², de acôrdo com a abalizada obra de Amaral Barcelos, intitulada "Fragmentos Históricos do Município da Barra do Piraí", teve início em terras das sesmarias doadas, em 26 de janeiro de 1761, a Antônio Pinto de Miranda, com uma légua em quadra, à margem direita do rio Piraí, e a Francisco Pernes Lisboa, em 26 de fevereiro de 1765, também com uma légua em quadra, situada à margem esquerda dêsse mesmo rio Piraí e direita do rio Paraíba do Sul.

A história do devassamento do território municipal permanece ignorada, atribuindo-se, porém, a primitiva posse de suas terras aos Tamoios — perene e magistralmente fixados por José de Alencar em sua obra "O Guarani". Todavia, tem-se uma vaga notícia sôbre Pero Góis da Silveira que, por volta de 1540, teria passado por essa região.

Seja como fôr, data de 1853 a primeira notícia concreta da existência do povoado onde, segundo Ovídio Melo, "o comendador Gonçalves Morais fizera construir uma ponte de madeira sôbre o rio Piraí e, próximo dela, o primeiro prédio, onde foi instalado o Hotel Piraí, de propriedade de Francisco Ilhéu, que, mais tarde, o transferiu a José Pereira Nogueira. Pouco depois, foram feitas outras construções pelo dito comendador Antônio Gonçalves e por seu filho José Gonçalves, ao mesmo tempo que, na margem oposta do Paraíba, os comendadores João Pereira da Silva e José Pereira de Faro, mais tarde barão do Rio Bonito, erguiam o pequeno povoado de Santana, então pertencente ao território de Valença.

A estação da Estrada de Ferro Central (então D. Pedro II) foi inaugurada em 7 de agôsto de 1864, quando na comuna entrou a primeira locomotiva conduzindo um trem de passageiros. Logo após, se iniciaram os trabalhos da linha do Centro, que conduz ao norte de Minas e, mais tarde, os do ramal de São Paulo. Dentro em pouco se tornou Barra de Piraí uma das praças comerciais mais importantes do interior. Tôda a exportação do norte de São Paulo e Sul de Minas tinha ali seu ponto de embarque, vindo aquela por barcos, de Resende a Barra, e esta por carroças e tropas. Entretanto, apesar de sua importância, Barra do Piraí, não era, a êsse tempo, sequer um distrito de paz, civilmente falando, nem um curato, na categoria reli-

Catedral de Santana.

Vista parcial da cidade.

giosa. Em fins dêsse ano de 1853 e princípio de 1854, os dois irmãos, comendadores José Pereira da Silva e José Pereira de Faro — êste barão do Rio Bonito — da margem esquerda do rio Paraíba, em terras de sua propriedade, situadas no município de Valença, também trabalhavam pela formação do povoado de Santana, com as primeiras casas que mandaram construir. Os Faros eram riquíssimos e proprietários das fazendas de Santana, Monte Alegre, São José e Aliança. Já nesse tempo estavam sendo atacadas as obras da 1.ª Secção da Estrada de Ferro D. Pedro II. Tal empreendimento, altamente promissor para o modesto povoado, deu ensejo a que se travasse, entre duas famílias ilustres e poderosas, tremenda luta nos bastidores da Côrte: a família Faro, tendo à frente o barão do Rio Bonito e a família Teixeira Leite, de Vassouras. Aquela empregava todo seu prestígio e fôrça para que, entre os dois traçados da Estrada de Ferro, fôsse observado o de Ribeirão dos Macacos; e esta, batia-se pelo plano de Morro Azul. O primeiro traçado beneficiaria a embrionária Barra do Piraí, e o segundo levaria maiores possibilidades de progresso à já opulenta e adiantada Vassouras.

O período de 1854 a 1864 foi de franco progresso para o povoado.

No dia 7 de agôsto de 1864, com a linha provisória, era entregue ao tráfego regular de passageiros o trecho entre Rodeio e Barra do Piraí, inaugurando-se com a diretoria da Estrada; o comboio especial foi conduzido pela locomotiva "Baronesa" às estações de Mendes, Santana e Barra do Piraí. A chegada do primeiro trem de passageiros a Barra do Piraí provocou natural contentamento e convicção nos seus habitantes do que seria, anos futuros, a localidade já em pleno desenvolvimento. E aquela situação anômala seria sanada em breve, recebendo o próspero povoado, em 1868, sua primeira categoria político-administrativa, em virtude de uma deliberação datada de 23 de abril de 1868, que assim se refere a essa localidade:

"Fica criado um distrito de subdelegacia de polícia no lugar denominado "Barra do Pirahy", compreendendo o 13.º quarteirão da freguesia de Santana do mesmo nome, começando a sua divisa na ponte de pedra sôbre o rio Pirahy, próximo ao túnel da Preguiça, descendo pela margem esquerda dêsse rio até ao ponto de sua confluência com o Paraíba; e daí subindo a encontrar a fazenda do comendador Joaquim José Gonçalves de Morais, abrangendo esta fazenda pelas suas divisas, vertentes sempre ao Paraíba e fazenda de São Félix, até encontrar o ponto de partida. Nesse território fica incluída tôda a povoação da Barra, além dos moradores circunvizinhos, e a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II".

Passados dois anos, nova Deliberação, datada de 31 de agôsto de 1870, veio alterar o território do distrito de Barra

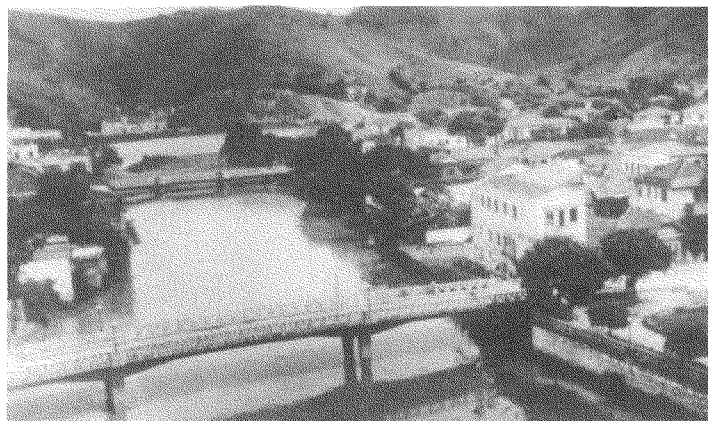
Antiga residência do Barão do Rio Bonito.

do Piraí. Rezava ela: "O distrito policial da Barra do Piraí compreenderá, além do território que lhe pertence, as fazendas da Barra, de propriedade do comendador Joaquim José Gonçalves de Morais; da União e da Vargem Alegre; do Barão da Vargem Alegre; de Botafogo, de Santana, de Moraes Costa; e parte da fazenda do Salto, pertencente ao mesmo comendador Moraes até o ribeirão da Maria Prêta, e subindo por êste acima até encontrar as divisas da fazenda Bela Vista, pertencente a D. Anna de Moraes Costa".

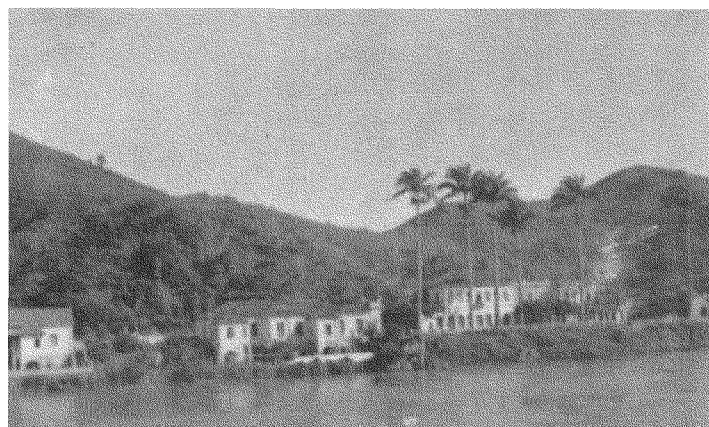
Busto do 3.° Barão do Rio Bonito.

Os primeiros colonizadores brancos, de origem brasileira, que se instalaram nessa localidade foram os Faro e os Pereira da Silva, oriundos do município de Valença, e os Moraes e Breves, do de Piraí. Possuidores de muitos escravos, deram, por êsse motivo, extraordinário impulso à novel povoação, cujo núcleo, em 1885, já se encontrava a tal ponto adiantado que motivou o seu reconhecimento como distrito.

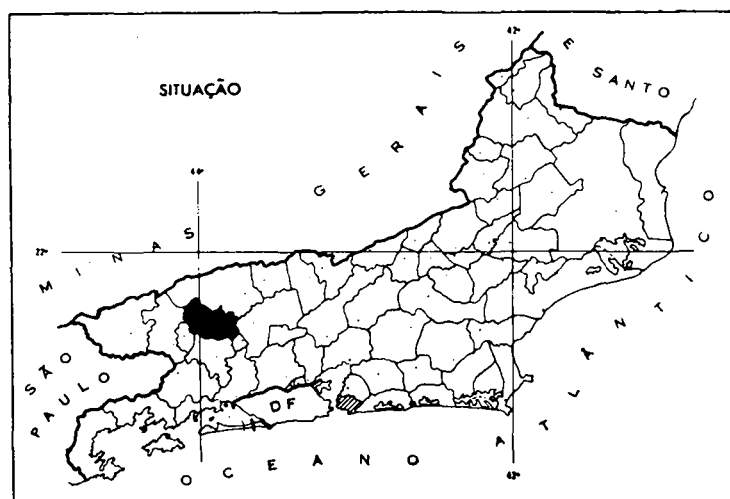
O Decreto que legislou sôbre a matéria tomou o número 2 779, de 3 de novembro dêsse ano, e estava assim redigido: "Art. 1.° — Fica criada a freguesia de São Benedito da Barra do Piraí, tendo por limites os do distrito policial criado pela Deliberação de 23 de abril de 1868. Artigo 2.° — A freguesia de São Benedito da Barra do Piraí fica pertencendo ao município de Piraí".

Devido à sua privilegiada posição geográfica, rápido foi o progresso de Barra do Piraí. Ponto de convergência

Vista parcial da cidade.

obrigatório de grande parte dos produtos de Minas e São Paulo, exerceu, desde cedo, grande atração sôbre o elemento colonizador que para suas terras afluiu, dando pujança à sua lavoura, ao comércio e à sua indústria. A tal ponte se manifestou o seu progresso que, a 19 de fevereiro de 1890, foi a sede da freguesia elevada à categoria de cidade e criado o município de Barra do Piraí, após agitadíssima campanha iniciada em 1879.

Em 1890, dois Decretos se referem à criação do município: o primeiro, datado de 19 de fevereiro, elevava à cidade a povoação de Barra do Piraí, e o segundo, de número 59, datado de 10 de março, criava o município. A cidade recém-fundada já tinha uma população calculada em mais de 4 000 habitantes. A organização da máquina administrativa do novo município coube ao Dr. Antônio Moreira dos Santos, designado pelo Governador do Estado para presidir a 1.ª Intendência de Barra do Piraí. Após conseguir a emancipação até hoje festejada pelos locais, o município de Barra do Piraí, apesar de sofrer as conseqüências da lei abolicionista, refez-se ràpidamente, constituindo em nossos dias uma das mais ricas e prósperas localidades fluminenses, sendo bastante desenvolvido o seu parque industrial. A comarca foi criada por fôrça do Decreto n.° 57, de 10 de março de 1890, e extinta pelo Decreto n.° 667, de 16 de fevereiro de 1901, sendo porém restaurada em 28 de março do mesmo ano, pelo Decreto n.° 681. Nos têrmos da Lei número 1 559, de 11 de julho de 1952, foi desmembrado o território do distrito de Mendes, que passou a formar um novo município.

Trecho do bairro de Santana.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem por coordenadas geográficas 22° 27' 57" de latitude Sul e 43° 49' 41" de

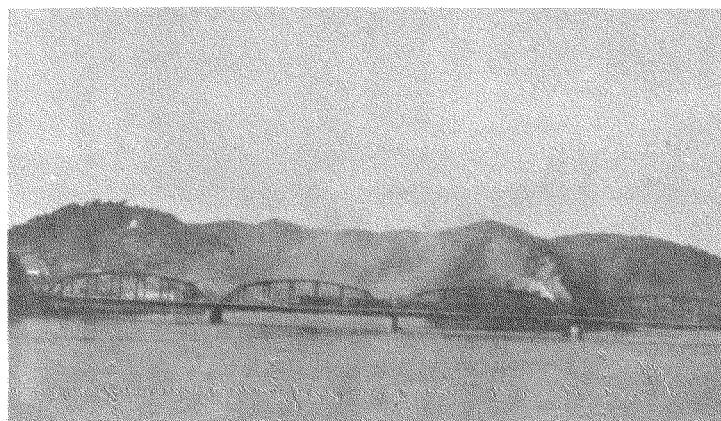
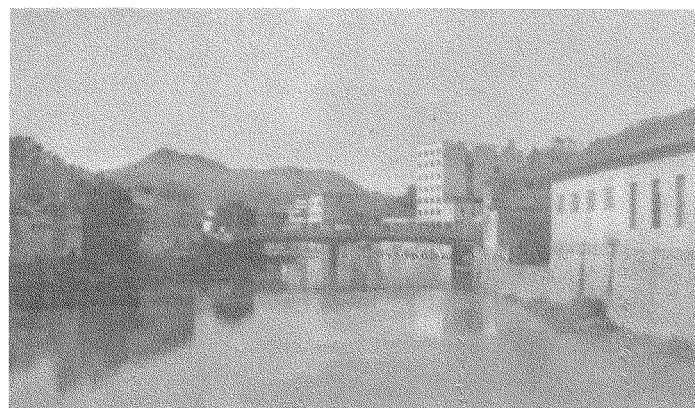
longitude W.Gr., achando-se localizada em ambas as margens do rio Paraíba, na confluência dêste com o Piraí, de onde lhe veio o nome de Barra do Piraí. Dista em linha reta da capital do Estado 87,3 km direção oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 357 metros.

CLIMA — O município apresenta clima variável. Na sede municipal, em 1956 a média das máximas verificadas foi de 35°C, das mínimas, 15°C e a compensada, 32,8°. Como estação de veraneio é recomendado o distrito de Ipiabas, pelo seu excelente clima. No verão, suas fazendas são muito procuradas por pessoas da capital Federal.

ÁREA — Corresponde a 607 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, a população do município atinge 32 828 habitantes, sendo 16 471 homens e 16 357 mulheres. A densidade demográfica é de 54 habitantes por quilômetro quadrado. A população rural representa 20,4% do total do município, que está assim distribuída pelos distritos:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Barra do Piraí	25 224	12 599	12 625	5 025	5 590	4 848	4 561	2 726	2 474
Dorândia	2 496	1 313	1 183	161	178	8	8	1 144	997
Ipiabas	1 059	562	497	75	79	18	17	469	401
São José do Turvo	1 719	879	840	101	119	—	—	778	721
Vargem Alegre	2 330	1 118	1 212	287	322	141	108	690	782

Ponte ferroviária sôbre o rio Paraíba.

Trecho do rio Piraí.

A população, para 1955, está estimada em 36 670 habitantes, conforme estudo feito no Departamento Estadual de Estatística.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são caracterizadas pelas indústrias têxteis, metalúrgicas, químicas e de alimentação. Embora pequena a lavoura, o município produz milho, feijão, café, tomate e produtos hortícolas, que são postos à venda na sede municipal em feiras-livres. Não há exportação de produtos agrícolas. O nível da produção, nos anos indicados, pode ser avaliado pelos quadros a seguir:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Tonelada	870	4 350
Tomate	»	195	2 346
Cana-de-açúcar	»	2 080	832
Mandioca	»	380	620
Abóbora	Fruto	11 200	336

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Animal			
Leite	Litro	3 000 000	14 000
Mel de abelha	»	260	5
Cêra de abelha	Quilograma	80	2
Vegetal			
Lenha	m3	21 700	2 170
Mineral			
Pedra bruta	»	30 000	1 500

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos químicos	Tonelada	4 760	38 180
Vasilhames de fôlha estanhada	Unidade	89 303	36 100
Produtos alimentícios (açúcar e banha)	Tonelada	526	49 000
Produtos (fitas) têxteis	Metro	7 287 490	17 276

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

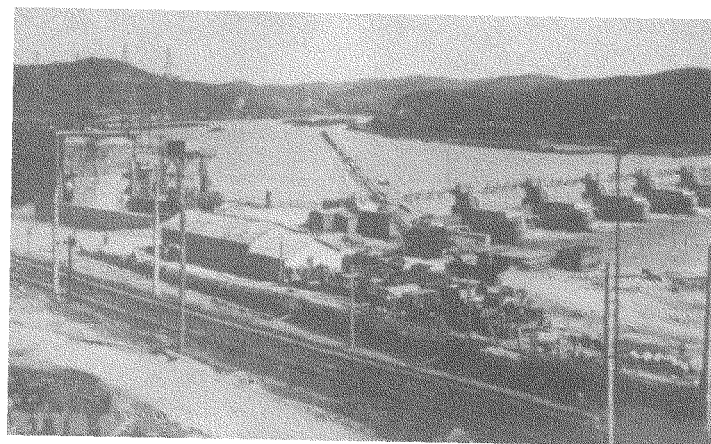
MEIOS DE TRANSPORTE — É Barra do Piraí ponto de entroncamento dos ramais de São Paulo e Belo Horizonte, da Estrada de Ferro Central do Brasil, bem como o ponto final do ramal de Soledade de Minas, Minas Gerais — Barra do Piraí, RJ, da Rêde Mineira de Viação. Há em território do município as seguintes estações e paradas ferroviárias: Estrada de Ferro Central do Brasil — Santana de

Edifício da Estação da E.F.C.B.

Barra, Barra do Piraí, onde se separam os ramais de São Paulo e Monte Azul, MG. No ramal de São Paulo: Pulverização, Santa Cecília, Engenheiro Waldemar de Brito, Dr. Luiz de Paula e Vargem Alegre. Na Rêde Mineira de Viação: Barra do Piraí, São José, Prosperidade e Ipiabas. É de 38,4 km o total das linhas férreas dentro do município, sendo 24,7 km da Estrada de Ferro Central do Brasil e 13,7 km da Rêde Mineira de Viação. Pela rêde rodoviária está a sede municipal ligada às sedes municipais vizinhas, de Barra Mansa, Marquês de Valença, Mendes, Piraí e Vassouras, e a tôdas as sedes distritais. As emprêsas de rodoviação mantêm 7 linhas de ônibus urbanas, uma interdistrital e 5 intermunicipais. Estão registrados na Prefeitura 319 automóveis e 255 caminhões. Há no município um campo de

Vista de velho chafariz

pouso particular. Para a capital Federal, além do transporte ferroviário, há uma linha de ônibus direta.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante desenvolvido o comércio no município. O distrito-sede dispõe de 18 estabelecimentos comerciais atacadistas e 311 varejistas. Além das praças vizinhas, inclusive as do sul de Minas Gerais e norte do Estado de São Paulo, mantém o município transações comerciais, em maior escala, com as praças do Rio de Janeiro, DF, e São Paulo. Importa tudo o que se relaciona com as necessidades humanas, exportando os produtos de suas indústrias. Há na sede municipal agências dos seguintes bancos: Banco do Brasil S. A., Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., Banco Nacional de Minas Gerais

Barragem de Santa Cecília.

Sociedade Anônima e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro. Os saldos, em 28 de fevereiro de 1957, eram os seguintes, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 15 651; Empréstimos em c/c — 65 109; Empréstimos hipotecários — 563; Títulos descontados — 66 819; Depósitos à vista e a curto prazo — 145 871; Depósitos a prazo — 4 201. Há uma agência da Caixa Econômica Federal com 15 037 cadernetas em circulação, elevando-se o valor dos depósitos a Cr$ 27 516 408,00. Faz-se sentir, de maneira animadora, o movimento cooperativista no município, funcionando ali duas cooperativas de crédito, duas de produção e quatro de consumo.

RIQUEZAS NATURAIS — Não sendo o município rico sob o aspecto das riquezas naturais, não tem a produção extrativa relêvo econômico, contudo há uma fonte de água mineral, ainda sem exploração, e em subsolo há jazidas de grés, quartzo de cobre e cianose, na região de Dorândia.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em ambas as margens dos rios Paraíba e Piraí. É cortada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, à margem da qual se prolonga sua rua principal. Até poucos anos a Rêde Mineira de Viação atingia também o centro comercial da cidade, entretanto, com os novos planos de urbanização que se processam, foi afastada para ponto mais distante, surgindo em seu lugar moderníssima praça. A cidade conta com 68 logradouros públicos pavimentados, sendo: ruas — 44; avenida — 1; travessas e becos — 15; largos e praças — 7 e 1 logradouro não enquadrado nas denominações acima. Estão calçados a paralelepípedos 50% da cidade, havendo pequenos trechos asfaltados e vários logradouros com pavi-

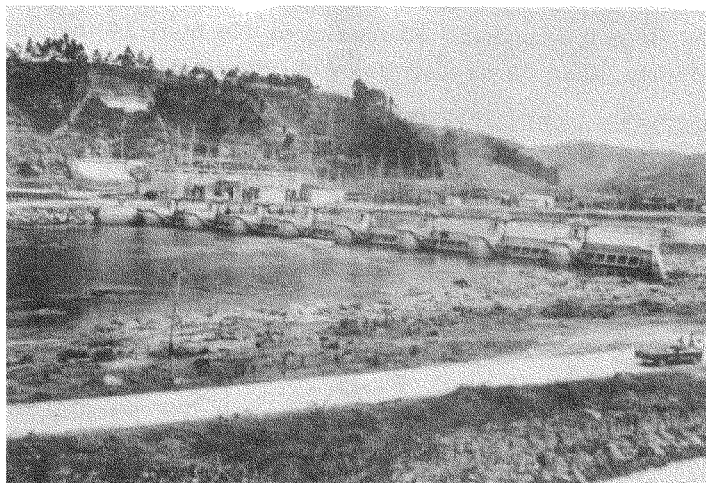
mentações de outras espécies. Conta ainda a cidade com os séguintes melhoramentos urbanos (1956): aparelhos telefônicos — 1 159; ligações elétricas — 3 949. O abastecimento d'água abrange 130 logradouros, sendo que 89 em tôda sua extensão, existindo 3 350 prédios abastecidos. A rêde de esgotos, com 3 820 m, atende a 36 logradouros. Há na sede municipal 9 hotéis e uma pensão.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município uma Agência Postal-telegráfica, na sede, quatro Agências e um Pôsto Postal. A Polícia do Estado possui uma estação radiotelegráfica, na sede municipal, e as estradas de ferro (Central do Brasil e Rêde Mineira de Viação), serviços telegráficos em suas estações. Na sede municipal há o serviço de entrega postal feito por estafetas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui 4 hospitais gerais com 113 leitos, uma maternidade e 7 farmácias. Os profissionais em atividade são: médicos — 19; dentistas — 17; farmacêuticos — 7. Os hospitais gerais são: Casa de Caridade Santa Rita — 40 leitos; Hos-

Rua Barão do Rio Bonito.

pital da Cruz Vermelha Brasileira — 50 leitos; Hospital do Asilo Santo Agostinho — 15 leitos e Clínica Santo Antônio — 8 leitos. A Maternidade São Vicente, mantida pelo Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo, mantém 13 leitos. No Serviço Oficial de Saúde, é sede da 7.ª Região Médico-Sanitária, que dispõe de Postos de Saúde na sede municipal e nas sedes distritais. Há ainda 3 ambulatórios. A assistência a menores e velhos desvalidos é feita através de 4 estabelecimentos: Asilo Santo Agostinho, para velhos; Albergue Noturno São João Batista, para indigentes em geral; Lar da Criança Hercília de Vasconcelos, e o Internato Rural de Dorândia, êste mantido pelo Govêrno do Estado, ministrando às crianças internadas o ensino pré-vocacional agrícola, com 123 internos. Há mais, entre os nosocômios locais, o Hospital da Colônia de Psicopatas de Vargem Alegre, mantido pelo Govêrno do Estado, com 819 leitos.

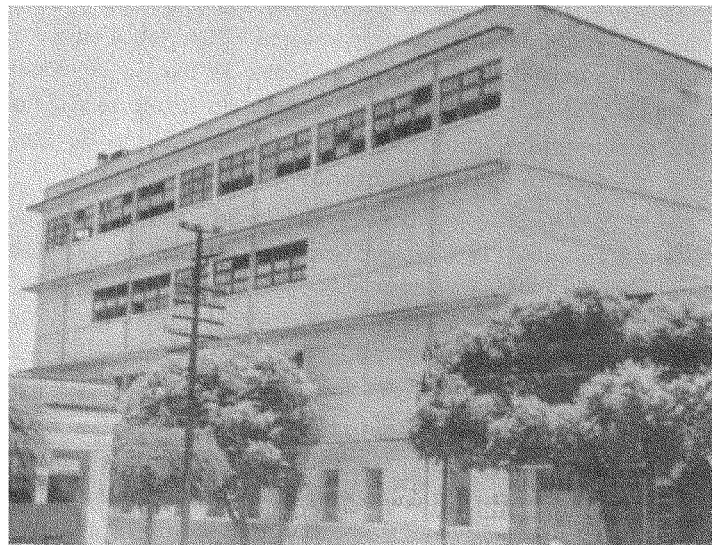
ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas recenseadas no município, em 1950, de 5 anos e mais, sabem ler e escrever: na sede municipal, 6 715 homens e 6 076 mulheres de um total de 17 180, e nas distritais 823, do total de 1 352 habitantes, representando, assim, a percentagem de alfabetizados ..... 74,4% na sede municipal e 60,8% no cômputo geral das

Vista da Barragem de Santa Cecília.

sedes distritais. No quadro rural o contingente de alfabetizados é de 30,9%.

Ensino — O município é muito procurado por estudantes de outras localidades que buscam instrução em seus educandários. O ensino primário geral é ministrado em 3 estabelecimentos de ensino pré-primário, 38 escolas de ensino fundamental comum e 1 de ensino complementar. No ensino não primário há as seguintes unidades escolares: Ensino Secundário — duas; Comercial — uma; Artístico — 3; Pedagógico — uma; de outros ramos — 4. Possui 7 tipografias e 3 livrarias. A Biblioteca Municipal tem catalogados 1 639 volumes.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue dá uma idéia das finanças públicas no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	7 002	13 977	4 953	2 818	4 678
1951	10 254	19 041	6 049	3 542	7 830
1952	13 077	21 491	6 179	3 837	8 537
1953	10 671	13 534	7 760	3 801	10 380
1954	18 898	17 108	11 980	4 308	12 651
1955	25 284	22 932	8 861	4 670	12 927
1956	33 147	30 618	11 684	6 354	16 735

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A Catedral de Sant'Ana, sede episcopal de Barra do Piraí, é um pequeno templo artístico, construído por iniciativa do 3.° barão de

Edifício da firma Sociedade Anônima Martus Cello.

Rio Bonito, o fundador do município. Há mais 14 templos católicos, além do da Catedral, e 4 protestantes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Barra do Piraí é sede das Exposições Agropecuárias do sul fluminense, que ali se vêm realizando sob a orientação do Govêrno do Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem no município 3 periódicos ("Boletim Municipal", "Correio da Barra" e "A.C.I.B.P." — órgão da Associação Comercial e Industrial de Barra do Piraí). Possui uma estação radiodifusora, ZYG-7 — Rádio Difusora Vale do Paraíba —, com a freqüência de 1 600 kc. Há, no município, 4 associações de beneficência mutuária.

MONUMENTOS — Entre os monumentos que se distribuem pela cidade, destacam-se: "Monumento ao Barão do Rio Bonito", inaugurado em 1940; "Monumento Comemorativo da Fundação do Município", constituído de um marco de alvenaria, inaugurado em 10 de março de 1933; "Monumento a Júlio Braga", busto de bronze sôbre pedestal de alvenaria, inaugurado em 1910; "Monumento Comemorativo da Inauguração da Praça Oliveira Figueiredo"; "Monumento aos Expedicionários", inaugurado em 1945; "Chafariz da Cobra Fumando", na Praça do Expedicionário, e o "Monumento à Legião Brasileira de Assistência".

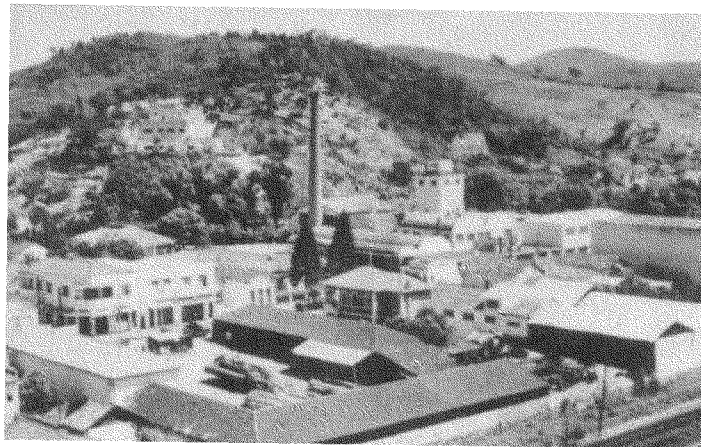
VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres de Barra do Piraí, citamos Lúcio Drumond Furtado de Mendonça, poeta, jurista e romancista consagrado, sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira de Fagundes Varela.

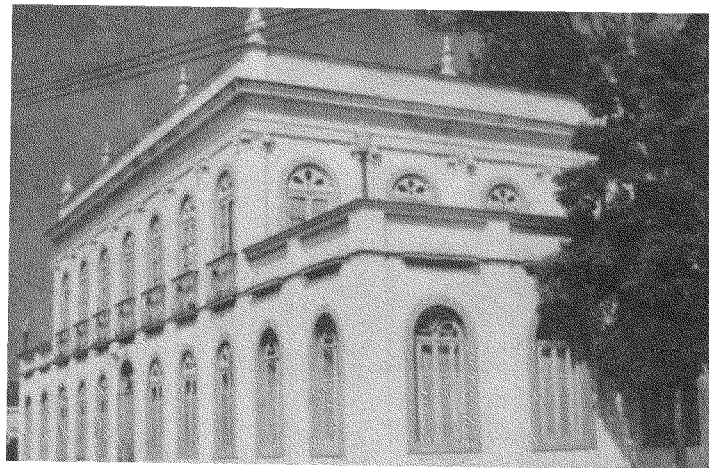
DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa, o município compõe-se dos seguintes distritos: Barra do Piraí, Dorândia, Ipiabas, São José do Turvo e Vargem Alegre.

BARRA MANSA — RJ

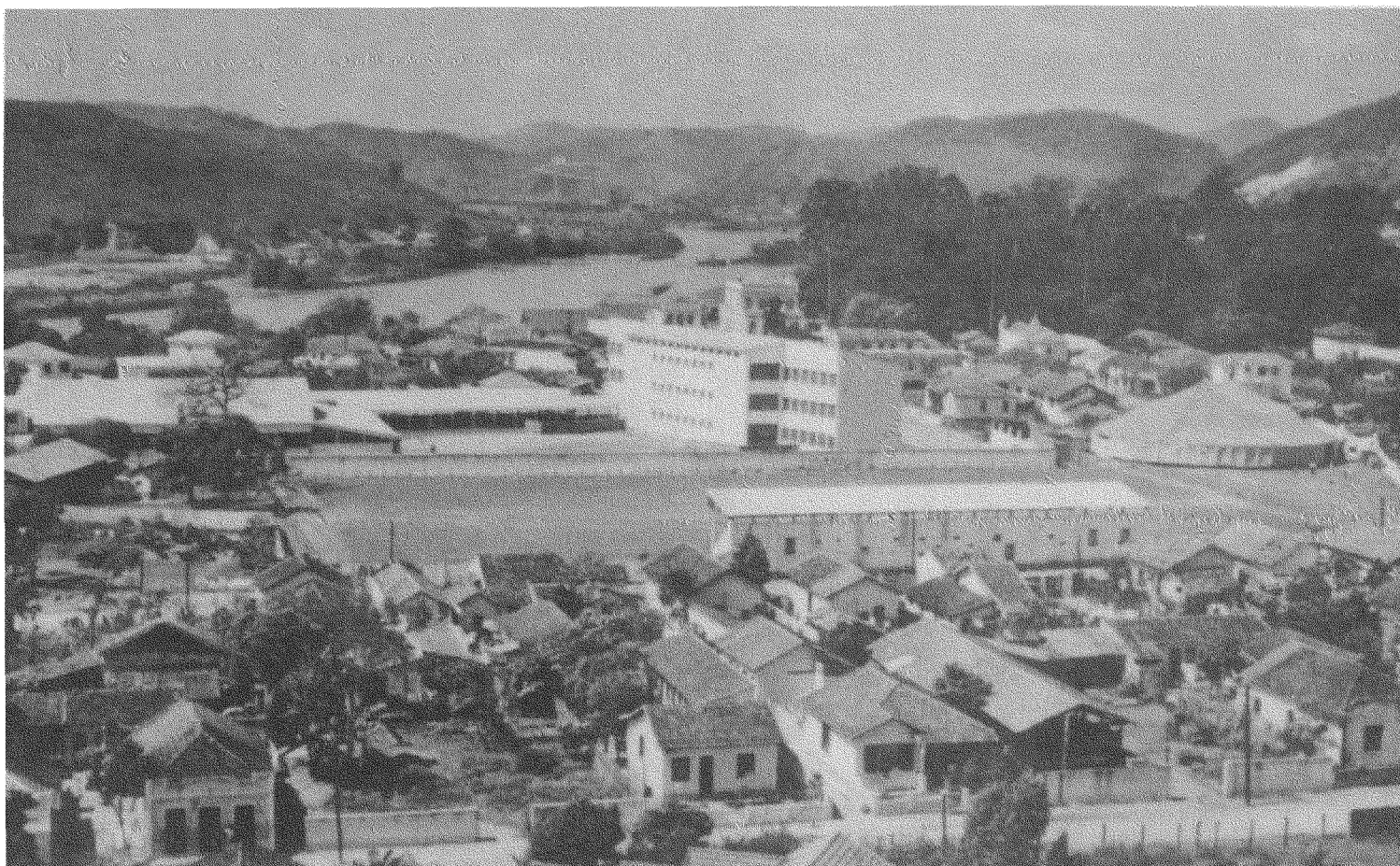
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A exemplo do que se observou na quase totalidade dos municípios brasileiros, sua origem é devida a um núcleo de povoamento que se formou em suas terras, tendo, como ponto de partida e de congregação, uma pequenina capela erigida em época anterior a 1820, sob a invocação de São Sebastião, nas proximidades da foz do rio Barra Mansa. Pertenciam, então, as terras do atual território dessa promissora comuna fluminense ao município de Resende, do qual só se desmembraram em 1832.

Centro de diversos roteiros de tropas, Barra Mansa, em época remota, era a etapa preferida pelos viajores das mais distantes regiões de Minas, de São Paulo, de outras localidades fluminenses e até mesmo das longínquas terras de Goiás, razão pela qual se observou, desde cedo, em suas paragens, um ritmo acelerado de progresso. Graças à sua excelente posição geográfica, Barra Mansa foi, pouco a pouco, perdendo o caráter primitivo de simples ponto de parada de tropas, já porque o intenso afluxo de mercadorias que transitavam por suas estradas convidasse ao estabelecimento do comércio, já porque a fertilidade de suas terras

Cia. Ind. Com. Bras. de Produtos alimentares — Nestlé.

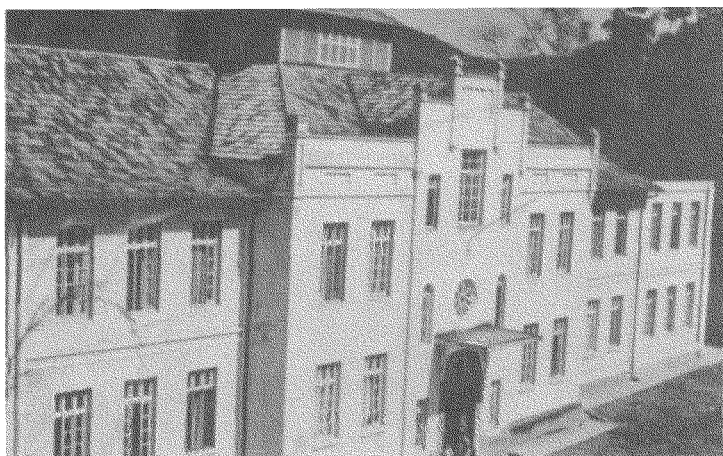
atraísse os colonos para as lides agrícolas. Por êsses motivos, de 1829 em diante, multiplicou-se, num crescendo notável, o número de fazendas, de engenhos e de plantações, entre as quais se destacaram as de café. Reza a tradição que os primeiros colonizadores dêsse rincão fluminense foram: Custódio Ferreira Leite, Barão de Aiuruoca, que, com sua família, criados e escravos, se fixou nas margens do rio Paraíba, e Antônio Marcondes do Amaral, que, com os seus

Prefeitura Municipal.

dependentes, se instalou no lugar conhecido por Nossa Senhora do Rosário dos Quatis. A êsses pioneiros foram devidos os primeiros marcos da civilização, plantados em terras de Barra Mansa, destacando-se entre os benefícios a êles creditados a demarcação do centro urbano e a construção da igreja Matriz e da Cadeia Pública, no local em que, mais tarde, surgiria a cidade. A prosperidade de Barra Man-

Matriz de São Sebastião.

Vista parcial da cidade.

sa após o lançamento das bases dêsses melhoramentos foi tal que, em 1831, já podiam seus habitantes pleitear a independência administrativa. Para facilitar a realização dêsse objetivo, o barão de Aiuruoca não sòmente doou os terrenos em que se deveria erigir a vila, como também reservou grandes áreas, nas circunvizinhanças, destinadas a serem oferecidas, graciosamente aos colonos que nelas desejassem se fixar. Assim, devido ao esfôrço de um grupo de cidadãos bem intencionados, por Decreto provincial datado de 3 de outubro de 1832, foi criado o município, cujas terras deixaram de fazer parte do de Resende. A instalação do município verificou-se em 10 ou 16 de fevereiro de 1833. O mencionado Decreto de 1832 veio determinar que o têrmo da nova vila seria limitado: "ao norte pela serra de Tunifer, compreendendo as águas vertentes; a leste pelo ribeirão das Minhocas, águas abaixo até a sua confluência com o Paraíba e águas acima dêste até encontrar o caminho que conduz à

Colégio Verbo Divino.

freguesia de Sant'Ana de Piraí, por êste afora até encontrar o rio Piraí, águas acima dêste até o ponto em que atravessa a estrada para São Paulo; a oeste por uma linha visual tirada da Barra da Cachoeira, a rumo de 34° quadrante do nordeste, até encontrar a serra de Tunifer; pelo córrego da Barra da Cachoeira acima até encontrar o morro Redondo; águas vertentes dêste até o ponto que fica mais a leste, seguindo-se daí uma linha visual a rumo de sueste até encontrar o caminho do Cafundó de Cima; por êste afora

Câmara Municipal.

até encontrar a divisa entre a Província do Rio de Janeiro e a de São Paulo; ao sul, pela estrada de São Paulo e pela linha divisória desta Província com a do Rio de Janeiro".

Em 1857, com a elevação da vila de Barra Mansa à categoria de cidade, o centro social e econômico do município recebeu novo impulso. Outro fator que refletiu de maneira notável, na sempre crescente prosperidade do muni-

cípio, foi a construção do trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II, que veio cortar as suas terras, tendo sido solenemente inaugurado, em 1871, com a presença do conde d'Eu.

No Império era Barra Mansa um município de grandes lavouras, suas terras férteis produziam fartamente cereais e café. Despovoada a zona rural pelo êxodo dos trabalhadores, a agricultura decaiu e a indústria pastoril começou a se desenvolver. Vicejava assim a próspera comuna fluminense quando foi atingida vigorosamente em sua economia pela Lei Áurea, que, privando-a dos braços escravos, com que incrementava suas lavouras, motivou o quase abandono das mesmas em virtude do êxodo dos elementos

Avenida Joaquim Leite.

libertados. Todavia, conseguiu o município refazer-se, com rapidez, graças, sobretudo, à construção, em 1900, de um outro trecho ferroviário, em seu território, pertencente à Estrada de Ferro Oeste de Minas (hoje Rêde Mineira de Viação).

Devido ao intenso intercâmbio mantido com inúmeras localidades brasileiras, em virtude de sua situação privilegiada na rêde ferroviária do País, Barra Mansa, com o correr dos anos, adaptou-se às novas condições advindas em conseqüência da Abolição, substituindo a lavoura pela pecuária e esta pela indústria.

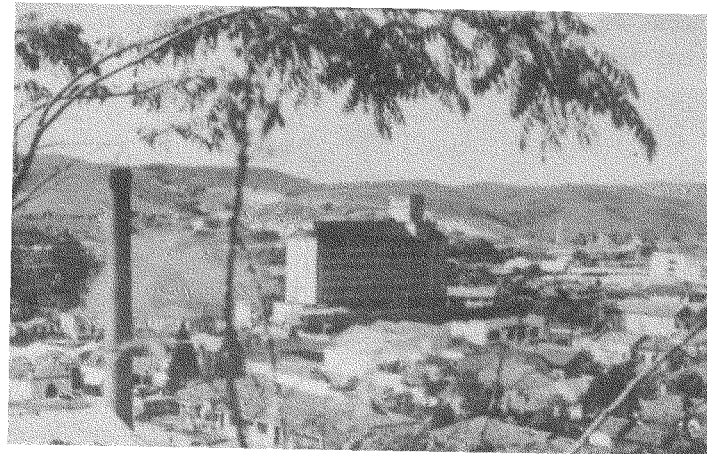
Barra Mansa é hoje um dos maiores parques industriais do Estado, arrolando entre suas indústrias as siderúrgicas, metalúrgicas, alimentícias, de transformação e outras, muitas das quais atraídas pela Companhia Siderúrgica

Praça Ponce de Leon.

Nacional, construída em Volta Redonda, então distrito do município e não distante da cidade de Barra Mansa.

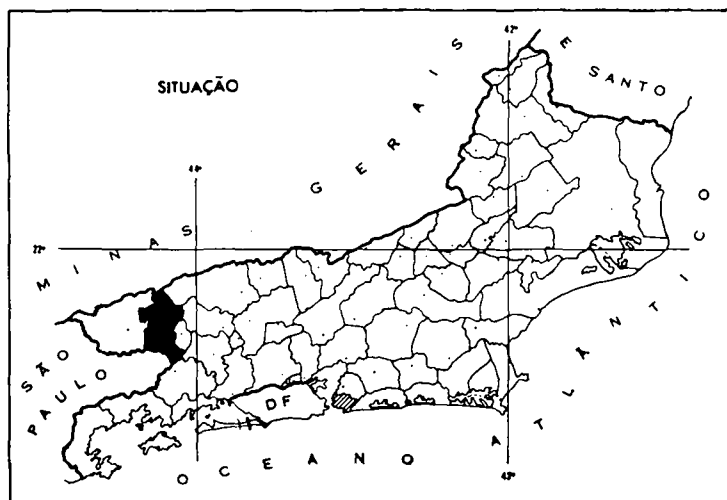
A Comarca de Barra Mansa foi criada por fôrça do Decreto n.º 2 005, de 4 de maio de 1874, tendo sido, porém, posteriormente, extinta pelo Decreto n.º 667, de 16 de fevereiro de 1901 e restabelecida pelo Decreto n.º 681, de 28 de março do mesmo ano. Pela Lei n.º 2 185, de 17 de julho de 1954, o distrito de Volta Redonda foi desanexado do de Barra Mansa, passando a constituir novo município. A

Matadouro Industrial Regional.

Lei n.º 2 435, de 5 de abril de 1955, alterou as divisas do novo município, originando daí uma questão judiciária, ainda em curso nas altas côrtes de Justiça, entre as municipalidades de Barra Mansa e Volta Redonda.

Moinho Fluminense S/A.

LOCALIZAÇÃO — Coordenadas geográficas da sede municipal: 22° 32' 46" de latitude Sul e 44° 10' 09" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado:

Ponte Mauá.

114,3 km. Direção: O.N.O. A cidade está localizada às margens do rio Paraíba do Sul.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

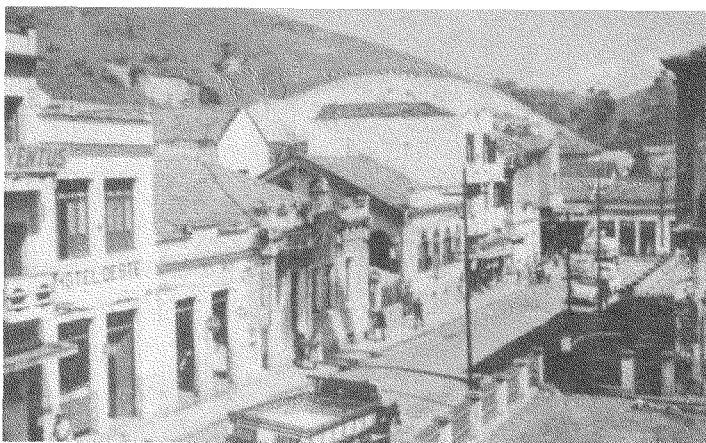
ALTITUDE — É de 376 metros.

CLIMA — De um modo geral, salubre. Em 1956, a média das máximas atingiu 40°C e a das mínimas, 24°C, variando a média compensada em 35 e 13 graus centígrados. A precipitação pluviométrica anual alcançou 123,1 mm. Quatis e Nossa Senhora do Amparo são distritos que se distinguem pelas excelentes condições climáticas.

ÁREA — Corresponde a 873 km² (dados provisórios, por não ter sido feito ainda cálculo definitivo após a separação do antigo distrito de Volta Redonda).

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município de Barra Mansa era de 34 916, sendo 17 669 homens e 17 247 mulheres. A densidade demográfica é de cêrca de 40 habitantes por quilômetro quadrado. Vivem na zona rural 31% da população do município. A distribuição distrital dos habitantes pode ser apreciada pelo quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quador rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Barra Mansa	25 318	12 784	12 534	8 522	8 626	1 935	1 810	2 327	2 098
Falcão	758	363	395	80	102	66	73	217	220
Nossa Senhora do Amparo	1 913	1 010	903	202	203	83	83	725	617
Quatis	2 420	1 195	1 225	411	522	107	113	677	590
Rialto	876	447	429	102	97	4	7	341	325
Ribeirão da Divisa	2 237	1 153	1 084	224	246	86	79	843	759
Ribeirão de São Joaquim	1 394	717	677	140	155	—	—	577	522

Siderúrgica Barra Mansa S/A.

Rua Orozimbo Ribeiro.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 39 002 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a industrial, cujo valor de produção, em 1955, elevou-se a 1 bilião e 120 milhões de cruzeiros. Entre suas indústrias encontram-se, em primeiro plano, as metalúrgicas e siderúrgicas, seguindo-se as de cimento, alimentícias, de transformação e extrativas. As atividades agropecuárias, embora cedendo terreno para a indústria, que dia a dia mais se desenvolve, são ainda algo representativas, somando sua produção, nesse mesmo ano, 275 milhões e 800 mil cruzeiros. Os quadros seguintes dão melhor impressão do que representa, nesse terreno, a produção municipal:

Produção agrícola — 1955 (1)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz	Tonelada	780	7 800
Milho	»	1 800	7 200
Cana-de-açúcar	»	4 500	1 575
Mandioca	»	320	960
Feijão	»	60	800

(1) FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

Produção extrativa — 1956 (2)

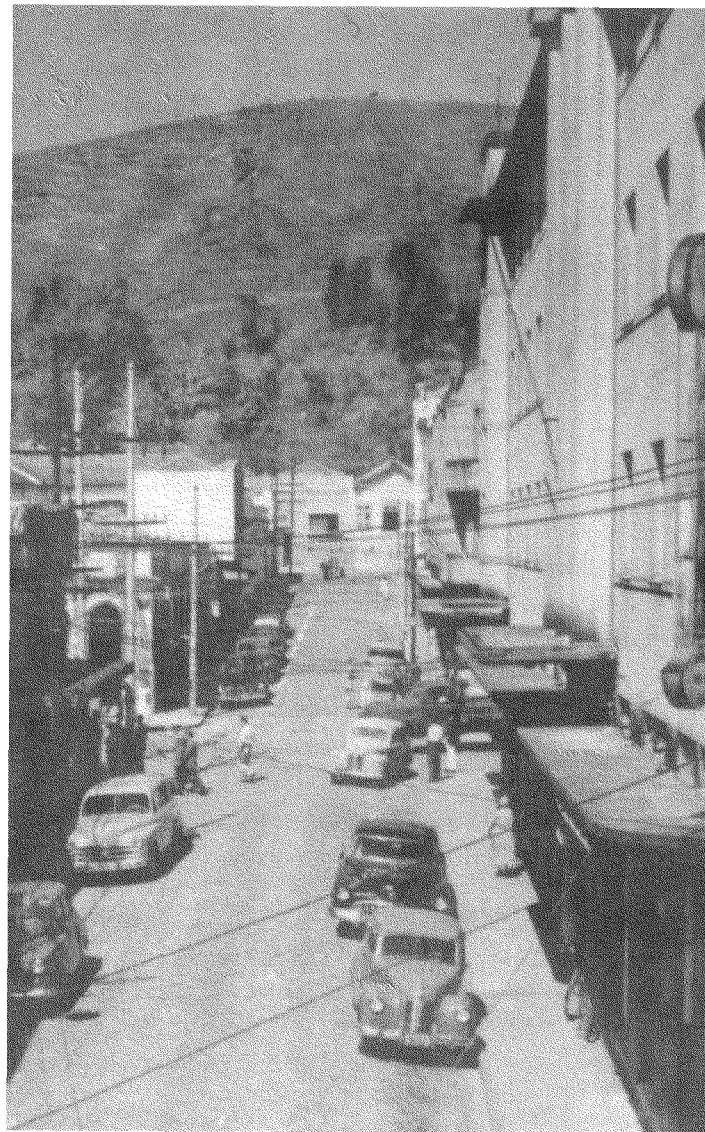
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra britada	m3	264 570	3 629
Areia para construção	»	4 330	400

(2) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

Produção industrial — 1956 (3)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos siderúrgicos	Tonelada	151 085 434	1 330 626
Produtos alimentares	»	11 564	768 859
Leite pasteurizado	Litro	17 589 768	591 583
Produtos metalúrgicos	Tonelada	55 680	312 550
Produtos químicos (ácidos e explosivos)	»	23 000	274 579

(3) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil (Ramal de São Paulo) e pela Rêde Mineira de Viação. Relativamente à primeira estrada, está a estação da sede municipal localizada no km 154 (de D. Pedro II) e, quanto à Rêde Mineira de Viação, no km 108 da Linha Angra dos Reis, RJ-Goiandira, GO. Em Barra Mansa tem início o sub-ramal de Saudade a Bananal, CP, da Estrada de Ferro Central do Brasil. Há, no município, as seguintes estações e paradas ferroviárias: Estrada de Ferro Central do Brasil — Barra Mansa, Saudade, Pombal, Primavera e Floriano, no ramal de São Paulo; Santo Antônio, Cafundó e Rialto, no sub-ramal de Saudade. Na Rêde Mineira de Viação, partindo do ponto inicial da linha, Antônio Rocha, Ataulfo de Paiva, Barra Mansa, Vista Alegre, Palmeiras, Gliocério, Quatis, Clóvis Leite, Major

Rua Rio Branco.

Grupo Escolar Barão de Aiuruoca.

Praça da Bandeira.

Eugênio, Joaquim Leite e Falcão. Por ferrovia, a sede municipal liga-se aos municípios vizinhos de Volta Redonda, Rio Claro, Resende e Marquês de Valença, via Barra do Piraí, e Bananal, no Estado de São Paulo. Corta o município, passando pelo distrito-sede, a Rodovia Presidente Dutra, pela qual Barra Mansa está ligada diretamente à capital Federal e à cidade de São Paulo, distando da primeira 127 km e da segunda 306 km. Além da Rodovia Presidente Dutra, é o município servido por 4 estradas de rodagem estaduais e 17 municipais, com que se liga às rêdes rodoviárias federal e estadual e às sedes distritais. Fazem linhas regulares 6 emprêsas de ônibus, 4 de microônibus e 8 de transporte de carga. Ao todo, há no município 333 km de estradas de rodagem, sendo 40 de administração federal, 85 estadual e 208 municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O desenvolvimento do comércio no município é ressaltado pelo grande número de estabelecimentos comerciais de que dispõe, 14 atacadistas e 500 (aproximadamente) varejistas, além de 7 agências bancárias — Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, Banco Moreira Salles, Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro e Banco Ribeiro Junqueira — envolvendo sua influência tôda região sul do Estado. Mantém largas transações comerciais com as praças do Rio de Janeiro, DF, São Paulo e Belo Horizonte. A situação dos saldos bancários, em 28 de fevereiro de 1957, era a seguinte, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 22 899; Empréstimos em c/c — 7 978; Empréstimos hipotecários — 171; Títulos descontados — 10 015; Depósitos à vista e a curto prazo — 149 475; Depósitos a prazo — 2 412. Há uma Agência da Caixa Econômica Federal, com 18 583 cadernetas em circulação e 28 788 milhares de cruzeiros em depósito, em 31-XII-1956.

Outro aspecto da Praça da Bandeira.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem no território do município jazidas de manganês e argilas finas, abundantes na região de Ponte Alta, xisto argiloso e betuminoso, vestígios de ouro conglomerado e petróleo nas margens do rio Paraíba do Sul. Há autorizações de pesquisa e lavra de quartzitos e associados e dolomita nas regiões de Morro Redondo e Bocaina. É desenvolvida a indústria da extração de areias e pedras calcárias, bem como de argilas e barro destinados às cerâmicas locais.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Barra Mansa é um centro urbano dotado de todos os requisitos de uma cidade moderna. Desenvolvendo-se principalmente à margem direita do rio Paraíba do Sul, alonga-se por esta e por am-

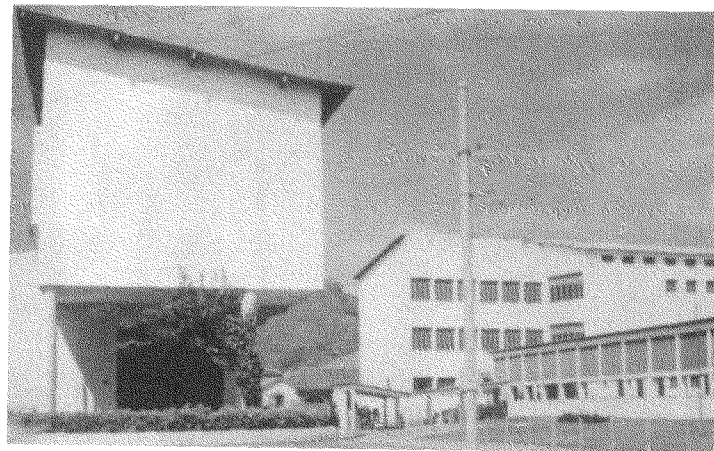
bos os lados das linhas férreas da Central do Brasil, e está, agora, se projetando também para a outra margem, em virtude de nova ponte ali construída, que criou facilidades de comunicações entre os dois lados do rio. Em 1856 possuía a cidade 25 ruas calçadas a paralelepípedos, 3 a concreto e 5 asfaltadas, representando 82 200 m² do primeiro tipo de calçamento, 2 100 do segundo e 10 400 do terceiro. Há mais os seguintes melhoramentos urbanos: Telefone — 450 aparelhos; Ligações elétricas — 3 586. O serviço de água, pela Prefeitura Municipal, estende sua canalização por 46 ruas em tôda sua extensão e em 24 parcialmente, abastecendo 7 052 prédios. O movimento urbano é atendido por emprêsas de ônibus e microônibus, que mantêm em permanente contato o centro com os diversos bairros e a cidade vizinha de Volta Redonda. Estão licenciados pela Prefeitura 462 automóveis e 558 caminhões. A sede municipal possui 8 hotéis e 6 pensões.

COMUNICAÇÕES — No setor de comunicações, o município conta com os serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos (postais e telegráficos), e com os serviços telegráficos das Estradas de Ferro Central do Brasil e Rêde Mineira de Viação. No perímetro urbano é feita entrega domiciliar de correspondência postal-telegráfica. Possui serviço de radiotransmissão feito através da Emissora "Rádio Sul Fluminense", ZYJ-2, que iniciou suas atividades em 1947, operando na freqüência de 1 390 quilociclos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Barra Mansa possui a Santa Casa de Misericórdia, com 45 leitos, uma Casa de Saúde, com 5 leitos e 1 Pôsto de Puericultura, com 9 leitos, além dos serviços oficiais de saúde. Há ainda: Farmácias — 10; Médicos — 22; Dentistas — 19; Farmacêuticos — 8; O serviço de assistência a velhos e desamparados é exercido pela Escola Doméstica Cecília Monteiro de Barros, destinada à educação de crianças pobres e órfãs, abrigando 79 menores, e o Asilo da Mendicidade, com capacidade para 30 internados.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população presente de 5 anos e mais, 66%, na sede municipal, sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956, o ensino primário era ministrado em 17 estabelecimentos estaduais, 32 municipais e 4 particulares. No ensino extraprimário há: Ginásios — 3; Escola de Comércio — uma; estabelecimentos de Ensino Profissional — 6; de Ensino Artístico — 2.

Edifício do Forum.

Outro aspecto do Grupo Escolar Barão de Aiuruoca.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue dá uma idéia das finanças públicas no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	5 351	38 270	14 613	8 022	24 529
1951	8 122	53 573	22 226	12 417	25 553
1952	16 151	66 056	20 715	13 214	20 860
1953	23 973	113 276	19 483	14 089	23 390
1954	33 471	163 619	26 854	15 676	28 462
1955	65 751	81 166	16 294	7 673	25 447
1956	81 986	106 803	20 000	12 540	

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — No centro da cidade, constitui local aprazível a Praça da Bandeira, parque traçado pelo paisagista Glaziou e posteriormente remodelado. Nêle se encontra o monumento comemorativo do 1.º Centenário da criação do município, constituído de uma águia de mármore sôbre um pedestal de granito, iniciativa municipal e autoria do artista brasileiro Benevenuto Berna.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O interior de Barra Mansa é dotado de paisagens interessantes, destacando-se o salto da Lagoinha, no rio dêsse nome, com 27 m de altura; a cachoeira do Turvo, com 25 m; e a cachoeira do Chalet, no rio da Bocaina, com 25 metros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de Barra Mansa dispõe de 10 associações esportivas, 6 locais para a prática de esportes, 2 associações culturais, 3 recreativas, 4 cinemas, 2 jornais e 1 bissemanal. O movimento cooperativista é animador, existindo 5 cooperativas, sendo 3 de produção e 2 de consumo.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos de Barra Mansa que se destacaram no cenário nacional, encontram-se: Antônio Ribeiro de Almeida, deputado provincial e Presidente da província do Espírito Santo; Antônio Figueira de Almeida, escritor, membro da Academia Fluminense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade Brasileira de Geografia; Dr. Álvaro Rodovalho Marcondes dos Reis, advogado, engenheiro civil, Presidente da província de Mato Grosso.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De acôrdo com a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de: Barra Mansa, Falcão, Floriano, Nossa Senhora do Amparo, Quatis, Rialto e Ribeirão de São Joaquim.

BOM JARDIM — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Os primórdios da história do desbravamento do município de Bom Jardim permanecem, ainda, no terreno das conjeturas. Presume-se, entretanto, que sua colonização tenha sido iniciada com a fixação de "pousos de tropas", em suas terras, destinados a servir de abrigo aos viajores e aventureiros que, em fins do século XVIII, buscavam fortuna nas terras auríferas de Cantagalo.

Segundo a tradição, entre os anos de 1770 e 1786, os garimpeiros clandestinos, chefiados pelo legendário bandoleiro Manuel Henriques, conhecido pela alcunha de "Mão de Luva", lavraram os leitos dos córregos afluentes dos rios Negro, Macuco e Grande, em busca do precioso metal. Para confirmar a viabilidade de terem sido as terras de Bom Jardim visitadas por êsses faiscadores, podemos citar o fato de existirem, ainda hoje, no município, no local onde as águas do rio São José se arrojam no leito do rio Grande, umas cavernas naturais que, desde tempos remotos, são conhecidas pela denominação de "Furnas do Mão de Luva".

Entretanto, tudo faz crer que só tivessem começado a surgir núcleos de povoamento nessa região em princípios do século XIX, pois datam dessa época as primeiras notícias sôbre o estabelecimento das primitivas colônias agrícolas, aí formadas. O seu clima privilegiado e a fertilidade de suas terras foram os fatôres preponderantes que influíram no progresso verificado na primeira metade dêste século, no território que hoje constitui o município de Bom Jardim. Segundo consta, o primeiro núcleo populacional dessa região formou-se na margem do rio São José, na zona compreendida pela serra dos Órgãos, cuja colonização se atribui à influência irradiadora da cultura cafeeira, para o interior da província, verificada em princípios do século citado. Êsse florescente povoado recebeu o predicamento de freguesia por fôrça do Decreto n.º 969, de 13 de outubro de 1857, que estava assim redigido: "Art. 1.º — Fica ereta em freguesia — com a mesma invocação, — a capela de — São José do Ribeirão — no município de Nova Friburgo. — Art. 2.º — A nova freguesia terá por limites, de um lado as vertentes do ribeirão Santo Antônio, a linha dos números coloniais, a Fazenda Imperial, as vertentes da Pedra Branca e Rosário; e, de outro lado, os atuais limites da freguesia de São João Batista de Nova Friburgo".

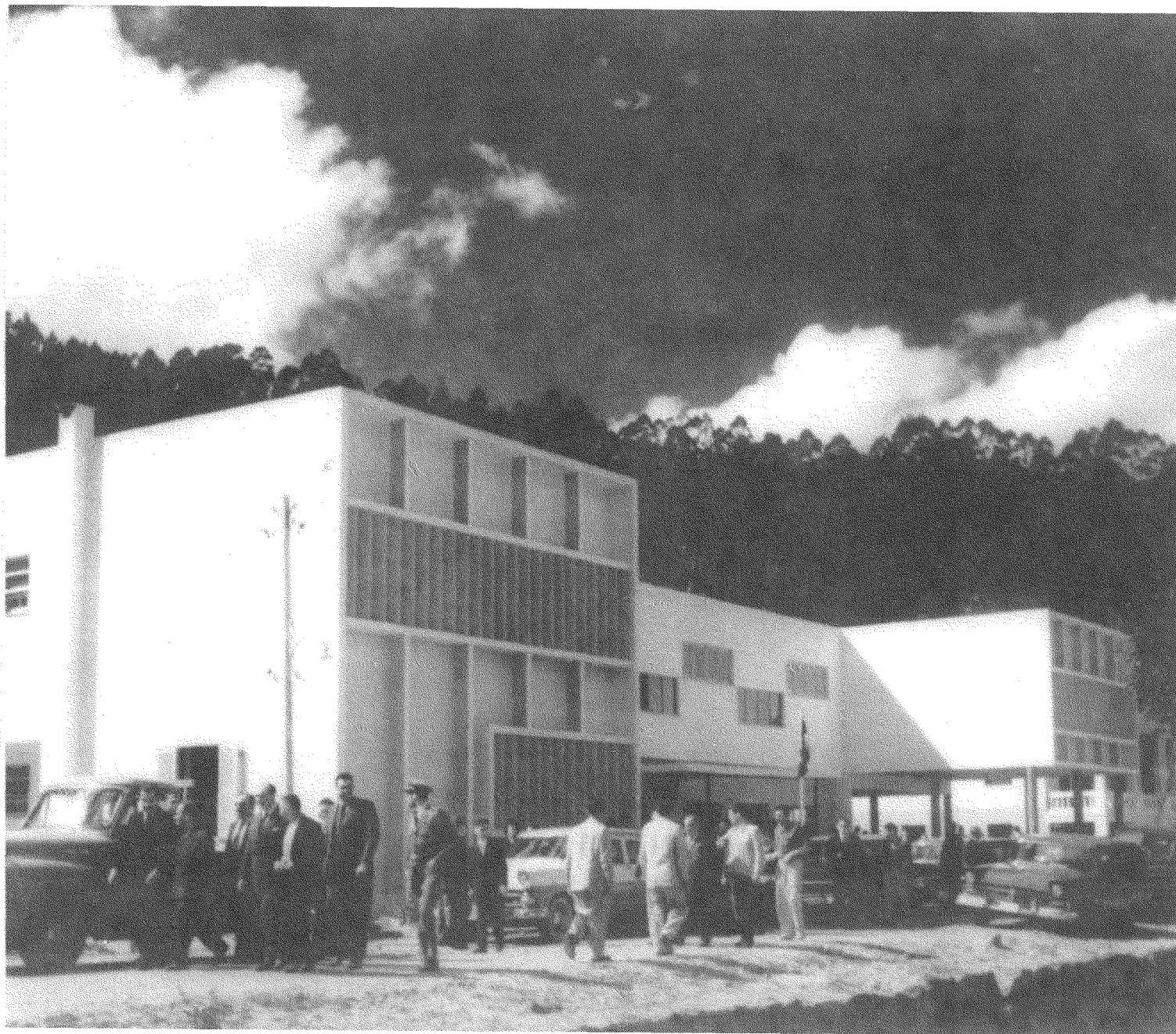
Vista parcial da cidade.

As terras da novel freguesia, férteis e boas, principalmente para o cultivo do café, começaram, a partir de sua organização no predicamento citado, a ser ainda mais procuradas e disputadas por agricultores nacionais e estrangeiros. Entre êstes últimos, preponderavam os de nacionalidades portuguêsa, suíça, alemã e italiana, que, com o auxílio do trabalho barato do elemento negro escravizado, constituíram, nessas terras, patrimônios rurais valiosíssimos.

A formação do povoado que tomou o nome de Bom Jardim, segundo reza a tradição, foi devido ao fato de se negarem os habitantes da freguesia de São José do Ribeirão a consentir na passagem dos trilhos da Estrada de Ferro Cantagalo por suas terras, receosos de que as fagulhas das locomotivas viessem a danificar suas plantações. Assim surgiu a povoação que hoje ocupa o lugar de sede do município, e onde o Govêrno, por Deliberação de 21 de novembro de 1887, criou um distrito de paz. Por efeito dessa deliberação, os limites de Bom Jardim, na freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, ficaram assim estabelecidos: "Começarão na barra do córrego de Santa Teresa, na margem esquerda do rio Grande, e por esta mesma margem abaixo, até a fazenda de José Luiz Berçot, próximo do ribeirão do Socorro e até a de Honório Corrêa da Rocha, abrangendo as vertentes dêste ribeirão até a Fazenda de Francisco Paula Pinto e a da Pena; daí continuarão por vertentes até a ponte de ferro da Estrada de Ferro Cantagalo, situada em terras de Jacinto Benevides e daí ao Alto dos Teixeiras, seguindo por vertentes do Macuquinho até a fazenda do Monte Verde; desta fazenda seguirão até as cabeceiras do mencionado córrego de Santa Teresa e descerão até ao ponto de partida".

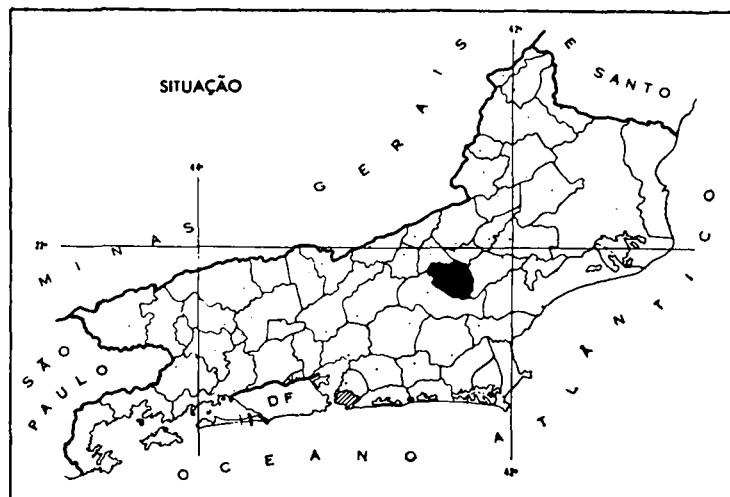
Pouco a pouco, devido ao progresso trazido pela Estrada de Ferro que a cortava, Bom Jardim, a nova localidade de Cantagalo, entrou em fase de franca prosperidade, suplantando a de São José do Ribeirão, pertencente ao município de Nova Friburgo.

Com a vitória dos abolicionistas, em 1888, muito sofreu a vida econômica e social das duas regiões. Entretanto, Bom Jardim, pelo fato de gozar de maiores facilidades de comunicação, mais ràpidamente se reergueu.

Em 24 de março de 1891, já sob o regime republicano, com a criação do município de Cordeiro, por fôrça do Decreto n.º 180, Bom Jardim passou a constituir um de seus distritos, sendo desmembrado de Cantagalo. Logo após o Decreto n.º 280, de 6 de julho dêsse mesmo ano, vinha criar "o município de São José do Ribeirão, tendo a sede na povoação do mesmo nome, sendo constituído pela atual freguesia desta invocação, desmembrada do território do município de Nova Friburgo, ficando, porém, pertencendo ao distrito de São Pedro, da freguesia de São João Batista de Nova Friburgo, a parte do território separada por uma linha que, começando da "Pedra", que fica em frente à situação de Henrique Emerick, das terras de Augusto Sangi, continuando pela vertente que divide os terrenos dos herdeiros de Luiz Tardim, até o alto do lugar denominado Macabu". Pouco tempo, porém, durou essa situação. Pelo Decreto n.º 1, de 8 de maio de 1892, retificado pelo de n.º 1-A, de 3 de junho do mesmo ano, foi suprimido não só o município de São José do Ribeirão, voltando o seu território a fazer parte de Nova Friburgo, como também foi extinto o município de Cordeiro, cujas terras, incluídas às de Bom Jardim, retornaram a Cantagalo. Em dezembro dêsse mesmo ano, o govêrno como que achando uma solução para o problema administrativo daquela região, resolveu, por efeito da Lei que tomou o n.º 37, assinada aos 17 dias do mês citado, restabelecer o município de São José do Ribeirão — ao qual foi anexado, desligado do de Cantagalo, o distrito de Bom Jardim, que continuou a pertencer à comarca de Nova Friburgo. No dia 5 de março de 1893, dando cumprimento ao estatuído na Lei n.º 37, de 17 de dezembro de 1892, que criara o município, foi êle reinstalado, dessa vez, porém, com o nome de Bom Jardim, estipulado na legislação citada. Passados alguns anos, o progresso da região ensejou fôsse feita uma alteração administrativa na divisão territorial do município. Por efeito da Lei n.º 734, de 21 de setembro de 1906, foi criado mais um distrito de paz no município de Bom Jardim, sob a designação de 3.º, e com sede no lugar denominado Barra Alegre. Em 29 de dezembro de 1924, a Lei n.º 1 913 veio criar novo distrito em Bom Jardim. Segundo o texto dêsse Decreto, o distrito teria "a sede no lugar denominado Banquete, e teria ainda as seguintes divisões: a começar pela vertente da Boa Nova, daí seguindo pelas vertentes das fazendas do Retiro, da de An-

Instituição Ramiro Braga.

tônio Dutra, da de Pedra Branca até as divisas de Friburgo e por esta até o limite do 2.º distrito (então São José do Rimeirão)". Por fôrça da Lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, o nome do município, muito a contragosto de seus habitantes, foi modificado para Vergel, denominação que perdurou até 20 de junho de 1947, época em que, por efeito das disposições transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, retornou a comuna à sua anterior denominação de Bom Jardim. Presentemente, o município de Bom Jardim, se bem que ainda sofrendo as conseqüências do abandono de suas terras, por parte dos trabalhadores rurais, vem buscando equilibrar a sua economia, dirigindo o seu govêrno a atenção dos lavradores locais para a policultura e para a pecuária. Ao que consta, a crise de braços pela qual o município atravessa é atribuída às precárias condições de vida em que se debate o homem do campo. Êsse motivo tem redundado num êxodo considerável do elemento humano, que labuta em seus campos, o qual, atraído por melhores perspectivas, se lança à aventura nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

A sede do município, a cidade de Bom Jardim, foi elevada a essa última categoria por efeito da Lei estadual n.º 2 335, de 27 de dezembro de 1929. A comarca de Bom Jardim foi criada pela Lei n.º 1 839, de 23 de agôsto de 1921.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal situa-se a .... 22° 10' 00" de latitude Sul e 42° 24' 30" de longitude W.Gr. O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Cantagalo, apresentando seu solo relêvo bastante acidentado. Dista, em linha reta, da capital do Estado, 110,3 km, no rumo nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 574 metros.

CLIMA — Apresenta clima excelente, sendo salubres quase tôdas as localidades do município. Em 1956, a média das máximas foi de 23,2°C e a das mínimas, 12,9°C e a compensada, 18°C. A precipitação pluviométrica anual elevou-se a 4,6 mm. Em pleno inverno a temperatura desce a 8°C, sendo a máxima absoluta, 29°C, no verão.

ÁREA — Corresponde a 479 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, a população do município era de 17 881 habitantes, sendo 9 134 homens e 8 747 mulheres. A densidade demográfica eleva-se a 46,8 habitantes por quilômetro quadrado; a população rural representa 89% do total. Pelos distritos, os moradores distribuem-se segundo o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Bom Jardim	6 433	3 216	3 217	560	657	105	92	2 551	2 468
Banquete	2 181	1 126	1 055	80	81	28	19	1 018	955
Barra Alegre	4 258	2 216	2 042	11	13	2	4	2 203	2 025
São José do Ribeirão	5 009	2 576	2 433	80	88	15	8	2 481	2 337

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 19 974 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do local repousa na agricultura. O café é a sua principal produção, seguindo-se milho, feijão, tomate, batata-doce, mandioca e arroz. A pecuária é de pouca significação econômica havendo, todavia, pequena produção de queijo. Há uma indústria, sem grande importância, produzindo cerâmica, bebidas e sacarose em geral. A produção do município pode ser avaliada pelos quadros a seguir:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	1 720	43 675
Milho	»	1 892	7 882
Feijão	»	455	5 692
Batata-doce	»	1 965	2 100
Tomate	»	220	1 300

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Tijolos e telhas	Milheiro	480	309
Vegetal			
Lenha	m3	4 400	484
Madeira bruta	»	1 310	393
Carvão vegetal	Tonelada	52	156

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR Cr$(1 000)
Sacarose em geral	Quilograma	570 997	25 000
Fubá	»	148 121	1 069
Cerâmica fina (filtros)	Unidade	125 840	960

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é cortado pela Estrada de Ferro Leopoldina (Linha de Cantagalo), achando-se a estação da sede municipal localizada a 178,5 quilômetros de Barão de Mauá. Além dessa, há no território municipal mais a estação de Banquete e as paradas de

Luiz Corrêa e Fluminense. Por essa estrada comunica-se com as cidades vizinhas de Nova Friburgo (28,4 km) e Cordeiro (22,1 km). Passa ainda por seu território a Estrada RJ-2, Rodovia-tronco Norte Fluminense, estando a cidade situada a 142,9 km de Niterói, 23 km de Nova Friburgo e 26,5 km de Cordeiro. As estradas municipais somam 64 km e as estaduais, em território do município, 97.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é bastante desenvolvido e movimentado, existindo 5 estabelecimentos atacadistas e 43 varejistas na sede municipal, sendo que em todo o município os últimos atingem 104. As praças com que mantém o maior intercâmbio comercial são as de Rio de Janeiro, Niterói e Nova Friburgo. Existe uma Agência do Banco Agrícola de Cantagalo S. A. na sede municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico da região é representado apenas por capoeiras e capoeirões, resultado da devastação das matas, em épocas remotas, para o plantio do café. É, pois, o município pobre em sua vegetação, muito embora encontrem-se ainda algumas madeiras de lei, como cedro, caneleira, peroba, ipê, jequitibá e variedades de plantas medicinais e frutos oleaginosos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade alonga-se às margens da Estrada de Ferro Leopoldina. Pequena embora, é de aspecto pitoresco, bem cuidada, tendo cêrca de 80% de suas ruas calçadas a paralelepípedos. Conta com os seguintes melhoramentos urbanos (1956): Aparelhos telefônicos — 38; Ligações elétricas — 340; Logradouros beneficiados com serviço de remoção de lixo — 18; Prédios beneficiados — 308. O serviço de água atende a 308 prédios em 15 logradouros. Há, na sede municipal, 2 hotéis.

COMUNICAÇÕES — Conta Bom Jardim com os serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos, que mantém, na sede, uma Agência Postal-telegráfica e, nas localidades de São José do Ribeirão, Banquete, Barra Alegre e Córrego Danta agências postais. Há mais os serviços telegráficos da Estrada de Ferro Leopoldina. As comunicações telefônicas são feitas pela Emprêsa Telefônica de Nova Friburgo e pelas emprêsas particulares de José Eugênio Erthal e Armando Jorge Pereira Lemos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dispõe o município de 1 hospital geral com 20 leitos (Santa Casa de Bom Jardim), sendo os serviços oficiais de saúde atendidos pelos Postos de Saúde, localizados na sede municipal e em cada uma das sedes distritais. Nesse setor, podemos citar ainda: Farmácias — 3; Médicos — 4; Dentistas — 2; Farmacêuticos — 3.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, sabiam ler e escrever 5 688 pessoas presentes, de 5 anos e mais, representando 38,4% do total de pessoas dêsse grupo de idades.

Ensino — Possui o município (1956) 19 estabelecimentos de ensino primário mantidos pelo Govêrno do Estado, e 23 pela Prefeitura Municipal. O ensino secundário é ministrado pelo Ginásio Bom Jardim, de propriedade particular.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das finanças públicas no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 280	3 237	1 126	301	1 006
1951	1 179	4 738	1 047	360	950
1952	1 729	5 098	1 579	360	1 328
1953	2 090	6 017	1 441	302	1 281
1954	3 788	9 441	1 416	396	1 344
1955	3 907	10 244	1 896	469	1 711
1956	3 938	11 478	2 600	474	2 600

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Possui o município 2 monumentos, um na sede municipal, homenagem ao coronel Antônio José Maria Monerat. É uma herma em bronze, erigida por subscrição popular, de autoria do artista brasileiro Laurindo Ramos. O outro monumento se ergue na vila de São José do Ribeirão, comemorativo da sua fundação.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Estão registrados na Prefeitura 89 automóveis e 83 caminhões. O rio Grande é o principal do município, e tem como afluentes, entre outros, o São José, o Santo Antônio e o Bengalas, além de vários córregos. Em seu curso forma várias quedas d'água, entre as quais a Maravilha, com altura aproveitável de 6 m e descarga utilizada de 11 m^3/s. O ribeiro do Rosário forma a queda d'água de Banquete, com altura aproveitável de 36 metros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na sede municipal 1 cinema. A Biblioteca Pública Municipal de Bom Jardim, de caráter geral, tem catalogados 9 075 volumes. Funcionam no município 3 associações esportivas e culturais.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Pela atual divisão administrativa, o município compõe-se dos seguintes distritos: Bom Jardim, Banquete, Barra Alegre e São José do Ribeirão.

BOM JESUS DO ITABAPOANA — RJ

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Reza a tradição dêste município que, por volta de 1842, chegou às terras onde hoje se acha localizada a cidade de Bom Jesus do Itabapoana, em busca de terrenos virgens, adaptáveis aos tratos agrícolas, o mineiro Antônio José da Silva Neném. Procedia êle de Bom Jesus da Vista Alegre, lugarejo de Minas Gerais, de onde trouxe, em sua companhia, a espôsa, dois filhos e alguns agregados, desde logo se dedicando ao desbravamento do local, construindo moradias e fazendo plantações. Campo Alegre foi o primeiro nome dado à povoação nascente, em homenagem a Vista Alegre que, para trás, o pioneiro deixara. Mais tarde, como pelas proximidades passasse o rio Itabapoana, foi mudada, novamente, a sua denominação para Bom Jesus do Itabapoana, em recordação ao lugarejo de Minas, Bom Jesus da Vista Alegre, terra natal de Silva Neném. Com o decorrer dos anos, forte corrente imigratória para lá se dirigiu constituída, quase que tôda ela, de conterrâneos dos

primitivos povoadores. No ano de 1847, com a retirada de Antônio José da Silva Neném, passou a povoação a constituir patrimônio da futura freguesia de Bom Jesus do Itabapoana. É ainda a tradição que nos dá notícia da existência de tribos indígenas em terras do atual território do município, não pròpriamente no local onde hoje se encontra a sua sede, mas a 15 km de distância, mais ou menos, nas vertentes da serra do Tardim. Essas tribos, segundo informes locais, subsistiram ali até meados de 1850.

O elemento negro foi introduzido pelos que imigravam, atraídos pela perspectiva de explorar a terra fértil. O escravo, com seu trabalho persistente e barato, representou papel primordial na evolução da agricultura e economia locais.

Vista parcial da cidade.

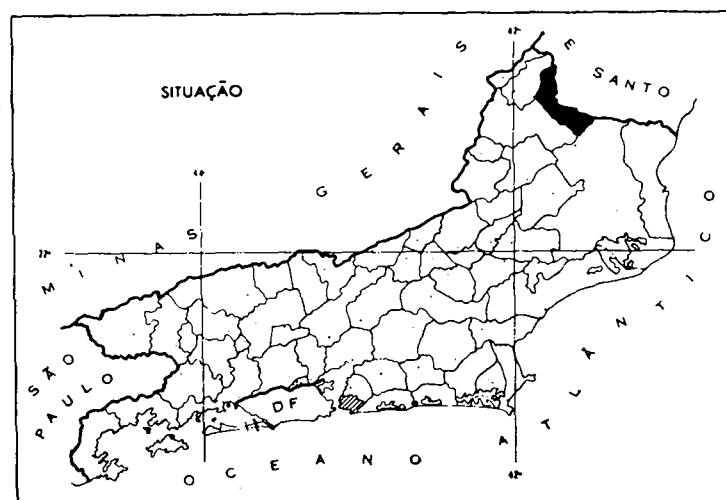
Em 19 de março de 1856, por Deliberação dessa data foi criada uma subdelegacia de polícia — no arraial de Senhor Bom Jesus, no 2.º distrito da freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, em Campos, tendo por limites: ao norte o rio Itabapoana; ao nascente, o Santo Eduardo, desde a sua junção àquele até às suas cabeceiras; ao sul as ramificações da serra da Cayana, cujas águas vertem para aquêle primeiro rio; e ao poente, a serra da Cavanal, onde nasce o mesmo rio Itabapoana. Anos mais tarde, o Decreto número 1 261, de 14 de novembro de 1862, vinha estabelecer que o arraial do Senhor Bom Jesus, na freguesia de Nossa Senhora de Natividade, no município de Campos, ficava ereto em freguesia, com a invocação do Senhor Bom Jesus de Itabapoana. Por fôrça do Decreto n.º 2 810, de 24 de novembro de 1885, Bom Jesus do Itabapoana passou à jurisdição do município de Itaperuna, criado nessa data e por êsse Decreto. Em 24 de novembro de 1890, já no período republicano, foi a freguesia elevada à categoria de município, em virtude do progresso que em suas terras se observava por essa época. O Decreto n.º 150, desta data, rezava: "Fica criado o município de Itabapoana com os atuais limites, tendo por sede a povoação de Bom Jesus do Itabapoana, com a denominação de — Vila de Itabapoana". Apenas dois anos vigoraram os têrmos dêsse Decreto, pois em 8 de maio de 1892 um outro Decreto, de n.º 1, foi lavrado, suprimindo os municípios de Itabapoana, Monte Verde e Natividade do Carangola. Data dêsse tempo a campanha de reivindicação encabeçada pelos elementos de maior influência na região. Entre os que mais se bateram por essa causa, são dignos de menção os nomes de Francisco Teixeira de Oliveira, João Catarina, Jerônimo

Igreja — Matriz.

Batista Tavares e Pedro Gonçalves da Silva. Finalmente, depois de uma luta política cheia de vigor, foi reconquistada a autonomia de Bom Jesus do Itabapoana, em virtude do Decreto n.º 633, de 14 de dezembro de 1938, se tendo a instalação do município verificado a 1.º de janeiro de 1939.

Até hoje, conservam os municípios de Bom Jesus do Itabapoana quase todos os costumes e tradições dos seus antepassados, oriundos de Minas Gerais. Ùltimamente, verifica-se um intenso êxodo dos trabalhadores rurais, motivado por fatôres de ordem econômica e social. Tendo a agricultura sido grandemente substituída pela pecuária e, como o lidar com o gado exige menos braços, os trabalhadores rurais, por falta de emprêgo, vêem-se na contingência de emigrar. Os que o fazem, escolhem, de preferência, o vale do rio Doce ou o planalto do Paraná, sendo que apenas uma pequena parcela se encaminha para os grandes centros.

A comarca de Bom Jesus do Itabapoana foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, sendo constituída pelo único têrmo de igual nome.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Muriaé, no vale do rio Itabapoana, em cuja margem direita está situada a sede municipal, em posição de 21º 08' 09" de latitude Sul e 41º 40' 48" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 245,8 quilômetros, na direção nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da cidade.

ALTITUDE — Eleva-se a 118 m, na sede municipal.

CLIMA — O clima do município, embora quente de modo geral, é saudável, principalmente nos distritos de Rosal e Calheiros, que se destacam pela sua altitude, que atinge em certos pontos 900 metros.

ÁREA — Corresponde a 576 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 31 852 habitantes, sendo 16 277 homens e 15 575 mulheres. A densidade demográfica é de 57,6 habitantes por quilômetro quadrado, localizando-se na zona rural 82% da população. Os moradores distribuem-se pelos distritos, conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Bom Jesus do Itabapoana	14 741	7 322	7 419	1 815	2 043	150	139	5 357	5 237
Calheiros	2 820	1 475	1 345	42	49	—	—	1 433	1 296
Carabuçu	10 997	5 768	5 229	426	399	37	29	5 305	4 801
Rosal	3 294	1 712	1 582	213	253	8	9	1 491	1 320

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município gira em tôrno do cultivo e venda do café. A lavoura cafeeira, composta de cêrca de 21 milhões de pés, produz em média 30 mil sacas anuais, figurando o município em 1.º lugar no Estado no que concerne

Rua Abreu Lima.

a esta produção. A seguir vem a açucareira, existindo duas usinas, nas quais trabalham perto de mil operários. Além dêsses produtos cultivam-se cereais em geral, notadamente milho e arroz. Também a produção pecuária reveste-se de grande relêvo, representando-se importante na economia local. A indústria, afora as ligadas às atividades agropecuárias, são de pouca monta, produzindo, entretanto, o município, artefatos de ferro, balas e doces. O município beneficia café, arroz, produz fubá e industrializa o leite, para produção de manteiga e queijo. Os quadros a seguir apontam, em resumo, os principais índices da produção bom-jesuense:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	2 400	56 000
Cana-de-açúcar	»	135 000	27 000
Mandioca	»	555	499
Milho	»	925	4 936
Arroz com casca	»	1 080	8 100

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Cal de pedra	Tonelada	40	40
Vegetal			
Lenha	m3	100 000	12 000
Madeira bruta	»	6 300	1 449
Carvão vegetal	Tonelada	4	8

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar de engenho e usina	Tonelada	8 606	56 665
Álcool hidratado bruto	Litro	1 216 600	7 538
Balas e doces	Quilograma	87 500	1 391
Tijolos e telhas	Milheiro	1 528	1 123

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município não é servido por estrada de ferro. Até 1947, seus habitantes se utilizavam da Estrada de Ferro Itabapoana, ramo da E. F. Leopoldina, que corria pela margem esquerda do rio Itabapoana, em terras do Estado do Espírito Santo, entre as localidades de Bom Jesus do Norte e Barra do Itabapoana. Bom Jesus do Norte, ES, fica ao lado da cidade de Bom Jesus do Itabapoana, à qual é ligada por uma ponte. Em Ponte do Itabapoana fazia esta estrada junção com a linha férrea da mesma estrada, trecho Barão de Mauá—Vitória. Êsse serviço está paralisado. Está o município ligado à rêde rodoviária nacional pela Rodovia RJ-24, estadual que, começando em Piratininga, termina na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, cortando essa estrada, a 11 km da sede municipal, a Rodovia BR-32, federal. Liga-se, assim, por estradas de rodagem aos municípios vizinhos de Itaperuna e Campos, no Estado do Rio de Janeiro, São José do Calçado, Guaçuí e Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, e Muriaé, no Estado de Minas Gerais. Dista da capital do Estado, por via rodoviária, 382 km, e comunica-se diretamente com a capital Federal, através da Rodovia Rio—Bahia, num percurso de 428 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio do município muito depende das condições de sua produção agropecuária. Há, na sede municipal, 4 estabelecimentos atacadistas e 181 varejistas, 3 agências bancárias (Banco do Brasil, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e Banco do Estado do Rio de Janeiro). Os saldos, em 28 de fevereiro de 1957, eram representados pelo seguinte, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 3 339; Empréstimos em c/c — 65 228; Títulos descontados — 47 624; Depósitos à vista e a curto prazo — 29 627; Depósitos a prazo — 3 765. Há ainda na sede municipal uma agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, com 5 050 cadernetas em circulação e 6 660 milhares de cruzeiros em depósito, em 30-VI-1957. Seus mercados compradores são Campos, Porciúncula e Itaperuna; o Distrito Federal, no que concerne à produção de café.

Hotel Monte Líbano.

RIQUEZAS NATURAIS — A indústria extrativa no município restringe-se à exploração de madeira, carvão vegetal e cal de pedra. Existem matas em vários pontos, constituídas mais comumente de capoeirões, restando todavia alguma floresta virgem. Embora desfalcado de madeiras de lei, encontram-se em suas matas jequitibá, vinhático, farinha-sêca, angelim-pedra, guarabu e cabiúna. Calcula-se que as matas naturais cobrem 120 quilômetros quadrados.

ASPECTOS URBANOS — Cidade bastante florescente, com iluminação elétrica e praças bem ajardinadas, conta com os seguintes melhoramentos urbanos: Aparelhos telefônicos — 221; Ligações elétricas — 906. O serviço de água atende a 19 logradouros, dos quais 15 em tôda sua extensão, abastecendo 950 prédios; é administrado pelo Govêrno do Estado. A Prefeitura executa os serviços de remoção de lixo. Além dos largos e praças, há na sede municipal três ruas calçadas a paralelepípedos.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém os serviços postais-telegráficos na sede municipal e nas dos distritos de Carabuçu, Rosal, Calheiros e Pirapetinga de Bom Jesus. Duas companhias — Companhia Telefônica Brasileira e Emprêsa Telefônica de Bom Jesus — exploram os serviços telefônicos no município. Há um pequeno campo de pouso localizado na Fazenda Santa Rosa, no distrito de Bom Jesus do Itabapoana. No ano de 1956, foi instalada na sede municipal uma estação radioemissora — a Rádio Cultura de Bom Jesus do Itabapoana Ltda. — que opera na freqüência de 1 570 kc e tem a potência de 100 w. A cidade possui 3 hotéis.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há em Bom Jesus do Itabapoana 1 hospital geral com 38 leitos — Hospital São Vicente de Paulo — mantido pelo Centro Pró-Melhoramentos de Bom Jesus. Do Govêrno Estadual há um Pôsto de Saúde na sede municipal e uma unidade médica volante. Funcionam no município 4 farmácias, estando no exercício da profissão 7 médicos, 8 dentistas e 8 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes de 5 anos e mais, de acôrdo com o Censo de 1950, no total de 26 286, sabiam ler e escrever 9 577 em tôda a comuna, representando 36% da população dessas idades. Na sede municipal o número de pessoas alfabetizadas elevava-se a 2 401, representando 67% do total.

Ensino — O ensino primário geral é ministrado em 48 estabelecimentos, dos quais 26 mantidos pelo Govêrno do Estado e 22 pela Prefeitura Municipal. O ensino extraprimário é encontrado nos estabelecimentos particulares — Ginásio Rio Branco e Ginásio Zélia Gisner. Funciona na sede municipal, além dos estabelecimentos ginasiais citados, a Escola Pratt, de datilografia.

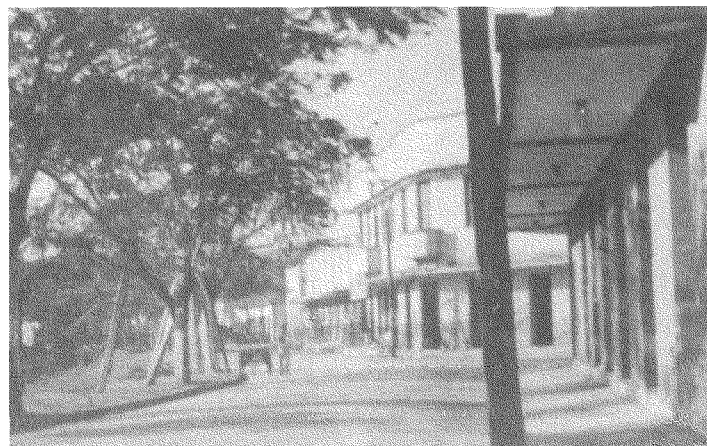
FINANÇAS PÚBLICAS — As arrecadações federal, estadual e municipal se vêm desenvolvendo de ano para ano, conforme pode ser verificado no quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 769	5 369	1 746	802	1 982
1951	2 666	8 190	2 376	1 067	2 433
1952	3 505	9 510	2 574	1 052	2 729
1953	5 012	7 200	3 305	1 116	3 072
1954	6 627	10 500	2 859	1 184	2 937
1955	6 744	11 000	4 077	1 167	4 395
1956	5 947	14 184	7 254	2 379	(1) 7 329

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Por suas características, a igreja Matriz de Bom Jesus pode ser colocada entre os monumentos artísticos da cidade. Élcio Xavier, em artigo publicado em "O Norte Fluminense", sob o título "Nota para a história de Bom Jesus", cita-a, relembrando a originalidade de sua tôrre, com 22 metros, com o título "de mais alta do Estado, como arrojado feito de engenharia do inesquecível pároco Antônio Francisco de Melo". Além da tôrre é também para ser ressaltado o trabalho artístico de suas portas principais. Como monumento público há

Rua Francisco Teixeira.

14 — 24 937

em Bom Jesus do Itabapoana o busto do padre Antônio Francisco de Melo, que ali residiu por mais de meio século, ao qual se deu o título de "vigário por demais humanitário". É digno de menção, por suas linhas modernas, o prédio onde funciona o cinema local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O acidente geográfico de real importância na vida do município é o rio Itabapoana, que nasce na serra do Caparaó e separa o Estado do Rio de Janeiro do Estado do Espírito Santo. Ainda devem ser citadas a cachoeira da Fumaça, com potência estimada em 15 000 H.P., nome originário da "poeira de água" formada em sua queda, e a cachoeira do Inferno (1 500 H.P.). A origem do nome provém do fato de a água precipitar-se de grande altura, correr por baixo de rochas e sair no leito do rio depois de percorrer subterrâneamente cêrca de 10 metros. Ambas as cachoeiras estão situadas no distrito de Calheiros. A serra da Capetinga, no distrito de Carabuçu, atinge 800 metros de altitude.

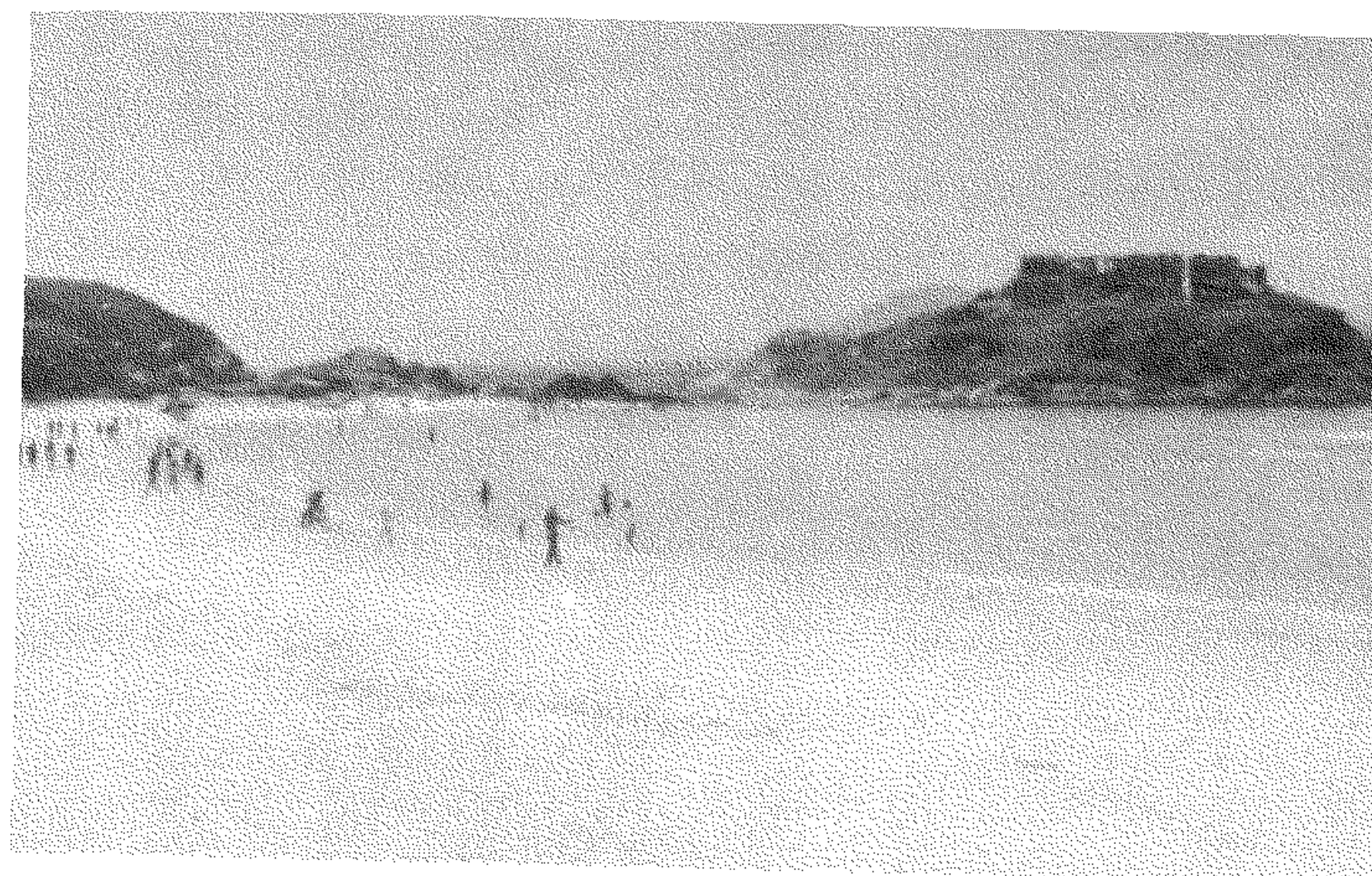
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município dois semanários, uma radioemissora — Rádio Cultura de Bom Jesus do Itabapoana — e duas bibliotecas públicas — Biblioteca do Grêmio Lítero-Esportivo Humberto de Campos e a Biblioteca Municipal. Entre os elementos de cultura encontram-se mais: Cine-Teatro — 1; Tipografias — duas; Associações culturais desportivas — 7.

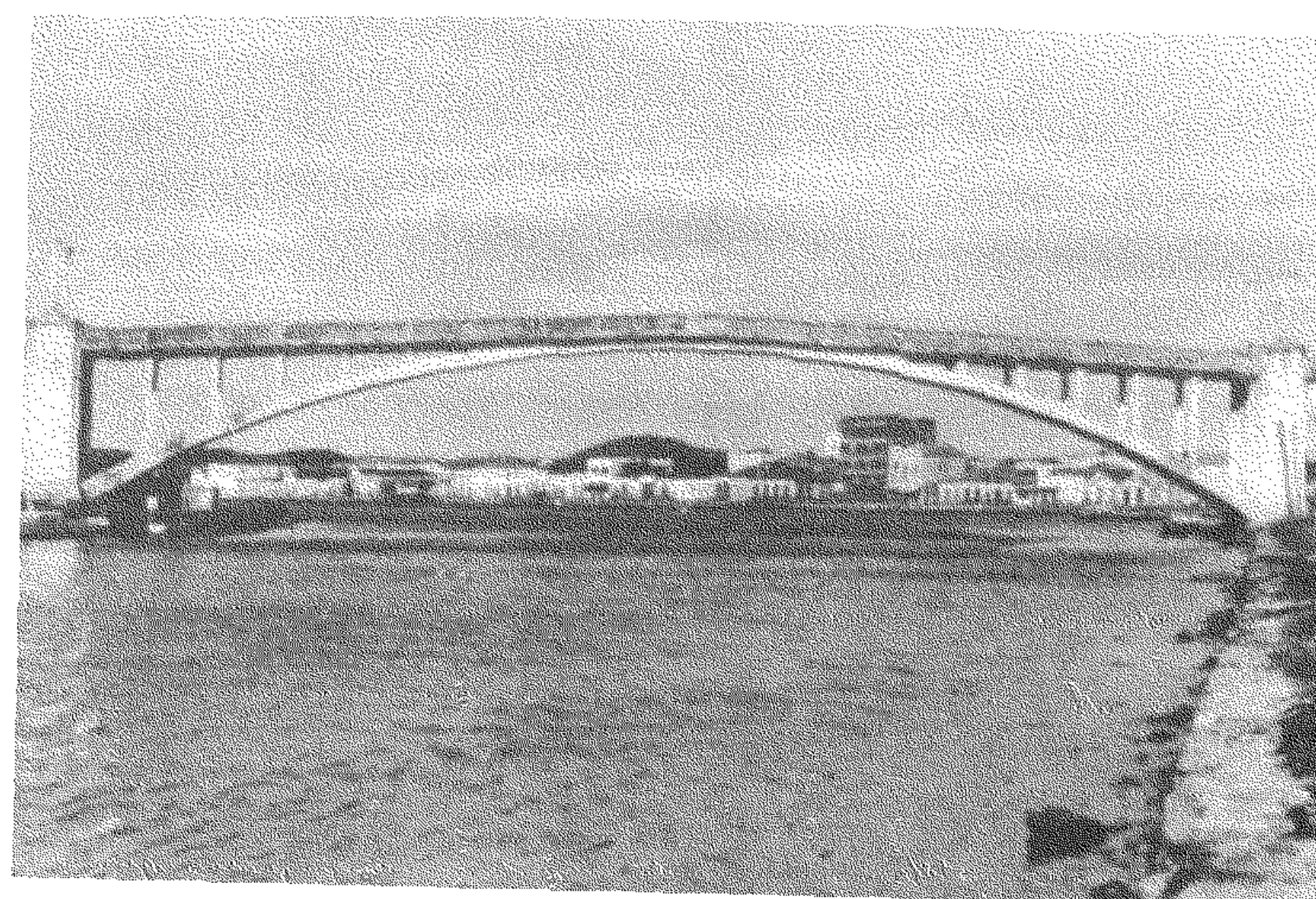
DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa, o município compõe-se dos distritos de Bom Jesus do Itabapoana, Calheiros, Carabuçu, Pirapetinga de Bom Jesus e Rosal.

CABO FRIO — RJ

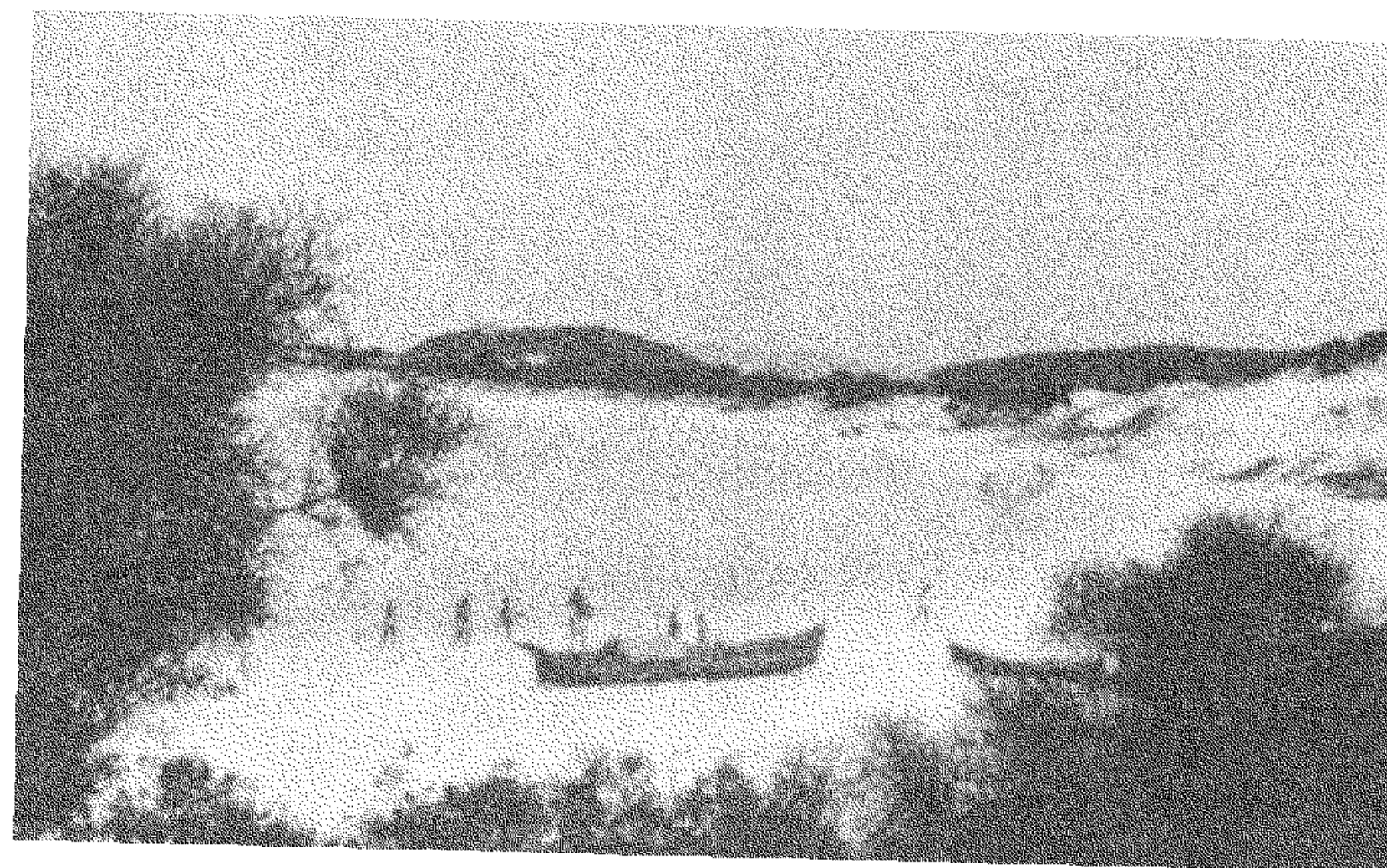
Mapa Municipal na pág. 191 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Cabo Frio, cujas terras primitivamente foram habitadas pelos índios Tamoios, fêz parte da capitania S. Tomé. É uma das mais antigas localidades brasileiras, podendo ser considerada como o marco inicial da história do devassamento da velha província fluminense. A descoberta de seu território é atribuída ao navegador Américo Vespúcio, que, por volta do ano de 1503, teria aportado no local a que denominou Praia do Cabo da Rama. Esta localidade, segundo os historiadores, é hoje conhecida por Praia do Anjo, situada no atual distrito de

Vista parcial da cidade.

Forte de São Mateus e praia de banho.

Arraial do Cabo. Ao tomar posse da terra recém-descoberta, Américo Vespúcio fêz edificar no local uma casa de barro, coberta de palha, nela deixando 24 homens, com a finalidade de guarnecer o seu litoral. Logo após essa visita, surgiu, nas cartas de navegação da época, o nome de Cabo

Vista parcial da cidade.

Frio, assinalando a Ilha de Cabo Frio. Os historiadores são unânimes em afirmar que o topônimo é proveniente do intenso frio que se constata na referida zona, durante os meses de junho, julho e agôsto.

As terras de Cabo Frio foram teatro de sangrentas lutas, que se feriram entre os portuguêses que as defen-

Vista de uma praia de banho.

diam e os flibusteiros e navegadores de outras nações, que pretendiam abastecer seus navios ou fazer contrabando de pau-brasil, então abundantíssimo nessa região. Os franceses chegaram mesmo a construir um forte, a que deno-

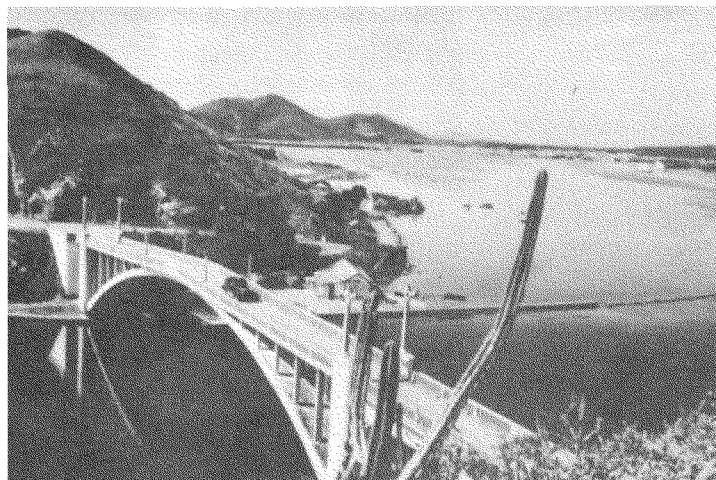
minaram São Mateus, numa saliência da costa, junto ao mar, de onde os foi desalojar, em 1615, o português Constantino de Menelau, depois de inúmeras guerrilhas em que se distinguiram Mem de Sá, seu sobrinho Salvador de Sá e Araribóia, o intrépido e legendário silvícola brasileiro. Data da época desta vitória das armas lusitanas o movimento de imigração para aquelas paragens, cuja principal

Antigo Hospital de Santa Izabel.

corrente era originária de Portugal, fixando-se, notadamente, na cidade de Santa Helena, atual Cabo Frio, fundada em 13 de novembro de 1615, logo após a expulsão dos invasores franceses.

Aspecto do novo edifício do Hospital Santa Izabel.

Ao elemento negro que, escravizado, foi introduzido no município pelos primitivos colonizadores se deve, em muito, a prosperidade de Cabo Frio, no período anterior à Abolição. Após a decretação da Lei Áurea, a velha comuna que, até então, era cognominada "O celeiro da Baixada Flu-

Vista de uma praia de banho.

Ponte de acesso à cidade, sôbre a lagoa de Araruama.

minense" sofreu um colapso tremendo em sua organização agrícola, atingindo a atual situação de desinterêsse pela lavoura, o que se pode verificar pela sua produção, relativamente pequena, neste setor de atividade econômica. No-

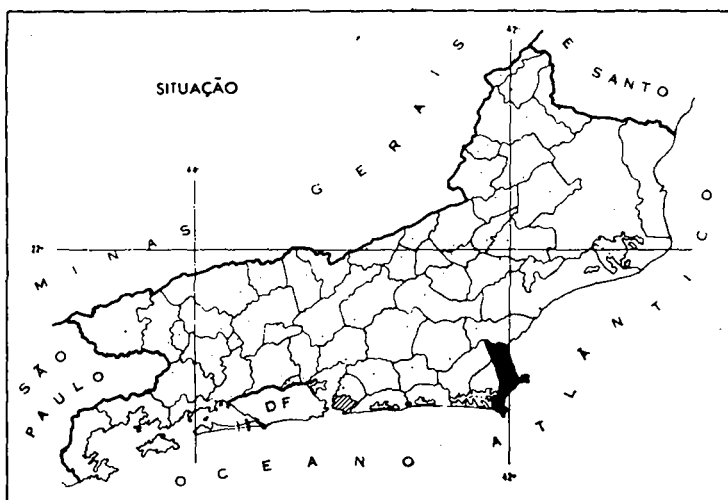
Convento de N. Sª. dos Anjos.

ta-se, ainda, como importante fator dêsse declínio, o êxodo do trabalhador rural, que busca nos grandes centros melhor remuneração e maior confôrto, ou então deriva suas ativi-

Solenidade de inauguração de uma escola.

dades para as indústrias extrativas do sal e da pesca que representam os esteios-mestres da economia local.

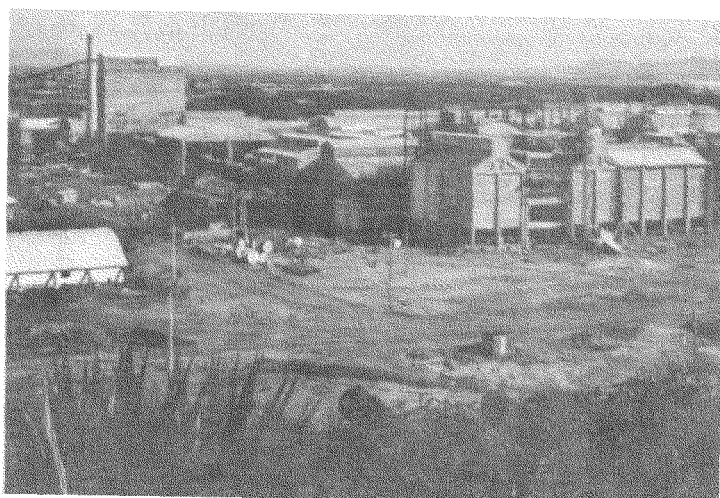
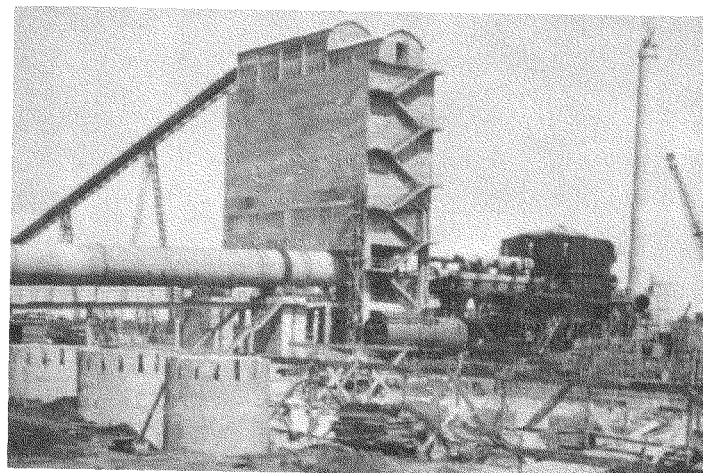
LOCALIZAÇÃO — A sede municipal situa-se a ...... 22° 53' 00" de latitude Sul, e 42° 01' 00" de longitude W.Gr. O município localiza-se na Zona Fisiográfica da

Baixada de Araruama e seu território é quase todo plano, não possuindo grandes elevações. Dista, a referida sede, da capital do Estado 113,2 km, no rumo este.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge apenas 2 metros.

CLIMA — Seu clima é agradável e salubre. As estiagens são periódicas, ocorrendo nos meses de abril a outubro, verificando-se, nos restantes, a queda de chuvas torrenciais.

Praia de banho do Peró.

A temperatura, em graus centígrados, apresentou as seguintes médias: das máximas — 25,8; das mínimas — 17,5; compensada — 21,6. A precipitação pluviométrica anual elevou-se a 643,2 mm.

Vista geral da fábrica de cal, em primeiro plano.

Silo de alimentação do forno de cal.

ÁREA — Corresponde a 516 km².

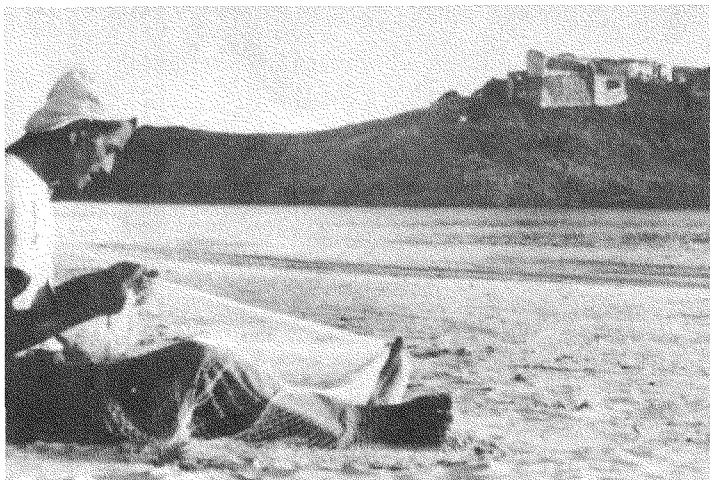
POPULAÇÃO — A população do município de Cabo Frio, segundo a situação do domicílio e tendo em vista os resultados do Recenseamento Geral de 1950, está distribuída do seguinte modo: 7 912 habitantes na zona urbana,

Companhia Nacional de Álcalis.

1 707 na suburbana e 6 557 na zona rural. A densidade demográfica é de 31 habitantes por quilômetro quadrado. Pelos distritos, sua população apresenta-se conforme o seguinte quadro demonstrativo:

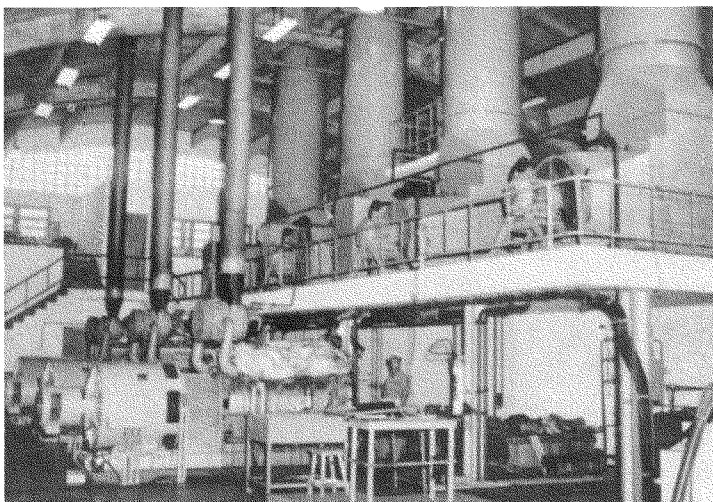
DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cabo Frio	8 185	4 027	4 158	2 656	2 844	600	552	771	762
Armação dos Búzios	3 231	1 550	1 681	175	216	125	163	1 250	1 302
Arraial do Cabo	3 195	1 668	1 527	987	974	127	116	554	437
Tamoios	1 565	742	823	30	30	8	16	704	777

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 18 069 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Alberto Lamego, em seu livro "O Homem e a Restinga", analisa as tendências e as predileções dos habitantes da região, retratando, assim, as suas paixões profisisonais, em que a pesca tem acentuada predominância, por ser, justamente, uma das princi-

Um pescador consertando a tarrafa.

pais riquezas da região, haja vista a incrementação do turismo em função da pesca como esporte. As matas e capões dos areais fornecem excelente carvão de madeira. A restinga adapta-se favoràvelmente à agricultura, cuja pro-

Vista de uma das salinas do município.

dução principal é incipiente ainda, atendendo apenas ao consumo local; assim a pecuária, devido a sua essência, presta-se magnìficamente a produtos bons e resistentes. Quanto ao campo mineral existem produtos naturais de grande valor econômico como os calcários, o sal e outros.

Outro aspecto de parte da Cia. Nac. de Álcalis.

Constata-se areia própria para ser empregada no fabrico de porcelanas e vidros finos, destacando-se a monazita, de ocorrência comum na região. A grande riqueza mineral de Cabo Frio é, inquestionàvelmente, o sal. A produção do município pode ser retratada com fidelidade, pelos demonstrativos a seguir:

Produção agrícola — 1956 (*)

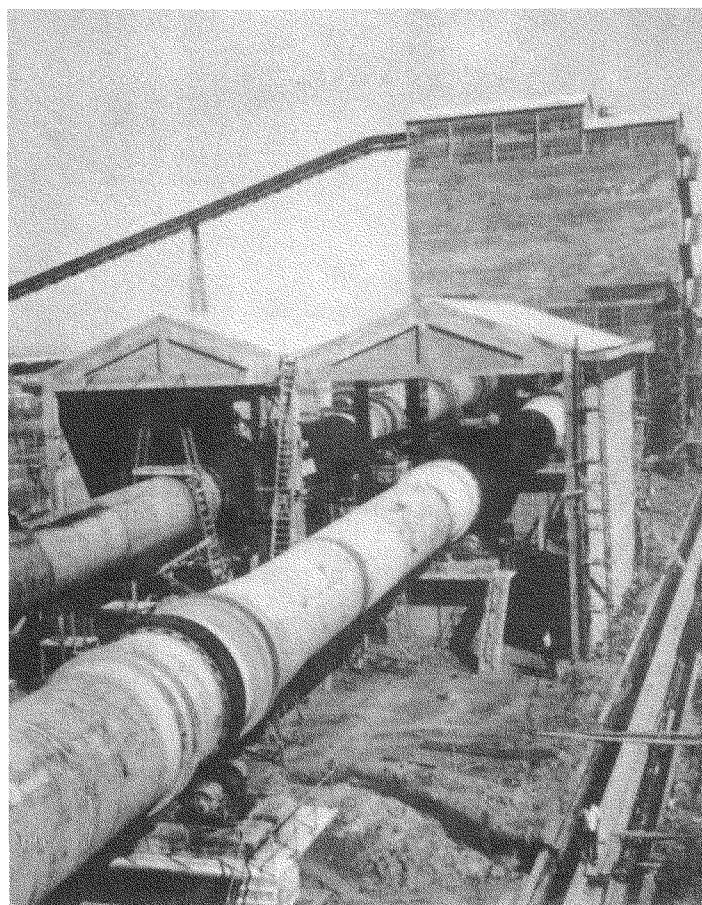
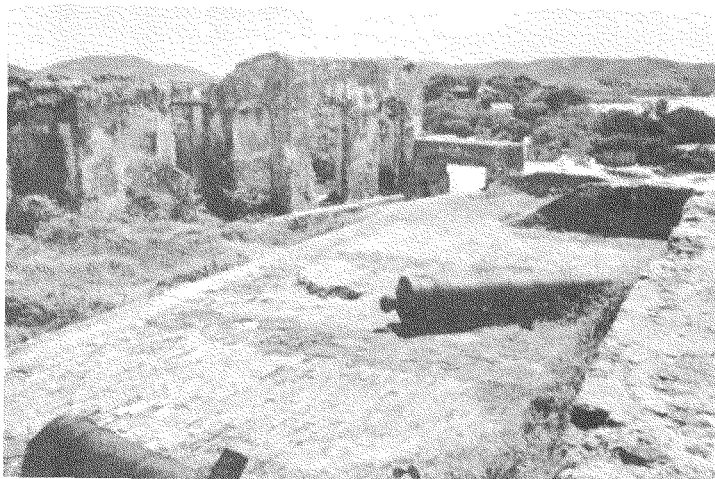
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laranja	Cento	60 000	4 800
Côco-da-baía	»	10 000	2 500
Banana	Cacho	112 000	1 120
Milho	Tonelada	270	1 350
Feijão	»	54	850

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Sal marinho	Tonelada	54 000	21 600
Resíduos de salina (gêsso)	»	800	240
Animal			
Produção do pescado	»	3 461	45 703

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Sal refinado	Tonelada	48 650	77 840
Peixe salgado em conserva	»	5 990	8 100
Tijolos e telhas	Milheiro	705	1 390
Cal de conchas	Tonelada	650	520

MEIOS DE TRANSPORTE — Cabo Frio está ligado a Niterói pela Estrada de Ferro Central do Brasil (linha de Maricá) e por estrada de rodagem que atravessa os municípios de São Pedro da Aldeia e Araruama, que o liga, por sua vez, à Rodovia Amaral Peixoto, de comunicação direta com a capital do Estado. O movimento de rodoviação (car-

Fornos de cal.

Ruínas do Forte São Mateus.

ga e passageiros) é intenso, aumentando consideràvelmente nestes últimos anos, em conseqüência das atividades dos estabelecimentos industriais da Cia. Nacional de Álcalis, em fase de organização. Embora sem maior expressão há razoável volume de navegação marítima a serviço, especialmente, da indústria salineira. As localidades de Cabo Frio e Figueiras são ligadas, também, pela navegação lacustre. Tem, além do mais, seu pequeno campo de aviação.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Cabo Frio é um dos mais importantes da região resultante, sem dúvida, das grandes atividades industriais do município, contando-se 6 estabelecimentos atacadistas, cêrca de 280 varejistas. Comprova-se a existência de 3 estabelecimentos bancários, sem incluir-se a agência da Caixa Econômica Federal, com 4 269 cadernetas em circulação, registrando um depósito de Cr$ 8 499 765,50. As praças com que Cabo Frio mantém intercâmbio comercial são as de Niterói, Macaé, Campos e outras dos estados meridionais do Brasil, às quais se liga

O mesmo ângulo do Forte São Mateus já restaurado.

pela navegação marítima. Os saldos de bancos, em 28 de fevereiro do corrente ano, eram os seguintes: .... Cr$ 3 288 000,00 em moeda corrente, Cr$ 99 048 000,00 em empréstimos em conta corrente, Cr$ 35 158 000,00 em títulos descontados, Cr$ 43 744 000,00 em depósitos a vista e curto prazo e Cr$ 326 000,00 de depósitos a prazo.

RIQUEZAS NATURAIS — Conforme já se focalizou, observa-se no revestimento florístico de Cabo Frio acentuada predominância de vegetação rasteira, com uma proporção aproximada de 51%, seguindo-se-lhe matas com 27% e capoeiras com 22%. Os calcários, os álcalis e o sal constituem o maior lastro de riqueza do município. E, no que concerne ao âmbito vegetal, não possui nada mais de considerável do que alguns cocais, na restinga, aliás seu habitat espontâneo, que não induz a que se torne riqueza natural da comuna.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cabo Frio, com sua topografia original e multicolorida, é um convite amável ao forasteiro. É um misto de coisas históricas que nos falam tão bem de um passado esfuziante de belos incidentes entremeados de forma estranha, com o bulício do

Outro aspecto das ruínas do Forte São Mateus.

progresso, onde não se sabe mais o que admirar, se a azáfama das suas ruas atravancadas com a vibração das estações de turismo, se o movimento trepidante das atividades industriais que aumentam num ritmo verdadeiramente impressionante e que têm crescido em muito e inesperadamente a sua população. A cidade pode ser tida como uma pequena amostra de tudo o que deve possuir um grande conglomerado urbano, ou seja, tem sua estação ferroviária, seu pequeno pôrto de movimentação intensa, ruas calçadas, boa iluminação, bons hotéis, bem cuidados jardins e vida social muito interessante. Duas realizações para mais embelezar a cidade são o objetivo próximo e inadiável da gente de Cabo Frio: a conclusão das obras de sua modesta Matriz e a restauração do histórico Forte de São Mateus. A cidade registra os seguintes melhoramentos urbanos: 319 aparelhos telefônicos instalados; 913 ligações elétricas;

Forte São Mateus já restaurado em 1957.

e somam 787 os domicílios servidos por abastecimento dágua. Existem, também, 6 hotéis, 4 pensões e 2 cinemas.

COMUNICAÇÕES — Conta o município com os serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos que mantém uma estação telegráfica na cidade, no Largo de Santo Antônio; uma agência postal-telefônica na Praia do Anjo, distrito de Arraial do Cabo, e uma agência-postal na Armação dos Búzios, distrito de igual nome. É servida, além do mais, por um pôsto radiotelegráfico da Polícia Militar, que é de uso privativo; tem, ainda, um pôsto da Cia. Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Dispõe Cabo Frio, neste particular, de 1 hospital com 132 leitos. Possui 1 pôsto e 4 subpostos oficiais de saúde disseminados pelo território municipal. É atendido por 8 médicos, 3 dentistas, contando, também, com 3 farmácias.

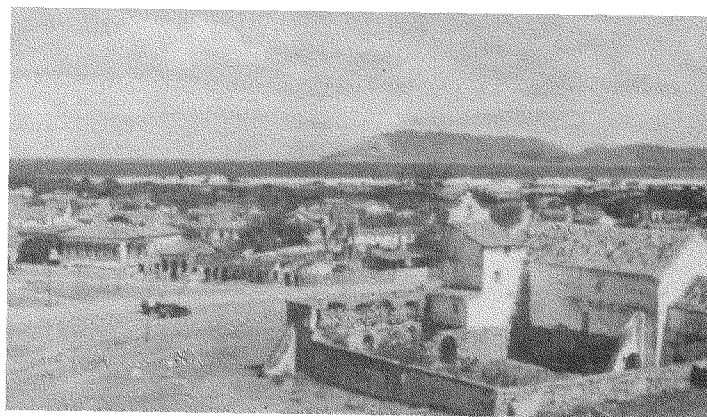
ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população presente de 5 anos e mais, 42%, na sede municipal, sabem ler e escrever. Essa taxa tende a aumentar, em virtude de existirem, na mesma, escolas de alfabetização de adultos e razoável número de estabelecimentos de ensino primário.

Ensino — Em 1956 o ensino primário era ministrado em 13 estabelecimentos estaduais, 4 municipais, 3 particulares, além de 4 de alfabetização de adultos. Possui o município, também, uma escola fundamental do SENAC, afora 1 estabelecimento de ensino ginasial e duas escolas de ensino artístico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro demonstrativo que ora se segue oferece uma idéia mais aproximada das finanças públicas do município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 042	2 781	1 268	671	1 359
1951	2 860	3 993	1 492	875	1 245
1952	2 645	3 879	2 067	976	2 318
1953	3 826	5 454	2 462	1 287	2 424
1954	5 078	7 410	1 283	1 283	2 269
1955	6 471	11 151	4 304	1 703	4 324
1956	10 137	18 648	5 391	2 200	5 175

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — São atrações de caráter turístico o obelisco que relembra fato histórico do município, situado na Praça Pôrto Rocha, na sede muni-

Uma das fábricas de sal a vácuo existentes no município.

Convento N. Sª. dos Anjos.

cipal. É igualmente motivo de admiração o Forte de São Mateus que estava em ruínas; a restauração, insistentemente pleiteada, já foi concluída. São também dignas da maior atenção, neste particular, a Fonte de Itajuru, na Rua do mesmo nome, o Cruzeiro de Santo Antônio e os Altares Posticos do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, obra em madeira, de autor desconhecido. Há o monumento comemorativo da abertura do canal da Lagoa Araruama.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Cabo Frio, de uns tempos para cá, vem transformando-se, inesperadamente, em zona de veraneio e turismo. Os loteamentos ocorrem com freqüência e intensidade insuspeitadas. As suas praias transformam-se aqui e acolá em aprazíveis sítios de fins-de-semana, bastante procurados por elementos da alta sociedade de Niterói e da capital da República que, nas suas férias, se dedicam à pesca submarina, assunto constante dos cronistas sociais da metrópole. O parque imenso da Fábrica Nacional de Álcalis, com suas obras bem adiantadas, vem constituindo objetivo de turismo e alvo de curiosidade dos visitantes, que muito admiram a capacidade dos engenheiros e operários nacionais; juntamente com os estrangeiros, dão uma idéia magnífica da sua operosidade profissional e do que será o grande cometimento, que bastante significa para a economia do País, do Estado do Rio de Janeiro e do próprio município. As suas salinas, dentre as quais vale a pena salientar a "Salinas Perynas", pela sua importância, organização e técnica especializada na produção de sal e subprodutos, são de uma beleza incomparável e verdadeira atração para os fotógrafos amadores e profissionais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de Cabo Frio conta com uma associação cultural, 7 clubes desportivos e 1 jornal. Dos clubes locais é interessante distinguir o Tamoio Esporte Clube, que possui instalações modernas e amplas, sendo o ponto de convergência da sociedade local e motivo de justo orgulho.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos de Cabo Frio que se destacaram no cenário nacional, relacionamos Antônio Gonçalves Teixeira e Souza e Erico Marinho da Gama, na política, e o almirante Luiz Pereira, Ministro da Marinha em 1880.

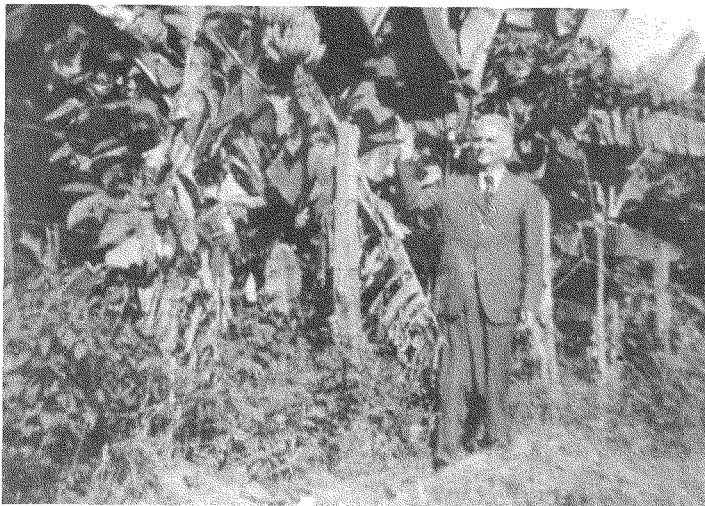
DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, de conformidade com a divisão administrativa vigente, compõe-se dos distritos de Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo e Tamoios.

CACHOEIRAS DE MACACU — RJ

Mapa Municipal na pág. 163 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras notícias sôbre Cachoeiras de Macacu datam de 1567. No território, hoje sob sua jurisdição, foi concedida, outrora, a Miguel de Moura, escrivão da Fazenda de El-Rei, "uma sesmaria atravessada pelo rio Macacu, medindo nove mil braças de largura por doze mil de comprimento". Essa sesmaria foi doada por Mem de Sá ao referido escrivão em 29 de outubro de 1567, a pedido de Cristóvão de Barros, então capitão-governador do Rio de Janeiro. Anos depois, em escritura datada de 18 de outubro de 1571, Miguel de Moura cedeu-a aos padres jesuítas, que venderam parte da mesma a Manoel Fernandes Ozouro, o qual, por volta do ano de 1612, construiu, em suas terras, uma capela destinada ao culto de Santo Antônio. Foi em tôrno dessa pequenina capela que vieram se fixar os primeiros povoadores do município, dando margem à criação da freguesia de Santo Antônio de Cassarebu ou de Casseribu. Devido à fertilidade espantosa de seu solo, a agricultura logo se desenvolveu prodigiosamente, sendo seus produtos exportados em escala elevadíssima, para aquela época remota. Haja vista que, em 1640, o valor dessa exportação atingiu a cifra, então fabulosa, de 210:576$000. A cana-de-açúcar, a mandioca, o milho, o feijão e o arroz constituíam as principais fontes de riqueza da localidade, sendo que os seus habitantes dedicavam-se, também, à extração e ao comércio de madeiras diversas, então abundantes nas vastas florestas que cobriam grande parte do seu território.

Tal foi o progresso verificado nesta zona que, em 15 de maio de 1679, o seu núcleo, formado ao redor da antiga capela, recebeu a categoria de vila, com a denominação de Santo Antônio de Sá. Nessa data foi criado o município com o mesmo nome da vila, que ficou sendo a sua sede. O progresso continuou ainda por muito tempo a sorrir às populações dessa região ubérrima, fazendo crer estivesse ela fadada a uma ininterrupta ascensão.

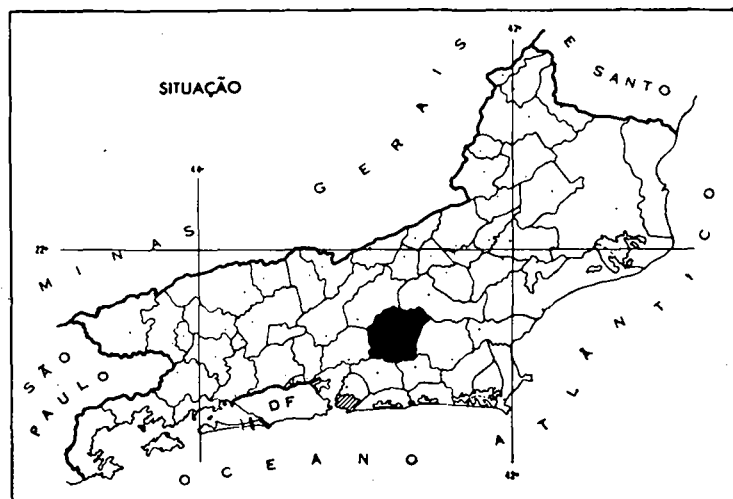
Foi por volta do ano de 1831 que, repentinamente, surgiu a crise, sob a forma de uma endemia terrível, mais conhecida pelo nome de "Febres de Macacu". Até o ano de 1835, a febre implacável ceifou vidas preciosas, motivando o êxodo, em massa, dos colonos inermes ante a calamidade. Êsse quase total abandono das terras pôs término ao fastígio de que desfrutava o município.

Vista parcial de um bananal.

Outro aspecto de um bananal.

Em virtude do desprestígio do antigo núcleo, foi a sede municipal transferida para outro local, por fôrça do Decreto n.º 1 379, de 6 de novembro de 1868, que estava assim redigido: — "A sede do Município de Santo Antônio de Sá fica transferida para o — Arraial — da freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu". Sôbre êsse arraial, para onde se deslocou a Administração Municipal, encontram-se três referências, anteriores, nos arquivos públicos. São elas a Lei n.º 517 e os Decretos números 705 e 883. A primeira, datada de 4 de maio de 1850, rezava: "Art. 1.º — O arraial de Sant'Ana, têrmo de Santo Antônio de Sá, é ereta em freguesia com a mesma denominação. — Art. 2.º — O território da nova freguesia será desmembrado da freguesia da Santíssima Trindade, e terá os limites que forem marcados pelo Presidente da Província, com aprovação da Assembléia Legislativa Provincial. — Art. 3.º — A nova freguesia ficará pertencendo ao município de Santo Antônio de Sá, servindo-lhe de Matriz a capela de Zózimo Ferreira da Silva, que para êsse fim cede". Quanto ao Decreto n.º 705, de 9 de outubro de 1854, estava êle assim vazado: "Art. 1.º — Fica revogada a lei n.º 517, de 4 de maio de 1850, e subsistindo a — freguesia da Santíssima Trindade — do município de Santo Antônio de Sá, com os mesmos limites que tinha na data daquela lei, sendo mudada a sua invocação para — Sant'Ana de Macacu. — Art. 2.º — A sede da freguesia fica removida para o arraial de Sant'Ana, servindo de matriz a capela, para êsse fim cedida, pelo tenente-coronel Zózimo Ferreira da Silva". Retificando os têrmos dêsse Decreto, foi publicado, posteriormente, um outro que tomou o n.º 883, datado de 30 de setembro de 1856, cujo teor era o seguinte: "A invocação da freguesia de que trata

Grupo Escolar Quintino Bocaiúva.

o decreto n.º 705, de 9 de outubro de 1954, fica sendo da — Santíssima Trindade —, em Sant'Ana de Macacu". Em 29 de setembro de 1877, por fôrça do Decreto n.º 2 244, o govêrno provincial modificou o nome do município de Santo Antônio de Sá para Sant'Ana de Macacu, tendo por sede a vila dêste nome. Em 10 de dezembro de 1898, novamente teve o município sua denominação alterada para Sant'Ana de Japuíba e a 27 de dezembro de 1923 a sua sede foi transferida para a povoação de Cachoeiras de Macacu, então elevada à categoria de vila, a qual recebeu foros de cidade em 27 de dezembro de 1929. Nas divisões territoriais de 1936 e 1937, o distrito de Cachoeira de Macacu foi grafado apenas Cachoeiras, denominação que, mais tarde, em 31 de março de 1938, passou a abranger todo o município. Posteriormente, em 31 de dezembro de 1943, tanto o município como o distrito da sede voltaram à denominação antiga de Cachoeiras de Macacu.

LOCALIZAÇÃO — Situado na Zona da Baixada da Guanabara, na encosta da serra dos Órgãos, cuja cumeada atinge. A posição da sede municipal é de 22° 27' 24" de latitude Sul e 42° 39' 24" de longitude W.Gr., distando 66,8 km em linha reta da capital do Estado, em relação a qual está na direção nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 40 m na sede municipal.

CLIMA — No distrito-sede a temperatura, em graus centígrados, atingiu as seguintes médias: das máximas 31 e das mínimas 15. As localidades de Bôca do Mato, Pôsto do Pena e Paraíso são procuradas por seu clima verdadeiramente ameno durante o verão.

ÁREA — Corresponde a 1 052 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, é de 16 272 habitantes, sendo 8 414 homens e 7 858 mulheres. A população rural representa 84% do total do município e a densidade demográfica é de 15 habitantes por quilômetro quadrado. Distribui-se essa população pelos distritos, conforme o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cachoeiras de Macacu..	7 046	3 591	3 455	1 584	1 581	19	24	1 988	1 850
Japuíba..............	7 216	3 801	3 415	106	73	26	20	3 669	3 322
Subaio...............	2 010	1 022	988	48	60	—	—	974	928

A população, para 31 de dezembro de 1955, foi estimada pelo Departamento Estadual de Estatística em 18 176 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A lavoura é sem dúvida o fator principal na economia do município, tendo como principais produtos banana, abacaxi, tomate, batata-doce, mandioca e milho. Na zona rural assinala-se a produção de farinha de mandioca e carvão; citam-se ainda algumas serrarias. Há uma fábrica de doces e a Estrada de Ferro Leopoldina mantém uma oficina de reparação e fabricação de peças para locomotivas, empregando cêrca de 450 operários. A produção pode ser melhor apreciada nos quadros abaixo:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana..........	Cacho	2 850 000	45 600
Abacaxi..........	Fruto	2 700 000	13 500
Tomate..........	Tonelada	9 846	9 846
Mandioca..........	»	6 000	7 800
Feijão..........	»	36	510

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Tijolos..........	Milheiro	220	308
Vegetal			
Madeira bruta..........	m3	3 235	235
Lenha..........	m3	10 110	371
Carvão vegetal..........	Tonelada	710	710

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Carne de bovinos..........	Quilograma	54 180	2 167
Doces de banana..........	Quilograma	20 000	460
Madeira serrada..........	m3	264	399
Paus para tamancos..........	Par	24 520	73
Energia elétrica..........	kW	283 000	394

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é cortado pela Rodovia-tronco Norte Fluminense, achando-se a sede municipal a 73 km da capital do Estado e a 42 km de Nova Friburgo. Da Vila de Japuíba, localizada nessa estrada e distante 15 km da sede municipal, partem estradas municipais para Areia Branca, Subaio, Fazenda do Carmo, Guapiaçu, Camisão, Faraó, Patis e Baú. Há linhas regulares de ônibus para Niterói e Nova Friburgo. O transporte ferroviário é feito pela Estrada de Ferro Leopoldina, havendo no território do município as seguintes estações e paradas ferroviárias, com as respectivas distâncias de Barão de Mauá: Papucaia (95,9 km), Japuíba (102,7 km), Cachoeiras de Macacu (115,0 km), Bôca do Mato (122,4 km), Quilômetro 124 (124,8 km), Pena (128,0 km) e Registro (131,6 km). Pela mesma ferrovia comunica-se com a capital do Estado.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, uma agência bancária (Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro) e 15 estabelecimentos de comércio varejista. Em todo o município há 330 armazéns de secos e molhados. Comercia principalmente com as praças de Niterói e Rio de Janeiro, Rio Bonito e Magé.

RIQUEZAS NATURAIS — Há autorizações para pesquisa e lavra de quartzo, caulim, bauxita, feldspato, calcários e associados na região do Ribeirão Vermelho, e de argila e associados no córrego Ronca. Em todo o município encontram-se matas naturais de todos os tipos, destacando-se, entretanto, as florestas virgens. Entre as árvores, citam-se: canelas de várias espécies, cedros, camarás, carrapateiras e espinheiros. Existem tabibuias, empregadas na fabricação de paus para tamancos.

ASPECTOS URBANOS — Cidade aprazível, no sopé da serra dos Órgãos, possui os seguintes melhoramentos urbanos: Avenida — 1; Ruas — 22; Largo ou praça — 1; Ligações elétricas — 725; Domicílios abastecidos pelo serviço de águas — 690.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém agências postais nas localidades da Bôca do Mato, Japuíba, Venda da Ponte, além da agência da sede municipal. O serviço telegráfico é feito pelas Estações da Estrada de Ferro Leopoldina. Está ligada à rêde telefônica da Companhia Telefônica Brasileira. Na cidade há 2 hotéis e 3 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui o município um hospital geral com 31 leitos disponíveis, o Hospital de Cachoeiras. Há mais: Farmácias — 4; Médicos — 2; Dentistas — 3; Farmacêuticos — 3. O serviço de saúde pública é atendido pelo Pôsto de Higiene na sede municipal e subposto de Japuíba. Nesse mesmo local há um Pôsto do Serviço Nacional de Malária que enviou, em 1956, 68 lâminas a exames de laboratório, tôdas com resultados negativos, estando essa endemia considerada extinta no município.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, em todo o município, 5 009 pessoas, da população presente de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever, representando êsse total 37% de alfabetizados. Na sede municipal o número era de 874 homens e 246 mulheres, ou seja, 42%.

Escola Ferroviária Municipal.

ENSINO — O ensino primário é lecionado em 17 escolas, sendo 8 mantidas pelo Govêrno do Estado e 8 pela Prefeitura Municipal e uma particular. Possui ainda o município 5 Cursos Noturnos de Alfabetização de Adultos. O ensino médio conta com um ginásio — Ginásio Amaral Peixoto. Funcionam ainda na comuna a Escola Ferroviária do SENAI, Curso de Costura e Bordado da Fundação Anchieta, e Curso de Corte e Costura do Círculo Operário de Japuíba.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das arrecadações federal, estadual e municipal e despesa municipal, no período de 1950 a 1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	474	1 756	1 005	565	958
1951.......	707	2 263	1 255	703	1 280
1952.......	799	2 306	1 480	680	1 465
1953.......	896	1 615	2 081	942	2 075
1954.......	819	1 964	1 789	969	1 829
1955.......	1 601	4 822	2 724	1 406	2 566
1956.......	1 266	7 606	3 450	1 620	(1) 3 450

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Merece destaque, como particularidade artística, a igreja de Sant'Ana, na sede do distrito de Japuíba, cuja construção data de 1646, tendo suas paredes laterais quase tôdas em alvenaria, com cêrca de 2 metros de espessura. A igreja Matriz de Cachoeiras de Macacu, sob invocação de Nossa Senhora da Conceição, é também do período colonial.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Cachoeiras de Macacu é centro muito procurado por turistas e veranistas que o preferem pela excelência de seu clima. Durante o verão Cachoeiras de Macacu recebe centenas de famílias que vêm buscar confôrto para o descanso de suas fadigas. O Núcleo Colonial de Papucaia, com uma área de 2 800 alqueires geométricos, dividido em lotes de 20 hectares, conta já com mais de 300 colonos, brasileiros, japonêses, italianos e alemães.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município dispõe de 2 cinemas e uma associação esportivo-cultural.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos distritos de Cachoeiras de Macacu, Japuíba e Subaio.

CAMBUCI — RJ

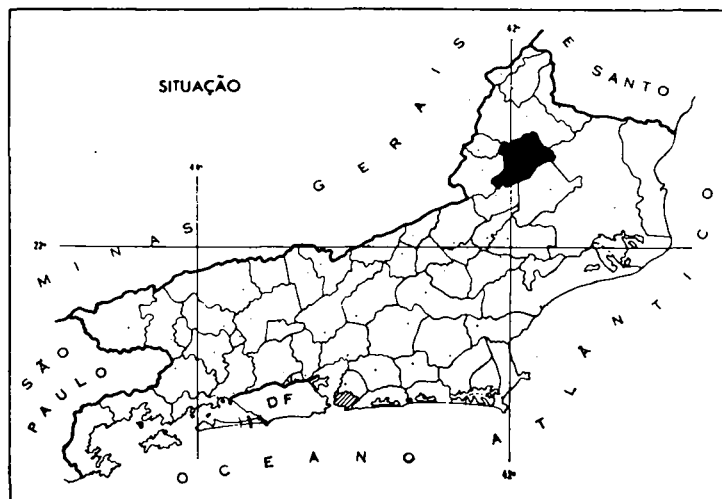
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Cambuci teve suas terras devassadas em princípios do século XIX. A primeira notícia sôbre essa localidade data de 1810 e nos dá ciência da concessão de uma sesmaria doada à família Almeida Pereira, sesmaria essa que abrangia tôda a zona ainda hoje conhecida por seu primitivo nome: São Lourenço, situada no atual distrito de Paraisinho. A tradição menciona, também, duas outras localidades devassadas logo após a concessão da sesmaria citada, as quais receberam as denominações de Bom Jesus de Monte Verde e São José de Ubá. Apesar da escassez de informes relativos a essa fase inicial, não sofre contestação o fato de caber à localidade de São Lourenço a primazia no devassamento do território municipal, tendo-se por certo que, da concessão da referida sesmaria e posterior estabelecimento de "pousos de tropa" e "ranchos" em diversos pontos das terras devassadas, sobreveio o povoamento com a fixação de colonos vindos, notadamente, de Minas Gerais, os quais edificaram moradias, fizeram plantações, cercaram pastagens, etc., contribuindo, dessa forma, para um rápido desenvolvimento do futuro município fluminense. Reza ainda a tradição que, em tempos mais remotos, a comuna foi habitada pelos índios "Puris", os quais possuíam nela vários aldeamentos. O elemento negro, escravizado, representou relevante papel no desenvolvimento da economia local, principalmente no setor agrícola.

Em 4 de novembro de 1861, em virtude de progresso que se verificava no curato do Senhor Bom Jesus do Monte Verde, o Govêrno houve por bem assinar o Decreto número 1 209, cujo texto era o seguinte: "O curato do Senhor Bom Jesus do Monte Verde fica elevado a categoria de — freguezia — com os limites eclesiásticos que ora tem, excluida a vertente do rio Parahyba, comprehendida entre as fazendas de Francisco Cruz e Prudencio José da Silva, seguindo pelo vallão do padre Antonio até a fazenda de Joaquim Alves, a qual vertente passará a incorporar-se ao território da freguezia de São José de Leonissa; e a nova freguezia pertencerá ao Município de São Fidelis". Um ano mais tarde, por Deliberação de 21 de março de 1862, foi criado nesse mesmo local um distrito de paz cujos limites eram os mesmos da freguesia. No período compreentido entre 1880 e 1890, tiveram início os primeiros movimentos em prol da criação do município, o que só se realizou depois de intensa campanha, em virtude do Decreto n.º 222, de 6 de maio de 1891, que o denominou de município de "Monte Verde", ficando a sua sede localizada no distrito de igual nome. Os têrmos dêsse Decreto eram os seguintes:

"Art. 1.º — Fica creado o — Município de Monte Verde — com o territorio da freguezia do Senhor Bom Jesus do Monte Verde, limitado pelo decreto 1 209, de 4 de novembro de 1861, excluida a vertente do rio Parahyba comprehendida entre a estação de Vieira Braga, da Estrada de Ferro de Santo Antonio de Padua e a fazenda da Boa Sorte, e desmembrado dos municipios de São Fidelis e Itaperuna. Art. 2.º — O novo município terá por séde o logar que fôr designado pelo Govêrno, servindo, provisòriamente, a actual povoação de — Monte Verde — e constituirá um termo annexo à Comarca de São Fidélis".

Entretanto, essa situação de autonomia administrativa foi pouco duradoura, pois, decorrido apenas um ano, foi publicado o Decreto estadual n.º 1, de 8 de maio de 1892, que veio extinguir o município e anexar o seu território ao de São Fidélis. Descontentes com essa situação, os munícipes reiniciaram a luta pela reivindicação de seus direitos, tendo a mesma sido coroada de êxito, com a obtenção da assinatura do Decreto estadual n.º 24, de 5 de novembro de 1892, por fôrça do qual foi restaurado o município de Monte Verde cuja sede se localizou na povoação do Senhor Bom Jesus do Monte Verde. A Lei n.º 213, de 13 de dezembro de 1895, transferiu a sede do município para o lugar denominado Cambuci, passando o município a ter, também, essa denominação. Em 3 de janeiro de 1903, por efeito da Lei n.º 591, novamente foi alterado o topônimo e transferida a sede municipal. O município voltou a ser denominado Monte Verde e a sua sede retornou ao lugar conhecido por êsse nome, perdurando essa situação até 31 de dezembro de 1914, quando, por fôrça da Lei n.º 1 226, a localidade de Cambuci voltou a ser a sede municipal da comuna de Monte Verde, cujo topônimo atual — Cambuci — foi-lhe conferido em virtude da Lei n.º 1 476, de 17 de outubro de 1918. Em 27 de dezembro de 1929, a vila de Cambuci foi elevada à categoria de cidade. Desde esta data muito tem progredido o município, malgrado a freqüência com que se processa o êxodo de trabalhadores rurais, refletindo no decréscimo, relativo, de sua produção agrícola.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal: 21° 34' 30" de latitude Sul e 41° 54' 30" de longitude W.Gr. Tem de altitude 45 m, e dista da capital do Estado, em linha reta, no rumo N.E., 193 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal tem a altitude de 45 metros.

CLIMA — O clima do distrito-sede, como das vilas e demais partes do território de Cambuci, é de excelente salubridade, podendo-se atribuir semelhante fato à inexistência, nessa região, dos terrenos alagadiços, tão comuns na Baixada Fluminense. As chuvas são abundantes, caindo, principalmente, nos meses de dezembro e janeiro, sendo as estiagens mais freqüentes de maio a setembro.

Trator pertencente ao Pôsto Agropecuário Estadual.

ÁREA — Corresponde a 702 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Possuía o município, em 1950, pelo Recenseamento Geral, 38 670 habitantes, sendo 19 295 homens e 19 375 mulheres, estando na sede municipal, 1 741 habitantes. Quase 90% da população do município vivem na zona rural. Pelo quadro demonstrativo que se segue, pode-se conhecer, nesse particular com mais facilidade, minúcias demográficas de Cambuci, com relação aos dados do Recenseamento Geral de 1950:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cambuci	6 000	2 990	3 010	513	592	307	329	2 170	2 089
Funil	2 977	1 546	1 431	118	110	109	93	1 319	1 228
Monte Verde	5 351	2 659	2 692	97	105	78	102	2 484	2 485
São João do Paraíso	7 943	3 898	4 045	512	559	62	92	3 324	3 394
São José de Ubá	13 056	6 529	6 527	391	425	4	9	6 134	6 093
Três Irmãos	3 343	1 673	1 670	135	182	126	130	1 412	1 358

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 43 196 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental do município é a agrícola, que registrou em 1954 um movimento de 54 milhões de cruzeiros, embora praticada de forma empírica; sofreu, ùltimamente, sensível declínio, em virtude de longa estiagem. Paralelamente se desenvolve a exploração da pecuária, progredindo bastante nos últimos anos, principalmente em virtude da influência benéfica exercida pela Cooperativa Agropecuária de Cambuci, que presta boa assistência aos criadores locais. Atesta-o seu movimento em 31-XII-54, avaliado em 90 milhões de cruzeiros. Os principais ramos de indústria são a originária da cana-de-açúcar, e de beneficiamento de cereais e de café e da extração de calcários, êste, de menor significação econômica. Os quadros que se seguem dão melhor idéia, pela sua representação numérica, da importância do município, neste particular:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café	Tonelada	1 957	30 015
Milho	»	10 200	51 000
Arroz	»	5 160	25 800
Cana-de-açúcar	»	67 000	16 080
Feijão	»	286	4 302

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedras calcárias	Tonelada	2 000	2 000
Argilas e barro	»		
Vegetal			
Lenha	m3	230 000	18 400
Madeira bruta	»	1 500	375

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Aguardente de cana	Litro	1 260 735	7 568
Açucar de diversos tipos	Tonelada	523	4 184
Fubá de milho	»	118	777
Cal de Pedra	»	1 920	1 510

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna é servida pela Estrada de Ferro Leopoldina que a liga aos municípios convizinhos de São Fidélis, Santo Antônio de Pádua, Campos e Itaperuna, distando sua sede municipal, por essa via, da capital Federal, 395 km, e de Niterói, 193 km. No território municipal estão situadas 7 paradas dessa ferrovia, sendo 4 na categoria de estações. O município conta com 482 km de rodovia, sendo 282 de propriedade exclusiva do Estado. Na repartição competente encontram-se registrados 11 automóveis, 21 caminhões, 60 carroças e carros

Vista de um terreiro de café.

de bois, 84 bicicletas e 7 jipes. São mantidas 3 linhas de coletivos automotores, sendo uma interdistrital e duas intermunicipais.

COMÉRCIO E BANCOS — O comérfcio de Cambuci é de movimento bem modesto. Possui 21 pequenos estabelecimentos comerciais, sendo 2 atacadistas e 19 varejistas. Conta com duas agências bancárias, cujos saldos, em .... 28-II-57, eram os seguintes: caixa em moeda corrente Cr$ 1 960 000,00; empréstimos em conta corrente ...... Cr$ 6 336 000,00; em títulos descontados .... Cr$ 4 180 000,00; em depósitos à vista a curto prazo e depósitos a prazo — Cr$ 755 000,00.

RIQUEZAS NATURAIS — O solo e subsolo de Cambuci possuem minerais como mármore, turfa, diatomita, mica e calcários que, explorados, poderiam resultar em grande vantagem econômica para o município. Registra-se, também, a existência de diversas cachoeiras, como seja, as de Cachoeirão, com 40 H.P.; Estolano, com 50; Alta, com 100 e Santa Inês com 20. As duas primeiras estão sendo aproveitadas, fornecendo energia elétrica aos proprietários das terras onde se encontram.

As matas sofrem, como nos demais municípios das redondezas, a devastação com a retirada de lenha e produção de carvão, de forma irregular, conquanto ainda se encontrem exemplares de madeiras de lei como braúna, ipê, peroba, cabiúna, oiticica, canela, etc. Essa devastação de matas rarefaz, por outro lado, a reprodução das aves e, em conseqüência, diminui também o parque natural de piscicultura da região.

ASPECTOS URBANOS — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a sede municipal contava apenas com 1 741 habitantes e, dadas as características da população do município serem tìpicamente rurais, trata-se, portanto, de núcleo demográfico de proporções realmente modestas. Possui cêrca de 16 logradouros, dos quais, apenas 3 são calçados, sendo os restantes de terra melhorada (saibro e areia). Tem serviço de abastecimento d'água com 361 prédios abastecidos; serviços de esgotos, cuja rêde tem a extensão de 3 200 m e 10 logradouros servidos por êsse melhoramento; serviço de limpeza pública explorado pela municipalidade. Conta com 3 linhas de ônibus sendo que uma é interdistrital. A cidade é servida por 2 hotéis e como meio de diversão tem apenas 1 cinema.

COMUNICAÇÕES — Cambuci está bem servida em matéria de comunicações pois que além de contar com 6 agências postais disseminadas por todo o território municipal, sem se incluir a agência postal-telegráfica da sede municipal, dispõe de 6 postos telefônicos da Companhia Telefônica Brasileira e os serviços de telefone da Emprêsa Fôrça e Luz Ibero-Americana S. A. A Estrada de Ferro Leopoldina tem, também, 4 postôs telefônicos de sua linha, sendo 1 na sede municipal, 2 em Três Irmãos e 1 em Funil.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município, conquanto não possua o seu hospital que está com a respectiva construção prestes a concluir-se, é dotado de um ambulatório da Legião Brasileira de Assistência e 1 pôsto de saúde do Estado, ambos na sede municipal; e mais 5, sendo 1 em cada localidade seguinte: Monte Verde, São João do Paraíso, São José de Ubá, Três Irmãos e Funil, sendo que o dêste está com suas atividades paralisadas, ùltimamente. Existe, ainda, na sede municipal, um serviço de ambulatório de propriedade particular, além de 3 farmácias. Exercem suas atividades profissionais no município 3 médicos, 1 dentista e 3 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme o Recenseamento Geral de 1950, da população presente de 5 anos e mais, cêrca de 60%, no município, não sabem ler nem escrever.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue dá uma idéia a respeito das finanças públicas municipais:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 570	2 594	1 099	534	926
1951	1 713	3 054	1 322	591	1 422
1952	1 924	2 850	1 232	687	1 351
1953	2 370	3 823	1 211	622	2 216
1954	1 243	5 907	1 534	590	1 698
1955	1 630	6 047	1 672	782	2 628
1956	2 132	6 100	2 700	1 033	2 700

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Como obra de valiosa concepção artística, possuía a cidade a igreja da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, construída há cêrca de 50 anos, pelo construtor italiano, mestre Ravagneli, encimada de uma bela tôrre com crucifixo que é feèricamente iluminado durante as reuniões religiosas de maior destaque.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O interior do município de Cambuci oferece interessantes aspectos paisagísticos, com o seu território extremamente acidentado, notando-se os seguintes pontos culminantes: Ponta Grossa, com 1 000 metros; Graças a Deus e Firmamento, com 900 e Recreio e São Gonçalo, com 850 cada um. Às proximidades da sede municipal, existem duas grutas denominadas Perazo e Penha, ambas notáveis pela beleza que possuem e conformação bizarra de suas estalactites e estalagmites. Essa característica acidentada resulta na existência de várias cachoeiras ou trechos encachoeirados de diversos cursos de água. Uma curiosidade digna de registro é a veiculada pelos antigos habitantes de que Cambuci tem seu nome advindo de terminologia íncola do lugar, significando "vasos funerários", que ali foram encontrados quando do devassamento do território.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Cambuci dispõe de 4 associações desportivas e duas de caráter associativo e cultural. Possui, também 1 cinema e 1 semanário. Há, além do mais, uma cooperativa agropecuária prestando relevantes serviços.

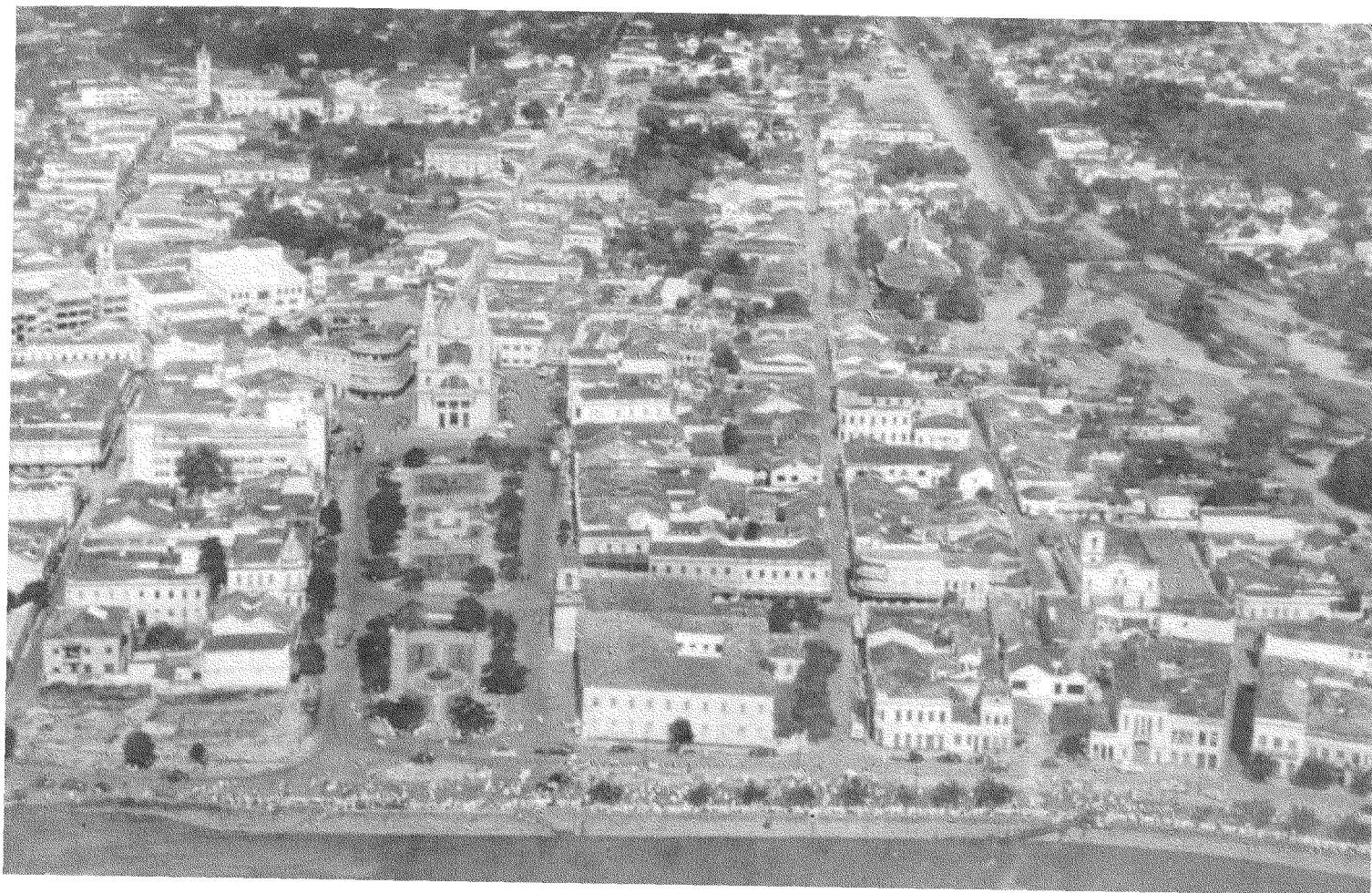
DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Cambuci, Funil, Monte Verde, São João de Paraíso, São José de Ubá e Três Irmãos.

CAMPOS — RJ

Mapa Municipal na pág. 149 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O próspero município de Campos pode ser apontado como uma das primeiras comunas fluminense a ter recebido os influxos da colonização. Em 1536, ao ser dividido o Brasil em capitanias, couberam, por doação, a Pero Góis da Silveira as terras que, "partindo das margens do rio Macaé, avançam 30 léguas para o Norte", compreendendo, em seus domínios, os extensos e formosos campos habitados, então, pelos índios Goitacazes, o que deu motivo a que ficassem conhecidos pela denominação de "Campos de Goitacazes". A doação citada foi efetuada por Dom João III, rei de Portugal, em "Carta Régia" datada de 28 de janeiro de 1536, e fôra expedido a 29 de fevereiro do mesmo ano. À capitania em questão foi dado o nome de "Capitania de São Tomé". O donatário aí aportou no ano de 1539, tudo indicando tivesse edificado as primeiras habitações no local a que denominou de "Vila da Rainha" que hoje faz parte do distrito de Itabapoana, pertencente ao atual município de São João da Barra. Depois de dois anos de incansável trabalho em seus domínios, o donatário, sentindo-se falto de recursos, dirigiu-se a Lisboa disposto a conseguí-los. Ao retornar encontrou todo o seu trabalho perdido: culturas, edificações, tudo fôra destruído pelos índios, a própria povoação desaparecera com a fuga dos colonos, impotentes ante os assaltos constantes dos silvícolas. Sem se abater ante o golpe sofrido, Pero Góis da Silveira, com o auxílio do donatário vizinho, Vasco Fernandes, conseguiu reconstruir o povoado e restaurar as lavouras. Entretanto, ainda dessa vez não conseguiu o donatário lusitano fixar-se, em paz, nas terras que lhe haviam sido doadas. As constantes lutas com os selvagens extenuaram-no a ponto de desiludí-lo. Pobre e desesperado viu-se, finalmente, forçado a abandonar a capitania e regressar ao Reino. Passados alguns anos, em 1623, nova tentativa de colonização foi feita, desta vez, por Gil de Góis que tentou reerguer a capitania, resultando essa tentativa em um novo fracasso.

Em vista das dificuldades até então encontradas pelos colonizadores, foram as terras da capitania reintegradas aos bens da Coroa de Portugal, aos quais ficaram pertencendo. A 20 de agôsto de 1627, quando, já então criado o Govêrno Geral, foram elas concedidas pelo governador Martins de Sá aos capitães: Miguel Ayres Maldonado, Gonçalo Corrêa de Sá, Duarte Corrêa, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho e Miguel da Silva Riscado. No dia 24 de dezembro de 1632, chegavam ao cabo de São Tomé os capitães e sem dúvida alguma, dentro das atuais fronteiras do município de Campos, foi êsse o primeiro ponto do território a ser colonizado.

Em 1647 os "Campos dos Goitacazes", já floresciam, quando Salvador Corrêa de Sá e Benevides assumiu o cargo de governador da capitania do Rio de Janeiro. Tão cedo teve a notícia da excelência das terras doadas aos citados capitães, o novo governador por elas se interessou a ponto tal, que forçou os seus donatários a assinarem uma escritura, pela qual o território anteriormente doado seria dividido em doze partes, das quais três ficariam pertencendo a êle próprio, Salvador Corrêa de Sá. Devido ao progresso da localidade, o ouvidor João Velho de Azevedo lembrou-se de erigir o lugarejo em vila, no que foi contrariado por Salvador Corrêa. Passaram-se 20 anos e os moradores da região voltaram à carga. Nova oposição, e desta vez se-

Vista parcial da cidade.

Vista central da cidade.

guida de violência. Irritado, o Governador mandou despejar diversos dos moradores e encarcerar alguns.

Muito prestigiado na Metrópole, Salvador de Sá, obteve a restauração da antiga capitania de São Tomé, em proveito de seus 2 filhos — Martim Corrêa de Sá e Benevides, primeiro visconde de Asseca, e João Corrêa de Sá. O primeiro faleceu logo depois da doação, herdando a donatária seu filho Salvador Corrêa, segundo visconde de Asseca.

Em 1676 instalava-se, afinal, a vila de São Salvador dos Campos, que progredia a olhos vistos. Em 1692 passou a capitania às mãos de Diogo Corrêa de Sá, terceiro visconde de Asseca, que a vendeu ao prior de Chaves, Duarte Teixeira, venda que não podia ser efetivada porquanto a Carta régia, pela qual fôra feita a doação da Capitania aos filhos de Salvador Corrêa, declarava que a doatária não podia ser objeto de venda, devendo sempre passar aos herdeiros do donatário. Mas, indiferente à ilegalidade da transação, o prior de Chaves tomou conta das terras, pois o seu tio, Francisco de Castro Morais, Governador do Rio de Janeiro, deu-lhe mão forte. Não pôde, entretanto, nelas ficar. Eram tantos os inimigos, que o prior foi obrigado a vender as terras a Domingos Álvares Pessanha, seu capitão-mor. Não se conformando com esta situação, o ouvidor do Rio de Janeiro, Dr. Carr Ribeiro, comunicou ao govêrno de Lisboa a nulidade dessas vendas e a anarquia em que se achava a capitania. Em resposta, recebeu ordem para seqüestrá-la em nome da Coroa. Mas o terceiro visconde de Asseca declarou que não havia vendido nada ao prior de Chaves e assim requeria licença para que seu filho Martim Corrêa de Sá administrasse as terras. Êsse Martim de Sá era um homem despótico e violento e tantas fêz, que seu tio Luiz Vahia Monteiro, cognominado o "Onça", que governava o Rio de Janeiro, intimou-o a deixar a capitania. Foi, então, nomeado para a governança João Alvares Barreto. Em 1730 foi eleita a nova Câmara, composta de inimigos dos Assecas, mas Martim de Sá, que tinha recebido ordens do rei para de novo tomar conta da capitania, seguiu para Campos e intimou a Câmara que lhe desse posse do cargo de governador. Redobraram as violências. Martim de Sá mandou prender o juiz Jeronymo Ferreira de Azevedo e os oficiais da Câmara, remetendo-os, algemados, para a Bahia, a fim de responderem a processo. Fêz mais ainda, representou contra Vahia Monteiro. Absolvidos os presos remetidos para a Bahia, voltaram a Campos e requereram reintegração de seus cargos, no que não foram atendidos. Dentro de um saco de farinha — pois tôda a correspondência da capitania era censurada — foi enviado a Vahia Monteiro um memorial narrando tôdas as prepotências de Martim de Sá.

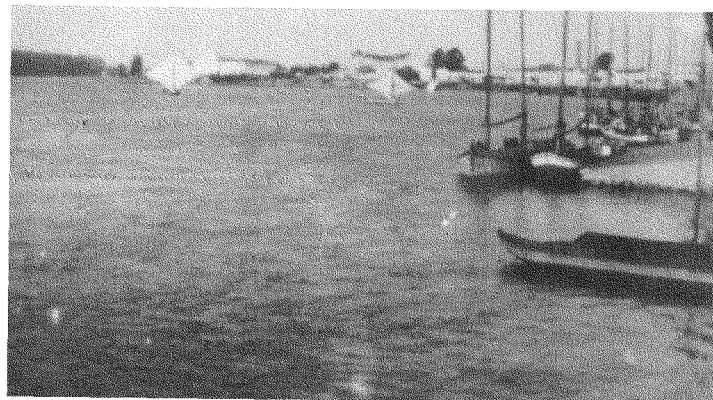
Em 1732, Francisco Manhães Barreto foi mandado a Portugal, em nome do povo campista, para expor os acontecimentos. Foi ouvido e o Rei ordenou que Martim de Sá embarcasse para Portugal, e que o ouvidor abrisse devassa sôbre os fatos da denúncia. Êste, verificando que o visconde de Asseca não havia cumprido as cláusulas do contrato, seqüestrou a capitania em nome da Coroa. Todavia, o visconde de Asseca não era homem para se deixar vencer. Utilizando sua grande influência e poder, êle conseguiu levantar o seqüestro e implantar-se de novo em Campos. É nomeado Pedro Velho Barreto para capitão-mor. A Câmara não lhe dá posse, mas o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, manda que êle exerça a jurisdição, mesmo sem prestar juramento.

Em 1746 falece o visconde de Asseca e, o conde dos Galveias, então vice-Rei do Brasil, ordena o seqüestro de novo, seqüestro que a Câmara conseguiu anular. Em 1748 o quarto visconde de Asseca apresenta-se em Campos para tomar conta da capitania: Levanta-se o povo. Uma mulher, Benta Pereira, chefia o movimento conseguindo derrotar a fôrça adversária. O visconde comunica os fatos ao Governador do Rio de Janeiro, e êste envia uma expedição chefiada pelo General Almeida e Souza, para fazer respeitar os direitos dos Assecas, a qual a 13 de junho, toma conta de Campos, que não pôde resistir à poderosa fôrça adversária.

O visconde Asseca, não dando limites a seus desejos de vingança, pratica, então, tôda sorte de depredações, perseguindo e prendendo todos os que não lhe eram simpáticos. Famílias inteiras viram-se obrigadas a abandonar a capitania, por falta de garantias. Em defesa do povo de Campos, parte então para Lisboa Sebastião Rangel que conseguiu do Rei que os Procuradores da Coroa ajustassem com o donatário a compra da capitania, que foi resolvida por 24 mil cruzados de uma só vez e 4 mil anualmente, além das honras de conde exigidas pelo donatário. Termina, portanto, a tirania secular dos Correia de Sá. Foram precisos para isso mais de cem anos de pugna tenaz e desesperada. Cem anos de invulgar iniciativa de uma gente acorrentada a grandes senhores, com a posse aleatória de glebas aforadas sem garantia de continuidade e à mercê das desavenças políticas entre potentados de ambição desmedida. Cem anos de demanda, de rixas, de motins, de devassas, de repressões, de assassínios, de flagícios, de exílios e sob a rapina das dízimas, das fintas, das derramas e dos confiscos oriundos do capricho indiscutível e da vontade momentânea de amos absolutistas.

Os Correia de Sá deixaram, enfim, de mandar. Ali fica, entretanto, ainda o seu morgado, "o mais considerável da Casa Asseca", instituído pelo general Salvador, em 1667. Mais cem anos são precisos para que, com a Independência, definitivamente se apague, pela venda dêsses bens do fidalgo português, aquêle nome da planície onde apenas o relembra hoje a retalhada fazenda "do Visconde".

Custou caro e demorou muito a liberdade. E, assim mesmo, só foi ela possível com o heroísmo e o sangue daqueles homens, e sobretudo daquelas mulheres, que com Mariana Barreto e Benta Pereira se eternizam na legenda da planície goitacá: "Aqui até as mulheres lutam pelo direito" ("O homem e o Brejo" — Alberto Ribeiro Lamego).

As pontes de Campos.

Vista do rio Paraíba.

Essa luta prossegue, através de tão longa margem de tempo, mas não impede, de forma alguma, o progresso inestancável dessa dadivosa terra, o crescimento da sua população. A cana-de-açúcar que fôra introduzida anteriormente à vinda dos Assecas, vai aos poucos atraindo os agricultores, avassalando-os de tal forma que o mapa de Couto dos Reis, de 1785, mostra-nos que quase tôda a massa de proprietários rurais se encontra numa floresta de chaminés sôbre a planície, acumulada na zona de aluviões entre o rio Paraíba e a lagoa Feia.

Como ainda hoje é freqüente, o descobrimento de qualquer atividade altamente rendosa dá margem a que se negligencie a exploração das de maior utilidade à população, gerando crises difíceis de serem superadas. O crescimento irrefreado da produção açucareira com que se fazia excelente negócio à época ensejou a que se não dessem maiores cuidados à pecuária, que do seu contingente bovino de 15 000 cabeças de exportação em meados do século caíram para 6 000. E, com o correr do tempo, Campos, que era núcleo exportador, passou à condição de importador e tanto é fato que o visconde de Araruama, em princípio de novecentos, a dá como extinta, mas também como já iniciada a importação de Minas "pelo caminho novo que se abriu há pouco tempo: e antes de ter feito essa comunicação, vinha pelo Rio de Janeiro com muito trabalho".

Semelhante ocorrência retrata fielmente a tremenda evolução da indústria do açúcar, o que é comprovado pela afirmação de Couto dos Reis que assim se define, analisando o fenômeno: "Duas coisas há que mais faz admirar: uma o grande desenvolvimento que vão tendo os estabelecimentos de açúcar, a maior parte dêles, ainda há poucos anos eram campos; e a quantidade de açúcar que vão produzindo". A obsessão do açúcar é completa com a posse dos "massapês" há tanto tempo desejados, e cuja fertilidade já famosa atrai sòmente agricultores natos. "A terras (diz Pizarro) são flexíveis à intenção do lavrador, não dependem do subsídio do etrume nem de multiplicados instrumentos que as forcem a produzir".

Decorrência dêsse maravilhoso fluxo progressista, ativa-se a imigração, acentuando-se a de origem portuguêsa. O camponês minhoto, beirão ou transmontano, impossibilitado de melhoria de vida em sua glebas minúsculas — quando as possuem — ou cansados de cavar braças de solo exausto entre avassalantes e desanimadoras penedias de granito, ali chega e pasma de ver a terra fecunda, de posse de crédito facilitado. E logo se lança, também, na cor-

rida para o açúcar. Essa corrente imigratória que antes se destinava aos núcleos populacionais de Diamantina, Vila Rica, Sabará, Goiás, Vila Bela e tantos outros que brotavam dos sertões, em pleno ciclo da mineração, com suas igrejas buriladas, seus palácios de governadores, seus nababos imponentes de hospitalidade, não mais demandavam o caminho da cordilheira, repisado de aventuras, preferindo margear a costa e seguir para os Campos, tomado do mesmo duro intento de cultivar a terra. Essa gente entusiasmou-se com a fertilidade espantosa do solo e desconhecida em seus torrões de além mar, e assim é que a vemos atirar-se ao seu amanho com sacrifício e dedicação, a ela integrando-se de corpo e alma, compartindo de sua magnífica história de lutas e, embora surgissem descobertas e riquezas, não abandonava o que chegou a merecer referências depreciativas e injustas de um manuscrito coevo, de autor desconhecido, que assim se lhe aludia: "... os homens dêste distrito de Campos tão impossibilitados e sobretudo pusilânimes, que, tendo à porta êstes haveres, os não abalam, podendo ter a certeza de que, estabelecidas as ditas minas, seria incomparável a utilidade de tôdas estas terras circunvizinhas, maiormente as da dita vila de São Salvador..." Semelhante crítica atinha-se à necessidade de exploração mais intensiva das minas do Castelo do Espírito Santo e que não atraíam o campista a abandonar suas lavouras.

Fixou-se o planiciário nas suas pequenas faixas territoriais e, como diz conhecido autor, a grande missão sóciocultural dêsses fragmentadores de latifúndios não se vai, porém, fazer completamente isenta de empecilhos. Subir ao pôsto máximo de senhor de engenho é a ambição de todos. Mas a isto se opõem os primeiros chegados, não querendo igualar-se aos novos colonos de condição plebéia, e, sobretudo, aos negociantes já capaciosamente irmanados na execranda monopolização do açúcar. E prosseguindo, afirma que, em fevereiro de 1777, o major Gregório Francisco de Miranda e mais mercadores da vila de São Salvador, juntamente com mercadores locais, se dirigem ao Monarca contra as pretensões de alguns lavradores pobres que, possuindo dois ou três escravos, com os quais cultivavam pequeno terreno, armando modestas engenhocas mediante financiamento, com as quais fabricavam pequenas quantidades de açúcar, pretendiam gozar dos privilégios de senhores de engenho. Resultou essa questão em que os agiotas, visto que muitos proprietários de engenhocas serviam nas tropas destacadas em Santa Cruz e outros pontos, passaram a lhes pôr os bens em praça, o que motivou a que êstes encaminhassem recurso à Coroa que, por fim, lhes deu ganho de causa, pela razão de que o açúcar que fabricavam era em maior abundância que os dos engenhos da capital e seus recôncavos e servia para a carga da maior parte dos navios que seguiam para Lisboa.

Registros históricos de consagrados autores consignam que os senhores de engenho da Guanabara que desdenham os Campos, largando-os à patuléia de agregados foreiros, já vêem a sua produção ultrapassada em curto período. E, desta maneira, estende-se a Campos a salutar Carta-régia do Príncipe regente, de 1760, ordenando que "não sejam executados os senhores de engenho da Capitania do Rio de Janeiro nem se façam penhôres, por seus credores, nas fábricas dos ditos engenhos e fazendas de cana", lei salvadora contra a ganância inescrupulosa dos agiotas. Tal providência foi benéfica para a laboriosa gente dos Campos dos Goitacazes que se atirou valente e estimuladamente aos

Avenida 15 de Novembro.

Fôro Municipal

objetivos de fazer progredir o rincão a que serviam e, tanto é fato que, já em 1785, os dados de Couto dos Reis impressionavam quando se constatava a existência de 245 engenhos e engenhocas, 12 085 escravos, contando-se, aliás, 3 160 fazendeiros que produziam nada menos de 128 580 arrôbas de açúcar, 55 905 medidas de aguardente, além de outros produtos de valor e quantidade igualmente respeitáveis.

Recenseava-se, à época, 55 672 cabeças de gado bovino, 13 201 de gado cavalar, para apenas citar os rebanhos numerosos de maior valor. Os próprios escravos eram vestidos com tecidos produzidos pelos 99 teares então em funcionamento e que já produziam 48 000 varas de pano branco, 630 de riscado e 550 de trançado.

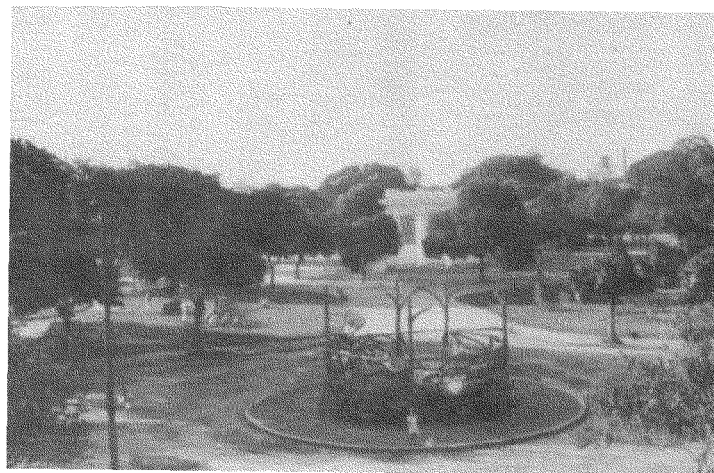
Compulsando-se as referências históricas, evidencia-se que a civilização de Campos era exclusivamente rural, pois que a área urbana não sentira progresso idêntico ao do interior. A cidade, como alude consagrado escritor, fazia-se ainda um vilarejo, continua lentamente a crescer com sua casaria térrea de pau-a-pique e tijolos. Dos edifícios dessa época nada resta de pé. Nenhum chegou aos nossos dias, denotando opulência e gôsto arquitetônico, a não serem as igrejas. A própria casa da Câmara e Cadeia, demolida em fins de novecentos, e estampada numa gravura do volume II de "A Terra Goitacá", de Alberto Lamego, é um casarão sem qualquer caráter distintivo.

A importância de Campos, no entanto, já se fêz tão acentuada e notória que o vice-Rei do Brasil, conde de Azambuja, em 1768, reparte os seus moradores por dois terços, sendo um de auxiliares e outro de ordenanças. O primeiro com 14 companhias, sendo duas de cavalaria, oito de infantaria de homens brancos e quatro de homens pardos, totalizando 1 800 alistados. O de ordenanças com 10 companhias e uma de forasteiros, segundo subsídios históricos manuseados.

Com o progresso campista cresce, também, a outra vila da planície, São João da Paraíba do Sul, atualmente São João da Barra, situada na foz do rio Paraíba, escoadouro dos produtos campistas pela via de navegação fluvial. Dêste modo é que, em tôda a vida colonial, as duas vilas se completam. São João da Paraíba do Sul depende exclusivamente do comércio de Campos. Quase tôda a geologia superficial do seu distrito — segundo estudioso de sua história ao sul do Paraíba se expõe numa planície de restingas, que na margem oposta igualmente se dilata por vasta área até os tabuleiros do sertão de Cacimbas. Daí ser a produção agrícola são-joanense insignificante. Com o colossal desenvolvimento de Campos, após a queda dos Assecas, São João da Barra vai surgir como escoadouro de tôda a produção de açúcar da planície.

Chegamos, por fim, aos últimos tempos de setecentos, com grande área da planície invadida e partilhada. A essa altura, porém, larga margem de território continua em latifúndios de quatro propriedades principais, como seja: o Colégio dos Jesuítas, adquirido depois por Joaquim Vicente dos Reis, São Bento, Quissamã e, finalmente, o visconde. Esta última é o morgado dos Assecas, nome que relembra episódios dolorosos. Passando a ser seu administrador, em 1797, o coronel Luiz Álvares de Freitas Belo, renova-se temporàriamente a luta, na qual é secundado por Joaquim Silvério dos Reis, seu genro e delator de Tiradentes, que o instiga ao esbulho dos colonos.

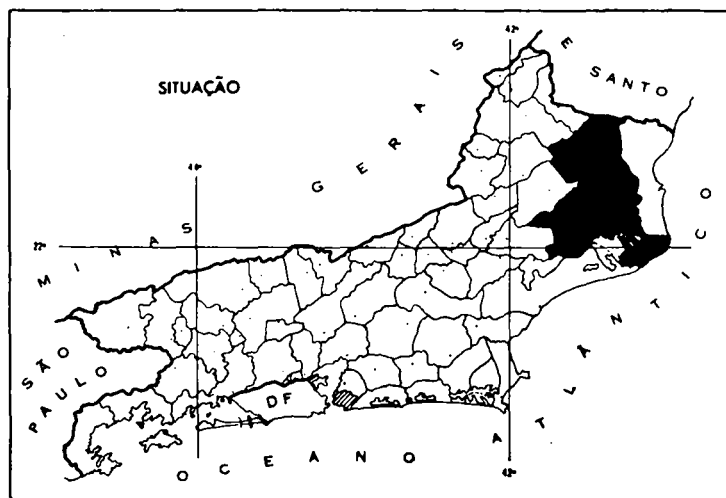
Curiosidade digna de ser focalizada é que depois dos sucessos da Inconfidência Mineira, refugiou-se em Campos a exacranda figura daquele doloroso episódio histórico, que dali requereu à Soberania a recompensa da sua traição e vilania. O infamante papel exercido anteriormente o enche de reprovável entusiasmo pela sua missão delatora e assim é que o vemos, agora, a intrigar soezmente, a armar ciladas e a desempenhar um papel tão eficiente, neste particular, contra os foreiros do visconde, que os camaristas oficiam ao Govêrno relembrando o levante de Benta Pereira. Insatisfeito, genro e sogro, em usurpar e extorquir aos pequenos, atiram-se, finalmente, num raro golpe de audácia, contra o maior dos fazendeiros da região — Joaquim Vicente dos Reis. Mas a reação os apanha nas malhas da Lei, sendo ambos, em função das suas urdiduras e trapaças, expulsos da planície, embora Joaquim Silvério dos Reis, em defesa que dirigiu à Coroa e influenciado pelo deplorável êxito obtido em Minas, inculcasse os campistas de "vassalos infiéis e revoltosos".

Daí por diante a situação econômica da planície começa a periclitar. Há fome, penúria e desajuste social. As suas 300 fábricas e engenhos não podem manter o pêso de cêrca de 30 000 habitantes, quase todos aplicados às lides agrícolas. Em exposição de motivos dirigida à Rainha, à qual solicitam providências, os representantes do povo instam na partilha das duas léguas de terras da extinta aldeia dos Guarulhos, ao norte do Paraíba, e as fazendas das freiras da Ajuda, pois que os latifúndios são os maiores causadores da crise. A luta contra os beneditinos e o visconde é cerrada. Segundo historiadores, aquêles não querem aforar

Praça Dr. Nilo Peçanha.

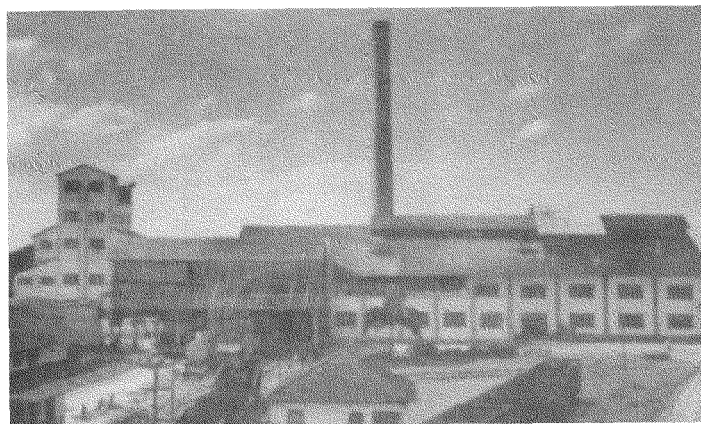
s terras para conservá-las incultas, enquanto os administradores dos Assecas, fiéis à tradição, violentam direitos de foreiros, expulsando-os. Mais de 70 fazendeiros usurpados assinam uma representação acompanhada dos títulos de posse que datam de 80 anos. O problema da divisão da terra prossegue, como sempre, eriçado de entrechoques e acidentes de tôda a sorte, mas se vai processando, todavia, 1.800 adentro, fornecendo interessantes subsídios sócio-históricos que têm constituído valiosa fonte de pesquisas para os estudiosos.

A história do campista é quase a própria história da implantação e do cultivo da cana-de-açúcar na planície: a disputa agitada de faixas de solo ubérrimo, assumindo, por vêzes, proporções inesperadas. É o Ciclo da Cana-de-Açúcar, já bem iniciado, que absorve tudo e relega a um plano secundário outra qualquer atividade. É o retrato, em detalhe, da dispersão do homem sôbre a gleba, êsse homem ètnicamente quase feito, porque o índio sumiu-se no túmulo ou no sangue do colono, o negro continua a misturar-se, sendo sempre o imigrante o português, visto que nenhum outro povo contribuiu sensível e profundamente para a formação da hodierna etnia campista.

Já com o advento da Lei Áurea muito sofreu a agricultura do município, mas se refêz ràpidamente, todavia, a sua recuperação e adaptação. Se bem que menos opulentas que no período imperial, as suas lavouras resistiram galhardamente às conseqüências trazidas pela Abolição e pela República. Atualmente é considerado como um dos mais ricos e progressistas da comunidade fluminense e a cidade do mesmo nome é tida como uma das maiores e mais modernas do Estado do Rio de Janeiro.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal: latitude Sul 21° 45' 23" e longitude — ...... 41° 19' 40" W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado — 224 km, no rumo N.E. A cidade de Campos fica situada à margem direita do rio Paraíba do Sul, a poucos quilômetros de sua foz.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

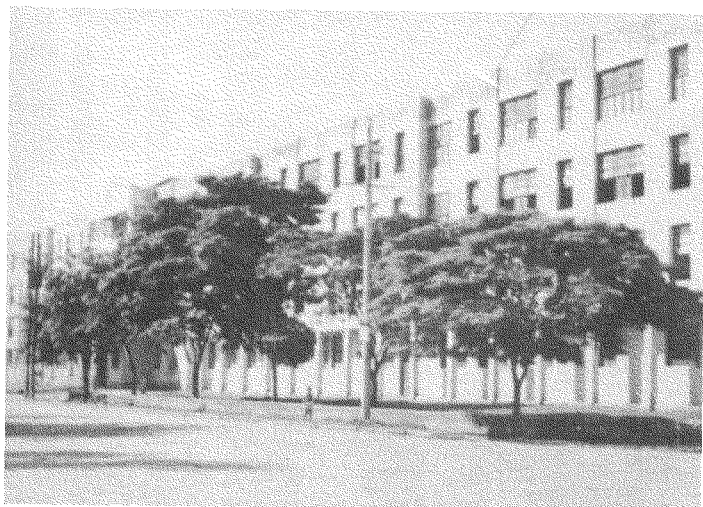
ALTITUDE — Atinge apenas 14 metros.

CLIMA — O clima do município, apesar de quente, é por vêzes úmido em algumas localidades e apresenta ótimas características de salubridade. A sede municipal, em pleno rigor do ciclo estival, depois das 15 horas é amenizada por uma agradável brisa marítima, que faz o deleite da população fustigada pela canícula implacável. Já na região de Morangaba, goza-se de excelente clima, pois que se trata de região montanhosa, com trechos que têm 900 m de altitude, mas não existem hotéis nem hospitais de repouso que pudessem aproveitá-lo. Em 1955, a média das máximas ocorridas foi de 29,6°C, das mínimas de 18,8°C e compensada de 23,1°C. A precipitação pluviométrica total do ano elevou-se a 704,3 milímetros.

Usina São José.

ÁREA — O município de Campos, com seus 4 407 km², é o de maior área do Estado, pois que contém mais de um décimo da área estadual.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, Campos, com seus 237 633 habitantes, era o município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro, vindo em 9.° lugar em importância demográfica com relação aos demais municípios brasileiros, incluindo-se as capitais, e o Distrito Federal. A sede municipal, no rol das cidades mais populosas, considerando-se também as capitais dos Estados, vem em 27.° lugar. A densidade demográfica do município é de 52,79 habitantes por km². A população rural municipal atinge 154 545 habitantes, oferecendo uma percentagem elevada sôbre a população urbana. O Departamento Estadual de Estatística estimou para o município, em 1955, uma população de 265 444 habitantes. Os residentes se distribuem pelos distritos que o constituem, com exceção do de São Joaquim, criado recentemente, conforme o quadro seguinte:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Campos	73 636	34 521	39 115	26 564	31 482	1 719	1 868	6 238	5 765
Barão de São José	9 410	4 680	4 730	285	296	49	49	4 346	4 385
Cardoso Moreira	21 657	11 096	10 561	709	767	431	434	9 956	9 360
Dores de Macabu	5 491	2 794	2 697	182	228	56	57	2 556	2 412
Goitacazes	18 708	9 516	9 192	611	613	248	234	8 657	8 345
Guarus	17 609	8 897	8 712	4 235	4 454	1 344	1 314	3 318	2 944
Ibitioca	3 664	1 837	1 827	23	16	44	38	1 770	1 773
Italva	15 649	8 018	7 631	401	421	68	67	7 549	7 143
Moraagaba	5 512	2 880	2 632	176	170	69	46	2 635	2 416
Morro do Côco	12 421	6 422	5 999	150	140	60	63	6 212	5 796
Mussurepe	8 174	4 145	4 029	126	128	37	39	3 982	3 862
Paciência	1 610	815	795	24	20	7	7	784	768
Santo Amaro de Campos	8 653	4 456	4 197	190	209	6	5	4 260	3 983
Santo Eduardo	25 344	12 746	12 598	607	667	29	25	12 110	11 906
Travessão	10 095	5 184	4 911	130	112	285	254	4 769	4 545

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A mais importante atividade econômica de Campos é a referente à indústria, pre-

Santa Casa de Misericórdia.

dominando, como principal ramo de atividade, o da produção açucareira, cujo total, em 1955, atingiu o valor de Cr$ 1 100 000 000,00. Alimentam essa indústria, anualmente, 2 340 000 toneladas de cana-de-açúcar. Registrou-se, também, no mesmo período a produção de 28 256 156 litros de álcool, no valor global de Cr$ 128 619 682,00, e 5 913 560 litros de aguardente, no valor de .... Cr$ 29 711 883,00. A sua produção agrícola é também importante, tendo alcançado, nesse ano, o valor global de Cr$ 556 575 300,00. — Sua pecuária igualmente se destaca, pois que, em 1956, estimava-se a sua população bovina em 220 000 cabeças, além de cêrca de 15 000 suínos. A indústria extrativa oferece, por outro lado, aspectos bastante interessantes como a exploração das jazidas de mármores e calcários da bacia do rio Muriaé, afluente do Paraíba do Sul. Os quadros que se seguem, pelas minúcias dos seus elementos informativos, à margem das referências precedentes, dão uma idéia, entretanto, da independência de Campos no que tange às suas atividades econômicas:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	2 340 000	776 880
Café	»	3 300	66 000
Arroz	»	2 022	9 088
Milho	»	1 410	5 170
Feijão	»	810	7 830

Produção extrativa — 1956 (*)

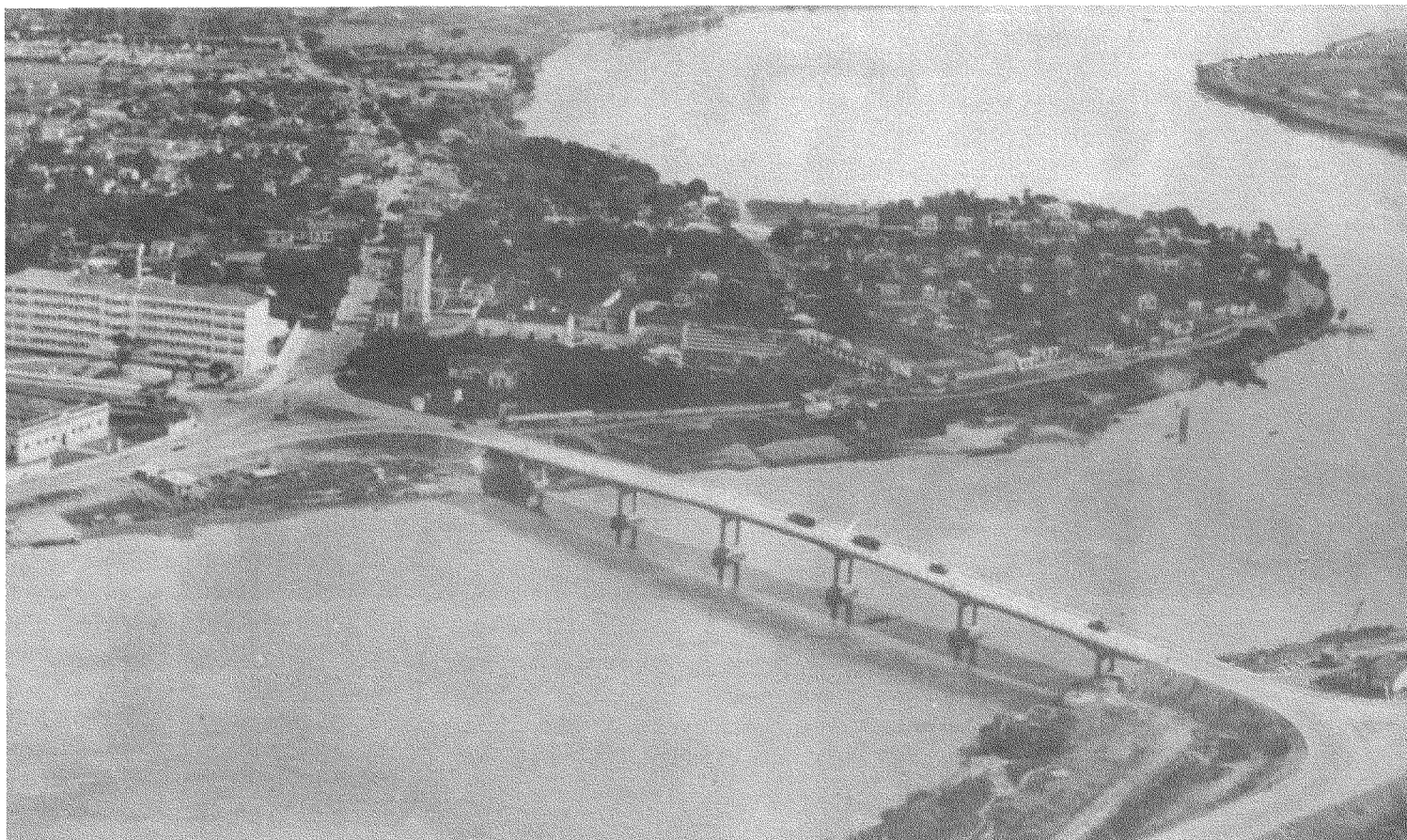
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Madeira bruta	m3	7 609	15 322
Mármore bruto	»	6 200	15 418
Cimento	Tonelada	1 729	226 177
Cal	»	2 653	1 588
Carvão vegetal	»	405	1 213

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar	Tonelada	172 449	1 151 594
Álcool	Litro	25 058 180	122 121
Aguardente	»	4 647 818	28 049
Tecidos	Metro	7 086 000	96 000
Tijolos	Milheiro	19 000	1 235

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O Município é bem servido por quase todos os meios de transporte utilizados. Assim é que, no que se refere à ferrovia, registra-se a Estrada de Ferro Leopoldina, que possui na cidade de Campos um movimentado entroncamento, dispondo tôda a sua rêde férrea de 28 estações, 18 paradas e 10 postos telegráficos, conforme especificação seguinte: *Ramal Barão de Mauá,* com 41,1 km, e as paradas de Panorama (PT), Batalha (P), Dores de Macabu (E), Guriri (E), Luzitano (P), Cupim (E); e Campos (E); *Ramal de Vitória,* com 65,2 km e as paradas de Crespo (PT), Maranhão (PT), Abadia (PT), Travessão (E), Guandu (E), Conselheiro Josino (E), Morro do Côco (E), Guarataia (P), Paraíso (P), Murundu (E), Pontilhão do Arco (P), Santa Bárbara (E), Doutor Peçanha (P), Santa Maria (E) e Santo Eduardo (E); *Ramal de Atafona,* com 11,7 km, e as paradas de Seguro (PT), Carlos de Lacerda (PT), Airizes (P), Martins Lage (E) e Floresta (P); *Ramal de Miracema,* com 24,3 km, e as paradas de Santa Cruz (E), Dr. Jerônimo Batista (P), Fazenda Grande (P), Itereré (E) e Javarena (P); *Ramal de Porciúncula,* com 56,2 km, e as paradas de Palmares (PT), Doutor Matos (E), Cardoso Moreira (E), Taipabas (P), Italva (E), Erli (P), Paraíso (E) e Dego (P); *Ramal de Santo Amaro de Campos,* com 39,10 km, e as paradas de Beco (PT), Dona Ana (E), Goitacazes (E), Ponto da Cruz (P), Leitão (P), Mateca (P), Taí (P), José Amaro (E), Saturnino Braga (E), Coqueiros (PT), Coqueiros (P), Mussurepe (E), Baixa Grande da Leopoldina (E), e Santo Amaro de Campos (E); *Ramal de Barão de São José,* com 13,4 km, e as paradas de Cambaíba (E), Poço Gordo (PT) e Barão de São José (E). O Município conta com 250 km de rodovias de propriedade municipal e

Palacete Pirapetinga.

Vista parcial da cidade.

871 km de propriedade estadual, tôdas de terra melhorada. Possui um movimento diário de 1 800 veículos em tráfego, sendo cêrca de 1 300 de caminhões e automóveis. É servido, também por um aeroporto, o de Bonsucesso, no distrito de Guarus, do qual se utiliza a Real-Aerovias S/A, que liga a sede municipal diretamente à capital da República e à cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Possui, ainda, o campo de pouso de Queimados, onde, antes de ser construído o de Bonsucesso, desciam aviões de maior porte e que tem hoje as características de pequeno aeroporto particular. A navegação fluvial é praticada de forma empírica atualmente, devido à queda do volume das águas dos rios locais, por meio de embarcações típicas da região e denominadas de "pranchas", que têm forma rústica, sendo movidas a vela, ligando as localidades de Campos a São João da Barra. As "pranchas" e canoas de menor calado impulsionadas a varejão trafegam no rio Paraíba um pouco mais acima de Campos, subindo parte do trecho do rio Muriaé, até onde permite o volume de água e sua parte encachoeirada. Não conduzem passageiros mas razoável montante de carga. A cidade de Campos é atendida por 8 linhas de ônibus urbanos e o município é ligado a outros locais por 15 linhas interdistritais e 8 intermunicipais, o que dá idéia de quanto se faz intenso seu movimento de transportes coletivos, além do serviço urbano de ferrocarris prestados pela Emprêsa Fluminense de Energia Elétrica.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal possuía, em 31-XII-56, cêrca de 40 estabelecimentos atacadistas e mais de 1 300 varejistas. O giro comercial, em 1956, elevou-se a 4 240 milhões. As vendas de mercadorias, a fim de que se possa fazer interessante análise da importância do comércio campista, atingiu, em 1949, conforme os dados do Recenseamento Geral de 1950, Cr$ 631 078 000,00, sendo que Cr$ 276 373 000,00 no comércio atacadista e .... Cr$ 354 705 000,00 no varejista. A tabela dos elementos colhidos a essa época e que se apresenta, linhas a seguir, compara os valores do comércio de Campos com Niterói revelando aspectos interessantes da importância das atividades daquele município norte-fluminense:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR DAS VENDAS		
	Total	Dos estabelecimentos	
		Atacadistas	Varejistas
Números absolutos (Cr$ 1 000)			
Estado do Rio de Janeiro	5 200 845	1 799 220	3 401 625
Niterói	1 248 443	559 068	689 375
Campos	631 078	276 373	354 705
% de Campos			
Sôbre o Estado do Rio de Janeiro	12,13	15,36	10,43
Sôbre Niterói	50,55	49,43	51,45

Na sede municipal estão localizadas duas matrizes e 10 agências bancárias. A agência local da Caixa Econômica Federal possui, disseminadas em todo o território municipal (30-VI-1957), 37 377 cadernetas, com um volume de depósitos de Cr$ 87 157 812,60. São instituições bancárias que militam, fomentando a economia campista o Banco do Brasil S.A., o Banco Brasileiro de Descontos S. A., o Banco Comercial e Hipotecário de Campos, S. A., Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A., Banco de Crédito do Estado do Rio S. A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A., Banco Hipotecário e Agrícola, Banco da Lavoura de Minas Gerais, S. A., Banco dos Lavradores da Cana-de-açúcar do Estado do

Instalação de *Troley-Bus.*

Rio S. A., Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S. A. e Banco Ribeiro Junqueira S.A. A situação dos saldos bancários em 28 de fevereiro de 1957 era a que se segue: Caixa em moeda corrente — Cr$ 43 871 000,00; Empréstimo em conta corrente — Cr$ 307 722 000,00; Empréstimos hipotecários — Cr$ 2 150 000,00; Títulos descontados — Cr$ 378 782 000,00; Depósitos a vista e curto prazo — Cr$ 567 070 000,00; e Depósitos a Prazo — .... Cr$ 88 743 000,00.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral condensam-se as maiores riquezas de Campos. A bacia do Muriaé é zona riquíssima em mármores e cal. O município está incluído, também, em região de interêsse de exploração petrolífera, na conformidade de conclusões a que chegaram os órgãos governamentais a propósito de estudos que realizaram. No reino animal, a não serem as reservas piscosas da lagoa Feia, onde se localiza a Cooperativa de Pesca Z-22, nada há de importante a consignar-se. Já no reino vegetal, a devastação das florestas empobreceu por demais a região no tocante às suas principais riquezas, ainda que em trechos do vale do rio Prêto e algumas zonas do norte fluminense se constatem a existência de rarefeitas reservas florísticas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Campos é um centro urbano dotado dos indispensáveis requisitos de uma cidade moderna. Desenvolve-se por tôda a margem direita do rio Paraíba do Sul, deslocando-se para o interior da planície, em cuja área já se constroem edifícios de muitos andares, residências no estilo funcional e vivendas revestidas de todo o confôrto. Dispõe de excelente teatro, salas de projeção com cinemascopio e ar refrigerado, clubes desportivos com piscinas e intenso movimento cultural associativo. Possui 66 ruas calçadas a paralelepípedos, pedras irregulares, concreto e macadame betuminoso; usa-se, também, nesse calçamento, o sistema vulgarmente chamado de "terra melhorada", obtido por meio de mistura de recife triturado. Registram-se, ainda, os seguintes melhoramentos urbanos: 3 122 aparelhos telefônicos instalados; 12 787 ligações elétricas; e 5 348 domicílios servidos por abastecimento de água. A cidade esta servida por 15 hotéis e 8 pensões, que são insuficientes para atender aos que os procuram.

COMUNICAÇÕES — No setor das comunicações a comuna é servida pela excelente rêde postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, dispondo, ainda, da Companhia Telefônica Brasileira, que presta valiosos serviços à coletividade campista. Registra-se, por outro lado, a

Praça São Salvador

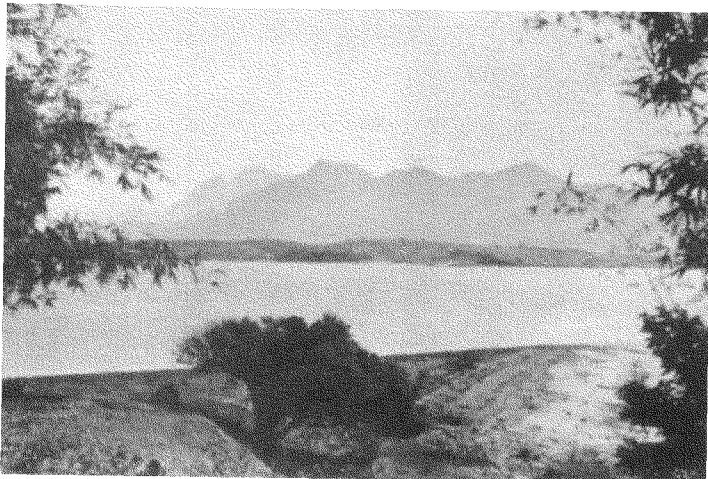
existência de uma rêde telegráfico-telefônica da Estrada de Ferro Leopoldina, de uso privativo. Duas radioemissoras servem ao município e são elas: Rádio Cultura de Campos, que dispõe de ondas longas e curtas e freqüência de ..... 1 100 kc/s, em antena de 5 000 w; e a Rádio Continental, que só dispõe de ondas longas, na freqüência de .... 1 490 kc/s e 1 000 watts.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há em Campos 4 hospitais, dispondo, em 31-XII-55, de 529 leitos, sendo que um dos hospitais se destina à população infantil. Está dotado de postos ou ambulatórios das seguintes entidades autárquicas, como Serviço de Assistência Médico-Domiciliar de Urgência S.A.M.D.U., I.A.P.I., I.P.A.S.E., I.A.P.B., I.A.P.E.T.C., SESI e L.B.A. O Departamento de Endemias Rurais possui postos disseminados pelas seguintes localidades: Cambaíba, Carvão, Cupim, Itereré, Matutu, Santa Cruz e Morro Grande, no distrito de Campos; 3 no distrito de Goitacazes; um em Baixa Grande, no distrito de Mussurepe; 3 no distrito de Guarus; 3 no

Grupo Escolar José do Patrocínio.

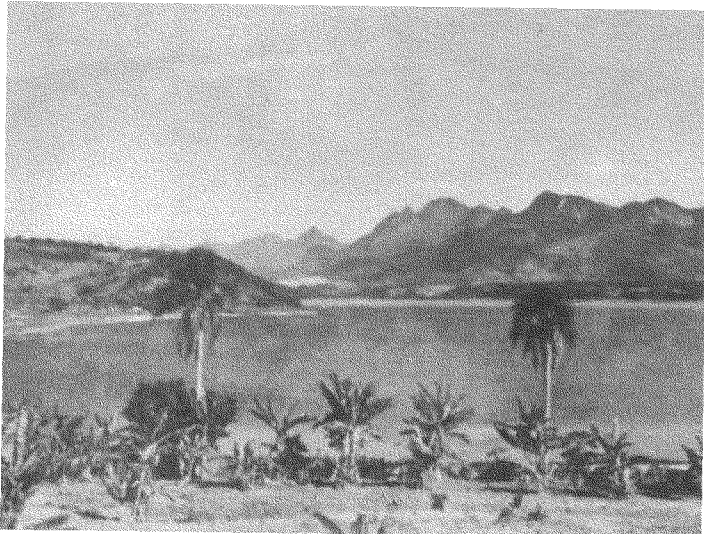
distrito de Travessão; 1 em Italva, distrito do mesmo nome; 1 em Novo Horizonte, distrito de Morangaba; 2 no distrito de Ibitioca; 2 no distrito de Macabu; 1 em Vila Nova, distrito de Morro do Côco; 1 na Usina Santana, distrito de Cardoso Moreira; 2 no distrito de São Joaquim; e 1 na Rua Conselheiro Otaviano, 93, na cidade de Campos. As Usinas de Poço Gordo, Queimado e Santa Cruz mantêm departamentos ou ambulatórios para dar assistência a seus empregados, e a Usina de São José, um bem organizado hospital. O Estado, de seu turno, contribui com o Centro de Saúde de Campos, o Pôsto de Saúde de Cardoso Moreira e o Laboratório de Campos para pesquisas de elementos patológicos. Pode-se contar, afora as unidades acima especificadas, mais 14 postos, ambulatórios ou serviços de assistência de natureza particular que, na sede municipal, beneficiam a diversas classes.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população presente de 5 anos e mais, cêrca de 45%, no município, sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956 constatava-se a existência das seguintes unidades escolares em funcionamento: ensino pré-primário — 8; fundamental comum — 190; e fundamental supletivo — duas. Já no ensino não primário, registrava-se o cadastramento de 5 unidades do ensino secundário, uma do agrícola, 3 do industrial, 4 do comercial, 7 do artístico e 10 outras de categorias e tipos vários.

Lagoa de Cima.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro demonstrativo de linhas a seguir melhor especifica o assunto:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	42 325 415	59 883 811	19 215 396	13 742 671	19 534 296
1951	50 108 940	75 206 333	23 467 525	15 910 521	25 831 019
1952	55 863 824	82 098 683	24 069 659	17 140 431	26 552 586
1953	80 842 657	94 762 420	28 999 134	19 352 608	31 784 538
1954	91 449 893	118 337 368	33 295 513	19 076 427	37 073 583
1955	123 399 152	163 837 272	38 166 942	23 232 104	46 514 297
1956	135 199 413	203 516 004	50 155 856	33 606 899	54 127 832

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Não há particularidades de maior interêsse para que se faça menção mais destacada do que a igreja do antigo Seminário da Lapa, a igreja de Nossa Senhora do Têrço, o Solar do Colégio, em Goitacazes, o Mosteiro de São Bento, em Mussurepe, o Solar do Visconde, em Goitacazes, o Solar dos Airizes, no distrito de Campos, o Solar do Braga e o Palacete Pirapetinga, tombados pelo Serviço de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional.

Outro aspecto da lagoa de cima.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A paisagem constante da maior parte do território campista são os canaviais ondulantes. O seu solo, quase todo plano, apresenta, entretanto, ao norte, noroeste e oeste, entre outras, as serras de Santo Eduardo, Pedra Lisa, Baú, Onça, Sapateiro e Mocotó, localizando-se nesta última o ponto culminante do sistema orográfico campista, que é o pico de São Mateus, com 1 880 metros. O vale do rio Prêto é conhecido pelas suas excelentes condições climáticas e pela constatação de alguma reserva florestal. Possui o município alguns pequenos cursos d'água banhando o seu território, bem como os canais de Macaé—Campos, numa extensão de 100 km, Cula ou Grande e o da Flecha, que liga a lagoa Feia ao Oceano Atlântico. A lagoa Feia, medindo 130 km de circunferência, é a maior do Estado do Rio de Janeiro, sendo bastante piscosa.

Vista parcial da cidade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O movimento cultural desportivo e associativo em Campos é bem importante. Possui uma liga de esportes náuticos, uma de esportes terrestres, 3 clubes de natação e regatas, 1 clube de iatismo, duas instituições de motociclismo e ciclismo, 1 aeroclube, duas academias de letras, 4 grêmios cívico-literários, 2 grêmios de cultura teatral, uma organização de canto orfeônico, 1 clube de poesia e 1 jóquei clube, representações de instituições internacionais, como o Rotary Club, além de cêrca de 60 outras entidades desportivas de práticas das mais variadas. Campos conta ainda com as seguintes organizações musicais de tradição: Sociedade Musical Lira de Apolo, Corporação Musical Lira Guarani, Sociedade Musical Operários Campistas, Lira São José, Sociedade Musical Lira Conspiradora, tôdas na sede municipal, e Sociedade Musical Nossa Senhora da Penha, em Tocos, distrito de Goitacazes, e Sociedade Musical Nossa Senhora das Dores, em Dores de Macabu. Tem além do mais seis jornais: "O Monitor Campista", terceiro em antiguidade no país, fundado em 1834; a "Fôlha do Comércio", órgão oficial da Associação Comercial local e mais a "A Notícia", "O Dia", "A Cidade" e a "Fôlha do Povo", editando-se, também a revista de poesia "Horizonte 22". Há 3 bibliotecas importantes em funcionamento na sede municipal: a Biblioteca Municipal com 11 300 volumes, com um movimento médio de 20 mil consultas; a Biblioteca e Discoteca Azevedo Cruz e a da Sociedade Fluminense de Medicina e Cirurgia, com menor número de volumes, estas, porém, semipúblicas.

CURIOSIDADES LOCAIS — Além das particularidades precedentemente citadas, como seja, a de caráter histórico, da intromissão de Joaquim Silvério dos Reis nos atribulados sucessos da crise dos Assecas, que depois da Inconfidência Mineira se refugiou em Campos e do fato de possuir o município, o 3.º jornal em antiguidade no país, — ressalta-se ainda a de que Campos foi o primeiro município a ter iluminação elétrica, cujo ato inaugural foi presidido pelo próprio Imperador D. Pedro II, no dia 24 de junho de 1883. A cidade oferece o que há de mais confuso em matéria de influência arquitetônica na construção dos seus edifícios. Vêem-se, em pleno centro urbano, belos solares de priscas eras, espremidos, por vêzes, entre uma residência moderna no estilo funcional e uma casa rebuscada de inovações, sem qualquer gôsto, neste particular. Há, no entanto, obras interessantes como as igrejas do Perpétuo Socorro e a Catedral, dignas de se fazerem inseridas nos Guias Turísticos como obras religiosas importantes, bem como o templo da Igreja Batista, na Rua Conselheiro José Fernandes, e o edifício do Fôro, que de linhas greco-romanas, dão um colorido interessante à cidade. Vem-se transformando em agradável objetivo de turismo a lagoa de Cima, a que alguém já denominou de "lago suíço em terras tropicais", que fica situada no distrito de Ibitioca. Ali foi há algum tempo fundado o Iate Clube Lagoa de Cima, cuja sede esportiva já se acha levantada. Por influência daquele fato, projeta-se construir um moderno hotel anexo à sede social, formando o conjunto importante centro turístico.

VULTOS ILUSTRES — No panorama histórico de Campos destacam-se alguns nomes representativos. Para que se dê divulgação apenas aos mais brilhantes, é de citar-se, em primeiro lugar, o de Benta Pereira (1675-1760) que desempenhou papel relevante na sublevação de 21 de maio de 1748, na reação dos viscondes de Asseca e em defesa da liberdade do povo. O de Nilo Peçanha (1867-1924) que teve brilhante carreira política, até chegar à Presidência da República. Nasceu em Campos, também, o Almirante Saldanha da Gama (1846-1895), que participou de vários combates navais, tendo tomado parte ativa na revolta contra o govêrno de Floriano Peixoto. Entre os homens de letras vale referir José do Patrocínio (1851-1905), escritor e jornalista, cujo nome ficou ligado à história da abolição da escravatura. Foi brilhante membro da Academia Brasileira de Letras e publicou, entre outras obras, os romances "Mota Coqueiro" e "O Retirante".

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa, o município compõe-se dos seguintes distritos: Campos, São Sebastião de Campos, Cardoso Moreira, Dores de Macabu, Goitacazes, Guarus, Ibitioca, Italva, Morangaba, Morro do Côco, Mussurepe, Paciência, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Joaquim e Travessão.

CANTAGALO — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

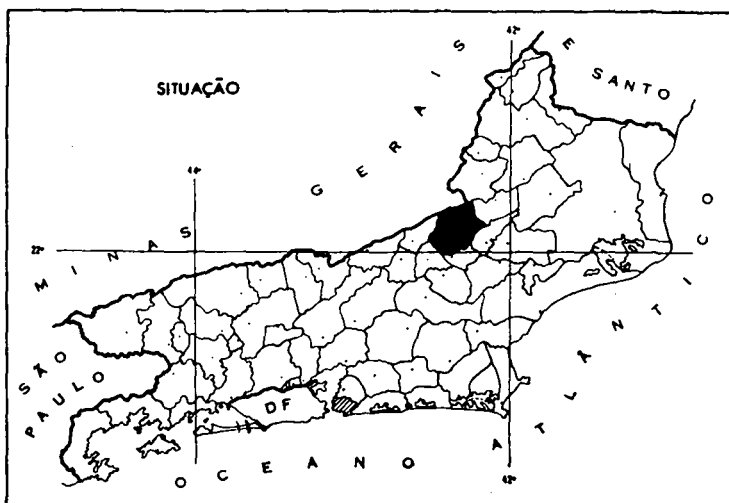
HISTÓRICO — O território do município de Cantagalo era, primitivamente, habitado pelos índios Coroados e Goitacazes, que dêle só desapareceram, totalmente, por volta de 1855. O seu povoamento teve início em meados do século XVIII, motivado pela febre do ouro que atraía os aventureiros para os locais onde se manifestava a existência do precioso metal. Foi por essa época que o celebrizado bandoleiro português Manoel Henriques, cognominado o "Mão de Luva", deixando as terras das Minas Gerais onde campeava, com seu bando se dirigiu para esta região, em busca das vertentes dos córregos afluentes dos rios Macuco, Negro e Grande, no afã de conseguir, pela garimpagem clandestina, a riqueza fácil que as notícias, transmitidas pela voz popular, ali diziam existir. O bando de "Mão de Luva" localizou-se no lugar em que hoje se ergue a "Usina Cantagalo", dando origem à formação de um núcleo, o qual, em 1784, já se compunha de umas 200 moradias, onde habitavam os aventureiros, em companhia de mulheres e crianças já dali naturais. Contra êsses transgressores que fraudavam os direitos da Coroa portuguêsa, a que estava afeto o monopólio da exploração dos garimpos, foram efetuadas em 1786, várias diligências, por ordem de D. Luiz de Vasconcelos e Souza, vice-Rei do Brasil, diligências que terminaram com a captura do renegado, português e de seu bando. A prisão dos aventureiros foi motivada por uma circunstância curiosa, a qual, segundo a tradição, deu origem à atual denominação do município. Após inúmeras batidas pelos matos, já bantante cansados e desanimados, os agentes do govêrno se preparavam para retroceder, quando ouviram o *canto de um galo*. Penetrando mais a fundo na mata, encontraram, dormindo à sombra de uma árvore, um dos companheiros de "Mão de Luva", que imediatamente foi prêso. Sob promessas de liberdade e dinheiro, denunciou êle seus companheiros que foram capturados quase sem resistência, sendo todos enviados, em degrêdo, para a África, onde terminaram sua carreira de crimes e de aventuras. Seja verídica ou não a ocorrência pitoresca em que se teria envolvido o componente do grupo de "Mão de Luva", o certo é que foi por volta do ano de 1786 que a localidade passou a ser denominada de Cantagalo, em substituição ao seu antigo nome de "Sertão de Macacu".

Motivado pela fama dos riquíssimos veios auríferos, que em Cantagalo se dizia existir, começaram a afluir à localidade aventureiros de tôda parte, na ambição de prosseguirem a garimpagem iniciada pelo bandido português. Dolorosa decepção, porém, lhes estava reservada, pois verificaram que os bandoleiros haviam quase esgotado os pobres filões existentes na zona.

O desenvolvimento de Cantagalo, todavia, não deve ser atribuído sòmente ao ouro que para lá atraiu os primeiros colonizadores. O elemento negro, introduzido mais tarde pelos colonos, representa também papel preponderante na formação de seu patrimônio social e econômico. Foi devido a êle que as terras do atual município se cobriram de vastas plantações de café, milho, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, etc., situando a localidade numa das mais destacadas posições na Província chegando, mesmo, no seu período áureo, a ser cognominada de "Celeiro da Terra Fluminense".

Igreja — Matriz.

O município foi criado pelo Alvará com fôrça de lei, de 9 de março de 1814, que erigiu "em vila o arraial e distrito das Novas Minas de Cantagalo, com a denominação de — Vila de São Pedro de Cantagalo —, tendo por limites todo o território que se compreende desde o rio Paraíba, no lugar em que fôr levantada a vila, correndo pelo alto da Serra dos Órgãos a partir com os Termos das Vilas de Magé, Macacu, Macaé e Campos dos Goytacazes, até fechar no mesmo rio Paraíba, o qual servirá de divisa em toda a extensão da parte da Província de Minas Gerais; ficando compreendida nestes limites a Aldeia da Pedra, que até agora pertencia ao Termo da Vila de São Salvador dos Campos, que é desmembrada com todo o território do alto da serra a dentro, para ficar pertencendo à Vila de São Pedro de Cantagalo e à comarca do Rio de Janeiro". Com a Abolição da Escravatura, em 1888, o município sofreu um abalo econômico tremendo, de que até hoje se ressente, notadamente no setor agrícola no qual se observou a decadência geral das lavouras e o desaparecimento das grandes culturas de café. Atualmente, Cantagalo, pelo labor de seus filhos, procura-se refazer do golpe econômico que o atingiu em cheio. É a redenção que começa.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal: 21° 58' 55" de latitude Sul e 42° 22' 20" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 127 km. Rumo em relação à capital do Estado: N.N.E. O município fica localizado na Zona Fisiográfica de Campos.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 376 m na sede municipal.

CLIMA — O clima de Cantagalo é reputado salubre, apesar das repentinas mutações climatéricas, motivadas, naturalmente, pela devastação de suas matas, outrora pujantes. No que concerne à temperatura, as médias, em graus centígrados, ocorridas, em 1956, foram: das máximas 31; das mínimas 7; compensada 19.

ÁREA — Corresponde a 778 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 21 487 habitantes, sendo 10 938 homens e 10 549 mulheres. O quadro rural da população cantagalense contava com 17 146 pessoas, o que evidencia, naturalmente, a tendência da gente local para fixar-se nos meios rurícolas. O quadro que se segue distribui os moradores por distrito e domicílio, oferecendo interessantes particularidades.

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cantagalo	6 412	3 155	3 257	1 284	1 498	95	117	1 776	1 642
Boa Sorte	4 677	2 413	2 264	41	45	45	37	2 327	2 182
Euclidelândia	3 138	1 616	1 522	156	162	138	125	1 322	1 235
Santa Rita da Floresta	2 785	1 432	1 353	164	186	27	25	1 241	1 142
São Sebastião do Paraíba	4 475	2 322	2 153	87	96	7	6	2 228	2 051

O Departamento Estadual de Estatística, pelo seu setor especializado, estimou a população municipal, para 1955, em 24 002 pessoas.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Conforme cálculos levados a têrmo, cêrca de 70% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura e pecuária". As atividades fundamentais à economia cantagalense são a agricultura, a pecuária, e, por fim, a indústria. As principais culturas agrícolas locais são: café, arroz, milho e cana-de-açúcar. O valor da produção pecuária atingiu, em 1955, aproximadamente cem milhões de cruzeiros, sendo bastante destacada, no município, a produção e exportação do leite. A indústria (ocupando 5% da população ativa) valia, em 1954, quase 50 milhões de cruzeiros, sendo seu principal ramo o dos produtos alimentares. Os quadros que se seguem dão, todavia, melhor idéia no que se refere ao assunto em epígrafe:

Produção agrícola — 1956 (a)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Tonelada	3 300	15 400
Café em caroço	»	765	7 650
Arroz com casca	»	840	6 020
Feijão	»	198	2 145
Cana-de-açúcar	»	10 600	2 120

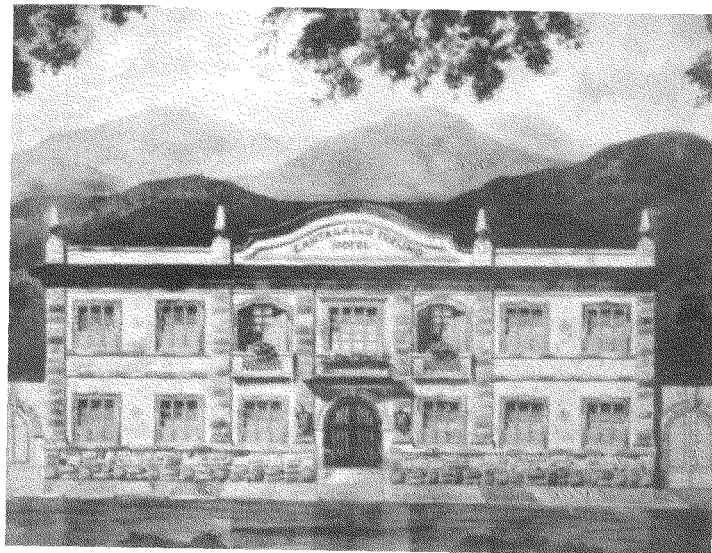
Produção extrativa — 1956 (a)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedras calcárias	Tonelada	7 500	1 125
Argila e barro	»	9 000	720
Vegetal			
Lenha	m3	100 000	9 000
Animal			
Cêra de abelhas	Quilograma	3 000	180
Mel de abelhas	»	8 500	340

Produção industrial — 1956 (a)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Massas alimentícias	Tonelada	371	5 268
Leite beneficiado	Litro	6 635 164	17 704
Cal	Tonelada	924	856
Manteiga	»	105	6 186
Aguardente	Litro	39 000	710

(a) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina que aí tem, num percurso ferroviário de 41,3 km, as estações de Cantagalo, Euclidelândia e Boa Sorte, e as paradas de Lavrinhas, Gavião, Volta Bonita, Vaz, Guedesmar, Volta do Rio, Pires e Lontra. O parque rodoviário cantagalense constitui-se de 143 quilômetros, sendo 104 km de propriedade e administra-

Cantagalo Turismo Hotel.

Vista parcial do Palacete do Gavião.

ção do Estado, 32 km municipal e 7 simultâneamente estadual e municipal. A sede municipal dista da capital do Estado, por via rodoviária, 151 km, e, por via ferroviária, 165 km. O município está servido por 3 linhas de ônibus interdistritais e 3 intermunicipais. Até 30 de março de 1956 a Prefeitura local havia licenciado 68 automóveis e 52 caminhões.

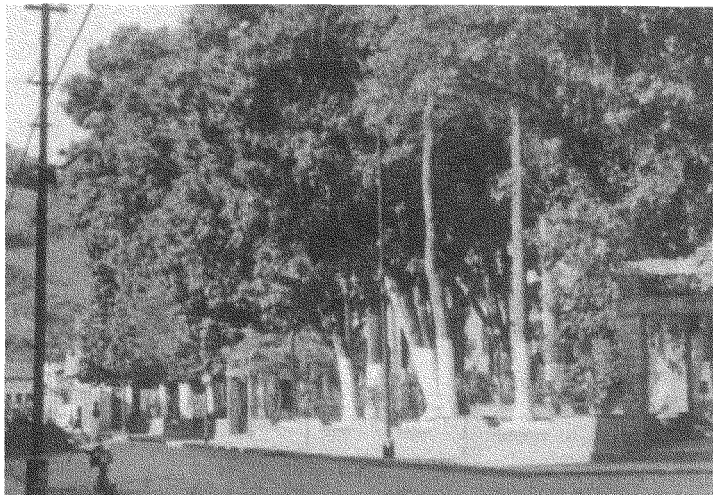
COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, 3 estabelecimentos comerciais atacadistas e 20 varejistas. São principais mercados da produção local: Cordeiro e Nova Friburgo. Mantém relações comerciais aquêles estabelecimentos com as praças do Distrito Federal, Niterói e Nova Friburgo. Os artigos importados e indispensáveis às necessidades locais são: gêneros alimentícios, produtos farmacêuticos, tecidos, ferragens, etc. As agências bancárias que prestam serviços à praça local são: o Banco Agrícola de Cantagalo S. A. e o Banco do Brasil S. A. Os saldos bancários existentes em 28 de fevereiro de 1957 eram: caixa em moeda corrente Cr$ 4 735 000,00; empréstimos em conta corrente Cr$ 35 627 000,00; empréstimos hipotecários Cr$ 561 000,00; títulos descontados .... Cr$ 32 727 000,00; depósitos a vista e a curto prazo .... Cr$ 27 212 000,00; depósitos a prazo Cr$ 3 588 000,00.

RIQUEZAS NATURAIS — Segundo estudos processados, no que se refere ao reino mineral, Cantagalo é rico em depósitos calcários, possuindo, também, reservas de mármores, malacacheta, amianto e manganês, além de alguns veios auríferos já quase esgotados. O mármore é extraído, de preferência, nas regiões de serra, onde se acham situadas as célebres cavernas naturais, denominadas "grutas da pedra Santa". No reino vegetal, conquanto se verifique acen-

Cachoeira do Ronca Pau.

tuada devastação florestal, sobressaem das suas matas espécies de madeiras, tais como, braúna, ipê, cedro, sucupira, jequitibá, peroba, vinhático, etc. No que se relaciona à fauna terrestre, observa-se, todavia, a existência de pacas, macacos, tatus e outros espécimes de menor porte, apesar de se tornarem, ùltimamente, muito raros. A fauna aquática, bastante rarefeita, possui espécimes comuns à região.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Cantagalo, sede do município de igual nome, está servida de iluminação pública e domiciliária, tem rêde de abastecimento de água e possui rêde de esgotos sanitários. A pavimentação dos seus logradouros é de paralelepípedos, sendo de 60% a área calçada pois que o restante não tem pavimentação de tipo algum. Entre os vários melhoramentos urbanos de que pode dispor destacam-se 160 aparelhos telefônicos instalados, 490 ligações elétricas efetivadas e 338 domicílios servidos por abastecimento de água. Tem ainda 2 hotéis, duas pensões e 1 cinema.

COMUNICAÇÕES — A principal rêde de comunicações do município é a do Departamento dos Correios e Telégrafos que mantém uma Agência Postal-telegráfica na sede municipal, agências postais em Santa Rita da Floresta, São Sebastião do Paraíba, Gavião e Chave do Pires; agência

Praça dos Melros.

postal-telefônica em Euclidelândia e postos de correios em Boa Sorte e Campo Alegre. Como instituição de comunicações de natureza particular, conta-se a rêde telegráfica e telefônica da Estrada de Ferro Leopoldina, que opera exclusivamente para a referida ferrovia, ligando, entre si, Cantagalo, Euclidelândia e Boa Sorte. Há, também, uma emprêsa telefônica, a de João de Abreu Júnior, com sede na Fazenda Itaoca, além da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe, na sede municipal, como instituição hospitalar, a Casa de Caridade de Cantagalo, com 24 leitos. Conta, ainda, a sede do município, com os seguintes estabelecimentos de assistência paraospitalar: Pôsto de Saúde de Cantagalo, mantido pelo Govêrno estadual, e um núcleo assistencial da Legião Brasileira de Assistência. No interior, há postos de saúde do Govêrno do Estado, em São Sebastião do Paraíba e Euclidelândia. O município tem 4 farmácias e exercem a profissão, na sede municipal, 3 médicos, 5 dentistas e 4 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 17 959 pessoas, de 5 anos e mais, computadas no Censo Demográfico de 1950, sabiam ler e escrever 6 265.

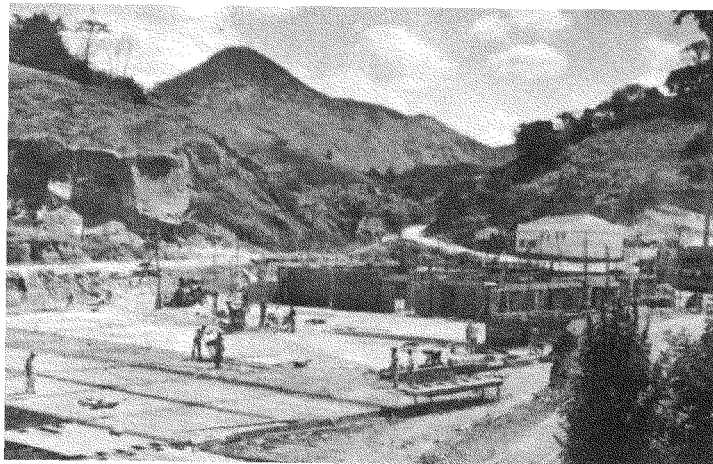
Ensino — A quota de crianças matriculadas no ensino primário, em 1955, correspondente a 31 unidades do ensino primário fundamental, era de 47%. Havia, além do mais, 4 unidades do ensino supletivo e uma do complementar. Das unidades do ensino não primário, comprovava-se a existência de duas do ensino secundário e uma do pedagógico, a Escola Normal Rural de Cantagalo.

FINANÇAS PÚBLICAS — Pelo quadro que se segue, tem-se uma idéia perfeita da situação financeira do município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	2 453	2 229	804	472	886
1951.......	2 977	2 844	1 056	479	1 116
1952.......	4 154	3 255	1 256	501	1 260
1953.......	5 403	3 280	1 540	518	1 068
1954.......	6 442	3 517	1 435	545	1 855
1955.......	3 910	3 912	2 215	757	1 781
1956.......	4 510	5 946	2 350	816	2 671

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A não ser a igreja Matriz, reputada como um dos mais belos templos do Estado do Rio de Janeiro, nada mais há que considerar como particularidade artística digna de relêvo. Citam-se porém, os seguintes monumentos: o dedicado ao inesquecível Euclides da Cunha, filho de Cantagalo, autor de "Os Sertões", obra ciclópica de um gênio e tantos outros trabalhos de indelével perenidade, o qual se situa na sede municipal, tendo sido inaugurado em 12-X-1919; o erigido em memória do Dr. Herculano José de Oliveira Mafra, grande esculápio a quem muito devem os cantagalenses, inaugurado em 1923; o monumento ao professor Manuel Vieira Batista, localizado no Jardim da Praça 15 de Novembro e inaugurado em 8-VII-1952; e, finalmente, o monumento comemorativo do centenário da elevação da sede municipal à categoria de cidade, tendo como fonte inspiradora a figuração do brasão municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de Cantagalo é sobremodo acidentado, com serras consideradas ramificações da serra de Friburgo. Destacam-se, dentre outras, Quilombo, Lavrinhas, Batalha, Jequitibá, Santa Teresa, Ana Joaquina, Floresta, Paraíba, Lopes, Prata, São Primo, Bela Vista, Águas Quentes, Gavião Novo e Samambaia. Como principais cursos de água do município citam-se: Paraíba do Sul, que o separa de Minas Gerais; Negro, cujas nascentes ficam situadas no município de Duas Barras; e Macuco, que é o maior afluente do Rio Negro. Tem, ainda, inúmeras quedas d'água, sobressaindo-se as seguintes: Ronca Pau, Paraíso, Nossa Senhora, Santo Antônio e Cachoeiras, no rio Negro. No rio Macuco encontram-se as denominadas Val das Palmas e Santa Clara. E, no córrego Quilombo, a de Val das Graças.

Grupo Escolar Barão de Nova Friburgo.

Cantagalo Fiação e Tecelagem (em construção).

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São dignos de registro, no que concerne às atividades culturais do município reveladores, sem dúvida, da sua evolução, 3 cooperativas, 3 clubes desportivos, uma liga de esportes, 1 grêmio literário (o denominado Euclides da Cunha), duas sociedades de cultura musical, 1 cine-teatro, 1 semanário, duas bibliotecas, uma loja maçônica e 1 estádio para prática de esportes.

VULTOS ILUSTRES — Cantagalo é berço privilegiado de vultos ilustres da vida pública brasileira e fluminense. Destacaram-se, como tal, Euclides da Cunha, cujas obras transpuseram fronteiras, vertendo-se para o inglês, francês, alemão e espanhol; Eduardo Durão, advogado de sólida cultura jurídica e jornalista brilhante; José Bento Vieira Barcelos, jornalista vibrante e político de destaque, chegando a ser presidente da Província de Alagoas em 1884; Honório Pacheco, advogado e político que se sobressaiu além-fronteiras estaduais; Modesto Leal que tanto brilhou na política quanto na literatura: Dr. Bernardes Clemente Pinto, conde de Nova Friburgo; Júlio Santos, que teve atuação excepcional como jornalista e político, ocupou uma cadeira no Parlamento Nacional; Rodolfo Albino, autor da "Farmacopéia Brasileira", que no âmbito de sua profissão teve atuação incomum e digna dos mais sinceros elogios; e, finalmente, Chapot Prevost, Teodoro Peckolt, Frederico Eyer, Augusto de Castro Lafayete, Herculano José de Oliveira Mafra e tantos outros fazem um rosário imenso de cantagalenses que, pela sua cultura, inteligência, patriotismo e desprendimento, honraram, sobremodo, a terra que teve a felicidade de lhes ser berço.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos seguintes distritos: Cantagalo, Boa Sorte, Euclidelândia, Santa Rita da Floresta e São Sebastião do Paraíba.

CARMO — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Carmo teve a sua colonização originada em virtude da construção de uma capela, erigida em seu território, em meados do século XIX. As terras que hoje se encontram situadas dentro de seu perímetro de jurisdição pertenceram, outrora, a diferentes proprietários de sesmarias, destacando-se entre êles o aíricultor Alexandre de Melo.

Transmite-nos a trapição que, de 26 a 28 de maio de 1832, os colonos João Henriques Monteiro, Joaquim Antônio Corrêa Neto, Manoel da Silva Cruz, Manoel Alves Guimarães, por si e por Manoel de Passos Corrêa, João Antônio de Carvalho, João Teixeira da Rocha, Germano Ferreira de Carvalho e Valeriano Maurício de Miranda, principais proprietários naquela fértil zona, então pertencente ao município de Cantagalo, mandaram fazer uma derrubada no local onde devia surgir o arraial de Samambaia, posteriormente denominado de Arraial do Carmo de Cantagalo, e a capela sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo. Na Ata de instituição da diretoria da capela, do patrimônio do Arraial do Carmo de Cantagalo consta "que no morro do mesmo nome, em 30 de janeiro de 1834, foi iniciada a edificação da Capela do Arraial do mesmo nome, tendo os doadores dos terrenos concorrido com suas presenças e serviços em número de 53 machados e foices, durante 4 dias, perfazendo ao todo 212 serviços" (*sic*). Em meados de 1842, após ingentes esforços e sacrifícios daqueles desbravadores, concluiu-se a construção da capela e iniciou-se o povoamento do arraial. Graças ao fato de ter sido a referida capela dedicada ao culto de Nossa Senhora, muito breve passou a localidade a ser conhecida pela denominação de "Arraial de Nossa Senhora do Monte do Carmo". Mais tarde, seu nome foi reduzido e simplificado para Carmo, denominação até hoje conservada.

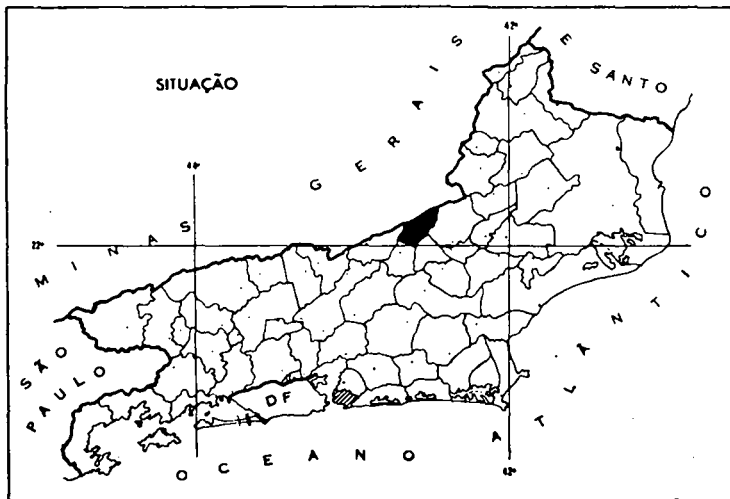
Carmo, mercê de suas terras férteis e seu clima ameno e saudável, exerceu grande fascínio sôbre os aventureiros e agricultores que, na segunda metade do século XIX, pervagavam as terras da rica Província do Rio de Janeiro em busca de riquezas naturais ou de solos apropriados ao trato agrícola. Os primeiros colonos que chegaram às terras de Carmo, no período citado, radicaram-se em diversos pontos de seu território, dando início às grandes plantações que, em breve, cobriram seus extensos campos. Em 25 de abril de 1846, graças à prosperidade observada na região, a novel localidade recebeu o predicamento de freguesia por efeito da Lei dessa data que tomou o n.º 369 e cujo texto era o seguinte: "Art. 1.º — Fica ereto em freguesia, com a mesma denominação, o curato de Nossa Senhora do Monte do Carmo, do têrmo da vila de Cantagalo". Em 13 de outubro de 1881, depois de movimentada campanha política, a freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo recebeu a emancipação que seu progresso ensejava. O artigo 1.º do Decreto n.º 2 577, dessa data, rezava: "Fica desmembrada do município de Cantagalo a freguesia — de Nossa Senhora do Monte do Carmo, e elevada à categoria de — vila — com a denominação de — Vila do Carmo —, pertencente à comarca de Cantagalo". No dia 26 de fevereiro de 1883, em meio a grande festividade, verificou-se oficialmente a instalação da nova vila.

Prefeitura Municipal.

Capela de N. S.ª dos Passos.

Segundo notícias fidedignas, at éos primórdios do regime republicano, próspera foi a situação da vila em questão. Seu comércio e, principalmente, suas lavouras, apresentavam características evidentes de prosperidade. Em 1888, com o advento da L i Áurea, muito sofreu a economia do município, quase que tôda ela esteada na agricultura; todavia, em 12 de dezembro de 1889, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade, sendo nessa mesma data, pelo Decreto n.º 8, criada a comarca, que embora extinta pelo Decreto n.º 667, de 16 de fevereiro de 1901, foi restabelecida em 1906, pela Lei n.º 740, de 29 de setembro.

Praça Getúlio Vargas.

LOCALIZAÇÃO — A sede muinicpal tem por coordenadas geográficas 21° 54' 42" de latitude Sul e 42° 35' 54" de longitude W.Gr., distando, em linha reta, da capital do Estado, 118 km — Rumo em relação à capital: N.N.E. Situação: Zona Fisiográfica de Cantagalo, à margem direita do rio Paraíba do Sul, que o separa do Estado de Minas Gerais.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 221 m na sede municipal.

CLIMA — O clima apresenta-se ameno na sede municipal. Temperatura média em graus centígrados, em 1956: das máximas 29,6; das mínimas — 14,6; compensada — 22,1.

ÁREA — Corresponde a 337 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 12 810 habitantes. O Recenseamento Geral de 1950 contou ali 11 468 pessoas, sendo 5 891 homens e 5 577 mulheres. Localizam-se na zona rural 84% da população. Os moradores distribuem-se conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Carmo	8 232	4 248	3 984	715	784	—	—	3 533	3 200
Córrego da Prata	1 263	655	608	80	78	—	—	575	530
Pôrto Velho do Cunha	1 973	988	985	85	83	—	—	903	902

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município alicerça sua economia na agricultura e na pecuária, sendo também de grande influência a indústria rural. Milho, arroz e café são os principais produtos de suas lavouras. É desenvolvida a indústria de laticínios. Suas atividades econômicas e o nível de sua produção poderão ser melhor observados nos quadros a seguir:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	225	4 500
Feijão	»	168	2 100
Milho	»	720	2 400
Banana	Cacho	44 000	880
Laranja	Cento	12 000	520

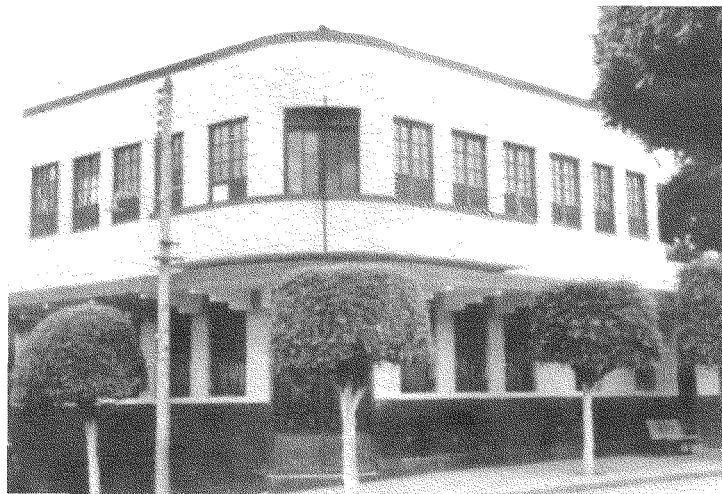
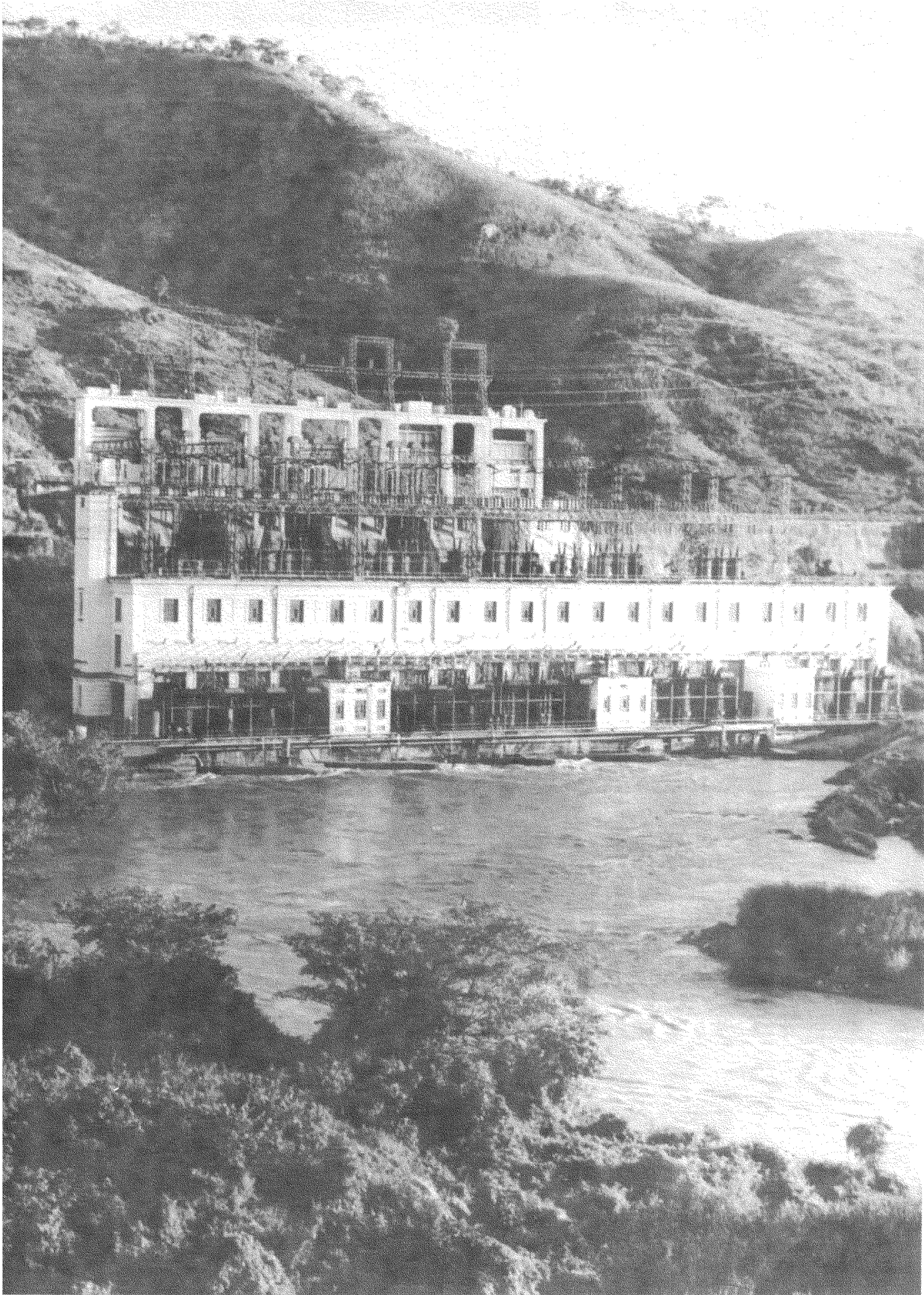
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra para construção	m3	10 000	420
Vegetal			
Carvão	Tonelada	400	320
Madeira	m3	5 000	3 000

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite pasteurizado	Litro	2 804 994	17 319
Fios de algodão	Tonelada	333	15 748
Calçados	Par	33 513	7 928
Manteiga	Tonelada	34	2 583
Creme de leite	»	11	548

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

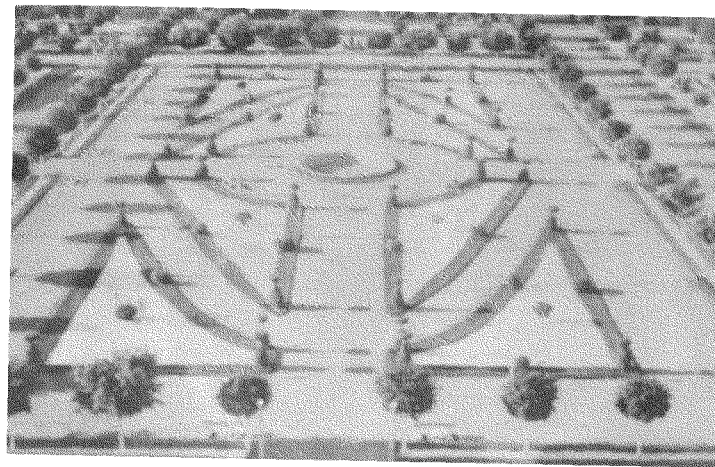
MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, ramal Pôrto das Caixas, RJ — Manhuaçu, MG —, localizando-se em seu território as estações e paradas seguintes: Barra de São Francisco (km 227,7), Livramento (km 231,9), Embarcadouro de Leite (km 238,7), Carmo, antiga Bacelar, na parte baixa da sede municipal (km 239,0) e Paquequer (km 247,8). Por esta estrada a sede municipal liga-se diretamente ao município de São José do Além Paraíba, no Estado de Minas Gerais, e Sumidouro e Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro. Passa pela sede do município a Rodovia

Agência do Banco Nacional de Minas Gerais.

Usina Ilha.

Praça Pública.

RJ-78, que começa em Monerá, onde faz junção com a Estrada-tronco Norte Fluminense, RJ-2, e termina na RJ-23, distante 12 km de São Francisco. Em Carmo tem início a RJ-33, que atinge a divisa do Estado de Minas Gerais, num percurso de 16,100 km, onde se comunica com a Rodovia Rio—Bahia, federal — Dista da capital do Estado, pela estrada de rodagem, 208 km. Da capital Federal, via Rio—Bahia, a distância é encurtada para 199 quilômetros.

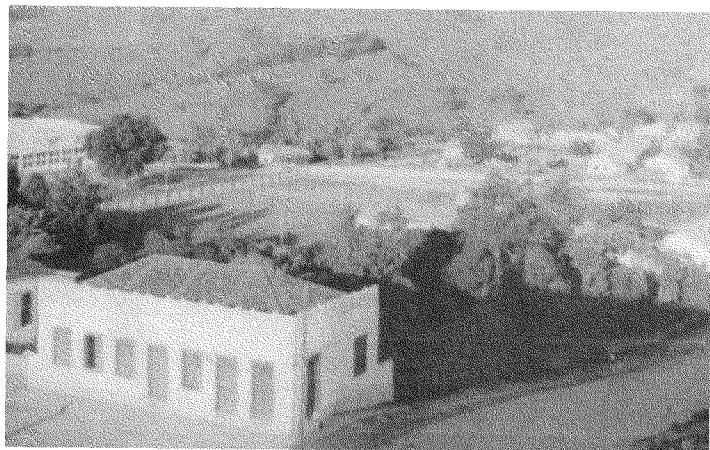
COMÉRCIO E BANCOS — Apresenta um comércio regular, havendo na sede municipal 14 estabelecimentos de comércio varejista e duas agências bancárias (Banco Nacional de Minas Gerais (escritório) e Banco Ribeiro Junqueira). Os saldos bancários, em 28 de fevereiro de 1957, eram representados pelo seguinte, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 1 651; Empréstimos em c/c — 197; Empréstimos hipotecários — 4 636; Depósitos a vista e a curto prazo — 7 013; Depósitos a prazo — 1 335. Comercia principalmente com as praças de Niterói, Rio de Janeiro, DF, Nova Friburgo e Petrópolis.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico do município está resumido a capoeirões e campos de pastagens, e a indústria extrativa, a exploração de lenha e carvão. Entretanto encontram-se ainda em suas matas alguma madeira de lei, destacando-se garapa, jequitibá, angico-vermelho e óleo-vermelho. É grande o potencial hidráulico, estando situada na comuna uma usina da Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, na ilha dos Pombos. Produzindo Carmo (1956) 513 934 100 kWh. Como riqueza mineral, além da argila, explorada para fabricação de tijolos e telhas, há reservas de mica, que não está sendo explorada na localidade de Quilombo.

ASPECTOS URBANOS — A cidade do Carmo tem boas edificações, ruas bem calçadas e praças caprichosamente ajardinadas. Entre os melhoramentos urbanos, a cidade possui: Aparelhos telefônicos — 6; Ligações elétricas — 442; Domicílios servidos pelo serviço de abastecimento de água — 454; Ruas Calçadas a paralelepípedos — 12. — Largamente estimado, o número de veículos em tráfego no município, diàriamente, é de 120.

Praça Getúlio Vargas.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município uma agência postal-telegráfica, na sede municipal, e agências postais em Barra do São Francisco, Córrego da Prata, Pôrto Velho do Cunha e Paquequer. Há na cidade serviço radiotelegráfico da Polícia Militar do Estado. A Companhia Telefônica Brasileira possui Postos Telefônicos na cidade — alto e estação — e em Pôrto Velho do Cunha.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os serviços de assistência médico-sanitária em geral são desenvolvidos pelo Pôsto de Higiene do Carmo, mantido pelo Govêrno do Estado. A Legião Brasileira de Assistência mantém um pôsto que se especializa na assistência à maternidade e à infância. É ainda de administração estadual o Hospital-

Igreja de N. S.ª do Carmo.

Vista parcial da cidade Baixa.

Colônia Teixeira Brandão, especializado em psiquiatria, com 150 leitos. No setor de assistência médica, o município possui: Médicos — 4; Dentistas — 4; Farmacêuticos — 4; Farmácias — 5.

ALFABETIZAÇÃO — Das 9 550 pessoas, maiores de 5 anos, presentes no Recenseamento Geral de 1950, 3 715 sabiam ler e escrever, sendo 2 000 homens e 1 715 mulheres. Êsse total representa 38% da população de 5 anos e mais. — Na cidade, sabem ler 422 homens e 416 mulheres de 1 303 habitantes maiores de 5 anos.

Ensino — Possui o município 18 estabelecimentos de ensino primário, sendo 12 mantidos pelo Estado, 5 pela Prefeitura Municipal e 1 particular. Há ainda 3 cursos noturnos, para educação de adultos. O ensino secundário é ministrado pelo Ginásio do Carmo, de dependência particular. Em 4 escolas, sob orientação do Estado, administra-se o ensino de noções rudimentares de agricultura.

FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas federal, estadual e municipal, bem como a despesa do município, estão representadas no quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 025	1 030	638	224	738
1951	1 795	1 561	904	240	748
1952	1 892	1 211	1 052	300	878
1953	848	1 755	1 440	305	1 625
1954	1 271	1 932	1 396	397	1 721
1955	1 660	2 362	1 731	522	1 569
1956	2 096	3 471	2 060	407	2 058

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Como pontos de interêsse artístico, pode ser citada a igreja de Nossa Senhora do Carmo, tôda construída em pedra, tendo nos beirais telhas portuguêsas. Além da igreja Matriz, há na cidade a capela de Nossa Senhora dos Passos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Além do Paraíba do Sul, os rios Paquequer, Quilombo, Quilombinho e os ribeiros Carmo, Prata, Glória, Encantado e outros formam a rêde fluvial do município. No encachoeirado do rio Paraíba do Sul, a Companhia Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro Ltda. construiu, na altura da ilha dos Pombos, importante usina hidrelétrica, com potência instalada de 162 000 quilovolts-ampère.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município 3 cinemas, 4 associações esportivo-culturais e duas artísticas.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, de acôrdo com a divisão administrativa atual, compõe-se dos seguintes distritos: Carmo, Córrego da Prata e Pôrto Velho do Cunha.

CASIMIRO DE ABREU — RJ

Mapa Municipal na pág. 157 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Casimiro de Abreu está situado na Zona da Baixada de Araruama, datando do início do século XVIII o desbravamento de seu território. O município atual originou-se da antiga aldeia dos índios Guarulhos, fundada pelo capuchinho italiano Francisco Maria Táli, no lugar hoje conhecido por Aldeia Velha. Em 1748 era erigida aí a primeira capela dedicada à Sacra Família, tendo a povoação nascente recebido, em 1761, foros de freguesia, sob a denominação de Sacra Família de Ipuca, declarada perpétua em 1800. Arruinada a capela e devido à ocorrência freqüente de surtos de epidemias na localidade, foi a sede da freguesia transferida para junto da foz do rio São João, onde se edificou uma igreja, consagrada a São João Batista.

Por fôrça da Deliberação de 31 de agôsto de 1843, o Govêrno provincial aprovou a demarcação dos limites da povoação de Barra de São João, realizada por uma Comissão criada por fôrça de Portaria datada de 13 de maio de 1843. Três anos mais tarde, o progresso verificado na florescente localidade era tal, que o govêrno, por efeito da Lei n.º 394, de 19 de maio de 1846, elevou-a à categoria de vila, com a denominação de Barra de São João, conservando os limites da freguesia em que ela estava colocada. Ao que se sabe, só 13 anos após a assinatura dessa Lei, conseguiram os habitantes de Barra de São João cumprir o disposto no art. 2.º do Decreto citado, que determinava que a vila não seria instalada enquanto não se construísse um edifício para as sessões da Câmara, pelo que, só em 15 de setembro de 1859 verificou-se a sua instalação.

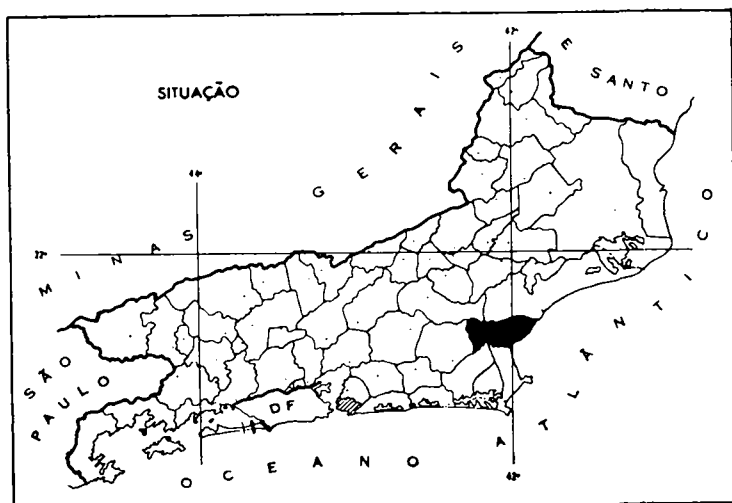
Logo de início êsse município teve regular desenvolvimento no que concerne à agricultura e, até fins do século XIX, conseguiu manter essa situação. Com a Lei da Abolição dos Escravos, a exemplo do que sucedeu com os demais municípios fluminenses, Barra de São João também sofreu um declínio notável na sua produção agrícola. Mais tarde, depois de 1890, devido ao desajustamento da economia municipal, provocado pela assinatura da Lei Áurea, a sede da comuna foi deslocada ora para Indaiaçu, ora para Barra de São João, até que a Lei n.º 1 989, de 10 de novembro de 1925, veio fixá-la em Indaiaçu que passou a denominar-se Casimiro de Abreu, por fôrça da Lei número 2 013, de 23 dêste mesmo mês e ano. Em 31 de março de 1938, por efeito do Decreto-lei estadual n.º 392-A, o município de Barra de São João teve o seu nome alterado para Casimiro de Abreu.

Últimamente, a comuna, devido à fertilidade, à riqueza de seu solo e à fibra de seus habitantes, que têm procurado suprir a falta de braços, com que luta a agricultura

Igreja de São João Batista.

da região, com o incremento de métodos agrícolas mais racionais e com a introdução de indústrias e da pecuária em seu território, vem-se reerguendo, ensejando a que se lhe augure, num futuro próximo, uma situação econômica e social relativamente boa, no conjunto das unidades fluminenses.

A comarca foi criada em virtude do Decreto n.º 80, de 5 de maio de 1890, tendo sido, porém, extinta pelo de n.º 8, de 19 de dezembro de 1891.

LOCALIZAÇÃO — A sede do município está situada a 22º 28' 54" de latitude Sul e 42º 12' 09" de longitude W.Gr., distando da capital do Estado, em linha reta, 105 quilômetros, na direção E.N.E. Localiza-se o município na Zona da Baixada de Araruama.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge apenas 17 metros na sede municipal.

CLIMA — Com exceção de um outro ponto alagadiço, o clima é bom. A malária que outrora infestava essa zona está extinta. O lugar denominado Córrego da Luz é tradicionalmente conhecido pelo seu clima saudável; embora próximo da sede, não é freqüentado em virtude de dificuldades de transporte.

ÁREA — Corresponde a 660 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 8 008 habitantes, sendo 4 210 homens e 3 798 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e segundo a situação do domicílio conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Casimiro de Abreu......	3 666	1 901	1 765	279	250	177	184	1 445	1 331
Barra de São João....	4 342	2 309	2 033	402	365	76	85	1 831	1 583

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população de Casimiro de Abreu, para 1955, em 8 945 habitantes.

MEIOS DE TRANSPORTE — Corta o município a Estrada de Ferro Leopoldina, ramal Barão de Mauá, DF—Vitória, ES, localizando-se em seu território 8 estações e paradas ferroviárias, a seguir denominadas, com as distâncias de Barão de Mauá: Indaiaçu (162,0 km), Casimiro de Abreu (168,0 km), Santa Edelvira (174,3 km), Professor Sousa (176,6 km), Rio Dourado (183,6 km), Rocha Leão (192,6 km), Jundiá (199,0 km) e Califórnia (202,0 km). A estrada de ferro corta a zona interior do município, pondo a sede municipal em comunicação direta com a capital Federal, capital do Estado, das quais dista 169 e 127 km respectivamente, e com as cidades vizinhas de Macaé e Silva Jardim. Pela sede do município passa a Rodovia RJ-3, pela qual essa cidade se comunica com Niterói, e cidades intermediárias, e liga-se à rêde rodoviária nacional. A vila de Barra de São João, antiga sede municipal, é servida pela estrada Tribobó—Macaé, e dista de Casimiro de

Túmulo do poeta Casemiro de Abreu.

Associação Rural do Município.

Abreu 38 km, com a qual se comunica através de estrada de rodagem, via Rio Dourado. Há em todo o município 140 km de rodovias, sendo 94 de administração estadual, 36 municipal e 10 de particulares.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A indústria extrativa e a agricultura formam o principal fator econômico do município. Sua produção poderá ser melhor apreciada nos quadros a seguir:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	130 000	1 560
Café	Tonelada	39	988
Feijão	»	82	965
Arroz	»	111	518
Milho	»	117	429

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Carvão	Tonelada	3 800	2 280
Lenha	m3	30 000	2 100
Dormentes	Unidade	16 480	791
Madeira	m3	1 200	744

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de mandioca	Tonelada	425	1 700
Madeira aparelhada	m3	343	528
Paus para tamancos	Par	318 790	478
Tijolos de barro	Milheiro	450	225
Aguardente	Litro	26 430	211

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

COMÉRCIO — O comércio é fraco, havendo na sede municipal e vilas, bem como em outras localidades, apenas casas varejistas destinadas a atender às exigências mais prementes da população.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui consideráveis matas naturais, notadamente na região chamada Serra, faixa compreendida entre as divisas com os municípios de Nova Friburgo, Macaé e Silva Jardim e a linha férrea. No litoral predominam as campinas, por vêzes alagadiças, surgindo esparsos capoeirões. A exploração florestal é feita com intensidade, principalmente nas imediações das linhas férreas, onde predomina o "monjolo", madeira de fácil brotação, e que se presta à transformação em dormentes. Nas matas virgens existem jequitibá, cedro, canela-tapinhoã, vinhático e canela-rosa. É grande também a extração de tabibuia. As florestas naturais cobrem, aproximadamente, 35 mil hectares e o replantio, 363. O subsolo é tido como rico, embora não explorado; aponta-se a existência ali de terra de modelar, argila refratária e para estátuas, areias silicosas e monazíticas, sílex, turfa, tualpa, alumina, esmeril, ferro e manganês, cristal de rocha, quartzo, caulim, ferro especular, ametistas, águas-marinhas, feldspato, topázios, ouro em grão, granito-verde, grafita etc., nas localidades de Rio das Ostras, Morro de São João, Itapebuçus, Córrego da Luz, Rio Dourado, São Domingos, Pirineus e Cachoeira de Macaé. A pesca é bastante desenvolvida no distrito de Barra de São João, litoral do município.

ASPECTOS URBANOS — A cidade, localizada em extensa planície, possui serviço domiciliar de água, abastecendo 105 prédios, e iluminação elétrica pública e particular.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém agências postais na sede municipal, e nas localidades de Rio Dourado e Rocha Leão, e agência postal telefônica na vila de Barra de São João. Os serviços telegráficos são fetios através da Estrada de Ferro Leopoldina, e as comunicações telefônicas pela rêde da Companhia Telefônica Brasileira, com postos instalados na sede municipal e nas localidades de Barra de São João e Rio Dourado.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os serviços oficiais de saúde são atendidos através do Pôsto de Higiene de Casimiro de Abreu e Subposto de Barra de São João. Exercem a profissão no município 1 médico e 2 farmacêuticos; há duas farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — De conformidade com o Recenseamento Geral de 1950, eram alfabetizados 24,11% da população presente de 5 anos e mais. Na sede municipal, das 739 pessoas dessas idades, 320 sabiam ler e escrever, sendo 198 homens e 122 mulheres.

Ensino — Há no município 18 estabelecimentos onde é ministrado o ensino primário fundamental comum, sendo 12 de administração estadual, 5 mantidos pela Prefeitura Municipal e 1 particular.

FINANÇAS PÚBLICAS — As arrecadações federal, estadual e municipal, bem como as despesas da comuna podem ser comparadas no quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	165	723	485	179	576
1951	128	435	724	192	673
1952	193	918	720	201	736
1953	284	1 035	1 032	154	1 015
1954	419	1 068	944	179	980
1955	589	1 610	1 187	211	1 150
1956	936	2 119	1 570	265	(1) 1 258

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Na vila de Barra de São João existe o prédio onde nasceu o poeta Casimiro de Abreu, igrejas seculares, entre as quais a matriz dedicada à Sagrada Família, erigida em 1748, na localidade de Ipuca, também conhecida por Aldeia Velha, e a igreja de São João Batista. Nessa mesma vila existe a primitiva Casa da Câmara, à qual está anexa a Cadeia Pública, construída em cumprimento à Lei de criação do município. No cemitério de Barra de São João está sepultado o poeta que dá seu nome à terra — Casimiro de Abreu. Há um busto seu construído em bronze, obra de iniciativa particular do Senhor Bernardo Gomes, inaugurado em 28 de abril de 1940.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Como atração turística deve ser citado o córrego da Luz, com sua queda seguida de um remanso, muito procurado por banhistas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município 2 cinemas, um na sede municipal e outro em Barra de São João.

VULTOS ILUTRES — Entre os filhos ilustres locais destaca-se Casimiro José Marques de Abreu, poeta, nascido em Barra de São João. É autor de "Primaveras".

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Compõe-se o município dos distritos de Casimiro de Abreu e Barra de São João.

CONCEIÇÃO DE MACABU — RJ

Mapa Municipal na pág. 151 do 6.° Vol.

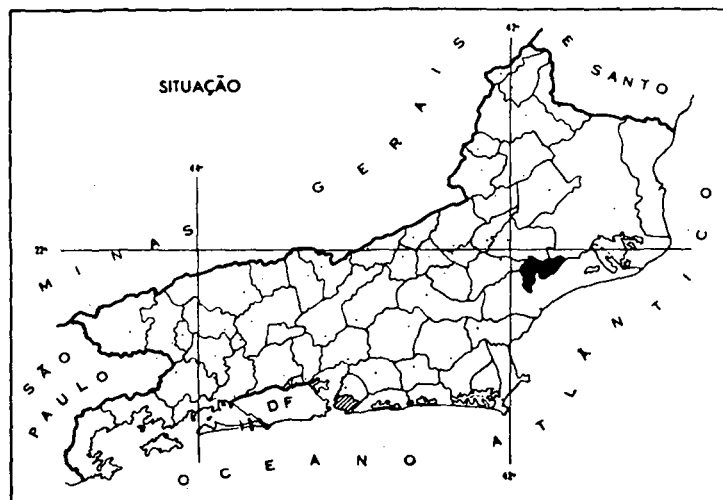
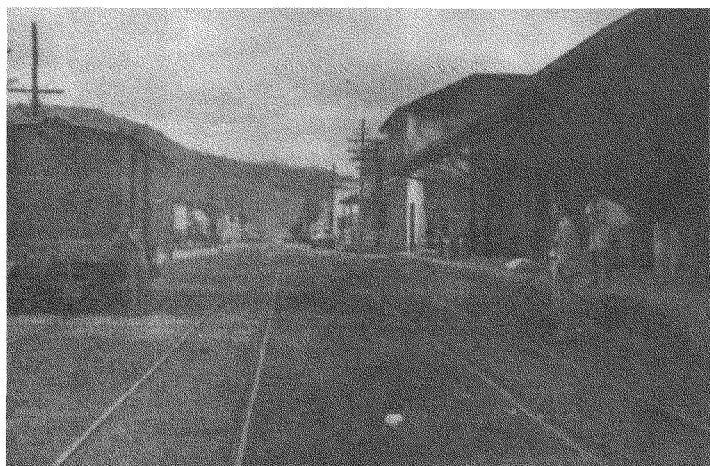
HISTÓRICO — O município de Conceição de Macabu foi criado pela Lei estadual n.° 1 438, de 15 de março de 1952. Constitui-se do território dos distritos de Conceição de Macabu e Macabuzinho, pertencentes a Macaé e, desmembrados para sua formação. A sua história está intimamente ligada, portanto, à do município de Macaé. Diz a documentação comprovadora dos fatos históricos locais que, no ano de 1619, em virtude da extinção das capitanias, depois de reincorporadas suas terras e seus bens aos da Coroa, foram doadas as terras da comuna, em sesmarias, aos 7 capitães que promoveram a primeira colonização de todo o território compreendido entre os rios Itabapoana (Managé) e o Macaé (Miquié). Chegados a Macaé, nos fins de 1632, já foram aí encontrados os Jesuítas, instalados, desde 1630 na fazenda dos Jesuítas de Macaé, que, segundo os historiadores, se compunha de um engenho, um colégio e uma capela. Os habitantes da região, consoante o "Roteiro dos 7 Capitães", eram mamelucos, gente pobre, residindo em choupanas cobertas de palha e dedicando-se à pesca. Depois do ano de 1759, em virtude da expulsão dos Jesuítas, fêz-se a redistribuição das terras a êles pertencentes, tomando-se a região de grande progresso, evolução essa que atingiu, também, o interior, alcançando finalmente o território que hoje é o município de Conceição de Macabu. Conseqüência dêsse surto de crescimento econômico e demográfico, que se consubstancia com o inestacável surgimento de novas fazendas, engenhos e núcleos coloniais, muito mais por influência de elementos provenientes de Cabo Frio e Campos, decorreu a elevação de

Igreja-Matriz de Conceição de Macabu

Macaé à categoria de vila, em 1813. A interiorização dêsse crescimento veio, por fim, atingir Conceição de Macabu, que, mais tarde, ou seja, a 1.° de maio de 1891 por fôrça do Decreto estadual n.° 205, foi transformado em município, com a denominação de Macabu, constituindo seu território apenas o que hoje pertence ao distrito da sede municipal. Não durou muito tal situação pois que, já a 29 de abril de 1892, foi suprimido como município, o que perdurou até 15 de março de 1952, quando voltou à antiga condição, acrescido ainda do território do distrito de Macabuzinho, que lhe foi anexado.

O ressurgimento de Macabu, já com a denominação de Conceição de Macabu, foi decorrência natural e lógica da irrefreável expansão econômica do interior da região, que teve como motivo excepcional para a tanto chegar o devassamento de seu território por inúmeras rodovias e o assentamento dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina. Êsse fenômeno deu margem a que, por outro lado, declinasse bastante o movimento do pôrto de Imbetiba, pertencente a Macaé, fazendo-se todo o movimento de mercadorias por essas vias internas, quando, antes, se processava por via marítima.

A criação do novo município constituiu um ato de verdadeira justiça, pois que não sòmente atendeu ao secular desejo de emancipação dos macabuenses, fortemente estribados em sólidas razões históricas, atendendo, além do mais, a motivos sócio-econômicos dos mais consistentes.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na parte centro-oriental do Estado do Rio de Janeiro, ao sul do

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Estação Ferroviária.

de Santa Maria Madalena, incrustado no município de Macaé, de onde, aliás, foi desmembrado, localizando-se na Zona Fisiográfica da Baixada de Goitacazes .

ALTITUDE — É de 39 m na sede municipal.

CLIMA — É sêco e ameno o clima macabuense, principalmente, nas zonas de maior elevação.

ÁREA — Equivale a 313 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Na conformidade dos resultados obtidos pelo Censo Demográfico de 1950, a população do município de Conceição de Macabu era de 9 153 habitantes, sendo 4 865 mulheres e 4 288 homens. O quadro urbano local à época, constituía-se de 1 988 habitantes e o quadro rural se compunha de 7 165, o que evidencia a tendência do macabuense para fixar-se no interior. Pela tabela que se segue, tem-se melhor idéia da distribuição dessa população, por distrito e domicílio:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Conceição de Macabu	8 214	4 360	3 854	490	643	378	392	3 492	2 919
Macabuzinho	939	505	434	44	58	42	41	419	335

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população macabuense, para 1955, em 10 224 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia municipal são as relacionadas à agricultura e à indústria, principalmente àquela. As maiores culturas agrícolas de Conceição de Macabu são a cana-de-açúcar, o arroz, o feijão e o café. Já a pecuária tem significação econômica relativa, porquanto sòmente agora se acha em situação de desenvolvimento, produzindo não apenas para o próprio consumo, como, por outro lado, exportando, principalmente para Macaé, Rio Bonito, Niterói e Duque de Caxias, bom número de reses de gado bovino. A indústria de açúcar e derivados, dentre os quais se sobressaem a acetona, butanol, acetato de butila, etc., tem como principal estabelecimento a Usina Conceição de Victor Sence S. A., seguindo-se-lhe, em importância de volume, o beneficiamento de café, arroz e milho e a indústria extrativa de produtos vegetais. Os quadros que se seguem dizem, com mais minúcias, pela riqueza do detalhe da exposição numérica, da real situação do município no que tange ao assunto em epígrafe:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	52 000	20 451
Café em côco	»	195	5 070
Banana	Cacho	98 000	2 450
Arroz	Tonelada	282	4 230
Feijão	»	138	2 070

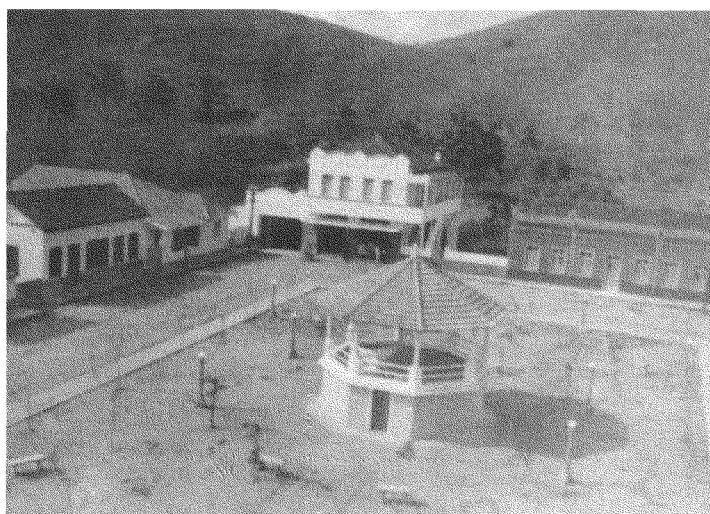
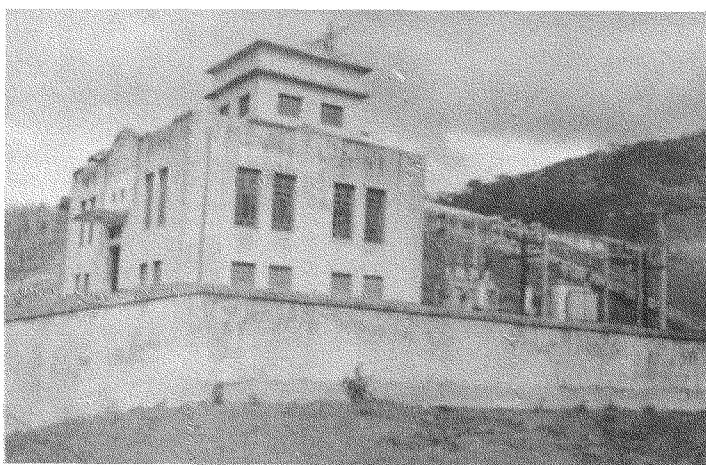
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Argila e barro	m3	1 936	118
Vegetal			
Madeira serrada	»	271	393
Lenha	»	33 000	2 970

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos químicos	Tonelada	1 286	59 411
Açúcar	»	4 830	37 625
Melaço	»	4 000	7 200
Tijolos e telhas	Milheiro	545	1 026

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está servido, no que concerne a transporte rodoviário, pela Estrada de Ferro Leopoldina, que possui, numa extensão de linhas de 49,4 km, as estações de Macabuzinho e Conceição de Macabu. São paradas dêsse mesmo percurso as de São Lourenço, Ponto do Pinheiro e Patos, existindo, ainda, o pôsto telegráfico de Usina Conceição. O parque rodoviário local atinge 107,5 km de estradas de diversas bitolas, cujo piso integral é de terra melhorada, sendo que 70 km são de propriedade e administração estadual e 37,5, municipal. A comuna, conquanto servida pelos meios de condução de municípios convizinhos que têm percurso pelo seu território, possui, apenas, uma linha de ônibus intermunicipal. A Prefeitura Municipal, em 31-XII-56, havia licenciado 11 automóveis e 23 caminhões.

Coreto na Praça Santos Dumont

Casa de luz e fôrça

COMÉRCIO E BANCOS — Estão cadastrados nas competentes repartições de Conceição de Macabu 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 73 varejistas, sendo que dêsses, 38 se localizam na sede municipal. O comércio local mantém relações com as praças de Rio de Janeiro, Niterói, Macaé e Campos, distribuindo artigos da produção do município ao consumo interno e importando, das referidas praças, os artigos de que carecem para as suas necessidades essenciais, tais como, tecidos, produtos farmacêuticos, ferragens, gêneros alimentícios, armarinhos em geral, etc. Há, na sede municipal, apenas um escritório do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S.A. Foram saldos bancários, na data de 28-II-57, os seguintes: caixa em moeda corrente, Cr$ 696 000,00;. títulos descontados, Cr$ 3 488 000,00 e depósitos a vista e curto prazo, ... Cr$ 9 835 000,00.

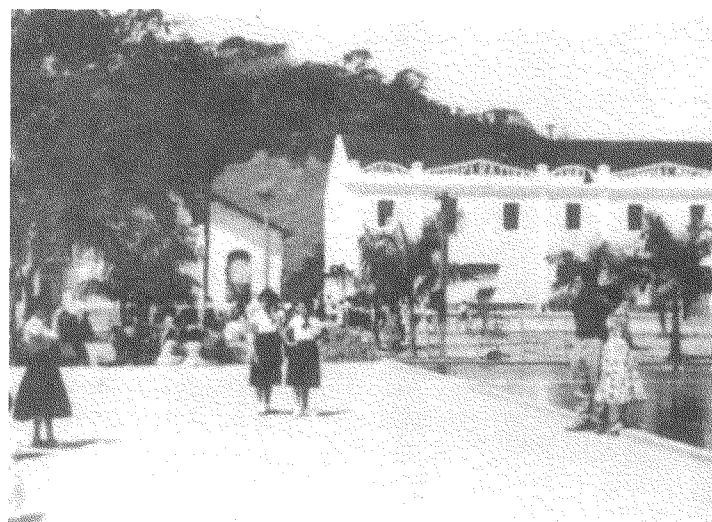
RIQUEZAS NATURAIS — Das riquezas naturais do município, apenas a argila, no reino mineral, tem exploração, não havendo notícias de quaisquer pesquisas noutro setor. No reino vegetal as reservas florestais produzem madeiras de lei, que são exploradas e industrializadas no âmbito municipal. A fauna local tem as mesmas espécies dos municípios convizinhos.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal tem seu abastecimento de água explorado pela Prefeitura Municipal, cujo manancial é captado de uma fonte, mediante canalização direta, abastecendo 16 logradouros e 272 prédios. Possui, também, iluminação elétrica pública e domiciliária. O serviço de esgotos, organizado e explorado pela comuna,

Praça Santos Dumont.

é do tipo misto. No distrito-sede, a área pavimentada a paralelepípedos é de 3 400 m², correspondendo a 5% da superfície total de logradouros existentes. Conta, ainda, com os seguintes melhoramentos urbanos: 2 aparelhos telefônicos instalados, 519 ligações elétricas efetuadas, estando servida, também, de 1 hotel e uma pensão.

COMUNICAÇÕES — Conceição de Macabu está bem servido pela rêde do Departamento dos Correios e Telégrafos, tendo uma agência postal-telegráfica na sede municipal e um pôsto de correio em Macabuzinho. A Estrada de Ferro Leopoldina, para seu exclusivo uso, tem linha telegráfica instalada nas mesmas localidades. A Cia. Telefônica Brasileira mantém, de seu turno, 1 pôsto telefônico no distrito-sede.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município não tem estabelecimento hospitalar, possuindo, apenas, um Pôsto de Saúde, na sede municipal, mantido pelo Estado. Tem ainda duas farmácias. E conta com 2 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos.

Vista parcial da cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Das 1 704 pessoas computadas pelo Recenseamento Geral de 1950, de 5 anos a mais, 1 114 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, havia no município 17 unidades escolares do ensino primário fundamental comum. Conceição de Macabu possui, ainda, 1 estabelecimento de ensino secundário e 1 do ensino agrícola.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue oferece melhor exposição, pelos detalhes numéricos, da situação do município, no que se refere às suas finanças públicas:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	497	150	1 221	504	1 191
1954	470	195	1 582	555	1 647
1955	496	320	1 644	600	1 729
1956	632	365	2 297	615	1 651

OBSERVAÇÃO: O município foi instalado em 1953.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território municipal é plano no vale do rio Macabu, ao norte, bem como ao sul, na região do vale do rio Macaé, fazendo-se

acidentado na restante faixa territorial e sendo serras destacadas do seu sistema orográfico as do Deitado, Santa Catarina e São Tomé. Possui um parque florístico razoável que lhe serve de fonte de renda na extração de madeira de lei.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Reflete a evolução cultural macabuense a existência das seguintes instituições: duas cooperativas, 3 entidades culturais (Sociedade Musical 7 de Setembro, Clube Recreativo Macabuense e Rio Branco Futebol Clube) e 1 cinema.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município compõe-se dos distritos de Conceição de Macabu (sede) e Macabuzinho.

CORDEIRO — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização das terras que, atualmente, fazem parte do município de Cordeiro teve origem nas proximidades da fazenda conhecida pela denominação de Cordeiro, localizada na margem direita do rio Macuco, em cujo lado oposto se fixaram alguns colonos, em meados do século XIX. A afluência de novos colonizadores, que se vieram juntar aos pioneiros, data de 1883, quando, segundo notícia fidedigna, para essa localidade se dirigiram, nela se radicando, alguns artífices e lavradores, atraídos pelas condições satisfatórias de suas terras. Assim foi, realmente, de 1883 em diante, que se formou na margem esquerda do rio Macuco, a povoação que deu origem à sede do atual município de Cordeiro. O impulso recebido com a vinda dos forasteiros foi tal que, sete anos mais tarde, já contava o povoado com uma população calculada em cêrca de 700 habitantes. Essa densidade, notável para a época, permitiu ao govêrno estadual que, por Deliberação de 9 de setembro de 1890, criasse o distrito de Cordeiro. Tal deliberação estava assim redigida: "Fica criado o — distrito policial — de "Cordeiro", no município de Cantagalo, tendo por limites uma linha que, partindo em direção reta, vá da fazenda de São Francisco do Macuco, de propriedade de Manoel José Cabral, até o sítio dos herdeiros de Guilherme Sauerbronn, atravessando a fazenda das Lavrinhas, entre ambos; daquele sítio seguirá até o rio Macuco, divisas da fazenda de propriedade da viúva dona Mathilde Lessa com a fazenda São Martinho até as fazendas do Ribeiro Dourado. Paraíso Novo até o rio Grande, subindo êste mesmo rio até às terras de Luiz Corrêa da Rocha e daí pelos limites das freguesias de Bom Jardim e Conceição das Duas Barras até à fazenda de Francisco Vieira Almada, vindo por uma linha reta desta última às de Antônio Martins de Souza Araújo e Manoel José Cabral até o ponto de partida". Uma outra deliberação da mesma data acrescentava: "Fica criado o distrito de paz — de Cordeiro, no município de Cantagalo, com os mesmos limites do distrito policial, criado por Ato desta data".

Vista parcial da cidade.

Adro da Igreja de Nossa Senhora da Piedade

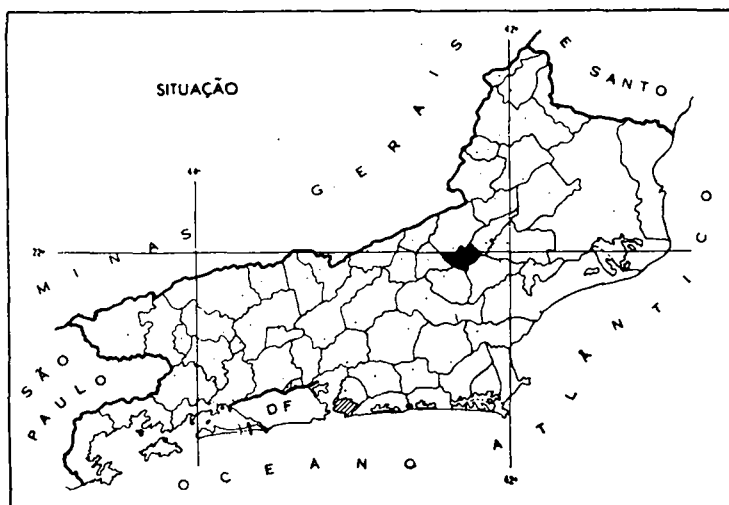
Um ano mais tarde, em 24 de março de 1891, novamente a localidade mereceu a atenção do Govêrno, em virtude de seu progresso, tendo sido criado, por decreto dessa data, o município de Cordeiro, com território desmembrado do de Cantagalo, sendo a sua sede, a antiga povoação situada à margem do rio Macuco, elevada à categoria de vila. Entretanto, essa situação de autonomia durou apenas um ano, retornando a localidade de Cordeiro, por fôrça do Decreto estadual n.º 1, de 8 de maio de 1892, à sua antiga situação de distrito do município de Cantagalo. Já por essa época, Cordeiro possuía intensa vida econômica, mormente no setor agrícola, onde se observava o cultivo de notáveis plantações de cereais, frutas e legumes. No que diz respeito à pecuária, os seus extensos campos, cobertos de pastagem, alimentavam grandes e bem cuidados rebanhos. Em 1921 obteve Cordeiro real destaque, quando foi instalada a Exposição Regional de Gado e Produtos Derivados. Inaugurou o certame o saudoso Presidente da República, Epitácio Pessoa, sendo Presidente do Estado o grande estadista Raul Veiga.

Em 1936, foi a cidade de Cordeiro elevada à categoria de subprefeitura, no govêrno do almirante Protógenes Guimarães. Data, verdadeiramente, daí, o grande desenvolvimento de Cordeiro, com a execução de inúmeros serviços, dentre os quais se destacam os seguintes: melhoramentos nos serviços de abastecimento d'água; construção de várias linhas de esgotos; pontes; praças públicas; jardins; avenidas etc.

Até 1943, Cordeiro permaneceu como distrito do município de Cantagalo, sendo nesse ano, em virtude de seu progresso social e econômico, reintegrado na categoria de município, por fôrça do Decreto estadual n.º 1 055, de 31 de dezembro.

Devido à riqueza de seu solo e ao esfôrço dos que nêle labutam, o município de Cordeiro, atualmente, se vem procurando destacar no terreno econômico, buscando conseguir um lugar de relêvo na comunidade fluminense.

Avenida Raul Veiga.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está situada a ..... 22° 01' 30" de latitude Sul e 42° 22' 00" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: .... 123,5 km, na direção N.E. O município está localizado na Zona Fisiográfica de Cantagalo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Eleva-se a 486 m na sede municipal.

CLIMA — Apresenta o município clima temperado, muito ameno, recomendando-se como estância de repouso.

ÁREA — Equivale a 242 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, é de 7 441 habitantes, sendo 3 682 homens e 3 759 mulheres, que se distribuem pelos dois distritos conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cordeiro	5 272	2 597	2 675	1 104	1 340	74	74	1 419	1 261
Macuco	2 169	1 085	1 084	342	386	23	38	720	660

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município para 1955 em 8 312 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Cordeiro, emancipando-se de Cantagalo, guarda as mesmas características econômicas dêsse município, em que predominam as atividades do pastoreio e da agricultura. A pecuária é a principal fonte de riqueza local seguida da agricultura. Nesses misteres ocupam-se 52% das pessoas ativas. Na indústria, além das subsidiárias das atividades do campo, há uma fábrica de tecidos. Os quadros a seguir dão uma idéia de sua produção:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café	Tonelada	178	5 940
Milho	»	1 050	4 375
Mandioca	»	2 800	2 800
Cana-de-açúcar	»	8 500	1 870
Feijão	»	174	1 450

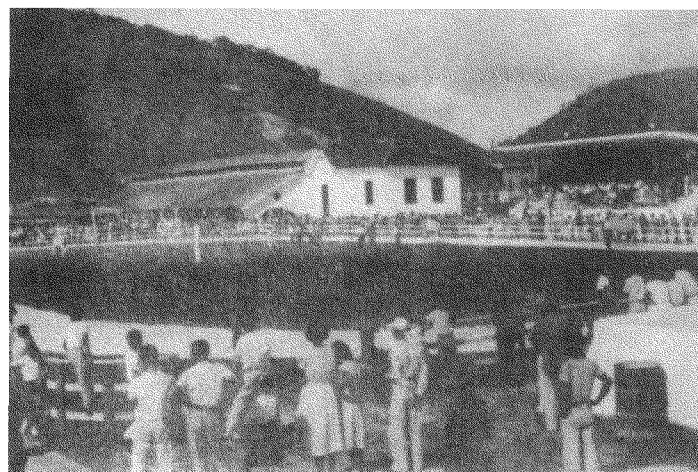
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	16 300	1 793
Madeira bruta	»	710	319
Carvão vegetal	Quilograma	3 050	7

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Artefatos de algodão (tecido)	Unidade	2 930 000	48 892
Leite pasteurizado	Litro	4 614 518	23 024
Produtos alimentícios	Quilograma	265 292	19 901

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, linha Cantagalo, situando-se a estação da sede municipal distante 200,6 km de Barão de Mauá, DF, ponto inicial da Estrada. Nesta linha existem ainda as paradas de Santana (km 195,0) e Santo Expedito (197,5 km). Em Cordeiro tem início o ramal de Macuco, da mesma estrada, cuja estação final — Macuco — dista do ponto inicial da estrada 220,1 km e de Cordeiro 19,5 km. Nesse ramal, que corre inteiramente dentro do município de Cordeiro, localizam-se as paradas de Andrade e Val de Palmas, como Macuco, grandes embarcadouros de leite. Corta o município a Rodovia-Tronco Norte Fluminense, estando a sede municipal localizada no km 136 dessa rodovia, distante 166,400 km da capital do Estado, 26,5 km de Bom Jardim e 7 km de Cantagalo. Em

Pôsto Zootécnico Municipal.

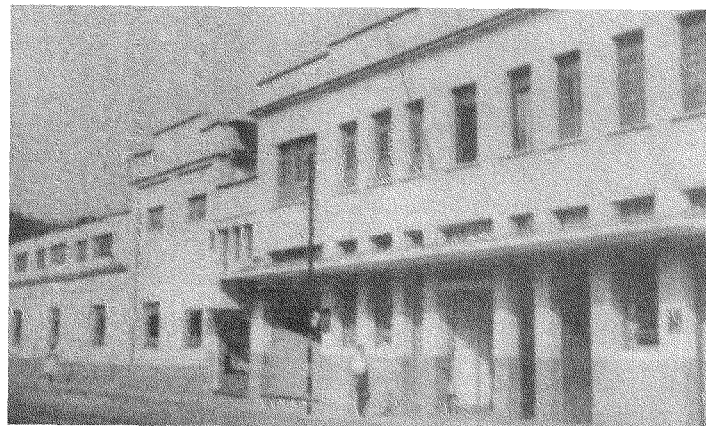
Cordeiro tem início a Rodovia RJ-84, estadual, que facilita ligação com o município de Duas Barras. No território do município existem ao todo 103 km de estradas de rodagem, sendo que 33 se acham sob administração estadual, 63, municipal e 7 mista.

COMÉRCIO E BANCOS — Comércio regular, existindo na sede municipal 3 estabelecimentos atacadistas, 153 varejistas e 3 industriais, empregando mais de 5 pessoas. Exporta leite e derivados, tecidos e café. Mantém intercâmbio comercial, em maior relêvo, com as praças vizinhas, Cantagalo, Nova Friburgo, Niterói e Rio de Janeiro, DF. O movimento bancário é atendido pelo Banco de Cordeiro S.A., que aí tem sua matriz, e pela agência do Banco Agrícola de Cantagalo S. A. Os saldos bancários, em 28 de fevereiro do corrente ano, eram assim representados (milhares de cruzeiros): Caixa em moeda corrente — 1 570; Empréstimos em c/c — 5 270; Empréstimos hipotecários — 1 658; Títulos descontados — 9 381; Depósitos a vista e a curto prazo — 13 980; Depósitos a prazo — 2 148.

RIQUEZAS NATURAIS — Embora não tenha o município riquezas naturais em evidência, é digna de ser citada a cachoeira formada pelo rio Macuco, cuja potência está calculada em 180 H.P. Existem, como matas naturais, capoeirões nas localidades de Pena, Lavrinhas, Pôsto da Mon-

Outro aspecto do Pôsto Zootécnico Municipal.

ta e Val de Palmas, nos quais são ainda encontradas algumas madeiras de lei, entre elas angico, jequitibá, peroba, vinhático, canela e outras. A extração de madeira, para lenha e carvão, não atende às necessidades do município, que importa êsses produtos de Cantagalo e Nova Friburgo. No reino mineral há autorizações para pesquisa de calcários, argilas e associados e dolomita, no distrito de Macuco. Presume-se a existência de jazidas de cristal-róseo, manganês e caulim, na região de Lavrinhas. Processa-se a extração de pedras calcárias, que são industrializadas fora da comuna.

ASPECTOS URBANOS — Como várias outras cidades fluminenses, Cordeiro se alonga aos lados da Estrada de Ferro Leopoldina, o que, entretanto, não lhe tira o aspecto urbanístico moderno, de cidade que está em franco progresso. Possui bonitos jardins e 60% de suas ruas estão calçadas a paralelepípedos. Entre os melhoramentos urbanos, dispõe de: Aparelhos telefônicos instalados — 134; Li-

Fábrica de Tecidos Nossa Senhora da Piedade

gações elétricas — 575; Domicílios servidos por abastecimento d'água — 471. O jardim da praça da matriz é tido como dos mais artísticos do Estado. Há, na sede municipal, 4 hotéis e uma pensão.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município uma agência postal-telegráfica, na sede municipal, e as agências postais de Macuco e Val de Palmas. O serviço telegráfico é feito também pela Estrada de Ferro Leopoldina. Está a comuna ligada à rêde telefônica geral por intermédio da Companhia Telefônica Brasileira, possuindo postos em Cordeiro, com rêde urbana, e em Macuco.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O serviço de assistência médico-sanitária oficial é prestado pelos Postos de Saúde de Cordeiro e Macuco e pelo núcleo municipal da Legião Brasileira de Assistência. Exercem a profissão no município 5 médicos, 4 dentistas e 3 farmacêuticos; há duas farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, das 6 375 pessoas presentes, maiores de 5 anos, 2 756 sabiam ler e escrever, sendo 1 370 homens e 1 386 mulheres.

Ensino — Funcionam no município 12 estabelecimentos onde se leciona o ensino primário fundamental comum, sendo 7 mantidos pelo Estado, 4 pela Prefeitura Municipal e 1 particular. O ensino extraprimário é ministrado pelo Ginásio Cordeirense, com os cursos ginasial e normal. Êsse estabelecimento mantém um internato com cêrca de 150 alunos provenientes de outros municípios.

Serraria da Fábrica de Tecidos N. Sª. da Piedade.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das arrecadações federal, estadual e municipal e despesa municipal, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	— (2)	1 299	1 114	426	1 058
1951.......	— (2)	1 754	972	335	905
1952.......	— (2)	1 892	1 129	374	1 104
1953.......	— (2)	2 126	1 460	379	1 424
1954.......	— (2)	3 657	1 490	437	1 442
1955.......	5 303	5 137	1 929	545	1 706
1956.......	6 564	6 558	1 800	416	(1) 1 800

(1) Orçamento. — (2) Não dispõe de Coletoria Federal.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Possui Cordeiro 5 monumentos, destacando-se entre êles o obelisco comemorativo da 1.ª Exposição Regional de Gado, realizada naquela cidade em maio de 1921. Digna de nota é a gruta existente no adro da igreja matriz.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município localiza-se o Pôsto Zootécnico de Cordeiro, estabelecimento mantido pela Secretaria de Agricultura do Estado, dedicado ao fomento da pecuária e assistência aos pecuaristas da região. Aí, anualmente, se realizam as exposições agropecuárias regionais. É sede do 2.º Distrito de Assistência Rodoviária aos municípios, do Departamento de Estradas de Rodagem.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há em Cordeiro 1 cinema, 5 associações esportivo-culturais, uma tipografia e 1 jornal.

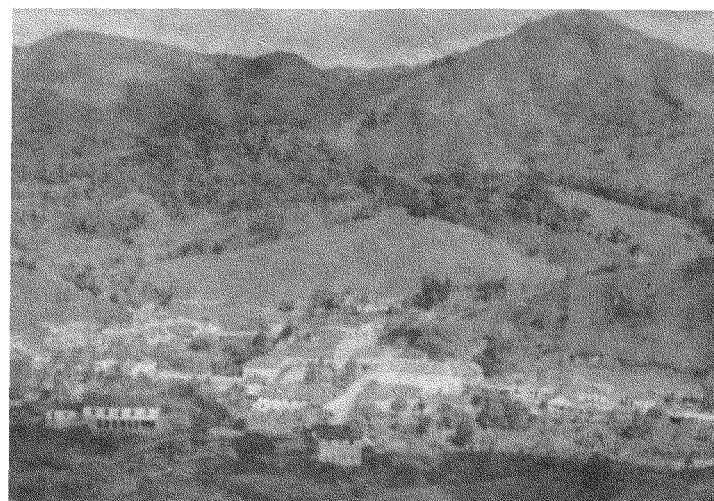
DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, segundo a divisão administrativa vigente, compõe-se dos distritos de Cordeiro e Macuco.

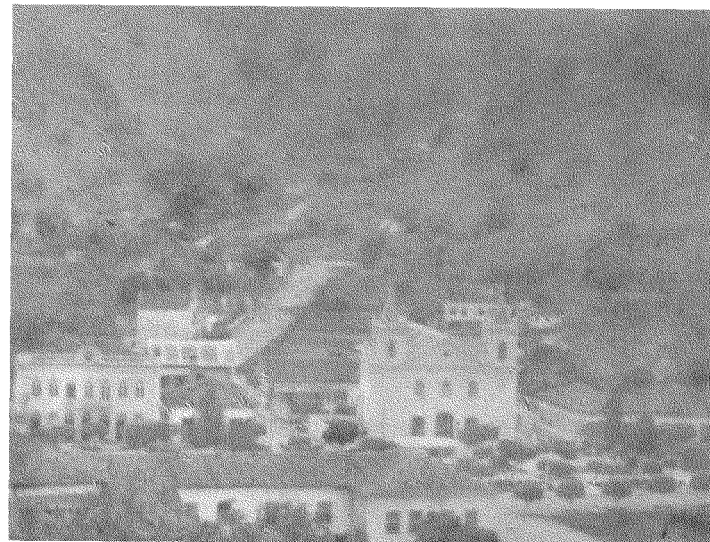
DUAS BARRAS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

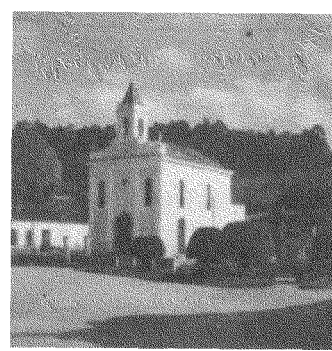
HISTÓRICO — O atual município de Duas Barras constituiu-se com território desmembrado do município de Cantagalo. O primeiro núcleo de população, do qual se originou a comuna, formou-se em princípios do século XIX, na localidade denominada Fazenda Tapera, doada pelo padre Francisco José de Oliveira à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, onde os primeiros colonos ergueram uma capela, dedicada à padroeira da Irmandade citada. A princípio a pequena povoação não exigia, para perfeita regularização da vida religiosa e da vida civil, senão a presença periódica do capelão. Era o período inicial, o período de formação, em que os centros de que resultaram as cidades apenas se esboçavam. Em tôrno da pequenina capela, na esfera a que se estendia a sua influência, não se contavam, de início, mais do que isolados ranchos, casas de palha ou de pau-a-pique, destinados a oferecer abrigo a boiadeiros e viajores.

Em 23 de dezembro de 1836, estando a população da novel localidade suficientemente condensada e crescida, foi dado ao seu núcleo a categoria de curato, por fôrça de uma Lei que tomou o n.º 68, cujo texto era o seguinte: "Art. 1.º — A Capela de Nossa Senhora da Conceição, filial da freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila de Cantagalo, é declarada — Capela filial curada".

O lugar, antes só procurado por circunstâncias fortuitas, ou apenas periòdicamente, então possuía uma população estável, permanente. Vinte anos mais tarde, devido ao progresso verificado na região, foi a localidade elevada à

Vista aérea da cidade.

categoria de freguesia, por fôrça do Decreto provincial número 902, de 24 de outubro de 1856, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Duas Barras do Rio Negro, tendo por sede a povoação de Tapera. Segundo consta,

Vista parcial da cidade

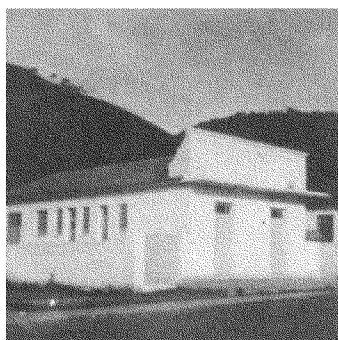
as despesas realizadas com a construção da matriz dessa freguesia foram custeadas quase que exclusivamente pelo cidadão Francisco Alves Ribeiro. Pelo Decreto n.º 1 120, de 31 de janeiro de 1859, os limites da freguesia de Nossa Se-

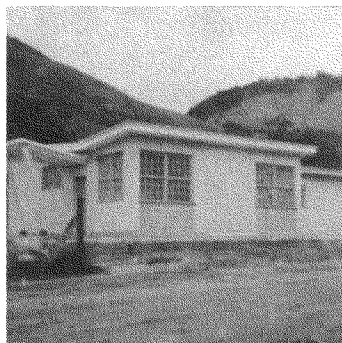
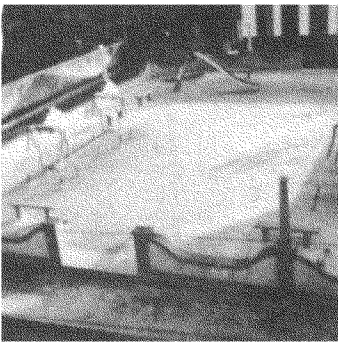
Igreja-Matriz

Igreja de Duas Barras.

Missa Campal.

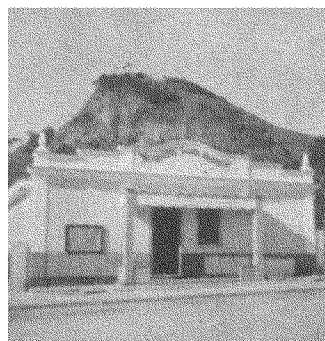
Praça Governador Portela.

nhora da Conceição de Duas Barras, do município de Cantagalo, foram fixados da seguinte forma: "partindo do alto do morro existente entre as fazendas de Joaquim Luiz Pinheiro e José Maria da Silva Tôrres, passará a linha divisória pelo alto das vertentes das fazendas de São João e Sant'Ana, compreendendo as fazendas de João Albino Dias da Silva e José Maria da Silva Tôrres; seguirá pelo espigão

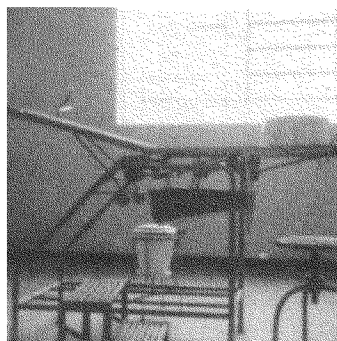
Prefeitura Municipal.

Correios e Telégrafos.

que divide as fazendas de José Joaquim da Silveira e Paulino José Macedo, incluindo aquela; daí procurará o alto da fazenda da viúva de Bento José Veloso, passará pela parte mais elevada das Águas Claras, alto das vertentes das fazendas de Jequitibá, Santa Teresa e Rosário, alto da fazenda de Estêvão José Vidalet, com as vertentes desta; e depois, demandando o alto entre as fazendas do Campo

Pôsto Médico Social.

Parque Infantil.

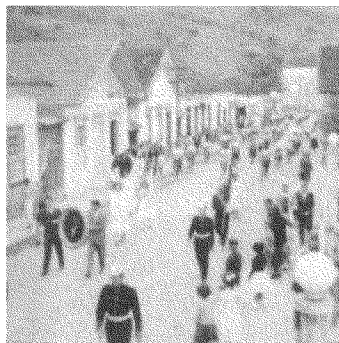
e Seio de Abraão, abrangerá tôdas as vertentes do córrego da Laje, pertencentes às cachoeiras do Rio Negro; daí, abrangendo também as vertentes do mesmo córrego até o alto da fazenda denominada de "Maria Germana", seguirá pelo alto da fazenda de Manoel Cândido do Amaral e eminência que divide as fazendas de Ana Dias e Davi José da Silva; e compreendendo as fazendas dêste último, de Inácio de Sousa Matos Werneck e de Sabino José de Sat'Ana, irá terminar no alto da serra da finada Ana Joaquima".

Observa-se, assim, que a capela, o curato e a matriz marcaram os diversos períodos da formação municipal de Barras. Ao capelão, ao cura e depois ao vigário e mesmo ao bispo, de cada jurisdição, cabia o desempenho de grande número de encargos temporais e civis, ao lado das celebrações, cerimônias e mais ofícios do culto. As autoridades civis só apareceram na localidade por volta de 1891, quando o grau de desenvolvimento da povoação permitiu a sua elevação à categoria de vila. O Decreto n.º 233, de 8 de maio

Hospital Santo Antônio

Hospital Santo Antônio (parte interna).

de 1891, que criou o município, estava assim redigido: "Fica criado o município das Duas Barras, que será constituído pelo território da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Duas Barras, desmembrado do município de Cantagalo, tendo por sede a povoação da Tapera com a denominação de "Vila das Duas Barras". Desta época em diante, novos horizontes se abriram para seus habitantes.

Hospital Santo Antônio. (parte interna).

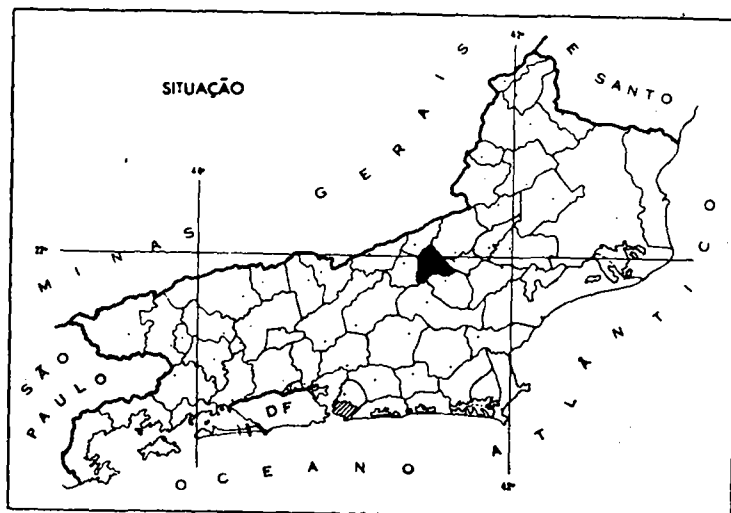
Hospital Santo Antônio (parte interna).

Em 18 de janeiro de 1915, por efeito da Lei n.º 1 235, foi "transferida a sede do município de Duas Barras para a Estação de Monerá". Com essa deliberação não concordaram os munícipes que, depois de longa e pertinaz campanha, conseguiram, em 27 de dezembro de 1923, fôsse revogada a Lei n.º 1 235, voltando a sede do município à localidade de Duas Barras, onde, até hoje, se encontra lo-

Desfile do Corpo de Fuzileiros Navais.

Carro andor de N. S.ª da Conceição.

calizada. Atualmente, Duas Barras se compõe de dois distritos: o da sede, com a mesma denominação do município e o de Monerá, ambos progressistas e futurosos.

Na organização judiciária estadual é têrmo da comarca de Cantagalo.

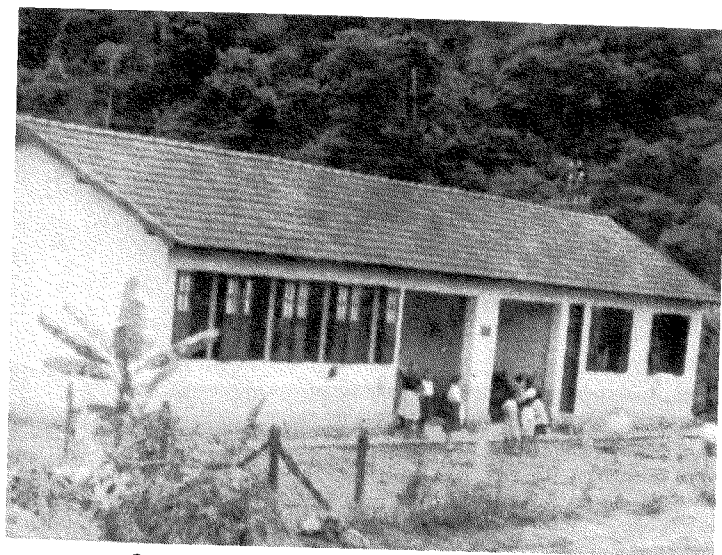
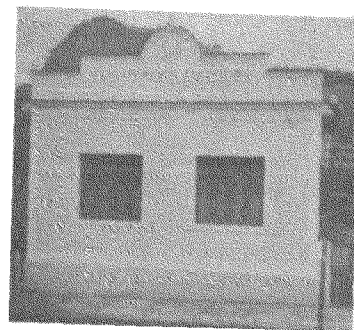
LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município de Duas Barras na Zona Fisiográfica de Cantagalo. A sede municipal está localizada a 22° 03' 00" de latitude Sul e 42° 30' 48" de longitude W.Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 112,7 km, em direção nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 380 m de altitude.

CLIMA — Clima ameno, bastante agradável em qualquer estação.

ÁREA — É de 337 quilômetros quadrados.

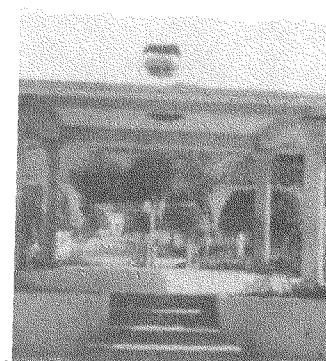
POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, possuía o município 8 730 habitantes, sendo 4 534 homens e 4 196 mulheres que se distribuíam pelos distritos conforme quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Duas Barras	5 498	2 861	2 637	237	237	17	16	2 607	2 394
Monerá	3 232	1 673	1 559	130	141	64	71	1 479	1 347

Escola Joaquim Pinheiro de Carvalho (estadual).

Sede da Sociedade Musical 8 de Dezembro.

Outro aspecto da sede da Sociedade Musical 8 de Dezembro.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população, para 1955, em 9 752 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município estão concentradas, em primeiro plano, na agricultura, e a seguir na pecuária. Ao café, seu produto principal, seguem-se milho, cana-de-açúcar,

Músicos e Diretores da Sociedade Musical 8 de Dezembro.

Corêto da Sociedade Musical 8 de Dezembro.

feijão, arroz, tomate etc. Na indústria, embora em pequena escala, destacam-se a metalúrgica e a de alimentação. Os quadros abaixo são um demonstrativo das principais produções locais:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	778	20 760
Milho	»	1 734	7 805
Arroz com casca	»	175	1 619
Feijão	»	117	1 560
Banana	Cacho	86 500	1 384
Tomate	Quilograma	210 000	1 050

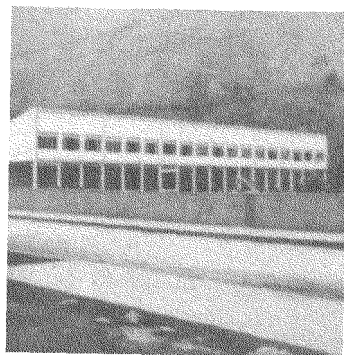
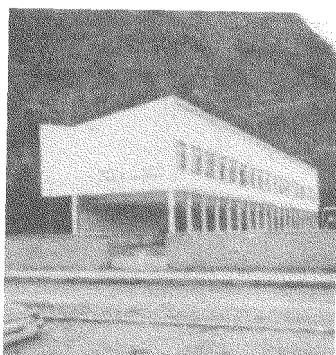
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Tijolos comuns	Milheiro	1 825	1 003
Tijolos duplos	»	400	360
Telhas, tipo francês	»	87	226
Telhas, tipo canal	»	19	23
Vegetal			
Lenha	m3	15 000	975
Carvão vegetal	Tonelada	720	360
Madeira bruta	m3	200	100

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos alimentícios	Tonelada	616	6 227
Artefatos de ferro (ferradura)	Dúzia	2 521	256

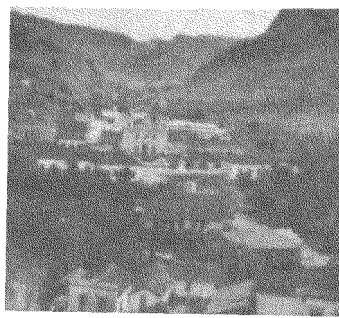
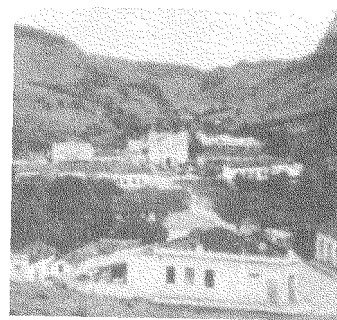
(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é cortado pela Estrada de Ferro Leopoldina. A sede municipal não tem estação ferroviária, servindo-se da estação de Monerá, distante 18 km, e da parada de Olofote, distante 23 km, ligando-se a estas localidades por estradas de rodagem. As estações acima estão localizadas na Linha de Cantagalo, distando, respectivamente, 190,5 e 186,5 km de Barão de Mauá. A sede municipal está ligada à rêde rodoviária estadual pelas Estradas RJ-78 e RJ-79. A primeira começa na Estrada-Tronco Norte Fluminense, na vila de Monerá, e termina na RJ-23, depois de passar por Duas Barras e Carmo. A segunda começa em Murinéli, localidade do município de Sumidouro, onde se une à RJ-23 e à Estrada de Ferro Leopoldina, distante de Duas Barras 18 km, onde termina. No todo cortam o município 151 km de estradas de rodagem, dos quais são: de administração estadual — 95; de administração municipal — 56.

Grupo Escolar Almirante Protógenes Guimarães.

Outro aspecto do Grupo Escolar.

COMÉRCIO E BANCOS — Há, na sede municipal, 2 estabelecimentos comerciais atacadistas e 11 varejistas, e 1 Escritório do Banco Agrícola de Cantagalo S. A. As principais transações comerciais são mantidas com as praças de Cantagalo, Nova Friburgo, Bom Jardim, Niterói e Rio de Janeiro, DF.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas matas existentes em Duas Barras encontram-se vários espécimes de madeira de lei, sobressaindo: braúna, cedro, carvalho, cabiúna, canela, garapa, guarabu, jequitibá, peroba, vinhático etc. No tocante ao reino animal nota-se a existência de grande número de aves canoras, bem como de animais, entre os quais macacos, tatus, lontras, porcos-do-mato, tamanduás etc. Há extração de madeiras de lei, lenha e carvão. A cachoeira do Penedo, com a altura de 50 m e descarga de 1 200 litros por segundo, tem sua capacidade estimada em 600 H.P., havendo várias outras cachoeiras de menor porte.

Alunos do Grupo Escolar no Parque Infantil.

Dia da inauguração do Grupo Escolar.

Vista aérea da cidade

Outra vista da cidade.

ASPECTOS URBANOS — Na sede municipal há os seguintes melhoramentos urbanos: Ligações elétricas — 111; Domicílios servidos com abastecimento d'água — 95; Telefones — 2; Hotel — 1. — Uma parte da cidade é pavimentada a paralelepípedos (3 ruas e uma praça), cobrindo uma área de 4 627 m². Existem 19 logradouros não pavimentados, cuja área corresponde a 22 000 m², aproximadamente. Entre seus edifícios destacam-se a sede do Govêrno Municipal e a igreja Matriz, da qual se tratará adiante.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos possui, na sede municipal, uma agência postal-telegráfica, e agências postais nas localidades de Monerá, Olofote e Luterbach. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira, com postos telefônicos instalados na cidade de Duas Barras e Monerá.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O serviço de assistência médico-sanitária oficial é feito através dos Postos de Higiene de Duas Barras e Monerá. Exercem a profissão no município 1 dentista e 3 farmacêuticos, havendo 3 farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — São alfabetizadas, em todo município, 43% das pessoas de 5 anos e mais, presentes por ocasião do Censo Geral de 1950. Nessa época, das 7 319 pessoas dessas idades, sabiam ler e escrever 1 312 homens e 1 007 mulheres.

Ensino — O ensino primário geral é ministrado em 26 estabelecimentos, dos quais 18 são mantidos pelo Estado, 3 pela Prefeitura Municipal e 5 especializados na educação de adultos, mantidos pelo Govêrno Federal.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das arrecadações federal, estadual e municipal, no período de 1950 a 1956, e despesas do município nesse mesmo período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	355	617	1 174	149	749
1951	347	729	1 163	174	927
1952	469	704	1 151	214	937
1953	596	873	1 193	184	918
1954	632	792	1 155	242	1 046
1955	744	1 354	1 497	301	1 283
1956	754	1 902	1 505	252	1 065

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, construída entre 1850 e 1855, pela sua arquitetura colonial e decoração interior constitui obra digna de ser admirada. Original

também é a capela de São Pedro, construída em Artulândia. Por ser dedicada ao Apóstolo detentor das chaves da Igreja, sua tôrre tem o formato de uma chave "yale", tendo o bom gôsto presidido sobremodo em sua construção.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Distante 1 500 metros da cidade, do local denominado Pedra da Mota, descortina-se majestosa perspectiva. A denominação de Duas Barras provém de estar a cidade localizada entre as barras formadas pelas junções dos rios Negro com Resende e a dêste com o córrego do Baú.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui a sede municipal 1 cinema, duas bibliotecas (tendo cada uma mais de 1 000 volumes), uma associação esportiva e uma artística.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Duas Barras e Monerá.

DUQUE DE CAXIAS — RJ

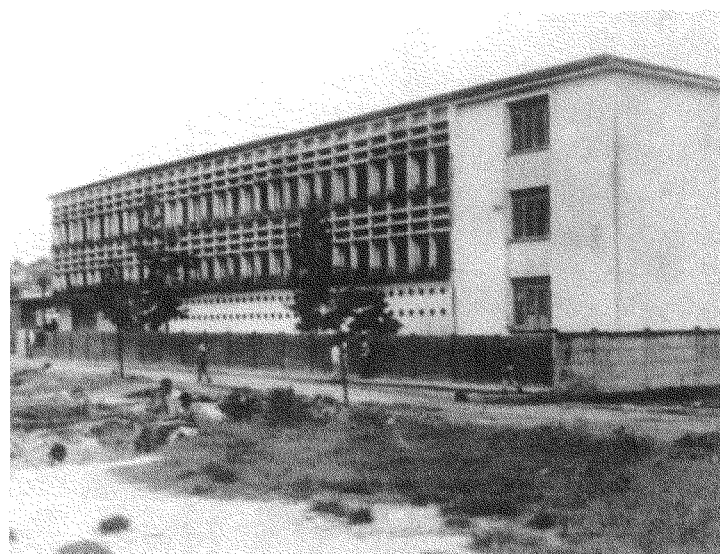
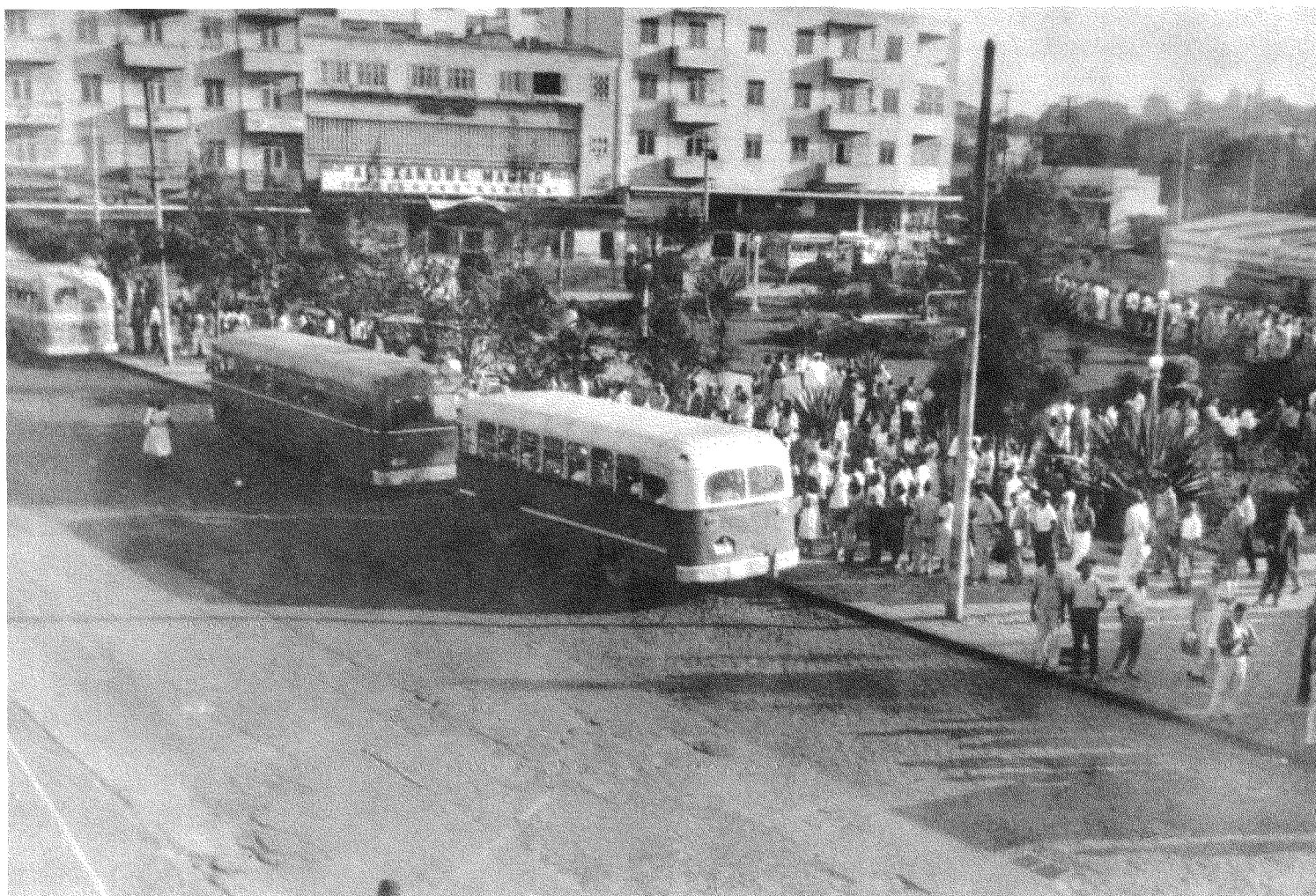
Mapa Municipal na pág. 167 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história do município de Duque de Caxias está intimamente ligada à evolução da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. O devessamento de seu território, realmente, foi motivado pelo interêsse que tinham os governadores da referida cidade em colonizar e cultivar as fertilíssimas terras que circundam a baía de Guanabara.

Uma consulta aos assentamentos mais antigos referentes às doações de sesmarias, nas terras do atual Estado do Rio de Janeiro, dá-nos a certeza de que o povoamento da planície que se estende do rio Meriti ao Estrêla ou Inhomirim, e da baía à orla das serras, foi contemporânea da época em que se principiou a povoar a cidade fundada por Mem de Sá. Sabe-se, de fontes fidedignas, que, de 1566 em diante, se foram fixando os primeiros colonos nas terras do atual município de Duque de Caxias, localizando-se, de preferência, no vale dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Estrêla ou Inhomirim, ou na orla praiana, dando início à exploração de seu solo e de suas riquezas naturais.

Entre os nomes dos agraciados com as primeiras concessões de sesmarias, nessa região, encontra-se, nos arquivos, o de Braz Cubas, que, segundo José Mattoso Maia Forte observa em seu livro "Iguaçu", outro não deve ser senão o grande provedor da Fazenda Real, a quem a cidade de Santos deve a sua fundação. Deu-lhe o governador, em 1568, nada menos de 3 000 braças de terras, de testada, pela costa do mar e 9 000 de fundos, pelo rio Meriti, "correndo pela piassaba da aldeia de Jacotinga". Por essa descrição podemos concluir que a sesmaria de Braz Cubas atingiu as terras de 4 dos atuais municípios fluminenses.

Durante quase meio século, os sesmeiros e colonos da região estiveram privados da assistência religiosa em capelas públicas. Pelo menos não se tem notícia da existência de qualquer delas em período anterior a 1612. É monsenhor Pizarro, em suas "Memórias", quem nos dá notícia da primeira manifestação sócio-religiosa verificada nessa região. No capítulo em que trata da freguesia de Nossa Senhora do Pilar (tomo 2.º fls. 122), vê-se que "o visitador Araújo fixara o ano de 1637 como o da criação da freguesia, servindo de capela curada a de Nossa Senhora das Neves. Em 1696 ter-se-ia fundado a capela do título do Pilar, "pouco distante da Matriz atual (1820)", passando para ela o título de paróquia que, até então, pertencia à capela de Nossa Senhora das Neves, construída em terreno doado por Manoel Pires e sua mulher, Catarina de Senne.

A "matriz nova" fôra construída nas margens do rio Pilar, com auxílio da Fazenda Real, e mais tarde, reconstruída, com luxo, com as esmolas da gente rica e da gente pobre que por ali passavam, descendo das regiões de serra acima. Acrescenta Pizarro que, em tôrno da matriz existente em 1820, época em que foram publicadas suas "Memórias", havia um bonito arraial em que "habitava por todo ano porção notável de povo" (José Mattoso Maia Forte — "Iguassu"). Alguns anos depois de criada a freguesia de Nossa Senhora do Pilar, surgiu, ainda nesta zona da Baixada Fluminense, uma outra povoação, fundada, primeiramente, com a denominação de São João Batista de Trairaponga, em uma elevação que ficou fronteira à baía, logo adiante da foz do rio Meriti. Criada durante a prelazia do Revmo. Antônio Marins Loureiro (1644), recebeu o reconhecimento régio por fôrça de Alvará datado de 1647. Há notícias fiéis de que a primeira capela dessa freguesia existiu no lugar então conhecido por Trairaponga até pouco depois de 1660, época em que perdeu a sua categoria de sede para um outro templo existente próximo do rio Meriti. Passados alguns anos, tendo-se arruinado o prédio dessa Igreja, foi, novamente, desviado o núcleo social e religioso da freguesia para a zona portuária onde, por essa época, já se havia elevado uma outra capela, erigida em 1708, por João Correia Ximenes e dedicada ao culto de Nossa Senhora da Conceição. Só em 1747 voltou o núcleo social a localizar-se nas margens do rio Meriti, justamente no lugar onde, outrora, se erguera o templo que substituíra a capela de Trairaponga. Por essa época passou a localidade a ser conhecida pelo nome de Freguesia de São João Batista de Meriti. A partir dêsse tempo, grande foi o progresso dessa região. Seus rios, então desobstruídos, davam fácil escoamento aos produtos da lavoura. Nêles, a navegação de pequenos barcos se fazia francamente, por muitas léguas de sertão adentro, onde o braço do negro escravizado tornava rendosa a exploração agrícola.

Grupo Escolar Municipal.

Vista do movimento de passageiros na estação rodoviária.

A Revista do Instituto Histórico, tomo 76 (parte 1.ª), consigna que, no período compreendido entre 1769 e 1779, a freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu tinha um engenho de açúcar, pertencente ao capitão Luciano Gomes Ribeiro, fabricando 40 caixas dêsse produto e 17 pipas de aguardente, acrescentando, ainda, que o referido capitão possuía para seu serviço 74 escravos. Três engenhocas fabricavam aguardente: a de Matheus Chaves, a do capitão Pedro Gomes de Assunção e a do capitão João Carvalho de Barros. Produzia, também, a freguesia, 13 000 sacos de farinha, 100 de feijão, 150 de milho e 2 100 de arroz, sendo o seu comércio feito pelo rio, no qual havia 9 portos com 18 barcos e uma lancha. Servindo grande parte da região costeira da Guanabara, existiam, nessa época, 14 portos, espalhados desde o rio São João ou Meriti até o rio Sarapuí "e eram os do rio Meriti, com três barcos; do Engenho Velho, do sargento-mor José Dias de Oliveira, com uma canoa; da Pedra, do padre José Rodrigues, com uma canoa; de Pedro Álvares Roiz, com duas canoas de pesca; do Pau-Ferro, de Francisco Pupo Corrêa, com um barco e duas canoas; da Vala, de D. Catarina Maria de Mendonça, com um barco; do capitão José Antônio Barbosa, com um barco e uma canoa; o de Ana Ferreira, com um barco; da Chácara (Xacra), de Inácio Roiz e Antônio Martins; de João da Silva, com 3 canoas; do capitão João Pereira Lima Gramacho, com um barco e uma canoa; do mestre de campo Bartolomeu José Vahia, com um barco; e o do capitão Pedro Alves Frique".

Durante muitos decênios, as lavouras de cana-de-açúcar, arroz, milho, mandioca e feijão, existentes nas terras do atual município de Duque de Caxias, proporcionaram aos proprietários locais a acumulação de fortunas consideráveis, para a época, e para o meio. Em 15 de janeiro de 1833, quando o Decreto da Regência erigiu em vila a povoação de Iguaçu, compreendeu em sua Jurisdição as terras que hoje fazem parte do município de Duque de Caxias e que, naquela época, constituíram território das freguesias de São João de Meriti e Nossa Senhora do Pilar.

Ainda por alguns anos notável foi o progresso observado nessa região. Sòmente pela metade do século XIX começou o seu período de decadência. A devastação impiedosa de suas matas trouxe como resultado funesto a obstrução dos rios, e o seu conseqüente extravasamento motivava a formação de pântanos, onde os miasmas e os mosquitos tornavam a região, pràticamente, inabitável aos sêres humanos. Abandonadas as terras, outrora tão salubres e férteis, cobriram-se, ràpidamente da vegetação própria dos pantanais.

Em 23 de abril de 1886, foi inaugurado o trecho ferroviário da "The Rio de Janeiro Northern Railway", ligando a cidade do Rio à estação de Meriti, onde, mais tarde, surgiria a povoação originária da sede do atual município de Duque de Caxias. É interessante frisar que a "povoação de São João Batista de Meriti" e a "estação de Meriti" constituem duas povoações distintas. Da primeira resultou a atual sede do município de São João de

Meriti e da segunda a sede de Duque de Caxias. Devemos ainda acrescentar que, por essa época, a estação de Meriti era apenas um centro de escoamento de umas poucas propriedades rurais semi-abandonadas, cujos colonos, lutando contra a malária, se dedicavam ao fabrico de carvão e à derrubada de capoeiras para a extração de lenha. A pequena produção conseguida em ambiente tão hostil era, então, enviada aos mercados da metrópole, por meio de faluas, sòmente utilizáveis nas épocas de maré cheia. A referida localidade não chegava, então, a ser pròpriamente um povoado.

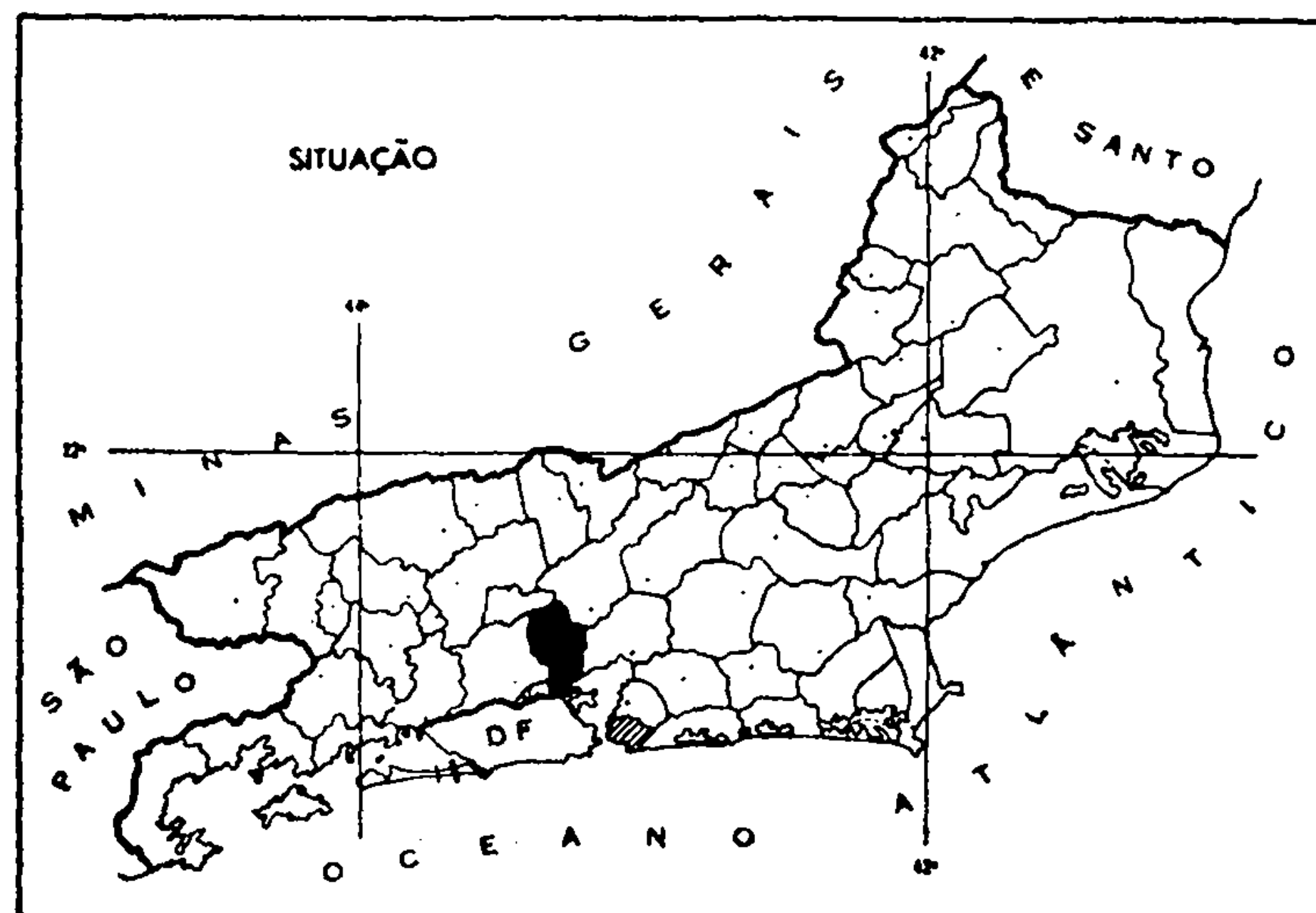
Meriti, hoje, Duque de Caxias, deve, em grande parte, o seu reerguimento ao presidente Nilo Peçanha, iniciador das obras de saneamento da Baixada Fluminense. Foi devido ao esfôrço dêsse presidente que Meriti conseguiu obter água potável, mediante a derivação de um encanamento ligado à rêde geral que abastecia a cidade do Rio de Janeiro. A êsse importante melhoramento seguiu-se outro: o prolongamento das linhas da Estrada de Ferro Leopoldina até à zona marginal do antigo "Mangue", situado na Praia Formosa, o que motivou um aumento do número de trens e de viagens, melhorando o sistema de transportes entre a localidade e a capital da República.

Posteriormente, com a abertura da Estrada Rio—Petrópolis, ainda mais próspera se tornou a estação de Meriti e adjacências. Data de então o fracionamento das grandes propriedades locais, organizando-se inúmeras emprêsas destinadas ao loteamento de suas terras, procuradíssimas em virtude de se acharem situadas a poucos minutos do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Devido ao progresso verificado na região, em 14 de março de 1931, graças aos esforços do deputado Dr. Manuel Ribas, foi criado, pelo Decreto estadual n.º 2 559, o distrito de Caxias, com sede na antiga estação de Meriti e formado com território desmembrado do distrito de Meriti, pertencente ao então município de Iguaçu, atualmente denominado Nova Iguaçu. Após essas sensíveis conquistas econômicas, sociais e políticas, rápido foi o ritmo de progresso do novel distrito, o qual, em 31 de dezembro de 1943, foi elevado à categoria de município, sob a denominação de Duque de Caxias, tendo por sede a antiga estação, nessa época elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Duque de Caxias. O novo município, desde que conquistou a sua autonomia, desligando-se de Nova Iguaçu, recebeu um grande impulso em sua economia, apesar de ter perdido em 1947, por fôrça do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 20 de junho dêsse ano, um de seus distritos mais prósperos, o de Meriti, que passou a constituir unidade autônoma sob a denominação de São João de Meriti.

A localização em seu território de várias e importantes indústrias, entre as quais a Fábrica Nacional de Motores, constituiu fator importante para o progresso sempre crescente dêsse município, que hoje ocupa posição de relêvo na comunidade fluminense.

A Comarca de Duque de Caxias foi criada pelo Decreto-lei n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, e se compõe do têrmo e município dêsse nome.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município nas proximidades do Distrito Federal, na Baixada da Guanabara. Sua sede está situada a 22° 47' 10" de latitude Sul e 43° 18' 30" de longitude W.Gr. Dista 26 km da capital do Estado, em linha reta, no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

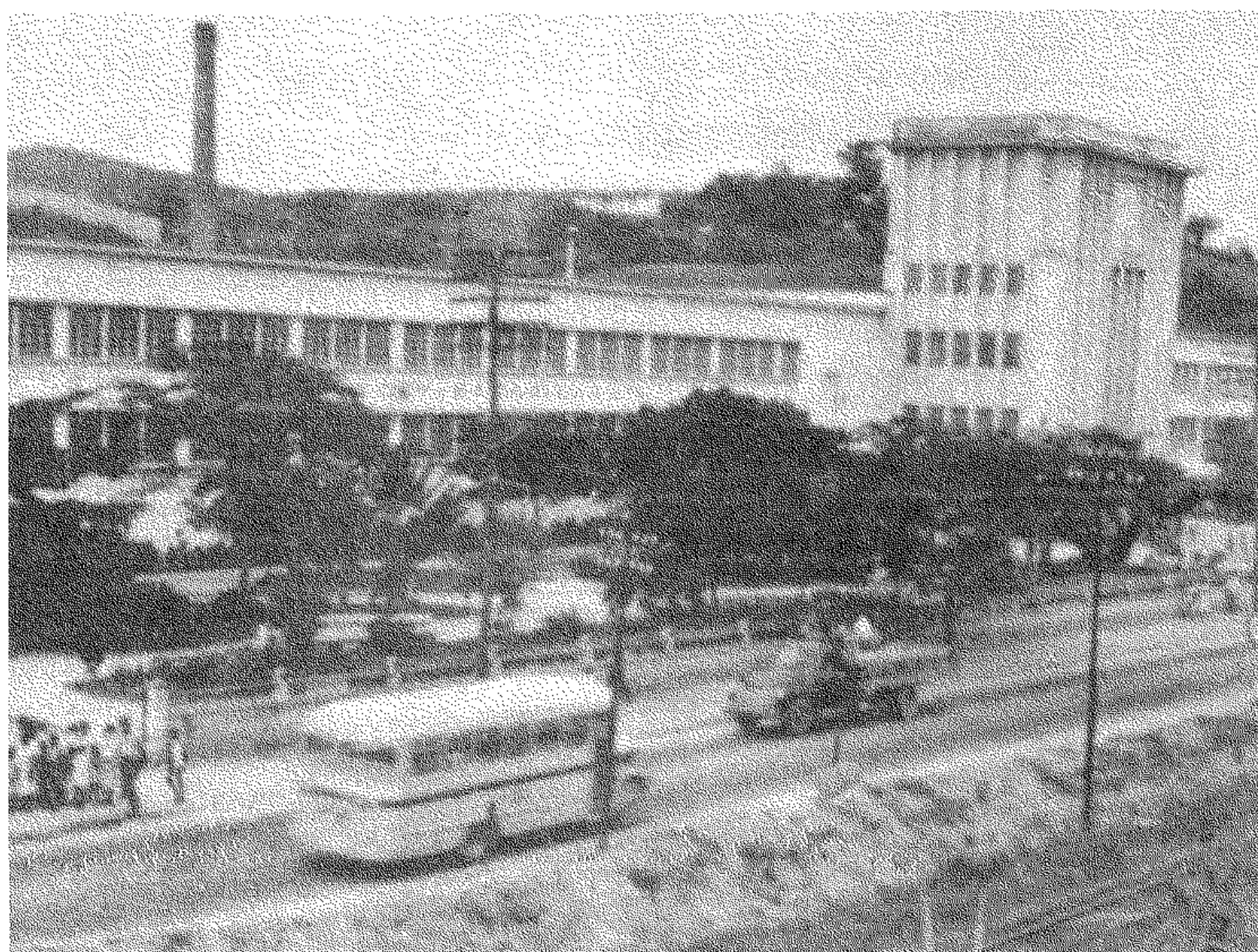
ALTITUDE — A sede municipal está a 5 metros de altitude.

CLIMA — Quente, como em geral é o clima das baixadas.

ÁREA — Corresponde a 464 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população presente do município elevava-se a 92 459 habitantes, sendo 47 173 homens e 45 286 mulheres. Essa população dividia-se, na mesma época, pelos distritos que então compunham a comuna pela forma constante do quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Duque de Caxias.......	73 527	36 885	36 642	33 837	33 656	3 048	2 986	—	—
Imbariê................	18 932	10 288	8 644	430	391	100	117	9 758	8 136

Atualmente sua população está estimada em cêrca de 130 000 habitantes, dos quais, aproximadamente, 100 000 na sede municipal.

Fábrica Têxtil.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Da população em idade ativa (14 anos e mais), 60% estão ocupados na indústria e comércio. Constitui a primeira a principal base econômica do município. Em 1955 o valor de sua produção industrial aproximou-se dos 2 bilhões de cruzeiros; entretanto, já em 1956, esta cifra foi elevada para mais de 3 bilhões, concorrendo sòmente a indústria metalúrgica com 1 986 bilhões de cruzeiros. Há em seu parque indústrias metalúrgica, têxtil, de produtos químicos e farmacêuticos, produtos de alimentação, indústria da madeira, cerâmica, vidro cimento-armado, matérias plásticas, bebidas, velas e outras, num total de 188 estabelecimentos, que empregam 6 846 pessoas. As indústrias metalúrgicas empregam 3 989 pessoas nos 27 estabelecimentos do ramo.

A agropecuária é de pouca expressão no município. Isto se explica pela sua proximidade com o Distrito Federal, constituindo Duque de Caxias domicílio de um grande número de operários que labutam na capital da República. Apenas 20% de sua população residem na zona rural. A produção local pode ser apreciada nos quadros a seguir que arrolam os principais produtos:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	829	2 055
Milho	»	175	931
Batata-inglêsa	»	71	477
Cana-de-açúcar	»	447	223
Feijão	»	6	97

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedras brutas	m3	36 670	8 356
Areia para construção	»	45 000	2 475
Vegetal			
Lenha	»	13 000	940
Carvão	Tonelada	344	688

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Veículos automotores (auto-peças e montagem)	Unidade	2 826	1 536 855
Sacos de juta	»	5 376 932	135 568
Tecidos de linho cru	Metro	989 193	118 524
Açúcar refinado	Tonelada	9 501	86 042
Soros hospitalares	Frasco	1 103 355	30 745

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade de Duque de Caxias e as principais localidades do município estão em comunicação constante com o Distrito Federal por todos os meios de transporte. A Estrada de Ferro Leopoldina mantém no território municipal as estações e paradas de Duque de Caxias (km 20,0), Gramacho (km 23,3), São Bento (km 23,8), Campos Elíseos (km 29,5), Jardim Primavera (km 32,0) e Saracuruna (km 35,0). Nessa estação, distante 35 km de Barão de Mauá, tem início a linha de Caratinga, MG, tronco dos diversos ramais da estrada de ferro citada. Ainda no município de Duque de Caxias, no ramal de Caratinga, estão situadas as estações e paradas de Morabi, Imbariê e Angélica, distantes 37,0 km, 39,3 km e 42,2 km de Barão de Mauá. Por êsse ramal liga-se a cidade de Duque de Caxias às cidades de Magé e Petrópolis e às demais dessa ferrovia. A Estrada de Ferro Central do Brasil possui na comuna, no ramal Belford Roxo—Xerém, as estações e paradas de Quilômetro 37, Ponte do Iguaçu, Quilômetro 43, Lamarão, João Pinto e Xerém, distante esta última 55 km de D. Pedro II, estação inicial da Estrada. Correm ainda pelo município, servindo-se da linha da Estrada de Ferro Leopoldina, os trens da Central do Brasil que se destinam a Teresópolis. As estações de ambas as estradas são servidas por trens de subúrbios da capital Federal. A antiga Rodovia Rio—Petrópolis corta a cidade, pondo-a em ligação com a rêde rodoviária do Estado, notadamente com a nova Rodovia Rio—Petrópolis e a Rodovia Presidente Dutra, à qual se liga pela Estrada RJ-13, a 3 km de Nova Iguaçu, por onde passa. Há perfeito serviço de ônibus e lotações entre a sede municipal, seus distritos, capital Federal, de cujo centro urbano dista sòmente 20 km, e os municípios vizinhos de Nova Iguaçu, Nilópolis e São João de Meriti. O meio normal de se comunicar com a capital do Estado é por intermédio da cidade do Rio de Janeiro, DF. Estão registrados no Município 296 automóveis e 758 caminhões. Há um campo de pouso de emergência, na Fábrica Nacional de Motores, para aviões até o tipo C-47.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante movimentado o comércio do município, possuindo a sede 6 estabelecimentos atacadistas e 1 300 varejistas. Comercia, principalmente para exportar seus produtos, com o Distrito Federal, de onde, em maior parte, lhe provêm os produtos de que necessita. O giro comercial, em 1955, se elevou a 2,650 bilhões de cruzeiros. O movimento bancário é feito através de 6 agências (Banco do Brasil, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Banco de Itajubá e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro). Os saldos bancários em 28 de fevereiro de 1957 eram representados pelas seguintes cifras ...... (Cr$ 1 000): Caixa em moeda corrente — 13 988; Empréstimos em c/c — 88 560; Empréstimos hipotecários — 52; Títulos descontados — 100 336; Depósitos a vista e a curto prazo — 144 045; Depósitos a prazo — 7 891. A Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro possui Agência no município; em 31 de dezembro de 1956, havia 18 897 cadernetas em circulação e depósitos no valor de 39 880 milhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Poucas matas restam à região, resumidas nas divisas de Petrópolis, na serra da Estrêla. A indústria extrativa mineral se dedica à extração de pedra comum, argila e areia. No ramo vegetal extrai-se carvão e lenha.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Duque de Caxias vai, dia após dia, modificando suas características urbanas, com calçamento de vias públicas e construção de prédios dentro da técnica e da arquitetura moderna, embora a falta de um serviço regular de abastecimento d'água venha trazer sérios obstáculos ao seu desenvolvimento. Isso, todavia, está prestes a ser solucionado. Possui 58

17 — 24 937

ruas calçadas a paralelepípedos, belíssima praça — a Praça do Pacificador, onde se encontra a moderna Estação Rodoviária Francisco Corrêa. O serviço de transportes urbanos é feito por 17 linhas de ônibus. Há mais 4 linhas interdistritais e 8 intermunicipais. Possui 74 telefones instalados e 10 000 ligações elétricas, 11 hotéis e duas pensões.

COMUNICAÇÕES — O serviço do Departamento dos Correios e Telégrafos é feito através das agências postais-telegráficas de Duque de Caxias e Fábrica Nacional de Motores e Imbariê (as duas últimas — via telefônica) e agências postais de "Corte 8", Gramacho, Parque Lafaiete e Saracuruna. — A Companhia Telefônica Brasileira mantém os serviços telefônicos locais e interurbanos do município.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No serviço de internamento há no município uma casa de saúde (Casa de Saúde Santo Antônio), com 30 leitos. A Fábrica Nacional de Motores e a Fundação Abrigo Cristo Redentor mantêm, para internação de seus funcionários e abrigados, enfermarias com 23 e 14 leitos, respectivamente. Há ainda os serviços do Govêrno do Estado através do Centro de Saúde de Duque de Caxias e Serviço Nacional de Endemias Rurais, o Serviço Médico do I.N.I.C., no Núcleo Colonial de São Bento, bem como os Postos do SESC, L.B.A. e Assistência Clínica Pronto Socorro, organização particular. Ainda no setor da assistência médico-sanitária, conta com: Farmácias — 70; Médicos — 18; Dentistas — 13; Farmacêuticos — 4.

ALFABETIZAÇÃO — Das 76 835 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 25 156 homens e 19 890 mulheres, representando 58,6% da população dessas idades.

Ensino — O ensino primário geral é ministrado em 62 estabelecimentos de ensino, sendo de administração: federal — 1; estadual — 6, dos quais 4 grupos escolares; municipal — 27; particular — 28. O ensino extraprimário conta com: Ginásios — 4; Escola Normal — uma; Escolas profissionais — 13; Ensino artístico — duas; Ensino agrícola — uma. Êsses estabelecimentos são mantidos por organizações particulares.

FINANÇAS PÚBLICAS — As receitas federal, estadual e municipal arrecadadas no município e as despesas municipais, no período de 1950 a 1956, podem ser apreciadas no quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	11 370	17 720	10 964	7 693	10 864
1951	19 200	23 283	14 471	8 815	15 255
1952	26 547	32 109	14 496	9 080	12 726
1953	29 008	38 923	20 110	14 037	16 859
1954	38 987	46 771	21 022	16 989	19 831
1955	54 004	131 433	35 596	21 096	25 656
1956	81 326	164 240	40 000	26 339	42 850

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Dois monumentos históricos devem ser citados: a igreja de Nossa Senhora do Pilar, na Estrada Rio—Petrópolis, distrito de Imbariê, conservada pelo Instituto Histórico Nacional, e o marco indicativo do local do nascimento do insigne brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias — na Estrada da Estrêla, mandado instalar pelo Ministério da Guerra. O primeiro data de 1696 (vide Histórico) e o segundo de 1936. É constituído de um marco de pedra com duas placas de bronze, numa das quais se lê: "Saúda, viajante, o Berço de Caxias, Sentinela da Pátria — Arsenal de Guerra". O Duque de Caxias nasceu na Fazenda de São Paulo, antigo município de Estrêla, hoje parte do município de Duque de Caxias.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município tem sua vida e atividades intimamente ligadas ao Distrito Federal. Sua população aumenta constantemente dado o afluxo dos que ali se abrigam, vindos de todos os rincões pátrios, para procurar trabalho no local ou na capital da República.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A proximidade da Capital da República é de grande influência na vida cultural do município. Possui: Tipografias — 5; Livrarias — 5; Jornais — 3; Bibliotecas — duas (Euclides da Cunha e Santo Alberto Magno); Cinemas — 7.

VULTO ILUSTRE — Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA —De acôrdo com a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Duque de Caxias, Campos Elyseos, Imbariê e Xerém.

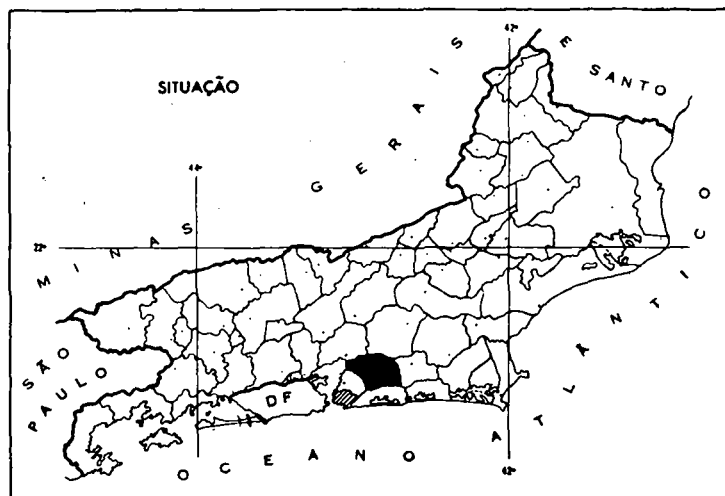
ITABORAÍ — RJ

Mapa Municipal na pág. 165 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O início do devassamento do atual território do município de Itaboraí data dos mais remotos tempos coloniais, quando, com a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, foram doadas, em suas circunvizinhanças, sesmarias, onde se estabeleceram numerosas lavouras de cana-de-açúcar e engenhos de açúcar e aguardente. Recorda a tradição que, a princípio, surgiu um curato pertencente à vila de Santo Antônio de Sá. Servia, então, de matriz uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, sita na Fazenda de Iguá (atual Venda das Pedras), que pertencia a um cidadão de nome João Correia. Transcorridos alguns anos, João Vaz Pereira (Ferreira, segundo outros) edificou, sob a invocação de São João Batista, uma capela que, por ser maior que a primeira, recebeu s honras de curato. Arruinando-se, porém, essa capela, João Vaz Pereira fêz construir outra, distante 20 braças da primitiva, sob a mesma invocação. Por Alvará de 18 de janeiro de 1696, foi êsse curato elevado à categoria de paróquia, de natureza coletiva. Em 1742, a antiga capela foi substituída por uma igreja. Nas terras circunvizinhas a êsse núcleo, desenvolveu-se o futuro município, atingindo elevado grau de prosperidade econômica no começo do segundo reinado, e, até 1860, foi Itaboraí uma das mais prósperas regiões fluminenses. Pelo Pôrto das Caixas, que até hoje mantém essa denominação, escoava-se a produção agrícola local e das regiões próximas,

sendo o açúcar exportado em caixas, donde lhe adveio o nome. Com a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, penetrando no sertão fluminense, o referido pôrto veio a perder a sua importância comercial, refletindo o seu abandono na economia de Itaboraí. Daí originou-se o seu declínio, apressado pelas conseqüências da promulgação da Lei Abolicionista de 1888. Talvez, de todos os municípios do Estado, nenhum houve, como Itaboraí, com decadência tão acentuada. Sua cidade-sede, ainda hoje atesta, pelas construções daquela época, como seja: Câmara Municipal, a casa em que se hospedou D. João VI, o teatro João Caetano e muitas outras — o que foi êle em seu período áureo.

Atribui-se, também, o marasmo em que caiu o município às febres palustres, que irrompendo nas margens do rio Macacu, espalharam-se pelas regiões circunvizinhas. Desde então, Itaboraí é assolado em alguns pontos, por surtos periódicos de malária. Entretanto, com as obras de saneamento em curso e com o florescimento de várias indústrias em seu território, já se pode antever, num futuro próximo, o ressurgimento da velha comuna fluminense. Itaboraí se orgulha, muito justamente, de ter sido o berço de Joaquim Manoel de Macedo, romancista consagrado, e de Alberto Tôrres, sociólogo e insigne pensador.

LOCALIZAÇÃO — As coordenadas geográficas da sede municipal são: 22° 44' 51" de latitude Sul e 42° 51' 21" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital estadual: 30 km. Rumo em relação à capital do Estado: és-nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge apenas 24 metros.

CLIMA — O clima do município é quente e úmido, excetuando-se a sede municipal, onde se torna mais ameno. Já nas regiões baixas, sujeitas a alagações, é geralmente insalubre. No que concerne à temperatura, a média das máximas ocorridas, em janeiro de 1957, foi de 36°C, a das mínimas, 20°C, a média compensada, 28°C. A precipitação total, no aludido ano, foi de 1 200 milímetros.

ÁREA — Corresponde a 565 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou para o município de Itaboraí a população de 15 669 homens e 14 559 mulheres, perfazendo o total de 30 228 habitantes. A densidade demográfica, em função de tais dados, é de 53,5 habitantes por quilômetro quadrado. Dessa população, 80% se localizavam na zona rural. Os residentes distribuíam-se pelos distritos que constituem o município da forma que se vê no quadro seguinte:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Itaboraí	7 006	3 633	3 373	428	448	498	4 562	707	2 469
Cabuçu	5 751	2 958	2 796	212	201	111	127	2 635	2 468
Itambi	3 375	1 749	1 626	177	159	120	130	1 452	1 337
Pôrto das Caixas	1 688	837	851	270	257	161	173	406	421
Sambaetiba	1 248	658	590	6	5	3	10	649	575
Tanguá	11 157	5 831	5 323	89	61	238	2 015	507	5 058

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população, para o ano de 1955, em 33 766 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica no município é a agrícola, destacando-se as culturas da laranja, abacaxi, cana-de-açúcar e arroz. As atividades da pecuária, dada a precariedade de recursos e pequena área de território do município, têm considerável importância, calculando-se, em 1954, a existência de um rebanho de cêrca de 30 000 bovinos, 10 caprinos e 150 mil aves. Há invernada de gado oriundo de Macaé, Cordeiro, Cantagalo, Rio Bonito e outros! A indústria extrativa tem um movimento anual em tôrno de 20 milhões de cruzeiros, sendo a mais importante a de calcários, que fornece matéria-prima para a fabricação de cimento. A produção de tijolos e telhas, os artefatos de cerâmica, etc., têm interessante significação econômica para a comuna. Os quadros demonstrativos seguintes oferecem um ângulo mais favorável para, na forma do detalhe, melhor se conhecerem as possibilidades econômicas locais:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laranja	Cento	738 000	44 280
Abacaxi	»	54 400	27 200
Cana-de-açúcar	Tonelada	90 000	18 000
Mandioca	»	8 800	5 280
Arroz com palha	»	960	1 440

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra calcária	Tonelada	718 785	32 070
Argila e barro	»	600 000	36 000
Vegetal			
Lenha	m3	100 000	10 000
Carvão	Tonelada	600	3 000

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar	Tonelada	5 103	42 531
Tijolos e telhas	Milheiro	24 300	44 630
Aguardente	Litro	1 230 000	9 762
Álcool	»	309 600	1 548

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, que conta na sua rêde ferroviária com 6 estações e 4 paradas, conforme a seguinte discriminação: *Ramal de Niterói,* parte norte, com 20,5 km. Visconde de Itaboraí (E), Pôrto das Caixas (E), Itaboraí (E), Fazenda Duque (P), Bandeirantes (P) e Tanguá (E): *Ramal de Niterói,* parte sul, com 7 km. Amaral (P) e Itambi (E); e, *Ramal de Manhuaçu* com 10,8 quilômetros. Escurial (P) e Sambaetiba (E). Uma linha interdistrital, com sede em Tanguá, e uma intermunicipal fazem o modesto movimento rodoviário do município, no que concerne a passageiros, conquanto, em 15-I-57, estivessem registrados na Prefeitura local 53 automóveis e 86 caminhões, êstes escoando a produção local. Um incipiente tráfego fluvial, feito por meio de lanchas, movimentando mercadorias, pode ser focalizado neste registro.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Itaboraí, que outrora foi intenso e movimentado, após a inauguração da Estrada de Ferro de Cantagalo, caiu verticalmente, não possuindo, no presente, expressão econômica destacada em comparação com os dados gerais do Estado, senão se destinando exclusivamente a atender às necessidades locais.

Igreja de São João Batista.

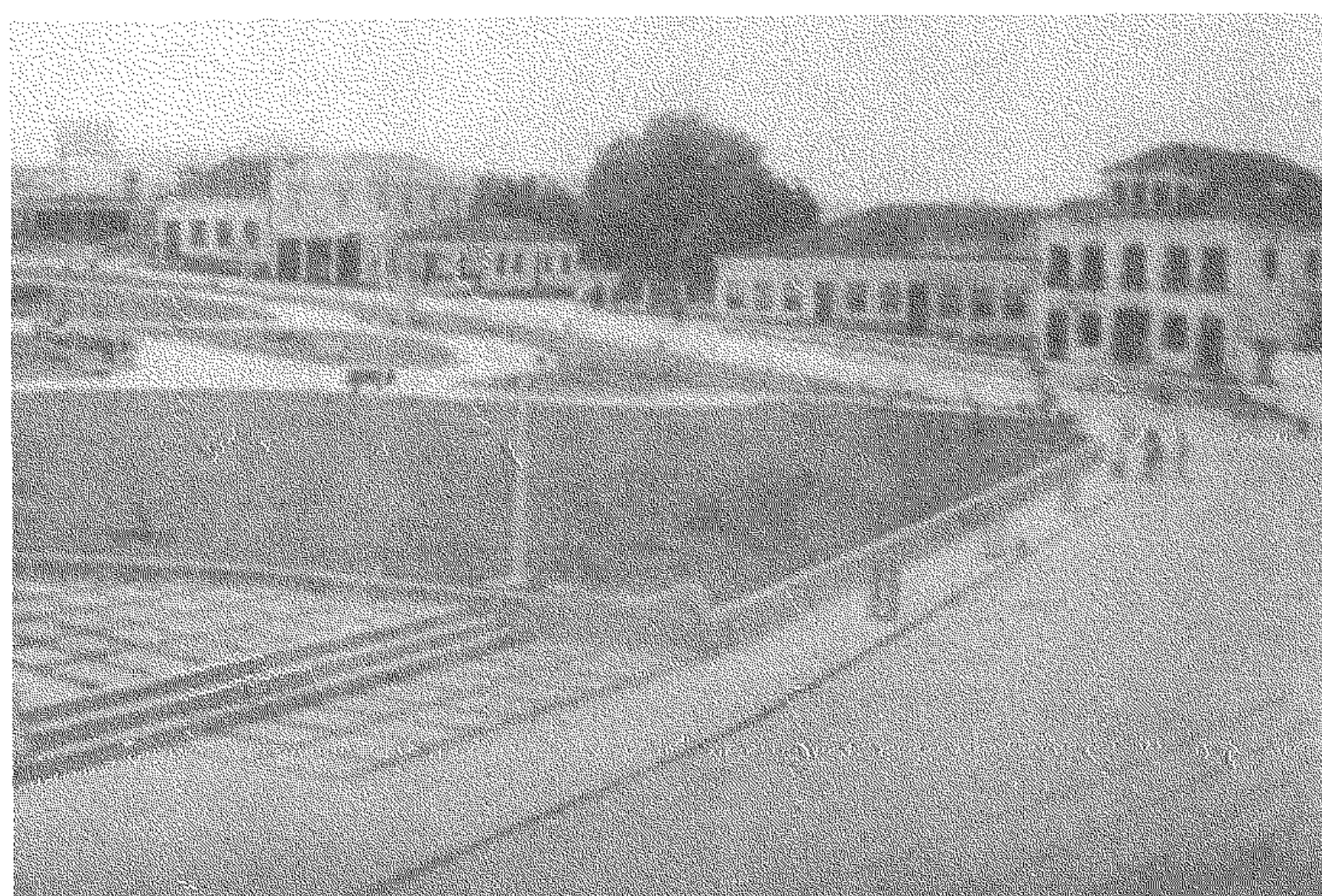
Contam-se 1 estabelecimento atacadista e 65 varejistas, na sede municipal, num total de 103 unidades em todo o território. A Cooperativa de Crédito Banco Agrícola de Itaboraí Ltda. é o único estabelecimento de caráter bancário que possui a comuna.

RIQUEZAS NATURAIS — Segundo consta, possui Itaboraí, em suas terras, jazidas de bauxita, caulim, quartzo, mica e calcários. Apenas o último é explorado, tendo emprêgo na fabricação do cimento. Das matas de Sambaetiba são extraídas madeiras e lianas para diversos fins. A fauna local é dotada de grande variedade de espécimes comuns no Estado, e relativamente à riqueza ictiológica pode-se registrar a existência de bagres, acarás, traíras, que são espécies comuns às regiões alagadiças.

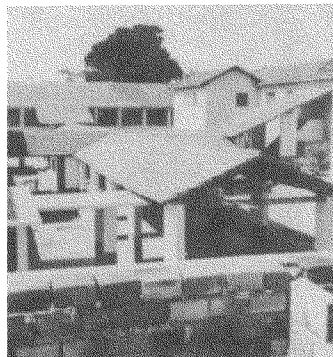
ASPECTOS URBANOS — A sede do município é pequeno conglomerado urbano possuindo 15 logradouros, sendo 12 inteiramente pavimentados e 2 arborizados, com iluminação elétrica e meio-fio no calçamento. Tem, também, uma travessa inteiramente pavimentada, bem como uma

Instituto Industrial e Agrícola São João Batista.

praça em idêntica situação, além de arborizada, ajardinada e iluminada. O seu serviço de abastecimento de água é recente, datando de 1953, sendo explorado pela Superintendência dos Serviços de Águas e Esgotos de Niterói, com a denominação local de Serviço de Água de Itaboraí. São beneficiados 3 logradouros e abastecidos 450 prédios. A água é captada do córrego do Barbosão, possuindo as respectivas linhas adutoras a extensão de 14 000 metros. O serviço de limpeza pública data de 1939, sendo efetuado pela Prefeitura Municipal em caráter gratuito. O serviço de esgotos, feito pela Prefeitura, é do tipo unitário. A iluminação pública e domiciliária distribui-se pela Cia Brasileira de Energia Elétrica. A iluminação pública estende-se apenas pela zona urbana e a domiciliária atinge, também, a suburbana. Há mais ainda os seguintes melhoramentos na sede municipal: 21 telefones, 420 ligações elétricas. Possui a cidade apenas duas pensões.

COMUNICAÇÕES —No setor das comunicações, conta o município com os serviços postais-telegráficos dos Correios e Telégrafos, beneficiando a sede municipal e as localidades de Venda das Pedras, Pôrto das Caixas, Itambi, Pachecos, Tanguá e Posse dos Coutinhos. A Estrada de Ferro Leopoldina presta serviços telegráficos e telefônicos às localidades de Venda das Pedras, Pôrto das Caixas, Visconde de Itaboraí, Itambi, Sambaetiba e Tanguá. Existem ainda, os serviços telefônicos de uso privativo da Fazenda Macacu e da Emprêsa Agrícola Industrial Fluminense. A Cia. Telefônica Brasileira presta, de seu turno, bons ofícios à coletividade itaboraiense, ligando entre si, as localidades já precedentemente referidas.

Praça Marechal Floriano Peixoto.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe em Itaboraí uma casa de caridade, denominada São João Batista, com 30 leitos destinados à assistência a indigentes, com internamento, possuindo maternidade, ambulatório, clínica médica e cirúrgica. Em Venda das Pedras, há o Hospital-Colônia Tavares de Macedo, mantido pelo Govêrno Estadual, subvencionado pelo Federal, com internamento de doentes, ambulatório, clínica médica, sendo especialidade principal o tratamento da lepra. Tem 647 leitos e aí exercem suas profissões 7 médicos, uma enfermeira e 4 auxiliares de enfermagem, sem se computar 1 facultativo e 1 auxiliar, que operam com raio-X. O Serviço Nacional de Endemias Rurais presta, por outro lado, valioso serviço à população de Itaboraí, mantendo 1 pôsto de Higiene na sede municipal e 2 subpostos, respectivamente, em Pôrto das Caixas e Tanguá. Há 5 farmácias disseminadas por todo seu território, residindo na comuna 12 médicos, 4 dentistas e 2 farmacêuticos.

Outro aspecto do Instituto Industrial e Agrícola.

Vista interna do Instituto Industrial e Agrícola.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população presente de 5 anos a mais, 40%, na sede municipal sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956 o ensino primário era ministrado em 19 estabelecimentos municipais e 30 estaduais. Existe, também o Ginásio Alberto Tôrres, oficializado, com 88 alunos, gratuito, subvencionado pelos Governos federal, estadual e municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue, pela forma da exposição em detalhe, apresenta aspectos bem interessantes:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 685	3 720	1 584	946	1 643
1951	4 207	4 814	2 089	1 080	1 707
1952	4 449	5 196	2 177	1 244	2 092
1953	6 284	7 010	2 539	1 275	2 270
1954	6 442	8 171	2 568	1 526	2 351
1955	8 427	10 499	3 551	1 698	4 400
1956	12 862	15 887	5 267	2 156	5 393

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Registram-se as de igreja de São Batista de Itaboraí e as ruínas do Convento dos Jesuítas, em Macacu. Êste é uma interessante relíquia da história do município, estando situado em Pôrto das Caixas. Há, na fachada do edifício, uma sugestiva legenda com a seguinte inscrição: "PREPARATIO GRATIA-EPCRUXBOMINI HOCOPUSRPERECIJ ANNO 1783". Existe, também, uma herma, na sede municipal, inaugurada em 1922, em homenagem a um dos grandes filhos de Itaboraí, Joaquim Manoel de Macedo, escritor destacado do século passado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território de Itaboraí é relativamente montanhoso ao sul, destacando-se aí a serra do Lagarto. Ao norte, onde predomina a planície, não há acidentes de maior importância. Já a oeste, principalmente na bacia do rio Macacu, são comum os trechos alagadiços. No seu revestimento florístico predominam as capoeiras, com exceção das regiões onde se situam as serras do Barbosão e Braçanã, quando é encontrada alguma reserva florestal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São 5 as entidades desportivas locais. Existem, ainda, como expressão da cultura itaboraiense, 3 cinemas, 1 teatro. Dois quinzenários possui o município: "O Itaboraiense", fundado em 18-I-1895, e a "Fôlha de Itaboraí", fundada em 24-6-48.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos de Itaboraí que se destacaram no cenário nacional, citam-se: Joaquim Manoel de Macedo, romancista: Alberto Tôrres, sociólogo; Octavio Kelly, jornalista; cênego Olímpio de Castro, orador sacro, e Alberto Lamego, escritor.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município compõe-se dos distritos de Itaboraí, Cabuçu, Itambi, Pôrto das Caixas, Sambaetiba e Tanguá.

ITAGUAÍ — RJ

Mapa Municipal na pág. 173 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O início do desbravamento do atual território do município de Itaguaí data de meados do século XVII. Segundo monsenhor Pizarro, a sua colonização remonta à época em que os silvícolas da ilha de Jaguaramenon, atraídos pelo Governador Martin de Sá, transferiram-se a outra ilha, situada mais para o sul e conhecida pela denominação de Piaçavera, hoje Itacurussá. Foi dêsse local que, mais tarde, se dirigiram os referidos aborígines para o continente, fixando-se nas terras compreendidas entre os rios Tiguaçu e Itaguaí, às quais denominaram Y-tinga. Logo após a fixação dos indígenas nessa localidade, a ela chegaram os missionários da Companhia de Jesus, que lançaram as bases da futura povoação, erigindo uma igreja onde moraram e onde desenvolveram a catequese dos gentios. Não se sabe com precisão a data em que essa igreja foi concluída, tendo-se porém, como certo, que tal fato se tenha verificado em época anterior a 1688. Posteriormente, verificando os Jesuítas que as terras da Fazenda de Santa Cruz, por encontrarem-se mais próximas do oceano, melhor se prestavam a servir de núcleo ao aldeamento, para lá se transferiram, levando consigo todos os habitantes do antigo arraial. Ainda dessa transferência não se pode precisar a data; apenas o que se sabe é que ela se verificou em época anterior a 1718. Tão cedo chegaram ao novo local escolhido pelos Jesuítas, os aborígines, sob a orientação dos religiosos, iniciaram a construção de novo templo que ficou

Vista panorâmica da cidade

concluído em 1729, sendo dedicado à devoção de São Francisco Xavier. Atingidos pelas leis emanadas da Côrte, onde o marquês de Pombal movia tenaz perseguição contra a sua Ordem, os Jesuítas perderam, em 1759, o contrôle da povoação, da qual foram forçados a se retirar.

(O Alvará, com fôrça de Lei, de 5 de julho de 1818, erigiu vila a aldeia de Itaguaí, com a denominação de Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, cujo território e limites compreendiam a freguesia de Itaguaí do alto da serra para a vargem, a freguesia de Marapicu, do rio Guandu subindo a parte esquerda, todo o Ribeirão das Lajes e a freguesia de Mangaratiba, ficando desde logo desmembrada do têrmo da cidade do Rio de Janeiro e da vila de Angra dos Reis, a que pertencia. Êsse Alvará determinou ainda que, pertencendo à referida aldeia de Itaguaí, ereta em vila, certa porção de terras na ilha de Itacurussá ou Sapimiaguira, que constam da respectiva escritura de compra feita

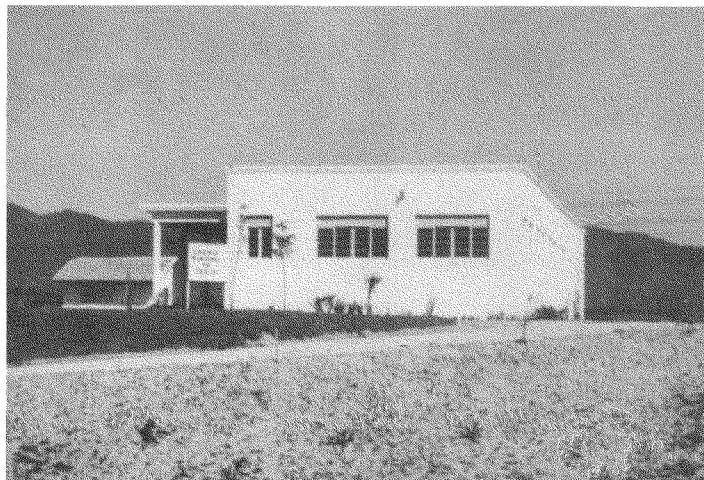
Estação Ferroviária da E.F.C.B.

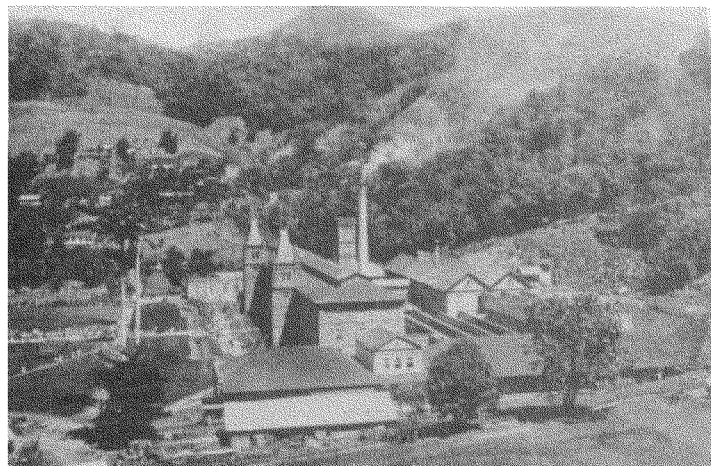
na cidade do Rio de Janeiro em nome dos índios, aos 17 de maio de 1818, e nenhum proveito resultando das ditas terras pela sua cultura, nem aos índios,) nem à aldeia em geral, nem ao Estado, cessasse a aplicação que dantes tinham as mesmas terras, ficando, de ora em diante, servindo para patrimônio da dita vila e despesas próprias dela, sendo aforados pela Câmara, em pequenas porções, perpètuamente, com foros e pensões razoáveis, na forma do Alvará de 23 de julho de 1766 e com o laudêmio da quarentena prescrito da Lei do Reino. Determinou mais o aludido Alvará que fôsse concedido para patrimônio dessa vila uma sesmaria de terra de meia légua em quadro, conjunta ou separadamente, aonde a houvesse devoluta, a qual seria também aforada em pequenas porções por emprazamentos perpétuos e os laudêmios da Lei, na forma acima declarada; além disso, lhe ficava pertencendo no seu respectivo território as rendas, direitos e contribuições até então pagos à Câmara da cidade do Rio de Janeiro e à da vila de Angra dos Reis, de que foi desmembrada.

(Com o correr dos anos, a localidade prosperou de forma notável, mormente pela circunstância de ser o ponto de passagem preferido pelos viajantes, que demandavam as terras de Minas e São Paulo. O próprio D. Pedro I hospedou-se na localidade quando se dirigia para São Paulo, onde proclamaria a Independência do Brasil.)

Posteriormente o Decreto de 30 de agôsto de 1831 declarou que ao bairro da freguesia do Sacramento da cidade do Rio de Janeiro ficassem anexados os distritos da fre-

Itaguaí Atlético Clube.

guesia de Campo Grande, desde o Piraquamerim, inclusive, até à porteira da Fazenda Nacional de Santa Cruz, ou "Curral Falso", ficando a mesma Fazenda e o distrito lateral de Sepetiba e a freguesia de Marapicu pertencendo ao têrmo da vila de Itaguaí. Mais tarde, o Decreto de 15 de janeiro de 1833, no seu artigo 8.º, determinou que a vila de Itaguaí tivesse os limites que lhe foram assinados pelo Alvará de 5 de julho de 1818, com exceção do território desmembrado para a vila de Mangaratiba pelo Decreto de 26 de março de 1832, contendo mais no seu têrmo todo o curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz, seguindo o rumo da dita Fazenda na divisão com a dos Religiosos do Carmo, começando no lugar denominado "A Pedra", até encontrar a freguesia de Marapicu, desanexando ainda do têrmo da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro todo o territó-

Ginásio Municipal.

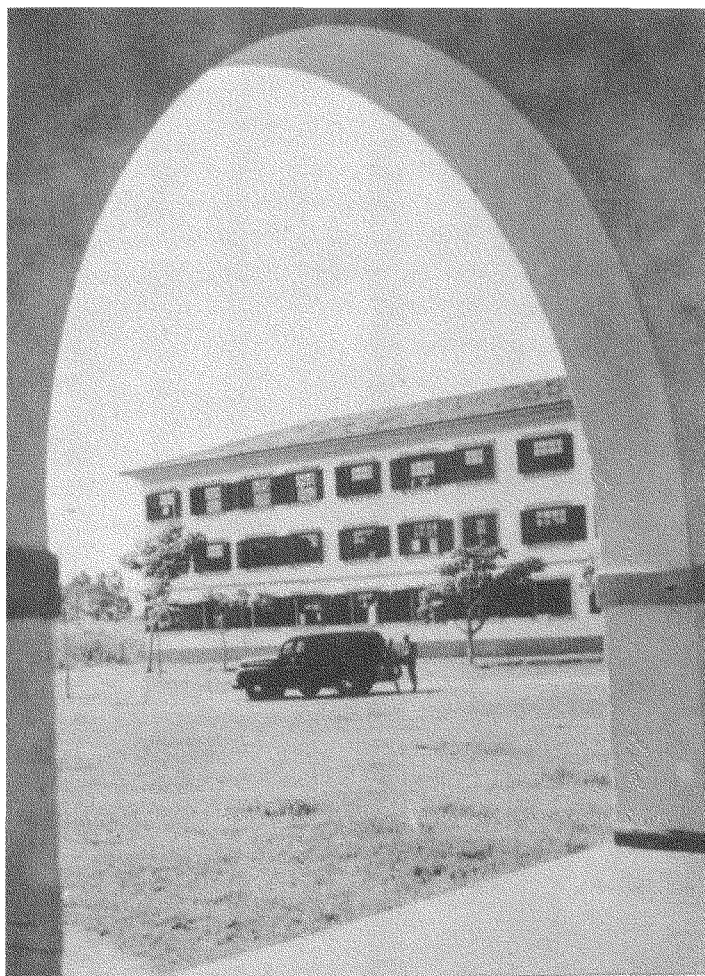
rio que lhe pertencia e que, conforme o aludido art. 8.°, passou a pertencer à vila de Itaguaí. Em virtude do Decreto de 4 de novembro de 1833, a Regência Permanente, ampliando a extensão dos limites fixados pelo art. 8.° do referido Decreto de 15 de janeiro de 1833, determinou que se entendessem compreendidas no têrmo da vila de Itaguaí as povoações denominadas Cantagalo e Ca-

Fábrica de tecidos Brasil Industrial, da Cia. Têxtil Brasil Industrial.

nhanga, que faziam parte da Fazenda dos Religiosos do Carmo, visto que se achavam já anexadas, quanto ao espiritual, ao curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz. Finalmente a Regência Permanente, tendo em consideração ao que representaram os moradores do curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz, determinou, pelo Decreto de 30 de dezembro de 1933, que o mencionado curato ficasse desligado do têrmo da vila de Itaguaí, a que se achava unido pelo Decreto de 15 de janeiro de 1833, passando ao têrmo da cidade do Rio de Janeiro.

Dotado de terras férteis, o município de Itaguaí desfrutou, no século passado, até 1880, de animada vida rural e comercial, exportando em grande escala cereais, café, farinha, açúcar e aguardente. Contribuiu de maneira acentuada para êsse desenvolvimento a introdução do elemento negro escravizado. O advento da "Lei Áurea" ocasionou terrível crise econômica, refletida no considerável êxodo dos antigos escravos que representavam, anteriormente, o fator essencial do desenvolvimento agrícola. Êsse fato, aliado à fgalta de transporte e à insalubridade da região, concorreu para o desaparecimento das grandes plantações, periódicas ou permanentes, que constituíam a riqueza principal da localidade.

Hospital da Associação de Caridade São Francisco Xavier.

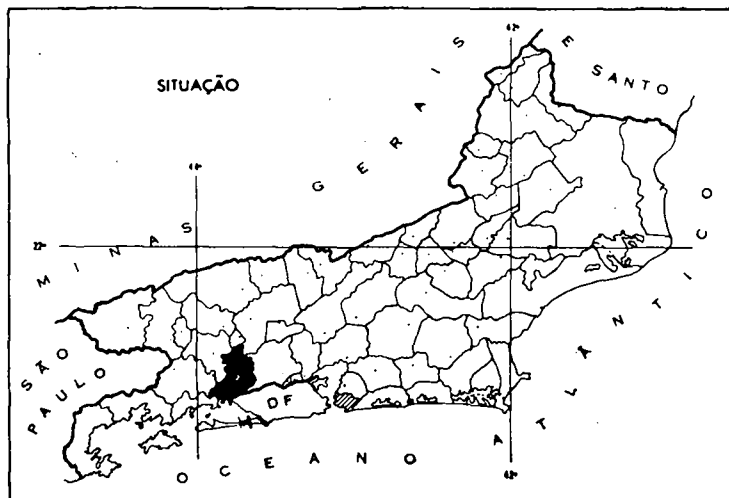
A falta de braços para a lavoura e o conseqüente abandono das terras originaram a obstrução dos rios que cortam quase tôda a baixada do município e o alargamento dessa zona. Daí originou-se o grassamento da malária, que reduziu a população local e paralisou por várias décadas o desenvolvimento econômico da região.

A passagem da antiga Rodovia Rio—São Paulo por seu território, a instalação da indústria têxtil no distrito de Paracambi, aliadas às obras de saneamento da baixada fluminense que permitiram o aproveitamento de grandes áreas pelos Núcleos Coloniais de Santa Cruz, Piranema e Santa Alice, possibilitaram ao município readquirir sua antiga posição de prestígio. Em seu território, à margem da rodovia citada, foram iniciados, em 1938, obras do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas, funcionando ali, atualmente, a Universidade Rural, criada pelo Decreto-lei fe-

Vista parcial do alojamento dos alunos da Universidade Rural.

deral n.° 6 155, de 30 de dezembro de 1943, com as Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária e Cursos Avulsos.

O trabalho dos Núcleos Coloniais hoje administrados pelo I.N.I.C. deram novo alento à agricultura e abriram novas perspectivas para o município. Na formação judiciária do Estado, Itaguaí é comarca. Criada primitivamente em 1877, Decreto n.° 2 243, de 29 de setembro, foi extinta em 7 de setembro de 1904. Em virtude da Lei n.° 1 804, de 12 de janeiro de 1924, foi restaurada, conservando-se nessa categoria até o presente.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itaguaí, de conformidade com a Resolução n.° 462, de 7 de julho de 1955, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, é parte integrante da Zona da Baixada do Rio Grande. A sede

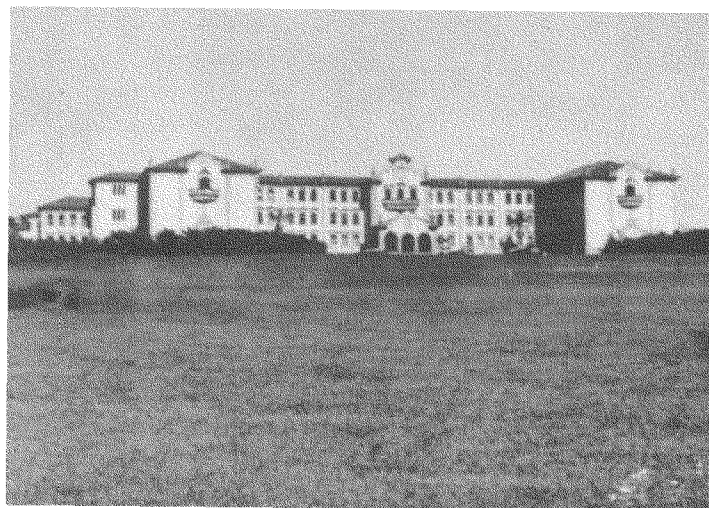
municipal está situada a 22° 52' 02" de latitude Sul e ..... 43° 46' 43" de longitude W.Gr., e dista, em linha reta, da capital do Estado, 70 km, no rumo oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 3,8 metros.

CLIMA — Ameno e sêco nas regiões da serra, é quente e úmido na baixada. A média das máximas elevou-se, no ano findo, a 29,6°C, e das mínimas a 20,8°C, sendo a média compensada 25,1°C.

ÁREA — Incluindo-se parte da ilha de Itacurussá e a ilha da Madeira, atinge 667 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município de Itaguaí era, na data, de 29 566 pessoas, sendo 15 402 homens e 14 164 mulheres. Essa população se distribuía pelos distritos e situação de domicílio, segundo o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Itaguaí	9 830	5 144	4 686	1 295	1 241	206	181	3 643	3 264
Coroa Grande	1 861	993	868	149	141	50	45	794	682
Ibituporanga	1 858	983	875	16	19	20	18	947	838
Paracambi	7 749	3 938	3 811	1 434	1 565	254	279	2 250	1 967
Seropédica	8 268	4 344	3 924	224	207	207	119	3 913	3 598

Prédio da Universidade Rural.

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 33 026 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Inegàvelmente a base econômica está assente na lavoura, entretanto a indústria, notadamente a têxtil e metalúrgica, e a pecuária contribuem também substancialmente para seu desenvolvimento. A indústria extrativa, vegetal e mineral, está representada pelas cerâmicas e extração de conchas. Declina, pela já grande devastação das matas, a extração de madeira, carvão e lenha.

Vista geral da área pertencente ao Centro Nacional de Estudos e pesquisas Agronômicas.

Os quadros que se seguem dão uma idéia da produção municipal:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	4 400 000	88 000
Laranja	Cento	260 000	20 000
Tomate	Quilograma	3 220 000	16 100
Mandioca	Tonelada	4 860	7 290
Arroz com casca	»	184	1 848

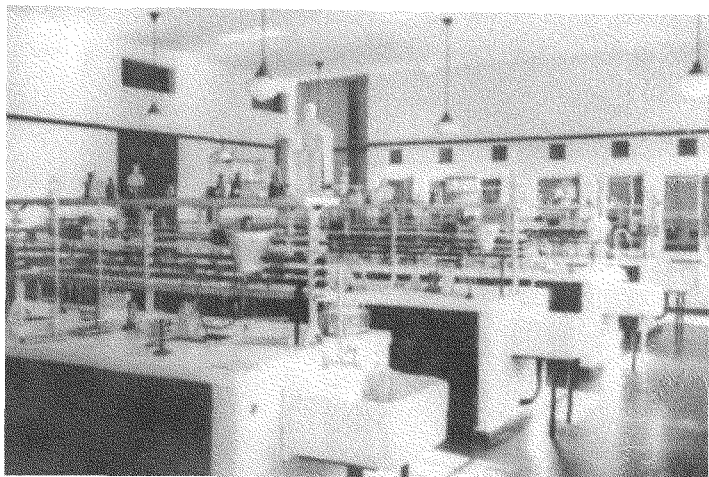
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Areia para construção	m3	16 000	800
Pedra para construção	»	120	240
Vegetal			
Madeira serrada	»	280	280
Animal			
Pescado	Tonelada	210	5 250

Produção industrial — 1956 (*)

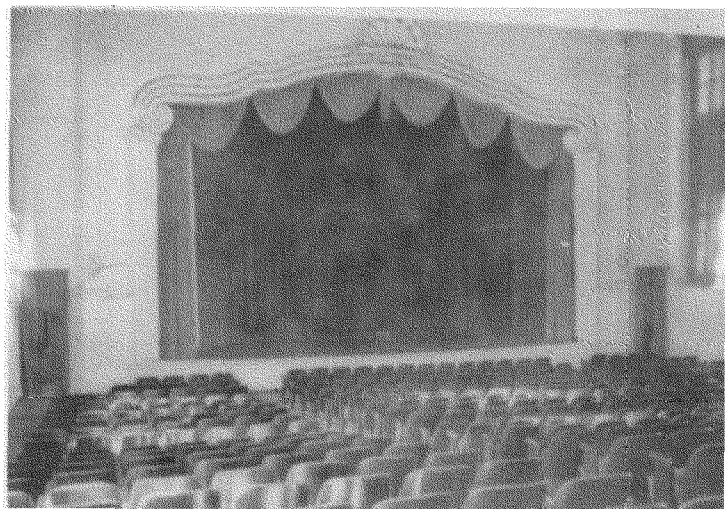
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Tecidos de Algodão	Metro	14 934 986	170 983
Laminados de aço	Tonelada	14 000	87 900
Tijolos furados	Milheiro	7 200	10 200
Produtos alimentícios	Tonelada	260	4 000

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — Cortam o território do município as seguintes rodovias: Presidente Dutra, Estrada Rio—São Paulo e RJ-14 (antiga Rio—São Paulo a Mangaratiba). A sede municipal liga-se à rêde rodoviária por

Interior do laboratório de Química Orgânica.

esta estrada, em seu início, no quilômetro 41 da antiga Rio—São Paulo, depois de cortar em seu trajeto o Núcleo Colonial de Santa Cruz (Piranema). Nesse entroncamento há acesso para o Distrito Federal, pela localidade de Campo Grande, e com a Rodovia Presidente Dutra, na altura de Viúva Graça. Pela RJ-14 comunica-se o município com o de Mangaratiba, cuja sede municipal está distante 18 km de Itaguaí. Ao todo cortam o município, aproximadamente, 152 km de estradas de rodagem, sendo: de administração federal — 42; de administração estadual — 49; de administração municipal — 61. A Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de Mangaratiba, possui as estações e paradas de Itaguaí, Vila Geni e Coroa Grande, distante de D. Pedro II, DF, 65,7 km, 74,2 km e 75,7 km, respectivamente. A vila de Paracambi utiliza-se da estação de Tairetá, município de Vassouras, localizada em suas proximidades. Essa estação é servida por trens de subúrbio da supradita estrada. As comunicações do município com a capital do Estado são feitas através da capital Federal, da qual a sede municipal de Itaguaí dista 65,7 km por estrada de ferro e 80 km po r estrada de rodagem.

COMÉRCIO E BANCOS — Comércio modesto, que tende, entretanto, a se desenvolver. Há na sede municipal 80 estabelecimentos varejistas e uma agência bancária (Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro). Seu principal centro fornecedor é a praça do Rio de Janeiro, onde adquire as mercadorias necessárias ao seu comércio.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas reservas florestais ainda existentes no município são encontradas algumas madeiras

Auditório do Cine Gustavo Dutra.

de lei. A extração de carvão e lenha decresce. A devastação de suas matas foi impiedosa. Sôbre essa exploração, já em 1922, diz o "Álbum do Estado do Rio de Janeiro — Comemorativo do Centenário da Independência dos Estados Unidos do Brasil": "Parecia que a Central do Brasil, atravessando a parte sul do município, contribuíra para reanimá-lo e para seu povoamento. É incrível — apenas serviu para devastação das matas, com a extração da lenha e o fabrico de carvão". No reino mineral, extrai barro, pedra e areia dos rios. Há o aproveitamento de conchas para fabricação de alimento para aves. A pesca se desenvolve na localidade de Coroa Grande e nas ilhas da Madeira e de Itacurussá.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conserva algo dos tempos coloniais, entretanto, com o surto de progresso tido ùltimamente, se está transformando e adotando em suas construções características modernas, bem como ampliando

Vista da Fazenda do Sabugo.

seu perímetro urbano, outrora quase que circunscrito a uma única rua. Possui: Ligações telefônicas — 10; Ligações elétricas — 350; Domicílios servidos por abastecimento d'água — 415; Hotel — 1. Já estão calçadas a paralelepípedos as ruas principais, existindo uma praça artìsticamente ajardinada.

COMUNICAÇÕES — Do Departamento dos Correios e Telégrafos existem no município a Agência Postal-telegráfica de Itaguaí, na sede municipal, instalada em em moderno prédio, e as agências postais de Seropédica, Coroa Grande e Paracambi. A Companhia Internacional de Rádio tem suas tôrres instaladas no Quilômetro 42 da antiga Rio—São Paulo. A Estrada de Ferro Central do Brasil possui em suas estações serviço telegráfico de uso privativo. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira, que mantém postos na sede municipal, Universidade Rural, Coroa Grande e Paracambi.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O serviço hospitalar, no município, conta com 3 hospitais gerais com 93 leitos (Hospital de Caridade São Francisco Xavier, Hospital do Serviço Médico do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas e o Hospital de Piranema), o primeiro mantido pela Associação de Caridade São Francisco Xavier e os dois últimos pelo Govêrno Federal. Os serviços oficiais de saúde são atendidos pelo Pôsto de Higiene da sede municipal e por mais 7 postos do Serviço Nacional de Endemias Rurais, localizados em várias zonas do município. A Prefeitura colabora no setor da saúde, mantendo 4 postos

Vista geral da Fazenda do Sabugo.

médicos, e existem mais os serviços médicos da L.B.A., Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Companhia Têxtil Brasil Industrial. Exercem suas profissões no município 5 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos; há 3 farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas presentes de 5 anos e mais, por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, sabiam ler e escrever 6 673 homens e 4 796 mulheres, representando 47% do total (24 440), em todo o município. Na sede municipal, de um total de 2 406 pessoas dessas idades, sabiam ler e escrever 757 homens e 592 mulheres.

Ensino — O ensino primário geral é ministrado em 48 estabelecimentos, dos quais 5 mantidos pelo Govêrno Federal, 13 pelo Govêrno Estadual, 22 pelo Govêrno Municipal e 8 por entidades particulares. Na sede municipal funciona o Ginásio Municipal de Itaguaí e em Seropédica o Ginásio

Vista aérea da usina Santo Amaro.

Fernando Costa, onde são lecionadas as matérias do ciclo ginasial. Está localizada no município a Universidade Rural do Brasil, situada no km 47 da antiga rodovia Rio—São Paulo, compreendendo a Escola Nacional de Agronomia e a Escola Nacional de Veterinária, ambas de nível superior. Na área da Universidade Rural funciona também a Escola Agrotécnica Ildefonso Simões Lopes, com ensino agrícola técnico, iniciação agrícola e mestria agrícola, todos de grau médio.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das finanças públicas, no município, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 369	3 418	1 709	1 252	2 031
1951	4 200	3 602	2 327	1 438	2 554
1952	4 800	4 602	2 689	1 615	2 166
1953	5 165	7 016	2 931	1 778	2 869
1954	8 934	8 811	2 927	1 719	3 788
1955	12 498	12 089	5 357	2 796	5 257
1956	20 281	17 383	7 740	4 537	8 014

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A igreja Matriz de Itaguaí, dedicada a São Francisco Xavier, teve sua construção concluída em 1729. É um templo de linhas e características coloniais, está situado no alto de uma colina, de onde se descortina esplêndida vista da baixada de Santa Cruz. Há na sede municipal um monumento ao barão de Tefé e o "Monumento ao Pracinha". Na Universidade Rural foi inaugurado, em 1947, um monumento ao Dr. Fernando Costa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Município de Itaguaí constitui-se de zonas distintas: a de Paracambi, sensìvelmente industrial; a da antiga Rio—São Paulo e Piranema, onde se desenvolve a agricultura e pecuária, a de Coroa Grande, cortada pela Estrada de Ferro Central do Brasil, onde o município tem sua orla marítima. Êsse trecho é procurado para fins-de-semana; constroem-se aí ótimas residências de veraneio.

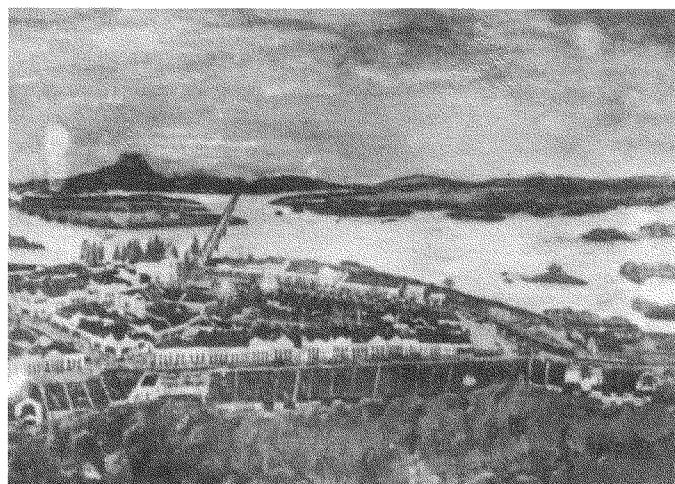
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há no município 3 cinemas, dos quais um muito bem instalado na sede municipal. A Universidade Rural é um grande centro de cultura, que congrega expressivo número de estudantes vindos de tôdas as partes do Brasil e até do estrangeiro. Além dos estabelecimentos de ensino que aí funcionam, já citados, localizam-se em sua área o Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola, o Instituto de Zootecnia e outras dependências do Centro de Estudos e Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura. Na cidade de Itaguaí, no prédio ânexo à igreja Matriz, funciona o Patronato de Menores São José.

VULTOS ILUSTRES — Nasceram em Itaguaí vários cidadãos que se destacaram no cenário nacional, entre êles o barão de Tefé (Antônio Luiz Von Hoonholtz); Luiz Murat, poeta, e o general Olímpio Silveira.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município compõe-se dos distritos de Itaguaí, Coroa Grande, Ibituporanga, Paracambi e Seropédica.

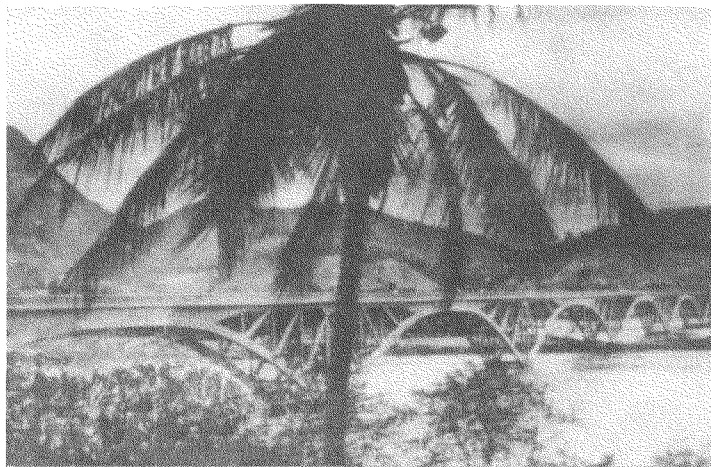
ITAOCARA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As terras escolhidas para a fundação da antiga Aldeia da Pedra, marco inicial da colonização de Itaocara, estavam compreendidas no âmbito das que formavam a região de São Fidélis, nascida esta do zêlo apostólico de dois capuchinhos italianos: frei Ângelo Maria de Luca e frei Vitório Cambiasca, aos quais veio se juntar, mais tarde, frei Tomaz da Cidade do Castelo, o fundador da primitiva Aldeia da Pedra, hoje Itaocara. Por isso mesmo, não se pode estudar a evolução social de Itaocara sem se consultarem as suas origens, ligadas à história de São Fidélis, onde foram lançadas, por assim dizer, as bases do atual município de Itaocara. Realmente, foi devido às divergências, motivadas por ódios e ressentimentos, entre os índios Puris e Coroados, que os religiosos capuchinhos, fundadores de São Fidélis, sentiram necessidade de criar nova aldeia, nova povoação, onde acolhessem uma das tribos, separando os litigantes. Depois de grandes trabalhos frei Tomaz da Cidade do Castelo, em 1808, conseguiu do vice-Rei do Brasil, D. Marcos de Noronha, permissão para instalar o aldeamento projetado. Foi assim que, em 1809, o referido religioso chegou às terras onde deveria fundar a Aldeia da Pedra, a qual denominou São José de São Marcos, em homenagem ao vice-Rei nomeado. Todavia êste nome não criou raízes no pensamento de seus habitantes, que preferiram designá-la, como já o dissemos, de Aldeia da Pedra, em virtude da existência de um grande penhasco, que lhe ficava fronteiro, do outro lado do Paraíba, erguido como sentinela secular do majestoso rio. Fato curioso foi o que se verificou nesta povoação. Tendo surgido ela para separar os índios Puris dos Coroados, devido aos esforços pacifistas

Vista parcial da cidade.

do abnegado missionário que a criara, veio a se tornar, justamente, o ponto de aldeamento das duas tribos unidas em Cristo, pelo batismo. Quando, porém, se pesar a influência indígena no desbravamento das terras de Itaocara, é justo que se destaque a atuação dos índios Coroados e seus aliados Corapós, pois êsses é que, em verdade, foram os devassadores da região. Os Puris só foram aldeados mais tarde em virtude da perseverança de frei Tomaz. Em 24 de novembro de 1812, o bispo D. José da Silva Coutinho, que passara por São Fidélis em visita pastoral, aprovou a nova aldeia, concedendo-lhe foros de capela curada "para todos os novos moradores", principiando "no lugar da Boia, até o primeiro morador de Cantagalo, chamado Peixoto, e de um e outro lado do Paraíba acima".

No arquivo da paróquia, segundo o insigne historiador da terra, M. de Toledo Piza, foram colhidos os seguintes dados sôbre os limites da novel freguesia, que já então recebia o nome de São José de Leonissa da Aldeia da Pedra:

"O território de uma e outra margem do Paraíba, três léguas acima e São Fidélis até chegar aos primeiros moradores de Cantagalo e da Freguesia de São Pedro e São Paulo da Paraíba do Sul".

Ponte Itaocara sôbre o rio Paraíba.

As terras que serviram para a fundação da aldeia pertenciam primitivamente à vila de Campos dos Goitacazes mas, pouco tempo depois, por Decreto de 9 de março de 1814, passaram à jurisdição da vila de São Pedro de Cantagalo, recentemente criada. Em novembro do ano seguinte a Aldeia da Pedra retornava a Campos desmembrando-se, em definitivo, de Cantagalo. A partir de 1818, frei Tomaz começou a dividir as terras próximas à localidade entre os habitantes do lugar, fato que veio possibilitar um maior rendimento, resultante de um melhor aproveitamento das mesmas. A 19 de abril de 1850, em virtude da autonomia concedida à vila de São Fidélis, desmembrada de Campos, passou São José de Leonissa da Aldeia da Pedra, atual Itaocara, a fazer parte da referida vila, juntamente com a freguesia de Santo Antônio de Pádua.

Fato digno de menção, dado a sua singularidade em relação às demais comunas fluminenses, foi a atitude de grande parte dos fazendeiros de São José de Leonissa que, antes da promulgação da Lei Áurea, antes do radioso 13 de maio, já havia libertado quase que totalmente seus escravos. Motivado por essa liberalidade humanitária não se verificou, na localidade, o êxodo do elemento negro beneficiado pela Abolição. Pelo contrário, vivendo êle num ambiente de simpatia, radicou-se e adaptou-se ràpidamente às novas condições, permitindo um maior surto de progresso para a localidade. Outro aspecto, que também define o espírito idealista e liberal do povo dêsse nobre rincão fluminense, pode ser observado pelo estudo das campanhas republicanas levadas a efeito pela sua gente. O ideal republicano germinou e cresceu em Itaocara, avassalando os corações de seus habitantes, que se haviam distinguido como pioneiros da Abolição. Entre os vultos mais destacados da campanha republicana em Itaocara são dignos de menção os nomes de: Eduardo Xavier Vahia de Abreu, Moisés Augusto do Vale, Dr. João José de Sá, Dr. Aristides Caer e

D. Ana Catarina de Azevedo, mais conhecida pelo cognome de "Sá Dona". Após a proclamação da república, tão almejada, o progresso do então distrito de São José de Leonissa não foi ignorado pelo govêrno estadual que, pelo Decreto n.º 140, de 28 de outubro de 1890, elevou-o à categoria de município, com a denominação de Itaocara, sendo o seu território desmembrado do de São Fidélis. O nome de Itaocara, segundo tradição oral, foi sugerido pelo Dr. Ferreira da Luz, médico e poeta, que residiu, por muitos anos, em Miracema. É um vocábulo tupi formado dos têrmos: "ita" — que quer dizer "pedra" e "ocara" — "praça, terreiro".

O texto do Decreto n.º 140, citado, é o seguinte:

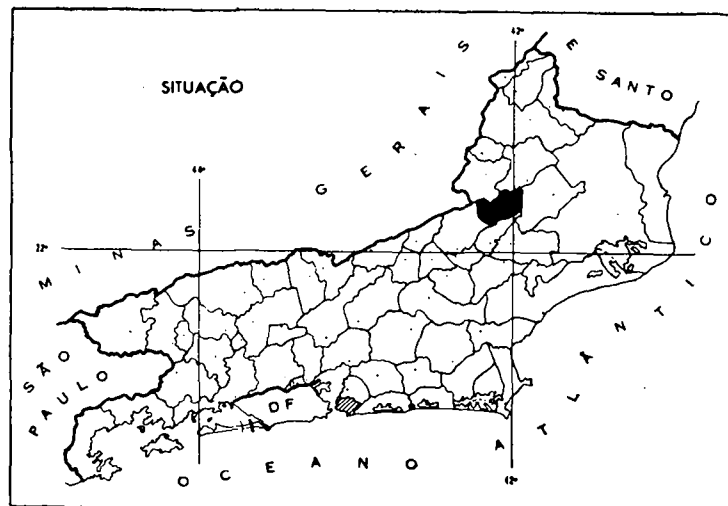
"Art. 1.º — Fica elevada a categoria de — Villa —, com denominação de "Vila de Itaocara", a freguesia de São José de Leonissa, desmembrada do município de São Fidélis, tendo as divisas primitivas da mesma freguesia com as seguintes alterações: no lado norte do rio Paraíba, seguirão em linha reta à estação de Vieira Braga, e daí acompanharão o valão do padre Antônio até a serra do Monte Verde, que limitará por vertentes a tomar uma linha que, passando pela fazenda de Manoel Luiz Ribeiro, termine no rio Paraíba, pelos limites da fazenda da boa Sorte.

Art. 2.º — O município de Itaocara fará parte da comarca de São Fidélis.

Art. 3.º — O município de Itaocara fica obrigado ao pagamento de parte da dívida passiva atual do município de São Fidélis, proporcional à receita da freguesia de São José de Leonissa, nos três últimos anos devendo efetuar-se o pagamento em prestações, como convier às duas municipalidades".

Monumento à Matemática.

Atualmente, Itaocara, a velha Aldeia da Pedra criada pelo esfôrço abnegado de frei Tomaz, desfruta de razoável conceito na comunidade fluminense, sendo a sua sede uma das mais interessantes cidades do Estado.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas do município as seguintes: 21º 40' 04" de latitude Sul e .... 42º 04' 58" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 173 km. Rumo em relação à capital do Estado: N.N.E. Localiza-se a sede municipal à margem esquerda do rio Paraíba.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge apenas 59 metros.

CLIMA — O clima de Itaocara é quente, porém, saudável, atribuindo-se sua salubridade à inexistência de terrenos alagadiços e pantanosos, tão comuns na Baixada Fluminense. As chuvas caem com freqüência, sendo mais abundantes no período de novembro a janeiro, e as estiagens, que são periódicas, ocorrem de abril a julho.

ÁREA — Corresponde a 434 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, contava o município com a população de 24 069 habitantes, sendo 12 159 homens e 11 910 mulheres, estando cêrca de 80% na zona rural. A densidade demográfica, ainda pela mesma fonte, correspondia a 55,46 habitantes por quilômetro quadrado. Os moradores distribuíam-se pelos distritos que constituem o município da forma que se vê no quadro seguinte:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Itaocara	6 137	3 110	3 027	584	614	71	75	2 455	2 308
Estrada Nova	3 753	1 937	1 816	60	52	7	12	1 870	1 752
Jaguarembé	5 291	2 635	2 656	116	123	48	70	2 471	2 463
Laranjais	5 488	2 795	2 693	230	232	10	8	2 555	2 453
Portela	3 400	1 682	1 718	399	473	56	54	1 227	1 191

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população de Itaocara, para 1955, em 26 886 habitantes.

Rua Coronel Pito de Castro.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A espinha dorsal da economia itaocarense reside no seu movimento agropecuário. Na parte da agricultura são seus produtos principais a cana-de-açúcar, o milho, o feijão, a mandioca e outros de menor significação econômica. Já na parte da indústria é realmente interessante a produção de açúcar, aguardente, etc. e o beneficiamento de arroz, café, milho e outros, bem como a extração de calcários e areia para fins de construção. Constata-se acentuado progresso na pecuária que, desde 1954, tem influído favoràvelmente na economia municipal. Os quadros que se seguem dão, todavia, melhor visão dêsse aspecto da vida municipal, com riqueza de detalhes:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	67 716	21 465
Milho	»	3 445	17 226
Arroz	»	1 440	7 802
Café beneficiado	»	111	2 874
Feijão	»	126	1 540

Produção extrativa — 1956 (*)

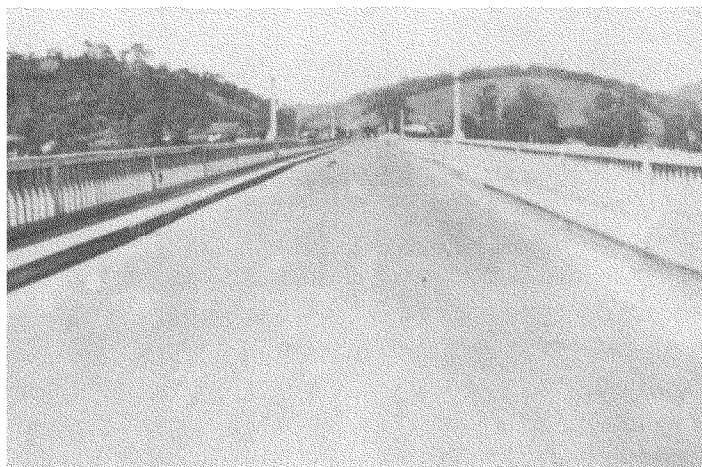
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Calcários em geral	Tonelada	1 200	2 440
Argila	»	1 240	558
Vegetal			
Lenha	m3	21 815	1 745
Madeira	»	512	409
Animal			
Peixe	Tonelada	12	295

Produção industrial — 1956 (*)

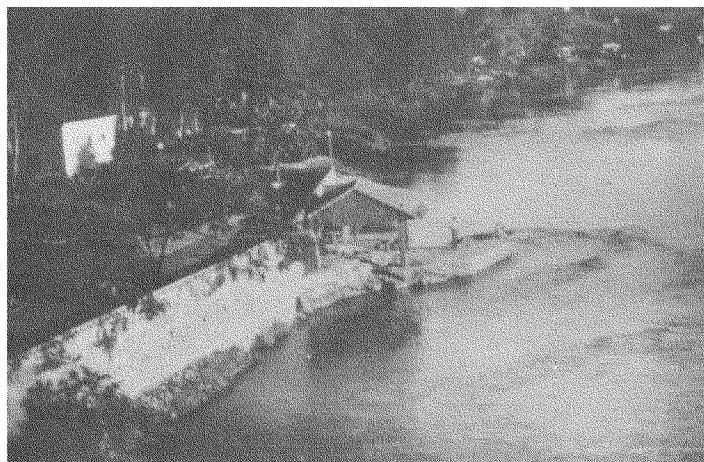
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar cristal	Tonelada	2 402	16 018
Aguardente de cana	Litro	1 872 607	11 425
Manteiga	Tonelada	44	2 376
Álcool	Litro	399 070	1 873

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina que tem 138,5 km de linhas em seu território, com 4 estações e 7 paradas, ligando as seguintes localidades, além da sede municipal: Engenho Central, Laranjeiras, Bonfim, Coronel Teixeira, Passagem, Amizade, Barra do Pomba, Barra do Higino, Barbabo e Portela. Possui 75,5 km de rodovias de administração estadual e 60 km das que se encontram sob regime da administração municipal. Mantém duas linhas de ônibus intermunicipais.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio itaocarense, con quanto outrora florescente, está circunscrito à existência de 10 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas, na sede municipal, atendendo apenas às necessidades locais. Duas são as agências bancárias que servem à capital do município: O Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A. e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S. A. A situação dos saldos bancários, em 28 de fevereiro de 1957, era a seguinte: em caixa em moeda corrente, Cr$ 2 234 000,00; em títulos descontados, Cr$ 6 931 000,00; em depósitos à vista e a curto prazo, Cr$ 8 370 000,00 e, em depósitos a prazo, ... Cr$ 170 000,00.

Outro aspecto da ponte Itaocara sôbre o rio Paraíba.

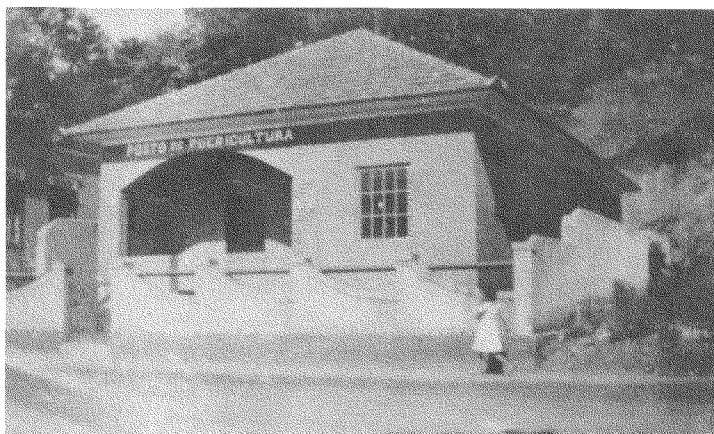
RIQUEZAS NATURAIS — Com referência a riquezas naturais, verifica-se em Itaocara a existência de argila, própria à utilização em trabalho de cerâmica, encontrando-se, também, calcários, notadamente nos distritos da sede, Laranjais e Jaguarembé. A extração de madeiras vem sendo feita no distrito de Portela, na localidade do mesmo nome. O distrito-sede muito se vem desenvolvendo com a industrialização do produto extraído, assim como com seu comércio, o que lhe vem proporcionando grandes possibilidades. O carvão vegetal é fabricado em todo o município. No tocante ao reino animal as reservas faunísticas são escassas e comuns à região.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal possui 18 logradouros, dos quais 4 ruas, duas praças, uma avenida e uma ladeira são calçadas a paralelepípedos. Dêsse total 16

Vista do recanto da Saudade.

são iluminados, contando-se 272 ligações elétricas. O serviço de abastecimento de água é explorado pela Prefeitura Municipal, desde 1923, tendo, em 1955, passado a ser feito pela Comissão de Águas e Esgotos. São abastecidos 15 logradouros com 283 prédios. O serviço de limpeza pública é igualmente explorado pela Prefeitura Municipal. Há a

Praça Ary Parreiras.

consignar, ainda 4 telefones. A sede é beneficiada com o serviço de emprêsa de ônibus intermunicipais, estando registrados na Prefeitura local, 31 automóveis e 27 caminhões. em 31-XII-56. Possui, além do mais, 2 hotéis.

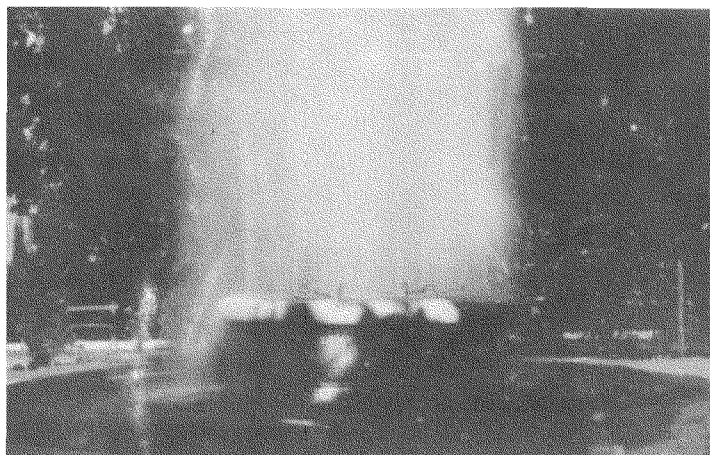
COMUNICAÇÕES — No que concerne às comunicações. o município é servido pela rêde de agências postais-telegráficas e telefônicas do Departamento dos Correios e Telégrafos que o liga, não sòmente com os demais municípios convizinhos mas com as suas sedes distritais (vilas). O município ainda conta, no que tange às rêdes de comunicações de caráter privativo, com o Serviço de Rádio da Polícia Militar e os serviços da Estrada de Ferro Leopoldina, bem assim com as rêdes telefônicas seguintes: Emprêsa de Fôrça e Luz Ibero-Americana, Cia. Engenho Central Laranjais e Cia. Telefônica Brasileira, que liga as vilas de Laranjais, Portela e Jaguarembé a Itaocara. No perímetro urbano é feita a entrega domiciliar de correspondência postal--telegráfica.

Pôsto de Puericultura.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A cidade possui 1 hospital com 48 leitos. Há, também, 1 hospital em Laranjais de propriedade da Cia. Engenho Central Laranjais, com 32 leitos. O Govêrno do Estado mantém, de seu turno, um Pôsto de Higiene na capital do município e 1 em Portela. Exercem profissão na comuna 3 médicos, 3 dentistas e 3 farmacêuticos; há 3 farmácias em funcionamento.

ALFABETIZAÇÃO — O ensino primário era ministrado, em 1956, nos seguintes estabelecimentos: 3 grupos escolares (Itaocara, Portela e Jaguarembé); uma escola típica rural, escolas reunidas, 28 escolas isoladas sendo que, destas, 9 eram de dependência administrativa municipal. Possui o município 1 ginásio, de propriedade e administração particulares.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro demonstrativo de linhas adiante dispensa os comentários que seus dados constitutivos pudessem sugerir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 111	2 633	1 228	544	984
1951	2 247	2 875	1 245	590	1 005
1952	1 674	3 092	1 194	629	1 187
1953	2 073	3 455	1 869	640	1 437
1954	2 268	3 864	1 527	717	1 653
1955	2 034	3 939	2 080	734	1 497
1956	3 092	4 397	2 408	711	2 005

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Constitui particularidade artística do município a ponte Ari Parreiras, que liga Itaocara a Santo Antônio de Pádua, cujo apurado gôsto arquitetônico aliado às belezas naturais do meio fazem-na admirada de todos. O rio Paraíba que, serpeando por entre acidentes naturais, assume aspectos de rara beleza

Fonte Luminosa.

no município, quase se tornou curiosidade, em razão de um incidente pitoresco. É que S.M. Dom Pedro II, em uma de suas viagens através de Itaocara, tendo perguntado a um empregado da Fazenda da Serra Vermelha se o mesmo, naquele trecho, era piscoso, obteve como resposta desconcertante que "nem sempre Magestade, mas às vêzes êle pisca..." Existem na sede municipal 4 monumentos: um representando o Brasil dos séculos XV e XX; e do monumento ao tempo, constituído de uma agulha de pedra, ereta à maneira de obelisco com a seguinte inscrição "Vós passais, outros virão e passarão e êle continuará, de pé e imóvel". Isto simboliza a denominação de Itaocara dada ao município, que significa "Aldeia de Pedra", sendo ita — pedra e ocara — aldeia; e, finalmente, o curiosíssimo monumento à Matemática, inspirado pelo professor Melo e Souza (Malba Tahan), constituído de um pedestal de três degraus, onde se vê um cilindro, uma esfera e um cone, estando gravados com letras de metal os principais símbolos da Matemática bem como os nomes dos maiores matemáticos do mundo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de Itaocara é, em geral, montanhoso. Apresenta entre suas principais elevações as serras de Água Quente e Itaocara, respectivamente com a altura de 298 e 289 metros. No revestimento florístico predominam os capoeirões, compostos da matéria conhecida pela denominação de "magega". A sua bacia hidrográfica é composta do rio Paraíba que recebe as águas dos ribeirões das Areias, Água Preta e córrego das Cruzes; e o Negro, ao sul, que tem como afluente os córregos Jararaca, Serra Vermelha e o ribeiro da Lage.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem uma liga desportiva e 5 clubes desportivos; 1 cinema e 1 semanário.

VULTOS ILUSTRES — Conta Itaocara, entre seus filhos, com Patápio Silva, músico que se projetou em todo o país.

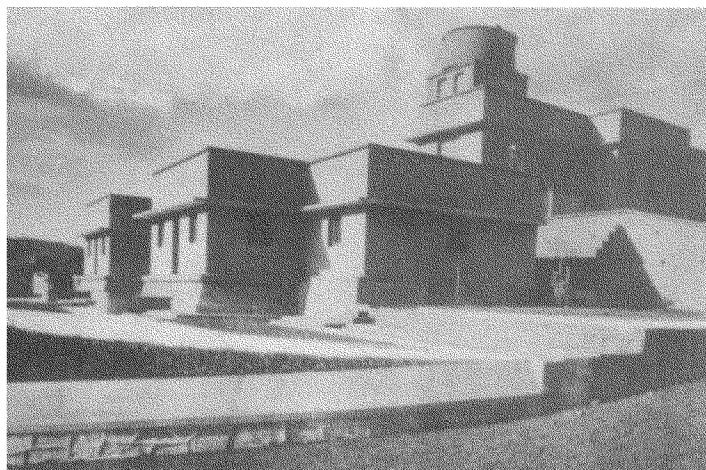
DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Itaocara, Estrada Nova, Jaguarembé, Laranjais e Portela.

ITAPERUNA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização das terras que compõem o atual município de Itaperuna teve seu início em princípio do século XIX, sendo que o primeiro ato referente a essas terras é mais remoto, datando de 30 de janeiro de 1759, época em que foi criada a freguesia de Santo Antônio de Guarulhos, de cujo território, então, passaram elas a fazer parte.

No que se refere aos episódios que motivaram o início de sua colonização, divergem os autores. Segundo uns, o desbravamento dessas terras foi devido a José Lannes (ou de Lana) Dantas Brandão que teria sido sargento da Milícia de D. João VI. Acrescentam ainda que José Lannes, nascido na Fazenda de São Miguel, em Minas Gerais, propriedade de seu progenitor João Lannes (ou de Lana) Dantas Brandão, por volta de 1820 teria deixado seu torrão natal, acompanhando uma tropa, para vender, no Rio de Janeiro, o fumo e o ouro produzidos na referida fazenda. Chegando à metrópole, entusiasmado com a vida citadina, José Lannes teria assentado praça na Milícia do Reino onde, por atos de bravura, galgara, dentro de dois meses apenas, o pôsto de Sargento. Contam, ainda, êsses cronistas, que apesar dessa rápida ascensão, pouco demorou José Lannes nas fileiras da Milícia. Resolvendo desertar das fileiras, deixou o quartel, contornando o litoral, em busca do rio Paraíba. Chegando a êsse rio, subiu-o até a confluência com o Muriaé, pelo qual prosseguiu até a primeira morada dos índios "puris", na hoje fazenda da Conceição. Depois de alguns dias nesse local, José Lannes subiu, guiado por uma escolta dos "puris", pelo rio Carangola até a cachoeira de Tombos, de onde voltou, assinalando em sua passabem, os locais de Porciúncula e Natividade. Prosseguindo em sua jornada, atravessando a Serra do Grama, deu na fazenda de São Domingos, vizinha da de São Miguel, onde, ao chegar, recebeu a grata notícia de que a Milícia Portuguêsa fôra forçada a embarcar para Lisboa e que D. Pedro I assumira o govêrno do Brasil, independente de Portugal. Foi devido a essa notícia que José Lannes, já destemeroso da Justiça, dirigiu-se para a fazenda paterna, de onde voltou, segundo os historiadores, em 1831, às terras anteriormente demarcadas por êle no Carangola, fazendo-se acompanhar de sua noiva e de dois escravos. Posteriormente, chegaram aí os Tinoco, os Custódio, os Alves e os Pereira que, junto com o pioneiro, foram os primeiros colonizadores da região. Essa é outra das versões da história de José Lannes, de Lana ou ainda José de Lanes como o denomina o Dr. Mário Mota. Segundo êsse autorizado estudioso, a história do desbravamento da região teria ocorrido da seguinte forma: "Em 1831, José de Lanes Dantas Brandão, depois de desertar da Polícia de Ponte Nova, refugiou-se em Campos. Receoso de ser aí descoberto, procurou o sertão, indo até à altura do atual município de Viçosa, regressando à zona de Faria Lemos, para depois descer e apossar-se de tôda a terra, desde Porciúncula até o Bambuí.

Em 1832, 26 de outubro, José Lanes escrevia, do lugar que denominou "Conceição", ao seu filho Francisco, dando notícias, pedindo recursos e, mais, que fôsse feita uma consulta ao amigo "sargento", em Minas, sôbre a possibilidade de legalização da posse das terras que havia ocupado. Voltou José de Lanes, em 1833, à zona que deixara, trazendo de regresso, em sua companhia, índios, escravos e um indivíduo por nome Bambuí, a quem doou as terras que têm hoje esta denominação.

Vista da caixa d'água que abastece a cidade.

Estabelecido já no lugar denominado Pôrto Alegre, faz então em 1834 doação, por título, das cachoeiras do Cubatão ao tenente-coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar. Depois desta data, José desfez-se da propriedade de Pôrto Alegre e estabeleceu-se no vale do Carangola, na fazenda de São José, à margem do Carangola, acima de Natividade. Ainda em 1834 fêz nova viagem a Ponte Nova, trazendo os seus irmãos Antônio e Francisco, aos quais cedeu as terras da margem esquerda do rio Carangola, compreendidas pela bacia do ribeirão de São Sebastião, ou Bom Sucesso (fazenda, engenho) Boa Esperança e a bacia do ribeirão da Conceição.

Para a fazenda da Conceição transferiu-se mais tarde o capitão João F. Dantas Brandão, pai dos posseiros. Falecido, aí, foi sepultado no velho cemitério ainda hoje existente, mas em abandono. Dessa forma o vale do Caran-

gola ia se povoando, enquanto o vale do Muriaé permanecia desabitado. Mas, ainda neste ano, José Ferreira César, parente de José de Lanes, a pretexto de bater ouro e colhêr ipecacuanha (erva da emetina), aí existente em estado nativo, deixou a barra do Bacalhau, no município de Turvo, em Minas, onde residia, e, em companhia da sua mulher, D. Maria Angélica da Luz, e de índios puris domesticados, construiu um rancho no local do arraial hoje de Laje, e aí se instalou, comunicando-se com os "Quartéis", hoje São Paulo do Muriaé.

Sómente mais tarde, José Bastos Pinto e José Garcia Pereira chegavam ao mesmo local, sendo os doadores dos terrenos do arraial da Laje.

José de Lanes era, entretanto, desertor da polícia de Ponte Nova, em Minas, e, em 1842, o presidente daquela província deliberou mandar prendê-lo. Com a aproximação da fôrça, que vinha capturá-lo, o desertor preparou-se com os seus homens para reagir, mas, parece, a habilidade do tenente que comandava a escolta evitou qualquer violência, e do entendimento resultou entregar-se José de Lanes, que, conduzido até à presença do presidente da província, foi perdoado, louvado e honrado com o título de guarda-mor, pelos serviços prestados às regiões inóspitas que habitara e desenvolvera". *"Município de Itaperuna" — monografia do Engenheiro civil Mário Pinheiro Mota, publicada no volume V dos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia — CNG — Rio de Janeiro, D.F.*, 1944.

Seja como tenha sido a história de José Lannes, de Lana, ou ainda de Lanes, o que se sabe ao certo é que, com o correr dos anos, foi tal o progresso verificado na localidade que, em 1845, já as leis orçamentárias da Província consignavam recursos para a criação da estrada de Carangola, prosseguindo-se, então, de maneira mais intensiva a colonização da região, a partir das fazendas de Pôrto Alegre e São José, esta um pouco acima do distrito, sede do atual município de Natividade do Carangola.

Devido aos melhoramentos realizados nas vias de comunicação e ao labor de seus habitantes, em 24 de novembro de 1885, o govêrno houve por bem criar um município na região, elevando a freguesia de Nossa Senhora da Natividade, criada em 23 de agôsto de 1853, à categoria de vila, sob a denominação de Itaperuna, que em língua indígena quer dizer pedra preta ou tapir prêto. Deve-se a escolha dêsse nome ao fato de os índios puris o aplicarem à região circunvizinha da chamada "Pedra do Elefante", situada em Porciúncula. O Decreto n.º 2 810, de 24 de novembro de 1885, estava assim redigido: "Art. 1.º — Fica elevada à categoria de vila —, com a denominação de — Vila de Itaperuna — a freguesia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola, e pertencendo também ao novo município as freguesias de — Santo Antônio do Carangola, São Sebastião do Varre Sai e Bom Jesus de Itabapoana —, tôdas com os mesmos limites atuais, exceto os que separam a freguesia de Santo Antônio do Carangola da freguesia da Natividade, os quais serão alterados pela maneira seguinte: — pelo lado direito do rio Carangola o ribeirão de São José e fazenda dêste nome, e pelo lado esquerdo o córrego das Pedras e fazenda de igual nome, propriedade do alferes Antônio Lopes de Faria Júnior, cabendo à freguesia de Santo Antônio do Carangola tôdas as vertentes dos citados ribeirão e córrego, e pelo rio acima tôdas as vertentes até à cachoeira dos Tombos. — Art. 2.º — O município de Itaperuna fará parte da comarca de Campos.

A 4 de novembro de 1886 verificou-se uma grata ocorrência para o novel município, com o aparecimento do seu primeiro jornal "O Lagense" editado sob a direção e responsabilidade de M. F. dos Reis Távora. Em 29 de dezembro de 1887, portanto um ano depois do aparecimento dêsse jornal, novo decreto veio alterar a situação política e administrativa da região. Tomou êle o n.º 2 921 e rezava o seguinte: "Art. 1.º — Fica criada a freguesia de — São José do Avaí —, tendo por sede o arraial de Pôrto Alegre, sito no território da freguesia de Natividade do Carangola, município de Campos, e por limites na margem esquerda do rio Muriaé, o córrego da Chica, na fazenda de São Paulo, até a serra que divide as águas do dito rio das do Itabapoana; do lado de cima, o rio Carangola desde a sua foz até à confluência do ribeirão da Conceição, seguindo por êste acima até às divisas da freguesia de São Sebastião do Varre Sai; na margem direita do rio Muriaé, o Valão Grande, desde a sua foz até o rumo de fundos da fazenda de São Pedro, seguindo pelo mesmo rumo e pelos de fundos das fazendas situadas na dita margem do rio Muriaé até o ribeirão de São Domingos; e ainda por êste até à sua foz no Muriaé.

§ 1.º — Esta freguesia e bem assim a de Nossa Senhora da Piedade da Lage, que fica desmembrada do município de Santo Antônio de Pádua, pertencerão e serão incorporadas ao novo município criado pelo Decreto número 2 810, de 24 de novembro de 1885.

§ 2.º — A sede do referido município será, porém, no arraial de Pôrto Alegre, que fica elevado à categoria de — vila — com a denominação de — vila de São José do Avaí — derrogado nesta parte o art. 1.º do mencionado Decreto n.º 2 810.

§ 3.º — Constituirão patrimônio da Vila os 15 alqueires de terras doadas para êsse fim pelo comendador José Cardoso Moreira, as quais, divididas em lotes, serão arrendadas ou aforadas às pessoas que quiserem nela edificar, de conformidade com a planta e plano da nova Vila, organizados pelo engenheiro J. C. Coelho Cintra".

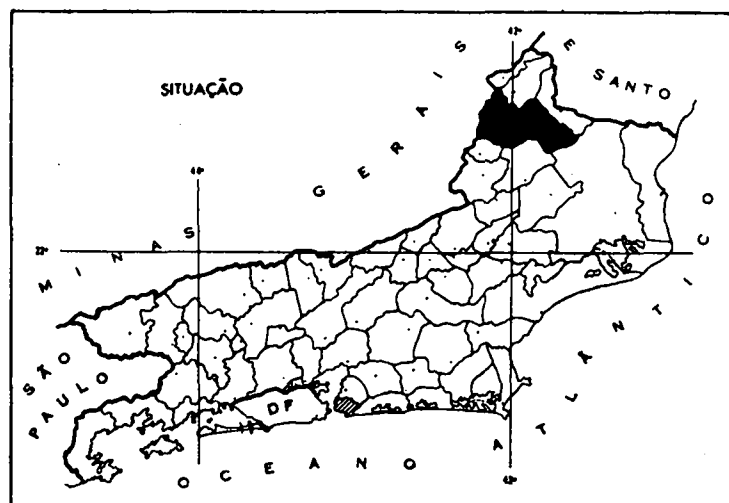
Em 1889, com o advento da República, o governador do Estado do Rio, Dr. Francisco Portela, por decreto que tomou o n.º 2, de 6 de dezembro dêsse ano, fêz retornar o município à antiga denominação de Itaperuna, criando a cidade do mesmo nome na Estação de Pôrto Alegre.

Atualmente, apesar de ter perdido, por fôrça do Artigo 6.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro, promulgado em 20 de junho de 1947 e regulado pela Lei estadual n.º 6, de 11 de agôsto do mesmo ano, o território dos distritos de Natividade do Carangola, Ourânia (ex-Ouro Fino), Varre Sai, Porciúncula, Purilândia (ex-Vista Alegre) e Santa Clara, desmembrados de Itaperuna para formarem as novas comunas de Natividade do Carangola e Porciúncula, Itaperuna ainda se mantém na situação privilegiada que o labor de seus filhos conquistou para o município.

Por sua agricultura, seu comércio, sua indústria, Itaperuna ocupa, ainda, mesmo com a recente mutilação que

sofreu em seu território, um merecido lugar de destaque no conjunto das Unidades do Estado do Rio de Janeiro, em cuja economia influi de maneira ponderável.

Por fôrça do Decreto n.º 2, de 6 de dezembro de 1889, foi criada a comarca de Itaperuna, que foi extinta pelo Decreto n.º 8, de 19 de dezembro de 1891, e restaurada pela Lei n.º 43-A, de 1.º de março de 1893.

LOCALIZAÇÃO — O município de Itaperuna está situado na Zona do Muriaé. A sede municipal localiza-se a 21° 12' 23" de latitude Sul e 41° 53' 25" de longitude W.Gr. Rumo N.E. em relação à Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 113 metros (sede municipal).

CLIMA — Clima geralmente bom e salubre, salvo em pequenas partes de baixadas: Quente no verão, quando a média das máximas verificadas atinge 37,4°C, descendo (média das mínimas) a 12,3°C no inverno. A compensada foi 26°C.

ÁREA — 1 442 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — A população presente, recenseada em 1950, era de 75 011 habitantes, sendo 37 962 homens e 37 049 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e a situação de domicílio era como mostra o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Itaperuna	29 558	14 787	14 771	3 112	3 578	1 035	1 094	10 640	10 099
Comendador Venâncio	6 791	3 485	3 306	220	235	32	31	3 233	3 040
Itajara	5 663	2 841	2 822	108	83	—	—	2 733	2 739
Lage de Muriaé	11 170	5 733	5 437	489	539	18	14	5 226	4 884
Nossa Senhora da Penha	14 433	7 274	7 159	32	32	—	—	7 242	7 127
Retiro do Muriaé	7 396	3 842	3 554	278	280	38	41	3 526	3 233

O D.E.E. estimou a população do município, para 1955, em 83 790 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município baseia sua economia na agricultura, pecuária e indústria. É grande produtor de café, milho, arroz e algodão. É desenvolvida a indústria do açúcar, de laticínios e de beneficiamento de produtos agrícolas locais. Os quadros a seguir apontam o índice da produção municipal:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz com casca	Tonelada	21 600	116 000
Algodão em caroço	»	1 050	15 400
Milho	»	13 500	63 000
Cana-de-açúcar	»	88 000	35 200
Café em côco	»	2 175	58 000

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Água mineral	Litro	1 350 000	4 050
Pedra bruta	m3	7 500	487
Vegetal			
Lenha	»	30 000	3 000
Madeira bruta	»	6 000	3 000

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar de engenho	Tonelada	5 000	35 000
Manteiga	»	145	10 000
Leite pasteurizado	Litro	5 800 000	20 300
Rapadura	Tonelada	80	320

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, Linha de Carangola, existindo em seu território as estações de Nossa Senhora da Penha (424,9), Aré (429,5), Algodoal (Parada — 435,0) e Itaperuna (445,2). A sede municipal dista por estrada de ferro 445,2 km da Capital Federal, distância de Barão de Mauá, anotação feita ao lado de cada uma das estações. Pela mesma ferrovia, comunica-se com a Capital do Estado, a 406 km, com os municípios vizinhos de Campos, a 129,4 km, Natividade do Carangola, 27,2 km, e Porciúncula 39,8 km. Via Porciúncula, comunica-se também com a Capital Federal e com as cidades mineiras dessa ferrovia, pela linha Pôrto das Caixas — Manhuaçu, distando por êsse percurso 453 km. Itaperuna é ponto terminal da Rodovia-Tronco Norte Fluminense, distando do início dessa rodovia — Iguá, no município de Itaboraí — 345 km, e de Niterói 378,4 km. Essa estrada põe o município em comunicação com a zona centro do Estado. É, também, Itaperuna, ponto terminal da RJ-9, que tem início em Campos, cidade da qual Itaperuna dista 108 km. Itaperuna é, inegàvelmente, centro rodoviário de expressão. Daí partem as estradas Itaperuna—Querendo, RJ—101—Divisa de Minas Gerais, Itaperuna—Divisa de Minas Gerais e outras que põem a sede municipal e o município em geral em contacto permanente com tôda a zona norte do Estado e Minas Gerais. Em seu território existem 345 km de estradas de rodagem, sendo: de administração federal — 58 km; de administração estadual — 117 km; de administração municipal — 126 km; de administração mista (federal-estadual-municipal) — 44 km. O município possui, na sede municipal, um aeroporto, servido por linhas regulares do Consórcio Real-Aerovias e Lóide Aéreo Nacional,

com viagens diárias. Itaperuna é a sede da 6.ª Residência de Construção e Conservação do Departamento de Estradas de Rodagem. No Município estão licenciados 154 automóveis e 148 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é bastante desenvolvido, mantendo o município relações comerciais de importância não sòmente com as praças vizinhas, mas também com as praças de Campos, Rio de Janeiro, Niterói e Nova Iguaçu, para onde exporta o gado de seus rebanhos. Existem 15 estabelecimentos comerciais atacadistas e 295 varejistas. O giro comercial do município (1956) atingiu 309 milhões de cruzeiros. O movimento bancário é atendido por 6 agências (Banco do Brasil, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro e Banco Ribeiro Junqueira). Foram registrados, em 28 de fevereiro de 1957, os seguintes saldos, em mil cruzeiros, nas contas bancárias: Caixa, em moeda corrente — 8 663; Empréstimos em c/c — 66 106; Títulos descontados — 71 756; Depósitos à vista e a curto prazo — 60 938; Depósitos a prazo — 4 479. A Caixa Econômica Federal do Estado do Rio possui uma Agência com 6 569 cadernetas em circulação (1956), sendo o valor dos depósitos de 8 667 888 cruzeiros.

Aspecto de uma aula de ginástica.

RIQUEZAS NATURAIS — As terras de Itaperuna possuem grandes riquezas minerais, entre as quais avultam jazidas de ouro, platina, esmeril, opalas, rubis, calcários, ferro, malacacheta, grafita, etc. Existem, em exploração, fontes de águas minerais em Cubatão, Soledade, Avaí e Raposos. — Nas matas que recobrem o solo municipal há considerável abundância de madeiras de lei, cuja exploração constitui fonte de riqueza para o município. Dentre outras espécies notam-se as seguintes: jacarandá, cedro, jequitibá, sucupira, pau-d'alho, aroeira, peroba, figueira, cabiúna, ipê, além de grande variedade de ervas medicinais. A fauna itaperunense, da mesma forma que a flora, é rica e variada. Há, nos rios, muitas espécies de peixe.

ASPETOS URBANOS — A sede municipal localiza-se em ambas as margens do rio Muriaé. Possui edifícios de arquitetura moderna e ruas bem calçadas, serviço de água, luz, esgotos e telefones. Conta: Aparelhos telefônicos instalados — 347; Número de ligações elétricas — 1 940; Domicílios servidos por abastecimento de água — 920; Hotéis — 5; Pensões — 3; Ruas calçadas a paralelepípedos — 20. — Ruas dotadas de abastecimento de água — 48.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos possui, no município, as seguintes unidades: Agência Postal-telegráfica de Itaperuna, Agências Postais de Boaventura, Nossa Senhora da Penha, Laje do Muriaé (Pôsto de Correio), Agência Postal de Itajara, Agência Postal de Comendador Venâncio, Agência Postal de Nova Grécia, Agência Postal de Retiro de Muriaé e Agência Postal de Boaventura. A Estrada de Ferro Leopoldina mantém serviço telegráfico em suas estações. O serviço Rádiotelegráfico da Polícia Estadual possui uma estação radiotelegráfica na sede municipal. As comunicações telefônicas estão a cargo da Companhia Telefônica Brasileira, a cuja rêde está ligado o município. Possui uma estação radioemissora (Rádio Itaperuna Limitada), prefixo ZYM-2, potência anódica (w) 800 e freqüência de 1 420 kc. Essa emissora inaugurou suas transmissões em 1.º de junho de 1948.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os munícipes são atendidos por um hospital geral com 66 leitos disponíveis (Hospital São José do Avaí), mantido pela Conferência São José do Avaí. Há 12 farmácias; 13 médicos; 12 dentistas; 8 farmacêuticos. — Os serviços oficiais de saúde são realizados através dos Postos de Itaperuna, Comendador Venâncio e Laje do Muriaé.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Recenseamento Geral de 1950, foram recenseados, no município, 11 909 homens e 8 834 mulheres sabendo ler e escrever, representando êsse total 33,5% das pessoas de 5 anos e mais. Na cidade, das 7 508 pessoas dessas idades recenseadas, 2 350 homens e 2 360 mulheres eram alfabetizados.

Ensino — Funcionaram no município, em 1956, 118 estabelecimentos onde foi ministrado o ensino fundamental comum, sendo 67 mantidos pelo Govêrno do Estado, 50 pela Prefeitura Municipal e 1 de administração particular. O ensino extraprimário é mantido pelo Ginásio Estadual de Itaperuna e Ginásio Maestro Mazini, ambos de administração estadual e pelo Colégio Bittencourt, de Itaperuna. Neste estabelecimento, entidade particular, além do curso ginasial, funcionam cursos científico, comercial, normal e de datilografia. Tendo a sede municipal facilidade de comunicações com os municípios vizinhos, e contando com vários educandários de ensino de grau médio, para aí converge apreciável leva de jovens de outros municípios e Estados.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir demonstra as arrecadações federal, estadual e municipal e as despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 699	6 140	3 223	2 013	3 505
1951	3 704	9 261	3 476	2 153	3 476
1952	5 751	10 419	3 907	2 321	4 393
1953	5 651	11 479	4 833	2 623	4 962
1954	7 613	16 722	5 474	2 924	5 457
1955	8 044	17 195	6 997	3 489	7 123
1956	6 974	16 795	7 000	3 963	7 731

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Há na sede do município três monumentos, a saber: o monumento à bandeira, localizado na Praça da Bandeira, constituído de um obelisco com 5 metros de altura, inaugurado em 19 de novembro de 1940; o monumento ao General Eurico Gaspar Dutra, constituído de um busto de bronze, comemorativo de sua visita, quando Presidente da República, ao município, inaugurado em 19 de setembro de 1948; e o monumento ao Dr. Getúlio Vargas, ofertado ao município pela classe aperária local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é cortado pelos rios Muriaé e Carangola. Há quedas captáveis para produção de energia elétrica na cachoeira da Fumaça, São Miguel e Limoeiro, estas duas últimas no rio Muriaé.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta o município: 5 cinemas; 1 jornal; 7 associações culturais desportivas; 2 associações artísticas. — A Biblioteca Municipal soma 2 158 volumes. Funcionam 2 cooperativas, 1 de produção e 1 de consumo.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De acôrdo com a atual divisão administrativa, o município compõe-se dos distritos de: Itaperuna, Boaventura, Comendador Venâncio, Itajara, Laje do Muriaé, Nossa Senhora da Penha e Retiro do Muriaé.

MACAÉ — RJ

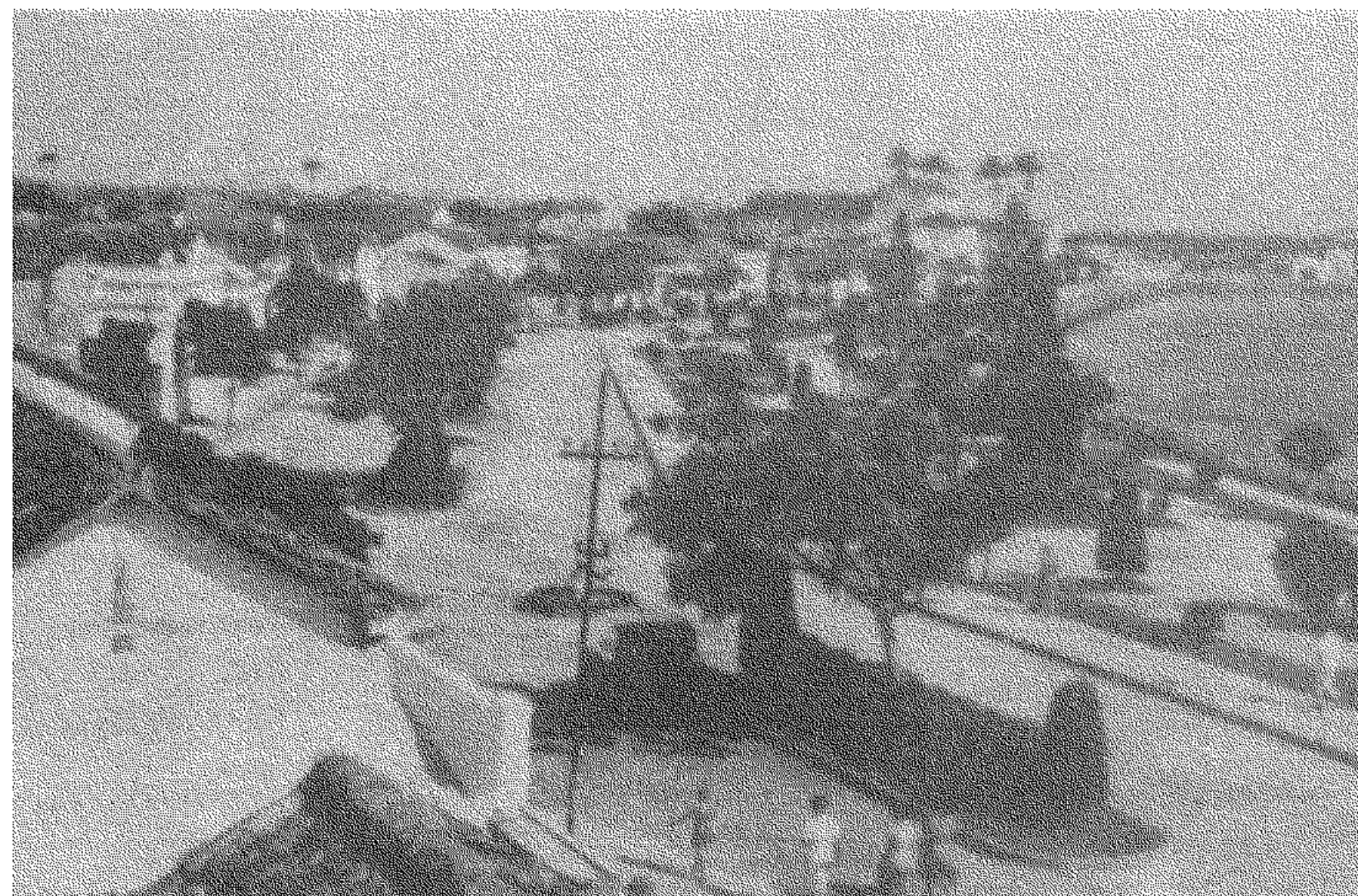
Mapa Municipal na pág. 155 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — O município de Macaé teve sua origem no aldeamento de índios guarulhos localizado, até 1630, nas terras onde hoje se encontra sua sede municipal. Fazia parte da antiga Capitania de São Tomé, que foi concedida a Pedro Góes por Carta Régia de 28 de janeiro de 1536, e se estendia do rio Itabapoana até o rio Macaé. Mais tarde o município foi desmembrado da comarca de Campos dos Goitacazes, entretanto sòmente nos primeiros anos do século passado começou a ter maior importância êsse núcleo de população.

O nome "Macaé" aparece, pela primeira vez, nas crônicas fluminenses, em 1535, em virtude da criação das capitanias de S. Tomé e São Vicente, limitadas, justamente, pela foz do rio assim denominado.

Um dos núcleos populacionais mais antigos do município é o que se formou no Furado, na freguesia de Quissamã. A formação dêsse povoado prende-se aos primeiros tempos da história de Campos, à época em que os indígenas foram completamente debelados.

Em 1619, com a extinção das capitanias, depois de reincorporadas suas terras aos bens da Coroa, foram elas doadas em sesmarias aos "7 Capitães", que promoveram a primeira colonização efetiva de todo o território compreendido entre os rios Itabapoana (Managé) e o Macaé (Miquié). Chegados à localidade de Macaé, em 11 de dezembro de 1632, os capitães já encontraram nela os Jesuítas que, em 1630, haviam ali instalado a chamada Fazenda dos Jesuítas de Macaé, que se compunha de um engenho, um colégio e uma capela, constituídos no morro de Santana, capela que ainda hoje existe. Segundo alguns historiadores, daí surgiu a cidade de Macaé.

No "Roteiro dos 7 Capitães" surge, pela segunda vez, em documentos históricos, o nome de Macaé: "No dia 11 (11 de dezembro de 1632), chegamos a Macaé pelas oito horas da manhã; aqui desembarcamos e fomos tomar conhecimento desta povoação. Com efeito, não achamos gente de maior consideração; de choupanas cobertas de palha se compunha o seu arraial. Seus habitantes eram mamelucos, porém muito casteados e agradáveis. Esta gente se ocupa da pesca o que nos proporcionou muitos bagres, dos quais fizemos sortimento. Andamos mais para o interior e descobri-

Avenida Presidente Sodré.

mos uns moradores, estas moradas com alguma consideração. Voltamos e chegamos à margem do rio onde era a dita aldeia, indagamos quem eram aquêles moradores e nos disseram que eram gente da nossa massa e um dêles fazia vêzes de govêrno autorizado por Cabo Frio. Não tardou muito aparecem três dos ditos moradores acompanhados de um mameluco que tinha ido avisar a dita autoridade a qual entrando em indagações a nosso respeito inquiriu quem éramos e qual o nosso destino. Depois de informado, quando entrou no conhecimento verdadeiro de quem éramos, se mostrou bonacho e se ofereceu para tudo que êle prestasse".

Um dos sucessores dos "7 Capitães", o Capitão Luiz de Barcelos Machado, fundou, em 1695, a Capela de Nossa Senhora do Destêrro do Furado, que foi elevada mais tarde à freguesia, transferida depois para a Fazenda de Capivari e, no comêço do século passado, para Quissamã.

Outro núcleo primitivo de população foi estabelecido na freguesia de Neves, onde o bacharel Antônio Vaz Pereira, missionário apostólico, conseguiu catequizar os índios Su-

Avenida Ruy Barbosa.

Vista aérea da cidade.

curus, que infestavam os sertões dos rios Macaé, São Pedro e Macabu.

Depois de 1759, época em que foram expulsos os Jesuítas, em virtude da campanha movida contra sua Ordem pelo Marquês de Pombal, ministro de D. José I, a localidade tomou novo impulso, pois, as terras abandonadas por aquêles religiosos, como que convidavam os colonos de outras paragens a nela se instalarem. Foi assim que, com a redistribuição de seu solo, surgiram novas fazendas e novos engenhos, sendo fundados novos núcleos de povoação, por influência de elementos oriundos de Cabo Frio e de Campos, o que motivou, em 1813, a elevação da sede da localidade à categoria de vila, com a denominação de São João de Macaé. A instalação da vila e, conseqüentemente, do município, se verificou a 25 de janeiro de 1814, entre grandes manifestações de alegria de seus habitantes. Por Alvará de 6 de maio de 1815 foi criada a Freguesia sob a invocação de São João Batista de Macaé.

A Lei n.º 364, de 15 de abril de 1846, elevou a vila à categoria de cidade.

A povoação de Macaé passou por cinco fases distintas até o presente. A primeira foi tôda consagrada à catequese dos índios e, nessa época, prestaram bons serviços os Jesuítas, inspirados na escola de Anchieta e Nóbrega. A segunda fase distiguiu-se pelo comércio de africanos, e a terceira pelo comércio dos gêneros agrícolas que, do próprio município e dos vizinhos vinham para o Pôrto de Macaé, que já foi o 5.º do Brasil em importância. O quarto período se assinalou pelo estabelecimento das linhas férreas e pelos relevantes serviços prestados pelo canal Macaé—Campos, construído ainda durante o terceiro período. O quinto e atual período caracteriza-se pelo acentuado progresso do município, principalmente na indústria e na pecuária.

Macaé progrediu ràpidamente devido ao fato de ter sido, no período colonial, o ponto preferido por onde se processava intenso movimento de importação, de grande parte do norte fluminense. As mercadorias iam e vinham de Campos, pelo grande canal artificial Macaé—Campos, construído em 1874, cujos vestígios, ainda hoje, atestam a importância que a localidade desfrutou.

O período áureo de Macaé culminou com o aparecimento das primeiras linhas férreas em seu território. Umas atrás das outras, foram surgindo as companhias concessionárias das Estradas de Macaé, do Barão de Araruama, do Ramal de Quissamã e a Urbana de Macaé, tôdas utilizadas simultâneamente. Enquanto não surgiu a Estrada de Ferro Leopoldina, modificando a situação, Macaé era, assim, uma localidade importantíssima, pondo em comunicação com o Rio de Janeiro, por via marítima, pelo pôrto de Imbetiba, todo o norte fluminense, ao qual, por sua vez, se ligava tanto pelo canal já referido, como pelas ferrovias citadas, além de inúmeras estradas e caminhos de tropa. Inauguradas as linhas da Leopoldina, o pôrto de Imbetiba tornou-se quase inutilizado e Macaé, por essa razão, foi perdendo, pouco a pouco, o lugar de destaque que desfrutava na comunidade fluminense.

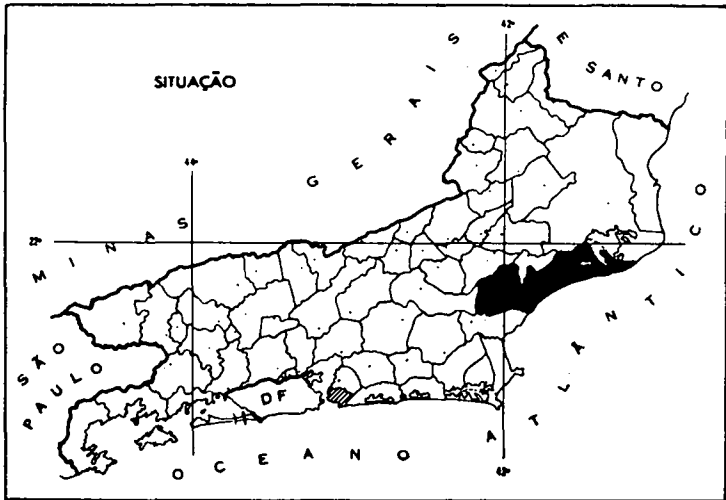
Querem alguns autores que a denominação de "Macaé" provenha do têrmo indígena "Miquié", aplicado pelos gentios quando queriam referir-se ao principal rio que banha a localidade, chamado pelos portuguêses "rio dos Bagres". Hoje, porém, há acôrdo dos tupinólogos que Macaé provém da corrutela de Maca-ê, que significa "macaba-doce", por extensão "côco doce", o conhecido côco de catar-

ro, produzido pela palmeira maca-iba, abundantíssima nos arredores da cidade. Essa última interpretação é defendida pelo Dr. Moacir Santos, em artigo publicado no jornal local "O Rebate", em dezembro de 1946.

Como participação marcante de Macaé nos fatos notáveis de nossa história pátria, lembra o professor Antônio Álvares Parada que a Câmara Municipal de Macaé estêve representada na reunião das câmaras fluminenses que, em 12 de outubro de 1822, aclamou D. Pedro I Imperador do Brasil. Foi seu representante Manoel Joaquim Figueiredo.

Outro aspecto da Avenida Ruy Barbosa.

Na organização judiciária do Estado é Macaé cabeça de comarca, categoria a que foi elevada por fôrça do Decreto n.º 2 012, de 16 de maio de 1874.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem por coordenadas geográficas 22° 22' 30" de latitude Sul e 41° 71' de longitude W.Gr., situando-se em direção E.N.E. relativamente à Capital do Estado. O município está situado na Zona da Baixada de Goitacazes, apresentando seu território zonas de baixadas, litoral e serra.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 5 m (sede municipal).

CLIMA — Bom clima, quer nas praias quer nas zonas de serra. A média das mínimas, em 1956, foi de 18°C. A precipitação do ano, altura total (mm) foi de 244,3.

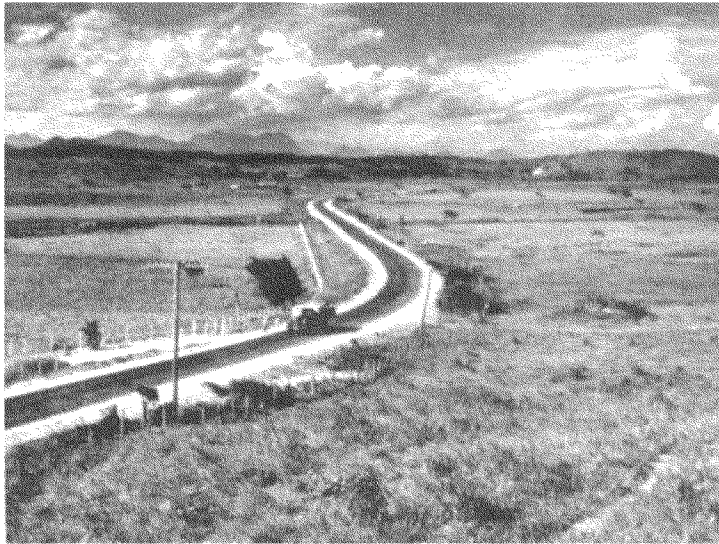
ÁREA — 2 055 quilômetros quadrados, sendo o 2.º do Estado em extensão territorial.

Sede do Ipiranga F.C.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 45 720 habitantes, sendo 23 164 homens e 22 556 mulheres. A distribuição dessa população, segundo os distritos e situação de domicílio era como demonstra o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Macaé	12 365	5 971	6 394	3 999	4 438	1 096	1 131	876	825
Cabiúna	2 627	1 284	1 343	40	50	10	6	1 234	1 287
Cachoeiras	2 895	1 521	1 374	29	40	20	25	1 472	1 309
Carapebus	8 825	4 515	4 310	359	350	366	375	3 790	3 585
Crubixais	5 117	2 602	2 515	495	497	23	22	2 084	1 996
Iriri	1 963	1 068	895	—	—	—	—	1 068	895
Quissamã	9 056	4 743	4 313	269	270	39	35	4 435	4 008
Sana	2 872	1 460	1 412	43	37	20	19	1 397	1 356

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população local, para 1955, em 51 071 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As principais atividades econômicas do município concentram-se na criação de gado bovino, fabricação de açúcar cristal, produtos alimentares, calçados etc. — A agricultura é florescente, produzindo o município cana-de-açúcar, mandioca, arroz e outros produtos. Em algumas regiões está havendo a troca das atividades agrícolas pela pecuária. Começa a tomar incremento os artigos de lã, cuja produção, em 1956, atingiu 65 000 peças (meias e cachecóis). Os quadros que seguem apre-

Aspecto da estrada RJ-5.

sentam dados relativos à produção agropecuária e industrial do município, que, em seu total, atingiu, em 1956, a 360 000 milhares de cruzeiros na parte industrial e ...... 89 880 milhares, no tocante à produção agrícola.

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	190 000	57 000
Mandioca	»	6 300	6 300
Arroz com casca	»	1 080	6 300
Café beneficiado	»	217	5 437
Feijão	»	420	4 200

Produção extrativa — 1956 (*)

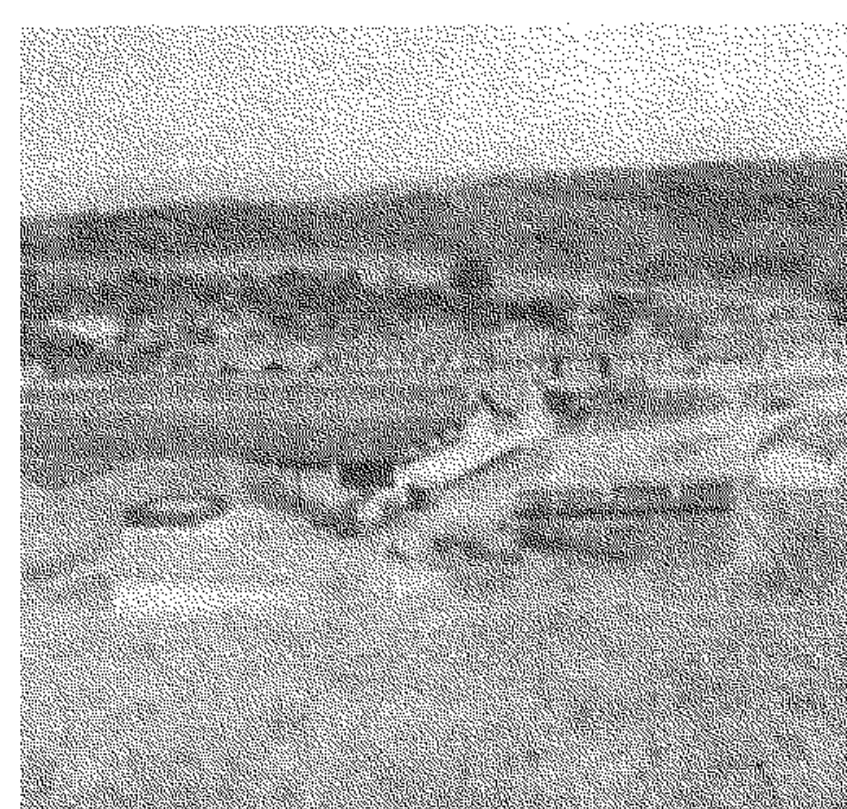
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedras para construção	m3	24 540	2 944
Vegetal			
Madeira bruta	»	14 500	14 500
Lenha	»	100 228	6 809
Dormentes	Unidade	81 622	4 081
Animal			
Pescado	Tonelada	210	3 789

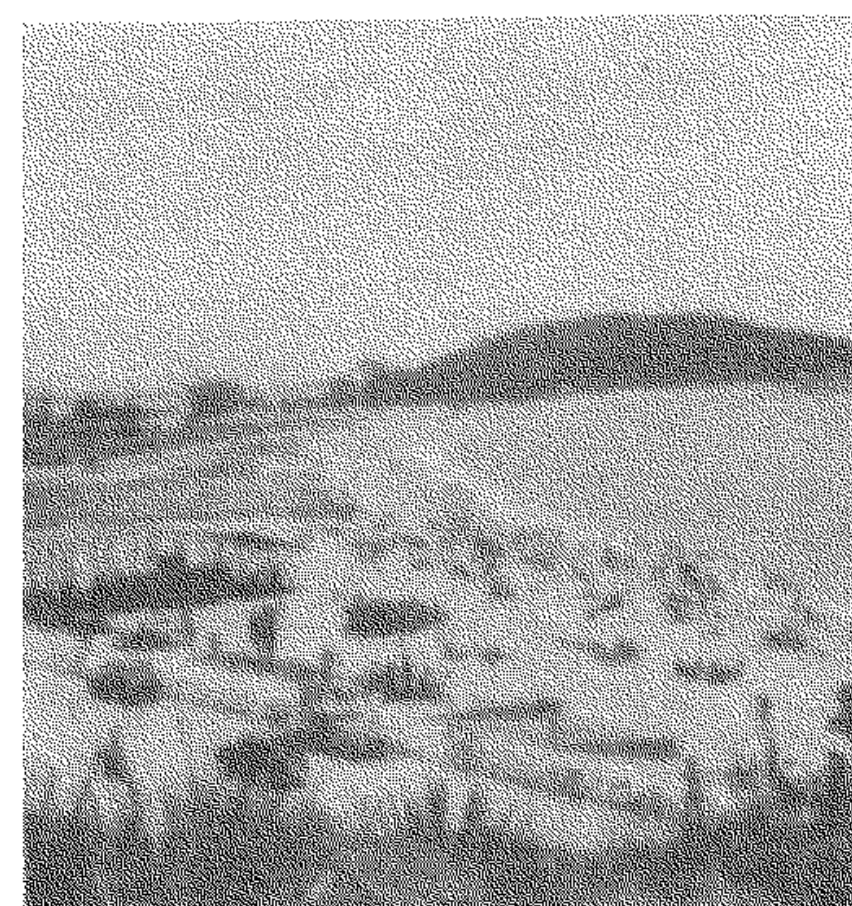
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar cristal	Tonelada	22 006	185 609
Energia elétrica	kWh	66 128 344	55 786
Calçados de diversos tipos	Par	143 502	14 774
Álcool bruto	Litro	819 225	5 091

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Macaé está ligado à rêde ferroviária nacional pela Estrada de Ferro Leopoldina, localizando-se a estação de Macaé a 222,2 km da Capital Federal, 182,2 km de Niterói e 93,6 km de Campos, na Linha Barão de Mauá—Vitória. Em Macaé têm início os ramais Central de Macaé e Imbetiba. Nessa linha estão localizadas, no município, as estações e paradas de Impoassica, Cabiúnas, Itaquira, Conde de Araruama e Macaco. Da estação de Conde de Araruama parte o ramal dêsse nome que se dirige aos municípios de Conceição de Macabu, Trajano de Morais e Santa Maria Madalena. No ramal Central de Macaé, que corre inteiramente no território do município, numa extensão de 43,1 km, estão localizadas as estações e paradas de Almeida Pereira (PT), Severina, Oratório, Mundéus, Madressilva e Glicério. O ponto final do ramal de Imbetiba é o Pôsto Telegráfico dêsse nome, distante 2 km da estação de Macaé. É o antigo pôrto. No sistema rodoviário estadual, termina em Macaé a RJ-5 (Tribobó—Macaé), estando essa cidade localizada a 182,5 km de Iguá, seu ponto inicial, e a 215,9 km de Niterói. De Macaé parte a estrada da Fazenda dos 40, de onde, pela BR-5, se liga à cidade de Campos, distante 109 km. O município de Macaé é sede da 7.ª Residência de Construção e Conservação do Departamento de Estradas de Rodagem. Tôdas as estradas de rodagem que cortam seu território somam 310 km. O serviço rodoviário coletivo (ônibus) é feito por 2 linhas urbanas, 3 interdistritais e 2 intermunicipais. Estão registrados na Prefeitura local 95 automóveis e 126 caminhões (1956). — Possui campo de pouso, estando em construção o aeroporto.

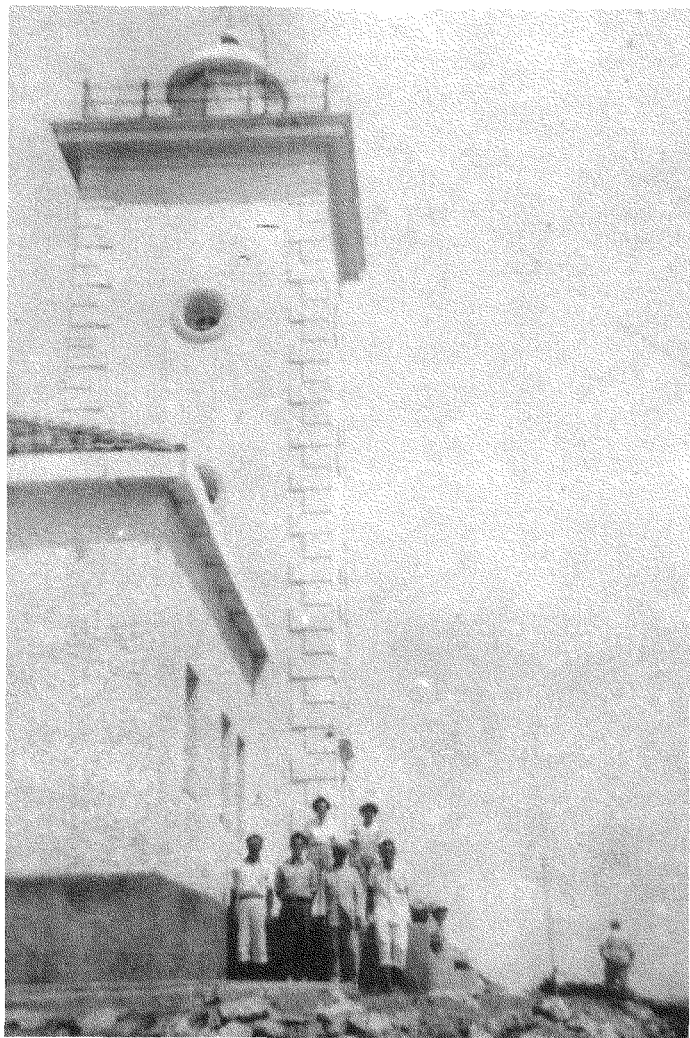
Usina de Açúcar da Cia. Engenho Central de Quissamã.

Oficinas da E.F.L.

Vista parcial da cidade

Vista da praia de Imbetiba.

Outra vista da praia de Imbetiba.

COMÉRCIO E BANCOS — Comércio regular, existindo na sede municipal 9 estabelecimentos atacadistas e 205 varejistas. Mantém transações comerciais com as praças vizinhas e, especialmente, com as praças do Rio de Janeiro, DF, Niterói e Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e São Paulo, SP. O giro comercial, em 1956, atingiu 493 682 milhões de cruzeiros. O movimento bancário é feito através de agências do Banco do Brasil, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro. Os saldos bancários, em 28 de fevereiro de 1957, estavam representados pelo seguinte: Caixa em moeda corrente — 4 527; Empréstimos em c/c — 86 561; Títulos descontados — 51 943; Depósitos a vista e a curto prazo — 88 979; De-

pósitos a prazo — 7 190. — Possui Agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, que tinha, em 31 de dezembro de 1956, 8 794 cadernetas em circulação, com depósitos no valor de 24 657 milhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Seu solo encerra minerais diversos; terra de modelar, argila refratária, excelente turfa, areia monazítica, ferro, manganês, cristal de rocha, ametistas, mica, águas-marinhas, turmalinas, granito verde, ocres verde e amarelo, terra de siene, caulim, ortósia, cobalto, ematite, irídio, etc. Há autorizações para pesquisas e lavra de ilmenita, turfa, granada e associados, nos distritos de Macaé, Cabiúnas e Iriri. Nas matas que cobrem parte ainda considerável do município encontram-se madeiras de lei e essências de grande valor. O município é rico em matas naturais, sendo bastante extensa a área ainda coberta por matas virgens. Há cêrca de 500 ha reflorestados, empregando-se preferencialmente o eucalipto. Na zona litoral pratica-se a pesca, cuja produção, em 1956, elevou-se a 210 toneladas, no valor de 2 milhões de cruzeiros. No ano de 1955, a Central Elétrica de Macabu, da Emprêsa Fluminense de Energia Elétrica, produziu 56 milhões de kW.

Farol da ilha de Sant'Ana.

ASPECTOS URBANOS — Situada à beira-mar, a cidade apresenta aspecto pitoresco e agradável. É dotada de serviço de água, luz, ônibus e telefone. Possui ruas retas, bem calçadas e arborizadas. Entre os vários melhoramentos urbanos conta: Aparelhos telefônicos instalados — 454; Ligações elétricas — 2 874; Domicílios servidos por abastecimento de água — 1 782; Hotéis — 10; Linhas de ônibus urbanos — 2. Há prédios em que sobressai a moderna arquitetura. O número de ruas calçadas é 18, cobrindo a pavimentação as seguintes áreas: Concreto — 11 000 m²; asfalto — 17 780 m²; macadame betuminoso — 6 530 m²; paralelepípedos — 33 200 m²; pedras irregulares — ...... 4 800 m².

Praia de Imbetiba, vista da janela do hotel.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios mantém no município a Agência Postal-telegráfica da sede municipal, e Agência Postais em Carapebus, Itaquira, Quissamã, Conde de Araruama, Glicério e Sana. A Estrada de Ferro Leopoldina possui serviço telegráfico em suas estações. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira, que além da rêde urbana na sede do município, possui postos telefônicos em Conde de Araruama, Carapebus, Glicério e Quissamã. Há uma estação radioemissora e receptora instalada no Forte Marechal Hermes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município, em 1956, possuía 3 hospitais com 122 leitos disponíveis para internamento gratuito. A êsses hospitais, que contam mais 11 leitos para contribuintes, deve-se acrescentar uma Casa de Saúde com 16 leitos para contribuintes, elevando-se assim o número de leitos no município a 149. Entre êles está a clínica especializada de pediatria e puericultura no Hospital Menino Jesus, mantido pela LBA. A Casa de Caridade de Macaé, bem como a Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora de Fátima, recebem constantemente doentes dos Municípios vizinhos (Casimiro de Abreu, Concei-

Outro ângulo da praia de Imbetiba.

ção de Macabu, Trajano de Morais e Santa Maria Madalena). O serviço oficial de saúde é superintendido pelo Pôsto de Saúde de Macaé e os postos de Carapebus, Glicério e Cachoeiros e o Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais de Macaé. Existem no município 17 farmácias. Estão no exercício da profissão: 12 médicos, 12 dentistas, 17 farmacêuticos.

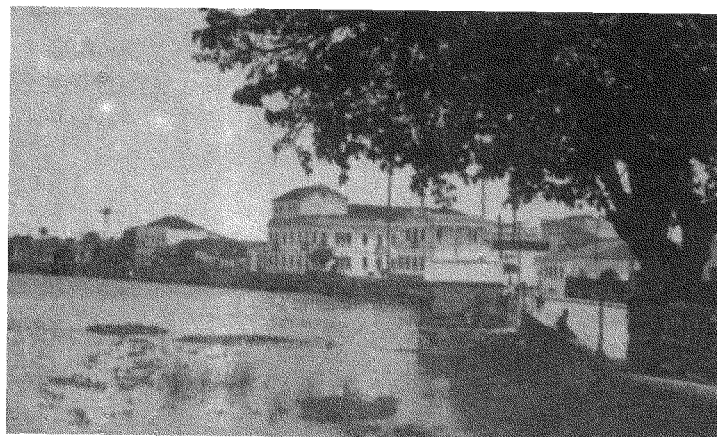
ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Censo de 1950, das 43 933 pessoas de 5 anos e mais, da população presente, sabiam ler e escrever 15 289, sendo 8 665 homens e 6 624 mulheres. Na cidade, de 9 094 pessoas dessas mesmas idades, eram alfabetizados 3 070 homens e 2 918 mulheres, representando 65,7%.

Ensino — A cidade de Macaé abriga regular quantidade de estudantes de outros municípios, que aí fazem cursos secundários, científico ou normal. O ensino primário é ministrado em 79 estabelecimentos, dos quais: 1 federal, 36 estaduais, 34 municipais e 8 particulares. Em 4 dêsses estabelecimentos é mantido o ensino pré-primário; 4 mantêm o ensino supletivo e 1, o complementar. No campo do ensino extraprimário, a Fundação Educacional Luiz Reid mantém ensinos ginasial, normal e científico, e a Escola Técnica de Comércio, ensino comercial básico e técnico de contabilidade. O SENAC fornece a aprendizagem industrial-ferroviária. Há mais os seguintes cursos: Datilografia — 1; Ensino Artístico — 2; Ensino Profissional — 5; Curso de Esperanto — 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que segue reproduz o movimento da arrecadação federal, estadual e municipal e despesas municipais, no período de 1950 a 1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 050	8 839	3 466	2 002	4 104
1951	3 948	10 872	4 555	2 491	4 192
1952	4 915	12 799	5 119	2 781	5 897
1953	6 474	12 640	6 562	2 625	6 255
1954	8 088	13 830	7 072	2 748	7 990
1955	9 327	17 645	7 274	3 506	8 300
1956	11 635	26 578	8 292	4 274	8 383

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — O município guarda considerável patrimônio artístico, inclusive solares e fazendas seculares. Entre êles destacam-se: Busto do Doutor Olivier, médico; Busto do Dr. Washington Luiz, erigi-

Vista parcial da cidade.

Outra vista da Avenida Presidente Sodré.

do em comemoração à visita que fêz a sua terra natal, quando Presidente da República, inaugurado em 1928; Igreja de Sant'Ana, construída pelos Padres Jesuítas em 1630; Solar Monte Elíseo, construído em 1886 pelo Visconde de Araújo; Capela de Nossa Senhora do Patrocínio, construída pela Ordem Carmelitana, em Quisammã, em 1877; Oratório de São Francisco de Paula, construído na Fazenda do Mato da Pipa, pelo Capitão Manoel Carneiro da Silva; Solar Visconde de Ururaí, construído em 1869, em Quissamã. Merecem também citados o "Obelisco" comemorativo ao 1.º Centenário da cidade, inaugurado em 29 de julho de 1913; o Busto do benemérito macaense Luiz Reid e as seculares fazendas de Quissamã, Mato Pipa, Machadinha e Boa Esperança. É também digno de menção, pelo seu aspecto grandioso, o templo da 1.ª Igreja Batista de Macaé, recentemente construído.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade de Macaé é um centro de veraneio, possuindo ótimas e belas praias. Como atrações turísticas há solares históricos dignos de serem visitados. A Fazenda de Mato Pipa, por exemplo, data de 1777. O Núcleo Colonial de Macaé, do INIC, com 9 120 ha está se desenvolvendo, e aguarda a vinda de imigrantes para incrementar sua produção. O Govêrno Estadual mantém na cidade o Hôrto Frutícola de Macaé e o Campo de Palmáceas de Macaé, ambos para cultivo e fornecimento de mudas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui 2 publicações de periodicidade semanal, 3 bibliotecas, entre as quais a Biblioteca Municipal, com 2 326 volumes. Existe uma estação radioemissora de Macaé, prefixo ZYP-21, freqüência 820 kc, transmissor de 250 w e onda de 365 m. Contam-se ainda: Tipografias — 2; Livrarias — 3; Cooperativas — 2; Cinemas — 5; Associações culturais-desportivas — 16; Sociedades artísticas — 2.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos de Macaé, destacaram-se no cenário político nacional o Conselheiro do Império João de Almeida Pereira, falecido em 1886; o Dr. Manoel Queirós Ribeiro, vice-presidente do Senado Federal, falecido em 1914; o Dr. Washington Luís Pereira de Souza, que exerceu atividades políticas no Estado de São Paulo, ex-Presidente da República, e outros.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município compõe-se dos distritos de: Macaé, Cabiúnas, Cachoeiras, Carapebus, Glicério, Iriri, Quissamã e Sana.

MAGÉ — RJ

Mapa Municipal na pág. 179 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Data dos primeiros tempos coloniais do Brasil o desbravamento da região, atualmente, sob a jurisdição do município de Magé. Em 1565, Simão da Mota edificou, naquelas plagas, sua moradia, localizada no morro da Piedade, próximo do qual, ainda hoje, existe o pôrto de mesmo nome, a poucos quilômetros do lugar onde se encontra situada, presentemente, a sede municipal.

Não se sabe ao certo os motivos que teriam levado Simão da Mota a essas paragens, então inóspitas. Mas, tudo leva a crer tivesse êle recebido a doação de alguma sesmaria, por essas bandas, e que tivesse, então, se aventurado a explorá-la. Parece mais aceitável a versão de que o amanho da terra fôsse o seu objetivo principal, de vez que, ao chegar, trouxera consigo, além de outros portuguêses, inúmeros escravos.

Pouco tempo, porém, demorou Simão da Mota nas proximidades do morro da Piedade, transferindo-se alguns anos depois, com todos os seus, para a localidade denominada Magepe-Mirim, de onde se originou a atual cidade de Magé.

Na época do devassamento, ainda habitavam nas terras que hoje integram o município de Magé os índios da tribo dos timbiras, dos quais não restam sequer vestígios, na localidade.

Sabe-se que, em 18 de janeiro de 1696, recebeu a povoação o predicamento de freguesia, apesar de a igreja-matriz só ter sido dada por concluída em 1747.

Por volta do ano de 1643, surgiu, próximo da localidade, uma outra, a de "Pacobaíba", depois denominada Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba e, finalmente, Guia de Pacobaíba, reconhecida como freguesia a 14 de dezembro de 1755, e elevada à categoria de distrito por decretos de 8 de maio e 3 de junho de 1892.

Devido ao esfôrço dos colonizadores e à fertilidade do solo, as duas localidades, Magepe-Mirim e Guia de Pacobaíba, gozaram, no período colonial, de uma situação invejável.

Tanto numa como noutra, o elemento negro, introduzido em grande número, muito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura e conseqüente elevação do nível econômico de ambas as localidades.

Em 9 de junho de 1789, Magé encontrava-se a tal ponto adiantada, que o govêrno resolveu conferir-lhe o predicamento de vila, tendo-se a sua instalação verificado a 12 de junho do mesmo ano. O seu território foi constituído com terras desmembradas do município de Santana de Macacu e da cidade do Rio de Janeiro, inclusive as ilhas do pequeno arquipélago de Paquetá.

Sessenta e oito anos mais tarde, aos dois dias do mês de outubro de 1857, novamente foi elevada a categoria da localidade, sendo-lhe atribuídos foros de cidade.

Prefeitura Municipal.

Para que se avalie a importância dêsse município, durante o Segundo Império, é suficiente observar que, em suas terras, foi construída a primeira estrada de ferro da América do Sul, inaugurada a 30 de abril de 1854. Esta estrada, que se denominou Mauá e depois E. F. Príncipe Grão-Pará, ligava as localidades de Guia de Pacobaíba e Fragoso, numa extensão de 14 500 m. A primeira máquina, ainda hoje existente, é considerada relíquia histórica, tendo sido cognominada "A Baronesa". À primeira estação ferroviária foi dado o nome de "Mauá", que, em língua indígena, significa "cousa elevada".

Igreja-Matriz de N. S.ª da Piedade.

Com o advento da lei Áurea, a exemplo do que sucedeu em tôdas as zonas agrícolas do país, o município de Magé sofreu violento colapso, de que até hoje se ressente a sua economia. Outro fator, que também influiu no declínio de Magé, foi a insalubridade de seu clima e de suas terras, motivada pela obstrução de rios e canais, o que só ùltimamente tem merecido uma atenção mais objetiva, por parte das autoridades municipais, estaduais e federais.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: 22° 39' 22" de latitude Sul e .... 43° 02' 18" de longitude W. Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 27 km. Rumo em relação à capital do Estado: N.N.E. — A sede municipal situa-se às margens do rio Magé.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 431 m.

CLIMA — O município possui bom clima na região montanhosa, em contraposição ao das planícies, onde é quente e úmido.

ÁREA — 626 km².

POPULAÇÃO — A população do município era, pelo Recenseamento Geral de 1950, de 36 761 habitantes, sendo 19 002 homens e 17 759 mulheres, e quase 50% ligados à zona rural. A densidade demográfica do município era de 58,7 habitantes por km², conforme dados da época referida. Sua população distribuía-se, em acôrdo com os resultados obtidos no Censo Demográfico daquele ano, pelos seus distritos constitutivos, da forma como se vê no quadro seguinte:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Magé	9 457	4 895	4 562	2 298	2 190	1 297	1 295	1 300	1 077
Guapimirim	7 026	3 7 3	3 233	697	641	257	238	2 839	2 354
Guia de Pacobaíba	1 233	665	568	218	185	82	81	365	302
Inhomirim	9 401	4 810	4 591	654	725	462	429	3 694	3 437
Santo Aleixo	7 832	3 835	3 997	2 565	2 795	520	526	750	676
Suruí	1 812	1 004	808	165	135	82	89	757	584

O D.E.E., estimou a população do município, para o ano de 1955, em 41 063 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Os dados do Recenseamento Geral já referido situaram, das 25 758 pessoas de ambos os sexos, em idade ativa (10 anos e mais), mais de 5 000 pessoas ocupadas na indústria de transformação.

Fábrica de Tecidos Itatiaia.

Excluídas as atividades domésticas e inativas, das pessoas de mais de 10 anos, 56% estão ocupadas na indústria e 17% na agricultura, pecuária e silvicultura. Tais digressões dão uma idéia da atividade predominante nesse âmbito. A indústria têxtil é a de maior expressão. O valor da produção de tecidos atingiu, no ano de 1955, o montante de Cr$ 391 543 233,00. Segue-se, em importância, a indústria extrativa (areia, lenha, argila, caulim, etc.). A pro-

dução agrária, alcançou em idêntico período, o valor de Cr$ 30 258 200,00. Os quadros que seguem, pelo ângulo do detalhe, oferecem aspectos interessantes a propósito das atividades econômicas municipais:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	900 000	18 000
Arroz (em palha)	Tonelada	1 228	6 240
Milho	»	432	1 849
Mandioca	Tonelada	1 100	1 100
Abacaxi	Fruto	340 000	1 020

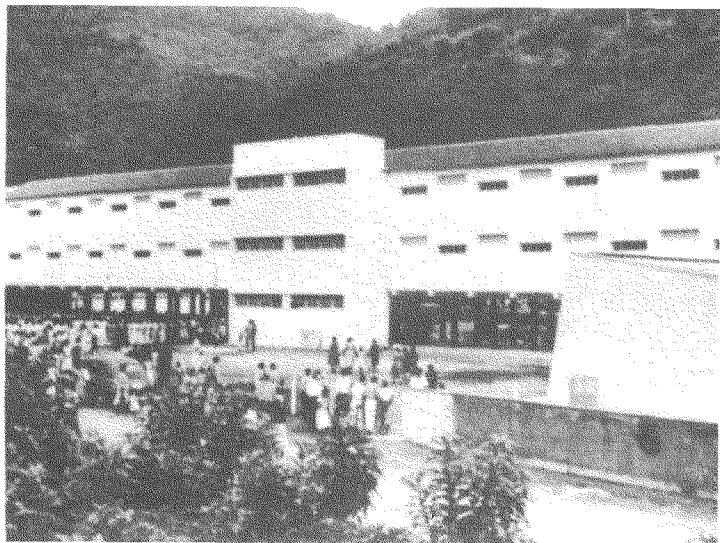
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Areia para construção	m3	102 959	9 615
Águas minerais	Litro	2 952 668	7 382
Pedra para construção	m3	13 826	2 750
Argila e barro	Tonelada	29 210	1 168
Vegetal			
Lenha	m3	54 850	4 388

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos têxteis e similares	Metro	28 093 998	543 623
Doces em geral	Tonelada	1 507	15 322
Tijolos	Milheiro	2 753	3 575
Carvão vegetal	Tonelada	3 252	4 878
Material de embalagens	»	873	3 495

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina e Central do Brasil (esta sucessora da Estrada de Ferro de Teresópolis). Existem as seguintes estações, paradas e postos telegráficos, pelo seu território: Na Estrada de Ferro Leopoldina *Ramal Barão de Mauá—Vitória,* as de Bongaba (PT), Santa Dalila (P),

Grupo Escolar Joaquim Leitão.

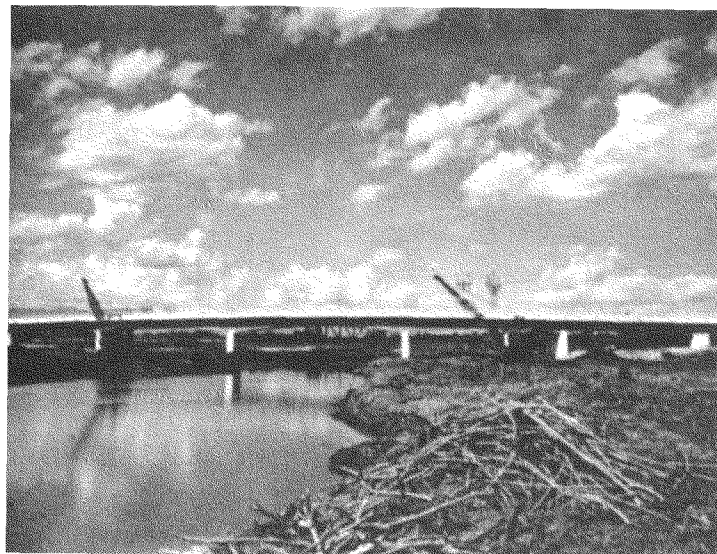
Suruí (E), Santa Guilhermina (P), Magé (E) e Sernambitiba (PT); *Ramal de Caratinga,* a de vila Inhomirim (E); *Ramal de Guia de Pacobaíba,* as de Cassebu (P), Calafate (P), Caiubá (P) e Guia de Pacobaíba (E). Na Estrada de Ferro Central do Brasil, *Ramal de Teresópolis,* as de Jororó (P), Citrolândia (P), Engenheiro Lins Vasconcelos (P), Guapimirim (E) e Miudinho (P). Cortam o seu território 166,5 km de rodovias sendo 52 de administração da União, 30,5 do Govêrno Estadual, 81 do Govêrno Municipal e 3,5 de propriedade particular, ligando inúmeras localidades. Particularidade interessante e digna de registro é a de que foi em Magé que se construiu a 1.ª estrada de ferro da América do Sul, que se denominou Mauá e, depois, Príncipe Grão-Pará, ainda em tráfego, sendo, atualmente, de propriedade da Estrada de Ferro Leopoldina. A sede municipal é servida por 3 linhas interdistritais e 1 intermunicipal, explorando o ramo, as emprêsas Viação Itambi Limitada e Viação Auto Luxo Ltda. A Prefeitura havia licenciado, em janeiro de 1957, 72 automóveis e 129 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — A capital do município conta com 3 estabelecimentos comerciais atacadistas e 103 varejistas, do total de 160 existentes no município. Dêsse cômputo, 117 estabelecimentos são de secos e molhados, 23 são de tecidos e o restante pertence aos mais variados ramos. Funcionam no município o Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S. A. e o Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A., além de uma agência da Caixa Econômica Federal. A situação dos saldos bancários, em fevereiro de 1957, era a seguinte: caixa em moeda corrente, Cr$ 2 283 000,00; títulos descontados, ... Cr$ 14 901 000,00; em depósitos a vista e curto prazo, ... Cr$ 27 705 000,00 e depósitos a prazo, Cr$ 1 992 000,00.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas terras do município existem jazidas de caulim, já em exploração, bem como algumas fontes de água mineral. As minas exuberantes que ainda possui Magé fornecem madeiras de lei, convindo destacar das espécies conhecidas, as seguintes: ipê-tabaco, ipê-morim, cedro rosa, canela preta, jequiá, óleo vermelho, sucupira, maçaranduba, angelim e muitas outras além de diversos tipos de fibras vegetais. Na fauna terrestre, apesar de escassos, os espécimes são os comuns à região.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Magé, até o mês de outubro de 1955, conforme assentamentos do cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal, possuía 1 523 prédios. Dos 62 logradouros públicos existentes na sede, 4 são inteiramente pavimentados a paralelepípedos e 5, parcialmente. O abastecimento de água em Magé é feito pela Comissão de Águas e Esgotos. Já nas sedes distritais de Monte Aleixo, Andorinhas, Pau Grande, Guapimirim e Inhomirim, o abastecimento está a cargo, respectivamente, da Cia. Fiação e Tecelagem Bezerra de Melo, Fábrica Unidade de Tecidos, Rendas e Bordados S. A., Cia. América Fabril, Estrada de Ferro Central do Brasil e Fábrica Estrêla do Ministério da Guerra. Há serviço de esgotos. A energia elétrica é provida pela Cia. Brasileira de Energia Elétrica, sendo concessionária a Municipalidade. O serviço de Limpeza pública e remoção de lixo é explorado pela Prefeitura Municipal, beneficiando, quanto ao último, 52 prédios disseminados por 31 logradouros. A cidade-sede do município mantém serviços telefônicos contando com 80 aparelhos instalados: registram-se 1 004 ligações elétricas, 3 hotéis e 1 pensão atendem a hospedagem.

COMUNICAÇÕES — No que concerne ao âmbito das comunicações o município conta com os serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos que mantém agências postais-telegráficas-telefônicas em Magé e Inhomirim, e agências postais em Santo Aleixo, Guapimirim, Suruí, Guia de Pacobaíba e Piabetá. A Cia. Telefônica Brasileira opera em serviços urbanos e interurbanos. A Estrada de Ferro Leopoldina além das comunicações telegráficas que utiliza no seu serviço e que são de sua propriedade, tem também serviço telefônico entre as estações de Magé e Guapimirim, para seu exclusivo uso. A Rádio Magé (ZYP-24) presta, de seu turno, bons serviços à coletividade mageense. A data da 1.ª emissão se deu em 21-8-54 e seu sistema irradiante é vertical.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, em Magé, 1 nosocômio, mantido pela Associação Beneficente Hospital de Magé, com serviços de clínica médica, cirúrgica e obstétrica. Possui o estabelecimento 40 leitos dos quais 30 gerais, 4 de cirurgia, 2 para contribuintes e 4 para maternidade. O Serviço Nacional de Endemias Rurais mantém postos na cidade de Magé e Guapimirim. Existem, ainda, o Pôsto Médico Social, na cidade, um pôsto municipal em

Ponte sôbre o rio Macacu.

Inhomirim que conta ainda com um Pôsto de Combate às Helmintoses. Entidades particulares movimentam os seguintes postos: Cooperativa Rodoviários Ltda., na sede municipal; Fábrica Andorinhas, em Santo Aleixo; Cia. Fiação e Tecelagem Bezerra de Melo, em Santo Aleixo; e, América Fabril, em Pau Grande, Inhomirim. O Serviço Nacional de Endemias Rurais também conta com um laboratório para pesquisas de hematozoários. E a Fábricas Unidas de Tecidos, Rendas e Bordados, por outro lado, tem instalado um laboratório para exames de sangue, urina e escarro, em benefício exclusivo de seus empregados. Residem no Município, exercendo a profissão, 9 médicos, sendo 6 de clínica geral, 2 especialistas e 1 pediatra, além de 2 dentistas diplomados e 3 práticos.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os elementos obtidos do Recenseamento Geral de 1950, da população presente de 5 anos a mais, cêrca de 60%, na sede municipal, sabe ler e escrever.

Ensino — Possuía o município, em 1956, 16 escolas municipais com 1 126 alunos matriculados; 17 escolas estaduais com 2 284 alunos matriculados; 10 escolas particulares com 1 323 alunos matriculados e 5 unidades do ensino supletivo com 175 alunos matriculados. Há 2 ginásios sendo 1 na sede municipal e 1 em Santo Aleixo, totalizando 265 matrículas.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro demonstrativo, que se segue, melhormente atende à exposição dos assuntos referentes às finanças locais:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	7 637	9 728	3 836	2 394	2 764
1951	7 982	11 107	4 151	2 545	3 661
1952	9 199	10 886	4 859	2 698	3 919
1953	10 191	12 580	4 917	2 747	4 478
1954	13 372	17 836	5 192	2 961	4 581
1955	19 386	28 148	7 274	4 055	5 930
1956	23 323	34 296	11 674	6 610	9 272

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Além dos templos católicos como a Igreja da Matriz, sob invocação de Nossa Senhora da Piedade, na sede municipal e, de Nossa Senhora da Guia, existente em Pacobaíba, esta erigida em um monte pouco elevado, conta-se, ainda, o monumento dedicado ao Visconde de Sepetiba, na sede municipal. A natureza, contribuiu, também, com uma de suas mais belas manifestações artísticas: o Pico do Dedo de Deus, com seus 1 800 metros de altura, situado na Serra dos Órgãos, constituindo-se interessante atração turística das convizinhanças.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A variegada topografia local constitui atrativo para as belezas naturais do município. Há muitos pequenos cursos de água, cachoeiras diversas, algumas com o seu potencial hidráulico em aproveitamento.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta 17 associações culturais diversas, 6 clubes recreativos e 6 clubes desportivos. Na cidade há 2 cinemas e 6 nos distritos. A Prefeitura Municipal mantém uma biblioteca com cêrca de 3 200 volumes. Um só jornal se edita em Magé, tendo começado a circular, em 7 de setembro de 1956. Existe, além do mais, uma radioemissora, objeto de registro precedente.

VULTOS ILUSTRES — Magé foi berço para dois filhos ilustres: Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, glorioso patrono do Exército Brasileiro, nascido em Estrêla, em 25-8-1803, no lugar denominado Taquara, hoje pertencente ao município de Duque de Caxias; e Alcindo Guanabara, nascido em freguesia de Iguapimirim, em 19-VII-1865, que se destacou na imprensa fazendo jus ao título de "Príncipe dos Jornalistas Brasileiros", tendo tido assento no Congresso Nacional e sido membro da Academia Brasileira de Letras, da qual foi um dos fundadores.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa atual, o município compõe-se dos seguintes distritos: Magé, Guapimirim, Guia do Pacobaíba, Inhomirim, Santo Aleixo e Suruí.

MANGARATIBA — RJ

Mapa Municipal na pág. 197 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O devassamento do solo do município de Mangaratiba verificou-se por volta do ano de 1534, época em que foram doadas as Capitanias Hereditárias.

A área territorial que o município abrange atualmente está compreendida na região que pertencia outrora à Capitania de Santo Amaro, doada a Pero Lopes de Souza, que a confiou aos cuidados de Antônio Afonso. Todavia, nem a um, nem a outro, deveu essa imensa região qualquer incremento progressista, de vez que, ambos, pouco ou nada ligaram às terras que lhes haviam sido distribuídas em partilha. Devido a tal desinterêsse, a colonização das terras foi realizada mais em função de progresso da vizinha Capitania de São Vicente, doada a Martim Afonso, irmão de Pero, do que mesmo aos esforços de seu donatário.

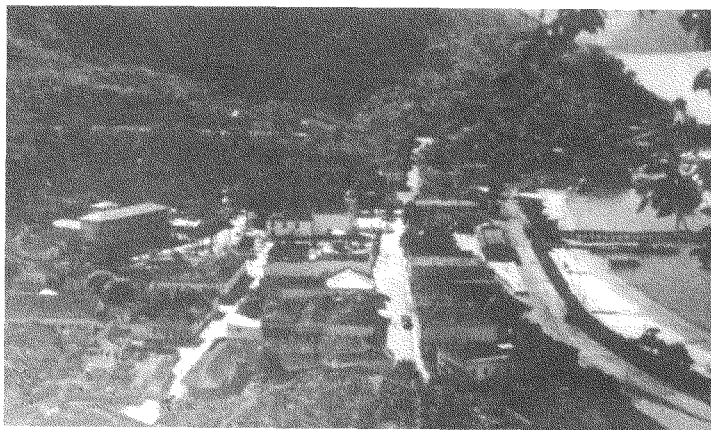
A razão primordial que obstou ao rápido progresso de sua colonização residiu no fato de que os índios tamoios, seus primitivos habitantes, não davam tréguas aos desbravadores, saqueando-lhes as moradias e as lavouras. Devido a isso, os primeiros colonos viam-se constrangidos a escolher suas terras, não nos locais mais férteis e apropriados à lavoura, mas nos que, por sua configuração física, lhes permitissem maiores possibilidades de defesa contra ataques contínuos de gentios.

Só em 1615, mereceu essa rica plaga uma atenção objetiva, por parte dos seus governantes. Martim de Sá, que então lhe superintendia os destinos, fêz vir, de Pôrto Seguro, alguns índios tupiniquins, já catequizados, entregando-os à direção dos Jesuítas que, com êles, iniciaram, nessas terras, a construção de uma aldeia. Como não agradasse o primeiro local escolhido logo de início, os religiosos, seguidos dos tupiniquins, rumaram para outro ponto, situado em um morro então denominado "Cabeça Sêca", onde, afinal, se fixaram.

Cinco anos depois, em 1620, mandou Martim de Sá buscar outro grupo de tupiniquins, desta vez mais numeroso, estabelecendo-o na ilha de Marambaia e, posteriormente, em Ingaíba, onde, orientados pelos Jesuítas, os indígenas edificaram uma capela sob a invocação de São Braz. Essa povoação subsistiu até 1688, época em que, devido aos grandes temporais e ressacas freqüentes na zona, os seus habitantes se trasladaram para as terras onde hoje se ergue a cidade de Mangaratiba. Em 1700, os índios, encabeçados pelos religiosos, ergueram ali uma nova capela dedicada, desta vez, ao culto de Nossa Senhora da Guia.

Após longo período de duras lutas, as quais provaram a têmpera dos bravos colonizadores dêsse rincão fluminense (Mangaratiba), em 16 de janeiro de 1764, recebeu o predicamento de freguesia, em virtude de Provisão exarada naquela data.

Segundo alguns autores a denominação de "Mangaratiba" surgiu em conseqüência da junção dos têrmos indígenas "Mangará-tiba", que significam: "Mangará" — Ponta terminal de inflorescência da bananeira e "Tiba" — local onde existe abundância de ... usado pelos aborígines, quando queriam se referir a essa localidade.

Até o ano de 1818, o território da freguesia de Mangaratiba fêz parte do município de Angra dos Reis, passando a pertencer ao de Itaguaí, em virtude do Alvará, com fôr-

Vista aérea da cidade.

ça de lei, de 5 de junho dêsse ano, que erigiu em vila a aldeia de Itaguaí, com a denominação de — Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí. Determinou, ainda, êsse Alvará, que: "pertencente à referida Aldeia de Itaguaí, que fica ereta em vila, certa porção de terras na Ilha de Itacurussá ou Sapimiaguira, e que, nenhum proveito resultava das ditas terras pela sua cultura, nem aos índios, nem à aldeia em geral, nem ao Estado, cessasse a aplicação que dantes tinham as mesmas terras ficando servindo para patrimônio da dita nova Vila e despesas próprias dela.

Anos mais tarde, em 31 de outubro (ou, em 11 de novembro) de 1831, tal era o progresso verificado em Mangaratiba, e em suas redondezas, que o govêrno houve por bem conceder-lhe a merecida autonomia, elevando a freguesia à categoria de vila com a denominação de "Nossa Senhora da Guia de Mangaratiba".

Posteriormente, pelo decreto de 26 de março de 1832, foram fixados os seguintes limites para a "Vila de N. S. da Guia de Mangaratiba": pelo Norte, começando na costa do mar, no rio de Itinguassu, do marco de Santa Cruz, seguindo até o cume da Serra a mesma linha divisória de Santa Cruz, que pertenceu aos herdeiros do Comendador Antônio Gomes Barrozo, e as terras do falecido José Antunes Suzano, ficando estas para a nova vila; pelo Sul, o rio Jacareí, que alguns denominam "Caratucaia" e que deságua no mar ao Sul das terras dos herdeiros do falecido Lourenço Corrêa de Faria, seguindo até o cume da Serra o rumo das terras de que estão de posse os ditos herdeiros, desmembrando-se da Ilha Grande o terreno que existe entre o dito rio Jacareí e o Cutiatamirim; pela parte de terra firme, as vertentes da Serra Geral compreendida entre os dois limites Norte e Sul, acima notados: Devendo ser incluídas tôdas as ilhas adjacentes, começando ao Sul da de Jacareí, fronteira ao rio do mesmo nome, e terras de que estão de posse os herdeiros de Lourenço Corrêa de Faria, e tôdas as que se seguem, inclusive a da Marambaia, até a ilha de Tucuruçá, na qual devem servir de limites às terras dos herdeiros do falecido José Antunes Suzano; ficando para a vila de Itaguaí as terras que segundo consta, servem de patrimônio à Municipalidade desta última vila, e um legado de São Francisco Xavier, assim como as ilhas da Madeira, e de Maria Martins".

A exemplo do que sucedeu na quase totalidade dos municípios fluminenses, o elemento negro exerceu, na formação econômica e social de Mangaratiba, um papel preponderante, notadamente, no período anterior ao advento abolicionista, que veio marcar o fim da fase áurea por que

Igreja-Matriz de N. S.ª da Guia.

atravessou esta zona. Do esplendor antigo, Mangaratiba conserva, apenas, umas poucas construções e algumas ruínas, que servem como um atestado saudoso dos tempos de abastança e de riqueza, desfrutados por seus antigos habitantes. O seu pôrto é hoje uma simples e esmaecida sombra do que foi no passado, quando, pelos seus cais transitavam as mercadorias vindas de todos os quadrantes do país e do mundo. Do interior de São Paulo e de Minas, afluíam para seu pôrto os gêneros e artigos a serem exportados, trazidos nos lombos dos burros, guiados pelos tropeiros dos mais afastados rincões de serra acima. Na volta, carregavam êles suas tropas com as mercadorias provenientes das grandes cidades brasileiras e de outras localidades do estrangeiro, para vendê-las ou satisfazer aos pedidos da clientela do interior.

A respeito da expansão cafeeira, e do surto de progresso trazido aos portos fluminenses, de Parati a Mangaratiba, bem como da sua decadência e retôrno ao progresso, é Virgílio Corrêa Filho quem nos conta (Jornal do Comércio, edição de 5-XII-1948): "Mangaratiba seguiu-lhe de perto o exemplo. Pelas reduzidas glebas apropriadas à plantação rendosa, estendeu-se-lhe os cafèzais, que mais se adensaram em rumo de São João do Príncipe, ancestral de São João Marcos, vila desde 1811, Piraí, e pelas matas do Paraíba, onde clareiam as roças, desde o segundo quartel do século passado.

À medida que se abate o arvoredo, à cuja sombra se mantinham os puris bravios, viça a plantação valiosa geradora do luxo dos seus proprietários.

É a época da construção de imponentes solares expressivamente descritos por A. C. Araújo Guimarães: "as vastas casas das fazendas, quadradas, simples, sem nenhum atrativo arquitetônico, a não ser o da grandiosidade de suas fachadas, davam, em seu interior, uma impressão de luxo e de grandeza, pelos reflexos dos grandes espelhos *bisautés*, dos cristais venezianos, das baixelas de prata e de ouro, pelas finas tapeçarias orientais ou francesas e pelos móveis de jacarandá lavrado ou de gôsto puramente inglês, que impressionavam os próprios europeus".

Mangaratiba conserva relíquias dessa época em velhos edifícios, cuidados zelosamente pelos seus proprietários atuais e nas paredes derruídas, de que se apossou o arvoredo, que lhe vai progressivamente disjungindo a alvenaria.

Por entre a folhagem, alteiam-se as fachadas, com os vãos de cantaria, que permanecem em sua primitiva posição, resistindo ao abandono.

Principalmente nas vizinhanças do "Saco", à beira da estrada de rodagem, qualquer observador curioso poderá visitar as ruínas de passada opulência, quando por aí transitavam os tropeiros, em demanda dos cafèzais paraibanos.

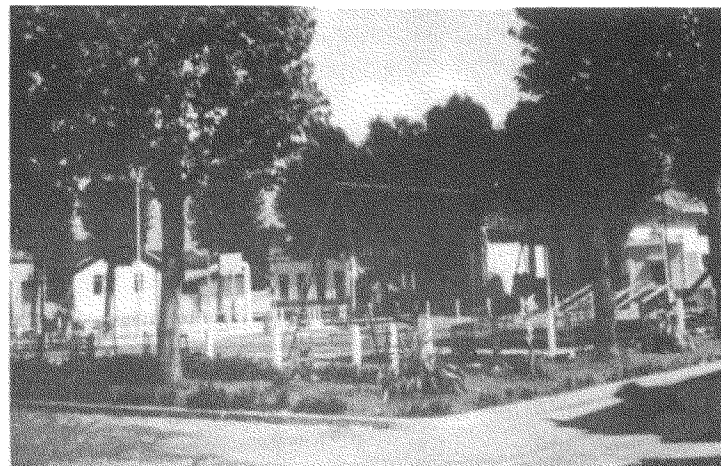
Para os atingirem, era-lhes necessário subir a encosta gnáissica da serra do Mar, pela qual não tardou a insinuar-se o primeiro caminho pioneiro. Mal gradado, embora, facilitava o transporte mais curto, dos cafèzais até o pôrto de Mangaratiba, pelo qual se escoava boa parte da produção. Para lhe melhorar as condições, era de contínuo solicitado o concurso de obreiros de boa vontade.

Fazia-se mister, porém, providência mais decisiva.

E então formou-se, por volta de 1855, "uma emprêsa, informa A. de Taunay, para o estabelecimento de uma via de rodagem, organizada pelo Desembargador Joaquim José Pacheco, com um capital vultoso para a época, de 2 400 contos de réis, que realizou obras notáveis, sendo enormes, sob a direção do engenheiro Webb".

"Concluiu-se o penoso traçado de perto de 30 km entre Mangaratiba e São Marcos, mas exaustos os recursòs da emprêsa que assim mesmo construíra, no consenso unânime dos técnicos e do público, a primeira verdadeira estrada de rodagem do Brasil."

Apesar de aumentado tráfego, que abrangia mercadorias até de Bananal e Baependi, não lhe seria duradoura a animação.

Contemporâneamente começava a Estrada de Ferro de D. Pedro II a estender os seus trilhos em rumo do vale paraibano.

Vista do Parque Infantil.

A 8 de novembro de 1858, inaugura-se a estação de Belém, atualmente Japeri, na orla da Baixada. Mas a perfuração dos túneis, no trecho seguinte, pelas morrarias, esbarra o avanço por longo prazo, até que, a 7 de abril de 1864, "Barra do Piraí" abre os seus depósitos para acolher as mercadorias das circunjacências. Deu-se a captação econômica, da qual resultou o desvio da corrente comercial para o pôrto do Rio de Janeiro.

A pouco e pouco foram rareando as tropas anteriormente utilizadas para a ligação do vale com o litoral.

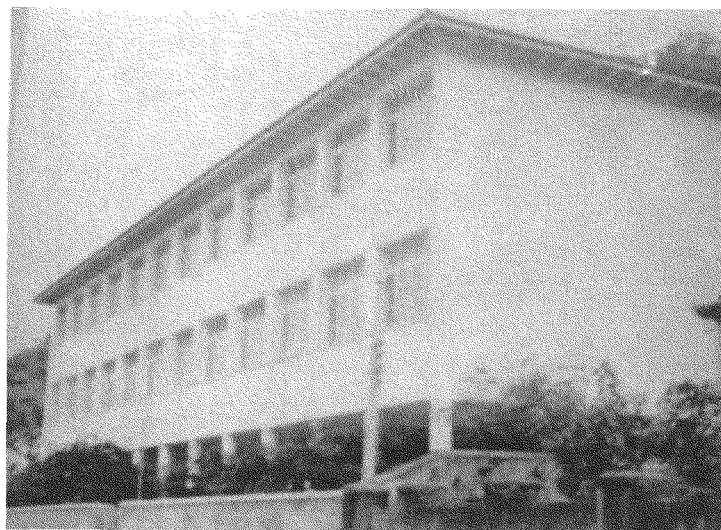
Progressivamente minguou a atividade comercial de Mangaratiba, onde principiavam os latifúndios do Comendador Breves, maior proprietário da região.

Por fim, a lei de 13 de maio completou a derrocada, libertando das senzalas os que ainda labutavam no este.

"E Mangaratiba entaperou, como triste cidade morta."

Pelo Decreto n.º 1, de 8 de maio de 1892, foi suprimido o município. A freguesia de Jacareí foi incorporada ao de Angra dos Reis e a freguesia de Itacurussá e a Ilha de Marambaia ao de Itaguaí. A freguesia de Mangaratiba e ilhas adjacentes foram incorporadas ao município de São João Marcos.

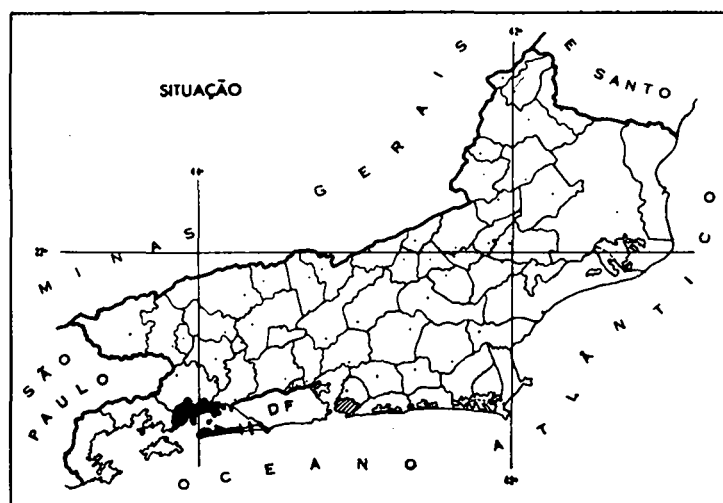
Entretanto, passados poucos meses após essa extinção, foi, pela Lei n.º 36, de 17 de dezembro do mesmo ano, restabelecido o município, constituindo-se dos mesmos distritos que lhe pertenciam.

Mas, voltando a Virgílio Corrêa Filho, "ao principiar a primeira década dêste século, resolvida a construção de ramal férreo, que prosseguisse de Santa Cruz por diante, alcançam os trilhos a estação de Itaguaí, a 14 de outubro de 1910.

Grupo Escolar Coronel Moreira da Silva.

A primeiro de maio seguinte, inauguram-se as seguintes, de Coroa Grande e Itacuruçá.

Trabalhoso triênio exigiu a continuação das obras pelas pontas dos espigões rochosos que mergulham no mar, aformoseando o traçado, à custa de maior custo de construção.

Por fim, a 7 de novembro de 1914, festejou Mangaratiba, assim como Engenheiro Junqueira, a chegada alviçareira da locomotiva, prenúncio de mais promissor futuro".

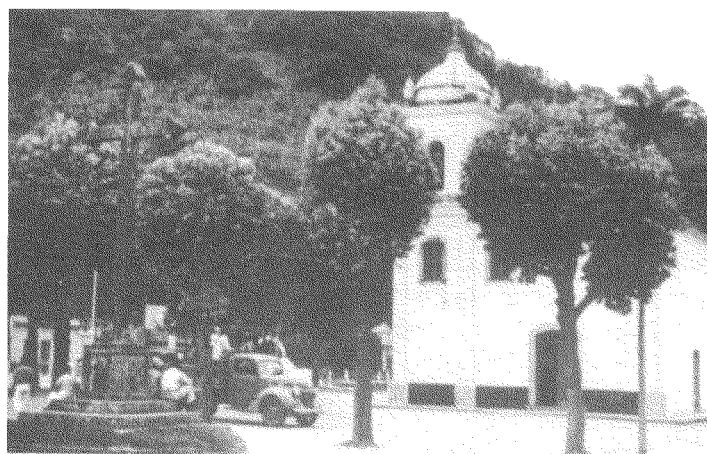
LOCALIZAÇÃO — O município de Mangaratiba está situado na Zona Litoral da Ilha Grande, compondo-se seu território, além da parte continental, de um grande número de ilhas, inclusive as de Itacurussá e Marambaia. — A sede municipal localiza-se a 22° 57' 45" de latitude Sul e 44° 02' 04" de longitude W.Gr., distando em linha reta da Capital do Estado 94 km. — Rumo: O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 2 m (sede municipal), atingindo a 1 000 m na região das Três Orelhas.

CLIMA — Apresenta clima ameno e saudável. Em certa época do ano (julho a outubro) é quente e sêco devido à incidência de ventos de noroeste, que, entretanto, muitas vêzes são brisa com rajadas frescas, na parte litorânea. Nas zonas de serra o clima é fresco e saudável.

ÁREA — 350 km².

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população presente do município era de 10 767 habitantes, sendo 5 911 homens e 4 856 mulheres. Essa população se distribuía pelos distritos e segundo a situação do domicílio conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Mangaratiba	4 796	2 516	2 280	650	629	234	209	1 632	1 442
Conceição de Jacareí	941	483	458	56	50	36	41	391	367
Itacurussá	4 047	2 366	1 681	322	313	301	218	1 743	1 150
Vila Muriqui	983	546	437	114	90	209	170	223	177

Praça N. Sª. da Guia.

O Departamento Estadual de Estatística estimou, para 1955, a população do município em 12 027 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A cultura e comércio de bananas, secundados por pequena indústria de pesca, constituem a base econômica do município. O valor de sua produção agropecuária e industrial pode ser avaliado pelos quadros que seguem:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	3 478 600	104 358
Feijão	Tonelada	31	624
Mandioca	»	90	225
Laranja	Cento	5 000	200
Côco-da-baía	»	300	150

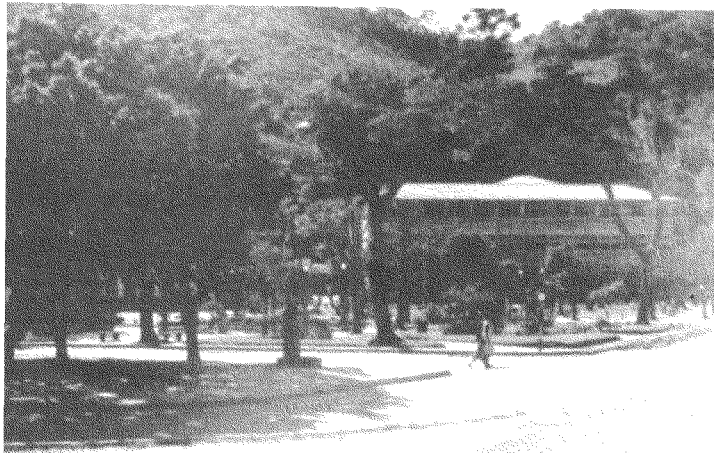
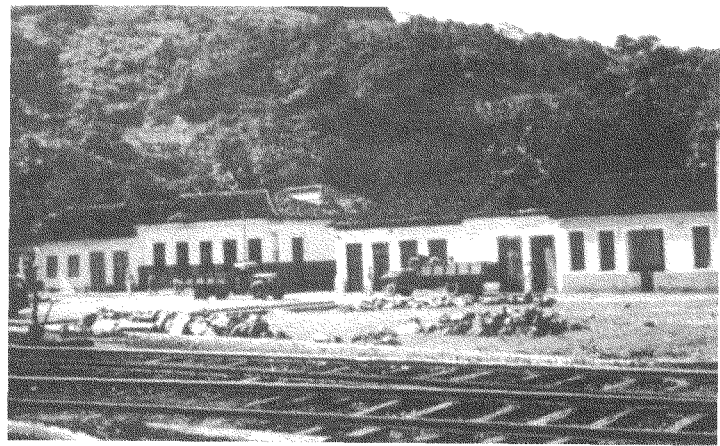
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra britada	m3	1 410	280
Vegetal			
Lenha	»	32 000	2 560
Carvão vegetal	Tonelada	1 282	1 795
Madeira bruta	m3	4 800	1 920
Madeira serrada	»	2 000	1 200
Animal			
Peixe fresco	Tonelada	321	7 394

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Sabões e saponáceos	Tonelada	118	2 261
Peixe industrialisado	Quilograma	3 226	300

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

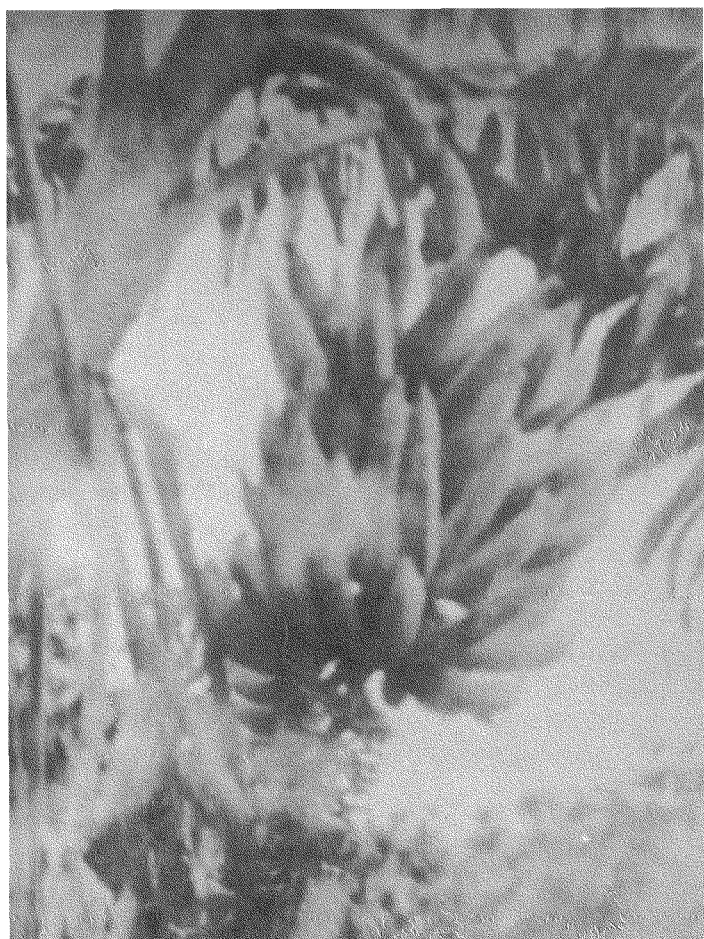
MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil, cujas linhas correm pelo litoral desde Itacurussá até a sede municipal, ligando-se à cidade do Rio de Janeiro, da qual dista 103,2 quilômetros. Estão localizadas no município as estações de Itacurussá, Muriqui, Ibicuí e Mangaratiba, distantes de D. Pedro II, respectivamente, 81,5 km, 85,6 km, 95,2 km e 103,2 km, e as paradas intermediárias de Praia Grande, Saí, Praia Brava, Figueiras, Engenheiro Junqueira e Ribeira. A ligação do município à rêde rodoviária estadual é feita através da rodovia antiga Rio—São Paulo—Mangaratiba, que começa no quilômetro 41 dessa rodovia e atinge a

Ao fundo o Grupo Escolar Coronel Moreira da Silva.

Praça Hildebrando de Araújo Gois.

sede municipal depois de um percurso de 33 km. Essa estrada liga o município ao Distrito Federal e ao interior através da citada Rio—São Paulo e da Rodovia Presidente Dutra. Pela mesma se comunica com o município vizinho de Itaguaí, a 18 km — Existem estradas municipais que ligam a sede às regiões da serra e ao interior pelo antigo município de São João Marcos. Em todo o município há 54 km de rodovias, sendo: Estaduais — 20; Municipais — 34. Com os municípios do sul (Angra dos Reis e Parati), comunica-se por uma linha regular de navegação, distando de Angra dos Reis 19 milhas marítimas e de Parati, 27. Na sede municipal, como também em Itacurussá e Muriqui, há boas pontes de cimento armado, destinadas a embarcações de pequeno calado. A mesma emprêsa de navegação (Serviço de Navegação Sul Fluminense, administrado pelo Govêrno Estadual) faz comunicações com a sede do distrito de Jacareí e com a vila de Abraão, município de Angra dos Reis, na linha Grande. Há um campo de pouso na Ilha da Marambaia. Comunica-se com a Capital do Estado pelo Distrito Federal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é de nível a atender às necessidades do município. Há, na sede, uma agência bancária (Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro). As transações comerciais são feitas, principalmente, com Niterói e Rio de Janeiro, DF.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino vegetal há regular reserva, em cujas matas ainda se encontram madeiras de lei, como pereiras, ipês, óleos, cajarana, urucurana, guaricica, etc. — Há quedas captáveis para produção de energia elétrica, como cachoeiras de Conceição de Jacareí, da Figueira, Praia Grande, Batatal, Santo Antônio e outras. A pesca é desenvolvida, notadamente em Itacurussá e na Ilha da Marambaia, onde funciona a Escola de Pesca Darci Vargas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui ainda alguns aspectos do século passado, época de seu apogeu; entretanto, começaram a surgir prédios com características modernas, entre os quais o novo hospital e o grupo escolar, assim como está dotada de vários melhoramentos, como serviço de água, luz elétrica, calçamento e ajardinamento de vias públicas, telefone, etc. Possui: ruas calçadas — 6; hotéis — 2; cinema — 1. O calçamento a paralelepípedos de suas vias públicas corresponde a 80% da área da cidade.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município as agências postais-telegrá-

Aspecto econômico, representado pela cultura da banana.

ficas de Mangaratiba e Itacurussá, agência postal radiotelegráfica de Marambaia e agências postais de Muriqui e Conceição de Jacareí. A Estrada de Ferro Central do Brasil possui serviço telegráfico, de uso privativo, em suas estações. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira, que mantém postos telefônicos em Mangaratiba, Itacurussá e Ibicuí.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com um hospital geral, na sede, com 48 leitos, que funciona em prédio recentemente construído (Hospital de Mangaratiba), e o Hospital da Escola Técnica Darci Vargas, da Fundação Abrigo Cristo Redentor, na Marambaia, com 37 leitos. Nesse setor existem mais os ambulatórios da L.B.A. e da Policlínica Geral dos Pescadores. O serviço oficial de saúde é superintendido pelo Postos de Higiene de Mangaratiba e Itacurussá. Há mais: farmácias — 2; médicos — 3; dentista — 1; farmacêutico — 1.

ALFABETIZAÇÃO — Das 9 107 pessoas de 5 anos e mais, presentes no Recenseamento Geral de 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 2 484 homens e 1 589 mulheres. Na sede municipal, dos 1 460 habitantes dessas idades, sabiam ler e escrever 483 homens e 436 mulheres.

ENSINO — Há, no município, 17 estabelecimentos onde se ministra o ensino primário fundamental comum. Dêsses estabelecimentos, 3 são de administração particular e os restantes, de administração estadual. Para o ensino extra-primário conta o município com o Ginásio Mangaratiba, a Escola de Pesca Darci Vargas e a Escola de Marinha Mercante, êstes dois últimos estabelecimentos mantidos pela Fundação Abrigo Cristo Redentor e localizados na Ilha da Marambaia.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das arrecadações federal, estadual e municipal e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	367	1 133	905	551	1 068
1951	520	1 414	1 013	589	1 121
1952	752	1 799	1 349	817	1 568
1953	1 089	2 067	1 721	859	1 787
1954	1 235	3 373	1 904	1 030	1 946
1955	1 643	3 122	2 438	1 319	2 421
1956	1 736	3 374	3 589	2 045	3 647

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — O ato de sua emancipação política é vivido pelo obelisco das comemorações do Centenário (1.°), inaugurado em 11 de novembro de 1931; o Chafariz de 1852; o Cruzeiro de Pedra, na praça fronteira à igreja-matriz, inaugurado em 1885, e outros. É do século XVIII (1795) sua igreja-matriz, dedicada a Nossa Senhora da Guia. Fora da sede municipal, devem ser citados: a Igreja de Nossa Senhora de Sant'Ana, inaugurada em 1840, e o Busto do Major José Caetano, inaugurado em 1940, execução de Paulo Mazekele, em Itacurussá. Na Ilha da Marambaia, a Capela dos Negros, inaugurada em 1847.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Tôda a zona litorânea, servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil e também pela rodovia, é dotada de magníficas praias, muito procuradas para fins-de-semana. Em tôdas elas o índice de urbanização é animador e ali se vêem construções dotadas das mais modernas linhas arquitetônicas. — A vila de Itacurussá acompanha êsse ritmo de progresso, havendo ali praças ajardinadas e ruas bem calçadas. A topografia do município é de grande beleza, principalmente a baía de Sepetiba, que conta elevado número de ilhas, entre as quais a de Itacurussá, onde existe um hotel com instalações das mais modernas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui uma biblioteca pública (Biblioteca Municipal Ari Parreiras), com mais de 1 000 volumes. Dispõe de 2 cinemas, 7 associações culturais-desportivas, 1 associação artística.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De acôrdo com a divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos distritos de: Mangaratiba, Conceição de Jacareí, Itacurussá e Vila Muriqui.

MARICÁ — RJ

Mapa Municipal na pág. 195 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — A história do desbravamento do solo do atual município de Maricá remonta às últimas décadas do século XVI.

Segundo alguns autores, a palavra Maricá é proveniente dos têrmos indígenas: *mari* — espinheiro, *caá* — mato, com que os gentios designavam essas terras, em virtude da abundância de "acácias espinhosas", que em suas matas existiam. Segundo outros, a denominação provém da corruptela do têrmo "maracá", espécie de chocalho, usado pelos índios em suas festividades guerreiras.

19 — 24 937

Igreja-Matriz de N. S.ª do Amparo.

As origens de seu desbravamento ainda permanecem envôltas nas brumas do passado, tendo-se, porém, como certo, que os primeiros colonizadores de Maricá aí tenham chegado, graças à doação das sesmarias, concedidas na faixa litorânea compreendida entre Itaipu-assu e as margens da Lagoa, no local onde mais tarde surgiria a sede do município.

Segundo o historiador Eduardo R. Figueiredo, já em 1584, quando José de Anchieta partiu da Aldeia de S. Barnabé, em Cabuçu, com o padre Leitão e numeroso grupo de índios, transpondo a serra de Itatendiba, com destino à Lagoa de Maricá, onde efetuou a célebre "pesca miraculosa", ali encontrou sinais da colonização maricaense, pois já estavam sendo exploradas várias sesmarias, destacando-se, entre elas, a de Antônio Mariz, concedida em 1574, na região de Imbassaí e a de Manoel Teixeira, concedida em 1578, localizada para as bandas da Lagoa. A essas, seguiu-se, em 1950, a doação das sesmarias de Itaipu-assu, de Duarte Martins Moirão, a de João, de São João e as de Gaspar Martins e Henrique Araújo, tôdas elas compreendidas entre Itaipu-assu e às margens da Lagoa.

Nos locais onde hoje se encontram o povoado de São José de Imbassaí e a fazenda de São Bento, fundada em 1635 pelos frades beneditinos, que a obtiveram por intermédio de uma concessão feita, nesse mesmo ano, pelo governador Rodrigo de Miranda Henriques, surgiram os primeiros núcleos, conhecidos, de povoação em Maricá.

Às primitivas populações dêsses dois núcleos deve-se a construção da primeira capela elevada em terras maricaenses, capela que foi destinada ao culto de Nossa Senhora do Amparo e reconhecida como paróquia perpétua em 12 de janeiro de 1755. Desconhecem-se os nomes dos promotores de sua criação e construção, bem assim a data em que teria ela sido construída; sabe-se, porém, que a sua ereção é anterior a 1687, pois, segundo Monsenhor Pizarro, nesse ano foi ela inspecionada por um visitador chamado Dr. Araújo.

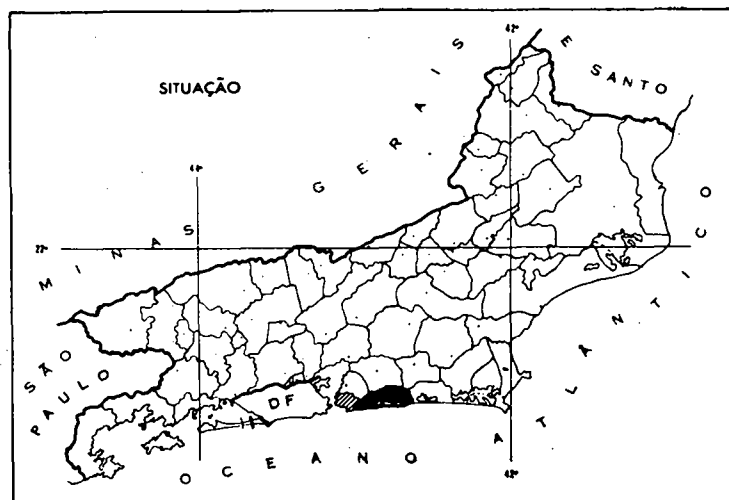
Entretanto, nem os colonos dos estabelecimentos rurais das numerosas sesmarias, nem os sitiantes da Fazenda de São Bento, puderam desenvolver com eficiência as suas atividades, devido às febres palustres reinantes na região. Por isso, foram os habitantes, pouco a pouco, se deslocando para a outra margem da lagoa, possuidora de clima mais saudável e onde melhor puderam assentar as bases de uma povoação mais promissora. Foi nesse local que teve origem a vila de Santa Maria de Maricá, elevada a essa categoria por fôrça de alvará datado de 26 de maio de 1814, "tendo por Têrmo o terreno compreendido desde a barra da lagoa de Saquarema até à ponta da Mandetiba, dividindo-se pelo interior pelas serras da Tiririca, Piiba Grande, Cordeiros e Itatindiba; daí, à Serra do Catimbau, e desta seguindo a mais cômoda divisão até voltar a fechar na barra da lagoa de Saquarema: ficando o sobredito território desmembrado dos Têrmos da cidade do Rio de Janeiro, da cidade de Cabo Frio, e da Vila de Santo Antônio de Sá, aos quais pertencia". A instalação oficial dessa vila realizou-se em 27 de agôsto de 1815.

Posteriormente, em virtude do Alvará, com fôrça de lei, de 10 de maio de 1819, foram a vila de Santa Maria de Maricá e seu têrmo anexados à vila da Praia Grande, e pelo Decreto de 15 de janeiro de 1833 os têrmos das vilas da "Praia Grande" e "Maricá" ficaram divididos um do outro pela Praia de Manitiba, Pedra da Itocaia, Serra do Malheiros, servindo de ponto o Caminho da Boiada pelo alto da Serra de Inoã, Taitendiba, Cassuritiba, seguindo pelo alto até Maricá, compreendendo-se no têrmo dessa vila as fazendas de Cassuritiba, Taquaral e Inoã; conservando as ditas duas vilas em seus têrmos todo o mais território de que constavam.

Cinqüenta e seis anos mais tarde, em 27 de dezembro de 1889, a vila de Maricá se encontrava em tão grande progresso, que o govêrno houve por bem elevá-la à categoria de cidade. Todavia, em virtude das conseqüências advindas da promulgação da lei Áurea, muito sofreu o município em sua economia. Suas terras já em si palustres, tornaram-se mais insalubres ainda, devido ao abandono a que foram relegadas pela falta de braços que cuidassem de suas lavouras.

Agência do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, o município de Maricá, graças aos serviços de saneamento realizados em tôda a baixada e às novas vias de comunicação abertas, se ergue no afã de se equiparar em progresso às demais comunas fluminenses.

LOCALIZAÇÃO — O município de Maricá está localizado na Zona da Baixada de Araruama, situando-se a sede municipal a 22° 55' 24" de latitude Sul e a 42° 49' 24" de longitude W.Gr., distante, em linha reta, 30,6 km da Capital Estadual, direção E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 3m (sede municipal).

CLIMA — O clima de Maricá é salubre nas serras e, embora pouco saudável, não se pode dizer que haja insalubridade nas baixadas, ora devidamente saneadas.

ÁREA — 348 km².

POPULAÇÃO — Em 1950, foram recenseadas no município 18 976 pessoas, sendo 9 938 homens e 9 038 mulheres. Essa população, segundo os distritos e situação de domicílio estava distribuída consoante mostra o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Maricá	6 511	3 352	3 159	332	357	523	542	2 497	2 260
Inoã	5 736	3 069	2 667	63	47	116	71	2 890	2 549
Itapeteiú	6 729	3 517	3 212	7	9	7	10	3 503	3 193

Grupo Escolar Elizário Mota.

O Departamento Estadual de Estatística estimou, para 1955, a população do município, em 21 197 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e as atividades industriais, notadamente extrativas, constituem a base econômica do município. A pecuária traz também sua contribuição. Os quadros que seguem dão uma idéia do nível da produção agropecuária e industrial do município:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laranja	Cento	844 000	25 320
Banana	Cacho	2 100 000	21 000
Limão	Cento	192 000	7 600
Legumes e verduras	Tonelada	2 209	6 822
Tangerina	Cento	115 000	5 750

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Feldspato	Tonelada	13 626	20 887
Quartzo	»	125	296
Vegetal			
Carvão	»	1 200	2 000
Lenha	m3	32 000	1 920
Animal			
Peixes	Tonelada	4 143	37 855

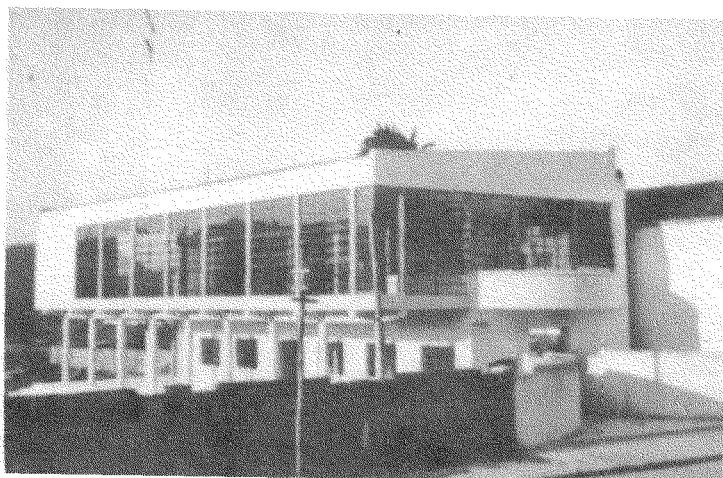
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Manilhas de barro	Unidade	1 007 635	10 774
Farinha de mandioca	Tonelada	1 200	5 000
Tijolos comuns e furados	Milheiro	3 170	4 272
Aguardente	Litro	187 510	1 935
Telhas planas	Milheiro	935	1 771

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O Município é servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga Estrada de Ferro Maricá), que tem situadas em seu território as estações de Inoã, Maricá, Manoel Ribeiro e Nilo Peçanha e mais 10 paradas ferroviárias. A estação de Maricá fica a 49,4 km de Neves, estação inicial da estrada, a 4 km de Niterói. Essa estrada liga o município aos municípios de São Gonçalo, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio. Maricá é ligado à rêde rodoviária estadual pela RJ-34, que começa na RJ-5, a 40 km de Niterói, ficando a sede municipal a 2,7 km do início dessa estrada e a 42,7 km de Niterói. Em todo o território do município existem 47 km de rodovias estaduais, 68,5 de estradas municipais e 2,0 km de estradas particulares, perfazendo o total de 117,5 km de estradas.

COMÉRCIO E BANCOS — No município não há comércio atacadista. O comércio varejista é feito através de 209 estabelecimentos, espalhados pelos distritos. A sede municipal possui uma agência bancária (Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro).

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre os principais minerais encontrados no subsolo do município, destacam-se feldspato e quartzo, na localidade de Cala Bôca, no distrito de Inoã, que estão sendo explorados juntamente com as pedras de

Sede do Esporte Clube Maricá.

construção existentes na Fazenda do Bom Jardim, Distrito de Itapeteiú. A extração de fôlhas de tabua, destinadas à confecção de esteiras, bem como a de madeiras para lenha, constituem riquezas vegetais notando-se ainda a existência de erva-mate, gravatá e guaxima. Nas lagoas e no litoral de Maricá existe abundância de peixes das mais variadas espécies.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Maricá reveste-se ainda do pitoresco das nossas cidades do interior e, por sua situação privilegiada, próxima da Capital do Estado, é um ponto sempre procurado para passeios e férias. Uma pequena parte já é calçada a paralelepípedos. Possui os seguintes melhoramentos urbanos: ligações elétricas — 174; domicílios servidos por abastecimento de água — 221; hotéis — 2; cinema — 1. Entre seus edifícios merecem ser destacados a Prefeitura Municipal, construída em 1841, e a Igreja-Matriz, de vastas proporções, cuja pedra fundamental foi lançada em 1788. Na Prefeitura Municipal estão registrados 92 automóveis, jipes, ônibus e camionetas, 177 caminhões e 14 outros veículos motorizados para carga.

COMUNICAÇÕES — Atende aos serviços de comunicação no município a Agência Postal-telegráfica de Maricá. A Estrada de Ferro Maricá mantém serviço telegráfico de seu uso privativo. As comunicações telefônicas se fazem através da Companhia Telefônica Brasileira, que possui postos telefônicos em Maricá e Inoã.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de um Hospital Geral, com 31 leitos — Hospital Conde Modesto Leal — mantido pela Prefeitura Municipal. — Os serviços oficiais de saúde são superintendidos pelo Pôsto de Saúde de Maricá e os Subpostos de Inoã e Manoel Ribeiro, assim como pelo Pôsto de Endemias Rurais de Maricá. Nesse setor o município possui mais: 5 farmácias; 4 médicos; 3 dentistas; 3 farmacêuticos.

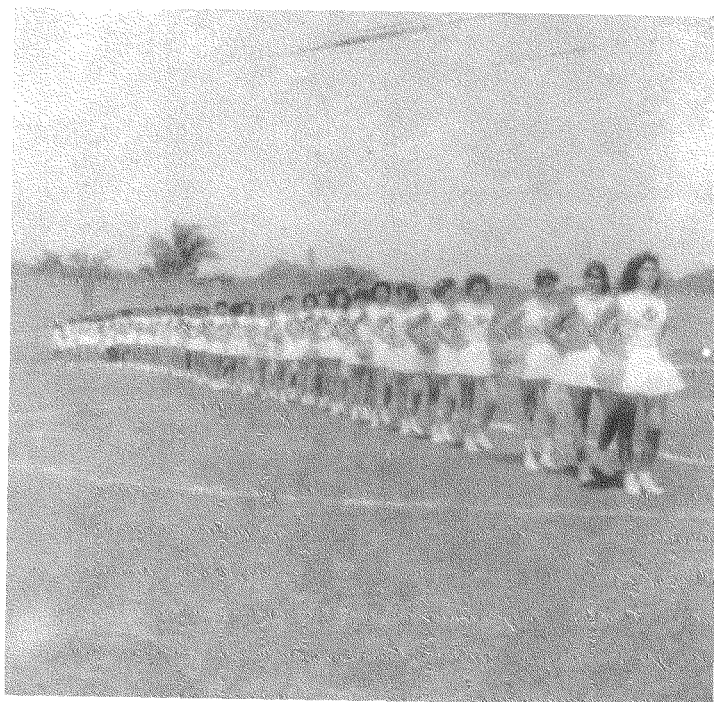
ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas maiores de 5 anos, presentes na ocasião do Recenseamento Geral de 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 3 073 homens e 2 116 mulheres, e, na cidade, 475 homens e 439 mulheres.

Ensino — Em 33 estabelecimentos ministra-se o ensino primário geral. Segundo sua órbita administrativa, distribuem-se êles da seguinte forma: Estaduais — 20; Federais — 4; Municipais — 3; Particulares — 6. O ensino extraprimário conta com os seguintes estabelecimentos: Ginásio Maricá, Escola Comercial São Caetano, um curso profissional e dois artísticos, entidades particulares que funcionam na sede do município.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir é um demonstrativo das arrecadações federal, estadual e municipal, e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	893	1 570	1 460	656	1 463
1951	1 278	1 883	1 489	786	993
1952	1 422	2 308	1 495	1 007	1 302
1953	1 462	2 715	1 674	705	1 510
1954	1 304	3 632	1 372	613	1 309
1955	1 880	4 747	2 303	716	2 024
1956	2 698	6 561	2 730	909	1 959

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Como particularidades artísticas citam-se, entre outros, os seguintes monumentos: Busto do Conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, de J. Gocé, bronze sôbre pedestal de granito, inaugurado em 1.º de janeiro de 1939; Prédio da Prefeitura Municipal, inaugurado em 1841; Matriz de Nossa Senhora do Amparo, cuja pedra fundamental foi lançada em 8 de dezembro de 1788, tendo sua construção terminado em 15 de agôsto de 1802. É obra de iniciativa do padre Vicente Ferreira Noronha; Capela de Nossa Senhora da Saúde, em Itapeteiú, inaugurada em 1850; e as sedes das Fazendas de Pilar, em Ubatiba, e Rio Fundo, no local dêste nome.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo de Maricá apresenta-se montanhoso ao norte, sendo, porém, plano e baixo na região sul. Mencionam-se, como principais elevações do seu sistema orográfico, as seguintes: serras de Calaboca e Tiririca, e morro do Telégrafo, nos limites com São Gonçalo; morro Grande e serra Barba do Ouro ou do Espraiado, nas divisas com o município de Itaboraí; e as serras de Mato Grosso e Jaconé, separando Maricá de Saquarema. No interior do território municipal encontram-se, ainda, as serras de Bananal, Caju, Botica e Silvado, na qual

Alunos do Ginásio Maricá, em ginástica.

se localiza a Pedra do mesmo nome, com 632 m de altitude. Além da referida Pedra do Silvado, cita-se o ponto culminante denominado Alto da Lagoinha na serra de Mato Grosso, com 889 m, e outros como: Pedra de Inoã, com 518 m e Alto do Guaiá, na serra de Itaitindiba, com 510 m.

As corrente fluviais que banham o município são geralmente de pequeno volume, sobressaindo os rios: Doce, formado pela junção do rio Caranguejo e córregos Olaria e Podeco; Bambu, Inoã e Mambuca, constituído êste último pelos seguintes: Itapeteiú e Ubatiba. Dentre as principais lagoas, citam-se as de Maricá, Bacopari, Barra, Padre, Gururapina e Brava.

Localizadas, respectivamente, nos rios Roncador e Caranguejo, estão as cachoeiras de Roncador e Pedregulho, e no córrego Olaria, a denominada Carioca, na qual foi feita a reprêsa que abastece a sede municipal.

A Lagoa de Maricá, abrangendo todos os distritos e as praias marítimas de Itaipuaçu e Pontanegra, tem sido ponto de atração para os que visitam o município. As companhias de loteamento exploraram essas belezas naturais como propaganda para seus negócios, tendo obtido ótimos resultados, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Os munícipes contam com uma Biblioteca Pública, mantida pela Prefeitura Municipal, 3 associações esportivo-culturais e 1 cinema.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos ilustres de Maricá encontram-se: Domício da Gama, que se destacou como secretário de Rio Branco, e foi, também, Embaixador do Brasil e Ministro do Exterior. Geógrafo, dedicou-se às letras e ao jornalismo; Dr. Mariano de Macedo Soares, participante da Retirada de Laguna. Foi-lhe conferido o título de Coronel Honorário pelo Marechal Floriano Peixoto; Conselheiro Antônio Joaquim de Macedo Soares, jornalista, literato e jurista, galgou postos da magistratura, inclusive o de Ministro do Supremo Tribunal Federal; Joaquim Antônio Soares Ribeiro, Barão de Inoã, fundador da Estrada de Ferro Maricá.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De acôrdo com a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Maricá, Inoã e Itapeteiú.

MARQUÊS DE VALENÇA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Marquês de Valença era habitado, na época de seu devassamento, pelos índios Coroados, cuja ferocidade e arrôjo os faziam temidos nas povoações circunvizinhas. Em 1789, D. Luiz de Vasconcelos e Souza, vice-Rei do Brasil, ordenou fôsse iniciada a catequese dos habitantes de vários aldeamentos indígenas, de cuja localização se tinham vagas notícias, estando incluídos, entre outros, os aldeamentos dos Coroados, que campeavam em tôda a zona compreendida entre os rios Paraíba e Prêto.

Foram encarregados dessa missão o capitão Inácio de Souza Werneck, o abastado fazendeiro José Rodrigues da Cruz, senhor da Fazenda de Ubá e o padre Manoel Gomes Leal. Dando cumprimento às ordens e instruções recebidas, êsses cidadãos penetraram no território dos Coroados, dos quais tiveram a felicidade de captar as simpatias e o respeito. Umas das primeiras providências tomadas pelos colonizadores, foi a de construir uma tôsca e pequena capela, no principal aldeamento dos Coroados, originando-se daí a povoação que, mais tarde, se tornaria cidade, com o nome de Valença. Tão cedo ficou pronta a capela, cujo culto foi dedicado a Nossa Senhora da Glória de Valença, em homenagem ao vice-Rei descendente da tradicional família portuguêsa dos Marqueses de Valença, o padre Manoel Gomes Leal deu início à catequese dos gentios, buscando concentrar em tôrno dela os inúmeros aglomerados de índios até então dispersos pela mataria. Dessa forma, foram ainda chamados à civilização os índios Puris bem assim como os Araris, que habitavam no local onde hoje se ergue a vila de Conservatória, atualmente um dos prósperos distritos de Marquês de Valença. Foi assim que, graças ao trabalho do citado sacerdote, entrelaçaram-se os índios das três tribos, resultando dessa harmonia um incremento da população, entre a qual se encontravam uns poucos portuguêses.

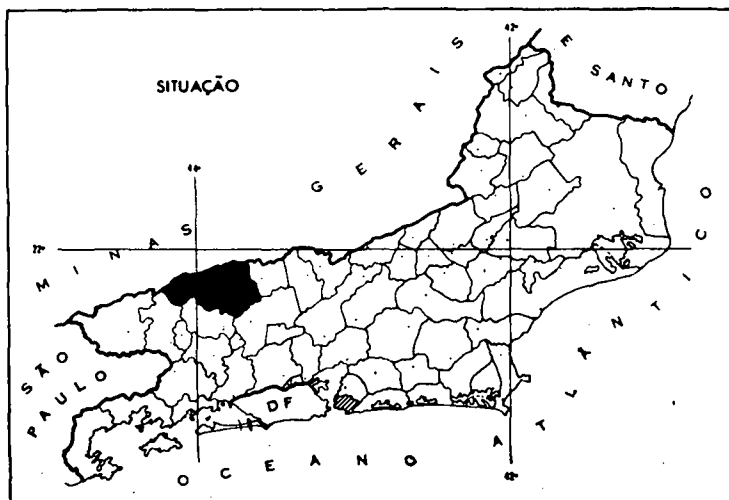
Em 1807, a localidade encontrava-se a tal ponto adiantada que o govêrno, por Carta régia de 19 de agôsto, conferiu-lhe o predicamento de freguesia. Dezesseis anos depois, em 17 de outubro de 1823, novamente recebeu a povoação as atenções dos governantes que, por Alvará desta data, concederam-lhe a categoria de vila com territórios desmembrados dos têrmos da cidade do Rio de Janeiro e das antigas vilas de São João do Príncipe (depois São João Marcos) e de Resende, verificando-se a sua instalação três anos depois, em 12 de novembro de 1826. Dessa época em diante começaram a surgir diversos núcleos de povoação nas terras da vila recém-criada, destacando-se entre êles os que mais tarde adquiriram títulos de freguesia e que foram: Santo Antônio do Rio Bonito, Santa Izabel do Rio Prêto, Nossa Senhora da Piedade de Ipiabas, Santa Teresa, Desengano e São Sebastião do Rio Bonito.

Em 29 de setembro de 1857, a vila de Valença adquiriu foros de cidade por efeito do Decreto n.º 961, desta data.

O devassamento e a colonização de suas terras são devidos quase exclusivamente ao aborígine, orientado pelo elemento português. Atualmente, no município cujo nome foi modificado de Valença para Marquês de Valença, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, observa-se um intenso dinamismo nas iniciativas públicas e privadas, numa ação coordenada, visando ao progresso dêsse município dotado de um clima privilegiado e

Vista parcial da cidade.

de riquezas que, fomentadas inteligentemente, prometem dar-lhe uma situação de relêvo entre as comunas que constituem o Estado do Rio de Janeiro.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: 22° 15' 44" de latitude Sul e ...... 43° 41' 54" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 95 km. Rumo em relação à capital do Estado: nor-nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge 541,2 metros.

CLIMA — O clima de Marquês de Valença é sêco e ameno, possuindo boas condições de salubridade. A sede municipal, como outras localidades do município, é bastante procurada para veraneio, estação de cura e repouso. A média das máximas ocorridas em 1956 foi de 35°C e das mínimas, de 10°C, sendo a média compensada de 26°C, conforme os dados obtidos da Agência Municipal de Estatística e de particulares.

ÁREA — O território municipal tem a área de 1 404 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 registrou para o município a população de 36 126 habitantes, sendo 18 130 do sexo masculino e 17 996 do feminino. Dessa população, 19 796 fixavam-se no quadro rural, que tem ligeira ascendência sôbre a população urbana municipal, apesar de a cidade registrar cêrca de um têrço da população de todo o município. A densidade demográfica é de 25,73 habitantes por quilômetro quadrado. — A população de Marquês de Valença distribui-se pelos distritos

Academia Valenciana de Letras.

constitutivos conforme se vê da tabela numérica que se segue:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Marquês de Valença	18 142	8 772	9 370	5 334	6 104	502	539	2 946	2 727
Barão de Juparanã	2 798	1 532	1 266	458	480	203	204	871	582
Conservatória	3 691	1 893	1 798	262	335	60	55	1 671	1 408
Parapeúna	3 814	1 976	1 838	200	210	14	15	1 762	1 613
Pentágna	3 106	1 610	1 496	141	140	120	110	1 349	1 246
Santa Isabel do Rio Prêto	4 575	2 347	2 228	312	412	57	73	1 978	1 743

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população local, para 1955, em 40 354 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município de Marquês de Valença vive quase que exclusivamente da pecuária e da sua indústria têxtil. Segundo elementos censitários compulsados, cêrca de 21% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) ocupam-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", onde a produção do leite é a que mais se destaca, visto tratar-se de município essencialmente pecuarista. Como confirmação dessa assertiva, a população pecuária de Marquês de Valença valia, em 31-XII-55, aproximadamente 200 milhões de cruzeiros. A indústria extrativa ocupa, também, interessante posição na economia, pois que se exploram caulim, mica, argila e dolomita, sendo que desta, a Companhia Siderúrgica Nacional possui, em Juparanã, uma jazida de grandes proporções para industrialização em escala bastante ampliada. As atividades agrícolas são de pequena monta, registrando-se pequena produção de milho, feijão, tomate, etc. Os quadros de linhas a seguir oferecem, no entanto, com maiores detalhes, valiosos e interessantes aspectos da economia de Marquês de Valença:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Tonelada	2 940	9 510
Arroz	»	237	2 133
Abóbora	Fruto	12 800	192
Mandioca	Tonelada	150	180
Batata-doce	»	9	23

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Dolomita	Tonelada	26 962	3 777
Caulim	»	960 000	1 298
Vegetal			
Lenha	m3	120	7
Madeira bruta	»	20	2

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Tecidos e similares	Metro	6 645 613	134 796
Leite pasteurizado	Litro	14 253 622	68 202
Manteiga	Tonelada	405	25 423
Produtos de panificação e confeitaria	»	576	6 904

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

Vista parcial da cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município utiliza-se de duas estradas de ferro: a Central do Brasil, servindo os distritos de Barão de Juparanã, Marquês de Valença, Pentagna e Parapeúna, e a Rêde de Viação Mineira, servindo aos distritos de Conservatória e Santa Isabel do Rio Prêto. Por via rodoviária prestam serviço à comunidade valenciana as emprêsas Viação Valenciana Ltda. e Viação São João Batista, para passageiros, a primeira, com linhas regulares para a capital da República e os municípios vizinhos ao município de Rio Prêto (Minas Gerais). Segundo o excelente trabalho de Leoni Iório, intitulado "Valença de Ontem e de Hoje", o município contava, em 1952, com 3 estradas estaduais: Valença—Barra do Piraí, com 36 km de extensão, sendo 20 dentro do território municipal; Valença—Rio Prêto, com 33 km de extensão, totalmente no interior do município; e, Valença—Rio das Flores com 18 km de extensão, sendo 12 dentro do território municipal. Há, também, as rodovias municipais de Valença — Santa Isabel, com 56 km de extensão; Valença — Desengano, com 25 km, e Valença — Ipiabas, com 37 km de extensão, quilometragem essa tôda situada em território municipal. Alguns dêsses elementos já sofreram alteração. Estão registrados na Prefeitura Municipal, conforme elementos colhidos em 1955, 164 automóveis e 99 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio valenciano mantém elos de ativa transação com o Distrito Federal, São Paulo, Juiz de Fora e Barra do Piraí. Há, na sede municipal, 12 estabelecimentos atacadistas e 290 varejistas. A propósito da dinâmica do intercâmbio comercial valenciano, o livro "Valença de Ontem e de Hoje", antes referido, traz um trecho que é bem interessante: "Quer por meio ferroviário (bitolas larga e estreita da Central do Brasil), quer pelas rodovias que ligam Marquês de Valença à Estrada Rio—São Paulo, é bem desenvolvida a exportação dos produtos do município, com destino à capital Federal, São Paulo e Minas, bem como a alguns países sul-americanos, destacando-se a Argentina. Os produtos de tecidos de algodão, as rendas e bordados, bem como produtos de laticínios são exportados, em escala apreciável, estimulando, assim, de ano a ano, a grandeza econômica do município. O principal produto de importação é o algodão em rama, em larga escala, recebido do Distrito Federal e São Paulo e destinado à indústria local de tecidos". Uma das usanças típicas do município é, sem dúvida, a sua feira-livre dominical, cuja concessão data de 30 de janeiro de 1829 e que, em certa época, havendo sido suspenso o seu funcionamento, voltou a ter lugar, novamente, a partir de 1936. Ali se vendem produtos agrícolas a baixo preço, livres de taxas e impostos municipais, beneficiando em muito as classes menos favorecidas. Funcionam, na sede municipal, 1 Banco, o Banco de Valença S. A. (Matriz) e 3 agências dos bancos Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.; Crédito e Comércio de Minas Gerais S. A. e o de Minas Gerais S. A. Os saldos bancários existentes em 28-II-57 eram, em Marquês de Valença, nos citados estabelecimentos, os seguintes: Caixa em moeda corrente, Cr$ 5 273 000,00; empréstimos em conta corrente, Cr$ 3 902 000,00; empréstimos hipotecários, Cr$ 932 000,00; títulos descontados, Cr$ 36 301 000,00; depósitos a vista e curto prazo, Cr$ 79 217 000,00; e, depósitos a prazo, Cr$ 6 102 000,00. Em 1946 foi fundada uma Agência da Caixa Econômica Federal, chegando a contar, em 1957, em 30 de junho dêsse ano, 2 673 cadernetas em movimento, com depósitos no valor de 128,6 milhões de cruzeiros.

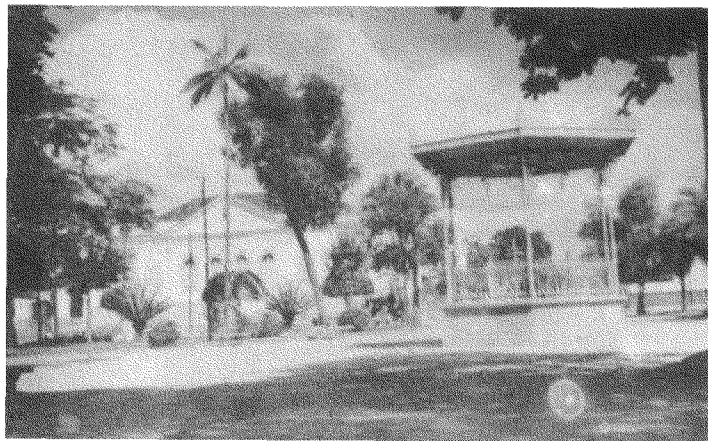
RIQUEZAS NATURAIS — O acervo de riquezas naturais do município tem maior destaque, conforme o livro de Leoni Iório, já citado, no distrito de Pentagna, pelas suas jazidas de mica, cal, caulim, águas-marinhas, algumas já exploradas. Nos distritos de Marquês de Valença e Barão de Juparanã são extraídas pedras calcárias, sendo que neste acentua-se a extração de dolomita. Na sede municipal, na zona urbana, em terras da Chácara Castanheira, encontram-se fontes de águas minerais (sulfurosas e magnesianas). A extração de pedras, para construção, paralelepípedos e meios-fios constitui regular indústria na sede do município. Segundo as análises oficiais efetuadas pelo Laboratório Central da Produção Mineral, no distrito de Barão de Juparanã (sede), são encontradas pequenas massas de calcita, cujo teor em cal-viva (CaO) é de 27,73 e, em magnésia (MgO), é de 17,52, acentuando-se, ainda, nesse distrito, na Fazenda de Santa Mônica, distante 1 km da estação, a existência de calcário dolomítico com uma cubagem provável de 945 000 toneladas, apresentando o seguinte teor: em cal-viva (CaO), 30,15; em magnésia calcinada (MgO), 23,89, segundo dados extraídos de "O Homem e a Serra", de Alberto Ribeiro Lamego. Entre alguns municípios fluminenses em que foi descoberto o berilo, figura, também, o de Marquês de Valença. No reino vegetal, há pequenas reservas florestais cujas derrubadas são reguladas pelo Conselho Florestal Municipal, destacando-se as seguintes ma-

Igreja-Matriz de N. S.ª da Glória.

deiras de lei: ipê-tabaco, ipê-meirinho, peroba, cedro, canjerana, sapucaia, louro, canela, etc., segundo dados cadastrais colhidos nos arquivos da Agência de Estatística local. Já no reino animal as espécies valencianas são as mais comuns aos municípios fluminenses das convizinhanças, as quais, já rarefeitas, ainda permitem encontrar-se algum caititu, paca, jabutirica, gato-do-mato, macaco, etc. Os rios locais são piscosos apresentando espécies como piau, bagre, lambari, etc., conquanto a pesca seja praticada como simples passatempo.

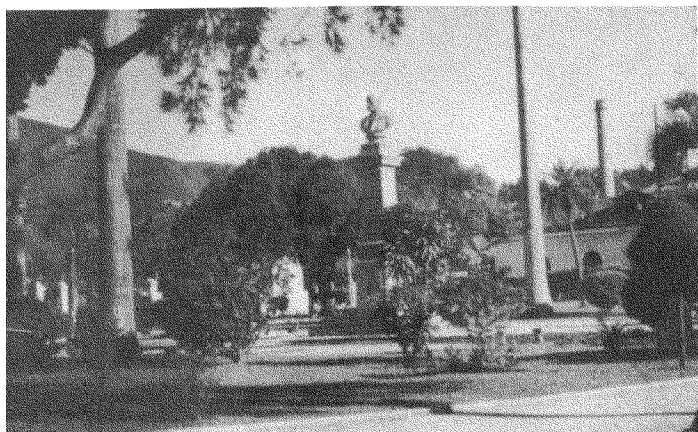
ASPECTOS URBANOS — A sede municipal apresenta um interessante traçado urbanístico, onde abundam as praças, cujos jardins foram executados pelo francês Glaziou, o mesmo que levantou a planta do jardim da Praça da República, no Distrito Federal, o antigo Campo de Santana. Até 1874 a cidade não possuía qualquer espécie de iluminação. Conseguiu-a, em 9 de março de 1907, iniciando-se a iluminação pública com 150 lâmpadas de 32 velas. Em 1950 já contava 650 focos. São fornecedores de energia

Cruzeiro Marquês de Valença.

elétrica a Cia. Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro e a Cia. Hidrelétrica Vito Pentagna, de propriedade da Cia. Fiação e Tecidos Santa Rosa S. A. Atualmente, de acôrdo com "Valença de Ontem e de Hoje", os serviços de abastecimento de água, que antes eram, em virtude de Lei estadual n.º 274, de 9-X-28, executados pelo govêrno fluminense, acham-se transferidos para o Govêrno do município, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 1 576, de 22-I-46. Os dois reservatórios existentes oferecem uma capacidade total de 1 070 m³ e a extensão das linhas de distribuição é de 14 400 metros. A quantidade de água distribuída diàriamente, na zona urbana, é de 1 328 m³. O número de logradouros na cidade, com abastecimento domiciliar, é atualmente, de 56, com 2 686 prédios beneficiados. O serviço de esgotos da cidade ainda é primitivo, sendo explorado, todavia, pela Prefeitura Municipal. Até 1952, havia 47 logradouros beneficiados, com 879 prédios servidos e 5 782 metros de extensão da rêde. O número de ruas calçadas, presentemente, é de 52 na sede municipal, sendo 29 inteiramente calçadas e 7 parcialmente, a paralelepípedos. Há 5 ruas calçadas inteiramente e duas parcialmente a macadame simples. E 7 inteiramente, e uma parcialmente, a pedras irregulares. Há 5 hotéis e 4 pensões, cobrando a diária média de .... Cr$ 150,00.

Praça Visconde do Rio Prêto.

COMUNICAÇÕES — O município está bem servido com a rêde postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos que tem disseminadas em seu território, na maioria de suas localidades, 17 agências postais, 4 agências postais-telegráficas e 1 pôsto de correio em Piabetá. Conta, além do mais, com as seguintes rêdes telegráficas de uso privativo: Secretaria de Segurança Pública; Estrada de Ferro Central do Brasil e Rêde de Viação Mineira. As comunicações telefônicas são mantidas pela Cia. Telefônica de Valença e Telefônica Santa Isabel Ltda., que operam em tráfego mútuo, nas ligações interurbanas, com a Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem em Marquês de Valença os seguintes estabelecimentos hospitalares: Santa Casa de Misericórdia de Valença, de clínica-geral, cardiologia e neurologia, com 69 leitos; Hospital Alzira Vargas, de clínica-geral, ortopedia, ginecologia, obstetrícia e pediatria, com 73 leitos; Associação Hospital Santa Isabel, de clínica-geral e pediatria, com 46 leitos; Casa de Caridade de Conservatória, de clínica-geral e obstetrícia, com 32 leitos; e Asilo Agrícola Santa Isabel Patronato, de clínica-geral e pronto-socorro, com 307 leitos. Há, também, o Pôsto de Saúde de Conservatória, do Govêrno estadual, que mantém, ainda, o Pôsto de Saúde de Marquês de Valença, êste na sede municipal. Além dêstes, a Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários da E.F.C.B.; o Serviço Social da Indústria; o Ambulatório S. Pedro de Alcântara, do Círculo Operário Católico; e o Pôsto Médico número 15, da E.F.C.B., prestam, na sede, ainda que circunscritos a determinadas classes, serviços de assistência em ambulatório.

Outra vista parcial da cidade.

Praça Dr. Frontin.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados do Recenseamento Geral de 1950 informam que dos 30 325 habitantes contados à época, de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever 15 134, sendo 8 034 homens e 7 100 mulheres, representando quase 50%.

Ensino — Em 1955, havia, no município, 54 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, 3 do ensino secundário, uma do comercial e 3 de outros cursos. Dêsses estabelecimentos de ensino primário, apenas 7 são de administração municipal.

FINANÇAS PÚBLICAS — Pelo quadro que se segue, tem-se uma idéia perfeita no que concerne ao movimento da arrecadação federal, estadual e municipal, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	5 194	5 885	3 302	1 774	2 810
1951.......	6 181	6 449	3 756	2 106	3 280
1952.......	7 389	7 425	5 381	2 898	4 712
1953.......	9 238	8 281	6 028	3 346	6 286
1954.......	10 210	10 047	6 020	3 688	6 828
1955.......	14 991	14 769	7 958	4 597	7 972
1956.......	19 936	20 372	7 722	4 395	7 722

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — No que tange a particularidades artísticas, destaca-se a igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória, a igreja Evangélica, pelas suas linhas clássicas e harmoniosas, a Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, o aqueduto de cimento-armado entre Barão de Juparanã e Quirino. Possui, como interessantes curiosidades turísticas os monumentos seguintes: estátua a Humberto Pentagna, em homenagem ao grande político e vice-Presidente do Estado, monumento ao Expedicionário Brasileiro da II Grande Guerra; monumento intitulado "O Cruzeiro", comemorativo do 150.º aniversário da civilização cristã no município; e estátua de Nossa Senhora da Conceição, em comemoração ao 1.º centenário do dogma da Imaculada Conceição. Há, também, a considerar, neste particular, os bustos de Paulo de Frontin, Antônio Januzzi e Balbina Fonseca, homenagem dos valencianos àqueles que prestaram bons serviços à sua terra.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município, como a sua sede, são bastante acolhedores como zona de atração turística e de local de veraneio e repouso. Seu território em grande parte montanhoso é banhado por 2 rios: o Paraíba do Sul e o Prêto. São inúmeras também as quedas d'água que embelezam e enriquecem o território municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Fazem o acervo cultural do município duas publicações mensais, 3 publicações quinzenais e uma publicação semanal. A sede municipal tem 2 cine-teatros e existem 2 cinemas nos distritos. Possui, além do mais, 1 radioemissora e uma Academia de Letras. A Biblioteca Municipal D. Pedro II, inaugurada em 1874, tem cêrca de 5 000 volumes, figurando como obra completa a "Revue des Deux Mondes", com 330 volumes, que pertenceu a Guizot.

VULTOS ILUSTRES — Entre os valencianos que se destacaram na vida pública nacional, encontra-se Ignácio da Gama Cochrane (1836-1912), médico, engenheiro-civil, ex-deputado da Assembléia Legislativa Provincial, em 1870 e que foi Presidente do "Instituto Pasteur"; João Joaquim de Aguiar, (1805-1850), Cônego Honorário da Capela Imperial, fêz parte de diversas sociedades de renome internacional, inclusive do Instituto Histórico e Geográfico; Luiz José Pereira da Silva, poeta e jornalista, escreveu em "O País", "Conservador", "Jornal do Comércio" e outros.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De conformidade com a divisão administrativa atual, o município compõe-se dos seguintes distritos: Marquês de Valença, Barão de Juparanã, Conservatória, Parapeúna, Pentagna e Santa Isabel do Rio Prêto.

MENDES — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A região hoje ocupada pelo município de Mendes pertenceu, outrora, ao de Vassouras, Piraí e Barra do Piraí. Situado no alto da Serra do Mar, deve ter sido aí um dos pontos em que o devassador atingiu sua cumeada, quando do desbravamento da região do Tinguá e penetração em terras vassourenses.

Nessa região foi estabelecida a Fazenda de Santa Cruz, do Barão de Santa Cruz, transferida posteriormente para a família "dos Mendes", que dilataram sua fazenda, localizada na Freguesia dos Mendes, até os limites da freguesia de Santa Cruz, por volta de 1850, passando a ser conhecida por "Santa Cruz dos Mendes".

Em 13 de outubro de 1838, o "curato dos Mendes" era ereto em distrito de paz. Em 1840, atendendo ao que representou a Câmara na vila de Piraí, foi extinto e, em seu lugar, criado um distrito de paz no "curato dos Tomazes", deliberação essa que não foi publicada no volume dos atos expedidos no ano de 1840, mas, e m 16 de setembro de 1841, o Govêrno da Província "não julgando de conveniência pública o distrito de Paz da Capela dos Mendes, criado pela Deliberação presidencial de 13 de outubro de 1838", revogou as disposições da mencionada delbieração nesse sentido.

Um fato curioso marca seus primórdios, uma lenda talvez, ei-la: D. Pedro II, quando em passeios e caçadas, vinha até a Fazenda de Santa Cruz, e numa dessas ocasiões viu passar um féretro pelos arredores da freguesia

Perguntou se existia cemitério no vilarejo, e, ante resposta negativa, dirigiu-se a um morro existente nas proximidades e indagou se havia algum empecilho em se fazer um cemitério ali. Não obtendo resposta formal, pediu bambus e demarcou, com espaço regular, o cemitério de Santa Cruz, ordenando, inclusive, que se fizesse uma capela naquele local. Êsse fato teria ocorrido em 1852 e é guardado na tradição do município.

O Decreto n.º 50, de 19 de fevereiro de 1890, que elevou Barra do Piraí à categoria de cidade e transferiu para aí a sede do município de Piraí, incluiu nêle o distrito de Mendes, constituído pela freguesia do mesmo nome, desmembrada em parte do município e comarca de Vassouras.

Pela Deliberação n.º 858, de 26 de agôsto de 1856, a freguesia de Santa Cruz dos Mendes, criada pela Lei provincial n.º 808, de 29 de setembro de 1855, passou do município de Barra do Piraí, a que até então pertencera, para o de Vassouras.

Nessa época Mendes já contava com 36 fazendas de café, 9 casas de negócio e 6 boas oficinas; possuía uma banda de música e elegante capela.

Vista parcial da cidade.

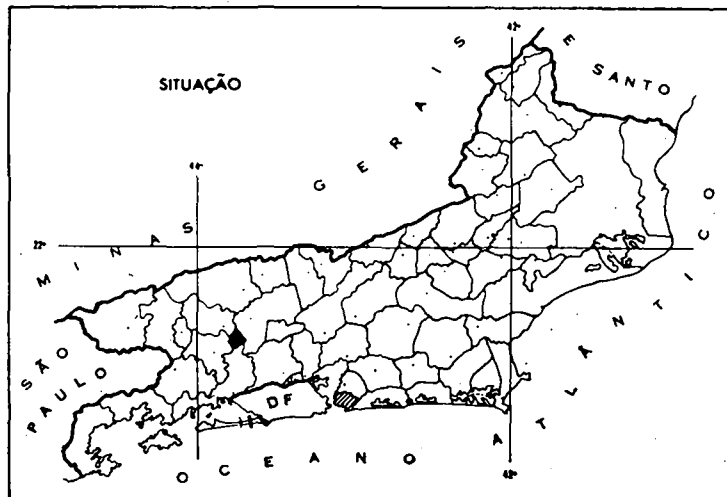
Em 1864, um fato auspicioso marcou a vida da povoação. Inaugurou-se nesse ano a estação da Estrada de Ferro D. Pedro II, hoje Estrada de Ferro Central do Brasil.

No dia 12 de outubro de 1912, Mendes festejava a inauguração da nova iluminação elétrica, fornecida pela Companhia Industrial de Eletricidade.

Em 1889 instalou-se em Mendes a Companhia de Papel Itacolomi, iniciando a fase industrial do município, com outras indústrias que para aí se dirigiram, inclusive a Brazilian Meat, Co., em 1917, proporcionando ao antigo povoado de Mendes um ritmo crescente de progresso. Já em 1922, lê-se no "Álbum do Estado do Rio de Janeiro — Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil": "Mendes é a sede do quarto distrito, e, sem excessos, pode-se dizer que é a jóia do município".

Continuando crescente seu progresso, a população movimentou-se no sentido de ser concedido a autonomia completa do distrito, que foi elevado à categoria de município pela Lei n.º 1 559, de 11 de julho de 1952, em vigor, de acôrdo com seu artigo 2.º, em 1.º de janeiro de 1953, quando foi instalado.

Na formação judiciária do Estado, Mendes continuou integrando o têrmo e comarca de Barra do Piraí até que, pela Lei estadual n.º 1 895, de 6 de julho de 1953, criou-se o têrmo judiciário de Mendes, subordinado à comarca de Barra do Piraí. — Pela Lei n.º 3 362, de 12 de setembro de 1957, o têrmo judiciário de Mendes foi elevado à categoria de comarca.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mendes está situado na Zona Fisiográfica de Resende.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

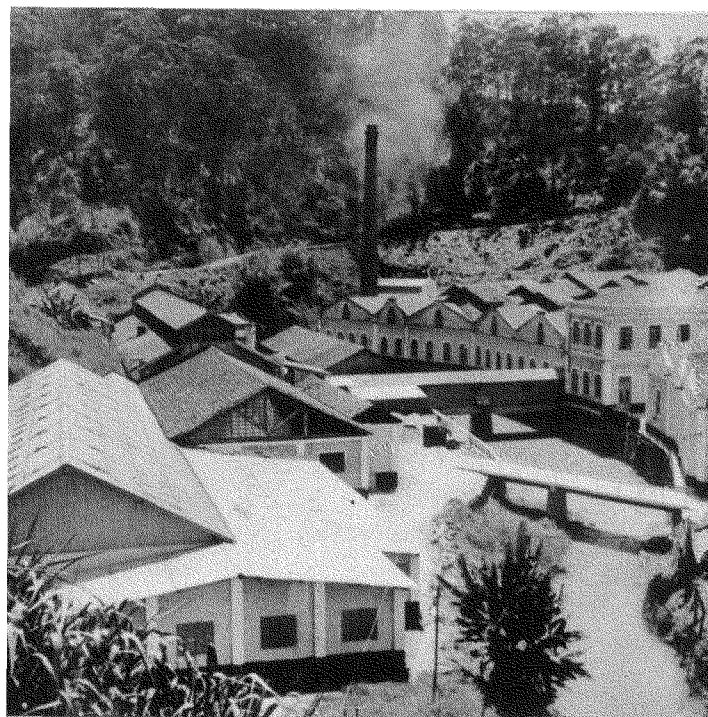
ALTITUDE — 417 m (sede municipal).

CLIMA — Ameno; muito saudável.

ÁREA — 65 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950, foram recenseadas no município 12 328 pessoas, das quais 6 512 homens e 5 816 mulheres. Segundo a situação do domicílio, a população local distribuía-se da seguinte forma: Quadro urbano: Homens — 2 042; mulheres 2 014; Quadro suburbano: Homens — 920; Mulheres — 874; Quadro rural: Homens — 3 550; Mulheres — 2 928.

A população municipal está estimada, para 1955, pelo Departamento Estadual de Estatística, em 13 771 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade principal do município é, sem dúvida, a indústria, sendo as mais im-

Vista parcial da Cia. Indústria de Papéis e Cartonagem.

Vista da Rua Humberto Tôrres.

portantes as de frigorífico, fabrico de papel e cerâmicas. A lavoura e a pecuária não têm grande expressão econômica em Mendes. Os quadros a seguir apresentam dados que permitem conhecer o índice de sua produtividade.

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Manga	Cento	10 000	800
Abacate	»	6 500	650
Cana-de-açúcar	Tonelada	900	540
Banana	Cacho	16 000	512
Frutas cítricas	Cento	4 000	340

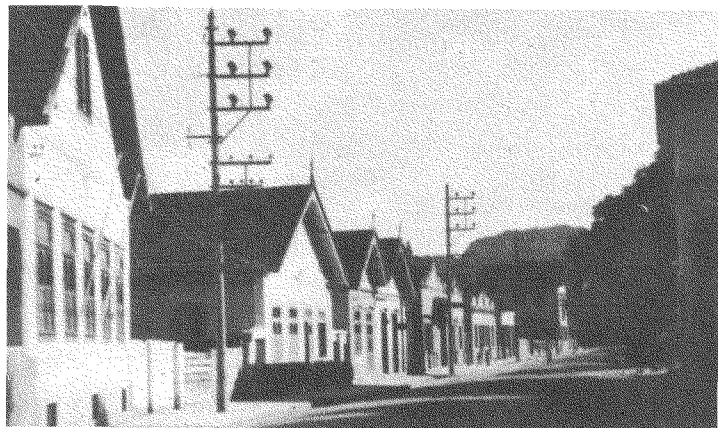
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Barro para tijolos	Tonelada	10 000	1 000
Vegetal			
Lenha	m3	13 000	1 950
Carvão	Tonelada	12	37

Produção industrial — 1956 (*)

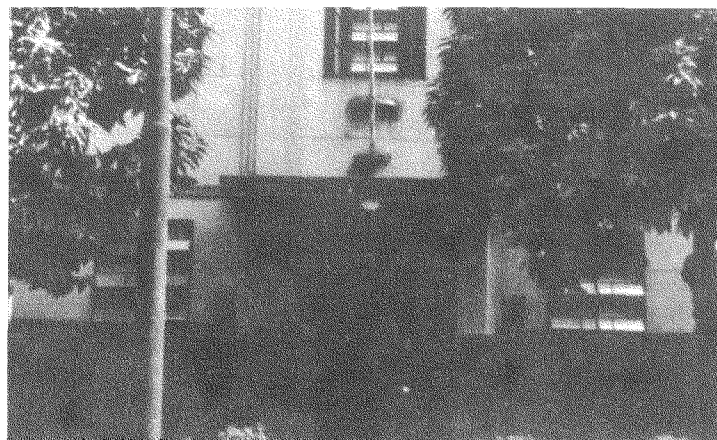
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Carnes e derivados	Tonelada	22 882	621 013
Papel e derivados	»	9 291	157 602
Saponáceos e sabões	»	970	15 371
Tijolos	Milheiro	4 000	5 000
Glicerina	Tonelada	45	940

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal é servida pela rodovia RJ-117, que, partindo do km 49 da Rodovia Presidente Dutra, corta a cidade de Mendes, situada

Vista da Rua D. Maria Caetana.

no km 31,4 dessa estrada e termina na RJ-4, de onde há acesso para as cidades de Vassouras e Barra do Piraí, distantes de Mendes 20,6 km. De Mendes atinge-se a Capital Federal por essa estrada, a uma distância de 105 km. As comunicações com a Capital do Estado são feitas ordinàriamente através da Capital Federal. O município é cortado pela Estrada de Ferro Central do Brasil, que conta no território de Mendes as estações de Humberto Antunes, a saída do Túnel Grande, Engenheiro Neri Ferreira, Mendes, Martins Costa e Morsing. As estações de Engenheiro Neri Ferreira e Mendes estão localizadas no perímetro da sede municipal, distante 91,8 km e 92,6 km de D. Pedro II. Estão registrados na Prefeitura local 67 automóveis e 51 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante ativo o comércio do município, que mantém suas principais transações com as praças do Rio de Janeiro e São Paulo, além das praças vizinhas, notadamente Barra do Piraí. Possui 3 estabelecimentos comerciais atacadistas e 138 varejistas.

RIQUEZAS NATURAIS — No campo mineral existe a extração de argila comum para fabricação de tijolos e, no reino vegetal, a extração de madeira, para obtenção de carvão e lenha, visando mais o consumo local. Há ainda algu-

Prefeitura Municipal.

mas reservas florestais, nas divisas de Barra do Piraí, sendo o serviço de reflorestamento feito sistemàticamente pelos maiores consumidores de lenha.

ASPECTOS URBANOS — A cidade vai tomando aspecto moderno, com ruas bem calçadas, praças ajardinadas e prédios dotados dos melhores requisitos de higiene. Possui abastecimento de água e rêde de esgotos. O calçamento abrange 12 ruas, correspondendo a 80% da área urbana. Entre outros melhoramentos, possui: Aparelhos telefônicos instalados — 115; Ligações elétricas — 1 325; Domicílios servidos por abastecimento de água — 1 716; Hotéis — 3; Cinema — 1.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos tem instaladas no município a Agência Postal-telegráfica de Mendes e as Agências Postais de Morsing, Martins Costa e Humberto Antunes. As ligações telefônicas estão a cargo da Companhia Telefônica Brasileira, que mantém uma rêde urbana na sede municipal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os serviços oficiais de saúde são superintendidos pelo Pôsto de Saúde de Mendes, da Secretaria de Saúde e Assistência. Nesse

Vista parcial do S.A. Frigorífico Anglo.

setor o município dispõe ainda de: 3 farmácias; 4 médicos; 2 dentistas e 3 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 4 976 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950 na sede do município, sabiam ler e escrever 1 787 homens e 1 430 mulheres, representando 65% da população urbana local.

Ensino — O ensino primário geral é ministrado em 9 estabelecimentos que, segundo a subordinação administrativa, são: Estaduais — 5, inclusive um grupo escolar; Municipais — 4. Há dois estabelecimentos de ensino extraprimário, o Ginásio São José e a Escola Comercial Básico de Mendes, ambos lecionando curso ginasial, e esta última também o comercial.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir é um demonstrativo das arrecadações estadual e municipal, de 1953 a 1956, e despesas municipais no mesmo período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1953	...	11 929	2 575	1 365	2 534
1954	...	15 291	2 329	1 071	2 333
1955	...	29 724	2 702	1 389	2 538
1956	...	34 464	3 383	1 482	3 223

A arrecadação federal está ainda sendo feita por intermédio da exatoria de Barra do Piraí.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — É digna de ser citada sua Igreja-Matriz — Santa Cruz dos Mendes —, cuja construção data de 1857.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O turismo que se nota no município não é tanto motivado por suas belezas naturais, embora estas existam, dada a situação topográfica do município, no alto da serra, mas pelo seu clima, que atrai forasteiros não apenas de outras localidades do Estado, como também do Distrito Federal e até do Estado de São Paulo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui um jornal, de periodicidade semanal, e 2 tipografias. Há 2 sindicatos de empregados com 1 230 associados, e, mais: Associações desportivo-culturais — 2; Cinema — 1; Cooperativa — 1.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O Município é constituído de um único distrito: Mendes.

MIGUEL PEREIRA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Os primórdios da história do atual município de Miguel Pereira prendem-se, indiscutìvelmente, à de tôda a região de Vassouras, principalmente no que concerne ao seu desbravamento. Na realidade, a região em que hoje se encontra o município é ponto de vital importância na evolução histórica vassourense. Se essa evolução não se pode ligar em todos os seus mínimos detalhes, não há, entretanto, como separar a de um e outro município, pois, entre os fastos de Vassouras e os do novo município, não há divisor incondicional, antes uma comunhão de idéias e de interêsses em tôrno da prosperidade geral.

Em seu território serpenteava o "Caminho Novo do Tinguá", em cujo extremo, próximo à margem direita do rio Paraíba do Sul, se erigiu a vila, depois cidade de Vassouras e, em bifurcação, se atingia a roça do Alferes, donde desmembrar-se-ia a do Pati, que seria a primitiva sede municipal "Pati do Alferes".

Monsenhor Pizarro, em suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", escreve: "depois do antigo caminho pela Serra do Facão à Vila de Parati, foi primeiro o que Garcia Rodrigues abriu em direção à Serra dos Órgãos, por onde se faz o trânsito geral, até aparecer outro mais apto, desde o rio Paraíba, do sítio ou roça do Alferes de Ordenanças, Leonardo Cardoso da Silva, daí a Serra do Couto e dela a do Tinguá, procurando a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, e seguidamente a de Nossa Senhora do Pilar no mesmo Iguaçu, por cuja estrada se chega à cidade, sem precisar conduções marítimas".

Outros citam um segundo roteiro que partia do Rio de Janeiro e ganhava, depois de transposta a serra, a roça do capitão Marcos da Costa, roça do Alferes, etc., o que vem confirmar a penetração através do território do atual município de Miguel Pereira, pois a sesmaria de Marcos da Costa se localizou mais ou menos próxima das cabeceiras do rio Santana.

No Arquivo Público Nacional, encontram-se registradas várias sesmarias concedidas na região, entre as quais a de Marcos da Costa da Fonseca Castelo Branco, que foi almoxarife da Fazenda Real do Rio de Janeiro, em 1708, e se localizava mais ou menos nas cabeceiras do rio Santana, no lugar ainda hoje conhecido por Marcos Costa.

É notório que essa região, celeiro de uma época, firmando no braço escravo sua economia, muito sentiu os efeitos antieconômicos dos primeiros momentos da abolição, que implantou, aliás em quase todos os municípios da antiga província, um estágio de decadência, motivado pela falta de braços para os trabalhos do campo.

Entretanto, já por essa época, a construção de uma estrada de ferro, que, partindo de Belém fôsse terminar em Pati do Alferes, estava em franco andamento, para êste fim, em 15 de março de 1882, o govêrno do Rio de Janeiro assinou um contrato com os engenheiros Luiz Rafael Vieira Souto e Henrique Eduardo Hargreves. Dita estrada passaria pelos vales do rio Santana e do ribeirão de Ubá. Em 1898, vencida a serra, várias estações eram inauguradas no território da região e, já em 1903, entre outras, as estações de Conrado Niemeyer, Governador Portela, Barão de Java-

Hotel Itamaracá.

ri e Professor Miguel Pereira, no território municipal, estavam inauguradas.

Um fato, que pode parecer corriqueiro, chamava entretanto a atenção para aquela zona. A permanência ali, do Dr. Miguel Pereira, em tratamento de saúde, e as referências elogiosas ao clima da antiga Fazenda da Estiva fizeram com que não só as redondezas mas tôda a zona da Linha Auxiliar ficasse conhecida e se iniciassem as estações de clima e tratamento.

Estiva, anteriormente Barreiros, é hoje Miguel Pereira, o distrito-sede do município. Inácio Raposo, em sua "História de Vassouras", diz: "outro povoado que se desenvolveu consideràvelmente com a Linha Auxiliar foi o da Estiva, situado nas proximidades das nascentes do rio Ubá. Denominado presentemente Miguel Pereira em homenagem a êsse notável clínico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que, amando apaixonadamente essa localidade, nela passou os últimos dias de sua vida".

Ao lado de Miguel Pereira, ou melhor, antecipando-se a êste, desenvolvia-se o povoado de Governador Portela, que recebeu seu nome do Dr. Francisco Portela, 1.º Governador do Estado. Povoação ampla, bem localizada e ajardinada. Sua padroeira é Nossa Senhora da Glória, existindo uma capela de construção moderna.

Governador Portela foi elevado à categoria de distrito pela Lei estadual n.º 2 180, de 16 de fevereiro de 1927, abrangendo todo o território do atual município de Miguel Pereira.

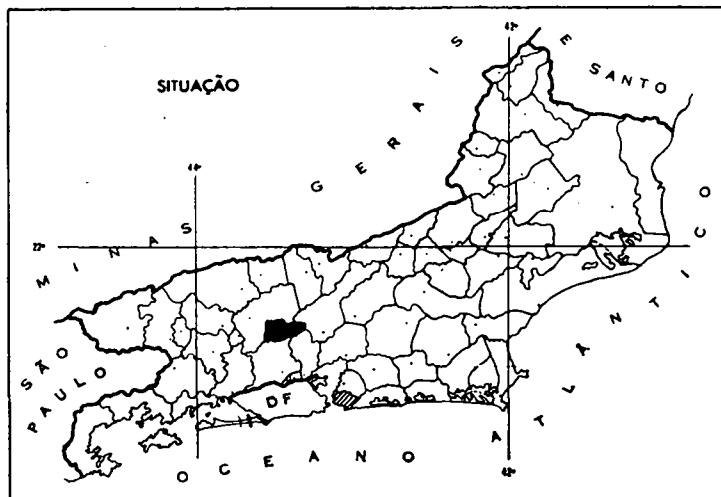
O povoado de Miguel Pereira, então parte integrante do distrito de Governador Portela, foi desligado dêsse distrito pela Lei estadual n.º 1 055, de 31 de dezembro de 1943, passando a constituir um novo distrito.

O progresso contínuo da região, notadamente dos distritos de Governador Portela e Miguel Pereira, levaram os moradores locais a pleitear autonomia definitiva, com a criação do município. E assim, pela Lei n.º 2 626, de 25 de outubro de 1955, foi criado o município de Miguel Pereira, constituído dos distritos de Miguel Pereira e Governador Portela.

O artigo 4.º dessa lei determina que as repartições públicas municipais, estaduais e federais, quando instaladas, em definitivo, terão seus edifícios construídos em local eqüidistante das atuais sedes dos distritos de Miguel Pereira e Governador Portela. O município foi instalado em 26 de julho de 1956.

Dentro da formação judiciária do Estado, Miguel Pereira foi elevado a comarca pela Lei n.º 2 894, de 26 de julho de 1956, tendo sido instalada em 25 de agôsto do mesmo ano.

Miguel Pereira, o mais novo município fluminense, continua mantendo o ritmo de progresso que motivou sua emancipação.

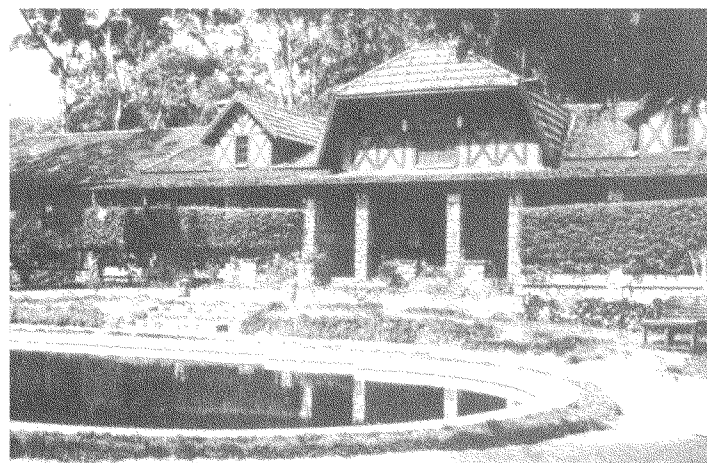
LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Resende.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 614 m (sede municipal).

CLIMA — O município é considerado de veraneio e cura, pelo excelente clima que possui. É temperado e sêco.

ÁREA — 253 quilometros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950, foram recenseados nos distritos de Miguel Pereira e Governador Portela, atuais componentes do município de Miguel Pereira, 10 831 habitantes, sendo 5 385 homens e 5 446 mulheres, que se distribuíam pelos distritos citados e segundo a situação do domicílio, conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Miguel Pereira	5 619	2 774	2 845	1 138	1 222	80	73	1 556	1 550
Governador Portela	5 212	2 611	2 601	1 218	1 289	29	27	1 364	1 285

Hotel Ermitage.

A população atual está estimada em 12 700 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município se dedica a horticultura e fruticultura; é pequena sua indústria, possuindo, todavia, fábricas de artefatos de metal e de artefatos de cimento. O comércio hoteleiro é bastante desenvolvido. Os quadros a seguir dão o índice de sua produção no ano findo:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacate	Cento	58 000	4 200
Tomate	Quilo	44 000	176
Laranja	Cento	2 980	149
Abóbora	Fruto	13 000	102
Batata-inglêsa	Quilo	5 000	45

Produção extrativa — 1956 (*)

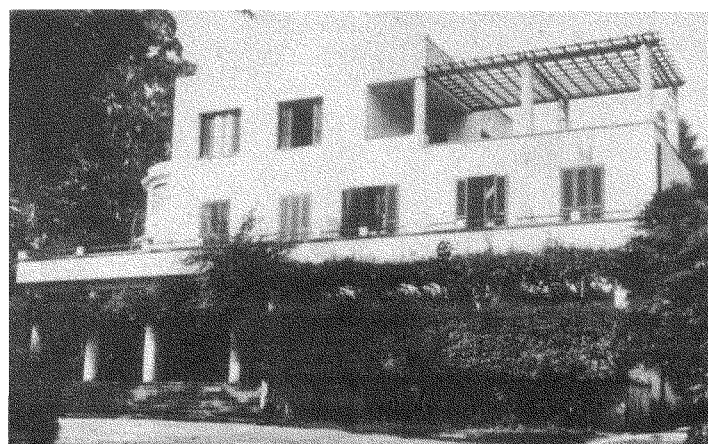
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra britada	m3	150	27
Pedras para alvenaria	m3	100	14
Lajeotas	m2	220	13
Vegetal			
Lenha	m3	300	24

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Energia elétrica	kWh	10 236 696	10 629
Produtos químicos e farmacêuticos	...	...	4 740
Artefatos de cimento	...	...	1 036
Ferragens	Tonelada	248	511

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado à rêde rodoviária estadual pela estrada estadual RJ-17, que tem seu início na altura do km 42 da Rodovia Presidente Dutra e atinge a localidade de Andrade Pinto. Miguel Pereira está situado no km 52 dessa estrada, distando do Rio de Janeiro 111 km. Outras estradas cortam o município, criando-lhe facilidades de comunicações com as comunas vizinhas de Vassouras, Barra do Piraí, Paraíba do Sul, Três Rios, Petrópolis, etc. Pela Rodovia Presidente Dutra se atingem as cidades fluminenses e paulistas de seu trajeto. As comunicações com a Capital do Estado são feitas, normalmente, pelo Distrito Federal. O transporte ferroviário faz-se pela Estrada de Ferro Central do Brasil (Linha Auxiliar), que tem em território do município as seguintes estações e paradas: Santa Branca, Arcádia, Engenheiro Adel, Monte Líbano, Vera Cruz, Francisco Fragoso, Governador Portela, Barão de Javari e Miguel Pereira, na linha Alfredo Maia, DF a Três Rios, RJ. — Em Governador Portela tem início o ramal de Vassouras, existindo aí as estações de Cinelândia, Monsores e Alagoas. Governador Portela está distante 11,7 km de Alfredo Maia, DF, e 4,5 km de Miguel Pereira, sede do município.

COMÉRCIO E BANCOS — É pequeno o comércio do município, existindo 1 estabelecimento atacadista e 61 varejistas. Suas maiores transações comerciais são efetuadas com

Hotel Sumervile.

as praças do Rio de Janeiro, DF, São Paulo, SP, Barra do Piraí, Vassouras, Três Rios e Marquês de Valença, neste Estado.

RIQUEZAS NATURAIS — Se há riquezas em seu subsolo, são ainda desconhecidas. No ramo mineral, apenas a exploração de tabatingas e pedras para construção estão em atividade. São extraídos carvão e lenha em quantidades apreciáveis. Em seu território existem matas virgens, capoeirões e campos de pastagem.

ASPECTOS URBANOS — A cidade dispõe de alguns melhoramentos urbanos. O serviço de abastecimento de água, mantido pela Prefeitura Municipal, estende sua rêde por 10 ruas, abastecendo 447 prédios. Entre os serviços públicos municipais conta, também, com a remoção domiciliar de lixo, que cobre 44 logradouros, atendendo a 620 domicílios. A cidade possui: 28 aparelhos telefônicos instalados; 693 ligações elétricas; 6 hotéis; 1 cinema.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município as seguintes repartições: Agências Postais em Francisco Fragoso e Governador Portela, e Agência Postal-telegráfica em Miguel Pereira. A Estrada de Ferro Central do Brasil possui serviço telegráfico de uso privativo nas estações de Arcádia, Francisco Fragoso, Governador Portela, Miguel Pereira e Vera Cruz. Os serviços telefônicos estão a cargo da Companhia Telefônica Brasileira, com rêde urbana em Miguel Pereira, e postos em Barão do Javari e Governador Portela.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Os serviços oficiais de Saúde são feitos superintendidos pelo Pôsto de Saúde de Governador Portela. A Prefeitura Municipal mantém um Pôsto Médico na Estação de Vera Cruz. Há mais 5 postos ou ambulatórios, sendo que um dêles dispõe de 12 camas para internamentos gratuitos. Os moradores são assistidos por: 4 médicos e 1 dentista. Funciona 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — Das 4 308 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 1 453 homens e 1 313 mulheres, nos dois distritos componentes do atual município, sendo, em Miguel Pereira, 711 homens e 695 mulheres, de um total de 2 180 pessoas recenseadas, e em Governador Portela, das 2 128 pessoas das idades indicadas, eram alfabetizados 742 homens e 618 mulheres.

Ensino — O ensino profissional é ministrado pela Escola Profissional Carvalho de Souza, mantida em Governador Portela, pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Nessa mesma localidade foi iniciado, em 1957, o ensino ginasial, no Ginásio de Governador Portela. O ensino primário é realizado em 15 estabelecimentos, dos quais 5 mantidos pelo Estado, 8 pela Prefeitura Municipal, 1 particular e 1 Curso de Educação de Adultos, do Govêrno Federal.

FINANÇAS PÚBLICAS — Em 1956, a arrecadação no município foi a seguinte, em milhares de cruzeiros: Federal — 1 500; Estadual — 3 092; Municipal — 841 total, e 739 a tributária. Na arrecadação estadual está incluída tôda a arrecadação feita na coletoria de Miguel Pereira, que arrecada também os impostos referentes aos distritos de Pati do Alferes e Avelar, do município de Vassouras. Para 1957, a Prefeitura orçou sua receita em (milhares de cruzeiros) 3 500, dos quais 1 070 para a receita tributária.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Zona de veraneio, são muitos os visitantes que procuram as várias localidades para descanso. Nos arredores da cidade e em outros locais há zonas de loteamentos, cujos lotes se destinam a casas de campo ou de fim-de-semana. O lago de Javari permite natação, pesca e passeios de bote. Êsse local é muito procurado pelos turistas. — Como acidente geográfico de maior importância pode-se indicar a Serra das Perobas, e rio Sant'Ana, que nasce no município e banha grande parte de seu território.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui 5 entidades esportivo-culturais e 1 entidade artística.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município de Miguel Pereira compõe-se do distrito dêste nome e do de Governador Portela.

MIRACEMA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização do território do município de Miracema é atribuída aos esforços de D. Ermelinda Rodrigues Pereira, primitiva proprietária das terras que hoje constituem o distrito da sede.

Segundo tradição, por volta do ano de 1846, a referida senhora mandou erigir, no local onde atualmente existe a praça que tem seu nome, uma capela dedicada ao culto de Santo Antônio. Era intenção de D. Ermelinda transformar suas propriedades em bens de uma paróquia, que pretendia fôsse dirigida, mais tarde, por um seu filho de nome Manoel, que concluía seus estudos em um seminário de Mariana, Minas Gerais.

Prosseguindo em seu intento, a referida senhora doou 25 alqueires de terras dos 2 000 que possuía, destinando-os a constituir a área da futura freguesia de Santo Antônio, mais tarde, Santo Antônio dos Brotos. Deve-se a mudança de topônimo ao fato de um dos sólidos esteios da capela construída por D. Ermelinda ter brotado, o que a crendice popular atribuiu a um milagre, acrescentando ao nome do padroeiro Santo Antônio, a designação de "dos Brotos".

Muito deveu Santo Antônio dos Brotos à sua fundadora, que, além das benfeitorias citadas, instalou, ainda, em seu território, inúmeras fazendas, entre as quais se destacaram, por sua produtividade, as de Água Limpa, Recreio, Fortaleza, Ubá, Serra, e Morro Azul.

Todavia, apesar dos ingentes esforços de D. Ermelinda para fazer de seu filho mais môço um sacerdote católico, tal não aconteceu. Apaixonando-se por uma môça, que atendia pelo nome de Maria da Glória, o jovem Manoel resolveu abandonar os estudos eclesiásticos, e para se livrar das imposições de sua poderosa genitora, fugiu de casa levando consigo o objeto de seus amôres. Notando a falta do filho, D. Ermelinda encarregou um seu escravo de confiança, de nome Cornélio, afamado por seus crimes e feitiçarias, de encontrar o paradeiro do jovem casal e de trazer-lhe o filho desaparecido. Novamente falharam os planos de D. Ermelinda, pois, seu escravo, ludibriando-a, passou a servir a Manoel, a quem, ainda por cima, entregou os melhores cavalos das fazendas de sua senhora. Segundo consta, só doze anos depois da fuga de seu filho, D. Ermelinda perdoou-lhe o desmantêlo de seus planos, consentindo, então, que êle a visitasse com sua espôsa.

Em 26 de janeiro de 1880, por fôrça de uma deliberação dessa data, o Govêrno Provincial decidiu criar um distrito policial na povoação Santo Antônio dos Brotos, desmembrado da freguesia de Santo Antônio de Pádua, do município de São Fidélis, com o território e divisas seguintes: — as nascentes dos riachos Bonito e Barro Branco e riberão Santo Antônio, sendo desde as nascentes do primeiro até os limites da fazenda "Santa Inês", de Francisco Bernardino de Barros, e a fazenda "Paraíso", da viúva e herdeiros de Plácido Antônio de Barros; partindo desta, em uma linha reta, passando pelos limites da fazenda de Júlio Leite Ribeiro e pelos limites da fazenda de Pedro Henrique da Silva, no Barro Branco; seguindo ainda por uma reta até os limites da fazenda que foi de Antônio Rodrigues Mutuca, denominado "Floresta", e pelas divisas da fazenda do capitão Franco, seguindo a encontrar os limites da Província de Minas Gerais; dêstes pontos para cima tudo quanto verter para aquêles riacho e ribeirão.

Pouco tempo depois de constituído o distrito policial, o govêrno resolveu criar, também, o distrito de paz na localidade de Santo Antônio dos Brotos. Para tanto expediu uma deliberação datada de 9 de setembro de 1881, cujo teor era o seguinte: "Fica criado um — distrito de paz — na localidade denominada "Santo Antônio dos Brotos", na

Grupo Escolar Prudente de Morais.

freguesia de Santo Antônio de Pádua, no município de São Fidélis, tendo êsse distrito o território e divisas de que se compõe o distrito policial ali criado pela Deliberação de 26 de janeiro de 1880".

Passados anos, florescia a povoação de Santo Antônio dos Brotos, quando, por fôrça da deliberação de 13 de abril de 1883, o govêrno provincial, atendendo à solicitação feita pela Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua, que expunha a inconveniência de existirem na mesma vila duas localidades com nome idêntico, Santo Antônio, resolveu mudar a denominação do distrito de paz, de Santo Antônio dos Brotos para Miracema. O nome Miracema surgiu da corruptela dos têrmos indígenas Ybira e Cema, que, segundo uns autores, quer dizer "pau-que-brota" e, segundo outros, "povo", "gente que nasce ou brota". A deliberação que alterou o topônimo da localidade estava assim redigida: "O govêrno, tendo presente o ofício de 7 de abril corrente em que a Câmara Municipal de Santo Antônio de Pádua expôs que os habitantes do novo distrito de paz da freguesia da Vila, denominado Santo Antônio dos Brotos, alegando que por haver outra localidade com o mesmo nome ou semelhante, sofrem êles o extravio de sua correspondência, e pediram por isso a mudança daquele nome — aprova a deliberação que tomou a Câmara em sessão daquela data de dar ao referido distrito o nome de "Miracema", que exprime em língua indígena a mesma idéia que o vocábulo — Brotos.

Miracema, desde os seus primórdios até o fim do século XIX, contou com intensa vida, econômica e social, verificando-se enorme surto progressista a partir de 1850, época em que suas lavouras de café, arroz, milho e feijão, abarrotavam os mercados, aos quais chegavam em lombos de burros, via São Fidélis.

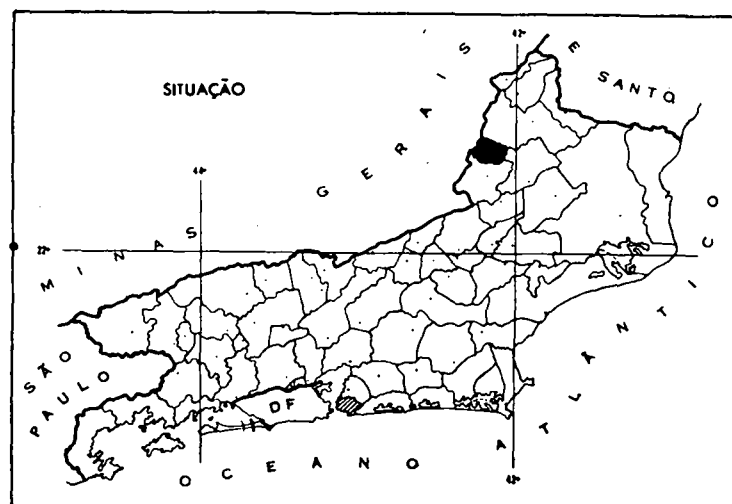
Grupo Escolar Dr. Ferreira da Luz.

Em 19-IX-1891, o govêrno, tendo conhecimento da próspera situação da localidade, houve por bem atribuir-lhe a categoria de distrito, confirmando êsse ato por Decretos de 8 de maio e 3 de junho de 1892.

No século presente, Miracema continuou a manter seu ritmo progressista, o que motivou a sua elevação à categoria de município, por efeito do Decreto estadual n.º 3 401, de 7 de novembro de 1935, verificando-se a sua instalação em 3 de maio do ano seguinte.

Sendo, como é, importante zona produtora de café, algodão e cana, com indústria e comércio próspero, Miracema prossegue em sua marcha.

Na formação judiciária do Estado, é Miracema sede de Comarca, categoria a que foi elevada pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943.

LOCALIZAÇÃO — O município de Miracema está situado na Zona de Muriaé. A sede municipal localiza-se a 21º 24' 50" de latitude Sul e 42º 11' 58" de longitude W.Gr., distando, em linha reta, 190 km da Capital do Estado, direção N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Sede municipal: 137 m.

CLIMA — O clima de Miracema distingue-se pela sua salubridade.

ÁREA — 269 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950, o número de pessoas presentes no Recenseamento Geral foi de 18 722, sendo 9 297 homens e 9 425 mulheres. Essa população, segundo os distritos e situação do domicílio, estava distribuída conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Miracema	13 482	6 593	6 889	2 223	2 759	893	945	3 477	3 185
Paraíso do Tobias	3 463	1 770	1 693	97	111	41	37	1 632	1 545
Venda das Flôres	1 777	934	843	132	129	—	—	802	714

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 20 913 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica de Miracema é a exploração das terras. Antes de sua queda espetacular, há mais de 20 anos, o café constituía sua principal cultura, entretanto, devido aos novos métodos de plantio, permitindo o aproveitamento de terrenos completamente abandonados, outros produtos tomaram a dianteira na economia municipal. Atualmente a cultura do arroz constitui a principal riqueza do município. A indústria possui um apreciável número de estabelecimentos, sobressaindo a têxtil, as alimentícias, a da cerâmica e a de calçados que empregam elevado número de operários,

além das indústrias de transformação de produtos agrícolas. A pecuária é representada por 15 000 cabeças, gado de corte e leiteiro, havendo pequena exportação. Os quadros a seguir dão uma idéia do nível de sua produção:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz	Tonelada	3 300	15 400
Café	»	1 350	36 400
Cana-de-açúcar	»	17 000	5 185
Milho	»	1 200	7 200
Feijão	»	410	6 000

Produção extrativa — 1956 (*)

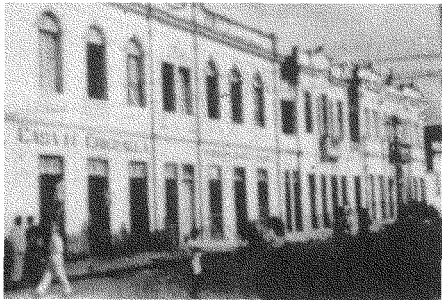
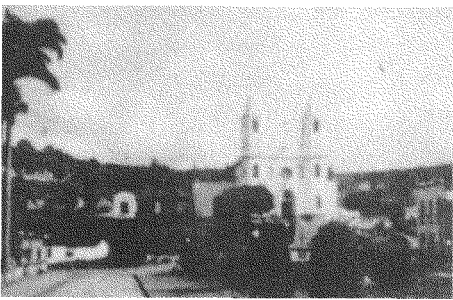
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Barro para cerâmicas	Tonelada	8 000	640
Vegetal			
Madeira bruta	m3	160 500	16 325
Animal			
Mel de abelhas	Litro	1 500	15
Cêra de abelhas	Quilograma	400	7

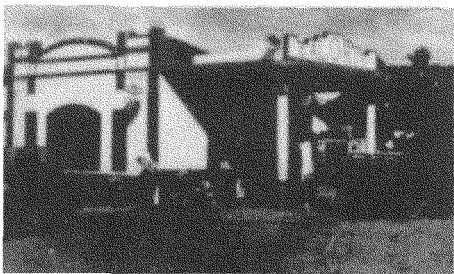
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Tecidos de algodão	Metro	2 260 000	20 500
Cereais beneficiados	Tonelada	6 000	50 000
Aguardente de cana	Litro	680 000	4 760
Massas alimentícias	Tonelada	40	4 500
Açúcar cristal	»	455	3 300

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

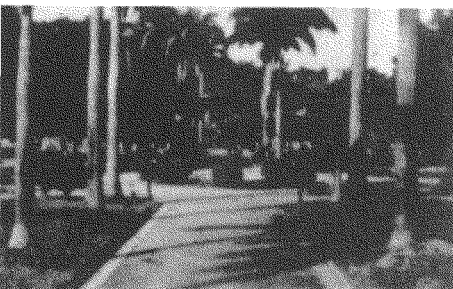
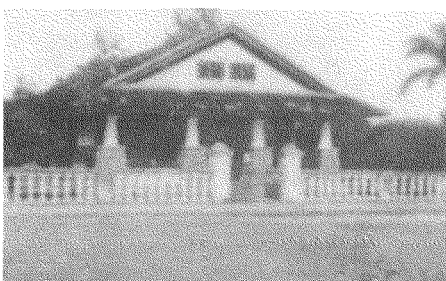
MEIOS DE TRANSPORTE — O município é ligado à Capital do Estado e à Capital da República por estrada de ferro e rodovia. A Estrada de Ferro Leopoldina atinge a cidade através da Linha Campos—Miracema, existindo no território do município a parada de Conde da Estrêla e a estação de Miracema, ponto final da linha, localizada a 461 km de Barão de Mauá, 145,2 km de Campos e a 421 km de Niterói. A sede municipal está ligada à rêde rodoviária estadual pela rodovia RJ-97, que começa na RJ-27, em Santo Antônio de Pádua, a 20 km de Miracema. A 38,2 km de Miracema tem início a RJ-107, cujo ponto terminal é Itaperuna, distante 68,9 km. As comunicações rodoviárias de Miracemo com a Capital da República são feitas também através da rodovia Rio—Bahia. Ao todo possui o município 213 km de estradas de rodagem, sendo 48 km de administração estadual e o restante do Govêrno Municipal. As estradas municipais ligam as principais propriedades agrícolas à sede. — Na Prefeitura local estão registrados (1956) 63 automóveis e 60 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Comércio bastante animado. Seus produtos são exportados para as praças do Rio de Janeiro, DF, Santos e São Paulo, SP, e Niterói, RJ, praças com as quais mantém ativo intercâmbio comercial, que é feito também com as cidades de Santo Antônio de Pádua, São Fidélis e Itaocara, no Estado, e a cidade de Palmas, em Minas Gerais. Possui 6 estabelecimentos atacadistas e 119 varejistas. O movimento bancário é feito através de 3 agências (Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio de Janeiro e Banco Ribeiro Junqueira), apresentando os saldos bancários, em 28 de fevereiro do

Rua Comercial.

Igreja-Matriz.

Prefeitura Municipal.

Zona Comercial.

Praça Dona Ermelinda.

Rua Comercial.

Rua Comercial.

Praça Dona Ermelinda.

Jardim de Infância Clarinda Damasceno.

Sede do Aeroclube.

corrente ano o seguinte: (Cr$ 1 000): Caixa em moeda corrente — 2 770; Empréstimo em C/C 9 532; Títulos descontados — 11 523; Depósitos a vista e a curto prazo — 33 001; Depósitos a prazo — 4 550.

RIQUEZAS NATURAIS — Em todo o município há extração de madeiras para finalidades diversas, notadamente para combustível. Há uma pequena reserva florestal, onde são encontradas madeiras de lei, como jequitibá, angico, pau-d'alho, farinha-sêca, vinhático e outras. Representam a fauna terrestre do município animais comuns à fauna fluminense, como pacas, tatus, quatis, macacos, etc. e um variado número de aves. Há extração de argilas para construções e cerâmicas, e jazidas de ferro titanífero na região de Paraíso.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Miracema é dotada de todos os requisitos modernos, dispondo de prédios de alto valor, ruas bem calçadas e praças artìsticamente ajardinadas. Conta 5 Avenidas e Alamedas; 20 Ruas calçadas a paralelepípedos; 6 Praças ajardinadas; 205 aparelhos telefônicos; 1 220 ligações elétricas; 944 domicílios servidos por abastecimento de água; 3 hotéis e pensões. Existe uma linha de ônibus urbanos.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município a Agência Postal-telegráfica de Miracema e as Agências Postais de Paraíso do Tobias e Venda das Flôres. A Estrada de Ferro Leopoldina possui serviço telegráfico de uso privativo. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui 1 hospital geral com 48 leitos, Hospital de Miracema; dêsses leitos 28 são para internamentos gratuitos. Há serviço de Assistência à maternidade e à infância. O serviço oficial de saúde é controlado pelo Pôsto de Saúde de Miracema. No setor de assistência médico-sanitária o município conta ainda com: 11 farmácias; 7 médicos; 8 dentistas; 6 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 15 743 pessoas de 5 anos e mais presentes ao Censo de 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 3 589 homens e 3 253 mulheres. Na cidade o total de alfabetizados elevava-se a 3 967 pessoas, em uma população de 5 904 habitantes.

Ensino — O ensino primário geral conta com 37 estabelecimentos, dos quais 28 são mantidos pelo Govêrno do Estado, 8 pelo Govêrno Municipal e 1 por entidade particular. O ensino extraprimário é encontrado no Ginásio Miracemense, que mantém cursos de admissão, ginasial, clássico, científico e Escola Técnica de Comércio, e no Ginásio Nossa Senhora das Graças, que ministra o curso ginasial. Ambos os estabelecimentos citados, possuem Escola de Professôres.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma visão das arrecadações federal, estadual e municipal e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 627	3 359	1 396	889	1 040
1951	1 836	3 258	1 571	995	1 510
1952	2 348	3 723	1 619	995	1 512
1953	2 862	4 717	2 027	1 026	1 537
1954	2 721	4 814	2 166	1 153	2 628
1955	3 998	5 727	2 574	1 374	2 075
1956	4 492	6 440	3 194	1 467	3 309

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Constitui particularidade artística o monumento ao Dr. Nilo Peçanha, um busto em bronze, adquirido por subscrição popular. Sua inauguração se deu no ano de 1918, sendo colocado à frente do Grupo Escolar Ferreira da Luz. A 16 de novembro de 1940, uma grande enchente atingiu o município, destruindo o citado Grupo Escolar e arrancando violentamente do seu pedestal o busto, que atualmente se encontra na Prefeitura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de Miracema é sobremodo acidentado em tôda a sua extensão, destacando-se as seguintes elevações: serras do Sossêgo, Flôres, Boa Vista e Cascata, e picos de Santa Maria, Lagoa Preta, Morro Azul, Ricardo Simões e Gavião. Sua bacia hidrográfica é relativamente pobre e representada por pequenas correntes fluviais, das quais citam-se os ribeirões Santo Antônio e Bonito, e os córregos Sobreiro, Água Limpa, Serra Nova, Liberdade, Barreirinha, Pirineus, Lagoa Preta, Duas Barras e Boa Esperança.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui o município Biblioteca Pública Municipal, com 3 000 volumes, freqüentada por mais de 1 220 consulentes por ano. Funcio-

Vista lateral da estação da E.F.L.

na, desde janeiro de 1956, a Radioemissora de Miracema, que tem a freqüência 1 530 kc e potência de 100 watts. É de propriedade da Rêde de Emissoras Fluminenses. O município possui: 2 cinemas; 1 tipografia; 8 associações desportivo-culturais; 2 associações artísticas.

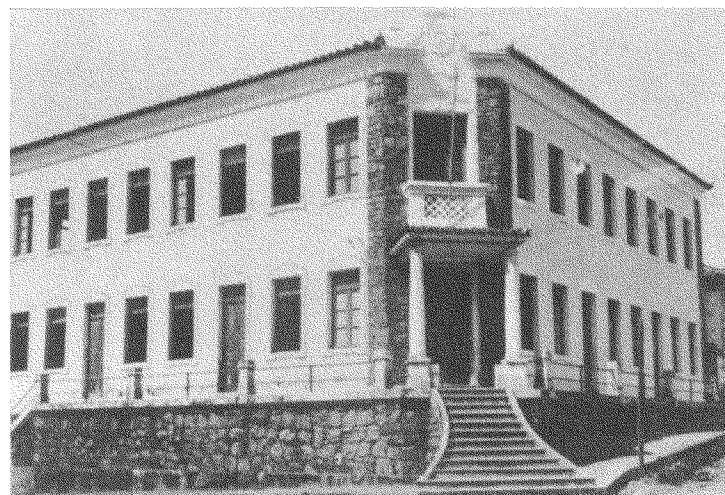
VULTOS ILUSTRES — Maximiliano Suly Perissé, que foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Cientista de renome no seu tempo. Melchiades Picanço, jurista notável, autor de várias obras jurídicas e literárias de expressão.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De conformidade com a atual divisão administrativa, o município compõe-se dos distritos de Miracema, Paraíso do Tobias e Venda das Flôres.

NATIVIDADE DO CARANGOLA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A história da colonização das terras que hoje fazem parte do município de Natividade do Carangola tem o seu início no período que medeia entre 1821 e 1831. Os historiadores são unânimes em atribuir o desbravamento da região a José Lannes (ou de Lana) Dantas Brandão que segundo uns autores teria pertencido à Milícia de D. João VI e, segundo outros, teria sido um desertor da fôrça policial de Ponte Nova em Minas Gerais.

Segundo os que admitem a primeira versão, José Lannes teria assentado praça na referida Milícia por volta do ano de 1820, conquistando, por atos de bravura, dois meses depois de seu ingresso nessa tropa, o pôsto de sargento. Apesar de tão auspicioso início de carreira, pouco tempo demorou José Lannes nas fileiras da Milícia, devido a um grave incidente havido entre êle e um alferes português. Contam os autores favoráveis a essa versão que, certo dia, em Niterói, onde se encontrava aquartelada parte dessa fôrça, voltava o sargento de um serviço estafante, quando foi chamado pelo alferes lusitano, Manoel de Souza, recém-chegado de Portugal, o qual lhe conferiu a vexatória missão de levar uma carta e presentes para a namorada. Revoltado, o brioso sargento refutou a incumbência, o que provocou no alferes um arrebatamento de cólera. Erguendo o rebenque que trazia, ameaçou fustigar a face do inferior, não conseguindo colimar o seu intento, graças à ligeireza com que o sargento se esquivou. Insistindo o alferes em seu intento agressivo, José Lannes, perdendo as últimas reservas de ponderação, arrebatou o chicote de suas mãos, zurzindo com êle o rosto do oficial que, acovardado, se refugiou, correndo, no quartel.

Grupo Escolar Francisco Portela.

Compreendendo o alcance do gesto que praticara e, temendo as conseqüências funestas que, sem dúvida alguma, dêle adviriam, resolveu o sargento desertar das fileiras da Milícia e se refugiar em sítio seguro. Foi assim que abandonou o quartel e iniciou sua fuga partindo em busca do rio Paraíba. Tendo chegado a êsse rio, José Lannes subiu-o até a confluência com o rio Muriaé, pelo qual prosseguiu até a primeira morada dos índios "puris", na hoje fazenda da Conceição. Depois de um breve descanso nesse local, subiu, guiado por uma escolta dos "puris", pelo rio Carangola até a cachoeira de Tombos, de onde voltou, assinalando em sua passagem, os locais de Porciúncula e Natividade.

Vista parcial da cidade.

Sabe-se que, com a proclamação da Independência, José Lannes foi indultado resolvendo então retornar à fazenda do pai e que, em 1831, já destemeroso da Justiça, voltou êle às terras anteriormente demarcadas no rio Carangola, fazendo-se acompanhar de sua noiva e de dois escravos. Posteriormente, chegaram às margens do Muriaé e do Carangola, os Tinoco, os Custódio, os Alves e os Pereira que, juntamente com o pioneiro, foram os primeiros habitantes da região.

Esta é uma das versões da história de José Lannes, de Lana ou ainda José de Lanes Dantas Brandão como o denomina o ilustrado Dr. Mário Pinheiro Mota a que devemos um dos melhores ou, senão o melhor trabalho especializado sôbre a região de Itaperuna.

Segundo êsse autorizado escritor a história dos primórdios de Itaperuna desenvolveu-se da seguinte forma: "Em 1831, José de Lanes Dantas Brandão, depois de desertar da polícia de Ponte Nova, refugiou-se em Campos. Receoso de ser aí descoberto, procurou o sertão, indo até à altura do atual município de Viçosa, regressando à zona de Faria Lemos, para depois descer e apossar-se de tôda a terra, desde Porciúncula até o Bambuí.

Em 1832, 26 de outubro, José Lanes escrevia, do lugar que denominou "Conceição", ao seu filho Francisco, dando notícias, pedindo recursos e, mais, que fôsse feita uma consulta ao amigo "sargento", em Minas, sôbre a possibilidade de legalização da posse das terras que havia ocupado. Voltou José Lanes, em 1833, à zona que deixara, trazendo

Igreja-Matriz de N. S.ª da Natividade.

de regresso, em sua companhia, índios, escravos e um indivíduo por nome Bambuí, a quem doou as terras que têm hoje esta denominação.

Estabelecido já no lugar denominado Pôrto Alegre, faz então em 1834 doação, por título, das cachoeiras do Cubatão ao tenente-coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar.

Depois desta data José de Lanes desfez-se da propriedade de Pôrto Alegre e estabeleceu-se no vale do Carangola, na fazenda de São José, à margem do Carangola, acima de Natividade. Ainda em 1834 fêz nova viagem a Ponte Nova, trazendo os seus irmãos Antônio e Francisco, aos quais cedeu as terras da margem esquerda do rio Carangola, compreendidas pela bacia do ribeirão de São Sebastião, ou Bom Sucesso (fazenda, engenho), Boa Esperança e a bacia do ribeirão da Conceição.

Para a fazenda da Conceição transferiu-se mais tarde o capitão João F. Dantas Brandão, pai dos posseiros. Falecido, aí, foi sepultado no velho cemitério ainda hoje existente, mas em abandono. Dessa forma o vale do Carangola habitava-se enquanto o vale do Muriaé permanecia desabitado. Mas, ainda neste ano, José Ferreira César, parente de José de Lanes, a pretexto de bater ouro e colher ipecacuanha (erva da emetina), aí existente em estado nativo, deixou a barra do Bacalhau, no município de Turvo, em Minas, onde residia, e, em companhia da sua mulher, D. Maria Angélica da Luz, e de índios puris domesticados, construiu um rancho no local do arraial hoje de Laje, e aí se instalou, comunicando-se com os "Quartéis", hoje São Paulo do Muriaé.

Sòmente mais tarde, José Bastos Pinto e José Garcia Pereira chegavam ao mesmo local, sendo os doadores dos terrenos do arraial da Laje.

José de Lanes era, entretanto, desertor da polícia de Ponte Nova, em Minas, e, em 1842, o presidente daquela província deliberou mandar prendê-lo. Com a aproximação da fôrça, que vinha capturá-lo, o desertor preparou-se com os seus homens para reagir, mas, parece, a habilidade do tenente que comandava a escolta evitou qualquer violência, e do entendimento resultou entregar-se José de Lanes, que, conduzido até à presença do presidente da província, foi perdoado, louvado e honrado com o título de guarda-mor, pelos serviços prestados às regiões inóspitas que habitara e desenvolvera.

Seja como tenha sido, em 12 de agôsto de 1844, reconhecendo o govêrno a importância do adensamento populacional verificado na região, resolveu auxiliar o seu desenvolvimento, expedindo uma Deliberação, cujo texto era o seguinte: "Art. 1.º — Fica creado na — freguezia — de Santo Antonio de Guarulhos mais um distrito de paz, que se denominará o — 2.º — cujos limites começando na foz do rio Camapuana, irão por elle acima até findar na divisa com a Provincia de Minas Geraes, estendendo-se em sua largura ao sul do mesmo rio por espaço de seis léguas, e comprehendendo o território da Pedra Lisa.

Art. 2.º — Fica egualmente creada uma — subdelegacia de polícia — cujos limites serão os mesmos do referido 2.º *distrito de paz*".

Decorrido apenas um ano, foi tal o progresso verificado na localidade que as leis orçamentárias da Província, já em 1845, consignavam verbas para a construção da estrada de Carangola prosseguindo-se, então, de maneira mais intensiva, o povoamento da região, notadamente no trecho compreendido entre as fazendas de Pôrto Alegre e São José, esta situada, atualmente, em Natividade do Carangola.

Alguns anos mais tarde, em 23 de agôsto de 1853, o decreto que tomou o n.º 636, estabeleceu: "Art. 1.º — O território que constitue o — 2.º districto de paz e de subdelegacia — da freguezia de Santo Antonio de Guarulhos —, do município de Campos dos Goytacazes, creado pela Deliberação de 12 de agôsto de 1844, formará uma freguezia — que começará a gosar de todos os direitos civis e religiosos que lhe competirem, apenas os povos apresentem templo próprio para o serviço divino, julgado tal pelo Ordinário.

Art. 2.º — Fica incorporado à freguezia de Santo Antonio de Guarulhos, o território que, adjacente à mesma, segue pela margem esquerda do rio Parahyba até confrontar com o município de São João Baptista da Barra, e que outr'ora lhe pertenceu, sendo em 1820 annexado á freguezia de São Salvador".

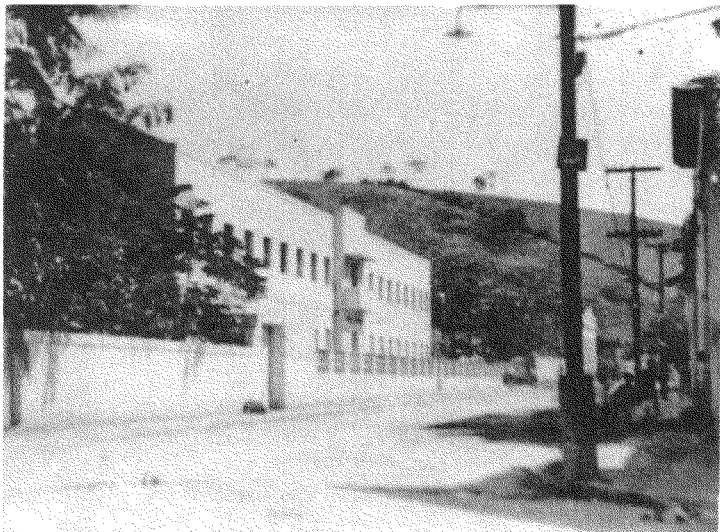
Consultando o texto do Decreto n.º 1 244, de 14 de dezembro de 1861, verifica-se que esta freguezia, criada pelo Decreto 636, outra não era senão a de Nossa Senhora de Natividade. Eis como estava vazado o Decreto 1 244: "Art. 1.º — A freguezia creada pelo Decreto n.º 636, de 23 de agôsto de 1853, no território que constituiu o antigo 2.º districto da freguezia de Santo Antonio de Guarulhos, do municipio de Campos, terá a invocação de — Nossa Senhora da Natividade.

Art. 2.º — Desse território será desmembrado o que fôr preciso para a freguezia de — Nossa Senhora da Piedade da Lage —, que fica creada, e á qual servirá de matriz a igreja alli existente, construida á custa dos moradores do logar.

Art. 3.º — Os limites entre as freguezias da — Natividade e da Lage, serão designados pelo Presidente da Província com audiencia do Ordinário, tendo em atenção a serra que corre entre o Muriahé e o Carangola, e de maneira que não altere os limites actuaes das freguezias de Santo Antonio de Padua e Senhor Bom Jesus do Monte Verde"

Graças à fertilidade do solo dessa região, rápido foi o seu desenvolvimento, ensejando a que o govêrno expedisse, em 24 de novembro de 1885, o Decreto n.º 2 810, cujo teor era o seguinte: "Art. 1.º — Fica elevada à categoria de — villa —, com a denominação de — Villa de Itaperuna — a freguezia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola, e pertencendo também ao novo municipio as freguezias de — Santo Antonio do Carangola, São Sebastião do Varre Sahe e Bom Jesus de Itabapoana —, tôdas com os mesmos limites actuaes, excepto os que separam a freguezia de Santo Antonio do Carangola da freguezia da Natividade, os quaes serão alterados pela maneira seguinte: — pelo lado direito do rio Carangola e ribeirão de São José e fazenda deste nome, e pelo lado esquerdo o corrego das Pedras e fazenda de igual nome, propriedade do alferes Antonio Lopes de Faria Junior, cabendo à freguezia de Santo Antonio do Carangola tôdas as vertentes dos citados ribeirão e córrego, e pelo rio acima tôdas as vertentes até á cachoeira dos Tombos.

Art. 2.º — O município de Itaperuna fará parte da comarca de Campos".

Dois anos depois, em 29 de dezembro de 1887, novo decreto, que tomou o número 2 921, veio alterar a situação política e administrativa da região. Rezava êle: "Art. 1.º — Fica creada a freguezia de São José do Avahy —, tendo por sede o arraial de Pôrto Alegre, sito no território da freguezia de Natividade do Carangola, município de Campos, e por limites na margem esquerda do rio Muriahé, o córrego da Chica, na fazenda de São Paulo, até a serra que divide as águas do dito rio das do Itabapoana; do lado de cima, o rio Carangola desde a sua foz até á confluência do ribeirão da Conceição, seguindo por este acima até ás divisas da freguezia de São Sebastião do Varre Sahe; na margem direita do rio Muriahé, o Vallão Grande, desde a sua foz até o rumo de fundos da fazenda de São Pedro, seguindo pelo mesmo rumo e pelos de fundos das fazendas situadas na dita margem do rio Muriahé até o ribeirão de São Domingos; e ainda por este até á sua foz no Muriahé.

Ginásio Natividade.

Vista parcial da cidade.

§ 1.º — Esta freguezia e bem assim a de Nossa Senhora da Piedade da Lage, que fica desmembrada do município de Santo Antonio de Padua, pertencerão e serão incorporadas ao novo municipio creado pelo Decreto numero 2 810, de 24 de novembro de 1885.

§ 2.º — A sede do referido município será, porém, no arraial de Pôrto Alegre, que fica elevado á categoria de — villa — com a denominação de — Villa de São José do Avahy — derogado nesta parte o art.º 1.º do mencionado Decreto n. 2 810.

§ 3.º — Constituirão patrimonio da Villa os 15 alqueires de terras doadas para esse fim pelo commendador José Cardoso Moreira, as quaes, divididas em lotes, serão arrendadas ou aforadas ás pessoas que quizerem nella edificar, de conformidade com a planta e plano da nova Villa, organizados pelo engenheiro J. C. Coelho Cintra".

Enquanto essas modificações político-administrativas se processavam, as lavouras existentes na região floresciam, permitindo aos seus proprietários usufruírem lucros fabulosos em grande parte devidos ao suor do elemento negro escravizado. Com o advento da lei abolicionista, em 1888, esta situação de prosperidade sofreu um sério abalo de que, durante longo tempo, se ressentiu a economia da localidade.

Em 27 de junho de 1890, pouco tempo passado após a Proclamação da República, o govêrno desejando amparar e favorecer a vida econômico-social da região, expediu o Decreto número 101, cujo texto era o seguinte: "Art. 1.º — Fica creado o Municipio de "Natividade do Carangola", tendo por sede a povoação do mesmo nome, elevada á categoria de Villa.

Art. 2.º — O municipio será constituido com o território das freguezias da Natividade do Carangola e Varre Sahe, desmembrado do municipio de Itaperuna.

Art. 3.º — Ficam alterados os limites da freguezia do Varre Sahe, pertencendo á mesma as vertentes do ribeirão da Conceição a partir das cabeceiras até á barra do corrego Bandeira, na fazenda denominada — Correnteza —, e bem assim as vertentes do corrego do Candonga até á barra do corrego da Matinada, inclusive as vertentes deste na fazenda denominada — Paciencia —, e mais as vertentes do ribeirão Pouso Alto a partir das cabeceiras, comprehendendo todo o terreno convergente até ás contravertentes do corrego das Perobas, nas imediações de sua foz, excluido este; ficando a freguezia de Natividade limitada com a do Varre Sahe na barra dos corregos Bandeira e Matinada, cabecei-

ras do ribeirão da Conceição, e no ribeirão do Pouso Alto, na divisa de aguas do corrego das Perobas, o qual continua a fazer parte da freguezia de Natividade.

Art. 4.º — Ficam também alterados os limites da freguezia de São José do Avahy com a da Natividade, os quaes começarão no espigão, sito á margem esquerda do rio Carangola e que separa a fazenda denominada — Divisa da Fazenda Conceição —, pertencendo á freguezia de Natividade, desde o mesmo espigão, todo o território convergente á margem do mesmo rio e assim tambem tôdas as vertentes no ribeirão da Conceição até á barra dos corregos Bandeira e Matinada, limites do Varre Sahe.

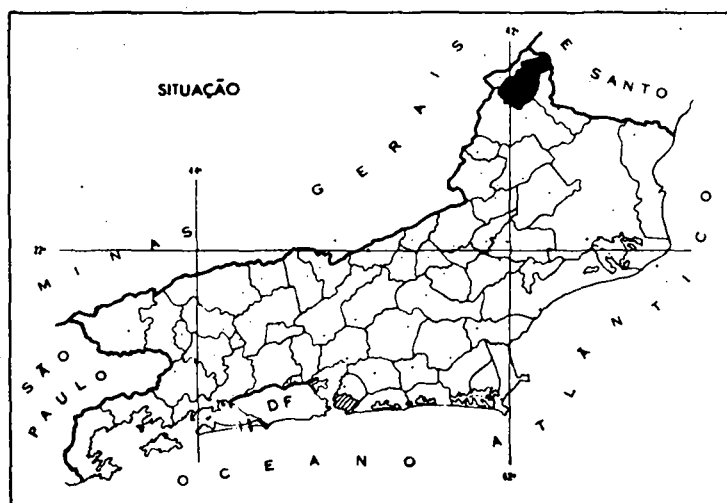
Art. 5.º — O municipio da Natividade fará parte da comarca de Itaperuna".

A instalação do município, verificou-se no dia 14 de julho de 1890.

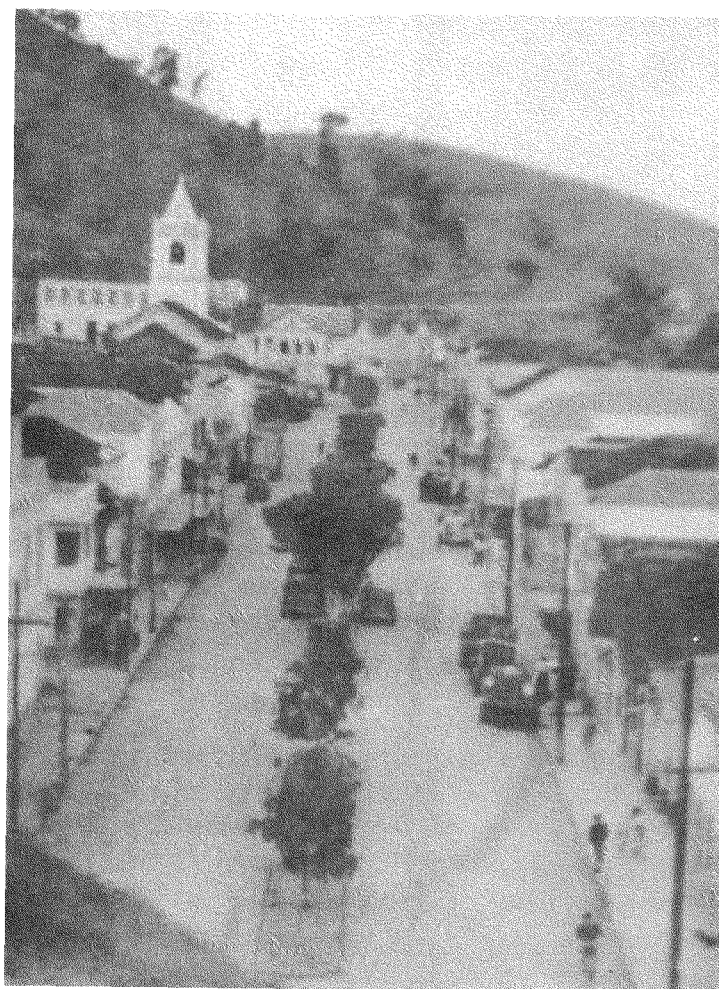
Curta foi a vida autônoma da nova comuna, pois em 8 de maio de 1891, o govêrno, por fôrça de um decreto, extinguiu o município de Natividade do Carangola, anexando o seu território ao de Itaperuna, no qual passou a constituir vários distritos, entre êles os de Natividade.

Em 1947, tão progressista se mostrava êsse distrito que, a Assembléia Estadual, por fôrça do artigo 6.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 20 de junho de 1947 e regulado por efeito da Lei estadual número 6, de 11 de agôsto do mesmo ano, resolveu conceder-lhe, novamente, autonomia político-administrativa, elevando-o à categoria de município, com território dos distritos de Natividade do Carangola (ex-Natividade), Varre-Sai e Ourânia, desmembrados todos do município de Itaperuna.

Atualmente, a nova unidade fluminense inicia sua vida econômico-político-social, tudo fazendo crer seja ela, dentro em breve, uma das mais prósperas comunas do Estado do Rio de Janeiro.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: latitude Sul — 21° 02' 30" e longitude W.Gr. — 41° 58' 38", situando-se na direção N.N.E., com relação à Capital do Estado. Dista, em linha reta, da Capital referida, 237 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 181 m.

CLIMA — O clima de Natividade do Carangola é de um modo geral bom, sendo excelente em Varre-Sai e Santa Clara, distritos situados em zona serrana.

Avenida Amaral Peixoto.

ÁREA — 591 km².

POPULAÇÃO — Na conformidade dos dados do Recenseamento Geral de 1950, registrava Natividade do Carangola, à época, 26 191 habitantes, sendo 13 105 homens e 13 086 mulheres. A distribuição populacional, segundo os distritos, era a seguinte:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Natividade do Carangola	13 043	6 512	6 531	1 418	1 680	29	27	5 065	4 824
Orânia	7 332	3 613	3 719	288	296	—	—	3 325	3 423
Varre-Sai	5 816	2 980	2 836	316	308	—	—	2 664	2 528

O Departamento Estadual de Estatística, estimou, para 1955, essa população, em 29 256 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a agrícola, seguindo-se-lhe, em ordem de importância a pecuária e, por fim, a industrial, que se atém, quase que exclusivamente ao beneficiamento de cereais. Em 1950 o Censo Agrícola contava, em Natividade do Carangola, 693 propriedades rurais no valor de Cr$ 79 164 000,00. Seu parque de criação era, àquela altura, de 14 525 cabeças de gado bovino, 259 eqüinos, 11 091 suínos e 84 527 aves diversas. E possuía, apenas, 30 estabelecimentos industriais. Os quadros seguintes, que se cons-

tituem de elementos mais recentes, apresentam interessantes particularidades no que concerne ao assunto:

Produção agrícola — 1955 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz em casca	Tonelada	7 200	38 400
Cana-de-açúcar	»	10 800	5 400
Algodão em caroço	»	337	3 037
Feijão	»	246	1 558
Fumo	»	14	376

(*) FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Areia, argila e barro	m3	522	43
Vegetal			
Madeira	»	245	191

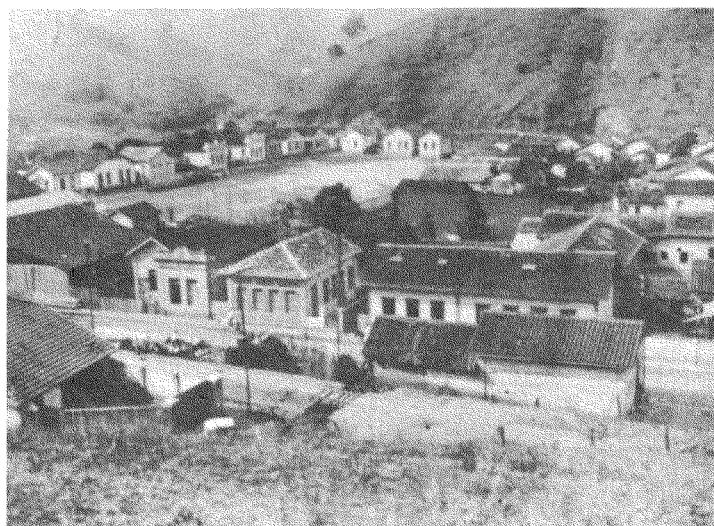
(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

Produção industrial — 1955 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	1 855	25 134
Arroz beneficiado	»	660	6 131
Fubá e canjica	»	147	695
Produtos de laticínios	»	12	381
Ladrilhos não especificados	»	2 565	180

(*) FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — Natividade do Carangola é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina. Liga-se, por meio dela, aos municípios convizinhos de Itaperuna e Porciúncula e pela qual tem acesso, ainda, a Campos, Niterói e Rio de Janeiro. Há estradas de rodagem que o ligam ao município de Guaçuí, no Estado do Espírito Santo e, Itaperuna, e Porciúncula, neste Estado e, finalmente, aos de Tombos e Muriaé, em Minas Gerais. Dista da cidade de Niterói, 414 por via rodoviária e 433 por via ferroviária. Estavam licenciados pela Prefeitura Municipal, em 1956, 67 automóveis e 50 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Natividade do Carangola é razoável, existindo, na sede municipal, 4 estabelecimentos atacadistas e 54 varejistas. Mantém intercâmbio com as praças de Campos, Niterói, Distrito Federal e São Paulo, exportando café, milho, feijão, aguardente, laticínios e importando ferragens, tecidos, armarinhos, calçados, etc. Há dois estabelecimentos bancários, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A. e Banco Ribeiro Junqueira S. A., cujos saldos em 28 de fevereiro de 1957, eram: caixa, em moeda corrente, Cr$ 2 236 000,00; empréstimos em conta-corrente, Cr$ 462 000,00; títulos descontados, Cr$ 5 612 000,00; depósitos a vista e curto prazo, ... Cr$ 23 029 000,00 e depósitos a prazo Cr$ 642 000,00.

Vista aérea da cidade.

Edifício do Fôro.

RIQUEZAS NATURAIS — O município não possui riquezas naturais dignas de maior registro nem se efetivaram pesquisas de maior profundidade, neste particular, a não ser exauridos filões auríferos, incipiente extração de pedras para paralelepípedos, e a existência de petróleo que é confirmada pelo Sr. Domingos Abbês, técnico fluminense, o qual efetuou estudos naquela região e, igualmente como assevera Alberto Ribeiro Lamego, conclui que há "um gigantesco lençol petrolífero no Estado do Rio, que se prolonga da Baixada Guanabara à Goitacá e ao extremo norte do Estado, interessando, também, ao Estado do Espírito Santo". A sua pequena reserva florestal ainda permite extração de madeira.

ASPECTOS URBANOS — Situa-se a cidade de Natividade do Carangola à margem do rio Carangola. Possui 15 logradouros calçados a paralelepípedos. O serviço de abastecimento de água é explorado pelo Serviço de Águas e Esgotos de Natividade do Carangola, sob o contrôle da Comissão de Águas e Esgotos. São abastecidos 486 prédios. Há na sede 701 ligações elétricas. Existem, ainda, 2 hotéis e 1 pensão cobrando uma diária média de .... Cr$ 120,00. Há, também, 63 aparelhos telefônicos instalados.

COMUNICAÇÕES — Há uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos na sede municipal. E agências postais em Ourânia e Varre-Sai. Existe, além do mais, o telégrafo da Estrada de Ferro Leopoldina, de seu uso exclusivo, na localidade de Bananeiras. Presta bons serviços ao município a Emprêsa Telefônica Porciunculense, com sede em Itaperuna, que permite ligar o município a Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e Campos, no Estado do Rio de Janeiro, Calçado e Mimoso, no Estado do Espírito Santo e, Tombos e São Manuel, em Minas Gerais. Nesse setor conta ainda com os serviços local e interurbano da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município de Natividade do Carangola possui, na sede municipal, o Hospital da Caixa dos Pobres de Natividade, com 32 leitos. Em Varre-Sai, há o Hospital São Sebastião de Varre Sai, que contando 32 leitos, foi inaugurado em 17-I-55, e até 31-XII-56 ainda não tinha entrado em funcionamento, apesar de equipado. O Govêrno Estadual, mantém, de seu turno, um Pôsto Médico-Social, na sede municipal; 1 Pôsto de

Vista aérea parcial da cidade.

Saúde e de Higiene em Ourânia; e, 1 Pôsto de Saúde e de Higiene em Varre-Sai. A sede municipal tem 3 médicos, 4 dentistas e 5 farmacêuticos. Conta a população municipal com o Pôsto de Puericultura "Yeda França".

ALFABETIZAÇÃO — Quando do Recenseamento Geral de 1950, das 21 805 pessoas de 5 anos a mais arroladas, apenas 7 129 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1955 havia 50 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, bem como 25 do supletivo. Um só estabelecimento ministra o ensino secundário, comercial e pedagógico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir reproduz de forma detalhada, o movimento da arrecadação federal, estadual e municipal, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal (*)	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	2 248	964	484	947
1951	—	3 265	1 108	547	1 205
1952	—	3 783	1 224	639	1 274
1953	—	4 973	1 319	632	1 575
1954	—	7 518	1 600	644	1 561
1955	—	8 470	1 981	696	1 737
1956	—	10 858	3 070	938	2 483

(*) A Coletoria Federal foi instalada em julho de 1956.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Como particularidades artísticas dignas de menção, possui o município uma igreja católica na sede municipal e outra, na vila de Varre-Sai. Existe, ainda, no município, uma obra de arte constituída por antigo portão, localizado na Fazenda São José, no distrito da sede municipal, tendo sido construído em 1930, todo de alvenaria, ladeado por duas colunas e ornado de capitéis artísticos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território municipal apresenta interessantes motivos paisagísticos, enfeitado aqui e ali pelos seus sinuosos cursos de águas, serras, cachoeiras e várzeas.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui Natividade do Carangola uma valiosa biblioteca, a do Clube Dramático, Literário e Recreativo que tem um lastro de nada menos de 12 100 volumes. Funcionam, 1 cinema e 1 teatro. Conta-se 1 cooperativa de consumo. Têm existência, no município, 2 associações desportivas, 1 de caráter literário-recreativo e duas de cultura musical: a Elite Orquestra e a Lira Santa Cecília.

VULTOS ILUSTRES — O município destaca entre seus filhos ilustres o cadete Antonio Ferreira Rabello, que se distinguiu na campanha do Paraguai.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Natividade do Carangola, Ourânia e Varre-Sai.

NILÓPOLIS — RJ

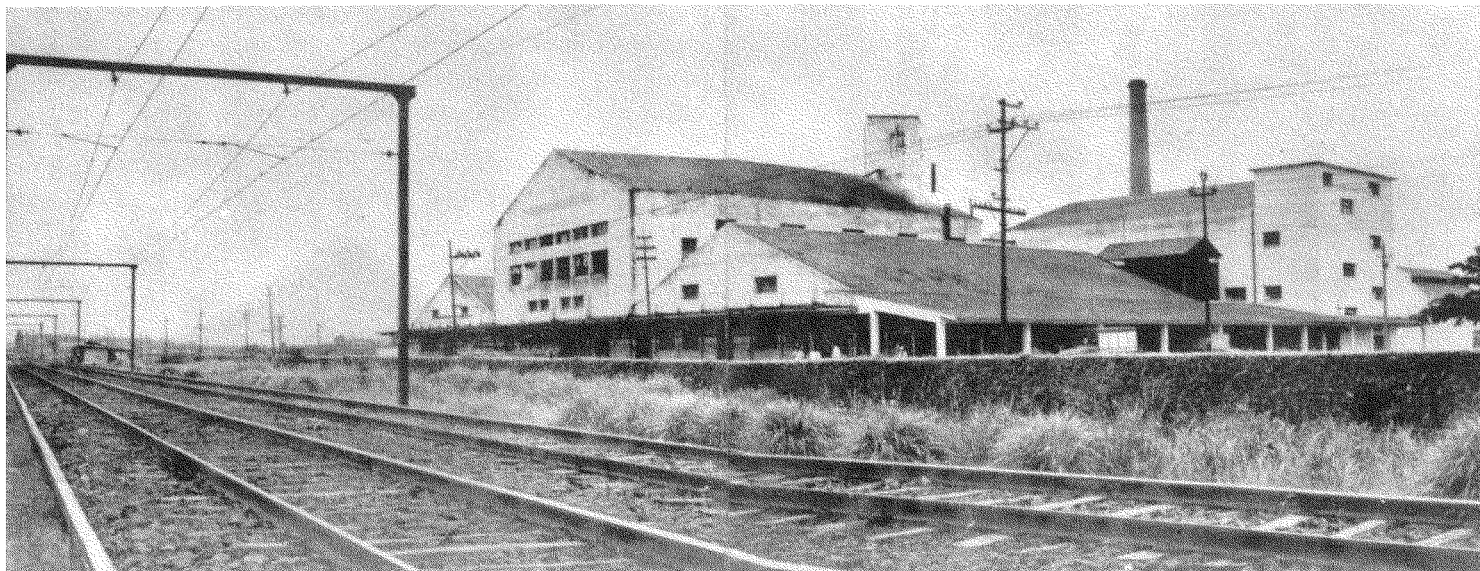
Mapa Municipal na pág. 177 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história da colonização das terras que hoje integram o município de Nilópolis tem o seu princípio ligado ao início da evolução da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

O desbravamento dêsse município, o menor dos que integram a comunidade fluminense, foi, sem dúvida alguma, motivado pelo interêsse que os primeiros governantes tiveram em colonizar o solo das regiões que marginam a baía de Guanabara.

Fôsse pela ambição de adquirir grandes lotes de terras fertilíssimas para o cultivo das lavouras, de cujos produtos a cidade necessitava; fôsse pela ganância de possuir um patrimônio para exclusiva valorização futura, o que, de certo, se sabe, é que a partir de 1566 os fidalgos começaram a disputar as terras adjacentes à cidade fundada por Mem de Sá. Documentos dignos de crédito apontam essa data como a do início do movimento colonizador, dirigido para o vale dos diversos rios que deságuam na baía de Guanabara, entre os quais se encontram o Sarapuí e o Meriti citados textualmente.

Entre os nomes dos agraciados com a concessão das primeiras sesmarias, em terras fluminenses, encontra-se, nos arquivos, o de Braz Cubas, que outro não deve ser senão o alcaide-mor das capitanias de São Vicente e Santo Amaro, a quem a cidade de Santos deve a fundação. Deu-lhe, o governador, em 1568, "nada menos de 3 000 braças de terra, de testada, pela costa do mar e 9 000 de fundos pelo rio Meriti, correndo pela piassaba da aldeia de Jacutinga". Por essa descrição, vê-se que as terras do atual município de Nilópolis se enquadravam, então, na sesmaria de Braz Cubas.

A consulta feita aos historiadores mais acatados da evolução social e política do Rio de Janeiro deixa a certeza de que, quase um século passado, após o início da colonização, em 1566, ficaram os sesmeiros e colonos radicados na região, sem assistência religiosa em capelas públicas. Pelo menos não se tem notícia da existência de qual-

Cia. Frigorífico Iguassú S/A.

quer delas em período anterior a 1637. Alguns anos depois de criada a freguesia de Nossa Senhora do Pilar (nas terras do atual município de Duque de Caxias), surgiu na zona litorânea da Guanabara uma outra povoação, fundada, primitivamente, com a denominação de São João Batista de Trairaponga, localizando-se a sua capela, num outeiro que fica defronte da baía, logo adiante da foz do rio Meriti. Sabe-se que a capela aí existente serviu de matriz à freguesia do mesmo nome, elevada a essa categoria, por Alvará datado de fevereiro de 1647, até cêrca de 1660, época em que perdeu a sua categoria de sede para um outro templo existente mais acima do rio Meriti, nas terras em que hoje está assentada a cidade de São João de Meriti. Arruinando-se essa capela, foi, novamente, desviado o núcleo social às margens do Meriti em 1747, ficando, desde então, conhecida a região, pelo nome de "Freguesia de São João Batista de Meriti".

Foi dentro do território dessa freguesia que, desde cedo, surgiu uma grande propriedade rural, conhecida por "Fazenda de São Mateus". São Mateus foi propriedade de um padre que atendia pelo nome de Mateus Machado Homem, que a recebera, por herança, de seus pais, Domingos Machado Homem e D. Joana Barcelos. Assim, pelo nome do seu proprietário, se explica o do padroeiro da localidade. Quando o padre Mateus faleceu, constou, do inventário de seus bens, que a fazenda tinha 1 280 braças de terras, de testada, chegando às margens do rio Pavuna. Em sua vizinhança estavam localizados os engenhos de Nazaré, que foram da família Oliveira Braga; o de Maxambomba, patrimônio dos Corrêa Vasques; o da Pavuna, do capitão Inácio Rodrigues da Silva e o do Cabral.

Em 1637, as terras de São Mateus pertenciam a João Alves Pereira que, aí, construiu a primeira capela pública da localidade, mencionada por Monsenhor Pizarro em suas "Memórias". Durante cento e quarenta e dois anos passou pelas mãos de diversos proprietários e, em 1779, estava nas do alferes Ambrósio de Souza, que mantinha nelas a cultura de cana e engenho para fabricar açúcar e aguardente. Êsse era, então, o engenho de maior produção, existente na freguesia de São João de Meriti, fabricando 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente com seus 50 escravos.

Com a elevação de Iguaçu à categoria de vila que ficou denominada "Vila de Iguaçu", em 1833, a freguesia de São João de Meriti, onde se localizavam as terras da antiga fazenda São Mateus, passou a fazer parte de sua jurisdição.

Em 1866, era proprietário da fazenda Jerônimo José de Mesquita, 1.º Barão de Mesquita, e irmão do que foi barão, visconde e conde de Bonfim. Os imóveis que aí construiu o 1.º Barão de Mesquita, ainda hoje existem, e quem passa pela estrada de ferro, poderá vê-los ao longe, à esquerda, entre Nilópolis e Mesquita, mais ou menos próximos à serra.

Durante o primeiro Império e grande período do segundo, as terras que hoje se acham dentro do perímetro municipal de Nilópolis, foram motivo de intensa e bem recompensada exploração, graças ao trabalho barato do elemento negro escravizado, e à fertilidade pasmosa de seu solo.

O progresso e a riqueza da região subsistiram ininterruptamente até essa época. De então em diante, influenciado por diversos fatôres, começou o seu curto período de declínio. Contribuiu para isso a devastação criminosa de suas matas, que trouxe como resultado a obstrução do leito de seus rios e regatos. O aparecimento dos trilhos das vias férreas foi outro fator que, paradoxalmente, muito influiu na quebra do ritmo progressista da região, pois motivou o abandono definitivo da via fluvial para o transporte dos produtos dos engenhos e das lavouras.

Duas companhias ferroviárias colocaram seus trilhos nas terras de São João de Meriti, na segunda metade do século XIX: a primeira foi a Estrada de Ferro Dom Pedro II (hoje Central do Brasil) e a segunda, Emprêsa de Melhoramentos no Brasil. A primeira inaugurou em 29 de março de 1858, entre outras estações, as de Engenheiro Neiva (hoje Nilópolis) e a segunda, em março de 1898, também entre outras, a de São Mateus, hoje sede do distrito de São Mateus, do município de São João de Meriti.

Abandonados os rios, devido à preferência dada à via férrea como meio de transporte, suas margens, desertas de vegetação, caíram em muitos trechos, sôbre os leitos, dando ensejo a que se formassem extensos tremedais onde o impaludismo passou a campear. Felizmente, graças à ação enér-

gica do Presidente Nilo Peçanha, o govêrno iniciou um programa de saneamento da baixada fluminense, abrangendo em seu plano as terras de São Mateus.

A vasta propriedade que fôra, outrora pertencente a um único senhor, passando aos sucessores do 1.º Barão de Mesquita, teve o destino que os latifúndios situados próximos dos grandes centros vão tendo com o decorrer dos tempos; sua valorização contínua traz o desmembramento e o fracionamento em propriedades menores.

Grupo Escolar Figueira de Almeida.

Assim ocorreu com ela. Os proprietários das maiores áreas fracionaram-nas em lotes, vendidos a preço baixo e em prestações. A parte da fazenda, onde a E. F. Central do Brasil construíra uma parada para os seus trens suburbanos, a de Engenheiro Neiva, foi, com aquêle sistema de vendas de terras, sendo procurada por operários e pequenos empregados, começando a formação de um povoado, hoje bastante extenso e com movimento comercial promissor. Seu proprietário, fazendo inteligente propaganda para a venda de suas terras, dera-lhes a denominação de "Nilópolis", em homenagem a Nilo Paçanha, que ocupava, então, pela segunda vez, a presidência do Estado do Rio de Janeiro.

Com a valorização e povoamento sempre crescentes, grande surto de progresso se verificou na região, atraindo a atenção dos governantes que, em 9 de novembro de 1916, resolveram elevá-la à categoria de distrito.

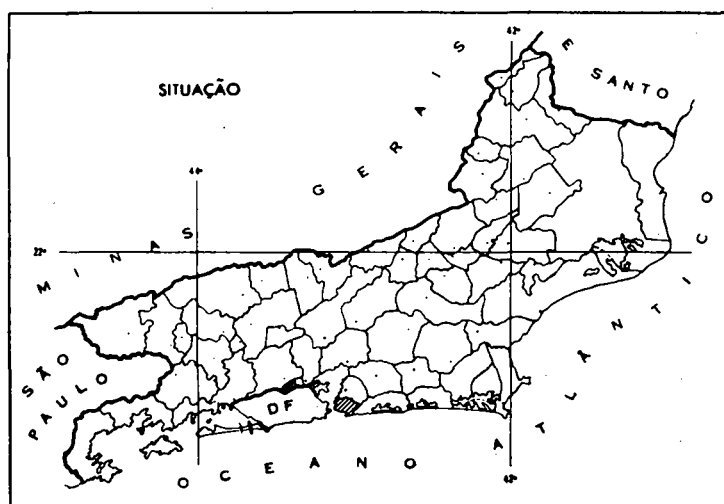
A Lei 1 332, dessa data, estava assim redigida: "Art. 1.º — Fica criado, sob a denominação de — 7.º —, mais um distrito de paz no município de Iguaçu, o qual será desmembrado do atual 4.º distrito. — Art. 2.º — O 7.º distrito terá por sede o povoado de São Mateus onde se acha a Estação de Engenheiro Neiva, e se limitará com o 4.º de que é desmembrado, pela faixa de terras da The Rio de Janeiro Tramways, Light and Power Company Limited, onde estão assentes as tôrres que suportam os cabos elétricos da dita Companhia, e com o Distrito Federal e o primeiro distrito do Município, pelas mesmas divisas que o separam do 4.º Distrito. — Art. 3.º — São mantidas as atuais divisas dos demais distritos do município".

Em 1921, por fôrça da Lei de n.º 1 705, de 6 de outubro, foi, oficialmente dada ao distrito a denominação de Nilópolis, o que também sucedeu à antiga estação ferroviária de Engenheiro Neiva.

A denominação de São Mateus que tivera em terras da velha fazenda, persistiu apenas na estação da linha auxiliar, situada a alguns quilômetros de Nilópolis. A povoação que se formou ao redor da estação de São Mateus deu motivo a que se constituísse o atual distrito do mesmo nome, no município de São João de Meriti.

Em 1947 tal era o progresso verificado em Nilópolis que a Assembléia Constituinte do Estado do Rio de Janeiro deliberou incluir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 20 de junho dêsse ano, um artigo, o 6.º, pelo qual o distrito de Nilópolis foi desmembrado do município de Nova Iguaçu, passando o seu território a constituir uma unidade autônoma, sob a denominação de "Município de Nilópolis".

Nilópolis, primitivamente Têrmo de Nova Iguaçu, foi elevado à categoria de Comarca pela Lei n.º 1 429, de 12 de janeiro de 1952, comarca que foi instalada em 4 de abril do mesmo ano.

LOCALIZAÇÃO — O município de Nilópolis está situado na Zona da Baixada da Guanabara, ficando sua sede a 22º 48' 30" de latitude Sul e 43º 25' 00" de longitude W.Gr., em direção O.N.O. da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 31,9 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 28,7 m (sede municipal).

CLIMA — Quente e úmido, sendo, entretanto, salubre.

ÁREA — 21 km².

POPULAÇÃO — O município de Nilópolis é o de maior densidade demográfica do Estado. Em 1950, a população recenseada era de 46 406 habitantes, correspondendo a 2 209 hab./km². Não tem o município zonas suburbana e rural, nem no distrito da sede nem no de Olinda, sendo tôda sua área considerada urbana, e como urbana sua população, que estava assim distribuída: Nilópolis — 30 711 habitantes, sendo 15 374 homens e 15 337 mulheres; Olinda — 15 695 habitantes, sendo 7 851 homens e 7 844 mulheres. O Departamento Estadual de Estatística estimou a população local, para 1955, em 51 837 habitantes.

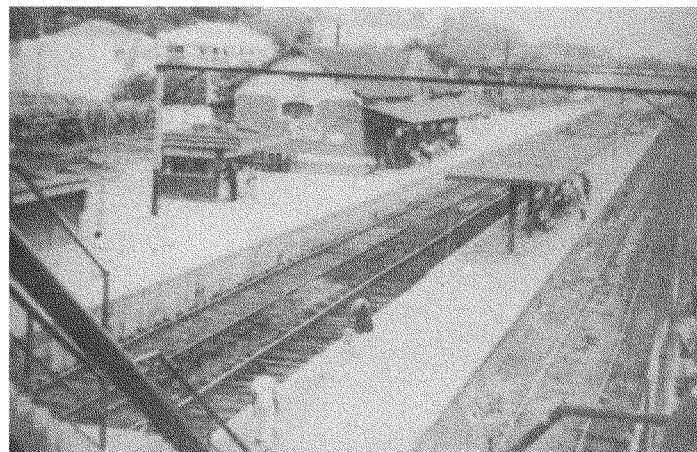
ATIVIDADES ECONÔMICAS — Grande parte de sua população trabalha no Distrito Federal, entretanto florescem no município várias indústrias, notadamente as de produtos alimentícios, do mobiliário e do vestuário. Não há

atividade agrícola. O quadro a seguir dá um índice de sua produção industrial, em 1956:

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos alimentícios	Tonelada	7 826	130 831
Calçados	Par	500 794	36 291
Móveis	Peças	27 477	14 304
Artefatos de ferro	...	...	11 962
Bebidas	Litro	241 600	

FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido por vários meios de transporte. Liga-se ao Distrito Federal pelos trens suburbanos, eletrificados, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e várias emprêsas de ônibus e autolotações fazem as comunicações com a cidade do Rio de Janeiro e as várias cidades e localidades vizinhas de Nova Iguaçu, São João de Meriti e Duque de Caxias. A Estrada de Ferro Central do Brasil possui no território municipal as estações de Nilópolis e Olinda, distantes, respectivamente, de D. Pedro II, 28,7 km e 27,7 km. Na Prefeitura local estão registrados 155 automóveis e 288 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Embora não tenha estabelecimentos comerciais atacadistas, o comércio do município é sobremodo desenvolvido, possuindo na sede 1 533 estabelecimentos varejistas e, em todo o município, cêrca de 4 000. O serviço bancário é feito através de 2 agências bancárias (Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais e Banco de Itajubá). Em 28 de fevereiro do corrente ano os saldos

Estação da E.F.C.B.

apresentados, em milhares de cruzeiros, foram: Caixa, em moeda corrente — 4 063; Empréstimos em c/c — 1 138; Títulos descontados — 25 090; Depósitos a vista e a curto prazo — 49 426; Depósitos a prazo — 774. Há uma agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, com 8 173 cadernetas em circulação e depósitos no valor de 19 milhões de cruzeiros (30-VI-57).

RIQUEZAS NATURAIS — São poucas as possibilidades do município em riquezas naturais. A sua pequena extensão territorial e o fato de se achar completamente arruado não permitem atividades nesse sentido.

ASPECTOS URBANOS — Todo o território do município constitui um só aglomerado urbano. Nilópolis dispõe dos requisitos de uma cidade moderna: ruas calçadas, água, luz, esgotos, telefones, etc. O transporte urbano é feito através de 4 linhas de ônibus. Possui 1 050 aparelhos telefônicos instalados; 7 580 ligações elétricas; 5 007 domicílios servidos por abastecimento de água; 4 cinemas.

COMUNICAÇÕES — O DCT mantém no município as Agências Postais-telegráficas de Nilópolis e Olinda. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A Prefeitura dispõe de um Serviço de Assistência Educacional, com serviços médico, dentário e alimentar. Os serviços oficiais de saúde são controlados pelo Pôsto de Saúde de Nilópolis. Nesse setor há mais: Farmácias — 33; Médicos — 11; Dentistas — 15; Farmacêuticos — 11.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950 (39 131), sabiam ler e escrever 15 696 homens e 13 686 mulheres, representando 75% da população dessas idades.

Ensino — O ensino primário é ministrado em 41 estabelecimentos, dos quais 3, incluindo 2 grupos escolares, mantidos pelo Govêrno do Estado; 8, pela Prefeitura Municipal e 30, de entidades particulares. O ensino extraprimário conta com 23 estabelecimentos, todos de entidades particulares, dos quais ministram: Curso Ginasial — 3; Clássico e Científico — 2; Comercial — 1; Ensino Profissional — 18; Artístico — 3.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro a seguir tem-se o índice das arrecadações federal, estadual e municipal, e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	9 492	5 169	4 004	5 169
1951	...	12 357	8 705	5 500	8 705
1952	...	17 185	10 160	6 940	10 160
1953	2 151	19 321	11 438	7 202	11 438
1954	9 579	23 393	11 562	6 608	11 562
1955	14 176	35 744	15 413	8 685	15 413
1956	22 818	40 497	18 500	11 780	18 500

OBSERVAÇÕES: No período de 1950 a 1952 não existia Coletoria Federal no município.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Possui o município dois monumentos. O busto do Dr. Paulo de Frontin, inaugurado em 1914, em cujo pedestal se lê: "Ao Grande Brasileiro Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, Precursor do Progresso de Nilópolis — O Povo Agradecido", e o monumento comemorativo da elevação de Nilópolis à sede de distrito, pela Lei estadual n.º 1 332, de 9 de novembro de 1916. É de cantaria, com uma placa comemorativa de mármore.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município tem sua vida intimamente ligada à do Distrito Federal, mantendo com a cidade do Rio de Janeiro o maior intercâmbio social e econômico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta com 4 cinemas, 21 associações culturais e desportivas, 5 tipografias, 1 cooperativa de crédito e 1 de consumo.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Nilópolis e Olinda.

NITERÓI — RJ

Mapa Municipal na pág. 183 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Foi sempre das mais destacadas a posição de Niterói nos fastos da nossa História. A vasta região às margens da Guanabara, a antiga Niterói dos Tamoios, que habitavam estas mesmas paragens, de esplendores por todos proclamados, desde as mais remotas eras, está limitada, no município de Niterói, a uma área de 134 quilômetros quadrados (exclusive águas internas).

As maravilhas e encantos maiores da natureza, assim tão pródiga nestas plagas, estão distribuídas pelas praias incomparáveis e os montes circundantes, bem como pelos vales, outrora dominados pelas plantações de cana-de-açúcar e cereais, hoje ocupados pelas avenidas, praças, ruas e outros logradouros, todos habitados e ainda mais embelezados, tornando assim, êsse conjunto paisagístico urbano, uma das mais belas, aprazíveis, progressistas e atraentes das metrópoles do Brasil e das Américas — a cidade de Niterói.

Os Tamoios foram, primitivamente, os únicos possuidores dessas terras, assim encantadoras e dominadoras; também seriam os legítimos defensores dos territórios marginais da Guanabara. Êsses, os primitivos povoadores, foram surpreendidos pelos primeiros conquistadores, portuguêses e franceses, que lutariam pela posse da terra descoberta. Foi assim desde janeiro de 1502, quando a expedição de André Gonçalves aportou à Guanabara, julgando ancorar na foz de um grande rio que recebeu o nome de Janeiro — o do mês da descoberta. Os ameríndios tomaram partido e foram despojados dos seus preciosos tesouros pelos portuguêses, cumpliciados com a tribo inimiga, chefiada pelo "cobra-feroz" — o Araribóia. As principais batalhas foram travadas nas margens cariocas da formosa baía, e sòmente das últimas refregas seriam cenário, empolgante e arrebatador, as praias circunvizinhas da "Praia Grande", na "Banda d'Além", proximidade das "Barreiras Vermelhas". Seriam êsses chãos os que também deveriam constituir o prêmio maior, recompensa segura e valiosa para as atividades guerreiras dos valentes Tupiminós.

Com a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, as terras marginais da Guanabara integrariam o grandioso legado de Martim Afonso de Souza, nome também pelo qual foi mais tarde batizado o cacique Araribóia. Empolgado pelos vastos domínios em terras do Brasil, tal a extensão da Capitania de São Vicente, dedicou-se mais o fidalgo luso ao patrimônio representado por São Paulo, onde foi fundada, na ilha de São Vicente, a primeira cidade brasileira.

O Rio de Janeiro tornou-se prêsa fácil dos aventureiros que, após a descoberta de Cabral, excursionariam pelo Atlântico Sul. Os franceses foram dos primeiros a instalar-se nas ilhas e mesmo em terras do continente.

Não foi fácil a emprêsa hercúlea de desalojá-los. A "França-Antártica", idealizada pelos expelicionários dessa

Vista aérea parcial do centro da cidade.

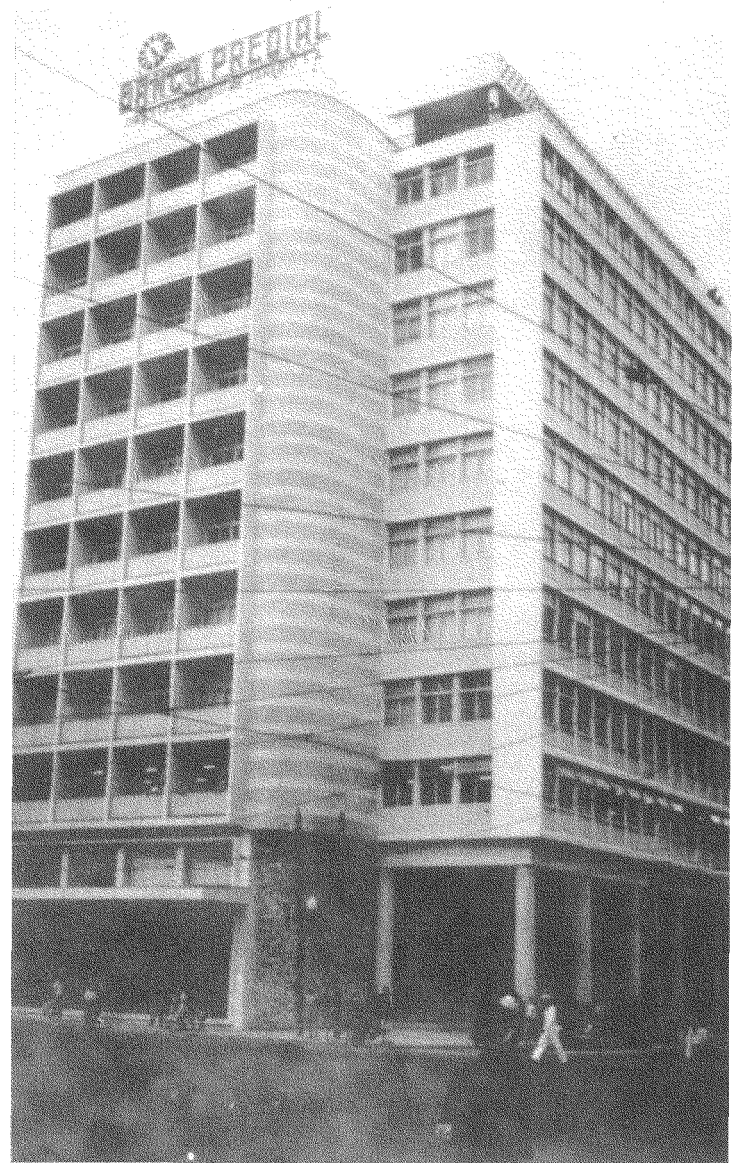
Igreja-Matriz de São Lourenço.

origem, deixaria, entretanto, de ser uma realidade graças sòmente ao heroísmo de Estácio de Sá e à tenacidade de Mem de Sá, com a ajuda preciosa das hostes de Araribóia.

A história antiga de Niterói é contemporânea da vitória dos portuguêses. A sesmaria do Dr. Antônio de Mariz ou Marins Coutinho, Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, bem como as de Pedro Martins Namorado e José Adôrno, incorporando as terras de São Lourenço e Caraí (Icaraí), doadas em 1560 e 1565, jaziam ainda semi-abandonadas, quando se processou a desistência do fidalgo português e sua mulher Isabel Velho para formar o patrimônio de Araribóia e sua gente. Era esta sesmaria constituída de "todo o terreno, desde as primeiras barreiras vermelhas, correndo ao longo da baía acima, caminho do norte, até completar uma légua de terras e duas léguas para o sertão... Começava, na realidade, em Gragoatá e rumava até Maruí, onde tinha início outra sesmaria. A doação por Mem de Sá tornou-se efetiva a 16 de março de 1568, sendo a posse solene, com a presença do Governador Cristóvão de Barros, realizada em 22 de novembro de 1573. É a data maior de Niterói, considerada feriado municipal e ainda solenemente comemorada, todos os anos, mesmo em detrimento da efeméride de 10 de maio, quando, em 1819, verificou-se a emancipação da Vila Real da Praia Grande.

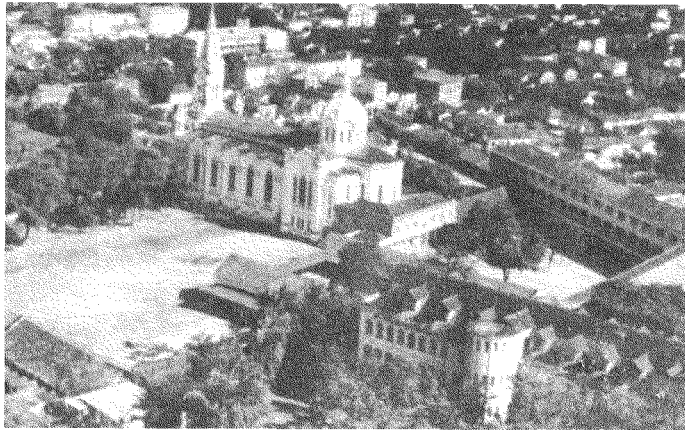
Instalou-se Araribóia, com a sua tribo, na encosta do morro de São Lourenço, onde foram construídas as primitivas choupanas e igualmente uma capela — a primeira edificada em Niterói. Com o tempo desenvolveu-se a aldeia; aumentaria, ràpidamente, o número dos casebres, mantendo os índios pequenas roças de milho e de mandioca, ao lado de incipiente indústria de cerâmica. Eram os ameríndios assistidos pelos jesuítas e pelas autoridades, e a aldeia aos poucos prosperava. Não tardou muito que as terras da sesmaria fôssem dadas em aforamento aos aventureiros que procuravam usurpar a propriedade dos Tupiminós. A morte de Araribóia, segundo Varnhagen, em 1587, devia agravar a situação aflitiva dos homens da aldeia de São Lourenço, cujas terras continuavam a ser invadidas por exploradores, proporcionando demandas de grande duração e suscitando dúvidas, algumas prolongadas através dos séculos. O aldeamento foi extinto em 26 de janeiro de 1866 pelo Govêrno da Província, tal a situação de decadência.

A igrejinha do morro de São Lourenço, que substituiu a primitiva capela, ainda resistindo às intempéries, é o principal monumento da cidade e está incorporada ao nosso Patrimônio Histórico.

A decadência da sede da aldeia de São Lourenço contrastava com a prosperidade das demais regiões das diversas sesmarias, para onde legiões de imigrantes eram atraídas pela fertilidade das terras e as múltiplas vantagens proporcionadas pela proximidade da Guanabara e ainda da cidade do Rio de Janeiro. Surgiram, em curto prazo, povoações diversas na Praia Grande, em Icaraí, Maruí,

Edifício do Banco Predial.

Praia de Icaraí.

São Domingos, São Gonçalo, São Francisco, Jurujuba, Itaipu e outras localidades, ao mesmo tempo em que aumentavam as lavouras e pequenas indústrias nas múltiplas propriedades em que também se multiplicavam as sesmarias. As capelas distribuídas por êsses territórios, já habitados por colonos portuguêses e por escravos em grande número, davam demonstração cabal do progresso alcançado por todos êsses núcleos populosos; em breve algumas delas seriam as sedes das novas freguesias das margens da Guanabara.

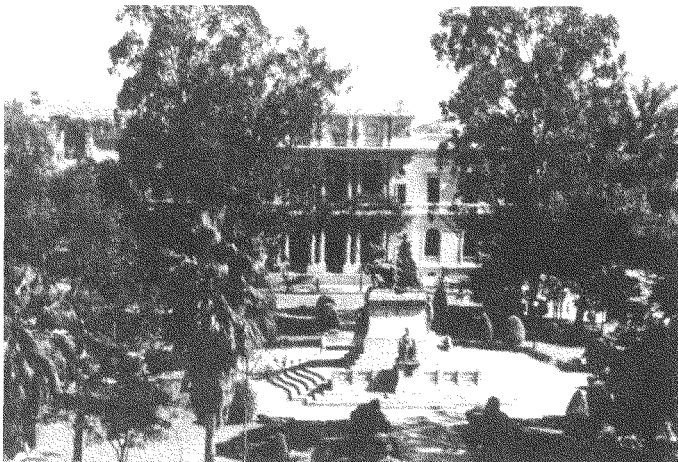
Desde as praias atlânticas, em Piratininga e Itapuig ou Itaipu, até as margens do Guaxindiba, foram edificadas, nos séculos XVII e XVIII, muitas e muitas capelas; as de São Gonçalo, São João Batista de Icaraí e São Sebastião de Itaipu foram sedes das freguesias, criadas respectivamente em 10 de fevereiro de 1647, 18 de janeiro de 1696 e 12 de janeiro de 1755. Entre outras de menor importância, na região das futuras freguesias, foram edificadas as capelas de São Lourenço, reconstruída em 1767; São João, em 1660; Nossa Senhora das Necessidades, próxima à de São João, construída em 1743; Nossa Senhora da Conceição, por Antônio Corrêa Pina, existindo desde 1663; São Domingos, por Domingos de Araújo, em 1652; Nossa Senhora da Boa Viagem, por Diogo Carvalho da Fontoura, já existente em 1663; Nossa Senhora da Conceição, na ilha de mesmo nome, por Manuel Rodrigues de Figueiredo, em virtude da Provisão de 16 de julho de 1711; Nossa Senhora da Conceição, em Jurujuba, pelo padre Manuel Rodrigues; São Francisco Xavier, pelos padres jesuítas, na fazenda de propriedade dos mesmos, existindo desde 1696; São Pedro, em Maruí, por José Pereira Correia e seu irmão Francisco Vitoriano Pereira, com Provisão de 17 de agôsto de 1751; Santa Rosa de Viterbo, por Provisão do Bispo D. Francisco de São Jerônimo, pelo capitão Pedro Barreiros de Souza; Nossa Senhora da Conceição, em Pendotiba, pela Provisão de 12 de janeiro de 1787, por José Fernandes de Souza; Santana, com Provisão de 30 de dezembro de 1732, por João Martins Brito; Santo Inácio, no sítio da Armação das Baleias, por José Joaquim do Cabo e João Marcos Vieira, tôdas na freguesia de São João Batista e Caraí; São Gonçalo, em 1644, por Gonçalo Gonçalves, em Guaxindiba, transferida mais tarde para as margens lo Imboaçu; Nossa Senhora da Luz, em Itaoca, pelo capitão Francisco Dias da Luz, em 1647; Nossa Senhora da Esperança, em 1710, por Gregório Dutra, em Ipiíba; Nossa Senhora do Rosário, no Engenho Pequeno, reconstruída pelo Capitão Miguel Frias Vasconcelos; Santa, em Pachecos, por Francisco Dorland, em 1713, reconstruída por João Pacheco Pereira, com Provisão de 27 de abril de 1750; Santíssima Trindade, na Fazenda da Trindade, em 1729, renovada por Provisão de 21 de fevereiro de 1774; Santana, em Columbandê; Nossa Senhora do Destêrro, em Piíba ou Ipiíba Grande, por Domingos Pais Pereira, com Provisão de 12 de janeiro de 1737; São Tomé, na ilha dos Flamengos, pelo cônego João Vaz Ferreira, com Provisão de 12 de setembro de 1764, tôdas na freguesia de São Gonçalo; São Sebastião, em Itaipu, em 1716; Nossa Senhora do Bonsucesso, em Piratininga, por Alberto Gago

Trecho do bairro de Santa Rosa.

da Câmara; Nossa Senhora da Assunção, em 1734; Nossa Senhora da Conceição, em Itaocaia; Nossa Senhora da Penha, na barra de Piratininga, por José Viegas Lisboa, com Provisão de 4 de outubro de 1745, tôdas na freguesia de São Sebastião de Itapuig.

No século XVIII o progresso econômico atingiria proporções maiores e, ao lado das fazendas, não poucos eram os engenhos de açúcar e aguardente, da mesma forma que prosperavam as lavouras de cereais, mandioca, legumes e frutas. O comércio desenvolvia-se na mesma proporção das atividades agrícolas e as dezenas de barcos de transporte de gêneros e passageiros davam maior movimento ao litoral, em constante intercâmbio com outros portos das diversas freguesias e igualmente com os da cidade do Rio de Janeiro. Consolidavam-se, assim, nos fins do século XVIII, as possibilidades de progresso das freguesias, que eram já habitadas por milhares de paroquianos — livres e escravos. Possuíam já as de: São Gonçalo, São João de Caraí e São Sebastião de Itapuig, constituindo um único distrito, segundo o relatório apresentado pelo mestre-de-campo-auxiliar — Jorge de Lemos Parady "na conformidade das ordens do Ilmo. e Exmo. Senhor Marquez de Lavradio", em janeiro de 1799:

"3 vigários colados
1 coadjutor
3 sacristaens
1 309 fogos
3 engenhos d'agoa ardente
28 engenhos de assucar"

com a produção de:

"623 caixas de assucar
451 pipas d'agoa ardente"

Praça da República.

Os mantimentos produzidos em um ano constariam de:

13 800 alqueires de farinha
2 800 alqueires de feijão
2 161 alqueires de milho
1 150 alqueires de arroz

As embarcações, lanchas e saveiros, pertencentes aos diversos proprietários de terras e comerciantes, localizados na "enseada ou saco da Boa Viagem" e nos portos de: "São Domingos, Praya Grande, Mata-porcos, Maruy, Valla, Barreto, São Gonçalo, Pôrto Velho, Pôrto Novo, Boaçu, Luz e Guaxindiba" eram em número de 71. Completam o relatório estas preciosas e não menos pitorescas informações: "Neste Destrito ha hua Aldea de Índios, com a invocação de São Lourenço, com um vigário encomendado — Não contem V.ª algúa, ou Arrayal, nem fábricas de madeiras, nem terras por cultivar".

Tôdas essas freguesias estariam sujeitas à mesma administração, quando D. João VI resolveu emancipar a Vila Real da Praia Grande. O século XIX, com a vinda de

Prédio do Museu Antônio Parreiras.

D. João VI para o Brasil, marcaria o apogeu do progresso das freguesias do Recôncavo e particularmente a de São João de Icaraí. Não tardou muito a que o Príncipe tivesse as atenções voltadas para a "banda d'alem". São Domingos foi o sítio preferido para os prolongados ócios das tarefas governamentais. A privilegiada situação dêsse recanto pitoresco, nas vizinhanças da Metrópole, conquistaria essa preferência. Tornou-se famoso, nesses sítios, o dia 13 de maio de 1816, quando D. João resolveu passar a data do seu natalício em São Domingos. A população da Praia Grande alvoroçou-se com a presença da "Nobreza" e as demonstrações militares, em que tomava parte tôda a tropa aquartelada nas imediações, principalmente a "Divisão de Voluntários Reais". Não faltariam a essas solenidades, pela vez primeira verificadas nessas plagas, a presença do Corpo Diplomático, "dos Príncipes D. Pedro e Infante D. Miguel, da Rai-

Edifício Visconde de Itaboraí.

Grupo Escolar Joaquim Távora.

nha Nossa Senhora das Princesas Suas Augustas Filhas". As crônicas da época salientaram "o espectaculo, que apresentava o Campo de S. Helena, no dia 13 de corrente (Maio de 1816), era único e tocante: o espectador extasiado imaginava ver alli o Throno do primeiro Affonso, o Altar do Hymeneo, e os namorados Campos de Albuera, Victoria e a simplicidade do ornato, ao mesmo tempo que quadrava com a natureza do local, dava realce à magestade do cerimonial".

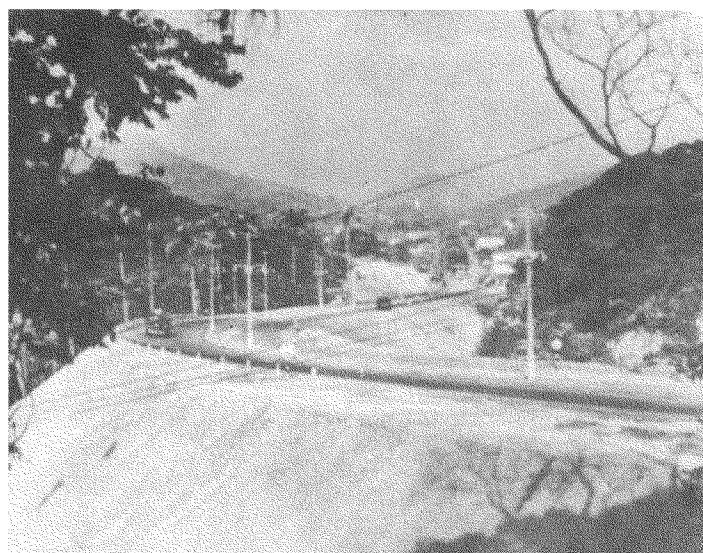
A criação da Vila Real da Praia Grande seria conseqüência lógica dessas demonstrações de carinho e solidariedade de tôda uma população a el-Rei. O processo seria longo e as demarches prolongar-se-iam por alguns anos. Desde a representação do Ouvidor do Rio de Janeiro, Dr. Manuel Pedro Gomes, em 26 de janeiro de 1817, até o Alvará régio de 10 de maio de 1819, e conseqüente instalação da Vila Real, prolongaram-se também as manifestações de simpatia pela causa da emancipação. A 11 de agôsto de 1819 realizava-se a solene instalação, com as demonstrações máximas de regozijo da população agradecida. Uma nova era de progresso também seria iniciada para tôda a região, assim distinguida pela generosidade real. Os festejos multiplicaram-se, desde o solene Te-Deum às maiores demonstrações de júbilo do povo. Foi feliz a Vila Real da Praia Grande com o seu primeiro govêrno. Traçado o plano de urbanização das terras das freguesias de São Lourenço e São João, foi, segundo documentação preciosa, o mesmo de autoria de José Clemente Pereira — o primeiro Juiz-de-Fora nomeado.

Vista parcial da cidade.

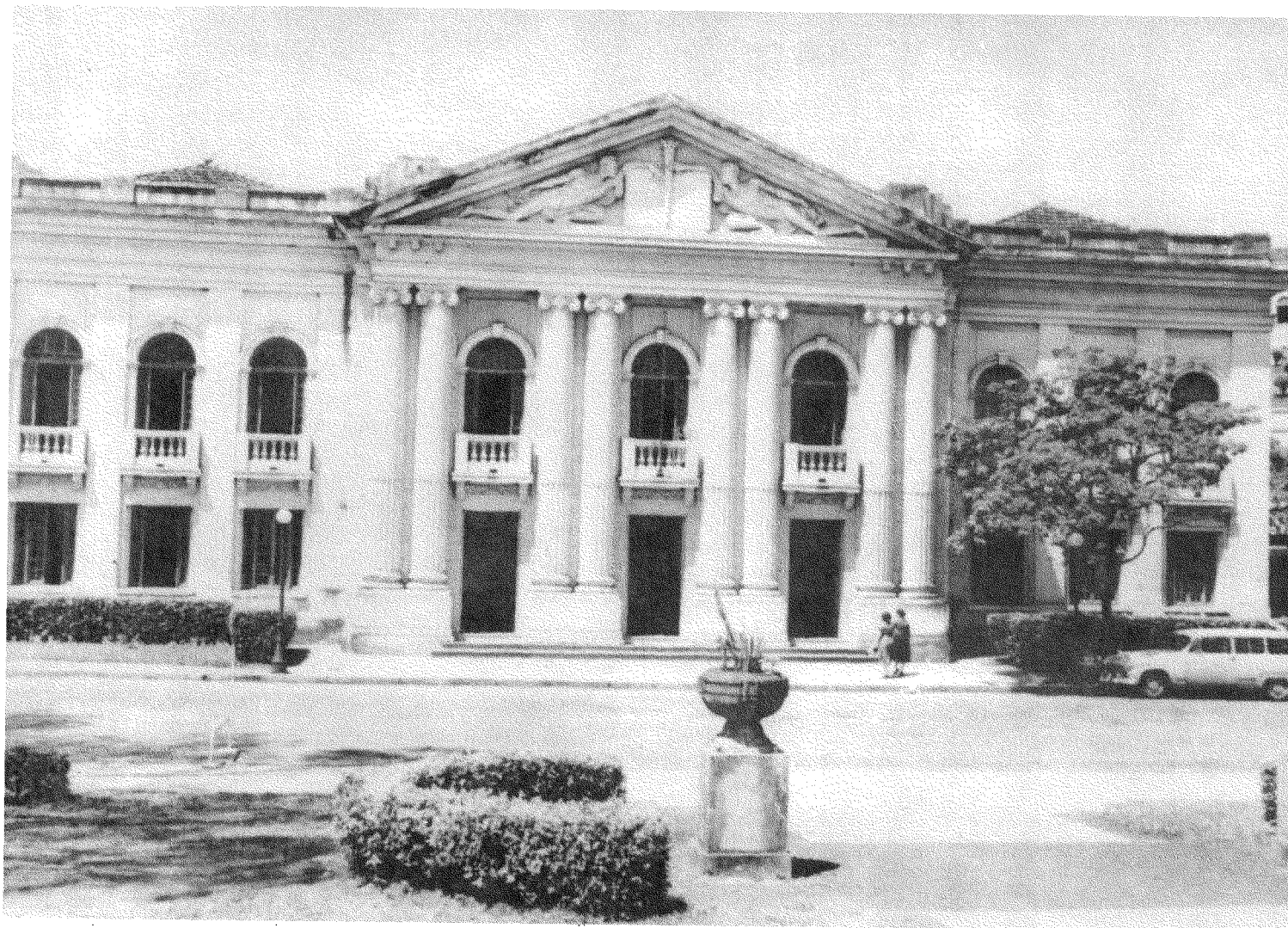
Quando deixou o cargo, em 1821, a Vila já possuía 747 habitações e 5 015 habitantes, sendo 2 771 escravos e 2 244 livres. A receita da Câmara foi, nesse ano, de 2:164$715 e a despesa de 2:022$365.

Ainda em 1821, José Clemente Pereira transmitiu o honroso cargo ao seu substituto, o Dr. Antônio José de Siqueira e Silva, depois de haver prestado os mais relevantes serviços à nova comuna, conquistando a estima e gratidão da população.

Os acontecimentos relacionados com a nossa independência política, antes e depois, deviam refletir, com intensidade, na Vila Real da Praia Grande. Nas freguesias próximas, incorporadas ao patrimônio comum, pelo Alvará de 10 de maio de 1819, êsses fatos e os relativos às lutas com os franceses, no começo do século XVIII, tiveram também a mesma repercussão.

Não foi das menos práticas e eficientes a cooperação das tropas, enviadas pelas freguesias da "banda d'além" para dar combate aos franceses no Rio de Janeiro, por ocasião das invasões dos contingentes comandados por Duguay-

Vista da rodovia Amaral Peixoto.

Trouin e Duclerc, em 1711 e 1710, respectivamente. As últimas pugnas, no centro urbano, tiveram a colaboração preciosa, oportuna e decisiva dos milicianos de diversas zonas dessas freguesias de aquém Guanabara; em combate travado nas proximidades do Cais Pharoux, quando entrincheirados os intrusos no trapiche de Luiz Mota Leite, lutando contra as tropas de Duclerc, perdeu a vida o capitão-de-cavalaria Antônio Dutra da Silva, que comandava os milicianos de São Gonçalo e outras regiões, os defensores do referido reduto.

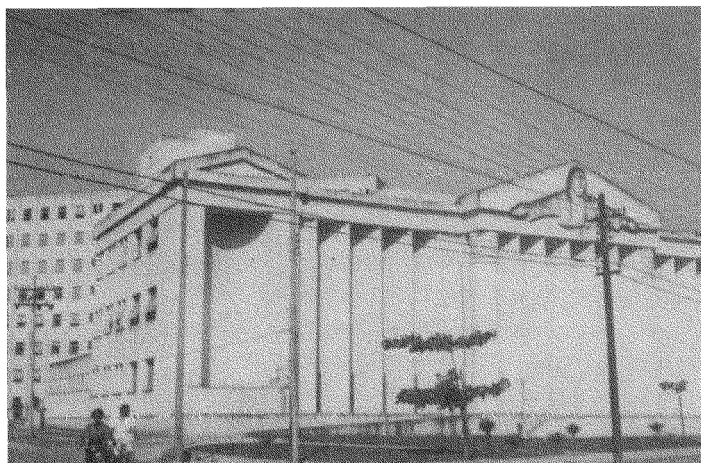
Antes ainda da data magna de 7 de setembro, não menos ativas e destemerosas mostraram-se as milícias da Praia Grande. Revoltadas as tropas do general Avilez, aquarteladas na Armação, êsses tiveram a repulsa dos milicianos e do próprio povo. Os revoltosos foram obrigados a pedir clemência a Pedro I, apressando assim o embarque para Portugal, quando é certo que pretendiam entrincheirar-se na fortaleza de Santa Cruz, para resistir às colunas emancipadoras, logo após as solenes declarações do Príncipe Regente de permanecer no país. Foram dêsse gênero e dêsses méritos as contribuições para os mais destacados movimentos em favor da nossa autonomia e da Independência, não fal-

Edifício da Biblioteca do Estado.

tando o pronunciamento da Câmara, dos milicianos e do povo da Praia Grande.

Continuou prosperando a vila criada por D. João VI, desempenhando, permanentemente, missões preponderantes em tôdas as situações críticas para a nacionalidade, embora dependentes do Govêrno da Metrópole, tal qual acontecia às demais circunscrições da Província do Rio de Janeiro, de acôrdo com a Constituição em vigor. O "Ato Adicional", de 12 de agôsto de 1834, deveria criar uma situação excepcional para os anseios de progresso da Vila Real. Alcançada a verdadeira autonomia da Província do Rio, pela emancipação do município neutro, com administração autônoma, foi eleita a primeira Assembléia Provincial e os deputados convocados pelo Presidente — Joaquim José Rodrigues Tôrres, futuro visconde de Itaboraí, para reunirem-se na Vila Real da Praia Grande. Dessa primeira Assembléia faziam parte as personalidades de maior relêvo no cenário político nacional e que mais intensamente haviam colaborado para a emancipação política. Entre outros dêsses vultos eminentes, basta citar os nomes, aureolados pela glória, de Evaristo da Veiga, Gonçalves Lêdo, José Clemente Pereira, Francisco das Chagas Werneck, Caldas Viana, Paulino José Soares de Sousa (o futuro visconde de Uruguai), que, em colaboração com o Presidente Joaquim José Rodrigues Tôrres (visconde de Itaboraí), deviam dar organização definitiva à administração da Província do Rio de Janeiro. Das primeiras Leis votadas seria a localização da capital da Província. A escolha recairia ainda na mesma vila, sede provisória e que foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 6, de 28 de março de 1835, com a consagração do topônimo Niterói.

Ao lado de outras sábias e patrióticas iniciativas, dêsse período áureo da administração da Província, deve ser salientada, como medida de alto descortino, a criação da Escola Normal de Niterói — a primeira do Brasil e das Américas. Iniciava-se para a nova cidade, assim distinguida pelo poder público, das mais ativas atuações no cenário político-administrativo da Província e do Império. O progresso, embora lento, dominaria todos os setores das múltiplas atividades de uma população culta e laboriosa. Centro culto, dos de maior importância no Império, não foi das menores a contribuição nos demais acontecimentos do país. Para a presidência da Província do Rio, considerada uma das pastas dos Ministérios, seriam sempre escolhidos os mais experimentados estadistas, com destacada posição nos partidos Liberal e Conservador. Desde o visconde de Itaboraí, em 1834, até o conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, em 1889, ocupavam êsse elevado pôsto os mais eminentes vultos da política nacional, entre os que mais se salientavam na administração da coisa pública em terras do Império do Brasil. Tal a importância de Niterói, em função dêsses múltiplos privilégios, que foi concedida, em 22 de agôsto de 1841, à capital fluminense o honroso título de "Imperial Cidade". Essas prerrogativas, assim elevadas e preponderantes, na política do Império, sempre sob o pálio protetor do poder moderador, representado por D. Pe-

Vista parcial do bairro Saco São Francisco.

dro II, não impediriam que muitas outras reivindicações empolgassem as elites da terra niteroiense. A Cidade Imperial, capital da Província do Rio de Janeiro, seria também um foco de agitações em tôrno dos movimentos — abolicionista e republicano. Foi o quartel-general da mocidade fluminense empenhada nas pugnas pela proclamação e consolidação da República. Alguns dos seus filhos ilustres, entre êles Benjamin Constant e Miguel Lemos, foram reformadores e pensadores do mais alto descortino e de grande predomínio nos meios culturais do país. Outros valores intelectuais colaborariam no próprio meio, nos Clubes Republicanos, nas cátedras e nas praças públicas; entre os últimos bastaria citar os agitadores, pensadores e intimoratos propagandistas vindos de Capivari (atual Silva Jardim) e Itaboraí — Silva Jardim e Alberto Tôrres. Por essas mesmas razões, a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, não surpreendeu o povo de Niterói, que, na mesma data, em festas e passeatas cívicas, com a contribuição valiosa e dominadora dêsses e de outros líderes, pioneiros do movimento republicano vitorioso, consagrou-se pùblicamente à nova forma de govêrno, implantada sem lutas fratricidas em terras do Brasil. Conseqüência, ou não, dêsses fatos, que seriam resultantes da implantação do regime republicano, não foram dos melhores os dias que se sucederam à mudança de govêrno na terra fluminense, com reflexo da capital do Estado do Rio de Janeiro. A Província do Rio havia conquistado posição de máxima projeção entre as demais que integravam o Império do Brasil. O poderio econômico, fruto do trabalho dos fluminenses e principalmente do braço escravo, até maio de 1888, sòmente encontrava paralelos no relêvo e prestígio maiores dos mais eminentes estadistas e políticos do Império, fluminenses de

Hospital Municipal Antônio Pedro.

nascimento ou com influência direta na política da Província, entre outros — Itaboraí, Sepetiba, Uruguai e Caxias. A nova orientação política dos detentores do poder, nos primórdios das administrações republicanas, aliada a fatôres múltiplos oriundos da mudança do regime, culminaria nas desordens e verdadeira revolta em diversos municípios; originavam-se essas na cisão entre os políticos da propaganda e os que, no Govêrno do Estado, tudo fariam para desalojá-los das posições de mando, nas circunscrições em que tornaram vitorioso o mesmo credo político. Na capital do Estado reuniram-se, no curto espaço de dois anos, dois Congressos Constituintes — Senado e Câmara, em 1891, e Assembléia Fluminense Constituinte, em 1892, conseqüência esta última da deposição do primeiro governador, nomeado pelo general Deodoro da Fonseca — o Sr. Francisco Portela.

O município de Niterói, ainda conservando, até 1890, tôda a vastidão territorial das quatro primitivas freguesias, transformadas já em outros tantos distritos ricos, populosos e prósperos, sofreria o mais rude dos golpes, quando, pelo Decreto de 22 de setembro de 1890, foram separadas as freguesias de São Gonçalo, Nossa Senhora da Conceição de

Escola Industrial Aurelino Leal.

Cordeiro e São Sebastião de Itaipu, para constituírem o novo município de São Gonçalo. Não bastaria essa mutação brusca, reduzindo a área municipal de Niterói para apenas 83,86 quilômetros quadrados, para reduzir de muito a pujança da circunscrição-sede do Govêrno estadual. Embora as novas modificações impostas, quer pelo Govêrno provisório do almirante Baltasah da Silveira, quer as sugeridas pelo presidente eleito, Dr. José Tomás Porciúncula, à Assembléia Legislativa, resultou finalmente vitoriosa a mutilação territorial para maior esplendor do novo município recém-criado. Ainda não seriam essas as conseqüências máximas para a terra niteroiense, em face dos novos movimentos que agitavam a mesma e convulsionavam o país, em muitos dos Estados, refletindo desastrosamente na Capital. Niterói seria levada ainda a muitos outros sacrifícios, da mesma forma que conquistaria outras glórias, das quais a maior não foi certamente a de ser considerada "Cidade Invicta"; essa honraria seria ainda resultante do heroísmo dos seus filhos e não menor das autoridades constituídas e comandantes militares, todos integrados nas mesmas aspirações de consolidar a República e defender o patrimônio sagrado, lega-

do pelos propagandistas e pelos que plasmaram como heróis de outras vitórias a nacionalidade brasileira.

A revolta de 1893, com os múltiplos malefícios para a República e para a própria Nação, ainda combalida, teria reflexos os mais desastrosos para a cidade de Niterói. Monumentos foram destruídos, bairros sacrificados, aos milhares mortos e feridos entre os defensores e as famílias indefesas, êxodo em massa da população para as zonas rurais e cidades próximas, lares desfeitos, ruínas, dores, sangue, lágrimas e desolação por tôda parte, ao troar dos canhões e aos choques das armas na faixa litorânea e no centro urbano — enfim, as conseqüências funestíssimas da guerra civil na cidade indefesa, sòmente contando com o heroísmo de seus filhos e a fibra do mais puro civismo dos batalhões patrióticos e dos seus comandantes, de que representa o maior padrão de glórias o grande defensor da "Cidade Invicta" — o general Fonseca Ramos. Esta página é a mais brilhante da história de Niterói, quando todo o país sofria os horrores da revolução de 1893, com os mais danosos efeitos para o prestígio do Brasil e mui particularmente para o progresso do Estado do Rio de Janeiro e sua Capital. O povo niteroiense continuaria a resistir e a dar as mais concludentes provas de civismo e heroísmo, mas o govêrno constituído, na defesa das prerrogativas da administração, reservaria o direito de resguardar-se dessas desastrosas conseqüências da luta entre irmãos, em plena Capital do Estado.

Não vingou, de início, é certo, o ato do primeiro Governador republicano, transferindo a capital para a cidade recém-criada de Teresópolis; a Assembléia Legislativa foi, entretanto, convocada extraordinàriamente, em janeiro de 1893, para tratar da mudança da capital. Os debates prolongaram-se e múltiplas foram as sugestões e também os projetos e emendas, relativos todos a essa mudança, considerada urgente e indispensável, em face das últimas lutas, de que a maior vítima teria sido a cidade de Niterói. Mais uma vez pleiteavam essa primazia as cidades de Petrópolis, Campos, Teresópolis, Vassouras e Nova Friburgo, através das propostas fundamentais dos seus legítimos representantes. Não foram poucos também os que, apesar das razões de Estado e a premência de tempo, ainda julgavam possível a permanência de Niterói. Foi finalmente vitoriosa, em outra reunião, a transferência imediata para a cidade de Petrópolis, verificada após a resolução legislativa, a princípio em caráter provisório, em 30 de janeiro de 1894, e, mais tarde, em definitivo, em 1.º de outubro do mesmo ano. Profundas essas mutações sofridas pela posição da cidade, nesse curto período de trajetória acidentada, desde a proclamação da República. Necessário seria tempo, e ainda maiores desvelos, para a reconstrução da cidade e o novo aparelhamento das suas fôrças econômicas, políticas e sociais, para novos empreendimentos compensadores dêsses prolongados sacrifícios. Novas lutas políticas no Estado, e ainda a crise econômica refletiriam poderosamente na fisionomia tristonha

Palácio da Justiça.

Edifício-Sede do Canto do Rio Futebol e Regatas.

da cidade, despojada então da glória maior de ser a sede do govêrno estadual. Não desanimariam, entretanto, os que acalentavam esperanças de um rápido ressurgimento, de um predomínio político, de uma transformação das mais campletas e, finalmente, do retôrno, em breve prazo, às mesmas honras de Capital do Estado.

Nos governos de Porciúncula (parte final), Maurício de Abreu e Alberto Tôrres, bem como em parte do triênio de Quintino Bocaiúva, o Estado do Rio de Janeiro teve como sede a cidade de Petrópolis.

Processava-se ativamente o movimento reivindicador.

As hostes dos que aspiravam à volta da capital para Niterói aumentavam e consolidavam-se. Através das muitas mutações políticas, não difícil foi à Assembléia Legislativa, já sob a nova orientação imposta pela vitória política de Nilo Peçanha, eleito Presidente do Estado, em 1903, decidir pela transferência da Capital. Por deliberação da Assembléia, de 4 de agôsto de 1902, Niterói tornaria a merecer a tão ambicionada e disputada honraria de ser a sede do Govêrno fluminense. A solene instalação realizar-se-ia em 20 de junho de 1903, com as máximas demonstrações de júbilo maior das autoridades e do povo. Durante um longo período de quase um século de vida autônoma, desde 1819, embora com bases sólidas e grandes possibilidades, continuou morosamente, até a primeira década do século XX, o progresso da cidade.

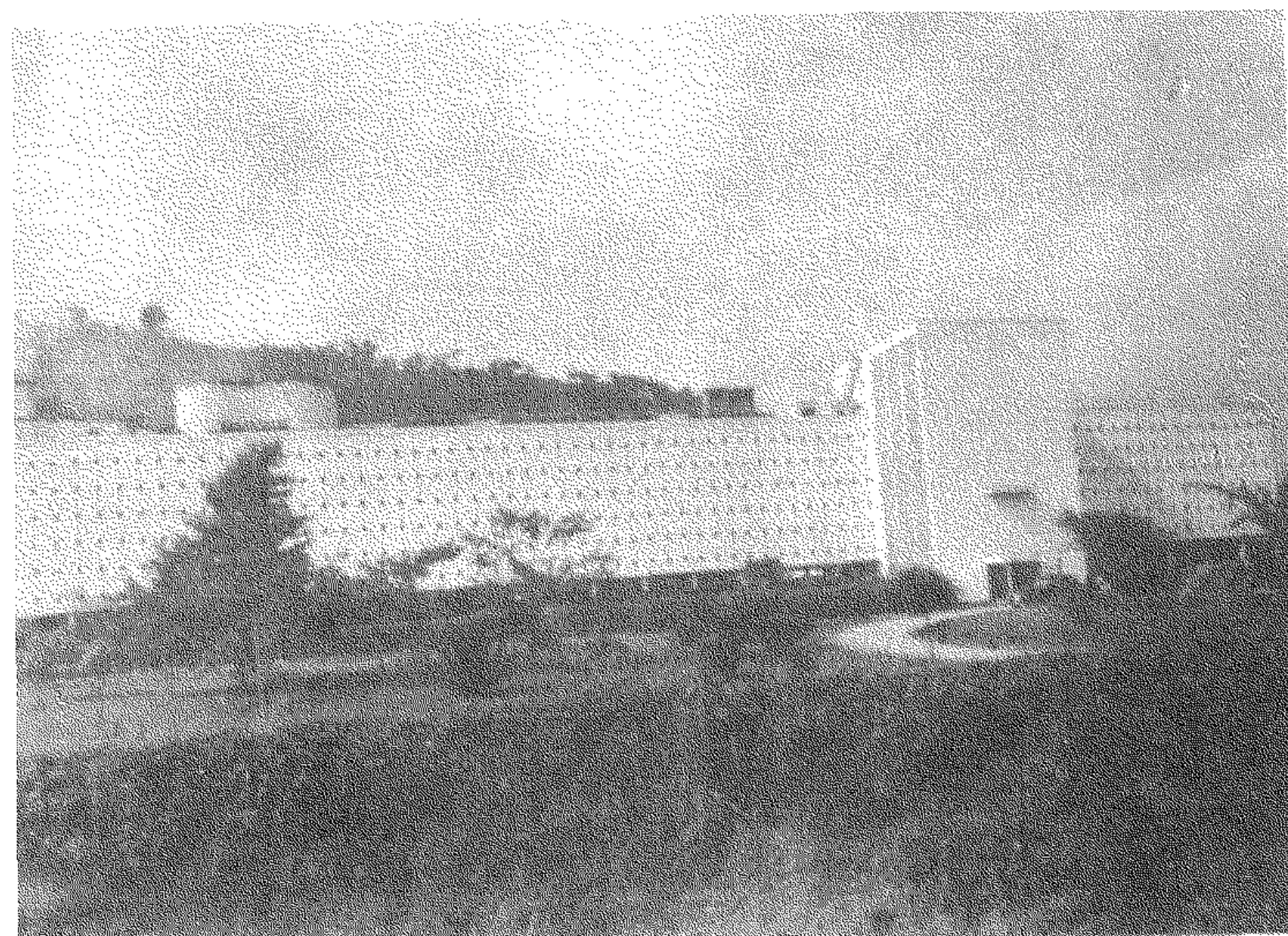
Após a reinstalação da capital em Niterói, retomadas as condições normais de paz e de trabalho profícuo, foi que a "Cidade Invicta" voltou ao ritmo bem mais acelerado de progresso. Nas administrações dos prefeitos nomeados, principalmente Paulo Alves e Pereira Ferraz, nos governos Nilo Peçanha e Alfredo Baker, as transformações foram as mais completas, ampliando de muito o ótimo plano de urbanização de José Clemente Pereira, com a abertura das novas e amplas avenidas, reforma dos parques e embelezamento das praias. Êsse novo impulso para as conquistas relativas às modernas técnicas inovadoras, principalmente urbanísticas, influiria extraordinàriamente para melhorar a fisionomia dos bairros antigos, já agora modernizados e apresentando novos aspectos. Êsses melhoramentos atingiram ainda mais elevado clímax nos governos dos prefeitos Feliciano Sodré, Gustavo Lira, Vila Nova Machado e Otávio Carneiro, com ampliação das obras de saneamento, calçamento e embelezamento, bem como criação de novos serviços a serem continuados por outras administrações que, mais ou menos intensivamente, vêm colaborando para êsse mesmo progresso. Não sòmente os melhoramentos urbanos influiriam para êsse desenvolvimento e êsse esplendor. Concomitantemente, fatôres econômicos os mais diversos cooperaram para êsse novo surto de progresso que atingiria o máximo nos últimos anos. Inúmeras fábricas foram instaladas nas ilhas e nas zonas urbanas e suburbanas; o comércio desenvolveu-se; as modernas comunicações rodoviárias, ferroviárias e marítimas foram bastante ampliadas e aperfeiçoadas; todo êsse conjunto, ao lado de outras condições de vida nova e ativa, pôde possibilitar a era de um estágio de grandeza em nossos dias. Ainda no regime de reivindicações políticas, administrativas e territoriais, pela nova organização administrativa do Estado do Rio de Janeiro, a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, foi possível a reincorporação do distrito de Itaipu ao município de Niterói. Ampliada assim a área do município, foram aumentadas, igualmente, as pos-

Edifício do Banco do Estado.

sibilidades de desenvolvimento. As praias atlânticas, principalmente Itaipu, vêm sofrendo brusca e benéfica transformação, obedecendo a um plano de urbanização capaz de torná-las dos mais aprazíveis centros residenciais e de turismo, com o aproveitamento do magnífico potencial fornecido pela natureza. Praias e lagoas, em conjunto harmônico, oferecem os mais belos panoramas e possibilidades dignas dêsses cuidados.

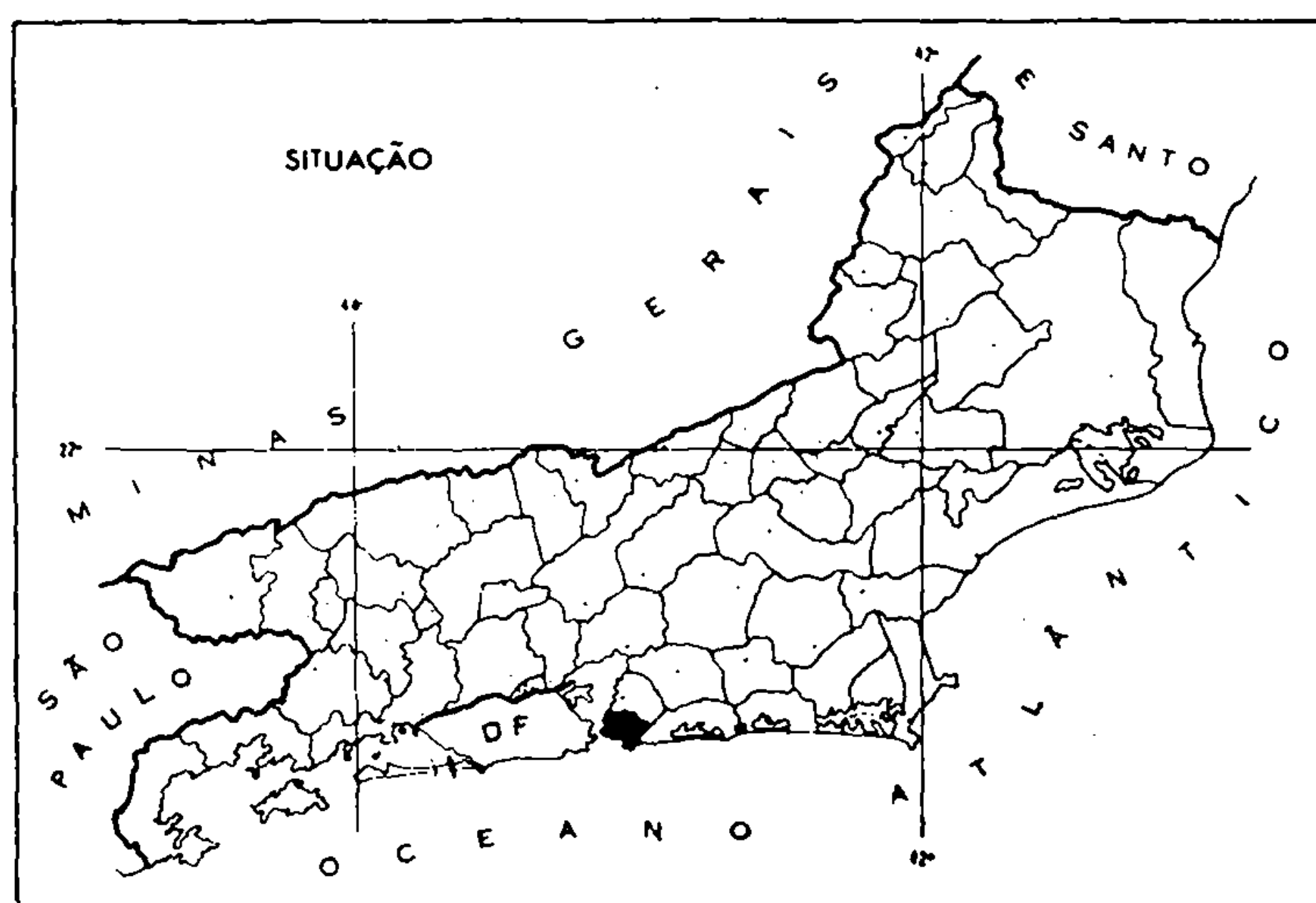
Ainda não seria sòmente o evoluir das indústrias, do comércio e demais fôrças econômicas a influência maior para

Monumento N. S.ª Auxiliadora, da Ordem Salesiana.

essa posição de relêvo de Niterói, em função do confronto com as mais importantes cidades brasileiras. Menos ainda se tornou vanguardeira pelo esplendor da natureza ou pela proximidade da cidade do Rio de Janeiro. Paralelamente ao progresso econômico e social, também o cultural, no sentido do desenvolvimento maior das letras, das artes e das ciências, desempenharia, como desempenhou, ação preponderante nesse evolução e para êsse apogeu; a cidade transformou-se, em algumas décadas dêste século, em um centro universitário de máxima importância, com a prosperidade do ensino primário, ensino secundário, ensino técnico-profissional, do ensino artístico e superior, representado êste último pelas Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia, de Comércio, de Música, de Medicina Veterinária, de Belas Artes, de Medicina e de Filosofia, formadoras da

Vista externa do Edifício-Sede do Instituto Vital Brasil.

Universidade Fluminense. As Academias de Letras, Sociedades Médicas, Bibliotecas, Museu Antônio Parreiras, Monumentos Históricos e Artísticos, Imprensa, ao lado de um número elevado de outras tantas associações científicas, artísticas, filantrópicas, profissionais, recreativas, integrando finalidades e aspirações da população, de mais de duzentos mil habitantes, conforme estimativa para 1951, colocam bem alto, no justo renome de um notável centro urbano, dos mais destacados e evoluídos — a cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro.

* Luiz Palmier escreveu especialmente para a "Sinopse Estatística do Município de Niterói" — 1948.

LOCALIZAÇÃO — O município de Niterói, Capital do Estado do Rio de Janeiro, está situado à margem oriental da baía de Guanabara, a S.E. do território fluminense, desenvolvendo-se uma parte do seu litoral de E. para O., à margem do Oceano Atlântico, e a outra, de S. para N., ao longo da margem daquela baía. As coordenadas geográficas são: latitude Sul: 22° 53' 46" — longitude W.Gr. 43° 07' 13". A Capital está localizada em frente à cidade do Rio de Janeiro, Capital da República, dela distando, em linha reta (via marítima), 6 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade pròpriamente dita, isto é, o centro está na altitude de 2,5 metros. As maiores elevações observadas no município variam de 100 metros nos morros e de 322 a 407,397 metros nas serras.

Palácio do Ingá.

CLIMA — De um modo geral, o clima é quente e úmido nas horas do dia, à beira-mar, mas fresco à noite. Nas partes mais altas do município, nas zonas de morros que vão de Pendotiba ao Baldeador a temperatura é menos quente. O município tem boas condições de salubridade, mesmo nas áreas suburbana e rural. A temperatura em graus centígrados atingiu, no ano de 1956: média das máximas — 27,8; das mínimas — 18,9; média compensada — 23,8. A precipitação pluviométrica anual elevou-se a 102,9 milímetros.

ÁREA — A área do município corresponde a 134 km² (exclusive águas internas), sendo 0,32% do total da área do Estado do Rio de Janeiro.

POPULAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 apresentaram uma população no município de 186 309 habitantes, assim distribuída:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Niterói	182 039	87 798	94 241	76 050	83 383	5 875	5 560	5 873	5 298
Itaipu	4 270	2 248	2 022	17	100	58	55	2 073	1 867
TOTAL	186 309	90 046	96 263	76 167	83 483	5 933	5 615	7 946	7 165

A população presente em 1956 está estimada em 219 504 habitantes. A taxa de crescimento médio anual da população, no período de 1950 a 1956, foi de 2,97%. A densidade demográfica era, em 1950, de 1 256 habitantes por quilômetro quadrado, estimada, para 1956, em 1 638 pessoas em idêntica superfície.

Aglomerações urbanas — Recorrendo ao Censo de 1950, observa-se maior aglomeração na zona urbana, ou seja, 85,68%, e nas zonas suburbana e rural, 14,31%. Niterói, em 1950, ocupava o 10.º lugar entre as cidades de maior população do país.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica reside no comércio e na indústria que traçam o destino da economia municipal. O setor industrial está representado por cêrca de 400 estabelecimentos entre grandes, médios e pequenos, onde estão em atividade 12 000 operários aproximadamente. As indústrias desenvolvem-se de ano para ano, sendo as principais, segundo o valor da produção: Indústrias de produtos alimentares; indústria da construção e montagem de material de transporte; indústria têxtil; indústrias químicas e farmacêuticas; serviços industriais de utilidade pública; construção civil; indústrias metalúrgicas, indústrias de transformação de minerais não metálicos; indústrias editoriais e gráficas; indústrias de bebidas; indústrias do mobiliário; indústrias do vestuário, calçados e arte-

Vista aérea central da cidade.

Outra vista aérea parcial do centro da cidade.

fatos de tecidos; indústrias da madeira; indústrias do papel e papelão; indústrias extrativas de produtos minerais e vegetais; indústrias do material elétrico e do material de comunicação; indústrias diversas (o valor desta última supera as indústrias de material elétrico... e extrativa). A produção industrial, em 1956, ultrapassou os 3 bilhões de cruzeiros. O município não encontra expressão econômica na produção agropecuária. Há muitos anos que êstes dois aspectos da economia vêm diminuindo os seus campos de atividades. O município já manteve um ritmo de produção agrícola apreciável, sendo a cidade fartamente abastecida pela zona rural. Os produtos colhidos atendia satisfatòriamente ao consumo próprio e algumas sobras eram exportadas para o mercado do Rio de Janeiro. Com o desmembramento havido de uma das faixas de terras da zona rural, que foi anexada ao município de São Gonçalo, extensa parte da zona de lavouras perdeu Niterói, decaindo assim sua expressão de anos atrás. A "falta de braços", aproximação da zona rural à sede municipal e desta à capital da República, a extraordinária e sempre crescente valorização das terras localizadas dentro do perímetro rural, principalmente no distrito de Itaipu (zona de praia), onde se observam grandes loteamentos, quase todos edificados com lindas e modernas residências de recreio e repouso, todos êsses fatôres dão razões para o desinterêsse pelo cultivo e preparação do solo nas explorações agropecuárias. O município não é pecuarista, não existindo criação de gado como atividade rural. Existem pequenos rebanhos de animais, predominando a espécie suína em pequena escala. A criação de galináceos vem despertando maiores interêsses, observando-se em alguns sítios, granjas etc. um número apreciável da espécie. O mercado da cidade é abastecido pelos municípios vizinhos e os mais longínquos e ainda pelo mercado do Rio de Janeiro e de outros estados. O gado destinado ao abate para consumo público é importado de municípios fluminenses e dos Estados de Minas e Espírito Santo, devido aos fáceis meios de transporte existentes. No setor rural observam-se ainda em atividade pequenos sítios e um número ínfimo de fazendas que mantêm pequenas lavouras de milho, feijão, mandioca, aipim e alguma cana-de-açúcar, hortaliças em geral, frutas variadas, sem que sejam essas explorações bem organizadas e bem orientadas, não havendo uma exploração realmente sistematizada. Pelos quadros que seguem, poderá ser observado o nível de produção neste setor fluminense, relativamente ao ano de 1956.

Catedral São João Batista.

Produção agrícola

(estimativa)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	40 000	720
Abacaxi	Fruto	6 000	24
Laranja	Cento	100	5
Limão	—	200	4

Produção extrativa

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produção mineral:			
Pedra bruta	m3	40 000	2 200
Barro e tabatinga	»	4 600	430
Saibro	»	9 500	332
Areia	»	1 500	150
Produção animal:			
Pescado (estimativa)	Tonelada	7 200	25 200

Produção industrial

(principais produtos)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de trigo	Tonelada	34 014	335 790
Carne (bovina e suína)	»	11 490	325 730
Tecidos, algodão, linho e sêda	Metro	7 331 859	219 963
fitas de algodão, *raion* e sêda	»	9 019 484	14 318
Pão	Tonelada	7 755	120 331
Sabão comum	»	7 720	123 230
Açúcar refinado	»	12 355	113 996

Pecuária (animais existentes)

ESPÉCIE	NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR (Cr$ 1 000)
Bois, vacas e vitelos	100	500
Suínos	1 000	500
Eqüinos	60	210
Caprinos	200	50
Muares	10	40
Asininos	5	20
Ovinos	50	20

A criação de aves está estimada em 7 000 cabeças, no valor de 250 mil cruzeiros.

As riquezas naturais limitam-se a minerais — as pedreiras incrustadas nos maciços e morros, a argila própria para a indústria cerâmica; a sílica aproveitável na indústria do vidro; o saibro exportado para os melhoramentos de logradouros públicos. No alto do Atalaia, em Santa Rosa, observam-se pequenas jazidas de feldspato e por trás dêsse

morro, em Pendotiba, uma jazida de quartzo cuja exploração está sendo feita no município de São Gonçalo — RJ. No reino vegetal, nada expressivo, os valores vegetais que outrora existiam nas matas niteroienses desapareceram com o desbravamento destas para fins de loteamentos. As áreas cobertas por vegetação existentes no município são pequenas, não podendo ser consideradas cobertas por florestas do ponto de vista técnico. A vegetação existente está classificada, em certos casos, como capoeira e em outros como capoeirão, tôdas resultantes de sucessivas queimadas e derrubadas. A área coberta está calculada em 7,4% da área do município. Em algumas zonas como seja: Pendotiba, Baldeador e no distrito de Itaipu, existem pequenas áreas reflorestadas de 5 e mais anos, das espécies: casuarina, jacatirão, ipê e eucalipto, predominando a plantação dessa última. Quanto às árvores frutíferas, observa-se predomínio da cultura da bananeira, seguindo-se da laranjeira, tangerineira, limoeiro e abacaxieiro. Nas chácaras, sítios e quintais existentes, nota-se grande número de outras variedades, sem que constituam objeto de cultura intensa. A horticultura vem sendo explorada no município, principalmente na zona rural, onde se observa maior interêsse e apresenta produção satisfatória. Nas várzeas e nas zonas dos morros e mesmo em hortas, jardins e quintais, encontram-se variadas plantas medicinais, bastando apenas para uso popular, não as cultivando para fins industriais. Quanto às plantas forrageiras, observa-se, ainda, na zona rural, a existência em pequena quantidade: do capim-d'angola, do jaraguá, do melado e outros. Relativamente às plantas ornamentais, várias são as espécies existentes. O Hôrto Botânico do Estado dispõe de variada coleção. No Hôrto Municipal existe cultivo de plantas destinadas, especialmente, à arborização dos logradouros públicos. Em jardins e quintais, cultivam-se plantas selecionadas, cujas sementes são importadas. É pequeno o cultivo de flôres para fins comerciais, havendo importação das espécies dos municípios de Friburgo, Petrópolis e outros vizinhos. A fauna niteroiense está pràticamente sem expressão, dado o desbravamento das matas com os loteamentos etc.; mesmo assim, observa-se ainda a existência de algumas espécies de pássaros, aves e mamíferos. A fauna marítima é rica em espécies, tanto nas costas banhadas pelo Atlântico, como nas enseadas interiores formadas dentro da baía de Guanabara. Digno de menção especial é o Instituto Vital Brasil, fundado e mantido há muito tempo pelo Dr. Vital Brasil, fundador e dirigente do famoso Instituto Butantan, em São Paulo. O Instituto niteroiense destina-se ao preparo de vários soros antiofídicos e vacinas diversas, como a anti-rábica, além de vasta série de produtos bioquímicos, os quais têm grande procura em todo o país. A indústria de eletricidade é explorada no município pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica que tem a barragem e a usina em Alberto Tôrres, no município de Três Rios, captando águas dos rios Piabanha e Fagundes. No município de São Gonçalo foi instalada

Câmara Municipal.

Outra vista da praia de Icaraí.

uma usina térmica com capacidade de 11 500 kW. A energia elétrica chega a Niterói através de cabos de transmissão que partem daquele município e atravessam os municípios de Petrópolis, Magé, Itaboraí e São Gonçalo. No ano de 1956, foram consumidos para iluminação pública e particular 46 554 665 kW, e para fins industriais, ... 46 043 204 kWh. O consumo médio mensal de energia elétrica fica assim demonstrado: iluminação pública e particular 3 879 555 kWh, e para fins industriais 3 836 934 quilowatts-hora.

MEIOS DE TRANSPORTE — A comuna é servida pela Estrada de Ferro Leopoldina que possui, na cidade, 3 estações, sendo uma de passageiros e duas para cargas. A extensão das linhas, no município, pouco excede de 3 km. A sede municipal está ligada, por intermédio da Leopoldina, a vários outros municípios importantes do Estado do Rio de Janeiro, tais como: São Gonçalo, Campos, Nova Friburgo, Magé, Itaperuna, Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e outros, bem como a Vitória, capital do Estado do Espírito Santo. Além Paraíba e Pôrto Novo do Cunha, em Minas Gerais. A Cia. mantém, ainda, tráfego suburbano de passageiros com 12 trens diários. O município dispõe de 120 km de rodovias. Seu número eleva-se a 25,

Praia das Flechas.

sendo duas estaduais e 23 municipais. As primeiras estabelecem ligação entre o município e vários outros fluminenses, sendo a principal delas a Rodovia Amaral Peixoto (RJ-1), já pavimentada em grande trecho. Ao município serve, ainda, nos transportes urbanos, o Serviço de Viação de Niterói e São Gonçalo (SERVE) que mantém tráfego de bondes e "trolley-bus". Estão explorando os transportes urbano e suburbano de passageiros 45 emprêsas de ônibus, entre as quais algumas, inclusive intermunicipais, estendem-se aos municípios de São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Rio Bonito, Macaé, Campos, Nova Friburgo, Itaperuna e Bom Jesus do Itabapoana. Os transportes marítimos estão a cargo de emprêsas que exploram os serviços de transporte de passageiros e cargas entre Niterói e a capital Federal, que se acham distanciadas por via marítima, em linha reta, 6 km. As emprêsas são: Frota Barreto, Frota Carioca, Companhia Cantareira e Viação Fluminense (C.C.V.F.), estas duas últimas incorporadas à primeira, mantêm o transporte de passageiros e cargas; Frota Popular, com transporte de passageiros, e Viação Atlântica com apenas transporte de cargas. Existe, ainda, o pôrto comercial de Niterói, cuja exploração é

Praia de Icaraí vista de outro ângulo.

feita pela Companhia Brasileira de Portos, que mantém contrato de arrendamento com o Govêrno estadual. Cais acostável, tipo de estacaria de cimento armado, 1 469,74 m, com a altura mínima d'água de 8 a 2 metros; 2 guindastes com o poder de 1,5 e 5 toneladas; 4 pontes rolantes com o poder de 1,5 toneladas; 2 armazéns com a área de 7,734 m^2. Não há utilidade regular do cais; todo o movimento é feito por pequenas embarcações que recebem as mercadorias entradas no pôrto do Rio de Janeiro. Os primeiros ensaios de viação urbana foram inaugurados no município, em 1864, por meio de "diligências". O serviço de bondes foi iniciado em 1871. A navegação aérea está a cargo da Emprêsa "Cooperativa Estadual de Transportes Aéreos de Responsabilidade Limitada (COSETA)" com sede nesta capital, que mantém serviços de táxi-aéreo. Existe um campo de pouso pertencente ao Aero Clube do Estado do Rio de Janeiro, com uma pista de grama medindo 700 metros de comprimento por 150 m de largura, dispondo de hangar, oficina e abrigo para passageiros. A estação rodoviária de Niterói, construída obedecendo aos traços da arquitetura moderna, é considerada uma das melhores da América do Sul.

CIDADES VIZINHAS — Cidade do Rio de Janeiro — capital da República, dista em linha reta, via marítima, 6 km (lanchas e barcas); São Gonçalo 10 km (trens) e 12 km (ônibus e bonde); Maricá 49 km (trem) e 47 km (rodovia); Itaboraí 41,709 km (trem) e 40 km (rodovia); Rio Bonito 64,699 km (trem) e 64 km (rodovia); Magé 50 km (trem) e 56 km (rodovia); Silva Jardim 92 km (trem) e 93 km (rodovia); Saquarema 100 km (trem) e 107 km (rodovia); Cachoeiras de Macacu 72 km (trem) e 68 km (ro-

Vista da pesca de arrastão na praia das Charitas.

Praça Martim Afonso.

dovia); Nova Friburgo 119 km (trem) e 129 km (rodovia).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio niteroiense é bem ativo, mantendo as suas transações comerciais com vários municípios fluminenses, notadamente com os mais próximos e vizinhos, tais como: São Gonçalo, Maricá, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e outros e ainda com a capital da República. Entre os produtos mais importantes, aparecem os gêneros alimentícios, tecidos e calçados, produtos químicos louças e ferragens, material de construção etc. Os estabelecimentos varejistas e atacadistas são bem desenvolvidos, dispondo de modernas e grandes instalações e filiais dos mais importantes e conceituados estabelecimentos da capital da República. As casas comerciais existentes ultrapassam as duas mil, das quais 100 aproximadamente exploraram o comércio atacadista. O giro comercial no ano de 1956 atingiu mais de 6 milhões de cruzeiros. Niterói é o maior centro comercial do Estado do Rio de Janeiro; no setor dos estabelecimentos bancários, dispõe de várias representações. O primeiro banco que instalou sua agência nesta capital foi o Banco União do Comércio do Rio de Janeiro, isto no ano de 1907, passando Niterói muitos anos sem estabelecimentos. Em 1907, instalou-se o Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, vindo logo a seguir outros estabelecimentos de créditos, existindo atualmente os seguintes: Banco do Brasil S.A., Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., Banco Costa Monteiro S.A., Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A., Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S.A., Banco Hipotecário Lar Brasileiro, Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A., Banco Mercantil de Niterói, Banco Meridional do Brasil, Banco Nacional de Minas Gerais, Banco de Niterói S.A., Banco Popular de Niterói Cooperativa Limitada. Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, Banco Ribeiro Junqueira S.A., Cooperativa do Banco Comercial e Hipotecário do Barreto Limitada, Banco Agrícola de Cantagalo S.A., Cooperativa do Banco Comercial de Niterói. O movimento bancário apresentou os seguintes resultados, em um comparativo feito no mês de fevereiro dos anos de 1956 e 1957.

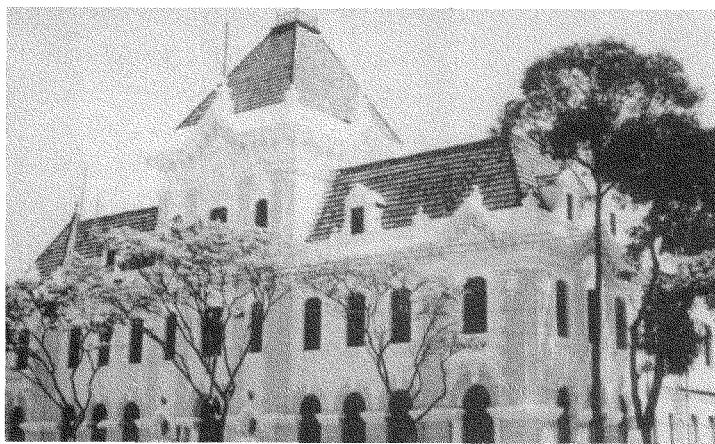
PRINCIPAIS CONTAS DO ATIVO E PASSIVO	SALDO EM 28 DE FEVEREIRO (Cr$ 1 000)	
	Em 1956	Em 1957
Caixa em moeda corrente	86 443	71 750
Empréstimos em c/c	696 660	671 775
Empréstimos hipotecários	48 615	43 477
Títulos descontados	476 289	648 595
Depósitos a vista e a curto prazo	1 175 828	1 504 848
Depósitos a prazo	54 955	55 497

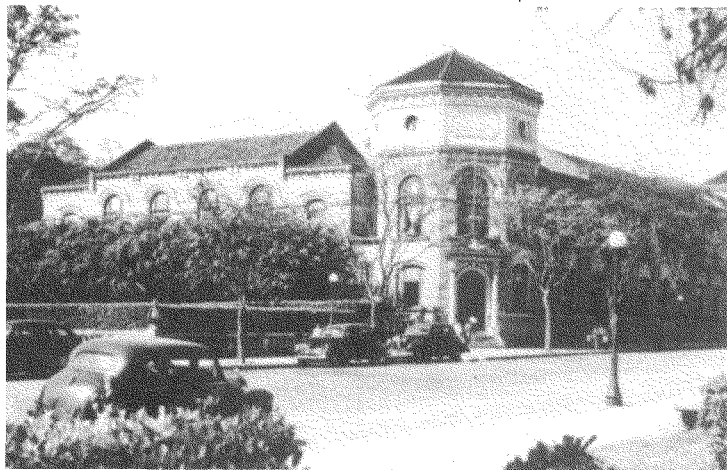
CAIXA ECONÔMICA — Em 1893 inaugurou-se a Caixa Econômica do Estado, com agência em todo os municípios fluminense, as quais eram as loterias de rendas, sendo a sede a Recebedoria do Tesouro. Após o ano de 1930, alargou a esfera das suas operações e no ano de 1939 a Agên-

cia da Caixa Econômica do Rio de Janeiro foi transformada em sede da Caixa Econômica Federal do Estado, com relativa autonomia e de acôrdo com a Lei federal. O movimento da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro (agência de Niterói) acusava nos anos de 1955 e 1956 os seguintes números com relação às cadernetas e depósitos: Cadernetas em circulação — 121 994, com um valor dos depósitos de Cr$ 259 266 537,80; em 31-XII-56, o número das cadernetas atingiu 125 728, acusando o valor dos depósitos Cr$ 517 341 577,30. Existem no município 7 cooperativas de crédito e de consumo, com 4 800 associados, os quais apresentaram, no ano de 1956, os seguintes movimentos: Capital subscrito Cr$ 5 993 625 e realizado Cr$ 4 117 771; Fundo de reserva Cr$ 1 917 690; Depósitos Cr$ 26 288 464; Dinheiro em caixa e bancos .... Cr$ 8 129 497; Valor de serviços executados Cr$ 28 352; Valor patrimonial Cr$ 3 188 011.

Busto de Martim Afonso (Araribóia).

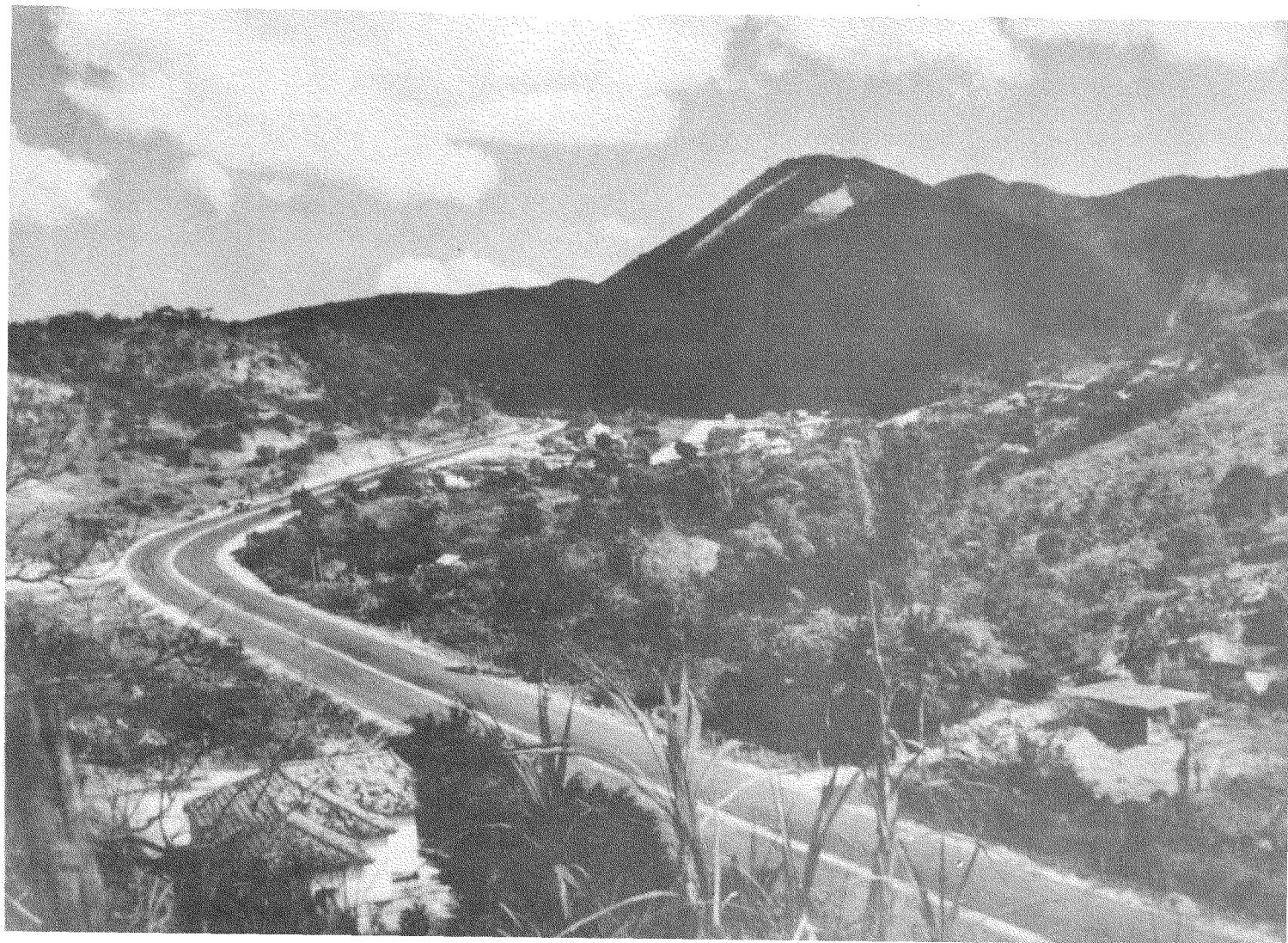
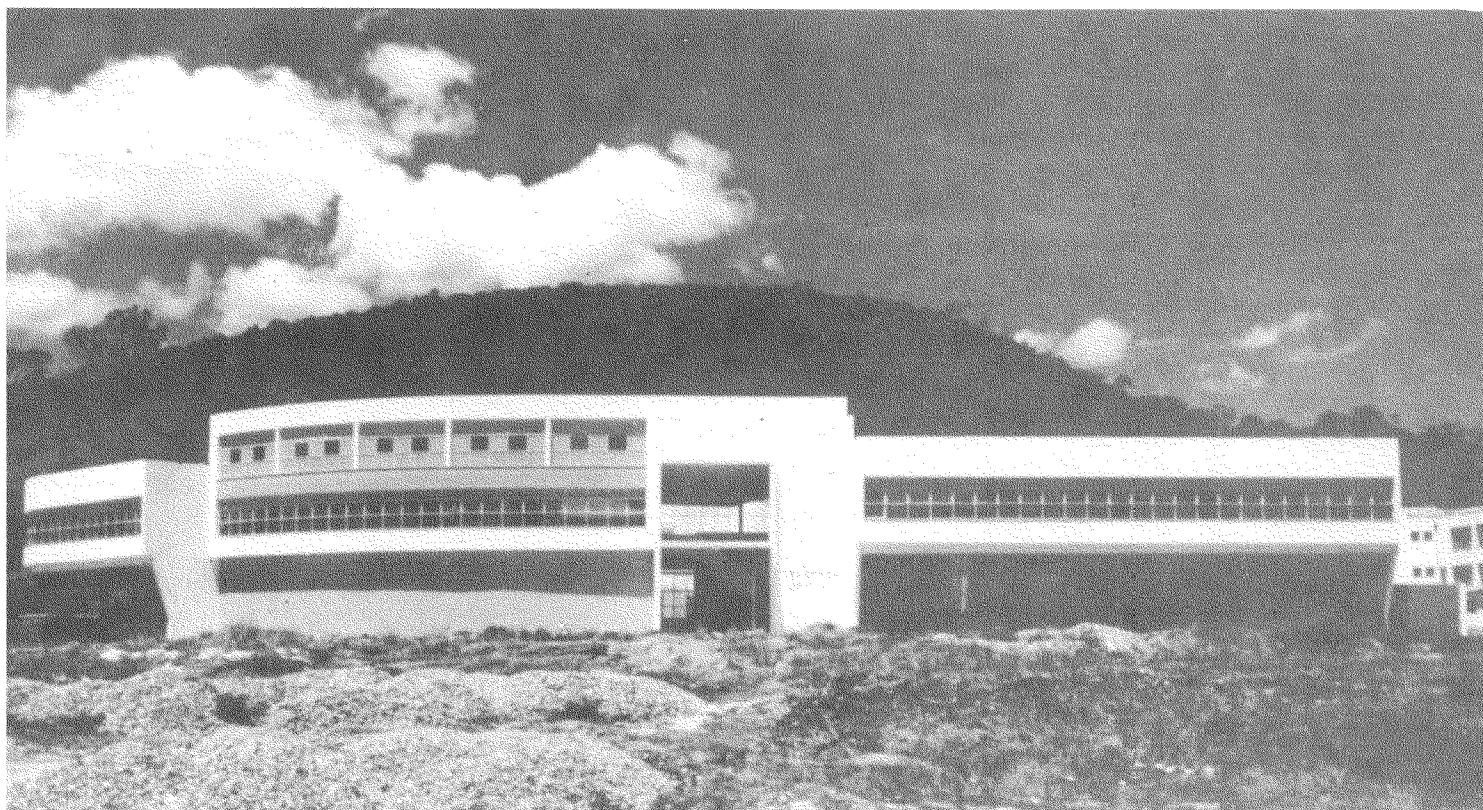
ASPECTOS URBANOS — A cidade está construída, na sua quase totalidade, em planície e trechos à beira-mar. Seus bairros são separados por notas, através de cujas gargantas se estabelecem as comunicações urbanas. Suas ruas são mais ou menos paralelas e perpendiculares à enseada de Niterói, antiga Praia Grande. O centro é a praça Araribóia (Martim Afonso) onde está localizada a ponte das barcas. A cidade apresenta suas avenidas, ruas, praças e jardins, etc. devidamente pavimentados a asfalto, concreto, paralelepípedos concretados e simples, macadame simples e pedras irregulares. Grande número está devidamente arborizado, havendo projeto, já em vigor, para arborização e modernização urbana. Grandes obras de atêrro de uma longa faixa marítima para ampliação do perímetro urbano

Edifício-sede do Regatas Icaraí.

Secretaria de Segurança Pública.

já estão sendo executadas. Existem 902 logradouros, dentre os quais possuem pavimentação de: concreto — 17; asfalto — 36; macadame betuminoso — 41; paralelepípedos — 161; macadame simples — 18; pedras irregulares 3; outras pavimentações — 60. Os logradouros estão assim distribuídos: avenidas e alamêdas 31; ruas 510; travessas e becos 306; largos, jardins e praças 17; praias 9; ladeiras 4; estradas e caminhos 25. Em 1956 foram pavimentados 10 logradouros num total de 18 392,00 m². Existem ainda o Hôrto Botânico Nilo Peçanha do Estado, possuindo um pequeno jardim zoológico, com uma área de 145 200,00 m², e o Hôrto Municipal, com uma área de 11 574,00 m². Niterói, até 1847, não tinha iluminação pública. Eram usados os candeeiros de azeite-de-peixe, passando, logo após, ao uso do "gasogênio" ou "gás líquido". Em setembro de 1887 foi celebrado o contrato com a "Societé Anonyme de Travaux et d'Entreprises du Brésil", que explorava o serviço de ilu-

Liceu Nilo Peçanha.

minação pública pelo sistema de gás comum. Em 1906 foi inaugurado um trecho da iluminação elétrica, tendo, em 1909, sido inaugurada a iluminação elétrica, na zona central da cidade, com 704 lâmpadas. Em 1909 os serviços de exploração foram transferidos para a Cia. Brasileira de Energia Elétrica. Atualmente são iluminados a eletricidade aprox. 290 logradouros. A rêde de iluminação pública e particular estende-se às zonas urbana e suburbana, servindo a mais de 32 000 prédios. O preço do kWh (médio) é de Cr$ 1,465 para iluminação e Cr$ 0,973 para a fôrça. Os serviços de abastecimento d'água à população da cidade e rêde de esgotos estão a cargo da Superintendência dos Serviços de Águas e Esgotos de Niterói e São Gonçalo. Data de março de 1861 a inauguração da primeira rêde de abas-

tecimento, cujas águas eram captadas do rio da Vicência. A água distribuída era pouca e a população ia aumentando. Foram feitos novos estudos e, em 1889, a Cia. Cantareira e Viação Fluminense ficou incumbida das obras da nova captação. Em 1892 chegava a água da serra de Friburgo, vindo nova ampliação do sistema de abastecimento em 1933, com uma distribuição de 11 milhões de litros diários, exigindo uma canalização de 58 960 km. A partir dessa época a capacidade dos mananciais passou a ser de 39 600 milhões de litros diários. Atualmente a rêde de distribuição d'água ascende a 236 121 m, com 4 reservatórios com capacidade de 22 800 m³, dispondo de 15 estações elevatórias com potência de 2 000 c.v. e capacidade horária de elevação de 50 700 m³. Dispõe o serviço de abastecimento de 11 mananciais captados, sendo a extensão de suas linhas adutoras de 167 km, e a capacidade total de captação é de 73 200 m³ horários. Existem 661 logradouros públicos com canalização (parcial e total) e 31 585 prédios servidos. A distribuição média diária é de 59 731 m³, sendo a taxa anual cobrada: máxima Cr$ 240,00 e a mínima Cr$ 40,00. A cobrança proporcional ao valor locativo é a seguinte: máxima 16% e mínima 2,3%. Os serviços de esgotos abrangem a zona urbana, tendo a rêde geral a extensão de 146 510 m, e a rêde do emissário, 190 m. São 791 os logradouros públicos servidos. O total de prédios esgotados é de 31 585, assim distribuídos: 25 194 pela rêde e 6 391 por fossas. Dispõem ainda os serviços de 450 tanques flexíveis e 1 311 poços de inspeção de visita. A taxa é cobrada na base de 90% do valor da taxa d'água. O sistema adotado é de separador absoluto, sofrendo a matéria esgotada tratamento biológico. A parte não tratada é descarregada no mar. O serviço de limpeza pública é executado pela Prefeitura Municipal, havendo a coleta diária do lixo dos prédios e limpeza dos logradouros públicos. Totaliza 871 logradouros. O lixo é coletado e removido para a Cia. Zimotérmica que o transforma em adubos. Em 1956, atingiu o lixo coletado 18 636 720 toneladas, ou seja 60 117 diárias. A cidade dispõe de 1 mercado municipal e vários mercados e barracas da "COAP", distribuídos pelos principais bairros. Conta, ainda com 22 hotéis e 29 pensões. Os principais hotéis são: Hotel Balneário Icaraí, Palace Hotel e Hotel Imperial.

No setor de comunicação a cidade dispõe de uma Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos que mantém uma agência postal-telegráfica na Assembléia Legislativa do Estado, 7 postais-telegráficas (via telefônica), duas postais e uma estação telegráfica servindo ao Palácio do Govêrno do Estado. A Fôrça Pública do Estado possui uma estação radiotelegráfica de uso público, assim como a Cia. Rádio Internacional do Brasil. As estações radiotelegráficas de uso privativo são: a da Cia. Nacional de Navegação Costeira, a do Lloyd Brasileiro, a do Comando Geral da Polícia Militar, a do Palácio do Ingá, a da Secretaria de Segurança Pública, a da Estrada de Ferro Leopoldina e a da S. A. Emprêsa Viação Aérea Rio-grandense. A Secretaria de Segurança Pública mantém, ainda, o Serviço de Rádio Patrulha para comunicações diretas com os carros que fazem

Vista da rodovia Amaral Peixoto, trecho Caramujo—Tribobó.

Edifício da Imprensa Oficial.

o serviço de patrulhamento nesta capital e no município de São Gonçalo, RJ. O município é servido pela Cia. Telefônica Brasileira, cujos serviços foram inaugurados em 1910, estando o município ligado por êsse meio com todo o Estado do Rio de Janeiro, capital da República e unidades da Federação. O número de aparelhos instalados ultrapassa 10 000.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Por espaço de muitos anos, Niterói contava apenas com um estabelecimento hospitalar — o Hospital de São João Batista — que atualmente é utilizado pela Faculdade Fluminense de Medicina, com a finalidade de proporcionar aos estudantes a prática do exercício de várias clínicas médicas. Em dezembro de 1956, a cidade dispunha dos seguintes estabelecimentos: Hospital Municipal Antônio Pedro, com 315 leitos, 65 dos quais servem à maternidade; Hospital Psiquiátrico, com 411 leitos; Hospital Ary Parreiras, com 245 leitos; Hospital Santa Cruz, com 135 leitos, 25 dêles usados pela maternidade; Hospital da Criança Getúlio Vargas Filho, com 90 leitos; Hospital dos Marítimos de Niterói, com 79 leitos, 28 dos mesmos para maternidade; Hospital Infantil, com 53 leitos; Maternidade Imaculada Conceição (SESC), com 40 leitos; Sanatório Azevedo Lima, com 270 leitos; Casa de Saúde Santa Branca, com 85 leitos; Casa de Saúde Alfredo Neves, com 80 leitos; Sanatório Niterói com 70 leitos; Casa de Saúde Icaraí, com 46 leitos e Preventório Paula Cândido, com 20 leitos. Os leitos destinados a internamento de doentes totalizam 1 969, existentes em 31-XII-56. Além dos estabelecimentos anteriormente mencionados, existem ainda os sem internamento: Departamento Nacional de Endemias Rurais; Policlínicas duas; Centros de Saúde 2; Postos de Higiene 2; Ambulatórios, dispensários e outros 50. Referentemente à assistência social, conta o município, ainda, com a Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.), mantendo 10 dependências, das quais 7 postais médico-sociais, distribuídos pelos bairros. Destacam-se, também, a Associação Fluminense de Amparo aos Lázaros e Defesa contra a Lepra; Colmeia da Fraternidade e a Associação Fluminense de Auxílio e Proteção aos Psicopatas. Os asilos e recolhimentos, em número de 10, dispõem de 998 leitos destinados aos seus asilados. Merece, todavia, destaque especial, por ser o mais antigo do município, o Asilo Santa Leopoldina, mantido pela Irmandade S. Vicente de Paulo, destinado a órfãs. A benemérita instituição foi inaugurada em 1854, sob a proteção de D. Pedro II e da Imperatriz D. Teresa Cristina. Aproximadamente 500 médicos, 110 farmacêuticos, 210 dentistas e 150 auxiliares de saúde prestam seus serviços profissionais ao município. Cêrca de 100 drogarias e farmácias estão instaladas no município (inclusive farmácias dos estabelecimentos hospitalares e paraospitalares).

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, dos 186 309 habitantes recenseados, 124 262 (pessoas presentes de 5 anos e mais) sabem ler e escrever, representando uma percentagem de 67% de alfabetizados, sôbre o total da população.

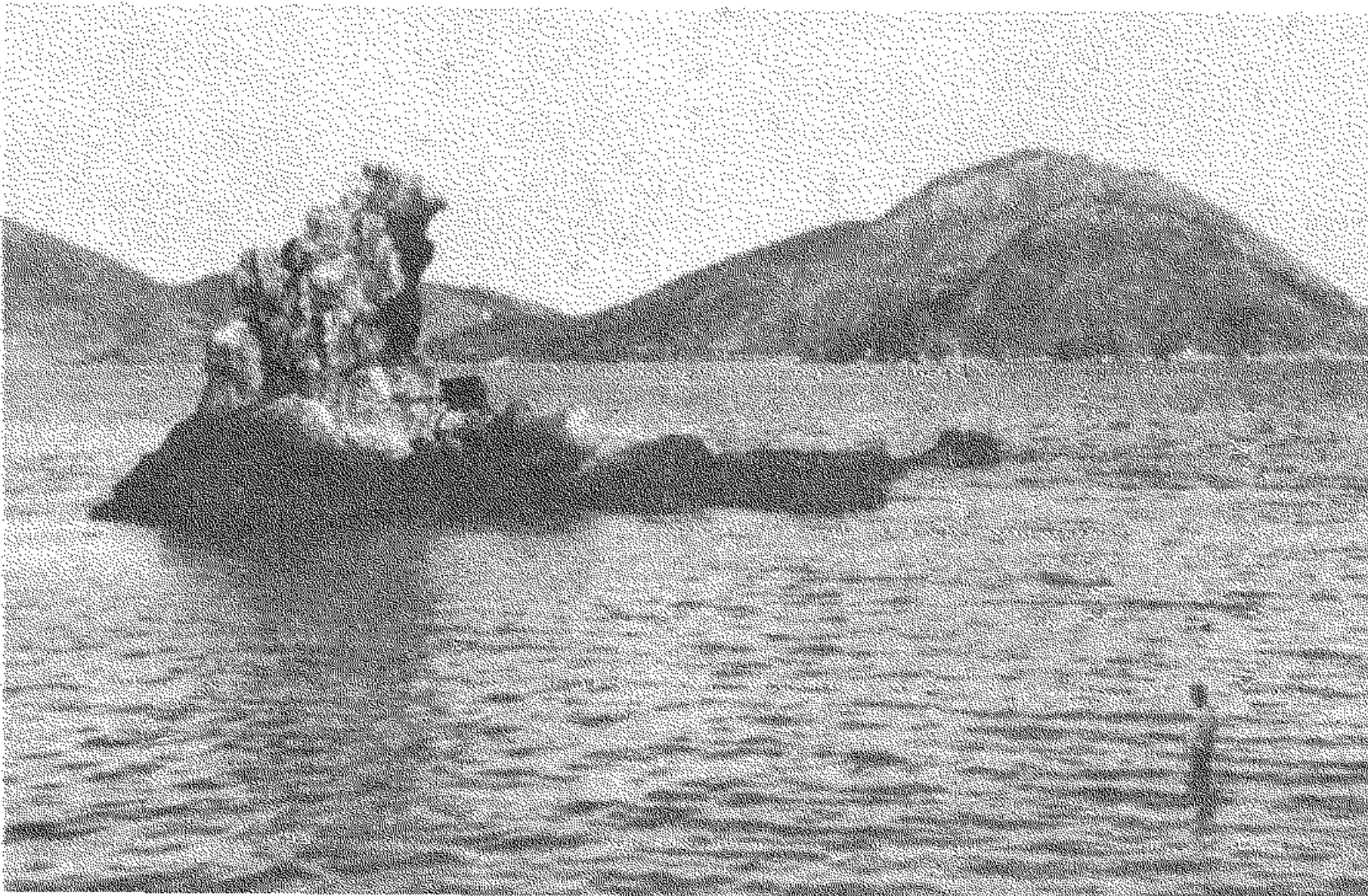
Ensino — O nível cultural de Niterói é bem elevado. A existência de faculdades, escolas superiores, estabelecimentos de ensino médio e primário, é o atestado de sua grande projeção no âmbito educacional do País. A Faculdade de Direito de Niterói foi o primeiro estabelecimento de ensino superior da cidade. Sua inauguração verificou-se em 1912 com a denominação de Faculdade de Direito Teixeira de Freitas. O número de estabelecimentos de ensino existentes está assim distribuído: *ensino primário geral* (pré-primário, fundamental comum e complementar) 120 estabelecimentos; *ensino médio*, 90 a saber: ginásios, 21; escolas e cursos técnico e comercial, 9; escolas industriais, 6; escola e cursos normais 9; curso de educação física, 1; curso de avia-

22 — 24 937

ção civil, 1; Escola de Belas Artes, 1; curso de chefes bandeirantes, 1; Sociedade Brasileira de Cultura Inglêsa, 1; curso de práticos rurais, 1; curso popular de puericultura (L.B.A.); 1; curso do SENAC, 1; escolas de motoristas, 8; escolas e cursos de datilografia, 7; academias, escolas e cursos de corte e costura e bordados, 17; Aliança Francesa, 1; Escola Fluminense de Música, 1; Conservatório de Música de Niterói, 1; e cursos de música, 2. *Ensino superior* — está representado por 10 estabelecimentos, a saber: Faculdade de Direito de Niterói; Faculdade Fluminense de Medicina; Faculdade de Farmácia e Odontologia; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade Fluminense de Filosofia; Escola de Medicina e Veterinária; Escola de Farmácia e Odontologia; Escola Fluminense de Engenharia; Escola de Enfermagem do Estado do Rio de Janeiro e Escola de Serviço Social. O Liceu Nilo Peçanha (ginasial) foi a primeira escola normal da América do Sul. O número de alunos matriculados

Edifício dos Correios e Telégrafos ao fundo.

está assim distribuído: curso primário geral — 22 000; curso médio 15 600; superior 4 000. No setor do ensino primário é digna de ser ressaltada a grande obra educacional dos Irmãos Lassalistas que estão construindo, nesta capital, em fase de conclusão um moderno Instituto, onde já está sendo ministrado o ensino primário a 350 alunos, devendo, após o término das obras, serem ministrados, também, ensinos ginasial, normal, comercial e de artes e ofícios.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Tiveram as ciências, letras e artes os mais dedicados cultores em Niterói. A existência da Academia Fluminense de Letras e Academia Niteroiense de Letras; Cenáculo Fluminense de História e Letras; Fundação Oliveira Viana (assuntos de socio-

Pedra do Índio.

Vista da enseada de Jurujuba.

logia); Associação Médica Fluminense; Instituto dos Advogados (assuntos jurídicos); Instituto Vital Brasil; Instituto Biológico do Rio de Janeiro Limitada (com laboratórios de análises e pesquisas biológicas e bacteriológicas), institutos técnicos e científicos e outros, atestam o nível cultural da capital do Estado do Rio de Janeiro. No âmbito da imprensa falada e escrita — esta iniciada em Niterói no ano de 1920, através do jornal "O Eco" — podemos citar as seguintes, existentes em 1956: imprensa falada: "O Grande Jornal Fluminense" e "A Voz do Estado do Rio", com programas noticiosos diários. Mantendo o seu registro nesta capital, a Rádio Emissora Continental Limitada ins-

Vista aérea da praia da Boa Viagem.

talou neste município suas tôrres transmissoras, tendo, no entanto, o seu escritório-geral e estúdios localizados na capital da República. Suas características técnicas são:

PRÊFIXO	Data da 1.ª emissão	MÁXIMA DE POTÊNCIA		Freqüência (kc/s)	Observações
		Anódica (W)	Na antena (W)		
PRD- 8	31-7-948	12 500	10 030	1 030	Suas transmissões durante o ano de 1956, atingiram 6 676h45m
PRD-21	14-6-952	9 400	7 500	6 195	

A imprensa escrita está representada por 7 jornais; 7 semanários; 2 bissemanários; 1 mensal e 3 quinzenais; duas revistas mensais e duas bissemanais. Existem, ainda, em número de 38, outros jornais, revistas, boletins, etc. vendidos e de distribuição gratuita sendo suas tiragens irregulares. Há, na capital, 11 tipografias, sendo duas exclusiva-

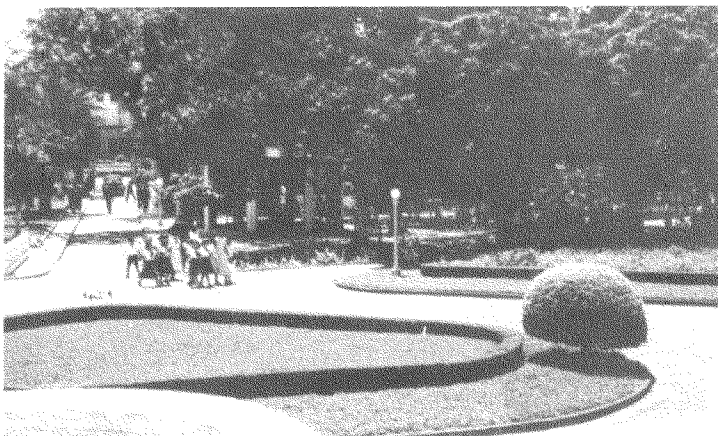
Vista parcial da piscina do Ginásio Caio Martins.

Edifício da Secretaria da Agricultura.

mente e 9 pertencentes a emprêsas editôras e impressoras de livros e jornais; 13 livrarias, sendo estas, na maioria, junto às principais papelarias da cidade. Totalizam, aproximadamente, 160 as associações esportivas e culturais existentes, cujas finalidades são: literária, artística, social, educativa, científica, cívica, jurídica, esportiva e recreativa. Na Capital várias são as bibliotecas existentes, a saber: Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, pública, estadual, de caráter geral, com 55 800 volumes; Biblioteca da Faculdade Fluminense de Medicina, restrita, federal, especializada, com 3 466 volumes; Biblioteca do Instituto Vital Brasil, restrita, particular, especializada, com 10 311 volumes; Biblioteca do Asilo Santa Leopoldina e Escola Industrial São José, restrita, particular, de caráter geral, com 856 volumes; Biblioteca Teixeira de Freitas, franqueada ao público, estadual, de caráter geral, com 11 207 volumes; Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, restrita, estadual, especializada, com 3 775 volumes; Biblioteca Alberto Tôrres, franqueada ao público, estadual, de caráter geral, com 2 864 volumes; Biblioteca Professor Murillo Fontainha, restrita, federal, de caráter geral, com 7 200 volumes; Biblioteca da Escola de Serviço Social, restrita, especializada, com 6 299; Biblioteca do Departamento Geográfico da S.V.O.P., franqueada ao público, estadual, especializada, com 3 100 volumes; Biblioteca Popular Israelita David Frickman, restrita, de caráter geral, particular, com 2 285 volumes; Biblioteca Popular Euclides da Cunha, franqueada ao público, de caráter geral, com 1 823 volumes; Biblioteca General Christiano Alves Pinto, restrita, estadual (em organização); Biblioteca da Faculdade Fluminense de Filosofia, restrita, particular, de caráter geral, com 3 200 volumes; Biblioteca do Grêmio Carlos Gomes e do Conservatório de Música de Niterói, particular, restrita, especializada, com 1 674 volumes, e Biblioteca Araribóia (I.R. — RJ — I.B.G.E.) franqueada ao público, especializada, com 3 881 volumes. Outras não enumeradas pertencem a estabelecimentos de ensino, associações esportivas, culturais, etc. e são destinadas aos alunos, professôres e associados.

O Museu Antônio Parreiras dispõe de valiosíssima coleção de quadros, constituindo, assim, a primeira pinacoteca do Estado. Sua história acha-se descrita no anexo 1, por seu diretor Jefferson Acila Júnior.

Dois são os arquivos públicos existentes — o Arquivo Público Estadual e o Arquivo Municipal. Dispõem as repartições públicas locais de arquivos organizados de acôrdo com seus regulamentos.

Com referência às diversões públicas, citamos, em primeiro plano, o Teatro Municipal João Caetano. Segundo a história, o teatro brasileiro teve origem em Niterói, tendo o jesuíta José de Anchieta representado no adro da igreja de São Lourenço os seus primeiros atos. No ano de 1842 verificou-se a inauguração do referido Teatro Municipal. O Município dispõe de 19 cinemas, sendo que na maioria pos-

Trecho do jardim do Hôrto Botânico Estadual.

suem palcos, onde se exibem companhias teatrais, se realizam programas radiofônicos, etc. No âmbito da religião católica apostólica romana, Niterói é sede de Bispado, possuindo 12 paróquias; dentre suas igrejas uma é basílica, tendo em sua jurisdição, 44 capelas. O culto protestante conta com 16 templos e o espírita com 78 centros, aproximadamente.

Outros aspectos culturais estão anotados nos monumentos históricos, sendo os seguintes, segundo suas denominações: *"Memória"*, considerado o mais antigo do município, instalado em uma das praças desta cidade, e que perpetua a visita de D. João VI e o beija-mão verificado no ano de 1816. Primitivamente, era um chafariz com pequena escadaria, coluna de granito com quatro torneiras de bronze, tendo sido inaugurado pelo imperador D. Pedro II, no ano de 1847. *"Triunfo a República"* traduzindo a colaboração dos fluminenses na implantação do regime republicano. Representa o monumento um grupo alegórico, com as estátuas dos eminentes cidadãos Benjamin Constant, Silva Jardim e Quintino Bocaiúva. Sua inauguração verificou-se no ano de 1927. *"Monumento Nacional a Nossa Senhora Auxiliadora"* — Comemorativo ao 4.º centenário da descoberta do Brasil — erguido pela Ordem Salesiana, no alto do morro de Santa Rosa. A inauguração verificou-se em 8 de dezembro de 1900. Construído sôbre uma rocha de granito, em forma de tôrre que se eleva a 40 metros de altura. É de estilo eclético e na parte inferior possui uma bela capela dotada de um lindo altar de mármore para a celebração da missa. A estátua de Nossa Senhora Auxiliadora é de cobre batido, dourada e mede 7 metros, tendo sido confeccionada em Milão. Existem outros monumentos a saber: o busto de D. Pedro II, no jardim da Praça Leôni Ramos, em São Domingos o de José Clemente Pereira, inaugurado ao lado da entrada principal da Prefeitura, em 10 de maio de 1919, por ocasião dos festejos comemorativos do primeiro centenário da criação da vila, e depois transferido para a face da Rua José Clemente; o do Dr. Nilo Peçanha, no parque do mesmo nome, em São Domingos; o do Dr. Francisco Portela, na Praça D. Pedro II, em uma das aléias do Jardim Pinto Lima; o de Casemiro de Abreu, na Praça 24 de Outubro, no Jardim do Ingá; o de Fagundes Varela, na praça onde termina, no Gragoatá, a Rua Coronel Tamarindo; o do Bispo D. Agostinho Benassi, na Praça dêsse nome, que circunda a igreja Matriz de São Lourenço; o de Martim Afonso (o índio Ararigboia), inaugurado em 22 de novembro de 1915 na pequena praça onde estêve o chafariz em 1847, e depois transferido para o centro da praça fronteira à ponte central; o de Antônio Parreiras, insigne pintor niteroiense, no Jardim de Icaraí; o singelo monumento, inaugurado em 17 de julho de 1927, no mesmo jardim, comemorativo do vôo transoceânico realizado pelos aviadores brasileiros Newton Braga, hoje general do Exército, Ribeiro de Barros, João Negrão e Vasco Cuiquini, no avião Jaú; o que recorda o primeiro vôo transoceânico da Europa para o Brasil, realizado pelos aviadores portuguêses Gago Coutinho e Sacadura Cabral e inaugurado na Praça Lusitânia, no Canto do Rio; o obelisco comemorativo da inauguração das obras realizadas na Alamêda São Boaventura; o obelisco comemorativo da inauguração do pôrto de Niterói, colocado na área dos armazéns; o obelisco comemorativo da inauguração dos melhoramentos de Santa Rosa, na Praça Nereu Guerra, antigo Largo do Marrão. Ao centro da praça fronteira à estação de passageiros da Estrada de Ferro Leopoldina, foi colocado o busto do Presidente Feliciano Sodré, homenagem ao iniciador das obras do pôrto de Niterói. Infelizmente, alguns exaltados o retiraram dali por ocasião da vitória da revolução de 1930. Monumento a Ary Parreiras, localizado na Praça Getúlio Vargas, nesta Capital, construído em granito e bronze e inaugurado em 1946; Busto de João Dautt de Oliveira, construído em granito e bronze e inaugurado em 1952, localizado na Praça Martim Afonso; Busto do Presidente Vargas, localizado na Praça Getúlio Vargas, construído de pedra, e inaugurado em 1941; Busto do Professor Antônio Pedro, localizado na Rua Visconde de Morais, construído em bronze e inaugurado em 1929; Busto do Professor João Brasil, localizado no pátio do Colégio

Vista parcial da Avenida Amaral Peixoto (centro).

Ginásio Caio Martins.

Praia de Itacoatiara.

Brasil, construído em granito e bronze e inaugurado em 1942; Obelisco com inauguração da Estrada de Itaipu, localizado na Praça Jardim (Praia das Charitas), construído em granito e inaugurado em 1936; Obelisco da Fundação da Cidade, localizado no Morro de São Lourenço, construído em granito e inaugurado em 1915; Obelisco comemorativo à reconstrução da estrada que liga Niterói a Itaipu, localizado na Praça Dr. Viçoso Jardim, construído de pedra e inaugurado em 1923; Obelisco, localizado na Fôrça Pública, construído de pedra e bronze e inaugurado em 1935; Marco "Terras Tombadas" — situado no Saco de São Francisco, nesta cidade, construído em granito e pedra, no ano de 1736; Marco Jesuítico, situado em Itaipu — construído em pedra no ano de 1730; Forte São Domingos — localizado na ilha de Boa Viagem, nesta capital, construído em 1690; Forte Gragoatá, localizado na Av. Comandante Tamarindo, nesta capital, construído em pedra e alvenaria, e inaugurado em 1600; Fortaleza de Santa Cruz, localizada na Ponta de Jurujuba, em Itaipu, 2.º distrito dêste município, construída em pedra e alvenaria e inaugurada em 1558; Catedral de São João Batista, localizada na Praça D. Pedro II, nesta capital, construída em 1833; Igreja Matriz de São Lourenço, templo construído no local do extinto aldeamento dos índios, localizada no alto do morro de São Lourenço. Sua inauguração se verificou no ano de 1897. Igreja de São Francisco Xavier, templo que guarda relíquias de uso do padre José de Anchieta, inaugurada no ano de 1695. Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada na Rua Castilho França, nesta cidade, construída, em 1860. Capela de São Pedro, localizada no Cemitério de Maruí, nesta capital, construída em 1751; Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, localizada na ilha de Boa Viagem, nesta capital, construída em 1663; Templo Histórico de Nossa Senhora da Conceição de Pendotiba, localizada em Rio das Pedras, neste município, fundado em 1787; Templo de Nossa Senhora de Jurujuba, localizado em Jurububa, em Itaipu, 2.º distrito dêste município, fundado em 1716.

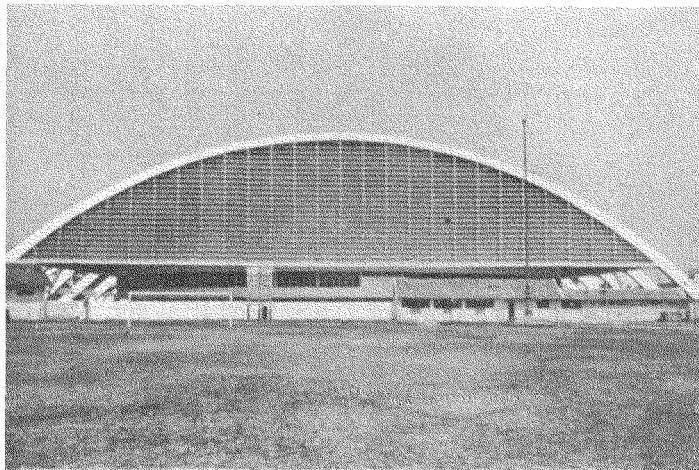
FINANÇAS PÚBLICAS

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	67 005	92 116	60 268	43 278	69 571
1951	77 669	107 620	61 035	48 041	66 875
1952	105 024	121 380	77 996	65 635	80 262
1953	127 367	136 597	108 743	86 999	106 609
1954	173 238	169 212	148 624	109 491	151 235
1955	213 413	234 297	146 647	125 295	164 094
1956	276 321	301 839	197 165	155 841	204 684
1957 (1)	...	...	321 000	277 500	221 000

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES GEOGRÁFICAS — A cidade pròpriamente dita está assentada em planícies e praias. O centro localiza-se em frente à enseada de Niterói, antiga Praia Grande. Suas ruas são paralelas e perpendiculares à enseada, e seus bairros separados por montes através de cujas gargantas se estabelecem as comunicações urbanas.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Referentemente às manifestações folclóricas nada há que registrar. As efemérides locais são: festa e procissão de São João (24 de junho); festa e procissão de São Pedro (29 de junho) organizada pelos pescadores locais que enfeitam e iluminam seus barcos para a tradicional procissão

marítima que percorre vários pontos da baía de Guanabara. Mês de maio — festa e procissão do Divino Espírito Santo, conservando os estilos tradicionais. Nesta festividade os açougueiros locais abatem algumas cabeças de gado

Campo de futebol do Ginásio Caio Martins.

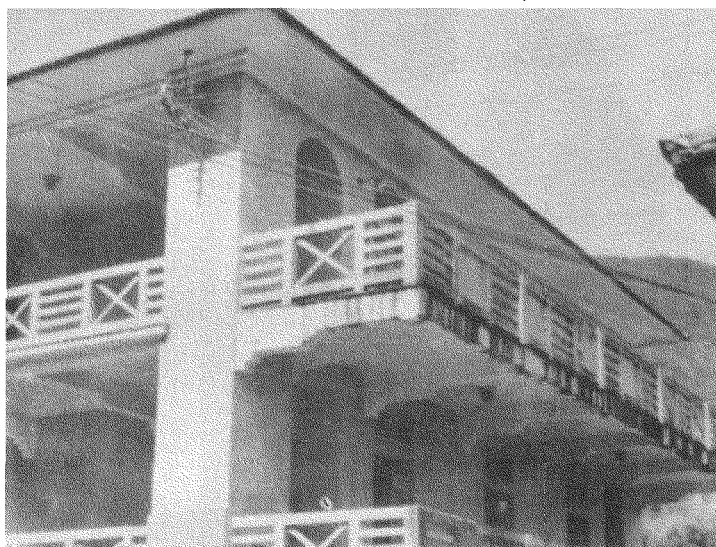
bovino, distribuindo a carne entre os pobres. Dia 20 de janeiro — festa e procissão de São Sebastião; nesta data tem lugar o ato principal, a procissão, que vem sendo repetido desde 1905 sem interrupção. Dia 23 de abril: festa e procissão de São Jorge. Dia 24 de agôsto, festa e procissão que concentram grande multidão. Mês de julho — festa e procissão de Santana, concentrando grande multidão. Dia 6 de outubro: festa e procissão de Santa Terezinha do Menino Jesus, também de excepcionais festejos. Dia 11 de outubro, festa e procissão de São Lourenço. Dia 22 de outubro, data comemorativa da fundação da cidade.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos de Niterói, patronos da classe das letras, podemos citar os seguintes: Álvaro de Sá de Castro Menezes, nascido em 1883 e falecido em 1920; Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, nascido em 1800 e falecido em 1855; Eugênio de Barros Raja Gabaglia, nascido em 1862 e falecido em 1919; Paulo da Silva Araújo, nascido em 1883 e falecido em 1918; Firmino Rodrigues da Silva, nascido em 1816 e falecido em 1879; Benjamin Constant Botelho de Magalhães, nascido em 1836 e falecido em 1891; Everardo Backheuser, autor de várias obras, nascido em 1879 e falecido em 1952; Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, diretor e fundador do Colégio Felisberto de Carvalho, autor de obras literárias, etc., nascido em 1850 e falecido em 1898. Antônio Parreiras, renomado pintor brasileiro, nasceu em 1860 e faleceu em 1937.

GERAÇÕES ANTIGAS — Os niteroienses que se destacaram no exercício nacional foram: Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Miguel de Lemos, Paulino José Soares (visconde do Uruguai), Antônio Parreiras e Leopoldo Fróes. Os dois primeiros tomaram parte ativa na proclamação e consolidação da República, o terceiro colaborou na emancipação pública, tendo sido um dos indicados para dar a organização definitiva à administração da Província do Rio de Janeiro. O quarto, famoso pintor, consagrado no Brasil e no Estrangeiro, como mestre paisagista e pintor de histórias. O último, teatrólogo niteroiense, incentivador da fundação de vários grêmios teatrais, tendo sido autor de inúmeras peças.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Niterói foi um dos 5 municípios dos 10 finalistas que receberam o diploma de Menção Honrosa concedido pela revista "O Cruzeiro" e pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (I.B.A.M.) como um dos municípios brasileiros de maior progresso, em 1953. Outra demonstração do elevado índice de progresso que vem alcançando Niterói foi a doação, pela firma Orlando Maia, de um monumento, idealizado pelo arquiteto Aldo José Caneca e projetado pelo professor Franco Amaral, exprimindo o progresso da população niteroiense desde os seus primórdios — desenvolvimento inicial dos indígenas, a colonização dada pelo homem branco nos primeiros séculos — até a desenvoltura industrial da atualidade, trazendo em suas linhas, em direção ao infinito, a ligação do homem a Deus, através do progresso. O monumento compõe-se de várias peças de ferro, pintado em várias côres, formando um conjunto arquitetônico moderno.

O movimento das transações de imóveis no município, durante o ano de 1956, elevou-se a 2 251 transações, cujo valor ultrapassou os 346 milhões de cruzeiros.

Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, é sede dos principais departamentos pelos quais se ramifica a administração dos negócios públicos do Estado. Os podêres Executivo, Legislativo e Judiciário estão assim representados: Governador do Estado: Dr. Miguel Couto Filho; Vice-Governador: Dr. Roberto Silveira; Presidente da As-

Escola de Enfermagem Estadual.

sembléia Legislativa: Dr. Moacyr Gomes de Azevedo; Presidente do Tribunal de Justiça: Desembargador Alfredo Cumplido de Sant'Anna; Presidente do Tribunal Regional Eleitoral: Desembargador Álvaro Ferreira da Silva Pinto; Secretário da Agricultura: Dr. Togo de Barros; Secretário de Educação e Cultura: Dr. Rubens Falcão; Secretário de Finanças: Dr. Salo Brand; Secretário do Interior e Justiça: Dr. Romeiro Neto; Secretário de Saúde: Dr. Ângelo P. Bittencourt; Secretário de Segurança Pública: Dr. Paulo Cordeiro Murity; Secretário de Viação e Obras Públicas: Engenheiro José Carlos Parchat; Prefeito Municipal: Doutor Alberto Rodrigues Fortes; Presidente da Câmara Municipal: Dr. Helvécio Monassa.

Segundo o resultado geral das eleições de 3 de outubro de 1954, a representação do Estado do Rio, na Assembléia Legislativa, é de 54 deputados, distribuídos pelos diversos partidos, a saber: PSD — 20; PTB — 11; UDN —

10; PSP — 5; PSB — 3; PDC — 3 e PR — 2. Outros partidos que concorreram ao pleito de 3 de outubro, não conseguiram suas representações; são êles: ATF, PL, PRP e PTN.

A Câmara Municipal de Niterói está representada por 19 vereadores, distribuídos pelos vários partidos, a saber: PSD — 5; UDN — 4; PTB — 3; PR — 2; PSP — 2; PSB — 1; PTN — 1 e PDC — 1.

O município conta com cêrca de 380 advogados, 430 médicos, 210 dentistas, 110 farmacêuticos, 50 engenheiros, 20 agrônomos e 35 veterinários.

FONTE — *Sinopse Estatística de Niterói — O Município de Niterói*.

Notas para História de Niterói — 1835-1935.

MUSEU ANTÔNIO PARREIRAS (Notícia histórica)
Diretor: *Jefferson Avila Junior*

A geração de Antônio Parreiras (1860-1937) foi a geração dos mais renomados pintores brasileiros do ar-livre. A partir de 1883, quando se fêz pintor profissional, até a data do seu falecimento, ocorrido a 17 de outubro de 1937, isto é, durante 54 anos de atividade artística, Parreiras dedicou-se a todos os gêneros de pintura, destacando-se, porém, como paisagista e pintor de história.

Em qualquer dessas duas especializações, a sua produção foi verdadeiramente extraordinária, estando a sua obra em grande parte dispersa de norte a sul do país, não contando os quadros que se acham no estrangeiro.

A fundação do Museu

Algum tempo após o falecimento do artista e por sugestão da viúva, a Ex.ma Sr.a Laurence Palmyre Martigné Parreiras, o então Interventor Federal no Estado do Rio

Igreja do Saco São Francisco.

de Janeiro, almirante Ernani do Amaral Peixoto, baixou o Decreto-lei n.º 219, de 24 de janeiro de 1941, criando o Museu Antônio Parreiras, destinado, segundo diz textualmente o art. I, a "recolher e conservar, para o culto e veneração dos brasileiros, o patrimônio artístico deixado pelo inolvidável pintor".

As coleções de arte

Parreiras deixou as paredes da residência e do "atelier" cobertas de quadros de sua autoria e da autoria de numerosos colegas nacionais e estrangeiros; deixou ainda objetos de uso profissional e instrumentos de trabalho; uma pequena biblioteca e opulento arquivo de autógrafos das figuras mais representativas de sua geração.

Assumindo a direção da Casa, em 1945, a atual Diretoria agrupou o acervo em coleção de objetos de arte, de objetos de uso profissional e de documentos. Organizou também um plano de pesquisa destinado a manter uma retrospectiva permanente e progressiva do patrono da Casa.

Pedra de Itapuca.

Êsse objetivo tem sido duplamente atingido, quer quanto à aquisição de quadros quer quanto a sua localização, em coleções particulares, estado de conservação, nome do proprietário, etc.

Por outro lado, tornando-se o Museu o centro natural das atividades relacionadas com as artes plásticas do Estado do Rio, outras coleções foram criadas ou simplesmente incorporadas ao patrimônio inicial. Assim, no tocante ao acervo dos objetos de arte, acham-se em exposição permanente, nas Galerias do Museu, as seguintes coleções:

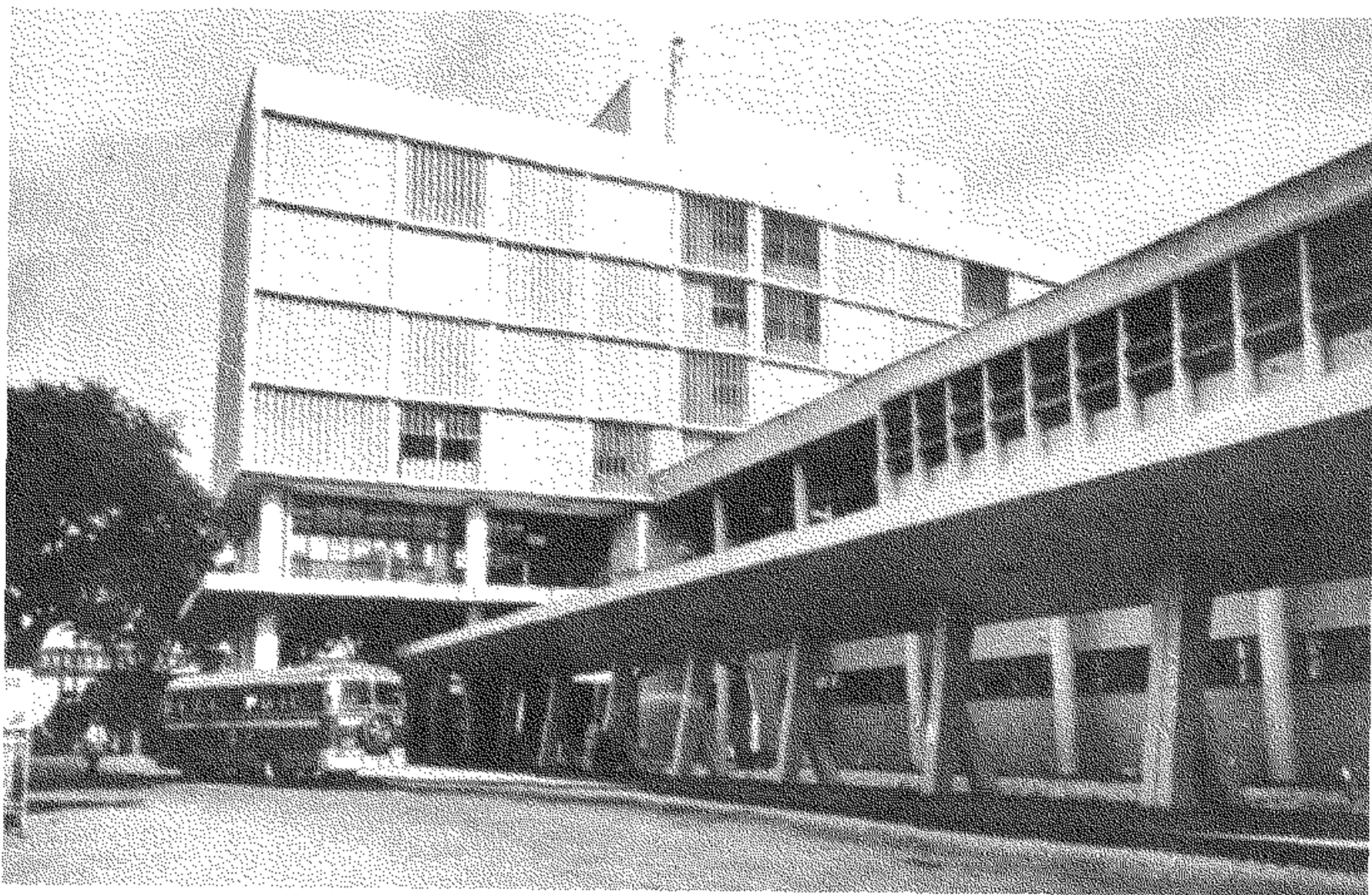
Coleção Antônio Parreiras — quadros a óleo, "gouache" e aquarela, "estudos" diversos, executados com o mesmo material; desenhos, alguns coloridos e as ilustrações para o livro "História de um Pintor contada por êle mesmo". Total: 231 peças.

Antiga Coleção Particular de Antônio Parreiras — quadros e "estudos" a óleo, "gouache", aquarela e desenhos de diversos autores nacionais e estrangeiros dos séculos XIX e XX — 61 peças.

Coleção Alberto Lamego — quadros a óleo de autores franceses, flamengos, holandeses e italianos do século XVII; desenhos do Renascimento Italiano; quadros a óleo de autores brasileiros e estrangeiros do século XIX. Total: 40 peças.

Coleção Artistas Contemporâneos (acrescida da antiga coleção do Departamento de Difusão Cultural) — quadros a óleo, "gouache", aquarela e desenhos de autores brasileiros contemporâneos, tradicionalistas e modernistas; gravura e escultura: 78 peças.

Coleção de objetos de uso profissional

Narrando, na "História de um Pintor contada por êle mesmo", o episódio de sua primeira viagem de estudos à Europa (1888-1890), conseguida com o produto da venda de um quadro ao Govêrno imperial, Parreiras frisou que

Vista da Estação Rodoviária.

"ia gastar com tintas e pincéis o que com tintas e pincéis havia ganho". E acrescentou: "aliás é o que continuo a fazer até hoje". Com efeito, nada faltava em sua oficina e êle sentia-se particularmente feliz dentro dessa abundância de recursos: grandes bisnagas de tinta, de preferência holandesa, pincéis de todos os tamanhos, espátulas, paletas, chassis de todos os modelos, telas em bobinas, etc. Êsse material foi devidamente arrolado e acha-se exposto no "Atelier". Um dos grandes atrativos dessa Coleção são também os trajes de modelos, reunidos em mostruário especial. Como se sabe, a partir de 1905, o artista executou, por encomenda de vários governos estaduais, numerosas composições históricas, versando temas dos séculos XVI, XVII e XVIII. Para evitar anacronismo e mesmo por probidade profissional, êle adquiriu na Europa peças de indumentária civil, militar e religiosa e as armas correspondentes, com as quais fazia pousar os seus modelos. Tudo isso é exibido, como se disse acima, em mostruário especial.

Coleção de documentos

A coleção de documentos reúne cópias dos contratos firmados pelo artista com os governos dos diversos Estados e Prefeituras Municipais para os quais executou quadros históricos e trabalhos decorativos. Pertencem também a esta Coleção os originais do livro "História de um Pintor contada por êle mesmo" e numerosos outros documentos comprobatórios das atividades profissionais do pintor em 54 anos consecutivos.

Coleção de autógrafos

A Coleção de Autógrafos, pròpriamente dita, é das mais opulentas e curiosas do país. Quando da exposição de 1896, no Rio de Janeiro, em que figurou o famoso "sous-bois" denominado "Sertanejas", o catálogo, distribuído ao público, foi uma verdadeira poliantéia literária. Parreiras guardou depois, cuidadosamente, os originais, que eram de Olavo Bilac, Guimarães Passos, Valentim Magalhães, Pereira da Silva, Artur Azevedo, Alberto Silva, Adelina Lopes Vieira, Oscar Rosas, Aurélio Figueiredo, Ibrantina Cardona, B. Lopes e Coelho Neto.

Numerosas cartas são firmadas por historiadores, ensaístas, cientistas como Rocha Pombo, Oliveira Lima, Max Fleiuss, Escragnolle Dória, conde Afonso Celso, Ernesto Sena, Miguel Couto; poetas como Alberto de Oliveira, Belmiro Braga, Catulo da Paixão Cearense; arquitetos, musicistas, atores, como: A. Morales De Los Rios, Arquimedes Memória, Alberto Nepomuceno, Chabi Pinheiro; diplomatas, como: Souza Dantas, Leão Veloso, Joaquim Eulálio; jornalistas, críticos de arte, romancistas, como: João do Rio, Araripe Júnior, Gonzaga Duque, Coelho Neto, Júlia Lopes de Almeida, Severiano de Resende, João Luso, Cláudio de Souza, Medeiros e Albuquerque, Carlos Dias Fernandes, José Mariano Filho, Mário Sete, Monteiro Lobato, Elmano Cardim, Gastão Penalva, Carlos Góis, Fócion Serpa, Sílvio Júlio, Aníbal Matos, Lucílio Varejão, Emílio Kemp, Mário Travassos, Manuel Leirós, Tapajós Gomes, Lacerda Nogueira, Fábio Luz, Péres Júnior, Cândido de Campos, Celso Kelly, Horácio Cartier, Nogueira da Silva, Raul Perderneiras, etc., além dos críticos de arte franceses Victor Orban, George Normandy Henri Revers e Pierre Scise.

Dentre os autógrafos de homens públicos destacam-se os de Artur Lemos, saudoso mecenas paraense; Serzedelo Correia, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Feliciano Sodré, Felix Pacheco, Epitácio Pessoa, Afonso de Camargo, Camilo de Holanda, Washington Luís, Simões Filho, Melo Viana, Raul Fernandes e Estácio Coimbra.

Finalmente, quanto à lista de autógrafos dos artistas plásticos, nacionais e estrangeiros, que mantiveram relações com Parreiras, por excessivamente numerosa, escusamos de repeti-la aqui. Só o ofício congratulatório da Sociedade Brasileira de Belas Artes, com uma iluminura de Armando Viana, entregue, festivamente, ao artista, por ocasião do seu jubileu profissional, em 1933, conta com 83 assinaturas.

As atividades do Museu

O Museu Antônio Parreiras funciona normalmente das têrças-feiras aos domingos, franqueando ao público as suas galerias das 12 às 17 horas. Os quadros das quatro coleções de arte e os mostruários das demais coleções acham-se distribuídos em três edifícios: antiga residência, "Atelier" e pavilhão anexo.

Várias excursões têm sido levadas a efeito ao interior do Estado e uma ampla retrospectiva do artista foi realizada em 1953 no salão nobre da Câmara Municipal do Distrito Federal. O Museu tem participado de certames nacionais, sempre que solicitado, inclusive, quando da grande exposição nacional de paisagens promovida pela II Bienal de São Paulo. Localizado no tradicional bairro de São Domingos, o Museu tornou-se o centro de interêsse de numerosa população escolar visto como tem em tôrno de sua sede nada menos de 18 estabelecimentos de ensino compreendendo todos os níveis, isto é, do primário ao superior e o profissional inclusive. Além de promover conferências e visitas coletivas guiadas, o Museu mantém duas publicações: "Anais" e "Cadernos de Divulgação Cultural".

O futuro auditório e outros melhoramentos

Presentemente, o Departamento de Engenharia do Estado executa um plano geral de obras de conservação nos edifícios da antiga Residência e "Atelier" e estuda a construção de um novo pavilhão, destinado a substituir o atual "Anexo". Por outro lado, está a Diretoria do Museu promovendo a desapropriação dos imóveis números 51 e 55 da Rua Tiradentes, destinados à instalação de auditório, biblioteca e salão para exposições temporárias.

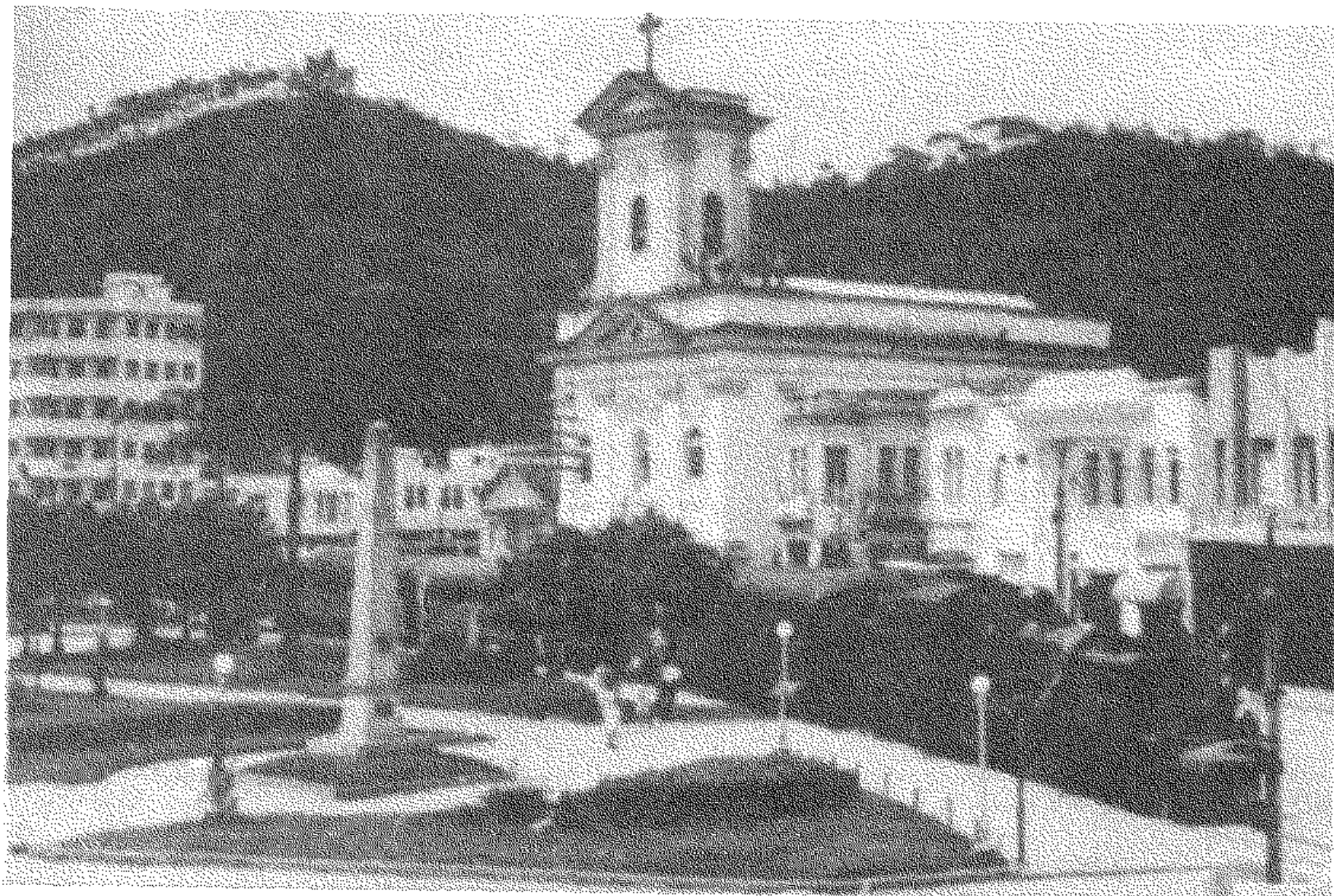
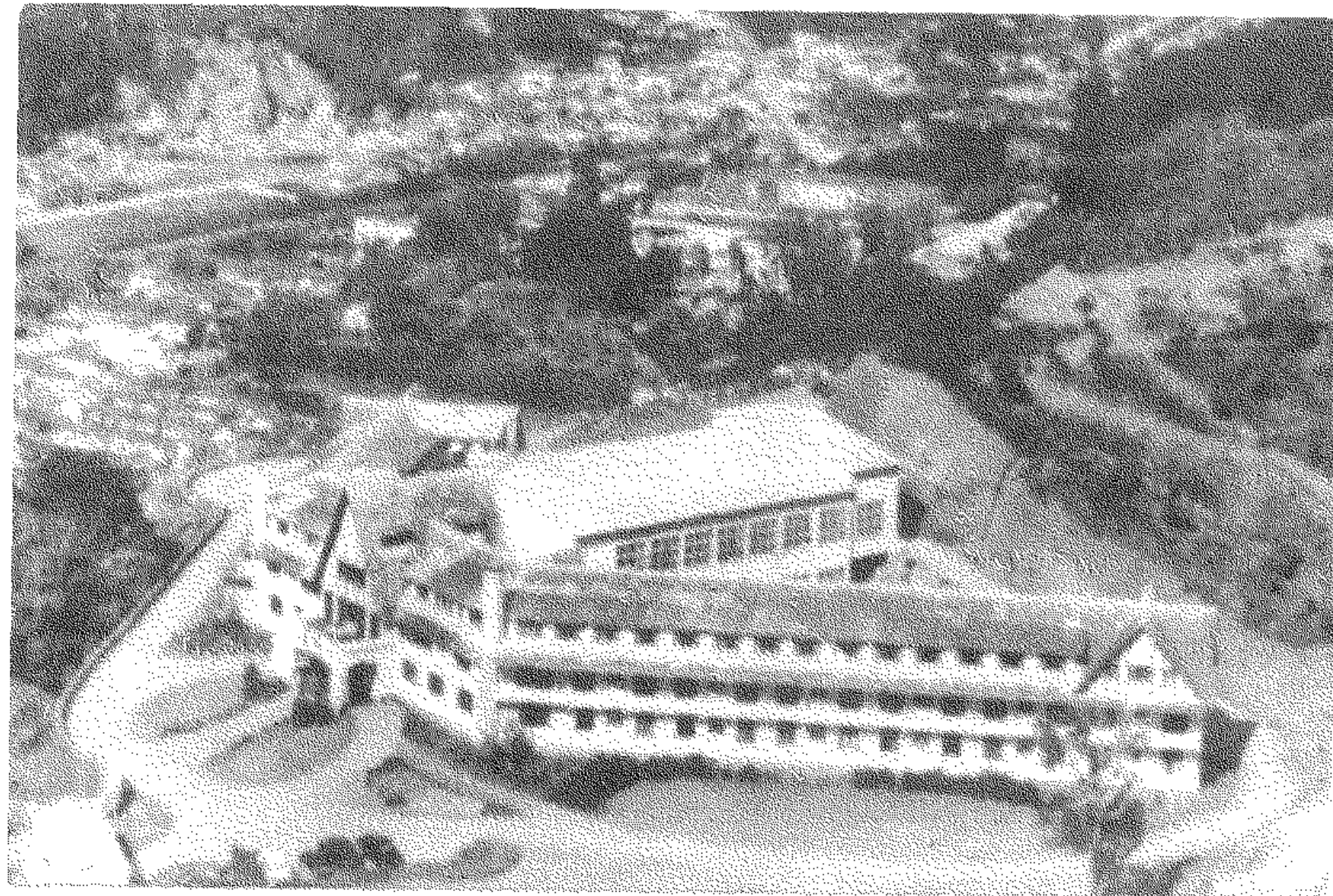
NOVA FRIBURGO — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização do território, hoje sob a jurisdição do município de Nova Friburgo, data do reinado de D. João VI, confundindo-se o seu devassamento com o de Cantagalo. Por decreto de 11 ou 16 de maio de 1818, êsse monarca, a instâncias do representante da Suíça, Sebastião Nicolau Gachet, autorizou a vinda de uma "colônia", composta de cêrca de 100 famílias, oriundas do Cantão de Friburgo, situado naquele país.

Por decreto de uma daquelas datas, foi nomeado, também, monsenhor Pedro Machado de Miranda Malheiros, para ocupar o cargo de inspetor da projetada colônia, ficando, ainda, encarregado da aquisição dos terrenos necessários à sua instalação. Dando cumprimento às atribuições que lhe couberam, comprou, o referido inspetor, "duas datas de terras com meia légua de testada cada uma", pertencentes a Manoel de Souza Barros e José Antônio Ferreira Guimarães, além da sesmaria denominada Morro Queimado, que tinha pertencido a Lourenço Corrêa Dias. Nesta sesmaria, instalou monsenhor Miranda, a sede da colônia, a que se denominou Nova Friburgo. As primeiras levas de colonos suíços a ela chegaram, em número de 30 famílias, em 1819 e começos de 1820. Dessa forma, surgiu o primeiro núcleo organizado de povoação, nas terras, hoje, pertencentes ao município. Tão promissora era a colaboração dêsses estrangeiros que, a 3 de janeiro de 1820, o govêrno desejando incentivá-la ainda mais, houve por bem subscrever, nesta data, um alvará, em que concedeu a Nova Friburgo o predicamento de vila, desmembrando suas terras das de Cantagalo. A sua instalação ocorreu aos 17 dias do mês de abril de 1820, localizando-se a sua sede na povoação de Morro Queimado.

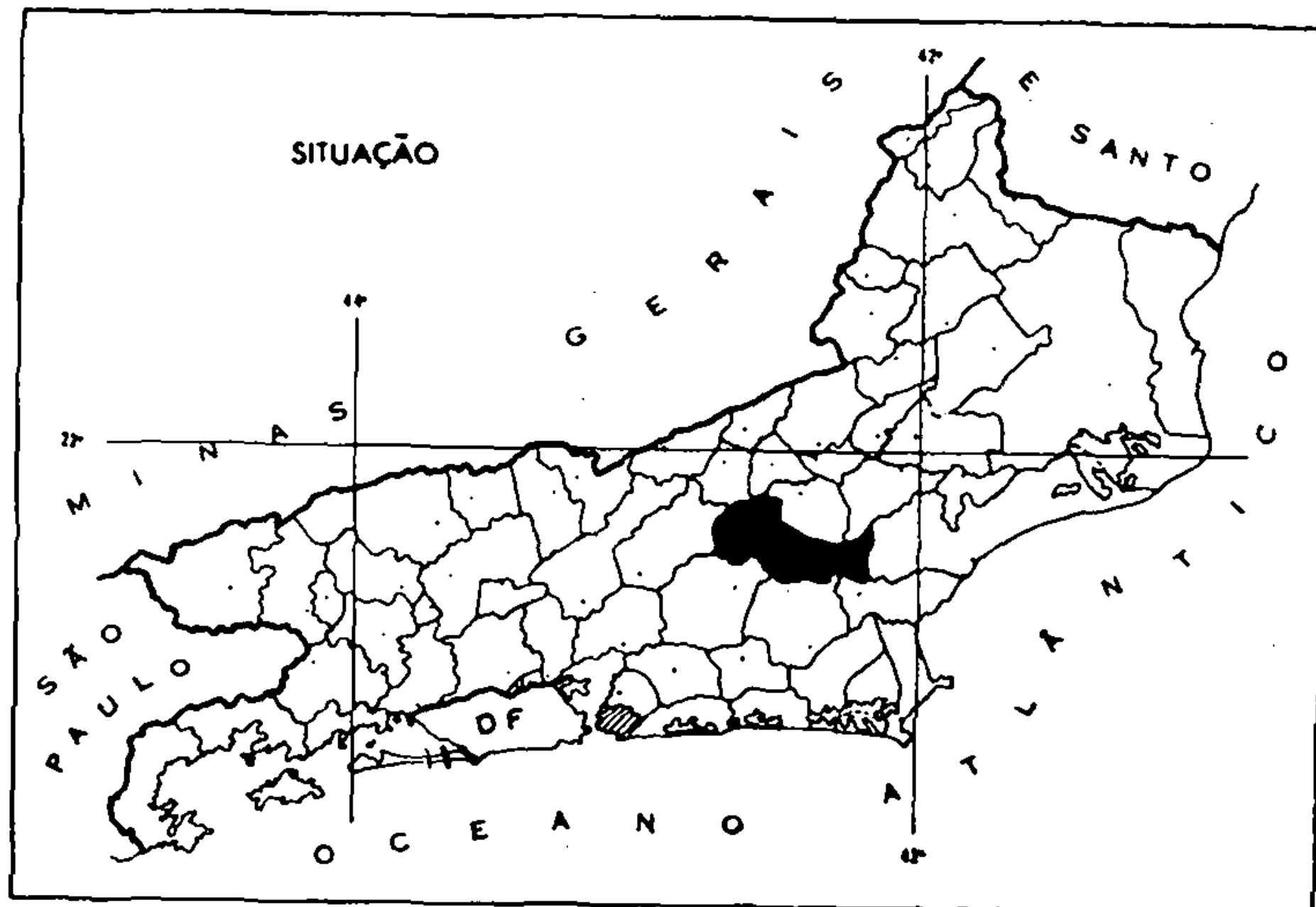
Em 1823, o govêrno enviou o major George Antonio Scheffer à Alemanha, para contratar, nesse país, a vinda de imigrantes para as colônias de Leopoldina e Frankenthal, estabelecidas desde 1816 na Bahia, nas margens dos rios Caravelas e Viçosa. Por um motivo ou por outro, êsses colonos foram desviados de seu destino, sendo dirigidos para Nova Friburgo, onde chegaram no dia 3 de maio de 1824.

Monsenhor Miranda, que se havia exonerado do cargo de Inspetor da colônia, foi readmitido, por essa época, em seu cargo anterior, recepcionando os novos imigrantes e dirigindo-os até 1831, ano em que o sistema de administração especial da colônia cessou, passando a sua jurisdição a ser superintendida pela Câmara da Vila.

Trecho da Praça Presidente Vargas.

Colégio Nova Friburgo, da Fundação Getúlio Vargas.

Posteriormente, chegaram a Nova Friburgo colonos italianos, portuguêses e sírios, que vieram contribuir, com seu trabalho, para a prosperidade sempre crescente da localidade, que, pelo Decreto n.º 34, de 8 de janeiro de 1890, teve a sua sede elevada à categoria de cidade.

Pelas suas condições climatéricas privilegiadas, pelo labor e pela persistência de seus filhos, Nova Friburgo progrediu muito desta data em diante.

Hoje, as suas terras são procuradíssimas pelos turistas que para elas afluem, atraídos pela fama de suas belezas naturais e salubridade inconteste de seu clima.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 22° 16' 42" de latitude Sul e .... 42° 31' 54" de longitude W. Gr., situando-se em direção N.N.E. relativamente à Capital do Estado. O município está situado na Zona do Alto da Serra.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 847 m.

CLIMA — Em virtude de seu clima salubérrimo, Nova Friburgo é tida como excelente estância de cura e veraneio, sendo reconhecida como tal não sòmente no País mas também no exterior. A média das temperaturas máximas ocorridas, em 1956, foi de 24,6°C; das mínimas, 7,7°C; sendo a média compensada de 19,1°C. A precipitação atingiu, no ano, 1 561 mm.

ÁREA — 951 km².

POPULAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 verificam a existência de 47 755 habitantes, sendo

23 779 homens e 23 976 mulheres. O quadro rural do município arrolou, naquela ocasião, 18 390 habitantes, bem inferior à população urbana, conseqüência natural e lógica de ser a cidade movimentado centro de veraneio e repouso. A distribuição da população local pelos demais distritos é a que consta da seguinte tabela:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nova Friburgo	32 838	15 991	16 847	9 599	10 596	4 089	4 174	2 303	2 077
Campo do Coelho	4 211	2 217	1 994	23	20	19	27	2 175	1 947
Lumiar	5 205	2 677	2 528	44	42	48	40	2 585	2 446
Refúgio	3 205	1 656	1 549	124	130	21	21	1 511	1 398
Riograndina	2 295	1 238	1 058	135	126	48	39	1 055	893

O DEE estimou a população de Nova Friburgo, para 1955, em 53 344 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia municipal são a indústria, notadamente a têxtil, e as relacionadas com o turismo e veraneio. Segue-se, em ordem de importância, a atividade agrícola, compreendendo a floricultura, a horticultura e os produtos da pequena lavoura como o milho, a batata-inglêsa, etc. A pecuária, praticada de forma incipiente, não tem maior significação econômica para o município. Os quadros que se seguem, pela riqueza do detalhe e pela facilidade da expressão numérica, retratam melhormente os aspectos econômicos municipais:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Flôres (palmas e rosas)	Dúzia	410 000	16 130
Tomate	Tonelada	1 010	9 595
Milho	»	1 500	6 250
Vagens	»	800	6 080

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra para construção	m3	28 000	7 000
Areia para construção	»	42 000	2 520
Vegetal			
Madeira	»	1 350	2 700

Produção industrial — 1956 (*)

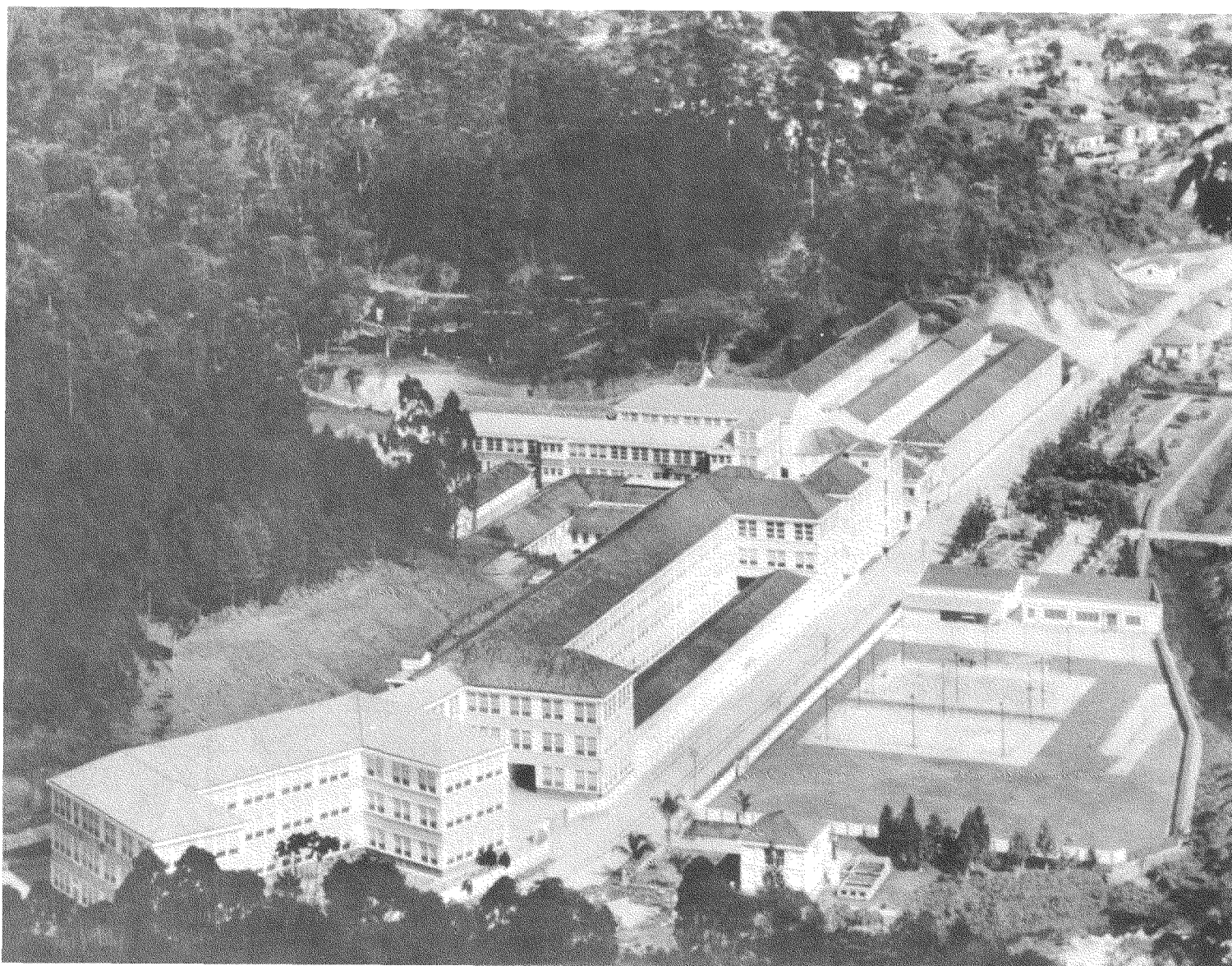
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Indústrias têxteis e similares, inclusive fiação	...	...	359 361
Indústria de cerâmica (tijolos e telhas)	Milheiro	9 000	14 700

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, através dos seguintes ramais: *Ramal Pôrto das Caixas—Manhuaçu*, estando em seu curso as estações de Teodoro de Oliveira, Muri, Nova Friburgo (passageiros) e Nova Friburgo (cargas) e Conselheiro Paulino, já no início da linha de Cantagalo e a parada de Branca; e, *Conselheiro Paulino Portela* com a estação de Riograndina. Nova Friburgo conta 242 km de rodovias, sendo 128 km de administração municipal, 94 km, de administração estadual e 20 km construídos pelo govêrno federal. Estão licenciados pela Prefeitura Municipal 511 automóveis e 419 caminhões. Há, em funcionamento, 8 linhas de coletivos rodoviários urbanos, 2 interdistritais e 7 intermunicipais. Existe apenas um campo de pouso, onde, em 31-XII-56, foi relacionado 1 táxi-aéreo. Está funcionando, de pouco tempo, 1 serviço de microônibus, entre Nova Friburgo e o Distrito Federal.

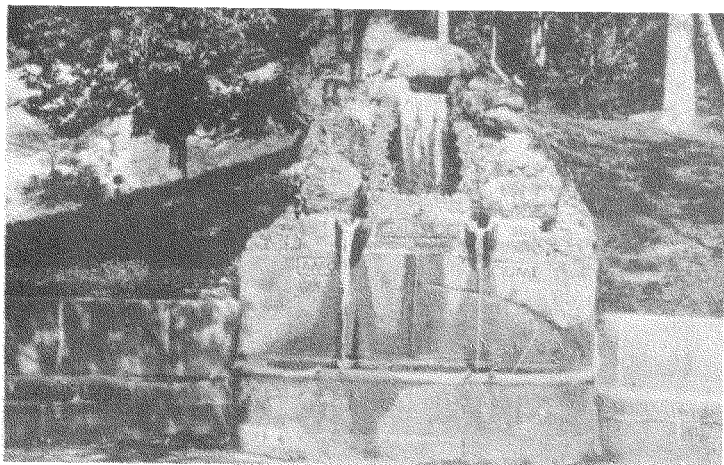
Cascata Pinel.

COMÉRCIO E BANCOS — A sede municipal conta com 13 estabelecimentos comerciais atacadistas e 1 008 estabelecimentos varejistas. Há disseminados pelos demais distritos mais 123 estabelecimentos de comércio, sendo 20 em Riograndina, 26 em Campo do Coelho, 17 em Amparo, 28 em Lumiar e 32 em Conselheiro Paulino. Os principais mercados consumidores dos produtos agrícolas de Nova Friburgo são a Capital da República e a do Estado. O comércio local importa, com exceção de legumes e gêneros da chamada pequena lavoura, os alimentícios, artigos de vestuário, materiais de construção, produtos farmacêuticos, etc. A fim de que se tenha melhor idéia do volume do comércio friburguense, basta que se informe que em 1950, dos 423 estabelecimentos selecionados e investigados pelo Recenseamento Geral, comprovou-se um movimento de vendas que atingiu Cr$ 118 631 000,00 além de se verificar, na data de referência, limite da pesquisa, um estoque de .... Cr$ 42 065 000,00, em mercadorias. Funcionam em Nova Friburgo os seguintes estabelecimentos bancários: Banco

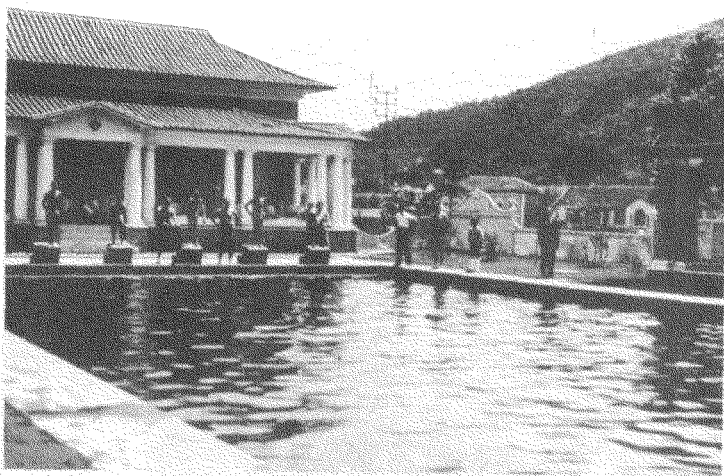
Parque São Clemente.

Vista geral da Fábrica Ipú — Artefatos de Tecidos, Couro e Metal S/A.

do Brasil S. A.; Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.; Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A.; Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A.; Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A.; e, Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S. A. Os saldos dêsses estabelecimentos, em 28-II-57, eram os seguintes: Caixa, em moeda corrente, Cr$ 17 917 000,00; empréstimos em conta-corrente, Cr$ 32 782 000,00; títulos descontados, Cr$ 71 753 000,00; depósitos a vista e curto prazo, Cr$ 131 552 000,00; e, depósitos a prazo, ... Cr$ 10 478 000,00. Há, ainda, a agência da Caixa Econômica Federal com 10 950 cadernetas em circulação e um depósito de Cr$ 19 292 104,60, em 30 de junho de 1957.

RIQUEZAS NATURAIS — Constituem riquezas naturais do município no reino mineral, não sòmente o potencial hidráulico de suas quedas de água: as de Hans e Moinho da Saudade, no rio Santo Antônio, as do ribeirão de Tábuas e Catete no rio Bengala, mas também as jazidas de malacacheta, de Lumiar e Nova Friburgo, cuja exploração está atualmente paralisada, e as pedreiras do morro de Santa Terezinha, Duas Pedras, Cônego e Conselheiro Paulino, situadas nos arredores da cidade. Apesar de atravessada pela Estrada de Ferro Leopoldina, consoante as asseverações de Décio Monteiro Soares em seu livro intitulado "Terra Friburguense", Nova Friburgo possui, ainda, excelentes reservas florestais, localizadas principalmente no território dos distritos de Nova Friburgo, Campo de Coelho e Lumiar. De suas matas são extraídas madeiras de várias espécies, como: cedro, canela, tapinhoã e canela preta. Nova Friburgo pode orgulhar-se de ser um dos municípios em que mais se cuida do reflorestamento, principalmente no distrito da sede municipal, promovido pelas indústrias, sendo que o número de pés de essências florestais, principalmente eucalipto, pinheiro e cipreste, plantados nestes últimos 15 anos, ultrapassa a casa dos 3 milhões. É de relativa riqueza, ainda segundo Décio Monteiro Soares, a fauna friburguense. Encontram-se, com freqüência, em suas matas, capoeirões e capoeiras, exemplares de paca, capivara, porco-do-mato, cutia, preá, etc. Em seus rios são encontrados também, com relativa abundância, espécies ictiológicas como acarás, carpas, bagres e traíras. Existem, ainda, propriedades agrícolas que mantêm lagos artificiais ou tanques destinados à criação de carpas.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal é um extraordinário recanto de beleza, banhada pelo rio Bengalas, formado pela junção dos rios Cônego e Santo Antônio, o que lhe empresta, pela acidentada topografia circunjacente, a semelhança de um oásis encravado nas grimpas da serra. Possui, entre os vários melhoramentos urbanos, o de abas-

Fonte do Suspiro.

tecimento de água, explorado pela Prefeitura Municipal, servindo 156 logradouros e 7 182 prédios: e de esgotos (de ejetos e águas pluviais), igualmente explorado pela Prefeitura Municipal, servindo 134 logradouros e 5 291 prédios; o de limpeza pública e remoção de lixo, também, explorado pela Prefeitura local, beneficiando a 138 logradouros e 4 962 prédios; e, o serviço de iluminação elétrica, que é explorado pela Cia. de Eletricidade de Nova Friburgo S. A., beneficiando 156 logradouros e 5 958 prédios. 60% dos logradouros públicos da cidade são pavimentados a paralelepípedos; cêrca de 30 000 m^2 têm pavimentação de concreto, cimentado e o restante, acha-se ainda sob tipo de revestimento denominado "terra melhorada". Possui 20 hotéis, dentre os quais convém que se destaque o Sans-Souci e o Granja Hotel, no Morro das Braúnas na zona rural, e, alguns outros, na zona urbana dotados do confôrto que se poderia exigir tanto em peças isoladas, como em apartamentos. Mais 7 estabelecimentos hoteleiros do tipo de pensão existiam, em 31-XII-56. Não há aeroporto, mas ali se acha um campo de emergência.

COMUNICAÇÕES — O município está servido pela rêde postal-telegráfica dos Correios e telégrafos que mantém agências postais na sede municipal e no povoado de Muri, e agências postais em Cônego, Riograndina, Amparo, Lumiar, São Pedro e Conselheiro Paulino, além de um pôsto de venda de selos de correios em Vila de Campo do Coelho. Há, ainda, linha de comunicações de uso privativo, como as da Estação Rádio-Telegráfica da Polícia e da Estrada de Ferro Leopoldina. Está servida pela Cia. Telefônica de Nova Friburgo S. A., em tráfego mútuo com a Companhia Telefônica Brasileira, com ótimo serviço telefônico

Friburgo Clube de Xadrez.

urbano automático, e interurbano, contando-se, em ...... 31-XII-56, 1 009 aparelhos instalados. Existe, em Nova Friburgo, uma estação radioemissora, a da Rádio Sociedade de Friburgo, prefixo ZYE-4, cuja 1.ª emissão foi em 15-IX-49.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O serviço de saúde pública é superintendido pelo govêrno estadual, representado, no município, pela sua organização de base que mantém um Centro de Saúde e estende sua ação às zonas rurais por intermédio de três subpostos de Higiene, nas localidades de Conselheiro Paulino, Refúgio e Lumiar. A Prefeitura Municipal, também, presta, de seu turno, bons serviços através de um Serviço de Assistência Médico-Rural. Existem, no município, dois sanatórios para tuberculosos: o Sanatório Naval de Nova Friburgo (Ministério da Marinha) e o Sanatório Santa Terezinha, de propriedade particular. Há, ainda, o Hospital Regional de Friburgo "Darci Vargas" e a Casa de Saúde Nova Friburgo, respectivamente mantidos pela Associação Beneficente Hospital Regional de Friburgo e Dr. Mário Sertã, que com os dois precedentemente citados, totalizam 139 leitos disponíveis. Além

Vista parcial da estrada de rodagem.

das organizações de assistência médica constata-se a existência, além do mais, das seguintes de caráter particular: Centro Médico Cirúrgico, do Centro Médico Cirúrgico Limitada; Maternidade de Santa Terezinha, da L.B.A.; Departamento de Assistência Social Santo Eduardo, do Espólio de Eduardo Guinle; bem como, serviços médicos da Fábrica de Rendas, da Fábrica Ipu, Fábrica de Filó e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, além dos pertencentes ao SESI e SESC. A Paróquia de Nossa Senhora das Graças mantém, na sede municipal, o Pôsto Médico e Obra do Berço. Afora tais organizações registra-se a existência, por outro lado, de instituições de assistência a desvalidos como o Abrigo Amor a Jesus e a Casa dos Pobres de São Vicente de Paulo, mantidos, respectivamente, pelo Centro Espírita Friburguense e a Congregação das Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, bem como, o Lar da Môça Operária Casa Santa Inês, destinado a auxiliar a môças desamparadas. A sede municipal tem 16 farmácias e conta com 25 médicos, 22 dentistas e 14 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Por ocasião do Sexto Recenseamento Geral, das 40 405 pessoas de 5 anos e mais, da população municipal presente, 22 478 sabiam ler e escrever. Dêsse montante 11 777 eram do sexo masculino e 10 701 do feminino.

Ensino — Existiam, em 31-XII-56, 120 unidades escolares do ensino primário fundamental comum. O movimento dos estabelecimentos que exploram o ensino extraprimário é intenso, desde muitos anos, devido mesmo às notáveis condições climáticas locais, o qual pode ser melhormente avaliado pelo seguinte quadro demonstrativo:

GRAUS DE ENSINO	N.º DE ESTABELECIMENTOS
Ginasial	1
Ginasial e Colegial (simultâneamente)	2
Ginasial e Normal (simultâneamente)	1
Ginasial e Científico (simultâneamente)	2
Básico e Técnico de Contabilidade (simultâneamente)	2
Filosofia e Letras Clássicas	2

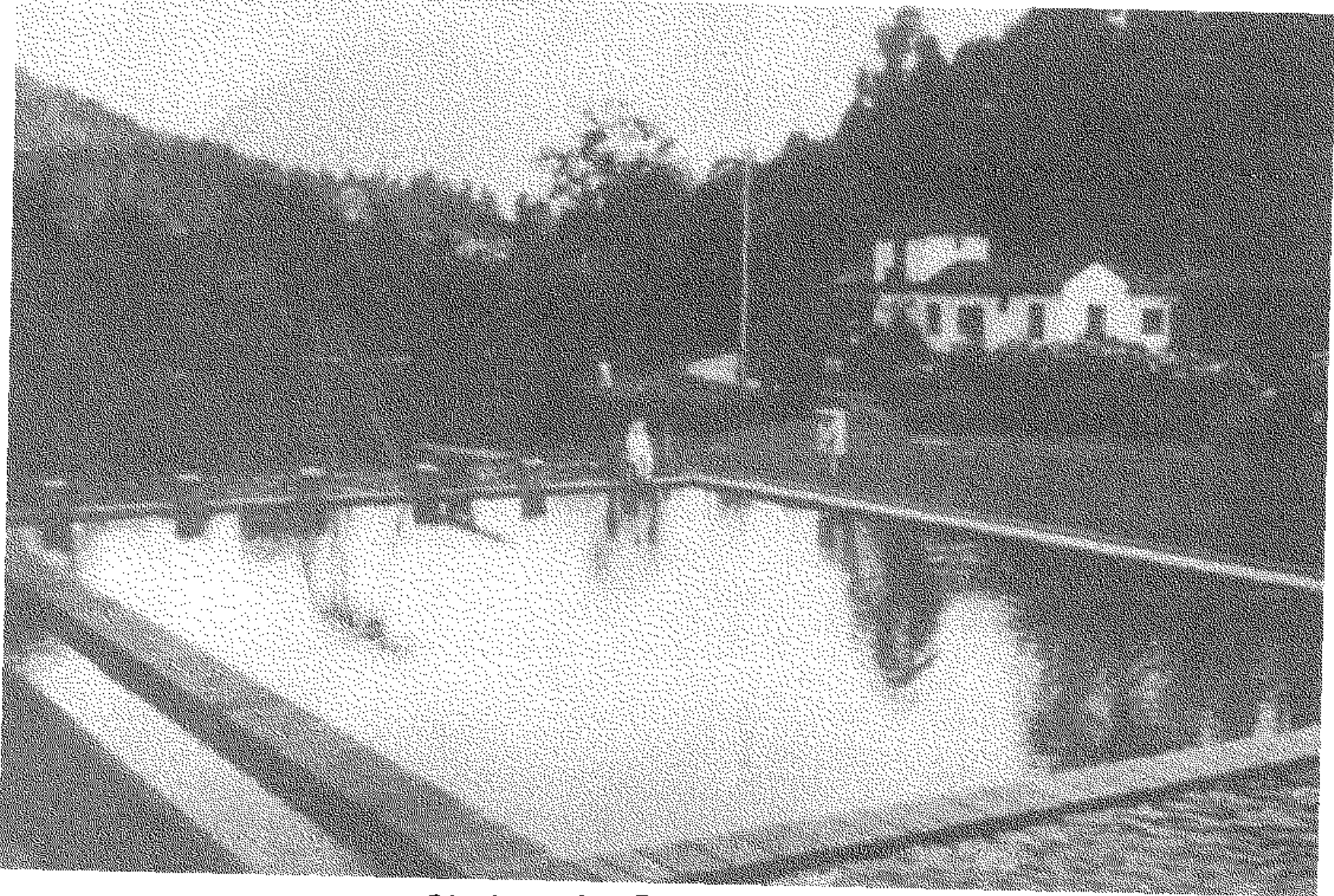
Estabelecimento tradicional no ensino friburguense é o Colégio Anchieta, mantido pelos padres da Companhia de Jesus, tendo sido um dos principais educandários do Brasil, desde 1886 a 1923. Nesse ano, fechado o Colégio, transformou-se em Casa de Formação para os filhos da Cia. de Jesus, Noviciado, Curso de Letras, Faculdade Filosófica e Ginásio Santo Estanislau, êste sob o regime de inspeção federal. Possui, ainda, escolas de motorista (2), música e canto, escolas profissionais do SESI e SENAC, datilografia e corte e costura.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro demonstrativo seguinte pela exuberância de sua expressão numérica oferece interessantes aspectos dignos de consideração:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	18 830	14 210	6 445	3 034	6 818
1951	21 935	19 089	7 190	3 425	9 997
1952	27 542	22 059	8 791	3 726	9 095
1953	35 914	26 454	9 516	4 027	10 314
1954	41 639	33 234	11 757	4 912	12 658
1955	56 162	45 001	12 621	6 349	12 810
1956	75 747	61 221	18 843	9 075	19 964

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Nova Friburgo é um real celeiro de maravilhas que extasiam os olhos dos

Vista interna do Hotel Sans Souci.

visitantes. Desde as suas belezas naturais muitas das quais inspiraram o levantamento de magníficos recantos de incomum valor turístico como o Parque São Clemente, o Parque Santa Terezinha e a Organização de Recreio Olifas, situados na sede municipal, aos seus velhos templos, tudo é motivo de admiração e atrativo. Dois templos mais novos, no entanto, são dignos de igual interêsse turístico, a Igreja-Matriz de Nossa Senhora das Graças, ainda em construção, em estilo moderno e o templo da comunidade evangélica

Piscina do Recreio Olifas.

friburguense, que sendo de linhas sóbrias em matéria de boa arquitetura, possui rara e singular beleza. A igreja do tradicional Colégio Anchieta é, de seu turno, não só por seu valor histórico como pela sua beleza antiga, digna de igual consideração. O Monumento ao Expedicionário, o Obelisco ao Centenário, a Fonte do Suspiro e o Marco do Pico da Caledônia, o qual, a 2 310 m de altitude, oferece uma visão panorâmica de quase tôda a Baixada Fluminense, constituem objeto de embelezamento e atrativo aos que fazem turismo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município, como já ficou anteriormente afirmado, é interessante ponto de atração turística, de repouso e veraneio. Muitas serras, morros e elevações menores, excelente clima, fazem o todo ideal que atrai e fixa o viandante.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui, também, 14 clubes cujas atividades são, na maior parte, controladas por 1 liga desportiva; clubes de malha e de tiro; 1 loja maçônica, 1 sociedade de cirurgia e medicina; 3 organizações das do tipo "liras" e "euterpes"; 1 academia de letras e 1 aeroclube. Das inúmeras bibliotecas existentes destacam-se a da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, com 19 863 volumes; a do Colégio Anchieta, com 16 310 volumes; a Biblioteca Pública Municipal, com 12 670 e a de Machado de Assis, com 6 675 volumes. Existem 5 cooperativas com interessante movimento.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os friburguenses que se distinguiram no âmbito nacional, contam-se Júlio Salusse, poeta, e Agenor de Roure, historiador.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de Nova Friburgo, Amparo, Campo do Coelho, Conselheiro Paulino, Lumiar e Riograndina.

NOVA IGUAÇU — RJ

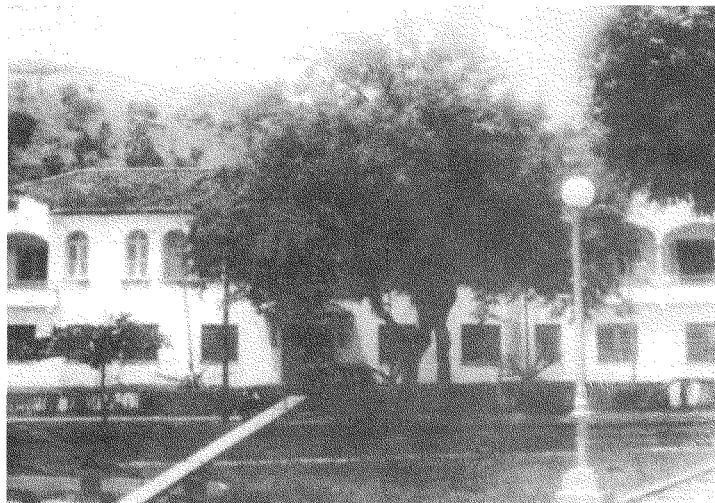
Mapa Municipal na pág. 171 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Com a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, as terras que hoje constituem o município de Nova Iguaçu, couberam a Martim Afonso de Souza, donatário da Capitania de São Vicente. Todavia, esta vasta e rica região permaneceu relegada ao mais completo abandono, até que o Rio de Janeiro se tornou notável foco irradiador de progresso, em virtude de sua elevação à categoria de cidade em 1565, após as lutas verificadas entre portuguêses e franceses, que disputavam a posse das terras da Guanabara.

Transcorridos alguns anos após essa data, já se assinalava, nas terras de Iguaçu, a existência de várias sesmarias, concedidas em diferentes épocas, a partir de 1566, segundo diz monsenhor Pizarro em suas "Memórias Históricas". Entre elas, encontrava-se uma, pertencente a Braz Cubas que, conforme tudo indica, seria o mesmo Braz Cubas, a quem a cidade de Santos deve a sua fundação.

À proporção que os anos se sucediam, depois das concessões das sesmarias citadas, a colonização das terras foi-se processando gradativa e ràpidamente, pelos vales dos pequenos rios que sulcam o território dessa zona da Baixada Fluminense, como sejam, o Meriti, o Sarapuí, o Pilar e, principalmente, o Iguaçu. Com a penetração do elemento civilizado, o aborígine foi cedendo terreno, sendo impelido para o interior ou exterminado, acabando por desaparecer dessas paragens.

Segundo José Matoso Maia Forte, em seu livro "Iguaçu", tão cedo os agrupamentos populacionais o permitiram, foram surgindo várias freguesias nessas terras. A mais antiga, segundo monsenhor Pizarro, na obra citada, foi a de Nossa Senhora do Pilar, cuja data de criação, fixada pelo visitador "Dr. Araújo", remonta ao ano de 1637. Seguiram-se-lhe a de São João de Meriti, aprovada pelo Alvará régio de 10 de fevereiro de 1647; a de Santo Antônio de Jacutinga, em 1657, e a de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu, cuja criação se refere ao ano de 1719, tendo sido mais importante que tôdas as outras. Finalmente, em 1759, surgiu a última delas, a de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, a qual recebeu, nessa data, o predicamento de perpetuidade. A freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu era, também, conhecida pelo nome de Nossa Senhora da Piedade do Caminho Velho, em virtude de estar

Vista do Fôro.

Maternidade do Hospital Iguaçu.

localizado, em suas terras, um trecho da estrada que, subindo as encostas da Serra da Estrêla e acompanhando os vales dos rios Paraíba e Paraibuna, atingia as "Minas Gerais". Foi por êsse caminho que passou, mais tarde, Tiradentes, quando se dirigia à Côrte, onde seria julgado e enforcado.

A prosperidade agrícola da região circunvizinha ao rio Iguaçu, perdurou por dois séculos, a contar da data em que foram concedidas as primeiras sesmarias. Os cursos fluviais existentes na região, ainda não obstruídos, não só tornavam fertilíssimas as suas terras, como também serviam de ótima via de comunicação com a cidade do Rio de Janeiro, para onde se escoava a sua produção. Cultivavam-se, então, com grande sucesso, vastas áreas de onde se extraíam quantidades consideráveis de gêneros alimentícios, como o arroz, o feijão, a mandioca e, principalmente, a cana-de-açúcar. O café, cuja cultura se tentou introduzir na região, não deu os resultados esperados, o que redundou no abandono de seu plantio. Ao elemento negro escravizado, muito deveram os fazendeiros e senhores de engenho, proprietários na localidade, as rápidas e fabulosas fortunas que acumularam em épocas passadas.

Em 15 de janeiro de 1833, reconhecendo notável progresso na região, o govêrno resolveu conceder-lhe a autonomia, desde anos antes solicitada por seus habitantes mais influentes, o que efetivou exarando, nessa data, um decreto em que concedia a Iguaçu o predicamento de vila, verificando-se a sua instalação a 27 de julho do mesmo ano.

Entretanto, devido a injunções políticas, pouco perdurou a autonomia de Nova Iguaçu, que perdeu suas prerrogativas de vila pela Lei provincial n.º 14, de 13 de abril de 1835. Não satisfeitos com êsse estado de coisas, os habitantes dessa localidade voltaram a lutar por sua hegemonia, tendo sido os seus esforços coroados de êxito, em 10 de dezembro de 1836. Pela Lei n.º 57, dessa data, foi restaurada a vila com a denominação de "Iguassu".

Situada à margem direita do rio Iguaçu, a sede da vila prosperou, de forma notável, a partir de sua elevação a essa categoria, chegando a ser considerada como um dos mais notáveis empórios da cidade do Rio de Janeiro, servindo-a, pela baía de Guanabara, onde fazia chegar seus produtos por via fluvial ou terrestre.

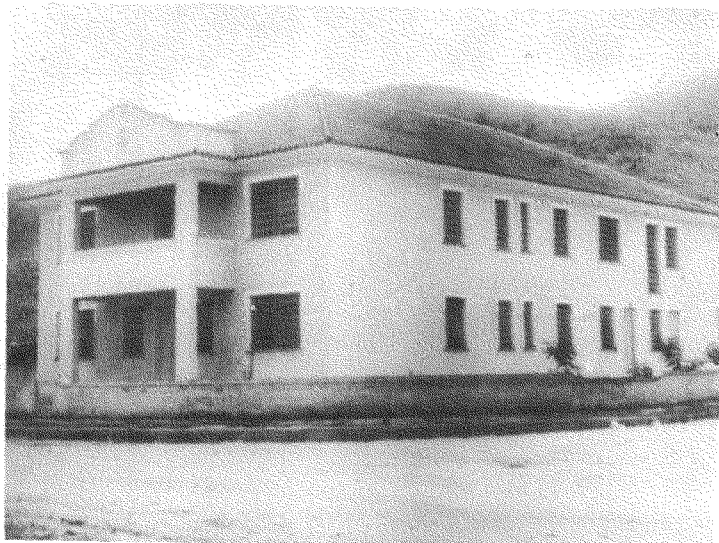
O início do período de decadência que se verificou, a partir da segunda metade do século XIX, na localidade de Iguaçu, deve-se, paradoxalmente, às inovações progressistas introduzidas no território fluminense. A construção

das estradas de ferro provocou, com freqüência, êsse fenômeno. Cidades, vilas, povoações surgiram da noite para o dia, nas margens das estradas, enquanto localidades antiquíssimas desapareciam ràpidamente.

Tão cedo se iniciou o tráfego da E. F. D. Pedro II, atual Central do Brasil, verificou-se o abandono da via fluvial que, obstruída pela falta de cuidados, deu motivo à formação de pântanos e alagadiços, onde passou a grassar o impaludismo determinando o desvio da zona da influência comercial e agrícola para as bandas orientais do município. À proporção que as antigas lavouras e núcleos de povoação eram entregues a sua sorte, regredindo dia a dia, cresciam à margem da via férrea, pequenas localidades, entre elas uma denominada Maxambomba, que, com o correr dos tempos, progrediu em influência e importância. As condições desfavoráveis que se observavam na antiga vila de Iguaçu, forçaram os governantes a transferir a sua sede, em 1.º de maio de 1891, para essa nova localidade, que no mesmo ano, a 19 de junho, foi agraciada com foros de cidade. Posteriormente, em 9 de novembro de 1916, foi mudado o topônimo da cidade que passou a ser denominada de "Nova Iguassu".

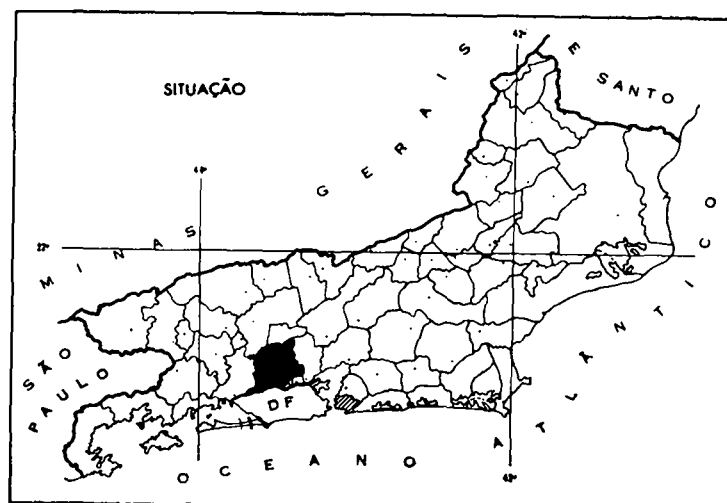
Ùltimamente, devido às obras de saneamento que se verificaram na Baixada Fluminense, o município voltou a progredir. Para tal ressurgimento muito tem contribuído, também, a facilidade de comunicações com a Capital da República, o que não só valorizou consideràvelmente suas terras, como, por outro lado, facilitou o escoamento de seus produtos agrícolas, entre os quais prepondera a laranja, exportada em quantidades consideráveis.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, os distritos de Imbariê, Caxias e Meriti, passaram a constituir o novo município de Duque de Caxias. Pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado em 20 de junho de 1947, por fôrça de seu artigo 6.º, regulado pela Lei estadual n.º 6, de 11 de agôsto de 1947, o distrito de Nilópolis foi desanexado do município de Nova Iguaçu, passando a constituir município autônomo.

A comarca de Iguaçu foi criada por fôrça do Decreto n.º 1 637, de 30 de novembro de 1871, constituindo-se dos têrmos de Iguaçu e Itaguaí. Em virtude do Decreto número 2 243, de 29 de setembro de 1877, ficou a comarca de Iguaçu sòmente com o têrmo de Iguaçu, devido ter sido elevado à categoria de comarca o têrmo de Itaguaí.

Pôsto de Puericultura e Maternidade São José.

Por fôrça da Lei n.º 43-A, de 1.º de março de 1893, ou Decreto n.º 681, de 28 de março de 1901, a comarca de Iguaçu foi extinta, passando o têrmo de Iguaçu a fazer parte da comarca de Barra do Piraí. A comarca de Iguaçu foi restabelecida por efeito da Lei n.º 740, de 29 de setembro de 1906, reincorporando o têrmo de Itaguaí.

Em virtude da Lei n.º 1 804, de 12 de janeiro de 1924, a comarca de Iguaçu perdeu o têrmo de Itaguaí, por ter sido êste, novamente, elevado à categoria de comarca.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona da Baixada do Rio Guandu, situando-se sua sede a .... 22° 45' 37" de latitude Sul e 43° 26' 52" de longitude W.Gr., a 36,8 km em linha reta da capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — (Sede municipal) 26,197 m.

CLIMA — O clima de Nova Iguaçu é quente e úmido, sendo geralmente salubre, salvo nas zonas palustres ou alagadiças, situadas às margens dos cursos de água. No ano de 1956, a temperatura média das máximas foi de 28,7°C, a das mínimas 19°C e a média compensada 23,8°C. — Precipitação no ano, altura total, 1 212,4 mm.

ÁREA — 753 km².

POPULAÇÃO — Em 1950 foram recenseadas nos distritos que compõem o atual território do município 145 649 pessoas, sendo 75 255 homens e 70 394 mulheres. Essa população se distribuía pelos distritos, e a situação de domicílio era conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nova Iguaçu	90 749	46 189	44 560	26 482	26 571	2 819	2 661	16 888	15 328
Belford Roxo	23 750	12 236	11 514	2 665	2 559	3 955	3 754	5 616	5 201
Cava	12 376	6 619	5 757	300	278	350	287	5 969	5 192
Queimados	18 774	10 211	8 563	1 116	1 043	1 666	1 277	7 429	6 243

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 162 695 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal fonte de renda do município é a cultura da laranja, que, apesar do declínio paulatino que vem tendo seu comércio com o exterior, continua sendo o símbolo da economia municipal.

Outra fonte de riquezas não menos importante, que de ano para ano vem se incrementando de maneira indiscutível, é a indústria da cerâmica. A indústria metalúrgica e outras que se instalaram no município ampliam suas atividades e cooperam sensìvelmente para a economia municipal. O município conta mais de 285 estabelecimentos industriais das mais variadas espécies. No ano de 1955, o valor da produção industrial ultrapassou a 1 bilhão de cruzeiros.

Os quadros que seguem apresentam dados relativos à produção agropecuária e industrial no ano de 1956:

Produção agrícola (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laranja	Cento	9 300 000	372 000
Banana	Cacho	600 000	1 500
Tomate	Quilo	162 000	975
Mandioca	Tonelada	830	830
Batata-doce	Tonelada	293	568

Produção extrativa (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra para construção	m3	45 430	9 137
Barro	»	147 828	4 210
Tabatingas	»	39 822	1 814
Água mineral	Litro	644 920	1 309
Vegetal			
Lenha	m3	69 500	750

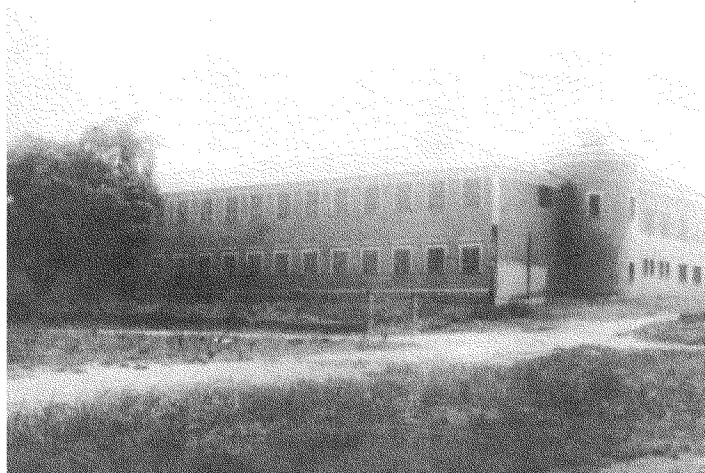
Produção industrial (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Artefatos de borracha	Unidade	234 850	517 560
Aços laminados, tubos galvanizados e artefatos de ferro	Tonelada	19 459	331 411
Tintas	Tonelada	822	70 934
Tijolos	Milheiro	51	66 145
Explosivos	Tonelada	1 013	54 014
Papel e artefatos	»	3 748	51 589
Tecidos diversos	Metro	3 668	35 349

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal e as estações localizadas no território do município são servidas pelos trens suburbanos da Estrada de Ferro Central do Brasil (eletrificada) e trens da linha auxiliar da mesma estrada. A estação de Nova Iguaçu dista da estação de Dom Pedro II 35 km. Existem no município as seguintes estações e paradas ferroviárias da E.F.C.B.: Edson Passos, Mesquita, Nova Iguaçu, Comendador Soares, Austin, Queimados, Engenheiro Pedreira e Japeri. A primeira dessas paradas localiza-se a 30,4 km de D. Pedro II e a última a 61,7 km. Nesta tem início o ramal de Tairetá, no município de Vassouras. A Linha Auxiliar, ramal de Alfredo Maia e Três Rios, atinge o município na estação de Rocha Sobrinho, distante 30,4 km da estação inicial, e tem no território de Nova Iguaçu 8 paradas e as estações de Andrade Araújo, Engenheiro Rocha Freire e Carlos Sampaio; esta última dista 47,8 km da estação inicial. O município é cortado ainda pelos trens da antiga Estrada de Ferro Rio Douro, hoje também da E.F.C.B., com 16 estações e paradas, das quais as principais são: Belford Roxo, onde tem início o ramal de Xerém, Cava e Rio Douro. Não menos importante é a rêde rodoviária. A sede municipal está localizada na RJ-13, que começa no quilômetro 13 da Estrada Rio Petrópolis, no município de Duque de Caxias, e termina no km 33 da antiga Estrada Rio—São Paulo, no município de Itaguaí, dando acesso a essa cidade e passando, antes de atingir Nova Iguaçu, pela cidade de São João de Meriti. A Rodovia Presidente Dutra, que corta o município, e no qual percorre 27 km, passa a 3 km da cidade de Nova Iguaçu, que se comunica por essa estrada com a Capital Federal, da qual dista 18 km. Há um serviço constante de ônibus e autolotações ligando Nova Iguaçu a seus distritos, cidades vizinhas e à cidade do Rio de Janeiro. As comunicações com a Capital do Estado são feitas através do Distrito Federal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio pode-se considerar satisfatório, atendendo suficientemente às necessidades locais, não sendo mais desenvolvido em razão da proximidade com o Distrito Federal. O número de estabelecimentos comerciais, em todo o município, é de, aproximadamente, 3 200. Na sede municipal há 11 estabelecimentos comerciais atacadistas e 864 varejistas. O movimento bancário é atendido por 6 Agências (Banco do Brasil, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Banco de Minas Gerais, Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro e Banco de Itajubá, esta em Mesquita), cujos saldos, em 28 de fevereiro de 1957, eram representados pelos seguintes valores, em milhares de cruzeiros: Caixa, em moeda corrente — 14 718; Empréstimos em c/c — 137 448; Títulos descontados — 135 260; Depósitos a vista e a curto prazo — 200 770; Depósitos a prazo — 16 458. — Agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, tendo, em 31 de dezembro de 1956, 18 215 cadernetas em circulação, com depósitos no valor de 46 500 milhares de cruzeiros. O município mantém transações comerciais com as praças do Rio de Janeiro, D.F., e as diversas do Estado de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, além das praças vizinhas.

RIQUEZAS NATURAIS — Nas terras de Nova Iguaçu se encontram várias pedreiras em exploração e em suas matas existem diversas espécies de madeiras, que são aproveitadas para lenha e carvão. Das quedas de água existentes no município destaca-se, pelo seu aproveitamento, a cachoeira formada pelo ribeirão Santa Branca e o Rio Santana, que possui uma queda de 32 m e descarga utilizada de 1,480 m^3. Há concessões para pesquisa e lavra de areia quartzosa, argila, caulim, mica e associados em várias localidades, notadamente nas margens do rio Guandu. Há em exploração duas fontes de água mineral .

Patronato de Menores.

ASPECTOS URBANOS — A cidade cresce às margens da Estrada de Ferro Central do Brasil, formando um só aglomerado urbano com o distrito de Mesquita e a cidade de Nilópolis. É dotada de todos os requisitos das cidades modernas. As comunicações urbanas são feitas por 15 emprêsas de ônibus urbanos, além de 10 interdistritais e 12 intermunicipais que daí partem. Possui: 538 aparelhos telefônicos instalados; 6 225 ligações elétricas domiciliares; 5 696 domicílios servidos por abastecimento de água; 1 hotel; 3 cinemas. De suas ruas, 60 são calçadas a paralelepípedos e 2 a asfalto, o que entretanto representa apenas 30% de suas áreas urbana e suburbana.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos possui no município as Agências Postais-telegráficas de Nova Iguaçu e Mesquita, e as Agências Postais de Queimados, Comendador Soares, Austin, Miguel Couto, Cava, Adrianópolis, Tinguá, Belford Roxo, Japeri e Engenheiro Pedreira. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de 3 hospitais gerais com 207 leitos. Cita-se nominalmente o Hospital de Iguaçu, com 97 leitos, dos quais 79 destinados a internamentos gratuitos. O serviço médico extra-hospitalar é feito em 8 postos e dispensários. Os serviços oficiais, superintendidos pelo Centro de Saúde de Nova Iguaçu, contam com 8 postos, espalhados pelos distritos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 120 522 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 36 854 homens e 28 082 mulheres, representando êsse total 54% da população do município. Sabiam ler e escrever, na cidade, 17 769 homens e 15 311 mulheres, das 48 964 pessoas dessas idades ali recenseadas, representando 68% da população dessas idades.

Ensino — O ensino primário geral é ministrado em 17 estabelecimentos mantidos pelo Estado, 95 pela Prefeitura Municipal e por 72 estabelecimentos particulares. Para o ensino extraprimário existem 28 estabelecimentos, que ministram: Curso ginasial — 6; Curso clássico — 1; Curso científico — 2; Vestibulares — 1; Línguas — 1; Pilotagem — 1; Comércio — 2; Profissionais — 20; Artístico — 1; Normal — 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir dá uma idéia das arrecadações federal, estadual e municipal, e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	14 988	25 549	10 786	7 799	11 666
1951	22 257	42 493	13 889	9 712	14 695
1952	27 029	42 654	18 418	12 206	18 838
1953	30 757	54 250	27 385	15 907	25 882
1954	35 142	73 808	24 463	16 314	27 143
1955	62 373	96 985	46 216	31 757	40 689
1956	104 059	127 881	56 233	38 429	58 759

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Entre os monumentos que lembram, em Nova Iguaçu, fatos históricos, encontram-se: Monumento comemorativo da inauguração da Praça Silvino de Azeredo, constituído de um obelisco de cantaria, inaugurado em 1944; o comemorativo da funda-

Fábrica dos Pneus General.

ção do município, obelisco de pedra de cantaria, com, aproximadamente 4 metros de altura, localizado no centro da Praça 14 de Dezembro. Foi inaugurado em 15 de janeiro de 1933, quando se comemorou o 1.º centenário da fundação do município; o monumento ao então General Eurico Gaspar Dutra, em comemoração à visita que fêz ao município quando Presidente da República, em 22 de setembro de 1946.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de Nova Iguaçu, situado na Baixada Fluminense, apresenta-se ligeiramente ondulado ao centro, montanhoso ao norte, noroeste e sul, e plano a leste. Dentre as elevações que formam o sistema orográfico municipal, destacam-se as seguintes serras: Santana, por cuja cumeada corre a linha divisória do município com o de Vassouras; e Tinguá e Madureira, nos limites com o Distrito Federal, onde se encontram os picos de Gericinó e Marapicu, tendo o primeiro 887 m de altitude.

As terras do município são cortadas por rios, córregos e canais, que, embora pequenos são numerosos, sobressaindo o rio Guandu, cujas águas são avolumadas pelos afluentes: São Pedro, Guandu-Mirim e Santo Antônio; êste último recebe as águas do rio Douro. Outro rio importante é o Iguaçu, engrossado pelo seu afluente Otum. Além dêsses, ainda se podem citar os rios: Sarapuí e Pavuna.

A densidade demográfica do município vem aumentando constantemente, pelas facilidades encontradas pelos que ali desejam se instalar, em vista do grande número de loteamentos existentes, facilidades de construções livres e proximidades do Distrito Federal, onde buscam trabalho muitos dos moradores de Nova Iguaçu.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui 19 cinemas; 45 sociedades esportivas e culturais; 4 jornais; 3 sociedades artísticas. Há uma estação radioemissora.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os seus vultos ilustres, conta-se Joaquim Eloy dos Santos Andrade. Abolicionista, libertou seus escravos no dia de sua formatura. Escreveu: "Serões de Almargem", "A Filha de Luís XVI", "Lúcia Vergueira", "O caçador de dotes", "O Primeiro Imperador", "O Império", "A Escravidão" e outros.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — De conformidade com a divisão administrativa estadual vigente, o município compõe-se dos distritos de Nova Iguaçu, Belford Roxo, Cava, Japeri, Mesquita e Queimados.

PARAÍBA DO SUL — RJ

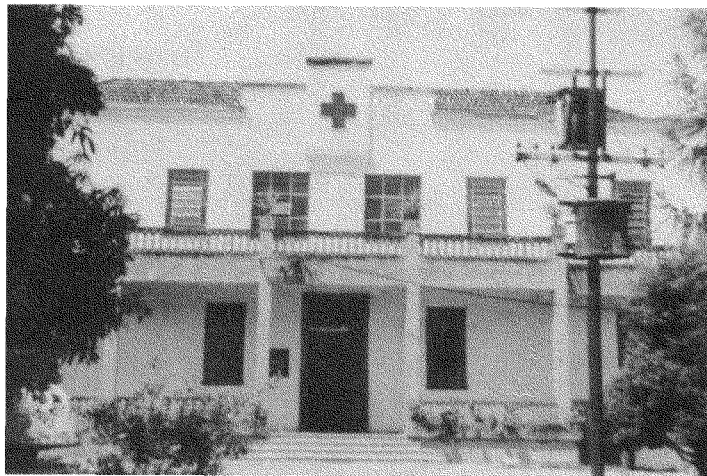
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A região onde hoje está assente o município de Paraíba do Sul era primitivamente denominada "Paraíba Nova". Segundo a tradição, na época do devassamento do atual território do município, nêle existiam várias tribos indígenas, sendo citadas as dos coroados e barrigudos, que habitavam às margens do Paraíba e do Paraíbuna.

A origem de sua colonização é devida aos pousos de tropas e aos ranchos que os viajores construíram, em fins do século XVII, ao longo do "caminho novo", mais tarde "estrada de Garcia Rodrigues", remota via de acesso à Província das Minas Gerais.

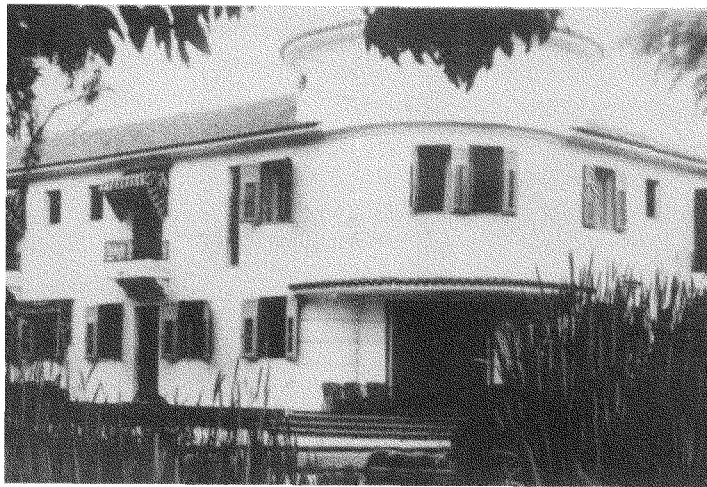
Das crônicas referentes a essa época consta que o próprio Garcia Rodrigues Pais Leme, um dos mais famosos bandeirantes, filho do legendário "Caçador de Esmeraldas", foi um dos desbravadores de suas terras, pelas quais teria passado, buscando abrir o "caminho novo" concluído pelo sesmeiro Bernardo Soares de Proença, em 1725, e pelo qual transitaria, mais tarde, todo o ouro e tôdas as pedras preciosas que abarrotariam as arcas da Coroa Portuguêsa.

Nas terras adjacentes a êsse roteiro, foram localizadas, primitivamente, as sesmarias de Tomé Corrêa, Garcia Rodrigues (Paraíba do Sul), Roça do Alferes, Pau Grande e diversas outras.

Consta, ainda, das referidas crônicas, que Garcia Rodrigues Pais Leme viera abrindo caminho desde as "Minas Gerais", até às margens do Paraíba, buscando atingir a cidade do Rio de Janeiro. Chegado que foi às margens dêsse rio, resolveu fixar, provisòriamente, sua residência, até que se provesse de abastecimentos e novos recursos, com que pudesse prosseguir em sua missão desbravadora.

Casa de Caridade.

Segundo tradição, aquêle bandeirante teria lançado assim, em 1683, os alicerces de uma fazenda nas terras compreendidas entre os rios Paraibuna e Paraíba, onde edificou uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora da Conceição e aos apóstolos Pedro e Paulo, capela essa que, mais tarde, dado o incremento da população nas circunvizinhanças da fazenda, recebeu, em 1719, o predicamento de curato. A localidade, nos primeiros tempos, foi conhecida pelo topônimo "Meio da Jornada", não só devido à interrupção aí feita pelo bandeirante, com também, por estar situada no meio do caminho que ligava a província das "Minas Gerais" ao atual Estado do Rio de Janeiro.

Arruinando-se a primitiva capela, mandou Pero Dias Pais Leme, filho de Garcia Rodrigues, edificar uma outra, a pequena distância da margem esquerda do Rio Paraíba, sendo para ali transferida, em 1745, a sede do curato, elevada, em 1756, à categoria de freguesia perpétua.

O elemento negro, originário da África, contribuiu, de forma notável, para o incremento da produção agrícola da região no período colonial. Aliás, em tôdas as fazendas do vale do Paraíba (cognominado "Vale da Escravidão") progrediram, nessa época, as lavouras e os engenhos, enriquecendo nababescamente seus proprietários, à custa do suor do negro escravizado.

Hotel Termas Salutaris.

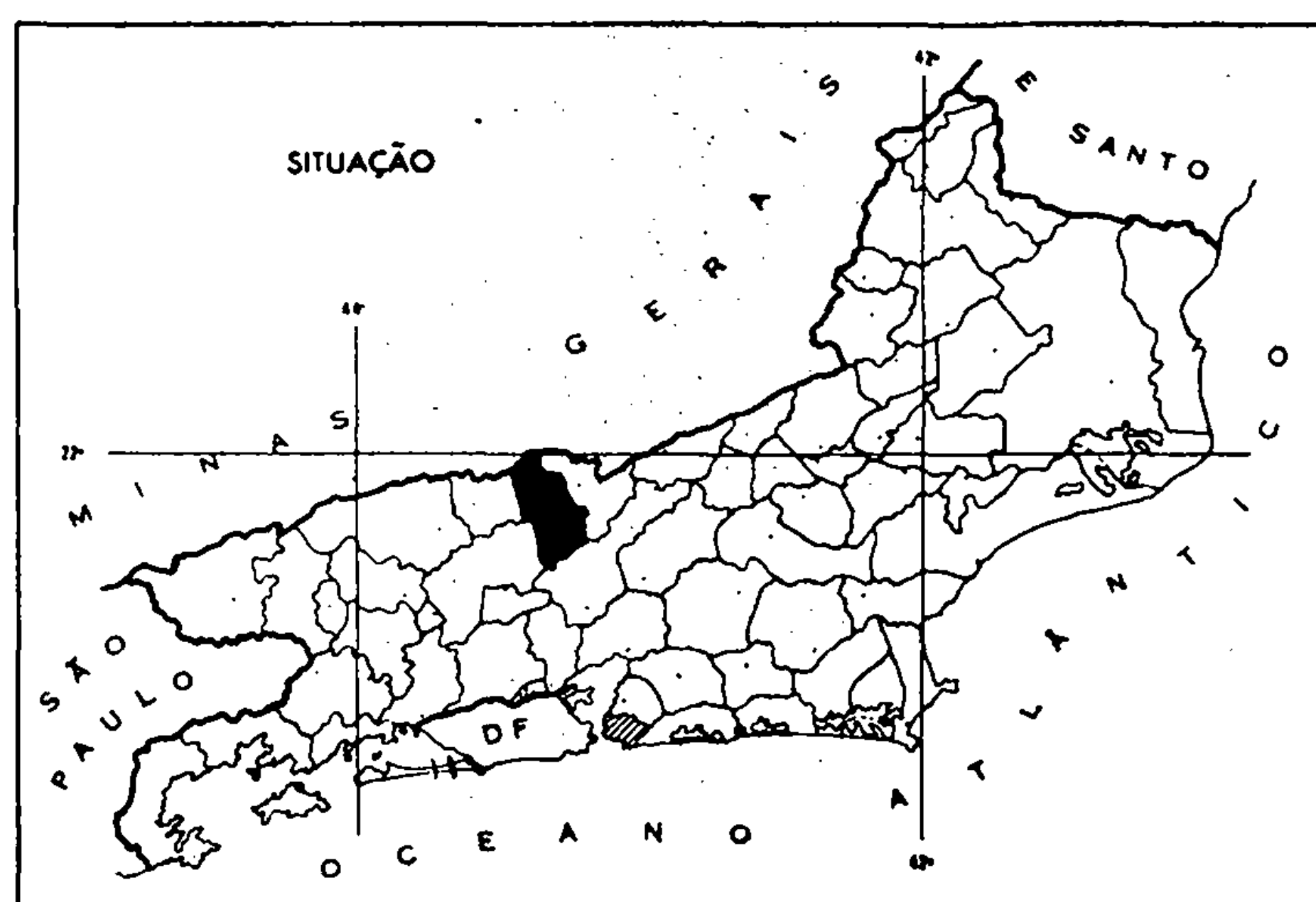
A exploração agrícola do município foi iniciada com o plantio de milho, primitivamente destinado à alimentação dos animais das tropas, que por lá transitavam. Posteriormente, surgiram as plantações de cana, da qual se extraía o açúcar e, mais tarde, o café que, em suas terras, encontrou condições as mais favoráveis. Entre as grandes propriedades existentes, outrora, em seu território, destacaram-se por seu tamanho e sua riqueza, a Fazenda da Boa Vista, propriedade do Visconde de Paraíba, os feudos dos Miranda Jordão, em Bemposta, os do Visconde de Entre-Rios e as imensas propriedades da Baronesa de Santa Justa, dona das maiores lavouras cafeeiras daquelas paragens.

Em 15 de janeiro de 1833, tal era o progresso da localidade, que o govêrno, reconhecendo-o, houve por bem elevá-la à categoria de vila, e conseqüentemente, de município, com a denominação de Paraíba do Sul, ficando ela constituída pelas freguesias de São Pedro e São Paulo, e São José do Rio Prêto, e pelos curatos de Cebolas e Matozinhos. A sua instalação verificou-se nesse mesmo ano, aos 15 dias do mês de abril.

Em 1836 iniciou-se a construção da ponte sôbre o rio Paraíba do Sul. Satisfazia assim o Govêrno da Província os insistentes pedidos e abaixo-assinados do povo de Paraíba, chefiados pelo Sr. Hilário de Andrade, futuro Barão de Paibanha, que reclamavam uma ponte para substituir a antiquada barca, que já era insuficiente para transportar, de um para outro lado, grande número de viajantes e bêstas de carga. A partir de 1843, nomeado pelo Governador da Província, serviu como Diretor Científico desta grande obra o engenheiro alemão major Júlio Frederico Koeler. Essa ponte foi entregue ao público no dia 13 de dezembro de 1857, tendo seu custo total se elevado a .... Rs. 557:220$503, como consta do Relatório apresentado na

abertura da Assembléia Provincial, em 1.º de agôsto de 1858.

Paraíba do Sul adquiriu foros de cidade, trinta e oito anos depois de sua elevação a vila, em 20 de dezembro de 1871, sendo atualmente, uma das mais progressistas cidades fluminenses, contando com todos os requisitos de confôrto característicos dos grandes aglomerados humanos. Possui bons serviços de água, esgôto e iluminação elétrica, além de serviço urbano e interurbano e telefones, e serviços telegráficos e de correios, bem assim como, está regularmente dotada de estabelecimentos de diversões públicas. A cêrca de um quilômetro da cidade, localizam-se as fontes das "Aguas Salutaris", grandemente visitadas, e, consumidas em todo o país.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paraíba do Sul está localizado na Zona de Resende, ficando sua sede municipal a 22° 09' 43" de latitude Sul e a 43° 17' 29" de longitude W.Gr. Dista, em linha reta, da Capital do Estado, 83,2 km, direção N.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — (Sede municipal): 280,3 m.

CLIMA — O clima do município é quente nas regiões baixas, adjacentes às margens do Paraíba do Sul, e assaz ameno nas zonas altas, apresentando condições excepcionais nos distritos de Inconfidência, Salutáris e Werneck.

ÁREA — 618 km².

POPULAÇÃO — A população presente, por ocasião do Censo de 1950, era de 21 966 habitantes, sendo 11 139 homens e 10 827 mulheres, a qual se distribuía pelos distritos e, segundo a situação de domicílio, era conforme o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Paraíba do Sul	11 043	5 529	5 514	2 403	2 662	319	313	2 807	2 539
Inconfidência	3 268	1 683	1 585	55	41	17	17	1 611	1 527
Salutaris	7 655	3 927	3 728	655	645	85	85	3 187	2 998

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A economia do município assenta-se nas atividades agropecuárias e na indústria de transformação. A agricultura se restringe à chamada pequena lavoura, ou lavoura branca. A lavoura de café está ressurgindo nas pequenas plantações que repontam ao lado dos antigos e imponentes cafèzais do século passado. Na indústria extrativa tem significação a produção de águas minerais. Os quadros a seguir apresentam dados relativos à produção do município em 1956:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abóbora	Fruto	690 000	3 450
Milho	Tonelada	564	2 237
Pimentão	»	510	1 020
Tomate	»	500	1 500
Cana-de-açúcar	»	8 300	1 162

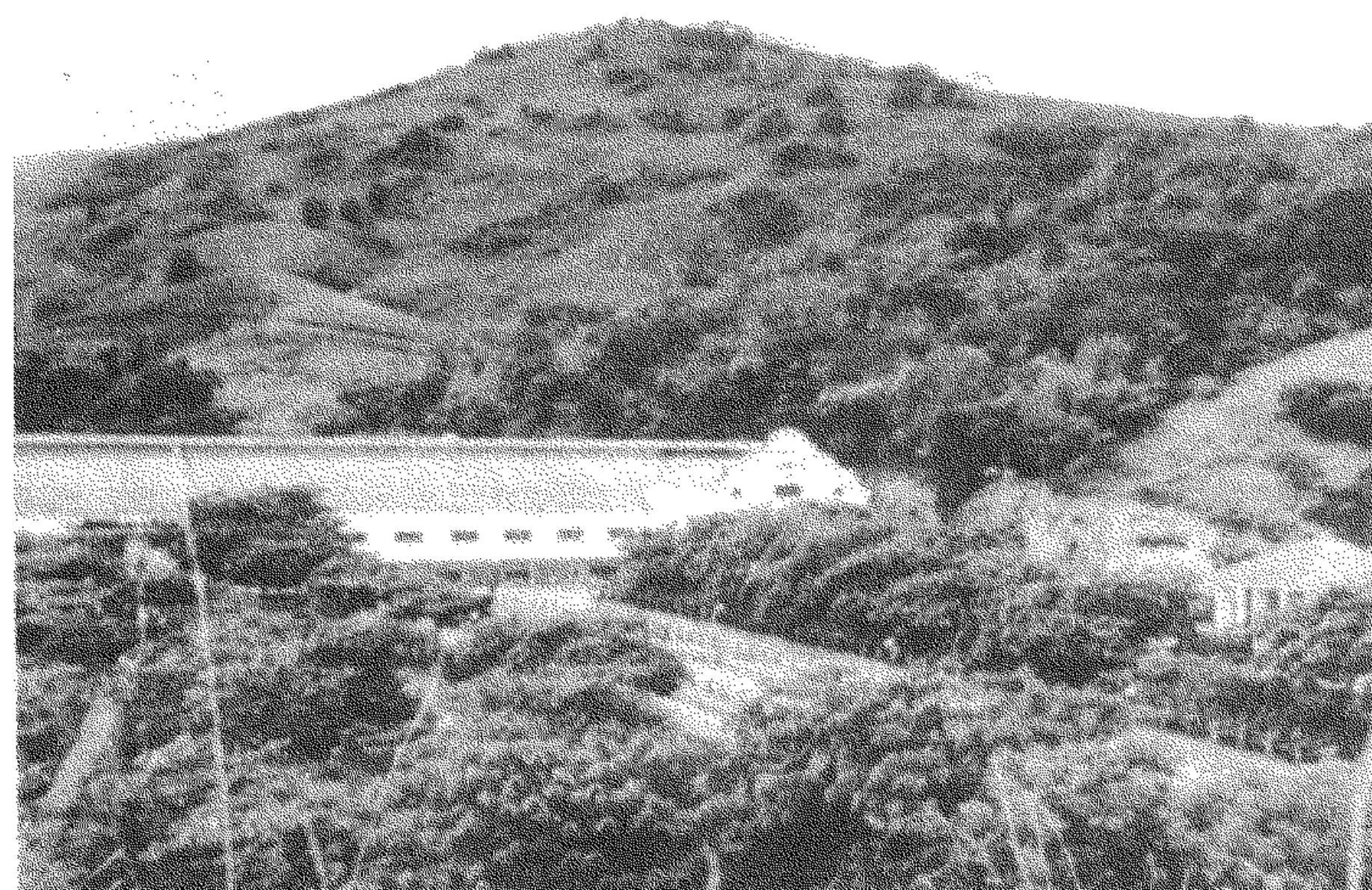
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Água mineral	Litro	1 392 248	12 970
Barro e argilas	Tonelada	98 923	4 149
Areia para construção	m3	1 150	26
Vegetal			
Lenha	»	2 300	207

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite pasteurizado	Litro	3 966 596	21 612
Móveis de aço para escritório	Peça	3 227	18 367
Rendas de algodão	Tonelada	19	17 272
Telhas de diversos tipos	Milheiro	7 876	20 920
Tijolos de diversos tipos	»	18 111	19 246

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — Três linha de estradas de ferro cortam o município. A Estrada de Ferro Central do Brasil (bitola larga), que entrando no município, procedente do de Vassouras, tem em seu território as estações de Engenheiro Vieira Cortês (km 177,8), Paraíba do Sul (km 187,2) e Barão de Angra (km 192,5), liga a cidade de Paraíba do Sul às de Barra do Piraí e Três Rios, e se interna pelo Estado de Minas Gerais. Na linha Alfredo Maia DF—Três Rios, essa mesma estrada tem no município as estações de Cavaru, Werneck, Paraíba do Sul e Barão de Angra. Na linha Marquês de Valença—Afonso Arinos, existem no município as paradas de São Fidélis, Engenheiro

Fontes Salutaris.

Ginásio Diocesano Sul Fluminense.

Carvalhais e Santa Mafalda. A sede municipal é ligada à rêde rodoviária pela estrada Barra Mansa—Três Rios, da qual dista 2 km, fazendo entroncamento no km 104 dessa rodovia, a 55 km de Vassouras; pela mesma estrada atinge a cidade de Três Rios, da qual dista 6 km, onde encontra a BR-3 (Rio de Janeiro—Pilar). Dista da Capital Federal por estrada de rodagem, menor distância, 150,5 km e da Capital do Estado, viagens rodoviárias diretas, 193 km. Há em todo o município 194 km de rodovias, sendo 62 de estradas municipais.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é grande e formado de estabelecimentos modelares dotados de todos os requisitos e artigos da atualidade. A sede municipal dispõe de: Estabelecimentos comerciais atacadistas — 3; Estabelecimentos varejistas — 85. O movimento bancário é feito através de 2 agências. (Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco da Lavoura de Minas Gerais). As principais contas bancárias de ativo e passivo apresentavam, em 28 de fevereiro de 1957, os seguintes saldos: (milhares de cruzeiros) — Caixa, em moeda corrente — 1 716; Empréstimos em c/c — 1 756; Títulos descontados — 17 444; Depósitos à vista e a curto prazo — 31 469; Depósitos a prazo — 762. O município mantém transações comerciais, em maior escala, com as praças de Rio de Janeiro, DF, São Paulo, SP, Juiz de Fora, MG, e Três Rios, RJ.

RIQUEZAS NATURAIS — Indiscutìvelmente a produção de águas minerais constitui a principal riqueza natural do município. Além dêsse produto há autorizações para pesquisa e lavra de caulim, na região de Sincorá, e de dolomita, no distrito de Salutáris. Existem restos de matas naturais, onde são encontradas madeiras como: jacaré, cabuí, garapa, jequitibá, pimenteira, mulatinho, bico-de-pato, etc. Há zonas reflorestadas. O primeiro reflorestamento foi feito em 1917 pelo Dr. Fernando de Barros Franco, na Fazenda Matozinhos. Outros fazendeiros iniciaram êsse trabalho a partir de 1940. Para tal é empregado o eucalipto. A Fazenda Glória do Mundo faz plantio anuais, completando, em 1956, um milhão de pés de plantados. A área coberta pelos reflorestamentos é de cêrca de 745 ha.

ASPECTOS URBANOS — Paraíba do Sul é uma cidade que encanta pelo seu aspecto urbanístico, misto de colonial e contemporâneo. Possui ruas bem pavimentadas, praças artìsticamente ajardinadas, serviços de luz, água, esgôto e telefones. A cidade conta, entre outros melhoramentos: Aparelhos telefônicos instalados — 322; Ligações elétricas — 1 090; Prédios abastecidos pelo serviço de água — 1 150 Hotéis e Pensões — 6; Cinemas — 2; Ruas calçadas — 13. — Em 1953, foi inaugurada a Estação Rodoviária da cidade, considerada uma das melhores do Estado. O rio Paraíba do Sul banha uma parte da cidade.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém Agências Postais-telegráficas na sede municipal e nas localidades de Barão de Angra, Vieira Cortês, Cavaru, Werneck, Salutáris, Cruz das Piteiras, Sertão do Calixto e Sardoal. A Estrada de Ferro Central do Brasil tem serviço telegráfico em suas estações. As comunicações telefônicas são feitas pela Companhia Telefônica Brasileira.

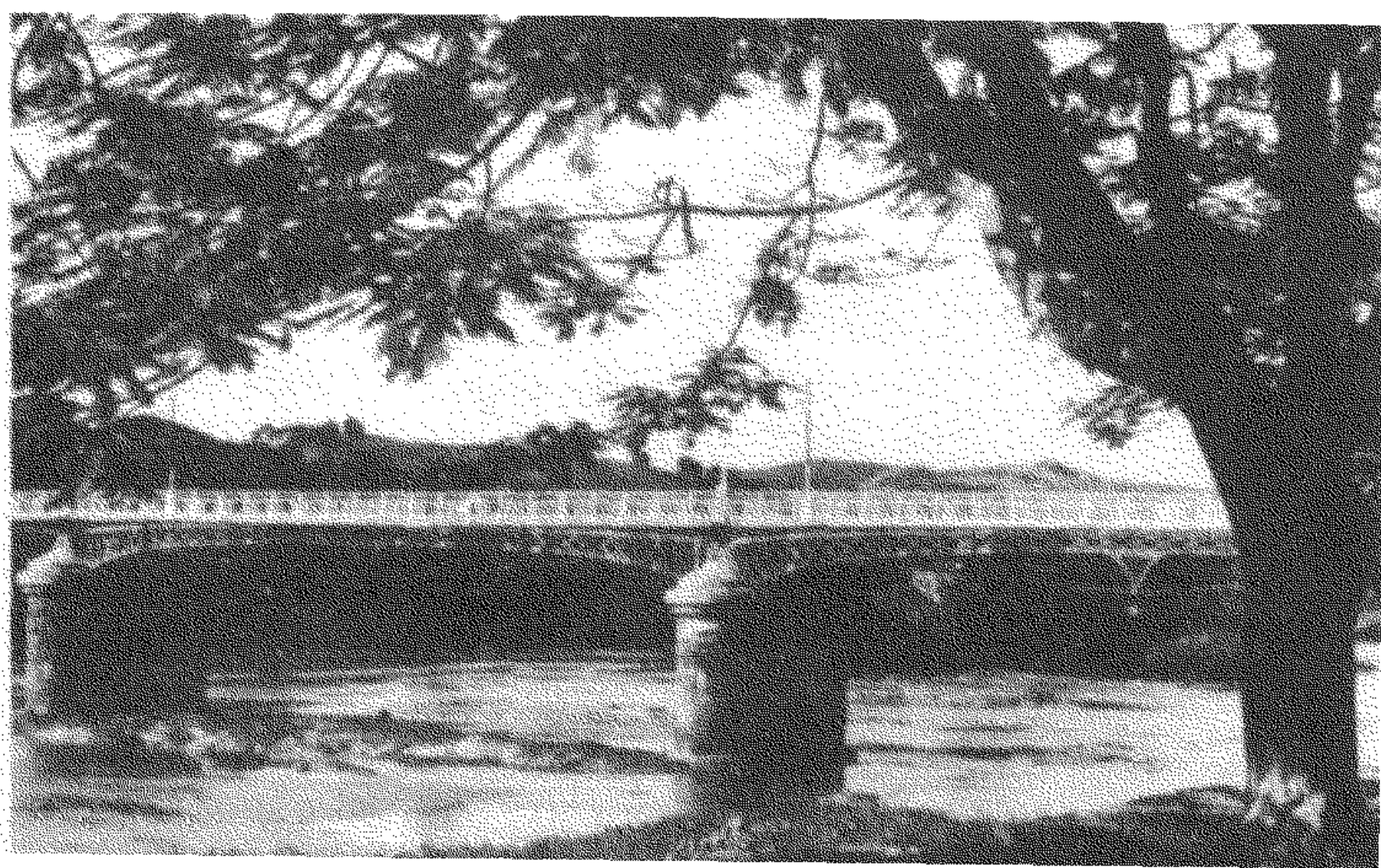
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de 1 hospital geral, com 75 leitos — o Hospital da Casa de Caridade — para internamentos gratuitos e mais a Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade, com 119 leitos. Contribui ainda para o tratamento hospitalar o Hospital Infantil Menino Jesus, destinado ao internamento de crianças até 7 anos de idade. Os serviços oficiais de saúde são superintendidos pelo Pôsto de Saúde de Paraíba do Sul e os Postos e Subpostos de Werneck e Inconfidência. No setor de Saúde há mais: Farmácias — 5; Médicos — 6; Farmacêuticos — 4.

ALFABETIZAÇÃO — Das 18 380 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 4 481 homens e 4 000 mulheres, em todo o município, e na cidade 1 661 homens e 1 750 mulheres das 4 899 pessoas dessas idades aí recenseadas, o que representa 69% dessa população.

Ensino — No município, o ensino primário geral é ministrado em 44 estabelecimentos, assim distribuídos segundo a dependência administrativa: Estaduais — 19; Municipais — 20; Federais — 3; Particulares — 2.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo é um demonstrativo das arrecadações federal, estadual e municipal, e despesa municipal, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 259	4 031	1 923	1 130	3 657
1951	2 731	4 262	2 939	1 276	4 044
1952	3 669	5 015	2 607	1 462	5 463
1953	4 280	6 524	2 613	1 457	6 360
1954	8 125	7 526	2 970	1 488	9 130
1955	10 370	9 246	4 317	2 042	12 493
1956	10 143	11 273	5 260	2 447	5 260

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Duas relíquias religiosas não podem deixar de ser citadas: a "sala dos milagres", na Capela de São Bom Jesus de Matozinhos, no distrito de Werneck, e a Capela do Curato de Cebolas, hoje em ruínas, em frente à qual, em 1792, foi exposta uma perna do Inconfidente Joaquim José da Silva Xavier — o Tiradentes — "pelo fato de ali ter feito suas infames práticas". Roubada, dias após, foi enterrada sob o altar de Nossa Senhora do Rosário, na mesma Capela. Não pode, também, deixar de ser citada a ponte sôbre o rio Paraíba

Ponte de Paraíba do Sul.

do Sul, excelente obra de engenharia, construída de 1843 a 1857, sôbre a qual há referências em outro tópico.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município é cercado por numerosos afluentes do rio Paraíba do Sul, que o banha numa extensão de cêrca de 50 km. Um de seus pontos pitorescos é a "Pedra da Tocaia", com aproximadamente 500 metros de altitude, que se avista da cidade, e barra o fundo de um vale à margem do chamado "Caminho Novo de Minas Gerais". Conta a tradição que um célebre bandido, do alto dessa pedra tocaiava os viajantes e tropas que passavam, vindo-lhe daí êsse nome.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal possui uma biblioteca pública com cêrca de 2 100 volumes. Não sòmente na sede municipal mas também nas vilas há serviço de água e luz. O município conta com mais os seguintes melhoramentos: Cinemas — 2; Associações desportivo-culturais — 3; Tipografia — 1; Cooperativa de produção — 1; Artísticas — 2.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres do município, conta-se Agripino Grieco, no campo da crítica, da literatura e da poesia.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Na atual divisão administrativa do Estado, o município de Paraíba do Sul compõe-se dos distritos de Paraíba do Sul, Inconfidência, Salutáris e Werneck.

PARATI — RJ

Mapa Municipal na pág. 203 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Em suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", monsenhor Pizarro, referindo-se à região que abrangia as terras do atual município de Parati, diz terem sido elas, na época de seu desbravamento, habitadas pelos índios de uma tribo denominada "goianá".

O devassamento das terras de Parati, foi motivado pela necessidade da abertura de caminhos, que ligassem as regiões de São Paulo e, principalmente, as das "Minas Gerais" com o Rio de Janeiro. Do comêço do século XVI aos princípios do século XVII, quando a Serra do Mar era tida como obstáculo instranponível, Parati desfrutou a regalia de ser considerado ponto obrigatório de passagem e estacionamento dos viajores, que buscavam o interior de São Paulo Minas, ou que dêle viessem, demandando o litoral. Ainda em 1597, Martim Corrêa de Sá, filho do governador Salvador de Sá, aproveitou, como melhor até então conhecido, o roteiro misto, marítimo-terrestre, via Parati, para alcançar as "Minas Novas" ou "Minas Gerais". Embarcando no Rio de Janeiro chegou, por mar, a Parati acompanhado de 700 portuguêses e 2 000 índios, penetrando em São Paulo, rumo a Pindamonhangaba, onde atingiu o vale do rio Paraíba, cujo curso seguiu até chegar à foz do rio Paraibuna, de onde se internou nas terras das "Minas Gerais". Vê-se, pois, que, em fins do século XVI, já a localidade era bem conhecida, tanto assim que uma expedição tão vultosa e cara, era arriscada no itinerário cuja base deveria, forçosamente, ter sido bem estudada. É que desde princípios do século, já muitos tropeiros haviam pervagado pelos caminhos daquela rota, plantando aqui e ali os seus ranchos, marcos iniciais das povoações que mais tarde floresciam.

Segundo tradição, as terras hoje sob a jurisdição municipal de Parati, foram, a princípio, concedidas em forma de sesmarias, a alguns moradores de Angra do Reis.

Com o correr dos tempos, num morro distante 85 braças para o norte do rio Perequê Açu, foram-se congregando os colonizadores, dando ensejo a que surgisse o primeiro núcleo organizado de povoação nas terras de Parati. Neste local erigiram os moradores uma capela destinada ao culto de São Roque, que também foi eleito padroeiro da novel povoação. Acredita-se tenha essa capela sido levantada em princípios do século XVII. Posteriormente, achando os povoadores dessa localidade que a situação física da mesma não era propícia a desenvolvimento, resolveram transferir-se para outro lugar, onde as condições fôssem mais favoráveis. Feita a mudança, construíram os colonos novo templo por volta de 1646, em terreno doado por Maria Jácome de Melo, sendo escolhida Nossa Senhora dos Remédios como protetora.

Diz José Mattoso Maia Forte que o território de Parati foi primitivamente habitado por "guaianás", que tinham descido das serras da Capitania, sendo êstes substituídos por colonizadores portuguêses que aí viveram durante muitos anos em estado de independência, não havendo justiça nem Câmara, sendo o local um valhacouto de malfeitores.

Em 1660, o capitão-mor de São Vicente, Jorge Fernandes da Fonseca, elevou o povoado à categoria de vila, com autorização do Governador do Rio de Janeiro, o general Salvador Corrêa de Sá e Benevides, o que causou protestos da Câmara de Angra dos Reis, aliás não atendidos por D. Afonso VI, que confirmou a criação da vila.

Outra versão diz que, nesse mesmo ano, tal era o progresso da localidade, que um paratiense decidido, Domingos de Abreu, requeria, em nome do povo, ao capitão-mor de São Vicente, a elevação do povoado à categoria de vila, levantando antes da proposta ao requerimento e por sua própria conta, o pelourinho, símbolo primitivo de autonomia e autoridade. Angra dos Reis, a cuja jurisdição estava sujeita a povoação, se opôs a que tal idéia se colimasse, sendo, todavia, vencida a sua resistência, em face da atitude desassombrada do povo de Parati, que reclamava fôsse reconhecida sua autonomia. Com o crescimento do povoado começaram a surgir litígios entre os seus habitantes, dando ensejo ao aparecimento de casos, cuja solução era pràtica-

Vista parcial da Santa Casa de Misericórdia.

mente impossibilitada, dada a distância em que se encontravam as autoridades angrenses. Diante dêsses fatos, o Ouvidor-Geral pediu providências ao govêrno, que houve por bem elevar a povoação à categoria de vila, por fôrça da carta-régia de 28 de fevereiro de 1667, contrariando as alegações interesseiras da Câmara de Ilha Grande (atual Angra dos Reis).

Criada a Capitania de São Paulo, independente da do Rio de Janeiro, informa o autor supracitado, "suscitaram-se sôbre qual das duas teria jurisdição sôbre a vila de Parati e a contenda entre os governos das duas capitanias se prolongou de 1720 a 1726, época em que D. Pedro II, de Portugal, proferiu decisão favorável à do Rio de Janeiro.

Até 1725, rápido foi o progresso da vila de Parati; a partir dêsse ano, porém, aberto e entregue ao tráfego o chamado "caminho novo", que a excluía do roteiro para as "Minas Gerais", reduziu-se o seu comércio.

Todavia, durante o Segundo Império, a vila de Parati estava ainda em seus dias de progresso, porquanto, pela Lei provincial n.º 302, de 11 de março de 1844, adquiriu foros de cidade, o que foi confirmado pelo Decreto estadual n.º 28, de 3 de janeiro de 1890, já na era republicana.

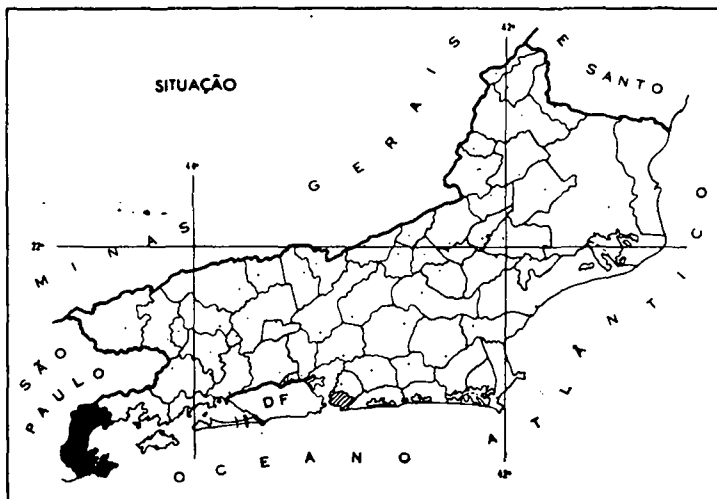
O colapso de sua economia deu-se com o advento da Lei Áurea, que motivou o abandono de inúmeras lavouras. Devido a isso, vários cursos de água tiveram seus leitos obstruídos, redundando no extravasamento das águas e conseqüente formação de pântanos, que vieram prejudicar a salubridade de suas terras.

A falta de comunicações terrestres, quando o Estado se viu cortado por ferrovias e rodovias, foi outro fator preponderante para a estagnação da vida municipal.

Atualmente, com as obras de saneamento realizadas em território do município, a abertura da estrada Parati—Cunha, SP, e os trabalhos da rodovia Parati—Jurumirim, Parati, pela sua situação geográfica, pela riqueza de suas terras e pelo labor de seus filhos, procura retomar o lugar de destaque que ostentou, em épocas passadas, no seio da comunidade fluminense.

A comarca de Parati, criada por fôrça do Decreto número 31, de 3 de janeiro de 1890, foi extinta por efeito do Decreto n.º 8, de 19 de dezembro de 1891, e restabelecida em virtude do Decreto n.º 398, de 16 de agôsto de 1897.

O Decreto n.º 667, de 16 de fevereiro de 1901, extinguiu novamente essa comarca, passando o têrmo de Parati a pertencer à comarca de Angra dos Reis, situação essa que perdurou até 12 de setembro de 1957, quando, pela Lei n.º 3 382, dessa data, foi restabelecida.

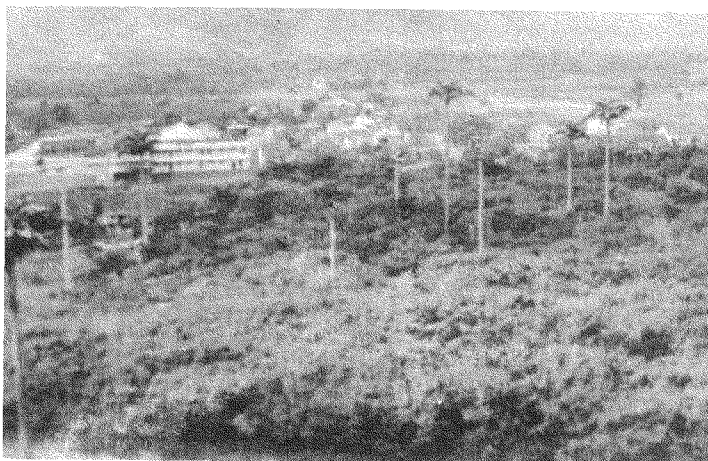
LOCALIZAÇÃO — O município de Parati está localizado na Zona da Baía da Ilha Grande, no extremo sul do Estado. Situa-se a sede municipal a 23º 13' 07" de latitude Sul e 42º 42' 48" de longitude W.Gr., distante, em linha reta, 162 km da Capital do Estado, na direção O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 2 m (sede municipal).

CLIMA — Quente e úmido, porém saudável. A média das máximas, em dezembro de 1956, foi de 35ºC e a das mínimas, em junho do mesmo ano, 14ºC. A média compensada foi de 20ºC.

ÁREA — 849 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950, o número de pessoas presentes ao Recenseamento Geral foi de 9 360 habitantes, sendo 4 750 homens e 4 610 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e, segundo a situação do domicílio, conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Parati	5 831	2 906	2 925	761	857	30	21	2 115	2 047
Parati-Mirim	2 859	1 488	1 371	8	3	5	6	1 475	1 362
Tarituba	670	356	314	70	53	26	16	260	245

Cidade Nova, hoje bairro N. S.ª de Fátima

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 10 455 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — É na lavoura que o município assenta sua base econômica, notadamente na cultura de bananas, de cana-de-açúcar (que se destina ao fabrico de aguardente), e mandioca. Os quadros que seguem indicam o nível da produção municipal, em 1956:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	1 340 000	25 610
Feijão	Tonelada	98	1 500
Cana-de-açúcar	»	6 000	997
Arroz com casca	»	50	298
Abóbora	Fruto	10 500	106

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Areia para construção	m3	1 700	127
Cal de marisco	Tonelada	63	94
Barro e tabatinga	m3	1 150	86
Vegetal			
Lenha	m3	598	50
Carvão	Tonelada	45	40

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de mandioca	Tonelada	296	2 691
Aguardente de cana	Litro	93 720	1 218
Pães e biscoitos	Tonelada	69	826
Tijolos	Milheiro	300	180
Fubá de milho	Tonelada	5	38

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O principal meio de transporte do município é ainda o marítimo. É êle o destacado elo entre a cidade e as zonas distritais, assim como entre sua sede municipal e os municípios vizinhos. Por êste meio de transporte é que são exportados os produtos de suas lavouras. Além de um grande número de lanchas de particulares, conta o município com o transporte de passageiros e cargas do Serviço de Navegação Sul Fluminense, que mantém viagens regulares de Parati para Angra dos Reis e Mangaratiba, achando-se a sede municipal distante 27 milhas marítimas da primeira cidade e 45, da segunda.

Uma das lanchas que faz o tráfego entre Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba.

Vista do Cais de Parati.

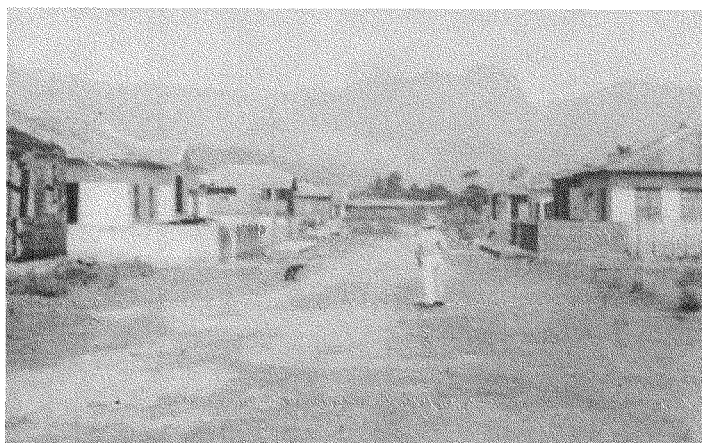
Liga-se à rêde rodoviária nacional pela estrada federal Parati—Cunha, havendo serviço de ônibus entre Parati e Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, onde a continuação da estrada Parati—Cunha encontra a Rodovia Presidente Dutra. Possui campo de pouso, na sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é suficiente para atender às necessidades locais, mantendo ativo intercâmbio com as praças de Angra dos Reis e Barra Mansa, no Estado do Rio de Janeiro, e com Santos, Guaratinguetá, Cunha e São Paulo, no Estado de São Paulo. O movimento bancário é atendido através de uma Agência do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, recentemente inaugurada, e representantes de outros Bancos. Há na sede municipal 30 estabelecimentos comerciais varejistas.

RIQUEZAS NATURAIS — No Distrito de Parati-Mirim (Trindade e Três Irmãos) há indícios da existência de ferro magnético e oligístico, quartzo hialino e enfumaçado. Presume-se a existência de ouro de aluvião no distrito de Parati (Toca do Ouro), enquanto que, no distrito de Parati-Mirim encontra-se o quartzo ametista rosado. Estas riquezas não são exploradas.

Há em todo o município madeiras de lei, como jacarandá, canela rosa, urucurana, peroba, óleo vermelho, jataí, saraguagi, cedro, etc. Registra-se grande reserva florestal, sendo muito variadas as espécies de caça encontradas em suas matas. Seu litoral é muito piscoso, e grandes são as possibilidades da indústria da pesca.

Em virtude de sua posição, na base da serra, possui inúmeros rios, dentre os quais se destacam: Mambucaba, tendo como afluentes, no município, o Grota Grande, o Aratuaguara e o Funil, o mais importante. Há, ainda, os seguintes: Taquari, Graúna, Jabaquara, Perequê-Açu, Caçada, Meros e Parati-Mirim. Com referência a quedas de água, sobressai a de Bananal, no rio Perequê-Açu, com altura aproveitável de 15 m e descarga utilizada de 0,45 m^3/s.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é, por Lei federal, considerada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo conjunto de sua arquitetura genuìnamente colonial. Nas remodelações, não podem seus prédios sofrer modificação externa. As ruas calçadas, em número de 14, o são com pedras irregulares, com sarjetas pelo centro. Com o surto de progresso que ora atinge o município, está sendo a cidade ampliada com um novo bairro, de linhas modernas, a que seu povo chama de "cidade nova". A sede municipal, em dezembro de 1956, possuía: Ligações elétricas domiciliares

Bairro Nossa Senhora de Fátima

— 420; Domicílios servidos por abastecimento de água — 387; Hotéis e Pensões — 3; Cinema — 1.

COMUNICAÇÕES — Conta o município com as seguintes repartições do Departamento dos Correios e Telégrafos: Agência Postal-telegráfica de Parati, Agência Postal-telegráfica (via telefônica) de Tarituba e Pôsto Telefônico de Graúna. O Govêrno do Estado mantém, na sede municipal, uma estação radiotelegráfica que atende pelo prefixo PYF, freqüência de 5 750 kc.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de um hospital geral (Santa Casa de Misericórdia), organização particular, com 52 leitos para internamentos gratuitos. Os ambulatórios da Legião Brasileira de Assistência e da Policlínica Geral dos Pescadores do Brasil prestam valioso auxílio no setor da saúde. Os serviços oficiais são coordenados pelo Pôsto de Saúde de Parati. Há mais: Farmácias — 2; Médicos — 2; Farmacêuticos — 2; Dentista — 1.

ALFABETIZAÇÃO — Das 7 896 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 1 133 homens e 837 mulheres em todo o município. — Na cidade, das 1 434 pessoas dessas idades recenseadas, 387 homens e 370 mulheres eram alfabetizados.

Ensino — Funcionam no município 16 escolas onde se ministra o ensino primário, sendo 9 de administração estadual e 7 de administração municipal. Entre os estabelecimentos de administração estadual conta-se um grupo escolar e uma escola típica rural. Em 1957 teve início o ensino ginasial. em estabelecimento inaugurado naquele ano.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir apresenta o nível das arrecadações federal, estadual e municipal, e despesa municipal, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	181	634	453	132	588
1951	312	555	383	137	530
1952	255	689	602	137	431
1953	613	939	857	121	639
1954	778	1 447	746	128	831
1955	483	1 809	1 121	199	1 055
1956	659	2 057	1 667	372	1 570

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Tôda a cidade é tombada como monumento histórico e artístico pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Como particularidades a citar, devem ser lembradas suas igrejas — Nossa Senhora dos Remédios (Matriz), Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Dores e a de Santa Rita. A Santa Casa de Misericórdia e a Prefeitura Municipal são prédios que falam de tradição. O Forte Defensor Perpétuo, dos primeiros tempos coloniais, o Chafariz do Pedreira, em alvenaria, e, fora da cidade, o "Portão Vermelho", que guarda a lembrança da passagem de D. Pedro I, por ali, em 1822, de volta das margens do Ipiranga.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A cidade está situada em terreno plano de estrutura sedimentar. A parte mais próxima do litoral durante a preamar fica abaixo do nível do mar, que invade as primeiras ruas. O município é de litoral extenso, dotado de boas praias e paisagens verdadeiramente encantadoras.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Prefeitura Municipal mantém uma biblioteca — Biblioteca Municipal de Parati — franqueada ao público, com 2 632 volumes; há duas associações culturais desportivas.

VULTOS ILUSTRES — Entre os varões paratienses que se destacaram no cenário nacional, cita-se o Marechal Santos Dias, herói da guerra do Paraguai.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se de três distritos: Parati, Parati-Mirim e Tarituba.

PETRÓPOLIS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro contato do homem branco com as terras do atual Município de Petrópolis remonta ao ano de 1531, sendo, pois, dessa data, as mais antigas notícias a elas referentes. O "Diário de Navegação", de Pedro Lopes de Souza, nos dá conta de que da esquadra de Martim Afonso, quando de sua passagem pela baía do Rio de Janeiro, "foram mandados 4 homens pela terra a dentro". Êsses exploradores, segundo interpretação de Orville Derby e Pandiá Calógeras, teriam rumado em direção da "vertente onde se ostenta Petrópolis".

Sôbre as primitivas concessões de terras, escreve frei Estanislau Schaette: "A mais antiga concessão de terras de que temos conhecimento na zona de Petrópolis é a da Carta Régia de 22 de agôsto de 1686, doando a Francisco de Mattos Filgueira e a João Mattos de Souza, sesmaria na subida da serra da Estrêla". É ainda frei Estanislau que nos diz que "a 12 de setembro do mesmo ano também ali se tornaram sesmeiros o Capitão João da Silveira Garcês e Gonçalo Fernandes Pires, no sertão de Inhomirim da Serra-Acima".

Nos princípios do século XVIII, primeiro quartel, foi aberto o atalho do "caminho novo", pelo Sargento-Mor Bernardo Soares Proença, então sesmeiro em área hoje ocupada pela zona urbana de Petrópolis, de sesmaria que lhe foi doada por carta régia de 11 de novembro de 1721. Êsse caminho teria sido desbravado pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes Leme, filho do legendário "Caçador de Esmeraldas".

Obelisco comemorativo do 1°. Centenário.

Em seguimento à sesmaria de Bernardo Soares Proença ficava a de Luiz Peixoto da Silva, e, na extremidade ocidental, a de Domingos Ribeiro Távora, localizada entre estas e a de Marcos da Costa. Por doações régias de "léguas em quadra", das terras devolutas que passaram a propriedade particular surgiram as Fazendas, em virtude de sucessões hereditárias ou vendas a terceiros.

As Fazendas do Córrego Sêco e do Itamarati originaram-se do desmembramento da Sesmaria de Bernardo Soares Proença; as de Samambaia e Corrêas da de Luiz Peixoto da Silva. Da sesmaria de Domingos Rodrigues Távora, as de Quitandinha, Velasco e Morro Queimado.

D. Pedro I, que nas viagens para Minas pousava na Fazenda de Corrêas, conhecendo as belezas e a salubridade da região, resolveu adquiri-la. Segundo alguns, levado por conselhos de amigos, para tratamento da princesa imperial D.ª Paula, que se achava enfêrma. Não querendo vendê-la, seu proprietário indicou a do Córrego Sêco, que, por escritura pública de 6 de fevereiro de 1830, passou ao patrimônio particular do Imperador, sendo no ano seguinte acrescida de gleba no Alto da Serra, com 50 braças de testada por meia légua de fundo. Com a abdicação, em 1831, essas propriedades ficaram arrendadas até 1842, passando, após a morte de D. Pedro I, a seu filho D. Pedro II.

O major Júlio Frederico Koeler, natural de Mogúncia, que veio para o Brasil em 1828, sendo incorporado à arma de Engenharia do Exército Imperial, e responsável pela construção de novos trechos e pontes na estrada da Serra da Estrêla, aproveitou na execução dessas obras o trabalho de colonos alemães chegados ao Brasil pelo navio "Justiné" e que estavam alojados na Fazenda do Córrego Sêco.

Em 1840, a Lei Provincial n.º 56, de 10 de maio, concedia um crédito qüinqüenal, em parcelas de 60:000$000, para importação de 600 casais de colonos e suas famílias, tendo o govêrno assinado contrato com a casa Charles Del Rue, de Dunquerque.

O levantamento de uma povoação e a construção do palácio, bem como o plano para arrendamento e colonização das terras, foi objeto de ajuste celebrado em 16 de março de 1843, o que fêz com que muitos autores considerassem essa data como a da fundação da cidade de Petrópolis. Possìvelmente em cumprimento ou em conseqüência dêsse ajuste, foi que o Dr. Caldas Viana, que governava a Província na qualidade de vice-presidente em exercício, em 8 de julho de 1834, baixou uma portaria ordenando ao Departamento de Obras Públicas que fizesse fabricar, para serem colocados nos locais predeterminados da antiga Fazenda Córrego Sêco, "dois cruzeiros de madeira de lei". Em um dêles se inscreveu: "Cruz de São Pedro de Alcântara de Petrópolis" e no outro "Cruz da Capela dos Finados de Petrópolis", para indicar o local da futura cidade. Além dêsses dois marcos, ordenou ainda a elevação de um poste, no alto do qual se lia em grandes letras a palavra "Petrópolis", indicando que a futura povoação se formaria sob os auspícios de D. Pedro II.

Em 27 de março de 1844, a instâncias do major Koeler, Caldas Viana deu a Petrópolis as prerrogativas de distrito de paz, criando, por deliberação dessa data, "na Freguesia de São José do Rio Prêto, do têrmo da Paraíba do Sul, mais uma subdelegacia de polícia, que se denominou do 2.º distrito ou de Petrópolis". — A mesma deliberação fixou as divisas do novo distrito pela seguinte forma: "Correrá a linha das divisões pela da Serra Geral dos Órgãos ou da Estrêla, desde o March, nas cabeceiras do rio Paquequer Pequeno até as do Piabanha; e por êste abaixo até encontrar com a rocha que na margem dêle forma ramal da serra da Manga Larga, vulgarmente dita — Alto do Pegado — e topar com o morro do Taquaril; pelo cume da serra dêste nome até ir ter ao território do ribeirão de Santa Rita que verte no Paquequer Pequeno, compreendendo-se na subdelegacia tôda a bacia dêste rio e do ribeirão, desde a sua barra para cima até a Serra Geral".

Aproveitando as facilidades concedidas por D. Pedro II, chegaram ao "Córrego Sêco da Serra Acima", denominação primitiva do Alto da Serra, os primeiros grupos de colonos alemães, em 29 de junho de 1845. A chegada dêsses colonos deu lugar a que o govêrno pensasse em transformar as terras em colônia agrícola, para isto adquirindo as fazendas do Velasco e do Itamarati e aceitando a doação da fazenda Quitandinha. Êsse intento não foi consumado, o que, entretanto, não impediu o desenvolvimento da aglomeração que ali se constituíra.

Com a elevação do arraial do Pôrto da Estrêla à categoria de vila, com a denominação de Vila da Estrêla, Petrópolis, que até 1846 era simples curato, passou a fazer parte de seu território, recebendo o predicamento de Freguesia, sob a invocação de "São Pedro de Alcântara de Petrópolis", ficando desmembrado de Paraíba do Sul.

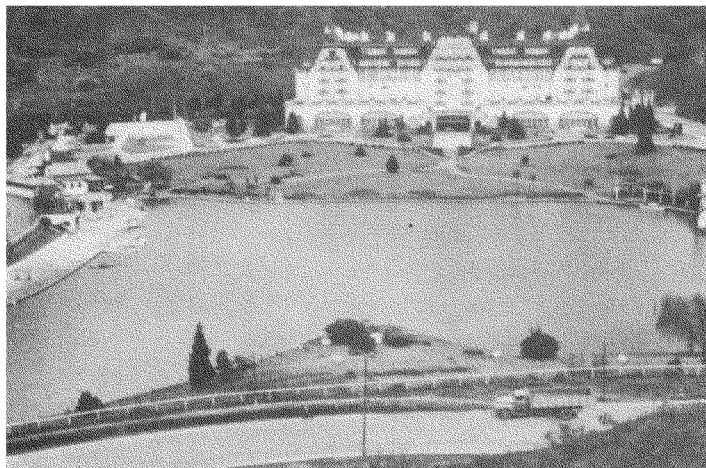
A fertilidade dessas terras, a excelência do clima, o desvêlo do Monarca por elas e, mais ainda, o espírito altamente empreendedor dos colonos que a habitavam, motiva-

ram rápido desenvolvimento da novel freguesia. Em 1856, Petrópolis já podia orgulhar-se de possuir mais de seis mil habitantes, para mais de mil prédios e um comércio adiantado, constituído de 63 casas de negócio.

Paralelamente ao desenvolvimento econômico e social de Petrópolis, florescia na mente de seus moradores a idéia da separação da Vila da Estrêla, a qual cognominavam "a pior das madrastas".

O movimento de emancipação começou a tomar vulto em 1856, quando o deputado, Coronel Amaro Emílio da Veiga, tornou-se um ardoroso defensor das aspirações do povo de Petrópolis, na Assembléia Provincial. Após vencer cerradíssima campanha e inúmeras dificuldades de ordem política e administrativa, conseguiu, êsse deputado ver coroados seus esforços, com a criação do município de Petrópolis e a elevação da localidade do mesmo nome, à categoria de cidade, pela Lei n.º 961, de 29 de setembro de 1857.

Com a Proclamação da República, o surto do progresso petropolitano pareceu diminuir; a revolta da Armada, em 1893, porém, impossibilitando as comunicações com a cidade de Niterói, obrigou a que o govêrno estadual mudasse para Petrópolis a capital fluminense, situação que perdurou até 1902, aumentando-lhe de muito a importância que já possuía. No ano seguinte, a cidade foi escolhida para que nela se realizasse a histórica reunião diplomática, terminada com a assinatura do "Tratado de Petrópolis", pelo qual o Território do Acre foi anexado ao Brasil.

A rápida evolução progressista que sempre caracterizou Petrópolis desde a sua fundação, jamais esmoreceu. Durante nove anos, de 1894 a 1902, foi esta cidade capital do Estado do Rio de Janeiro.

Hotel Quitandinha.

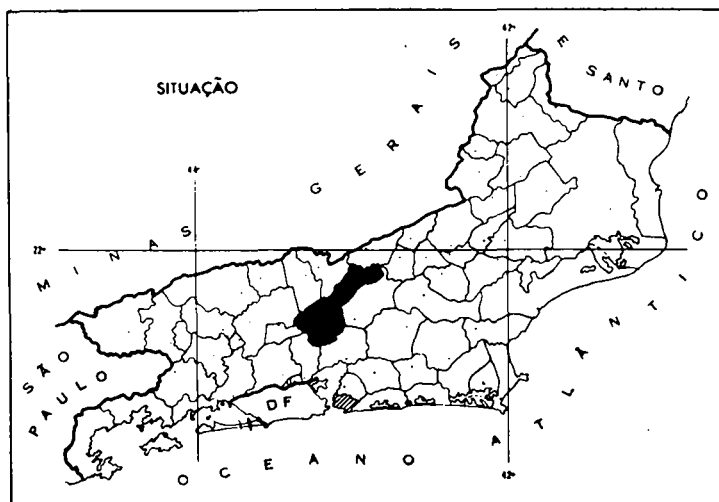
A abertura da nova Estrada Rio—Petrópolis, inaugurada em 1928, encurtando a distância entre a cidade serrana e o Distrito Federal; a construção de rodovias interestaduais para Bahia e Minas Gerais, fazendo passar a maior parte do tráfego pela chamada "cidade das hortênsias"; e o ousado traçado da estrada que a liga a Teresópolis, evidenciam a posição invejável de Petrópolis, não só no panorama turístico do País como também no plano industrial.

Atualmente, Petrópolis é um dos maiores centros de turismo do Brasil, quiçá da América do Sul.

O alto nível cultural e econômico de Petrópolis se evidencia pela existência de numerosas associações culturais em seu território, e pelo grande vulto de suas emprêsas industriais e comerciais. Entre os vários motivos de que se orgulham seus filhos, destaca-se o de ser Petrópolis município de elevado índice de alfabetização.

O Museu Imperial, obra da dedicação de Alcindo de Azevedo Sodré, oficialmente criado a 29 de março de 1940 e inaugurado a 16 de março de 1943, é centro da mais alta importância cultural. — Dêle, disse Gabriela Mistral: "é o símbolo exato desta pátria que realiza cada dia o seu futuro, mas sem voltar as costas ao seu nobilíssimo passado".

A comarca de Petrópolis foi criada por fôrça do Decreto n.º 1 637, de 30 de novembro de 1871.

LOCALIZAÇÃO — O município de Petrópolis está localizado na zona do Alto da Serra, situando-se a sede municipal a 22º 32' de latitude Sul e 43º 11' 04" de longitude W. Gr., distando, em linha reta, da Capital do Estado, 40,7 km, direção N.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

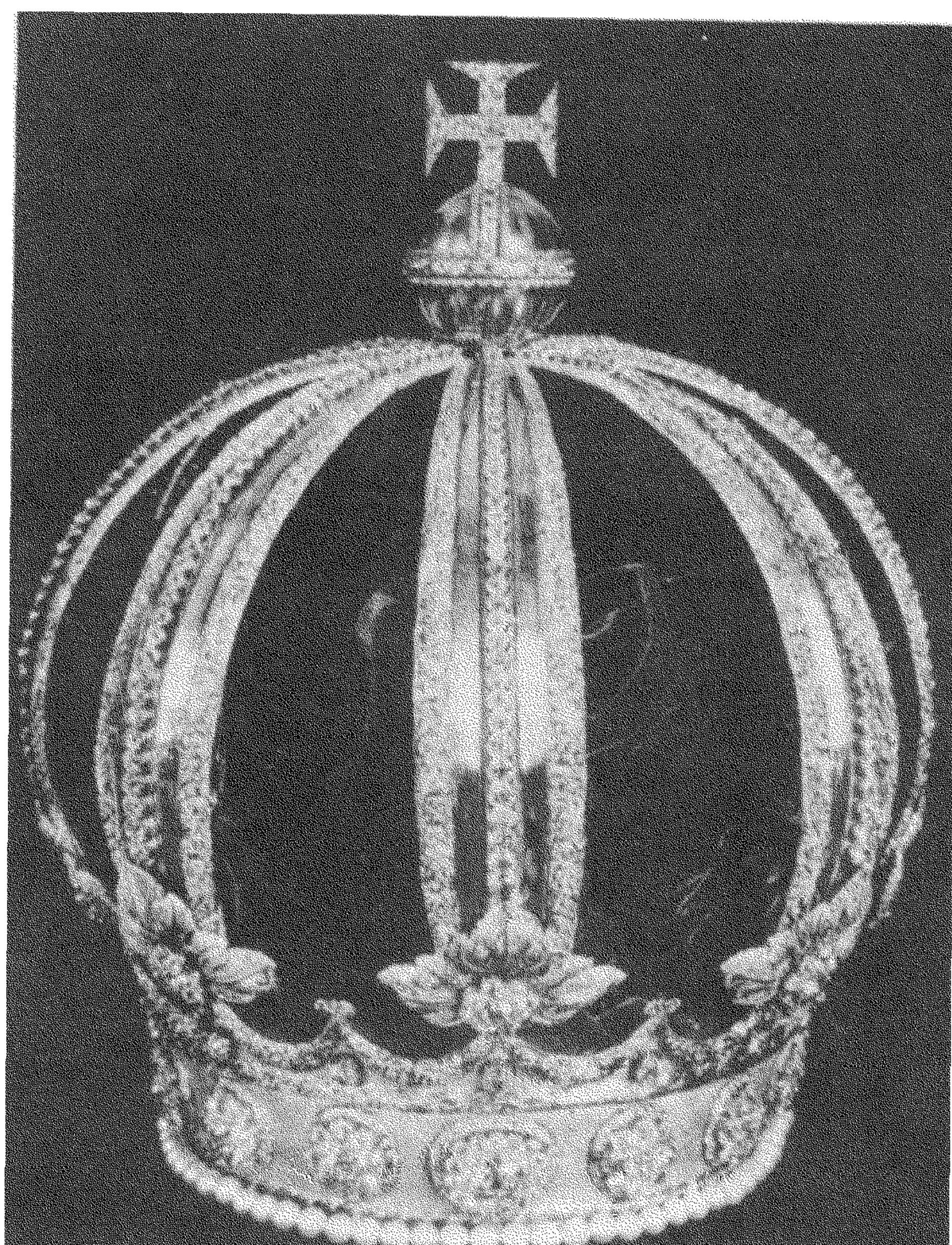
ALTITUDE — (Sede municipal) 840 m.

CLIMA — Petrópolis goza de um clima verdadeiramente privilegiado, atraindo todos os que podem fugir do rigor da canícula das cidades da baixada. É residência oficial de verão do Presidente da República e do Governador do Estado. Em 1956, a temperatura média das máximas foi 23ºC e das mínimas 14ºC, sendo a média compensada 17ºC. A precipitação no ano, altura total (mm) foi de 315,1.

ÁREA — 1 047 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população presente foi de 108 307 habitantes, sendo 54 352 homens e 53 955 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e, segundo a situação do domicílio, era conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Petrópolis	65 759	32 316	33 443	26 842	28 161	3 010	2 998	2 464	2 284
Cascatinha	16 036	8 230	7 806	706	744	4 841	4 705	2 683	2 357
Itaipava	6 588	3 446	3 142	506	510	56[illegible]	575	2 378	2 057
Pedro do Rio	9 481	4 878	4 603	168	168	337	339	4 373	4 096
São José do Rio Prêto	10 443	5 482	4 961	379	365	22	19	5 081	4 577

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 120 982 habitantes.

Coroa de D. Pedro II — Museu Imperial.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a industrial, destacando-se no parquê petropolitano as indústrias de transformação. A produção agrícola é insuficiente para abastecer o município sendo também inexpressiva a pecuária. Os quadros que seguem apresentam dados relativos à produção agropecuária e industrial:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laranja	Cento	28 000	4 200
Caqui	»	30 000	3 200
Tomate	Tonelada	480	2 400
Banana	Cacho	140 000	1 960
Milho	Tonelada	240	1 080

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produção têxtil	Metro	35 898 464	1 286 977
Produtos alimentares	Tonelada	16 718	422 708
Vestuário, calçados e similares	Peças	1 938 278	229 315
Bebidas	Litro	5 996 842	51 535

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — Petrópolis é ligado à rêde rodoviária nacional pela estrada de rodagem federal BR-3, que, saindo do Distrito Federal, atinge Paraibuna, na divisa de Minas Gerais, incorporando nesse trajeto a antiga Estrada União e Indústria, e se interna por aquêle Estado. Essa rodovia atravessa cêrca de 8 km de vias urbanas, a partir do centro de Petrópolis até Cascatinha, onde prossegue pela citada União e Indústria, margeando o rio Piabanha. Petrópolis dista, por essa estrada, do Rio de Janeiro, 68 km, e da Capital estadual, 88 km. — Partem da cidade 8 linhas interdistritais e 4 intermunicipais. O serviço de ônibus mantido com a Capital Federal é dos mais aperfeiçoados, havendo carros entre as duas cidades de meia em meia hora. Na cidade o número de linhas de ônibus urbanos é de 29. Estão registrados na Prefeitura local 1 843 automóveis e 1 529 caminhões. O município é cortado pela Estrada de Ferro Leopoldina, que possui no território de Petrópolis as estações e paradas de Meio da Serra, Alto da Serra, Petrópolis (cargas), Petrópolis, Cascatinha, Corrêas, Nogueira, Itaipava, Dr. Nilo, Pedro do Rio, Granja e Cedro. Para o interior, põe o município em comunicação direta com os municípios de Três Rios, neste Estado, e com os municípios mineiros da linha de Caratinga. A estação de Meio da Serra, primeira no município, está localizada a 51,7 km de Barão de Mauá, a de Petrópolis, 58,2 km, e o Pôsto Telegráfico de Cedro, última parada no município, no km 90,4.

COMÉRCIO E BANCOS — Possui um comércio intenso e movimentado, sendo suas casas comerciais dotadas de instalações das mais modernas. Mantém maiores transações com as praças do Rio de Janeiro, DF, e São Paulo, SP, e também com Três Rios, RJ, e Juiz de Fora, MG. A sede municipal conta 17 estabelecimentos comerciais atacadistas e 1 050 varejistas. O movimento bancário é feito por 9 agências dos seguintes estabelecimentos: Banco do Brasil, Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro e Banco Ribeiro Junqueira. As principais contas de ativo e passivo dêsses estabelecimentos, em 28 de fevereiro de 1957, apresentavam os seguintes saldos: Caixa em moeda corrente — 24 452; Empréstimos com c/c — 144 891; Empréstimos hipotecários — 20 996; Títulos descontados — 172 051; Depósitos à vista e a curto prazo — 419 751; Depósitos a prazo — 20 208 (tôdas em milhares de cruzeiros). Há ainda na cidade uma Agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio com 54 834 cadernetas em circulação (30-VI-1957), com depósitos no valor de 189 050 milhares de cruzeiros. O giro comercial, em 1956, elevou-se a 5,5 bilhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — O subsolo do município pode ser considerado rico, pois nêle se apontam jazidas de ocre amarelo, limonite terrosa, ocre vermelho carregado, cianose, quartzo côr de cobre, azurite cobre arsenical, granitos, etc. e águas minerais. Há autorização para pesquisa e lavra de caulim e águas minerais, havendo exploração dessas últimas. Existe ainda alguma reserva florestal.

ASPECTOS URBANOS — Cortada longitudinalmente pelo rio Piabanha, sôbre o qual estão lançadas várias pontes, às suas margens desenvolvem-se a cidade e seus bairros, com residências dotadas do maior confôrto, no meio de jardins e parques pitorescos e bem traçados. Dispõe de boa iluminação elétrica, ruas bem calçadas, prédios modernos, serviços de água, esgotos e telefones. A pavimentação de suas ruas abrange cêrca de 80% da vasta área urbana, sendo: Paralelepípedos — 35%; Asfalto — 35%; De outros tipos

— 10%. O serviço de água, na sede municipal, abrange 95 logradouros em tôda a sua extensão e 38 parcialmente, abastecendo 12 108 prédios. A cidade possui mais: Aparelhos telefônicos instalados — 7 503; Número de ligações elétricas — 16 476; Hotéis — 22; Pensões — 8; Cinemas — 6.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município as seguintes repartições: Agências Postais-telegráficas de Petrópolis e Palácio Rio Nêgro; Agências Postais-telegráficas (via telefônica) de Cascatinha, Corrêas, Itaipava, Pedro do Rio e Quitandinha. Agências Postais de Alto da Serra, São José do Rio Prêto, Secretário, Meio da Serra, Posse, Águas Claras e Bonsucesso. Há os serviços telegráficos de uso privativo da Estrada de Ferro Leopoldina e serviço da Rádio Internacional do Brasil. As comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No setor da assistência médico-sanitária, o município possui 4 hospitais gerais com 538 leitos, dos quais 433 para internamentos gratuitos; Sanatórios e clínicas de repouso — 6, com 604 leitos. Entre êstes conta-se o Sanatório Infantil São Miguel, da Cruzada Brasileira Contra a Tuberculose, com 120 leitos para internamentos gratuitos; Ambulatórios, Postos Médicos e Dispensários — 18, dos quais 6 mantidos pela Prefeitura Municipal. Os serviços oficiais de saúde são controlados pelo Centro de Saúde Experimental de Petrópolis, subordinados à Secretaria de Saúde do Estado. Há mais: Farmácias — 30; Médicos — 72; Dentistas — 61; Farmacêuticos — 7.

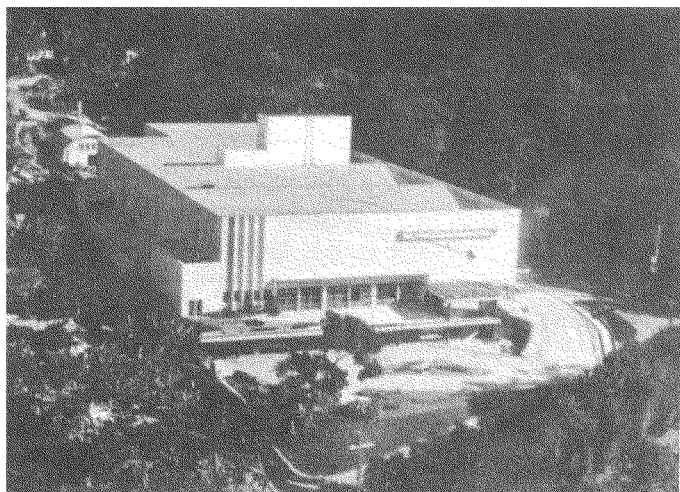
ALFABETIZAÇÃO — Das 92 534 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 30 547 homens e 26 901 mulheres, representando 62% dessa população, e na cidade, de 53 323 pessoas dessas mesmas idades, sabiam ler 20 580 homens e 19 760 mulheres, ou seja, 76% da população indicada.

Aspecto da Sala do Trono — Museu Imperial.

Ensino — Em todo o município 110 estabelecimentos ministram o curso primário. Segundo a dependência administrativa, êstes estabelecimentos são: Do Govêrno Estadual — 31, inclusive 5 grupos escolares; do Govêrno Municipal — 55; de entidades particulares — 24. No setor extraprimário, o município é servido por excelentes colégios de todos os graus, inclusive duas faculdades — Direito e Filosofia, que abriga grande número de estudantes de outros municípios e Estados. Além dessas duas faculdades há 22 estabelecimentos de grau médio, lecionando: Cursos Ginasial — 10; Científico — 3; Clássico — 4; Comercial — 2; Ensino Profissional — 7 (inclusive enfermagem); Ensino Teológico — 2; Ensino artístico — 1; Cursos de línguas — 2.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo é um demonstrativo dos dados sôbre as receitas federal, estadual e municipal, e despesa do município, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	64 324	57 436	21 866	13 834	21 878
1951	89 126	72 844	26 549	17 089	26 562
1952	97 382	82 129	30 562	23 874	30 581
1953	116 604	101 617	39 306	27 101	39 303
1954	155 765	124 943	57 072	31 333	57 018
1955	174 076	134 596	52 780	35 839	52 835
1956	252 358	252 265	74 903	54 047	74 826

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Petrópolis é farta em monumentos históricos e artísticos, principalmente no que se relaciona com o Segundo Império. Seria impossível referência especial a cada um dêles num trabalho de síntese como o presente. Citam-se apenas alguns: Casa do Barão do Rio Branco, onde foi celebrado e assinado o Tratado de Petrópolis; Palácio da Princesa D. Isabel, atualmente ocupado pela Companhia Imobiliária de Petrópolis; Casa de Santos Dumont, residência do Pai da Aviação, hoje museu especializado em assuntos aeronáuticos; Palácio Imperial, residência de D. Pedro II, atualmente o Museu Imperial de Petrópolis, onde se podem admirar objetos de verdadeiro valor artístico e histórico, inclusive as coroas imperiais do Brasil; Casa do Barão de Mauá, residência do pioneiro das estradas de ferro; a Catedral de Petrópolis, mandada construir pelo Govêrno Imperial, onde se acham atualmente os restos mortais do Imperador D. Pedro II e sua Imperial Consorte. Sem sombra de dúvida um monumento artístico e o Hotel Quitandinha, onde foram aproveitados os melhores recursos paisagísticos. Em estilo normando, cuja grandiosidade se depreende em seus mínimos detalhes, é digna de destaque sua cúpula monumental. É ponto de atração turística conhecido em todo o mundo. Ao todo, existem na cidade 62 marcos comemorativos dos faustos petropolitanos, dentre os quais destacamos: Estátua de D. Pedro II, na Praça D. Pedro II, trabalho do artista francês L. Magrou; Estátua do Dr. José Thomaz Porciúncula, na Praça Ruy Barbosa, do artista italiano L. Petrucci; Es-

Lanifício Interamericano.

tátua de D. Pedro II, no jardim do Museu Imperial; Monumento a Júlio Frederico Koeler, na Praça Princesa Isabel; e a Estátua Jazenta, na Catedral, a última em mármore branco e as demais em granito e bronze.

Na Fazenda de Posse existe a "Casa do Padre Corrêas", que data de 1753.

Outro monumento que julgamos oportuno destacar é a placa comemorativa da inauguração do calçamento da Estrada União e Indústria, inaugurada em 12 de abril de 1856.

No momento em que era terminado o presente trabalho, Petrópolis comemorava em festas o 1.º Centenário de sua emancipação e elevação à categoria de cidade. Para perpetuar essa efeméride foi inaugurado seu novo monumento, um obelisco revestido de mármore, localizado no ponto mais central da urbe, no qual, em várias placas estão perpetuados os nomes dos que ajudaram Koeller a construir a cidade, a fim de "indicar às gerações futuras, para contemplação dêsse passado, o caminho do trabalho, da continuidade e do progresso".

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A disposição dos vales em tôrno dos rios Piabanha e Quitandinha determinou a forma linear dos bairros petropolitanos, os quais se reduzem, geralmente, a 2 filas de casas, confrontando dum lado e do outro ora com a estrada, ora com o rio, atravessado por numerosas pontes.

As ruas conservam nomes que recordam datas cívicas ou vultos ilustres, fundadores da cidade, barões ou viscondes: Avenidas 7 de Setembro, Koeller, Tiradentes, Ipiranga, 7 de Abril; Ruas Paulo Barbosa, Visconde de Itaboraí. A principal artéria da cidade assinala a data republicana de 15 de Novembro. As placas das ruas lembram as origens da cidade; em tôrno da Vila Imperial, estão os quarteirões onde se localizavam os prazos concedidos aos colonos: Renânia Inferior, Westfalia, Nassau, Bingem, Ingelhein, Mosela, Palatino Superior.

Distante apenas 58 quilômetros da Capital Federal, Petrópolis — conhecida por Cidade das Hortênsias — é servida por trens da Estrada de Ferro Leopoldina e, também, pela rodovia Rio—Petrópolis, famosa pelo seu traçado e pela beleza de sua paisagem.

Cidade de veraneio presidencial, é um dos centros de turismo do País. Além da exuberante flora, nela ainda encontra o forasteiro grande variedade de diversões e intensa atividade social.

Um dos principais municípios fluminenses em produção de flôres (principalmente copos-de-leite, hortênsias, dálias, agapantos, watsônia, angélica e ortigal), exporta grande parte dessa produção para a Capital do País.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dispõe de bons hotéis, destacando-se Quitandinha, ponto de convergência dos que visitam a América do Sul e dos demais altos círculos sociais do País e onde se têm realizado várias conferências nacionais e internacionais.

Em relação ao movimento cultural, encontram-se em funcionamento a Biblioteca Municipal, a Academia Petropolitana de Letras, fundada em 1926, a casa de Santos Dumont, transformada em museu, e o Museu Imperial. Possui êste Museu riquíssimo acervo, de que fazem parte as jóias da coroa do segundo Imperador do Brasil, a carruagem "Monte de Prata", o 1.º telefone instalado na América do Sul e alguns originais das obras de Carlos Gomes. Funciona no museu uma biblioteca especializada em História do Brasil e folclore, com número apreciável de volumes.

A instrução é difundida por estabelecimentos de ensino de apreciável conceito. Conta a cidade com a Faculdade Católica de Direito, a Faculdade Católica de Filosofia, 2 seminários, Colégio Notre Dame de Sion (fundado em 1888) e várias unidades de ensino primário, secundário, pedagógico e outras.

Há também 10 livrarias, 11 tipografias e 2 radioemissoras (Petrópolis Rádio Difusora e Rádio Quitandinha).

Circulam 4 periódicos (a "Tribuna de Petrópolis" é o mais antigo).

Petrópolis possui inúmeros bairros que se destacam pela beleza natural — Independência, Cremerie e Quitandinha.

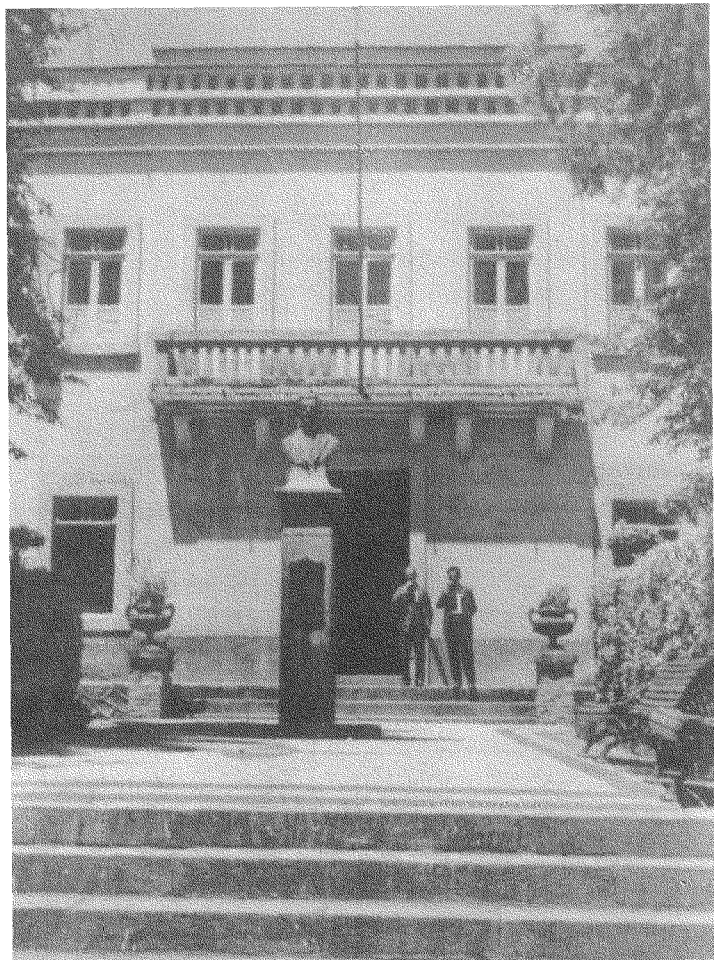
Fazem parte do município as localidades de Corrêas e Itaipava, recomendadas para estação de cura e repouso.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do município que se destacaram no cenário nacional, lembramos José Thomaz de Porciúncula, que foi Presidente do Estado; Raul de Leoni, poeta; Professor Said Ali, filólogo; e o General Marciano de Magalhães.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos disrtitos de: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e São José do Rio Prêto.

PIRAÍ — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A região do vale do rio Piraí manteve-se virgem de colonização até por volta do ano de 1770, quando os primeiros desbravadores aí surgiram e, substituindo o elemento nativo, estabeleceram um núcleo de povoamento, colocando-o sob a proteção de Nossa Senhora de Santana, erigindo seu templo no outeiro hoje conhecido por Capelinha, em terreno devoluto que divisa com o latifúndio de José Carlos de Souza e com a sesmaria de Sepeda ou das Palmeiras.

Prefeitura Municipal.

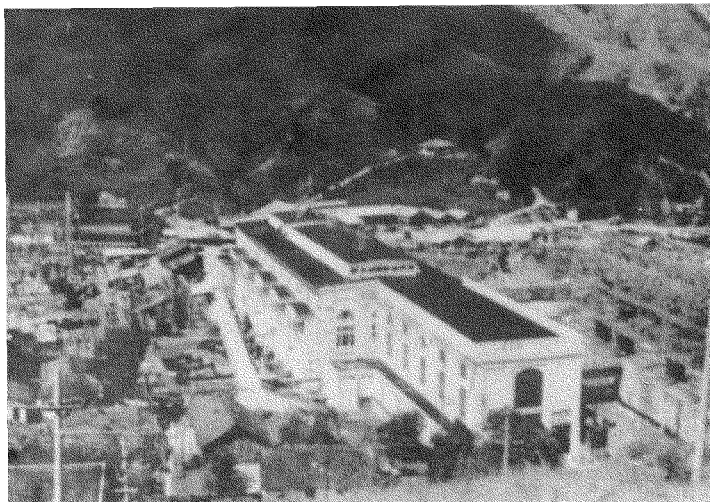
Cortines Laxe em seu "Regimento das Câmaras Municipais" e monsenhor Pizarro em suas "Memórias Históricas", fixaram, respectivamente, os anos de 1770 e 1772, como as datas em que se teria erigido uma pequena capela, primeiro marco de colonização, em terras do atual município de Piraí.

Apesar das brumas que envolvem o desbravamento de seu território, tudo faz crer tivesse êle sido conseqüência do trânsito que, desde a segunda metade do século XVI se verificava no rio Paraíba, pelo qual se faziam as comunicações entre as "Minas Gerais" e o Rio de Janeiro.

Todavia, os primeiros dados concretos sôbre Piraí surgem sòmente nos autos de medição de uma sesmaria com que foi agraciado João da Silva Sepeda, nos quais são feitas referências ao incipiente núcleo populacional, existente ao redor da capela citada. Segundo as "Cartas de Sesmaria", era também essa região, habitada por tribos indígenas, não sendo especificada a sua localização, nem seus nomes, confundidos na classificação genérica de "gentios bravos", usada então para denominar os aborígines.

Pizarro, em sua obra citada, é mais explícito e noticioso que Cortines Laxe, pois que nos dá detalhes sôbre a construção da capela de Santana do Piraí. Diz-nos êle, ter sido ela construída de madeira e em virtude de uma provisão, datada de fevereiro de 1772. Acrescenta que a sua elevação se deu nas terras da fazenda de Domingos Álvares Lousada, e que seus construtores, os moradores do sítio de Piraí, obtiveram para ela a categoria de curada, em virtude da alegação que fizeram, junto às autoridades eclesiásticas, de que a Matriz de São João Marcos encontrava-se à longa distância de oito léguas, através de caminhos inóspitos.

Lançando êsse marco inicial da povoação, pouco a pouco foi ela progredindo. A notícia da fertilidade de seu solo circulou ràpidamente, atraindo desde então, inúmeros colonos que disputavam o favor régio, no sentido de obter doações de suas terras. À medida que êsses primitivos colonizadores ali chegavam, davam início às grandes plantações, as quais muito em breve, cobriram vastas extensões de terra motivando um incremento progressista às atividades econômicas e sociais da região. Na parte agrícola, grande foi o progresso desde cedo verificado, em virtude do concurso prestado pelo negro escravizado, ali introduzido em grande escala.

Em elementos estatísticos e históricos originários da Prefeitura Municipal de Piraí (1945), são tidos como primeiros povoadores de seu solo, sendo ignoradas as datas em que estabeleceram na região pequenas culturas: Quitéria

Aspecto da Usina Hidrelétrica de Fontes.

Rodrigues, Domingos Álvares dos Reis Lousada, José Urbano, Antônio Jorge e João Batista Feijó. A mesma fonte informa que a mais antiga sesmaria concedida por favor régio foi a de "Erva de Bicho", a João Batista Feijó, e relaciona, como concedidas no período de 1763 a 1815, as seguintes: Palmeiras, 1763, a João Batista Sepêda; Cristais, 1768, a José Gonçalves da Silva; Oratório, 1792, a José Bento de Araújo; Arataca, 1792, a Monel Carreiro de Souza; Cachaças, 1801, a Manoel Bento de Araújo; e Serrote, 1815, a Matias Fernandes de Mendonça acrescentando "e outras além da enorme extensão de terras pertencentes à família Breves e conhecida por "Terras dos Breves" que tinha como seu mais antigo representante na região Antônio de Souza Breves".

Vista parcial da Usina Hidrelétrica de Fontes

Em outubro de 1811, o já então próspero povoado, recebeu a visita do bispo D. José Caetano, o qual, atendendo a uma petição que lhe dirigiram cêrca de três mil habitantes da localidade, resolveu conceder-lhe o predicamento de freguesia curada, ato êste que foi ratificado pela Provisão de 15 de outubro dêsse mesmo ano. Seis anos mais tarde passou à categoria de freguesia perpétua, por Alvará de 17 de outubro de 1817.

Transcorridos vinte anos após essa data, em virtude do notável progresso por que atravessava a freguesia, resolveu o govêrno, por efeito da Lei provincial n.º 96, de 6 de dezembro de 1837, conceder-lhe autonomia, elevando-a à categoria de vila, com a denominação de Santana do Piraí.

O último artigo dessa lei determinava que a mesma só teria cumprimento depois que os moradores do têrmo da vila houvessem edificado e mobiliado, a expensas suas, a casa da Câmara, Júri e Cadeia, conforme o plano e orçamento mandados levantar pelo Presidente da Província e por êle aprovados.

Em nova deliberação, datada de 27 de março de 1838, o Presidente da Província nomeou a comissão provisória, composta dos cidadãos Coronel José Gonçalves de Morais, Silvino José da Costa, Felisberto Ribeiro Franco, Raymundo de Souza Breves e Manoel José de Barros Viana, encarregada de promover a subscrição necessária para cumprimento do artigo 5.º da Lei n.º 96.

Vista da Cia. Industrial de Papel.

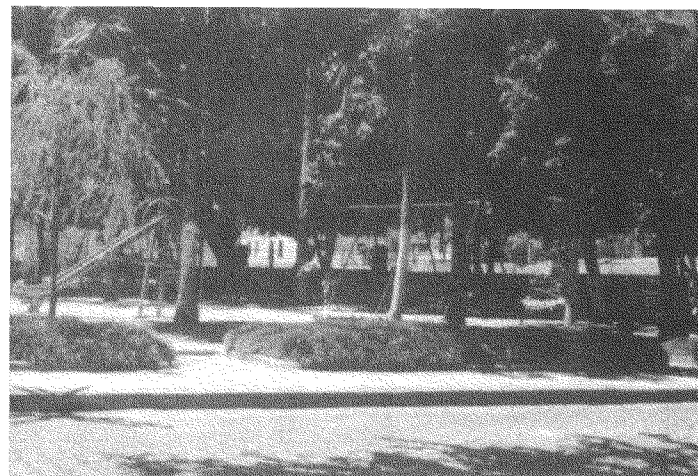
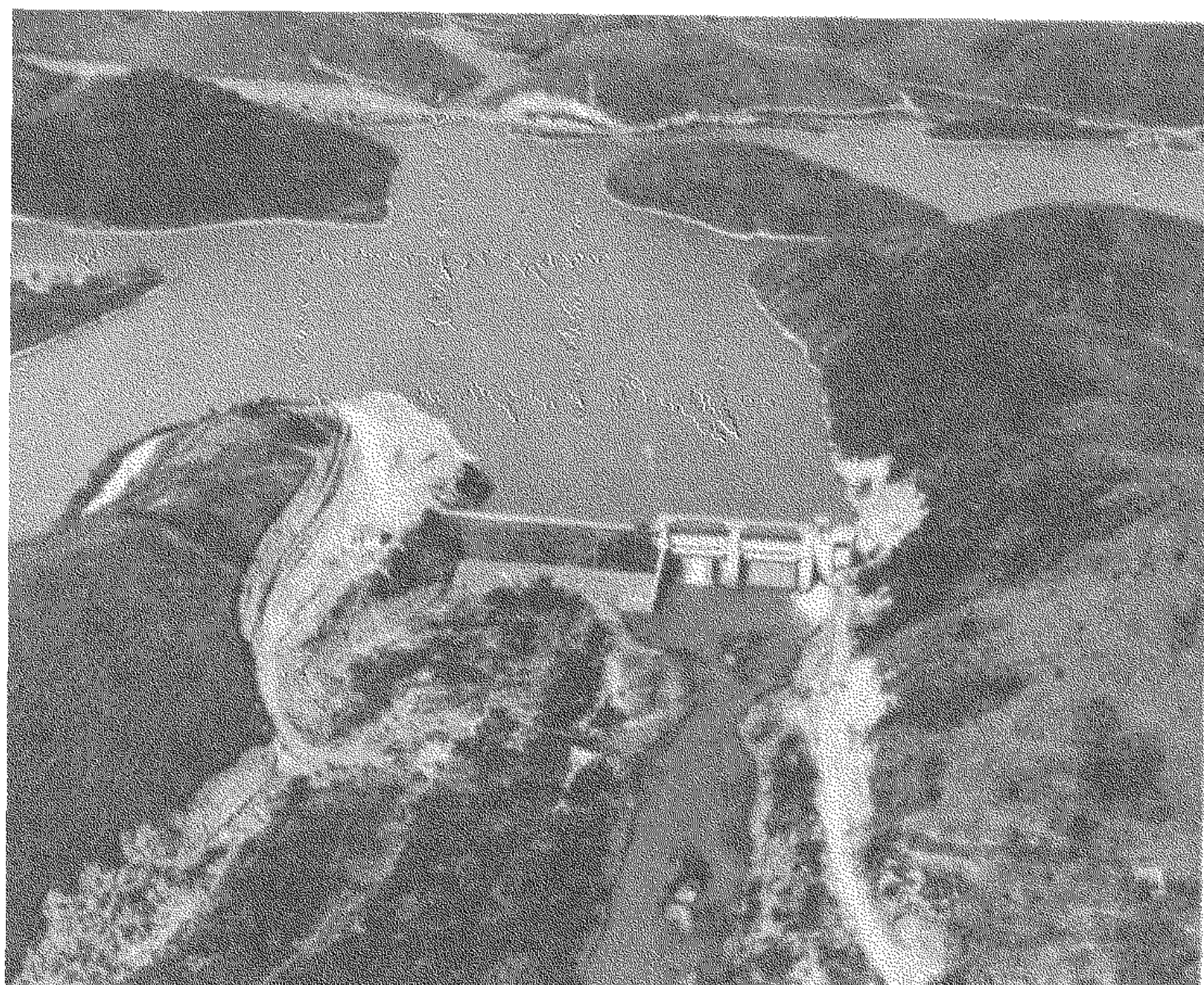
Posteriormente nova lei foi publicada sôbre a criação da vila de Piraí, datada de 14 de maio de 1838, a qual determinava em seu artigo 1.º que esta teria existência a partir daquela data. Os demais artigos obrigavam a determinados cidadãos, que se compromissaram por escritura pública, a construir êsse edifício sem contudo desonerar todos os moradores do têrmo da vila da obrigação imposta pelo artigo 5.º da Lei de 6 de dezembro de 1837.

Passados alguns meses, foi dada à publicação a Deliberação datada de 28 de setembro de 1838, determinando as freguesias que compreenderiam a vila de Santana do Piraí, determinando seus limites e fixando as normas finais para sua definitiva instalação, que se deu em 11 de outubro dêsse ano.

A partir da época em que se instalou a nova vila, maior foi o surto de progresso que se verificou na região. Os produtos de suas grandes e variadas lavouras eram exportados em larga escala. Predominava entre as suas plantações, a cultura do café, que chegou a constituir, então, a sua maior fonte de riqueza, proporcionando considerável abastança aos fazendeiros locais. Tomando-se por base documentos fidedignos, datados de 1860, bem se pode aquilatar da importância que o café representou, então, para Piraí. Segundo um dêles, esta localidade fluminense exportava, anualmente, uma média de 521 500 arrôbas dêsse produto, sendo seus maiores plantadores na região, o Comendador Joaquim José de Souza Breves, Joaquim José Gonçalves de Morais, Francisco de Oliveira e o Barão de Piraí.

Vista parcial da entrada da Cia. Industrial de Papel.

A sede da vila, situada no local, onde outrora fôra erguida a pequenina capela de Santana do Piraí, acompanhou em seu progresso o incremento da lavoura, recebendo foros de cidade, pela Lei ou Decreto provincial n.º 2 041, de 17 de outubro de 1874. Seu comércio e sua indústria, dia a dia se tornavam mais prósperos, e as belas construções residenciais se multiplicavam, aformoseando o aspecto de suas ruas e praças. Essa situação de prosperidade persistiu durante alguns anos, cessando apenas, com o advento da Lei Áurea, de cujas conseqüências, até hoje se ressente a economia municipal. Proclamada a Abolição da Escravatura, as lavouras de Piraí foram relegadas ao mais completo abandono pela falta de braços que delas cuidassem, uma vez que os escravos libertos procuravam fugir das zonas onde tinham vivido em cativeiro. A cultura de café declinou ràpidamente até desaparecer quase que por completo, e as antigas e vastas fazendas em que era cultivado foram transformadas em pastos para a criação, ou em capinzais inaproveitados.

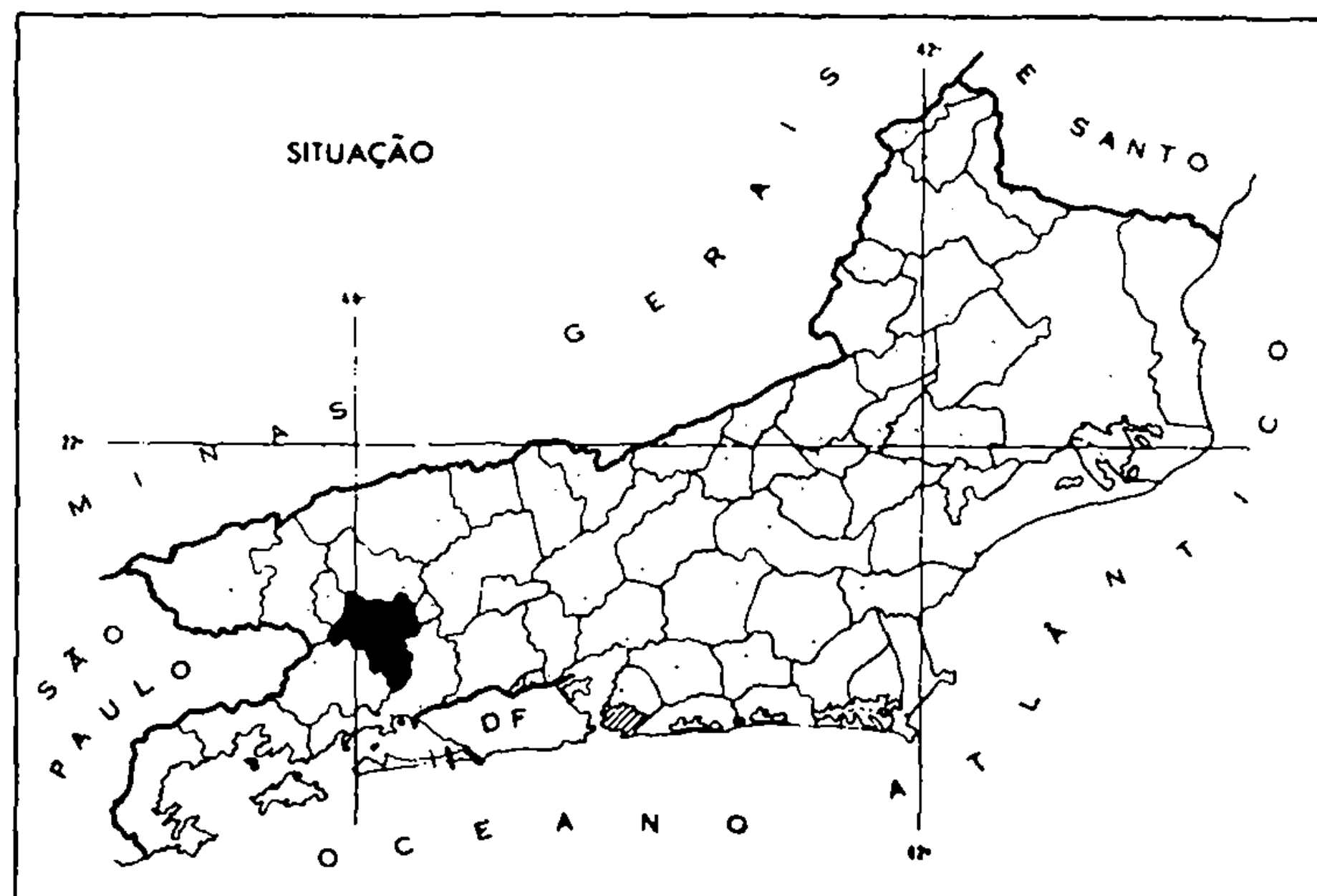
No "Álbum do Estado do Rio de Janeiro — Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil — 1922", lê-se que "o despovoamento da zona rural, motivado em grande parte pelos trabalhos da Light and Power Co. do Rio

Parque Domingos Mariano.

Vista aérea da barragem e reservatório Santana, no vale do rio Piraí.

de Janeiro, e em conseqüência dos quais houve terríveis surtos de malária, que não só vitimaram centenas de habitantes, como determinaram êxodos freqüentes, contribuiu para a decadência agrícola do município, produtor outrora, em larga escala, de café e de cereais".

Durante longo tempo o município permaneceu em estado de decadência. Atualmente, os serviços de saneamento ali realizados, a instalação de indústrias em seu território, o desenvolvimento da pecuária e a abertura de novas estradas deram-lhe outras possibilidades.

Pelo Decreto n.º 50, de 17 de fevereiro de 1890, o município perdeu sua autonomia, tendo sido incorporado ao de Barra do Piraí; esta, entretanto, foi restaurada pelo Decreto n.º 1-A, de 3 de junho de 1892.

A Comarca de Piraí, criada por fôrça do Decreto número 1 637, de 30 de novembro de 1871, foi extinta pelo de n.º 667, de 16 de fevereiro de 1901. Em 1921, pelo Decreto n.º 1 839, de 23 de agôsto, foi restabelecida a Comarca de Piraí.

LOCALIZAÇÃO — O município de Piraí está localizado na Zona Fisiográfica de Resende. Situa-se a sede a 22º 37' 44" de latitude Sul e a 43º 53' 59" de longitude W.Gr., distante, em linha reta, da Capital do Estado, 85,2 quilômetros, direção O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — (Sede municipal) — 370 m.

CLIMA — O clima é bom, havendo relativa salubridade. Temperatura agradável em todo período, não sendo demasiadamente quente no verão nem demasiadamente frio no inverno.

ÁREA — 589 km².

POPULAÇÃO — Em 1950, o Recenseamento Geral contou no município 21 035 habitantes, sendo 11 099 homens e 9 936 mulheres, população presente, que se distribuía pelos distritos conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Piraí	11 695	6 267	5 428	850	667	35	37	5 382	4 724
Arrozal	2 641	1 481	1 160	236	203	16	19	1 229	938
Monumento	1 016	477	539	18	27	—	3	459	509
Pinheiral	3 116	1 587	1 529	950	920	51	39	586	570
Santanésia	2 567	1 287	1 280	703	716	187	185	397	379

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 23 497 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município está firmada na indústria e na pecuária. Esta visa principalmente a produção de leite e seus derivados. Na agricultura sobressai a cultura de bananas, laranja e arroz, e na indústria, as de papel e energia elétrica. Os quadros abaixo apresentam dados relativos à sua produção agropecuária e industrial em 1956:

Produção agrícola (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laranja	Cento	60 000	3 600
Arroz com casca	Tonelada	269	2 150
Limão	Cento	27 000	1 350
Feijão	Tonelada	96	784
Milho	»	236	710

Produção extrativa (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	3 386	298

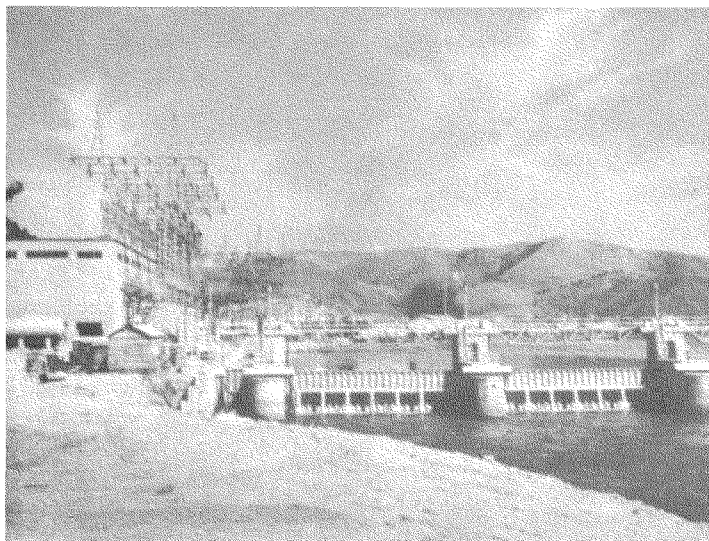
Produção industrial (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Papel e papelão	Tonelada	9 289	500 938
Tijolos	Milheiro	16 202	24 567
Telhas	»	224	724

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A estrada RJ-18 que, partindo do km 72 da Rodovia Presidente Dutra, termina em Barra do Piraí, corta a sede municipal de Piraí, que está localizada a um quilômetro da citada Rodovia Presidente Dutra, podendo-se dizer, então, que se localiza à sua margem e pela qual se comunica com a rêde rodoviária estadual. É êste o meio normal de comunicação com a Capi-

tal do Estado, via Capital Federal, da qual dista, por essa rodovia, 92 km. É sede do 4.º Distrito de Assistência Rodoviária aos Municípios, do Departamento de Estradas de Rodagem. Em todo o município existem 122 km de estradas de rodagem, sendo 35 de administração federal, 47 estadual e 40 municipal. A sede municipal não é servida por estrada de ferro, todavia a Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de São Paulo, corta o município, tendo no mesmo a estação de Pinheiral, a 130,2 km de D. Pedro II. Essa mesma estrada atende à sede do distrito de Santanésia, que se utiliza da estação de Santana da Barra, em Barra do Piraí, distante de D. Pedro II 102,3 km. Quer de Pinheiral, quer de Santana da Barra, há estradas de rodagem para a sede municipal, ficando a primeira a 20 km de distância e esta a 17,5 km. Há serviços de ônibus para a Capital Federal. Na Prefeitura Municipal estão registrados 54 automóveis e 57 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Comércio regular, não só na sede municipal como também na do distrito de Pinheiral. Suas principais transações comerciais são feitas com as praças de Barra Mansa, Barra do Piraí, no Estado, e com a do Rio de Janeiro, DF. Há na sede municipal 64 estabelecimentos que se dedicam ao comércio varejista. O movimento bancário é atendido através da Agência do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro.

Vista da barragem e usina elevatória de Santa Cecília.

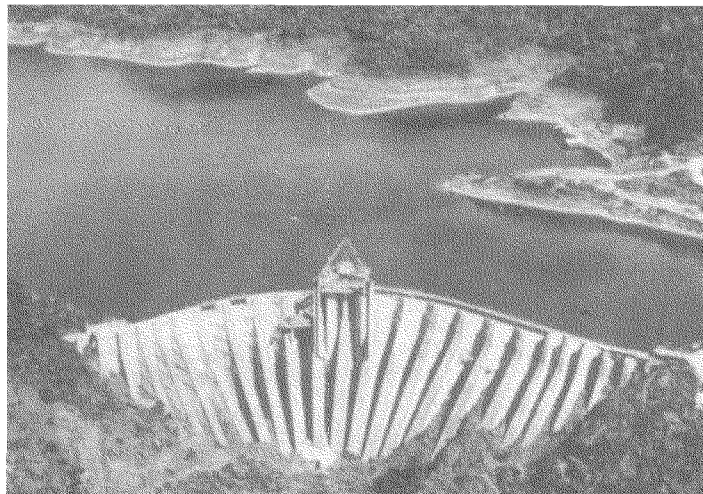
RIQUEZAS NATURAIS — Há autorização para pesquisa e lavra de caulim e associados, em terras do município. No revestimento florístico nota-se a predominância de capoeirões, seguidos em importância pela vegetação rasteira. Nas matas há ainda algumas variedades de madeiras de lei. Nos cursos fluviais que cortam seu território, encontram-se quedas, destacando-se a denominada "Fontes", formada pelo Ribeirão das Lajes, que possui altura aproveitada de 229,20 metros e descarga utilizada de 0,300 m³/s. Nesta cachoeira, agora com refôrço de águas bombeadas do rio Paraíba do Sul, estão as usinas geradoras de Fontes e Nilo Peçanha, da Cia. Carris Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, com potência instalada, 1955, de 492 000 kWh, e produção bruta de 2 951 075 900 kW.

DESVIO PARAÍBA-PIRAÍ — A atual fase de ampliação do aproveitamento hidrelétrico de Ribeirão das Lajes — principal elemento do sistema gerador da Rio-Light — tor-

Vista aérea do Canal do Vigário.

nou-se possível graças à recente realização do ousado projeto denominado "Desvio Paraíba-Piraí". Até então, o sistema gerador era constituído pelas Usinas Fontes e Ilha, que se completavam: a primeira, com um reservatório de acumulação, atendia às necessidades da maior parte do sistema nos períodos de estiagem, e a segunda, a fio d'água, durante a estação de chuvas.

O "Desvio Paraíba-Piraí" consiste no bombeamento máximo de 160 m³/s de água do Rio Paraíba, por meio de duas usinas elevatórias, a uma altura total de quase 50 m acima do seu nível primitivo; no transporte dessa água a uma distância de aproximadamente 25 km, através de um sistema de túneis, canais e reservatórios e, finalmente, no seu lançamento na vertente marítima, aproveitando uma queda de 310 m, a fim de acionar as turbinas das usinas de Fontes e Nilo Peçanha.

É de se notar que para bombear 1 m³ d'água, elevando-o a cêrca de 50 m de altura, gasta-se 0,17 kWh e que êste mesmo m³ d'água lançado em Fontes, com uma queda de 310 m, produz 0,74 kWh. A utilização desta água nas usinas de Fontes e Nilo Peçanha produz cêrca de 10 vêzes mais energia do que se ela fôsse empregada na Usina Ilha, cuja queda tem apenas 33 m. Conseqüentemente, resultando de cada um dos 160 m³/s bombeados um ganho líquido de energia de 0,57 kWh, ficou aumentada sobremodo a capacidade geradora do sistema e justificada a ins-

Barragem de Salto em Ribeirão das Lajes.

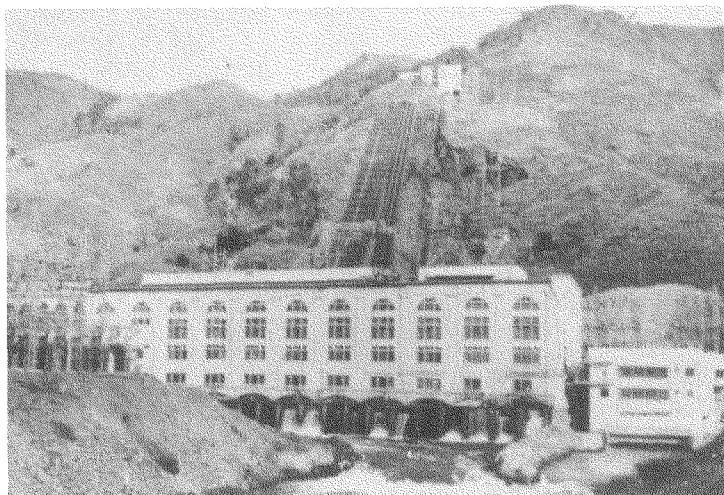
Vista parcial do reservatório de Vigário.

talação da Usina Nilo Peçanha e da próxima construção da Usina de Ponte Coberta.

O sistema Rio compreende presentemente as seguintes Usinas, cujas potências máximas normais são as que se seguem:

Ilha	167 000 kW
Fontes	170 000 kW
Nilo Peçanha	370 000 kW
	707 000 kW
Piraquê	25 000 kW
	732 000 kW
Reserva	8 000 kW
	740 000 kW
	ou ± 1 000 000 HP

O sistema Rio está interligado com o sistema de São Paulo, através de uma linha de transmissão de 230 kV, entre as Usinas Nilo Peçanha e Cubatão, com cêrca de 332 quilômetros de extensão. Essa linha tem capacidade para transmitir até 210 000 kW.

ASPECTOS URBANOS — A cidade conserva alguma coisa do passado, embora se venha modificando de ano para ano, observando-se as linhas arquitetônicas modernas com novas construções. Das suas 15 ruas, 3 são calçadas com paralelepípedos, 3 com asfalto e 2 com pedras irregulares.

Usina de Fontes.

Possui uma praça bem ajardinada, serviços de água e esgotos e outros melhoramentos. Existem: Aparelhos telefônicos instalados — 72; Ligações elétricas — 286; Domicílios servidos por abastecimento de água — 166; Hotéis — 2; Cinemas — 2.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos possui no município a Agência Postal-telegráfica de Piraí, e as Agências Postais de Tomazes, Henrique Nora, Arrozal, Pinheiral e Santanésia. A Estrada de Ferro Central do Brasil mantém o serviço telegráfico na localidade de Pinheiral, e as comunicações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira, com postos instalados na sede municipal, em Arrozal, Monumento, Pinheiral e Santanésia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui 3 hospitais gerais com 129 leitos disponíveis, dos quais 90 destinados a internamentos gratuitos, incluindo-se entre êles a Casa de Caridade de Piraí. Os serviços oficiais

Usina Subterrânea Nilo Peçanha, vista do pavimento.

de saúde pública são supervisionados pelos Postos de Saúde de Piraí e Pinheiral, e 3 postos do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Neste setor o município possui ainda: Farmácias — 4; Médicos — 3; Dentistas — 2; Farmacêuticos — 3.

ALFABETIZAÇÃO — Das 17 354 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, em todo o município, sabiam ler e escrever 4 443 homens e 3 005 mulheres, e na sede municipal, das 1 369 pessoas dessas idades ali presentes, eram alfabetizados 669 homens e 458 mulheres .

Ensino — Para o ensino primário conta o município com 27 estabelecimentos, que segundo a subordinação admi-

Outro aspecto da Usina Subterrânea Nilo Peçanha.

nistrativa se dividem da seguinte forma: Estaduais — 16; Federal — 1; Municipais — 7; Particulares — 3. É interessante notar que, dentre os estabelecimentos que ministram o ensino primário, estão incluídas 5 escolas típicas rurais. O ensino ginasial é lecionado no Ginásio Municipal Lúcio de Mendonça, mantido pela Prefeitura local, na sede do município. Na vila de Pinheiral funciona a Escola Agrícola Nilo Peçanha, compreendendo ensino agrícola de grau médio, do Ministério da Agricultura.

FINANÇAS PÚBLICAS — As arrecadações federal, estadual e municipal, e a despesa do município, no período de 1950 a 1956, são indicadas no quadro a seguir:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	8 631	6 116	1 271	786	1 067
1951	13 864	8 072	2 186	1 187	1 570
1952	11 349	7 677	2 549	1 383	2 029
1953	14 437	9 369	2 989	1 552	2 653
1954	36 484	13 242	3 154	1 476	3 254
1955	33 843	17 258	3 092	1 571	4 159
1956	50 156	23 261	3 787	1 881	4 380

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — O monumento rodoviário, situado na Serra das Araras, no km 62 da Rodovia Presidente Dutra, é marco do advento rodoviário do País, inaugurado em 5 de maio de 1928. A Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora Santana, templo edificado no alto de uma colina, bonito estilo, bem decorado, inaugurado em 1848. O monumento comemorativo da inauguração da Estrada Piraí—São Joaquim, erigido no Govêrno Manoel Duarte. O monumento a Domingos Mariano, inaugurado em 1925, constituído de um busto em pedestal de granito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No município está localizada a represa de Ribeirão das Lajes, cujo perímetro mede mais de 40 km, distando o ponto mais perto da sede 10 km, que é atingido por uma estrada de rodagem. Junto à sede está situada a Usina de Recalque de Vigário, do Reservatório de Santana, que bombeia as águas do rio Paraíba do Sul para a represa de Ribeirão das Lajes. Colabora para o desenvolvimento da agricultura o Núcleo Colonial Santa Alice, no Distrito de Monumento, e a Fazenda de Criação de Pinheiral, do Ministério da Agricultura. Em Santanésia há importante indústria de papel, contando, entre os produtos de sua fabricação, papel para cigarros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui uma Biblioteca Pública, que funciona anexa ao Ginásio Municipal Lúcio de Mendonça. Existem mais: Cinemas — 5; Associações culturais-desportivas — 5; Sociedade Artística — 1.

VULTOS ILUSTRES — Orgulha-se o município de ter servido de berço a Lúcio de Mendonça, nome sobejamente conhecido nas letras nacionais.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente em 31 de julho de 1957, o município compõe-se dos distritos de Piraí, Arrozal, Monumento, Pinheiral e Santanésia.

PORCIÚNCULA — RJ

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — O território do município de Porciúncula, até o alvorecer do século XIX, manteve-se fora das rotas percorridas pelas correntes colonizadoras que, desde séculos antes, pervagavam pelas terras fluminenses.

Na época em que chegaram os primeiros civilizados, suas regiões eram habitadas pelos índios puris, senhores daquelas paragens.

Tem-se como certo que o seu desbravamento verificou-se entre os anos de 1821 e 1831 cabendo o mérito de tal realização a José Lannes (ou de Lana) Dantas Brandão, que alguns historiadores dizem ter sido um sargento da Milícia de D. João I e outros consideram como um desertor das fileiras de uma tropa policial de Ponte Nova, Minas Gerais.

Segundo a primeira das versões, procedente de Minas Gerais, seu torrão natal, José Lannes, por volta de 1820, teria chegado à cidade do Rio de Janeiro acompanhado de uma "tropa" carregada de mercadorias originárias da fazenda que seu progenitor possuía naquela Província.

Rezam as crônicas que, desde menino, José Lannes manifestara vivo interêsse pela carreira das armas e que chegando à Metrópole, pôde concretizar seus ideais alistando-se na Milícia de D. João VI onde, por atos de bravura, ascendeu, ràpidamente, ao pôsto de sargento. Apesar de tão rápido êxito, as ambições militares do jovem sargento estavam fadadas ao insucesso. Proveniente de Portugal, chegara, logo após a promoção na Milícia, um alferes que atendia pelo nome de Manoel de Souza, designado, também, para servir na tropa a que José Lannes pertencia.

Certo dia, estando essa tropa aquartelada em Niterói, verificou-se entre o alferes português e o sargento brasileiro um incidente cujas conseqüências vieram ligar o nome de Lannes Brandão à história de três dos atuais municípios fluminenses. Incumbido pelo oficial lusitano de levar cartas e presentes para sua namorada, José Lannes recusou, revoltado, essa incumbência, o que provocou no oficial um arrebatamento colérico. Erguendo o rebenque que trazia nas mãos tentou o oficial fustigar com êle a face do sargento, só não conseguindo realizar seu intento, devido à destreza com que o inferior se esquivou. Perdendo o contrôle, ferido profundamente em seu brio, José Lannes arrebatou o chicote do superior e vibrou-o em plena face do oficial que, acovardado, se refugiou, correndo, no quartel da corporação.

Voltando a si, compreendeu José Lannes a gravidade da situação melindrosa em que se vira envolvido e, temeroso das conseqüências, sem dúvida alguma funestas que forçosamente adviriam de seu gesto, resolveu desertar imediatamente.

Contornando o litoral fluminense chegou êle às margens do rio Paraíba, cujo curso subiu até o local onde as águas dêsse rio se juntam com as do rio Muriaé. Abandonando então, o Paraíba, subiu pelo Muriaé até a primeira morada dos índios puris, na hoje Fazenda da Conceição. Depois de um breve descanso nesse local, José Lannes prosseguiu viagem, já agora servido por uma escolta dos índios puris, por ter caído nas boas graças dos chefes aborígines. Chegando ao rio Carangola, enveredou por êle atingindo a cachoeira de Tombos, de onde retornou pelo caminho percorrido na ida, assinalando, então, na sua passagem, os locais de Porciúncula e Natividade.

Vista parcial da cidade.

No decorrer de sua jornada, atravessando a Serra do Grama, chegou José Lannes à Fazenda de São Domingos, vizinha da de São Miguel, onde recebeu as gratas notícias de que D. Pedro I proclamara a Independência do Brasil e que a Milícia Portuguêsa fôra dissolvida e seus componentes lusitanos repatriados. Devido a êsses acontecimentos, José Lannes se sentiu à vontade para retornar à fazenda paterna, de onde voltou, em 1831, acompanhado de sua noiva e de dois escravos, para tomar posse das terras que demarcara no Carangola.

Esta é uma das versões da história de José Lannes, de Lana ou ainda José de Lanes como o afirma o ilustre e estudioso patrício, Dr. Mário Pinheiro Mota, a quem é devido um dos melhores trabalhos até hoje divulgados sôbre Itaperuna. Segundo êste historiador o início da história dessa região deve ser contado do seguinte modo: "Em 1831, José de Lannes Dantas Brandão, depois de desertar da polícia de Ponte Nova, refugiou-se em Campos. Receoso de ser aí descoberto, procurou o sertão, indo até à altura do atual município de Viçosa, regressando à zona de Faria Lemos, para depois descer e apossar-se de tôda a terra, desde Porciúncula até o Bambuí.

Em 1832, 26 de Outubro, José Lanes, escrevia, do lugar que denominou "Conceição", ao seu filho Francisco, dando notícias, pedindo recursos e, mais, que fôsse feita uma consulta ao amigo "sargento", Minas, sôbre a possibilidade de legalização da posse das terras que havia ocupado. Voltou José Lanes, em 1833, à zona que deixara, trazendo de regresso, em sua companhia, índios, escravos e um indivíduo por nome Bambuí, a quem doou as terras que têm hoje esta denominação.

Estabelecido já no lugar denominado Pôrto Alegre, faz então em 1834 doação, por título, das cachoeiras do Cubatão ao tenente-coronel Geraldo Rodrigues de Aguiar.

Depois desta data José de Lanes desfez-se da propriedade de Pôrto Alegre e estabeleceu-se no vale do Carangola, na fazenda de São José, à margem, do Carangola, acima de Natividade. Ainda em 1834 fêz nova viagem a Ponte Nova, trazendo os seus irmãos Antônio e Francisco, aos quais cedeu as terras da margem esquerda do rio Carangola, compreendidas pela bacia do ribeirão de São Sebastião, ou Bom Sucesso (fazenda, engenho) Boa Esperança e a bacia do ribeirão da Conceição.

Para a fazenda da Conceição transferiu-se mais tarde o capitão João F. Dantas Brandão, pai dos posseiros. Falecido, aí, foi sepultado no velho cemitério ainda hoje existente, mas em abandono. Dessa forma o vale do Carangola habitava-se enquanto o vale do Muriaé permanecia desabitado. Mas, ainda neste ano, José Ferreira César, parente de José de Lanes, a pretexto de bater ouro e colhêr ipecacuanha (erva da emetina), aí existente em estado nativo, deixou a barra do Bacalhau, no município de Turvo, em Minas, onde residia, e, em companhia da sua mulher, Dona Maria Angélica da Luz, e os índios puris domesticados, construiu um rancho no local do arraial hoje de Laje, e aí se instalou, comunicando-se com os "Quartéis", hoje São Paulo do Muriaé.

Sòmente mais tarde, José Bastos Pinto e José Garcia Pereira chegavam ao mesmo local, sendo os doadores dos terrenos do arraial da Laje.

José de Lanes era, entretanto, desertor da polícia de Ponte Nova, em Minas, e, em 1842, o presidente daquela província deliberou mandar prendê-lo. Com a aproximação da fôrça, que vinha capturá-lo, o desertor preparou-se com os seus homens para reagir, mas, parece, a habilidade do tenente que comandava a escolta evitou qualquer violência, e do entendimento resultou entregar-se José de Lanes, que, conduzido até à presença do presidente da província, foi perdoado, louvado e honrado com o título de guarda-mor, pelos serviços prestados às regiões inóspitas que habitara e desenvolvera". ("Município de Itaperuna" — monografia do Engenheiro Civil Mário Pinheiro Mota publicada no volume V dos Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia — CNG — Rio de Janeiro — DF — 1944).

Seja como tenha sido o que se sabe ao certo é que passados alguns anos após a fixação de José Lannes, começaram a circular as primeiras notícias sôbre a feracidade do solo dessa região, o que atraiu para ela várias famílias, entre as quais a dos Tinocos, a dos Custódios, a dos Alves e a dos Pereiras, orientadas tôdas, segundo autores, pelo pioneiro.

O progresso econômico e social verificado nessas terras, dentro em breve, obrigou as autoridades civis e eclesiásticas a volverem para elas suas vistas, pois constituída quase que exclusivamente de católicos-romanos, a população cujo adensamento se fazia mais notável dia a dia, começava a reclamar dos poderes competentes a assistência religiosa e material de que carecia a região.

Assim surgiram em terras do atual município de Porciúncula as primeiras capelas e os primeiros curatos, sendo

que o progresso verificado em um dêsses últimos obrigou os governantes da Província a criarem em 26 de novembro de 1879 a freguesia de Santo Antônio do Carangola, para cuja finalidade José de Lanes doara, em 1846, dez alqueires de terra.

A Lei que regulou a formação dessa freguesia tomou o número 2 396 e estava assim redigida: — "Fica criada a freguezia de Santo Antônio do Carangola, no município de Campos, tendo por sede a povoação assim denominada e por limites, de um lado, as divisas com a Província de Minas Gerais, e de outro, com as freguezias de Natividade do Carangola, Piedade da Lage e Bom Jesus de Itabapoana".

Passando algum tempo, o território dessa freguesia deixou de pertencer ao município de Campos, do qual se desmembrou por fôrça do Decreto provincial número 2 810, de 24 de novembro de 1885, para constituir patrimônio do município de Itaperuna, criado, também, por êsse decreto, cujo texto era o seguinte: "Art. 1.º — Fica elevada á categoria de — villa —, com a denominação de — Villa de Itaperuna — a *freguezia de Nossa Senhora da Natividade do Carangola*, e pertencendo também ao novo município as freguezias de — Santo Antônio do Carangola, São Sebastião do Varre Sahe e Bom Jesus de Itabapoana —, todas com os mesmos limites atuais, exceto os que separam a freguezia de Santo Antonio do Carangola da freguezia da Natividade, os quais serão alterados pela maneira seguinte: — pelo lado direito do rio Carangola e ribeirão de São José e fazenda deste nome, e pelo lado esquerdo e corrego das Pedras e fazenda de igual nome, propriedade do alferes Antônio Lopes de Faria Junior, cabendo á freguezia de Santo Antônio do Carangola todas as vertentes dos citados ribeirão e corrego, e pelo rio acima todas as vertentes até á cachoeira dos Tombos.

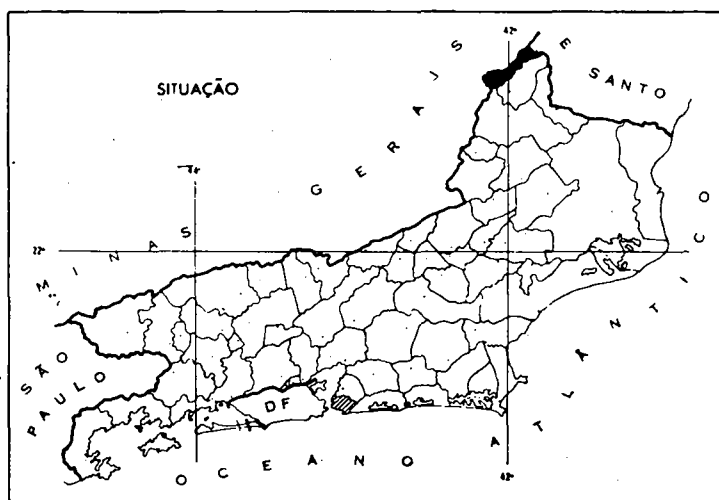
Art. 2.º — O município de Itaperuna fará parte da comarca de Campos".

Se próspera já era a situação econômica da localidade, mais próspera ainda se tornou ela sob a jurisdição de Itaperuna. Suas lavouras riquíssimas causavam justo orgulho aos locais, traduzindo-se a sua produção em fonte prodigiosa de onde saíram fortunas nababescas. Muito deveu essa região ao trabalho do elemento negro escravizado cuja falta, com o advento da Lei Áurea em 1888, motivou um período, felizmente curto, de estacionamento de sua economia, até então notadamente progressista. Refez-se, contudo, a freguesia, mui ràpidamente do golpe sofrido em sua organização, reconquistando, logo depois, o lugar de destaque mantido desde a sua criação.

Com a esquematização do quadro territorial do Brasil, verificada nos primeiros tempos da República, o território da freguesia passou a constituir um "distrito", sendo-lhe conferida a mesma denominação de Santo Antônio do Carangola que manteve até 1926 quando, por fôrça da Lei estadual número 2 036, de 17 de novembro dêsse ano, teve o seu topônimo alterado para Santo Antônio de Porciúncula, mais tarde, por efeito do Decreto estadual número 641, de 15 de dezembro de 1938, simplificado para "Porciúncula".

Já então tal prosperidade se verificava no rico distrito do município de Itaperuna, que os seus habitantes iniciaram forte campanha em prol de sua autonomia, campanha essa que teve seu objetivo colimado com a Lei estadual n.º 6, de 11 de agôsto de 1947, que regulou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado do Rio de Janeiro, promulgado em 20 de junho, pelo qual foi criado o município de Porciúncula com território desmembrado do de Itaperuna.

As conseqüências dessa separação ainda não podem ser avaliadas com justeza, dado o curto espaço de tempo transcorrido desde que Porciúncula se tornou independente de Itaperuna.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: 20º 57' 53" de latitude Sul e .... 42º 02' 28,7" de longitude W.Gr. Distância em linha reta à Capital do Estado, 241,7 km — rumo em relação à Capital do Estado — N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 188 m.

CLIMA — O clima de Porciúncula é ameno e saudável, idêntico, portanto, ao dos Municípios convizinhos, igualmente situados em região montanhosa. A média das máximas ocorridas durante o ano foi de 28,7 e das mínimas, de 17,2, obtendo-se a média compensada de 22,9. A altura total da precipitação somou 834,4 mm.

ÁREA — 249 km².

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 revelou a existência de 14 670 habitantes no município, sendo 7 359 homens e 7 311 mulheres. A densidade demográfica do mesmo, conforme a referida fonte, é de 58,92 km². Cêrca de 70% dessa população está fixada na zona rural. E se distribui pelos distritos, da seguinte forma:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Porciúncula	8 038	3 923	4 115	1 402	1 639	198	196	2 323	2 280
Purilândia	3 019	1 571	1 448	105	86	18	19	1 448	1 343
Santa Clara	3 613	1 865	1 748	137	147	13	9	1 715	1 592

O DEE estimou a população do município, para 1955, em 16 387 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica de base de Porciúncula é a agrícola, seguindo-se-lhe, em ordem de importância a pecuária e a industrial. A produção agrícola de 1956 atingiu Cr$ 58 894 954,00, destacando-se como produtos principais o café que andou por cêrca de Cr$ 48 000 000,00; o feijão que alcançou a média de .... Cr$ 4 950 000,00; e, o milho com Cr$ 2 426 500,00. Estima-

Praça principal da cidade.

-se a população bovina do município, em 31-XII-56, em 16 000 cabeças, 13 000 suínos, 15 000 galinhas e 20 000 frangos. Os quadros a seguir dão melhor idéia dessa situação:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café	Tonelada	1 800	48 000
Feijão	»	330	4 000
Milho	»	633	2 426
Laranja	Cento	35 000	1 400
Arroz	Tonelada	192	1 056

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Argila e barro	Tonelada	2 000	130

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Laticínios	Tonelada		21 010
Algodão em pluma	»	147	5 595
Tijolos e telhas	Milheiro	615	530

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro da Leopoldina, citando-se as seguintes estações em seu território, nos ramais de: *Patrocínio de Muriaé,* com 8,3 km, as de Dona Emília e Tombos; e, *Murundu—Porciúncula,* final, na de Porciúncula. Está servido, também, por 351 km de rodovias, sendo 54 de administração simultânea do Estado e Município, 16 de administração exclusivamente estadual e 281 de propriedade e administração do Município. Há ônibus diário ligando Porciúncula a Itaperuna, Natividade do Carangola, no Estado do Rio de Janeiro e, Tombos, Faria Lemos e Carangola, no Estado de Minas Gerais. A condução para os distritos não é regular. Há um campo de emergência no município.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local possui interessante movimento contando-se, em 31-XII-56, a existência de 12 estabelecimentos atacadistas e 55 varejistas. Transaciona com as praças do Distrito Federal, Niterói, Natividade do Carangola e Carangola — MG, sendo ramos principais os de ferragens, tecidos, armarinhos e calçados. Existem dois estabelecimentos bancários em Porciúncula: O Banco do Estado do Rio de Janeiro S. A. e o Banco Ribeiro Junqueira S. A. Os saldos das diversas contas, em 28-II-57, nos aludidos estabelecimentos bancários, eram os seguintes (milhares de cruzeiros): Caixa em c/c 7 812; Empréstimos em c/c — 326; Títulos descontados — 5 006; Depósitos a vista e a curto prazo — 16 663; Depósitos a longo prazo — 3 190.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral, são riquezas locais valiosas, depósitos de mica e malacacheta inexplorados. No reino vegetal, produz madeiras como sucupira, cedro, aroeira, farinha-sêca, peroba, etc. Quanto ao reino vegetal suas espécies são das comuns à região.

ASPECTOS URBANOS — O abastecimento de água é explorado pela Comissão de Águas e Esgotos, sendo manancial utilizado o rio Carangola, com 27 logradouros servidos. A sede municipal tem 27 logradouros calçados a paralelepípedos. O fornecimento de luz é feito pela Emprêsa Fluminense de Eletricidade. A cidade conta com: Ligações elétricas — 576; Domicílios servidos por abastecimento de água — 608; Hotéis e pensões — 5; Cinema — 1.

COMUNICAÇÕES — No que tange a comunicações, está servido pela rêde de agências postais-telegráficas dos Correios e Telégrafos. A Leopoldina mantém o seu serviço de comunicações de uso particular, todavia. A Cia. Telefônica Brasileira presta, de seu turno, grandes benefícios ao município.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com o Hospital de Porciúncula, mantido pela Associação Hospital de Porciúncula, que desenvolve as atividades de clínica geral e cirurgia. Possui êsse nosocômio 37 leitos, aparelho de raios-X sem estar ainda em funcionamento, tenda de oxigênio, incubadeira e aparelho de anestesia. O serviço de Assistência do Estado do Rio mantém, por sua vez, um pôsto de higiene na sede municipal e um subposto de higiene em Santa Clara.

ALFABETIZAÇÃO — Das pessoas de 5 anos a mais arroladas pelo Recenseamento Geral de 1950, no total de 12 233, apenas 4 926 sabiam ler e escrever.

Ensino — Existiam em todo o território municipal, em 31-XII-56, 31 unidades do ensino primário, sendo 1 do pré-primário e 30 do fundamental comum. Conta, no grau de ensino médio, com 1 estabelecimento de ensino secundário e 1 comercial.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue dá ensejo a que se conheçam interessantes aspectos do assunto em epígrafe:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	(*)	3 207	862	472	888
1951	(*)	4 735	1 228	499	1 747
1952	(*)	4 992	1 361	584	1 280
1953	(*)	5 225	2 039	692	3 562
1954	(*)	7 735	2 103	774	2 434
1955	(*)	8 140	1 892	828	1 957
1956	916	9 027	1 695	895	1 356

(*) A Coletoria Federal do município foi instalada em 1.º de agôsto de 1956 sendo a arrecadação, anterior a esta data, feita pela Coletoria Federal em Itaperuna

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Das particularidades artísticas locais dignas de menção existe, na zona rural do 1.º distrito, uma pedra com a configuração aproximada de um elefante, denominada "Pedra da Elefantina" e de que segundo a tradição originou o nome de Itaperuna (que seria em língua indígena "pedra preta").

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Duas associações esportivas funcionam em Porciúncula: O Clube Recreativo e Esportivo e o Esportivo Clube Brasil. Há também, uma loja maçônica.

RESENDE — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Na época em que os primeiros homens civilizados puseram seus pés nas terras do atual município de Resende, ali encontraram plantadas, às margens do rio Paraíba, várias tabas de índios, pertencentes à nação dos Puris, senhores da região. O devassamento dêsse território foi conseqüência da "febre do ouro", que, do século XVI ao século XVIII, contagiou bandeirantes e aventureiros, arrastando-os a se embrenharem pelos sertões do Brasil, em busca do precioso metal. Coube a primazia de devassar as terras de Resende aos faiscadores que transitavam pelo Paraíba, em busca das Minas Gerais. Consta ainda, que, em 1715, da concessão feita por D. João V de Portugal a Garcia Rodrigues Paes Leme, faziam parte as terras do atual município. Todavia, tem-se como certo que a sua colonização só se verificou anos depois, em 1744. Foi por essa época que, procedentes de Aiuruoca, varando matas, em demanda dos rios auríferos da região de Itatiaia, na Mantiqueira, chegaram os primeiros colonizadores, que se estabeleceram na margem esquerda do Paraíba, no local onde hoje se ergue a vila de Agulhas Negras, fronteira à atual cidade de Resende. Entre êsses pioneiros, a história nos revela, estavam o bandeirante coronel Simão da Cunha Gago, o padre Felipe Teixeira Pinto e Máximo Barbosa. Ao tomarem contacto com a terra, os componentes da bandeira empolgaram-se com a exuberância de sua vegetação e com a beleza panorâmica da região, a que denominaram de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da bandeira) de Campo Alegre da Paraíba Nova. Desde então, começou a zona a ser freqüentada por levas de faiscadores que levantaram nela, primeiro, "ranchos de tropas" e, mais tarde, casas residenciais, finalizando por se fixarem no solo onde começaram a surgir as "fazendas". O desenvolvimento da localidade, graças às notícias favoráveis veiculadas a seu respeito, permitiu que, já em 1747, fôsse erguida em suas terras a primeira capela, marco inicial de sua civilização. Foi ela erigida em honra a Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre, recebendo dez anos após a sua construção, por Alvará de 2 de janeiro de 1757, o predicamento de freguesia. Ao receber essa categoria, a povoação que já era notàvelmente próspera e produtiva, mais progressista se tornou, mormente devido ao fato de se ter introduzido em suas terras, como elemento principal de produção, o colono negro escravizado. O escravo, originário da África, veio cooperar decisivamente para o enorme surto econômico ali verificado no período imperial, principalmente no setor agrícola, onde o café foi cultivado em largas extensões de terra. Segundo consta, coube mesmo a Resende a primazia de seu cultivo, na região meridional do Brasil.

As primeiras mudas de café plantadas em Resende foram ofertadas por volta de 1780, pelo bispo Dom José Joaquim Justiniano ao Padre Antônio Couto da Fonseca, então residente nesta localidade. O café encontrou aí ótimas condições de cultura. Foi plantado em quase tôdas as fazendas da antiga vila de Campo Alegre, de onde se irradiou por todo o vale do Paraíba, passando, a seguir, para as províncias de Minas e São Paulo.

Alexandre Brasil, abalizado autor de várias crônicas sôbre Resende, assim resumiu sua história, desde o seu povoamento até o ano da graça de 1790: "Os primeiros povoadores de Resende — Antônio Soares Coelho, Narciso de Faria e Silva, Manoel Pereira Lagos, Dr. Inácio de Sousa e o padre Felipe Teixeira Pinto — vieram de Minas Gerais trazendo sua gente, seus escravos, seus haveres, isso em 1730. A região chamava-se então Paraíba Nova, designação que prevaleceu até 1778. Em 1773, radicado às glebas que escolhera e denominara Campo Alegre, é que o padre Felipe Teixeira Pinto erigiu a capela de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre da Paraíba Nova. Só 27 anos mais tarde é que, por seu desenvolvimento, o povoado, com a sua capela, tomou a categoria de freguesia, com o referido padre por vigário. Em 1778 realizou o aldeamento dos índios Puris dessa parte do vale do Paraíba, conseguido pelo sargento-mor Joaquim Xavier Curado, de ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza. Os primitivos habitantes, em 1770, introduziram na freguesia a cultura do cafeeiro. Essa lavoura semeou outros núcleos de população, e daí o progresso advindo e que teve tais

Vista parcial da cidade à noite.

Ponte metálica sôbre o rio Paraíba

proporções a ponto de ser criado um regimento de cavalaria auxiliar de nove companhias, em 1790, já no vice-reinado do Conde de Resende, que passou a dispensar à nossa gente especial proteção.

. . . .

Em 1798, os moradores de Campo Alegre, à vista do desenvolvimento local e contando o povoamento perto de 200 fogões, tendo-se tornado o centro de outros núcleos próximos de população, representaram acêrca da necessidade da criação do município. Encontraram a melhor acolhida por parte do vice-Rei conde de Resende. O fidalgo, prevalecendo-se da permissão real concedida a Fernando Dias Pais Leme, escolheu — êle próprio — a freguesia de Campo Alegre para elevá-la a município, como se vê precisamente da Provisão de 24 de julho de 1799. Pais Leme, diante da resolução do vice-Rei em atenção aos habitantes da freguesia, fêz valer a graça de que era portador e investiu-se das honrarias de donatário "in nomine" da vila, concorrendo com as despesas de sua fundação. A vila recebeu o nome de Resende".

Em virtude do adiantamento da freguesia de Campo Alegre no que concerne à agricultura e ao comércio, o govêrno houve por bem promover a instalação da vila, o que se verificou em 29 de setembro de 1801, com a denominação de Resende, que até hoje conserva, em homenagem ao 5.º Vice-rei, Conde de Resende, então Governador do Brasil.

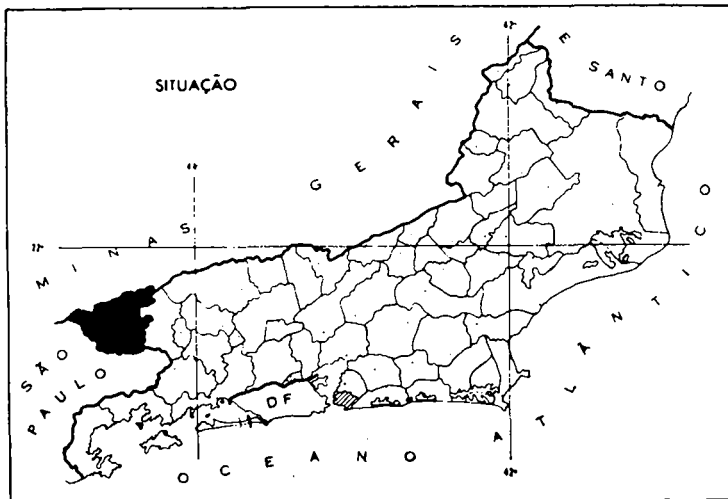
Tempos depois, além dos elementos portuguêses e africanos, começaram também a afluir colonizadores de origem italiana, notadamente no Govêrno de D. Pedro II, que facilitou a criação da chamada "Colônia de Pôrto Real", constituída de imigrantes dessa nacionalidade. Em sua maioria, vieram os componentes dêsse núcleo, da Lombardia e do Piemonte, dedicando-se logo ao se fixarem à cultura da cana-de-açúcar, na qual obtiveram considerável êxito.

Foi devido ao extraordinário desenvolvimento de sua lavoura que, no Segundo Império, Resende conquistou o lugar de destaque que desfrutou entre as demais localidades fluminenses. Tal era o seu progresso na primeira metade do século XIX que o Govêrno, em 1848, reconhecendo-o, houve por bem elevar a sede da vila à categoria de cidade, por fôrça da Lei n.º 438, de 13 de julho dêsse ano. Êsse período de prosperidade, todavia, só perdurou enquanto a lavoura do município pôde contar com o trabalho barato do elemento negro escravizado. Com o advento da Lei Áurea, o panorama econômico mudou completamente. Libertos os escravos, procuraram êles, na sua maior parte, as terras de São Paulo, cuja pujança e riqueza os traíram.

Durante a República, no Govêrno do marechal Hermes da Fonseca, numa tentativa de repovoar o solo de Resende, foram fundados em suas terras, com o concurso de imigrantes alemães e suíços, os núcleos coloniais "Visconde de Mauá" e "Itatiaia", os quais foram de curta duração, redundando em fracasso. Posteriormente, tentou-se, novamente, o repovoamento com a formação de colônias sírio-libanesas, judaicas e finlandesas, tendo sido pouco consideráveis os seus resultados em conjunto. Por Decreto-lei de 19 de novembro de 1943, foi criada a Escola Militar de Resende e declarada extinta, a partir de 31 de dezembro de 1944, a Escola Militar com sede no Realengo. A nova Escola foi instalada, a 20 de março de 1944, sendo seu primeiro comandante o coronel Mário Travassos. Na forma-

ção judiciária do Estado, Resende é comarca, criada que foi em virtude do Decreto de 15 de janeiro de 1833.

Com a nova série de melhoramentos ali introduzidos, ampliação de seu parque industrial e abertura de novas rodovias, Resende pode se orgulhar de sua situação privilegiada no convívio das demais comunas fluminenses.

LOCALIZAÇÃO — O município de Resende, de solo geralmente acidentado, situa-se na Zona Fisiográfica dêsse nome, tendo como ponto culminante o pico de Itatiaia. A sede municipal está localizada a 22° 28' 27" de latitude Sul e 44° 26' 50" de longitude W.Gr., distante 144,8 km da capital do Estado, na direção oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A sede municipal está a 394,6 m acima do nível do mar. No Parque Nacional de Itatiaia, entretanto, a altitude varia de 831 a 2 787 metros.

CLIMA — Em geral salubre. Algumas de suas localidades são recomendadas como estâncias climáticas e estações de cura e repouso. A temperatura, em graus centígrados, apresentou as seguintes médias: das máximas, 28,4, das mínimas, 15,8, e compensada 22,1 na sede do município.

ÁREA — É de 1 393 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — No Recenseamento Geral de 1950, o número de pessoas presentes elevou-se a 34 752 habitantes, sendo 18 397 homens e 16 355 mulheres, que se distribuíam pelos distritos conforme o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Resende	10 728	5 200	5 528	2 900	3 459	286	277	2 014	1 792
Agulhas Negras	9 969	5 947	4 022	1 368	1 382	2 629	1 060	1 950	1 580
Fumaça	1 505	798	707	64	70	11	10	723	627
Itatiaia	5 696	2 904	2 792	365	438	480	496	2 059	1 858
Pedra Selada	3 635	1 871	1 764	129	103	8	4	1 734	1 657
Pirangaí	1 905	956	949	52	59	—	—	904	890
Pôrto Real	1 314	721	593	9	11	8	9	704	573

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 38 819 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A pecuária, visando à produção de leite e sua industrialização, é, econômicamente, a atividade preponderante no município; as indústrias de bebidas, açucareira e cerâmica desempenham papel importante na economia municipal. A lavoura tem pequena expressão, sendo que de seus produtos apenas há exportação de tomates. Os quadros a seguir demonstram o nível da produtividade agropecuária e industrial do município:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Tomate	Tonelada	1 296	9 720
Cana-de-açúcar	»	25 830	5 166
Milho	»	978	3 262
Banana	Cacho	201 800	3 027
Mandioca	Tonelada	985	1 970

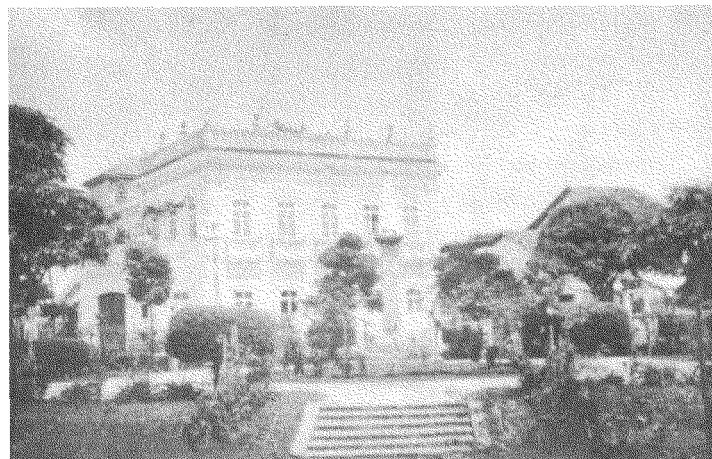
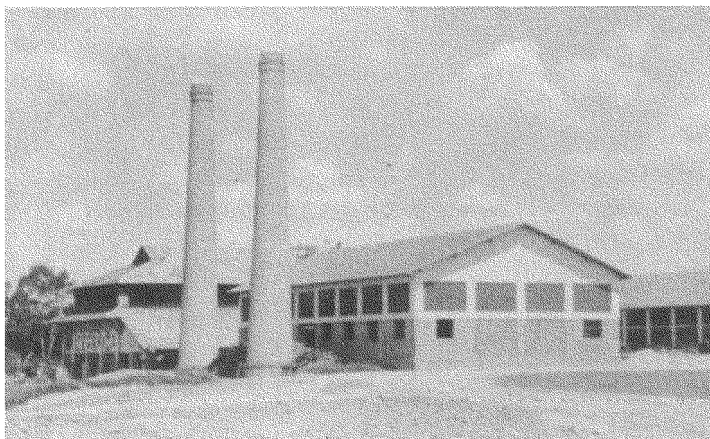
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Talco	Tonelada	198	435
Areia	m3	13 360	668
Vegetal			
Lenha	»	14 500	2 175
Madeira	»	138	345
Carvão	Tonelada	2 976	3 893

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite pasteurizado	Litro	16 266 737	87 655
Produtos dietéticos	Tonelada	124	18 656
Carne suína e derivados	»	410	16 738
Açúcar	»	24	12 697
Manteiga	»	144	11 573
Refrigerantes	Litro	873 873	8 596

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade de Resende comunica-se com a rêde rodoviária geral pela Rodovia Presidente Dutra, que a põe em comunicação direta com a capital Federal, cidade de São Paulo e cidades intermediárias servidas por essa estrada, pela qual, e sua continuação, a BR-1, dista 161 km da primeira e 233 km da segunda. De Resende parte a Estrada RJ-128, Estrada que, após percurso de 28 km atinge a divisa do Estado de São Paulo, a 4 km de Formoso, nesse Estado. À altura de 3,1 km e 3,95 km de Resende dá essa estrada acesso ao campo de pouso de Resende. Em todo o município existem 79 km

Praça Centenário.

Vista parcial da Cerâmica São Carlos.

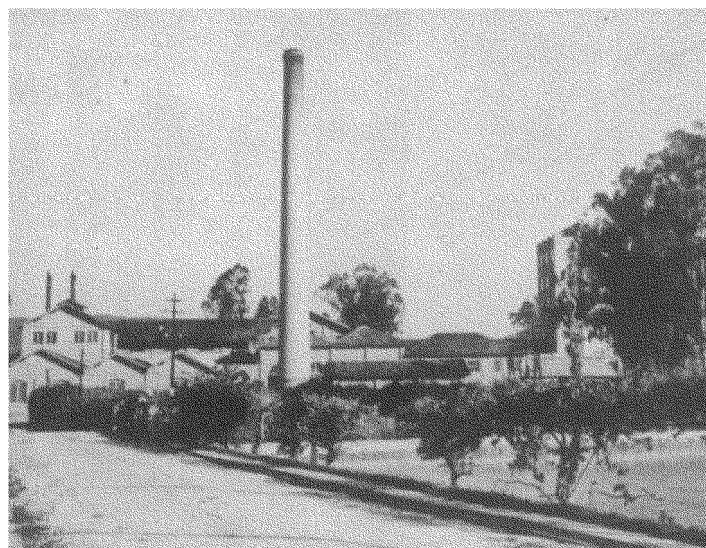
de rodovias federais, 81 km de administração estadual e 251 km de estradas municipais. A Estrada de Ferro Central do Brasil corta o município em tôda sua extensão, alcançando-o na estação de Bulhões, localizada a 179,8 km de D. Pedro II e deixando-o, para entrar no Estado de São Paulo, na de Engenheiro Passos, a 216 km de D. Pedro II e 38,8 km da estação anteriormente citada. Além dessas duas estações, há no município as seguintes: Agulhas Negras (km 190,8), estação localizada na sede do distrito dêsse nome, que serve à sede municipal, à qual está ligada por uma ponte de cimento armado sôbre o rio Paraíba do Sul, e, pela ordem quilométrica, Marechal Jardim, Itatiaia e Nhangapi.

COMÉRCIO E BANCOS — Comércio regular, dispondo a sede de 8 estabelecimentos atacadistas e 44 varejistas. O giro comercial, em 1956, elevou-se a 445 milhões de cruzeiros. O movimento bancário é feito por um estabelecimento matriz (Banco de Resende S. A.) e pelas agências dos seguintes estabelecimentos: Banco do Brasil, Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais, Banco Moreira Salles e Banco Ribeiro Junqueira. As principais contas de ativo e passivo dêsses estabelecimentos apresentaram, em 28 de fevereiro de 1957, os seguintes saldos, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 14 132; Empréstimos em c/c — 64 356; Empréstimos hipotecários — 1 776; Títulos descontados — 50 014; Depósitos a vista e a curto prazo — 93 450; Depósitos a prazo — 2 569. Existe uma Agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, com 9 109 cadernetas em circulação, em 15 de janeiro de 1957, e 22 064 milhares de cruzeiros em depósito.

RIQUEZAS NATURAIS — No revestimento florístico predominam os capoeirões, não obstante constituírem as grandes matas apreciável reserva florestal. No intuito de manter essa reserva foi criado o Parque Nacional de Itatiaia, cujo patrimônio se estende por cêrca de 120 km^2, abrangendo terras e matas não apenas do município de Resende, como também dos municípios mineiros de Itamonte, Aiuruoca e Liberdade. Das quedas dágua, duas merecem referência, ambas situadas no ribeirão Campo Belo: uma com 70 m de altura, aproveitada, e 0,370 m^3/s de descarga e outra com 17 m de altura e 0,310 m^3/s de descarga. No rio Tubarão localizado no distrito de Fumaça, existe outra cachoeira explorada, com 4 m de altura e 0,300 m^3/s de descarga. Nas matas há vários tipos de madeira de lei, tais como cedro, cabiúna, vinhático e, bem assim, algumas plantas oleaginosas e medicinais, além de fibras diversas, como pita, sisal, guaxima e outras. A fauna terrestre tem como representantes animais de porte regular, dentre os quais se mencionam queixada, tatu, paca etc. e grande variedade de aves canoras. Os rios são relativamente piscosos. Consta que no subsolo se encontram sapropelito e lavra de turfa, argila, caulim e associados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está construída à margem do rio Paraíba do Sul, ligando-se por uma ponte metálica à vila de Agulhas Negras. Conta com ruas e praças bem calçadas e ajardinadas, destacando-se entre elas, em seu perímetro central, a Praça Oliveira Botelho. Na vila de Agulhas Negras sobressai, por seu belíssimo conjunto arquitetônico, a Academia Militar. Das 78 ruas, praças e jardins de Resende, 23 são inteiramente calçados a paralelepípedos e 3, parcialmente, pavimentados de concreto. Dentre os vários melhoramentos urbanos possui: Aparelhos telefônicos — 734; Ligações elétricas — 1 340; Número de domicílios servidos por abastecimento dágua — 1 480; Hotéis e Pensões — 3; Cinemas — 2.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos possui no município as seguintes agências postais-telegráficas: Resende, Itatiaia e Academia Militar de Agulhas Negras; postais: Bulhões, Engenheiro Passos, Fumaça, Nhangapi, Pedra Selada, Pôrto Real e Visconde de Mauá. Há uma estação radiotelegráfica no Aeródromo Santa Isabel. A Estrada de Ferro Central do Brasil mantém serviço telegráfico nas estações de Agulhas Negras, Itatiaia e Resende. As comunicações telefônicas são feitas por intermédio da Companhia Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com 1 hospital geral (Santa Casa de Misericórdia de Resende), com 120 leitos dos quais 94 destinados a internamentos gratuitos. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância destina de seus 31 leitos 23 para não contribuintes. Os serviços de saúde pública são controlados pelo Pôsto de Saúde de Resende. A Academia Militar de Agulhas Negras possui hospital geral destinado a seus alunos, oficiais e praças de suas guarnições, seus servidores e suas famílias, e ainda, em casos especiais, a particulares. Funcionam ainda no município o Sanatório Militar de Itatiaia e o Hospital de Convalescentes de Campo Belo, ambos do Ministério da Guerra. Há mais, nesse setor, 8 farmácias, 17 médicos, 12 farmacêuticos e 18 dentistas.

Açucareira Pôrto Real.

ALFABETIZAÇÃO — Das 29 345 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 8 794 homens e 6 060 mulheres, e, na sede municipal, eram alfabetizadas 4 083 pessoas, sendo 1 959 homens e 2 124 mulheres, das 5 994 pessoas dessas idades ali recenseadas, representando 68% de sua população urbana.

Ensino — Existem, no município, 82 estabelecimentos onde se ministra o ensino primário geral, sendo 23 de administração estadual, 56 municipal, e 3 particular. Entre os estabelecimentos estaduais, incluem-se 4 grupos escolares. O ensino extraprimário é dado em 8 estabelecimentos, entre os quais a Academia Militar de Agulhas Negras, destinada à formação de oficiais do nosso Exército. Dêsses estabelecimentos, lecionam: Ginasial — 2; Científico — 1; Normal — 1; Básico e Técnico de Contabilidade — 1; Pilotagem — 1; Ensino profissional — 2; Ensino artístico — 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro a seguir, estão representados elementos relativos às arrecadações federal, estadual e municipal, e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	4 813	6 200	2 476	1 213	2 498
1951	4 5d4	9 071	3 893	1 186	2 283
1952	5 980	9 080	4 447	1 405	3 113
1953	7 419	10 502	4 835	1 390	3 373
1954	9 402	14 817	4 398	1 436	4 049
1955	10 862	20 440	5 565	1 604	4 425
1956	14 945	21 126	7 187	1 825	5 299

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Dentre os monumentos que ornam a cidade de Resende, destacam-se: o obelisco comemorativo da fundação do município, na Praça do Centenário, talhado em mármore branco e assente em pedestal de granito, apoiando-se em três esferas de bronze; herma de Luiz Pereira Barreto, trabalho do escultor Humberto Cozzo, inaugurado em 1925; herma de Francisco Chaves de Oliveira Botelho, adquirida por subscrição pública e auxílio do Govêrno Municipal, inaugurada em 1926; monumento ao duque de Caxias, constituído por uma herma de bronze sôbre uma coluna de granito, inaugurado em 1924; monumento comemorativo da abertura da Avenida Getúlio Vargas, Avenida Duque de Caxias e Esplanada Ministro Dutra, localizado à entrada do bairro residencial

Cooperativa Agropecuária Municipal.

Cia. Fluminense de Refrigerantes.

da Academia Militar; monumento aos Heróis da F.E.B., inaugurado em 1949; monumento ao general Antônio Sampaio, constituído de herma de bronze sôbre um pedestal de granito; "Obelisco do Café", localizado na Praça Oliveira Botelho, trabalho em granito roxo, de autoria do engenheiro Roberto Magno de Carvalho. Foi oferecido à cidade de Resende pela Sociedade Fluminense de Agricultura, Indústria e Comércio, em comemoração ao 2.º Centenário da Introdução do Café no Brasil; inaugurado em 1927. Em Pôrto Real há um monumento ao rei Vítor Emanuel, constituído por um busto em bronze sôbre pedestal de granito, oferta da colônia italiana ali localizada, inaugurado em 1943.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O Parque Nacional de Itatiaia, sôbre o qual já se falou, apresenta aos que o visitam inúmeros atrativos, destacando-se a sede de sua administração, a escalada aos picos existentes dentro de seu perímetro, o lago Azul, a cascata do Maromba, a Piscina Grande, as picadas do rio Campo Belo e o maravilhoso percurso da rodovia de penetração, estrada rasgada numa altitude que varia de 1 650 a 2 500 m sôbre o nível do mar, tida como a mais bela e mais alta estrada do Brasil. Dessas altitudes os excursionistas descortinam os mais belos panoramas. O Itatiaia extasia, oprime e assombra com seus píncaros, seus abismos, suas grutas e suas florestas. O município é cortado, em tôda sua extensão, pelo rio Paraíba do Sul.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Um bem instalado museu, no Parque Nacional de Itatiaia, tem sido fator exponencial de atração turística. Há um grande número de hotéis de veraneio nas zonas de serra, alvo de grande procura por parte de pessoas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Há no município dois órgãos semanais, uma estação radioemissora, Rádio Agulhas Negras de Resende S. A., prefixo ZY-P22, freqüência de 1 630 kc, que transmitiu pela primeira vez em 21 de setembro de 1950. A Biblioteca Municipal dispõe de 1 341 volumes. No setor cultural, além

de estabelecimentos de ensino de renome, entre os quais a Academia Militar de Agulhas Negras, há mais: Associações desportivo-culturais — 7; Cinemas — 3; Livraria — 1; Tipografias — 3; Sociedade artística — 1.

VULTOS ILUSTRES — Resende conta entre seus filhos o médico e cientista Luiz Pereira Barreto, formado na Bélgica. Higienista de idéias modernas. Foi propagandista da República e fêz parte da Constituinte Paulista. Nasceu em 1840 e faleceu em 1922. Nas letras, Luiz Pistarini, poeta, e João Azevedo Carneiro Maia, historiador.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Na atual divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos seguintes distritos: Resende, Engenheiro Passos, Agulhas Negras, Fumaça, Itatiaia, Pedra Selada, Pirangaí e Pôrto Real.

RIO BONITO — RJ

Mapa Municipal na pág. 161 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — As terras que hoje fazem parte do município de Rio Bonito eram, na época de seu devassamento, habitadas pelos índios Tamoios e constituíam parte integrante da capitania de São Vicente. A história do desbravamento de seu território ainda é motivo de controvérsias entre seus historiadores, alguns dos quais aventam a hipótese de ter êle se verificado em conseqüência da viagem dos "sete capitães", realizada em princípios do século XVII, enquanto que outros, recuando mais no tempo, buscam as origens do devassamento de Rio Bonito nos primórdios do século XVI atribuindo-o aos expedicionários deixados por Américo Vespúcio, em 1503, na praia de Cabo da Rama, hoje enquadrada no território do município de Cabo Frio.

Consta ainda que os primeiros proprietários das terras de Rio Bonito tenham sido Paulo da Mota Duque Estrada, a quem foi concedida, em 14 de maio de 1751, uma sesmaria, formada de "sobejos nas serras do Sambê e Catimbau", e Pedro de Souza Pereira, a quem couberam os "campos detrás da serra Tapacurá, entre os rios de Caserabu e o Tanguá", em 22 de outubro de 1682. Quanto à possibilidade de terem êsses dois donatários de sesmarias tentado colonizá-las ou mesmo desbravá-las, os historiadores se prolongam em controvérsias.

Todavia, o que ainda não sofreu contestação foi a notícia de datarem de 1755 as primeiras penetrações, conhecidas, em terras de Rio Bonito. Entre os colonizadores chegados por essa época, destacou-se a figura do sargento-mor Gregório Pereira Pinto ou Gregório Pinto da Fonseca, que fundou uma fazenda nessa localidade, desde então distinguida pelo nome de "Madre de Deus", em homenagem à padroeira da capela aí erigida, posteriormente, a expensas do referido sargento. Cinco anos após a chegada dos colonizadores já a povoação devia contar com regular agrupamento demográfico, porque, a 18 de abril de 1760, a sua pequenina capela era agraciada com o título de curada. Pouco tempo permaneceu ela nessa categoria, o que indica a rapidez da prosperidade verificada na povoação. Transcorridos apenas oito anos, após o reconhecimento de sua capela como curada, recebia a localidade o predicamento de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Rio do Ouro, por fôrça da Provisão de 27 de agôsto de 1768.

Praça Fonseca Portella.

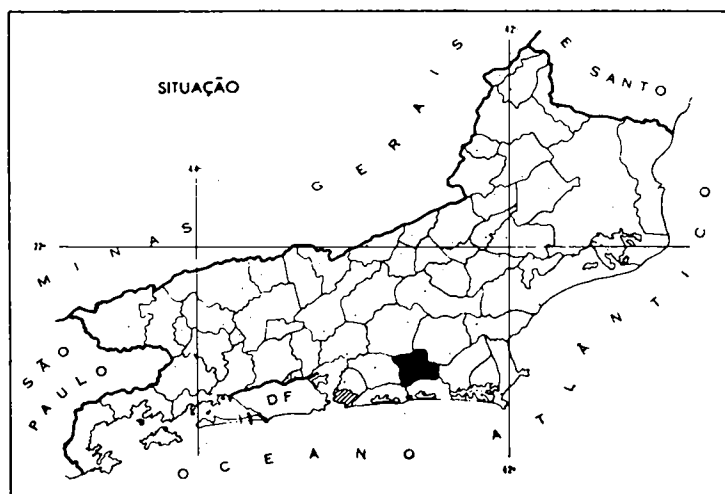
Passados anos, arruinando-se o prédio da capelinha de Madre de Deus, que servia de Matriz para a nova freguesia, foi ela substituída por uma outra maior. Segundo as crônicas da época esta nova igreja foi construída a uma légua da primeira, sendo colocada sob a proteção de Nossa Senhora da Conceição, passando a freguesia a ser conhecida pelo de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito. A nos guiarmos pelos relatos de Milliet de Saint Adolphe, curta foi a duração dêsse novo templo "por não ter sido fabricado com bons materiais", o que deu motivo a que se arruinasse ràpidamente, ensejando a construção do belo templo que, até hoje, enche de orgulho os habitantes de Rio Bonito, e cuja construção, iniciada em 1816, foi concluída em 1820. Já por essa época atravesseva a freguesia uma fase de prosperidade notável, fundamentada em florescente agricultura, na qual sobressaía, de modo relevante, a atividade do elemento negro escravizado.

Após o curto ciclo da cana-de-açúcar, o café, cuja cultura em Rio Bonito foi iniciada em princípios do século XIX, empolgou os fazendeiros locais, vindo a constituir uma das maiores fontes de riqueza daquela região. Em 1846, o govêrno provincial, reconhecendo que o progresso e a prosperidade da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito exigiam-lhe fôsse concedida autonomia político-administrativa, erigiu-a em vila, por efeito da Lei n.º 381, de 7 de maio dêste ano, desmembrando o seu território de Saquarema e Capivari (atual Silva Jardim). Posteriormente, a Deliberação de 30 de maio de 1846 estabeleceu os limites para o novo município. A criação do município, como era de esperar, veio favorecer ainda mais a economia da localidade que, em 1880, recebeu novo incremento, em virtude da inauguração, a 18 de agôsto dêsse ano, de um ramal da Companhia Ferro-Carril Niteroiense, cujo ponto terminal localizava-se, justamente, em Rio Bonito. Por essa forma, tornou-se a sede da vila um grande centro de comércio de seus produtos, e dos produtos das localidades vizinhas. Ia assim em franco progresso a vida do município, quando sobreveio a decretação da lei abolicionista. Sofreu Rio Bonito um rude golpe em sua estrutura econômico-social, com a libertação repentina dos escravos, que mourejavam em suas terras, desorganizando-se todo o trabalho agrícola, quase que exclusivamente afeto ao negro escravizado. Agravou-se ainda mais a situação da localidade, com o prolongamento, até Macaé, dos trilhos da estrada de ferro que a servia, trecho êsse inaugurado logo após a Abo-

lição, em dezembro de 1888, e que fêz com que Rio Bonito perdesse as vantagens, não pequenas, que desfrutava pela sua condição de estação terminal, e para onde convergiam os produtos das zonas circunvizinhas. Assim, não só a lavoura como seu comércio sofreram forte abalo, o que, todavia, não impediu fôsse a sede da vila elevada à categoria de cidade, por efeito do Decreto estadual n.º 37, de 16 de janeiro de 1890. Entretanto, adaptando-se ràpidamente às novas condições advindas em conseqüência da promulgação da Lei Áurea, os habitantes de Rio Bonito conseguiram atravessar, galhardamente, o período crítico por que passou a economia municipal. Atualmente, por seus melhoramentos, pelo reerguimento de sua agricultura e de seu comércio, Rio Bonito enseja a que se lhe prognostique um futuro cheio de esperançosas realizações progressistas.

A comarca de Rio Bonito foi criada por fôrça do Decreto n.º 720, de 25 de outubro de 1854, sendo suprimida pela Lei n.º 643, de 7 de setembro de 1904, e seu têrmo, Rio Bonito, incorporado à comarca de Niterói, à qual ficou pertencendo até 29 de setembro de 1906, quando, pela Lei n.º 740, foi transferida para a comarca de Itaboraí. Foi restaurada em virtude da Lei n.º 1 182, de 8 de novembro de 1913.

O nome Rio Bonito provém do ora escasso filête dágua que corta a cidade, cujo aspecto atual não justificaria o nome; todavia, dizem os que estudam as coisas do município, que há muita propriedade e justeza em ser chamado bonito, pois era realmente de uma beleza sem par nas suas cabeceiras, onde filêtes prateados e rumorejantes serpenteavam através da mata espêssa, ora fluindo a céu aberto, ora tragado pelas fauces sedentas de um breve canal subterrâneo.

LOCALIZAÇÃO — O município de Rio Bonito está localizado na Zona da Baixada de Araruama, situando-se sua sede a 22º 42' 42" de latitude Sul e 42º 37' 06" de longitude W.Gr. Dista em linha reta da capital do Estado 54 km, no rumo és-nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge apenas 51 m na sede municipal.

CLIMA — O clima é ameno e saudável em todo o território municipal, sobretudo na sede, que pelas excelentes condições climáticas é cognominada a "Petrópolis dos pobres". A média das máximas registradas em 1956 foi de 34ºC e a das mínimas, 13º centígrados.

ÁREA — É de 483 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Em 1950 foram recenseadas no município 25 157 pessoas presentes, sendo 12 461 homens e 12 696 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e segundo a situação de domicílio conforme demonstra o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Rio Bonito	18 644	9 243	9 401	2 067	2 244	1 429	1 578	5 747	5 579
Imbiara	6 513	3 218	3 295	126	147	34	32	3 058	3 116

O Departamento Estadual de Estatística estimou sua população para 1955 em 28 101 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município está assentada na agricultura, notadamente na cultura de bananas. No setor industrial sobressaem as indústrias de cerâmica, alimentícias e de bebidas. Os quadros a seguir dão o índice de sua produção agropecuária e agrícola, em 1956:

Produção Agrícola (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	3 000 000	45 000
Milho	Tonelada	2 400	8 000
Feijão	»	480	6 000
Tomate	»	400	3 200
Arroz	»	450	3 000

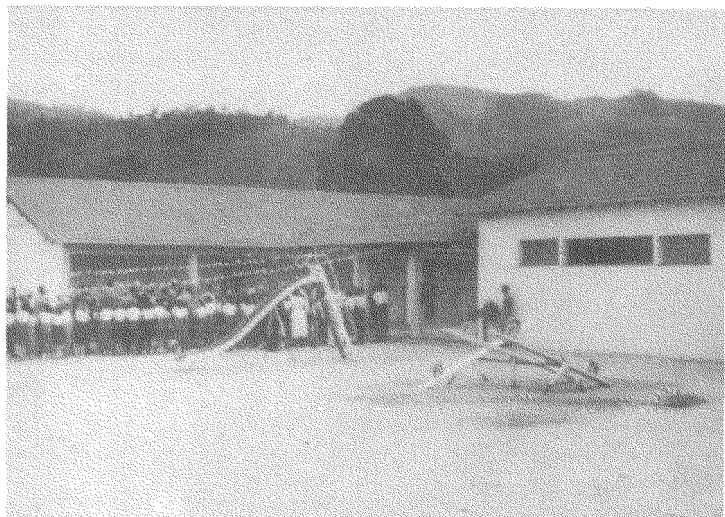
Produção Extrativa (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	50 000	5 000
Carvão	Tonelada	8 500	9 350
Madeira	m3	900	630
Palha-de-iri	Tonelada	1 000	600
Ervas medicinais	»	1	600

Produção Industrial (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Telhas, tijolos e manilhas	Milheiro	19 699	34 218
Aguardente	Litro	219 330	1 977
Doces	Tonelada	1 633	12 804
Farinha de mandioca	»	167	1 105

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está localizada no km 24 da Rodovia RJ-3, que corta o município e o põe em ligação com a rêde rodoviária estadual. Dista de Niterói 77,4 km. Em tôda a comuna existem 142 km de estradas de rodagem, estando 34 km sob administração estadual e 108 km sob municipal. É Rio Bonito servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, linha Barão de Mauá—Vitória, que tem em território do município as estações de Rio dos Índios, a 99,3 km de Barão de Mauá, Rio Bonito, a

Grupo Escolar Municipal.

104,8 km e o Pôsto Telegráfico de Sambê, a 116,7 km. Rio Bonito, por estrada de ferro, fica a 64,8 km de Niterói. A cidade de Rio Bonito está ligada por linhas de ônibus à capital do Estado e às sedes dos municípios vizinhos de Itaboraí, Silva Jardim, Casimiro de Abreu e Saquarema. Estavam registrados na Prefeitura Municipal (1955) 63 automóveis e 129 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é bastante desenvolvido, havendo na sede municipal 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 85 varejistas. Mantém ativo intercâmbio com as praças do Rio de Janeiro e Niterói, para onde exporta seus produtos, e com os municípios vizinhos. O movimento bancário é feito através das agências dos seguintes estabelecimentos: Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Mercantil de Niterói e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro. Os saldos bancários, nas principais contas de ativo e passivo, foram, em 28 de fevereiro de 1957, os seguintes, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 5 318; Empréstimos em c/c — 1 629; Empréstimos hipotecários — 35; Títulos descontados — 29 482; Depósitos a vista e a curto prazo — 39 672; Depósitos a prazo — 812.

RIQUEZAS NATURAIS — A fôrça hidráulica de Rio Bonito é representada pela cachoeira Grande, no ribeiro do mesmo nome, possuindo altura aproveitada de 108 m e descarga de 0,100 m^3/s, e a cachoeira de Braçanã, com 30 m de altura e 0,800 m^3/s de descarga. Nas suas terras encontram-se jazidas de cristal de rocha, caulim e mica, não exploradas, bem como uma fonte de água mineral magnesiana, na serra de Catimbau. O território é recoberto por extensas matas, onde se encontram várias espécies de madeira de lei e outras variedades de madeiras, largamente exploradas para produção de carvão e lenha. Na fauna encontram-se alguns animais como tatus, preás, capivaras e pacas, além de regular número de aves.

Máquinas trabalhando na construção da estrada RJ-3.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rio Bonito apresenta ruas bem calçadas, praças ajardinadas e é dotada de serviços de água, luz, esgotos e telefone. Tem boas construções. Possui: Aparelhos telefônicos instalados — 316; Número de ligações elétricas — 1 010; Número de domicílios servidos por abastecimento de água — 1 220; Hotéis e pensões — 7; Cinemas — 2. De suas 58 logradouros, 10 são inteiramente pavimentados e 6 parcialmente a paralelepípedos, cobrindo a parte pavimentada uma área de 37 330 metros quadrados.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município uma Agência Postal-telegráfica, na sede municipal, a agência postal de Imbiara, na sede do distrito dêsse nome, e a de Morro das Moedas, também no distrito de Imbiara. Há, além dessas, o Pôsto de Correio de Rio dos Índios. O município é servido pela Cia. Telefônica Brasileira, com postos telefônicos em Rio Bonito, onde existe rêde urbana, e Imbiara. A Estrada de Ferro Leopoldina mantém serviço telegráfico em suas estações.

Vista parcial da Fábrica de Cerâmica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não possui o município hospital geral, sendo os serviços de saúde atendidos por 7 médicos, 8 farmácias e 7 farmacêuticos. Há postos de puericultura e de assistência à maternidade e à infância. Os serviços oficiais de saúde são superintendidos pelo Pôsto de Saúde de Rio Bonito e Subposto de Saúde de Imbiara.

ALFABETIZAÇÃO — Das 20 984 pessoas de 5 anos e mais presente ao Censo de 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 4 597 homens e 3 394 mulheres. Na cidade o número de pessoas alfabetizadas, dessas idades, ele-

vava-se a 1 180 homens e 1 725 mulheres, das 6 111 pessoas recenseadas.

Ensino — O município dispõe, para o ensino primário, de 57 estabelecimentos que, segundo a subordinação administrativa, se distribuem da seguinte forma: Estaduais — 19; Federais — 8 (Educação de adultos); Municipais — 28; Particulares — 2. O ensino ginasial é ministrado pelo Ginásio Manoel Duarte, da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, e pelo Ginásio Rio Bonito, organização particular. Há, no município, uma escola normal, anexa ao Ginásio Rio Bonito.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir é um demonstrativo da arrecadação federal, estadual e municipal e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 311	2 929	1 452	777	1 452
1951	1 630	2 677	1 809	915	1 809
1952	2 350	4 079	1 839	987	1 840
1953	2 909	4 837	2 749	1 179	2 749
1954	4 409	6 241	2 785	1 282	2 785
1955	6 353	9 769	3 616	1 957	3 616
1956	5 950	12 753	4 936	2 794	4 936

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A igreja Matriz de Rio Bonito não pode deixar de figurar entre os monumentos artísticos. Está localizada na parte mais alta da cidade, tem sua existência ligada diretamente à fundação do município. Há na comuna três monumentos artísticos e comemorativos: Monumento a Manoel Duarte, constituído de um obelisco, tendo dois medalhões de bronze com a efígie do antigo Presidente do Estado, inaugurado em 7 de novembro de 1932; o "Monumento Comemorativo do Centenário", constituído de um marco de granito, inaugurado em 7 de maio de 1946.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município apresenta um relêvo notàvelmente acidentado, principalmente ao norte, onde se localizam as serras de Braçanã, Lavras, Monte Azul, Sambê, Granada, Taquaral, Boa Vista e Derrubada. Vários rios sulcam o território municipal, destacando-se os seguintes: Bacaxá, Vista Alegre, Jacundá, Maria Isabel, Casseribu, aumentado pelo Tanguá, Rio Bonito, que corta a sede do município, e a Cachoeira dos Bagres, além de outros de menor importância. A serra do Sambê é considerada a mais importante do município, por nela se localizar seu ponto culminante, com 1 100 metros de altitude. Em suas fraldas está localizada a captação de água para o abastecimento da cidade. Êsse local, que se denomina Caixa D'água, é objetivo de turismo. Possui jardins, local para danças etc.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui um órgão semanal e uma estação emissora. A Biblioteca Municipal tem catalogados 6 051 volumes, sendo que o número médio de consultas diárias eleva-se a 20. Além dêsses elementos de cultura, há mais no município: Cinemas — 3; Sociedades esportivo-culturais — 3; Tipografias — duas.

VULTOS ILUSTRES — O município conta entre seus filhos o Senador Manoel Duarte de Mattos Silva, que se destacou na política, tendo sido Presidente do Estado. Formou entre os melhores jornalistas de seu tempo. No campo da poesia se destacam Júlia Cortines e B. Lopes, que empolgou pelos seus afamados sonetos septassílabos, apelidados nas rodas poéticas de "belopeanos".

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente em 31 de julho de 1957, o município compõe-se dos distritos de Rio Bonito e Imbiara.

RIO CLARO — RJ

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — Os primórdios do município de Rio Claro encontram-se intimamente ligados às origens da tradicional vila de São João Marcos, hoje constituindo um dos distritos do referido município. Reza a tradição que, com a abertura dos caminhos feitos pelos desbravadores, procedentes de São Paulo, que buscavam as terras de Minas Gerais, foi descoberta, pelo bandeirante paulista, Simão da Cunha Gago, a região por êles denominada "Campo Alegre da Paraíba Nova", atual Resende, aí criando uma povoação com o auxílio de um padre de nome Felipe Teixeira Pinto. A êsses pioneiros reuniram-se, pouco mais tarde, muitos outros colonizadores que, com o devassamento da parte sul da serra de Itaguaí, motivado pela abertura de vias de comunicação entre a Praia de Mangaratiba e o Sertão, se foram localizando num sítio distante cêrca de 10 léguas de "Campo Alegre da Paraíba Nova", justamente no ponto em que o rio Cachoeira forma uma pequena queda. Neste lugar, um dos colonos de "Campo Alegre", que atendia pelo nome de João Machado Pereira, lançou os alicerces de sua fazenda em 1733, em virtude ter apreciado a fertilidade do seu solo e, também, por ter verificado sua maior proximidade com a Metrópole. Em seus domínios, João Machado Pereira construiu, em 1739, uma capela dedicada ao culto de São João Marcos a qual, por Provisão de 3 de dezembro de 1742, recebeu o predicamento de curato. Posteriormente, em reconhecimento aos seus serviços, houve por bem o govêrno nomear João Machado Pereira "capitão das ordenanças", encarregando-o de exercer autoridade na então freguesia de São João Marcos elevada a essa categoria em 12 de janeiro de 1755. Decorridos alguns anos, como a capela já se encontrasse em estado pouco condizente com o progresso e desenvolvimento da freguesia, seus habitantes resolveram elevar uma nova igreja, cuja construção foi iniciada em 8 de janeiro de 1796, tendo-se verificado a sua inauguração em 1.° de novembro de 1801. Foi nas circunvizinhanças dêsse templo que se adensou o núcleo populacional, de que redundaria, mais tarde, a vila de São João Marcos. Entretanto, é necessário que se frise, não sòmente nas proximidades da sede da freguesia que se localizaram os colonizadores chegados nos primeiros tempos. Tão cedo espalhou-se a notícia da feracidade do solo de São João Marcos, começaram a surgir ao seu redor, se bem que algum tanto afastadas, várias povoações. Já em 1797 eram computadas cinco delas, denominadas: "Capela de Santa Antana", "Sipó", "Matto Dentro", "Freguezia" e "Capivary", originá-

Prefeitura Municipal.

rias de sesmarias doadas em épocas diferentes. A criação dessas localidades veio provocar um grande incremento à produção e ao desenvolvimento das terras da novel freguesia. Êsse progresso de São João Marcos incutiu no espírito de seus habitantes a necessidade da elevação da freguesia à vila e conseqüente criação do município. Para tanto iniciaram, desde 1804, forte campanha em prol de sua autonomia, a qual só conseguiram, depois de longos e acalorados debates entre as autoridades da freguesia e as da vila de Resende, às quais estavam sujeitas as primeiras, em 21 de fevereiro de 1811, recebendo a recém-criada vila a denominação de São João do Príncipe. Já decorriam alguns anos após a criação do município citado, quando Rio Claro, simples arraial elevado à categoria de curato em 1830, começou a desenvolver-se ràpidamente, a ponto de merecer o predicamento de freguesia que lhe foi conferido pelo Decreto n.º 152, de 7 de maio de 1839.

A preponderância econômica de Rio Claro sôbre as demais freguesias situadas no âmbito de São João Marcos foi tal que motivou a sua justa elevação à categoria de vila e subseqüente constituição em município, por fôrça da Lei provincial n.º 481, datada de 19 de maio de 1849, cujos têrmos eram os seguintes: "Art. 1.º A freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Rio Claro é elevada à categoria de — Vila — com a denominação de "Villa do Rio Claro", e fará parte da comarca de Rezende.

Art. 2.º O têrmo da Villa do Rio Claro comprehenderá também a freguezia de Santo Antônio de Capivary.

Art. 3.º A Villa do Rio Claro será instalada logo que haja casa onde faça as suas sessões a Câmara Municipal e o jury e para audiencias das autoridades, a qual será feita a expensas dos moradores da nova Villa.

Art. 4.º Terá dois tabelliães que servirão de escrivães no civel, orphãos e crime, e bem assim um contador de distribuidor, e dous partidores".

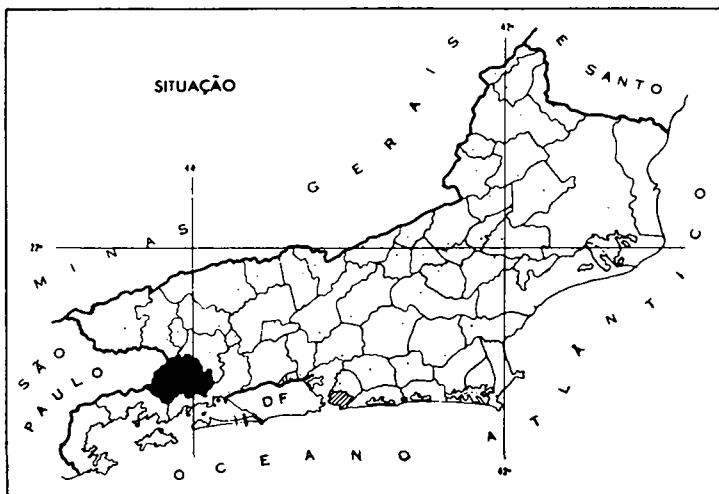
Iniciando sua nova fase política e administrativa, Rio Claro continuou a se desenvolver em ritmo acelerado, mormente no que concerne à parte agrícola. O café, introduzido em suas terras, ao que parece, em 1792, constituiu, nessa época, a sua maior fonte de renda, além do trigo, do anil e do chá. Contribuiu relevantemente para a grandeza da localidade, para a sua prosperidade sempre crescente, na época colonial, o braço do negro escravizado, graças ao qual, tantas fortunas aí se acumularam. O auge da riqueza de Rio Claro, porém foi atingido no Segundo Império, quando novas culturas foram introduzidas no município em substituição ao anil, ao chá e ao trigo, que desapareceram completamente dando lugar às culturas do arroz, do feijão, do milho, da mandioca, etc. A exploração e a plantação da cana-de-açúcar subsistiram até os nossos dias, representando papel destacado na economia de Rio Claro.

Em 6 de julho de 1891, logo após a proclamação da República, injunções políticas forçaram os governantes a retirar a autonomia do município, o que foi feito pelo Decreto n.º 280, dessa data, que rezava em seu art. 4.º "Fica extinto o município do Rio Claro e reunida a freguezia de Nossa Senhora da Piedade do Rio Claro ao município de São João do Príncipe, e a freguezia de Santo Antônio de Capivary ao municipo de Angra dos Reis".

Curtíssimo, porém, foi o período em que vigorou êsse Decreto; pois aos vinte e cinco dias do mesmo mês e ano foi aprovado um outro que tomou o n.º 283, por fôrça do qual foram anulados os têrmos do anterior e respeitada a autonomia municipal de Rio Claro.

Foi devido ao constante progresso verificado no município, nos setores político, social e econômico, que êle como que eclipsou e arrastou para sua órbita administrativa o território e a economia do município de São João Marcos. Reconhecendo essa situação, o Govêrno, em 15 de dezembro de 1938, extinguiu êste município, anexando suas terras ao de Rio Claro que, em 31 de dezembro de 1943, passou a ter a denominação de Itaverá. Pela mesma Lei, o distrito de Capivari passou a chamar-se Parado, nome que, não sendo aceito de boa vontade por seus habitantes, foi substituído, pelo Decreto-lei n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, para Lídice, que ainda hoje conserva. Voltando o País ao regime constitucional, esboçou-se ali um movimento, incentivado pelas tradicionais famílias do lugar, para a volta ao antigo nome, sendo o desejo dos rio-clarenses coroado de êxito em 14 de junho de 1956, quando, pela Lei n.º 2 825, dessa data, a comuna voltou a ter o seu antigo nome.

Na organização judiciária, Rio Claro é comarca, constituída do têrmo dêsse nome.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: 22º 43' 26" de latitude Sul e 44º 08' 50" de longitude W.G. Distância em linha reta da capital do Estado: 108 km. Rumo em relação à capital do

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Estado: oés-nordeste. A sede municipal está edificada à margem do rio Claro que lhe dá denominação.

ALTITUDE — Atinge 432 metros.

CLIMA — O clima do município, antes da anexação do Território de São João Marcos, no qual se processou o represamento de vários rios, visando ao incremento da produção de energia elétrica, era, de um modo geral, salubre.

Hotel Fazenda da Grama.

Com a formação artificial de um lago que se estende de São João Marcos até os limites com o Piraí, surgiram algumas zonas palustres, onde a salubridade não tem sido de modo a agradar.

ÁREA — Corresponde a 871 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950 a população do município de Rio Claro era de 14 298 habitantes, sendo 7 392 homens e 6 906 mulheres. A densidade demográfica, na época, era de 16,42 habitantes por quilômetro quadrado. Essa população vive, na sua maioria, na zona rural. Distribui-se, entretanto, pelos seus distritos constitutivos, da seguinte forma:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Rio Claro	4 047	2 084	1 963	273	277	190	179	1 621	1 507
Getulândia	1 091	550	541	55	76	54	61	441	404
Lídice	4 255	2 226	2 029	198	211	152	148	1 876	1 670
Passa Três	3 505	1 780	1 725	274	276	219	222	1 287	1 227
São João Marcos	1 400	752	648	—	—	—	—	752	648

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população de Rio Claro, para 1956, em 15 971 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a pecuária. Calculou-se, em 31-XII-56, a existência dos seguintes rebanhos: 25 783 cabeça de bovinos, 1 080 de eqüinos, 1 690 de muares, 3 535 de suínos, 600 de ovinos, 748 de caprinos e cêrca de 38 000 de aves. Tais dados justificam ser Rio Claro grande produtor de leite. Há interessante movimento de exportação de gado para Barra Mansa, Nilópolis, Angra dos Reis Mangaratiba, Itaguaí e Piraí. São principais culturas da região milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e mandioca.

A extração de lenha, madeira, paralelepípedos e a produção de água mineral, esta, em Passa Três, apresentam interessantes índices numéricos.

Os quadros que se seguem oferecem particularidades dignas de nota no que tange à matéria:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz em casca	Tonelada	125	816
Banana	Cacho	108 120	1 857
Feijão	Tonelada	131	2 082
Laranja	Cento	28 743	1 156
Tomates	Tonelada	150	878

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra em bruto	m3	3 000	210
Paralelepípedos	Milheiro	600	840
Vegetal			
Lenha	m3	30 000	3 000
Madeira bruta	»	2 210	269

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Carvão vegetal	Tonelada	1 800	2 100
Produtos de panificação	»	119	2 109
Fubá de milho	»	89	693
Madeira serrada	m3	2 080	540
Manteiga	Quilograma	4 470	357
Tijolos	Milheiro	500	155

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal liga-se à capital Federal, pela via ferroviária, numa extensão de 192 km, sendo 38 km pela Rêde de Viação Mineira e 192 km pela Estrada de Ferro Central do Brasil. A primeira serve às seguintes localidades municipais: Lídice, Rio Claro e Getulândia. Existe, além do mais, um serviço de tração elétrica entre Barra Mansa e Rio Claro. A cidade de Rio Claro e as vilas de Lídice e Passa Três são servidas pela linha de ônibus Rio—Angra dos Reis. As linhas de ônibus Barra do Piraí—Barra Mansa e Piraí—Passa Três servem ao distrito de Passa Três. E a linha Barra do Piraí—Barra Mansa serve, também, à vila de Getulândia. O município conta com 171 km de rodovias, estando 37 sob administração federal, 47 sob administração estadual e 87 sob administração municipal. A linha ferroviária que corta o município é a Angra dos Reis-Goiandira, sendo que as comunicações ferroviárias para a capital Federal estão sujeitas a baldeação em Barra Mansa.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local faz-se ainda de forma incipiente, mantendo contato na transação da produção agrícola com as praças convizinhas de Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí, Angra dos Reis, Piraí e Distrito Federal. Importa artigos tecidos, calçados, medicamentos e gêneros alimentícios de que carece. A sede municipal tem apenas 16 estabelecimentos varejistas. O município possui apenas dois correspondentes bancários e uma agência da Caixa Econômica Federal.

RIQUEZAS NATURAIS — Diz-se que as terras de Rio Claro são ricas em minérios diversos, mas só se tem notícia da exploração da pirita, na região circunvizinha ao rio das Canoas, situada no distrito de Lídice. O minério de ferro do Campo do Meio, também localizado em Lídice, e o feldspato existente na serra do Rio Claro, no distrito da sede, ainda não fôram aproveitados. Nas matas do município são encontradiças as espécies de madeiras comuns à região. A fauna terrestre é interessante constatando-se a existência de pacas, capivaras, lontras, quatis e tatus. Nos cursos dágua, regularmente piscosos, encontram-se acarás, bagres, traíras, etc.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal, como também o município, teve o seu nome mudado, pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31-XII-43, para Itaverá. Já em 14-VI-56, pela Lei n.º 2 825, do Govêrno Estadual, em decorrência da Resolução n.º 2, de 8-III-56, da Câmara de Vereadores local, tornou à denominação primitiva de Rio Claro, que conserva até então. A cidade tem 15 logradouros, sendo que uma praça e duas ruas são inteiramente calçadas com pedras irregulares e duas ruas, parcialmente. As obras de calçamento só tiveram início a partir de 5-IX-56. O serviço de abastecimento d'água é explorado pela Prefeitura Municipal, sendo seus mananciais o rio Claro e o córrego dos Coelhos. Dos logradouros servidos no total de 12, apenas um o é, parcialmente, com 171 prédios beneficiados. O serviço de limpeza pública data de 1890, sendo igualmente explorado pela Prefeitura Municipal e são 14 os logradouros atendidos. O serviço de esgotos não foge, também, a características idênticas de exploração e área de atendimento. A cidade tem 1 hotel e uma pensão.

Hospital Asilo de São Vicente de Paulo (em construção).

COMUNICAÇÕES — No que tange às comunicações, o município conta com a rêde dos Correios e Telégrafos que serve a cidade de Rio Claro com uma Agência Postal-telegráfica-telefônica, Getulândia com uma Agência Postal-telegráfica e Lídice e Passa Três com uma Agência Postal. As mesmas localidades estão ligadas pela rêde telegráfica da Estrada de Ferro Rêde Mineira de Viação, que é de caráter privativo. A Cia. Telefônica Brasileira serve, também, as já citadas localidades, inclusive ao Hotel Fazenda da Grama, situado no povoado São Joaquim da Grama. A sede, não possuindo radioemissoras, apresenta serviços de alto-falantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há um hospital-asilo em construção. Afora êste, conta Rio Claro com Postos de Higiene, de dependência administrativa estadual, o distrito-sede e nas localidades de Passa Três e Lídice, e Postos do Serviço Nacional de Endemias Rurais em Passa Três e na sede municipal. Há, além do mais, 8 farmácias, estando o município servido por 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, da população presente de 5 anos a mais, cêrca de 50%, na sede municipal, sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1956 o ensino primário era ministrado no município de Rio Claro através de 3 grupos escolares, uma escola típica rural e 10 escolas isoladas, de dependência administrativa estadual, além de 3 escolas isoladas municipais e uma particular, disseminando-se por inúmeras localidades dos distritos que o constituem.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro de linhas a seguir dá uma idéia bastante interessante sôbre o assunto:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	372	980	867	400	864
1951	515	1 146	1 071	464	1 003
1952	741	1 513	1 017	545	1 041
1953	912	1 429	1 183	514	1 117
1954	998	2 371	1 276	479	1 070
1955	946	2 207	1 704	655	1 902
1956	1 221	2 664	2 820	965	2 746

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Destaca-se entre as particularidades artísticas do município a igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, cuja imagem da padroeira é uma belíssima obra de arte. Outro templo digno de registro, neste particular, é o de Santo Antônio, em Lídice. Há, também, os monumentos à Fagundes Varela, o que simboliza a mudança do nome do município para Itaverá e o que presta homenagem a cidade tcheca de Lídice, exterminada porque houvera sido assassinado o "gauleiter" Heydrich, representante dos alemães quando êstes ocuparam, na II Grande Guerra, aquêle país europeu mediterrâneo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território municipal é acidentado em seus limites, o que o situa, quase totalmente, em extenso vale mais elevado a oeste, declinando para leste. Entre suas elevações destacam-se as serras de Capivari, Lajes, Itaguçu, Araras e Arrozal. A sua rêde hidrográfica, onde se destacam os cursos dágua denominados Piraí, Braço, Barra Mansa, Cantados, Água Fria, Prata, Jararaca e Claro, dão ao cenário cambiâncias de rara beleza, que muito mais se destaca com diversas quedas d'água, dentre as quais, vale relatar as de Rio Claro e Passa Três.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município dispõe de uma organização cultural, o Itaverá Esporte Clube, 1 cinema e serviços dos alto-falantes, em sua sede.

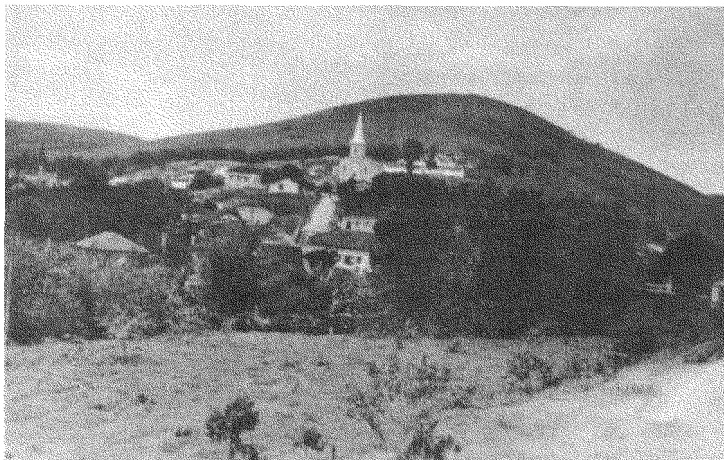
VULTOS ILUSTRES — Berço privilegiado de homens que se sobressaíram brilhantemente na vida pública brasileira,

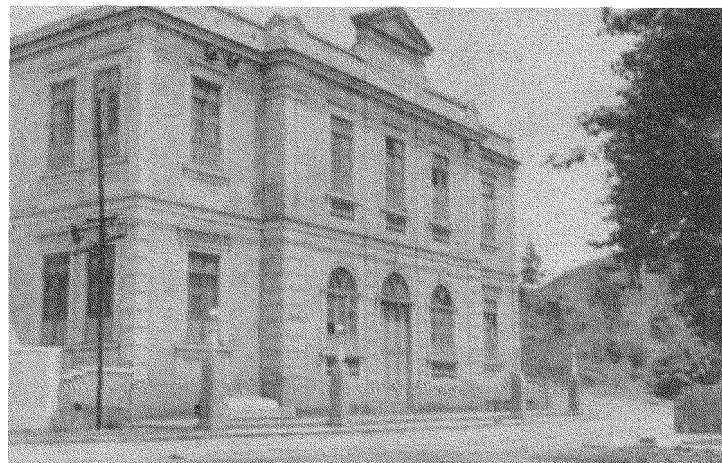
destacamos aqui neste breve cadastro os nomes de Nicolau Fagundes Varela, o magnífico poeta parnasiano; Francisco Pereira Passos, engenheiro e inesquecível Prefeito do Distrito Federal; Ataulfo de Paiva, homem de letras, magistrado de nomeada, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e membro da Academia Brasileira de Letras; Alfredo Pujol, jurisconsulto de grande envergadura e membro, também, da Academia Brasileira de Letras; Almirante Jorge Americano Freire, ex-Comandante da Escola Naval; Florentino Ávidos, ex-Presidente do Estado do Espírito Santo e engenheiro de escol; Aureliano G. de Souza Portugal, médico, ex-deputado estadual e ex-Diretor Geral de Demografia no Distrito Federal, com largos e assinalados serviços prestados à época do pioneirismo da Estatística Brasileira; Olímpio Viriato Portugal, médico e ex-Presidente da Sociedade de Medicina de São Paulo, e Otávio Correia Lima, escultor brilhante e ex-Diretor da Escola Nacional de Belas Artes, isto mencionando apenas os que se projetaram além-fronteiras estaduais e nacionais.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Pela atual divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos distritos de Rio Claro, Getulândia, Lídice, Passa Três e São João Marcos.

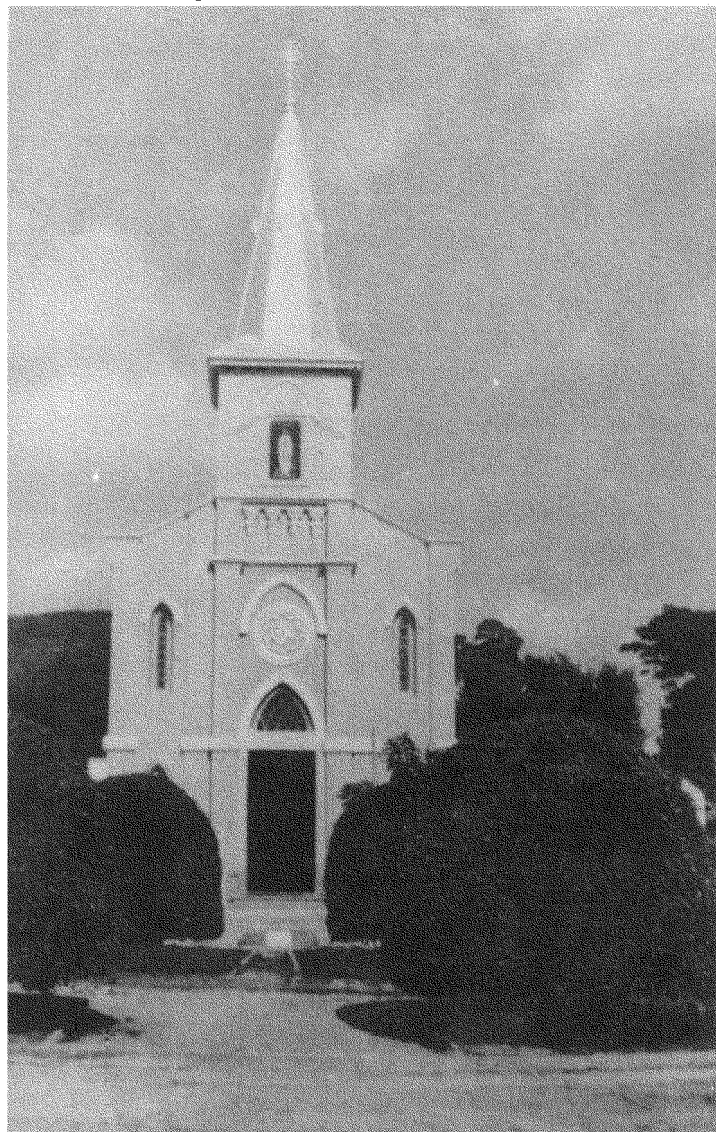
RIO DAS FLORES — RJ

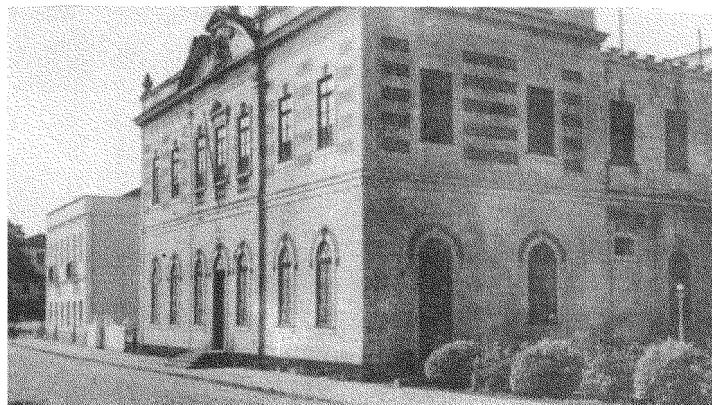
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Os primórdios do devassamento do território do município de Rio das Flores não estão até hoje bem esclarecidos. Autores há que atribuem o seu devassamento às correntes de faiscadores, aventureiros e bandeirantes, que desde o início do século XVI, até os princípios do século XVII, utilizavam o curso do rio Paraíba, como ponto de preferência para atingir as "Minas Gerais". Segundo consta das notícias sôbre o roteiro da expedição chefiada por Martim Corrêa de Sá, ainda em 1597, o Paraíba era utilizado como via de acesso ao território das "Minas". "Embarcando no Rio de Janeiro, por aquela data, chegou aquêle capitão, por mar, a Parati, acompanhado de 700 portuguêses e 2 000 índios, penetrando em São Paulo rumo a Pindamonhangaba, onde atingiu o vale do Rio Paraíba, cujo curso seguiu até chegar à *foz* do rio Paraibuna. Vemos assim que, desde a abertura dêsse caminho, na segunda metade do século XVI, as margens do Paraíba, pertencentes hoje ao território de Rio das Flores, já eram conhecidas.

Vista parcial da cidade.

Todavia, o que de positivo existe sôbre as origens do atual município é que a sua colonização e o seu desbravamento foram motivados pela extraordinária expansão agrícola, que se verificou na província do Rio de Janeiro, durante o século XIX. Quando o "ciclo do café" atingiu, na província, proporções vultosas, trazendo riqueza e abastança para os que o cultivam, os demais fazendeiros, seduzidos pelas promissoras perspectivas que lhes apresenta a nova cultura, abandonaram, em determinadas zonas, quase que totalmente suas antigas lavouras, para se dedicarem exclusivamente aos cafèzais. A necessidade de aproveitamento de terrenos apropriados a essa cultura motivou o desbravamento de zonas até então inóspitas, processando-se a sua colonização e seu povoamento com notável rapidez. Segundo a maioria dos autores, foi devido a essa ansiosa procura de terras férteis, adaptáveis à cultura da preciosa rubiácea, que se observou o desbravamento e a colonização das terras de Rio das Flores, na primeira metade do século XIX. Foi nesse período, segundo tudo faz crer, que chegaram a esta região os primeiros grupos de colonizadores, dedicando-se, desde logo, à cultura do café, cujas plantações, em breve, recobriram vastas extensões até essa época ocupadas pela mataria virgem. A notícia da feracidade do solo da localidade nascente propalou-se com rapidez, atraindo a atenção dos governantes. Visando facilitar o progresso e o adensamento demográfico da novel povoação, o govêrno provincial, em 6 de outubro de 1851, por fôrça da Lei que tomou o n.º 560, conferiu-lhe a dignidade de possuir uma capela curada, sob a invocação de Santa Teresa, subordinada à freguesia de Nossa Senhora da Glória da Vila de Valença, atual município de Marquês de Valença. Segundo tudo indica, êsse procedimento do govêrno constituiu uma exceção rara, de vez que, normalmente, as povoações fluminenses surgiram com o aparecimento, primeiro, de colonos esparsos que, erguendo uma capela, aí fixavam seu núcleo social e econômico, exigindo posteriormente, com o adensamento populacional, a presença de um cura na localidade que, então, recebia o direito de considerar-se possuidora de uma capela curada.

Prefeitura Municipal.

Somos arrastados à conclusão de que, em Santa Teresa, atual Rio das Flores, tal não sucedeu, porque o artigo II da referida Lei n.º 560 estabelecia que "os habitantes do novo curato deveriam construir a respectiva capela, em local que mais cômodo lhes fôsse". Essa determinação, é lógico, não teria razão de ser, se já existisse alguma capela na localidade. A Lei n.º 560 rezava, em seu art. 1.º "Fica crea-

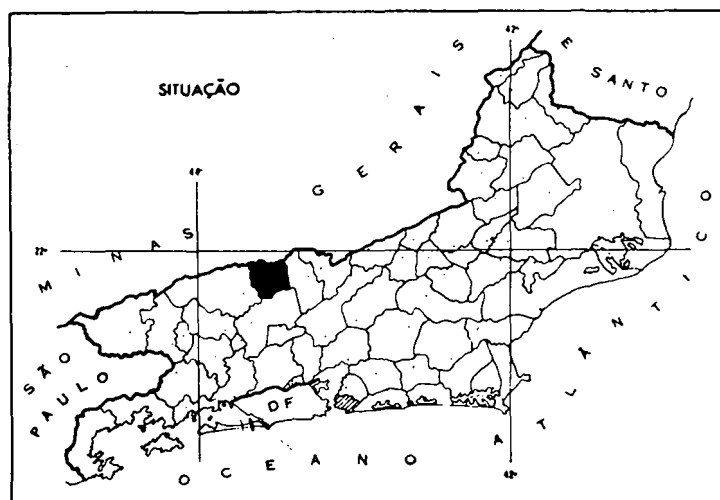
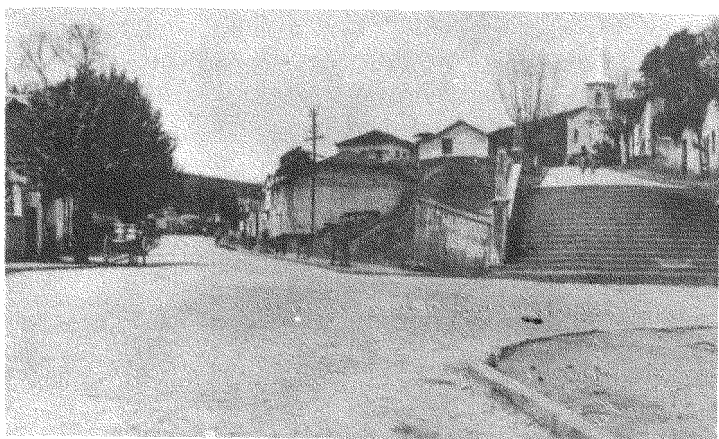
do um curato, sob a invocação de — Santa Thereza —, no território que outrora formava o 2.º distrito de paz da freguezia de Nossa Senhora da Gloria da Vila de Valença, tendo por limites com a dita freguezia, a estrada do Comércio desde o porto do Ubá, no rio Paraíba, até encontrar a que se dirige à mesma Vila no campo das Tábuas; daí à estrada que vae para o porto do Machado até o lugar que fica fronteiro à junção dos rios das Flores e Bonito; e deste ponto os rumos das fazendas das "Corôas", do marquês de Valença, até à margem do rio Preto, ficando toda a referida fazenda pertencendo à mencionada freguezia".

Igreja — Matriz.

Quatro anos mais tarde, essas providências tomadas por governantes da província já se justificavam. Tamanha foi a afluência para essa região, nesse curto espaço de tempo que, novamente, o Govêrno teve oportunidade de intervir benèficamente na administração da localidade, elevando o curato de Santa Teresa à categoria de freguesia, pela Lei provincial n.º 814, de 6 de outubro de 1855, que ainda a subordinada a jurisdição da então vila de Valença. A economia de Santa Teresa repousava, por essa época, quase que exclusivamente em suas riquíssimas lavouras de café, nas quais o braço do negro escravizado representou o papel preponderante. Com o advento da abolição, rude golpe para a agricultura da freguesia, os fazendeiros locais viram suas culturas abandonadas, e muitos dêles transformaram-nas em pastagens, destinadas às explorações pastoris.

Edifício do Fôro, Quartel, Cadeia, Coletoria Estadual, Cartório dos 1.º e 2.º Ofícios.

Que foi vagaroso o declínio da economia da localidade, prova-nos o fato de que, já no período Republicano, dois anos após à promulgação da Lei Áurea, tenha sido ela emancipada da tutela de Valença, passando a constituir uma unidade autônoma. Essa autonomia lhe foi conferida pelo Decreto n.º 62, de 17 de março de 1890, localizando-se a sede da nova comuna fluminense na vila de Santa Teresa. A instalação do município teve lugar no dia 22 de abril de 1890. Persistindo, porém, o êxodo da população da zona rural, suas já então decadentes lavouras, entraram em franco declínio, dificultosamente compensado pelo incremento das atividades pastoris.

A elevação da vila de Santa Teresa à categoria de cidade, em virtude da Lei estadual n.º 2 335, de 27 de dezembro de 1929, constituiu notável motivo de júbilo para seus habitantes que, desde anos antes, se vinham batendo por essa melhoria.

Atualmente, sob a nova denominação de Rio das Flores, que lhe foi atribuída pelo Decreto estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, o antigo município de Santa Teresa vem tendo suas terras utilizadas na policultura, e com a pecuária, buscando seus habitantes suprir, assim, as lacunas abertas em sua economia, pela derrocada das lavouras de café que se acham em franco declínio, pelos motivos já conhecidos, desde princípios do século corrente.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: 22° 09' 00" de latitude Sul e 43° 36' 00" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 93 km. Rumo em relação à capital do Estado: nor-nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Cine-Teatro Santa Teresa.

ALTITUDE — Atinge 511,7 metros.

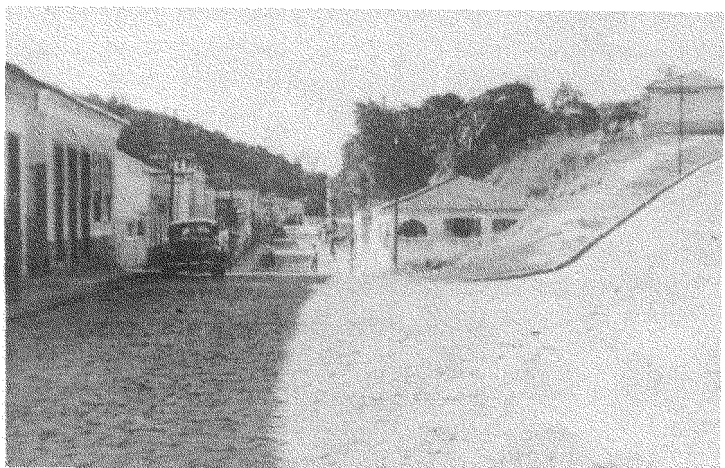
CLIMA — Goza Rio das Flores de um clima ameno e salubre, nas zonas montanhosas, mas na região dos vales é um tanto sêco e quente. A média das máximas ocorridas durante o ano foi de 26°C e, das mínimas, 15°C, sendo a média compensada de 22 graus centígrados.

ÁREA — Corresponde a 443 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, era de 8 132 pessoas, sendo 4 402 homens e 3 730 mulheres. A densidade demográfica do município é de 18,36 habitantes por quilômetro quadrado. A grande maioria da população é rural pois, àquela época, viviam no interior do município nada menos de 6 976 pessoas. Sua população se distribui pelos distritos que o constituem da seguinte forma:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Rio das Flôres	2 849	1 641	1 208	253	287	87	90	1 301	831
Abarracamento	2 447	1 292	1 155	—	—	—	—	1 292	1 155
Manuel Duarte	1 622	835	787	82	100	—	—	753	687
Tábuas	1 214	634	580	141	125	—	—	493	455

O Departamento Estadual de Estatística estimou essa população, para 1955, em 9 084 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A principal atividade econômica do município é a pecuária que, em 1955, possuía um rebanho avaliado em 39 milhões de cruzeiros. Segue-se-lhe, em ordem de importância, a agrícola, onde desponta a produção cafeeira, com maior volume. O milho, o feijão e o arroz são produtos que merecem destaque, tendo relativa significação econômica. Os quadros que seguem a estas referências, pela detalhização dos seus interessantes registros numéricos, dizem melhor das possibilidades municipais quanto a tal:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café em côco	Tonelada	315	7 350
Milho	»	552	2 760
Arroz com casca	»	264	2 200
Feijão	»	240	1 210
Batata-doce	»	500	1 500

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Areia para contrução	m3	4 800	240
Vegetal			
Lenha	»	3 350	335

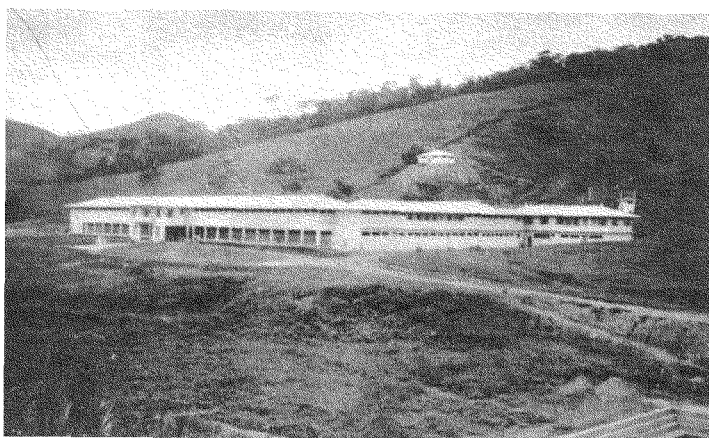
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite pasteurizado	Litro	6 961 459	35 794
Creme	Quilograma	191 571	8 367

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil (bitola estreita), com 34 km de ferrovia no ramal de Marquês de Valença—Afonso Arinos, contando-se as seguintes estações: Taboas, Rio das Flores, Cachoeira do Funil, Manuel Duarte, Santa Rosa e Três Ilhas; e as paradas de: Machado Cunha, Desembargador Sabóia Lima, Santa Fé, Paraíso, Guarda Fernandes e Santa Justa. Rio das Flores é servido, também por linha regular de ônibus para o vizinho município de Marquês de Valença. A Prefeitura Municipal registrou, no ano de 1956, 7 automóveis e 5 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O município possui 44 estabelecimentos varejistas, sendo que 16 estão situados na sede municipal, onde também se encontram 3 estabelecimentos cooperativistas de movimento assaz interessante. As transações bancárias são processadas por intermédio de firmas representantes.

RIQUEZAS NATURAIS — O solo do município de Rio das Flores apresenta-se sobremaneira acidentado, possuindo, todavia, extensos vales. Dentre as correntes fluviais que banham o seu território destacam-se o rio Paraíba do Sul e o rio Prêto. Conta o município com várias quedas d'água, estando em aproveitamento a cachoeira de São Leandro, com 38 metros de altura e a potência de 250 H.P. São riquezas minerais a malacacheta, caulim e ocra. No reino vegetal são encontradas madeiras de lei comuns à região, explorando-se as suas matas, todavia, em extração de lenha e produção de carvão vegetal. No reino animal notam-se exemplares de tatus, pacas, porcos-do-mato, jacus, macucos,

Confluência das Ruas, Dr. Getúlio Vargas e 17 de Março.

Escola Agrícola Sabóia Lima.

nhambus, etc., bem como, peixes dos rios locais, dos tipos dos acarás, traíras, bagres e lambaris.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Rio das Flores é um pequeno conglomerado urbano que aos poucos se vai cercando das coisas que podem dar maior confôrto aos seus habitantes. O abastecimento de água é feito pela Prefeitura Municipal que capta o precioso líquido de uma fonte. Abastece 19 logradouros e 207 prédios. O serviço de esgotos e o de limpeza pública e domiciliária são de exploração, também, da Prefeitura local. O fornecimento de luz é feito pela Emprêsa Fôrça e Luz Santa Teresa S.A., que inaugurou os seus serviços a 1.º de março de 1920. Dos logradouros públicos da cidade, 80% são pavimentados a paralelepípedos. Constatava-se, em 31-XII-956, a efetivação de 165 ligações elétricas e instalação de 4 aparelhos telefônicos. Existe, na cidade, 1 hotel e duas pensões.

COMUNICAÇÕES — No que se refere às comunicações está o município bem servido pela rêde de agências postais--telegráficas dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município não possui ainda instituição hospitalar, tendo apenas um Pôsto de Saúde mantido pela Secretaria de Saúde e Assistência, na sede municipal, com um modesto movimento. Residem na comuna e prestam serviços profissionais: 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Da população presente de 5 anos a mais, conforme os dados do Recenseamento Geral de 1950, 30% sabem ler e escrever.

Ensino — Da população estudantil, 92% pertencem ao curso elementar. Em 1956, o ensino primário estava sendo ministrado em 13 unidades do fundamental comum e uma do supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro anexo, pela distribuição da matéria e pela facilidade do detalhe, oferece particularidades interessantes acêrca do assunto:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	344	672	542	114	623
1951	462	763	526	163	698
1952	526	942	894	206	845
1953	529	1 026	1 087	216	996
1954	934	1 361	965	232	1 114
1955	742	1 195	1 072	254	989
1956	1 054	1 861	1 535	261	1 388

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Além da singeleza das linhas arquitetônicas da igreja Matriz, possui o município os seguintes monumentos: Monumento ao Presidente Manuel Duarte, inaugurado em 17-III-1930; obelisco de cimento, inaugurado na Praça Coronel Sucena, em 12-X-1928; e obelisco de cimento inaugurado na Praça João Pessoa, em igual data.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo do município é bastante acidentado, apresentando interessantes características climáticas e tendo vários trechos de valados de rara beleza. Inúmeros dos seus cursos são sùbitamente cortados por quedas dáguas e cachoeiras de elevado potencial hidráulico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui 1 clube desportivo, uma biblioteca muito bem organizada e 1 cinema. É considerável a assistência, que presta a menores desvalidos, a Escola Agrícola Sabóia Lima, mantida pelo Govêrno Federal. Na Matriz de Rio das Flores, em cuja cidade viveu alguns anos, foi batizado o grande brasileiro Alberto Santos Dumont, em 1877.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, segundo a divisão administrativa vigente, compõe-se dos distritos de Rio das Flores, Abarracamento, Manuel Duarte e Tábuas.

SANTA MARIA MADALENA — RJ

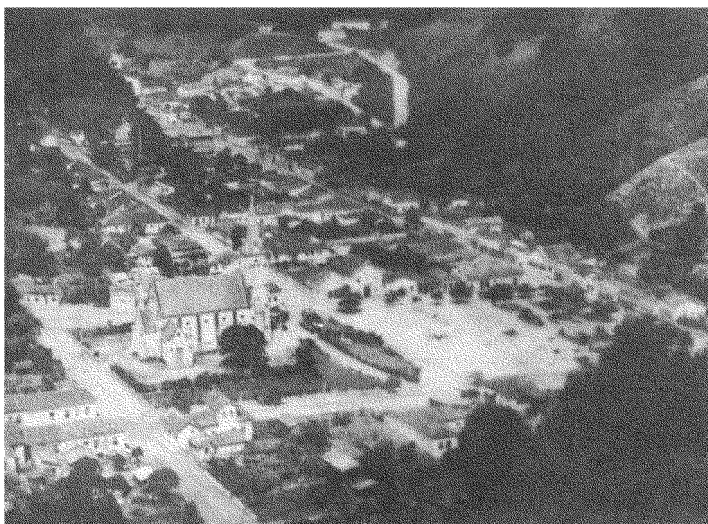
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras notícias sôbre as terras que hoje constituem o município de Santa Maria Madalena datam de 1835.

Para êste trabalho, numa justa homenagem à imprensa do interior fluminense, reproduz-se, pelas mesmas palavras, a versão histórica publicada por "A Semana", periódico local, na edição comemorativa do Centenário do município, datada de 27 de abril de 1935, sob a direção do jornalista J. Laranjeira: "Precisamente quando a Vila Real da Praia Grande torna-se Cidade de Niterói por Lei de 28 de março de 1835, — fato que motiva a comemoração centenária a que de coração se associa o município de Madalena — aparecem nos anais fluminenses as primeiras notícias de vasta porção de terras existentes nas cabeceiras do córrego de S. Domingos, vertente do Santíssimo e pertencente a Cantagalo.

Essas terras foram, em 1840, anexadas a S. Francisco de Paula, que tinha as honras de curato. Desbravadas, nesse mesmo ano, pelo português Manoel Teixeira Portugal, que chegara até ao vale situado na hoje Praça da Matriz, deixou-as êle, pouco depois, buscando sertões mais densos e fugindo aos pântanos cheios de barro branco dos arredores, devido ao qual os viajores que passavam em busca da estrada geral Cantagalo—Macaé davam ao sítio o apelido de "Tabatinga", na ordem cronológica a primeira denominação do arraial do Santíssimo, atual cidade de Madalena.

Era ainda o sítio sertão bravo quando um velho mateiro, — José Vicente — perseguindo negros fugidos, dêle se apossou, armando um rancho, no mesmo local do antecessor.

A lenda quase sempre se mescla à história, confundindo-se com esta. E a de Madalena começa, justamente,

Vista aérea da cidade.

quando Zé Vicente troca a sua posse, com um velho cura aposentado, (padre Francisco Xavier Frouthé) por magnífica espingarda de fabricação suíça.

Se do fato, com aparências de lenda, não há senão notícia oral, existe, todavia, a escritura lavrada em notas do escrivão de paz Antonio Leoclat, da freguesia de São Francisco de Paula, terceiro distrito da Vila de Cantagalo, em 20 de Abril de 1850, que vem abonar em parte a afirmativa tradicional.

Por êsse título, atribuindo-se à transação o valor de 200$000, o padre Frouthé, declarando-se "Senhor e possuidor de umas terras no arraial do Santíssimo", doa parte delas livre e expontâneamente a Santa Maria Madalena, para edificação duma capela sob o patrocínio da aludida Santa, "á qual fizera promessa, por ocasião de sofrer uma grande moléstia de olhos, melhorando".

Ereta a capela, pela devoção dos habitantes do lugarejo, um ano e seis meses mais tarde, (15 de setembro de 1851) por influência talvez do próprio doador das terras, o arraial do Santíssimo passava a curato e a chamar-se oficialmente Santa Maria Madalena.

Em Maio de 1852 criava o govêrno nas raias do novo curato "um distrito de paz" e, a 29 de setembro, "uma subdelegacia de polícia", características do seu progresso.

Acentuou-se êste, tanto que o presidente da província houve por bem alterar, pelo Dec. n.º 696, de 1854, os limites do curato com a freguesia, dando àquele a fazenda do Retiro, propriedade de Francisco Alves Lima.

Em 1835, com novo passo na senda do progresso, Madalena obtém categoria igual a S. Francisco de Paula: eleva-se à freguesia por fôrça do Dec. n.º 802 de 28 de setembro.

E de tal maneira se desenvolve, e tais são as influências poderosas que a animam e bafejam para fazê-la autônoma, que na Assembléia Provincial uma voz alta e possante se ergue a pleitear-lhe os desígnios.

Essa voz é a do coronel Braz Fernandes Carneiro Viana, cunhado do duque de Caxias e contraparente do presidente da província, desembargador Luiz Alves Leite de Oliveira Belo. Àquele Madalena deveu a sua elevação a município. A êste, a assinatura do decreto que a emancipou de Cantagalo.

Braz Viana, antes de ver coroada de êxito a sua aspiração, passou angustiosos momentos. Conta-se que dependia a causa dum voto e êste lho prometera um padre deputado que, depois, na hora de votar, arrependido ou ameaçado, deixou o recinto das sessões trancando-se em compartimento pouco próprio...

Quer a tradição — e não nos repugna endossá-la, dada a têmpera inquebrável dos varões daquela época — que, fuzilante de cólera, dali o fôsse tirar Braz Viana, metendo os ombros à porta trazendo-o pela gola à sala, onde êle teve de cumprir a promessa.

Se as coisas se passaram realmente, de maneira tão viva, não sabemos nós.

Mas, por isso fôsse ou por aquilo, o fato positivo é que, em 24 de outubro de 1861, pelo Dec. n.º 1 208, Madalena, desmembrada do têrmo de Cantagalo e tendo anexadas a si as freguesias de S. Francisco de Paula e S. Sebastião do Alto, eleva-se à categoria de vila. Instalou-se o novo município em 8 de junho de 1862, quando, nos têrmos do art. 2.º do próprio decreto da criação, "os moradores mobiliaram à sua custa uma casa para as sessões da Câmara Municipal, do Júri e das audiências das autoridades".

Instalado, era mister formar-se o patrimônio municipal. E os primeiros vereadores quiseram, para tanto, apoderar-se dos terrenos doados à Santa em 1850 pelo padre Frouthé, a pretexto de nulidades da escritura. Processou-se longa questão, na qual interferiu o próprio Ministro da Justiça, marquês de Abrantes, dizendo, em 20 de julho de 1863, ao presidente da Província, Policarpo Lopes de Leão, "que nenhum direito assistia à Matriz àquelas

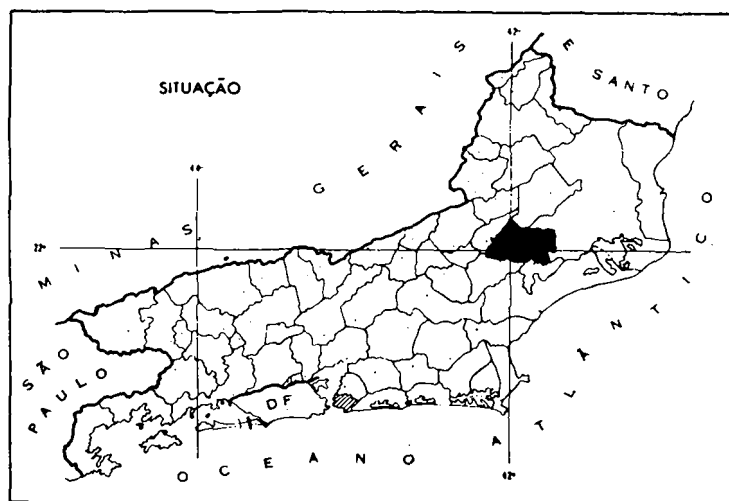
Igreja-Matriz de Santa Maria Madalena.

Cooperativa Agropecuária Municipal.

terras, pelo motivo de não ter pedido Dispensa da lei de amortização"; todavia não era a Câmara que lhe competia suceder, mas sim a Fazenda Nacional. Entretanto, não sendo justo deixar-se de povoar a vila, e tendo isso em aprêço, mandava o Ministro demarcar os terrenos, dividi-los em lotes e aforá-los aos povoadores que requeressem em primeiro lugar.

Madalena foi elevada a cidade em 28 de junho de 1890, pelo Dec. n.º 107. De então para cá, caminha e progride, destinando-se a ser, pela riqueza do seu solo e pela atividade dos seus filhos, um dos mais prósperos municípios do Estado do Rio de Janeiro, engrandecendo-o, honrando a pátria e elevando-se a si mesma".

A comarca de Santa Maria Madalena foi criada por fôrça do Decreto n.º 1 781, de 13 de dezembro de 1872, e suprimida pela Lei n.º 643, de 7 de setembro de 1904. Pela Lei n.º 740, de 29 de setembro de 1906, foi restabelecida, e se compõe atualmente do têrmo único de Santa Maria Madalena.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santa Maria Madalena está localizado na Zona Fisiográfica de Cantagalo, apresentando seu solo relêvo bastante acidentado. A sede municipal tem por coordenadas geográficas 21° 57' 30" de latitude Sul e 42° 00' 48" de longitude W.Gr., distando, em linha reta, da Capital do Estado, 154 km, rumo E.N.E

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Sede municipal — 632 m.

CLIMA — Goza de remone de bom clima, não só na sede municipal mas também nos vilarejos e fazendas vizinhas, clima êsse geralmente sêco e ameno, possuindo boas condições de salubridade. Na sede municipal a média das temperaturas máximas ocorridas em 1956 foi de 34,3°C e a das mínimas, de 7,7°C, sendo a média compensada de 20,6°C. A precipitação no ano, altura total em mm, foi de 1 134,8.

ÁREA — 826 km².

POPULAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população do município é de 14 592 habitantes, sendo 7 558 homens e 7 034 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e a situação do domicílio era conforme o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Santa Maria Madalena	5 565	2 867	2 698	455	518	61	67	2 351	2 113
Doutor Loréti	2 286	1 174	1 112	10	8	—	—	1 164	1 104
Renascença	1 056	542	514	9	7	—	—	533	507
Santo Antônio do Imbé	3 419	1 778	1 641	78	96	6	11	1 694	1 534
Sossêgo	962	495	467	57	39	—	—	438	428
Triunfo	1 304	702	602	188	198	34	40	480	364

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 16 300 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O município tem suas atividades econômicas volvidas para a agricultura e pecuária. Na agricultura destacam-se as lavouras de café, milho, mandioca e feijão, enquanto que na pecuária o gado de corte é exportado principalmente para Campos e daí distribuído para outros centros. Há pequena indústria extrativa, bem como de laticínios e beneficiamento de café. Os quadros a seguir dão o índice da produção agropecuária e industrial do município em 1956:

Produção agrícola (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	780	15 298
Feijão	»	240	2 196
Milho	»	480	1 975
Arroz com casca	»	220	1 075
Banana	Cacho	66 000	706

Produção extrativa (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	6 920	484
Dormentes	Unidade	3 840	192
Plantas medicinais	Quilograma	5 150	39

Produção industrial (*)

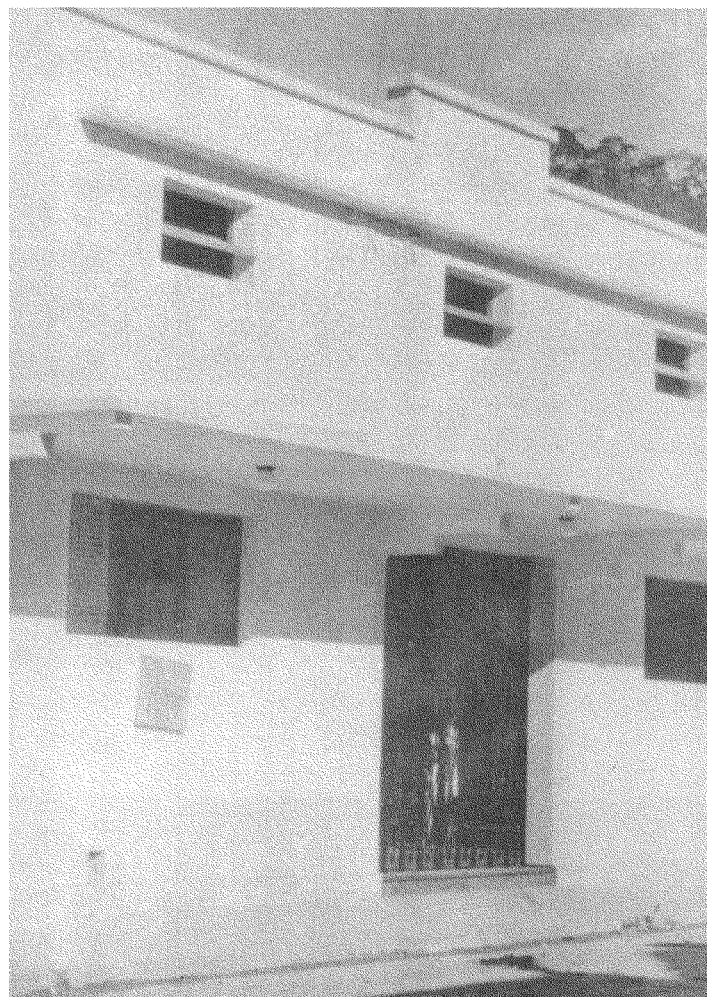
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Manteiga	Tonelada	30	2 120
Queijo	»	36	1 447
Fubá de milho	»	138	846
Farinha de mandioca	»	96	577
Aguardente	Litro	43 400	521
Tijolos e telhas	Milheiro	360	294

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A sede municipal está ligada à rêde rodoviária estadual pela estrada de rodagem

RJ-85 que, partindo do km 20,6 da RJ-26 (Macuco—Trajano de Morais), nas proximidades de Manoel de Morais, atinge a cidade de Santa Maria Madalena depois de um percurso de 18 km. Dista de Cordeiro 62 km e de Niterói, 231,4 km. O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, ficando a estação da sede municipal a 361,1 quilômetros de Barão de Mauá no ramal de Trajano de Morais a Santa Maria Madalena. Existem no território do município as seguintes estações e paradas ferroviárias: Triunfo Carocango, Quilômetro 51 e Manoel de Morais, no ramal de Conde de Araruama—Manoel de Morais, e Paz, Doutor Loréti, Miguel, Usina Corrêa e Santa Maria Madalena, no ramal de Trajano de Morais—Santa Maria Madalena. A sede municipal dista de Niterói, por estrada de ferro, 321 km.

COMÉRCIO E BANCOS — É regular o comércio da sede municipal, atendendo suficientemente às necessidades locais. O número de estabelecimentos comerciais varejistas eleva-se a 64, não havendo estabelecimentos comerciais atacadistas. Suas maiores transações comerciais são feitas com as praças de Niterói e Rio de Janeiro, não se excluindo todavia o intercâmbio comercial com os municípios vizinhos. Possui uma Agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, que tinha, em 31 de dezembro de 1956, 1 002 cadernetas em circulação, com depósitos que se elevavam a 6 milhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui diversas quedas de água, dentre as quais sobressai a cachoeira de Tutelândia, com 48 m de altura aproveitada e 1 m³/s de descarga utilizada, além de outras não exploradas. Consta também que suas terras são ricas em jazidas de cobre, mica, argila plástica vermelha e cal. Das extensas matas que recobrem o território municipal, extraem-se madeiras para diversos fins e plantas medicinais, principalmente seiva de jatobá, agoniada, pacová e guaxima. Encontram-se diversas espécies de animais comuns à fauna fluminense, como onças, pacas, macacos, tamanduás, capivaras, etc. Entre as aves: melros, arapongas, sabiás, sanhaços e outras. Nos rios os peixes encontrados com maior abundância são: robalos, piaus, surubins e bagres.

Vista parcial da cidade.

Clube Montanhez.

ASPECTOS URBANOS — Santa Maria Madalena não é uma cidade grande mas é interessante, alegre, salubérrima, não lhe faltando as necessárias condições de higiene, trato e confôrto. É iluminada a luz elétrica, tem boa água encanada e rêde de esgotos. Há bons prédios na cidade, embora conserve ainda fisionomia marcante do fausto da época imperial. Entre os melhoramentos urbanos, a cidade conta com: Aparelhos instalados — 4; Ligações elétricas — 305; Domicílios servidos por abastecimento de água — 248; Hotéis — 4; Cinema — 1. Dos 24 logradouros da cidade, apenas 4 são calçados a paralelepípedos, cobrindo a área calçada 3 500 m².

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município as seguintes repartições: Agência Postal-telegráfica de Santa Maria Madalena e Agências Postais de Triunfo, Doutor Loréti, Renascença, Alto Imbé, Sossêgo e Santo Antônio do Imbé. Os serviços telefônicos são feitos pela Companhia Telefônica Brasileira, com postos em Santa Maria Madalena e Visconde do Imbé. A Estrada de Ferro Leopoldina possui serviço telegráfico em suas estações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população do município, no setor de saúde, é atendida pelo Pôsto de Saúde de Santa Maria Madalena, dispondo mais o município de: Farmácias — 2; Médicos — 2; Dentistas — 2; Farmacêuticos — 2.

ALFABETIZAÇÃO — Dentre as pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 4 335, sendo 2 452 homens e 1 883 mulheres, e na sede municipal, dos 957 habitantes dessas idades, eram alfabetizados 341 homens e 328 mulheres.

Ensino — Conta o município com 38 estabelecimentos dedicados ao ensino primário geral, que segundo a subordinação administrativa são: 21 estaduais, 9 municipais, 1 particular e 7 federais, destinados à alfabetização de adultos. O ensino ginasial é ministrado pelo Ginásio de Santa Maria Madalena, organização particular, anexa ao qual, funciona a escola normal. O município atrai para êsse estabelecimento estudantes de outras localidades.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir apresenta as arrecadações federal, estadual e municipal, e despesa do município, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	...	750	507	160	612
1951	231	1 154	707	196	708
1952	407	986	784	200	724
1953	488	1 240	951	241	1 201
1954	521	1 613	953	250	1 173
1955	547	1 972	1 021	253	1 129
1956	837	2 044	(1) 1 330	(1) 338	(1) 1 330

(1) Orçamento.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — O templo que lhe serve de Igreja-Matriz, cuja construção teve início em 1885, de alvenaria de pedra, obra do português Joaquim de Oliveira Vilinha. Construído em estilo romântico de transição, apresenta linhas esguias e elegantes. Na cidade há um monumento ao Presidente Getúlio Vargas, constituído de um busto de bronze em pedestal de granito. Obra de Benevenuto da Silva, foi inaugurado em julho de 1942. Entre os elementos naturais de beleza artística, devem ser citados: "Pedra de Dubois", nome que se originou do antigo proprietário da região em que a mesma se localiza, Ernesto Dubois, de nacionalidade francesa. Tem 1 200 m de altitude e só por um lado pode ser escalada; a "Pedra da República", assim denominada por ter a aparência de um barrete frígio. Atinge a 1 800 m de altitude e está situada no distrito de Santo Antônio do Imbé.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo do município apresenta relêvo bastante acidentado. Dentre suas principais elevações sobressaem as serras de: Imbé, Barra, Sossêgo, Timbiras e Queimadas. O ponto culminante é a Pedra do Desengano, com 2 000 m de altitude, seguindo-se-lhe as da República e Dubois. Os mais importantes rios que banham o território de Santa Maria Madalena são: Grande, a noroeste, limitando êste município com o de São Sebastião do Alto, tendo por principais afluentes os ribeirões Santíssimo e Macapá; Imbé, que, nascendo em Trajano de Morais, vai desaguar na lagoa Feia, em Campos, depois de atravessar Santa Maria Madalena, de sudoeste para nordeste, sendo seus afluentes principais os rios Segundo, Norte e Mundo que fazem divisa com o município de Campos e ainda o ribeirão Sossêgo; Macabu a sudoeste, limitando, também, êste município com o de Macaé, até receber o ribeirão Carocango, na divisa com o município de Trajano de Morais, recebendo também o ribeirão da Pedra Branca, que separa, ao sul, Santa Maria Madalena de Campos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funciona no município a Colônia de Férias da Associação dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (ASPERJ) e o Hôrto Frutícola "Santos Lima" da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, do Estado. O município conta: Associações culturais-desportivas — 2; Sociedade artística — 1; Cinema — 1; Tipografia — 1.

VULTOS ILUSTRES — O município tem entre seus filhos o médico Francisco Fajardo, que foi professor de Medicina no Rio de Janeiro, autor de excelentes monografias médicas e que foi considerado como o "Mártir da Ciência", e Joaquim dos Santos Lima Júnior, renomado botânico no Estado.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos distritos de Santa Maria Madalena, Doutor Loréti, Renascença, Santo Antônio do Imbé, Sossêgo e Triunfo.

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A história das origens do atual município de Santo Antônio de Pádua remonta aos primórdios do século XVIII. Segundo relatam os historiadores, foi no primeiro quartel dêsse século que se verificaram as árduas viagens do frade Capuchinho, Fernando de Santo Antônio, pelos ínvios sertões então existentes no curso submédio do rio Paraíba do Sul. Ficando conhecedor das lutas cruentas que se verificavam nas selvas, onde os índios puris e coroados campeavam e de onde partiam para seus ataques guerreiros às povoações civilizadas, o abnegado religioso tanto se esforçou que conseguiu dos governantes a doação de algumas sesmarias nas margens do rio Pomba, afluente do Paraíba, a fim de nelas erigir aldeamentos indígenas, onde lançasse os marcos iniciais de uma grande obra de catequese.

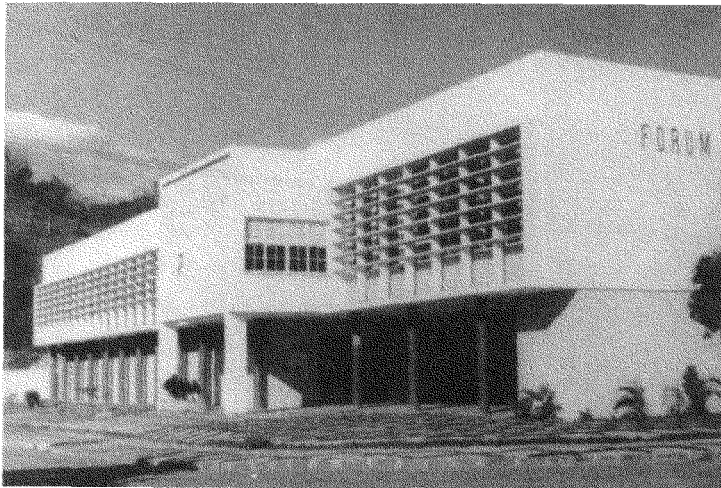
Animado com a doação régia dos terrenos necessários ao empreendimento projetado, frei Fernando iniciou logo sua ingrata missão, enfrentando a rusticidade das terras e dos gentios. Entretanto, seus esforços não foram coroados do êxito que era de desejar.

A falta de continuidade e de assistência veio prejudicar, em muito, a obra de catequese e pacificação dos silvícolas, tendo mesmo algumas tribos, já aldeadas, retornado ao seio das florestas onde se entregaram, novamente, à vida nômade.

Só muitos anos depois, já nos começos do século XIX, foi que surgiu um continuador para a obra de frei Fernando, na pessoa do frade secular Antônio Martins Vieira. Transpondo inúmeros obstáculos, êsse religioso veio dar

novo impulso às obras de catequese, fazendo erigir, nas proximidades do rio Pomba, uma capela, consagrada ao culto de Santo Antônio de Pádua, em tôrno da qual reuniu muitas famílias indígenas, já pacificadas por seu antecessor. Sabidamente, o novo missionário deu aos aborígines ocupações de acôrdo com suas tendências individuais. Uns lavravam os campos de cereais e mandioca; outros colhiam poaia ou cortavam cabiúnas e tapinhoãs, madeiras de fácil exportação, rio abaixo, para os mercados de São Fidélis de Sigmaringa e Campos dos Goitacás. Alguns anos passados, após o início da gestão de frei Antônio Martins, começou a povoação de Santo Antônio de Pádua a progredir, ensejando que o Govêrno, em 24 de novembro de 1824, elevasse a sua capela à categoria de curada, a instâncias do bispo Silva Coutinho.

Dezenove anos mais tarde, o desenvolvimento da localidade era tal, que os governantes da Província houveram por bem conceder-lhe o predicamento de freguesia. A Lei n.º 296, de 1.º de junho de 1843 rezava em seu artigo 1.º: "Fica elevado à — freguesia —, com a invocação de "Santo Antônio de Pádua", o curato do mesmo nome, sito nos sertões dos "Puris" ou da "Pomba", quase fronteiro à capela filial curada de São José de Leonissa da Aldeia da Pedra; ficando autorizado o Presidente da Província a marcar os limites dessa nova freguesia, em conformidade com a Portaria da Presidência, de 18 de outubro de 1842, e a estabelecer as competentes autoridades".

Dando cumprimento a essa lei, o Presidente da Província, em 4 de fevereiro de 1846, expediu a seguinte deliberação: "De acôrdo com a lei n. 296, de 1 de junho de 1843, a freguesia de Santo Antônio de Pádua fica dividida com o curato de São José de Leonissa da Aldeia da Pedra pela barra do rio Pomba, compreendendo a dita freguesia, às margens de um e outro lado do referido rio, e tôdas as suas vertentes, até os limites atuais com a Província de Minas".

Edifício do Fôro.

Em 19 de abril de 1850, com a elevação de São Fidélis à categoria de "vila", a freguesia de Santo Antônio de Pádua passou a obedecer à sua jurisdição.

Dotada de terras fertilíssimas, a freguesia de Santo Antônio de Pádua progrediu ràpidamente desde a sua fundação, sobretudo no setor agrícola. Foi devido a êsse progresso que, em 2 de janeiro de 1882, o Govêrno da Província, sancionando os desejos de seus habitantes, emancipou-a de São Fidélis, elevando-a à categoria de vila. O Decreto ou Lei provincial n.º 2 597, desta data, estava assim redigido:

"Art. 1.º — As freguesias de Santo Antônio de Pádua e de Nossa Senhora da Piedade da Lage, ora pertencentes ao município de São Fidélis, constituirão um município que terá sua sede no — arraial de Santo Antônio de Pádua elevado à categoria de Vila.

Parágrafo único — A parte da freguesia de São José de Leonissa, compreendida entre os rios Paraíba e Pomba, desde a foz dêste até a do Pirapetinga, fica anexada à freguesia de Santo Antônio de Pádua.

Art. 2.º — A Vila de Santo Antônio de Pádua pertencerá à comarca de São Fidélis.

Art. 3.º — Não será instalada a Vila enquanto seus moradores não depositarem no Tesouro Provincial a quantia necessária para a construção da Casa da Câmara e Cadeia de conformidade com os planos aprovados pelo Presidente da Província".

Em 6 de setembro de 1882, as exigências constantes dêsse último artigo eram satisfeitas, tendo o Visconde de Silva Figueira depositado na Tesouraria Provincial a quantia de 20:800$280, necessária para a construção da Casa da Câmara e da Cadeia de Santo Antônio de Pádua, bem assim, como assinado um têrmo que o responsabilizava pela conclusão das referidas obras. Assim, devido aos préstimos dêsse cidadão, pôde finalmente ser instalada a vila, a 26 de fevereiro de 1883.

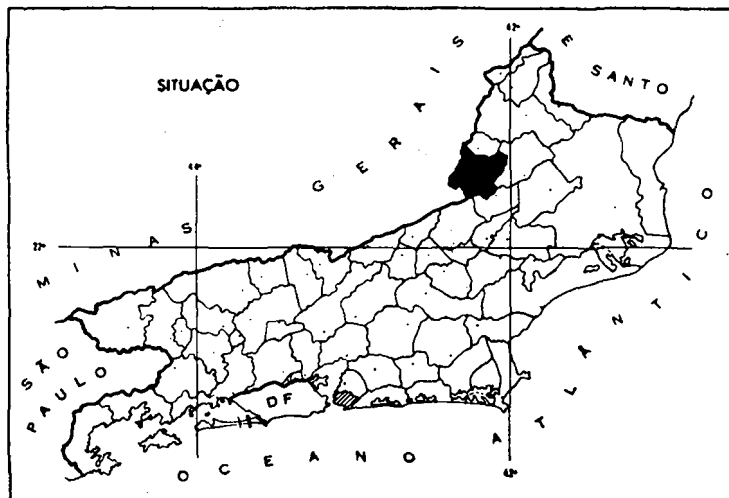
Conseguida a sua autonomia, novos horizontes se abriram para a região. Suas já prósperas lavouras foram intensificadas e seu comércio aumentou. Esta situação foi mantida até a época da Abolição dos Escravos, quando, por falta de braços, sua produção entrou em declínio. Por ocasião do advento do regime republicano, nos distritos ainda existiam riquíssimos fazendeiros, que lutavam desesperadamente contra a baixa dos preços, a carência de trabalhadores rurais, cansaço do solo e precariedade do sistema de transportes. Mesmo atravessando um período crítico, ainda era Santo Antônio de Pádua um elemento de pêso ponderável na comunidade fluminense. Por isso, o govêrno estadual pelo Decreto n.º 17, de 27 de dezembro de 1889, conferiu-lhe a única dignidade administrativa que lhe faltava: a elevação da sede da vila à categoria de cidade.

A partir de 1900, mais se agravou a crise por que atravessou a economia do município, em virtude do abandono de seus campos. Dessa data em diante, as grandes lavouras foram desaparecendo, dando lugar às pequenas culturas, que eram trabalhadas deficientemente, por agricultores de minguados recursos.

Persistindo a carência de trabalhadores rurais que, em sua maioria, buscavam os laranjais da Baixada Fluminense, os canaviais de Campos ou as terras do norte paranaense, a pecuária foi tomando vulto, até representar fator considerável na balança econômica do município.

Atualmente, Santo Antônio de Pádua vem-se reerguendo, possuindo já um comércio florescente e adiantado, boas vias de comunicação e regular número de estabelecimentos de ensino. Observa-se, ainda, em suas terras notável incremento nos setores da agricultura e da pecuária.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal está edificada às margens do rio Pomba e tem como coordenadas geográficas 21° 32' 12" de latitude Sul e, 42° 10' 36" de longitude

W.Gr. O município está situado na Zona Fisiográfica do Muriaé.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 93 m (sede municipal).

CLIMA — O município de Santo Antônio de Pádua desfruta de clima salubre, existindo regiões, tais como as de Serra Bonita, Santa Cândida e Freicheiras, que muito se recomendam, em virtude de sua temperatura aprazível e saudável. A média das temperaturas máximas ocorridas na sede municipal em 1956 atingiu a 4°C, a das mínimas, 8°C, sendo a média compensada de 9,8°C.

ÁREA — 738 km^2.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, Santo Antônio de Pádua possuía 38 060 habitantes, 19 210 homens e 18 850 mulheres. A tendência de fixação populacional era rurícola, pois dêsse grupamento humano 31 183 habitantes compunham o quadro rural do município. A distribuição da população municipal pelos demais distritos era, à época, a que mostra o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Santo Antônio de Pádua	10 229	5 007	5 222	1 802	2 089	111	122	3 094	3 011
Aperibé	5 317	2 713	2 604	300	354	11	10	2 402	2 240
Baltazar	3 514	1 769	1 745	112	133	18	24	1 639	1 588
Ibitiguaçu	2 062	1 038	1 024	90	97	—	—	948	927
Ibitinema	6 308	3 301	3 007	128	114	5	1	3 168	2 892
Ibitiporã	3 924	1 957	1 967	292	325	26	20	1 639	1 622
Marangatu	3 877	1 980	1 897	92	87	33	39	1 855	1 771
Paraoquena	2 829	1 445	1 384	207	222	8	5	1 230	1 157

O Departamento Estadual de Estatística estimou, para 1955, a população de 42 514 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São atividades econômicas de base do município a agricultura e a pecuária. Da população do município, conforme já se observou, antes, no comentário da fixação da população paduana, 85% estão ocupados com o amanho da terra, isto é, nos trabalhos de agricultura e pecuária. São principais produtos da lavoura local: arroz, café e milho. O valor da safra agrícola, em 1955, foi orçado em 36 milhões de cruzeiros. Em dezembro dêsse ano, a população pecuária valia aproximadamente 336 milhões de cruzeiros. Suas indústrias ainda são poucas, podendo ocupar cêrca de 5% da população ativa da cidade. Os quadros que se seguem oferecem aspectos interessantes com relação ao assunto focalizado:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Tonelada	4 800	20 000
Arroz	»	3 284	16 320
Café	»	300	7 400
Feijão	»	72	720
Cana-de-açúcar	»	4 000	600

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1000)
Mineral			
Água mineral	Litro	170 000	167
Pedra bruta	m3	1 500	135
Vegetal			
Madeira bruta	»	1 200	904
Animal			
Mel de abelha	Litro	1 780	24

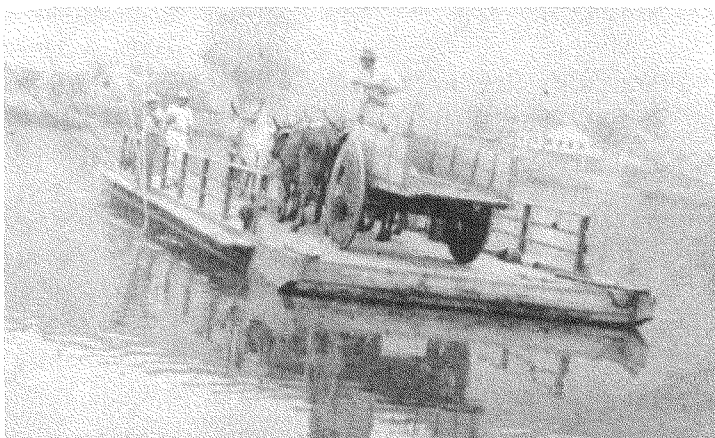
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite pasteurizado	Litro	3 411 722	20 862
Móveis de madeira	Peças	48 496	6 892
Papel e papelão	Tonelada	627	6 025
Manteiga	Quilograma	60 443	2 759
Aguardente	Litro	228 000	1 368

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, que o liga aos convizinhos de Miracema e Cambuci. É servido, também, por várias emprêsas de ônibus com linhas para a Capital da República, a Capital do Estado e os municípios próximos de Miracema, Cambuci, Itaocara, Itaperuna, São Fidélis, no Estado do Rio de Janeiro e Pirapetinga e Pôrto Novo, em Minas Gerais. O município dista da Capital do Estado 312 quilômetros e da Capital da República, 250 km (rodovia). A sede municipal conta 1 linha de ônibus interdistrital e 6 intermunicipais. Até 31-I-1956 a Prefeitura havia licenciado 69 automóveis e 53 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Há 9 estabelecimentos comerciais atacadistas e 368 varejistas instalados na sede. Ex-

Ponte Raul Veiga, sôbre o rio Pomba.

Transporte feito por balsa sôbre o rio Pomba.

portam êles a produção agrícola local para as praças de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. São ramos principais do seu comércio importador os de armarinhos, ferragens, medicamentos, etc. Funcionam em Pádua os seguintes estabelecimentos bancários: Banco do Brasil S. A.; Banco Comércio e Indústria Minas Gerais S. A.; Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S. A. e Banco Ribeiro Junqueira S. A. Os saldos bancários existentes em 28-II-57, eram os que constam dos dados a seguir: caixa em moeda corrente, Cr$ 5 412 000,00; empréstimos em conta-corrente, Cr$ 60 773 000,00; títulos descontados, Cr$ 24 365 000,00; depósitos à vista e a curto prazo, Cr$ 29 910 000,00; e, depósitos a prazo, ... Cr$ 6 165 000,00. Possui Agência da Caixa Econômica Federal, que contava, em 28-II-1957, 2 634 cadernetas em circulação e depósitos no valor de 4 134 mil cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Como riquezas naturais do município, convém salientar, no reino mineral a existência de jazidas de amianto e grafita, das quais a última é encontrada em razoável quantidade. Há fontes de águas iodetadas, magnesianas e litinadas, em fase de exploração. As pequenas reservas florestais continuam sendo devastadas, praticando-se, intensivamente, a extração de madeira para fins de industrialização e produção de lenha. No que tange ao reino animal, a fauna paduana tem os mesmos espécimens comuns à região e quanto à piscicultura não há criação apropriada, dedicando-se à pesca os que o fazem exclusivamente com fins esportivos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santo Antônio de Pádua é dotada dos serviços de abastecimento de água, luz e dos serviços de esgotos e limpeza pública e domiciliária. Entre os vários melhoramentos urbanos de que conta, vale ressaltar os seguintes: 300 aparelhos telefônicos; 900 instalações elétricas; 5 hotéis. A pavimentação da cidade é de cêrca de 80% a paralelepípedos e o restante, a terra melhorada. O rio Pomba corta a sede municipal em duas partes, dando-lhe um aspecto verdadeiramente belo, pois que todo o seu curso é repleto de pequenas cascatas e ilhotas.

COMUNICAÇÕES — O município de Santo Antônio de Pádua integra a rêde de comunicações dos Correios e Telégrafos e são localidades beneficiadas, além da sede municipal: Baltazar, Ibitinema, Morangatu, Aperibé, Ibitiporã, Paraoquena e Ibitiguaçu. A radiotelegrafia da Polícia Militar, como instituição de uso particular, também presta relevantes serviços. A rêde telegráfica da Estrada de Ferro Leopoldina, por sua vez, liga a sede municipal às localidades de Aperibé, Baltazar e Paraoquena. E há, como entidade particular, de prestação de serviço público, a rêde da Cia. Telefônica Brasileira.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A sede municipal dispõe do Hospital Manuel Ferreira, mantido pela Associação Beneficente de Pádua, que explora os serviços de clínica médica e geral, com 60 leitos. Há, ainda, na cidade, o Pôsto de Saúde de Pádua, mantido pelo Govêrno Estadual. Há, nas vilas de Aperibé e Ibitiporã, um Pôsto de Higiene, também do govêrno estadual. Há 19 farmácias e prestam seus serviços profissionais à sede municipal: 5 médicos, 6 dentistas e 19 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Aproximadamente 40% da população presente de mais de 10 anos, conforme os dados do Recenseamento Geral de 1950, sabem ler e escrever.

Ensino — O município tem perto de 60% das crianças em idade escolar matriculados nas escolas primárias. Funcionavam, em 1955, 37 unidades escolares primárias, pertencentes ao Estado e 22 pertencentes à Prefeitura Municipal. Há, também, 1 escola de datilografia, 2 ginásios (1 gratuito noturno e 1 diurno particular), 1 escola de professôres e 1 curso científico e comercial.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir oferece interessantes aspectos relativos ao assunto em epígrafe:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 098	2 807	1 440	937	1 298
1951	1 394	3 097	1 522	969	1 332
1952	1 616	3 960	1 517	912	1 511
1953	2 457	5 201	1 886	1 012	1 731
1954	1 917	6 136	1 411	780	1 980
1955	2 226	6 004	2 722	1 026	2 089
1956	2 631	7 365	3 058	1 122	2 778

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — São dignos de louvor como particularidades artísticas municipais, a Igreja-Matriz de Santo Antônio de Pádua e a ponte que liga as duas partes da cidade cortada pelo rio Pomba, construída no govêrno de Raul Veiga. Existem ainda: o Monumento ao Dr. Aurelino Leal, inaugurado em 11-I-23; um obelisco dedicado ao professorado primário, inaugurado a 2-VIII-36, na sede municipal; e, finalmente, o Monumento a Ruy Almeida, inaugurado em 20-III-50.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo municipal de Santo Antônio de Pádua apresenta um relêvo notàvelmente acidentado, pois as regiões montanhosas ocupam 3/4 da área total. No revestimento florístico nota-se a predominância de capoeiras e capoeirões. Seu clima é agradável, servindo para veraneio, e a sede municipal é dotada de recantos aprazíveis e belíssimos. É ponto de atração turística a Cachoeira dos Macacos, situada no distrito de Baltazar, ainda inaproveitada. O rio Paraíba do Sul, nos limites do município com o de Cantagalo e Itaocara, é o seu mais importante curso fluvial. Dentre os seus principais afluentes, no território municipal, citam-se os rios Pirapetinga e Pomba, sendo que êste percorre o território

de Santo Antônio de Pádua, de oeste para leste, e banha os distritos de Paraoquena, Baltazar e Aperibé.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade é editado um semanário, "O Município de Pádua". A Biblioteca Municipal, de uso público, tem aproximadamente 1 100 volumes catalogados. A cidade é bem servida no que se refere ao cooperativismo, pois existem 2 unidades de produção e 1 de consumo. Há 1 cinema na sede municipal. Dois clubes desportivos fazem a tradição do lugar: O Paduano Esporte Clube e o Aperibense Futebol Clube. Como instituição de propaganda da cultura musical, nota-se a existência da Sociedade Musical "Lira de Orion". Encontram-se 2 livrarias e 1 tipografia. Não há radioemissora, mas, procurando suprir a lacuna, dentro de suas possibilidades, está em constante atividade 1 serviço de alto-falante.

VULTOS ILUSTRES — Santo Antônio de Pádua conta entre seus filhos, o Visconde de Filgueiras, Custódio de Araujo Padilha, Rui Guimarães de Almeida, Dr. Arthur Ramos, o realizador do cabo aéreo do Pão de Açúcar, na cidade do Rio de Janeiro, DF, além de outros que glorificam sobremaneira a terra paduana.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa atual, o município compõe-se dos distritos de Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Baltazar, Ibitiguaçu, Ibitinema, Ibitiporã, Marangatu e Paraoquena.

SÃO FIDÉLIS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo tudo faz crer, o território do município de São Fidélis só recebeu os benefícios da colonização a partir da segunda metade do século XVIII. As primeiras notícias existentes sôbre suas terras datam realmente dessa época. Eram, então, senhores absolutos dessa rica e vasta região fluminense as tribos seminômades dos índios Coroados e dos Puris, os quais pervagavam essas terras em constantes tropelias guerreiras ou venatórias. O desbravamento do território de São Fidélis, segundo Alberto Lamego, em seu livro "Terra Goitacá", verificou-se por volta do ano de 1780, contando-se entre os pioneiros dêsse empreendimento os cidadãos Ângelo Severo da Silva, Faustino Cabral, Pedro Dias, Luiz Coelho e um oficial de sapateiro, cujo nome não chegou até nós. Entretanto, se o seu nome se apagou com o tempo, o mesmo não sucedeu com a sua história. Sabe-se que êste operário fixara-se, logo ao chegar, nas fraldas de uma elevação existente na região, elevação essa que, posteriormente, em sua memória, tomou o nome de Serra do Sapateiro. Esta serra localiza-se hoje nos limites de São Fidélis com o município de Campos. Reza, ainda, a história, que êsse pioneiro, juntamente com dois filhos, foi assassinado pelos índios Coroados, os quais pouparam apenas a vida de sua filha, a quem carregaram para suas tabas, não se tendo nunca mais qualquer notícia a seu respeito.

É interessante se observar que, por essa época afastada, não existia na região nada que se assemelhasse a um povoado. O que havia eram moradias de colonos, esparsas pela mataria, cujos habitantes viviam sob constante ameaça dos oborígines, notadamente dos índios Coroados. Fato curioso é que tenham sido êsses mesmos selvagens que, com o correr dos tempos, viessem solicitar a vinda da civilização para essas plagas. Sôbre tais aspirações dos indígenas, monsenhor Pizarro, em suas célebres "Memórias Históricas" faz o seguinte relato: "Os índios Coroados, que habitavam os sertões de Campos dos Goitacazes, pelas margens do Paraíba, dando demonstração de quererem aldear-se, vinham freqüentemente à vila de São Salvador dos Campos (atual cidade de Campos) pedir um sacerdote para seu diretor, até que o mestre-de-campo João José de Barcelos, prevendo o bom resultado que podia colher-se de um aldeamento, comunicou ao vice-Rei, Marquês de Lavradio, as favoráveis pretensões que manifestavam os Coroados. O vice-Rei não quis deixar de aproveitar-se dêste ensejo para fundação de mais um povoado e, para conduzir, fàcilmente os indígenas à vida social e fazê-los perder tôda a repugnância, que porventura tivessem pelos costumes civis, tão contrários aos hábitos arraigados de uma vida nômade, ordenou ao mestre-de-campo que enviasse alguns dêles à cidade do Rio de Janeiro. Contentes com o agasalho que lhes deram, satisfeitos com os carinhos e desvelos que lhes foram prodigalizados, voltaram os índios, engrandecendo e exagerando as qualidades e maneiras do vice-Rei e foram levar ao conhecimento de seus irmãos a sua admiração pelas habitações que viram, pelas comodidades sociais que presenciaram e gozaram, pela ordem e polícia que observaram em tão grande, vasta e populosa aldeia, como para êles seria a capital do nosso Império". Foi assim que, interessando-se pelos indígenas dessa região, o vice-Rei apressou-se em atender os seus desejos, dando as primeiras providências para que se erguesse uma grande aldeia, onde êles pudessem usufruir os benefícios da civilização. Foram incumbidos dessa missão os frades Capuchinhos frei Vitório de Cambiasca e Frei Ângelo Maria de Luca, que chegaram às terras do atual município de Campos em 14 de setembro de 1781. Partindo dali em demanda de um local apropriado para a ereção da futura aldeia, atingiram os missionários, no dia 27 do mesmo mês e ano, um sítio, distante, conhecido pela denominação de Gamboa, onde observaram a existência de cêrca de trinta índios Coroados, habitando três rústicas choupanas, nas quais encontraram os religiosos pouso e acolhida carinhosa e amiga. Logo no dia seguinte à sua chegada, prepararam os Capuchinhos um pequeno oratório, onde celebraram a primeira missa rezada

Igreja — Matriz de São Fidélis.

Vista aérea da usina Pureza.

naquelas paragens inóspitas, batizando, a seguir, cinco crianças indígenas.

Dentro em breve, propalava-se pelas selvas a notícia da chegada e da estada dos religiosos na localidade; então, numerosos indígenas que perambulavam pelas matas vizinhas, acorreram ao aldeamento da Gamboa. Alguns eram trazidos pela curiosidade e outros impelidos pelas promissoras novidades que a civilização faculta. O primeiro ato dos religiosos foi o de vestir, convenientemente, os adventícios à custa da Fazenda Real, o que, segundo consta, muito alegrou aos aborígines. Satisfeitos, ergueram êles, em redor do primitivo oratório, já agora transformado em capela, dedicada ao culto de São Fidélis de Sigmaringa, cêrca de quarenta choupanas onde passaram a residir. Localizava-se êsse aldeamento a dez léguas de distância da então vila de São Salvador dos Campos, em sítio fronteiro ao rio Paraíba no local onde hoje se ergue a cidade de São Fidélis. A população da aldeia, logo após a chegada dos primeiros contingentes indígenas, passou a progredir e adensar ràpidamente, em grande parte devido à bondade dos dois frades, que atraíam, com sua carinhosa proteção e com seus sábios conselhos, os índios de tôda a redondeza.

Passados oito anos, após a chegada dos Capuchinhos a essas plagas, já a povoação florescia, ensejando a que frei Tomaz da Cidade do Castelo, que viera da Metrópole em seu auxílio, projetasse a construção de um majestoso templo, de vez que a pequenina capela existente na localidade não condizia com o progresso que nela já se verificava. A pedra fundamental dêsse templo, todo êle desenhado pelos dois frades referidos, foi lançada a 8 de setembro de 1799, por entre grande alarido e regozijo por parte não só dos aborígines locais, como também dos colonizadores brancos, já existentes aí, nessa época. Essa igreja, inaugurada em 23 de abril de 1808, ainda hoje existe como um atestado da coragem, da abnegação e da fé que animaram aquêles missionários. É ela a atual igreja Matriz de São Fidélis.

Causa estranheza o fato de que uma povoação tão próspera e, já em 1808, com um templo tão rico e formoso, só quatro anos mais tarde, em 1812, recebesse o predicamento de curato. Representava, então, a agricultura, o principal fator de progresso da região. Por êsse tempo, grande era o número de fazendas exploradas pelo elemento branco, e prósperas eram as roças trabalhadas pelo elemento indígena, guiado e protegido pelos religiosos. Ao lado da agricultura pode-se também destacar, se bem que em menor escala, a exploração extrativa de madeiras de lei, abundantíssimas na localidade.

A prosperidade econômica e social, observada no curato de São Fidélis, durante os anos que se seguiram ao reconhecimento eclesiástico de seu templo, proporcionou-lhe o predicamento de freguesia que lhe foi concedido por fôrça da Lei n.º 177, de 2 de abril do ano de 1840. Infelizmente, nenhum dos dois abnegados fundadores da povoação puderam ver, coroadas de pleno êxito, as finalidades de sua missão. Frei Ângelo Maria de Luca faleceu em 26 de maio de 1811 e frei Vitório Cambiasca em 1 de setembro de 1815. Quatro anos após a elevação do curato à categoria de freguesia, um grande acontecimento se verificou na localidade. Em 12 de abril de 1847, o imperador D. Pedro II hospedou-se na sede da freguesia, em casa do coronel João Manoel de Souza, um dos mais importantes fazendeiros do lugar, mais tarde agraciado com o título de barão de Vila Flor.

O historiador Inácio Raposo, quando se refere à criação do município de São Fidélis, relata o seguinte episódio: "Numa visita que dispensara o monarca às obras que se faziam no zimbório da majestosa Igreja de São Fidélis, disse o futuro barão de Vila Flor ao ilustre soberano que admirava as belezas do Paraíba: — Que povoação é esta para uma vila!

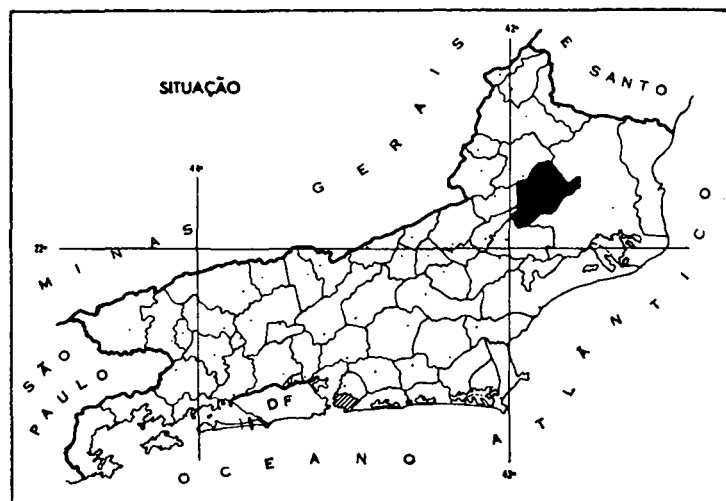
O Imperador sorriu discretamente e respondeu-lhe: — Será!"

A Imperial visita valeu, à freguesia, a sua elevação à categoria de vila, ficando o seu território emancipado da jurisdição do município de Campos, porque, cumprindo a promessa que fizera três anos antes, o monarca promoveu a melhoria prometida, com a publicação da Lei n.º 503, datada de 19 de abril de 1850. A vila de São Fidélis, criada por fôrça da Lei acima citada, constituiu-se, originàriamente, das freguesias de São Fidélis e Santo Antônio de Pádua e do curato da Aldeia da Pedra (atual Itaocara). Cumpridas as exigências da lei de criação do município, que consistiam na construção da Casa da Câmara e da Cadeia Pública, a expensas dos habitantes da localidade, efetuou-se, no dia 5 de março de 1855, a festiva instalação da vila. Entrando na posse plena de sua autonomia, São Fidélis recebeu, por êsse motivo, novo impulso. Suas terras valorizaram-se ainda mais e suas lavouras progrediram e se estenderam por quase todo o território municipal. Em 1870, tal era o progresso da localidade que, a instâncias de seus habitantes, o govêrno houve por bem elevar a sua sede de predicamento de vila à categoria de cidade, por fôrça do Decreto n.º 1 533, de 3 de dezembro dêsse ano.

Com a derrocada do sistema escravagista, motivada pela promulgação da Lei Áurea, em 1888, a estrutura econômica de São Fidélis, município quase que exclusivamente agrícola, sofreu um rude golpe. Da noite para o dia, suas lavouras regrediram, o seu comércio estacionou. Entretanto, graças à fibra de seus habitantes, relativamente rápida foi a readaptação da economia municipal, ensejando que, em 8 de maio de 1892, fôsse o município de Monte Verde, criado em 6 de maio de 1891, extinto e, anexado ao território de São Fidélis. Atualmente, é próspera a situação do município, cuja sede, a cidade de São Fidélis, de aspecto agradável, possui bons edifícios e conta com numerosos melho-

ramentos, como seja: telefone, correio, escolas, bancos, hotéis, etc.

As fontes de produção de São Fidélis estão bem desenvolvidas, mantendo o município ativo comércio de exportação constituído pelos embarques de café e de outros produtos de suas lavouras, bem assim como de quantidade apreciável de aves e ovos".

LOCALIZAÇÃO MUNICIPAL — A sede municipal tem como coordenadas geográficas as seguintes: 21° 38' 48" de latitude Sul e 41° 44' 42" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 198 km. Rumo em relação à capital do Estado: N.E. O município está situado na Zona Fisiográfica de Cantagalo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal atinge apenas 24 m.

CLIMA — O clima do município é em geral salubre. A temperatura é branda na maior parte do ano, regulando, por média, 22°C. Em algumas localidades desfruta de um clima quase do tipo europeu. A precipitação total, no ano de 1956, atingiu a altura de 709,6 mm.

ÁREA — Corresponde a 994 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Na conformidade dos elementos obtidos pelo Recenseamento Geral de 1950, existiam, à época, 43 869 habitantes, sendo 22 061 homens e 21 808 mulheres. Dêsse total 36 850 faziam o quadro rural do município, o que bem atesta a tendência do povo fidelense pelas lides rurais. A distribuição da referida população pelos distritos que constituem o município é a seguinte:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Fidélis	14 220	7 029	7 191	1 250	1 451	856	916	4 923	4 824
Cambiasca	6 334	3 222	3 112	107	115	—	—	3 115	2 907
Colônia	7 746	3 980	3 766	106	83	20	14	3 854	3 669
Ipuca	7 276	3 654	3 622	227	251	89	108	3 338	3 263
Pureza	8 293	4 176	4 117	408	415	303	300	3 465	3 402

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população fidelense, para 1955, em 49 003 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são as relativas à pequena lavoura e as ligadas às indústrias de transformação agropecuária. O café, a cana-de-açúcar, o milho, o feijão e o arroz são, pela ordem, as principais culturas locais. O maior volume dessa produção estimada, em 1955, em .... Cr$ 98 400 000,00, é consumido pela própria comuna que, ainda assim, exporta excedentes para centros consumidores como Rio de Janeiro, Niterói, Campos, etc. A pecuária, avaliada, em 1955, em Cr$ 106 500 000,00, apesar do seu pequeno volume atende não sòmente às necessidades municipais como chega a exportar gado de corte para o município de Campos. Os quadros que se seguem, pela facilidade da exposição numérica, oferecem interessantes aspectos no que tange ao assunto focalizado:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar	Tonelada	169 600	50 880
Café beneficiado	»	1 594	39 843
Arroz com casca	»	660	3 300
Milho	»	579	2 443
Feijão	»	264	2 112

Produção extrativa — 1956 (*)

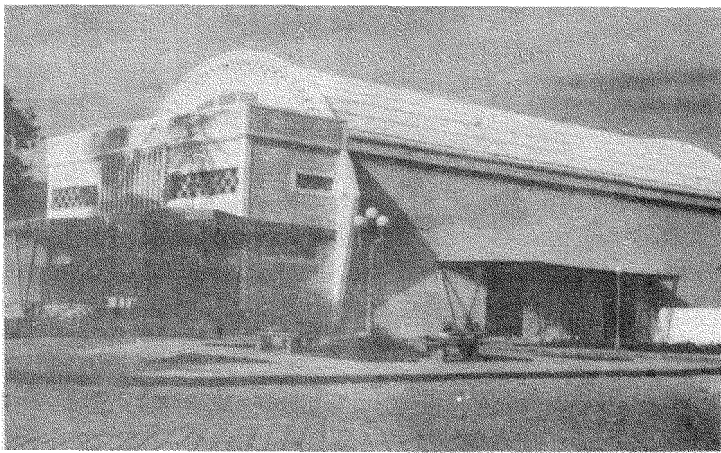
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	8 750	875
Animal			
Leite	Litro	1 920 000	6 912

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açucar cristal	Tonelada	4 677	37 057
Café torrado	»	556	22 812
Sacaria	Unidade	848 296	14 421
Aguardente	Litro	1 040 210	9 157
Álcool	»	788 000	2 758
Manteiga	Tonelada	34	2 415
Massas alimentícias	»	276	2 863

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de São Fidélis é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, ramal Campos—Miracema, que o cruza na direção E.-N.O., com 44 km de leito férreo, contando com as seguintes estações: Ernesto Machado, São Fidélis, Grumarim e Pureza. Além destas, existem, no referido ramal. as seguintes paradas: Fazenda da Pedra, Pedra do Alecrim, Pedra d'Água, Santo Antônio da Posse e Timbó. Possui, no que tange aos transportes rodoviários coletivos, duas linhas de ônibus interdistritais e 7 linhas intermunicipais. A navegação fluvial é também praticada no município, conquanto de forma incipiente, ou seja, por meio de embarcações primitivas conhecidas como "pranchas", mantendo linha entre São Fidélis e Campos. A Prefeitura Municipal havia licenciado, até 31-XII-55, 39 automóveis e 72 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é bastante ativo, encontrando-se na sede municipal 6 estabelecimentos atacadistas e 112 varejistas. As praças com que mantém transações comerciais são as de Campos, Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo, às quais vende os excedentes de sua produção, importando, por outro lado, artigos de que carece,

Cine Santo Amaro.

como de vestuário, ferragens, plásticos, bebidas, materiais de construção, medicamentos, etc. Prestam valiosos serviços ao comércio e à indústria fidelense as seguintes agências bancárias: Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.; Banco do Estado do Rio de Janeiro; Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro; e Banco Ribeiro Junqueira S. A. Os saldos bancários existentes em ...... 28-II-57, nos estabelecimentos acima citados, eram os seguintes: caixa em moeda corrente Cr$ 5 983 000,00; empréstimos em conta corrente, Cr$ 356 000,00; títulos descontados, Cr$ 26 714 000,00; depósitos à vista e curto prazo, Cr$ 24 900 000,00; e, depósitos a prazo, Cr$ 13 196 000,00. A Caixa Econômica Federal presta, de seu turno, valiosa cooperação à economia local, tendo 4 715 cadernetas expedidas em um movimento global de depósito no valor de Cr$ 5 797 557,60, em 31-XII-1956.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora do município é bastante rica e entre as variedades encontradas destacam-se as medicinais como a castanha-mineira, o jatobá, o pau-ferro, a quina-rosa, a quina-do-mato, a quina-mineira, a salsaparrilha, a caroba, o alecrim-do-campo, boldo e outras. Apesar da devastação florestal verificada em anos anteriores, ainda se encontram madeiras, na região divisória com o município de Campos, como cedro, óleo-vermelho, peroba-branca, peroba-rosa, canela-parda, canela-riscada, ipê, jatobá, angico, canjerana e outras de menor valor comercial. A fauna é representada por animais diversos, dentre êles os caititus, as antas, os macacos, as pacas e cutias. Já quanto à piscicultura, há espécies como o robalo de água doce, bagre, corvina, piau, manjuba, grumata, sairu, piaba, mandi, piabanha, além da lagosta e do camarão da água doce. A pesca é de pequena monta e se circunscreve mais ao rio Paraíba. No solo fidelense são encontrados minerais como ouro, ferro, malacacheta, feldspato, esmeril, platina, grafita, quartzo, zircônio, cristal de rocha, na conformidade de estudos técnicos levados a efeito. Há várias quedas d'água cujo potencial em H.P. constitui objeto de estudo para fins de aproveitamento, valendo ressaltar o Salto do Recreio, a Corredeira do Angelim, a Cachoeira Alta, formada pela fusão dos rios Lopes e Romão, bem como as corredeiras Macapé, Oriente, Mocotó, Dois Rios e Funil, tôdas ainda não aproveitadas.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal está provida de iluminação pública e domiciliária, de abastecimento d'água, de rêde de esgotos, e estima-se que 54% da área quadrada dos logradouros públicos de São Fidélis estejam calçados de paralelepípedos. Existem 18 ruas; duas avenidas, 3 becos e 4 praças estão devidamente calçados, sendo que 4 ruas, uma avenida, 3 praças e 1 beco, de forma integral, e o restante, parcialmente. Entre os vários melhoramentos urbanos de que dispõe a sede municipal, convém assinalar as seguintes: 161 aparelhos telefônicos, 927 ligações elétricas, 821 domicílios abastecidos de água, 4 hotéis e 5 pensões.

COMUNICAÇÕES — A rêde de comunicações dos Correios e Telégrafos presta relevantes serviços à coletividade fidelense. Mantém agências postais-telegráficas na sede municipal, em Grumarim e Pureza e agências postais em Ernesto Machado, Ipuca, Colônia e Cambiasca. Na condição de entidade que mantém rêde de comunicações telegráficas, de uso privativo, anota-se a Estrada de Ferro Leopoldina que liga, entre si, as localidades de Ernesto Machado, Grumarim, Pureza e a sede municipal. São localidades servidas pela Cia. Telefônica Brasileira a cidade de São Fidélis e a vila de Pureza. Há, também, como veículo de comunicação a Radioemissora de São Fidélis Ltda., com o prefixo ZYP-25, na freqüência de 640 quilociclos e 3 100 watts na antena.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui a sede municipal os seguintes nosocômios: Hospital do Centro Espírita "José de Castro", com serviço de clínica geral e internamento, dispondo de 35 leitos, e Hospital da Associação Hospitalar "Armando Vidal", com 49 leitos, de natureza particular, com serviços de clínica médica e cirúrgica. Prestam serviços de diversos tipos, à sede municipal, o Pôsto de Saúde de São Fidélis, mantido pelo Govêrno Estadual e o Pôsto de Puericultura da Legião Brasileira de Assistência. Há, também, um Pôsto de Saúde, no distrito de Pureza, mantido pelo Govêrno Estadual. Conta ainda, na sede municipal, com 8 farmácias, além de prestarem-lhe serviços profissionais 6 médicos, 6 dentistas, 8 farmacêuticos e 2 veterinários.

ALFABETIZAÇÃO — Na conformidade dos elementos do Recenseamento Geral de 1950, da população presente (de 5 anos a mais), 36% sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1955, havia 82 unidades escolares (sendo 46 estaduais e 36 municipais) e uma de ensino secundário (Colégio Fidelense, com Escola Normal e Curso Científico), atraindo alunos dos municípios convizinhos, pela qualidade do ensino nêle ministrado. A quota de crianças matriculadas no ensino primário, em 1955, atinge 52%.

Curso Normal Rural (aula prática de horticultura).

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir, pela riqueza do detalhe numérico, espelha com facilidade, particularidades bastante interessantes do assunto epigrafado:

ANCS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	3 813	4 133	1 475	991	1 612
1951	4 634	7 886	2 341	1 266	2 375
1952	5 350	7 954	2 478	1 258	3 235
1953	8 434	9 171	2 669	1 443	4 175
1954	11 455	8 722	2 864	1 786	4 084
1955	8 432	9 278	4 588	2 202	4 549
1956	7 144	10 060	5 200	2 425	5 200

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A igreja Matriz, consagrada a São Fidélis de Sigmaringa, erigida em 1840, pelos frades Capuchinhos Ângelo Maria de Luca e Vitório de Cambiasca é das mais imponentes igrejas do Estado do Rio de Janeiro e orgulho arquitetônico de São Fidélis. Seu formato é de uma cruz, nos moldes da Basílica de São Pedro, em Roma. É igualmente digna de admiração a Igreja Batista de São Fidélis, fundada em 1894, bem como o templo do Centro Espírita "José Castro", fundado em 1926. Existe, além do mais, como manifestação de natureza artística, no município, o belíssimo Monumento comemorativo do 1.º Centenário de São Fidélis, inaugurado em 23-IV-1940. Um obelisco singelo nota-se à frente da igreja Matriz que, pertencendo a uma chácara existente nas cercanias, foi, depois de adquirida pela Estrada de Ferro Leopoldina, doado à municipalidade. A ponte metálica sôbre o rio Paraíba, pela sua singular beleza arquitetônica, pode ser considerada como particularidade artística digna de registro.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os terrenos do município de São Fidélis são em maior parte graníticos. As reservas florestais são localizadas em terrenos dêsse tipo. Nas zonas mais acidentadas são encontrados os terrenos de argila, geralmente mole e de fácil trabalho, para as obras de alvenaria. E, em parte do terreno do distrito de Colônia, encontra-se bom calcário. Há, igualmente, no solo fidelense, diversas fontes de águas terapêuticas e minerais outros, já antes descritos. No município a variação de altitudes vai de 24 a 1 800 metros. Não existe, pode-se dizer, qualquer zona plana em tôda a região. Desde o ponto fronteiro à barra do rio Colégio até o valão da Muribeca, encontram-se, no prolongamento da serra do Mar, os famosos picos e serras: serra do Sapateiro, Mocotó, pico do São Mateus, serra das Almas, Opinião, Peito da Môça, Grandeza, Imburi, Santa Maria Jacutinga, Muribeca e Macapá.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município de São Fidélis além de uma entidade de cultura musical, a "Sociedade Musical 22 de Outubro" e o "Grêmio Literário Machado de Assis", 11 associações desportivas e uma liga desportiva, possui um semanário intitulado o "Fidelense", 3 bibliotecas (sendo a mais importante a da Prefeitura Municipal com 3 200 volumes aproximadamente), uma radioemissora, uma tipografia, uma livraria, uma cooperativa e 1 cinema.

VULTOS ILUSTRES — Foram nomes ilustres que honraram a terra onde nasceram os do Dr. José Francisco de Oliveira e Silva, Dr. Antônio Manuel Peixoto de Souza, Dr. Laurindo Pitta, Dr. Teófilo Sanches e Dr. Eugênio Wandeck. Na pintura destacou-se Hilarião Teixeira da Silva, que foi o chefe dos pintores de estampas da Casa da Moeda. D. Pedro II premiou-lhe com viagens de estudos pelo fato de, aos 12 anos, por ocasião da visita do monarca àquela cidade, ter feito o retrato de S.M.I. com muita arte e perfeição.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, segundo a divisão administrativa vigente, compõe-se dos distritos de São Fidélis, Cambiasca, Colônia, Ipuca e Pureza.

SÃO GONÇALO — RJ

Mapa Municipal na pág. 181 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de São Gonçalo, na época em que se verificou seu desbravamento, era habitado pelos índios Tamoios, cujo domínio se expandia desde São Tomé até Angra dos Reis. Luiz Palmier inicia seu livro "São Gonçalo Cinqüentenário" dizendo: "A história de São Gonçalo, freguesia ou distrito, integra-se no âmago dos fastos das antigas paróquias ou da Vila Real da Praia Grande. Não se despersonalizaram, entretanto, os contecimentos de aspectos locais e, menos, ainda, os feitos próprios da gente, com atuação restrita às margens dos rios, então caudalosos, dos vales imensos, na orla atlântica ou margens da Guanabara. Linhas divisórias, nítidas e precisas, as montanhas circundantes deviam formar barreiras quase intransponíveis às freguesias nascentes".

São Gonçalo fêz parte, primitivamente, da capitania de São Vicente, e, mais tarde, da capitania do Rio de Janeiro. O devassamento dessa região, segundo vários autores, deve ter-se verificado em fins do século XVI; e o desbravamento na primeira metade do século XVII, quando os Jesuítas ali chegaram, fixando-se longe do litoral, na zona hoje conhecida por Colubandê e nas margens dos rios Cabuçu e Imboaçu. Em princípios do século XVII foram essas terras doadas em sesmarias. Referindo-se a essa doação, monsenhor Pizarro, em suas "Memórias", escreveu: "Certo Gonçalo Gonçalves, tendo alcançado uma sesmaria na margem esquerda do rio Guaxindiba, mandou edificar uma igreja que dedicou a São Gonçalo, a qual foi criada paróquia por Alvará de 10 de fevereiro de 1646". Outros autores citam 1647 como sendo o ano em que tal criação se deu. Que a população da localidade, por essa época, já devia estar regularmente densa, serve de atestado o fato de lhe ser con-

Vista parcial da cidade

Rua Feliciano Sodré.

ferido o predicamento de freguesia, mormente em se tendo conhecimento da morosidade com que se processava tais concessões. Definindo essa vagarosidade, Craveiro Costa em seu livro "Maceió" escreve: "A criação de uma freguesia exigia processo moroso e papelada volumosa, que ia do rei para o bispo, do prelado para a mesa da Consciência e Ordem, desta para o Desembargo do Paço, e por fim, tudo minuciosamente examinado e rigorosamente esmerilado e relatado, voltava às mãos do soberano para despacho definitivo".

Foi a partir da época da concessão do paroquiato que a localidade de São Gonçalo entrou em fase de progresso e de riqueza. Baseava-se a sua economia na agricultura, onde sobressaía o cultivo da cana-de-açúcar.

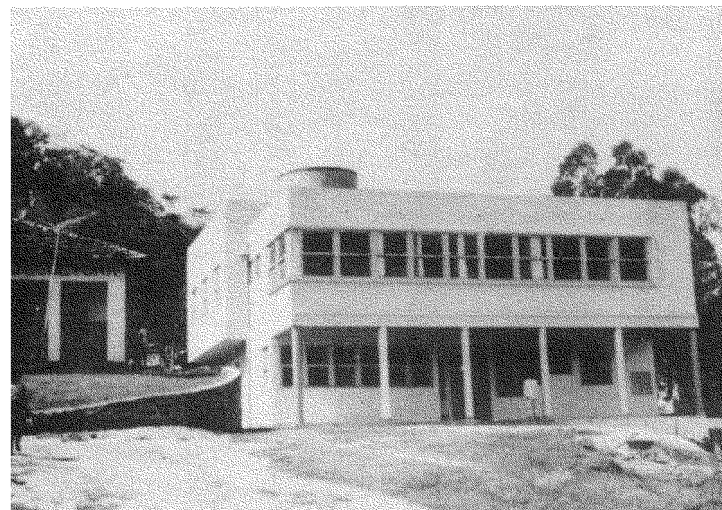
São Gonçalo foi a sexta paróquia da Diocese.

Posteriormente, visando à facilidade de comunicações, foi a sede da paróquia de São Gonçalo transferida, sob a mesma invocação, das margens do rio Guaxindiba para as do Imboaçu, o que veio, ainda mais, contribuir para o seu desenvolvimento. O marquês de Lavradio, ao transmitir o vice-Reinado, em 1779, ao seu sucessor, D. Luiz de Vasconcelos, já consignava em seu relatório: "Muito mais florescente era a vizinha freguesia de São Gonçalo, com 23 engenhos, produzindo 352 pipas de aguardente e 500 caixas de açúcar. O número de escravos subia a 952". Mais adiante, o relatório acrescentava que não era sòmente a cana a única riqueza agrícola mas que, na freguesia, também se cultivavam mandioca, feijão, milho e arroz.

Hospital Municipal.

Segundo os relatos de um viajante francês, que por essas terras passou, por volta de 1860, "jazia então essa povoação num sítio aprazível, ao pé de um monte por onde passa a Estrada Imperial, e é ornada de duas ordens de casas térreas, pela maior parte, e as de sobrado com um só andar, sôbre as quais se eleva a igreja e sua tôrre". Havia nesse tempo "obra de 30 engenhos e fábricas de aguardente, e 10 fornos de telha e tijolo". As terras "chãs são ligeiras, e próprias para abóboras, melancias e tomates, frutas que têm extração nos mercados do Rio de Janeiro, juntamente com o café que se colhe nas altas, e os produtos das fábricas, e que tudo se embarca nos pequenos portos de Boaçu, Guaxindiba, Pôrto Novo, Pôrto Velho e Ponta de São Gonçalo".

"A freguesia de São Gonçalo, comparada com as demais componentes da Vila Real da Praia Grande (Niterói), destacava-se pelo tamanho de seu território — que ia desde a serra de Inoã, passando pelos campos de Ipiíba, até os limites com Itaipu e Icaraí, respeitada, naturalmente, a de São Lourenço dos Índios" (Luiz Palmier — "São Gonçalo").

Foi em razão de sua proximidade com Niterói, e, conseqüentemente, com a capital do Brasil, que, apesar de seu notável desenvolvimento, São Gonçalo ficou tantos anos

Centro de Puericultura.

prêso à jurisdição da capital fluminense, da qual só se desmembrou no período republicano, em 22 de setembro de 1890. As facilidades de transporte entre São Gonçalo e Niterói ensejaram, até essa data, que a vida de uma localidade girasse em tôrno da órbita da outra.

A instalação do município, criado pelo Decreto estadual n.º 124, de 22 de setembro de 1890, verificou-se a 12 de outubro dêsse mesmo ano, ficando a comuna constituída pelas freguesias de São Gonçalo, Itaipu e Cordeiro. Entretanto, as circunstâncias já expostas continuaram a influir, mesmo depois de seu desmembramento administrativo, resultando dessa influência o Decreto n.º 1, de 8 de maio de 1892, que suprimiu o município de São Gonçalo, reincorporando-o, com seus distritos, ao de Niterói. Passou, assim o território de São Gonçalo a constituir o 6.º, 7.º e 8.º distritos do município da capital do Estado. Entretanto, com tal situação não se conformaram os habitantes da localidade, os quais, poucos meses depois, viam coroada de êxito sua campanha reivindicadora, com a assinatura do Decreto n.º 34, de 17 de dezembro de 1892, pelo qual foi restaurado

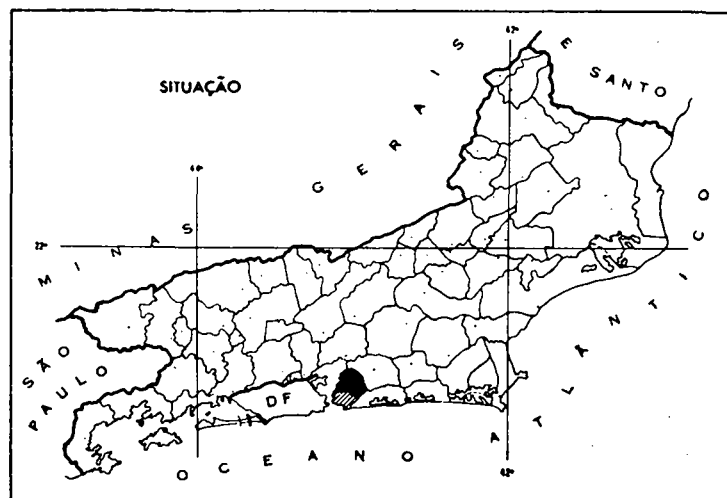
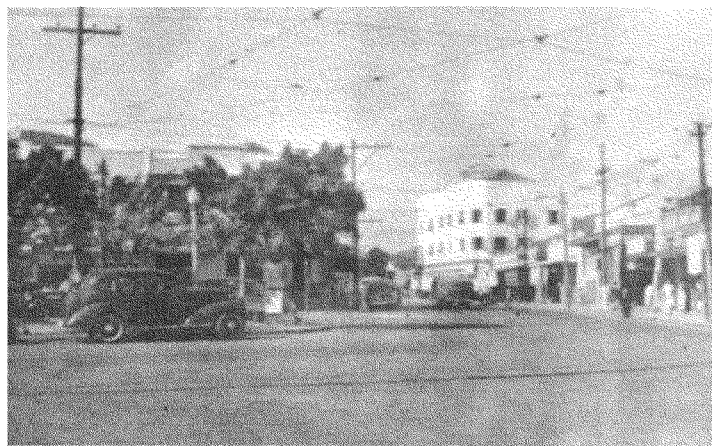
o município de São Gonçalo. Embora a Lei tivesse sido assinada em dezembro de 1892, sòmente em 23 de fevereiro do ano seguinte foi reinstalado o município e empossada a respectiva Câmara.

Durante muito tempo ainda, a sede do município permaneceu na categoria de "vila", até que, em 20 de novembro de 1922, o Govêrno, por fôrça do Decreto n.º 1 797, houve por bem conceder-lhe foros de cidade. Ainda desta vez não cessariam os contratempos motivados pela influência de Niterói. A intervenção de 1923, alterando legislação anterior e revogando Decretos atingiu o de n.º 1 797, fazendo voltar a novel cidade à primitiva categoria de vila, que conservou até o advento da Lei n.º 2 335, de 27 de dezembro de 1929, pela qual tôdas as sedes de município teriam a categoria de cidade.

Vista aérea parcial da cidade.

A Comarca de São Gonçalo foi criada por fôrça do Decreto n.º 1 839, de 23 de agôsto de 1921. Atualmente São Gonçalo, pela sua indústria assaz desenvolvida e comércio dos mais ativos, aliados às grandes facilidades de comunicação com a capital da República, forma entre os municípios de maior índice de progresso do Estado.

A sede municipal e as vilas de Neves e Sete Pontes formam um único aglomerado urbano, dotado de todos os melhoramentos, que a seu turno se liga à cidade de Niterói.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Gonçalo está situado na Zona da Baixada da Guanabara. A sede municipal tem por coordenadas geográficas 22º 49' 30" de latitude Sul e 43º 02' 30" de longitude W.Gr. Dista em linha reta, da capital do Estado, 10 km, no rumo nor-nordeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Praça Dr. Luiz Palmier.

ALTITUDE — Na sede municipal atinge apenas 13 metros.

CLIMA — É ameno, sêco e saudável seu clima.

ÁREA — Corresponde a 222 quilômetros quadrados.

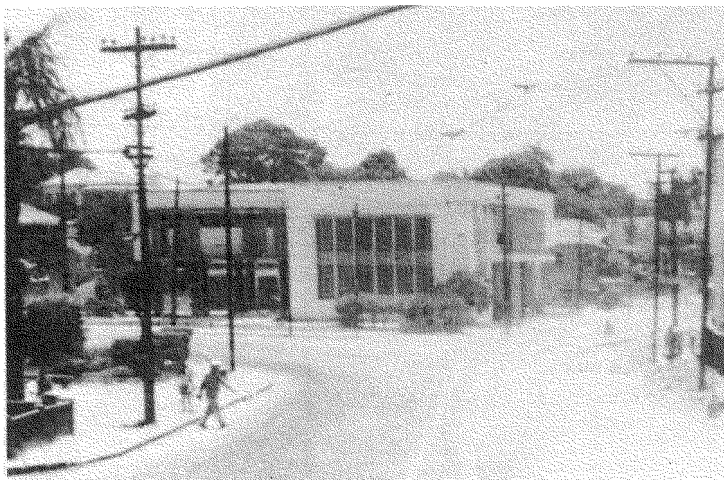
POPULAÇÃO — Conforme demonstram os resultados do Recenseamento Geral de 1950, São Gonçalo está em 4.º lugar na relação dos municípios mais populosos do Estado. Nessa época foram recenseadas no território municipal 127 276 pessoas, sendo 63 900 homens e 63 376 mulheres. A comuna se caracteriza por sua natureza essencialmente urbana, concentrando-se na cidade 16 % da população, nas vilas 64% e no quadro rural apenas 20%. Essa população

Vista parcial do bairro Mutuá.

se distribui pelos distritos e segundo a situação do domicílio, conforme o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Gonçalo	28 003	14 186	13 817	9 938	9 886	433	363	3 815	3 568
Ipiíba	10 456	5 390	5 066	58	52	87	79	5 245	4 935
Monjolo	5 687	2 888	2 799	153	150	101	98	2 634	2 551
Neves	52 424	26 054	26 370	25 914	26 281	140	89	—	—
Sete Pontes	30 706	15 382	15 324	13 610	13 691	350	307	1 422	1 326

O Departamento Estadual de Estatística estimou sua população para 1955 em 142 171 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município está, sem dúvida, em seu parque industrial, bas-

Praça 5 de Julho.

tante promissor, empregando mais de 7 000 operários. Como principais produtos de suas indústrias destacam-se: cimento, fósforo, aço laminado, soda cáustica, papel, vidro, conservas de peixes etc. O valor de sua produção, já em 1954, atingia a casa dos dois bilhões de cruzeiros. Na agricultura, que aos poucos cede lugar à indústria, ainda aparecem as culturas da laranja e do abacaxi, sendo inexpressiva a pecuária. Os quadros a seguir dão o índice de produtividade do município:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacaxi	Fruto	680 000	2 720
Banana	Cacho	64 000	1 600
Cana-de-açúcar	Tonelada	980	343
Laranja	Cento	980 000	55 200
Mandioca	Tonelada	440	1 100

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Areia para construção	Tonelada	140 000	25 000
Pedras para construção	m3	4 340	62 000
Água mineral	Litro	1 175 000	3 290
Caulim	Tonelada	14 600	1 168
Animal			
Produção de pescado	»	430	5 590

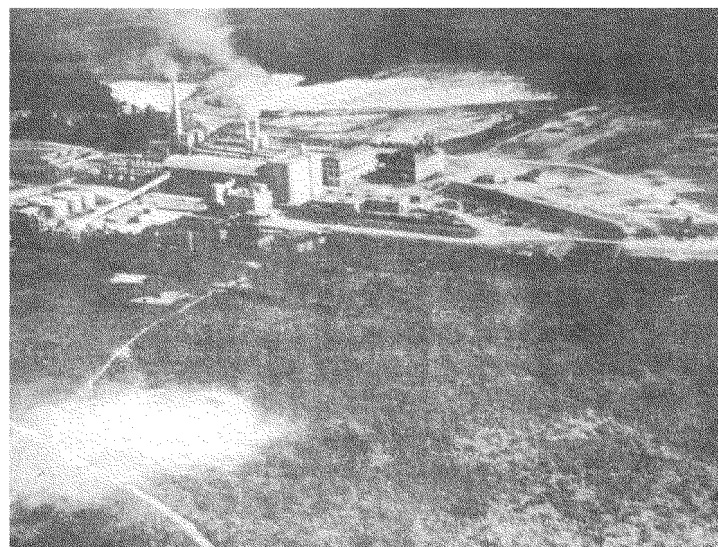
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cimento	Tonelada	453 351	512 576
Aço bruto e laminado	»	53 817	365 396
Fósforos	Mil caixas	527 701	230 921
Conservas de peixe	Tonelada	21 273	337 080
Vidro plano, liso e impresso	m2	4 115 262	408 228

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

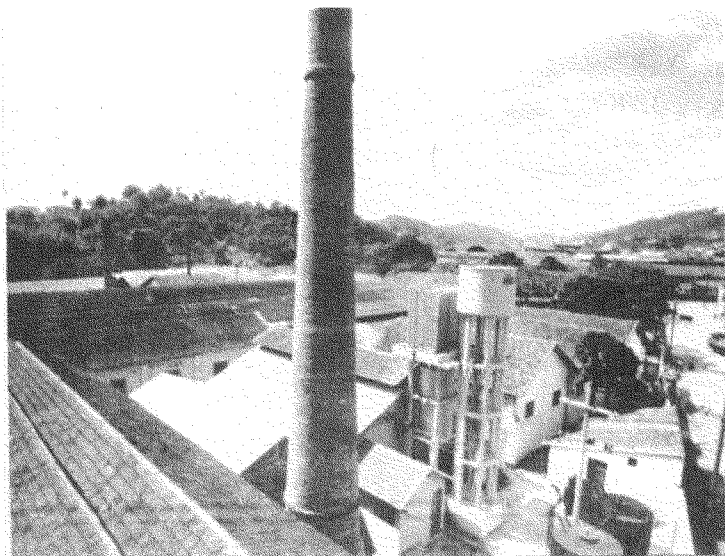
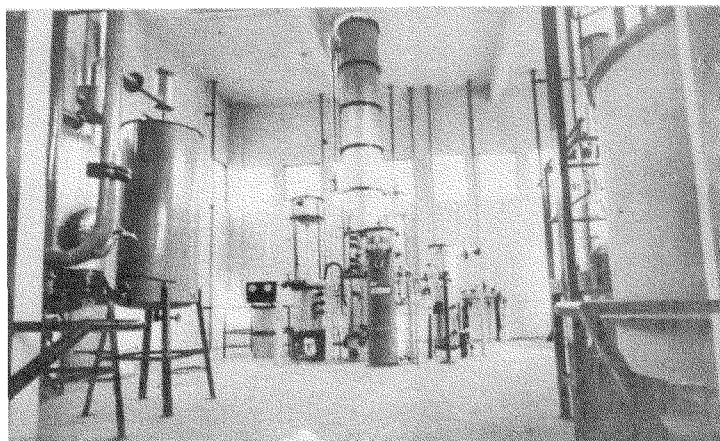
A Companhia Brasileira de Energia Elétrica companhia que fornece luz e fôrça ao município, tem instalada, em Gradim, no distrito de Neves, uma usina termoelétrica, com potência de 11 500 quilowatts.

MEIOS DE TRANSPORTE — São Gonçalo é cidade junto a Niterói, à qual, conforme já se disse em outros locais, se liga por vias urbanas. Está situada na Rodovia RJ-1 (Niterói—Iguá) a 9,9 km da capital do Estado, pela qual se põe em comunicação com tôda a rêde rodoviária estadual, para os municípios da zona norte do Estado. Para os localizados a leste da baía da Guanabara, as ligações são feitas através da capital Federal ou pela chamada Estrada do Contôrno, via Magé. O município é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina e Estrada de Ferro Central do Brasil (antiga Estrada de Ferro Maricá). Ambas partem da Estação de General Dutra, em Niterói. A primeira faz ligação com a linha que procede de Barão de Mauá em Visconde de Itaboraí, da qual a estação de São Gonçalo dista 24 km. Há no território do município, partindo de Niterói, as estações de Pôrto da Madama, São Gonçalo, Pedro de Alcântara, Laranjal e Guaxindiba. Nesse trecho correm trens suburbanos e trens que se destinam às linhas de Campos e Cantagalo. A Estrada de Ferro Central do Brasil, Linha de Maricá, — cuja estação inicial era em Neves, no município de São Gonçalo, mas que hoje tem seus trens chegando a Niterói, correndo pela linha da Estrada de Ferro Leopoldina até a estação de General Dutra, — faz a ligação litorânea até Cabo Frio, a 158,2 km de Neves, passando pelos municípios de Maricá, Saquarema, Araruama e São Pedro da Aldeia. Essa estrada não passa pela sede do município, tendo em seu território as estações de Neves, Sete Pontes, Raul Veiga, Ipiíba e Virajaba, esta distante 25,8 km de Neves. Estas estações, e mais 7 paradas existentes nesse trecho são servidas por trens suburbanos.

COMÉRCIO E BANCOS — É adiantadíssimo o comércio local, que mantém suas principais transações com a capital Federal e capital do Estado e com os municípios vizinhos. Existem na sede municipal 4 estabelecimentos comerciais atacadistas e 1 220 varejistas. O movimento bancário, feito através de 5 agências, não diz das possibilidades do município, pois uma elevada percentagem de suas transações é movimentada pelos estabelecimentos localizados em Niterói e mesmo no Rio de Janeiro, DF. Os estabelecimentos que aí mantêm agências são: Banco do Estado do Rio de Janeiro, Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, tendo êste, além da agência da sede municipal, as agências de Neves e Alcântara. Os saldos bancários, das principais contas de ativo e passivo, em 28 de fevereiro de 1957, eram os seguintes, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 7 851; Empréstimos em c/c — 620; Empréstimos

Fábrica de Cimento Portland

hipotecários — 1; Títulos descontados — 56 636; Depósitos a vista e a curto prazo — 71 212; Depósitos a prazo — 2 097. Na sede do distrito de Neves há uma agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, que, em 31 de dezembro de 1956, mantinha 9 689 cadernetas em circulação, com depósitos no valor de 20 282 milhares de cruzeiros. O giro comercial, em 1956, aproximou-se de 4 bilhões de cruzeiros, sendo o sexto município do Estado na arrecadação do impôsto de vendas e consignações.

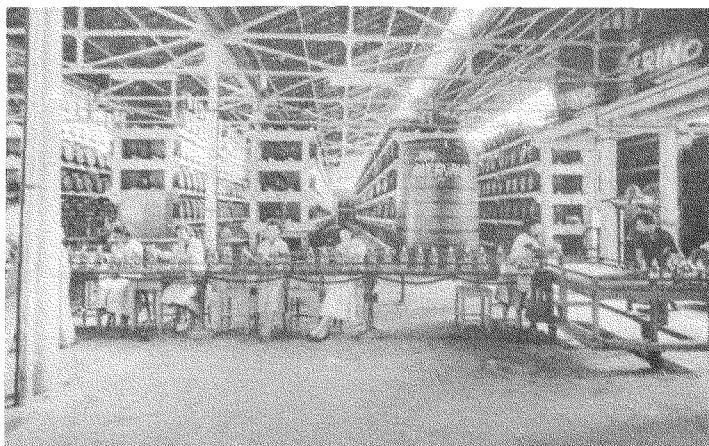
RIQUEZAS NATURAIS — São Gonçalo possui consideráveis recursos, havendo no seu território, dentre outros, várias jazidas de barita, quartzo, feldspato e caulim, intensamente exploradas. Há também granitos verde e rosa, que são extraídos em quantidades apreciáveis para fabricação de mármore e paralelepípedos. Ainda no reino mineral, há fontes de águas minerais muito afamadas. O território municipal não está recoberto por densas matas, contudo nas que existem são observadas algumas variedades de madeira, cuja extração é feita para fins industriais. A pesca é praticada em grande escala e produz vultosa riqueza para o município, onde as fábricas de conserva de sardinhas são das mais importantes do Brasil.

ASPECTOS URBANOS — Não só a sede municipal, mas as sedes dos distritos de Sete Pontes e Neves, que se ligam à primeira por vias urbanas, da mesma forma que atingem a zona urbana de Niterói, estão dotadas de todos os melhoramentos das cidades, possuindo ruas calçadas, praças ajardinadas, água, esgôto, luz elétrica e telefone. Possui ativo serviço de transportes coletivos, ônibus, bondes e lotações, em ligação constante com a capital do Estado, com a qual mantém o maior intercâmbio social e econômico. A bem dizer, a partir das "Barcas", ponto central de Niterói, até Alcântara, localidade além de São Gonçalo, o bloco urbano é único, não havendo intermitência entre as duas cidades. A urbe de São Gonçalo possui construções da mais moderna arquitetura, e está, como aliás o resto do município, em franco e decidido progresso, vendo-se a abertura de novas ruas e o aparecer de novos bairros. A pavimentação de seus logradouros, cobrindo uma área de 47 000 m² em paralelepípedos e 3 000 m² de asfalto, representa apenas 10% dos logradouros públicos existentes, na qual se incluem 35 ruas. Existem, incluindo-se as sedes distritais de Neves e Sete Pontes, aparelhos telefônicos instalados e

Aspecto parcial da fábrica de Ron Merino.

Aspecto do separador de óleo Fuzel na Fábrica Ron Merino.

ligações elétricas. Há 14 cinemas. O serviço de abastecimento d'água, ora a cargo do Govêrno Estadual, tem sua rêde estendida por 637 logradouros, dos quais 258 em tôda sua extensão, na sede municipal e distritos, abastecendo 21 012 prédios.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município 10 agências postais, sediadas nas localidades de Alcântara, Ipiíba, Monjolo, Neves, Rio do Ouro, Rocha, Sacramento, Tribobó e Venda da Cruz. Na sede municipal (São Gonçalo) há uma agência postal-telegráfica. A Estrada de Ferro Leopoldina e a Central do Brasil operam com serviços telegráficos, de uso privativo, em suas estações. O serviço telefônico está a cargo da Companhia Telefônica Brasileira, sendo que a cidade de São Gonçalo e as vilas de Neves e Sete Pontes estão incluídas na rêde urbana de Niterói.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de 6 hospitais e casas de saúde, com 200 leitos. Dentre êstes, está o Hospital S. Gonçalo, com 100 leitos, dos quais 72 para internamentos gratuitos, mantido pela Associação Hospital São Gonçalo. Neste nosocômio, desde 1956, funciona uma escola de enfermagem. Na assistência paraospitalar, conta o município com 3 ambulatórios, especializados em pediatria, assistência médico-dentária e puericultura, e um Serviço de Pronto Socorro mantido pela Prefeitura Municipal. Os serviços oficiais de Saúde Pública são superintendidos pelo Centro de Saúde de São Gonçalo, da Secretaria de Saúde e Assistência do Govêrno Estadual. No setor de saúde existem ainda 70 farmácias. Os profissionais em exercício são: Médicos — 38; Dentistas — 47; Farmacêuticos — 8. É mui justo que se destaque o Educandário Vista Alegre, na localidade de Laranjal, e que é destinado aos filhos de lázaros, aos quais dá completa assistência médico-sanitária, previdência e assistência cultural. Dispõe de 205 leitos e é mantido pela Sociedade Fluminense de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra.

ALFABETIZAÇÃO — Em todo o município, das 107 787 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 37 013 homens e 32 298 mulheres, representando 64% da população dessas idades. Na cidade eram alfabetizadas 11 983 pessoas, de uma população de 17 429 habitantes nas idades indicadas, sendo assim de 68% a percentagem de alfabetizados.

Linha de engarrafamento na fábrica Ron Merino.

Ensino — Existem no município 96 estabelecimentos onde é ministrado o ensino primário geral. Dêsses, 58 são administrados pelo Govêrno Estadual, 20 pela Prefeitura Municipal e 18 particulares, dos quais 5 recebem subvenção do Govêrno do Estado. O ensino extraprimário é dado em 13 estabelecimentos, dos quais lecionam: Curso Ginasial — 5; Científico — 1; Comercial — 2; Normal — 1; Datilografia — 3; Música — 1; Corte e Costura — 5.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir é um demonstrativo das arrecadações federal, estadual e municipal, e despesas municipais, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	69 952	38 741	9 856	667	9 950
1951	100 233	37 410	14 999	1 021	15 522
1952	105 212	42 066	19 308	1 332	20 223
1953	122 373	56 826	21 153	1 682	22 716
1954	140 252	92 303	22 464	1 880	26 055
1955	179 997	122 511	37 388	2 471	35 297
1956	249 005	158 088	35 762	3 910	34 984

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A Matriz de São Gonçalo, cuja construção remonta ao século XVII, deve ser contada entre seus monumentos, relíquias do passado. Relembram ainda a história gonçalense: a Capela da Luz, situada à margem da baía de Guanabara, na Enseada da Luz, em frente à ilha de Paquetá; a Capela de Sant'Ana, em Colubandê; a Capela de São João, no pôrto da Ponte, possui um belo altar-mor, é o templo dos pescadores e das populações praianas; a Capelinha de Nossa Senhora do Destêrro, em Ipiíba dos Malheiros, que já em princípios do século XVIII conseguia as honras de possuir pia batismal. O Sítio dos Arcos, edifício que pela solidez de sua construção continua desafiando o tempo, situado na estrada da Conceição. Em 1940 foi inaugurado o monumento comemorativo do cinqüentenário do município. É constituído por blocos de granito bruto, iniciativa da Prefeitura local.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de São Gonçalo apresenta-se geralmente plano, excetuando-se a região sul, onde se localizam as serras Grande, Calaboca, Tiriricas e Itaitindiba, na qual está encravado o ponto mais elevado do território municipal. A rêde hidrográfica de São Gonçalo é formada por pequenos rios, destacando-se os seguintes: Guaxindiba, Imboaçu, Aldeia, Cabuçu, Muriqui e Alcântara. Na topografia local destacam-se as ilhas do Engenho, no distrito de Neves, Tavares e das Flores. Nesta última está localizada a Hospedaria dos Imigrantes, organização federal, e a Ilha do Carvalho, tôdas na Guanabara. A Praia da Luz, em Itaoca, com 1 100 m de extensão e a Praia do Paiva, com 300 metros.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam no município três periódicos, sendo um bissemanal. Nesse campo o município possui mais: Sociedades esportivo-culturais — 18; Cinemas — 14; Sociedade artística — uma; Sindicatos — 8; Tipografias — 8; Livrarias — duas.

VULTOS ILUSTRES — Inúmeros foram os filhos da terra gonçalense que se distinguiram na vida do País. Citá-los em sua totalidade seria impossível; assim, a alguns sòmente se reporta êste trabalho: Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, barão de Sepetiba. Colou grau na Universidade de Coimbra, exerceu altos cargos no Império, sendo portador de várias condecorações, inclusive a da Ordem da Rosa. É o fundador de Petrópolis. Visconde Beaurepaire Rohan (Henrique Beaurepaire Rohan), engenheiro militar e Ministro do Supremo Tribunal Militar. Foi presidente das províncias do Paraná, Pará e Rio Grande do Norte. Nos meios científicos destacou-se Orlando Rangel. Fêz parte da Academia Nacional de Medicina e de outras instituições nacionais e estrangeiras.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa do Estado, vigente em 31 de julho de 1957, o município compõe-se dos seguintes distritos: São Gonçalo, Ipiíba, Monjolo, Neves e Sete Pontes.

SÃO JOÃO DA BARRA — RJ

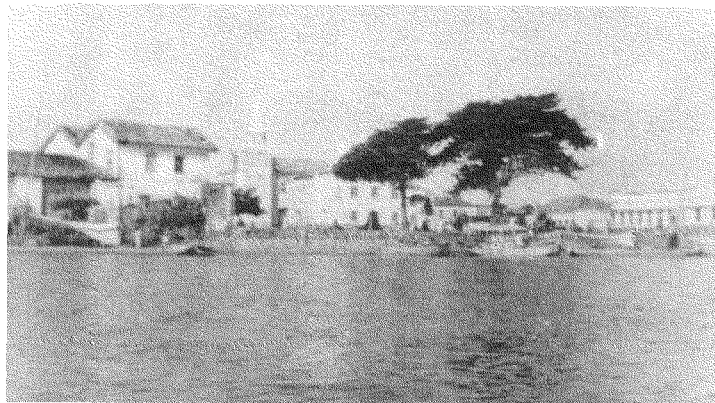
Mapa Municipal na pág. 147 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de São João da Barra foi, até poucos anos, após a descoberta do Brasil, habitado pela poderosa tribo dos índios Goitacazes, senhora inconteste da região. Quando, em 1534, o rei de Portugal, D. João III, dividiu o país em Capitanias Hereditárias, as terras do atual município de São João da Barra ficaram compreendidas na capitania de São Tomé, cuja posse foi dada, posteriormente, a Pero Góis da Silveira. Por Carta de doação, assinada a 28 de agôsto de 1536, a capitania de São Tomé, chamada também Paraíba do Sul, constava de 21 léguas de litoral, desde a barra de Macaé até os baixos dos Pargos, perto do rio Itapemirim. Passados três anos, após ter recebido a valiosa doação, depois dos longos e custosos preparativos necessários à viagem e expedição, de natureza tão incerta, naquela época, partiu Pero de Góis do pôrto de Lisboa, com sua comitiva, chegando aos seus vastos domínios em 1539. Após tomar posse de suas terras, o referido donatário e seus companheiros procuraram uma região onde pudessem edificar habitações, que os colocassem a salvo de intempéries, bem assim como os livrassem das sortidas do aborígene audacioso. Escolhido o local, após a verificação favorável da fertilidade e da riqueza do solo, iniciaram os devassadores a construção de um aldeamento que, em 1540, já apresentava as características definidas de uma rudimentar e pequena povoação. Ao arraial nascente, deram os povoadores a denominação de Vila da Rainha,

Igreja-Matriz de São João Batista.

constituindo êle o marco inicial da civilização, plantado em território do atual município de São João da Barra, de vez que, dessa povoação, redundou a hoje vila de Itabapoana, sede de um dos distritos do citado município.

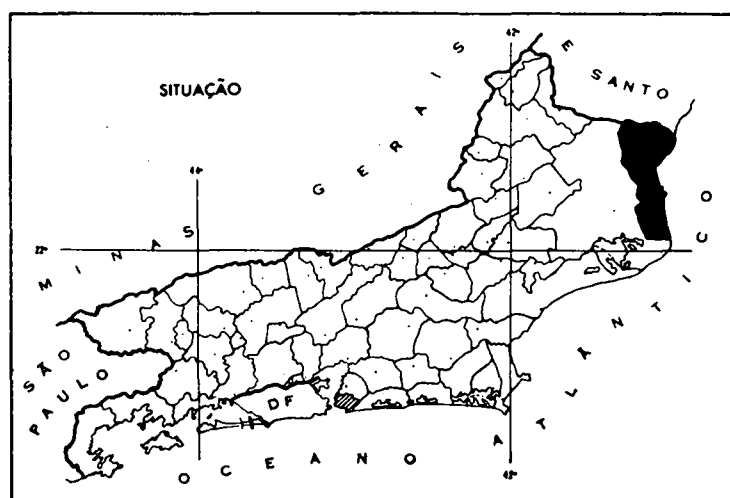
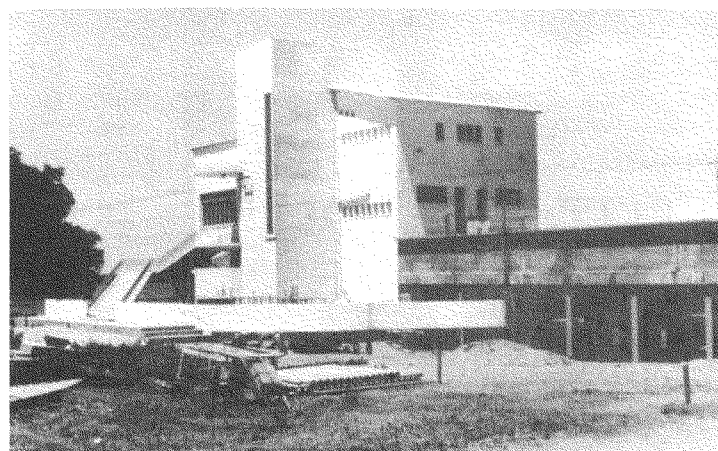
Tão cedo ficou organizado o aldeamento, os homens de Pero Góis iniciaram o plantio de cana-de-açúcar, utilizando as mudas dessa planta, trazidas expressamente para êsse fim, da capitania de São Vicente. Desejoso, porém, de aumentar as possibilidades de êxito de seu empreendimento, Pero Góis da Silveira retornou ao Reino, levado pelo desejo de aí adquirir ferramentas e peças necessárias à construção de engenhos, com que fabricasse racionalmente o açúcar. Ao regressar com o material que fôra adquirir à Europa, más notícias aguardavam o donatário da capitania de São Tomé, que encontrou a povoação, que deixara florescente, entregue ao mais completo abandono. O administrador que nomeara e os colonos tinham-na deixado, forçados pelos constantes assaltos dos indígenas, e pela falta de um pulso forte que os guiasse na luta contra o aborígene e no trato da terra. Contudo, dotado de forte têmpera, Pero Góis não desanimou, conseguindo com Vasco Fernandes Coutinho, donatário da capitania do Espírito Santo, que ficava vizinha à sua, 60 escravos, um oficial de engenhos e vários colonos, com cuja colaboração tentou reorganizar e fazer reviver a opulência de suas antigas plantações. Todavia, ainda dessa vez, os esforços do persistente donatário estavam fadados ao insucesso. Realmente, pouco tempo depois de iniciados os trabalhos de reconstrução, um aventureiro de nome Henrique Leal, vindo da capitania do Espírito Santo, aprisionou, escravizando, vários índios Goitacazes, entre os quais se encontrava um chefe da tribo, fato êste que motivou terrível e sangrenta represália por parte dos intrépidos aborígenes. Indignados, os selvagens perderam os temores que tinham aos brancos, incendiando suas plantações, massacrando os colonos e chegando mesmo a ferir o próprio donatário. Depois de atingido irremediàvelmente em um dos olhos, retirou-se finalmente Pero Góis para o Espírito Santo, em 1546, de onde partiu para Portugal. Só três anos mais tarde, em companhia do Governador-Geral Tomé de Souza, voltou êle ao Brasil, desta vez porém, com o título de capitão-mor da costa. Desistindo de colonizar as terras em que fôra tão infeliz, Pero Góis dedicou-se a outros empreendimentos, relegando o projeto de construção da Vila da Rainha ao mais completo esquecimento.

Os Goitacazes, diante do abandono das terras do atual distrito de Itabapoana, voltaram a ocupá-las, até que, anos mais tarde, foram delas rechaçados, por várias expedições de bandeirantes, as quais, no local onde hoje se ergue a cidade de São João da Barra, ergueram um "pouso de tropas", destinado a servir de ponto de escala das tropas e das bandeiras, que, já então, transitavam por aquela região. Foi devido a êsses aventureiros que a civilização retornou às terras do atual município. Pouco a pouco, o pequenino núcleo erguido pelos bandeirantes foi tendo sua população fixa acrescida, tornando-se conhecido das autoridades da metrópole. Por volta do ano de 1630, ou pouco antes, movidos pelas notícias favoráveis que já se espalhavam nessa data, sôbre a riqueza de seu solo, começaram a afluir para êle grupos de colonizadores, notadamente de nacionalidade portuguêsa, localizando-se, de preferência, nas imediações do primitivo "pouso de tropas", em cujas redondezas já havia sido elevada uma capela destinada ao culto de São João Batista da Barra. Dessa época em diante, foi de tal maneira rápido o progresso verificado na localidade que, em 1644, já o govêrno, reconhecendo-o, concedia-lhe o predicamento de freguesia. Novo surto de prosperidade adveio à região, em conseqüência dêsse ato. Um afluxo maior de colonizadores se verificou desde então. Lugares inóspitos passaram a ser desbravados, surgindo nêles imensas lavouras, entre as quais vicejavam, com maior freqüência, as da cana-de-açúcar. Tamanha era a sua prosperidade na segunda metade do século XVII, que a sua autonomia se fêz necessária e inadiável. Divergem os historiadores quanto à data em que se teria verificado o fato, e também quanto à denominação dada à nova vila. Segundo uns, a carta de doação

Praça São João Batista, atrás do rio.

que motivou a autonomia do atual município de São João da Barra tinha data de 17 de julho de 1674, enquanto outros consignam o ano de 1671 como aquêle em que foi expedida. Quanto ao topônimo, alguns autores, em contraposição a outros, afirmam que a denominação de São João da Barra foi modificada, na época da criação do município, para São João da Praia e esta, posteriomente, para São João da Barra. Seja como fôr, o certo é que o ritmo progressista da nova comuna prosseguiu, acelerado, desde a sua criação até o ano de 1753, sem nenhum fato de vulto a se destacar nesse período. Entretanto, a 1.º de junho dêsse ano, por Decreto dessa data, São João da Barra deixou de fazer parte do futuro Estado do Rio de Janeiro, sendo anexado à capitania do Espírito Santo. Essa situação perdurou durante 79 anos, após os quais retornou o município a fazer parte da já então Província fluminense, por fôrça da Lei ou Carta de doação, de 31 de agôsto de 1832. Por essa época, a vila de São João da Barra já possuía um comércio relativamente adiantado, graças não só aos seus próprios recursos econômicos, como também ao movimento intenso que se verificava em seu pôrto, situado nas proximidades da foz do rio Paraíba do Sul. Prova-nos êsse desenvolvimento assinatura da Lei provincial que tomou o n.º 534, datada de 17 de junho de 1850, portanto, apenas 18 anos depois do seu retôrno à comunidade fluminense, que concedia à sede da vila os foros da cidade.

Relativamente, foi pequena a influência do elemento negro escravizado na evolução do município. Deve-se isso a ter a economia municipal atravessado galhardamente a crise advinda da Lei Áurea, em 1888, apesar de sua estrutura basear-se de forma notável, na agricultura.

Nos dias presentes, São João da Barra ostenta uma situação regularmente adiantada, no conjunto dos municípios fluminenses. Sua economia, hoje, não repousa tão relevantemente, como no passado, na exploração agrícola. Seu comércio e suas indústrias estão em fase de progresso, o que se reflete na prosperidade que se observa na região".

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as que se seguem: 21° 38' 13" de latitude Sul e 41° 03'03" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 255 km. Rumo em relação à Capital: E.N.E. O município está situado na Zona Fisiográfica da Baixada de Goitacazes.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Estação de captação, tratamento de distribuição de água.

ALTITUDE — A sede municipal está a apenas 6 metros de altitude.

CLIMA — O clima do município, como via de regra o é os que se situam na Zona Fisiográfica da Baixada de Goitacazes, faz-se quente e por vêzes úmido, em algumas localidades, apresentando, no entanto, boas características de salubridade. No verão suas praias são procuradíssimas. A temperatura média ocorrida durante o ano, em graus centígrados, apresentou os seguintes valores: das máximas — 26,9; das mínimas — 19,1; compensada — 23,9. A precipitação pluviométrica total atingida, durante o ano de 1956, foi de 7 186 mm de altura.

ÁREA — É de 1 565 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados obtidos com o Recenseamento Geral de 1950, São João da Barra possuía, àquela época, 45 083 habitantes, sendo 22 899 homens e 22 184 mulheres. O quadro rural do município era de 40 355 habitantes, o que lhe dá uma tendência para as lides rurícolas bastante acentuada. Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 70% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e indústria rurícola", o que justifica a elevada proporção dos quadros rurais da comuna. O quadro que se segue distribui a população pelos seus distritos constitutivos, de forma que se podem entretecer interessantes considerações a respeito da matéria:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São João da Barra	4 621	2 201	2 420	1 050	1 232	235	260	916	928
Barra Sêca	12 538	6 501	6 037	158	178	30	40	6 313	5 819
Itabapoana	10 945	5 609	5 336	543	576	47	39	5 019	4 721
Maniva	8 818	4 479	4 339	87	83	53	61	4 339	4 195
Pipeiras	8 161	4 109	4 052	0	15	12	20	4 088	4 017

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 50 359 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade econômica de base do município é a do grupo agropecuário, seguindo-se-lhe, em ordem de importância, a industrial. Em 1956, os produtos agrícolas transformados somavam a importância de Cr$ 36 711 210,00, quando sòmente a farinha de mandioca oferecia um volume de produção avaliado em

Cr$ 27 520 000,00. A população pecuária em 31-XII-56, era de 186 630 cabeças. A indústria de bebidas alcançou, em 1955, o total de 7 651 082 litros, no valor de Cr$ 159 251 444,00, empregando 399 pessoas diretamente ligadas à produção. A produção de açúcar atingiu, em igual período, o volume de 402 042 sacos. Os quadros que se seguem dão, felizmente, pelos recursos da especificação, melhor oportunidade de se conhecer o assunto com mais segurança e profundidade:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	132 900	120 350
Cana-de-açúcar	»	339 198	45 791
Feijão	»	177	2 506
Laranja	Cento	24 800	1 488
Banana	Cacho	50 500	606

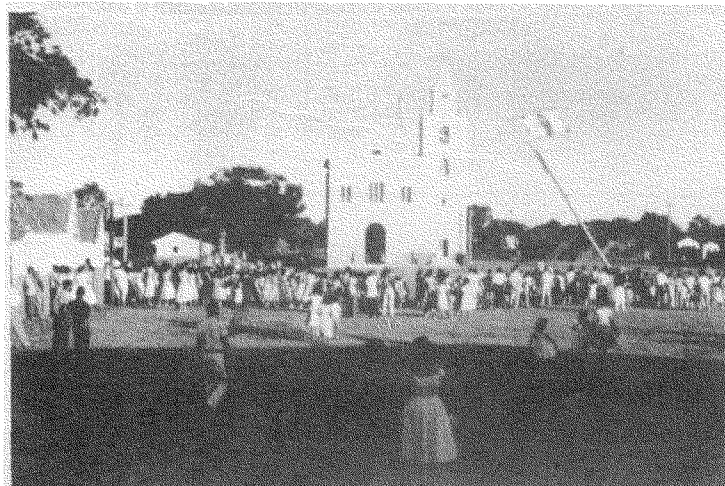
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Cal de pedra	Tonelada	144	172
Areias monazíticas	m3	1 125	13 365
Ilmenita	»	3 545	1 829
Minérios de zincórnio	»	896	996
Vegetal			
Madeira de lei	»	32 900	19 740
Lenha	»	2 950 000	177 000
Animal			
Peixes	Tonelada	144	2 485

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar	Tonelada	399	179 063
Bebidas em geral, inclusive aguardente	Litro	11 922 179	182 136
Farinha de mandioca	Tonelada	309	52 477
Álcool anidro e potável	Litro	2 455 730	7 567

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A Estrada de Ferro Leopoldina liga o município a Campos e Atafona, através de 40 km de ferrovia. Dista por via rodoviária, de Campos 35 km e até a capital do Estado, 347 km. A comuna está servida pelas seguintes rodovias: São João da Barra—Campos, de administração estadual, com 22 km (dentro do seu território) de extensão; São João da Barra—Atafona, de administração municipal, com 4 km de extensão; Campos—

Igreja de São Benedito em dia de festa.

Igreja de São Benedito.

Barra de Itabapoana, de administração municipal, com 70 km (dentro do seu território) de extensão; e, Gargaú—São Francisco de Paula, de administração municipal, com 12 km de extensão. O Pôrto de São João da Barra, antigamente bem movimentado, é, hoje, um retrato vivo da penúria econômica em que vive o município. Trafegam pela foz do rio Paraíba, assoreado de imensos areais, ínfimo número de pequenas embarcações como lanchas, canoas e "pranchas", que realizam um movimento de cabotagem de pequeníssimas proporções. Há um campo de pouso natural, no município, há bem pouco utilizado pelos aviões de Campos; agora, porém, se encontra em desuso. Até 31-XII-56, a Prefeitura Municipal havia licenciado, 8 automóveis e 10 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de São João da Barra, com seus 27 estabelecimentos varejistas, apresenta um movimento, se bem que reagindo e de forma a ressurgir promissoramente, de proporções modestas; mantém relações com as praças de Campos, Niterói, Distrito Federal e algumas praças do Estado do Espírito Santo, não sòmente escoando a sua produção de açúcar, farinha, queijos, bebidas e cereais, como adquirindo os artigos de suas necessidades mais prementes como tecidos, medicamentos, ferragens, fazendas, calçados, etc. O volume quase integral das operações bancárias do município tem lugar nos estabelecimentos do gênero da convizinha cidade de Campos. Existe, no

Cais do Pôrto.

município, apenas um representante de Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

RIQUEZAS NATURAIS — A extensa planície só deixa perceber ao observador interessado os últimos contrafortes da serra do Mar desenhados em silhueta. Possui o território são-joanense inúmeras lagoas como as do Campelo, das Bananeiras, Lagoa do Jacaré, alguns córregos, além do rio Paraíba que corta a cidade ao meio. As praias do município, mormente as de Atafona e Gruçaí são recomendadas pela terapêutica, pela existência local de minerais e ventos radiotivos. O revestimento florístico apesar de rarefeito é fonte de extração de madeira para o fabrico de lenha e carvão. A fauna é comum à região e o município é produtor de peixe, cujas espécies são o cação, mero, robalo, tainha, corvina, bagre, piabanha, além de camarões, siris, etc. As areias monazíticas produzidas pela região e exploradas estiveram, há bem pouco, no noticiário da imprensa escrita e falada, sendo objeto de intensos comentários nas Câmaras estadual e federal. Há, também, abundantes quantidades de zircônio e ilnenito.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São João da Barra, com quase 3 000 habitantes, foi antes um conglomerado urbano muito ativo. Hoje, possui um casario imenso que conserva tôdas as características da época colonial. Servem à sede municipal 3 linhas interdistritais e 3 linhas municipais de ônibus. Tem ainda 4 aparelhos telefônicos instalados; seu serviço de iluminação domiciliária já conta com 580 ligações elétricas efetivadas. Possui, além do mais, 1 hotel e uma pensão, de condições modestas. É uma cidade estacionária. Em compensação evolui e progride a localidade de Atafona, praia distante 4 km da sede municipal, muito concorrida e procurada para fins-de-semana. Aí se encontram vivendas das mais modernas, dotadas de todo o confôrto. Nesse local há um hotel balneário.

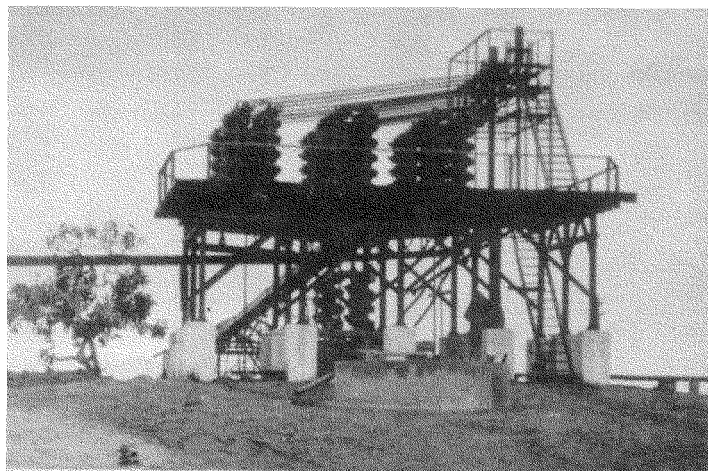
COMUNICAÇÕES — O município está bem servido pela rêde de agências postais-telegráficas do Departamento dos Correios e Telégrafos. Funcionam duas agências postais-telegráficas, sendo uma em São João da Barra e outra em Itabapoana. Existem agências postais nas localidades de Atafona, Gargaú, Cacimbas (São Francisco de Paula), Santo Amaro, Travessão da Barra, Pipeiras, Barcelos e uma na sede municipal. A Estrada de Ferro Leopoldina mantém, para seu exclusivo uso, uma linha telegráfica entre as localidades de São João da Barra, Atafona e Barcelos. A Delegacia de Polícia local tem, também, de seu turno, para sua utilização, uma linha telegráfica. A Cia. Telefônica Brasileira igualmente mantém rêde de comunicações entre São João da Barra, Atafona, Gargaú e Grucaí. Registra-se, igualmente nesse campo, a existência da Rádio Atafona Sociedade Anônima, montada em 1955, com a freqüência de 1 600 kc/s, antena de 250 watts e sistema irradiante tipo vertical 1/4 de onda.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe apenas um hospital, na sede municipal, a Santa Casa de Misericórdia, com 15 leitos, prestando assistência médica de clínica geral. Há 1 pôsto de Saúde, mantido pelo Govêrno Estadual, que, no seu campo, presta relevantes serviços. O Departamento Nacional de Endemias Rurais mantém os postos nos distritos de Barra Sêca, 3 (São Francisco de Paula, Ponte e Gargaú); Maniva, 3 (sede distrital, Imburi e Bela Vista); Itabapoana 4 (sendo 2 na sede distrital, 1 em Travessão da Barra e outro em Buena); e, 1 em Pipeiras. Conta a sede municipal com 1 Pôsto da L.B.A. Tem, além do mais, duas farmácias, contando com 2 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os dados do Recenseamento Geral de 1950, 42% da população presente de 10 anos e mais sabem ler e escrever.

Ensino — Em 1955, havia 100 unidades escolares do ensino primário, sendo 94 do fundamental comum e 6 do supletivo. Registra-se que 1 339 crianças do sexo feminino e 1 457 do sexo masculino foram matriculadas nas escolas mantidas pelo órgão municipal e pela Colônia de Pesca. No que tange ao ensino do grau médio, há apenas um curso de preparação do Artigo 91. É mantida, por instituição particular, uma academia de corte e costura.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro demonstrativo, a seguir, apresenta interessantes aspectos no que se refere ao assunto em epígrafe:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	16 607	4 839	1 588	897	1 580
1951	27 013	6 837	1 677	499	1 474
1952	25 211	9 746	1 868	572	2 051
1953	32 312	8 945	3 419	1 132	2 829
1953	36 585	10 645	3 692	1 546	3 555
1955	39 290	16 845	4 248	1 648	3 986
1956	70 833	21 097	5 535	2 066	5 490

Máquinas de lavar areias monazíticas.

Rua Dr. Mota Ferraz.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A igreja de São João Batista, levantada em 1630, confirmada em 1644 e reedificada em 4-XI-1679; a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, reformada em 1868; e a Igreja de Nossa Senhora da Penha de Atafona, construída em 24-XII-1878, por inspiração do irmão João Cândido da Mota, fazem o lastro informativo dos belos templos que possui o município de São João da Barra. Em uma fazenda do sertão de Cacimbas, achou-se, quando se roçava trecho de mato, um canhão que, pelas características das armas portuguêsas nêle assinaladas, faz pressupor ser peça de artilharia de Pero Góis ou de seu filho Gil. Existe, na enseada do Retiro, próximo à Lagoa Doce, o local onde se erigiu a Vila da Rainha, cujas ruínas o mapa de Couto Reis, de 1785, designa como Santa Catarina das Amós. Ali foram achadas duas grandes mós nas ruínas, uma das quais pode ser vista em frente da Prefeitura de São João da Barra. A sua constituição é de arenito conchilífero, muito grosseiro, que parece ter sido usado para primitivo jôgo de moendas de cana. A Cadeia Pública local é uma interessante obra antiga, datando sua construção de 1797. As anotações acima referidas foram extraídas de livros de autoria de Alberto Ribeiro Lamego e F. J. Martins.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território municipal é uma extensa planície. É imenso, por essa razão, o número de pequenas fábricas de farinha. Na zona central, compreendendo Campo Novo e Cacimbas, onde o barro das aluviões fixa melhor o capim, porque mais próxima das margens do rio Paraíba, a região é mais propícia para a criação de gado. Tôda a produção dos tabuleiros, anteriormente escoada pela sede municipal através do transporte fluvial, se está deslocando para Campos e outros centros, por meio de estradas de rodagem existentes nos dois municípios. As imensas capoeiras, conforme a estatística vem comprovando, estão sendo substituídas pelos canaviais, sinal evidente de que o progresso se sobrepõe à tôda sorte de dificuldades que entrava a sua marcha nessa paupérrima região.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município só conta com duas associações desportivas: O Fluminense F. C. e C.M.C. União dos Operários. Tem 1 cine-teatro, na sede municipal e cinema, em Pipeiras. Uma radioemissora, também, presta excelentes serviços culturais à terra são-joanense.

VULTOS ILUSTRES — São filhos ilustres do município Narciza Amália, Dr. João Martins da Silva e major Fernando José Martins, que muito honraram a terra onde nasceram.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente, o município compõe-se dos distritos de São João da Barra, Barra Sêca, Itabapoana, Maniva e Pipeiras.

(Elaboração de Wilson de Almeida Laranja — Agente de Estatística).

SÃO JOÃO DE MERITI — RJ

Mapa Municipal na pág. 175 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A colonização das terras que hoje constituem o município de São João de Meriti, teve início na segunda metade do século XVI.

A história do desbravamento de seu território está intimamente ligada à evolução da cidade do Rio de Janeiro, cujos primeiros governantes buscaram, desde cedo, alargar o âmbito de sua jurisdição, pelas terras que margeiam a baía de Guanabara.

Estudos feitos em alguns dos documentos antigos, referentes às doações das primeiras sesmarias, em terras fluminenses, dão-nos certeza de que o povoamento da planície, onde se encontram os vales dos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Estrêla ou Inhomirim, teve início em 1566. Entre os nomes dos agraciados, mencionados nesses documentos, encontra-se, nos arquivos, o de Braz Cubas que, José Mattoso Maia Fortes, em seu livro "Iguaçu", indigita como sendo o Grande Provedor da Fazenda Real, a quem a Cidade de Santos deve a sua fundação. Deu-lhe o Governador em 1568, nada menos de 3 000 braças de terras, de testada, pela costa do mar e 9 000 de fundos pelo rio Meriti "correndo pela piassaba da aldeia de Jacutinga".

Por essa descrição vemos que as terras de São João de Meriti se enquadravam, então, na sesmaria de Braz Cubas.

Documentos conhecidos sôbre a região em aprêço, fornecem elementos que possibilitam a afirmação de que os sesmeiros e colonos nela radicados, estiveram privados de assistência religiosa em capelas públicas, durante o período de um século, aproximadamente, após o início de sua colonização em 1566, mesmo porque não se tem notícia da existência de nenhuma delas, em época anterior a 1644.

Alguns anos depois de criada a freguesia de Nossa Senhora do Pilar (município de Duque de Caxias) surgiu, na zona da Baixada Fluminense, uma povoação, fundada inicialmente com o nome de São João Batista de Trairaponga, situada em uma elevação que fica fronteira à baía logo adiante da foz do rio de Meriti. Meriti é, provàvelmente, corrutela do nome de uma palmeira que os índios conheciam por "mburiti" e, depois, buriti.

Criada durante a prelazia do Rev.^mo^ Antônio Martins Loureiro (1644), a referida freguesia veio a receber o reconhecimento régio por fôrça de Alvará datado de fevereiro de 1647.

Conta-se também, que a capela que lhe ficou servindo de matriz, existiu no lugar, então conhecido por Trairaponga, até 1660, época em que perdeu a sua categoria de sede para um outro templo, existente próximo do rio Meriti, nas

Paróquia de São João Batista.

terras que hoje fazem parte da cidade de São João de Meriti.

Decorridos alguns anos, tendo-se arruinado o prédio dessa nova igreja, foi, novamente, desviado o núcleo social e religioso da freguesia para a zona portuária onde, por essa época, já havia sido elevada uma outra capela pública erigida em 1708, por João Correia Ximenes, que a dedicou ao culto de Nossa Senhora da Conceição.

Só em 1747 voltou a sede da freguesia a localizar-se nas margens do rio Meriti, justamente no lugar onde outrora se erguera o templo que substituíra a capela de Trairaponga, ficando a sua denominação alterada para "Freguesia de São João Batista do Meriti".

Foi a partir dêsse ano que a região começou a prosperar. O rio Meriti, completamente desobstruído, dava escoamento ao produto das lavouras existentes nas terras da freguesia.

Entre 1769 e 1779, contavam-se 9 engenhos de açúcar em São João de Meriti: o do pôrto, do tenente Manoel "Mis" dos Santos que, com seus 50 escravos produzia, anualmente, 15 caixas de açúcar, entre branco e mascavo, e 6 pipas de aguardente; o da N. S.ª da Ajuda, de Francisco "Mis", do qual saíam 8 caixas de açúcar e 3 pipas de aguardente, possuindo 32 escravos; o da Covanda, de Marcelino da Costa Barros, cuja produção, com seus 20 escravos, não excedia de 5 caixas de açúcar e 6 pipas de aguardente; o do Barbosa, capitão-mor Domingos Viana, que possuía 30 escravos e produzia 11 caixas de açúcar e outras tantas pipas de aguardente; o de Nossa Senhora do Destêrro, da Pavuna, do capitão Inácio Rodrigues da Silva, o qual, não obstante contar com o trabalho de 50 escravos, só produzia 5 caixas de açúcar e 5 pipas de aguardente; o de São Mateus, do alferes Ambrósio de Souza, de maior produção, 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente, com seus 50 escravos; o do Bananal, do capitão Ayres Pinto, produzindo 10 caixas de açúcar e 3 pipas de aguardente com seus 20 escravos; o de Gericinó (ou Jericinó), de D. Maria Andrade, que, com seus 37 escravos, obtinha uma produção de 7 caixas de açúcar e 2 pipas de aguardente; o do capitão Miguel Cabral, em que a produção com 18 escravos, era de 13 caixas de açúcar e 1/2 pipa de aguardente; a engenhoca do capitão João Pereira Lemos, que fabricava 5 pipas de aguardente e possuía apenas 7 escravos; a do capitão Antônio da Rocha Rosa, que fazia 12 pipas de aguardente e possuía 16 escravos; a produção agrícola era, ainda, de mais de 800 sacos de farinha, 140 de feijão, 145 de milho e 390 de arroz.

Durante muito tempo, as lavouras de cana, arroz, milho, mandioca e feijão, que cobriam vastas extensões de terra na freguesia de São João de Meriti, renderam a seus proprietários consideráveis fortunas.

A colaboração do elemento negro escravizado foi um dos fatôres preponderantes do período de prosperidade por que atravessara, outrora, a região.

Em 15 de janeiro de 1833, em virtude da elevação da povoação de Iguaçu à categoria de vila, conseqüentemente, de município, a freguesia de São João Batista de Meriti, passou a fazer parte de sua jurisdição.

Até meados do século XIX, foi notável o desenvolvimento dessa freguesia. A partir dêsse período, teve início a sua fase de decadência econômica e social. A devastação das matas existentes na região trouxe como conseqüência desastrosa a obstrução dos seus cursos fluviais que, extravasando, formaram tremedais imensos, onde passou a campear o impaludismo. As terras, outrora férteis e saudáveis foram sendo ràpidamente abandonadas, surgindo nelas a vegetação inútil, própria dos pântanos.

Em 23 de abril de 1886, com a inauguração do trecho da linha férrea da "The Rio de Janeiro Northern Railway" que ligou a cidade do Rio de Janeiro à estação de Meriti (atual sede do município de Duque de Caxias), situada em terras da então freguesia de São João de Meriti, muito sofreu a povoação, que servia de sede à freguesia.

À proporção que São João Batista de Meriti ia sendo abandonada, maior importância tomava a povoação nascente ao redor da Estação de Meriti.

Entretanto, passados alguns anos, em março de 1898, a "Emprêsa de Melhoramentos no Brasil", estendendo os trilhos da Linha Auxiliar pelo território do Estado do Rio de Janeiro, atravessou a povoação de São João Batista de Meriti, o que veio trazer para a localidade novas possibilidades de progresso.

Outro fator que, mais tarde, muito contribuiu, também, para o soerguimento da região, foi a grande obra do saneamento da Baixada Fluminense, iniciada, vigorosamente, pelo presidente Nilo Peçanha.

Com a abertura da estrada Rio—Petrópolis, novo surto de progresso verificou-se em São João de Meriti, que desde

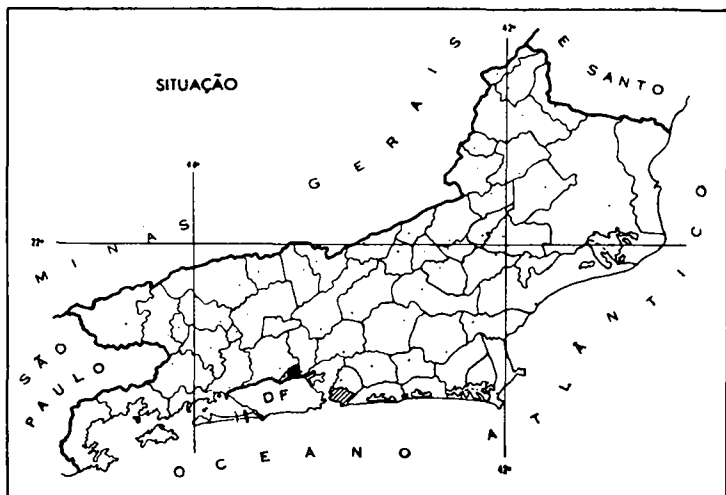
1892, quando foi separada a divisão civil da eclesiástica, se tornara de freguesia a distrito do município de Iguaçu.

Dêsse distrito, em épocas diferentes, foram desmembradas duas partes para constituírem novas unidades distritais. O primeiro desmembramento ocorreu em 9 de novembro de 1916, tomando a parte desmembrada o nome de distrito de São Mateus; o segundo verificou-se em 14 de março de 1931, destinando-se a constituir o distrito de Caxias, cuja sede foi localizada na estação ferroviária denominada Meriti, cujo topônimo, então, foi alterado, recebendo ela, também, o nome do patrono do exército brasileiro.

Em 14 de março de 1931, com a elevação do distrito de Caxias à categoria de município, sob a denominação de Duque de Caxias, o distrito de Meriti (ex-São João de Meriti), passou a fazer parte de sua jurisdição.

Alguns anos mais tarde, graças ao progresso que em Meriti se verificou, a Assembléia Constituinte, por fôrça ao art. 8.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, houve por bem outorgar ao distrito de Meriti as prerrogativas de município, alterando o seu topônimo para a antiga denominação de São João de Meriti. Iniciando nesse ano sua vida autônoma, a nova comuna prepara-se para conquistar um lugar de destaque no conjunto das unidades fluminenses.

O novo município ficou subordinado judiciàriamente à comarca de Duque de Caxias, até que, pela Lei n.º 1 429, de 12 de janeiro de 1952, foi elevado à categoria de comarca de 2.ª entrância.

LOCALIZAÇÃO — O município de São João de Meriti está localizado na Zona da Baixada da Guanabara, situando-se sua sede municipal a 22° 47' 48" de latitude Sul e .... 43° 23' 12" de longitude W.Gr. Dista da Capital do Estado 27,9 km em linha reta, direção O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 7,1 m (sede municipal).

CLIMA — Como, em geral, acontece na Baixada, o clima é quente e úmido. A média das máximas (1956) foi de 36°C e a das mínimas, 15°C. Nesse ano a média compensada foi de 18°C.

ÁREA — 36 km².

POPULAÇÃO — A população presente no município, ao Censo de 1950, foi de 76 462 pessoas, sendo 38 502 homens e 37 960 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e, segundo a situação dos domicílios, era como se pode ver do quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São João de Meriti	43 790	22 152	21 638	16 422	16 136	5 730	5 502	—	—
Coelho da Rocha	21 394	10 717	10 677	10 717	10 677	—	—	—	—
São Mateus	11 278	5 633	5 645	5 633	5 645	—	—	—	—

Tôda a sua população é urbana, pois o município não possui zona rural. O Departamento Estadual de Estatística estimou a população meritiense, para 1955, em 85 410 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Grande parte de sua população é constituída de pessoas que exercem atividades no Rio de Janeiro, DF, o que, aliás, se dá em todos os municípios dessa zona, não havendo, assim, grande atividade agrícola ou pecuária. A indústria começa a se desenvolver, sendo, portanto, o comércio — aliás muito movimentado — a grande atividade econômica do município e sua principal fonte de renda. Os quadros a seguir dão uma idéia de seu índice de produtividade:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Tomate	Tonelada	58	400
Banana	Cacho	4 000	120
Cana-de-açúcar	Tonelada	50	30
Laranja	Cento	600	21
Aipim	Tonelada	20	28

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Terra refratária	Tonelada	255	355

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Produtos alimentícios	Tonelada	6 660	107 272
Bebidas em geral	Litro	454 544	68 181
Adubos de origem animal	Tonelada	5 162	49 902
Tijolos diversos	Milheiro	3 650	2 185

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE São João de Meriti, sede municipal, está situada a 3 km da Rodovia Presidente Dutra, à qual se liga por estradas subsidiárias que a atingem no km 4,2 (Viaduto Duque de Caxias—Meriti), km 7,1 e no km 9,9 (Viaduto Coelho da Rocha). É, pois, essa rodovia que põe o município em contato com o sistema rodoviário que serve a zona sul do Estado e o Estado de São Paulo e Sul de Minas, bem como com a Capital da República, da qual dista apenas 23 km. Para a região serrana, Petrópolis e zona da União e Indústria, bem assim para

Vista parcial da cidade.

Magé, Niterói, Campos, serve-se da Rodovia BR-1 (Avenida Brasil, DF—Pilar), com a qual se comunica através de Duque de Caxias. Por estradas diversas liga-se aos municípios vizinhos de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Nilópolis. Na Prefeitura local estão licenciados 128 automóveis e 285 caminhões. É intenso o serviço de ônibus e autolotações para o Distrito Federal. É servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil, Linha Auxiliar, que entra no município à altura da estação São Mateus da Central, a 25,6 km de Alfredo Maia, DF. No território de São João de Meriti, essa estrada possui a parada de Tomazinho e a estação de Eden. Pela circular da Pavuna, trecho eletrificado da Central do Brasil, encontram-se em território do município as estações de São João de Meriti, Engenheiro Belford e São Mateus da Central, já citada. Essas estações são servidas por trens de subúrbio que partem de D. Pedro II e Alfredo Maia, no Distrito Federal.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante ativo o comércio do município, que mantém suas principais transações com a Capital da República. Não há estabelecimentos atacadistas, mas o número de casas varejistas que se dedicam aos vários ramos comerciais, muitas das quais bem montadas, atinge 1 800. O giro comercial, em 1956, somou um bilhão de cruzeiros. O movimento bancário é atendido por duas agências (Banco de Itajubá S. A. e Banco Nacional de Minas Gerais S. A.), cujas contas de ativo e passivo, em 28 de fevereiro de 1957, apresentaram os saldos (milhares de cruzeiros): Caixa, em moeda corrente — 4 406; Empréstimos em c/c — 1 182; Títulos descontados — 27 895; Depósitos a vista e a curto prazo — 61 375; Depósitos a prazo — 1 763. Há uma agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, que em 31 de dezembro de 1956, mantinha em circulação 6 596 cadernetas, com depósitos no valor de 15,866 milhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Poucas são as possibilidades em riquezas naturais do município, o que se deve à sua pequena área, já quase totalmente arruada, e onde existe intensa vida urbana. Há, no município, apenas uma propriedade que não foi ainda loteada, o Sítio Quibandê, com 63 alqueires.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal, situada junto da povoação carioca de Pavuna, é dotada de vários melhoramentos urbanos, possuindo ruas calçadas e praças ajardinadas. Conta serviço de ônibus urbanos, com 5 linhas em circulação; Aparelhos telefônicos instalados — 56; Ligações elétricas — 12 600; Domicílios servidos por abastecimento de água — 12 000; Cinemas — 11.

COMUNICAÇÕES — O Departamento de Correios e Telégrafos atende o município através das agências postais de São João de Meriti, São Mateus, Coelho da Rocha e Éden, e os postos postais de Vila Rosali e Vila São José. A agência de São João de Meriti aceita telegramas, transmitindo-os por intermédio de Duque de Caxias.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta 1 hospital geral com 72 leitos. Nesse setor há mais: Ambulatório da Legião Brasileira de Assistência, Ambulatório do Instituto de Puericultura São Jorge e o Pôsto de Saúde São João de Meriti, órgão da Secretaria de Saúde e Assistência do Govêrno do Estado. Farmácias — 32; Médicos — 16; Dentistas — 18; Farmacêuticos — 32.

ALFABETIZAÇÃO — Das 63 901 pessoas de 5 anos e mais recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever 22 729 homens e 18 334 mulheres, representando 64% de sua população dessas idades.

Ensino — Há no município 32 estabelecimentos que ministram o ensino primário geral. Segundo a subordinação administrativa, são: Estaduais — 2; Municipais — 22; Particulares — 8. Os estabelecimentos estaduais são grupos escolares. O ensino extraprimário conta com 2 ginásios e 3 escolas profissionais (corte e costura e datilografia).

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir representa as arrecadações federal, estadual e municipal e a despesa do município, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	9 500	6 325	7 276	6 800	7 276
1951	10 000	9 794	7 500	7 500	10 983
1952	11 000	13 624	11 441	11 441	8 400
1953	12 000	14 151	16 242	16 242	14 429
1954	8 078	19 853	19 468	19 468	16 000
1955	16 977	28 437	21 706	21 706	26 695
1956	31 891	42 003	32 219	32 219	(1) 30 000

(1) Orçamento

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A Matriz de São João de Meriti é um templo que remonta a eras coloniais. Possui o município mais dois monumentos: o obelisco de granito, localizado na confluência das Ruas São João com Tavares Guerra, na sede municipal, homenagem

Hospital Municipal.

Grupo Escolar Professor Murilo Braga.

do povo ao Dr. Ricardo Xavier da Silveira, que foi Prefeito de Nova Iguaçu, inaugurado em 25 de junho de 1934; e o monumento ao Dr. Arruda Negreiros, constituído de um busto de bronze sôbre pedestal de granito, também Prefeito de Nova Iguaçu, que inaugurou naquele local importantes melhoramentos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — São João de Meriti tem sua vida intimamente ligada à do Distrito Federal, onde um grande número de seus habitantes encontram o trabalho diário, contudo conserva em seus aspectos tôdas as características de uma cidade puramente fluminense.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município possui: Associações desportivo-culturais — 16; Tipografias — 2.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente em 30 de junho de 1957, o município compõe-se dos distritos de São João de Meriti, Coelho da Rocha e São Mateus.

SÃO PEDRO DA ALDEIA — RJ

Mapa Municipal na pág. 189 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história da colonização das terras que atualmente constituem o município de São Pedro da Aldeia remonta aos princípios do século XVII.

Foi em 1617, mais precisamente, em 16 de maio, que, no território da atual comuna fluminense, se verificou a fundação da "Aldeia de São Pedro", com o início da construção da capela dedicada a São Pedro, primeiro marco de colonização levantado nessas paragens.

A fundação da aldeia foi devida aos missionários da Companhia de Jesus, possuidora da concessão de uma sesmaria, medindo 4 léguas de terras, a serem demarcadas na região.

Tudo faz crer já existisse no lugar escolhido para sede da povoação, situado justamente onde hoje se ergue a cidade de São Pedro da Aldeia, um arraial indígena, aproveitado, como base de obra catequizadora, pelos Jesuítas. Segundo notícias chegadas até nós, pela tradição, acredita-se fôssem êsses selvagens pertencentes às tribos dos tamoios e goitacazes.

Iniciada a obra de catequese, com a elevação da capela, começaram, desde cedo, os religiosos, a colhêr os frutos de seus ensinamentos. O confôrto nas moradias foi sendo aumentado, as lavouras foram-se desenvolvendo e multiplicando, ensejando a atração de forasteiros brancos, na sua maioria de nacionalidade portuguêsa, seduzidos pela feracidade do solo.

No início da segunda metade do século XVIII, já florescia o empreendimento dos missionários jesuítas, quando, atingida sua Ordem pelas leis contra ela ditadas no Reino, pelo Marquês de Pombal, viram-se os religiosos na contingência de abandonar o contrôle da povoação, que passou a ser administrada, desde então, pelos padres da Ordem dos Capuchinhos.

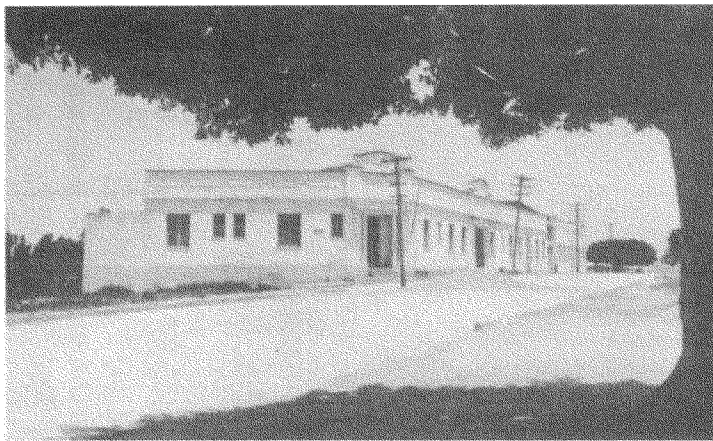
Que êsses religiosos prosseguiram, dignamente, a obra de seus antecessores, servem de atestado os fatos de, já em 1795, ser a localidade incluída no rol das freguesias fluminenses, por fôrça do Alvará expedido em 22 de dezembro dêsse ano, e o término da construção da velha igreja-matriz, em 1783.

Durante um século, permaneceu a povoação com o predicamento conseguido em 1795. O progresso da cidade de Cabo Frio, próxima demais, da sede da freguesia, não facilitava a sua desligação do município de mesmo nome. A freguesia de São Pedro da Aldeia, algumas vêzes citada em decretos, deliberações, leis e alvarás como "Aldeia de São Pedro", teve, durante êsse largo período, sua hegemonia impossibilitada, devido a essa condição natural de satélite geográfico e econômico da cidade de Cabo Frio.

Apesar da contribuição prestada nesse período à lavoura regional, pelo elemento negro escravizado, é justo que se observe que a promulgação da Lei Áurea, a exemplo do que sucedeu na maioria das comunas fluminenses, não afetou vitalmente a economia local. O que se verificou aí foi a mudança das atividades por parte dos colonos libertados, que, abandonando as lavouras, se voltaram para a produção extrativa da pesca.

Devido a essa rápida adaptação é que, poucos anos transcorridos após a decretação da lei libertadora de 1888, enquanto parte dos municípios lutava com a mais desesperadora crise, São Pedro da Aldeia conquistava a sua emancipação político-administrativa. Realmente, pelo Decreto n.º 118, de 10 de setembro de 1890, portanto, já no período republicano, a freguesia era desmembrada de Cabo Frio.

O artigo 1.º dêsse decreto rezava: "Fica elevada à categoria de vila com a denominação de — "Vila de Sapiatiba" — a freguesia de Aldeia de São Pedro, com seus atuais limites e desanexada do território do município de Cabo Frio".

Vista parcial da cidade.

Fôro e Prefeitura Municipal.

O artigo 2.º estipulava: "O município de Sapiatiba fará parte da Comarca de Cabo Frio".

A instalação da vila de Sapiatiba verificou-se no dia 16 do mesmo mês e ano de sua criação.

Meses mais tarde, a deliberação de 9 de dezembro do mesmo ano, veio completar o Decreto 118, reunindo o têrmo de "Sapiatiba" ao têrmo de Cabo Frio. Entretanto, pouco tempo durou o regozijo dos habitantes da novel comuna. Passados apenas dois anos, ainda devido à influência de Cabo Frio, foi o município extinto pelo Decreto n.º 1, de 8 de maio de 1892, cujo artigo 1.º estava assim redigido: "Ficam suprimidos os municípios de Boa Esperança e Sapiatiba. O município de Sapiatiba passa a pertencer ao município de Cabo Frio, constituindo o seu 3.º distrito de paz".

Praça da Matriz.

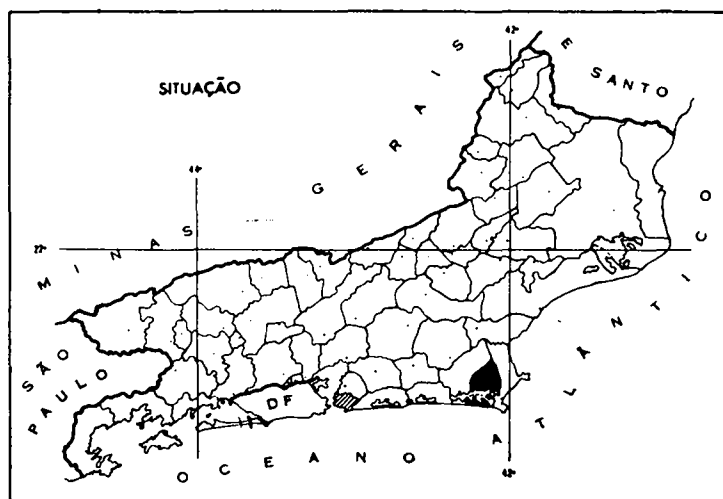
É fácil conceber-se o reflexo que essa regressão político-administrativa causou no ânimo dos habitantes locais. Verdadeira luta de influências se verificou, imediatamente após a assinatura do decreto, terminando, sòmente, quando as justas aspirações do povo de Sapiatiba foram reconhecidas, em virtude da assinatura da Lei n.º 35, de 17 de dezembro de 1892. O seu texto era o seguinte: "Fica restabelecido o — município de Sapiatiba — com os limites que tinha na época em que foi decretada a reorganização municipal, e conservando o nome antigo de "São Pedro da Aldeia".

Atualmente, o município de São Pedro da Aldeia, graças ao labor de seus filhos, está colocado em situação regularmente boa, no conjunto das comunas fluminenses. A velha cidade é de aspecto pitoresco, estando edificada em uma eminência do distrito da sede, dela se descortinando vistas maravilhosas sôbre a lagoa de Araruama.

O seu clima é proclamado como salubre, sendo que o povo considera como medicinais os banhos na lagoa, especialmente nos casos de "beribéri".

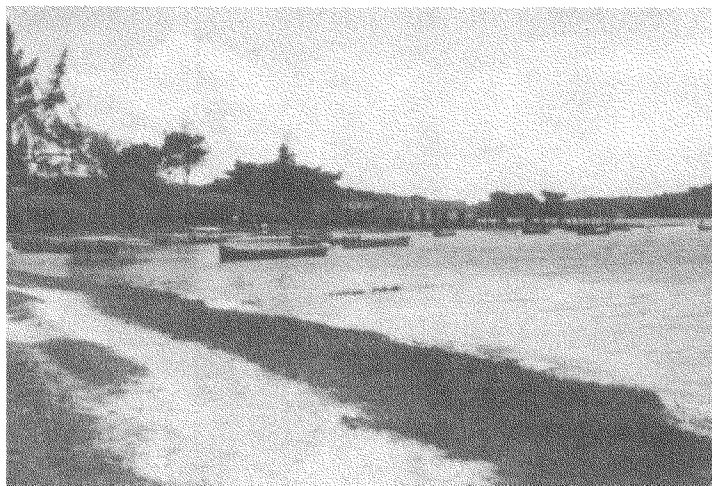
As suas terras, reputadas como excelentes, têm sofrido, de anos para cá, a influência maléfica de sêcas prolongadas, o que, todavia, não tem impedido se verifiquem, ainda hoje, importantes safras nas suas lavouras.

A pecuária e o comércio desfrutam de uma situação satisfatória, e a indústria, representada pela exploração do sal, da pesca e da cal, encontra-se em franco progresso, permitindo que se augure um futuro promissor à economia e à vida local do município.

LOCALIZACÃO — As coordenadas geográficas da sede municipal são: 22° 50' 12" de latitude Sul e, 42° 06' 36" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 104 km. Rumo em relação à capital do Estado: E.N.E. — O município está situado na Zona Fisiográfica da Baixada de Araruama.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 15 m (sede municipal, altitude máxima, vindo a mínima a 2 m).

CLIMA — Possui o município de São Pedro da Aldeia clima excelente, sobretudo às margens da lagoa de Araruama, onde a salubridade chega a ser tradicional. A média das temperaturas máximas ocorridas durante o ano de 1956 foi de 26°C e, a das mínimas de 17°C.

ÁREA — 324 km².

Povoado do Boqueirão.

POPULAÇÃO — O Censo Demográfico de 1950 apresentou o cômputo total de 18 986 habitantes, para o município, sendo 9 506 homens e 9 480 mulheres. O seu quadro rural registra a existência de 17 757 habitantes, o que comprova a irresistível tendência da sua população para fixar-se no grupo das atividades rurícolas. A população é de 1 229 habitantes segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950. O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 21 208 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades básicas da economia do município são a de natureza agropecuária, a extrativa do pescado e a indústria salineira. Das pessoas ativas no município, 90% encontram-se situadas no ramo, "agricultura, pecuária e silvicultura". A mandioca, o café,

Convento dos Jesuítas — 1723.

o milho, o feijão, os legumes e as hortaliças, dão a São Pedro da Aldeia uma situação de preponderância com relação aos demais que constituem a zona fisiográfica da Baixada de Araruama. A pecuária tinha, em 1954, conforme elementos apurados no Departamento Estadual de Estatística, os seguintes rebanhos: 12 300 bovinos, 7 900 eqüinos, 7 100 muares, 6 900 suínos, 4 300 ovinos e 4 200 caprinos. Os rebanhos avícolas, eram, como os precedentemente enumerados, os maiores dessa Zona Fisiográfica: 226 mil galinhas, 245 000 galos e frangos e 12 300 perus e 12 200 gansos, patos e marrecos, com uma produção de quase 1 000 000 de ovos no período. A pesca, uma das principais atividades locais, alcançou em 1953, uma produção no valor de .... Cr$ 4 436 400,00. E, a produção de sal, também, um dos esteios da economia local, lograva atingir o índice de 19 856

Outro aspecto do Convento dos Jesuítas.

Vista da praia do Sudoeste.

toneladas, no valor de Cr$ 7 942 000,00. Os quadros que se seguem, apresentavam, todavia, interessantes aspectos da vida municipal, sob o prisma da sua atividade econômica:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mandioca	Tonelada	69 000	13 800
Milho	»	3 060	15 300
Feijão	»	1 380	23 000
Banana	Cacho	140 000	3 500
Laranja	Cento	616 000	36 960
Batata-doce	Tonelada	4 601	5 521

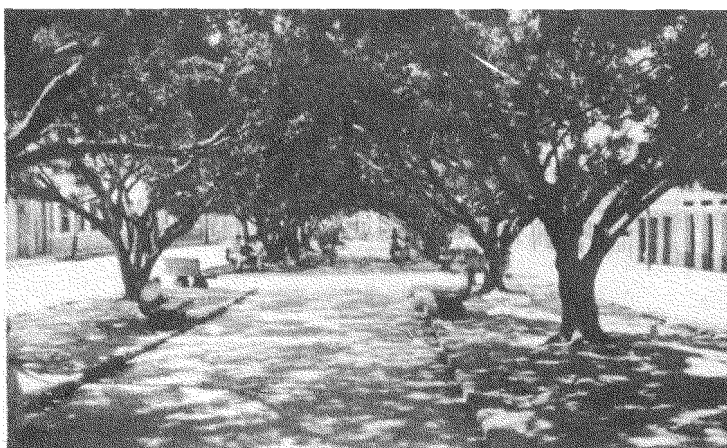
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Sal marinho	Tonelada	13 177	9 223
Conchas calcárias	»	1 587	570
Pedras para construção	m3	6 200	26
Animal			
Pescado em geral	Tonelada	712	13 341

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de mandioca	Tonelada	6 049	30 246
Carvão vegetal	»	490	980
Tijolos comuns	Milheiro	490	980
Aguardente de cana	Litro	25 000	250
Cal de conchas	Tonelada	371	371

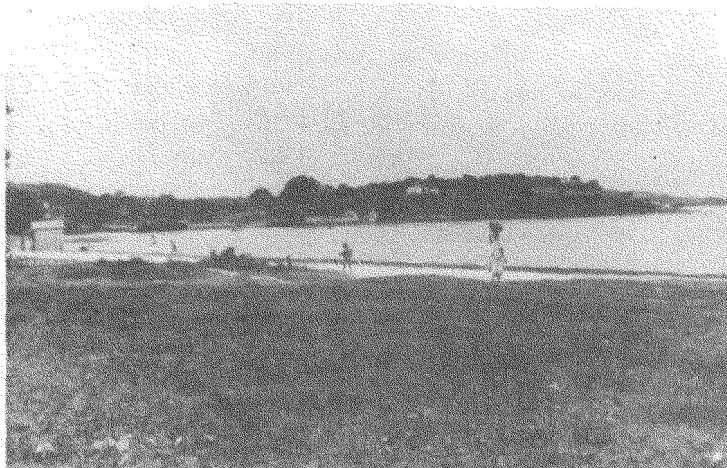
MEIOS DE TRANSPORTE — São Pedro da Aldeia está servido pela Estrada de Ferro Central do Brasil de Maricá numa extensão de 21 900 m, em cujo território se situam as estações de Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia e as paradas km 140, Campo Redondo e Baixa Grande. Conta com uma rêde rodoviária na extensão total de 144 km, sendo que 108 km são de propriedade e administração municipal e 36 de propriedade e administração estadual. Existe apenas uma linha intermunicipal de ônibus. Estão licenciados pela Prefeitura Municipal, até 31-XII-57, 9 automóveis e 44 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede municipal está representado com 14 estabelecimentos atacadistas e 176 varejistas. Em todo o município há 221 estabelecimentos varejistas. As praças com que mantém relações co-

Avenida São Pedro.

merciais são as de Rio de Janeiro, Cabo Frio e Niterói, de onde importam gêneros alimentícios, fumos, bebidas, sabões, calçados, ferragens, etc., e exportam cereais, legumes, hortaliças, sal, café, farinha de mandioca e outros. O município não possui representação bancária a não ser uma agência da Caixa Econômica Federal, que tem um lastro de 115 cadernetas em circulação, cujos depósitos somavam, em 31-XII-1956, 446,5 milhares de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são, no reino mineral, as salinas; no reino vegetal, se bem que não sejam abundantes, encontram-se algumas espécies de madeira de lei, plantas medicinais e sementes oleaginosas; e, no reino animal, a fauna aquática tem muitas variedades convindo destacar: tainha, carapicu, carapeba, obarana, piraúna, cocoroca e camarões, sendo que na fauna que habita as matas, ainda se encontram animais do tipo da paca, cutia, preá, etc.

ASPECTOS URBANOS — A cidade, capital do município, é abastecida de água, possui iluminação pública e domiciliária e no que concerne à pavimentação dos seus logradouros são os seguintes os dados existentes: a cimento e concreto, 30%; a asfalto, 10%; de outros tipos, 20%; e, sem pavimentação, 40%. Possui, ainda, como melhoramentos urbanos: 3 aparelhos telefônicos instalados; 138 ligações elétricas efetivadas; 164 domicílios abastecidos de água; 1 hotel e 1 pensão, e, também, 1 cinema.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos, por intermédio de sua rêde de comunicações, presta relevantes serviços ao município. Mantém estações postais-telegráficas na sede municipal, Iguaba Grande e no povoado de Baixa Grande. A Estrada de Ferro Central do Brasil, para seu uso particular, mantém uma rêde de comunicações telegráficas entre a sede municipal e Iguaba Grande. A Cia. Telefônica Brasileira também tem ligação funcionando entre a sede municipal e Iguaba Grande.

Pôrto de São Pedro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Constata-se a existência, no município, de 1 Pôsto de Higiene mantido pelo Estado; 1 ambulatório médico mantido pela Venerável Ordem do Santíssimo Sacramento; 1 ambulatório mantido pelo Ministério da Agricultura, situado em Pôrto da Aldeia e, bem assim, 1 ambulatório mantido pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância. A sede municipal está servida de 3 farmácias e, aí exercem a profissão, também, 3 médicos, 2 dentistas e 3 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 15 855 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, 6 608 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em conformidade com elementos obtidos em 15-I-57, o município tinha em funcionamento, 33 unidades escolares, sendo que 29, do ensino primário fundamental comum e 4 do supletivo.

Vista da estrada RJ-5, que liga Niterói a Campos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue diz melhor da situação do município no que tange às suas finanças públicas:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	644	1 034	608	233	623
1951	762	1 435	608	265	584
1952	841	2 687	700	297	625
1953	393	1 935	700	311	767
1954	308	3 927	908	331	776
1955	1 656	3 088	1 468	433	962
1956	2 468	4 600	2 072	468	2 060

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Na sede municipal, a Igreja Velha, construída em 1723, tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, constitui-se interessante monumento artístico. Há, também, como curiosidade dêsse caráter, um canhão cujos tiros serviam para comunicação dos jesuítas residentes no município. Existem ainda o monumento dedicado ao Comandante Amaral Peixoto, inaugurado a 1.º de agôsto de 1945, situado à es-

trada do mesmo nome, e o Monumento ao Município, inaugurado em 29 de junho de 1935, localizado à Avenida São Pedro, tudo na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo do município de São Pedro da Aldeia é, de modo geral, plano. Ao sul, porém, nas proximidades da lagoa Araruama, observa-se suave ondulação, onde se erguem alguns morros, entre os quais o do Frade, o do Milagre e o do Igarapiapunha. As matas, capoeiras e capoeirões, são os tipos predominantes do seu revestimento florístico. Em seu território existem pequenos cursos de água sendo principais os de Arrozal, Fundo e Papicu. É interessante como ornamento de beleza natural no município, a lagoa Araruama, que nasce na cidade de mesmo nome e desemboca no Cabo Frio, no Atlântico, atravessando o município de São Pedro da Aldeia numa extensão de 34 km.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de 4 associações desportivas, 1 biblioteca e 1 cooperativa.

VULTOS ILUSTRES — Nasceram no território aldeiense e se destacaram em diversos setores da atividade humana, os seguintes: Dr. Antônio Alves Teixeira de Souza, médico na Guerra do Paraguai e deputado à Constituinte Fluminense de 1891; Francisco Antônio Cantarino; Dr. Targino Ribeiro, jurista de renome nacional; Manuel Martins Teixeira, cuja vida pública foi um exemplo digno de ser imitado; João Martins Teixeira, professor de Física e Química da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Dr. João Lopes Pinheiro, engenheiro-agrônomo destacado; Dr. Lauro Pinheiro Batista, médico; Lafaiete Cantarino de Souza, coronel-aviador, e que prestou valiosos serviços durante a II Grande Guerra, participando de 104 vôos; e, o escritor cego Cordelino Teixeira Paulo, autor do livro "Os cegos e a Sociedade"; e muitos outros que seria fastidioso enumerar.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Pela atual divisão administrativa, o Município compõe-se dos distritos de São Pedro d'Aldeia e Iguaba Grande.

SÃO SEBASTIÃO DO ALTO — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O devassamento das terras do atual município de São Sebastião do Alto foi motivado pela febre do ouro que, na segunda metade do século XVIII, arrastou bandos de aventureiros para as margens dos córregos auríferos, afluentes dos rios Negro, Macuco e Grande.

Ao chegarem a essa região, os desbravadores a encontraram habitada pelas tribos dos índios coroados e goitacazes, que, por seu número e sua valentia, dominavam os selvagens de outras tribos menores e mais fracas.

Segundo tradição, em período situado entre os anos de 1770 e 1786, os garimpeiros, chefiados pelo legendário bandoleiro lusitano Manoel Henriques, mais conhecido pela alcunha de "Mão de Luva", *lavraram, clandestinamente*, os tributários dos rios acima citados, provocando, em 1786, enérgicas providências militares, por parte do então vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos.

Foi assim que, a partir de 1786, começaram a fluir para as terras do atual município de São Sebastião do Alto levas de garimpeiros e aventureiros em busca do precioso metal, que se dizia existir em abundância nos córregos dessa região.

Dolorosa surprêsa, porém, lhes estava reservada, pois, verificaram êles que: ou os bandoleiros tinham esgotado os poucos filões existentes ou, então, as notícias relativas à sua opulência eram inverídicas. Todavia, essa decepção não abateu imediatamente o ânimo de todos os faiscadores. Enquanto uns esmoreciam, abandonando a pesquisa e a exploração, outros surgiam cheios de ambição e entusiasmo, até que, finalmente, cansados e desiludidos, abandonaram a garimpagem. A grande maioria de faiscadores derivaram para outras terras, onde pudessem ter mais sorte, ficando na região apenas um reduzido número de antigos garimpeiros, já adaptados a novas condições de atividade, entre as quais sobressaía o trato agrícola.

No relatório do vice-Rei D. Luiz de Vasconcelos e Souza, enviado ao govêrno de Portugal, datado de 20 de agôsto de 1789, encontraram-se trechos nìtidamente referentes ao território do atual município de São Sebastião do Alto.

"Até então, *escreveu o vice-Rei, já* se havia averiguado o rio Macuco com seus córregos imediatos, encontrando-se, em alguns lugares, pintas úteis, mas, havendo melhores esperanças no rio Negro e rio Grande, onde houve parte em que, tanto a superfície da terra, como a que se foi cavando até ao fundo de dois palmos, mostrou pinta finíssima, que mereceu apurar-se com mais cuidado e maior inteligência das pessoas ocupadas nesse serviço, resultando dessa experiência, o haver a mais fundada conjetura de que, essas minas não deixarão de fazer grande conveniência, não só pela abundância, mas ainda, pela qualidade do ouro".

Atribui-se aos remanescentes dos garimpeiros fracassados em sua aventura, a criação do arraial de São Sebastião, elevado a curato, sòmente em 1852, o que vem atestar a lentidão de seu progresso, lentidão, certamente, motivada pelo êxodo verificado em conseqüência da desilusão sofrida pelos faiscadores ambiciosos.

O Decreto provincial n.º 600, de 20 de setembro de 1852, que criou o curato, estava assim redigido: "Art. 1.º — Fica criado um *curato* sob a invocação de "São Sebastião — no arraial da mesma denominação, na freguesia de Santa Rita, no município de Cantagalo.

Art. 2.º — O Presidente da Província fica autorizado a marcar os limites daquele *curato*, ouvindo para êsse fim, não só a Câmara Municipal, como as autoridades eclesiásticas competentes".

Vista aérea geral da cidade

Praça da Matriz.

Meses após, pela deliberação de 28 de janeiro de 1853, eram fixados os limites do curato: "A linha divisória do território do curato de "São Sebastião", do têrmo de Cantagalo, criado pelo decreto n. 600, de 20 de setembro de 1852, partirá do Morro do Doudo junto do rio Grande, e seguirá pelo mesmo, rio abaixo, até a barra do córrego Macapé, donde continuará pelo rio Negro, compreendendo as fazendas de José Antônio de Faria, à margem do rio Grande; do falecido padre Rainha, e de João Ferreira de Oliveira, à margem do rio Negro; e depois, por êsse rio acima, até a barra do ribeirão do Macuco, pelo qual subirá até o ponto em que passam as divisas da freguesia de Santíssimo Sacramento; e por estas, até tornar a encontrar o sobredito Morro do Doudo".

Da época em que recebeu a categoria de curato, em diante, foi que a localidade começou a prosperar ràpidamente, como se desejasse readquirir o tempo perdido.

Tal era o seu prestígio econômico dois anos após a criação do curato que outra medida governamental se fêz necessária, sendo o novel curato elevado ao predicamento de freguesia, pelo Decreto provincial n.º 802, de 28 de setembro de 1855, que rezava: "Fica ereto em freguesia —, com a mesma denominação, o curato de São Sebastião, do município de Cantagalo, conservando os limites que lhe foram designados na deliberação de 28 de janeiro de 1853".

Em 24 de outubro de 1861, em virtude da elevação de Santa Maria Madalena às categorias de município e vila, a freguesia de São Sebastião, já por essa época grafada nos decretos e leis com o topônimo de São Sebastião do Alto, também foi desmembrado de Cantagalo, passando a constituir parte integrante da comuna então criada.

Por essa época, as lavouras da freguesia floresciam, em grande parte, devido ao suor do elemento negro escravizado.

Com o advento da lei abolicionista, em 1888, esta situação de prosperidade cessou, ressentindo-se a região, até hoje, de seus efeitos.

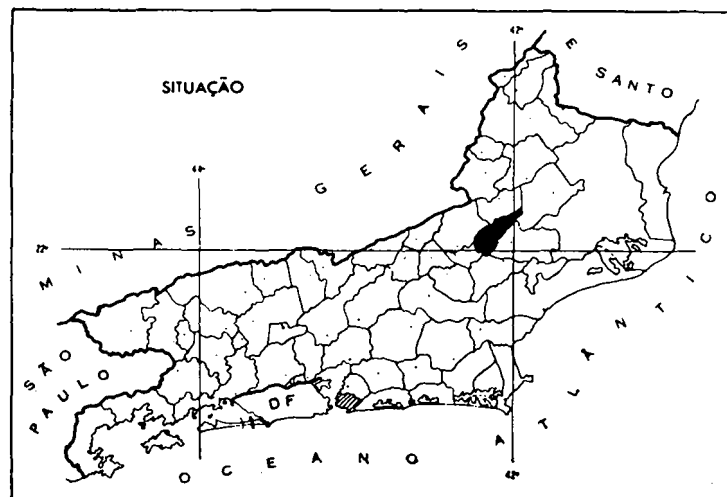
A elevação da freguesia à categoria de município, em 17 de abril de 1891, obedeceu mais às dificuldades encontradas pelos administradores, localizados em Santa Maria Madalena, de dirigi-la, em virtude da escassez dos meios de transporte e das vias de comunicação, do que mesmo ao progresso da localidade. Foi ela uma providência mais de injunção administrativa, do que econômica, tanto assim que, as controvérsias sôbre as conveniências da concessão dessa hegemonia, forçaram o govêrno a retroagir, anulando os efeitos do Decreto n.º 194, de 17 de abril de 1891, com a publicação de outro, que tomou o n.º 1, datado de 8 de maio de 1892, por cujo texto se suprimia o município, colocando-o agora, sob a jurisdição da comuna de São Francisco de Paula, criada em 12 de março de 1891.

Ainda, desta vez, não ficaram resolvidas as dificuldades administrativas, motivadas pela deficiência de vias de comunicações da região, o que foi verificado, bem cedo, pelos governantes, pois, já em 7 de dezembro de 1892, por fôrça da Lei n.º 33, estabeleciam êles o município de São Sebastião do Alto com os mesmos limites que tinha em época anterior à sua extinção.

A sede da vila elevada à categoria de cidade, por fôrça da Lei sistematizadora de n.º 2 335, assinada em 27 de dezembro de 1929, pela qual "todas as sedes dos municípios teriam a categoria de cidade".

Atualmente, graças aos esforços de seus habitantes, o município de São Sebastião do Alto vem procurando melhorar sua situação, em face das demais comunas fluminenses, notando-se mesmo um ligeiro surto de progresso nos setores da agricultura e da pecuária.

Sua sede, localizada no planalto da serra "Queira Deus" é uma cidade pequena, apresentando aspecto tìpicamente colonial, em sua paisagem. Os seus meios de transporte ainda são deficientes, motivo pelo qual o progresso social e econômico do município não marcha com a rapidez que se poderia desejar.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes. 21° 57' 12" de latitude Sul e, ... 42° 08' 24" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 145 km. Rumo em relação à capital do Estado: N.N.E. — O município está situado na Zona Fisiográfica de Cantagalo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 310 m (sede municipal).

CLIMA — O município, em geral, desfruta de clima salubre. A média das temperaturas máximas ocorridas durante o ano de 1956 foi de 22°C, e a das mínimas, de 14°C.

ÁREA — 348 km².

POPULAÇÃO — Segundo os dados demográficos do Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 14 681 habitantes, sendo 7 498 homens e 7 183 mulheres. O quadro rural abrigava 14 050 habitantes, o que evidencia a tendência da gente altense, para as atividades rurícolas. Pelo quadro a seguir, tem-se melhor idéia

no que tange à distribuição populacional, por distrito e por idade:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
São Sebastião do Alto..	6 379	3 269	3 110	160	164	25	27	3 084	2 919
Vilão do Barro........	8 302	4 229	4 073	101	114	22	18	4 106	3 941

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população altense, para 1955, em 16 399 habitantes, segundo cálculos elaborados pelo seu setor técnico especializado.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas ativas no município, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, 85% concentram-se no ramo agropecuário. A pecuária constitui fator de alta atividade da população rurícola local. São principais culturas altenses as de milho, cana-de-açúcar, arroz, fumo em fôlha, feijão e café. Os quadros a seguir dão uma idéia mais aproximada das possibilidades locais no que se refere às atividades econômicas:

Produção agrícola — 1956 (*)

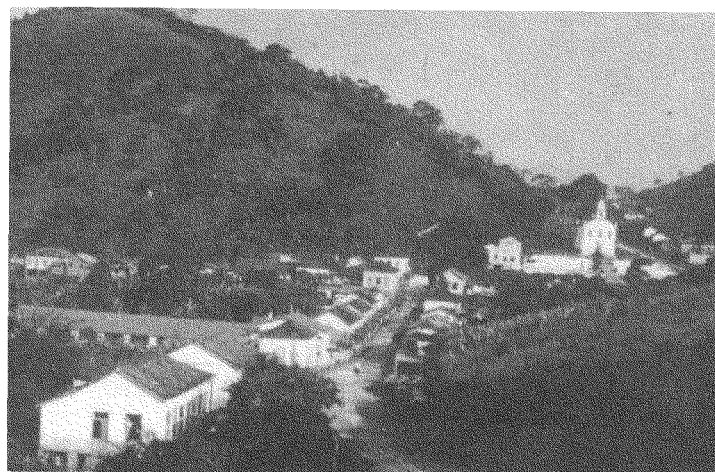
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Cana-de-açúcar..................	Tonelada	26 000	5 200
Café..........................	»	225	4 500
Milho.........................	»	600	3 200
Arroz.........................	»	150	600
Feijão........................	»	120	400

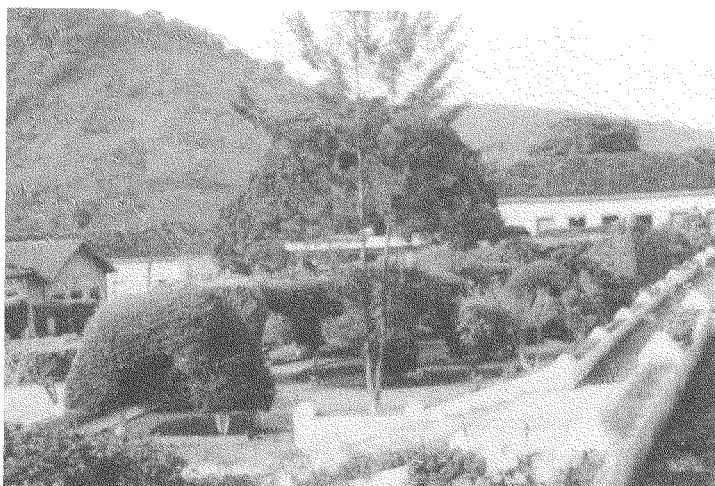
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha......................	m3	1 000	80

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Fumo em corda..................	Tonelada	50	1 500
Aguardente.....................	Litro	200 000	1 000
Rapadura......................	Tonelada	80	320
Fubá de milho..................		40	160

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

Rua Coronel Francisco Salustiano Pinto.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município está ligado às capitais estadual e federal e mais aos municípios convizinhos de Cantagalo, Itaocara, São Fidélis e Santa Maria Madalena, por meio de rodovias. Dos 6 ramais rodoviários existentes no território do município, totalizando 107 km, 69 quilômetros são de propriedade e administração estadual e 38 pertencem à administração municipal. Serve à comunidade altense 1 linha de ônibus interdistrital e 1 intermunicipal. A Prefeitura Municipal licenciara, até outubro de 1956, 21 veículos motorizados.

Praça Desembargador Toledo Piza.

COMÉRCIO E BANCOS — Estão cadastrados na sede municipal 2 estabelecimentos atacadistas e 87 varejistas. O município exporta a sua produção agrícola para os municípios de Nova Friburgo, Niterói, Cantagalo e Distrito Federal, importando dessas praças, artigos de suas necessidades mais prementes, como fazendas, comestíveis, armarinhos, medicamentos, etc. Registra-se apenas representação bancária, não funcionando nenhuma Agência.

RIQUEZAS NATURAIS — São Sebastião do Alto, possui no reino mineral, riquezas das mais interessantes como jazidas de mica ou malacacheta, giz, caulim, ótimas fontes de águas ferruginosas e calcárias. Possui potencial hidráulico em grande parte ainda não aproveitado, como as cachoeiras de Humaitá, Lage e Santa Terezinha, e outras, situadas em território da sede municipal. O revestimento florístico do solo municipal é constituído de capoeiras e pequenas matas, predominando, todavia, a vegetação rasteira. Há grandes quantidades de madeira de lei dos tipos comuns à região. Sua fauna terrestre é representada por diversos animais, ainda que um tanto raros, como: pacas, veados, tatus, etc., e a aquática, principalmente por traíras, bagres e acarás, sendo os produtos da pesca apenas utilizados como suplemento à alimentação.

ASPECTOS URBANOS — A sede municipal está beneficiada com iluminação pública e domiciliária, com abastecimento de água e o calçamento de suas ruas é feito com terra melhorada. Conta, ainda, com 11 telefones instalados, 36 ligações elétricas efetivadas e 57 domicílios abastecidos de água. Contam-se 2 pensões e 1 cinema.

COMUNICAÇÕES — Vem prestando serviços relevantes à coletividade altense a rêde de agências postais-telegráficas dos Correios e Telégrafos. A Cia. Telefônica Brasileira oferece, de seu turno, valioso auxílio à população local, estendendo suas linhas de comunicações até ali.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não funciona ainda no município instituição hospitalar senão um pequeno centro de assistência e 1 pôsto de higiene, na sede municipal, mantido pelo Govêrno do Estado, bem assim 1 pôsto de higiene situado em Valão do Barro, também mantido pela administração estadual. Existem, além do mais, na sede municipal, 3 farmácias, e exercem a profissão, no município: 2 médicos, 1 dentista e 3 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — Das 11 999 pessoas, de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, apenas 3 242 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1955 havia, em funcionamento, 48 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo que dêstes, 3 eram cursos do ensino supletivo.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue, pela exposição numérica detalhada, oferece particularidades dignas de apreciação:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	693	917	223	749
1951	—	852	716	249	884
1952	—	955	732	276	696
1953	—	1 176	1 231	272	1 027
1954	—	1 387	1 139	264	1 127
1955	—	1 356	997	261	975
1956 (1)	144	1 300	1 500	550	1 200

(1) A Coletoria Federal de São Sebastião do Alto foi inaugurada em junho de 1956. Até então o município era subordinado à Coletoria Federal de Santa Maria Madalena.

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A não ser seus dois modestos templos católicos, não possui curiosidades de valor artístico dignas de registro senão as Cachoeiras das Fazendas de Santa Terezinha e Humaitá e a Pedra de Santa Irene, lugar tido como miraculoso, para onde aflui, constantemente, grande número de romeiros e visitantes.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O território do município de São Sebastião do Alto é todo acidentado, sobressaindo, dentre suas principais elevações, as serras de São Sebastião e Deus-me-livre. Dentre os cursos de água destacam-se, a leste, o rio Grande, que o limita com São Fidélis, Santa Maria Madalena e Trajano de Morais; a oeste, o rio Negro, limitando-o, também, com Itaocara e Cantagalo; e, a sudoeste, o Macuco, afluente do rio Negro, que ainda o limita com Cantagalo. Há outros cursos de água menores como os da Barra, Babilônia, Humaitá e Sobrado, afluentes do Rio Grande, e mais os de Águas Férreas, Índios, São Joaquim e Várzea, que deságuam no Rio Negro. Várias quedas de água oferecem raro aspecto de beleza natural às regiões em que se localizam.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 bibliotecas pertencentes aos grupos escolares locais, o da sede municipal, "Júlio Vieitas" e o de Valão do Barro, "Januário Toledo Piza".

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Pela atual divisão administrativa, o município compõe-se dos distritos de São Sebastião (sede) e Valão do Barro.

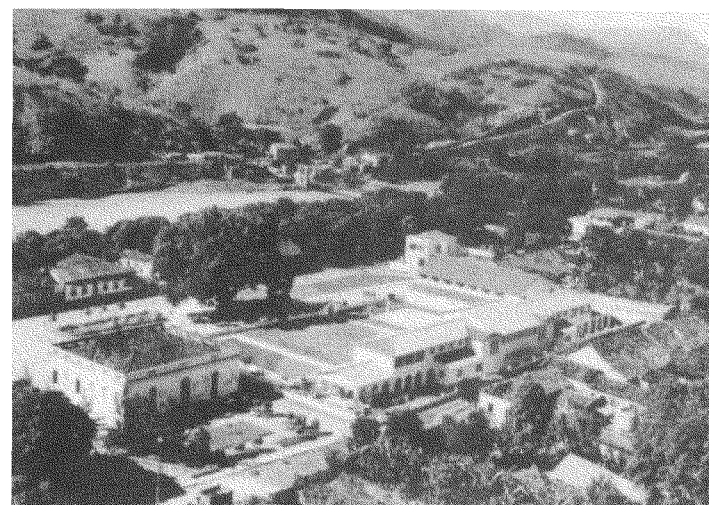
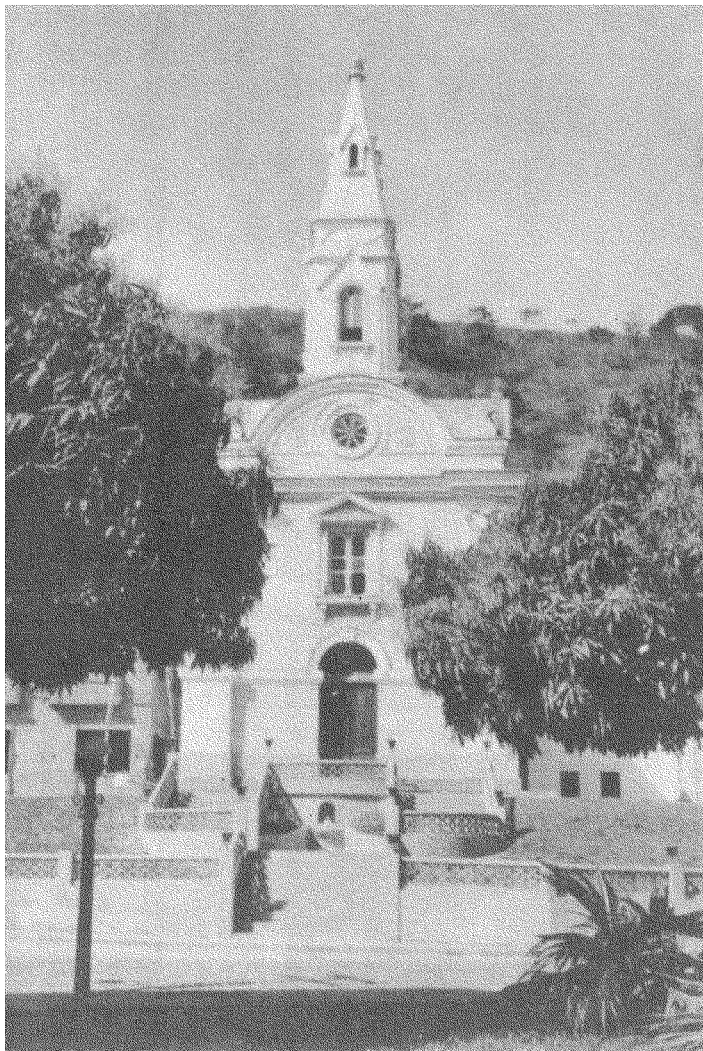
SAPUCAIA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração verificada nas terras do atual município de Sapucaia data de princípios do século XIX, estando intimamente ligada com as conseqüências advindas da fuga, para o Brasil, da Família Real Portuguêsa, em 1807. Com efeito, seis dias após o seu desembarque na Bahia, no dia 22 de janeiro de 1808, o então Regente D. João, a instâncias do Visconde de Cairu, assinou o importante Decreto pelo qual eram abertos os portos brasileiros aos navios das nações amigas de Portugal. Dentre os inumeráveis benefícios trazidos ao país por êsse ato, ressalta o incremento de sua colonização, até essa época quase restrita apenas aos súditos lusitanos. Entre os estrangeiros de outras nacionalidades atingidos pelo Decreto em questão, citaremos, por estarem suas atividades ligadas ao desbravamento do território de Sapucaia, o nome dos cidadãos suíços Inácio Lemgruber e Vicente Ubherlarto, aos quais, mais tarde, foram concedidas algumas sesmarias, cujas áreas abrangiam as terras da atual "Fazenda de Santo Antônio", situada nas proximidades do morro do mesmo nome, a 31 km da sede do município, e às quais chegaram êles, segundo consta, no dia 7 de março do ano de 1809.

Pouco tempo passado, após a chegada dêsses dois colonizadores, começaram a afluir outros mais, entre êles os cidadãos portuguêses Joaquim de Souza Breves e Antônio de Souza Brandão (mais tarde Barão de Aparecida), e Francisco Diogo Perret, de origem francesa.

Continuando o afluxo de colonos para essa região, ràpidamente surgiu nela um pequeno arraial, onde, por iniciativa de Antônio Inácio Lemgruber, foi edificada uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora Aparecida. Dêsse pequenino núcleo populacional, resultou a hoje vila de Nossa Senhora Aparecida, sede de um dos distritos do atual Sapucaia.

Por efeito da Lei 262, de 26 de abril de 1842, a capela de Nossa Senhora da Aparecida, dado o progresso da localidade, recebeu o predicamento de freguesia. O referido Decreto rezava em seu artigo 1.º: "A capela de Nossa Senhora da Aparecida fica ereta — freguesia —, desmembrando-se da freguesia de São José do Rio Prêto a parte dela que forma o atual distrito do juízo de paz de Aparecida, e da freguesia de Nova Friburgo a parte que fica entre o rio

Vista parcial da cidade.

Matriz de Santo Antônio de Sapucaia.

Prêto e a serra do Capim, dividida com a dita freguesia pelo referido rio".

Anos mais tarde, atraídos pelas notícias correntes sôbre a fertilidade do solo da região e de suas redondezas, novos colonizadores, em número sempre crescente, começaram a buscá-la, espraiando-se pelas terras circunvizinhas, abrindo novos caminhos e desbravando matas até então virgens. Como resultante dessa expansão, surgiu, em 1856, um novo arraial, fundado principalmente devido aos esforços de Augusto de Souza Furtado, Domingos Antônio Teixeira e José Joaquim Marques Melgaço, donos de vastas porções de terra entre os rios Calçado e Paraíba do Sul.

A êsse novo arraial, cuja categoria de curato foi reconhecida no mesmo ano de 1856, foi dada a denominação de Santo Antônio de Sapucaia, o nome do Santo por ser o padroeiro do curato, e o de Sapucaia em virtude da existência, no local, de grande quantidade de árvores, conhecidas por "Sapucaias" (corrutela de Yaçapucaí).

Desde a sua fundação, o novo povoado prosperou com relativa rapidez, graças, sobretudo, à intensificação de suas lavouras, conseqüência, por outro lado, de uma colonização bem organizada. Entretanto, apesar do progresso verificado na localidade, sòmente em 1871 alcançou ela o predicamento de freguesia, por fôrça do Decreto ou Lei provincial n.º 1 600, de 16 ou 18 de novembro dêsse ano, cujo texto era o seguinte: "A povoação da — Sapucaia —, no município de Magé, fica elevada à categoria de — freguesia —, sob a invocação de "Santo Antônio de Sapucaia", conservando os limites que atualmente tem como curato eclesiástico nesta Província".

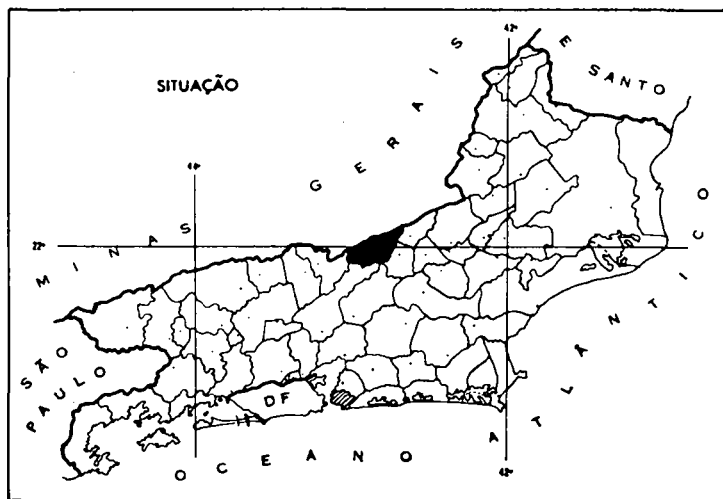
Três anos mais tarde, o elevado grau de evolução social e econômica atingido pela freguesia forçou o Govêrno Provincial a alterar, novamente, a sua situação político-administrativa. O artigo 1.º do Decreto ou Lei provincial número 2 068, de 7 de dezembro dêsse ano, estava assim redigido: "Ficam desmembradas do município de — Magé — as freguesias de Santo Antônio de Sapucaia e Nossa Senhora da Conceição da Aparecida, e do município da Paraíba do Sul, a freguesia de São José do Rio Prêto, constituindo um — município — que terá sua sede no arraial da Sapucaia, elevado à categoria de — vila — e pertencente à Câmara Municipal da Paraíba do Sul".

Segundo notícias colhidas no município, a sua instalação festiva ocorreu no dia 28 de fevereiro de 1875, entre grandes manifestações de regozijo de seus habitantes.

Desde o início de sua colonização a economia de Sapucaia repousou quase exclusivamente na agricultura. Entre outras grandes lavouras, destacaram-se, em suas terras, as culturas de café e cereais. Grande foi a colaboração do elemento negro escravizado. O advento da Lei Áurea, em 1888, foi, por isso mesmo, um rude golpe vibrado na economia municipal. As suas ricas plantações foram quase totalmente abandonadas, regredindo a escala de produção.

Em 1892, novo golpe foi vibrado em Sapucaia, pois nesse ano, o município perdeu para o de Petrópolis o território da freguesia de Rio Prêto, considerado até então a sua zona mais fértil e de maior produção cafeeira.

Atualmente, o município de Sapucaia, cuja sede recebeu foros de cidade por fôrça do Decreto estadual n.º 19, de 27 de dezembro de 1889, se bem que, ainda se ressentindo dos efeitos da crise motivada pelo êxodo de seus trabalhadores rurais, vem procurando equilibrar a balança econômica, derivando suas atividades para os setores da Indústria e da Pecuária.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal as seguintes: 21° 59' 30" de latitude Sul e, 42° 54' 40", de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 102 km. Rumo em relação à capital do Estado: N.N.E. — O município fica situado na Zona Fisiográfica de Cantagalo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 214,6 m (sede municipal).

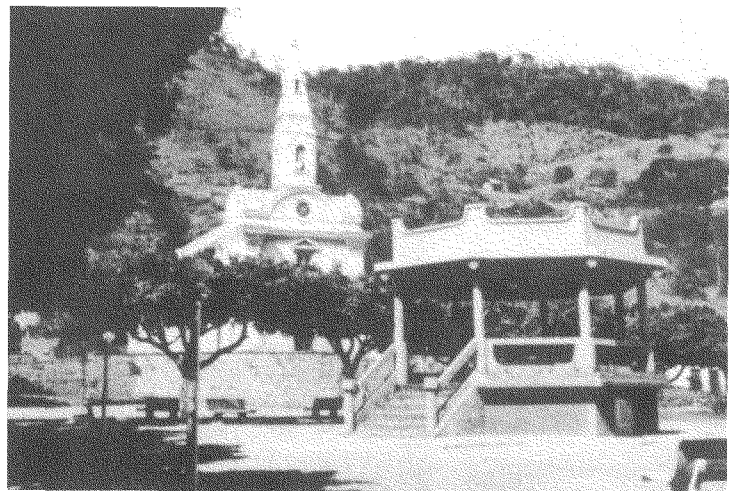
CLIMA — Apresenta o município, de modo geral, um clima salubre, temperado e sêco.

ÁREA — 471 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Conforme os resultados do Censo Demográfico levado a têrmo em 1950, existiam, de população presente, 16 823 habitantes, sendo 8 558 homens e 8 265 mulheres. O quadro rural era de 13 555 habitantes, o que comprova a tendência do sapucaiense pela fixação nos meios rurícolas. Os seus conglomerados urbanos constituídos da cidade de Sapucaia, e vilas de Anta, Jamapará e Nossa Senhora da Aparecida, contavam, à época, apenas com a população de 3 268 pessoas. A população municipal, tem, consoante o quadro a seguir, esta distribuição, por distrito e idade:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sapucaia	5 467	2 713	2 754	659	765	82	86	1 972	1 903
Anta	2 592	1 344	1 248	365	369	68	72	911	807
Jamapará	4 094	2 119	1 975	252	269	27	26	1 840	1 680
N. S.ª da Aparecida	4 670	2 382	2 288	106	105	7	10	2 269	2 173

O Departamento Estadual de Estatística estimou, por intermédio do seu órgão especializado, a população sapucaiense, para 1955, em 18 792 habitantes.

Rua Maurício de Abreu.

Praça Barão de Aiuruoca.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das atividades econômicas fundamentais à existência da vida municipal sobressaem as ligadas à agropecuária, o que é comprovado pelo fato de ter o Recenseamento Geral de 1950, na classificação de sua população, registrado que 70% dos sapucaienses se dedicam aos trabalhos de natureza rurícola. O café, a cana-de-açúcar e o milho são as culturas locais destacadas. Os quadros que se seguem, apresentam, pela riqueza numérica da informação, aspectos interessantes no que se refere à economia municipal:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Arroz	Tonelada	238	1 428
Milho	»	328	1 315
Café	»	268	6 252
Feijão		87	1 200
Batata-Inglêsa	»	16	115

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra para construção	m3	1 200	120
Vegetal			
Lenha	»	28 000	2 800
Madeira	»	28	23
Carvão	Tonelada	26	31
Animal			
Mel de abelhas	Quilo	2 700	35

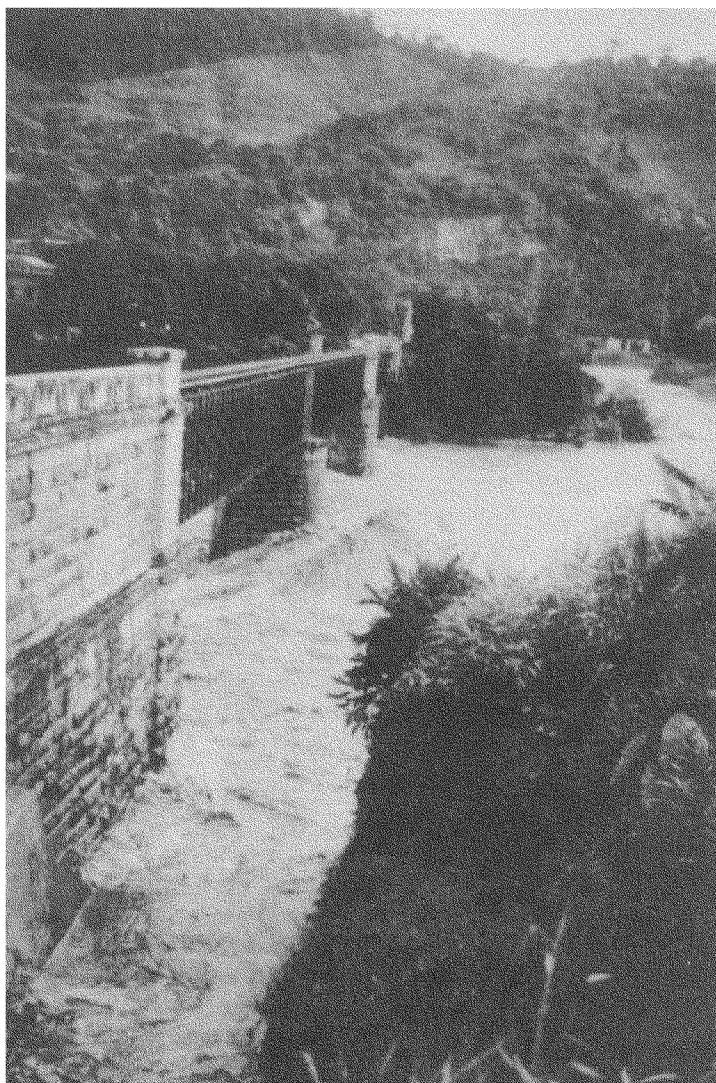
Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite Pasteurizado	Litro	5 961 145	28 393
Manteiga	Tonelada	26	2 080
Açúcar batido	»	190	1 235
Aguardente de cana	Litro	31 000	558

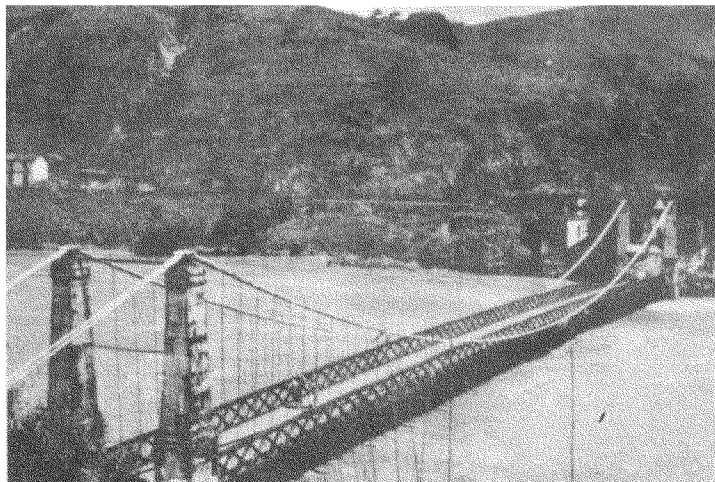
(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município, em matéria de transporte ferroviário, é servido pela rêde da Estrada de Ferro Central do Brasil, encontrando-se, em seu território, as estações de Anta e Sapucaia, numa extensão de 9,4 km de linha férrea. Dos 22 ramais de rodovias de várias extensões e diversos tipos e bitolas, possui o município nada menos de 272 km de estradas, com a seguinte distribuição:

40 km de propriedade e administração federal; 33 km de propriedade e administração estadual; 34 km de propriedade e administração simultâneamente federal e municipal; 133 km de propriedade e administração simultâneamente estadual e municipal; e, 32 km de propriedade e administração exclusivamente municipal. Servem a sede municipal 1 linha de ônibus interdistrital e 8 intermunicipais. Em 1956, estavam licenciados pela Prefeitura Municipal 50 automóveis e 83 caminhões.

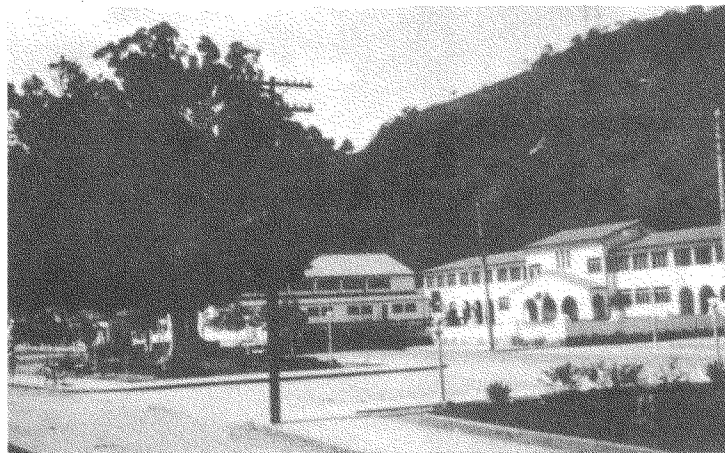
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio sapucaiense é incipiente ainda. Não possui nenhum estabelecimento atacadista. Existem, no município, 70 estabelecimentos varejistas, com um movimento modesto que se limita a distribuir e consumir a produção municipal, importando, sobretudo

Ponte da E.F.C.B. sôbre o rio Paraíba.

para atender às necessidades locais, artigos como tecidos, calçados, ferragens, medicamentos, comestíveis, etc. sendo praças com que mantém estreitas relações comerciais, as de Três Rios e Distrito Federal. Há apenas uma agência bancária, em Sapucaia, a do Banco Ribeiro Junqueira S.A. Os saldos bancários existentes, em 28 de fevereiro de 1957, eram os seguintes: caixa, em moeda corrente: .... Cr$ 946 000,00; títulos descontados, Cr$ 3 243 000,00; depósitos à vista e curto prazo, Cr$ 5 973 000,00; e, depósitos a prazo, Cr$ 14 000,00.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas locais, no reino mineral, são jazidas de talco, ainda inexploradas. Segundo consta, há em terras de Sapucaia várias qualidades de pe-

Ponte Pênsil.

dra e granito, aproveitáveis em construções. No distrito de Anta, extraem-se, anualmente, consideráveis quantidades da chamada pedra de amolar, de largo emprêgo na fundição. O potencial hidráulico local está representado pela existência das cachoeiras de Sapucaia, formada pelo rio Paraíba; Aparecida, no ribeiro de Santa Rita, com 10 m de altura e descarga de 0,12 m^3/s e, ainda, a do Judeu, inaproveitada. Em suas matas existem várias espécies de madeiras, que se prestam, principalmente, à fabricação de combustíveis e fibras, das quais, a mais procurada é a denominada guaxima. A fauna de Sapucaia é representada por algumas espécies de animais, entre as quais, sobressaem o tatu, a paca, a preá, o porco-do-mato, etc. já bem raras, em conseqüência da devastação do seu parque florestal. Nos rios encontram-se, em quantidades bem pequenas, exemplares de bagres, acarás, traíras, e outras espécies menores.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Sapucaia é provida de iluminação pública e domiciliária, está abastecida de água e possui rêde de esgotos. Tem 8 dos seus logradouros calçados a paralelepípedos. Devem ser computados, também, os seguintes melhoramentos urbanos, para a sede municipal: 50 aparelhos telefônicos instalados, 394 ligações elétricas e 283 domicílios abastecidos de água. Existem, na capital do município, 6 hotéis e 2 pensões.

COMUNICAÇÕES — Sapucaia está servido pela rêde de comunicações dos Correios e Telégrafos que mantém agências na sede municipal, Anta e Nossa Senhora Aparecida. A Estrada de Ferro Central do Brasil possui, de seu turno, uma rêde de contacto entre as localidades de Sapucaia e Anta. A Cia. Telefônica Brasileira presta, também, exce-

Praça da Bandeira.

Rua Barão de Aparecida.

lentes serviços, ligando as duas localidades acima referidas, com sua rêde de telefones.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe apenas de um pôsto de higiene, mantido pelo Govêrno Estadual, funcionando na sede municipal. Presta assistência à população local um núcleo da Legião Brasileira de Assistência. Aos seus filiados, igualmente assiste a Caixa Beneficente da Igreja Metodista.

ALFABETIZAÇÃO — Das 13 996 pessoas de 5 anos e mais contadas pelo Recenseamento Geral de 1950, comprova-se que, àquela época, 4 983 sabiam ler e escrever.

Ensino — Havia, em 1955, 23 unidades do ensino primário em funcionamento, sendo, destas, 18 do fundamental comum e 5 do ensino supletivo. Três são os estabelecimentos de ensino extraprimário em funcionamento: Escola Típica Rural que se ocupa do ensino de agronomia complementar; Ginásio Sapucaiense, que ministra o grau de ensino ginasial; e Escola Técnica de Comércio Sapucaiense, que ministra o ensino comercial.

FINANÇAS PÚBLICAS — Pelo quadro seguinte tem-se uma idéia perfeita da situação do município no tocante ao assunto:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	409	1 418	1 210	970	1 202
1951	453	1 548	1 391	1 226	1 345
1952	555	1 788	1 584	1 350	1 607
1953	633	2 126	2 105	1 758	2 082
1954	937	2 219	3 289	1 774	3 232
1955	1 091	2 867	3 760	2 670	3 257
1956	1 615	3 809	3 450	1 200	3 450

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Entre as particularidades artísticas ressaltam os seguintes monumentos: ao General Eurico Gaspar Dutra, situado na Praça Coronel Marcondes e inaugurado em 27-III-1948; e Joaquim Maurício de Abreu, brilhante médico, situado no pátio externo do Grupo Escolar Maurício de Abreu, inaugurado em 16-V-52; e ao ex-governador Ernani do Amaral Peixoto, situado na Praça da Bandeira e inaugurado em 16-V-52. Constitui particularmente natural motivo de atração turística a cachoeira da Sapucaia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Sapucaia se apresenta extremamente acidentado em quase tôda a sua extensão territorial. Com a altitude de 1 084 m, seu ponto culminante, a Pedra do Pião, fica precisamente na junção dêste município com os de Teresópolis, Petrópolis e Sumidouro, que no dizer de um beletrista, "se unem num verdadeiro abraço de velhos camaradas". Sulcam suas terras os seguintes rios: Paraíba, ao norte, o qual recebe os córregos Laje, São José, São João e Santo Antônio ou Fundão; São Francisco, cujas nascentes se encontram na fazenda do mesmo nome, neste município, recebendo os córregos Santa Rita e Boa Esperança; e, Calçado, que nascendo na serra do Capim, recebe os córregos Quilombo, Banqueta, Conceição e Souza.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam em Sapucaia 3 clubes desportivos, 2 cinemas, 3 cooperativas e 1 biblioteca. Está dotada, também, de uma tipografia.

VULTOS ILUSTRES — Foram filhos diletos de Sapucaia, e cujo berço natal honraram sobremaneira, os seguintes: Dr. Joaquim Maurício de Abreu, que ocupou o cargo de Governador do Estado do Rio de Janeiro, e Dr. Antônio de Souza Aguiar, que não sòmente sobressaiu na medicina como, por outro lado, foi intelectual de raro mérito. Entre muitos interessantes trabalhos, fêz a tradução da "Odisséia", de Homero, e de "A Eneida", de Virgílio. Atribui-se-lhe, como cientista, a descoberta do "virus" do beribéri.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, de acôrdo com a atual divisão administrativa, compõe-se dos distritos de Sapucaia, Anta, Jamapará e Nossa Senhora da Aparecida.

SAQUAREMA — RJ

Mapa Municipal na pág. 193 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo os historiadores, em 1530 D. João III, rei de Portugal, reconhecendo que o sistema de "exposições" para guardar as costas do Brasil exigia grandes sacrifícios e não apresentava resultados satisfatórios, por falta de pontos, onde se provesse de mantimentos e de homens, resolveu fundar uma colônia nas margens do rio da Prata, donde Caboto acabava de voltar, mal sucedido.

Para levar a bom término êsse intento, mandou organizar uma frota composta de 2 naus, 1 galeão e 2 caravelas, tendo como tripulantes e passageiros cêrca de 400 pessoas.

Por fôrça de uma Carta Régia datada de 20 de novembro de 1530, D. João III confiou a direção dessa frota a Martim Afonso de Souza, dando-lhe podêres extraordinários, entre os quais, o de "tomar posse e colocar marcos em todo o território até a linha demarcada".

A frota zarpou do pôrto de Lisboa em 3 de dezembro de 1530, chegando, à baía de Todos os Santos, depois de desmembrada de uma parte que se dirigiu para o norte, em 13 de março de 1531. No dia 17 dêste último mês, Martim Afonso de Souza reiniciou sua viagem para o sul. Passados dias, após contornar o Cabo Frio, fundeou no "Costão", em frente ao antigo "Morro do Sambaqui", hoje conhecido pelo nome de "Morro do Canto", situado próximo à "Barra Nova". Nesse local, encontrou, Martim Afonso de Souza, regu-

lar número de selvagens, da tribo dos Tamoios, obedientes à chefia de um índio denominado "Sapuguaçu". Habitavam os aborígenes em choças construídas em troncos de árvores e cobertas com palhas de "tabua" ou "pita". Suas embarcações, feitas de um só tronco, eram ligeiríssimas, causando pasmo aos devassadores, a rapidez e perícia com que eram dirigidas.

Abastecidos os seus navios, de água, lenha e frutos nativos, prosseguiu Martim Afonso de Souza sua viagem, abandonando as plagas de "Socó-Rema", denominação dada pelos indígenas, segundo reza a tradição, à zona lacustre, em virtude da existência, nela observada, de numerosos bandos de aves pernaltas, conhecidas pelo nome de "socós".

Igreja de N. S.ª de Nazareth

Quatro anos após essa visita, o rei D. João III, buscando uma solução menos dispendiosa para o problema de colonização do Brasil, resolveu dividí-lo em Capitanias Hereditárias. Foi devido à concretização dêsse desejo real, que as terras do atual município de Saquarema, no ano de 1534, passaram a pertencer a Martim Afonso de Souza, por se encontrar dentro dos limites fixados para a Capitania de São Vicente a êle doada nesse ano.

Dada a extensão do território da Capitania, muitos anos se passaram antes que as terras de Saquarema recebessem os benefícios da civilização. Só em 1594, os padres da Ordem do Carmo por elas se interessaram, pleiteando e obtendo, em 5 de outubro dêsse ano, a doação de algumas sesmarias localizadas na região. No lugar hoje denominado

Praia de Saquarema.

Carmo, próximo a Ipitangas, iniciaram os religiosos, logo ao chegar, a construção de um convento a que denominaram de Santo Alberto e do qual, no presente, existe, apenas, como recordação, a imagem de seu padroeiro, venerada em um dos altares da atual igreja-matriz.

Após a chegada dos carmelitas, outras sesmarias foram concedidas nas redondezas das suas, o que motivou a criação de várias fazendas nas terras de Saquarema.

Em 1660 ou 1662, Manoel Aguilar Moreira e sua espôsa, D. Catarina de Lemos, desejando proporcionar assistência religiosa aos habitantes de sua fazenda e das já existentes na vizinhança, fizeram erguer uma capela em honra a Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema, justamente no local onde hoje se ergue a igreja-matriz. Por influência do Bispo do Rio de Janeiro, D. José de Barros Alarcão, pouco tempo depois de inaugurada foi ela reconhecida como capela curada e filial da Matriz de Nossa Senhora de Assunção de Cabo Frio.

Em 1675, estando já em situação precária o edifício da capela, foi o seu prédio substituído por um de maiores dimensões, construído de pedra e cal.

Pouco menos de um século mais tarde, em vista do progresso observado na localidade, o govêrno, a instâncias dos moradores da região, resolveu, por fôrça de um Alvará, datado de 12 de janeiro de 1755, conceder ao curato de Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema, o predicamento de freguesia, constando das crônicas, ter sido seu 1.º vigário o padre Antônio Moreira.

Com o correr dos anos, prosperando a freguesia, e não condizendo mais a amplitude de seu templo com êsse progresso, os habitantes da margem setentrional da lagoa de Saquarema requereram permissão ao Bispo D. José Cae-

Vista parcial do centro da cidade.

Igreja-Matriz de N. S.ª de Nazareth.

tano da Silva Coutinho, em 1820, para levantar nova matriz. Pediam, também, os signatários dêsse documento, que o novo templo fôsse erguido, não no local em que se achava o antigo, na eminência fronteira ao mar, mas sim em um ponto mais central, que oferecesse maior facilidade de acesso ao povo.

Atendendo a essas ponderações e ao mau estado em que já se encontrava o templo antigo, mandou o Bispo citado, por provisão de 12 de maio de 1820, que fôsse construída nova matriz no lugar denominado Boqueirão do Engenho, dentro das 50 braças de terra que, para êsse fim, doara o tenente José de Almeida. Entretanto, essa mudança não se verificou, em virtude da viva oposição que a parte conservadora da população ofereceu à idéia dêsse deslocamento. Vitoriosa a resistência dos tradicionalistas que desejavam conservar a matriz em seu primitivo lugar, iniciou-se, imediatamente, a construção do novo templo, no qual trabalharam, gratuitamente, homens, mulheres e crianças do povo, que até pedras carregaram para a sua edificação. Concluídas as obras, em 1837, por uma questão de fato, ficaram automàticamente derrogadas as instruções exaradas na provisão de 12 de maio de 1820.

Outra vista da praia de Saquarema.

Em 1841, passados, portanto, alguns anos da construção dessa nova matriz, tal era o progresso verificado na sede da freguesia, localizada ao seu redor, e nas povoações circunvizinhas, que o Visconde de Baependi, então vice-presidente da Província, resolveu, por fôrça da Lei n.º 238, de 8 de maio dêsse ano, elevar a freguesia à categoria de município. O artigo 1.º dessa lei rezava: "Fica criada uma — vila — no arraial denominado — Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema — conservando o mesmo título. A nova vila ficará pertencendo à comarca de Cabo Frio".

Instalada a vila, curta foi a sua existência. Dezoito anos depois, por efeito do Decreto n.º 1 128, de 6 de fevereiro de 1859, retornou ela à categoria de freguesia. Êsse Decreto estava assim redigido: "A sede da vila do município de Saquarema fica transferida para o lugar de — Mataruna — na freguesia de São Sebastião de Araruama, e elevado à categoria de — vila — com a denominação de "Vila de Araruama", a qual será instalada logo que os habitantes da localidade apresentarem casas preparadas e mobiliadas, à sua custa, para as sessões da Câmara Municipal e do Júri".

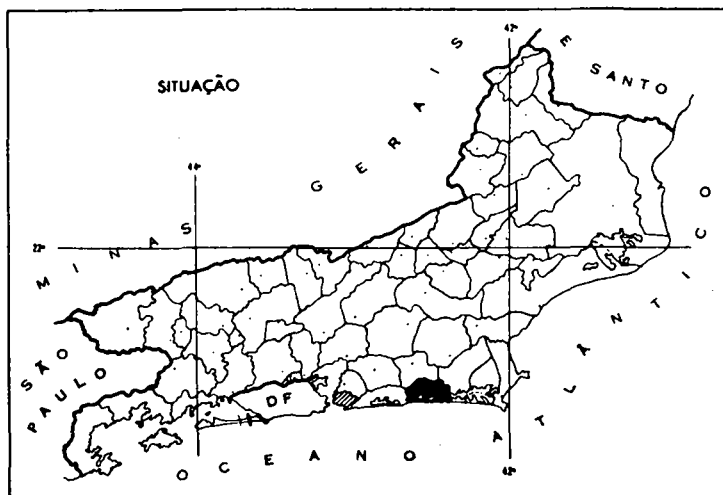
Feridos em seus brios, os habitantes de Saquarema protestaram junto aos podêres competentes, conseguindo fôsse a localidade, por fôrça do Decreto n.º 1 180 de 24 de julho de 1860, reintegrada na categoria de vila, durando, assim, apenas um ano, os efeitos do Decreto n.º 1 128, citado, que a espoliara dêsse título. A reinstalação do município verificou-se a 29 de janeiro de 1861, entre grandes manifestações de júbilo, por parte de seus moradores.

Por essa época, já bem próspera era a agricultura de Saquarema, onde importante foi a contribuição do elemento negro escravizado. A crueldade com que eram tratados os escravos pelos antigos fazendeiros locais, mormente pelos de Ipitangas, motivou um êxodo considerável de trabalhadores rurais, tão cedo começaram a surtir efeito as determinações abolicionistas contidas na Lei Áurea, promulgada em 1888.

Já no período republicano, em 3 de janeiro de 1890, a vila de Saquarema atingiu sua completa maturidade, em virtude de lhe ser conferida, nessa data, por efeito do Decreto n.º 28, a categoria de cidade.

Hoje, o município, com as novas vias de comunicação abertas em seu território, vem sendo procurado como ponto de turismo, dadas as belezas naturais de sua sede, situada em estreita restinga, entre o oceano e a lagoa de Saquarema.

A comarca, criada por fôrça do Decreto n.º 29, de 3 de janeiro de 1890, foi extinta em 19 de dezembro de 1891, pelo Decreto n.º 8, sendo todavia restabelecida pela Lei n.º 3 382, de 12 de setembro de 1957.

LOCALIZAÇÃO — Situa-se o município na Zona da Baixada de Araruama, achando-se a sede municipal em posição de 22° 55' 48" de latitude Sul e 42° 28' 48" de longitu-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

de W.Gr. Dista em linha reta, da Capital do Estado, 64,0 km, direção E.

ALTITUDE — Sede municipal — 2 m.

CLIMA — Ameno, gozando de relativa salubridade.

ÁREA — 383 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população do município era de 18 800 habitantes, sendo 9 373 homens e 9 507 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e, segundo a situação de domicílio, era conforme o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Saquarema	5 710	2 809	2 901	367	328	194	136	2 248	2 437
Bacaxá	7 185	3 437	3 748	54	64	138	158	3 245	3 526
Sampaio Corrêa	5 985	3 127	2 858	76	66	360	294	2 691	2 498

O Departamento Estadual de Estatística estimou a população do município, para 1955, em 21 090 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A base econômica do município se assenta na pesca e na produção agrícola, bem como na indústria de transformação. Há ali uma usina produtora de açúcar e álcool, e indústria extrativa vegetal. Nos quadros a seguir está indicado o volume de sua produção agropecuária e industrial:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	715 000	16 725
Cana-de-açúcar	Tonelada	62 000	21 080
Mandioca	»	7 700	2 110

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Animal			
Produção do pescado	Tonelada	254	3 960
Mineral			
Conchas calcárias	Tonelada	1 740	115

Produção industrial — 1956 (*)

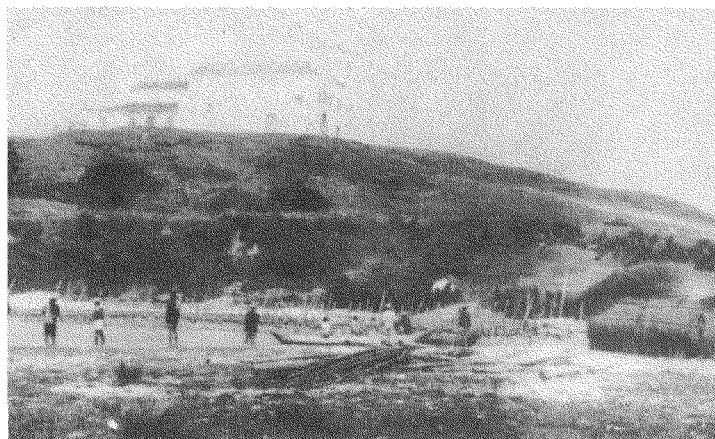
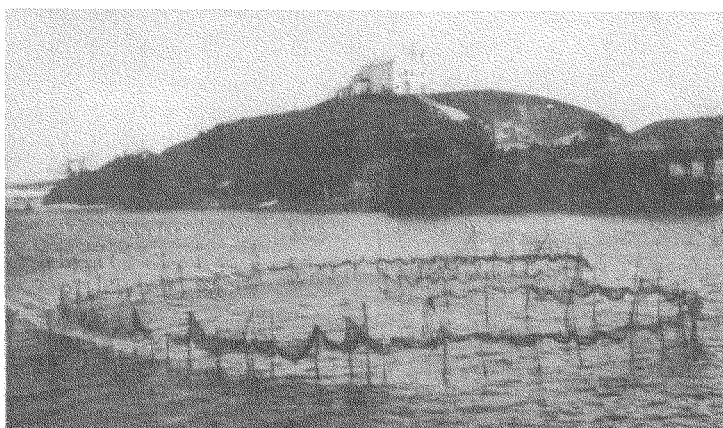
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Açúcar	Tonelada	7 533	67 121
Álcool	Litro	758 050	3 400
Farinha de mandioca	Tonelada	875	4 388
Cal de conchas	»	868	458

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade de Saquarema está situada numa extensa faixa de terra, de largura aproximada de 400 metros, apertada entre o oceano e a lagoa de mesmo nome. A ligação com a rêde rodoviária é feita por uma estrada estadual que alcança a RJ-5 (Tribobó—Macaé) na altura de Bacaxá, a 6,2 km de Saquarema. Nesse entroncamento há acessos para os municípios de Araruama, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Macaé, Campos e norte do Estado e para a Capital do Estado, da qual Saquarema está distante 90,5 km. Há em todo o município 105 km de estradas de rodagem, sendo 65 km de administração estadual e o restante da Prefeitura Municipal. A sede do município não é servida por estrada de ferro; a estação mais próxima é Bacaxá, distante 100,8 km de Neves. Essa estrada, Linha de Maricá, da Estrada de Ferro Central do Brasil, põe o município em comunicação com os de São Gonçalo e Niterói, de um lado, e Araruama, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, de outro. Em seu território localizam-se as estações de Sampaio Correia e Bacaxá, e as paradas de Santiago, Morro dos Pregos, Nazaré, Quilômetro 98 e Ipitangas. Há, na sede municipal, um campo de pouso.

Praia de Saquarema vista de outro ângulo.

COMÉRCIO E BANCOS — A cidade possui pequeno comércio que mantém suas principais transações com a cidade de Niterói, e se destina a atender exclusivamente aos habitantes da sede municipal. Seus estabelecimentos, em número de 16, são todos varejistas.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral são extraídos mariscos "sambaqui", de que se faz cal superior. Há pedras para construção e extração de barro para fabricação de tijolos. No distrito de Sampaio Correia há autorização para pesquisa de feldspato e associados. Encontram-se várias espécies de madeira para construção, sendo as principais; jacarandá, óleo, vinhático, agraúna, sapucaia, pau-brasil, arapoca, pequiá, garabu, pau-ferro, louro etc. A pesca é bastante desenvolvida, não só a de alto mar, como também na la-

Vista de uma colônia de pescadores.

Estacada para a pesca.

goa, onde se pescam com abundância camarões e peixes de variadas qualidades.

ASPECTOS URBANOS — Cidade pequena, não dispondo de outros atrativos senão sua beleza natural, seja na praia, batida pelo Atlântico, seja às margens da lagoa de Saquarema. Entre seus prédios sobressai o da Prefeitura Municipal, o hotel de veraneio, recentemente construído, e o prédio do forum.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos possui no município as seguintes agências: postais-telegráficas de Saquarema, Bacaxá e Sampaio Correia, e postal de Palmital. Está ligada à rêde telefônica da Companhia Telefônica Basileira, com postos instalados em Saquarema e Bacaxá. A Estrada de Ferro Central do Brasil mantém serviço telegráfico de uso privativo nas estações de Bacaxá e Sampaio Correia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui, na sede, postos médicos da Secretaria de Saúde e Assistência, da Legião Brasileira de Assistência e do Serviço Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950 foram recenseadas 15 737 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever, em todo o município, 3 099 homens e 2 111 mulheres. Na cidade, das 858 pessoas recenseadas, eram alfabetizados 243 homens e 175 mulheres.

Ensino — O município conta 39 estabelecimentos de ensino primário geral, sendo 12 de administração estadual, 24 de administração municipal e 3 particulares.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir é um demonstrativo das arrecadações federal, estadual e municipal e despesas municipais, no período de 1950 e 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	261	1 379	678	185	750
1951	343	1 583	609	227	610
1952	535	1 877	877	335	895
1953	899	1 901	1 069	335	794
1954	1 131	2 268	1 234	332	1 250
1955	909	3 873	1 366	518	1 348
1956	1 572	5 588	1 521	733	1 578

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Como as suas congêneres Araruama e Maricá, Saquarema é dotada de lagoas majestosas e belas, sempre batidas pela viração e ponto preferido para passeios e excursões. São renomadas as praias de Itaúna, Bôca da Barra, Barra Nova e o local conhecido como pico, onde está situada, em ponto bastante pitoresco, a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, construção que remonta à época colonial. Há na sede municipal o Monumento ao Visconde de Baependi, constituído por um obelisco de alvenaria. Representa uma homenagem àquele que foi o promotor da emancipação de Saquarema. Foi inaugurado em 8 de maio de 1838.

Vista de uma rua principal da cidade.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município possui várias quedas de água, entre as quais a de Palmital, próxima da sede, e das Vertentes, em Rio Sêco, a de Roncador, em Sampaio Correia, e a de Tingui.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam em Saquarema 8 associacões desportivo-culturais e 3 cinemas.

VULTOS ILUSTRES — Entre os filhos de Saquarema encontram-se o poeta Alberto de Oliveira e o grande sociólogo Oliveira Viana.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a divisão administrativa vigente em 30 de junho de 1957, o município compõe-se dos distritos de Saquarema, Bacaxá e Sampaio Correia.

SILVA JARDIM — RJ

Mapa Municipal na pág. 159 do 6.° Vol.

HISTÓRICO — Escassos e divergentes são os dados hoje divulgados sôbre os primórdios da evolução social do município de Silva Jardim.

Milliet de Saint-Adolphe, em seu "Dicionário Geográfico-Histórico do Império do Brasil", atribui as origens da atual comuna fluminense a um aglomerado humano que surgiu em seu território em meados do século XVIII.

Adiante êsse historiador, em sua mencionada obra, que a formação do arraial se verificou nas proximidades de pequenina capela dedicada a Santana e edificada por D. Maria Rodrigues, constituindo aquêle templo o primeiro marco da civilização, erguido no vasto território compreendido entre a serra dos Aimorés e o rio Bacaxá.

Cortines Laxe, também, faz referências a essa região, no livro de sua autoria "Regimento das Câmaraas Municipais". Diz êsse autor que, "quando em 1801, foi transferida a sede

da freguesia de Sacra Família do lugar denominado Ipuca para a barra do rio São João, os moradores de Capivari requereram a criação de outra freguesia para êles, atenta a grande distância em que se achavam daquela barra. Em conseqüência dêsse requerimento, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivari, pela provisão de 9 de outubre de 1801. Serviu provisòriamente de matriz a capela dedicada a Santana, levantada na fazenda de D. Maria Rodrigues, viúva de Manoel da Silveira Azevedo Pai". Por êsse trecho inserto na obra de Cortines Laxe, tem-se notícia da existência de um já respeitável núcleo de povoação pois para que recebesse o predicamento de freguesia, além das razões expostas, nesse caso, pelos seus habitantes, era necessário

Prefeitura Municipal.

possuir uma economia regularmente adiantada, e densidade demográfica ponderável. Conclui-se, portanto, que a localidade, já denominada Capivari, alcançara, por essa época, um nível de progresso relativamente elevado.

Monsenhor Pizarro, em suas célebres "Memórias Históricas", quando se refere ao atual município de Silva Jardim, é mais prolixo que os demais autores, divergindo, porém, de Cortines Laxe, no que concerne à denominação da freguesia, dizendo chamar-se a mesma "Nossa Senhora da Lapa de "Inhutrunuaíba" (Juturnaíba)". No capítulo dedicado a essa freguesia, Monsenhor Pizarro descreve, pormenorizadamente, a situação daquela localidade: "Requerendo os moradores vizinhos da Lagoa de Inhutrunuaíba, entre o rio São João, e o de Capivari, e entre êste, e o de Bacaxá, que pela distância enorme de um, e dois dias de viagem, e de jornada, sentiam os vivos gravíssimas faltas de sacramentos e muitos incômodos em procurá-los a Matriz da Sacra Família de Ipuca, de que eram paroquianos, e pela mesma causa se impossibilitavam aos mortos os meios de serem conduzidos à sepultura eclesiástica, por cujo motivo ficavam os cadáveres enterrados nas margens dos rios e noutros lugares igualmente profanos; atendesse o Reverendíssimo Bispo a essas circunstâncias, para lhes dar a providência como bom pastor, assaz zeloso da felicidade espiritual de suas ovelhas, criando uma Paróquia naquele território, abundante de povo suficiente: à vista da súplica, e das informações verídicas que precederam, deliberou o mesmo Prelado criar em 9 de outubro de 1801 a nova Freguesia, sob o título de Nossa Senhora da Lapa, em conformidade dos desejos suplicantes, dando-lhe por limites o terreno compreendido entre a Serra, e o rio Bacaxá, que principia do rio da Aldeia Velha para cima. Por êste modo ficou dividida com a Freguesia de Ipuca, pelo mesmo rio da Aldeia; com a de Cabo Frio, pelo rio de São João, da Freguesia da Iriruama (atual Araruama), e pelo rio Bacaxá, e limites antes assinalados e esta mesma Freguesia. Com a da S.S. Trindade balisou nas cabeceiras do rio de São João, e antigos têrmos; e ùltimamente pela parte da Serra, ficaram-lhe as vertentes dela, compreendidas entre o rio sobredito da Aldeia Velha, onde principiam os limites da Freguesia da Trindade. Como em todo o território demarcado não havia templo algum, em que tivesse lugar o exercício paroquial, além da Capela levantada na fazenda de Maria Rodrigues aí principiou a paroquiação, enquanto se fabricava nova casa no lugar pouco distante dêsse.

Não me consta, até o fim do ano de 1817, que esta Freguesia tivesse Confirmação Régia".

Entretanto, o volume editado em 1913, pelo Ministério da Agricultura, e intitulado "Divisão Administrativa em 1911 da República dos Estados Unidos do Brasil" menciona uma provisão de outubro de 1810, como tendo sido a de criação da freguesia de Nossa Senhora da Lapa, contradizendo, assim, Cortines Laxe e Monsenhor Pizarro.

Apesar dessa controvérsia, o que não constitui objeto de dúvidas é que, do primitivo núcleo formado em tôrno da referida capela, tenha-se originado o atual município de Silva Jardim.

Em 1841, já devia ser essa localidade muito próspera e povoada, pois o govêrno, por efeito da Lei n.º 239, de 8 de maio dêsse ano, estipulava no seu artigo 1.º: "É ereta em — vila — e com a mesma denominação, a freguesia de Nossa Senhora da Lapa de Capivari, do têrmo da cidade de Cabo Frio ficando nela criada uma Câmara e tôdas das autoridades e empregados, conforme a legislação vigente".

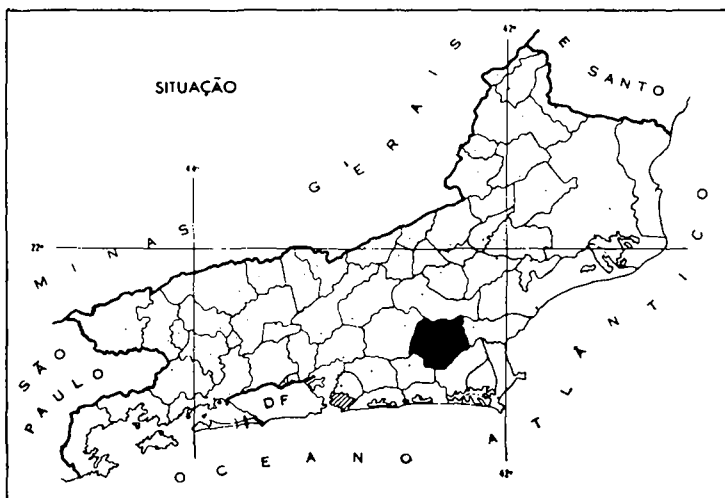
Segundo informes esparsos, sabe-se que, desde sua formação, a localidade viveu, quase exclusivamente, do resultado de suas lavouras, onde o elemento negro escravizado cooperou com intensidade preponderante. No correr dos tempos, a cultura do café foi-se destacando das demais, seguida pelas da cana-de-açúcar e de cereais, prodigalizando uma situação de abastança para os donos de fazenda.

Essa situação de prosperidade perdurou até 1888, quando, decretada a Lei Áurea, motivou ela o êxodo dos libertos e o conseqüente abandono dos campos.

No período republicano, a sede do município foi agraciada, pelo motivo exposto acima. Essa concessão foi determinada pelo Decreto n.º 28, de 3 de janeiro de 1890, sendo festivamente recebida pelos habitantes de Capivari, cujo topônimo, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 1 056, foi mudado para Silva Jardim, em homenagem ao seu ilustre filho, Antônio da Silva Jardim.

Atualmente, pela riqueza e fertilidade do solo, o município vem-se reerguendo com relativa rapidez. Observa-se um surto progressista em suas lavouras, sua pecuária e seu comércio. O completo saneamento da Baixada Fluminense determinará, sem dúvida, maior desenvolvimento da sua economia, pelo aproveitamento de grandes extensões de terras insalubres, possibilitando a Silva Jardim (ex-Capivari), mais

prosperidade e melhor conceito no conjunto dos municípios fluminenses.

LOCALIZAÇÃO — São coordenadas geográficas da sede municipal: 22° 39' 11" de latitude Sul, e 42°23'10" de longitude, W.Gr. Distância em linha reta à capital do Estado: 79 km. Rumo em relação à capital do Estado E.N.E. O município está situado na Zona Fisiográfica da Baixada de Araruama.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 14 m (sede municipal).

CLIMA — O clima de Silva Jardim é saudável na zona serrana, declinando, em salubridade, na região da planície. A média das temperaturas máximas ocorridas, em 1955, foi de 34°C e, a das mínimas, de 15°C, obtendo-se a média compensada de 25°C.

ÁREA — 912 quilômetros quadrados.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo Demográfico de 1950, a população presente do município de Silva Jardim era de 11 194 habitantes, sendo 5 704 homens e 5 490 mulheres. O quadro rural compunha-se de 10 360 habitantes, que mostra claramente a tendência de fixação do silva-jardinense nos meios rurícolas. A distribuição populacional por distrito é a que se vê do quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Silva Jardim	6 537	3 352	3 185	169	164	124	108	3 059	2 913
Correntezas	1 969	992	977	9	5	17	16	966	956
Gaviões	1 815	916	899	8	3	—	—	908	896
Quartéis	873	444	429	89	89	17	16	338	324

O Departamento Estadual de Estatística, pela sua secção especializada, estimou a população do município, para 1955, em 12 504 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades fundamentais à economia do município são a agricultura, a pecuária e a pequena indústria rural. Tais tipos de atividades justificam a fixação da maior parte de sua população no interior municipal. As principais culturas locais são a cana-de-açúcar, a mandioca e a banana. A pecuária tem relativa significação para a economia. A produção extrativa mais importante é do carvão vegetal, seguido da lenha. E a principal atividade industrial típica do município é, sem dúvida, a da farinha de mandioca. Pelos quadros seguintes tem-se melhor idéia, pela minúcia numérica oferecida, da situação de Silva Jardim, no que se refere ao assunto:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Banana	Cacho	660 000	19 800
Café beneficiado	Tonelada	37	882
Milho	»	180	600
Arroz com casca	»	108	468
Cana-de-açúcar	»	1 875	262

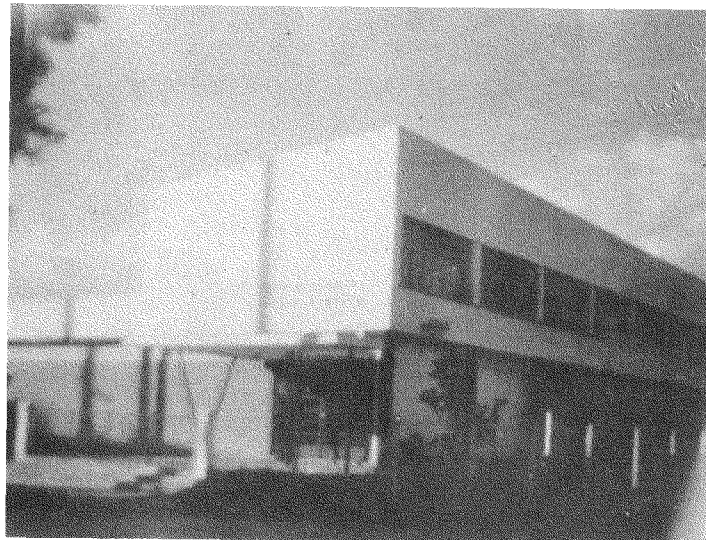
Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	1 700	119
Madeira em tora	»	200	120

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Carvão vegetal	Tonelada	2 100	2 450
Farinha de mandioca	»	84	422
Tijolos comuns	Milheiro	220	121
Aguardente de cana	Litro	12 000	84
Queijo tipo Minas	Quilo	940	37

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Silva Jardim, em matéria de transporte ferroviário, é servido pela Estrada de Ferro Leopoldina, numa extensão de 44,9 km, em cujo curso se encontram as paradas de Santa Terezinha e Engenhoca e as estações de Cesário Alvim, Silva Jardim, Juturnaíba e Poço d'Anta. Está servido por 10 rodovias num total de 138 km de extensão, sendo 64 km de propriedade e administração estadual, 70 km de propriedade e administração municipal e 4 km de propriedade particular. Possui ape-

Grupo Escolar Servullo Mello.

nas 1 linha de ônibus intermunicipal. A Prefeitura licenciou, durante o ano de 1956, 3 automóveis e 9 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O município tem, em todo o seu território, 30 estabelecimentos comerciais varejistas, sendo que 9 dêles estão localizados na sede municipal. A produção agrícola municipal é em parte consumida pelo próprio silva-jardinenses, exportando-se o excedente, para as praças convizinhas, destacando-se entre elas, a de Rio Bonito. Mantém transações com as cidades de Rio Bonito, Niterói e Distrito Federal, das quais importa artigos de necessidade local, tais como: tecidos, ferragens, medicamentos, gêneros alimentícios, etc. Não possui agência bancária senão uma agência

Jardim Público.

postal da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio de Janeiro, com 383 cadernetas em circulação e um montante de depósitos no valor de Cr$ 603 230,80, em 31-XII-1956.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas do município de Silva Jardim são, no reino mineral, jazidas de ferro, caulim, mica, feldspato, berilo e calcários, minerais êsses ainda inexplorados. A despeito da sistemática devastação de suas matas, o território municipal possui ainda algumas reservas florestais, onde se encontram madeiras de lei como: jacarandá, cabiúna, cedro, angelim, ipê, apucaia, etc., extraídas para fins industriais. Dentre os animais que representam a fauna local, se bem que já um tanto raros, sobressaem macucos, juritis, tucanos, inaumbus, saracuras, etc. Em seus cursos de água encontram-se, também, espécies de peixes como bagres, traíras, acarás, os mais comuns, portanto, à região.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Silva Jardim possui iluminação pública e domiciliária, está abastecida de água e a pavimentação dos seus logradouros é ainda de terra melhorada. Notam-se, ademais, os seguintes melhoramentos urbanos: 9 aparelhos telefônicos instalados, 128 instalações elétricas e 167 prédios abastecidos de água. Funcionam 3 hotéis, na sede municipal.

COMUNICAÇÕES — O município está bem servido pela rêde de comunicações do Departamento dos Correios e Telégrafos, o qual mantém uma agência postal-telegráfica na sede municipal e agências postais em Cesário Alvim, Gaviões, Aldeia Velha e Juturnaíba. A Estrada de Ferro Leopoldina possui, para seu uso exclusivo, agências telegráficas na sede municipal, em Cesário Alvim, Juturnaíba e Poço d'Anta. A Cia. Telefônica Brasileira tem postos telefônicos na sede municipal, em Cesário Alvim e Fazenda Cambucás.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No que se refere à assistência do gênero, o município conta apenas com um Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, 1 Pôsto de Saúde mantido pelo Govêrno Estadual e 1 Pôsto de Puericultura. A Legião Brasileira de Assistência tem um núcleo na sede municipal. Existem 2 farmácias. Exercem a profissão, na capital do município, 1 médico e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Das 9 233 pessoas recenseadas em 1950, de 5 anos e mais, 2 563 sabiam ler e escrever.

ENSINO — Em 1955, havia 24 unidades do ensino primário fundamental comum. Não conta o município nenhum estabelecimento de ensino ginasial ou de grau médio.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os elementos constantes do quadro a seguir oferecem interessantes aspectos no que concerne à matéria em epígrafe:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	147	610	420	127	372
1951	246	715	576	230	453
1952	314	1 072	711	309	686
1953	556	1 260	822	319	978
1954	436	1 159	860	284	934
1955	380	2 021	969	396	860
1956	450	2 147	1 385	429	1 492

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A não ser algumas igrejas católicas e protestantes que embelezam Silva Jardim, não possui o município particularidades do gênero, dignas de menção.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo de Silva Jardim se apresenta sobremodo montanhoso ao norte e relativamente plano a sudeste. Dentre as suas mais notáveis elevações destacam-se a serra de Friburgo, Bananeiras, Lavras, Santana, Maratoã, Queimada, etc. O rio mais importante do município é o São João. Nos limites do município com o de Casimiro de Abreu, encontra-se o rio Aldeia Velha com seus afluentes: Quartéis, Peroba e Iguapé. Limitando, ainda Silva Jardim, com Araruama, acha-se o rio Bacaxá.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Não existe em Silva Jardim qualquer instituição desportiva. Há, no entanto, 2 cooperativas e 1 cinema.

VULTOS ILUSTRES — Foram filhos do município que se destacaram sobremodo no cenário nacional: Antônio da Silva Jardim e Alfredo Augusto de Guimarães Backer.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, de acôrdo com atual divisão administrativa compõe-se dos distritos de Silva Jardim, Correntezas, Gaviões e Quartéis.

SUMIDOURO — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A história do desbravamento do território do município de Sumidouro ainda não está bem esclarecida e estudada. Supõe-se tenha êle sido desbravado em fins do século XVIII ou em princípios do século XIX.

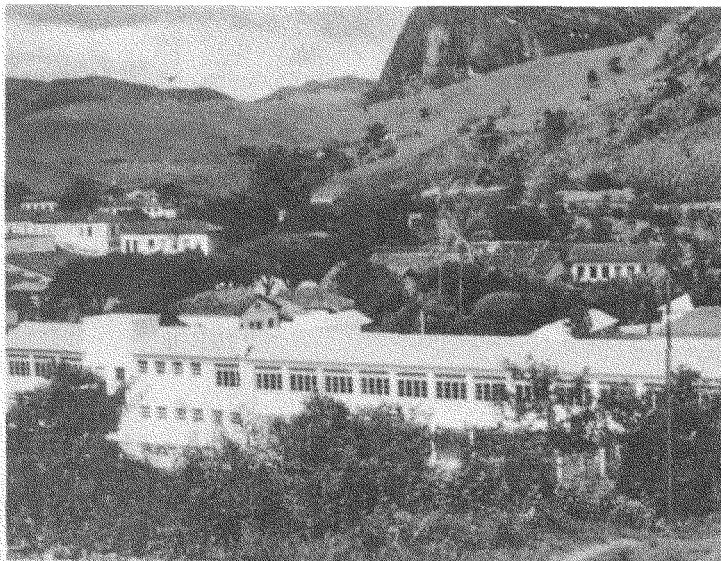
Milliet de Saint-Adolphe, em seu "Dicionário Geográfico-Histórico do Império do Brasil", se refere a uma capela construída, nessa região, pelos moradores das margens do rio Paquequer, em 1822, capela essa destinada ao culto de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer. Acrescenta, ainda, o autor citado, que, em 1836, pleitearam e conseguiram os referidos moradores, por efeito de legislação assinada em dezembro dêsse ano, o título de curato para a sua igreja.

Moreira Pinto, em "Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil", traz mais alguma luz ao assunto, pois transmite-nos os nomes do capitão Manoel Silvestre da Silveira e José dos Santos, como sendo dos principais doadores das terras, onde se edificou a capela mencionada, bem assim como acrescenta ter sido o padre Paulo Manoel Dias de Codeço Freitas o primeiro cura encarregado do culto religioso da mesma.

Pertencia a região, por essa época, à freguesia do Santíssimo Sacramento de Cantagalo, da qual foi transferida para a de Nossa Senhora da Aparecida, em 26 de abril de 1842.

Um ano depois da transferência, já a localidade prosperava, o que motivou sua elevação ao predicamento de freguesia, por fôrça da Lei n.º 294, de 31 de maio de 1843, que rezava em seu artigo 1.º: "É elevada à categoria de — freguesia — sob a invocação de "Nossa Senhora da Conceição do Paquequer" o curato de mesma denominação, sito no lugar do "Sumidouro", no município de Nova Friburgo".

Em 13 de outubro de 1881, novamente, foi modificada a situação da localidade. Com a elevação da freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo à categoria de vila, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (Sumidouro) foi desmembrada de Nova Friburgo, passando a fazer parte da jurisdição da nova comuna.

Ao que tudo indica, desde o seu desbravamento, a economia da localidade repousou, quase exclusivamente, na agricultura, onde o braço do negro escravizado fêz florescer

Grupo Escolar Monsenhor Ivo Sante Donin.

Ginásio São José e Escola Normal N. S.ª das Graças.

as vastas plantações de café, milho, feijão, batata e outros produtos.

Apesar do rude choque recebido pelos fazendeiros da freguesia, em virtude da abolição da escravatura, em 1888, ainda, por algum tempo, a economia local se manteve em ascensão, o que motivou ser ela elevada à categoria de vila, em 10 de junho de 1890. O decreto que lhe atribuiu essa categoria estava assim redigido: "Fica elevada à categoria de — vila — a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer, da comarca do Carmo, sob a denominação de "Sumidouro" e criado o município dêste nome com os limites da referida freguesia".

O nome Sumidouro, nessa época oficializado, adveio do curioso acidente geográfico verificado em suas terras, no curso do rio Paquequer. Em determinada parte o rio desaparece sob algumas lajes de pedra, reaparecendo sòmente a uns 300 metros adiante, borbulhante e ruidoso.

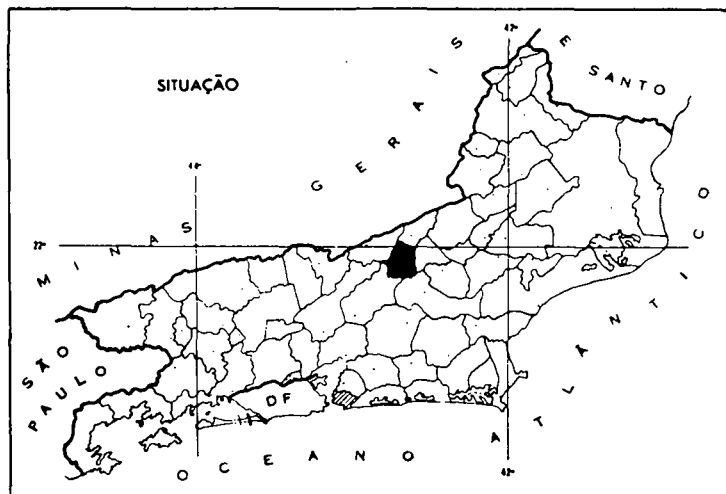
Instalado, em 20 de julho de 1890, curto foi o período de sua autonomia; pois, dois anos mais tarde, o Decreto número 1, datado de 8 de maio de 1892, veio suprimir o município e retalhar o seu território, do qual, uma parte passou a pertencer ao município de Carmo, outra ao de Duas Barras e outra ainda, ao de Sapucaia.

Que essa medida foi precipitada, é prova o fato de que, transcorridos, apenas, alguns meses, foi ela anulada, por fôrça da Lei n.º 23, de 5 de novembro de 1892, que restabeleceu o município com todo o seu antigo território.

Apesar de sua autonomia, a vida econômica da região pouco tem prosperado, devido, principalmente, à precariedade dos meios de transporte e de vias de comunicação. A elevação da sede do município à categoria de cidade, em 27 de dezembro de 1929, obedeceu mais a injunções de ordem burocrática, do que mesmo a fatôres de prosperidade econômica ou social, que aí se tivessem verificado.

Ùltimamente têm-se observado, em Sumidouro, várias tentativas de soerguimento de suas atividades culturais e econômicas, procurando seus habitantes e seus dirigentes conseguir, para sua comuna, um lugar mais favorável, no conjunto dos municípios fluminenses.

LOCALIZAÇÃO — O município de Sumidouro tem como coordenadas geográficas de sua sede municipal: 22° 02' 46" de latitude Sul e, 42° 41' 21" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 104 km. Rumo em

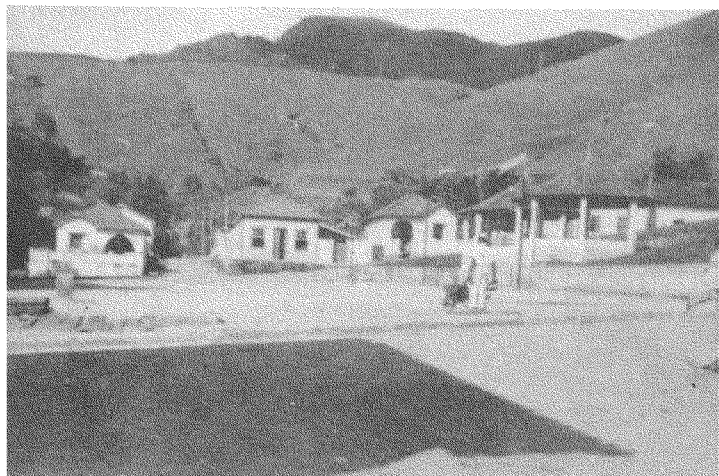
relação à capital do Estado: E.N.E. O município fica situado na Zona Fisiográfica de Cantagalo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 346 m (sede municipal).

CLIMA — Em todo o município o clima é salubre, havendo localidades em que se faz excepcional. No que se refere à temperatura, a média das máximas ocorridas, em 1956, foi de 32°C, a das mínimas, de 13°C.

ÁREA — 370 km².

POPULAÇÃO — O Censo Demográfico de 1950 registrou, àquela época, uma população de 9 130 habitantes, sendo 4 744 homens e 4 386 mulheres. O quadro urbano constituía-se apenas de 662 habitantes, enquanto, o rural, absorvia o total de 8 468 pessoas. Essa disparidade evidencia a tendência da fixação do sumidourense no interior, onde se dedica a atividades rurícolas. O Departamento Estadual de Estatística, através de seu órgão especializado, estimou a população municipal, para 1955, em 10 198 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Destaca-se, em primeiro lugar, como atividade fundamental à economia do município, a produção de hortaliças de um modo geral, seguindo-se-lhe, em ordem de importância, a pecuária. São culturas principais, depois daquelas, o milho, o feijão, a batata, a cana-de-açúcar, etc. A pecuária tem bastante significação para Sumidouro, bastando dizer que o laticínio local, através da Cooperativa Agropecuária de Sumidouro Limitada, está recebendo dos seus cooperadores, em média, cêrca de 4 000 litros de leite, diàriamente. E, ainda se exporta gado de corte para Nova Friburgo. No campo da indústria sobressai a fábrica local de laticínios, uma pequena fábrica de tecidos no momento produzindo sacos de algodão, alguns estabelecimentos produtores de aguardente, sendo as demais pequenas indústrias rurícolas. Os quadros a seguir, pela sua interessante exposição numérica, oferecem aspectos de apreciação:

Praça Getúlio Vargas.

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Batata-inglêsa	Tonelada	1 530	10 710
Cenoura	»	2 000	8 000
Milho	»	1 440	6 720
Café beneficiado	»	162	4 374
Tomate	»	3 000	16 500

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Vegetal			
Lenha	m3	8 000	800

Produção industrial — 1956 (*)

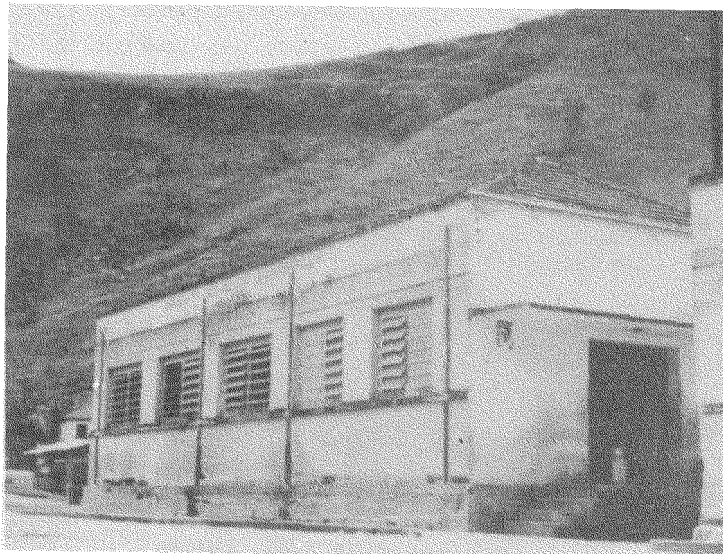
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Leite Pasteurizado	Litro	946 985	5 681
Sacaria e similares	Unidade	313 845	3 766
Creme	Tonelada	50	1 500
Produtos de panificação e torrefação	»	73	208

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

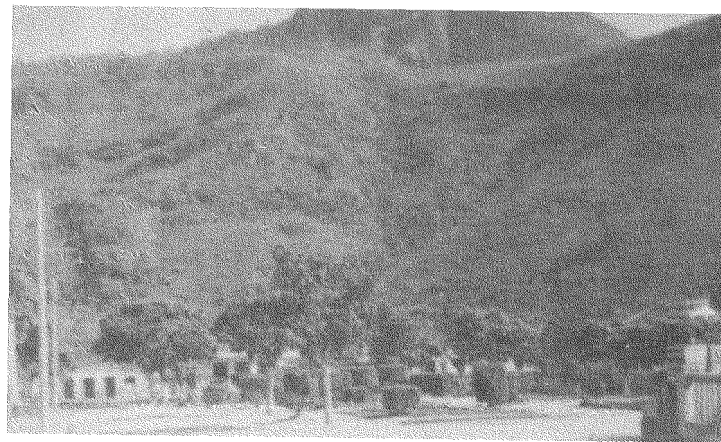
Rua João Amâncio.

MEIOS DE TRANSPORTE — Dois meios de transporte (ferroviário e rodoviário) ligam Sumidouro às capitais estadual e federal e mais aos seguintes municípios: Nova Friburgo, Teresópolis, Sapucaia, Duas Barras e Carmo. Dista a sede municipal, de Niterói, por via ferroviária, 197 quilômetros e, por via rodoviária, 180 km. Da capital da República, já dista, por via ferroviária, 240 km e, por via rodoviária, 197 km. São estações da via férrea (Estrada de Ferro Leopoldina) localizadas no território municipal as seguintes: Dona Mariana, Murinelli, Barão de Aquino e Sumidouro. Possui, também, duas paradas: João do Prado e Bela Joana. O território sumidourense é bastante cortado por pequenas rodovias, no total, aliás, de 22, numa extensão de 172 km, sendo que 65 km são de propriedade e administração estadual e 107 km, de propriedade e

administração municipal. Está servido o município por duas linhas de ônibus intermunicipais. A Prefeitura licenciou, até 31-XII-56, 10 automóveis e 12 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio sumidourense é incipiente, constatando-se, a existência, na sede municipal, de 28 estabelecimentos varejistas, enquanto que em todo o município existem 1 estabelecimento atacadista e 62 varejistas. Mantêm relação com o comércio local as praças do Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Niterói, Nova Friburgo, Teresópolis e Pôrto Novo, esta em Minas Gerais. O comércio municipal consome artigos da produção local, exportando seus excedentes e, adquire artigos necessários ao seu consumo interno, tais como, tecidos, armarinhos, ferragens, perfumarias, vestuário, material de construção, farinha de trigo e outros comestíveis. Na sede funciona uma agência bancária: a do Banco Agrícola de Cantagalo S. A. — Os saldos bancários existentes, em 28-II-1957, eram os seguintes: caixa em moeda corrente, Cr$ 624 000,00; empréstimos em conta-corrente, ... Cr$ 216 000,00; títulos descontados, Cr$ 1 754 000,00; depósitos a vista e curto prazo, Cr$ 2 617 000,00; e, depósitos a prazo, Cr$ 223 000,00.

Cooperativa Agropecuária Municipal.

RIQUEZAS NATURAIS — Constituem o acervo de riquezas naturais, no município, em se referindo ao reino mineral, algumas jazidas de caulim, talco, malacacheta, ônix e quartzo, ainda inexploradas. As águas de Sumidouro são muito afamadas, possuindo propriedades medicinais que se recomendam como específicas no tratamento das doenças do aparelho digestivo. No reino vegetal, ainda há reservas florestais, conquanto, parte seja explorada. Dentre os animais que representam a fauna municipal, sobressaem pacas, capivaras, tatus, caxinguelês, etc., ainda que um tanto raros. A fauna aquática é a comum à região, pescando-se apenas por esporte. O potencial hidráulico do município está consubstanciado na existência de várias quedas de água, inaproveitadas, destacando-se a cascata Conde D'Eu, os saltos de Paiau e Viana, a queda do Lambari e as cachoeiras da Figueira e Amaro.

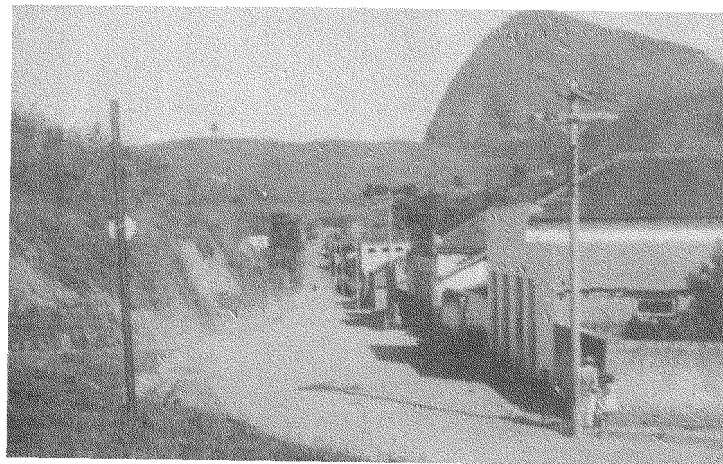
ASPECTOS URBANOS — A capital do município está dotada dos seguintes melhoramentos: iluminação pública e domiciliária, abastecimento de água, esgotos sanitários e calçada em pequena parte. Estima-se a percentagem de pa-

Largo Senhor dos Passos.

vimentação dos logradouros da sede municipal conforme segue: 5% a paralelepípedos; 0,4% a asfalto; e 94,6% sem pavimentação. Outros melhoramentos de que se beneficia, ainda, a sede municipal: aparelhos telefônicos instalados, 2; ligações elétricas efetivadas, 155; número de domicílios servidos por abastecimento de água, 180. Funcionam 1 hotel e 2 pensões.

COMUNICAÇÕES — No que se refere às comunicações locais, o Município é servido pela rêde de agências do Departamento dos Correios e Telégrafos, existindo agências postais na sede municipal, em Bela Joana, Murinelli e Dona Mariana, bem como, um pôsto de correio em Barão de Aquino. A Estrada de Ferro Leopoldina, para seu exclusivo uso, mantém uma rêde telegráfica ligando a sede municipal, Murinelli, Barão de Aquino e Dona Mariana. A Cia. Telefônica Brasileira mantém, de seu turno, postos telefônicos na sede municipal e em Bela Joana.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município não possui ainda organização hospitalar. Conta, no entanto, com um Pôsto de Saúde, na sede municipal e uma unidade da Legião Brasileira de Assistência. A população, quando necessita de hospital, dirige-se, comumente, a outros centros convizinhos como Nova Friburgo, Além Paraíba, e, também, ao Distrito Federal ou às cidades próximas, do Estado de Minas Gerais.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme os resultados do Censo Demográfico de 1950, das 9 233 pessoas recenseadas, 2 563 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1955 havia 19 unidades escolares do ensino primário fundamental comum. Ministrando o grau de en-

Rua 10 de Junho.

sino ginasial e normal existe o Ginásio de São José e Escola Normal Nossa Senhora das Graças.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte oferece interessantes aspectos a propósito das finanças sumidourenses:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	418	544	507	484	587
1951	258	651	827	654	671
1952	312	845	764	586	916
1953	400	945	862	830	1 018
1954	349	964	847	707	780
1955	432	1 513	953	799	773
1956	730	2 057	1 120	989	1 120

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Além de 3 igrejas que constituem modestamente o acervo artístico local, encontra-se nas belezas da topografia algo que se pode inferir neste capítulo, como seja, o lugar denominado "Duas Irmãs", situado às margens do rio Paquequer, a 3 quilômetros da cidade, consistindo de duas pedras, uma encostada à outra, que se vêm transformando em atração turística.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo do município de Sumidouro apresenta relêvo notadamente montanhoso em grande parte do seu âmbito territorial, destacando-se dentre as principais elevações do seu sistema orográfico, as serras de Paquequer e Capim, estando situado nesta última o ponto culminante do Pico do Peão Em seu revestimento florístico nota-se a predominância das capoeiras. O mais caudaloso rio que sulca o solo do município é o Paquequer que, nascendo no sopé da serra de nome idêntico, corre para o extremo norte. O fato de antigamente correr durante certo trecho no subsolo, para reaparecer mais adiante, deu ao município a denominação de Sumidouro. Inúmeras cachoeiras ou simples quedas de água embelezam, em muito, a topografia local.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São duas as bibliotecas locais dispondo de modestos recursos bibliográficos: A Biblioteca Casimiro de Abreu e a Biblioteca do Ginásio São José. Conta o município, ainda, com uma associação desportiva, 1 cooperativa e 1 cinema.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Sumidouro é distrito único.

TERESÓPOLIS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Teresópolis foi constituído, primitivamente, com território desmembrado da antiga Freguesia de Santo Antônio do Paquequer, que, então, fazia parte do município de Magé. Mais tarde, em 1901, veio juntar-se ao seu território mais uma grande área, conhecida pela denominação de Terras Frias, pertencente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana, até então sob a jurisdição do município de Nova Friburgo.

O seu devassamento está intimamente ligado ao trabalho de abertura de um caminho, que ligasse o Rio de Janeiro às Minas Gerais, e fôsse mais curto do que os conhecidos, até meados do século XVIII.

No comêço, a região onde hoje assenta grande parte do município, foi conhecida por "Fazenda dos Órgãos", em memória à serra, na qual se encontra o seu território.

Em fins do século XVII, Teresópolis já se achava incluída no roteiro para as Minas Gerais, pois têm-se notícias fidedignas da passagem de Tiradentes, o protomártir da Independência, por suas terras.

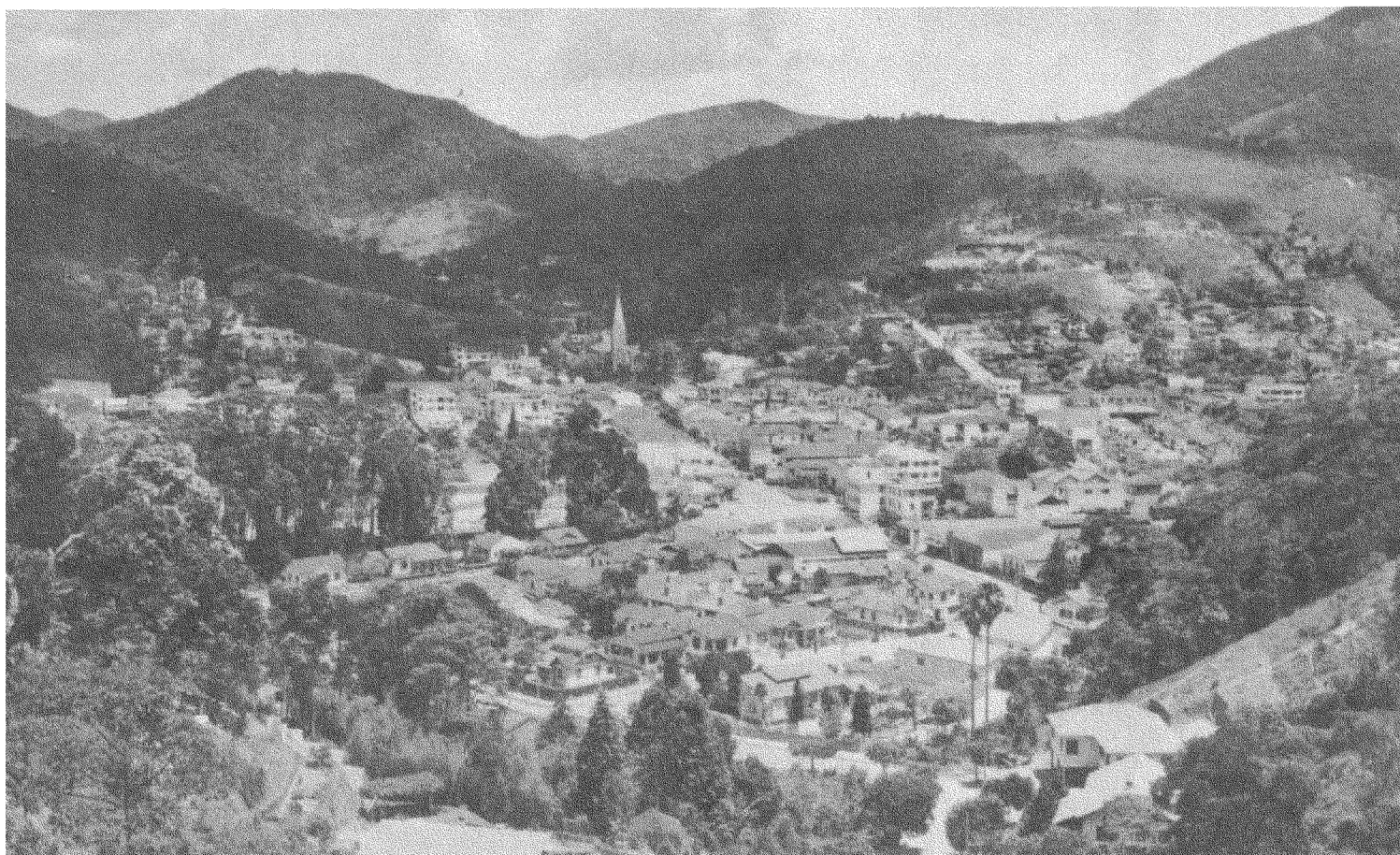
Ainda hoje existem as ruínas da "Hospedaria", em que pernoitou o grande brasileiro, quando em viagem para a Côrte, onde pagaria com a vida os seus sonhos de patriota.

A existência dessa estalagem faz crer fôsse regularmente intenso o tráfego pela estrada, em cuja margem ela se localizava. Supõe-se, mesmo, que existissem, nas suas redondezas, algumas povoações e fazendas. Todavia, afirmam certos autores que a um filho de Tiradentes — Joaquim Paulo de Oliveira, coube a glória de desbravar e colonizar o bairro da Posse, deixando, ao falecer, numerosa descendência nesse local.

Entretanto, a maioria dos que escreveram sôbre Teresópolis atribui a origem do município à colonização da "Fazenda dos Órgãos". Até à fundação da fazenda, que deu o primeiro nome à localidade, os poucos colonos encontravam-se esparsos por aquêle extenso território, separados por grandes distâncias, acrescidas pelas dificuldades naturais do terreno acidentado, que se observa em tôda a região.

A sede da "Fazenda dos Órgãos", quando de sua organização, veio, pois, desempenhar o papel de geradora do primeiro núcleo populacional da região. Depois, com o seu fracionamento em inúmeros lotes, o conseqüente adensamento demográfico dêsse núcleo e o seu progresso econômico e social motivaram a ereção de uma igreja, dedicada ao culto de Santo Antônio do Paquequer, a qual recebeu o predicamento de freguesia, pelo Decreto n.º 829, de 25 de outubro de 1855. O seu artigo 2.º rezava: "Fica criada a — freguesia de Santo Antônio do Paquequer, no município de Magé, com os limites marcados pela deliberação de 26 de abril de 1855, para a 2.ª subdelegacia de polícia das freguesias de Nossa Senhora da Ajuda de Gapy-merim; e servirá de matriz o templo construído à custa dos povos de Teresópolis, na rua Bragantina".

Sôbre o templo, ao redor do qual se formaria mais tarde a cidade, Cortines Laxe, no seu livro "Regimento das Câmaras Municipais", referindo-se à recém-criada freguesia, afirma ter-lhe servido de matriz a citada capela, colocada sob a proteção de Santo Antônio, erguida numa praça conhecida pela denominação de "Bragantina". Prossegue, informando, que dita capela fôra sagrada em 22 de abril de 1855, pelo visitador do bispado, cônego José Antônio da Silva Chaves, que nela celebrou, nesse dia, a primeira missa. Acrescenta que, após a bênção da igreja, aquêle sacerdote procedeu à sagração das terras do cemitério, demarcado em terreno doado pela firma comercial Coelho & Cia.

Pelo texto do decreto de criação da freguesia, vê-se, claramente, que, nas terras de Santo Antônio do Paquequer, existia, já por essa época, uma zona conhecida pelo

Vista parcial da cidade.

nome de "Teresópolis", a qual servia de núcleo central da freguesia. Os autores são unânimes em afirmar que essa denominação foi devido ao desejo dos habitantes locais, de homenagearem a pessoa da Imperatriz Teresa Cristina, espôsa de D. Pedro II. Êsse fato provocou alguma confusão, que se estendeu aos próprios documentos oficiais, em que, às vêzes, surge o nome da freguesia, grafado Santo Antônio do Paquequer e, por vêzes, Santo Antônio de Teresópolis.

Notável foi o progresso observado na freguesia, apesar das deficiências de comunicação dificultarem uma prosperidade mais rápida.

Arruinando-se o antigo templo, houve por bem, o govêrno, auxiliar os habitantes a construírem outro. Assim foi que, pelo Decreto n.º 1 890, de 7 de junho de 1873, ficava "o Presidente da Província autorizado para deduzir das verbas de despesas com obras públicas ou Igrejas Matrizes, consignadas na lei de orçamento do exercício de 1873, a quantia de 20:000$000, a fim de mandar dar comêço à construção da Igreja Matriz da — freguesia — de Santo Antônio do Paqüequer — em terrenos doados no Alto de Teresópolis, por Antônio Justiniano Rodrigues, modificada desta forma a disposição do Decreto n.º 1 656, de 20 de dezembro de 1871", (que autorizava a construção na "Vargem de Teresópolis").

Por êsse tempo, próspera já era a situação econômica e social da localidade. Suas belezas naturais e o seu clima foram, sem dúvida alguma, os fatôres preponderantes na marcha de seu progresso. Devido às paisagens e à amenidade da temperatura, suas terras foram-se tornando, desde cedo, centro de turismo nacional, e mesmo internacional. D. Pedro II e sua espôsa, D. Teresa Cristina, sempre tão amigos e curiosos da natureza, várias vêzes se hospedaram no bairro do "Quebra-Frascos", na residência do Barão Escragnolle, o que, forçosamente, atraiu a atenção benevolente dos governantes, para a região.

Entretanto, apesar de tudo isto, só no período republicano conseguiu Teresópolis a sua hegemonia. Passado o período da crise aguda que atingiu suas lavouras, crise motivada pela decretação da Lei Áurea, em 1888, foi criado, por fôrça do Decreto n.º 280, de 6 de julho de 1891, o atual município fluminense. Estava assim redigido: "Art. 1.º — Fica criado o município de Teresópolis — constituído pela freguesia de Santo Antônio de Teresópolis (ou Santo Antônio do Paquequer), tendo a sede na povoação e futura cidade de Teresópolis. — Art. 2.º — Fica criado o — têrmo distrito de Teresópolis — no município da mesma denominação — Art. 3.º — Fica criada a — comarca de Teresópolis — com o têrmo do mesmo nome, tendo sua sede em Teresópolis".

Dois anos, apenas, tinha de existência, o novo município, quando, em conseqüência da grave situação política por que atravessava o país, foi escolhido, pelo govêrno, para Capital do Estado. A Lei n.º 43, de 31 de janeiro de 1893, ordenava a transferência "da — Capital do Estado — de Niterói, para a sede do município de Teresópolis, fazendo-se efetiva a transferência no mais breve prazo possível".

Entretanto, pràticamente, essa providência não chegou a ser cumprida; pois, a 30 de janeiro de 1894, antes de serem tomados em consideração os dispositivos da lei citada, foi a Capital do Estado transferida para Petrópolis, por fôrça da Lei, que tomou o n.º 50.

A primeira linha telefônica foi estabelecida em 1897, no Govêrno de Prudente de Morais, quando em visita à cidade.

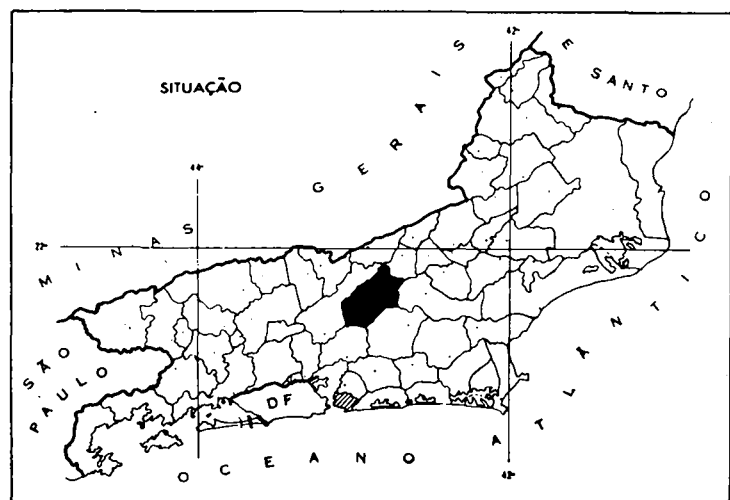
Em 1901, nova importância foi dada ao município, com o aumento considerável de seu território. Pelo Decreto n.º 517, de 17 de dezembro dêsse ano, ficou "pertencendo ao município de Teresópolis o distrito de Sebastiana, desanexado o seu território do de Nova Friburgo".

Êsse distrito era, anteriormente, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão da Sebastiana, criada pelo Decreto n.º 1 270, de 26 de dezembro de 1862.

Em 1909, oito anos após êsse acréscimo feito ao seu território, chegaram à cidade de Teresópolis os trilhos da Estrada de Ferro que tem seu nome, motivando o considerável surto progressista que, desde então, se observou em todo o município.

Atualmente, Teresópolis encontra-se em fase de grande prosperidade econômica e social. Suas lavouras, dedicadas à policultura, produzem mais do que o suficiente para o consumo interno, ensejando a exportação do excedente. Seu comércio, apesar de sofrer altas e baixas, de acôrdo com as estações, adaptou-se a essa circunstância, prosperando. As indústrias, ligadas à exploração do turismo, vicejam oferecendo a veranistas e turistas que buscam Teresópolis as maiores comodidades que se podem exigir em uma grande metrópole.

Pelos seus encantos naturais, pela fertilidade de suas terras e pela fama de seu clima, Teresópolis tende sempre a progredir, orgulhando, cada vez mais, a comunidade fluminense, na qual figura com relêvo.

LOCALIZAÇÃO — O município de Teresópolis está localizado na Zona do Alto da Serra. A sede municipal situa-se a 22° 26' 12" de latitude Sul e 42° 58' 42" de longitude W.Gr., distando, em linha reta, da Capital do Estado, 52,9 km, direção N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 902 m (sede municipal). É a mais alta cidade do Estado.

CLIMA — Clima admirável, com temperatura média de 17ºC. Sêco, ameno e saudável, o que lhe faz merecer boa fama tanto no país como no estrangeiro.

ÁREA — 908 km².

POPULAÇÃO — Foram recenseadas, em todo o município, em 1950, 34 396 pessoas, sendo 17 269 homens e 17 127 mulheres, que se distribuíam pelos distritos e, conforme a situação do domicílio, segundo o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Teresópolis	19 666	9 720	9 946	6 354	660	815	822	2 551	2 464
Nhunguaçu	11 032	5 695	5 337	53	55	—	—	5 642	5 282
Paquequer Pequeno	3 698	1 854	1 844	24	25	—	—	1 830	1 819

O Departamento Estadual de Estatística estimou a sua população, para 1955, em 38 421 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção de legumes e hortaliças, excedendo ao consumo interno, enseja exportação em larga escala para o Rio de Janeiro, DF. Vicejam as indústrias, muitas das quais ligadas à exploração do turismo, sôbre o que Teresópolis oferece as melhores comodidades que se podem exigir. Os quadros que seguem dão o índice de sua produtividade no campo agropecuário e industrial, em 1956:

Produção agrícola (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Tomate	Tonelada	10 000	40 000
Couve-flor	»	10 975	87 000
Cenoura	»	15 200	39 000
Repôlho	»	4 000	28 000
Alface	»	3 500	24 000

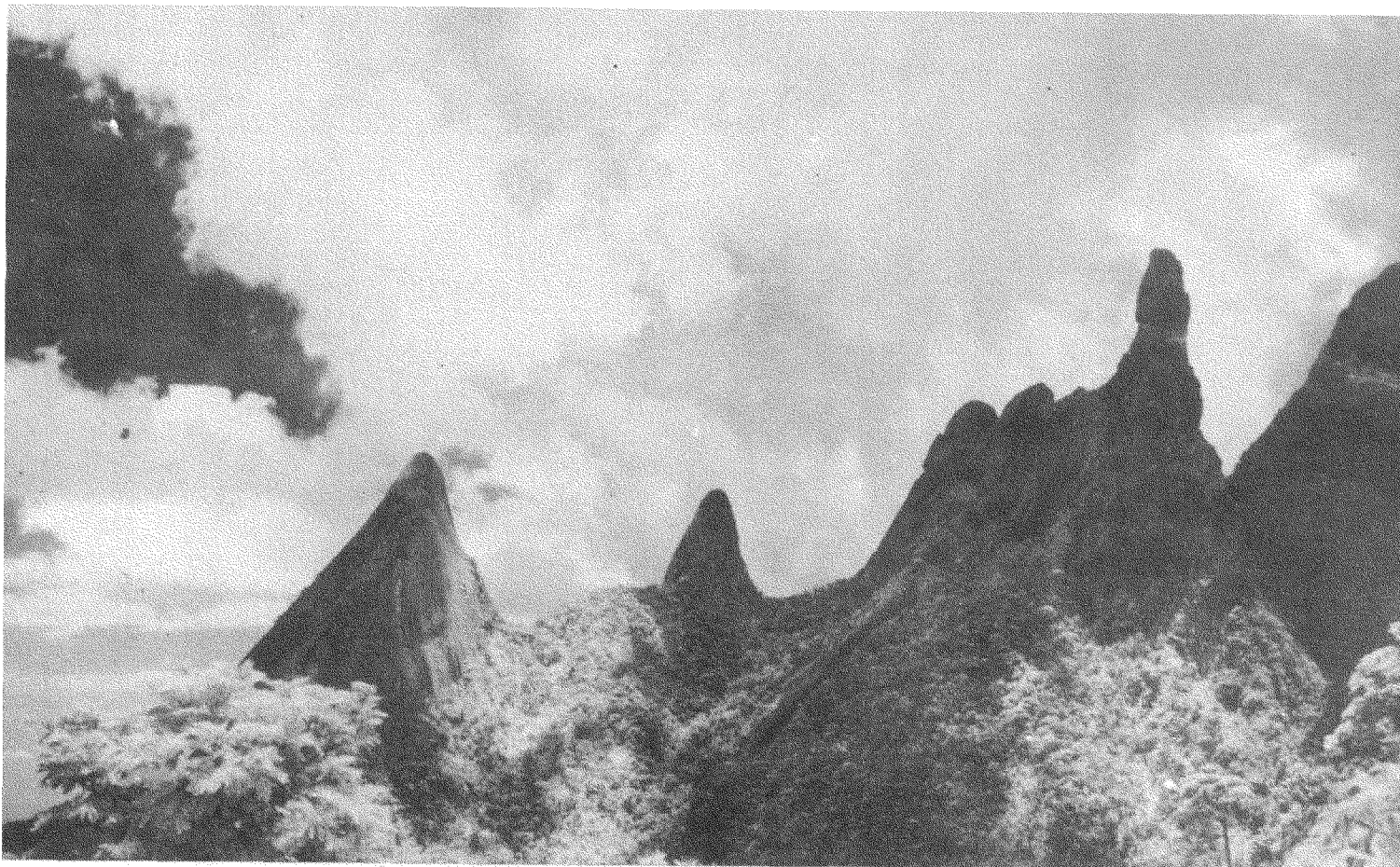
Produção extrativa (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Águas minerais	Litro	3 565 000	8 282
Pedra britada	m3	3 600	684
Paralelepípedos	Milheiro	272	353

Produção industrial (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Bijuterias	Peça	225 173	7 979
Móveis de madeira	»	12 942	6 002
Esquadrias	m2	7 600	4 814

(*)FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — Teresópolis está ligada à rêde rodoviária estadual pela rodovia federal Itaipava—Teresópolis, distando 34 km de Itaipava, no km 69,8 da Estrada União e Indústria. Por essa estrada comunica-se com Três Rios, para o interior, e Petrópolis, de onde prossegue para a Capital Federal. Para Nova Friburgo existe estrada de rodagem estadual, distando Teresópolis 84 km dessa cidade. Aí encontra a Estrada-tronco Norte Fluminense. Pelo sistema rodoviário dista da Capital Federal 120,3 km e da Capital do Estado, 213 km, via Friburgo. No território

Pico do Dedo de Deus.

do município existem 208 km de estradas de rodagem, sendo 12 de administração federal, 78 de administração estadual e 118 de administração municipal. Está em vias de conclusão uma estrada de rodagem direta ao Rio de Janeiro, DF. O município é servido ainda pela Estrada de Ferro Teresópolis, hoje ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, que corre entre essa cidade e Magé. Os trens atingem o Distrito Federal através das linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, entre as estações de Magé e Barão de Mauá. No território de Teresópolis localizam-se as seguintes estações e paradas: Soberbo, a 83,9 km de Barão de Mauá, Alto de Teresópolis, a 86,3 km, e Teresópolis, a 90,6 km.

COMÉRCIO E BANCOS — É bastante ativo o comércio do município, que mantém suas principais transações comerciais com a cidade do Rio de Janeiro, DF. Há na sede municipal 7 estabelecimentos atacadistas e 222 varejistas. O giro comercial, em 1956, elevou-se a 461 milhões de cruzeiros. O movimento bancário é feito através de uma casa matriz (Casa Bancária Regadas Comércio e Indústria Limitada) e duas agências (Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais). As principais contas de ativo e passivo apresentaram, em 28 de fevereiro de 1957, os seguintes saldos, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 8 831; Empréstimos em c/c — 5 126; Empréstimos hipotecários — 213; Títulos descontados — 34 544; Depósitos a vista e a curto prazo — 76 170; Depósitos a prazo — 6 221. Na cidade funciona uma agência da Caixa Econômica do Estado do Rio, tendo, em 31 de dezembro de de 1956, 4 616 cadernetas em circulação, com depósitos no valor de 15 200 milhares de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — O solo é revestido de luxuriante vegetação nas várzeas e exuberantes matas nas montanhas. Dentre as madeiras de lei encontradas em suas florestas sobressaem: peroba, óleo-vermelho, garapa, tapinhoã, etc. A fauna é representada por grande número de espécimes, tais como: antas, tamanduás, capivaras, onças, lontras, ouriços-cacheiros, veados monteiros, coelhos-do-mato, etc. Há espécies variadas de aves. A fauna aquática é relativamente pobre. Das quedas de água existentes no território municipal, destacam-se as de: Fisher, no rio Paquequer, devidamente aproveitada, com 16,50 m de altura e descarga utilizada de 1,825 m^3/s; rios Prêto, Guarani, Ponte Nova, além de outras menores, como as cascatas de Imbuí e dos Amôres e a queda da Piscina Sloper. Há exploração de argila e associados às margens do rio Paraitinga e de águas minerais em Ponte Judite e Vale do Paraíso.

ASPECTOS URBANOS — Teresópolis é uma cidade dotada de todos os requisitos modernos com ruas bem calçadas, praças ajardinadas e arborizadas, perfeito serviço de água, luz, esgotos e telefones. Possui belíssimas construções e prédios dentro dos mais adiantados princípios de arquitetura. O calçamento das vias públicas cobre 85 logradouros, sendo 80% de sua área em paralelepípedos e 20% de asfalto. Centro de turismo, possui a cidade 19 hotéis e 12 pensões, alguns luxuosos. Existem: Aparelhos telefônicos instalados — 1 862; Ligações elétricas — 5 613; Domicílios servidos por abastecimento de água — 4 100; Cinemas — 5.

COMUNICAÇÕES — Acham-se no território do município as seguintes unidades do Departamento dos Correios e Telégrafos: agências postais-telegráficas de Várzea e

Alto de Teresópolis; agências postais de Ponte Nova, Nhunguaçu e Bonsucesso; pôsto de correio de Pessegueiros; pôsto telefônico oficial do D.C.T. em Teresópolis. A Estrada de Ferro Central do Brasil mantém serviço telegráfico de uso privativo em suas estações. Os serviços telefônicos estão a cargo da Companhia Telefônica Brasileira.

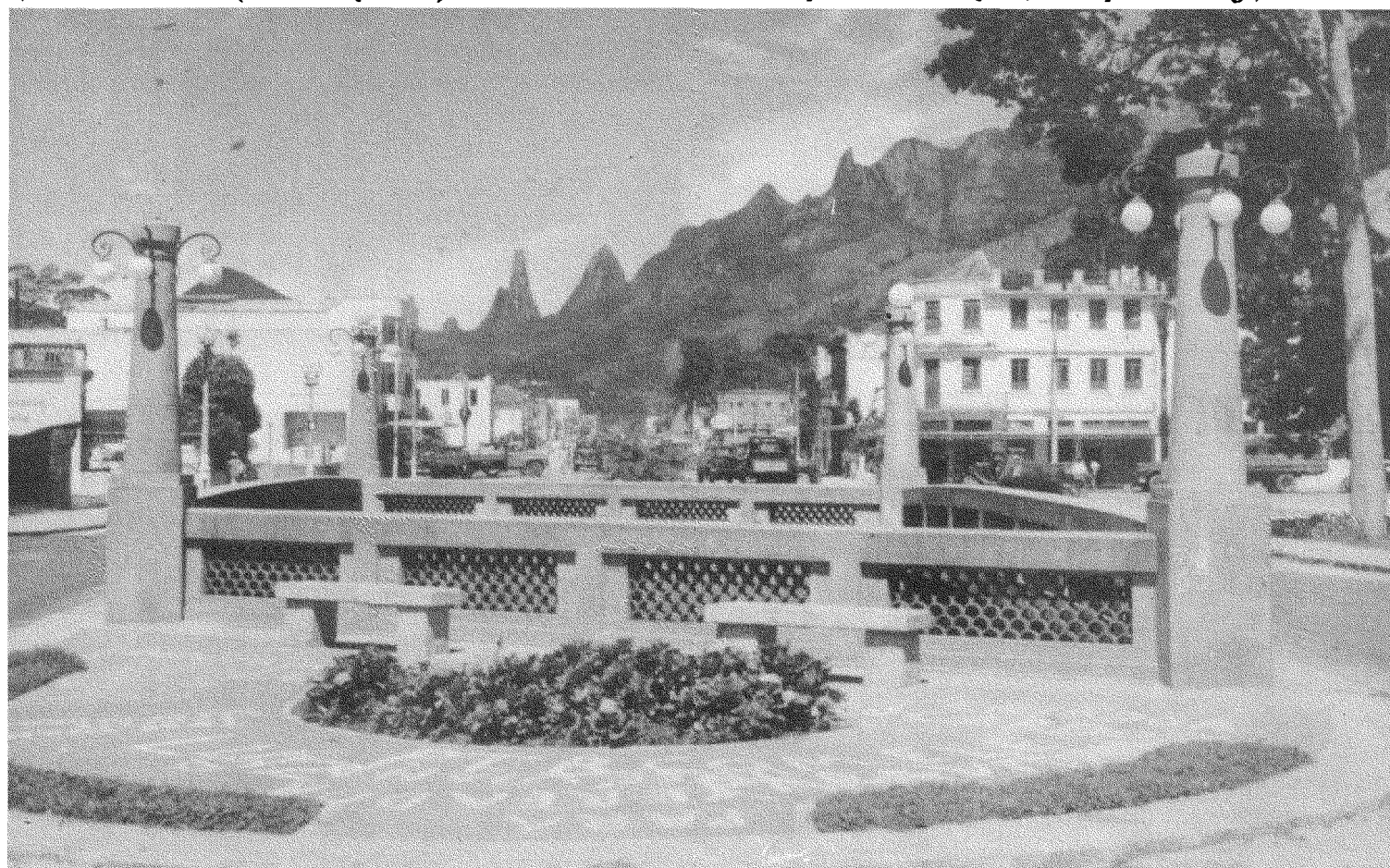
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município dispõe de 2 estabelecimentos que internam doentes: o Hospital Municipal de Teresópolis, mantido pela Prefeitura Municipal, dispondo de 18 leitos, dos quais 12 para internamentos gratuitos; 1 casa de saúde, entidade particular, com 14 leitos para contribuintes. Há 3 lactários, mantidos pela Sociedade Pró-Nutrição da Criança de Teresópolis e 1 pôsto médico do SESC. Os serviços oficiais de saúde pública são superintendidos pelo Pôsto de Saúde de Teresópolis, da Secretaria e Assistência do Govêrno do Estado.

ALFABETIZAÇÃO — Das 28 622 pessoas de 5 anos e mais, recenseadas em 1950, sabiam ler e escrever, em todo o município, 7 027 homens e 5 597 mulheres, e na cidade, das 12 392 pessoas aí recenseadas, 4 024 homens e 3 578 mulheres eram alfabetizados, representando 61% dessa população.

Ensino — No município, dedicando-se ao ensino pré-primário existem 60 estabelecimentos, dos quais 21 são de administração estadual, 36 de administração municipal e 3 particulares. O ensino extraprimário é dado em 7 estabelecimentos, que mantêm: Curso ginasial — 2; Curso comercial — 2; Curso normal — 1; Cursos profissionais — 3; Cursos artísticos (música e pintura) — 2.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir demonstra o efetivo das arrecadações federal, estadual e municipal e a despesa do município, de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 659	9 679	6 550	3 475	7 856
1951	5 145	13 495	9 444	4 946	8 544
1952	6 038	12 181	10 271	5 721	10 413
1953	8 074	15 066	10 901	5 760	12 773
1954	10 168	17 262	11 901	5 912	13 451
1955	15 710	22 319	18 944	10 044	19 195
1956	25 154	31 133	30 500	17 422	30 500

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — É verdadeiramente exuberante a natureza que emoldura Teresópolis, deslumbrando a todos os turistas que a procuram. Está localizada na serra dos Órgãos, que por sua semelhança com os tubos dêsse instrumento musical recebeu esta denominação. As formações que a circundam apresentam formas curiosas como o "Dedo de Deus" (no município de Magé), com 1 650 m de altitude; a "Agulha do Diabo", com 2 020 m; e o "Nariz do Frade", com 1 919 m. Entre os pontos dignos de visita, devem ser citados: Soberbo, a 8 km de Teresópolis, acessível por estrada de rodagem; Pedra Açu, com 2 320 m; Pedra São João; Pedra do Sino, com 2 263 m; Pedra do Garrafão, Quebra-Frasco; Posse, Cascata do Imbuí e Pedra da Ermitage. Em Nhunguaçu, encontra-se a "Mulher de Pedra". Há estradas de rodagem até às proximidades de todos êsses pontos. O Parque Nacional da Serra dos Órgãos, situado na estação do Alto, com uma área de 10 000 ha e abrangendo terras dos municípios de Teresópolis, Petrópolis e Magé, merece re-

Avenida Feliciano Sodré.

ferência especial. Dispõe de tôdas as facilidades para os visitantes. Além da sede central, há sedes exteriores, postos de entrada fiscalizados, postos de observação, abrigos para visitantes e alpinistas, museu, áreas para equitação, etc. Entre os monumentos encontrados na sede municipal destacamos o "Monumento ao Dr. Afrânio de Melo Franco", constituído por um busto de bronze em pedestal de granito, o "Monumento ao Dr. José Augusto Vieira", busto de bronze, localizado na estação da Várzea, inaugurado em 19 de outubro de 1908. Êsses dois monumentos prendem-se a vultos ligados à Estrada de Ferro Teresópolis. O primeiro, Ministro da Viação, quando da assinatura do Decreto n.º 13 676, de 2 de julho de 1919, que resolveu a rescisão do contrato com a referida Estrada de Ferro, e o segundo, um dos engenheiros-chefes incumbidos de sua construção. O Monumento ao General Eurico Dutra, constituído de um busto de bronze em pedestal de granito, inaugurado em 5 de março de 1949, lembra sua visita àquela cidade, quando Presidente da República.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Teresópolis, pela sua projeção econômico-social, serviu de sede ao IV Congresso das Classes Produtoras Fluminenses, promovido pela Federação das Associações Comerciais, Industriais e Rurais do Estado, em 1952.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — É sobremodo elevado o nível cultural de Teresópolis. Em 1902 teve seu primeiro jornal, "O Teresopolitano", e, em 1911, funcionou seu primeiro cinema, o "Cine Tupi". Atualmente a cidade possui: Cinemas — 7; Associações desportivo-culturais — 9; Jornais — 3; Sociedade artística — 1; Tipografias — 4; Advogados — 15; Engenheiros — 12; Veterinários — 2; Agrônomos — 3. — A "Rádio Emissora de Teresópolis" tem o prefixo ZYL-2, transmitindo na freqüência de 1 510 kc. As duas bibliotecas (Biblioteca Municipal e Biblioteca Agrícola Municipal) reúnem, aproximadamente, 12 000 volumes.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Segundo a atual divisão administrativa (30-VI-1957), o município compõe-se dos distritos de Teresópolis, Nhunguaçu e Paquequer Pequeno.

TRAJANO DE MORAIS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O desbravamento do território do atual município de Trajano de Morais, ao que as notícias conhecidas induzem a crer, teve seu início na primeira metade do século XIX.

Sabe-se que o primeiro núcleo populacional, surgido nessa ocasião, formou-se em tôrno de uma capela, dedicada ao culto de São Francisco de Paula, erguida, em suas terras, em princípios do século XIX, recebendo o predicamento de curato, por fôrça da Lei n.º 218, de 27 de maio de 1840, cujo art. 1.º estava assim redigido: "A capela de São Francisco de Paula, no município de Cantagalo, é declarada capela curada".

Milliet de Saint-Adolphe, em seu "Dicionário Geográfico-Histórico do Império do Brasil", diz que a referida capela situava-se em um pequeno planalto, e que as lavouras existentes nas suas redondezas, tinham no café a cultura preferida, "sendo entretanto o terreno bastante fértil e produzindo perfeitamente todos os cereais, algodão, fumo e cana de açúcar".

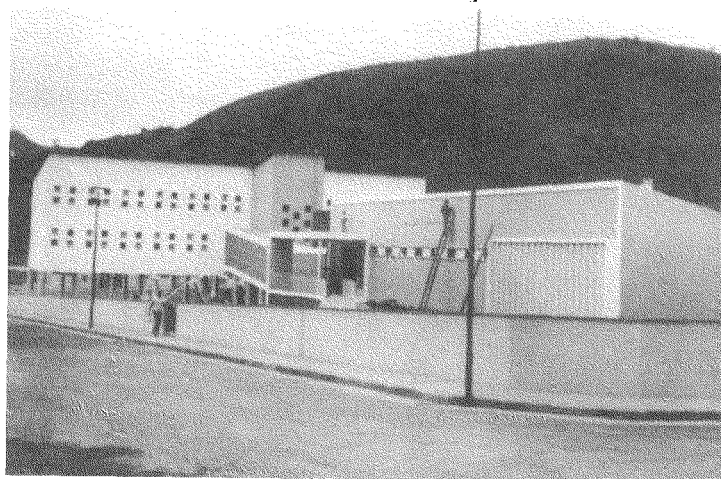
Passados alguns anos, após o reconhecimento do curato, em virtude do progresso agrícola verificado na região, nova honraria foi concedida à localidade, por fôrça da Lei n.º 400, de 20 de maio de 1846, cujo texto era o seguinte: "O curato de São Francisco de Paula, do município de Cantagalo, é elevado a — freguesia — sob a invocação do mesmo santo e conservando os limites que atualmente tem".

Em 24 de outubro de 1861, em conseqüência da elevação da freguesia de Santa Maria Madalena à categoria de município, a freguesia de São Francisco de Paula foi desmembrada de Cantagalo e incorporada, juntamente com a de São Sebastião do Alto, ao território da nova comuna fluminense.

Por essa época, já as lavouras da freguesia apresentavam um desenvolvimento assaz promissor, destacando-se, entre as demais, a do café, trabalhada em sua quase totalidade pelo braço do negro escravizado.

Com o advento da Lei Áurea, em 1888, muito sofre a região. A Abolição da Escravatura foi, sem dúvida, o fator essencial do estacionamento e mesmo decadência de suas lavouras. Os fazendeiros da freguesia de São Francisco de Paula, como aliás os de todo o território fluminense e mesmo brasileiro, não estavam em condições de receber emancipação dos escravos, sem sofrer forte abalo nos alicerces de sua economia.

Os negros, tão cedo se viram libertados, procuraram, na sua maioria, fugir do lugar, onde tinham vivido em cativeiro, buscando outras terras para início de nova vida. Tentaram, ainda, os senhores de terras substituí-los pelo elemento estrangeiro, mas, a sua arrogância escravocrata e o cansaço do solo não constituíam fatôres a seus intuitos.

E assim, sob a ação de uma crise de braços para as lavouras, com graves reflexos na sua economia, chegou a freguesia de São Francisco de Paula ao período republicano, no comêço do qual, o govêrno, com o fito de amparar os interêsses da região, promoveu a sua elevação a município. Visando facilitar a sua administração e conseguir uma rápida solução para seus angustiosos problemas, a Assembléia Estadual votou o decreto que tomou o número 178, datado de 12 de março de 1891, o qual esti-

Grupo Escolar Alfredo Lopes Martins.

pulou em seu art. 1.º: "Fica criado o — município de São Francisco de Paula — cuja sede será a freguesia do mesmo nome, que é elevada a categoria de vila".

Passados alguns anos, como permanecesse estacionário o progresso da vila, os habitantes começaram a dar preferência a uma nova povoação que se formava ao redor da Estação da Estrada de Ferro, denominada Trajano de Morais. Com tal rapidez se desenvolveu essa nova localidade, que o govêrno, por efeito da Lei n.º 1 234, de 18 de janeiro de 1915, resolveu transferir a sede da comuna de São Francisco de Paula para êsse lugar. Êsse decreto estava assim redigido: Art. 1.º — "Fica transferida a — sede do município de São Francisco de Paula para a — Estação Trajano de Morais —, restabelecidos os seus limites nos têrmos do Decreto n. 1, de 8 de maio de 1892, devendo o Poder executivo dar as compensações que julgar convenientes".

Entretanto, essa mudança não se fêz com facilidade. Várias circunstâncias de caráter administrativo forçaram o govêrno a lançar novo decreto, o de n.º 1 445, de 31 de julho de 1915, no qual: "Presidente do Estado do Rio de Janeiro:

Considerando que tem surgido desinteligência na execução da lei n. 1 234, de 18 de janeiro de 1915, que transferiu a sede do município de São Francisco de Paula para a estação de Trajano de Morais no lugar denominado — Ventania —, e estabeleceu aí novas divisas, entre êste município e o de Santa Maria Madalena;

Considerando que essas desinteligências têm perturbado as relações de harmonia entre os referidos municípios e também a ordem civil judiciária e de tributação constitucional de cada um dêles;

Considerando que cumpre ao Poder Executivo por disposição expressa da mencionada lei n. 1 234, de 18 de janeiro findo, dar as compensações a Madalena pela faixa de território que ela perdeu em Ventania:

Decreta:

Art. 1.º — Fica pertencendo a São Francisco de Paula todo o povoado até os terrenos dos herdeiros de Francisco Fenuncio inclusive, e as propriedades rurais do espólio de D. Darcília Marques de Moraes.

Art. 2.º — A sede do 4.º Distrito de Santa Madalena fica transferida para a estação "Dr. Loreti".

Art. 3.º — O município de São Francisco de Paula assume a responsabilidade da dívida que tem o município de Santa Maria Madalena para com o Estado".

Mesmo assim não cessaram as atribuições dos administradores de São Francisco de Paula. Forçados por várias circunstâncias, inclusive de ordem política, viram-se êles na contingência de pleitear nova mudança de sede para o município. Foi assim que, por efeito do artigo 5.º da Lei n.º 633, datada de 18 de novembro de 1919, foi transferida "a sede do município de São Francisco de Paula para o povoado denominado "Aurora" onde se acha a Estação de Visconde de Imbé, atual sede do 2.º Distrito".

Em 31 de outubro de 1921, a povoação de "Aurora" nova sede do município, foi elevada à categoria de vila.

Pouco tempo, porém, gozou essa localidade das prerrogativas de ser o núcleo dirigente da comuna.

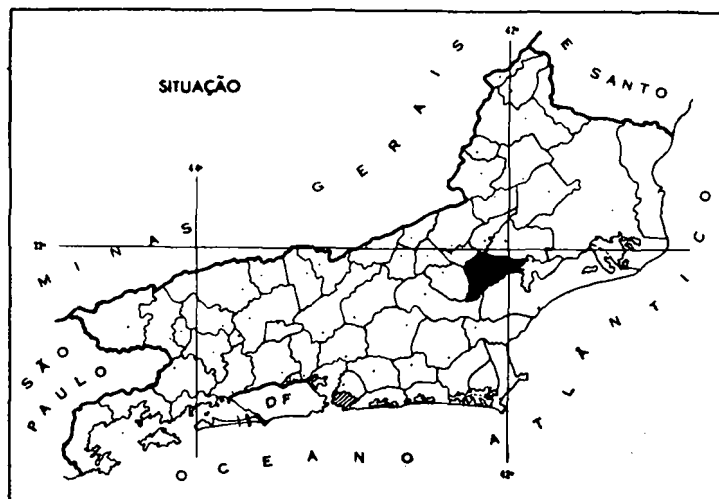
Dois anos após ter sido esbulhada de seu título, a povoação de Trajano de Morais reconquistou-o, por fôrça da Lei n.º 1 790, de 27 de dezembro de 1923, cujo artigo 2.º estipulava: "A sede do município de São Francisco de Paula fica transferida para "Trajano de Morais", cujo povoado fica elevado à categoria de vila".

Em 1929 a vila de Trajano de Morais, sede do município de São Francisco de Paula, recebeu foros de cidade, por fôrça do Decreto n.º 2 335, de 27 de dezembro dêsse ano, pelo qual, tôda sede de município deveria ser considerada cidade.

Vemos assim, que essa medida refletiu mais um desejo de sistematização burocrática do que um progresso real que se tivesse verificado na localidade.

Em 31 de março de 1938, o município teve o seu topônimo alterado para "Trajano de Morais", denominação que até hoje conserva.

Suas lavouras, passado o período agudo de crise por que atravessaram com o advento da Abolição, vêm-se refazendo, embora lentamente. A produção de café tem decaído, mas, em compensação, outras lavouras e a pecuária têm sido incrementadas. O movimento de seu comércio vem surgindo nos últimos tempos, e suas indústrias começam a se firmar. Pelo labor de seus filhos, Trajano de Morais, procura melhorar sua situação perante as demais unidades fluminenses.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Trajano de Morais tem como coordenadas geográficas as seguintes: 2º 04' de latitude Sul e, 42º 03' 03" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 143 km. Rumo em relação à capital do Estado: E.N.E. O município está situado na Zona Fisiográfica de Cantagalo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 679 m (sede municipal).

CLIMA — O clima do município é, em geral, salubre, bastante ameno e agradável, sobretudo nas regiões elevadas.

ÁREA — 644 km².

POPULAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 apurou que existiam no município, de população presente, 16 771 habitantes. Dêsses, 8 479 eram constituídos de mulheres e 8 292 eram de homens. Dessa população 14 710

pessoas constituíam o quadro rural do município o que bem comprovou a tendência da fixação do trajanense no interior, onde se instala a pequena indústria rurícola. Outros aspectos podem ser melhor estudados e observados pela exposição que oferece o quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Trajano de Morais	3 280	1 673	1 607	407	469	39	27	1 227	1 111
Dr. Elias	2 954	1 485	1 469	26	25	16	20	1 443	1 424
Ponte da Grama	4 543	2 291	2 252	38	49	22	13	2 231	2 190
Sodrelândia	2 477	1 265	1 212	212	200	21	29	1 032	983
Visconde de Imbé	3 517	1 765	1 752	198	192	27	31	1 540	1 529

O Departamento Estadual de Estatística, pelo seu setor especializado, estimou a população local, para 1955, em 18 734 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Constituem base fundamental à economia trajanense as atividades da agricultura e da pecuária. As culturas mais comuns e de maior importância local são o café, o feijão, o milho e a batata. Reduzida produção de horticultura e floricultura fazem parte, também, das atividades municipais, nesse campo. A pecuária, modesta ocupação do trajanense, dá, no entanto, para manter um estabelecimento de congelação de leite, para fins de exposição, no Distrito de Doutor Elias. Não há pròpriamente estabelecimento industrial importante senão pequenas atividades no meio rural e uma usina de beneficiamento do café, no Distrito de Dr. Elias, também. Os quadros a seguir, pela minúcia da representação numérica, oferecem aspectos bem interessantes da situação do município no que tange ao assunto:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Café beneficiado	Tonelada	1 323	33 075
Milho	»	1 207	5 031
Batata-inglêsa	»	408	2 040
Feijão	»	222	2 222
Arroz com casca	»	200	1 064

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra para construção	m3	227	375
Vegetal			
Madeira	»	8 000	4 000
Lenha	»	3 200	320
Dormentes	Unidade	950	66

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Madeira serrada	m3	1 900	1 900
Manteiga	Quilo	16 861	1 180
Queijo	»	11 820	472
Tijolos e telhas	Milheiro	90	72

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

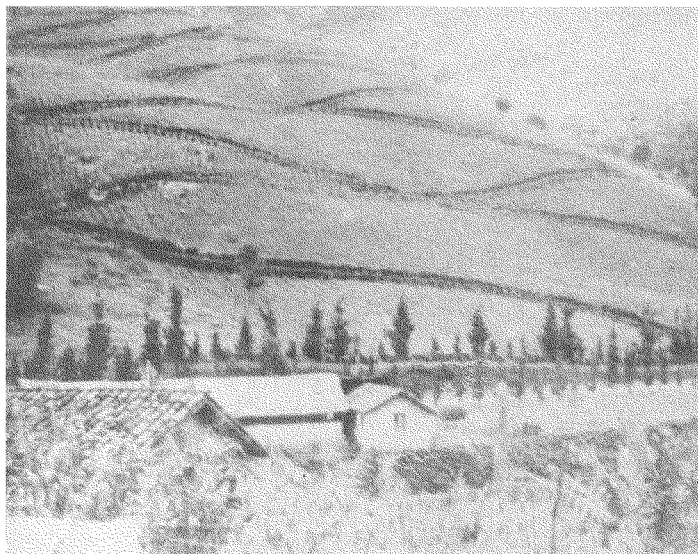
MEIOS DE TRANSPORTE — Dois meios de transporte ligam Trajano de Morais à capital estadual e federal: ferroviário e rodoviário. Por via rodoviária dista da capital federal, 281 km e, por via ferroviária, 336 km. Já, por via rodoviária, dista da capital estadual, 243 km e, por via ferroviária, 293 quilômetros. É servido o município pela Estrada de Ferro Leopoldina, em cujo percurso, no ramal de Trajano de Morais, são encontradas as seguintes estações: Leitão da Cunha, Trajano de Morais e Visconde do Imbé, ainda, no mesmo percurso, a parada de Santo Inácio. No ramal que vai até a cidade de Santa Maria Madalena não existe no território municipal nenhuma estação ou parada. Possui ainda Trajano de Morais 11 ramais de rodovias de diversos tipos e bitolas, num total de 234 quilômetros, sendo que 141 km são de propriedade e administração municipal e 93 km, de propriedade e administração estadual. Dispõe, também, de uma linha de ônibus intermunicipal. A Prefeitura Municipal licenciou, em 1956, 13 automóveis e 4 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município estão cadastrados 136 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista. Dêstes, estão localizados na sede municipal o citado estabelecimento atacadista e 30 varejistas. O comércio local distribui a produção no município, exportando o excedente e o café; importa das praças de Campos, Niterói, Nova Friburgo e Distrito Federal, artigos essenciais às suas necessidades como sejam tecidos, armarinhos, artigos de couro, gêneros alimentícios, medicamentos e outros. Não existe agência bancária, no município, senão firmas representantes de tais estabelecimentos.

RIQUEZAS NATURAIS — No que concerne ao reino mineral, o acervo das riquezas naturais trajanenses reside mais no potencial hidráulico do município, consubstanciado nas seguintes quedas de água: Barro Alto, situada no lugar de igual denominação, com 17 m de altura aproveitada e 0,385 m^3/s de descarga utilizada; Cafofo, Bonança, Grama, São Bento e Graça de Deus, que é das mais belas cachoeiras do município. Nas matas que recobrem o território municipal ainda se encontram madeiras para diversos fins, as quais, depois de extraídas, são exportadas para outros lugares, sendo o cedro, das mais preferidas. A fauna local, apesar de rara, é representada por pacas, tatus, coelhos, macacos, capivaras, onças, porcos-do-mato, etc.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Trajano de Morais capital do município, é dotada de iluminação pública e domiciliária, de abastecimento de água, de serviços de esgotos e suas ruas são calçadas de terra melhorada. São melhoramentos urbanos ainda os seguintes: aparelhos telefônicos instalados, 13; ligações elétricas efetivadas, 214 e domicílios servidos por abastecimento de água, 196. A hospedagem é atendida por 2 pequenos hotéis.

COMUNICAÇÕES — O município de Trajano de Morais está incluído na rêde de comunicações dos Correios e Telégrafos, a qual mantém uma agência postal-telegráfica em Trajano de Morais e agências postais em Doutor Elias, Leitão da Cunha, Ponte da Grama, Sodrelândia, Barra dos

Passos e Visconde do Imbé. Há uma rêde de comunicações para uso exclusivo da Estrada de Ferro Leopoldina, em contacto permanente com as seguintes localidades: sede municipal, Visconde do Imbé, Leitão da Cunha. Existem as seguintes rêdes telefônicas servindo o município: Companhia Telefônica Brasileira, Rêde da Emprêsa Fluminense de Energia Elétrica que antes pertencia à Comissão Central de Macabu, bem como as rêdes particulares de Honestalda Martins, na Fazenda Olaria; Eugênio Pereira, na Fazenda Coqueiro; Alfredo Neto, na Fazenda Providência; Maria Elvira Leitão da Cunha, em Leitão da Cunha; e, José Antônio de Morais, na Fazenda Santo Inácio.

Floricultura São Salvador.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe, na localidade denominada Tapera, no distrito de Ponte da Grama, um Hospital que ainda não entrou em funcionamento. Pertencia à Comissão Central de Macabu e passou agora à responsabilidade da Emprêsa Fluminense de Energia Elétrica. Há, na sede municipal, um Pôsto Médico mantido pelo Govêrno Estadual. A sede municipal recebe, de seu turno, a assistência de um pôsto da Legião Brasileira de Assistência, e, bem assim, do Abrigo Santa Terezinha.

ALFABETIZAÇÃO — O Censo Demográfico de 1950 comprovou que das 13 763 pessoas da população local presente, de 5 anos e mais, 5 067 sabiam ler e escrever.

Ensino — Existiam, em 1955, 38 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo que destas, 12 eram mantidas pelo govêrno municipal e, as restantes 26, pelo govêrno estadual.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir reproduz, com detalhe, aspectos da arrecadação e das despesas das três órbitas administrativas, no município:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	286	667	668	179	530
1951	362	1 060	519	183	577
1952	429	962	613	167	529
1953	491	1 193	547	196	535
1954	672	1 605	1 217	212	934
1955	609	1 661	1 045	209	1 183
1956	915	1 665	1 836	280	1 921

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — A não ser algum modesto templo religioso ou algum acidente geográfico que realça as belezas naturais, nada mais há que se registrar, neste particular, em Trajano de Morais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo municipal de Trajano de Morais apresenta aspecto relativamente montanhoso, sendo suas principais elevações as serras denominadas Deitado, Crubixais, Carocango, Boa Vista, Imbé e das Almas. Formam o sistema hidrográfico do território municipal, os seguintes rios: Macabu; cujas nascentes se localizam no distrito de Ponte da Grama e onde se situa a Usina de Energia elétrica de Macabu, hoje pertencente à Emprêsa Fluminense de Energia Elétrica, tendo por afluentes, os córregos Lama Preta, São Joaquim, e Boa Esperança; Imbé e Grande, que demarca os limites intermunicipais com Cantagalo e São Sebastião do Alto, dos quais são tributários os ribeiros Bonança e Passos, além de outros menores. Existem ainda várias quedas de água e algumas reservas florestais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município conta 4 associações desportivas, 2 cinemas (um em Tapera e outro em Visconde do Imbé), e 1 cooperativa.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Pela atual divisão administrativa, o município compõe-se dos distritos de Trajano de Morais, Doutor Elias, Ponte da Grama, Sodrelândia e Visconde de Imbé.

TRÊS RIOS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A região na qual se encontra o atual município de Três Rios, era, primitivamente, denominada de "Paraíba Nova". Segundo reza a tradição, habitavam as terras, na época do devassamento, várias tribos indígenas, citando-se entre outras, a dos coroados e a dos barrigudos, que pervagavam, em constantes tropelias guerreiras, pelas margens do Paraíba e do Paraibuna.

O devassamento do território de Três Rios se verificou em conseqüência da abertura do roteiro Parati—Minas Gerais, pelo qual os aventureiros e faiscadores transitaram, em busca de ouro, já em meados do século XVI. Ainda em 1597, Martim Corrêa de Sá, filho do Governador Salvador de Sá, passou por suas terras, utilizando o itinerário misto, marítimo-terrestre, via Parati, para alcançar as "Minas Novas" ou "Minas Gerais".

Embarcando no Rio de Janeiro, chegou, por mar, a Parati, acompanhado de 700 portuguêses e 2 000 índios, penetrando em São Paulo, rumo a Pindamonhangaba, onde atingiu o vale do rio Paraíba, cujo curso seguiu até chegar à foz do rio Paraibuna de onde se internou nas terras das Minas Gerais.

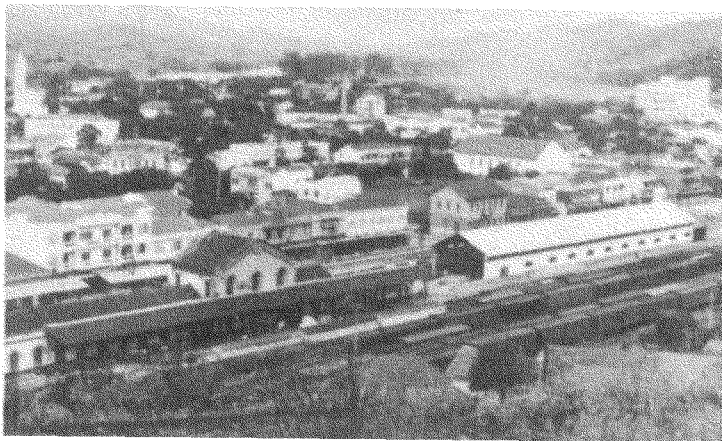
Não se têm, entretanto, informações exatas sôbre até que ponto essa circunstância de se encontrar a região incluída no roteiro dos bandeirantes e faiscadores, contribuiu, para o seu desbravamento.

Seja como tenha sido, o fato indubitável é que a abertura e o trânsito por êsse roteiro devem ter contribuído, de

alguma forma, para o conhecimento da zona e sua subseqüente colonização.

Mais tarde, em data posterior à abertura do "Caminho Novo", levada a efeito na segunda metade do século XVII, pelo bandeirante Garcia Paes Leme, começaram a surgir as primeiras notícias concretas sôbre a região do Paraibuna, nas crônicas e legislações da época.

Consta que, nos primeiros decênios do século XVIII, Pedro Dias Paes Leme, filho de Garcia, mandou construir uma capela dedicada ao culto de Nossa Senhora do Monte Serrat, ereta nas terras onde hoje se eleva a sede do distrito de Afonso Arinos. Sabe-se, ainda, que essa capela foi de grande utilidade, não só para os viajores da "Estrada Geral" que ligava o Rio às "Minas", como também para o destacamento efetivo do "Registro", que ali se estabeleceu mais tarde, com a finalidade de vedar o contrabando de ouro e diamantes, e arrecadar os direitos reais de "Passagem".

Por essa época, floresciam na região as lavouras de mamona, que se estendiam pelo vale do Paraibuna, destinando-se o seu produto ao fabrico de azeite, o qual era usado para iluminação das casas da planície e de serra acima.

Vista parcial da cidade.

Enquanto essa região, era colonizada, uma outra, também, dentro do território do atual município, começava a florescer. No local onde hoje assenta o distrito de Bemposta, José Antônio Barbosa, o legendário capitão Tira-Morros, fundou uma fazenda, a que deu o nome de Bemposta, em homenagem à memória da terra de seu pai, Francisco Gonçalves Teixeira, nascido em Portugal, no lugar conhecido pelo referido topônimo.

O Decreto n.º 811, de 6 de outubro de 1855, concedeu a essa localidade o predicamento de freguesia. Êsse Decreto estava assim redigido: "Fica criada a — freguesia — de Nossa Senhora da Conceição da Bemposta, no município de Paraíba do Sul, desmembrando-se de São José do Rio Prêto e território que lhe deve pertencer, com os limites estabelecidos pelo Govêrno".

Mais tarde, e ainda, em conseqüência de se encontrar no itinerário Rio—Minas, formou-se um novo núcleo populacional nessa região, cuja capela foi posta sob a proteção de São Sebastião de Entre Rios.

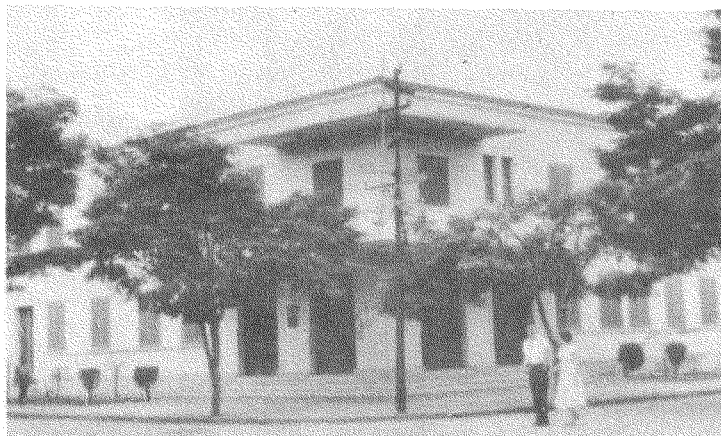
Sabe-se que, antes de 1858, o território do atual distrito de Três Rios era apenas uma colônia dependente da Fazenda de Cantagalo, propriedade de Antônio Barroso Pereira, 1.º Barão de Entre Rios.

Rua Barão do Rio Branco.

Por essa época, precisando Mariano Procópio passar com sua magnífica rodovia, por êsse local, comprou ao referido barão 81 480 braças quadradas de terras, a fim de aí estabelecer, como estabeleceu, a grande estação de Entre Rios, com seus vastos armazéns, cocheiras, casas para empregados, estabelecimentos comerciais, hotel, hospedaria, etc.

Ao todo, 29 casas de aluguel foram postas imediatamente à disposição das diversas pessoas que aí foram residir. O primeiro chefe da estação local, chamava-se João Viana. Foi depois da instalação dessa parada, que Entre Rios começou o seu desenvolvimento, até alcançar o título de cidade, que hoje ostenta, sob o nome de Três Rios.

A famosa estrada União e Indústria, que tantos e tão assinalados serviços prestou ao país, foi inaugurada, nas terras de Três Rios, em 18 de março de 1858, com a presença de S.M. Imperial.

Na suntuosa estação de Entre Rios, a comitiva Imperial teve calorosa acolhida por parte da população, já então numerosa, da localidade.

Prefeitura Municipal.

Depois de muitos melhoramentos introduzidos na localidade de Entre Rios pela companhia concessionária da rodovia e já convertida ela em grande empório comercial das duas grandes províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, veio, finalmente, a Estrada de Ferro D. Pedro II, estendendo seus trilhos, cortar aí, justamente nesse ponto, a de rodagem, erguendo em frente, à sua estação, outra não menos suntuosa, ao mesmo tempo que eram construídos novos armazéns e novos edifícios, destinados a outras finalidades.

Grupo Escolar Marechal Deodoro.

Segundo o Sr. Pedro Gomes, historiador local, a quem é devida a maior parte dos elementos constantes dêste trabalho, a inauguração da E.F.D. Pedro II, realizou-se em Entre Rios, a 13 de outubro de 1867, às horas da manhã, com a presença da família Imperial e grande comitiva.

Já por êsse tempo, a região encontrava-se em período de adiantado progresso agrícola. Por tôda a sua extensão espalhavam-se as ricas fazendas, onde a exploração do trabalho do elemento negro escravizado fazia a fortuna de seus proprietários. Cultivavam-se, então, nessas terras, o algodão, o café, o milho, a mandioca, e a cana-de-açúcar, além de outros produtos plantados em menor escala.

Entretanto, apesar de todo progresso verificado nessa localidade, é interessante notar que a velha povoação de Nossa Senhora do Monte Serrat, recebeu o predicamento de paróquia ou freguesia, e, conseqüentemente, a categoria de distrito, antes dela. Senão, vejamos a legislação existente a respeito.

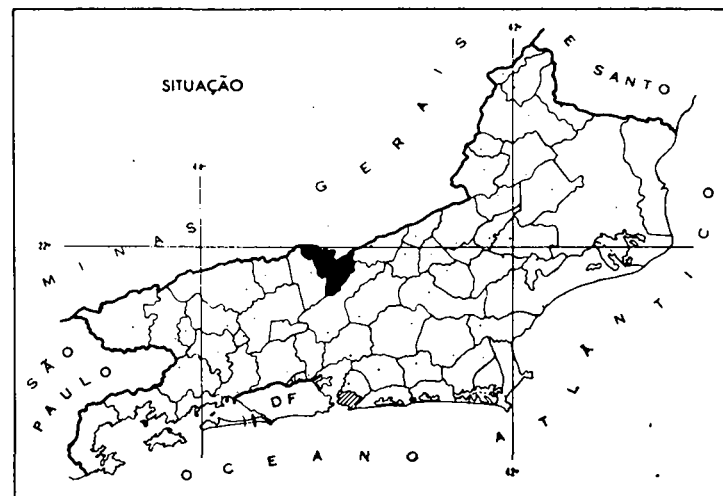
O Decreto n.º 2 698, de 24 de setembro de 1884, estava assim redigido: "Fica criada a — paróquia — de Nossa Senhora do Monte Serrat, no município de Paraíba do Sul, com os seguintes limites: — tôdas as águas vertentes dos rios Prêto e Paraibuna, e mais as fazendas do "Socêgo", pertencente aos herdeiros do Barão de Santo Antônio e da "Cachoeira Santa Teresa", pertencente a João Jacinto do Couto, e os sítios de propriedade de Clemente José Nunes, José Alves da Silva, e outros, compreendidos entre esta última fazenda, e o alto da Serra das Abóboras".

Só seis anos mais tarde, vigorando já a lei abolicionista de 1888, que tanto atingiu e debilitou a economia local, e já sob o regime republicano, foi reconhecido e criado o distrito de Entre Rios, por fôrça do Decreto n.º 114, de 13 de agôsto de 1890

Posteriormente, em 17 de dezembro de 1895, por efeito da Lei n.º 217, foi elevada a povoação de Areal à categoria de distrito. Essa localidade deve o seu nome ao fato de, no lugar onde se juntam os rios Piabanha e Prêto, terem existido, outrora, grande e vastos bancos de areia, dos quais, os construtores da Estrada União e Indústria, retiraram o material necessário ao bom acabamento da rodovia. Anteriormente a essa denominação, era a localidade conhecida pelo topônimo de "Barra do Rio Prêto".

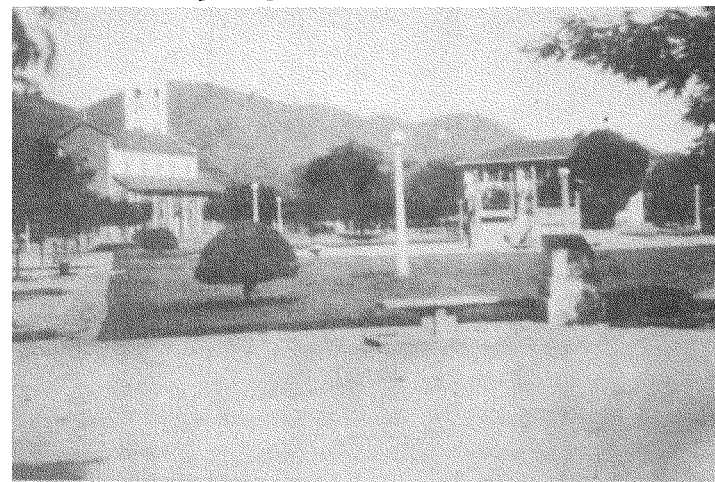
Até 14 de dezembro de 1938, os distritos de Entre Rios, Monte Serrat, Areal e Bemposta, faziam parte do município de Paraíba do Sul. Nessa data, em virtude da assinatura do Decreto estadual n.º 634, foram êles desmembrados dêsse município, a fim de constituírem a nova comuna de Entre Rios. Cinco anos depois, a divisão territorial do município sofreu algumas modificações estatuídas pelo Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial do Estado, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948. O topônimo "Entre Rios" foi mudado para "Três Rios", e o distrito de Monte Serrat foi extinto, passando o seu território a fazer parte do de Afonso Arinos, então criado. Em todos êles, observa-se hoje um incremento progressista, generalizado. A agricultura, rudemente golpeada pela decretação da Lei Áurea, vem-se reerguendo, ao mesmo tempo que a pecuária, o comércio e a indústria ganham terreno ràpidamente.

Pelo labor de seus filhos, por seu clima e pela riqueza de seu solo, Três Rios deixa prever ótimas perspectivas sociais e econômicas para seu povo, em um futuro que se nos afigura bem próximo.

LOCALIZAÇÃO — A sede municipal de Três Rios tem como coordenadas geográficas, as seguintes: 22º 06' 49" de

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

latitude Sul e, 43º 12' 39" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 88 km — Rumo em relação à capital do Estado: N.N.O. O município está situado na Zona Fisiográfica de Vassouras.

ALTITUDE — 273 m (sede municipal).

CLIMA — O clima de Três Rios, é, de modo geral, bastante salubre, principalmente no distrito de Areal, onde

Praça São Sebastião.

Asilo São Vicente de Paulo.

atinge a altitude de 446 m. No que concerne à precipitação pluviométrica, a altura total atingida em 1956, foi a de 1 107,4 mm.

ÁREA — 532 km².

POPULAÇÃO — Tendo em vista os resultados demográficos do Recenseamento Geral de 1950, constatou-se, à época, a existência de 34 816 habitantes, sendo que dêstes, 17 473 eram mulheres e 17 343 eram homens. Dêsse total computou-se para o quadro rural local 18 120 habitantes, o que evidencia, sem dúvida, a evolução das atividades urbanas ligadas ao comércio e à indústria citadina. A distribuição dessa população, segundo os distritos e situação de domicílio, era a constante do quadro a seguir:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Três Rios	10 656	9 699	9 957	3 074	3 457	3 921	3 924	2 704	2 576
Afonso Arinos	3 508	1 796	1 712	297	310	—	—	1 499	1 402
Areal	4 774	2 430	2 344	825	717	—	—	1 605	1 627
Bemposta	6 878	3 548	3 330	87	84	—	—	3 461	3 246

O Departamento Estadual de Estatística, pelo seu setor especializado, estimou, para 1955, uma população de 38 891 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — São atividades fundamentais à economia do município as ligadas à indústria e à pecuária. Segue-se-lhe, em ordem de importância, a agricultura. A produção de leite no município tem especial significação no volume da exportação local. São estabelecimentos que bem demonstram a pujança de Três Rios, afora elevado número de olarias, com uma produção anual bastante significativa, os seguintes: Frigorífico Três Rios, que abate e exporta gado bovino para o Distrito Federal; Moinho Três Rios, na produção de farinha de trigo, que também produz massas alimentícias; o Cotonifício Gasparian, da Cia. Lanifícios Alto da Boa Vista; Cia. Usinas Nacionais, com grande refinaria do açúcar "Pérola" e, finalmente, o Laboratório Daveres que está fabricando plasma derivado exclusivamente do leite de vaca, único que faz êsse produto no Brasil, segundo se informa. As principais culturas agrícolas municipais são milho, cana-de-açúcar, legumes e hortaliças e frutas. Já no que tange à pecuária a exportação do gado em pé é relativamente pequena, o que não acontece com o gado abatido, pois que cêrca de 30 000 cabeças são exportadas, nestas condições, principalmente para o Distrito Federal. Os quadros que se seguem oferecem, todavia, melhores elementos, pela minúcia apresentada, da situação do município, neste particular:

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Tonelada	840	4 200
Abóbora	»	126 000	1 638
Feijão Prêto	»	1 080	1 620
Tomate	»	180	1 440
Cana-de-açúcar	»	4 200	630

Produção extrativa — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedra para construção	m3	7 300	1 200
Vegetal			
Lenha bruta	»	3 500	350

Produção animal e derivados — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Carne bovina	Tonelada	6 114	144 280
Leite	Litro	10 000 000	50 000
Ovos	Dúzia	320 000	7 680

Produção industrial — 1956 (*)

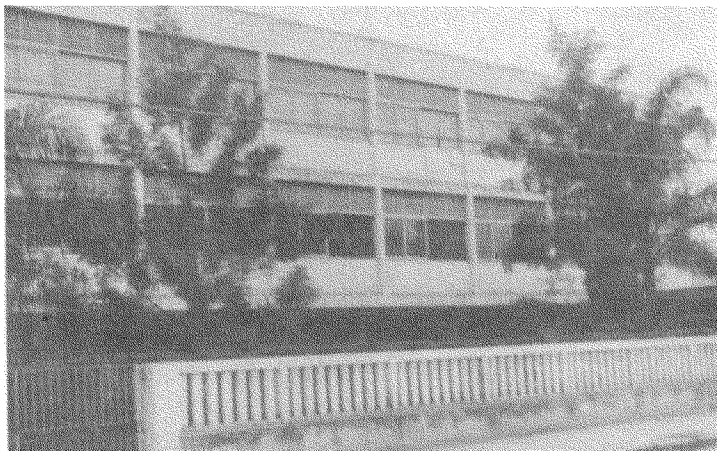
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Farinha de trigo	Tonelada	10 200	92 000
Açúcar refinado	»	7 276	67 000
Tecidos de algodão	Metro	2 194 847	66 000
Tijolos diversos	Milheiro	2 609	8 841

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município de Três Rios, pela sua excelente posição Geográfica, constitui um dos mais importantes entroncamentos ferroviário e rodoviário da região. É servido por duas linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil (Linha do Centro e Linha Auxiliar), ligando-o com o Estado de Minas Gerais e com todos os demais municípios fluminenses servidos pela mesma. São estações, nesses percursos, as de Três Rios, Fernando Pinhei-

Rua 15 de Novembro.

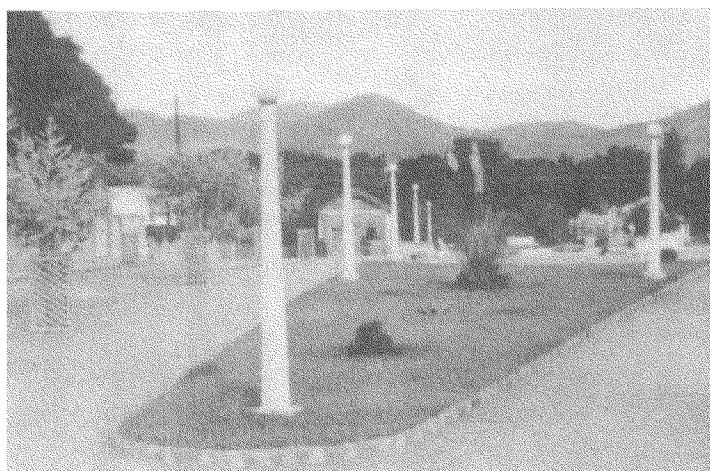
ro e Afonso Arinos. A Estrada de Ferro Leopoldina também serve o município, cujo ramal de Saracura, RJ—Caratinga, MG, conta, no seu percurso, com as seguintes estações: Areal, Alberto Torres, Hermogênio Silva, Moura Brasil, Três Rios e Piracema. E, bem assim, as paradas de Doutor Moura e Praia Perdida e o Pôsto telegráfico de Triângulo. No que se refere ao seu parque rodoviário, é beneficiado pela estrada Rio—Bahia, que se inicia em Areal, no distrito de Bemposta, e possui, dentro do seu território 25 km de trecho asfaltado. Conta, ainda, com a Estrada União e Indústria, numa extensão de 43 km; a BR-57, estrada que, partindo de Três Rios, serve a Paraíba do Sul e outros municípios fluminenses, indo apanhar a Rio—São Paulo, próximo de Piraí. O trecho situado em território trirriense já se encontra asfaltado. Há no município uma grande emprêsa de ônibus, com 38 carros, que fazem as linhas de Três Rios—Paraíba do Sul, Três Rios—Petrópolis, Três Rios—Areal, Três Rios—Rio de Janeiro, Rio de Janeiro—Paraíba do Sul, e, na cidade, diversas linhas urbanas. Em suma, o município possui 8 linhas de ônibus intermunicipais, 2 interdistritais e 3 urbanas. Até 31-XII-56, a Prefeitura municipal, segundo elementos colhidos nos competentes registros, licenciara 788 automóveis e 728 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é bastante desenvolvido, movimentado, surgindo novos estabelecimentos com instalações sempre mais modernas e melhoradas,

Lar Manoel Pessoa de Campos.

fato revelador, sem dúvida, do crescente progresso local. Existem, na sede municipal, 8 estabelecimentos comerciais atacadistas e 211 varejistas. Os produtos agrícolas do município, conquanto na sua maior parte sejam consumidos pelo trirriense, tem algum excedente exportável. As principais praças do País com as quais o comércio local transaciona são as do Distrito Federal, São Paulo, Petrópolis, Juiz de Fora, Campos, isto para fazer-se referência, apenas, às que detêm maior volume nas transações efetivadas. Os produtos de importação são tecidos, gêneros alimentícios, ferragens, medicamentos, gado bovino e suíno, etc. indispensáveis às necessidades locais. O movimento bancário municipal é feito pelas seguintes agências: Banco do Brasil S. A., Banco de Crédito Real do Estado do Rio S. A., Banco Ribeiro Junqueira S. A., Banco Predial do Estado do Rio S. A., Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., Banco Comércio de Minas Gerais S. A., e a Caixa Econômica Federal. Os saldos bancários existentes em 28-II-57 eram os seguintes: caixa em moeda corrente: Cr$ 9 547 000,00; empréstimos em conta-corrente, Cr$ 84 840 000,00; empréstimos hipotecários, Cr$ 143 000,00; títulos descontados, Cr$ 87 768 000,00; depósitos à vista e curto prazo, Cr$ 93 767 000,00; e depósitos a prazo, Cr$ 5 106 000,00. A Caixa Econômica Federal tinha, em 31-XII-56, 9 044 cadernetas em circulação, com um volume de depósitos de Cr$ 15 746 618,50.

RIQUEZAS NATURAIS — No que concerne a riquezas naturais, no reino mineral, há notícia da existência de uma jazida de níquel em Areal, não sendo, porém, até hoje explorada. No distrito de Bemposta, há, também, uma jazida de mármore, com pequena margem de exploração. O que tem tido, no entanto, maior exploração, é a argila destinada à fabricação de tijolos e telhas. O potencial hidráulico do município está representado por várias quedas de água,

Cotonifício Gasparian.

destacando-se as cachoeiras de Alfredo Tôrno, situada na cidade de Três Rios; Travessão, no rio Paraibuna, com 18 m, não aproveitada; Praia dos Urubus, no rio Piabanha; Santa Maria, também, no rio Paraibuna; Barra, no rio Fagundes, com altura aproveitada de 127 m e potência de 1 500 kW; Barragem, no rio Piabanha, aproveitada, possuindo potência de 4 875 kW, além de outras de menor im-

Praça Antônio Mendes.

portância. Das matas existentes do município, extraem-se madeiras que têm aplicações diversas, porém são mais comumente aproveitadas na fabricação de combustível. E, no que se relaciona ao reino animal, conquanto de forma escassa, ainda se encontram espécimes como pacas, tatus,

Vista geral da cidade.

cutias, capivaras, coelhos etc., ou aves dos tipos juritis, marrecos silvestres, etc. As águas do município são de fértil piscosidade abundando as espécies mais comuns nos rios fluminenses.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Três Rios, cuja denominação provém do fato de situar-se nas proximidades da confluência dos rios Paraíba do Sul, Paraibuna e Piabanha, é dotada de iluminação pública e domiciliária, de abastecimento de água e de rêde de esgotos sanitários. No que se atém à pavimentação urbana, a cidade está quase integralmente calçada a paralelepípedos, uma praça é ladrilhada e parte de outros logradouros é asfaltada. São dados numéricos dessa pavimentação os seguintes: paralelepípedos, 75 000 m²; ladrilhos, 3 798 m²; e, alfalto, 26 360 m². Possui, além do mais, os seguintes melhoramentos urbanos: número de aparelhos telefônicos instalados, 574; número de ligações elétricas efetivadas, 2 800; é prédios, abastecidos de água, 1 995. Para hospedagem há 8 hotéis e 1 pensão.

COMUNICAÇÕES — O município está muito bem servido pela rêde de comunicações dos Correios e Telégrafos. O aludido Departamento mantém estações postais-telegráficas nas cidades de Três Rios e Areal, achando-se suprida de estações postais as localidades de Serraria, Monte Serrat, Afonso Arinos, Bemposta, Hermogênio Silva, Itajoara, Alberto Tôrres, Fazenda Santarém e povoado Moura Brasil. Existe, também, na cidade de Três Rios, uma estação radiotelegráfica da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. A Estrada de Ferro Central do Brasil mantém, de seu turno, estações radiotelegráficas na sede municipal e em Fernando Pinheiro. Já, a Estrada de Ferro Leopoldina possui idêntica rêde, ligando entre si, as seguintes localidades: Três Rios, Piracema, Triângulo, Moura Brasil, Hermogênio Silva, Alberto Tôrres e Areal. Com exceção dos Correios e Telégrafos, são todos êsses meios de comunicação, naturalmente, de uso exclusivamente particular. A Cia. Telefônica Brasileira presta serviços à cidade de Três Rios, a Areal, a Alberto Tôrres e Hermogênio Silva. Além desta, a Estrada de Ferro Leopoldina tem um Pôsto Telegráfico, no Cedro, distrito de Areal e a Cia. Telefônica Brasileira mantém postos telefônicos em Vila Serraria e em Afonso Arinos. Por fim, presta serviço às comunicações locais a radioemissora Rádio Três Rios S. A.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta Três Rios, no que tange à assistência médico-sanitária, com o Hospital Nossa Senhora da Conceição, que dispõe de 51 leitos; a Maternidade Dr. Walter Franklin, mantida pelo Grupo Espírita Fé e Esperança, com 14 leitos; o Centro de Saúde Três Rios, mantido pelo govêrno estadual; o Pôsto Médico de Três Rios, mantido pela Cooperativa dos Rodoviários Limitada; o Pôsto de Assistência Hospitalar, do Hospital Nossa Senhora da Conceição; o Pôsto Médico da CAP dos Ferroviários da E.F.C.B.; e o Serviço de Pronto Socorro, do Grupo Espírita Fé e Esperança, todos, na sede municipal. Já no interior do município existem as seguintes instituições: Pôsto de Assistência Estadual, em Bemposta; Pôsto Médico de Areal, da Cooperativa dos Rodoviários, Limitada, em Areal; Pôsto de Saúde de Areal, mantido pelo govêrno estadual, também em Areal; e, em Serraria, o Pôsto Médico João Silveira, mantido por organização político-partidária. O município dispõe de 9 farmácias e prestam seus serviços profissionais a Três Rios, 14 dentistas, 11 farmacêuticos e 3 veterinários.

ALFABETIZAÇÃO — Das 29 334 pessoas recenseadas em 1950, no que se refere à população presente de 5 anos a mais, 13 979 sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, existiam 42 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, sendo 11 municipais, 6 particulares e 25 estaduais, com 2 726 alunos matriculados. No que se refere ao ensino extraprimário, 2 colégios mantêm cursos ginasial e técnico de contabilidade, 1 dêles, também, curso normal. Em 1956, contava-se, ainda, com 8 cursos avulsos.

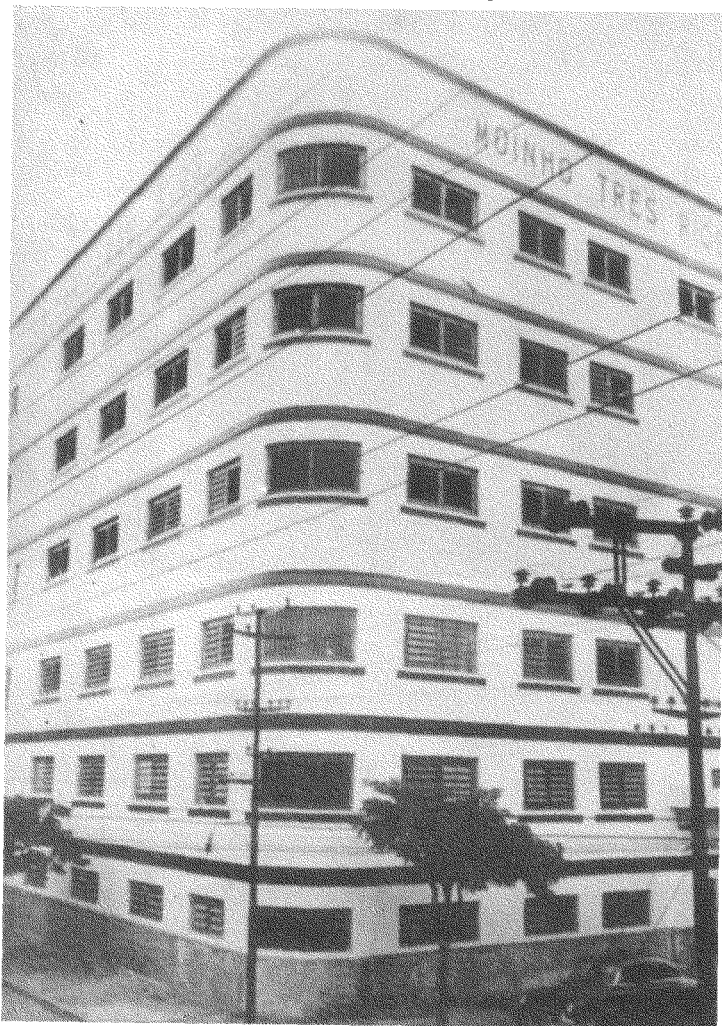
FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue, pela riqueza de suas informações de caráter numérico, oferece aspectos muito interessantes, no que se atém ao título acima:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	4 503	8 078	2 688	1 669	2 822
1951	5 375	10 678	4 120	1 960	3 958
1952	5 673	12 794	4 083	2 413	5 279
1953	12 855	18 334	5 683	3 016	7 941
1954	12 060	21 420	7 099	3 564	7 580
1955	17 194	31 289	7 434	4 329	7 316
1956	23 904	39 760	11 992	7 124	11 500

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Constitui motivo de inserção neste capítulo a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, no povoado de Cantagalo, onde repousam os res-

tos mortais da Condêssa de Rio Novo. Existe, no rol dos monumentos, em Três Rios, apenas o dedicado à Condêssa de Rio Novo, que se constitui de um obelisco de granito, sôbre um pedestal quadrangular igualmente de granito, que fica situado em frente da Igreja-Matriz de São Sebastião.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O solo do município de Três Rios é quase todo plano, apresentando, no entanto, algumas elevações a leste e ao sul, onde se destacam as serras de Cambotas, Monte Alegre, Tubatão, Cotia e Boa Sorte. A vegetação rasteira predomina no seu revestimento florístico, encontrando-se, todavia, matas e capoeiras. O rio Paraíba do Sul com seus afluentes Paraibuna à esquerda e Piabanha, à direita, é o mais importante curso fluvial do município. O Piabanha, por sua vez, recebe ainda os rios Prêto e Fagundes, além de inúmeros córregos. Possui diversas cachoeiras já citadas em outro local dêstes elementos sinóticos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — São órgãos da imprensa trirriense o "Entre Rios Jornal", de periodicidade semanal e a revista "CAER", mensal, editada pelo Clube Atlético Entre Rios. Há, também, como órgão da palavra falada, no município, a Rádio Três Rios S.A., com a potência de 100 w na antena e freqüência de 1 540 kc. A Biblioteca Municipal "Castro Alves", mantida pelo govêrno municipal, possui um acervo bibliográfico de 4 800 volumes. Funcionam ainda 6 cooperativas, 14 associações desportivas, 2 ligas de esportes, 1 representação do Rotary Clube, 1 clube de tiro, caça e pesca, 2 cinemas na sede municipal e 1 em cada das seguintes localidades: Areal, Serraria e Afonso Arinos; há 1 tipografia.

Edifício do Moinho Três Rios.

Vista parcial da cidade.

VULTOS ILUSTRES — São personalidades ilustres nascidas no município as seguintes: Dr. Dauto de Oliveira Santos, Barão de Piabanha; Hilário Joaquim, coronel Barbosa de Andrade, Dr. Luiz Antônio dos Santos Werneck, coronel Augusto César de Miranda Jordão, Dr. Guilherme Benjamin Weinschenk e general Carlos Gomes dos Santos.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — O município, segundo a legislação vigente, compõe-se dos distritos de Três Rios, Afonso Arinos, Areal, Bemposta e Serraria.

VASSOURAS — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo José Mattoso Maia Forte, autor do interessante trabalho "Introdução à corografia de Vassouras", publicada na Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tomo XLVIII — 1941, dois foram os pontos de penetração no território do município em questão: 1.º "a região que se estende das margens do Paraibuna e vai subindo até a serra da Viúva" e 2.º "a de Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, em cujo extremo, próximo da margem direita do Paraíba, se erigiu a vila, depois cidade de Vassouras, que é, hoje, a sede da comuna. De uma das situações agrícolas da primeira, a "Roça do Alferes", desmembrar-se-ia a dos "Patis", e esta seria a primitiva sede municipal, "Pati do Alferes".

Em seu trabalho citado, estuda o referido historiador, o desenrolar das duas penetrações: a da "Região da Roça do Alferes" e a da "Região da Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá".

Quanto à primeira delas, expõe as divergências dos historiadores — quanto às notícias referentes ao "Caminho Novo", aberto no período que medeia 1 700 e 1 725, pelo bandeirante Garcia Paes Leme e concluído, nesse último ano, pelo sargento-mor Bernardo Soares Proença.

Monsenhor Pizarro, em suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", tomo 4.º, fls. 110, escreve: "depois do antigo caminho pela Serra do Facão à vila de Parati, foi primeiro o que Garcia Rodrigues abriu em direitura à Serra dos Órgãos, por onde se faz o trânsito geral, até aparecer outro

Prefeitura Municipal.

mais apto desde o rio Paraíba, do sítio ou Roça do Alferes de Ordenanças, Leonardo Cardoso da Silva, daí à Serra do Couto e dela à do Tinguá, procurando a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguaçu, e seguidamente, a de Nossa Senhora do Pilar no mesmo Iguaçu, por cuja estrada se chega à Cidade, sem precisar conduções marítimas".

Referindo-se a um segundo roteiro, prossegue o autor de "Introdução à Corografia de Vassouras": "Outros, porém, entendem que o caminho não foi o do vale do Piabanha, mas o "caminho de terra", a que se refere André João Antonil em "Cultura e Gulência do Brasil, por suas Drogas e Minas", o caminho que partia do Rio de Janeiro e seguia por Irajá, pôrto do Nóbrega, no rio Iguaçu, sítio do Couto, Pousos Frios, depois de transposta a serra; roça do capitão Marcos da Costa, roça do Alferes, Pau Grande, Cabaru e rio Paraíba.

Uma terceira versão, do erudito historiador mineiro, Dr. Diogo de Vasconcelos, indica êste traçado: Três Rios, Barra do Piraí, Serra do Mar, Macacos (hoje Paracambi), Inhaúma, Pavuna, Penha e Rio de Janeiro.

Como quer que fôsse, por uma ou por outra das direções assinaladas, o que parece certo é que as primeiras penetrações no atual município de Vassouras tiveram início com a exploração iniciada por Garcia Rodrigues Paes Leme, para chegar ao Rio de Janeiro, transpondo a serra do Mar e seus ramos; substituindo pela nova travessia a outra a que aludiu Monsenhor Pizarro, da "serra do Falcão, à vila de Parati".

A região circunvizinha da referida estrada foi, primitivamente, conhecida pela denominação genérica de "Caminho Novo de Minas", conforme atestam os autos de concessão de sesmarias que, ao longo dela, foram conferidas a diversos colonizadores. Mais tarde, à proporção que essas sesmarias iam sendo exploradas, começaram a surgir outras denominações de âmbito mais restrito, como: Cabaru, Pau Grande, Roça do Alferes, Pati do Alferes, Tinguá, Couto, Marcos da Costa, etc.

No Arquivo Nacional encontram-se registradas várias sesmarias concedidas na região, entre as quais a de Marcos da Costa da Fonseca Castelo Branco, que foi almoxarife da Fazenda Real do Rio de Janeiro, em 1708, e se localizou mais ou menos próximo das cabeceiras do rio Santana, no lugar ainda hoje conhecido por Marcos da Costa.

A região conhecida pelo nome de "Roça do Alferes" teve tal denominação devido ao fato de ter pertencido, primitivamente, ao já citado alferes-de-ordenanças, Leonardo Cardoso da Silva, o qual ainda possuía outra propriedade limítrofe com a primeira, e conhecida pelo nome de "Patis". Sucederam a Leonardo Cardoso, na posse dessas Fazendas, José Francisco Xavier, que ficou com a parte conhecida pela denominação de "Roça" e Antônio Luiz Machado, com quem ficaram as terras dos "Patis", onde, mais tarde, seria erguida a vila de Pati do Alferes.

Referindo-se ao desbravamento da segunda região, do qual resultaria a criação da futura freguesia de Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, atribui Maia Forte a sua autoria aos colonos vindos em busca de novas terras, das situações agrícolas já existentes na Roça do Alferes, bem assim como os tropeiros, que utilizavam o "caminho novo", pela serra do Tinguá.

Essa freguesia, reconhecida como tal, em 12 de janeiro de 1775, um dia apenas depois de idêntico predicamento ter sido conferido a "Pati do Alferes", estendia-se, primitivamente, até à margem direita do Paraíba, e por esta atingia a foz do Piraí, abrangendo ainda a margem esquerda do Ribeirão das Lajes, em parte dela, e subia pelo rio Santana até encontrar a de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, cuja sede estava localizada no lugar conhecido por "Pati".

Em fins do século XVIII, tendo sido aldeados os índios da tribo dos coroados, que tantos danos causavam às lavouras de Sacra Família do Tinguá e de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, começaram os tropeiros a transitar pelo sertão existente entre os rios Paraíba e Prêto, seguindo pela margem esquerda do Paraíba, até a localidade conhecida por Desengano. Daí atravessaram o Paraíba, para sua margem direita, na altura do pequeno rio das Mortes (próximo da atual estação de Barão de Vassouras), primitivamente em "canoas de passagem" e, depois de 1821, pela primeira ponte construída no local, por Custódio Ferreira Leitão, Barão de Aiuruoca.

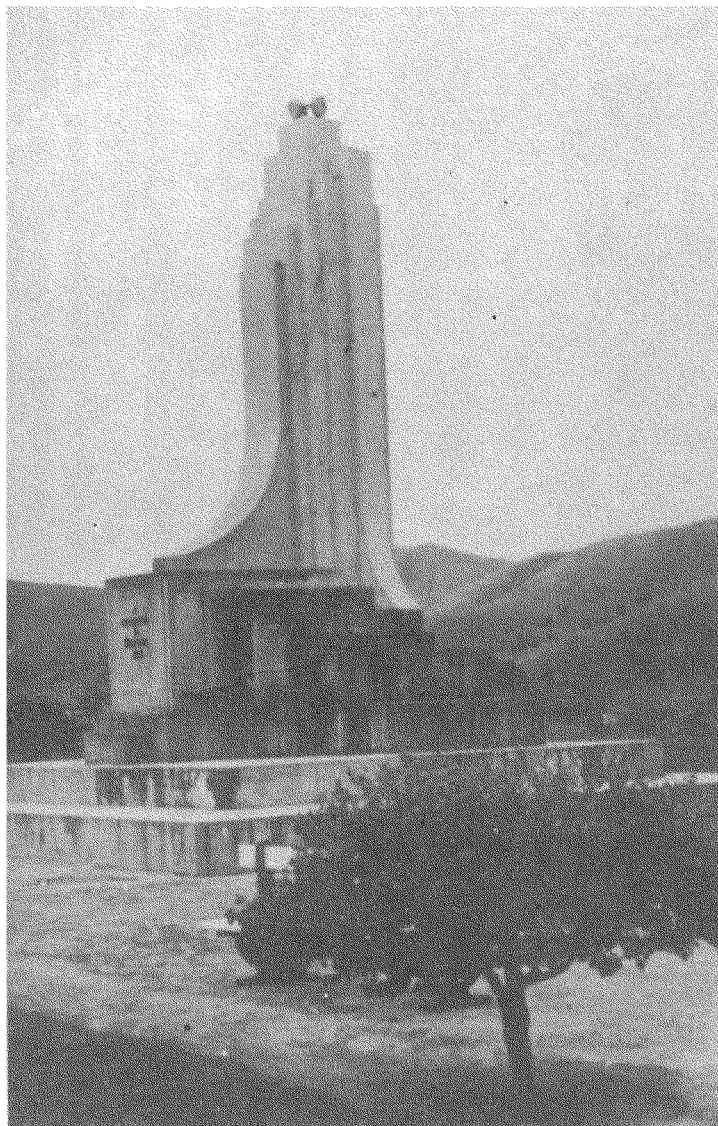
Os tropeiros acompanhavam o curso do rio das Mortes, rio acima, e a uma légua distante da sua foz, na pequena várzea antes das cabeceiras, fixou-se um ponto de passagem do qual seguiam pelas encostas dos morros, em busca de estrada que ia de Sacra Família para o Tinguá, de onde se dirigiam para a baixada.

Ficava essa pequena várzea na sesmaria de Luiz Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, a qual se

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição.

tornou conhecida pela denominação "sesmaria de Vassouras e Rio Bonito". Esta sesmaria, concedida em 5 de outubro de 1782, foi medida, judicialmente, em 1786, pelo Pilôto da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, Félix Álvares de Melo, por efeito de uma comissão do Corregedor da Câmara.

Na pequena várzea citada acima, é que, mais tarde, seria erigida a vila de Vassouras, na freguesia de Sacra Família do Tinguá, ao tempo em que era extinta a vila de Pati do Alferes, cujo território passou à jurisdição da vila criada.

Primitivamente, Vassouras foi apenas um pequeno arraial da Freguesia do Caminho Novo do Tinguá, parte integrante da vila de Pati do Alferes, criada por efeito de um alvará, com fôrça de lei, datado de 4 de setembro de 1820, que "erigiu uma vila no lugar denominado "Pati", da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes, com a denominação de "Vila do Pati do Alferes", desmembrando-a do têrmo da cidade do Rio de Janeiro e estabelecendo que seu têrmo compreenderia todo o território entre as vilas de São João do Príncipe e de São Pedro de Cantagalo, limitando-se ao norte pela serra da Mantiqueira e pelo rio Paraibuna; e ao sul, pelo seguimento da Serra do Mar e Cordilheira do Tanguá; ficando, porém, excluída do mesmo têrmo a Freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença, já então ereta em vila".

Monumento comemorativo do centenário.

Pôsto que o território da vila fôsse muito povoado e cultivado, sua sede, durante treze ano, pràticamente nada prosperou. Distante dela ficava a freguesia de Sacra Família, que se desenvolveu, sobretudo, depois de aldeados os índios da tribo dos coroados, que habitavam as terras da freguesia de Nossa Senhora da Glória de Valença. Desta e das vizinhas regiões de Minas Gerais, passavam os produtos minerais e agrícolas para a de Sacra Família, de onde se encaminhavam para o Rio de Janeiro, pela estrada aberta por Garcia Pais Leme, ou pelo "Caminho Novo do Tinguá".

Jardim Público.

Povoadas as terras de Sacra Família, que se prolongavam até à margem direita do Paraíba, começaram elas a rivalizar, em riqueza e progresso, com as da vila de Pati do Alferes.

Vassouras seria, em 1820, um simples conglomerado de pousos de tropa, mais tarde transformado, pelo progresso, em arraial, e, posteriormente, em vila.

Milliet de Saint Adolphe, descrevendo esta localidade, diz: "No princípio do século em que estamos (XIX), o sítio onde está assentada esta nova vila era um despovoado coberto de mato e de certa espécie de arbusto de que, no Brasil, se faz vassouras; foi êste sítio vagarosamente povoado, de sorte que, em 1820, havia já nêle obra de um cento de moradores. De então em diante aumentou a tal ponto a população, que, de simples povoado que era, passou a vila, por lei geral de 15 de janeiro de 1833, em virtude da qual foi a vila de Pati do Alferes despojada dêsse título, em razão da pouca população que possuía, dando-se à nova vila, por distrito, o da vila suprimida".

Mais diligentes que os edis de Pati, os de Vassouras procuraram imediatamente edificar a sede do município, promovendo o seu desenvolvimento.

Estação Municipal.

As lavouras de café disseminadas por todo o território da vila, constituíram, desde cedo, fator de progresso e de enriquecimento da economia local.

Destacada foi por muito tempo a posição de Vassouras, como núcleo da aristocracia rural fluminense. "Pau Grande" e "Rocinha" foram as maiores propriedades agrícolas do município, tornando-se famosas pelo volume de sua produção de café. Muitos lugarejos, hoje decadentes, foram, outrora, focos de luxo e de elegância, merecendo especial menção as fazendas de Santana, São Fidélis, Santa Justa, destacando-se, ainda, as propriedades das famílias Teixeira Leite, Corrêa e Castro e de Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, mais tarde Barão de São Luiz.

O esplendor de sua vida rural foi, porém, abalado em seus alicerces, pelo desenlace da campanha abolicionista, em 1888. A falta de braços para os trabalhos da lavoura ocasionou o abandono das terras. O café, fator preponderante do engrandecimento de Vassouras, teve sua cultura abandonada, pouco a pouco, estando quase eliminada nos dias presentes.

Todavia a reação contra tais fatôres negativos foi imediatamente se esboçando e prosseguindo com firmeza cada vez maior. Graças a isso, Vassouras, hoje em dia, vive uma era de ressurgimento. O agricultor vassourense passou a cuidar de pequenas lavouras de hortaliças e cereais, encontrando na Feira de Avelar, bom mercado para suas colheitas.

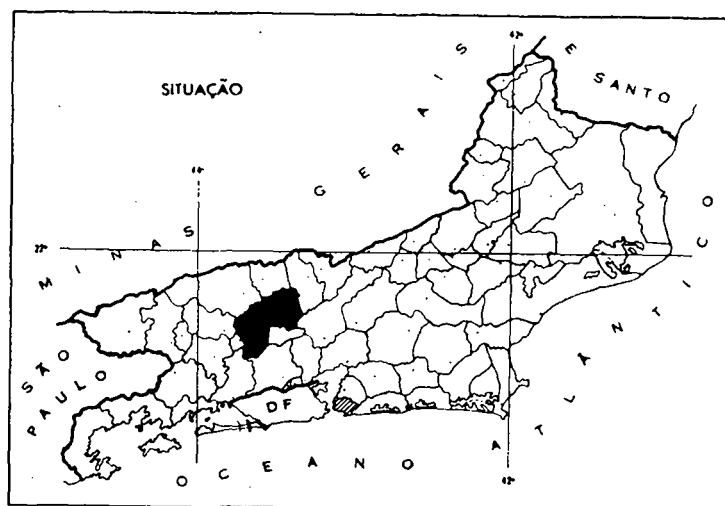
Lago do Jardim.

O município está bem servido de vias de transporte, quer por linhas férreas, quer por estradas de rodagem, dentre estas se destacando a estrada Pati—Petrópolis.

Sua sede, a cidade de Vassouras, elevada a essa categoria por fôrça da Lei provincial n.º 961, de 29 de setembro de 1857, tem alcançado magnífico progresso como nos demonstram suas escolas, seus templos, seus clubes e sociedades recreativas e muitas outras organizações de cunho sócio-cultural.

A comarca foi criada por fôrça da Lei n.º 14, de 13 de abril de 1835, constituindo-se dos têrmos de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. Atualmente a comarca de Vassouras compõe-se apenas do têrmo dêste nome.

A Lei estadual n.º 2 626, de 25 de outubro de 1955, desmembrou do município os distritos de Miguel Pereira e Governador Portela, que passaram a constituir o novo município de Miguel Pereira.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica de Resende, localizando-se sua sede a 22° 25' 12" de latitude Sul e 43° 39' 36" de longitude W.Gr. Dista, em linha reta, da Capital do Estado, 76,7 km, direção N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Cidade de Vassouras — 416,8 m.

CLIMA — O município goza de clima excelente, sendo bastante procurado para estações de veraneio e repouso.

ÁREA — 1 042 km².

POPULAÇÃO — Em 1950, a população dos distritos que atualmente compõem o município de Vassouras era de 48 974 habitantes, sendo 25 028 homens e 23 946 mulheres, que se distribuíam, segundo as características do domicílio, conforme o quadro abaixo:

DISTRITO	POPULAÇÃO PRESENTE								
	Totais			Segundo a situação do domicílio					
				Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Vassouras	10 913	5 307	5 606	2 150	2 547	142	134	3 015	2 925
Andrade Pinto	4 905	2 503	2 402	146	115	5	5	2 352	2 282
Avelar	5 724	2 916	2 808	234	257	73	58	2 609	2 493
Engenheiro Paulo de Frontin	7 129	3 732	3 391	1 775	1 779	—	—	1 957	1 618
Ferreiros	2 985	1 543	1 442	47	64	—	—	1 496	1 378
Pati do Alferes	2 227	3 184	3 043	802	772	35	23	2 347	2 248
Sacra Família do Tinguá	3 854	2 095	1 759	127	111	34	38	1 934	1 610
Sebastião de Lacerda	3 389	1 740	1 649	70	73	2	1	1 668	1 575
Tairetá	3 848	2 008	1 840	905	920	—	—	1 103	920

A população do município, para 1955, foi estimada em 55 000 habitantes.

Fôro (antigo residência do Barão de Cananéa).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — As atividades agropecuárias e a indústria, comportando os mais variados ramos. inclusive turismo, constituem a base econômica do município. Os quadros a seguir dão uma idéia do montante de sua produção no campo agropecuário e industrial em 1956:

Produção agrícola (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Abacate	Cento	381 000	27 925
Milho	Tonelada	2 190	6 486
Abóbora	Fruto	392 000	3 080
Banana	Cacho	271 000	2 456
Café beneficiado	Tonelada	94	1 706

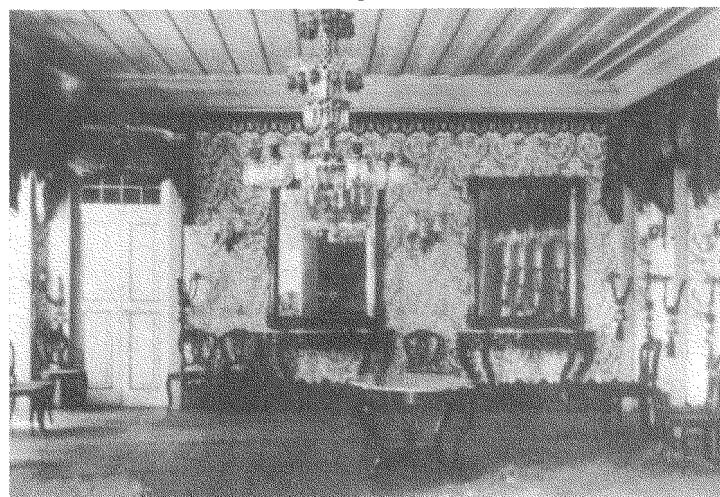
Produção extrativa (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Dolomita em pó	Tonelada	2 021	2 096
Pedra para construção	m3	1 725	141
Alvenarias	Tonelada	7 541	1 021

Produção industrial (*)

PRODUTOS (**)	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Indústria de cerâmica	Milheiro	18 590	20 922
Indústria metalúrgica	Dúzia	149 130	45 446
Indústria têxtil	Metro	1 750 078	19 042
Indústria de alimentação	Tonelada	64 884	63 447
Indústrias diversas	Tonelada	...	10 252

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística. — (**) Incluídos apenas os principais produtos, entre êstes, artefatos de látex, fogos de artifício, armações para guarda-chuvas, leite pasteurizado, manteiga, queijo e requeijão, tecidos, produtos suínos, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE — Várias estradas cortam o Município, pondo-o em ligação com a rêde rodoviária estadual. A sede municipal localiza-se no quilômetro 60 da rodovia Volta Redonda-Três Rios, que começando no km 102 da Rodovia Federal Presidente Dutra, a 5 km de Volta Redonda, liga esta cidade à de Vassouras e proporciona acesso às cidades de Barra do Piraí, Marquês de Valença e Rio das Flores, e, depois de Vassouras, às de Paraíba do Sul, km 114 e Três Rios, km 122. Na cidade de Vassouras tem início a RJ-120, que, depois de um percurso de 42 km, termina na estrada RJ-20 (Barra do Piraí-Divisa de Minas Gerais), a 6,5 km de Rio das Flores e 11,5 km de Marquês de Valença. A estrada RJ-133 facilita a comunicação com a estrada União e Indústria. Essa estrada parte de Avelar e termina em Pedro do Rio. Entre Pati do Alferes e Petrópolis há uma estrada municipal. Por estrada de rodagem, Vassouras dista da Capital do Estado 200 km e da Capital Federal, 134 km. Como acontece a tôda região do sul fluminense, as comunicações com a Capital do Estado são feitas, comumente, através do Distrito Federal. Ao todo existem no Município 388 km de estradas de rodagem, sendo 147 de administração municipal, 196 de administração estadual e 45 de administração federal (BR-57), já asfaltada em tôda a sua extensão. — A Estrada de Ferro Central do Brasil corta o município de Vassouras em vários sentidos, tanto na chamada Linha do Centro (D. Pedro II, DF—Monte Azul, MG), como na Linha Auxiliar. No território do município há, ao todo 38 estações e paradas ferroviárias, das quais destacamos: na Linha do Centro — Aristides Lôbo, Bacia de Pedras, Demétrio Ribeiro e Barão de Vassouras, Teixeira Leite, Sebastião de Lacerda, Aliança Casal, Carlos Niemeyer e Andrade Pinto; no ramal de Tairetá — Lajes e Tairetá, ambas servidas por trens suburbanos, elétricos, com partidas de D. Pedro II; a Linha Auxiliar, deixando Japeri, em Nova Iguaçu, entra no município na estação de Botais, dirigindo-se para Paraíba do Sul e Três Rios, depois de passar pelas estações de Pais Leme, Pati do Alferes, Arcozelo, Bueno Andrade, Avelar, Caiapó e Andrade Costa, em território de Vassouras. De Governador Portela, atual município de Miguel Pereira, parte o ramal de Vassouras, na mesma estrada, que tem em território vassourense as estações de Morro Azul do Tinguá, Sacra Família do Tinguá, Engenheiro Nóbrega e Vassouras, e a seguir Barão de Vassouras, onde faz entroncamento com a linha de bitola larga da Central do Brasil. Entre Vassouras e Barão de Vassouras há um serviço de litorinas, em correspondência com os trens da Linha do Centro. Por estrada de Ferro, Vassouras dista da Capital Federal 148 km.

Chácara da Hera (vista interna).

COMÉRCIO E BANCOS — Vassouras possui um comércio regular, não só na sede municipal como em todos os distritos. Na cidade existem 123 estabelecimentos comerciais varejistas e 2 agências bancárias (Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro). Fora da sede municipal há uma agência do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, em Engenheiro Paulo de Frontin, e uma do Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro, em Tairetá. As principais contas de ativo e passivo dessas agências, em 28 de fevereiro de 1957, apresentaram os seguintes saldos, em milhares de cruzeiros: Caixa em moeda corrente — 3 683; empréstimos em c/c — 1 174; Títulos descontados — 17 958; Depósitos à vista e a curto prazo — 27 516; Depósitos a prazo — 1 782. Há, na sede municipal, uma agência da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, com 8 000 cadernetas em circulação (31-XII-56), e depósitos no valor de 21,8 milhões de cruzeiros. O giro comercial, em 1955, elevou-se a 291 milhões de cruzeiros.

RIQUEZAS NATURAIS — Há matas virgens e capoeiras no município. Nas primeiras encontram-se algumas madeiras de lei, como sejam: tapicirica, quaresma, canela, jacaré, ipê, etc., extraindo-se das capoeiras madeira e lenha para carvão. Há zonas reflorestadas. Em seu território há ex-

Palácio Barão do Amparo.

tração de minérios, notadamente dolomita, na zona do rio das Mortes (Barão de Vassouras), calcários e associados, nos distritos de Vassouras e Andrade Pinto.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Vassouras, que conta atualmente 1 473 prédios, está dotada de modernos requisitos urbanísticos. Existem 11 praças, 83 ruas, 2 travessas, 2 ladeiras e 3 avenidas. O número de logradouros pavimentados, na sede municipal, eleva-se a 44, dos quais 16 a paralelepípedos e 10 de pedras irregulares. Entre os diversos melhoramentos urbanos contam-se: Aparelhos telefônicos instalados — 980; Domicílios servidos por abastecimento de água — 1 034; Hotéis — 6; Cinema — 1. Além da sede municipal, há no município outros aglomerados urbanos dotados de melhoramentos: Engenheiro Paulo de Frontin, Pati do Alferes, Tairetá e Morro Azul do Tinguá.

COMUNICAÇÕES — O Departamento dos Correios e Telégrafos mantém no município as agências postais-telegráficas de Avelar, Engenheiro Paulo de Frontin, Sebastião de Lacerda e Vassouras, e agências postais em Andrade Costa. Aristides Lôbo, Barão de Vassouras, Barão do Amparo, Casal, Conrado, Demétrio Ribeiro, Engenheiro Gurgel, Ferreiros, Massarambá, Morro Azul do Tinguá, Palmeira da Serra, Pati do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Concórdia e Providência. A Estrada de Ferro Central do Brasil mantém serviço telegráfico em suas estações. As ligações telefônicas são feitas através da Companhia Telefônica Brasileira. Além da sede municipal, há postos telefônicos nas localidades de Andrade Costa, Andrade Pinto, Arcozelo, Avelar, Barão de Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin (com rêde urbana), Ferreiras, Lajes, Pati do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Tairetá e outras.

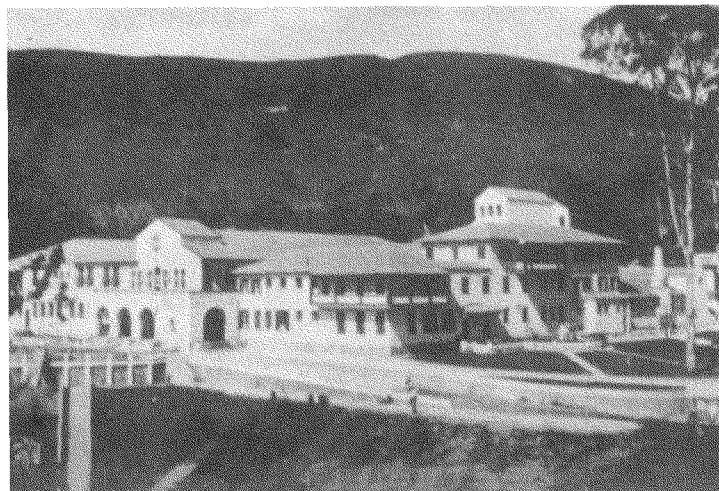
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há, na sede municipal, o Hospital Eufrásia Teixeira Leite, mantido pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, com 177 leitos, dos quais 160 se destinam a internamentos gratuitos. Em Engenheiro Paulo de Frontin, a Irmandade dos Pobres de Rodeio construiu e aguarda equipamento para o Hospital-Maternidade de Paulo de Frontin. No setor da saúde há ainda a contribuição de 5 ambulatórios, inclusive os 2 postos de saúde da Secretaria de Saúde e Assistência e o Pôsto Médico Municipal, e mais: Farmácias — 11; Médicos — 7; Dentistas — 14; Farmacêuticos — 11.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos dados censitários de 1950, pode-se estimar que, atualmente, a percentagem de pessoas alfabetizadas no município seja superior a 52%, quota observada naquele ano (calculada sôbre o total das pessoas presentes de 10 anos e mais). Na cidade, das 4 326 pessoas dessas idades aí recenseadas, eram alfabetizados 1 334 homens e 1 536 mulheres, representando 66% de sua população.

Ensino — Funcionam no município 89 estabelecimentos onde se ministra o ensino primário, entre os quais 8 Cursos de Alfabetização de Adultos. Dos restantes, 32 são de administração estadual, 42 de administração municipal e 7 de entidades particulares. O ensino extraprimário é dado em 9 estabelecimentos, todos de entidades particulares, com os seguintes cursos: Ginasial — 3; Comercial Básico — 1; Comercial Técnico — 1; Profissionais — 4; Artísticos (Pintura e Música) — 2; Normal — 1. — Entre êstes estabelecimentos encontram-se o Instituto Profissional Masculino Dr. Joaquim Teixeira Leite e o Aprendizado Agrícola de Sacra Família.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir é uma demonstração das arrecadações federal, estadual e municipal e da despesa, no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	5 509	10 566	3 237	2 153	3 821
1951	9 294	10 404	4 558	2 529	4 938
1952	9 499	12 881	4 807	2 621	6 875
1953	10 630	14 713	5 552	2 879	5 626
1954	14 230	18 767	5 536	3 276	6 241
1955	18 051	23 082	8 592	4 142	6 885
1956	21 245	24 958	8 360	4 297	8 481

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Dentre os monumentos do município, destacam-se o do "Centenário", comemorativo ao 1.º Centenário da emancipação municipal, inaugurado em 15 de janeiro de 1933; o busto do Dr. Maurício Paiva de Lacerda, em bronze sôbre pedestal de concreto, obra do escultor alemão Frances Heise, inaugurado em 1931; busto do Ministro Sebastião de Lacerda, obra do escultor Modestino Kanto, inaugurado em 1917; monumento a D. Eufrásia Teixeira Leite, constituído de um busto de bronze sôbre pedestal de granito, inaugurado em julho de 1941. Além dêsses: o "Chafariz D. Pedro II", de granito e bronze, inaugurado em 1848; "Chafariz Monumental", de granito, na praça Barão de Campo Belo, inaugurado em 1847. É

Inst. Prof. Fem. Dr. Joaquim Teixeira Leite.

justo citar que, no município de Vassouras, entre as estações de Paulo de Frontin e Humberto Antunes, se encontra o conhecido "Túnel Grande", da Estrada de Ferro Central do Brasil, obra que muito honra a engenharia nacional. Entre os monumentos, são também dignos de menção, mais os seguintes: busto do Min. Raul Fernandes, em bronze, sôbre pedestal de concreto, inaugurado em março de 1953, obra do escultor brasileiro, Leão Veloso; monumento com placa de bronze, retratando o expedicionário vassourense, Cândido da Luz Paiva, que tombou nos campos de batalha da Europa; inaugurado em 24/10/54; estátua da Madre Cabrini, em bronze, inaugurada em 15/7/50; e o mais recente, monumento comemorativo ao 1.º Centenário da elevação de Vassouras à categoria de Cidade, inaugurado em 29/9/57.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A excelência de seu clima tornou a região conhecida e recomendável como estação de repouso ou cura, principalmente as localidades de Pati do Alferes, Arcozelo, Sacra Família do Tinguá, Morro Azul do Tinguá, Engenheiro Paulo de Frontin, além da própria sede municipal. No verão intensifica-se bastante o movimento de pessoas que acorrem ao município. São apreciados pelos veranistas o Parque das Mangueiras, o Sítio dos Palmares, a Fazenda do Pocinho, e, no centro da cidade, a Praça Barão de Campo Belo.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Editam-se 2 jornais de periodicidade semanal: "Correio de Vassouras", na cidade, e "A Voz da Serra", em Engenheiro Paulo de Frontin. As duas bibliotecas da cidade (Biblioteca Municipal de Vassouras e Biblioteca Sebastião de Lacerda), ambas franqueadas ao público, reúnem mais de 12 000 volumes.

VULTOS ILUSTRES — Seria prolongada a enumeração dos varões ilustres que tiveram por berço a terra vassourense. Dadas as proporções que devem ser guardadas no presente trabalho citamos, apenas: Sebastião de Lacerda, Ministro da Viação e do Supremo Tribunal Federal; Álvaro Alvim, médico, vítima dos raios-X; Osório Duque Estrada, autor da letra do Hino Nacional Brasileiro.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Na atual divisão administrativa do Estado, o município compõe-se dos seguintes distritos: Vassouras, Andrade Pinto, Avelar, Engenheiro Paulo de Frontin, Ferreiros, Pati do Alferes, Sacra Família do Tinguá, Sebastião de Lacerda e Tairetá.

VOLTA REDONDA — RJ

Mapa Municipal no 7.º Vol.

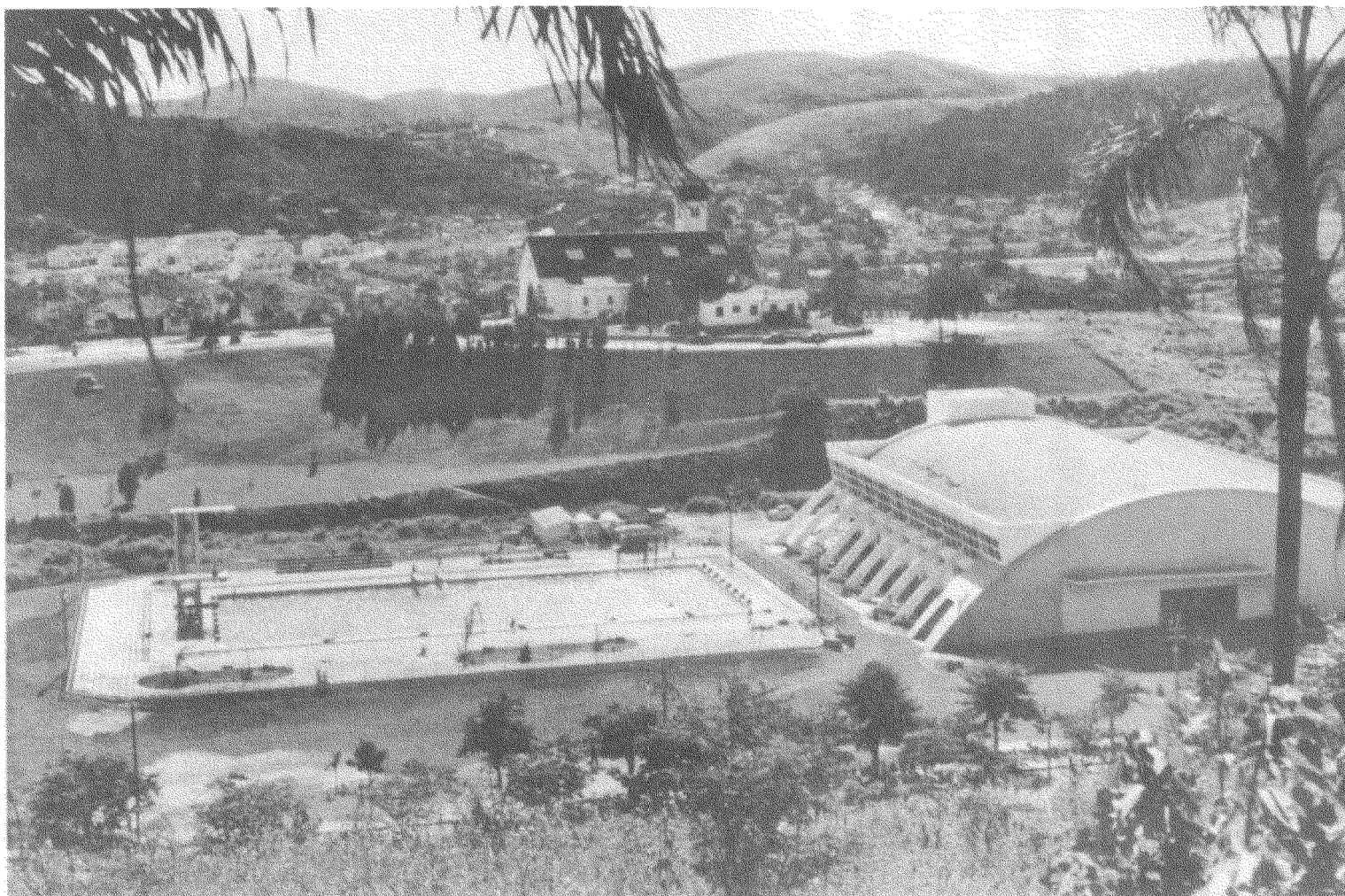
HISTÓRICO — Os anseios da gente que habitava o que hoje é o município de Volta Redonda nem sempre obtinham desejada repercussão. Assim é que, em princípios de 1860, uma das sortidas levadas a têrmo com o objetivo de conseguir uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil, na localidade que atualmente é a sede municipal, teve seus propósitos rechaçados. Na alegação denegatória constavam os dizeres: "faz certo de que não pode haver dúvida de uma estação na cidade de Barra Mansa"; não entrava nos projetos da direção daquela ferrovia a construção de outra em Volta Redonda.

Os propugnadores de tal benefício não desistiram, todavia, do seu intento e organizaram uma comissão, tendo como figura de proa do movimento o Comendador Fernando José Vieira Ferraz, que pleiteou de novo a requerida providência junto ao Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas e à Direção da ferrovia, resultando, dos contactos ensejados, a promessa de que seria atendidos se construíssem uma ponte de madeira sôbre o rio Paraíba, para facilitar as comunicações com a futura estação, que se localizaria na margem direita, distante 2 ou 3 quilômetros do local em que surgiria o povoado. Em 1862 deu-se início à construção da ponte em questão que ficou concluída em 1864, passando, daí por diante, a aparecer as primeiras edificações destinadas a pouso de tropas, comércio e residências, marco inicial, portanto, do Povoado de Santo Antônio de Volta Redonda, topônimo que teve razão de ser na curva que fazia o rio Paraíba em trecho próximo.

Com a inauguração, em 16 de setembro de 1871, da estação de Volta Redonda, presentes a Princesa Isabel, regente do Império e, o Conde d'Eu, a localidade transformou-se ràpidamente de simples vilarejo que então era no entreposto comercial de vasta zona geoeconômica. As tropas, com preciosa carga de origem agrícola, chegavam continuadamente a Volta Redonda, procedentes de Amparo (Barra Mansa), de São Joaquim, Santa Isabel do Rio Prêto, Vargem Grande, São Vicente Ferrer, do norte da Província de São Paulo e até mesmo das mais longínguas paragens do sul da Província de Minas Gerais. Daí, as mercadorias eram enviadas para a Côrte, pelo rio Paraíba, então navegável, até Barra do Piraí, donde prosseguiam pela estrada de ferro. De Volta Redonda regressavam aquelas tropas, levando outras mercadorias.

Em conseqüência do grande movimento comercial da localidade que fêz surgir, aqui e ali, dezenas de lojas, armazéns, farmácias, tavernas e hospedarias, em 1874, foi concedida aos negociantes Pedro José Teixeira e Joaquim José Teixeira autorização para construírem uma linha de bondes de tração animal, o que se deu com pleno sucesso, funcionando por muitos anos, e passando por diversos proprietários, até que em 1918 foi suprimida.

Em 1874, em decorrência de dificuldades para freqüentarem o templo religioso que ficava em Barra Mansa, local distante e de percurso penoso, surgiram os primeiros anseios separatistas dos habitantes de Santo Antônio de Volta Redonda. A tenacidade com que se dirigiram muitas vêzes aos podêres competentes, no sentido de ali ser criada uma freguesia, transpôs o restante período do império, para se tornar realidade, já no regime republicano, sendo motivo da recusa alegado em uma dessas petições o de que "o povoado não contava no caso de merecer a criação de uma paróquia em quanto os seus habitantes não construirem, às suas expensas, casa de detenção e cemitério fechado", conforme determinava a lei.

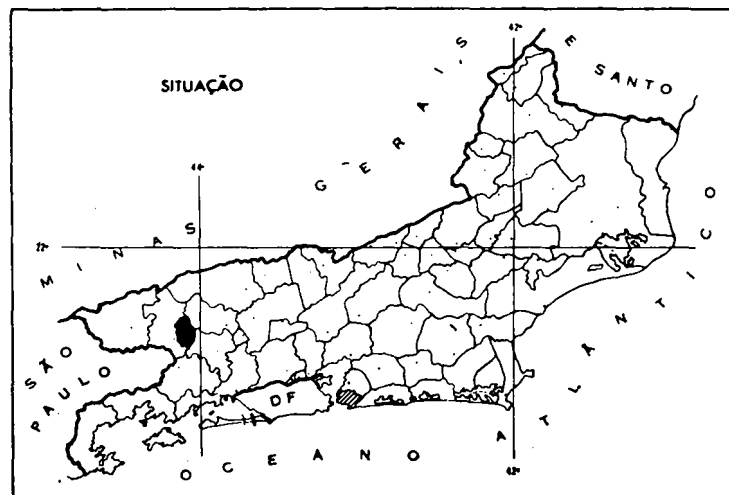
Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e o conseqüente banimento da Família Imperial para a Europa, subiu ao poder, no Estado do Rio de Janeiro, o Dr. Francisco Portela, que, por deliberação de 26 de dezembro de 1890, criou o distrito de paz de Volta Redonda, constituído das fazendas de "Da. Isabel Maria da

Recreio do trabalhador.

Silva, do Dr. Theodoro Carlos de Bustamante, de Menezes & Irmãos, de da. Cecília de Morais Monteiro e Barros, dos herdeiros de Manoel Vieira da Cunha Brandão, de José Caetano Alves de Oliveira, de da. Lucinda de Oliveira Campos e Silva, dos Carvalhos e de José Carlos Vieira & Irmãos, sendo as 1a. a 5a., 9a. a 11a., tiradas da freguezia de São Sebastião e as 6a. a 8a. da freguezia do Amparo". Logo após, uma outra deliberação, a de 23 de janeiro de 1891, vinha completar aquela, criando o distrito policial de Volta Redonda, com os limites do distrito de paz anteriormente criado.

Volta Redonda é o único distrito de Barra Mansa que, por mais de uma vez, foi supresso e restabelecido. A primeira supressão, conforme os fastos do município, deu-se por fôrça dos Decretos ns. 1 e 1-A, respectivamente, de 8 de maio e 3 de junho de 1892, que deu nova organização administrativa e territorial ao Estado do Rio de Janeiro. Decorreu muito tempo até que a Lei n.º 1 820, de 4 de dezembro de 1922, restaurou o distrito de Volta Redonda, para, pouco depois, ser novamente suprimido pelo Decreto federal n.º 15 923, de 10 de janeiro de 1923. Restabeleceram-no, definitivamente, alguns anos mais tarde, por fôrça da Lei n.º 2 208, de 23 de outubro de 1926, sancionada pelo presidente do Estado do Rio de Janeiro, coronel engenheiro Feliciano Pires de Abreu Sodré.

Nos fins do ano de 1949, o deputado Moacir de Paula Lobo, ventilou, pela primeira vez, na Assembléia Estadual, a necessidade de Volta Redonda, como distrito, ser desmembrada do município de Barra Mansa e, constituir-se, também, município. O movimento tomou vulto, cresceu irrefreàvelmente, de modo que, em 1954, Volta Redonda é elevado à categoria de município, consoante a Lei n.º 2 185, de 17 de julho dêsse ano, e instalado por fôrça da Lei número 2 218, de 10 de agôsto de 1954. Sua comarca foi criada pela Lei n.º 2 435, de 5 de abril de 1955.

O novel município evoluiu surpreendentemente; cresce atualmente de forma inestancável, sendo imprevisíveis mesmo os seus grandiosos destinos, base que é das maiores indústrias metalúrgicas do País, situando-se ali a Cia. Siderúrgica Nacional, fator de emancipação do Brasil nesse campo industrial.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica de Vassouras.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 417,7 m (sede municipal).

CLIMA — O clima de Volta Redonda é, de modo geral, salubre. No que concerne à temperatura, a média das máximas ocorridas durante o ano de 1956 foi de 32,7°C e, a média das mínimas, de 12,2°C, obtendo-se, conseguintemente, a média compensada de 22,5°C. A altura total de precipitação pluviométrica, no ano em aprêço, atingiu 1 099 mm.

ÁREA — 121 km².

POPULAÇÃO — Na conformidade com os resultados obtidos pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município de Volta Redonda era de 35 964 habitantes, sendo 18 935 homens e 17 029 mulheres. O seu quadro rural se compunha de 3 821 habitantes, 2 028 homens e 1 793 mulheres, o que evidencia a predominância de atividade industrial urbana na população municipal. O Departamento Estadual de Estatística, pelo seu órgão especializado, estimou essa população em 40 173 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A atividade fundamental à economia do município é a industrial. Seguem-se-lhe, em ordem de importância, as atividades relacionadas com a agricultura e a pecuária. Em 1955, conforme apuração das estatísticas industriais, estavam ocupadas na indústria local 9 310 pessoas. O valor da produção, naquele ano, atingiu Cr$ 5 255 772 827,40. As indústrias do município de Volta Redonda são, em geral, do ramo da metalurgia e siderurgia, localizando-se aí, grandes e importantes firmas, tais como: Companhia Siderúrgica Nacional; Estanífera do Brasil; Forjas Nacionais S. A. "Fornasa"; S. A. White Martins, e muitas outras. Destas, é oportuno ressaltar a primeira, que construiu uma grande usina siderúrgica, a Usina de Volta Redonda, que veio a ser, no dizer das maiores autoridades no assunto, "um marco de independência econômica do Brasil". Situada magnificamente entre o Rio e São Paulo, os dois maiores centros consumidores do País, epicentro de fretes ferroviários favoráveis para recebimento de matérias-primas e expedição de produtos acabados e, tendo à sua disposição a área dos portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, contribui a Usina de Volta Redonda para o desenvolvimento da indústria nacional de transformação, fazendo-se hoje imprescindível ao progresso pátrio. Sendo a primeira usina siderúrgica no Brasil a utilizar coque metalúrgico, dispõe de uma bateria de fornos de coque, dois altos-fornos, seis fornos Siemens-Martin de aço, laminação, fábrica de estrutura metálica e serviços auxiliares, de onde anualmente saem 500 000 toneladas de trilhos e acessórios, perfis, barras, chapas grossas, bobinas a quente, chapas finas a quente, bobinas a frio, chapas finas a frio, chapas galvanizadas e fôlhas-de-flandres. Da destilação do carvão obtém a Usina além do mais, vários subprodutos de grande valor da indústria química, o que aumenta a sua influência como base industrial. Tais produtos são o benzol, o toluol, o xilol, o naftaleno bruto, a nafta solvente, o alcatrão bruto, o alcatrão para pavimentação, o óleo antracênico, o óleo creosotado, o óleo desinfetante, o piche, o combustível para motor, a água amoniacal e um poderoso adubo — o sulfato de amônio. A indústria química nacional, em conseqüência das magníficas realizações de Volta Redonda, tem evoluído surpreendentemente e, em especial, depois do aparecimento dos subprodutos daquela usina. Milhões de dólares, são, por outro lado, economizados pela siderurgia nacional implantada em Volta Redonda, que tem um volume de produção equivalente a 50% do que nos dá o resto do País. No exame de documentário de cêrca de 4 anos atrás, obtém-se a confirmação de que, à época, era tal a imponência e a grandeza da realização da Companhia Siderúrgica Nacional que ocupávamos o 1.° lugar na América Latina como produtores de aço, e ainda que, enquanto o maior alto-forno da Europa, o Trith Saint Leger, mantinha a capacidade de produção de 700 toneladas diárias, o alto-forno de Volta Redonda produzia 1 000 toneladas.

As principais culturas agrícolas são o milho, o feijão e o arroz, que atendem apenas às necessidades do consumo local. A pecuária tem também significação econômica bastante modesta, prestando-se igualmente a atender tão-só ao consumo do município. Os quadros que se seguem, pela riqueza do pormenor numérico, oferecem aspectos bem interessantes no que concerne ao assunto em epígrafe relativamente aos artigos de maior volume de produção.

Produção agrícola — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Milho	Tonelada	240	1 120
Mandioca	»	300	900
Arroz c/ casca	»	48	480
Banana	Cacho	6 000	252
Laranja	Cento	1 396	120

Produção extrativa — 1956 (*)

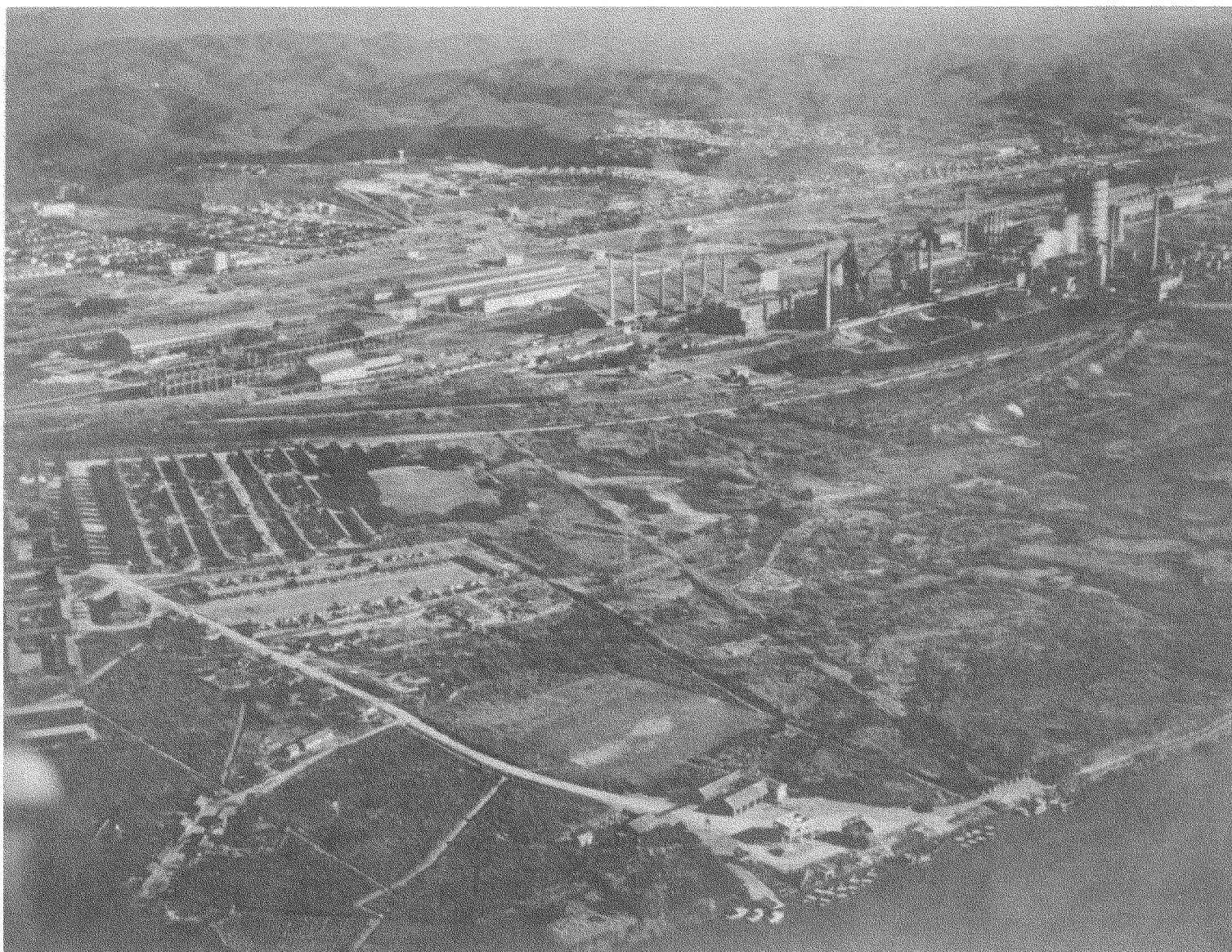
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Mineral			
Pedras bruta	m3	20 658	4 471
Argila	»	1 526 000	960
Areia	»	5 938	296

Produção industrial — 1956 (*)

PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (Cr$ 1 000)
Ferro beneficiado	Tonelada	628 315	5 882 751
Estanho	»	1 546 668	383 660
Cimento	»	125 899	157 720
Tubos de ferro	»	8 095	132 078
Alcatrão	Litro	21 669 215	42 423

(*) FONTE: Agência Municipal de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é suficiente e estratègicamente bem servido pela rêde ferroviária da Estrada de Ferro Central do Brasil. Possui, além disto 8 ramais de rodovias de diversos tipos de bitolas, numa extensão de 62 km, de administração e propriedade federal; 26 km situam-se na órbita estadual e 12 km pertencem ao município. Existem 3 linhas urbanas de ônibus e 3 intermunicipais. A Prefeitura Municipal licenciou, até ...... 31-XII-56, 377 automóveis e 382 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Volta Redonda constitui-se de 702 estabelecimentos varejistas e 4 atacadistas, na sede municipal, que distribui a produção agrícola

Vista aérea da Usina da Cia. Siderúrgica Nacional.

ao consumo local. Mantém transações com as praças do Distrito Federal e São Paulo, onde adquire artigos destinados a atender às necessidades do consumo interno, tais como: tecidos, ferragens, louças, medicamentos, calçados, etc. Funcionam no progressista município as seguintes agências bancárias: Banco do Brasil S. A., Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S.A., Banco Moreira Sales S.A., Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro S. A. e Banco Ribeiro Junqueira S. A. Há, também, uma agência da Caixa Econômica Federal com 16 169 cadernetas em circulação e um total de depósitos que monta a Cr$ 34 802 133,40. Os saldos bancários existentes, em 28-II-57, eram os seguintes: caixa em moeda corrente, Cr$ 388 725 000,00; empréstimos em conta-corrente, Cr$ 2 200 304 000,00; empréstimos hipotecários, Cr$ 73 296 000,00; títulos descontados, Cr$ 2 528 333 000,00; depósitos à vista e curto prazo. Cr$ 4 654 484 000,00; e, depósitos a prazo, ... Cr$ 303 396 000,00.

RIQUEZAS NATURAIS — O município não tem o seu território suficientemente devassado para que se lhe conheçam as possibilidades no que tange aos recursos naturais. É uma comuna de fundação muito recente, ex-distrito de Barra Mansa, e é mister considerar, sobretudo, que as atenções estão concentradas nas febricitantes atividades do seu imenso parque industrial. Conhecem-se, apenas, suas reservas de argila. Por ser a área do território municipal muito pequena, são, também, mínimas as reservas florestais de Volta Redonda. E, no que tange à fauna terrestre e aquática, nada há para citação mais detalhada.

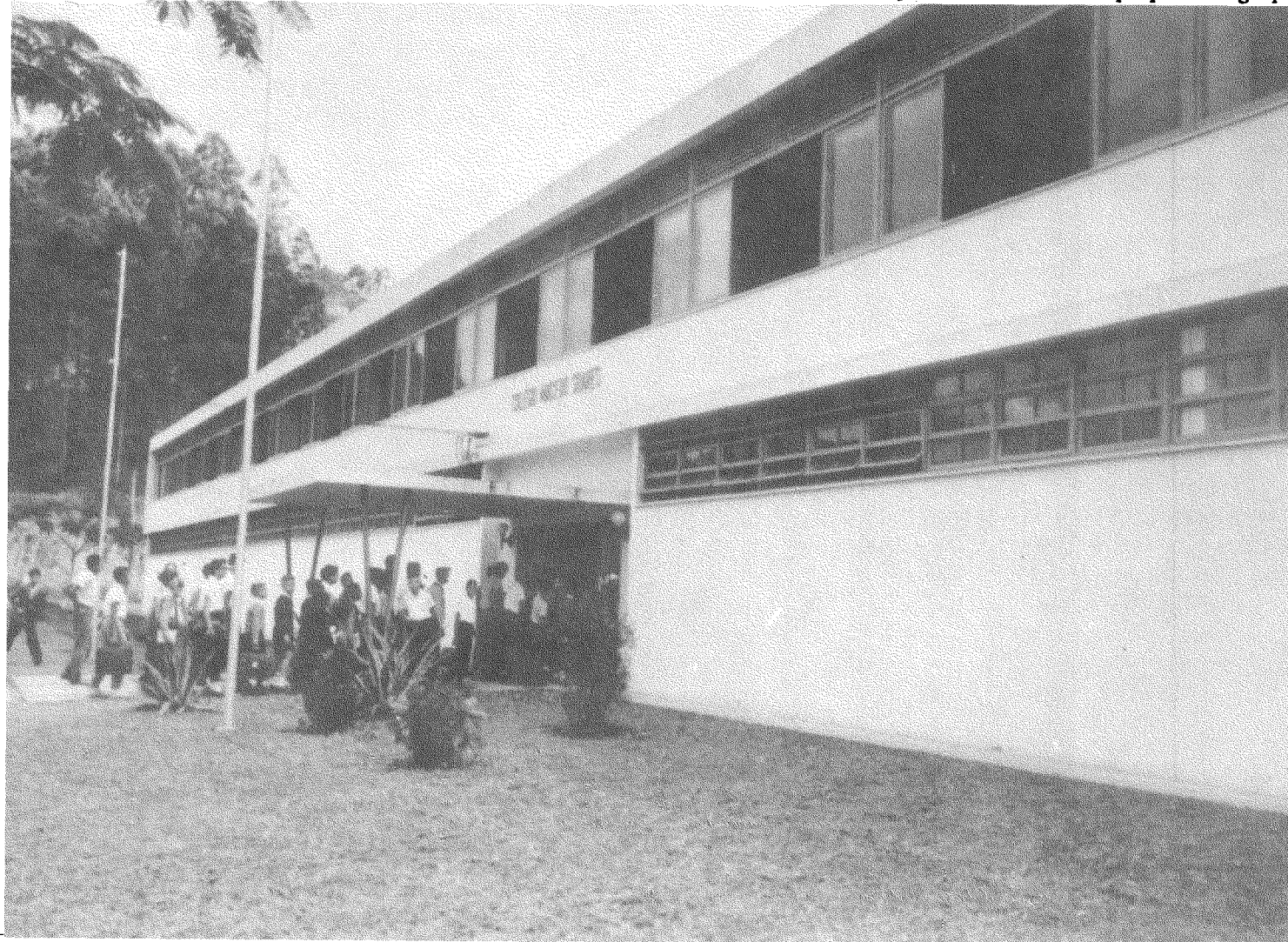
ASPECTOS URBANOS — A maioria dos fundamentais serviços urbanos da sede do município são de iniciativa e funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional. É abastecida de água, cujo manancial de captação tem a capacidade de 38 000 m³ em 24 horas, contando sua rêde distribuidora com 1 758 hidrômetros e 3 444 ligações livres. É dotada de abundante iluminação pública e domiciliária. O serviço de esgotos sanitários, que aliás tem duas rêdes, uma da Prefeitura Municipal e outra da Companhia Siderúrgica Nacional, é do tipo misto. Há um excelente serviço de limpeza urbana e domiciliária. Entre os vários melhoramentos urbanos de que conta, destacam-se mais os seguintes: 752 aparelhos telefônicos instalados; 6 031 ligações elétricas processadas e mais de 1 200 domicílios abastecidos de água. Possui, por outro lado, 2 hotéis e 1 pensão. Os dados da pavimentação da sede municipal, conforme o tipo de calçamento, são: 37 logradouros asfaltados com 1367 793 metros cúbicos; 16 calçados a paralelepípedos com 118 058 metros quadrados; 94, de terra melhorada com 121 500 metros quadrados; 30, de cascalho com 400 000 m²; 8, de base para alcatrão com 6 750 m²; 1, de betume e asfalto

com 12 693 m²; 2, de asfalto e base para alcatrão com 2 460 metros quadrados; 4, de asfalto e paralelepípedos com 23 850 m²; 26, de asfalto e terra melhorada com 93 780 metros quadrados; 2, de asfalto, terra e base para alcatrão com 16 570 m²; e, 2, de asfalto e base para alcatrão, ... 16 710 m².

COMUNICAÇÕES — No tocante à rêde de comunicações de uso público, dispõe o município de uma agência postal-telegráfica e uma agência postal, do Departamento dos Correios e Telégrafos, na sede. Para seu uso privativo, mantém uma estação radiotelegráfica a Companhia Siderúrgica Nacional; há uma estação telegráfica e telefônica da Estrada de Ferro Central do Brasil, na sede municipal, existindo, ainda, um pôsto telefônico na Estação de Rademaker. A Companhia Telefônica explora, também, a prestação de serviço de comunicações no município, estendendo até ali a sua rêde telefônica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A população de Volta Redonda conta com o Hospital da Companhia Siderúrgica Nacional, que se destina a atender exclusivamente os seus operários, dispondo de 169 leitos. Está excelentemente montado e possui clínicas: médica, cirúrgica, traumatológica e ortopédica, obstétrica e ginecológica, plástica e reparadora, oftalmológica, otorrinolaringológica, pediátrica, neuropsiquiátrica, além dos serviços de anátomo-patologia, laboratório, raios-X, fisioterapia e anestisiologia, gasoterapia e transfusoterapia. Mantém, afora tudo isto, um serviço de pronto-socorro, realiza visitas médicas a domicílio, e possui clínica odontológica. Trabalham na instituição hospitalar 28 médicos, 7 dentistas, 3 farmacêuticos, 7 práticos de farmácia, 20 enfermeiros diplomados e 37 não diplomados, atendentes e auxiliares de enfermagem, além de inúmeros profissionais das mais diversificadas atividades. Existem, no município: um pôsto médico da L.B.A.; um centro de puericultura também mantido pela Cia. Siderúrgica Nacional; um ambulatório da Associação de Proteção à Maternidade e à infância de Volta Redonda; um ambulatório do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Materiais Elétricos de Barra Mansa (núcleo local), um dispensário da Liga Barramansense Contra a Tuberculose, além de uma Caixa Beneficente da Igreja Metodista do Brasil, que presta, por seu turno e dentro de suas características essenciais, alguns serviços. Há, na sede municipal, 18 farmácias e no exercício da profissão contam-se 34 médicos, 30 dentistas, 15 farmacêuticos e 57 enfermeiros.

ALFABETIZAÇÃO — Das 25 783 pessoas de 5 anos e mais recenseadas pelo Censo Demográfico de 1950, 17 570 sabem ler escrever, revelando, portanto elevado índice de alfabetizados .

Ensino — Existem no município 48 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo que 14 são de administração municipal, que mantém, aliás, 1 grupo escolar, e 2 cursos supletivos. O Estado propicia 3 grupos

Colégio Macedo Soares.

escolares e 3 escolas isoladas. As restantes unidades de ensino primário são de dependência administrativa particular. Quanto ao ensino não primário, há 3 colégios ministrando o ensino ginasial, 1 escola técnica de contabilidade, 1 ginásio municipal, 1 curso básico comercial, 1 escola técnica industrial, 1 curso de pilotagem, 3 escolas de motoristas, 4 escolas de corte e costura e 1 escola de música.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro que se segue, pela sua ilustração e disposição numérica, oferece interessantes aspectos da vida municipal, no que se relaciona ao assunto em epígrafe:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	—	—	—	—
1951	—	—	—	—	—
1952	—	—	—	—	—
1953	—	—	—	—	—
1954	—	—	—	—	—
1955	—	190 619	16 840	15 652	16 810
1956	—	276 350	27 160	36 945	44 959

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — O município não possui obras artísticas no seu exato sentido interpretativo pois que, sendo as instalações da Usina de Volta Redonda objeto de intensa movimentação turística, onde se encontram realizações grandiosas como o seu alto-forno, o segundo que já se constrói, o seu belo e moderníssimo hospital, a complexa e monumental maquinaria de que se constituem os seus inúmeros setores industriais, é justo, portanto, que se os insira como particularidades artísticas do município. Há, em Volta Redonda, um monumento dedicado ao General Edmundo de Macedo Soares e Silva, fundador e realizador da usina que traz o nome do município, monumento que foi inaugurado em 3-10-48.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Como razão essensial para registros dessa natureza, deve considerar-se a preponderante influência exercida pela Companhia Siderúrgica Nacional no que tange à evolução do novo município que é Volta Redonda. Tudo ali gravita em tôrno das realizações daquela Companhia, desde o assombroso crescimento demográfico da população da sede municipal, seus cometimentos sociais de repercussão externa destacada, torneios desportivos nos quais se faz sentir a mais apurada técnica, a ininterrupta afluência turística, até a verificação de simpósios, cursos e bôlsas de estudo, onde predomina o desejo de bem realizar para justificar o lema de que "Volta Redonda cresce para servir ao Brasil"! Fugir das características primordiais do padrão de vida e da razão de ser dos volta-redondenses, seria tarefa inócua, destituída, portanto, de qualquer lógica de interpretação e análise.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — O município tem 24 associações que praticam as mais diversas modalidades de desporto; 1 liga desportiva; 3 clubes recreativos; 1 aeroclube; e está dotado de 3 estádios, 4 campos de futebol e 1 piscina. Possui ainda, 2 cooperativas, 6 cinemas, 5 publicações de periodicidade quinzenal e que são: "A Cidade do Aço", "A Verdade", "Zero Hora", "Gazetinha" e "O Jornal de Volta Redonda". Está beneficiado com a Radioemissora de Volta Redonda, prefixo ZYP-6, potência anódica 170 e freqüência de 1 650 kc. Tôdas as suas bibliotecas, num total de 5, são semipúblicas sendo que a da Companhia Nacional Siderúrgica soma 11 186 volumes.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA — Constitui-se o município de um distrito único, Volta Redonda.

Índice Geral

	Pág.
Prefácio	7
Municípios do Estado do Espírito Santo	17
Municípios do Estado do Rio de Janeiro	181
Bibliografia	467
Índice dos Municípios	469

Bibliografia

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Na compilação e elaboração do presente trabalho, consultaram-se dados e outros elementos de informação existentes não só nas Agências Municipais de Estatística, como nas publicações a seguir enumeradas:

I.B.G.E. — Sinopse Estatística do Município — Censo Demográfico de 1950 — Ferrovias do Brasil — 1956.
D.E.E. — Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro — 1953 — Referências Estatísticas — 1937 — Cabo Frio e a Região dos Lagos — 1955.
S.E.E.F. — Mensário Estatístico, n.º 72 — Junho de 1957.
DEPARTAMENTO GEOGRÁFICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Anuário Geográfico do Estado — 1953 e 1955.
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Roteiro Rodoviário Fluminense — 1953.
Coronel J. B. DE MATOS — Os Monumentos Nacionais — 1952.
ARGEMIRO RIBEIRO DE MACEDO SOARES — O Município de Araruama — 1945.
ARTHUR VALE JÚNIOR — Araruama — Ensaio de Levantamento Estatístico do Município — 1937.
JORDÃO DE SOUZA — Terra dos Magos — 1949.
J. E. VALLE — Magé na História — 1938.
LEONI IORIO — Valença de Ontem e de Hoje.
INACIO RAPOUSO — História de Vassouras.
DÉCIO MONTEIRO SOARES — Terra Friburguense.
LUIZ PALMIER — São Gonçalo Cinqüentenário.
JORGE PINTO — Fastos Vassourenses — 1935.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Na compilação e elaboração do presente trabalho, consultaram-se dados e outros elementos de informação existentes não só nas Agências Municipais de Estatística, como nas publicações a seguir enumeradas:

ABREU, Olímpio José de — "Evolução Histórica de Mimoso do Sul" (Revista de Mimoso do Sul — 1951).
AMARAL, Prof. Braz do — "Limites entre a Bahia e o Espírito Santo".
A.M.E. de Colatina — Inquérito Demo-Sociográfico (edição mimeografada) — S.E.S.P. e A.M.E. — Cidade de Colatina — 1953.
ANCHIETA, Padre José de — "Poesias" — Edição do Museu Paulista — 1954.
Arquivos das Agências Municipais de Estatística.
Arquivos da Inspetoria Regional de Estatística Municipal.
Arquivos da Paróquia de Aracruz.
Arquivos das Prefeituras Municipais.
"Aspectos Geográficos e Econômicos do Município de Domingos Martins" — Imprensa Oficial de Vitória, 1935.
ASSIS, Francisco Eugênio de — "Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo".
BALESTRERO, Heribaldo Lopes — "Subsídios para o Estudo da Geografia e da História do Município de Viana", 1951.
BERMUDES, Prof. Aylton Rocha — "O Nome da Cidade", artigo publicado em "O Arauto" — 29-6-1957.

BERNARDES SOBRINHO — "O Comandante das Armas".
BEZERRA, Omyr Leal — "Cariacica" (Resumo Histórico).
BRAGA, Mauro de Araujo — "Rio Itapemirim".
CALMON JUNIOR, Lastênio — "Um Pouco de História de Linhares e Colatina" — 1949.
C.N.E. — "Anuário Estatístico do Brasil" — Anos: 1950-1956.
C.N.E. — "Boletim Estatístico — Ano XV" — janeiro/março de 1957 — N.º 57.
C.N.E. — "Censo Demográfico — Estado do Espírito Santo" — Série Regional, Volume XXII — Tomo 1.
C.N.E. — "Censos Econômicos — Estado do Espírito Santo" — Série Regional, Volume XXII — Tomo 2 — Rio de Janeiro, 1956.
C.N.E. — Monografias de Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guaçuí, Guarapari e São José do Calçado.
C.N.E. — Sinopses Estatísticas Municipais — 1948.
CUNHA, Maria da Glória — "Resumo Histórico de Conceição da Barra".
DAEMON, Basílio Machado — "A Província do Espírito Santo".
D.E.E. — "Anuário Estatístico do Espírito Santo" — Anos: 1956 e 1957 — Vitória — ES.
D.E.E. — "Aspectos Estatísticos do Estado" — 1956 — Vitória — ES.
D.E.E. — "Cachoeiro de Itapemirim" — Ensaio de Monografia Geo-Histórico-Estatística — 1947.
D.E.E. — "Tábuas Itinerárias" — Vitória — ES, 1957.
EGLER, Walter Alberto — "A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce", Revista Brasileira de Geografia — Ano XIII, n.º 2: 223-262 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro — DF.
FREIRE, Felisbello — "História Territorial do Brasil" (Bahia, Sergipe e Espírito Santo — 1.º Vol.) — Rio de Janeiro, 1906 — Tip. "Jornal do Comércio".
HOLZMEISTER, Luís Paysan — "Monografia Estatístico-Descritiva de Santa Leopoldina" — I.B.G.E. — 1949.
LAMEGO, A. — "A Terra Goitacá".
LEITE, Padre Serafim — "História da Companhia de Jesus no Brasil".
MARCHESI, Firmo J. — "Breve Histórico" — São Miguel do Rio Corindiba.
MARINS, Antônio — "Minha Terra e Meu Município".
MARQUES, Cezar Augusto — "Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo" — Rio de Janeiro, 1878 — Tipografia Nacional.
MATOS, Carlos Justiniano de — "Geografia do Estado do Espírito Santo" — Vitória — 1926.
MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied — "Viagens Através do Brasil" — Coleção Brasiliana, Vol. 1 — Companhia Editôra Nacional.
NERI, D. João Batista Corrêa — "Carta Pastoral" — 1901.
NOVAES, Professôra Maria Stela de — "A Colônia Italiana no Espírito Santo" (em preparo).
— "A Mulher na Capitania do Espírito Santo" — Separata de "Douro Litoral".
— "A Vila Velha e a Vila Nova do Espírito Santo" — Edição Douro Litoral — Pôrto.
— "Medicina e Remédios do Espírito Santo" — Separata do "Douro Litoral" (história e folclore).
— "Nossa Senhora da Vitória" (conferência mimeografada).
— "Os Holandeses no Espírito Santo" — 2.ª ed. ampliada — Vitória, 1957.
— "Relicário de Um Povo — O Santuário de Nossa Senhora da Penha, no Espírito Santo" (história e folclore).
— "Um Bispo Missionário, Dom Fernando de Souza Monteiro" — Obra premiada pelo Academia Brasileira de Letras, em 1952.
OLIVEIRA, José Teixeira de — "História do Espírito Santo" — I.B.G.E., Rio — 1951.
PERIER, E. — "A Literatura Brasileira".
PIZARRO — "Memórias Históricas do Rio de Janeiro".
Prefeitura Municipal — "Cachoeiro de Itapemirim" (Memória — 1928).
RANGEL, Sílvio — "Castelo".
Relatório do Presidente da Província — 1954.
RENOLDI, Lívio — "Aspectos Históricos de Colatina", Fôlha do Norte, edição especial de 21-8-55.
RIBEIRO, Prof. Ubaldo Lopes — "Município de Cachoeiro de Itapemirim" — 1928.
RUSCHI, Eurico Ildebrando Aurélio — "Município de Santa Teresa" — Estatística, Corográfica e Histórica — I.B.G.E. — 1934.
SALVADOR, Frei Vicente do — "História do Brasil".
SERAFINI, Ermelando — "Município de Colatina" — Elementos para a organização da Monografia Histórico-Corográfica.
SOARES, GABRIEL — "Notícias do Brasil".

Índice dos Municípios

Estado do Espírito Santo

Localidade	Pág.
Afonso Cláudio	19
Alegre	23
Alfredo Chaves	28
Anchieta	31
Aracruz	35
Baixo Guandu	38
Barra de São Francisco	43
Cachoeiro de Itapemirim	45
Cariacica	51
Castelo	55
Colatina	59
Conceição da Barra	66
Domingos Martins	69
Ecoporanga	73
Espírito Santo	75
Fundão	80
Guaçuí	83
Guarapari	87
Ibiraçu	91
Iconha	94
Itaguaçu	97
Itapemirim	101
Iúna	105
Linhares	107
Mantenópolis	111
Mimoso do Sul	113
Mucurici	117
Muniz Freire	119
Muquí	122
Nova Venécia	126
Rio Novo do Sul	129
Santa Leopoldina	132
Santa Teresa	137
São José do Calçado	141
São Mateus	144
Serra	148
Viana	152
Vitória	155

Estado do Rio de Janeiro

Localidade	Pág.
Angra dos Reis	183
Araruama	187
Barra do Piraí	190
Barra Mansa	196
Bom Jardim	203
Bom Jesus do Itabapoana	206
Cabo Frio	210
Cachoeiras de Macacu	216
Cambuci	219
Campos	222
Cantagalo	233
Carmo	237
Casimiro de Abreu	241
Conceição de Macabu	244
Cordeiro	247
Duas Barras	250
Duque de Caxias	254
Itaboraí	258
Itaguaí	261
Itaocara	267
Itaperuna	271
Macaé	275
Magé	281
Mangaratiba	285
Maricá	289
Marquês de Valença	293
Mendes	297
Miguel Pereira	300
Miracema	303
Natividade do Carangola	307
Nilópolis	312
Niterói	316
Nova Friburgo	346
Nova Iguaçu	351
Paraíba do Sul	355
Parati	358
Petrópolis	361
Piraí	366
Porciúncula	372
Resende	376
Rio Bonito	381
Rio Claro	384
Rio das Flores	388
Santa Maria Madalena	391
Santo Antônio de Pádua	395
São Fidélis	399
São Gonçalo	403
São João da Barra	408
São João de Miriti	413
São Pedro da Aldeia	417
São Sebastião do Alto	421
Sapucaia	424
Saquarema	428
Silva Jardim	432
Sumidouro	436
Teresópolis	439
Trajano de Morais	444
Três Rios	447
Vassouras	453
Volta Redonda	459

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Paulo Marques, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrisio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yára Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

*ACABOU-SE DE IMPRIMIR
ÊSTE VIGÉSIMO SEGUNDO VO-
LUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS",
EM 31 DE JANEIRO DE 1959,
NAS OFICINAS DO SERVIÇO
GRÁFICO DO I.B.G.E., EM
LUCAS, DF. — BRASIL*